

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA

POLÍTICAS CULTURAIS, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO
– UM ESTUDO DE CASO

Natália Maria Azevedo Casqueira

Dissertação de doutoramento em Sociologia
orientada pelo Professor Doutor António Firmino da Costa
e co-orientada pelo Professor Doutor António Teixeira Fernandes

PORTO
JULHO 2007

*Aos que protagonizam no meu quotidiano
as lengalengas e os afectos*

SUMÁRIO

Índice de tabelas	8
Índice de figuras	12
Lista de siglas e acrónimos	15
<i>Nota prévia</i>	19
Introdução	21
Capítulo 1 – O saber fazer do sociólogo e a investigação em torno das questões culturais e turísticas	34
O olhar sociológico sobre os objectos culturais e turísticos: a visibilidade de um campo disciplinar	34
Práticas de investigação sobre a sociedade portuguesa: as dinâmicas globais recentes e as pesquisas em torno dos universos culturais locais	45
Capítulo 2 – Cultura, turismo e desenvolvimento: construção de um objecto de pesquisa	51
O local e o global como escalas possíveis do desenvolvimento: a cultura e o turismo como recursos emergentes	51

As políticas culturais e turísticas em contextos locais e regionais: coordenadas de um objecto em estudo	56
Capítulo 3 – Estratégia de investigação e casos em estudo: uma composição inacabada em vários andamentos	74
Primeiro andamento: a metodologia de estudo de casos e o plano de observação da realidade concelhia e metropolitana	74
Segundo andamento: os actores sociais, o posicionamento do investigador no terreno e os instrumentos de leitura dos contextos locais - as <i>entrevistas</i>	79
Terceiro andamento: o campo de possíveis de outros instrumentos operatórios – a <i>análise de fontes documentais</i> e a <i>observação</i>	90
Capítulo 4 - A Área Metropolitana do Porto: um tabuleiro desigual de nove concelhos	102
Enquadramento jurídico e modelo territorial da AMP entre 1991 e 2004	102
Eleitos locais e quadros partidários municipais	116
Redes de equipamentos culturais e desportivos e potencialidades turísticas dos concelhos	154
Historicidades concelhias e percursos sócio-demográficos recentes	188
A propósito das <i>historicidades</i> locais...	188
<i>Espinho</i>	188
<i>Póvoa de Varzim</i>	192

<i>Vila do Conde</i>	196
<i>Matosinhos</i>	199
<i>Vila Nova de Gaia</i>	201
<i>Gondomar</i>	203
<i>Maia</i>	206
<i>Valongo</i>	209
<i>Porto</i>	212
... e dos percursos sócio-demográficos mais recentes	217
 Capítulo 5 – Discursos e práticas políticas sobre a cultura e o turismo	 242
Possibilidades e limites da análise: um outro exercício reflexivo em torno da prática da investigação	242
O lugar da cultura e do turismo nos discursos políticos municipais: um olhar cruzado	251
 <i>Sobre alguns dos lugares implícitos da cultura e do turismo</i>	 251
<i>Representações sociais e políticas da cultura e do turismo: cruzamento das modalidades de expressão</i>	270
 <i>O posicionamento formal dos pelouros da cultura e do turismo</i>	 306
Potencialidades turísticas da oferta cultural dos concelhos: a cidade como eixo central das políticas de turismo cultural	331
 Capítulo 6 – Projectar o concelho cultural e turístico	 371
A lógica municipal <i>versus</i> a lógica metropolitana: da especialização cultural	371

dos concelhos à afirmação metropolitana como um campo de possíveis	
<i>Os projectos culturais e turísticos no contexto do território metropolitano</i>	371
<i>A especialização cultural concelhia e as possibilidades do projecto turístico metropolitano</i>	402
Políticas culturais e turísticas: recursos privilegiados nos modelos de desenvolvimento da AMP	422
<i>A cultura e o turismo como vectores transversais do desenvolvimento local</i>	422
Considerações finais – Balanços analíticos e perspectivas de intervenção	490
Referências bibliográficas	511
Monografias	511
Artigos e contribuições em monografias	519
Documentos estatísticos, relatórios científicos e técnicos e monografias concelhias	523
Documentos legislativos e judiciais	529
<i>Sites oficiais consultados [2001-2007]</i>	533

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1 População-alvo: entrevistas previstas e realizadas por tipo de actores, 2002-2004	84
Tabela 3.2 Critérios de escolha dos eleitos locais entrevistados	86
Tabela 3.3 Critérios de escolha dos actores locais e regionais entrevistados	87
Tabela 4.1 Objecto, natureza jurídica e requisitos territoriais, demográficos e de estabilidade das Áreas Metropolitanas, 1991 e 2003	106
Tabela 4.2 Atribuições das Áreas Metropolitanas, 1991 e 2003	108
Tabela 4.3 Órgãos, receitas fiscais e despesas das Áreas Metropolitanas, 1991 e 2003	109
Tabela 4.4 Composição do quadro de pessoal da GAMP, 07-03-2005	112
Tabela 4.5 Votação por partido (%) e total de mandatos nas eleições para a Assembleia da República, 1975-2005 (resultados oficiais)	122
Tabela 4.6 Eleitos locais do concelho de Espinho para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	124
Tabela 4.7 Eleitos locais do concelho de Espinho para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	125
Tabela 4.8 Eleitos locais do concelho de Gondomar para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	127
Tabela 4.9 Eleitos locais do concelho de Gondomar para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	127
Tabela 4.10 Eleitos locais do concelho da Maia para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	128

Tabela 4.11	129
Eleitos locais do concelho da Maia para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	
Tabela 4.12	130
Eleitos locais do concelho da Matosinhos para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	
Tabela 4.13	130
Eleitos locais do concelho de Matosinhos para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	
Tabela 4.14	131
Eleitos locais do concelho do Porto para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	
Tabela 4.15	132
Eleitos locais do concelho do Porto para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	
Tabela 4.16	133
Eleitos locais do concelho de Póvoa de Varzim para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	
Tabela 4.17	133
Eleitos locais do concelho de Póvoa de Varzim para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	
Tabela 4.18	134
Eleitos locais do concelho de Valongo para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	
Tabela 4.19	135
Eleitos locais do concelho de Valongo para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	
Tabela 4.20	136
Eleitos locais do concelho de Vila do Conde para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	
Tabela 4.21	136
Eleitos locais do concelho de Vila do Conde para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	
Tabela 4.22	137
Eleitos locais do concelho de Vila Nova de Gaia para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	

Tabela 4.23	138
Eleitos locais do concelho de Vila Nova de Gaia para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)	
Tabela 4.24	139
Taxa de abstenção na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1976-2005 (%)	
Tabela 4.25	148
Número mais elevado de mandatos consecutivos dos Presidentes de Câmara e da Assembleia Municipal dos concelhos da AMP, 1976-2005	
Tabela 4.26	152
Composição por sexo dos eleitos locais para os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal dos concelhos da AMP, 1993-2005	
Tabela 4.27	161
Equipamentos culturais dos concelhos da AMP, 1999	
Tabela 4.28	167
Equipamentos desportivos dos concelhos da AMP, 1999	
Tabela 4.29	170
Equipamentos de utilização colectiva - cultura e recreio, 1991	
Tabela 4.30	171
Equipamentos de utilização colectiva - desporto, 1991	
Tabela 4.31	174
Equipamentos culturais dos concelhos da AMP, 2003	
Tabela 4.32	176
Equipamentos desportivos dos concelhos da AMP, 2003	
Tabela 4.33	180
Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos nos concelhos da AMP, 2002	
Tabela 4.34	184
Freguesias com pólos de atracção turística (%) nos concelhos da AMP, 1998	
Tabela 4.35	221
Área, freguesias, população residente e densidade populacional por município da GAMP, 2005	

Tabela 4.36	223
Evolução da população residente em Portugal e suas componentes (1994, 2001 e 2005)	
Tabela 4.37	228
Evolução intercensitária da população residente da AMP, 1981-2001	
Tabela 4.38	234
Crescimento do nível de qualificação académica da população residente da AMP, 1991-2001 (%)	
Tabela 4.39	236
População desempregada da AMP, 2001	
Tabela 4.40	238
População empregada da AMP, 2001	
Tabela 5.1	253
Razões determinantes para a criação do <i>site</i> na internet 2003-2006, (%) câmaras municipais com presença na internet	
Tabela 5.2	256
Tipo de informação disponível no <i>site</i> na internet 2003-2006, (%) câmaras municipais com presença na internet	
Tabela 5.3	258
Cooperação com outros municípios 2003-2006, (%) câmaras municipais	
Tabela 5.4	260
Presença/ausência de concepções políticas globais para o concelho nos <i>sites</i> oficiais das câmaras da AMP, 2003-2004	
Tabela 5.5	266
Presença/ausência de conteúdos nos <i>sites</i> oficiais das câmaras da AMP, 2003-2004	
Tabela 5.6	329
Despesas anuais em cultura e em jogos e desportos dos municípios da AMP, 2005	
Tabela 5.7	368
Estabelecimentos hoteleiros da AMP, 1994-2004	
Tabela 5.8	370
Estabelecimentos e capacidade de alojamento em 31-07-2005 nos estabelecimentos hoteleiros dos municípios da AMP, 2005	

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.1 Grandes Áreas Metropolitanas – população abrangida (n.º hab.), 2004	107
Figura 4.2 Grandes Áreas Metropolitanas – população abrangida (n.º hab.), 2005	107
Figura 4.3 Variação da taxa de abstenção na eleição do órgão executivo na AMP, 1976-2005 (%)	140
Figura 4.4 Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1976-1979 (%)	141
Figura 4.5 Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1982-1989 (%)	142
Figura 4.6 Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1993-1997 (%)	142
Figura 4.7 Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 2001-2005 (%)	143
Figura 4.8 Confiança pessoal dos europeus nos partidos políticos, 2004	144
Figura 4.9 Confiança pessoal dos europeus nos políticos, 2004	145
Figura 4.10 Posicionamento dos europeus numa escala esquerda/direita, 2004	146
Figura 4.11 Número mais elevado de mandatos consecutivos dos Presidentes de Câmara dos concelhos da AMP, por ordem decrescente, 1976-2005	149
Figura 4.12 Número mais elevado de mandatos consecutivos dos Presidentes da Assembleia Municipal dos concelhos da AMP, por ordem decrescente, 1976-2005	150
Figura 4.13 Total por sexo dos eleitos locais para os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal da AMP, 1993-2005 (%)	153

Figura 4.14	155
Número de equipamentos municipais, desportivos e culturais, da AMP, por tipo de equipamento, 2005	
Figura 4.15	156
Número de equipamentos municipais, desportivos e culturais, por concelho da AMP, 2005	
Figura 4.16	159
Total de equipamentos culturais e desportivos da AMP, 1999	
Figura 4.17	162
Número de equipamentos culturais por concelho da AMP, 1999	
Figura 4.18	163
Número de equipamentos culturais da AMP, por tipo de equipamento, 1999	
Figura 4.19	168
Número de equipamentos desportivos por concelho da AMP, 1999	
Figura 4.20	169
Número de equipamentos desportivos da AMP, por tipo de equipamento, 1999	
Figura 4.21	182
Total de municípios com geminações, de cidades/autarquias locais geminadas e de países abrangidos na AMP, 2005	
Figura 4.22	183
Total de municípios com geminações, de cidades/autarquias locais geminadas e de países abrangidos na GAMP, 2005	
Figura 4.23	224
População residente segundo grandes grupos etários por NUTS II (%), 2005	
Figura 4.24	225
Índice de dependência total (jovens e idosos) por NUTS II, 2005	
Figura 4.25	226
Índice de envelhecimento, por 100 indivíduos, Portugal e NUTS II, 2005	
Figura 4.26	226
Taxas brutas de natalidade e mortalidade da GAMP, 2005	
Figura 4.27	227
População residente segundo grandes grupos etários por concelhos da GAMP (%), 2005	

Figura 4.28	230
Crescimento da população residente total da AMP, 1981-1991 (%)	
Figura 4.29	230
Crescimento da população residente total da AMP, 1991-2001 (%)	
Figura 4.30	232
Índice de envelhecimento da AMP, 2001 (%)	
Figura 4.31	232
Índice de dependência total da AMP, 2001 (%)	
Figura 4.32	239
Índice de renovação da população activa da AMP, 2001 (%)	
Figura 5.1	255
Presença na internet, por regiões - NUTS II 2003-2006, (%) câmaras municipais	
Figura 5.2	257
Frequência da actualização de conteúdos 2003-2006, (%) câmaras municipais com presença na internet	
Figura 5.3	330
Despesas anuais em cultura e em jogos e desportos dos municípios da AMP, 2005 (%)	
Figura 5.4	368
Proporção do número de estabelecimentos hoteleiros face ao total da AMP, por concelho, 1994 e 2004	

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AD - Aliança Democrática

ADETURN - Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região do Norte

ADIM - Associação para a Defesa dos Interesses de Macau

AEP - Associação Empresarial de Portugal

AM - Área Metropolitana

AML - Área Metropolitana de Lisboa

AMP - Área Metropolitana do Porto

ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

APCNP - Associação para a Promoção Cultural do Norte de Portugal

APRIL - Associação Política Regional e de Intervenção Local

APU - Aliança Povo Unido

ASDI - Acção Social Democrata Independente

BE - Bloco de Esquerda

CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CCRN - Comissão de Coordenação da Região do Norte

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Partido Popular

CDU - Coligação Democrática Unitária

CESAP - Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da Região Norte

CINDOR - Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria

CNE - Comissão Nacional de Eleições

ComUrb - Comunidade Urbana

CTP - Confederação do Turismo Português

DGAL - Direcção Geral das Autarquias Locais

DGEEP - Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

DGT - Direcção Geral do Turismo

DR - Diário da República

DREAM - Direcção Regional de Estatística da Madeira

DRCN - Delegação Regional da Cultura do Norte

DSI - Departamento de Sistemas de Informação da Universidade do Minho

ESS - European Social Survey

ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais

EURADA – European Association of Development Agencies

FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

FRS - Coligação Frente Republicana e Socialista

FSP - Frente Socialista Popular

GAM - Grande Área Metropolitana

GAML - Grande Área Metropolitana de Lisboa

GAMP - Grande Área Metropolitana do Porto

GEPAT - Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território

GIASE - Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo do Ministério da Educação

GTAESI - Grupo de Trabalho para o Acompanhamento das Estatísticas da Sociedade da Informação

ICEP - Investimento, Comércio e Turismo de Portugal

ICS - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

IDIT - Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica

IGAC - Inspeção-Geral das Actividades Culturais

IGE - Inspeção-Geral de Espectáculos

II - Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública

IND - Instituto Nacional do Desporto

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPA - Instituto Português dos Arquivos

IPAE - Instituto Português das Artes do Espectáculo

IPLB - Instituto Português do Livro e da Biblioteca

IPM - Instituto Português dos Museus

LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

MC - Ministério da Cultura

MCES - Ministério da Ciência e do Ensino Superior

MDP - Movimento Democrático Português

MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissões Democráticas Eleitorais

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OAC – Observatório das Actividades Culturais

OCES - Observatório da Ciência e do Ensino Superior

PALOP - Países de Língua Oficial Portuguesa

PCB - Porto Convention & Visitors Bureau

PCP - Partido Comunista Português

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PDM - Plano Director Municipal

PEV - Partido Ecologista “Os Verdes”

PIB - Produto Interno Bruto

PIOT - Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território

PMOT - Plano Municipal de Ordenamento do Território

POC - Programa Operacional da Cultura

PP - Plano de Pormenor

PPC - Padrão de Poder de Compra

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPM - Partido Popular Monárquico

PRD - Partido Renovador Democrático

PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A. Agência de Desenvolvimento Regional da Área Metropolitana do Porto.

PS - Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional

PU - Plano de Urbanização

QCA - Quadro Comunitário de Apoio

RODOFER – Central Rodo-Ferroviária do Norte

SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores

STAPE - Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral

TIC - Tecnologias de Informação e da Comunicação

TC - Tribunal de Contas

UDP - União Democrática Popular

UEDS - União de Esquerda Socialista Democrática

UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

II - “Valentim” Valentim Loureiro – Gondomar no Coração

Nota prévia

Quando investigamos em sociologia, procuramos aprender como fazer do objecto real social um objecto mais simples, mais aproximado, porque não, mais familiar, no sentido científico do termo. Projectamos objectivos, accionamos recursos, salvaguardamos a dimensão ética e social das nossas interacções, ponderamos os limites dos dados e das conclusões. Avaliamos aprendizagens pessoais. Assumimo-nos como actores, protagonistas de um processo plural, feito de partilhas várias, de circunstâncias sociais e institucionais, de outros pares e actores, de expectativas e de feitos; igualmente, de angústias e de dilemas, de desencantos e de consensos instáveis. Ao elaborarmos o texto final do trajecto, confrontamo-nos de novo com o objecto e reconstruímos, mais uma vez, e a um segundo nível de objectivação, as histórias desse objecto. A pesquisa, porém, não teria a pluralidade de sentidos se não a aconchegassem, para além dos recursos, outras tantas experiências e afectos. Neste outro exercício de objectivar tal pluralidade de sentidos e de afectos, como agora gostaríamos de aqui fazer, não esgotamos a diversidade do painel que tivemos o privilégio de vivenciar. Cientes disso, arriscamos, contudo, umas breves referências.

Primeiro, aos sentidos internos ao processo institucional e académico da pesquisa. Antes de mais, o meu sincero agradecimento ao Professor António Firmino da Costa, por ter aceite o papel de orientador desta tese. Ponderou comigo as opções, as propostas, os desafios e os revezes da investigação. Mostrou-se inexcedível na disponibilidade, na clareza e espírito crítico, e na simpatia e sentido de humor com que encara estes trabalhos conjuntos do fazer sociológico. Foi um prazer trabalhar em equipa, e é um afecto inestimável a amizade que este trajecto de investigação me possibilitou. Ao Professor António Teixeira Fernandes, na qualidade de co-orientador da tese, e de alguém que tem acompanhado o meu percurso como profissional da sociologia, um sincero reconhecimento pela disponibilidade e interesse, mais uma vez manifestados, e pelas condições institucionais e pessoais criadas para a realização deste trabalho. Ao Departamento de Sociologia, em particular à equipa directiva que acompanhou as últimas fases deste trajecto, um reconhecimento pela compreensão, solidariedade e disponibilidade manifestadas. Uma palavra especial à Isabel Dias, na

duplicidade sempre correcta, ajustada e voluntariosa dos papéis assumidos perante nós e a investigação. Ao João Teixeira Lopes, o reconhecimento por se ter disponibilizado para um papel formal necessário na fase final do trajecto. Por fim, uma menção particular à Fundação para a Ciência e a Tecnologia que, ao apoiar esta pesquisa, tornou-a mais possível nalgumas fases e dimensões de análise; aos serviços técnicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto responsáveis pelos passos administrativos e burocráticos que as candidaturas e as aprovações de projectos sempre exigem; aos serviços centrais da Biblioteca da FLUP, em particular ao Dr. João Leite; e aos colegas e alunos que, em determinadas fases do trabalho, manifestaram o seu interesse e a sua disponibilidade.

Segundo, aos sentidos externos ao contexto académico da pesquisa. A investigação não teria sido possível sem a presença e a participação dos actores sociais alvo. Uma palavra de reconhecimento para as autarquias da Área Metropolitana do Porto, na figura dos seus presidentes de câmara e vereações da cultura, do desporto e do turismo, particularmente aquelas que desde o primeiro momento não só manifestaram disponibilidade política para uma colaboração estreita e contínua, como nos presentearam, graciosamente, com um interesse sincero pela temática e pelo curso da pesquisa. Um agradecimento aos técnicos dos serviços culturais, turísticos, administrativos, arquivísticos das câmaras municipais e aos informantes privilegiados com quem, em dados contextos locais, fomos capazes de situar a dimensão do seu trabalho local. Aos actores locais e regionais que acederam à situação de entrevista e que se disponibilizaram para as partilhas documentais em torno do objecto, e aos representantes dos organismos regionais e locais da administração pública, um sincero reconhecimento.

Por último, aos sentidos paralelos desta pesquisa, transversais a todos os momentos, e por vezes quase invisíveis. À Cristina Parente e à Luísa Veloso, âncoras sempre redescobertas nestas redes de afectos diários; à Sara Melo, também ela recontadora destas histórias, e aos papéis recíprocos que invertemos nos últimos anos; aos meus queridos mais próximos, e àquelas gargalhadas e partilhas em torno dos almoços e cafés de fim-de-semana; aos primeiros passos do Gil. E, claro, ao Jorge, também Melo e AnjoÉlico, que, como Nando, se reconfigura sempre naquelas múltiplas tonalidades que o tornam especial.

Introdução

A pesquisa que aqui figura debruça-se sobre as políticas culturais e turísticas dos concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP) enquanto vectores transversais dos projectos do desenvolvimento local. Tem como referencial empírico os 9 concelhos que entre 1991 e 2004 constituem este espaço metropolitano: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Segundo parâmetros teóricos que o reconfiguram na sua especificidade jurídica e formal, o nosso objecto sociológico dificilmente se mantém, enquanto construção analítica, entre os limites temporais definidos pelo primeiro enquadramento jurídico da AMP, e aquele que aqui nos serve de referência empírica. Perspectivamo-lo com base nos discursos dos eleitos locais e dos actores locais e regionais, em exercício de funções em 2001-2005, e nas representações destes actores sociais a propósito dos discursos e das práticas políticas concelhias e metropolitanas; fazemo-lo, também, a partir da triangulação das fontes documentais concelhias recolhidas, e dentro de parâmetros temporais flutuantes (1980 e 2001); e, em paralelo, acoplando registos de observação dos campos culturais locais, e dos actores neles presentes, e que foram aconchegando o trabalho de terreno, ora por via de coordenadas exploratórias, ora incorporando dimensões muito próximas, por vezes, de um certo nível de validação intrínseca.

Este exercício sociológico em torno dos concelhos da AMP, e dos contextos políticos locais e supramunicipais que potenciam a dinamização cultural e turística, surge como o culminar de um processo feito de valências institucionais e pessoais. Em primeiro lugar, resulta de uma estratégia de investigação sociológica sobre um objecto que nos é parcialmente familiar, e que tem sido alvo de esforços de construção analítica no campo das ciências sociais, e em particular da sociologia. Um ou outro desses exercícios tivemos a oportunidade de co-protagonizar. Confrontámo-nos, noutros momentos, com a realidade cultural de alguns dos

municípios aqui presentes, em fases do percurso académico distantes e diferenciadas quanto às exigências profissionais e ao património sociológico adquirido, e que equacionaram experiências de investigação salutare, pelas aprendizagens que permitiram e pelas leituras possíveis de um espaço metropolitano que se constituía como tal nos princípios dos não muito recuados anos 90¹.

Por outro lado, e porque a sociologia se enquadra em contextos e processos sociais de produção de conhecimento, para além dos circunscritos ao campo científico, as motivações pessoais impõem-se, de modo mais diluído é certo, mas impõem-se como vectores associados às escolhas dos objectos de análise². Accionámos a nossa chegada à sociologia, antes de mais, porque incorporámos - fazendo jus à socialização, que só mais tarde objectivaríamos como processo de formação - a vivência social das diferenças e dos caracteres próprios de uma pertença de classe. Moveu-nos a curiosidade em torno das origens sociais e dos processos de construção de vocações e de comportamentos que, nos espaços privados ou nos espaços públicos das interacções sociais, eram, mais do que diferenciados, socialmente tipificados. O sentido estruturante que tais condições de existência teriam sobre o livre arbítrio dos actores sociais foi o parâmetro de leitura que a sociologia, desde logo, nos sugeriu, para além do das explicações quotidianas ou estritamente individuais e psicologistas.

O interesse pela sociologia, depois de descoberta a disciplina, orientou-se por alguns meandros, entre eles os meandros dos mundos culturais. A área do lazer e da cultura, nas suas múltiplas formas de manifestação, sempre nos intrigaram, e

¹ Por exemplo, os concelhos da Póvoa de Varzim, de Vila do Conde e do Porto (Azevedo, 1997; 1992; Fernandes [et al.], 1998).

² A prática da sociologia é atravessada por dimensões ideológicas, sejam elas os *a-prioris* epistemológicos (Nunes, 1984), também decorrentes da própria pertença de classe dos investigadores sociais e do seu *máximo de consciência possível* (Goldmann, 1976), ou os sentidos atribuídos ao social a partir dos valores do próprio investigador. Como sugere Creswell, um dos factores que pode justificar a escolha de uma estratégia de investigação e, de algum modo, de um paradigma, é o conjunto de motivações pessoais e de atributos de ordem psicológica do investigador, para além de outras, a nosso ver mais enformadoras da pesquisa, de ordem epistemológica e metodológica e da chamada factibilidade da investigação propriamente dita (Creswell, 1994).

mobilizaram-nos, antes de mais, como potenciais *consumidores* de um painel cuja oferta seria susceptível de diluir, numa primeira leitura, assimetrias sociais de outros géneros e com incidências várias nos quotidianos sociais. A relação com a cultura, e perspectivada do lado dos públicos, poderia accionar modos de relação mais transversais, plurais nos sentidos e nas formas, capazes de reposicionar as próprias especificidades sociais e institucionais da formação de públicos. E quando associámos àquele perfil o do *aprendiz dos afazeres* da sociologia, interessou-nos tanto quem protagonizava consumos e procura culturais, como quem construía a oferta e os públicos, e em torno das duas dimensões, que processos enformavam as representações e as práticas culturais.

No caso aqui presente, os esforços da análise focalizam-se nos actores sociais - eleitos locais e actores culturais e turísticos, locais e regionais - que redimensionam o desenvolvimento local a partir de um vector como o da oferta cultural municipal e, pela especificidade teórico-empírica do objecto, metropolitana. Associa-se ao painel do interesse sociológico por tal objecto uma outra dimensão analítica: as potencialidades turísticas dos concelhos da AMP na sua relação transversal com os projectos políticos globais do desenvolvimento local. Este trabalho, *Políticas culturais, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto – um estudo de caso*, constitui, de igual modo, um dos resultados esperados do projecto que levámos a cabo entre Fevereiro de 2002 e Julho de 2006, nos concelhos da AMP, com o apoio formal da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)³.

Três objectivos iniciais nortearam o nosso projecto. Quando reescritos a esta distância temporal, constatamos que alguns vectores não têm o alcance e a saturação da análise totalmente esgotados. Admitimos, inclusive, que reconfigurámos

³ Projecto POCTI/SOC/39803/2001 – *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, e na rubrica Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos, área da Sociologia, cujo período de realização se situou entre Fevereiro de 2002 e Julho de 2006 e com a seguinte equipa de investigação: Natália Azevedo (investigador responsável) e Sara Melo (bolseiro de investigação científica). A orientação científica do trabalho de investigação que conduziu à presente dissertação de doutoramento esteve a cargo do Professor Doutor António Firmino da Costa, com a co-orientação do Professor Doutor António Teixeira Fernandes.

objectivos e dimensões de análise no decurso da própria investigação empírica, assumindo que, de facto, o vaivém entre teoria e empiria vai reposicionando os equilíbrios momentâneos do nosso exercício de leitura. Sem reenquadrá-los aqui nas suas dimensões iniciais, referiríamos apenas que parâmetros analíticos como as modalidades mais simbólicas de apropriação e vivência dos espaços públicos da cultura, ou o processo aglutinador dos usos, identidades e sociabilidades, na associação entre a territorialização das práticas e das identidades e a globalização dos conteúdos e dos imaginários culturais; ou ainda os consumos e os lazeres dos públicos culturais da panóplia de eventos dos concelhos da AMP, são tão passíveis de oportunidade sociológica quanto aqueles que de facto nos ocuparam. Constituem, se quisermos, outros traços de leitura das estratégias de planeamento e de gestão das intervenções culturais locais, que gostaríamos de dar conta num outro projecto de pesquisa empírica.

No contexto metropolitano aqui em causa, reconheçamos que é pelo eixo de análise dos *públicos culturais*, e da *procura* socialmente segmentada, que a AMP é mais vezes sociologicamente enquadrada. Se transpormos tal eixo de análise para o contexto da sociedade portuguesa, o domínio sociológico do estudo dos públicos da cultura prima por ser necessário e recente: nos últimos anos tem-se configurado o interesse da comunidade de sociólogos pela operacionalização do conceito e pelo alargamento do capital sociológico empírico sobre os públicos culturais na sociedade portuguesa. Tal tem exigido a fragmentação científica das dimensões de análise e a escolha de objectos empíricos particulares: atendendo ora aos eventos, ora às instituições que os concebem e implementam, ora ainda à delimitação territorial em que se inscrevem. A AMP enquanto delimitação territorial integra alguns desses trabalhos feitos em torno das práticas culturais e dos públicos: nalguns casos, ela própria inscrita nas pesquisas sobre concelhos da Região Norte; noutros, como enquadramento da análise de públicos culturais nos contextos urbanos dos concelhos que a compõem, com particular destaque para o do Porto. Assinalemos que tais trabalhos espelham contribuições importantes no património

sociológico português – a legitimidade científica das investigações pela comunidade de pares – mas, igualmente, a maior sensibilidade dos actores culturais e políticos para o diagnóstico e a avaliação de eventos e de públicos. Destaquemos também que, do nosso ponto de vista, se inicia, num outro sentido, um conjunto de práticas de conhecimento sociológico que prenuncia a maturidade dos processos de análise e o alargamento dos objectos empíricos. No caso da AMP, a centralidade da cidade do Porto nas análises já realizadas obscurece, de alguma forma, as virtualidades analíticas e empíricas que outros objectos urbanos da AMP já socialmente prefiguram.

Mas a análise, e subsequente avaliação social e política, de eventos e de públicos não se deslindam das de uma outra componente fundamental do estudo sociológico em torno das práticas culturais: a das políticas culturais de iniciativa pública. E, no âmbito desta pesquisa, é este o nosso centro de análise: as políticas culturais municipais dos concelhos da AMP. Objecto que nos parece ainda menos focalizado sociologicamente quanto aquilo que a realidade política e cultural destes municípios, de alguma forma, nos sugere: as virtualidades de um objecto social que se legitima por um conjunto de princípios políticos de actuação municipal que se desenham nos anos 90 do século XX e cujos cenários culturais locais adquirem visibilidade e coerência nos finais desta década. Situamo-nos, assim, na análise do enquadramento institucional das políticas culturais municipais. Os princípios e os objectivos, as actividades e as modalidades de actuação, os recursos e os efeitos da intervenção cultural, as virtualidades e os obstáculos da gestão política e da gestão técnica das iniciativas culturais, são fragmentos do objecto que, quando perspectivados sociologicamente, nos possibilitam um retrato das políticas culturais municipais da AMP.

Articulamos com aquele um outro centro de análise: as políticas turísticas da AMP. Merecem-nos atenção, e culminando uma curiosidade pessoal e sociológica em torno dos meandros do poder político à escala local, a diversidade cultural dos concelhos da AMP e as potencialidades turísticas que, a dado momento, se

posicionam nos discursos políticos quotidianos e na oferta cultural concelhia. O turismo cultural, na diversidade de sentidos e formas que assume, adquire traços de uma aspiração política e simbólica que os eleitos locais pretendem transformar numa realidade política e social nos seus concelhos. Deste ponto de vista, parece-nos que as virtualidades da análise sociológica de uma temática como esta enformam positivamente tanto o objecto real – a AMP – e o objecto teórico – as políticas culturais e turísticas da AMP articuladas com os processos do desenvolvimento local – como o conhecimento sociológico sobre a AMP, em vectores que recentemente adquirem centralidade e legitimidade científicas – a oferta cultural e o turismo cultural, dimensionados, articuladamente, e numa lógica de desenvolvimento local, pelas instâncias de decisão política municipais.

A configuração jurídica da AMP, à luz do primeiro diploma de 1991 (lei 44/91 de 4 de Junho), desenha-a com 9 municípios, dispersos em duas coroas sucessivas, a norte e a sul, face ao concelho do Porto, e com prolongamentos territoriais para nordeste. Concelhos estes que se afirmam como territórios também em função da influência exercida pela própria centralidade do Porto, e que reúnem, à data da sua constituição como AMP, o cruzamento entre características rurais e urbanas. Quando dimensionamos a possibilidade de perspectivar os discursos políticos em torno do espaço metropolitano, mas a partir de coordenadas que ultrapassam as estritamente económicas e sociais do desenvolvimento local, interiorizamos que há virtualidades analíticas naquilo que a observação directa, e a vivência pessoal de alguns dos contextos urbanos aqui em análise, nos exigem.

O que nos ocupa sociologicamente é, em primeiro lugar, analisar a relação entre as políticas culturais e turísticas e os processos do desenvolvimento local num contexto territorial metropolitano. Interessa-nos interpretar os discursos políticos dos eleitos locais em exercício de funções, entre 2001 e 2005, nos concelhos da AMP, tendo como fio orientador as representações de cultura e de turismo cultural, e problematizando-as enquanto elementos estruturantes dos projectos e, até certo ponto, das práticas políticas em torno do desenvolvimento local. Em segundo lugar,

confrontar o projecto de cidade cultural e turística dos actores políticos locais com o dos actores locais e regionais ligados a organismos de desenvolvimento, de cultura e de turismo. Num outro sentido possível, é nossa intenção analisar as dinâmicas políticas e culturais de especialização funcional do conjunto de concelhos da AMP, detectando as lógicas de afirmação, apropriação e concorrência presentes, quer na fisionomia dos seus espaços e produtos de cultura, quer nas políticas de intervenção cultural e turística. Em paralelo, verificar até que ponto é possível arquitectar uma lógica metropolitana integrada e de co-reciprocidades políticas nos campos da cultura e do turismo.

Por outras palavras, parece-nos de todo pertinente aprofundar o estudo das dinâmicas culturais em contextos urbanos numa relação estreita com as dinâmicas do desenvolvimento local e do turismo cultural. Dá-se assim continuidade, dentro dos limites que tais propósitos sempre encerram, à abordagem sociológica dos universos culturais e turísticos dos concelhos situados a norte do país, sobretudo numa área que tem revelado nestes últimos anos não só um maior investimento político e social em equipamentos e oferta cultural municipal, como igualmente uma maior procura dos bens e serviços culturais locais e interconcelhios.

A análise em torno das políticas culturais, do turismo cultural e do desenvolvimento local pode promover, desde logo, o aprofundamento dos conhecimentos sobre os processos de desenvolvimento cultural e as políticas de turismo cultural nos últimos anos nos concelhos que compõem a AMP. Numa outra ordem de prioridades, e se posicionarmos a prática da investigação sociológica na relação directa de participação com as instituições sociais e políticas em causa, a pesquisa permite, aos actores do poder político e das instituições culturais e turísticas, o acesso a um levantamento diacrónico e sistematizado de informações. São informações sobre as dinâmicas culturais e turísticas dos concelhos, que, dentro dos limites de qualquer exercício analítico, podem sugerir-lhes uma outra fundamentação das políticas culturais e das práticas de planeamento, de intervenção e de avaliação. Por último, o processo da investigação pode ser um

meio para testar grelhas de observação e de inquirição e grelhas de informação estatística sobre os concelhos e a região, numa tentativa modesta de arquitectar instrumentos teóricos e técnicos de base para a implantação de observatórios locais sobre as realidades culturais e turísticas dos concelhos.

Os passos da pesquisa, feitos de circularidade metodológica, pressuposto que aqui assumimos como estruturante, dificilmente se coadunam com a exigência formal do relatório final, estruturado ele próprio a partir de uma arquitectura com alicerces diversificados e estratificados discursivamente. Retenhamos, apenas, que tal como a pesquisa se alicerça na reversibilidade permanente entre teoria e empiria, também o discurso em torno da prática da investigação se entrecruza e se reposiciona, para além dos limites formais.

Desde logo, a definição do objecto teórico. Nos Capítulos 1 e 2 procuramos delimitar os vectores analíticos do trabalho de investigação. E, nesse sentido, concebemos um conjunto de dimensões de análise, que focalizam o olhar sociológico sobre uma realidade multifacetada como a AMP.

As dimensões culturais e turísticas do objecto não estão dissociadas das componentes globais que o contextualizam, temporal e socialmente. Percorremo-las na totalidade possível e incompleta das inferências interpretativas: desde as variáveis sócio-demográficas e históricas aos parâmetros político-partidários e sociais dos contextos municipais. Assumimos que o enquadramento epistemológico do objecto é reversível nas dimensões analíticas fundamentais. Na relação triangular entre cultura, turismo cultural e desenvolvimento, os vértices reposicionam-se; porém, ponderamos os dois primeiros como vectores políticos dos planos mais globais do desenvolvimento concelhio e que, *a priori*, estão na origem de uma possível afirmação dos centros urbanos concelhios e da própria AMP. O desenvolvimento local configura-se como processo de mudança social, sobre o qual directrizes hierarquizadas, política, económica e socialmente, são ponderadas pelos actores sociais. No quadro do nosso objecto de análise, a cultura e o turismo não só são dimensões com *lugar sociológico* nas problematizações em torno dos processos de

desenvolvimento local, como têm *lugares políticos* nas matrizes sociais de leitura do local e do regional.

Os tempos e os contextos políticos e sociais são, em contrapartida, outros traços a considerarmos: do nosso ponto de vista, estes estão mais distantes do momento inicial da formação do espaço metropolitano, e configuram o posicionamento, estruturante ou transversal, da cultura e do turismo nos quadros de representações políticas dos eleitos locais e dos actores locais e regionais ligados a estas áreas de intervenção. A hierarquização das prioridades políticas decorre, por um lado, do equilíbrio funcional entre as necessidades do território local e a oferta possível de respostas; e, por outro, das lógicas de exercício dos poderes político e económico e dos recursos exigíveis. Neste quadro, a cultura e o turismo são dimensões prioritárias do desenvolvimento local a partir do momento em que os trajectos históricos e político-económicos primordiais da qualidade de vida social têm níveis de realização política e de equidade social.

Sem deixarem de ser concebidos, enquanto representações políticas, como alicerces de uma concepção global e integrada do desenvolvimento local, aqueles parâmetros accionam-se, antes de mais, segundo tempos e modalidades, lógicas e actores hierarquizados. Quando perspectivamos as práticas políticas, dimensionamos sociologicamente os tempos políticos e sociais, e as modalidades segundo as quais tais vertentes se articulam num processo mais global do desenvolvimento da AMP. Com base nas escalas de leitura intraconcelhia, interconcelhia e supramunicipal, visualizamos modos e tempos diferenciados e, no jogo político das centralidades funcionais, tanto no sentido político-partidário como simbólico, lógicas de convergência e lógicas de divergência entre os actores sociais alvo, e

Do objecto empírico, e dos andamentos em torno da sua objectivação, damos conta no Capítulo 3. Posicionamo-nos quanto às possibilidades epistemológicas da relação teoria/empíria, desde a construção do objecto teórico, passando pelo desenho do plano observacional, até às técnicas de recolha da informação e aos

contextos que consubstanciam o accionamento dos instrumentos operatórios. No contexto da pesquisa em causa, a relação entre teoria e empiria arquitecta-se na duplicidade circular e recíproca entre as instâncias produtoras de sentidos sociológicos e as virtualidades do confronto constante com os dados que a pesquisa observacional nos permite.

Ler os contextos locais da AMP do ponto de vista das políticas culturais e turísticas exige ponderar uma estratégia de investigação sobre um *caso* e, a partir das diversas ramificações do caso presente, alguns dos municípios nas suas características culturais e turísticas particulares. As técnicas accionadas – na multiplicidade socialmente inscrita das virtualidades analíticas que sugerem e nas circunstâncias de interacção de partida – correspondem a tentativas de saturação analítica do objecto. A entrevista, numa feição não estruturada quando sugerida a informantes privilegiados, e com relativa directividade quando direccionada para a conversação com actores sociais e políticos, corresponde, na linha metodológica aqui assumida, a uma tentativa descritiva e analítica face ao objecto em questão. Quando cruzada, e porque a natureza metodológica dos procedimentos técnicos aqui presentes assim o exige, com outros instrumentos – a observação com fins exploratórios e associada às situações de interacção da entrevista, e a análise documental de um conjunto de fontes – alargam-se os horizontes de leitura das políticas culturais e turísticas à escala municipal e à escala metropolitana.

Na lógica que tentamos operacionalizar - a do intercâmbio possível entre as virtualidades inscritas tanto em desenhos qualitativos como nas abordagens quantitativas - percorremos diatribes próprias da investigação em torno de actores políticos e sociais e das representações e imaginários quanto às dimensões culturais e turísticas concelhias. Os contextos sócio-institucionais da investigação são uma outra componente que, na especificidade dos seus elementos, estrutura, a um outro nível, mas com incidência tão ou mais significativa, as orientações analíticas e, particularmente, as possibilidades de análise do campo, no caso o campo político local e metropolitano.

Numa outra vertente de análise, e assumindo as virtualidades decorrentes de um racionalismo de segundo grau (Pinto, 1985; 1984a; 1984b), intentamos fazer nos capítulos finais (Capítulos 4, 5 e 6) a construção das possibilidades de leitura das realidades locais aqui presentes. Acercamo-nos de uma realidade local municipal, privilegiando as directrizes políticas dos discursos e os discursos sobre as práticas dos eleitos locais, inscritos, e a um outro nível analítico, num espaço metropolitano, feito de identidades e proximidades político-partidárias, como, de igual modo, de distanciamentos e constrangimentos político-partidários e pessoais. A análise desenha a tipologia possível de algumas características estruturantes dos discursos políticos e sociais sobre a cultura e o turismo. Como, igualmente, arquitecta um conjunto de vectores passíveis de serem integrados num painel de prioridades políticas do ponto de vista da intervenção a médio prazo, estreitando assim, e dentro dos *possíveis* do nosso exercício, as relações entre a prática da sociologia e a prática política fundamentada.

Na análise das regularidades e das similitudes entre os discursos dos actores locais e regionais, como de igual modo das contradições e das especificidades inter e intraconcelhias, concebemos no Capítulo 4 um relativo olhar diacrónico sobre a realidade política e cultural dos concelhos da AMP. Os indicadores sócio-demográficos e o levantamento da rede de equipamentos culturais e desportivos dos concelhos da AMP permitem-nos antever debilidades infraestruturais, e, nesse sentido, prioridades políticas de intervenção local quanto à construção de uma rede de equipamentos de âmbito municipal. Antecipamos potencialidades turísticas concelhias – que ultrapassam o que *a priori* contemporizamos como o vector fulcral da AMP, ou seja, o turismo cultural, nas suas várias expressões. Da associação entre as historicidades de cada concelho e as potencialidades culturais e turísticas subjacentes aos usos dos equipamentos locais, retemos convergências nas políticas culturais e turísticas que melhor se enquadram numa lógica supramunicipal. O enquadramento político-partidário da AMP e as especificidades políticas concelhias levam-nos a caracterizar o mapeamento político das câmaras municipais –

distribuídas entre 1976 e 2005 segundo os vectores socialista e social-democrata – e a sistematizar algumas particularidades dos eleitos locais e do exercício do poder local – por exemplo, a longa duração dos mandatos de certos actores políticos e a personalização do poder político local.

Nos Capítulos 5 e 6, confrontamos as potencialidades do enquadramento diacrónico com a análise sincrónica dos discursos dos actores políticos e sociais. Perspectivamos a AMP, e sempre que as fontes documentais o permitem, entre dois limites temporais flutuantes e reversíveis, 1981 e 2001. E visualizamos os discursos dos actores no período que contemporiza a pesquisa empírica: 2002 e 2003. Da triangulação entre ambas, encontramos regularidades. As políticas culturais, que posicionam a cultura num lugar central dos discursos políticos e dos discursos sobre as práticas políticas municipais, são matrizes de actuação mais objectivadas pelos eleitos locais. Constituem-se como parâmetros estruturantes dos projectos do desenvolvimento local e orientam-se por dois vectores principais: a criação de uma rede municipal de equipamentos e a concepção e sustentabilidade de uma oferta cultural municipal. Não dissociadas, qualquer uma delas, dos sentidos da descentralização e democratização cultural e da formação cultural e artística dos públicos.

Associadas a estas, estão outras regularidades, que definem as políticas culturais numa articulação estratégica com as potencialidades turísticas dos concelhos. Num plano da análise simultâneo, as lógicas de intervenção política, pelo menos do ponto de vista representacional e ideológico, integram, como *parâmetros paralelos e transversais* ao desenvolvimento local, a *cultura* – entendida nos diversos níveis de cruzamento entre produtos e bens diversificados e socialmente legitimados - e o *turismo* – segundo modalidades que se situam, também elas transversalmente, à natureza inicial daquilo que designamos por *turismo cultural*.

Quando configuramos as proximidades e os distanciamentos representacionais entre os concelhos da AMP, os discursos dos actores políticos e sociais delineiam pontos de chegada estruturantes: os dados triangulados

aproximam-nos mais de lógicas de afirmação intraconcelhia, por confronto com os constrangimentos, antes de mais formais e políticos, de afirmação interconcelhia e metropolitana. O projecto metropolitano em torno da oferta cultural e das potencialidades turísticas regionais desenha-se como uma aspiração política cujo fundamento ideológico se sustém mais do que as possibilidades efectivas de tais práticas políticas.

Perante um cenário de incompletude territorial e política de um espaço que se configura como espaço supramunicipal, finalizamos com um exercício modesto de novos vectores de análise do nosso objecto empírico e de propostas de actuação que, social e politicamente, podem constar de um olhar externo ao próprio campo científico da sociologia. Aproximamo-nos do figurino sociológico da *investigação direccionada para uma prática sustentada* – e retenhamos que o nosso *campo de possíveis* é tão legítimo e limitado quanto outros construídos a partir dos códigos teóricos e metodológicos de leitura científica sobre o social.

CAPÍTULO 1

O saber fazer do sociólogo e a investigação em torno das questões culturais e turísticas

O olhar sociológico sobre os objectos culturais e turísticos: a visibilidade de um campo disciplinar

No quadro das leituras possíveis da realidade, a sociologia é uma prática científica de aproximação ao real social¹. A pluridisciplinaridade que figura entre o campo científico sobre o real social – as ciências sociais – traduz a inevitabilidade do olhar científico sobre o social: a partir da fragmentação contínua dos objectos reais em movimento, a construção dos objectos teóricos se, por um lado, autonomiza e legitima a individualidade científica de uma disciplina, por outro, torna-a necessariamente produtiva, e socialmente válida, com a articulação dos saberes – teóricos e empíricos – situados nas fronteiras do campo científico sobre o social. A pluridisciplinaridade configura-se, num movimento cruzado e recíproco, pelo processo histórico de oitocentos que leva à afirmação das possibilidades científicas de um novo objecto real – as mudanças nas sociedades capitalistas emergentes – e de um particular objecto científico.

É pelo duplo movimento de revisitação do real social – mudam a escala e o âmbito da análise porque também muda a própria realidade social – que as ciências

¹ No contexto da sociologia contemporânea, internacional e nacional, dificilmente se torna possível abarcar com a exaustividade necessária, e num cenário como o do texto que aqui revelamos, a história da encenação da disciplina nos seus múltiplos actos e cenas. É uma disciplina constituída, apraz-nos dizer. Quer como saber teórico pluriparadigmático que se desenhou na maturidade dos processos teórico-sociais de construção de um campo científico; quer como saber empírico que se reconfigura na relação estreita e directa com a mudança da realidade social e a reflexividade dos actores sociais; quer como saber orientado por e para uma prática profissionalizante, imbuída dos interstícios que as relações institucionalizadas com o social sempre ponderam; quer como saber teórico-prático orientado para o exercício político-social de diagnóstico de situações e de propostas de intervenção sobre o social. Em Portugal, e sem apresentar aqui episódios e protagonistas do mesmo projecto global de consolidação da sociologia portuguesa, refira-se apenas que, de acordo com os ritmos e os contextos sócio-políticos e académicos, assistimos nos últimos 30 anos ao desenho de uma disciplina que pondera e participa dos processos de análise e de mudança da sociedade portuguesa.

sociais se autonomizam segundo ritmos e padrões diferenciados: em *movimentos externos*, face aos critérios positivistas das ciências naturais e físicas, modelos do saber fazer científico herdeiro do movimento da ciência moderna pós-renascentista; em *movimentos internos*, face às possibilidades oferecidas por cada parcela desse novo campo em afirmação.

Neste contexto, e como uma das primeiras ciências a configurar-se enquanto tal nesse processo histórico de formação do capitalismo moderno, a sociologia enforma-se da *interdisciplinaridade* possível, mesmo nos momentos de conflito de escolas e de autores, e de mudanças internas de paradigmas de conhecimento e de acção. A *conflitualidade paradigmática* traduz, inclusive quando a maturidade académica e científica lhe permite o exercício daquela, modos de perspectivar as possibilidades de leitura do real social e de exercitar explicações e análises interpretativas em torno das configurações das sociedades ditas desenvolvidas. Por outro lado, a *intradisciplinaridade* no campo sociológico torna-se necessária ao exercício da prática científica e profissional perante o processo de especialização conceptual e empírica de que a disciplina é alvo. Esta especialização mais não é do que o sinal do estado de maturidade alcançado, da institucionalização académica e profissionalizada da disciplina, mas, de igual modo, das mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas e das procuras sociais de respostas científicas ao diagnóstico e à avaliação das práticas económico-sociais e tecnológicas, com incidência nos comportamentos sociais.

A sociologia é um saber reflexivo, histórica e ideologicamente circunscrito, que se fundamenta nos pressupostos do pluralismo teórico e metodológico, mesmo que este no campo científico seja ponderado por lógicas de conflito aberto entre protagonistas da prática científica. Como saber fazer, a sociologia afirma-se na dupla componente da interactividade entre teoria e empiria (Silva; Pinto, 1987). Reposiciona e reequilibra a reflexividade crítica sobre as possibilidades de leitura dos seus instrumentos conceptuais e operatórios, com as matérias-primas decorrentes das outras leituras acerca do social; as pertenças sociais e institucionais

do investigador, e a capacidade reflexiva dos próprios actores sociais, inscritos nos contextos de exercício da sua acção (Giddens, 1996).

Assumindo que o saber fazer do sociólogo se configura na relação triangular entre ciência, formação e profissão (Costa, 2004), cabe-nos orientar uma pesquisa empírica que parta de factos sociais e de relações entre factos e actores sociais, que os contextualize e que, ao longo da análise, os situe perante as dimensões possíveis que os desenham e as relações existentes entre os diversos protagonistas da acção. Conciliar a natureza social das determinações dos fenómenos sociais e a interpretação subjectiva dada pelos actores ao social em que se inscrevem é o exercício analítico a que se propõe o sociólogo. Como? Protagonizando ele próprio uma prática científica², que lhe confere a possibilidade de estruturar um conjunto de questões significativas, delimitar uma problemática teórica, configurar um objecto teórico plausível – no sentido de elemento mediador entre os dois outros elementos da relação fenomenológica – e usar instrumentos operatórios de controlo dessa relação. Quando perspectivados à luz da autonomia científica de um campo disciplinar, constituem a sua matriz teórica (Almeida; Pinto, 1995), em última instância os alicerces da sua individualidade científica.

O objecto que aqui nos ocupa – as políticas culturais e turísticas em contexto local e supramunicipal, articuladas com as representações sobre os projectos do desenvolvimento local, e no contexto territorial da AMP – remete-nos para tais pressupostos. Direcção-nos, igualmente, para as especializações da disciplina sociológica³. E, no mesmo sentido, para as dificuldades em situar as fronteiras que

² Como nos sugerem Castells e Ipola, “Conjunto complexo de processos determinados de produção de conhecimentos, unificados por um campo conceptual comum (inserido numa formação teórico-ideológica), organizados e regulados por um sistema de normas e inscritos num conjunto de aparelhos institucionais.” (1982, p. 11). Trabalhando com conceitos, enquanto unidades de significação de um dado discurso científico, a sociologia é uma formação teórico-ideológica, ou seja, “Conjunto articulado de conceitos e noções que intervêm, enquanto *meios de trabalho*, no interior de uma prática científica determinada.” (Ibidem, p. 12). Impõe-se, por isso, e porque a produção do discurso científico inclui também elementos ideológicos, accionar a vigilância epistemológica constante, a reflexividade crítica do investigador.

³ Quando nos confrontamos com os manuais da teoria e da metodologia sociológicas deparamo-nos, antes de mais, com as tradições paradigmáticas da sociologia, com os dilemas epistemológicos e metodológicos decorrentes das propostas dos clássicos da sociologia, com as repercussões

definem tais especializações – quase diríamos, convenções terminológicas disciplinares - e as historicidades, no seio da sociologia, de que têm sido feitos os seus percursos. O nosso objecto tanto encontra eco nas propostas da sociologia da cultura e na sociologia dos lazeres, como na sociologia política e na sociologia do território, como também na sociologia do desenvolvimento, na sociologia do turismo e na sociologia urbana.

Não negamos a hierarquia interna das divisões disciplinares da sociologia. Preferimos adoptar aqui não um exercício de exploração de tais percursos teórico-metodológicos, tentando configurar a tal matriz teórica que legitima o campo disciplinar, para depois descortinar os cruzamentos e as impurezas de que são feitos os campos sub-disciplinares, mas assumir desde já que nos interessa antes reter olhares possíveis sobre as questões que nos ocupam no âmbito da pesquisa, delimitando as coordenadas orientadoras do trabalho. Diríamos apenas que tais espaços disciplinares são díspares e desiguais, com percursos teórico-empíricos e institucionais, feitos mais de cruzamentos do que propriamente de antinomias e de distanciamentos, e com níveis de problematização específicos mas transversais.

A própria definição do campo da sociologia da cultura contém possibilidades legítimas⁴. Assumamos que se compõe como domínio disciplinar vasto, que cruza na análise do campo cultural os vectores da produção dos bens e serviços culturais e da oferta de potenciais lazeres; da recepção e dos consumos na articulação com os públicos segmentados e configurados segundo padrões sociais e

institucionais e académicas na formação de escolas, com as tentativas de síntese teórica da sociologia contemporânea, e com as divisões disciplinares no campo sociológico. Não encontramos nesses esquemas a suposta divisão, que abarca a totalidade dos campos disciplinares e na qual, numa primeira leitura, o nosso objecto de estudo encontra ponto de referência. Encontramos sim, e provavelmente como um traço comum a todos eles: a autonomia relativa do campo da sociologia da cultura, entendida no sentido mais abrangente, desde os primórdios dos trabalhos no campo da etnografia até à emergência dos trabalhos sobre o campo cultural. Veja-se, por exemplo, Durand; Weil (1997).

⁴ Por exemplo, e como o faz António Teixeira Fernandes (1999), cruzando os sentidos possíveis da disciplina com o conceito que a ocupa (cultura), tanto a podemos conceber como a *sociologia do conhecimento* – a análise da produção, difusão e recepção do conhecimento, enquanto construção mental cultural; a *sociologia da criação literária e artística* – a análise da produção e da recepção da cultura enquanto prática criadora, socialmente inscrita numa pertença de classe e no máximo de consciência possível (Goldmann, 1976); e a *sociologia do quotidiano* – o estudo do quotidiano e das representações decorrentes das interações sociais, privilegiando-se o sentido da *festa* na vivência social.

culturais; da distribuição e intermediação entre a criação e a recepção, accionando os actores e os mecanismos específicos da economia dos bens culturais. Define-se nas fronteiras pouco claras e estanques entre a abordagem sociológica dos lazeres e da ocupação dos tempos libertos das sociedades modernas capitalistas, e da criação, distribuição e recepção dos *bens de arte*, passando pelas componentes culturais associadas aos modos de vida locais e às formas como os actores sociais se apropriam e transformam culturalmente os espaços de pertença territorial.

Transversalidade de um campo disciplinar decorrente da própria transversalidade e multidimensionalidade do conceito de cultura. A polivalência de significados quase que a poderíamos arquitectar numa tripla vertente. Desde logo, como afirmação antropológica da diferença, ao constituir-se como processo de tomada de consciência da diversidade cultural e social de pertença dos actores sociais (Geertz, 1978; Berger; Luckmann, 2004). Traduz-se como aprendizagem global não só constitutiva da especificidade humana mas, muito mais do que isso, como experiência herdada a partir da vivência das condições sociais concretas (Ariño, 2000). Por outro lado, como cânone de uma ideologia social própria do capitalismo emergente de oitocentos e da burguesia em processo de ascensão social, e que se posiciona, nas manifestações artísticas herdeiras do espírito renascentista e humanista do início da modernidade ocidental, como estratégia de distinção social dos grupos de burgueses, e que está na origem, décadas mais tarde, do campo intelectual e artístico (Bourdieu, 1979; Santos, 1988). E, por último, como composição social, sujeita a leituras várias, atravessadas pelos contextos de produção dos gostos e pelas pertenças de classe dos actores sociais, mas, de igual modo, como exercício manifesto da reflexividade dos actores sociais em acção, no caso, recompondo e reconstruindo pelo quotidiano as matrizes culturais e artísticas, e as relações com os bens culturais em contextos de interacção públicos e privados.

Num outro sentido, e porque as questões do urbano e do território se estreitam com as dos níveis de expressão cultural e as do exercício do poder local, no contexto mais amplo do desenvolvimento, atravessamos a análise das políticas

culturais e turísticas pelos argumentos políticos e sociais dos actores protagonistas, e pelos de ordem sociológica. Exercitamos, na modéstia possível deste cenário de análise sociológica, a proposta metodológica de Giddens (1996): a *dupla hermenêutica* a que obedecem os conceitos sociológicos, tendo presente que o universo de significados dos actores sociais – no caso os eleitos locais da AMP e os actores locais e regionais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento – não só se encontra previamente constituído pelos próprios – a sua *construção social da realidade* (Berger; Luckmann, 2004) – como o sociólogo procura mediá-los a partir da sua linguagem, descritiva e analítica, posicionando-os na relação de duplo sentido com o real social e nos modos como aqueles são apropriados e aplicados pelos actores sociais.

A abordagem do desenvolvimento tem sido alvo de vários enquadramentos, que retratam as relações disciplinares paralelas entre a sociologia e as ciências sociais (Pieterse, 2001). Qualquer um deles reposiciona as questões subjacentes à análise dos efeitos do desenvolvimento, associando-as às próprias dinâmicas económico-políticas e sociais das sociedades do capitalismo avançado e que se configuram após o segundo conflito mundial. Nessa diversidade de miríades científicas, e a título enumerativo, anotamos a teoria da modernização, nos anos 50, focalizando a convergência mundial a partir do modelo económico ocidental, do crescimento e da industrialização reconstrutora e geradora de emprego; a teoria da dependência, nos anos 60 e 70, dentro de um quadro teórico que situa a problemática do desenvolvimento como subdesenvolvimento, ou desenvolvimento dependente, pelas situações de dependência que instala entre países e regiões, pela exclusão económica e social que produz e pela configuração desigual da divisão internacional do trabalho; as teorias neo-liberais dos anos 80, que reposicionam o lugar dos fluxos económicos no contexto da globalização económica e cultural, e fazem a apologia da desregulação e da privatização dos sistemas económicos mundiais, contrariando as potencialidades, na altura em questionamento, do Estado-Social; ou as teorias do desenvolvimento alternativo e do desenvolvimento humano, associadas às dimensões localistas e territorialistas do desenvolvimento,

atribuindo à endogeneidade a centralidade no processo, por vezes exclusivamente auto-centrada, e que de alguma forma protagonizam questões avaliativas dos processos do desenvolvimento mundial efectivos: reposicionam a escala do desenvolvimento, considerando-o antes de mais de base localista, complexa e articulada, assente no potenciar dos recursos, e na participação dos actores em rede, e na sustentabilidade das opções e das potencialidades locais. Acrescentaríamos as teorias que negam o desenvolvimento, as teorias do pós-desenvolvimento, que mais não são do que posições negacionistas face ao modelo de desenvolvimento concebido a partir dos processos económicos e dos fluxos de mercado do mundo desenvolvido, e do processo da globalização, como consequência histórica da evolução das sociedades capitalistas, e que, em última instância, produzem efeitos negativos sobre os modos de vida sociais. São, de alguma forma, a negação da viabilidade e da legitimidade do desenvolvimento enquanto processo da mudança social.

Segundo o enfoque também se reenquadram os lugares das instituições e dos actores, dos factores mobilizadores dos efeitos de escala a diversos níveis, e fundamentam-se as estratégias das políticas de intervenção. E nestes percursos teóricos em torno do desenvolvimento, a associação ideológica entre as dimensões teóricas e as dimensões doutrinárias tende a dificultar a assunção de fronteiras entre os dois patamares. Como processo de mudança social, envolve opções políticas e dificilmente o podemos conceber desprovido dos posicionamentos ideológicos.

A endogeneidade do desenvolvimento é reposicionada face ao processo da globalização, dando-se mostras de que os processos da mudança social são accionados pela reciprocidade dos estímulos exógenos e endógenos do desenvolvimento. O conceito do desenvolvimento foi sujeito a revisionismos sucessivos no interior do campo da sociologia, e sem descurá-los na sua legitimidade epistemológica e metodológica, assumamos que, para além desse percurso, ou provavelmente na sequência dele, faz sentido adoptar a perspectiva de que o desenvolvimento é concebido a partir da pluralidade dos actores, dos

recursos, das instâncias de concepção e de implementação, e não esquecendo que os territórios são sempre dotados de historicidades e de potencialidades que, quando perspectivados na relação com a exogeneidade dos processos e dos actores e recursos, torna viável, dentro do equilíbrio possível, os processos da mudança social. O desenvolvimento não pode deixar de ser concebido, analítica e politicamente, induzido pelas vias endógena e exógena. É da articulação entre a indução externa e a endogeneidade externalizada que alicerçamos estratégias para configurar mudanças nos territórios e nos modos de vida social.

Interessa-nos reter aqui a assunção que perspectiva o desenvolvimento, não tanto como um conceito sujeito a uma análise dimensional, que fundamente os requisitos da leitura do social local, e muito menos como uma teoria fechada acerca do social; mas principalmente, e a partir do carácter aberto e fragmentado das teorias sobre este objecto, concebê-lo segundo aquele olhar que nos parece, de algum modo, mais consensual e válido: o desenvolvimento como *processo* que se posiciona enquanto cenário necessário à mudança social, e que subjaz aos projectos de intervenção, no caso cultural e turística, no espaço local e supramunicipal. Quando assim o perspectivamos, situamo-nos nos quadros actuais, plurais e integrados, de conceber os projectos do desenvolvimento: como fenómeno social total, que abarca diversas dimensões, e que é perspectivado na sua faceta global, porque é um processo atravessado pelas correspondências entre as influências e as dinâmicas económicas e culturais (McMichael, 1996); como fenómeno dotado da complexidade subjacente à própria realidade social e que exige a fragmentação do olhar científico, tanto das dimensões a privilegiar, como das escalas de leituras adoptadas; como processo que, e no caso da nossa análise, se reposiciona preferencialmente a partir de uma escala local e regional, que não contraria, pelo contrário tem-na assumida, a escala nacional e internacional, nomeadamente europeia, quanto às possibilidades de perspectivar as políticas de mudança económica e social nos territórios locais.

Nesse sentido, as políticas culturais e turísticas, protagonizadas pelas instâncias de decisão da administração autárquica, e enquanto formas estratégicas de sustentar a actuação política no contexto dos territórios locais, parecem-nos constituir uma outra área de enquadramento sociológico que adquire centralidade científica à medida que os próprios actores institucionais reposicionam as suas escalas de leitura do real cultural e turístico e do desenvolvimento dos seus concelhos e das suas regiões.

À escala europeia, a associação entre as políticas culturais e os processos do desenvolvimento é perspectivada, pelos actores políticos e pelas instâncias técnicas europeias, como forma de centralizar, política e economicamente, a cultura no contexto da intervenção comunitária sobre o espaço europeu (Cliche; Mitchell; Wiesand, 2002; Conseil de l'Europe, 1998). À escala nacional, regional e local, e dentro das exigências dos quadros comunitários de apoio, e dos parâmetros da integração europeia, as políticas da intervenção sobre os territórios nacionais e locais são concebidas, enquanto prioridades da mudança social, a partir da complexidade e da articulação de dimensões, de sectores, de actores e de recursos, avaliando-se as potencialidades, identificando-se os factores de bloqueio, e as estratégias possíveis para a inversão da situação económica, social e cultural e turística. No Plano Nacional do Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006, e quanto às avaliações e propostas feitas para a Região Norte, contexto no qual a própria AMP se posiciona como território potencial (Portugal, 1998c), a cultura e o turismo são vectores do desenvolvimento económico e social perspectivados à escala dos demais sectores da sociedade portuguesa. Os investimentos em rede nestas áreas configuram-se como modos de viabilizar a mudança social. Num dado sentido, dinamizam estruturas e actores dos sectores público e privado, tanto nas instâncias da criação/formação, da intermediação e da procura/recepção culturais e turísticas; num outro sentido, potenciam, a longo prazo, a produção especializada das ofertas e a sustentabilidade dos equipamentos sociais; por outro lado, exigem o posicionamento político das autarquias e do Estado na criação de infra-estruturas

organizacionais e financeiras que sustentem tais objectivos e tais práticas de intervenção.

Da mesma maneira, as virtualidades da análise sociológica em torno do turismo parecem-nos menos clássicas na sociologia⁵, e, na sequência disso, visíveis nas últimas décadas em função dos próprios meandros económicos e sociais que o turismo tem enquanto fenómeno social total⁶, e, numa dimensão mais específica, enquanto sector económico com potencialidades acrescidas para os Estados e para as regiões. São abordagens subsidiárias de outros campos sub-disciplinares da sociologia que sedimentaram património teórico-empírico, como a sociologia dos lazeres e a sociologia da cultura, e de outras áreas científicas sobre o social, como a economia, a antropologia e a geografia.

Como especialidade sociológica recente, que a partir dos anos 80 procura estudar as relações, os papéis e as motivações turísticas, e as instituições e os impactos dos fluxos turísticos nas sociedades receptoras, traduz, de alguma forma, a passagem de uma concepção do turismo em torno do que ficou convencionado como o *Grand Tour*⁷ para uma outra, a massificação do turismo, consequência do desenvolvimento em rede das sociedades capitalistas da metade do século XX. Diríamos que a polissemia do conceito atravessa o campo das análises sobre o turismo. E dos anos 80 e 90 em diante, mesmo que as definições operatórias de turismo e de turista não sejam consensuais e sociologicamente padronizadas, os exercícios sociológicos mais significativos em torno do turismo são, segundo Rubio Gil (2003), os de Cohen e de Urry. O primeiro, por ter realizado um confronto comparativo entre as abordagens sociológicas possíveis até àquela década em torno

⁵ Algumas resenhas em torno da sociologia do turismo remetem para os trabalhos de Simmel sobre os viajantes estrangeiros os primeiros enquadramentos sociológicos da disciplina (Rubio Gil, 2003).

⁶ Por exemplo, encontramos em Ortega (2003) um exercício em torno da investigação sociológica e de outras ciências sociais sobre o turismo nalguns países da União Europeia; e em Rubio Gil (2003) uma sistematização do percurso da sociologia do turismo nas últimas décadas do século XX, apresentando-a como um campo atomizado, que tem acompanhado a própria evolução e centralidade político-económica e social do fenómeno e que na interdisciplinaridade de objectos e de metodologias se afirma como uma das divisões disciplinares da sociologia dos próximos anos.

⁷ Expressão que designa as viagens de iniciação intelectual, cultural e artística dos jovens representantes da nobreza inglesa dos finais do século XVII pelo continente europeu, acompanhados pelos seus tutores educacionais.

do turismo, tipificando as áreas da abordagem sociológica do turismo⁸; o segundo, por acompanhar sociologicamente a mudança socioeconómica e cultural do fenómeno do turismo, concebendo o olhar do turista, socialmente contextualizado, de acordo com os contextos sociais e culturais receptores, mas também decorrente das experiências extraordinárias, porque para além das rotinas quotidianas que os périplos turísticos sugerem. À massificação da experiência turística substitui-se um outro objecto: o da reconstrução das vivências quotidianas do turista nos contextos das suas experiências não turísticas. Tempos de ócio, separação dos ritmos e espaços da vida quotidiana e significação das práticas, dos objectos e das interacções em contextos não quotidianos e eleitos por antecipação reflexiva, são características associadas ao conceito do turismo moderno. E que se redimensiona, social e culturalmente, em contextos locais e não locais (Rojek; Urry, 2002).

De alguma forma o nosso objecto remete para políticas, projectos e património de uma cidade como dimensões possíveis da análise sociológica dos espaços urbanos. Articuladas entre si ou isoladas do ponto de vista analítico, estas dimensões enformam objectos cuja pertinência conceptual e empírica traduz, também, a visibilidade dos modos de planeamento estratégico das cidades, tanto no campo político como no campo cultural. Nesse sentido, são objectos que exigem níveis de conceptualização e de operacionalização específicos consoante os actores em palco sejam os estudiosos das ciências sociais, e no caso, da sociologia, ou, pelo contrário, os mais directamente envolvidos na concepção das políticas, na dinamização dos projectos e na avaliação das acções urbanas. Num ou noutro nível, porém, são objectos com uma assumida legitimidade científica e social.

⁸ Segundo Cohen, citado por Rubio Gil (2003), os trabalhos incidem sobre o perfil do turista (motivações, interesses, atitudes e níveis de satisfação individual), os turistas e os receptores (na reciprocidade das interacções, atitudes e percepções), o desenvolvimento e a estrutura do sistema turístico (análise da expansão do turismo das áreas centrais às áreas periféricas e do processo de internacionalização do turismo enquanto sistema económico, ecológico, social, cultural e político) e os impactos do turismo (desde a divisão social do trabalho e os movimentos migratórios sazonais até à natureza das relações interpessoais, aos modos de organização da vida social e às alterações por indução externa das culturas locais).

Práticas de investigação sobre a sociedade portuguesa: as dinâmicas globais recentes e as pesquisas em torno dos universos culturais locais

No estudo sociológico da relação entre políticas e projectos de e para uma cidade, o olhar recai sobre a componente cultural dos meios urbanos: o universo das práticas culturais, nos seus dois eixos indissociáveis (o da oferta/criação e o da procura/recepção), e o universo das políticas culturais autárquicas. Por outras palavras, sobre as concepções políticas quanto ao que constitui a animação cultural de uma cidade, os projectos de intervenção cultural e de criação e formação artísticas, as redes locais de equipamentos e os públicos culturais.

Com alguma insistência, e porque do nosso ponto de vista faz todo o sentido prosseguir com a análise sociológica de tal objecto, temos direccionado o nosso interesse para um território específico, a AMP, particularmente para alguns dos seus concelhos (Azevedo, 2000; 1997; Fernandes [et al.], 1998). A AMP, e com mais acuidade os municípios que a compõem, têm protagonizado, nos últimos dez anos, projectos e práticas de investimento político no campo cultural local, que se enquadram nos cenários mais recentes do desenvolvimento das políticas culturais em Portugal (Santos, 2004; 1998) e do protagonismo social e político das práticas culturais observadas na sociedade portuguesa. Na tentativa de contribuir para o debate acerca da relação entre cidade e cultura, e das características das políticas culturais à escala local, apresentamos um objecto em torno das políticas culturais e turísticas dos municípios que constituem em 1991 a AMP, os modos como o poder local tem perspectivado as dinâmicas culturais enquanto recursos de desenvolvimento e as lógicas relacionais interconcelhias e metropolitanas relativamente às questões culturais e turísticas.

A este propósito, e nos últimos anos, a sociologia portuguesa tem desenvolvido vários trabalhos sobre as práticas culturais da sociedade portuguesa, salvaguardando as mais diversas dimensões analíticas do campo cultural. Os pólos da oferta/criação e da procura/recepção têm sido perspectivados em contextos

sociais nacionais, regionais e locais, integrando não só os vários actores e bens culturais e artísticos, como igualmente as lógicas e os efeitos produzidos no próprio campo cultural português. Por outras palavras, os estudos têm recaído sobre as práticas culturais quer sob o ponto de vista da oferta – a criação e a produção – quer sob o da procura – os públicos – e o da intermediação/distribuição – as instâncias públicas e privadas⁹.

Tais estudos, com maior sistematicidade e de carácter extensivo têm início nos finais dos anos 80, com pesquisas académicas e com a produção de estatísticas especializadas¹⁰, mas adquirem a maturidade científica e política ao longo da década de 90. Os estudos de carácter extensivo alargam-se, ora centrados em regiões específicas, cidade ou conjuntos de cidades (Lisboa e Porto, com maior centralidade empírica)¹¹, ora em faixas etárias (jovens e jovens estudantes)¹², ora ainda em actividades bem delimitadas (teatro, cinema, leitura, mecenato cultural), públicos de certo tipo de eventos e/ou de certas instituições culturais, criadores e produtores

⁹ Uma das referências da investigação sociológica tem sido o Observatório das Actividades Culturais (OAC), organismo que resulta de uma parceria institucional entre o Ministério da Cultura (MC), o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Instituto de Ciências Sociais (ICS), criada em 1996, e que reflecte o interesse académico e político pela análise dos comportamentos sociais em torno da relação com os bens culturais e artísticos e a avaliação das políticas de investimento público na formação de um campo cultural próprio e da cidadania cultural da sociedade portuguesa. Acrescente-se que a investigação em torno do campo cultural português se processa, inevitavelmente, no campo científico e académico, seja pelos centros de investigação, seja pelos contextos universitários de formação superior na área da sociologia. Destaque-se, na particular relação entre os interesses científicos e os interesses dos órgãos de decisão política pelo sector cultural português, e entre muitas outras publicações do OAC, o painel seguinte: Encontro Públicos da Cultura (2004) e Encontro O Estado das Artes, as Artes e o Estado (2002).

¹⁰ O primeiro estudo sobre as práticas culturais dos portugueses data de 1986/87 (Gaspar, 1987). A produção de estatísticas sobre o campo cultural sempre foi alvo, e nesta década com maior visibilidade, da incompletude e da raridade de estatísticas focalizadas e da diversidade de critérios de categorização das práticas culturais por parte das instâncias públicas de produção de estatísticas.

¹¹ Por exemplo, Pais [et al.] (1994), sobre as práticas culturais dos lisboetas e integrado no evento Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura; Silva; Santos (1995), um dos primeiros trabalhos sobre práticas culturais e representações da cultura na AMP; Lopes (2000), sobre práticas culturais urbanas na cidade do Porto; Silva [et al.] (2000), sobre os públicos para a cultura na cidade do Porto; Fortuna; Silva (2002), sobre transformações e dinâmicas urbanas em cinco cidades portuguesas (Aveiro, Braga, Coimbra, Guimarães e Porto).

¹² Por exemplo, Fernandes [et al.] (1998), sobre públicos estudantis do concelho do Porto; Cabral; Pais (1998), sobre os jovens portugueses, ou ainda, e sem esgotarmos as possibilidades todas da investigação sociológica, e referindo um dos trabalhos pioneiros, Schmidt (1993), sobre a relação entre a procura e a oferta cultural e os jovens.

específicos¹³. Recentemente têm aparecido estudos mais micro, intensivos – estudos de caso – que revelam os usos e vivências da cultura em espaços e tempos específicos, procurando cruzar as virtualidades da análise extensiva com as da análise mais focalizada em determinados eventos e públicos¹⁴.

A leitura da realidade cultural portuguesa no que diz respeito à ocupação dos tempos livres e dos usos do lazer tem sido feita a partir destes estudos macro e micro e do confronto diacrónico e transversal das regularidades e das especificidades entretanto sistematizadas¹⁵.

Os trabalhos têm traçado regularidades culturais significativas na sociedade portuguesa, particularmente do ponto de vista da procura cultural e dos públicos, ao longo dos anos 90 e que passam pela centralidade dos tempos livres domésticos e receptivos – o lazer doméstico e receptivo; e pelo recuo das práticas associadas a uma cultura de saídas, apesar do aumento significativo da oferta. A escolha e a intensidade das práticas culturais estão associadas à posse de um capital escolar elevado quer quanto ao cinema, leitura, teatro, música, saídas nocturnas, exposições, quer quanto à TV e rádio. O nível de escolaridade diferencia práticas e indivíduos no que diz respeito à intensidade das práticas culturais, à raridade das práticas mais selectivas e distintivas e à demarcação entre géneros e tipos de produtos. Mantém-se

¹³ Arriscamos enunciar alguns: Gomes (2001) e Neves (2001), a propósito das práticas culturais mais recentes dos portugueses, depois de um outro trabalho em torno desta temática (Conde, 1997); Santos; Melo (2001), sobre as galerias de arte na cidade de Lisboa; ou Pais (1995), com um inquérito aos artistas jovens portugueses.

¹⁴ Assinale-se dois eventos culturais recentes do Portugal moderno: a Expo 98 e o Porto 2001, acontecimentos cujos impactos foram, de igual modo, abordados por equipas de sociólogos: Costa; Santos (1999) e Santos (D.L. 2002).

¹⁵ A nível macro, relativo ao território português, foi administrado um inquérito pelo INE e pelo OAC aos portugueses sobre a ocupação do seu tempo livre (Portugal, 2001), e em 2006 tiveram início dois projectos de investigação: um, inserido no Plano Nacional da Leitura, sobre os hábitos de leitura dos portugueses, encomendado pelo Ministério da Educação; outro, sobre a cultura em Portugal, numa tentativa de diagnóstico e prospecção daquilo que tem sido feito nos últimos anos do ponto de vista das políticas culturais, projecto este encomendado pelo MC. De igual modo, em 2006, e por encomenda do MC, iniciou-se um projecto de investigação em torno da Base de Dados Estatísticos do Sector Cultural do MC, nomeadamente de diagnóstico e avaliação dos dados disponíveis. Em 2005 foi também publicado um trabalho sobre os museus em Portugal, do ponto de vista da oferta e da rede de museus existente actualmente em Portugal (Santos, 2005). E os trabalhos mais micro, em torno de instituições e de práticas culturais específicas: por exemplo, e a propósito de uma série de trabalhos localizados sobre bibliotecas e hábitos de leitura, Moreira; Baltazar; Rita (1999).

a juvenilidade das práticas culturais e há uma especificidade dos universos culturais dos portugueses consoante o género: os homens com mais tempo livre e mais diversificado, com mais saídas, com mais autonomia face ao espaço residencial e doméstico. As práticas culturais de saída são tendencialmente minoritárias, associadas aos grupos etários juvenis, aos estudantes, aos grupos mais escolarizados, às profissões intelectuais e científicas, aos habitantes das grandes metrópoles e predominantes entre as novas classes médias. Os resultados mais recentes (Portugal, 2001) reforçam estas tendências.

Em Portugal, faz sentido caracterizar as práticas atendendo à repartição regional em função do modelo de desenvolvimento do país. Os lazeres preferenciais não são indiferentes face ao carácter mais ou menos urbano de cada região. As regiões urbanas, nomeadamente Lisboa e Porto, e as áreas metropolitanas são as que mais contemplam saídas comensais (comer fora à noite e ir à discoteca) e práticas informativas (ir a exposições e a museus e ir a bibliotecas); as práticas associativas e recreativas dão-se mais nos Açores, Alentejo, Centro e Norte.

Os estudos em torno das políticas culturais são um campo recente em Portugal, que se situam nos finais de 90 em diante, e que traduzem, simultaneamente, as iniciativas científicas que adquirem legitimidade e realidade científicas mas, antes de mais, porque a realidade social se transfigurou no sentido da concepção e avaliação das políticas implementadas¹⁶. O estudo em torno das políticas culturais tem sido enquadrado a partir da relação estreita entre os públicos – as iniciativas públicas de formação e alargamento dos públicos – mas, igualmente, na relação com o território e a valorização do património arquitectónico e histórico, na relação com o desenvolvimento local – ao integrarem medidas de requalificação e

¹⁶ Refira-se os trabalhos do OAC em torno das políticas culturais em Portugal (Santos, 2004; 1998). O primeiro trabalho é uma sistematização de informações extensivas sobre a actuação política dos governos portugueses na área da cultura entre 1985 e 1995 e numa avaliação comparativa com a realidade europeia. O trabalho de 1998 constitui o relatório de Portugal no âmbito do Programa de Avaliação das Políticas Culturais Nacionais do Conselho da Europa. O trabalho de 2004 constitui um trabalho de avaliação externa sobre a aplicação e os efeitos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo, da responsabilidade do Departamento de Descentralização e Difusão do Instituto Português das Artes e do Espectáculo (IPAE).

valorização dos espaços públicos da cidade – e com a criação de uma oferta cultural diversificada e composta por níveis diferenciados de expressão cultural e artística. No contexto da AMP, e em particular ressaltando outros concelhos que não o concelho do Porto – também ele alvo de uma centralidade enquanto objecto teórico – as políticas culturais não têm tido um enfoque sistematizado e conjunto, e particularmente do ponto de vista dos actores políticos e sociais que protagonizam a concepção e a implementação das iniciativas culturais municipais. A análise dos públicos tem sido perspectivada no sentido das medidas de intervenção a serem integradas pelos princípios e iniciativas dos órgãos de gestão municipal, mas não traduz, necessariamente, uma análise das políticas culturais.

Da mesma maneira, e na relação estreita com as políticas culturais e as análises sobre os públicos da cultura, se perspectiva a abordagem sociológica dos comportamentos turísticos¹⁷. Os trabalhos em torno dos espaços urbanos, do ponto de vista dos usos turísticos que as potencialidades culturais locais e regionais sugerem, parecem-nos dimensões de análise que se enquadram numa articulação estreita com a abordagem das políticas culturais, em particular em contextos municipais como os da própria AMP.

Nos anos 80 e 90, e de acordo com os estudos realizados, a sociedade portuguesa apresenta uma condição com lacunas de três tipos: sub-equipamentos em termos de produção e infra-estruturas culturais, níveis mais baixos de procura cultural para certos domínios e défices de política cultural quanto à sua consistência, continuidade e activismo. Actualmente, e no quadro da União Europeia e dos processos de desenvolvimento e modernidade da sociedade portuguesa - uma *sociedade semi-periférica* (Santos, 1994), de *modernidade tardia e inacabada* (Costa; Machado, 1998), a cultura adquiriu uma outra centralidade política e económica: a

¹⁷ Indicaríamos, e sem esgotar o painel das investigações dos últimos anos, Fortuna; Ferreira (1996), em torno da cidade e dos usos turísticos da cidade; Joaquim (1997), a propósito do turismo sustentável e na relação directa com a massificação turística e o equilíbrio ambiental e a cidadania; Conceição (1998) e Malta (2000), a propósito da construção económica, social e simbólica dos produtos turísticos e dos espaços propícios para os usos daqueles; ou ainda Peixoto (2003), a partir da análise dos centros históricos como *sintaxe urbana* que redimensiona as potencialidades e os usos turísticos urbanos.

associação estreita entre cultura e desenvolvimento. De que modo? Tanto no desenvolvimento do sector cultural, amadurecendo potencialidades endógenas e explorando novas dimensões como o turismo cultural e as indústrias culturais e as novas profissões no sector terciário dos lazeres. Como no enquadramento mais global da dimensão cultural do desenvolvimento, focalizando valores, práticas e orientações que interligam a modernidade com a cidadania democrática. Os factores socioculturais são necessários, e parte intrínseca, do desenvolvimento.

CAPÍTULO 2

Cultura, turismo e desenvolvimento: construção de um objecto de pesquisa

O local e o global como escalas possíveis do desenvolvimento: a cultura e o turismo como recursos emergentes

As políticas culturais dos concelhos da AMP, articuladas com as potencialidades turísticas locais, integram-se como vectores estruturantes dos projectos do desenvolvimento dos concelhos, e quando perspectivados à escala mais ampla da área metropolitana que os acolhe, viabilizam-se pelas lógicas políticas de convergência e de projecção do próprio território metropolitano. Digamos que é este o nosso centro de análise¹.

O desenvolvimento de competências culturais nos indivíduos e nos grupos sociais são dimensões para analisar as modalidades de articulação entre uma realidade como a do desenvolvimento e uma realidade como a da fruição. A dimensão cultural faz parte do processo do desenvolvimento das sociedades e dos países. É um ponto de chegada dos percursos políticos dos Estados-Providência europeus, democráticos e intervencionistas, e das pesquisas sociológicas em torno das dinâmicas urbanas, culturais e políticas da sociedade contemporânea.

Quando se perspectiva o modo como o poder local concebe políticas sectoriais de intervenção, no campo cultural e turístico, que adquirem viabilidade desde que estejam integradas num projecto mais amplo de desenvolvimento local, não só este se estrutura politicamente como um processo de mudança social, como adquire historicidade na relação estreita com as lógicas e os efeitos de um outro processo das sociedades contemporâneas: o processo da globalização. Estarão as sociedades a tornar-se mais homogêneas sob o ponto de vista cultural ou, pelo contrário, estarão antes a multiplicar-se as diferenças culturais que resultam dos

¹ No Capítulo 3 apresentamos o objecto empírico e os limites temporais em que situamos a análise das políticas culturais e turísticas da AMP.

(des)encontros entre as dinâmicas culturais globais e a afirmação e a defesa das identidades e dos particularismos locais?

Da relação entre o local e o global estamos perante novas modalidades de manifestação cultural, híbridas e entrecruzadas, nas formas e nos processos de afirmação, com particular localização nos espaços urbanos – espaços de cruzamento e de afirmação multicultural. A globalização é um processo que envolve diferentes dimensões - política, económica, cultural, social, educativa, científica, tecnológica – e que caracteriza, tendencialmente, o percurso histórico das sociedades capitalistas actuais (Melo, 2002). Os localismos, neste sentido, globalizam-se mais rápida e facilmente, e reposicionam-se no mundo. Neste sentido, a cultura e o turismo cultural podem ser perspectivados como modalidades de afirmação de especificidades territoriais por via dos processos e dos mecanismos que a globalização sugere. Por outras palavras, sociedades locais tornam-se mais globais pelas suas especificidades e pelas possibilidades dos contextos da própria globalização (Borja; Castells, 1999).

Os localismos tornam-se globalismos e os globalismos tornam-se localismos, não segundo processos homogeneizadores mas de acordo com especificidades (Santos, 2002). A globalização pode ser entendida como processo de descontinuidade, de ruptura e de inovação, tornando as redes culturais, às diversas escalas, redes desterritorializadas. Porém, e no reverso da leitura, os sentidos destas redes também se visualizam a partir da sua inserção territorial e simbólica nas lógicas e nos processo da própria globalização. Os espaços culturais actuais, e à escala local e regional, são híbridos e mesclados de várias influências – pelo revivalismo das práticas e das memórias culturais tradicionais, pela assunção no quotidiano das expressões das *indústrias culturais*, e pela transfiguração e aproximação das formas clássicas da *cultura erudita* e a afirmação de expressões culturais minoritárias e urbanas.

Do ponto de vista cultural e turístico, os espaços centrais, os espaços periféricos e os espaços semi-periféricos coabitam nas possibilidades políticas,

económicas, sociais, culturais e turísticas da própria globalização. Todos eles se legitimam porque externalizam ofertas e obtêm recursos. Homogeneizando-se práticas e criando-se assimetrias e desigualdades sociais e culturais. Quando abordamos a transformação das sociedades contemporâneas à luz dos processos de globalização, confrontamo-nos com o posicionamento que perspectiva a mudança social a partir da globalização económica e da articulação das transformações verificadas ao nível da sociedade civil – espaço onde se definem comportamentos sociais e se afirmam as formas de autonomia dos cidadãos – e da sociedade política – espaço onde se partilham e transmitem certos valores no quadro dos consensos e dos conflitos associados ao exercício do poder (Mateus; Brito; Martins, 1995).

Reposiciona-se e redefine-se a noção política e territorial de Estado-Nação e afirma-se a configuração política e social de entidades territoriais, supranacionais e infranacionais, ou, no nosso caso, áreas metropolitanas. Poderíamos igualmente perspectivá-la a um nível mais micro salvaguardando a afirmação institucional e política de novas formas de organização territorial – as áreas metropolitanas - onde a globalização, de alguma forma, se localiza. Poder-se-á perspectivar a AMP segundo esta modalidade como centralidade metropolitana e regional, pois as dinâmicas urbanas e as relações entre concelhos estruturam modos de vida e modos de produção económica e social. Estes definem não só espaços urbanizados que se relacionam com um centro urbano – o Porto – como também uma área composta por quotidianos urbanos que desenvolvem relações com centros urbanos envolventes que ultrapassam a própria contiguidade territorial metropolitana. Por outro lado, tais centros urbanos locais adquirem centralidade difusa quando inscritos nas lógicas mais globais do funcionamento do sistema económico e cultural, nacional e europeu. Os territórios, e as dinâmicas culturais e turísticas que neles se processam, vão-se reposicionando em variadas centralidades recíprocas que os reconfiguram. As políticas culturais à escala local e metropolitana exigem um enquadramento que pondere, simultaneamente, a relação com a exogeneidade e a endogeneidade.

Enquanto processo, o desenvolvimento reposiciona também os parâmetros da identidade/decomposição, da coesão/exclusão, da integração/marginalização, dos grupos sociais e dos actores sociais e dos espaços territoriais onde se inscrevem as suas práticas. Interessa-nos abordar o desenvolvimento como processo da mudança social das sociedades locais, e não como variável explicativa dos processos culturais. Nos anos 80 a sensibilidade dos actores políticos para as finalidades sociais e culturais como recursos do desenvolvimento económico afirmou-se como tendência à escala europeia (Santos, 1991). Decorrente da interiorização nos discursos políticos das novas formas, não estritamente económicas, de perspectivar o desenvolvimento, as políticas culturais europeias nos finais da década de 80 e ao longo da década de 90 pautaram-se por objectivos estruturantes como os do reforço da competitividade da produção cultural nacional, apoiando a sua projecção no exterior; da redução da dicotomia entre *cultura erudita* e *cultura de massas*; da formação de criadores/produtores culturais e de mediadores e consumidores culturais; da diversificação da oferta de bens e serviços culturais; e da modernização organizacional e técnica das instituições clássicas de difusão cultural.

Simultaneamente, e entre os possíveis meios de actuação propostos à escala europeia para orientar e fundamentar a intervenção dos poderes públicos nas áreas culturais, nomeadamente no das *indústrias culturais*, adquire centralidade política o recurso à investigação aplicada, decorrente do campo mais amplo das ciências sociais, traduzindo a necessidade política de sustentar, teórica e empiricamente, as opções estratégicas para a cultura e de orientar a aplicação das políticas culturais.

A perspectiva institucional da produção de oferta cultural, direccionada também para a oferta turística, interessa-nos aqui destacar. Não contemplamos a perspectiva da fruição e da recepção propriamente ditas, nem a vertente das dinâmicas culturais na relação estreita entre oferta e procura. Não posicionamos teoricamente, e quanto ao objecto empírico que nos ocupa, os concelhos da AMP, as relações entre a acção institucional e a acção dos actores sociais, ou noutro sentido,

dos públicos. Não isolamos as políticas culturais e turísticas a partir de um dos seus vectores principais, o da formação e alargamento dos públicos locais.

Neste sentido, procuramos conciliar dois níveis de análise. Por um lado, a análise preliminar mais sistémica e diacrónica, com a intenção de caracterizar e interpretar a estruturação do espaço supramunicipal aqui presente, e que antevê a caracterização dos processos sociais locais. Privilegiamos a historicidade dos concelhos enquanto territórios que afirmaram, na temporalidade dos processos económicos, sociais, políticos e culturais, uma identidade local e especificidades próprias dos processos de urbanização e de terciarização locais; as dinâmicas sócio-demográficas do território metropolitano, integrando-as nas tendências mais globais das últimas duas décadas das sociedades europeias; os percursos político-partidários, associados a lideranças marcadas pela relação política e social dos eleitos com os territórios locais, e a uma longevidade do exercício do poder político autárquico; e, de igual modo, os percursos concelhios em torno da criação e da dinamização de uma rede municipal de equipamentos culturais e desportivos, e das potencialidades turísticas decorrentes dos recursos naturais concelhios, mas igualmente das materialidades culturais e sociais criadas pelo poder político.

Por outro lado, e num segundo eixo analítico, a caracterização e interpretação das representações dos actores sociais, de cariz sincrónico, e a partir dos discursos dos actores sociais, políticos e não políticos, sobre as dinâmicas culturais e turísticas dos concelhos e do próprio espaço metropolitano. A AMP, enquanto território político formalmente integrado, permite-nos enquadrar os próprios processos sociais locais, triangulando as opiniões e os posicionamentos políticos e sociais de alguns dos seus interlocutores mais centrais: os eleitos locais e os actores locais e regionais com papéis políticos, técnicos ou sociais nas áreas da cultura e do turismo, e em última instância na do desenvolvimento local e regional. A análise sincrónica dos discursos destes actores posiciona-nos sobre as representações face ao presente político e social local, mas de alguma forma são também discursos sobre os discursos e as práticas políticas dos protagonistas –

actores institucionais e não institucionais - dos momentos políticos e sociais anteriores.

Dois níveis de análise, não intermutáveis, mas que conciliando-se dentro das possibilidades da prática da investigação empírica propriamente dita, reconfiguram as leituras das políticas culturais e turísticas dos concelhos da AMP.

A relação entre a cultura e o desenvolvimento local, e o estatuto do turismo cultural nesta relação, são parâmetros que nos orientam na análise das políticas culturais e turísticas. A realidade local e regional é plurifacetada, e perante as dinâmicas culturais que as autarquias têm desenvolvido, faz sentido pensar-se em que medida todas elas, enquanto cultura, são pensadas para o desenvolvimento e em função do desenvolvimento local. A leitura sociológica do local, das modalidades de expressão cultural e do turismo cultural – pelos discursos dos actores locais (eleitos políticos e actores locais e regionais) e pela historicidade documentada da oferta cultural e turística – ocupa-nos nestes cenários locais e supramunicipais. Interessa-nos tanto a lógica global da AMP, ou seja, a partir da totalidade integrada dos concelhos, como as lógicas específicas de cada concelho face aos demais e à AMP.

As políticas culturais e turísticas em contextos locais e regionais: coordenadas de um objecto em estudo

A investigação sociológica enquanto prática da investigação processa-se com a construção de problemas, que desemboca na construção de um objecto teórico. É a construção de objectos teóricos que assegura à sociologia, enquanto formação científica, a sua individualidade reflexiva e analítica e as potencialidades dos seus instrumentos heurísticos de percepção selectiva do real social. Os problemas teóricos decorrem não apenas da *imaginação sociológica* do investigador: a sua imaginação inscreve-se antes de mais em quadros ideológicos e científicos de leitura

do social. Como tal, o aparecimento de um problema teórico, ou de um conjunto de questões que se articulam teoricamente, decorrem de um *conjunto complexo de relações*, tanto *entre conceitos disciplinares* (relações *intracientíficas*), *entre conceitos e objectos reais* (*informação-observação sistemática e controlada-validação*), *entre o campo disciplinar em causa e outros campos disciplinares* (*pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade*); *entre práticas sociais no seu conjunto e a prática científica em causa* (Almeida; Pinto, 1995, p.18).

Como é que nas políticas culturais locais é possível articular e viabilizar, num projecto político mais global, vectores como a diversidade cultural, a memória local e a sustentabilidade das iniciativas e dos investimentos urbanos e de ordenamento do território, como também a democratização cultural, a produção de externalidades económicas, culturais e turísticas, e a criação e animação dos equipamentos culturais?

As políticas culturais e turísticas são instrumentos de planeamento cultural e turístico de uma cidade e de um concelho. Projectar culturalmente a cidade implica, desde logo, pensar a cidade do ponto de vista político pois, enquanto exercício político que é, contempla representações sobre o papel do Estado e da sociedade civil na relação com o campo da cultura (Silva, 2003; 1997).

A política cultural autárquica, de cariz público, define-se por um conjunto de princípios e de objectivos estruturantes, de prioridades e de critérios de actuação quer quanto à natureza e às modalidades dos projectos, quer quanto aos modos de financiamento, quer ainda quanto à natureza da relação a estabelecer com os diversos actores do campo cultural. Exige sistematicidade e coerência; planificação, concertação e parcerias entre os actores directamente envolvidos, sejam os políticos e os culturais, seja a própria sociedade civil. Exige diagnósticos de situações sociais e culturais e de públicos. Exige avaliação de actividades e de resultados.

Nas políticas culturais encontramos, assim, dimensões da relação entre a cultura (o campo cultural) e o poder (o campo político) e que traduzem os modos como os dois eixos do campo cultural (oferta/criação e procura/recepção) se

articulam com as concepções ideológicas e a estrutura do próprio campo político local (Bourdieu, 1989).

Assumamos que, do ponto de vista sociológico, e na linha de propostas analíticas arquitectadas, dois princípios globais estruturam uma política cultural municipal (Pinto, 1994; Silva, 1997): o primeiro diz respeito à criação e à manutenção das infra-estruturas básicas especializadas que permitem desenvolver actividades de criação cultural e artística e processos de revitalização, valorização e animação do património cultural local; o segundo reporta para a criação e a satisfação das necessidades culturais dos diversos públicos, particularmente daqueles que, do ponto de vista socioeconómico, mais afastados se encontram das manifestações culturais e artísticas que exigem instrumentos cognitivos de recepção particulares, necessários, em última instância, à sua descodificação e fruição plenas (Bourdieu, 1989).

Quanto ao primeiro princípio, assumem particular relevância sociológica as possibilidades materiais e simbólicas do poder político local para *criar* e *animar* uma rede de equipamentos culturais no espaço local. A rede de equipamentos com uma pluralidade de valências culturais e educativas é a que melhor se enquadra no leque de necessidades que emergem do tecido social local. Por outro lado, só é possível pensar-se numa rede municipal de equipamentos desde que em consonância com recursos humanos especializados e profissionalizados, com recursos financeiros e com estratégias de animação destes espaços culturais numa articulação estreita com a sociedade civil. O associativismo local, enquanto quadro institucional de animação e interacção (Costa, 1999), pode funcionar, simultaneamente, como interlocutor e intermediário privilegiado entre a oferta e a procura cultural. São as parcerias entre as autarquias e os actores do tecido social local e regional (desde os económicos e políticos até aos culturais e educativos) que viabilizam os modos locais do *fazer cultura* e do *estar e usufruir da cultura*.

Quanto ao segundo princípio, estamos perante a questão dos públicos da cultura, ou seja, das possibilidades do poder político para *formar* e *alargar* públicos

da cultura. É uma outra componente da relação entre o poder e a cultura, e do ponto de vista político a que suscita mais dificuldades de operacionalização. A propósito da relação dos indivíduos e dos grupos sociais com as diversas manifestações culturais e artísticas, as assimetrias estruturais da sociedade portuguesa (por exemplo, os níveis educacionais e culturais) e a própria lógica classista das sociedades contemporâneas transparecem nas mais diversas formas da procura e da recepção dos eventos culturais. Fomentar a participação dos públicos nos actos de criação e potenciar condições para a democratização da esfera da produção e da criação cultural constituem dois outros vectores de uma política cultural que, num quadro institucional local, se torna um exercício político mais condicionado.

Neste sentido, e remetendo para reflexões sistematizadas sobre políticas culturais no seio da investigação sociológica em Portugal, concebemo-las a partir de outras dimensões (Santos, 1991). Por um lado, como *factor de desenvolvimento*, destacando-se a relação estreita entre desenvolvimento local e cultura, esta como sector que potencia crescimento, aquele como processo que integra dimensões e objectivos culturais (Silva [et al.], 1988), delineando-se as relações institucionais entre políticas económicas e políticas culturais. Associado a este vector, um outro que posiciona as políticas culturais como meios de garantir a identidade e a independência cultural do território nacional, sendo a cultura um recurso e um traço identitários. Perspectivando-as à escala local e metropolitana, diríamos que as políticas culturais estruturam modos de assegurar identidades sociais e territoriais.

Numa outra dimensão, entendemo-las como *instrumentos de alargamento do acesso a bens e serviços culturais*, procurando-se coadunar as dimensões da oferta e da procura, formando e alargando públicos e constituindo uma oferta plural e híbrida.

Ainda que não nos ocupe na construção do nosso objecto, um outro parâmetro adquire relevância na abordagem sociológica das políticas culturais: os pressupostos ideológicos e políticos quanto ao posicionamento do Estado na regulação da cultura. As políticas culturais, e em particular a uma escala europeia, podem ser perspectivadas como *estratégias de regulação das indústrias culturais*. Ou

seja, posicionando-se entre os poderes públicos europeus a ideia de que articulação entre o sector privado e o sector público exige o reposicionamento face às novas modalidades de cultura, aos novos relacionamentos entre a arte e os mecanismos e instituições de reprodução cultural e artística, e aos critérios transdisciplinares de legitimação cultural e artística (Santos, 1991).

Uma outra questão atravessa a reflexão em torno das políticas culturais nacionais e europeias entre a década de 80 e a década de 90: a que contemporiza a relação entre Estado – e as possibilidades do intervencionismo estatal – e a sociedade civil – as da liberalização económica na área da cultura. Perante tal, a posição conciliatória entre os dois actores, sociais e políticos, é a posição de convergência que melhor se adequa quando perspectivada à escala local e metropolitana. É positiva e adequada a associação entre agentes culturais, públicos e privados, entre empresas sob a forma do mecenato cultural e dos apoios e patrocínios à cultura, e os representantes a várias escalas de intervenção do Estado – no caso, municípios e território metropolitano. Da relação estreita entre esta rede de actores, constroem-se as políticas culturais na base da relativa descentralização, segundo uma lógica vertical e horizontal, integrada e pluri-espacial, articulando a acção de várias entidades e dos níveis territoriais de intervenção (Ibidem).

Quando nos confrontamos com alguns dos requisitos estabelecidos entre os Estados membros da União Europeia, há diversidade nas políticas culturais nacionais, mas cinco requisitos uniformizam a definição das políticas culturais estatais: os objectivos centrais e locais, os actores políticos e culturais, o planeamento, os recursos e as acções estrategicamente articuladas (D'Angelo; Vespérini, 1998).

São directrizes das políticas culturais locais, parece-nos, a valorização e o fomento da produção cultural e artística local, com investimento na criação e melhoria dos equipamentos culturais, com a formação de algumas vertentes de animação cultural e com a articulação entre a escola e os agentes culturais. Por outro lado, consubstanciam as políticas culturais a dotação e funcionalidade dos

equipamentos culturais de carácter municipal e a animação dos serviços culturais, incentivando as capacidades locais de vida cultural e garantindo as condições de atractividade cultural local.

Para além destes vectores políticos e sociais, que nos orientam na própria análise dos discursos sobre a cultura nos concelhos da AMP, assumamos o pressuposto de que há uma perspectiva de apoio e incentivos ao associativismo de base cultural e desportiva, e aos criadores locais, descentralizando à escala local, institucional e geográfica, a própria política cultural municipal, e mantendo a vitalidade do tecido social local. Um outro traço que nos parece ser possível visualizar nas políticas culturais locais, ainda que mais difícil de operacionalizar face à raridade dos investimentos municipais e associativos, é o de criar estruturas de ensino artístico no espaço local, fomentando a formação dos modos de recepção dos públicos e, particularmente, a criação artística no espaço local.

Neste sentido, e se tomarmos como referência a abordagem exploratória do objecto empírico, e os conhecimentos anteriores sobre este espaço político e social, provavelmente há afinidades culturais entre os concelhos da AMP que podem potenciar uma integração e coerência do espaço cultural metropolitano.

À luz das investigações já realizadas, e do próprio enquadramento europeu, que postula a centralidade política da cultura nos processos do desenvolvimento, podemos perspectivar até que ponto tal centralidade se localiza à escala dos municípios da AMP. Parece-nos que o enquadramento jurídico e organizacional das questões culturais, os orçamentos, os projectos e as actividades podem configurar modos locais de relação com a cultura, como garantir, de igual forma, uma particular visibilidade política e social ao poder político local. Criar e dinamizar equipamentos com valências culturais tornou-se um dos objectivos estruturantes das políticas culturais municipais. À escala metropolitana, e perspectivando as áreas metropolitanas como unidades territoriais cujos actores políticos asseguram a gestão integrada das condições de desenvolvimento dos municípios, os equipamentos culturais são tanto mais instrumentos privilegiados de planificação e realização das

actividades culturais quanto mais concebidos numa lógica de rede intermunicipal e metropolitana. Se partirmos do pressuposto de que o modelo territorial metropolitano assume pertinência política e social, porque perspectivado para fomentar uma gestão integrada das condições de desenvolvimento das regiões e das populações, podemos teoricamente arquitectar a ideia de que as políticas culturais municipais podem ser, também elas, concebidas em termos metropolitanos.

É precisamente sobre estas dimensões que nos interessa analisar o posicionamento da cultura no universo político e social dos concelhos da AMP. Por um lado, interpretando até que ponto o território metropolitano, e antes de mais a partir das especificidades de actuação política dos seus concelhos, contraria o cenário de inexistência política e cultural dos programas sistemáticos de intervenção sobre a área do cultural, e a visibilidade restrita do vector cultural no plano estratégico do desenvolvimento local²; por outro, e num sentido paralelo àquele, até que ponto a AMP posiciona a cultura, e as potencialidades turísticas locais e regionais, como parâmetros estratégicos de concepção e de implementação de mudança social local.

Incentivar e viabilizar a formação de públicos da cultura constitui, desde há alguns anos, um vector cada vez menos secundário nos universos políticos das autarquias portuguesas. Ao observarmos as realidades concelhias, tendo por referências as investigações sociológicas que vão adquirindo visibilidade nesta área, e a projecção mediática e vivencial dos processos do campo cultural da sociedade portuguesa, torna-se possível localizarmos mudanças no campo da oferta e da procura cultural local. Particularmente, entre os concelhos mais urbanizados e mais litoralizados.

Outras directrizes orientam o nosso olhar sobre o objecto de pesquisa. Por exemplo, os ritmos e as modalidades segundo os quais os concelhos perspectivam a oferta cultural no espaço local; a criação e animação de espaços de cultura – os

² Como retrata López de Aguilera, “Si algo ha caracterizado a la política cultural local es su extrema diversidad. Constituye un mundo variopinto, escasamente estructurado, divergente en ocasiones, fruto del duro trabajo de francoatiradores.” (2000, p. 16)

equipamentos culturais; mas também como se processa a reutilização de espaços locais já existentes e a reconfiguração das suas valências funcionais. Num outro sentido, interessa-nos interpretar as concepções políticas sobre o que é a animação cultural de uma cidade, os projectos de intervenção cultural, os equipamentos e os públicos culturais. Paralelamente, são determinantes do ponto de vista da lógica metropolitana, as representações dos actores políticos e sociais sobre o território metropolitano, a contiguidade territorial e funcional no seio da AMP, os investimentos políticos e simbólicos de cada concelho e da própria AMP na cultura; por outras palavras, as representações políticas e sociais sobre as virtualidades e possibilidades do projecto cultural metropolitano.

De igual modo, torna-se sustentável do ponto de vista político a associação entre as manifestações culturais locais e as potencialidades turísticas dos concelhos. Os discursos políticos tendencialmente valorizam, e face às diversas instâncias políticas e mediáticas, a necessidade do investimento público e privado no turismo e, nalguns casos concelhios, e para os últimos anos de gestão política, no turismo cultural. Entre os concelhos mais urbanizados e litoralizados, podemos visualizar tais tendências. Se nos confrontarmos com os municípios da AMP, e com a centralidade exercida pelo concelho do Porto, tanto cultural como turística, adquire legitimidade teórica vermos até que ponto há representações políticas sobre a dinamização económica e social do turismo local, valorizando-o como um outro factor de desenvolvimento dos concelhos, particularmente a partir da associação entre as manifestações culturais locais e regionais e as potencialidades turísticas.

Visualizarmos sociologicamente estes parâmetros de análise por via dos discursos e representações dos próprios actores políticos, no desempenho do seu papel, torna-se-nos, e de acordo com parâmetros até agora tipificados, um outro vector analítico primordial: confrontarmo-nos com a reflexividade política e ideológica dos eleitos locais sobre a cultura e os usos da cultura nos contextos políticos e territoriais.

Um indicador empírico que sustenta um outro parâmetro de análise é o de tentar visualizar de que forma a oferta cultural municipal se direcciona também para as externalidades possíveis da economia local e para os usos turísticos de eventos e bens culturais intraconcelhios. Como articulam as câmaras municipais da AMP a promoção de eventos culturais com influência supramunicipal (regional, nacional e internacional) com o investimento na recuperação/revitalização e manutenção do património local enquadra, a nosso ver, uma relação possível entre cultura e turismo locais.

Os níveis de análise a que nos propomos configuram diferentes sentidos de cultura³. As diferentes expressões culturais espelham formas socialmente legitimadas de manifestar o jogo cultural. Não há unidade cultural na sociedade, há manifestações de cultura compósitas que espelham as lógicas mais estruturantes dos processos de estruturação dos actores sociais – a socialização nas diversas valências, graus e contextos – e das pertenças de classe. A *cultura dita erudita*, concebida como *cultura de elite*, é aquela produzida pelos círculos de elite da sociedade, que se institucionalizou no campo artístico, e cujas possibilidades da reprodução cultural reposicionaram tanto as instâncias de legitimação dos bens artísticos como o lugar social e simbólico dos criadores; a *cultura popular*, como matriz fundadora das pertenças territorializadas e das historicidades dos locais e dos grupos sociais, aproximando-se do sentido também etnográfico de cultura; e a *cultura de massas*, caracterizada pelo grau de nivelamento e homogeneização, mas também de mobilidade social e simbólica, que potencia outros níveis de fragmentação do social, novos critérios de legitimação da produção cultural e que torna o campo da cultura um campo de exercício da lógica da reprodução e da rentabilidade económica. A transversalidade entre as fronteiras redimensiona os exercícios políticos de situar a oferta municipal dentro de parâmetros estanques e fechados.

³ A definição das actividades culturais pela UNESCO incorpora a seguinte listagem: herança cultural, imprensa e literatura, música, arte dramática, artes plásticas, cinema e fotografia, rádio e televisão, actividades socioculturais, desportos e jogos, natureza e ambiente, administração geral das actividades/actividades difíceis de classificar (D'Angelo; Vespérini, 1998).

Diríamos que a oferta cultural municipal define-se nessa tentativa de integrar os níveis diferenciados, mas que, na sua simultaneidade, também viabilizam as vivências locais e os usos culturais dos espaços e dos tempos de fruição. Quando perspectivadas à escala metropolitana, ampliam-se as possibilidades de cruzamento entre as formas de criação e de expressão e a pluralidade dos sentidos das vivências culturais. As autarquias procuram equilibrar na oferta local modalidades culturais diferentes que, tanto se enquadram em traços da *cultura popular*, como em universos mais próximos da *cultura erudita* e das *indústrias culturais* (Santos, 1988). Alicerçam-se, assim, outras dimensões analíticas: face às possibilidades da oferta cultural municipal, até que ponto nos confrontamos com os possíveis híbridos na oferta municipal da AMP, e de que modo antevemos o alargamento dos investimentos financeiros e logísticos na área da cultura.

Assumamos que à rugosidade do *objecto empírico* que antevemos, e em diferentes momentos da pesquisa, e à transparência do *objecto em estudo*, que a dado momento a teoria nos permite construir, talvez não haja grande distanciamento. Reposicionamo-lo também a partir das virtualidades que o estudo de caso, metodologicamente, nos permite: o vaivém entre os parâmetros teóricos iniciais da investigação e as sucessivas incursões no terreno que nos confrontam com os actores políticos e sociais e com os documentos da sua historicidade política e cultural. E, nesse sentido, podemos assumir alguns outros fios orientadores da própria pesquisa empírica.

Ao longo da década de 90 do século XX, e confrontando-nos com os resultados das investigações sociológicas, e com as abordagens políticas e técnicas das instâncias políticas e europeias, a centralidade relativa da cultura tende a configurar-se nos discursos e nas práticas políticas e culturais locais. E, enquadrando as representações políticas e sociais dos actores sobre os princípios estratégicos de actuação e as prioridades de investimento político e social, visualizamos a cultura como um dos factores principais para o desenvolvimento do

concelho. Até que ponto, e de que modo, podemos enquadrar tais pressupostos nos concelhos da AMP constitui uma das centralidades teóricas a explorar.

Por outro lado, e tendo presente que as instituições autárquicas se confrontam com novas exigências organizacionais do ponto de vista da maior formalização dos seus serviços internos e externos, a configuração social e política da cultura na organização municipal pode sugerir-nos outros lugares políticos. Que lugares políticos são esses, com que visibilidade e legitimidade formais e políticas se configuram no interior das organizações autárquicas, são outros vectores a dimensionarmos na análise das políticas culturais da AMP.

Senão vejamos. Um estudo datado de 1993, a propósito da macroestrutura das câmaras da AMP (Azevedo; Meireles, 1993), revelou, e no que diz respeito às áreas que aqui nos ocupam, alguns vectores estruturantes: por um lado, a insuficiência e a debilidade de unidades orgânicas vocacionadas para o planeamento estratégico dos concelhos, estando essas preocupações associadas a serviços de assessoria à presidência e às vereações e à área do planeamento urbanístico; por outro lado, a inclusão de funções menos tradicionais (como a educação e o desenvolvimento económico) em unidades orgânicas menos desenvolvidas e menos valorizadas politicamente, não havendo mesmo câmaras com unidades orgânicas criadas para o cumprimento da função do desenvolvimento local ou, apenas, do desenvolvimento económico; por fim, as áreas da educação e da acção social, da acção cultural e desportiva são aquelas que nesta data estão associadas a uma mesma unidade orgânica (divisão ou departamento) e, enquanto funções menos tradicionais no painel das autarquias, têm um enquadramento formal variável e estão situadas numa área “(...) que conhecerá, possivelmente, maior incidência das transferências de competências da Administração Central para a Administração Local.” (Ibidem, p.4).

Parece-nos significativo reter uma preocupação analítica complementar: de que modo evoluíram as macroestruturas municipais, com a criação das áreas

metropolitanas em 1991, quanto ao local planeamento estratégico da cultura, do turismo e do desenvolvimento.

Pre vemos também que a construção de infra-estruturas locais com valências culturais e desportivas, e as virtualidades de uma lógica metropolitana na concepção, implementação e avaliação de uma rede de equipamentos culturais, principalmente de estatuto municipal, fundamentam as práticas políticas dos concelhos da AMP. Porém, interpretarmos de que forma tais processos se accionam, e se estamos perante a confluência, ou não, entre políticas culturais concelhias, é uma outra dimensão que adquire centralidade na nossa análise. Por outro lado, interessa-nos reter a maior ou menor conflitualidade destes processos políticos e localizar os mecanismos de aproximação entre as políticas culturais municipais.

A actuação do poder político local tem configurado nos últimos anos em Portugal concepções e práticas políticas que posicionam as áreas da cultura e do turismo nos modelos de desenvolvimento local e regional. Como se configura a AMP nesse sentido ao longo da década de 90 adquire, por isso, legitimidade sociológica. Como refere Yúdice: “(...) la cultura se invierte, se distribuye de las maneras más globales, se utiliza como atracción para promover el desarrollo del capital y del turismo, como el primer motor de las industrias culturales y como un incentivo inagotable para las nuevas industrias que dependen de la propiedad intelectual. Por tanto, el concepto de recurso absorbe y anula las distinciones, prevalecientes hasta ahora, entre la definición de alta cultura, la definición antropológica y la definición masiva de cultura.” (Yúdice, 2002, p. 16).

Como já referimos, incentivar e viabilizar a formação de públicos da cultura constitui, desde há alguns anos, um vector cada vez menos secundário nos universos políticos das autarquias portuguesas. A observação da realidade política e social de certos concelhos, e as investigações já realizadas, mais ou menos focalizadas, levam-nos a localizar mudanças relativas no campo da animação cultural local. Tais mudanças sugerem ao sociólogo o construir de um objecto de análise – públicos e políticas culturais - que, para além das suas especificidades

epistemológicas, levanta desafios do ponto de vista da abordagem metodológica. Podemos começar por assinalar as especificidades subjacentes ao processo de construção dos indicadores de análise das políticas culturais autárquicas que, à semelhança de qualquer investigação sociológica, nos remetem para o problema da validade da medida dos fenómenos sociais e, como tal, para a validade do processo e dos dados de conhecimento obtidos.

Porém, e para além disto, coloca-se-nos também o problema da heurística dos instrumentos de recolha e de análise da informação, bem como o da disponibilidade das fontes documentais necessárias ao trabalho sociológico. A comparabilidade das realidades culturais e políticas das autarquias, e no nosso caso em particular, e atendendo ao período inicial previsto (1980-2001), torna-se, por vezes, difícil, quando não impossível, em virtude da natureza da própria realidade social em análise. A realidade cultural das autarquias, para além de multifacetada e pluridimensional, e com níveis de desenvolvimento intrinsecamente diferenciados, nem sempre se encontra organizada e dotada de registos sistemáticos sobre os mais diversos materiais culturais. Tal não inviabiliza, de todo, a investigação sociológica; pelo contrário, torna-a mais sinuosa e, necessariamente, mais estimulante.

Mas digamos que tais dificuldades e insuficiências traduzem, antes de mais, as especificidades do próprio campo cultural. A categorização estatística do cultural torna-se difícil. O campo cultural é avesso, quase poderíamos dizer, a tal exercício. A ligação ao pólo institucional e infra-estrutural da cultura exige-nos perspectivar as áreas privilegiadas da intervenção política cultural e os níveis de financiamento da cultura local. Na abordagem estritamente estatística do campo cultural – entendido na sua totalidade e cobrindo os vectores da procura e da recepção, da oferta e da criação/edição e da distribuição/difusão/descentralização – o que nos ocupa é o lado da dimensão institucional da oferta, por via das câmaras municipais e dos organismos locais e regionais, e da dimensão infra-estrutural da produção/oferta/criação locais. E quanto a este pólo verificamos que as bases de

dados municipais carecem de uma uniformização dos critérios de organização da informação e de categorização das áreas de intervenção cultural.

Até que ponto a AMP é atravessada por lógicas de competitividade e de concorrência interconcelhia, por um lado, e por lógicas de afirmação própria dos centros urbanos, num jogo de espelhos recíproco, por outro, constitui uma outra dimensão analítica a explorar. Num sentido ou noutro, de que forma a AMP se reforça enquanto espaço metropolitano: estará perante uma lógica de reforço supramunicipal, a partir de um esforço conjunto de inter-relação contínua, e beneficiando de efeitos centrípetos e de efeitos centrífugos? Ou, num outro sentido, acciona dinâmicas de especialização funcional em consonância com dinâmicas de conjunto? De que forma o turismo é uma componente económica e social transversal, já não só às políticas do desenvolvimento local de cada concelho, mas mais do que isso, às políticas de projecção metropolitana da AMP?

Tais lógicas adquirem centralidade territorial e política e integram-se, reciprocamente, a partir da articulação do local e do global, naquilo que constitui a problemática do desenvolvimento local. O desenvolvimento é um produto de uma endogeneidade transcrita e accionada, também, pela exogeneidade dos recursos, dos estímulos socioeconómicos, e das sinergias globais das sociedades contemporâneas. Nessa articulação conjunta, variáveis políticas, históricas, económicas adquirem centralidade necessária para perspectivar as mudanças dos cenários quotidianos das vivências da cultura e dos lazeres; estes por sua vez estruturam-se e articulam-se com a mudança, com outros ritmos e sentidos.

Nessa articulação, concatenamos dimensões de análise política, sócio-demográfica e cultural, integrando as lógicas de concorrência municipal como elementos de uma lógica mais enformadora de inter-conexão municipal e supramunicipal. Para além do politicamente instituído, outras lógicas parcelares se impõem: a fisionomia social e simbólica dos quotidianos dos públicos culturais e as identidades culturais e turísticas para além das representações políticas. Nos projectos de desenvolvimento local dos municípios da AMP, o turismo pode

adquirir uma centralidade que, no contexto presente das autarquias, seja similar à da cultura no painel das prioridades políticas dos municípios e da própria AMP.

Os interstícios municipais, nas suas múltiplas valências e com quadriculas de funcionamento político próprias, traduzem representações sobre as virtualidades da oferta turística – nas modalidades possíveis e nas escalas territoriais desejáveis – não coincidentes com as convenções administrativas dos organismos responsáveis pelas especializações técnicas e pelas espacializações regionais no terreno. Os espaços urbanos da AMP podem ainda ser perspectivados, e a partir das políticas culturais municipais, como contextos de emergência de novas práticas culturais e de públicos, associados a identidades e a sociabilidades que, quando transcritas para o plano da análise sociológica, configuram outras variáveis do desenvolvimento local.

As políticas culturais atravessam-se pelos princípios da democratização cultural e da descentralização cultural. A macrocefalia cultural e artística dos centros urbanos de Lisboa e do Porto, quanto a equipamentos, a técnicos culturais e a criadores e públicos, ainda se mantém à data da construção deste objecto de pesquisa. E enquanto políticas podem ser perspectivadas como estratégias globais de viabilizar o serviço público nas áreas inter-relacionadas da criação, da formação, da produção e da distribuição.

Confrontando as funções municipais com as funções metropolitanas, e à luz da legislação de 1991, propunha-se no estudo realizado em 1993 sobre o modelo institucional dos municípios da AMP (Azevedo; Meireles, 1993), e para as áreas que aqui nos ocupam, que o desenvolvimento socioeconómico fosse perspectivado à escala metropolitana, concebendo-o como elemento de atracção de capitais e de actividades e de mobilização, aproveitamento e valorização dos recursos e capacidades da AMP, e particularmente das suas cidades e num contexto de redes internacionais de cidades; que o planeamento estratégico fosse também ele pensado à escala metropolitana, a partir da discussão conjunta e da articulação e compatibilização dos objectivos e das políticas de desenvolvimento no quadro dos planos urbanos de cada concelho; e que a cultura e o turismo fossem perspectivados

à escala metropolitana, contemplando uma estratégia e uma coordenação de acções. Na área da cultura, faria sentido a aproximação entre as políticas municipais no que diz respeito à racionalização da rede de equipamentos e ao desenvolvimento de produtos culturais (projectos e animação); na área do turismo, valeria a pena promover uma política coordenada de iniciativas que criasse produtos turísticos metropolitanos.

Quando confrontadas com as nossas intenções, tais medidas tornam-se novos vectores de análise.

Em primeiro lugar, interessa-nos visualizar até que ponto se mantém a centralidade funcional do Porto, e segundo que representações, entre os discursos dos actores políticos e sociais da AMP.

Por outro lado, assumimos que a rede de equipamentos não se circunscreve totalmente à delimitação administrativa (municipal ou metropolitana), e quando perspectivados, exigem ser pensados a nível sectorial – consoante as áreas a que dizem respeito – e a nível global – numa lógica conjunta de articulação. De alguma forma, podemos ter aqui presente, e no âmbito da nossa pesquisa, o perfil funcional dos equipamentos, atendendo à sua função e à sua identificação, e não tanto a outros indicadores que caracterizam a rede como, por exemplo, a definição de prioridades de intervenção a partir do faseamento e do financiamento dos equipamentos construídos e a construir, ou da localização dos equipamentos face às redes de transportes e comunicações e núcleos urbanos (Portugal, 1992).

Interessa-nos particularmente saber se a oferta municipal de equipamentos é composta por equipamentos que se destinam à satisfação das necessidades básicas das populações locais e/ou à satisfação de necessidades de nível superior (Ibidem). No primeiro caso, a rede de equipamentos é mais uniforme e equilibrada, mais dispersa pelo território municipal e com proximidade física às populações, integra equipamentos de carácter recreativo e desportivo, tanto enquadrados nas freguesias do concelho como nos centros urbanos do município; no segundo caso, e pensando em equipamentos de carácter desportivo – que permitam a alta competição,

nacional e internacional – e cultural – equipamentos que correspondem a uma oferta cultural mais especializada e com projecção para além do próprio município, tendem a ser equipamentos mais centrais e localizados nos centros urbanos e nas vias de comunicação e transportes mais próximas. Estes últimos são mais influenciados pela heterogeneidade do espaço local e regional e exigem uma maior articulação entre municípios quando inscritos numa lógica metropolitana.

Torna-se difícil operacionalizar critérios comuns para a identificação dos equipamentos locais, como veremos mais adiante no Capítulo 3. Entendemo-los aqui como equipamentos que se estendem desde as freguesias ao município e ao espaço metropolitano, mas que no contexto dos municípios tendem a situar-se nas sedes de concelho e nos núcleos urbanos. O que de alguma forma pretendemos analisar na AMP é o modo como se processa a dispersão territorial dos equipamentos, quais os tipos de equipamentos mais frequentes, e quais as valências de que dispõem. Do ponto de vista do turismo, parece-nos significativo ver até que ponto os equipamentos culturais, desportivos e de lazer são tidos para fins turísticos, e como se arquitecta uma lógica supramunicipal de coordenação de tais infra-estruturas.

Entendemos que um dos factores de bloqueio de uma lógica cultural e turística passa pela não articulação dos equipamentos municipais existentes tanto do ponto de vista da sua oferta como da avaliação e dos investimentos feitos. Contrariamente, um dos factores de reforço dessa lógica metropolitana é a da articulação da programação de certos eventos, para além do consumo local propriamente dito, e que exigem investimentos que as câmaras não conseguem isoladamente assumir.

Nesse sentido, a lógica metropolitana integrada, alicerçada na convergência de interesses e de projectos, mas igualmente de recursos e planos de acção, é aquela que apresenta potencialidades para viabilizar a projecção cultural e turística dos concelhos e do espaço metropolitano. Visualizar de que forma os actores locais, no campo político e no campo cultural e turístico, dimensionam tal lógica de

convergência constitui uma das matrizes estruturantes da análise do nosso objecto – as políticas culturais e turísticas da AMP. Por um lado, porque projecta o conjunto das possibilidades do exercício político e social das áreas metropolitanas enquanto figuras jurídicas e territoriais, dotadas de competências, e, por outro, porque alarga a amplitude e os efeitos das políticas municipais. Particularmente, nas áreas da cultura e do turismo locais e regionais.

CAPÍTULO 3

Estratégia de investigação e casos em estudo: uma composição inacabada em vários andamentos

Primeiro andamento: a metodologia de estudo de casos e o plano de observação da realidade concelhia e metropolitana

A investigação sociológica faz-se com coordenadas teóricas que, enquanto parâmetros de leitura do real social, apenas adquirem visibilidade quando formatadas segundo uma dada quadratura metodológica. Quadratura esta que, no desenho das linhas e vértices, mais não pode traduzir do que uma circularidade permanente e flexível nos pontos de referência das suas fronteiras. O olhar científico é uma tentativa possível e precária de objectivar a multiplicidade de tonalidades que a realidade social cria e distorce, para além do imediatamente visível e no fluir do quotidiano. O fenómeno social total de Marcel Mauss (1988) desafia-nos racionalmente; mas talvez se legitime mais como ponto de partida de um trabalho de abstracção do que como ponto de chegada da fragmentação analítica do objecto. Os discursos contemporâneos não fundamentam com a mesma legitimidade institucionalizada de décadas atrás, nos chamados esforços de síntese, as tradicionais dicotomias teórico-metodológicas que, desde os primórdios da sociologia e das ciências sociais, abriram caminho à aceitação científica do novo campo do conhecimento sobre o social¹. Mesmo que as dicotomias sejam integradas

¹ Decorrentes delas, formatou-se a história pluriparadigmática da sociologia, com traços científica e socialmente mais legitimados consoante as condições histórico-sociais e intelectuais do próprio campo científico (Kuhn, 2000; Bourdieu, 1989). Esquemáticamente, a sociologia foi atravessada por três modos paradigmáticos de conceber a apropriação cognitiva do real social, tanto nas dimensões substantivas e metodológicas, como nas implicações éticas e ideológicas daí decorrentes: a *sociologia dos factos sociais*, iniciadora de um percurso positivista, e marcada pelas regras durkheimianas de análise macro e quantitativa do facto social, da estrutura e das regularidades sociais, e das virtualidades do raciocínio da causalidade e das técnicas quantitativas (o inquérito por questionário e a análise estatística); a *sociologia do conflito social*, de linha marxiana, cruzando o nível macro-sociológico com a dimensão histórica, perspectivando a estrutura social como dinâmica e procurando desvendar o problema das desigualdades sociais e das relações de exploração pelas virtualidades das análises extensivas e das

nalgumas matrizes de síntese, tanto teóricas (Giddens, 1985; 1979; Bourdieu, 1979; 1972; Elias, 2004) como, necessariamente, metodológicas (Creswell, 1994; Ragin, 1994; Miles; Huberman, 1994; Bericat Alastuey, 1998), e sejam apanágio da investigação sociológica contemporânea, os esquemas de leitura do real social, e no nosso caso, do real metropolitano (AMP) e concelhio (os concelhos associados), traduzem, para todos os efeitos, um *olhar perspectivado dominante*². O trabalho científico constrói-se a partir da totalidade inicial dos objectivos e do esforço global da análise, numa tentativa constante de operacionalizar a máxima da *imaginação sociológica* (Mills, 1982). No entanto, tal só se torna possível porque se protagoniza o objecto teórico por um ponto de vista privilegiado. A ciência fragmenta os objectos para torná-los apropriáveis, e devolve-os nos contextos globais das dinâmicas que os suportam socialmente.

Na investigação que nos ocupa a coordenada fundamental de trabalho é a perspectiva teórico-metodológica sobre um *caso*, entendido como um potencial objecto empírico que, segundo dados pontos de análise, adquire o estatuto de objecto teórico. O *caso metodológico* – o espaço metropolitano da AMP - desdobra-se nalguns *casos em análise* – os concelhos associados da AMP. De alguma forma, e à luz do património sociológico sobre a metodologia qualitativa (Boutin; Goyette; Lessard-Hébert, 1994; Burgess, 1997; Denzin; Lincoln, 1998), assente no *método de estudo de casos* (Almeida; Pinto, 1995), desenvolvemos um percurso faseado, com aproximações sucessivas aos actores sociais em análise e aos contextos políticos e

análises intensivas; e a *sociologia da acção social*, de inspiração weberiana, atenta à acção social, aos seus significados subjectivos e aos processos de interacção, ao nível micro-sociológico da análise e às técnicas qualitativas como as entrevistas e a observação directa e participante (Ritzer, 2001; Silva, 1994). Qualquer um deles, e à luz das abordagens de síntese, passíveis de uma transversalidade operacional dos *campus* e dos códigos de leitura e das virtualidades interpretativas da relação recíproca entre teoria e empiria.

² Creswell sugere, num exercício antes de mais pedagógica e intelectualmente interessante, uma tipologia quanto aos modos de articular as estratégias metodológicas decorrentes das posições dicotómicas entre paradigmas clássicos na abordagem sociológica. Não só indicia critérios possíveis para a escolha de uma estratégia de investigação dominante na pesquisa observacional, como tipifica três modelos de pesquisa combinada: *two-phase design* (modelo das duas fases), *dominant-less dominant design* (modelo de pesquisa dominante) e *mixed methodology design* (modelo de pesquisa combinado) (Creswell, 1994).

culturais alvo³. Ponderámos, nalgumas fases concretas da investigação, os saltos e os avanços, os recuos e as reformulações, que o confronto entre as coordenadas teóricas e os dados empíricos nos exigiu. Numa linha de análise, que não deixa de ser herdeira da perspectiva racionalista dos modos de fazer sociologia (Silva; Pinto, 1997; Bourdieu; Passeron; Chamboredon, 1973; Bachelard, 1996), o estudo de caso que levámos avante não se fechou sobre o imperativo da função de comando da teoria, antes reponderou as virtualidades de uma teoria incorporada pela dimensão social dos dados empíricos (Costa, 1999). Assumimos, de igual forma, o questionamento constante da realidade em análise, com a convicção metodológica de que esta nos requestionou, num exercício de reciprocidade constante, nos parâmetros orientadores das primeiras fases e nos colocou, por via dos discursos dos actores sociais e das observações sistemáticas, perante possibilidades heurísticas tão legítimas quanto as iniciais. Ponderámos, com a mesma ordem de importância, o processo de negociação constante, feito de fluxos e refluxos e de compassos de espera, entre actores do conhecimento e actores políticos, o que, na multiplicidade dos papéis sociais assumidos, fez ver que, à sociologia enquanto prática social, são transversais os sentidos ideológicos vários (Nunes, 1984).

O objecto aqui em análise, a AMP, e voltando ao ponto de partida em questão, é um objecto susceptível de *olhares perspectivados*. Enquanto objecto real reconfigurou-se, com os seus municípios integrantes a espelharem, entre 1991 e

³ A proposta metodológica de Rangin (1994) quanto às principais estratégias de investigação sociológica tipifica, de igual modo, alguns dos parâmetros que tentámos operacionalizar na nossa pesquisa. Sugere-nos o autor, para além da *investigação quantitativa* (o estudo *extensivo*) e da *investigação comparativa* (o estudo *compreensivo*), a *investigação qualitativa* (o estudo *intensivo*), esquema que Firmino da Costa reconfigura terminologicamente como estratégias de investigação *extensivas-quantitativas*, *comparativas-tipológicas* e *intensivas-qualitativas* (Costa, 1999). O estudo intensivo, enquanto *modelo metodológico puro*, sem dúvida ambicioso nos objectivos e nas modalidades a que se propõe, foi a matriz metodológica que nos conduziu ao longo da pesquisa, ainda que conscientes dos limites do processo empírico previsto e, depois, efectivamente realizado, da nunca suficiente triangulação metodológica que accionámos ou dos limites da própria objectivação que, a dado momento, conseguimos fazer a propósito da AMP e das dinâmicas culturais e turísticas concelhias. Arriscamo-nos a partilhar aqui uma intenção inicial: a de arquitectar uma investigação *qualitativa* com componentes *comparativas e tipológicas* que, perante a disparidade das fontes documentais, quanto a critérios e categorias das tipologias e dos dados, a vastidão dos dados necessários, e as especificidades políticas e sociais dos contextos de pesquisa nas autarquias e nos tecidos sociais locais, apenas se consubstanciou enquanto tal nalgumas dimensões analíticas.

2005, as tendências sócio-demográficas mais globais e as políticas de ordenamento do território concelhio e metropolitano. Reconfigurou-se, da mesma forma, na delimitação jurídica, entre 1991 e 2004, ao integrar novos parâmetros de enquadramento legal e administrativo, e transformando a AMP na GAMP, Grande Área Metropolitana do Porto, inicialmente um reposicionamento terminológico, pois manteve os 9 concelhos que a definiam desde 1991; depois, um painel de municípios alargado, ao associar 5 novos concelhos⁴. Reconfigurámo-lo, a um nível teórico-metodológico, a partir do mapeamento social do objecto, cujo desenho socioeconómico e demográfico tipificou concelhos que, para além da contiguidade territorial, anteviam a integração metropolitana e a tentativa de construção de uma identidade supramunicipal, ainda que feita de equilíbrios instáveis quanto às opções, aos processos, aos recursos e aos resultados esperados e atingidos. Construímos um objecto que, no contexto analítico e metodológico, ora se antecipa à sua própria identidade jurídica e empírica ora, e quando facto social constituído, protagoniza um enfoque teórico sobre os municípios associados da primeira linha histórica metropolitana.

Na tentativa de arquitectar um retrato da AMP, quer numa análise intrametropolitana, salvaguardando a especificidade territorial e social dos municípios integrantes (também ela na origem da própria identidade supramunicipal), quer numa análise comparativa de dimensões estruturais com unidades territoriais mais vastas (Portugal e Região Norte), constrói-se um objecto sociológico que se reconfigura, ele próprio, a partir das virtualidades metodológicas que a análise diacrónica dos processos sociais nos permite. Adoptámos uma terminologia idêntica - AMP - mas que reporta, nalguns momentos da análise, a realidades jurídicas e empíricas diferentes, assumindo que a análise sociológica do objecto se sustenta no confluir do esforço analítico com a dinâmica do real social local, no campo de possíveis que a pertinência sociológica das regularidades e

⁴ No Capítulo 4 apresentamos o processo de constituição da AMP e da GAMP entre 1991 e 2005, dando conta de alguns aspectos jurídicos e territoriais do objecto empírico. Contextualizamos, de igual modo, um breve retrato sócio-demográfico do território metropolitano.

singularidades observadas nos concelhos nos permite descortinar. Nem sempre o objecto analítico se coaduna, por insuficiência e desequilíbrio dos dados disponíveis e organizados, com o olhar diacrónico de largo espectro a que nos propomos – 20 anos de poder local e de discursos e práticas políticas de gestão autárquica; de qualquer forma, a delimitação de um objecto teórico que remonta aos inícios do exercício autárquico parece-nos metodologicamente um desafio, mais do que possível, necessário. Por outro lado, e de modo a não tipificar realidades que definir-se-iam pelos seus contrários, e a tornar a análise mais consentânea com a diversidade social, adopta-se a mesma terminologia para designar momentos diferenciados de construção de um objecto que, antes de 1991, não existe como objecto jurídico mas que, do ponto de vista social e analítico, existe como AMP desde o pós 25 de Abril de 1974. Acabámos por *perspectivar* o objecto como a AMP entre 1976 e 1991, a AMP entre 1991 e 2004 e a AMP a partir de 2004, denominada GAMP, valorizada nas suas componentes concelhias iniciais (os 9 concelhos de partida), sem esquecermos, contudo, e sempre que pertinente, os seus novos municípios associados.

A estratégia de investigação accionada, mais flexível nos usos dos protocolos da pesquisa empírica propriamente dita, não deixa, porém, de equacionar-se como *investigação empírica teoricamente orientada* (Costa, 1999), atenta à definição operacional do objecto teórico e do objecto empírico, à construção faseada das dimensões de análise ou à concepção de instrumentos de recolha compatíveis com as suas virtualidades técnicas mas, simultaneamente, ajustados às exigências analíticas do objecto empírico e aos critérios de validade padronizados. Ocupou-nos, inevitavelmente, e entre muitas outras tarefas, o exercício de localização dos *casos em análise*, ponderando os limites empíricos de uma *amostra qualitativa*⁵, o

⁵ O problema da construção da amostra não se elimina de um *esquema analítico de caso*. Contrariamente aos critérios extensivos de delimitação das amostras, que por largos períodos de legitimação científica pautaram o universo da prática empírica sociológica, outros critérios podem ter lugar naquele âmbito: escolher contextos sociais relevantes para o problema da investigação e, dentro destes, os casos individuais significativos; atender ao equilíbrio entre a diversidade, a tipicidade e a variação; à representatividade dos casos (ou seja, fazendo uma selecção estratégica de acordo com a sua relevância sociológica e os avanços da pesquisa de terreno e a saturação ou redundância da informação entretanto

esforço de *triangulação das técnicas* escolhidas⁶ e os reajustamentos decorrentes dos processos de accionamento das técnicas e do campo de possíveis no olhar analítico sobre os dados obtidos.

Segundo andamento: os actores sociais, o posicionamento do investigador no terreno e os instrumentos de leitura dos contextos locais – as *entrevistas*

Foi nossa intenção analisar as políticas culturais e turísticas dos concelhos da AMP entre 1980 e 2001, enquadrando-as na(s) lógica mais global(ais) de desenvolvimento, quer do espaço local quer do metropolitano, que os actores políticos locais têm protagonizado neste período em particular. Mas, desde logo, nos apercebemos que os limites temporais desta proposta analítica seriam transpostos e desrespeitados, tanto pelas especificidades do objecto empírico e pelas possibilidades de construção de dados de leitura do objecto, como pelas circunstâncias do próprio trabalho de terreno e pelas coordenadas teóricas orientadoras. Digamos, em contrapartida, que o nosso ponto de partida reconfigurou-se antes de constituir-se como ponto de chegada previsto. Acabámos por accionar uma análise possível das políticas culturais e turísticas dos concelhos da AMP a partir do momento político em que se constituíram como tal nas câmaras em análise. E os anos 90 do século XX reposicionaram-se como cenário temporal por excelência para a tentativa de construção de uma leitura do objecto. Cruzemos

obtida); e à acessibilidade dos actores sociais (isto é, ponderando os recursos necessários e possíveis) (Valles, 1999). Na nossa pesquisa, e no caso dos actores entrevistados, a amostra que nos ocupou, e referimo-nos aqui a amostra no sentido em que isolámos actores sociais do nosso objecto empírico mais vasto, exigiu-nos alguns dos critérios acima referidos, fazendo-nos accionar uma amostra intencional (Burgess, 1997) a partir dos contactos com os informantes privilegiados, da consulta e análise de fontes documentais e das possibilidades que a própria pesquisa empírica nos oferecia ou limitava.

⁶ A triangulação, instrumento com a heurística suficiente para o protagonizar como uma das modalidades possíveis de convergência interparadigmática (Cea D’Ancona, 1999), assume diferentes formas que, na classificação de Denzin e Lincoln (1998), se traduzem na *triangulação metodológica* (que tentámos operacionalizar a partir dos usos das técnicas de entrevista, de observação e de análise documental); na *triangulação de dados* (que, com as devidas limitações interpretativas, tal cruzamento nos permitiu), na *triangulação de investigadores* (uma aspiração a integrar noutros contextos de pesquisa em torno do mesmo referente empírico); e na *triangulação de teorias* (visível, parece-nos, no enquadramento teórico em torno da construção do objecto de pesquisa e das coordenadas analíticas fundamentais).

as principais dimensões que norteiam o trabalho, contextualizando-as nos objectivos teóricos, nas principais questões orientadoras e nas opções metodológicas, e constatamos que delimitar e localizar os actores sociais que poderiam constituir a população-alvo, e estabelecer os contactos formais e informais necessários à marcação e realização das entrevistas, tornaram-se desde cedo prioridades metodológicas. Como tal, exigiram-nos tempo e abordagens sequenciadas.

Ao longo da investigação, os tempos sociais do exercício das funções políticas dos actores escolhidos suplantaram, e nalguns casos já como obstáculos, os tempos da própria análise. O posicionamento do investigador no terreno foi visível e assumido na sua especificidade negocial com o poder político e com os demais actores do tecido social local. Escamoteou-se, sempre que possível, a violência simbólica do capital escolar e das pertenças académicas do actor investigador (Bourdieu, 1989), procurando descentrá-las e diluí-las nas representações dos actores entrevistados. Estes últimos, num misto de proximidade e de distanciamento, geriam, em função de tais representações, as ressonâncias dos discursos partilhados com o investigador sempre que o campo político era alvo de uma tentativa de objectivação⁷. A abordagem ao terreno não foi a de um principiante nas lides analíticas e nas interlocuções com os actores temporariamente situados “do lado de lá” do tabuleiro social. No entanto, e sem falsas ou fidedignas modéstias, a presença no terreno revelou-se, como todas as outras que temos tido oportunidade de protagonizar, com uma dupla face: um desafio e uma experiência de *aprendiz de sociologia* pelos contextos locais em análise e pelas especificidades de diversa ordem que uma nova investigação sempre propõe; mas também, e na reciprocidade destes processos, uma experiência de aprendizagem consubstanciada em aprendizagens experienciadas anteriormente e, desse ponto de vista, facilitadoras

⁷ O apoio financeiro e o enquadramento institucional que a investigação teve por via da FCT constituíram, nalguns casos, e para os actores autárquicos, um factor de legitimação científica e ideológica do projecto e, como tal, viabilizador da pesquisa empírica propriamente dita. Noutros contextos autárquicos, e no reverso da representação ideológica dominante sobre um exercício político de avaliação externa, foram, nalguns momentos, um factor constrangedor.

e gerenciadoras do próprio processo da prática da investigação. A familiaridade do investigador com alguns dos contextos sociais em presença, e com parâmetros analíticos similares, remontava a contextos de investigação anteriores (Azevedo, 1997; 1992; Fernandes [et al.], 1998; Esteves; Azevedo, 2002). Tal não invalidou, pelo contrário tornou necessário, e particularmente para contextos municipais, simbólica e empiricamente mais distantes, um trabalho exploratório que, numa primeira fase, se estendeu entre Janeiro de 2002 e Março de 2003⁸.

Na escolha dos actores sociais a serem entrevistados, pareceu-nos desde logo necessário assegurar a presença dos presidentes dos executivos camarários e dos vereadores responsáveis pelos pelouros da cultura, do turismo e do desporto do mandato político à data da pesquisa empírica (2001-2005). São os discursos dos actores políticos locais directamente responsáveis pela concepção e implementação das políticas culturais e turísticas concelhias o que nos interessa aqui reconstituir. O período temporal em causa estendia-se por 20 anos de poder autárquico, e de alguma forma justificava-se o confronto dos discursos e dos discursos sobre as práticas entre actores políticos de diferentes mandatos e períodos de exercício desse poder. Inicialmente, projectámos fazê-lo; contudo, algumas indisponibilidades (particularmente dos actores locais, de recursos e de tempo) levaram-nos a reposicionar esta dimensão. Na continuidade possível deste trabalho, seria uma variável analítica a explorar: o conhecer gerações de autarcas, com perspectivas sobre o desenvolvimento para os concelhos, não necessariamente coincidentes porque situadas em contextos económico-sociais específicos e em momentos históricos de afirmação do poder local, e com distanciamentos temporais e políticos suficientes para ponderar as práticas políticas locais nos campos da cultura e do turismo.

⁸ Veja-se a este propósito o Anexo 3A com o mapa de entrevistas exploratórias realizadas aos interlocutores privilegiados dos municípios da AMP entre 2002 e 2003. Refira-se que nalgumas autarquias a abordagem foi sequencial e relativamente rápida; noutras, mais lenta e mais dispersa nos tempos e espaços sociais da investigação, o que implicou que o posicionamento do investigador face ao objecto empírico se traduzisse em níveis de formalidade diferentes, que a pesquisa empírica se prolongasse no tempo para além do metodologicamente possível e desejável, e que a disparidade interna dos dados recolhidos, desde as primeiras fases, se evidenciasse.

Complementando-os, surgem outros actores do poder político que, pela especificidade das funções que desempenham e pela proximidade que mantêm com os órgãos e os principais actores do xadrez político, são também interlocutores privilegiados nesta pesquisa. Referimo-nos, em concreto, àqueles que designamos como assessores, outros vereadores e outros técnicos superiores das autarquias. Nem sempre as actividades culturais e desportivas dos concelhos são concebidas e implementadas pelas tutelas que, à partida, estão formalmente destacadas para tal. Desta forma, outras vereações exigiram-nos um olhar transversal. Também nem sempre concretizado, mas, na ordem das intenções de análise, previsto e conceptualizado, e, mais uma vez, posicionado como coordenada de leitura de primeira linha numa pesquisa posterior. Falamos de pelouros como o da juventude e de vereadores que, no enquadramento institucional específico da autarquia e num dado momento da actuação política camarária, protagonizaram ou ainda protagonizam dinâmicas culturais relevantes para o concelho. Por outro lado, foi nos gabinetes de apoio à presidência e a algumas vereações que encontrámos a informação relevante e necessária sobre as intervenções públicas dos próprios autarcas.

De modo a cruzarmos perspectivas de actuação diferentes, pareceu-nos também pertinente auscultar os discursos de actores locais com um papel significativo na dinamização da realidade cultural e turística do concelho – aqueles que designamos como actores locais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento - e de actores que representam o poder político central ou que se organizam como agentes de desenvolvimento local e regional – actores regionais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento⁹. O levantamento e a selecção deste conjunto de actores exigiram algumas fases. Começámos por fazer uma pesquisa entre os *sites* oficiais das autarquias e as fontes documentais estatísticas e não estatísticas do INE e da Comissão de Coordenação da Região do Norte (CCRN) a propósito dos eleitos locais da AMP entre 1976 e 2001. Alargámos o leque das

⁹ Veja-se a este propósito o mapa de entrevistas exploratórias feitas a alguns interlocutores privilegiados regionais e locais (Anexo 3B).

fontes - Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), Comissão Nacional de Eleições (CNE), Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) e Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) - e organizámos a informação relativa à identificação dos autarcas neste período e à caracterização da composição político-partidária dos executivos camarários¹⁰. Em simultâneo, iniciámos o processo de levantamento dos organogramas das autarquias entre 1976 e 2001 com o intuito de visualizar a configuração estrutural camarária e a distribuição dos pelouros objecto da nossa análise. A identificação dos autarcas, quer presidentes de câmara quer vereadores da cultura, dos mandatos mais recuados no tempo, ainda foi reconstituída recorrendo a testemunhos de interlocutores privilegiados e à consulta das actas das reuniões de câmara das autarquias. Nesta fase da investigação, os informantes privilegiados e o conhecimento que possuíamos das dinâmicas e dos actores de algumas autarquias foram dois elementos-chave para o avanço do trabalho¹¹. Porém, e pelas razões já enunciadas, não chegámos a operacionalizar tais entrevistas.

As entrevistas aos actores do poder local foram alvo de deambulações várias, entre os ofícios e os telefonemas e os efectivos contactos e consentimentos políticos¹², nalguns casos com conhecimento prévio do guião de entrevista. Seleccionámos actores do poder local como os presidentes de câmara e vereadores da cultura, do

¹⁰ Como a pesquisa empírica se estendeu para além dos limites temporais previstos pelo investigador, e de acordo com os tempos de resposta dos próprios actores políticos e sociais, foi possível confrontar, em momentos diferentes, 2003 e 2007, as mesmas fontes e cruzarmos a informação produzida pelas instâncias aqui referidas. Apercebemo-nos de certas descoincidências de dados e da falta de alguns resultados apurados, em concreto para os primeiros anos de exercício do poder local.

¹¹ Refira-se que, em determinadas fases do trabalho, os obstáculos de ordem política se sobrepuseram aos próprios objectivos da pesquisa: a título de exemplo, em Novembro de 2002, dos 9 concelhos da AMP, conseguimos iniciar a nossa pesquisa em mais de metade das autarquias: Espinho, Gondomar, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde. Porto e Vila Nova de Gaia mantinham-se à data ainda fora do nosso alcance, tudo indicava que por razões de ordem burocrática, e Maia, apesar de uma primeira recepção formal positiva, impediu-nos, durante um assinalável período e por questões políticas e burocráticas, o acesso à informação e aos técnicos camarários. Nos meses seguintes, e após várias tentativas, continuámos a ter dificuldades de acesso aos municípios da Maia, do Porto e de Vila Nova de Gaia, o que veio a reflectir-se no equilíbrio interno dos dados recolhidos. Quando algumas das câmaras reposicionaram a sua disponibilidade, confrontámo-nos com as dificuldades de conciliação entre os tempos da investigação empírica e os tempos das instituições políticas.

¹² Veja-se a este propósito, e a título de curiosidade, o Anexo 3C com exemplificações dos contactos estabelecidos com as câmaras municipais e outros actores sociais.

desporto e do turismo, do mandato político 2001-2005 e, como tal, em exercício de funções, mas, de igual modo, com representações políticas sobre o exercício do poder político local e o investimento simbólico nas áreas da cultura e do turismo municipais em momentos anteriores¹³. Quanto ao outro painel de actores previsto, pela consulta de diversos *sites* e pelo levantamento das associações culturais e de desenvolvimento dos concelhos e dos organismos ministeriais com assento regional, foi possível constituirmos listagens de actores que, não sendo exaustivas, corresponderam, de alguma forma, aos nossos objectivos mais gerais. E desde cedo verificámos que não só seria pouco operacional a cobertura exaustiva dos 9 concelhos em causa, como alguns contactos feitos com certos actores locais não tiveram retorno oficial e informal. As entrevistas realizadas acabaram por reflectir mais um investimento empírico nos actores de cariz regional, valorizando, e para algumas dimensões analíticas, os contactos informais e exploratórios com alguns interlocutores culturais locais de certos concelhos¹⁴.

Tabela 3.1

População-alvo: entrevistas previstas e realizadas por tipo de actores, 2002-2004

	Previstas	Realizadas
Presidentes de Câmara	9	5
Vereadores da Cultura	8	8
Vereadores do Desporto	5	4
Vereadores do Turismo	3	2
Assessores/outros vereadores/outros técnicos	3	1
Actores locais e regionais	20	11
Interlocutores privilegiados nas autarquias	20	20
Interlocutores privilegiados nas organizações locais e regionais	5	5
Total	73	56

Interessaram-nos, por isso, os discursos, as representações, os discursos sobre as práticas, os sentidos subjectivos, política e socialmente objectivados pelos actores sociais. Atendendo aos parâmetros da análise, a entrevista predispunha-se

¹³ Os Anexos 3D e 3E contêm, respectivamente, o mapa de entrevistas realizadas e não realizadas aos actores políticos em exercício de funções (2001-2005), e a identificação dos eleitos locais entrevistados.

¹⁴ Veja-se a este propósito o Anexo 3F com o mapa de entrevistas realizadas e não realizadas aos actores locais e regionais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento.

como a técnica de recolha por excelência para a exploração do nosso estudo de caso. A intensidade, a diversidade e a globalidade de informação que permite obter, pela centralidade nos discursos dos próprios actores e na subjectividade dos seus quadros de referência, tornam-na essencial na pesquisa qualitativa. Os níveis de estruturação que assume, e a situação social de interacção em torno dos papéis de entrevistador e entrevistado (Ghiglione; Matalon, 1993), configuram as suas potencialidades explicativas e de aprofundamento do objecto – *entrevistas semi-directivas* - como as possibilidades de dilatar e demarcar um universo de análise – *entrevistas exploratórias* ou, noutros termos, *entrevistas não estruturadas* (Burgess, 1997). No nosso *caso*, operacionalizámos umas e outras. E para a escolha dos actores sociais retivemos critérios de ordem política, jurídica, organizacional, cultural e temporal, como constam das tabelas 3.2 e 3.3.

Os guiões de entrevista aos actores do poder local reuniram, para além das dimensões teóricas comuns, dimensões específicas consoante a função e o estatuto políticos dos eleitos locais (fossem eles os presidentes de câmara, os vereadores ou os assessores/outros vereadores/outros técnicos superiores do poder autárquico)¹⁵. Adoptámos um guião de entrevista não muito estruturado do ponto de vista do grau de directividade e com duas grandes dimensões analíticas. Por um lado, a caracterização do percurso destes actores sociais do ponto de vista socioeconómico, político, individual e cultural. E, por outro, a sua caracterização como actores políticos, no campo particular da cultura e do turismo locais. Por uma ou outra via, foi nossa intenção explorar representações e valores políticos e sociais, avaliar projectos e práticas políticas, projectar aspirações de ordem política e cultural, configurar modelos de desenvolvimento para os concelhos e retratar políticas culturais e turísticas. Concebemos um guião que procurou perspectivar os actores políticos, antes de mais, como actores sociais directamente envolvidos na causa pública.

¹⁵ Os Anexos 3G a 3J reúnem os guiões de entrevista aos eleitos locais.

Tabela 3.2
Critérios de escolha dos eleitos locais entrevistados

	Critério político	Critério organizacional	Critério cultural	Critério temporal
Presidentes de câmara, vereadores da cultura, do desporto e do turismo em exercício de funções		Mandato político com a atribuição da presidência e das respectivas vereações.		Mandato político em curso (2001-2005).
Presidentes de câmara de mandatos anteriores	Partido/coligação político-partidária do eleito local.	Mandato político com a atribuição de uma vereação à cultura.	Mandato político correspondente a um período de significativa actividade cultural (quantidade e qualidade das iniciativas camarárias).	Mandato político relativo a uma das décadas (80 ou 90).
Vereadores da cultura de mandatos anteriores	Partido/coligação político-partidária do eleito local.	Mandato político da primeira vereação em cultura.		
Assessores, outros vereadores e outros técnicos superiores	Outras vereações que num mandato político anterior ou no mandato actual têm um papel relevante em actividades de índole cultural.	Actores com um papel de concepção e operacional significativo e/ou tidos como interlocutores privilegiados na área cultural (assessores da presidência e dos vereadores da cultura e técnicos responsáveis por departamentos/divisões/gabinetes).		Mandato político relativo a uma das décadas (80 ou 90) e mandato político em curso (2001-2005).

Tabela 3.3
Critérios de escolha dos actores locais e regionais entrevistados

	Estatuto jurídico^{a)}	Actividade(s)	Implantação local
Actores locais	Associações culturais, desportivas e/ou recreativas; associações de desenvolvimento; empresas municipais.	Actividades do foro cultural, desportivo e turístico e ligação a um ou mais eventos culturais locais de projecção regional, nacional e internacional.	Implantadas no meio local, com actividade(s) relacionadas com o meio local.
Actores regionais	Delegações de organismos da administração central, organismos da administração local, associações empresariais...	Actividades de concepção, planeamento, operacionalização e avaliação de projectos culturais e turísticos; actividades de financiamento, actividades de intervenção no meio local; actividades de reflexão e de investigação-acção.	

^{a)} A definir o estatuto jurídico após a consulta dos Estatutos respectivos.

As primeiras entrevistas realizadas aos eleitos locais, nomeadamente aos vereadores da cultura e do turismo, permitiram-nos testar o guião e verificar os efeitos daí decorrentes para a própria pesquisa. Foram um exercício de validação da maior ou menor exaustividade das dimensões e dos indicadores nele privilegiados. Assumiu-se um carácter aberto no guião: a não validação prévia mas também a simultaneidade do trabalho de recolha e tratamento das fontes documentais, que não nos permitiu o confronto exaustivo e imediato entre as informações a partir delas construídas e os discursos dos próprios actores políticos sobre estas matérias, poderiam ter fragilizado a leitura das realidades culturais concelhias. Porém, outra alternativa não nos pareceu ser possível pois a dinâmica da própria pesquisa processou-se nestes moldes: equilibrando, umas vezes, o desfasamento temporal; outras vezes, a coincidência temporal entre o levantamento e o tratamento das fontes documentais e a realização das entrevistas aos actores locais.

Num outro sentido, as entrevistas aos presidentes de câmara nortearam-se pelos mesmos critérios de semi-estruturação dos guiões temáticos. Obedeceram, porém, a outros condicionalismos, de ordem política e burocrática, que não só não nos permitiram a realização formal da situação de entrevista, como, principalmente, o confronto com os discursos e as práticas políticas dos responsáveis máximos pelo órgão executivo. Mesmo com os informantes privilegiados, que nalgumas autarquias viabilizaram, mais fácil e rapidamente, o acesso à presidência municipal e à própria figura do presidente, e com os esforços burocráticos vários para a marcação de audiência e de entrevista, 4 das 9 câmaras não nos permitiram a realização da entrevista ao responsável executivo pela edilidade. De igual forma, os registos de observação das situações de entrevista aos presidentes¹⁶ permitiram-nos constatar a efectiva disponibilidade e proximidade de alguns autarcas para a apresentação dos seus projectos e do historial do trajecto político dos seus mandatos. Situações de entrevista marcadas pela assimetria social do

¹⁶ Nos Anexos 3K e 3L confrontamo-nos com as *observações impressionistas* do investigador a propósito da situação de entrevista criada entre si e os presidentes de câmara. Registamos as representações ideológicas do próprio investigador e exercitamos um *metadiscorso* em torno das condições sociais do processo de inquirição.

posicionamento dos actores, por relativos distanciamentos simbólicos entre os lados da produção de *um discurso sobre a prática* (o campo político *versus* o campo social e científico) e por estratégias de algum, porque não legítimo, *marketing* político, tanto na avaliação interna do concelho e da autarquia, como na comparação e projecção das práticas intermunicipais e metropolitana. Não deixou de ser relevante verificar que as entrevistas aos vereadores e aos assessores, como também aos actores locais e regionais¹⁷, se revelaram mais exequíveis, temporal e politicamente. E no caso das primeiras, exercícios que, de certa forma, nos permitiram visualizar a relativa delegação de funções e de discursos políticos sobre as questões particulares em análise. Reiteremos, então, o percurso, por vezes linear, outras vezes sinuoso, em que transparecem as condicionantes sociais várias que um trabalho de objectivação do real social não deslinda. Foi difícil, quando não impossível, acercarmo-nos dos actores políticos e das bases de dados municipais, ou das parcas informações, institucionalmente organizadas, sobre o cenário cultural e turístico local e metropolitano.

Pelo acima descrito, não podemos escamotear que, ao longo deste processo, problemas vários surgiram, ora de ordem burocrática, ora de ordem estritamente política. Durante períodos mais ou menos longos, não conseguimos obter uma resposta formal (por telefone ou por ofício) aos vários pedidos de audiência junto da presidência e das vereações da cultura, do desporto e do turismo de algumas das câmaras¹⁸. Os atrasos tidos com as marcações das audiências de apresentação, o desbloquear dos processos e as agendas dos actores políticos foram contingências que, mesmo por nós previstas, adquiriram, em alguns casos, proporções que

¹⁷ As observações da situação de entrevista aos vereadores da cultura, do desporto e do turismo estão disponíveis nos Anexos 3M a 3R. Nos Anexos 3S a 3U encontram-se o guião de entrevista e os registos de observação das entrevistas aos actores locais e regionais.

¹⁸ Não podemos deixar de referir a diferenciada disponibilidade dos actores políticos e dos técnicos camarários para a participação no processo de investigação, tanto pela procura conjunta de informação como pelo desbloqueamento de constrangimentos institucionais e burocráticos. Houve câmaras mais solícitas e disponíveis para um trabalho deste tipo, mesmo perante os condicionalismos político-partidários das câmaras no momento da recolha e as conjunturas políticas e culturais mais globais, tanto do país como da região e do espaço metropolitano (o período de mudança política nas câmaras da AMP, o pós Porto Capital Europeia da Cultura 2001 e as contenções orçamentais locais, nomeadamente nos sectores de menor investimento público como os da cultura e do lazer).

difícilmente conseguimos controlar ou, logo de imediato, ultrapassar. E, nalguns outros casos, vieram mesmo a impossibilitar a pesquisa empírica tal como a havíamos previsto. Tais factores, associados ao desinteresse político nas questões em análise, à representação simbólica dos actores políticos de que a pesquisa era um exercício de avaliação externa e a uma falta de enquadramento metropolitano e municipal das questões em análise por aqueles actores, tornaram a pesquisa empírica difícil, e pouco possível, nalgumas autarquias. Estas dimensões tão só traduzem as condicionantes sociais da produção científica, perspectivadas a partir de um dos pêndulos da relação social aqui estabelecida. Fazer sociologia em contextos organizacionais políticos e partidários, como aqueles que tivemos a oportunidade de vivenciar, tornou-se um exercício de negociação constante entre as variáveis analíticas e as variáveis ideológicas e sociais dos actores envolvidos, inclusive do próprio investigador. A este painel acresce o outro pêndulo da relação aqui estabelecida, e que mais adiante teremos oportunidade de ponderar: o investigador e as opções analíticas que, face aos contextos efectivos da investigação, acabou por adoptar na fase de tratamento e análise dos resultados.

Terceiro andamento: o campo de possíveis de outros instrumentos operatórios – a análise de fontes documentais e a observação

O posicionamento central da entrevista sugere, com a mesma ordem de legitimidade analítica, e numa pesquisa qualitativa como a nossa, os usos descritivos e reflexivos das fontes documentais sobre a AMP e os concelhos que a integram. A análise de fontes documentais foi um outro instrumento fulcral, ainda que a diversidade, a inconsistência e a ausência de informações e de fontes constituíssem, em diversos momentos da pesquisa empírica, um obstáculo ao levantamento e à análise consistente e comparativa dos concelhos nas dimensões privilegiadas. Entendida como um outro *ingrediente metodológico* (Valles, 1999) da investigação sociológica, cuja diversidade possível de *materiais documentais* lhe

confere um estatuto não despiciendo nas inferências interpretativas, nem sempre usufrui, e particularmente fora dos limites da pesquisa comparativa ou da investigação intensiva, do mesmo enquadramento, e porque não legitimidade, de outras técnicas mais robustas da sociologia – o inquérito por questionário e a entrevista. No quadro daquelas estratégias de investigação assume-se a pluralidade dos *documentos* susceptíveis de um exercício de objectivação, como se reconhece a riqueza dos *traços documentais*, que, quando triangulados com outras técnicas e com outros dados, tornam a indagação sociológica peculiar e reconstrutora. Reconstrutora porque recompõe, por outras vias mas à semelhança das ditas técnicas mais robustas, representações em segundo grau dos discursos e práticas dos actores sociais, das regularidades estatísticas e factuais de certos eventos ou da historicidade local de um território. Acolhemos nesta pesquisa uma pluralidade de fontes¹⁹, para além das convencionalmente designadas fontes estatísticas²⁰, e procurámos esgotá-las dentro das possibilidades intrínsecas e contextuais da análise documental.

Em primeiro lugar, e para além do levantamento das fontes estatísticas que nos permitiram fazer o breve retrato da AMP do ponto de vista sócio-demográfico, o levantamento da rede de equipamentos culturais e desportivos dos concelhos da AMP foi uma das primeiras dimensões teóricas no trabalho de campo, através da análise de fontes documentais diversas. Foi nossa intenção integrá-la num conjunto de dados mais vasto sobre a AMP: o da caracterização sócio-demográfica da região e

¹⁹ São várias as tipologias disponíveis para classificar a diversidade de documentos (Valles, 1999; Burgess, 1997). No contexto da nossa pesquisa, assumimos os documentos escritos (critério suporte físico), os documentos estatísticos/quantitativos e não estatísticos/qualitativos (critério nível de análise), e os documentos públicos/de organismos oficiais e não públicos/organismos privados e outros (critério proveniência institucional). Sem deixar de ter aqui em conta que os dados que suportam esta pesquisa tanto são dados primários (construídos pelo próprio investigador a partir dos instrumentos operatórios que escolheu) como dados secundários (as informações recolhidas e construídas por instituições oficiais e não oficiais, sem fins de investigação sociológica), tipificámos as fontes documentais primárias e secundárias, atendendo ao grau de importância e de prioridade temporal no contexto da própria pesquisa empírica. Não conseguimos, porém, esgotá-las, na totalidade das dimensões previstas, e para todos os concelhos da AMP. Veja-se a este propósito o Anexo 3V.

²⁰ Fontes estatísticas, também elas relevantes e cruciais, no quadro de uma pesquisa triangulada, para um enquadramento quantitativo de algumas dimensões de caracterização mais global, como as questões sócio-demográficas dos concelhos da AMP.

o da caracterização da capacidade infraestrutural da oferta cultural e desportiva dos concelhos e do espaço metropolitano como um todo. Subjaz a tal intenção o pressuposto de que uma política cultural local, na sua acepção mais lata, perspectiva a dotação do concelho em infra-estruturas culturais e desportivas necessárias à dinamização da oferta e da procura locais. Sem esquecermos que o período da análise das políticas culturais tenta situar-se entre 1980 e 2001, mesmo que estes marcos temporais nem sempre se mantenham com os mesmos limites, é de todo pertinente dimensionarmos de que modo a rede local de equipamentos foi evoluindo nos diferentes concelhos, nesse intervalo de tempo, tanto ao nível das políticas culturais como ao das práticas dos poderes políticos instituídos.

Começámos por fazer uma pesquisa bibliográfica orientada para a recolha de informações sobre levantamentos sistematizados da rede de equipamentos culturais e desportivos da AMP, tipologias de equipamentos, unidade territorial privilegiada (concelho e/ou freguesia) e metodologias de recolha e tratamento utilizadas. Em simultâneo, fizemos uma pesquisa dos *sites* disponíveis sobre esta área temática, nomeadamente os das instituições políticas e sociais, ministeriais e autárquicas, que mais directamente nos poderiam facultar dados ou tão só pistas sobre esta matéria.

Interessava-nos, desde logo, reter informações sobre a rede de equipamentos culturais e desportivos quanto ao seu número total por concelho e por freguesia do concelho; à sua descrição por concelho e freguesia e ao ano mais próximo de 2002. Para além destas, aspirámos igualmente a uma análise diacrónica da rede de equipamentos da AMP e a um enquadramento mais macro, contemporizando a própria realidade da União Europeia. As informações encontradas não foram nem muitas nem satisfatórias. Deparámos-nos quer com a inexistência de dados estatísticos, quer com a dispersão e desactualização dos já disponíveis e a não uniformidade das tipologias de equipamentos, qualquer um deles pouco viabilizador das nossas intenções analíticas. Recolhemos fontes junto da CCRN, do INE e de organismos ministeriais e autárquicos. O trabalho realizado pela CCRN em 1999 (Portugal, 1999b) constituiu, no momento da pesquisa empírica, não só o único

como também o levantamento mais actualizado (1999) e mais completo (dados para o concelho e freguesia) sobre o território objecto da análise. Para além deste, e da autoria da mesma CCRN, localizámos um trabalho de 1991 (Portugal, 1991) que, numa abordagem mais sucinta e com um nível de análise mais amplo (a Região Norte), apresentava, já na altura, dados significativos quanto à realidade dos concelhos da AMP. Outras fontes foram consultadas; porém, os dados daí retirados revelaram-se pouco operacionais pois subjacentes a eles estavam concepções tipológicas diferentes e objectivos de análise específicos. Enquadravam-se em levantamentos estatísticos periódicos, é certo, mas com objectos de análise que não os nossos. De qualquer modo, houve dados que foram retirados e integrados em novas modalidades de leitura. Contudo, e tomando como instrumento de aferição o nosso próprio conhecimento empírico das realidades em estudo, desde cedo nos apercebemos que aquela que considerámos ser a fonte definitiva mais não seria do que um ponto de partida para tentarmos reconstruir leituras mais próximas do nosso objecto. Nesse sentido, e num segundo momento, fizemos um pedido de informação directo aos pelouros da cultura e do desporto das autarquias da AMP. Foi nossa proposta que corrigissem e/ou actualisassem, a partir da informação entretanto coligida e disponibilizada junto dos técnicos dos gabinetes das tutelas ou de interlocutores autárquicos privilegiados, os levantamentos feitos até Julho de 1999. Tivemos o cuidado de confrontá-los com as tipologias usadas pelos técnicos da CCRN e os critérios definidos para a inclusão/exclusão de certos equipamentos²¹. Acrescentámos a este exercício, o levantamento dos equipamentos turísticos dos concelhos da AMP, com base nos trabalhos do INE, de forma a perspectivarmos as potencialidades turísticas do território metropolitano.

Ao longo das duas fases da recolha de informação, problemas vários surgiram. Uns de carácter conceptual, outros de carácter metodológico e operacional: a insuficiência e/ou inexistência de fontes com informações

²¹ Entretanto, solicitámos à presidência da CCRN a autorização para discutir com a equipa responsável pelo estudo algumas dimensões conceptuais e metodológicas, de forma a aferir, o melhor possível, a informação a recolher de 1999 em diante, mas o pedido não foi satisfeito. Nos Anexos 4BB, 4CB, 4DB e 4EB estão disponíveis as grelhas utilizadas nos levantamentos referidos.

desagregadas ao nível do concelho e da freguesia; a não uniformidade dos critérios de classificação encontrados nas fontes estatísticas utilizadas e a disparidade dos critérios utilizados para a construção das tipologias; a disparidade dos dados recolhidos em diferentes anos, sem a periodicidade desejada, não permitindo ou dificultando uma análise diacrónica fiável e metodologicamente correcta e a não localização de dados sobre a realidade europeia. A dado momento tornou-se, de certa forma, incomportável, logística e temporalmente, o alargamento da escala de observação e, como tal, reposicionámos o lugar desta variável de análise.

Em segundo lugar, o levantamento dos organogramas das autarquias, de modo a contextualizarmos o posicionamento formal dos pelouros da cultura, do desporto e do turismo no figurino institucional do poder local e a visualizar a evolução dos serviços camarários. Com este olhar diacrónico²² sobre o modo como as câmaras foram adequando a sua estrutura de funcionamento às exigências da realidade social do concelho, confrontámo-nos com os esforços de racionalização das estruturas de poder (numa tentativa de resolução dos diversos problemas e de implementação das políticas de desenvolvimento) e com o papel, o posicionamento, as funções e os quadros de pessoal das áreas de intervenção das autarquias directamente ligadas à cultura. Nesse sentido, iniciámos a recolha dos decretos-lei saídos em Diário da República (DR) com os respectivos regulamentos da macroestrutura organizacional autárquica, contemplando a estrutura funcional do município, os organogramas e os quadros de pessoal, nas suas diversas alterações e reformulações subsequentes. Privilegiámos também a pesquisa nos próprios arquivos municipais, consultando as actas das reuniões de câmara e, sempre que necessário, as actas da assembleia municipal, fazendo buscas nos *sites* das autarquias e do DR, ou solicitando a informação directamente aos serviços municipais de cada um dos concelhos. Não foi um processo isento de dificuldades. Dificuldade em situar tal informação nas fontes jurídicas e desorientação ou

²² Privilegiámos aqui o período entre 1976 e 2001 pois só configurando o exercício do poder local desde o pós 25 de Abril de 1974 é que a análise das macroestruturas autárquicas se revelaria mais adequada ao objecto de análise. Não conseguimos, contudo, e dadas as circunstâncias da investigação empírica, analisar, com a mesma exaustividade, todas as macroestruturas das câmaras dos 9 concelhos.

desconhecimento dos serviços municipais quanto à sua existência e localização nas mais diversas versões. Por outro lado, entre 1976 e os primeiros anos de 1980, não se regista qualquer tipo de informação jurídica sobre os serviços e quadros de pessoal das autarquias. São as próprias autarquias a confirmarem não possuírem qualquer tipo de legislação sobre esta temática. Dificuldade em registar, com idêntica exaustividade, todas as situações organizacionais das 9 câmaras da AMP. Face a estes constrangimentos, adoptámos tais fontes como suporte empírico de um cruzamento, não totalmente exaustivo, e de segundo grau, com os discursos recolhidos junto dos eleitos locais.

Para além desta legislação, outra houve que se manifestou necessária para contextualizar o poder local e as diversas dimensões de actuação: legislação sobre o financiamento das autarquias, as competências das áreas metropolitanas e das autarquias, as zonas de concessão de jogo (no caso particular de concelhos como Espinho e Póvoa de Varzim)²³, as empresas municipais e as normalizações subjacentes à apresentação dos planos de actividades, dos orçamentos municipais e das contas da gerência anuais. À medida que avançávamos com a recolha de um conjunto de informações alusivas à actividade camarária do ponto de vista cultural, tendo sempre como referência temporal desejável 1980-2001, debatíamo-nos com a necessidade de cruzar tais elementos com os de ordem estritamente jurídica. Daí termos feito recolha da principal legislação sobre a administração local, nas suas versões em vigor, e dos princípios constitucionais directamente relacionados com o poder local e com as questões da cultura e do desenvolvimento. Relativamente a

²³ Espinho e Póvoa de Varzim são os concelhos da AMP que, ao abrigo do decreto-lei n.º 274/88 de 3 de Agosto, rectificado pelo decreto-lei n.º 41/95 de 21 de Fevereiro, têm adjudicadas concessões para exploração de jogos de fortuna ou azar. Os vários enquadramentos jurídicos que a exploração de jogos de fortuna ou de azar, em regime de concessão de exclusivo em determinadas localidades qualificadas como zonas de jogo a praticar em casinos, tem tido entre 1969 e 2001 reflectem a adequação do quadro normativo às mudanças da realidade social portuguesa. Uma das preocupações que os diplomas têm reflectido é a dos usos das verbas resultantes da exploração do jogo no sentido da valorização e da promoção da oferta turística nacional, regional e local. As contrapartidas, iniciais e anuais, pagas pelas concessionárias das zonas de jogo ao Estado português permitem assegurar o financiamento de infra-estruturas e de projectos turísticos, a concretização de uma intervenção regular na área da animação turística e cultural e a realização de eventos e acções de promoção turística. Do mesmo modo, os municípios abrangidos pela localização dos casinos podem ser alvo de dotações financeiras para os seus projectos de animação e promoção turísticas (portaria n.º 384/2002 de 10 de Abril).

estas matérias tivemos o cuidado de perspectivá-las, mais uma vez, a partir de um ponto de vista diacrónico, o que implica atendermos às revisões constitucionais das principais leis da sociedade portuguesa e ao *status quo* legislativo à data da Revolução de 1974. Por outro lado, a própria análise histórica do poder local em Portugal, feita por áreas disciplinares adjacentes à própria sociologia, suscitou-nos a devida atenção sempre que se nos tornava necessário o cruzamento de olhares teóricos.

Sobre as políticas culturais e turísticas dos concelhos da AMP, e para a análise do nosso objecto de estudo, todos os elementos recolhidos e tratados foram imprescindíveis. No entanto, foi com a recolha de informações muito específicas em fontes documentais disponibilizadas pelas próprias autarquias que clarificámos os contornos do nosso objecto de análise. Havíamos-nos proposto a fazer um levantamento entre 1980 e 2001, ao longo de 20 anos de exercício do poder local nestes concelhos, dos modos como a cultura e o turismo tinham sido politicamente perspectivados pelos autarcas e quais tinham sido as estratégias de acção política nestes sectores, com vista a uma política mais global de desenvolvimento destes concelhos. Nem sempre nos foi possível dimensionar tal propósito a montante e a jusante desse marco temporal diacrónico. Algumas fontes documentais de carácter descritivo e contabilístico foram os nossos pontos de partida. Falámos, por um lado, dos planos de actividades e dos orçamentos municipais e, por outro, dos relatórios de actividades e das contas da gerência apresentadas anualmente ao Tribunal de Contas. Quer um quer outro permitem-nos identificar as previsões das autarquias em termos de dinamização cultural e turística e as actividades realmente concretizadas; os montantes previstos e gastos anualmente pelas autarquias nos diversos departamentos; e os saldos de conta dos anos imediatamente anteriores. A partir dos finais da década de 80, e em virtude da informatização dos serviços municipais e da reestruturação dos quadros de pessoal, confrontámo-nos com uma análise simultaneamente estática e dinâmica das contas municipais. Os problemas, inevitavelmente, surgiram: dificuldades na localização dos planos e dos relatórios

de actividades entre 1980 e 1986, se bem que haja variações significativas consoante as autarquias; dificuldades na leitura de alguns indicadores contabilísticos: as contas da gerência têm indicadores agregados que não nos permitem leituras muito desagregadas dos gastos particulares em determinado tipo de actividades (nomeadamente culturais) por comparação com as despesas previstas nos planos de actividades; necessidade de recolher informações (descritivas e contabilísticas) sobre os anos imediatamente anteriores (1976-1979); dificuldades na selecção dos indicadores contabilísticos mais pertinentes para a nossa análise global; e dificuldades na selecção dos casos municipais mais significativos, atendendo à não exaustividade da recolha documental por concelho. Quando nos confrontámos com a análise empírica propriamente dita das fontes, adoptámo-las como referencial empírico não totalmente exaustivo e, mais uma vez, suporte de um esforço limitado de triangulação analítica.

Para além destas fontes, pareceu-nos também útil fazer uma análise dos programas políticos das autarquias entre 1980 e 2001²⁴. Tanto os relativos às campanhas político-partidárias em cada um dos mandatos locais, como os que, na sua qualidade de documentos sistematizados sobre as estratégias globais de actuação política, conseguimos localizar nos próprios serviços de apoio à presidência e/ou à vereação da cultura e do turismo. Pretendíamos assim delinear as principais linhas de actuação política previstas para o concelho quanto ao desenvolvimento, à cultura e ao turismo. Retivemos, apenas, é certo, os programas políticos das listas partidárias ganhadoras dos respectivos mandatos. Não foi fácil, imediata e, na maioria dos casos, possível a localização de tais documentos. Nas próprias câmaras raramente existem programas estratégicos de actuação nas áreas que nos interessam. Quanto aos programas políticos das campanhas, e porque as próprias autarquias não possuem outros a não ser os das últimas eleições

²⁴ Foram contactadas as sedes dos partidos com presença política vencedora/maioritária na AMP, inclusive as sedes nacionais, mas sem resultados visíveis. Os documentos em causa não estavam disponíveis e/ou não existiam. Contactámos, igualmente, o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra mas sem sucesso. Foram poucos e dispersos os programas políticos das listas ganhadoras nas eleições autárquicas que conseguimos recolher.

autárquicas, solicitámo-los junto das sedes de partido dos diferentes concelhos e das bibliotecas municipais. Em contrapartida, algumas outras informações pertinentes foram localizadas junto de *dossiers* entregues à imprensa local, regional ou nacional (também eles uma das fontes por nós procuradas e solicitadas nos serviços camarários) como, por exemplo, as concepções de desenvolvimento para o concelho e as políticas culturais e de turismo locais. Contudo, nem sempre foi possível fazê-lo, e com a mesma intensidade analítica, em todas as câmaras.

Um quarto tipo de fontes mereceu a nossa atenção numa primeira fase: a imprensa local, regional e nacional. Foi nossa intenção fazer o levantamento das referências aos municípios da AMP ou à AMP como um todo a propósito do nosso objecto de análise. Elaborou-se, a dado momento, o levantamento dos títulos de imprensa existentes nos concelhos entre 1980 e 2001. Na tentativa de confrontar a informação, solicitámos também aos gabinetes de imprensa e de relações públicas das autarquias a consulta das suas resenhas de imprensa, coligindo títulos, períodos e critérios de selecção das notícias. Mas a tarefa revelou-se incomportável, dadas as condições disponíveis²⁵ e, neste momento, configura-se como uma outra dimensão a explorar num outro contexto de investigação.

Face ao exposto, procurámos reunir, dentro do possível, e segundo ritmos de recepção e recolha da informação diferenciados (em parte devido às próprias dinâmicas organizacionais e à disponibilidade da informação pelas autarquias), documentos díspares que contivessem informações estatísticas e não estatísticas sobre a actividade cultural, desportiva e turística dos concelhos entre 1980 e 2001. Estes materiais consubstanciaram uma leitura transversal e complementar das políticas culturais e turísticas dos concelhos e permitiram fundamentar, ainda que

²⁵ Disparidade e raridade de informações providas das autarquias, atrasos nas respostas dos organismos contactados e disponibilidade temporal. A dado momento ainda tipificámos os critérios de escolha das notícias e da imprensa e seleccionámos os títulos e as notícias, assumindo, por uma economia de tempo e de esforço, os critérios, os títulos de imprensa e as notícias das autarquias e, caso se justificasse do ponto de vista metodológico, as resenhas de imprensa para os períodos que não constassem dos levantamentos camarários entretanto realizados.

paulatinamente, e em tempos desfasados dos da realização das entrevistas aos eleitos locais, as linhas de actuação política.

As agendas culturais e os vários folhetos sobre as actividades culturais, desportivas e turísticas dos concelhos seriam o culminar deste vasto processo de recolha. Pelo confronto que tivemos com a realidade de cada concelho, afigurou-se-nos pouco viável concretizar um levantamento exaustivo da programação cultural municipal entre as datas aqui referidas. Alguns factores o justificaram: a vastidão do cenário cultural, nem sempre registado pelos serviços culturais autárquicos; o aparecimento tardio das agendas culturais (década de 90), nem sempre com a mesma periodicidade e regularidade de divulgação/circulação; as actividades de cariz recreativo das próprias associações de bairro e a panóplia de manifestações culturais realizadas nas freguesias do concelho nem sempre alvo de um registo sistemático; a dispersão das informações por diversas fontes documentais, nem sempre de imediata resolução. Pareceu-nos fazer mais sentido, do ponto de vista metodológico, o confronto com estas fontes com o intuito de aferir as leituras parcelares e transversais que íamos realizando em torno de diversas fontes sobre um mesmo objecto de análise do que a intenção, por mais válida e aliciante, de desenhar, na sua totalidade, o cenário cultural de 20 anos das câmaras objecto de observação.

Os registos de observação de eventos culturais e desportivos dos concelhos da AMP foram uma intenção inicial. Os concelhos da AMP apresentam anualmente eventos de cariz cultural e desportivo que, para além da sua estrita natureza, poderão contribuir, a médio e a longo prazos, para a criação/consolidação ou a redefinição/inversão das modalidades do turismo local, se não de todos, pelo menos de alguns destes concelhos, sobretudo os da orla litoral. Operacionalizar registos de observação em torno de um conjunto previamente escolhido de eventos, e segundo determinadas dimensões analíticas, configurou-se como uma outra das nossas opções pois, quando cruzada com as principais abordagens metodológicas da pesquisa, permitiu-nos aferir componentes dos comportamentos dos actores sociais

e dos próprios objectos culturais e desportivos que, nas leituras entretanto sistematizadas em torno do objecto de análise, ocuparam um lugar devidamente necessário. Nestes registos, foi intenção inicial ter como centros de interesse tanto os públicos nas suas dinâmicas relacionais com os outros, com o objecto cultural e com os espaços, como a natureza dos objectos culturais e as estruturas de concepção, apoio e realização dos eventos²⁶. Contudo, num certo momento da investigação, e porque as dimensões da observação exigiriam um estar no terreno mais presente e sistemático, optou-se por realizar registos de observação de alguns eventos e para alguns concelhos, aferindo conhecimentos exploratórios que tínhamos, antes de mais como consumidores culturais, da própria realidade cultural concelhia. A observação destes eventos, num misto de *análise sociológica* e *fruição cultural* por parte do investigador, permitiu-nos reorganizar informações empíricas e reenquadrar parâmetros interpretativos. Mas os usos da observação que fizemos foram ainda de outra ordem. Mais exploratórios, de delimitação de unidades de análise, de inferências várias nas situações de entrevista e nos momentos de interlocução com os diversos actores do quadro social e político. A observação directa, e noutros contextos, a observação participante, acompanharam-nos nos percursos da pesquisa, potenciando a familiaridade com o real concelhio, com o quotidiano dos serviços das autarquias e das organizações envolvidas no projecto, e, antes de mais, com os actores políticos e sociais. Como instrumento de pesquisa qualitativa, a observação surge como um *outro ingrediente da investigação sociológica* (Valles, 1999), acto de registo com propósitos deliberados e que testemunha dimensões fragmentadas e socialmente visíveis dos comportamentos e quotidianos sociais (Peretz, 2000). O espaço metropolitano e os actores sociais entrevistados, os

²⁶ Nos Anexos 3W a 3Y encontram-se disponíveis os critérios de escolha dos eventos, a matriz de categorias de observação inicialmente prevista para os registos de observação dos eventos culturais e desportivos, e a matriz de notas de campo. Não chegámos a delimitar os respectivos eventos, se bem que um conhecimento prévio da realidade cultural de cada concelho nos levasse a prefigurar um total de 2 por concelho, com uma preferência significativa pelos de cariz cultural, e que fossem alvo, na sua concepção, participação e/ou colaboração, de uma intervenção dos respectivos pelouros camarários. Parece-nos ser uma outra dimensão substantiva e metodológica a explorar num outro contexto de investigação.

contextos culturais presenciados e a fase exploratória da pesquisa, traduziram usos diferenciados do *observar*, aqui entendido no sentido mais restrito do termo. Ora com apontamentos exploratórios, não estruturados, que se reposicionaram, com o tempo, como testemunho vivenciado dos contextos e do processo social e analítico da pesquisa, ora com categorias orientadoras dos *sentidos observacionais*, reconstruindo notas de campo a propósito dos discursos e práticas dos actores e das interpretações decorrentes dos usos dos outros procedimentos técnicos. Para além do sentido restrito, fica-nos o sentido lato do *observar*: aquele que configura a natureza da própria investigação sociológica. A de um olhar científico circular nos pontos de referência das fronteiras cognitivas.

CAPÍTULO 4

A Área Metropolitana do Porto: um tabuleiro desigual de nove concelhos

Enquadramento jurídico e modelo territorial da AMP entre 1991 e 2004

O objecto que nos ocupa, na multidimensionalidade dos retratos sociais reais, reconfigurou-se, do ponto de vista do enquadramento jurídico, entre a data da sua criação, 1991, e 2004 e 2005. Na sua origem, estiveram presentes posicionamentos políticos e económicos diferenciados face às mudanças económico-sociais da sociedade portuguesa e às necessidades e problemas sociais com que as autarquias se confrontavam, como, de igual modo, propostas políticas mais complexas, mas não necessariamente consensuais, quanto à configuração administrativa do território português e ao alargamento das competências e atribuições das próprias autarquias perante o princípio da descentralização político-administrativa.

Duas leis presidiram ao reposicionamento jurídico e político-administrativo das áreas metropolitanas (AM): a lei n.º 44/91 de 2 de Agosto, que criou as duas AM do país - Área Metropolitana de Lisboa (AML) e a AMP - e a lei n.º 10/2003 de 13 de Maio¹ que, a partir da anterior, estabeleceu o quadro jurídico necessário à criação efectiva de novas AM no território português. Não havia, até 2003, enquadramento legal para a instituição de pessoas colectivas públicas de âmbito territorial orientadas para a gestão integrada de espaços metropolitanos e urbanos do foro supramunicipal. A lei 44/91 apenas dizia respeito à AMP e à AML, perspectivando particularmente a articulação entre investimentos e serviços de âmbito supramunicipal das áreas urbanas integrantes, mas não contemplando parâmetros

¹ A lei n.º 44/91 foi aprovada a 4 de Junho de 1991 e a lei n.º 10/2003 a 20 de Março de 2003. Esta lei revogou a lei n.º 44/91 e estabeleceu o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das AM e o funcionamento dos seus órgãos. Com a entrada em vigor da nova lei, e segundo o regime transitório previsto para as duas AM já criadas, a AMP propôs o seu alargamento em escritura pública de adaptação datada de 6 de Julho de 2004. Designa-se como GAMP desde 30 de Julho de 2004, após a publicação da escritura pública e dos respectivos Estatutos em Diário da República, n.º 178, III Série, Suplemento, de 30 de Julho de 2004.

jurídicos e institucionais para as áreas urbanas exteriores àquela configuração territorial. O desenvolvimento local e regional aqui perspectivado traduzia, de alguma forma, a lógica de litoralização e bipolarização do território nacional pois definia juridicamente as relações de complementaridade e de cooperação entre municípios territorialmente contíguos das áreas dos dois centros urbanos nacionais. A lei 10/2003 delineou o enquadramento jurídico necessário à criação de espaços metropolitanos, para além dos de Lisboa e Porto, que potenciassem o desenvolvimento sustentável de territórios urbanos, existentes e emergentes, numa lógica de descentralização e de complementaridade territorial, por um lado, e de articulação intermunicipal e intrametropolitana e de convergência entre municípios e poder central, por outro².

O confronto entre as principais directrizes dos dois documentos legislativos permite tipificar especificidades que constam da lei actual: novos requisitos territoriais e demográficos, alargamento das atribuições das AM e das competências dos órgãos de funcionamento e trâmites processuais requeridos na constituição, financiamento e estabilidade política e jurídica das AM³.

A tabela 4.1 resume algumas dessas especificidades. A *designação da unidade territorial* – de *Área Metropolitana do Porto* para *Grande Área Metropolitana do Porto* – e a *natureza jurídica* não deixam de manter, de certo modo, os atributos iniciais. Porém, a primeira traduz mais do que uma red denominação formal: os *requisitos territoriais e demográficos* subjacentes no novo acto legislativo estipulam a contiguidade territorial entre os municípios e um número mínimo de 9 municípios

² Tal como consta do discurso de apresentação da GAMP no *site* oficial da instituição, os espaços metropolitanos ao constituírem-se como “espaços de concentração de pessoas de elevada qualificação profissional e de actividades de significativo valor acrescentado”, tornam-se “meios inovadores, cuja importância estratégica para a promoção do desenvolvimento económico e social e para a afirmação internacional do País não é demais sublinhar.” Veja-se o endereço www.amp.pt/aamp.asp, consultado pela última vez, no âmbito da análise documental deste trabalho, a 19 de Março de 2007.

³ Tal como previsto na Constituição Portuguesa, as grandes áreas urbanas e as ilhas poderão estabelecer, por lei, e de acordo com as suas condições específicas, outras formas de organização territorial autárquica, tal como as AM (art. 237.º da lei constitucional 1/97 de 20 de Setembro). As AM são formas de organização territorial autárquica, para além dos municípios e das freguesias, instituídas a partir do voto favorável das assembleias municipais, sob proposta das respectivas câmaras municipais (art. 4.º da lei 10/2003 de 13 de Maio).

com pelo menos 350.000 habitantes. Pela nova configuração jurídica, as AM são de dois tipos: as Grandes Áreas Metropolitanas (GAM) e as Comunidades Urbanas (ComUrb), estas últimas unidades territoriais e administrativas com 3 concelhos com um mínimo de 150.000 habitantes. Fortalece-se o vínculo supramunicipal ao prever-se a permanência dos municípios integrantes por um período de 5 anos e ao interditar-se a pertença simultânea a mais de uma AM.

Se atentarmos ao nosso objecto de análise, a AMP inicial, constituída entre 1991 e 2004, passou não só a designar-se GAMP como também a integrar, a partir de 2005, 14 concelhos (mais 5 do que o painel fundador)⁴ e 214 freguesias e a corresponder a uma área total de 1575 Km². Constitui, desde 2004, e entre as 7 GAM do país⁵, a segunda que detém o maior número de habitantes, quer perspectivemo-la com 9 (figura 4.1) quer com 14 (figura 4.2) concelhos associados⁶.

⁴ A AMP, entre 1991 e 2003, e como GAMP a partir de 2004, designou os concelhos de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia. A partir de 2005, associaram-se mais 5 concelhos: Arouca, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira e Trofa. A adesão destes últimos ficou formalizada a 28 de Janeiro de 2005 por deliberação unânime da Assembleia Metropolitana: os novos parceiros metropolitanos participariam nas reuniões da Junta Metropolitana e da Assembleia Metropolitana sem direito de voto até ao *terminus* do mandato em vigor na altura da adesão (a 9 de Outubro de 2005), tal como previsto nos art. 31.º e 32.º dos Estatutos da GAMP.

⁵ No território nacional há 7 GAM e 10 ComUrb cuja informação detalhada está disponível nos Anexos 4B e 4C. Para além das AM, a lei prevê, e tal como referido nas fontes documentais consultadas, outras formas de organização, do ponto de vista administrativo e político, necessárias ao desenvolvimento local. São elas as Comunidades Intermunicipais que, ao abrigo da lei n.º 11/2003 de 13 de Maio, são criadas por vários municípios para a realização de interesses comuns e podem ser de dois tipos: as Comunidades Intermunicipais de Fins Gerais, actualmente num total de 2 (Anexo 4D) e as Associações Municipais de Fins Específicos, num total de 36 (Anexo 4E). Este montante é aproximado e relativo pois, após confronto de informações, em 2007, entre o *site* oficial da DGAL e a publicação *Administração local em números 2005* (Portugal, 2006e), o *site* da ANMP e os *sites* oficiais das respectivas associações, foi possível verificar não só uma descoincidência de valores como o aparecimento de novas associações. As Associações de Freguesias (lei n.º 175/99 de 21 de Setembro), as Empresas Municipais e Intermunicipais (lei 58/98 de 18 de Agosto) e os Serviços Municipais Especializados são apresentados como outras formas de organização administrativa necessárias ao desenvolvimento local. Existem no continente, e segundo dados da DGAL, 9 associações de freguesias, criadas com finalidades diversas, entre elas a promoção do desenvolvimento socioeconómico com vista à melhoria da qualidade de vida das populações das freguesias associadas (Anexo 4F). Por fim, os municípios, as associações de municípios e as regiões administrativas podem criar empresas de âmbito municipal, intermunicipal e regional, dotadas de capitais próprios, para exploração de actividades que prossigam fins de reconhecido interesse público e cujo objecto se contenha no âmbito das respectivas atribuições. No Anexo 4G disponibilizamos informação sobre as empresas municipais criadas pelos concelhos membros da GAMP.

⁶ Veja-se, mais adiante neste Capítulo, o retrato sócio-demográfico da GAMP.

Não é nossa intenção explorar o alcance jurídico das definições apresentadas na própria lei mas, segundo a perspectiva estritamente jurídica de alguns autores⁷, a criação das AM não correspondeu à criação efectiva de novas autarquias locais; traduziu-se mais na criação de associações de municípios de carácter especial. Embora a lei classifique as AM como “pessoas colectivas de direito público de âmbito territorial” (Portugal, 2006d, p. 44), o conceito de autarquia local pressupõe quatro elementos – território, agregado municipal, interesses comuns e órgãos representativos – que as AM legisladas em 1991 e as GAM em 2003 não integram na sua totalidade: não prescrevem a eleição directa dos órgãos da AM e, como tal, de órgãos representativos (Ibidem)⁸.

As *atribuições* das AM, à luz do novo diploma legal, alargam-se a outros domínios não previstos até 2003. Numa acção que se prevê concertada com os serviços da administração central, e prefigurando a lógica de actuação metropolitana, a intervenção dos municípios integrantes tanto afectam a saúde e a educação, a cultura e o turismo como o desporto, juventude e actividades de lazer e os equipamentos de utilização colectiva. Acrescem outras dimensões de intervenção supramunicipal: o planeamento e a gestão estratégica, económica e social, e a gestão territorial nas circunscrições municipais respectivas.

⁷ Por exemplo, Neves (2004, p. 325-344) e Amaral (1994, p. 513).

⁸ A GAMP é constituída pela Assembleia Metropolitana, órgão deliberativo, com 43 elementos eleitos pelas assembleias municipais dos concelhos que a compõem, pela Junta Metropolitana, órgão executivo, com os presidentes de câmara de cada um dos municípios e que elegem entre si 3 elementos (1 presidente e 2 vice-presidentes) e pelo Conselho Metropolitano, órgão consultivo, presidido pelo presidente da Junta Metropolitana e que integra os membros da Junta, o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) e os representantes dos serviços e organismos públicos cujas actividades se relacionam com a prossecução das atribuições da GAMP. Quadro jurídico este que mantém as especificidades dos respectivos órgãos inicialmente atribuídas à AMP, nosso objecto em análise. No contexto presente, e de acordo com informações documentais recolhidas no *site* oficial da instituição, a GAMP integra na Assembleia Metropolitana, e no mandato 2005/2009, 20 deputados do Partido Social Democrata (PPD/PSD), 16 do Partido Socialista (PS), 3 da Coligação Democrática Unitária (CDU), 3 do Partido Popular (CDS-PP) e 1 do Bloco de Esquerda (BE). Veja-se o endereço www.amp.pt/DeputadosAM2005.html, consultado pela última vez, no âmbito da análise documental deste trabalho, a 19 de Março de 2007.

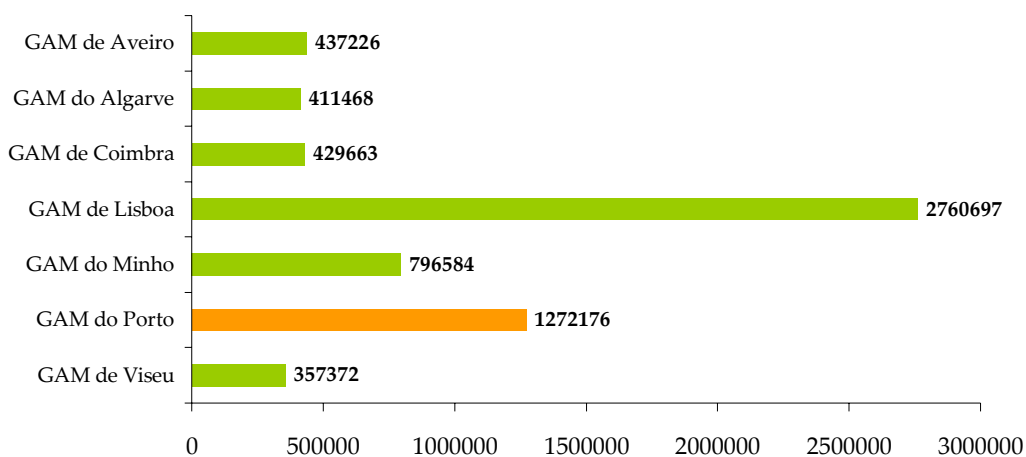
Tabela 4.1

Objecto, natureza jurídica e requisitos territoriais, demográficos e de estabilidade das Áreas Metropolitanas, 1991 e 2003

Lei n.º 44/91 de 2 de Agosto Diário da República - I Série-A, N.º 176 de 02-08-1991 Entrou em vigor a 02-11-1991	Lei n.º 10/2003 de 13 de Maio Diário da República - I Série-A, N.º 110 de 13/05/2003 Entrou em vigor a 21-08-2003
Objecto Criar as Áreas Metropolitanas de Lisboa (AML) e do Porto (AMP).	Objecto Estabelecer o regime de criação e o quadro de atribuições das áreas metropolitanas (AM), o funcionamento dos seus órgãos e as suas respectivas competências. Definiram-se dois tipos de AM: as grandes áreas metropolitanas (GAM) e as comunidades urbanas (ComUrb).
Natureza jurídica "As áreas metropolitanas são pessoas colectivas de direito público de âmbito territorial e visam a prossecução de interesses próprios das populações da área dos municípios integrantes." (art. 1.º)	Natureza jurídica "As áreas metropolitanas são pessoas colectivas de natureza associativa e de âmbito territorial e visam a prossecução de interesses comuns aos municípios que as integram." (art. 2.º)
Âmbito territorial A AML e a AMP são constituídas por 18 e 9 concelhos respectivamente. A AML tem sede em Lisboa e compreende os concelhos de Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira. A AMP tem sede no Porto e compreende os concelhos de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.	Requisitos territoriais e demográficos São constituídas por municípios ligados entre si por um nexo de continuidade territorial e com um mínimo de 9 municípios com pelo menos 350.000 habitantes no caso das GAM e de 3 com pelo menos 150.000 habitantes no caso das ComUrb.
[sem referência]	Estabilidade: permanência dos municípios por um período de 5 anos, interdição de pertença simultânea dos municípios a mais de uma AM e interdição de pertença dos municípios de uma AM a uma comunidade intermunicipal.

Figura 4.1

Grandes Áreas Metropolitanas - população abrangida (n.º hab.), 2004 ^{a)}

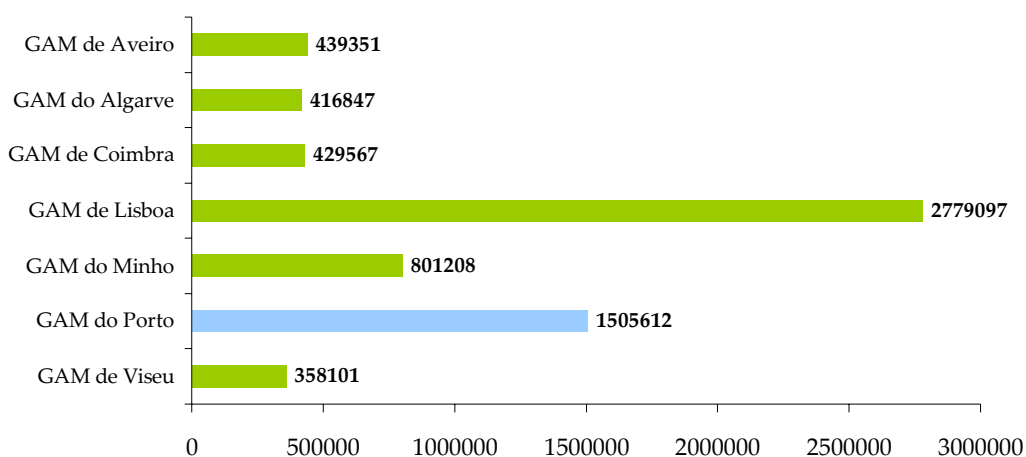


Fonte: DGAL, *Administração local em números 2005*

^{a)} Os dados reportam a 31/12/2004. Nesta data a GAMP não integra ainda os 5 novos concelhos: Arouca, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira e Trofa.

Figura 4.2

Grandes Áreas Metropolitanas - população abrangida (n.º hab.), 2005 ^{a)}



Fonte: INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões)*

^{a)} Os dados reportam a 31/12/2005. A GAMP integra os 5 novos concelhos: Arouca, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira e Trofa.

Tabela 4.2

Atribuições das Áreas Metropolitanas, 1991 e 2003

Lei n.º 44/91 de 2 de Agosto Diário da República - I Série-A, N.º 176 de 02-08-1991 Entrou em vigor a 02-11-1991	Lei n.º 10/2003 de 13 de Maio Diário da República - I Série-A, N.º 110 de 13/05/2003 Entrou em vigor a 21-08-2003
Atribuições	Atribuições
"a) Assegurar a articulação dos investimentos municipais que tenham âmbito supramunicipal; b) Assegurar a conveniente articulação de serviços de âmbito supramunicipal, nomeadamente nos sectores dos transportes colectivos, urbanos e suburbanos e das vias de comunicação de âmbito metropolitano; c) Assegurar a articulação da actividade dos municípios e do Estado nos domínios das infra-estruturas de saneamento básico, de abastecimento público, da protecção do ambiente e recursos naturais, dos espaços verdes e da protecção civil; d) Acompanhar a elaboração dos planos de ordenamento do território no âmbito municipal ou metropolitano, bem como a sua execução; e) Dar parecer sobre os investimentos da administração central das respectivas áreas, bem como dos que sejam financiados pela Comunidade Económica Europeia; f) Organizar e manter em funcionamento serviços técnicos próprios; g) Outras atribuições que sejam transferidas da administração central ou delegadas pelos municípios nas respectivas áreas metropolitanas." (art. 4.º)	"Sem prejuízo das atribuições transferidas pela administração central e pelos municípios, as áreas metropolitanas são criadas para (...): a) Articulação dos investimentos municipais de interesse supramunicipal; b) Coordenação de actuações entre os municípios e os serviços da administração central, nas seguintes áreas: 1) Infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento público; 2) Saúde; 3) Educação; 4) Ambiente, conservação da natureza e recursos naturais; 5) Segurança e protecção civil; 6) Acessibilidades e transportes; 7) Equipamentos de utilização colectiva; 8) Apoio ao turismo e à cultura; 9) Apoios ao desporto, à juventude e à actividade de lazer; c) Planeamento e gestão estratégica, económica e social; d) Gestão territorial na área dos municípios integrantes." (art. 6.º)

Tabela 4.3**Órgãos, receitas fiscais e despesas das Áreas Metropolitanas, 1991 e 2003**

Lei n.º 44/91 de 2 de Agosto Diário da República - I Série-A, N.º 176 de 02-08-1991 Entrou em vigor a 02-11-1991	Lei n.º 10/2003 de 13 de Maio Diário da República - I Série-A, N.º 110 de 13/05/2003 Entrou em vigor a 21-08-2003
Órgãos Assembleia Metropolitana, Junta Metropolitana e Conselho Metropolitano.	Órgãos GAM - Assembleia Metropolitana, Junta Metropolitana e Conselho Metropolitano. ComUrb - Assembleia da Comunidade Urbana, Junta da Comunidade Urbana e Conselho da Comunidade Urbana.
Receitas fiscais - as transferências do Orçamento do Estado e das autarquias locais; - as dotações, subsídios ou comparticipações de que venham a beneficiar; - as taxas de disponibilidade, de utilização e de prestação de serviços; - o produto da venda de bens e serviços; - o rendimento de bens próprios, o produto da sua alienação ou da atribuição de direitos sobre eles; - quaisquer acréscimos patrimoniais, fixos ou periódicos, que, a título gratuito ou oneroso, lhes sejam atribuídos por lei, contrato ou outro acto jurídico; - quaisquer outras receitas permitidas por lei.	Receitas fiscais - o produto das contribuições dos municípios que as integram; - as transferências do Orçamento do Estado; - as transferências dos municípios, no caso de competências delegadas por estes; - as transferências resultantes de contratualização com a administração central ou com outras entidades públicas ou privadas; - os montantes de co-financiamentos comunitários que lhes sejam atribuídos; - as dotações, subsídios ou participações de que venham a beneficiar; - as taxas devidas pela prestação de serviços; - o produto da venda de bens e serviços; - o rendimento de bens próprios, o produto da sua alienação ou da atribuição de direitos sobre eles; - quaisquer acréscimos patrimoniais, fixos ou periódicos, que, a título gratuito ou oneroso, lhes sejam atribuídos por lei, contrato ou outro acto jurídico; - quaisquer outras receitas permitidas por lei.
[sem referência]	Despesas Os encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão confiadas, bem como os resultantes da manutenção e do funcionamento dos seus órgãos e serviços.

Perante novas atribuições, outras competências se exigem aos *órgãos de funcionamento* e as *fontes de financiamento* passam a integrar também os cofinanciamentos comunitários e as transferências resultantes de contratualizações com a administração central e com outras entidades públicas ou privadas.

As novas AM enquadram-se na última reforma administrativa do território nacional. Em 1991, aquando da criação da AML e da AMP, o modelo de desenvolvimento económico e social, em virtude das condições estruturais dos concelhos, e do preâmbulo constitucional da descentralização administrativa, exigia a cooperação supramunicipal. A criação da AMP correspondeu à necessidade de instituir entidades supramunicipais de modo a ultrapassar a inexistência de um nível intermédio de decisão política entre o poder central (o nível governamental) e o poder local (o nível autárquico) que potenciase interesses públicos de forma eficiente e adequados às especificidades locais. O diploma jurídico de 2003, segundo alguns uma resposta alternativa à não criação das regiões administrativas, referendada em 1998 (Neves, 2004)⁹, tornou-se um desafio tanto administrativo como político para os municípios em causa.

A atenção sobre algumas das dimensões analisadas no relatório de auditoria financeira da GAMP realizado para os anos de exercício de 2003 e de 2004¹⁰,

⁹ Segundo os dados oficiais recolhidos junto da CNE, à primeira pergunta do referendo, dirigida a todos os cidadãos eleitores recenseados em território nacional – “Concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas?” – 34,97% responderam Sim e 60,87% Não. Por seu turno, e segundo os dados provisórios, os únicos disponíveis, relativamente à segunda pergunta do referendo, restrita aos cidadãos eleitores recenseados em cada uma das regiões administrativas criadas – “Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?” – 36,07% responderam Sim e 63,93% Não. A taxa de abstenção foi, respectivamente, de 51,88% e 51,71%. Veja-se a este propósito o *site* oficial da CNE: www.eleicoes.cne.pt. Assinale-se que os dados oficiais apresentados pela CNE para a primeira questão não são nem coincidentes com os respectivos resultados provisórios, nem perfazem um total de 100%.

¹⁰ A auditoria financeira realizada pelo Tribunal de Contas, no âmbito do Plano de Fiscalização para 2005, aos exercícios de 2003 e 2004 da GAMP procurou emitir uma opinião sobre “o cumprimento da legalidade dos procedimentos administrativos e dos registos contabilísticos, assim como proceder à avaliação do sistema de controlo interno e à análise das demonstrações financeiras daqueles exercícios” (Portugal, 2006d, p.7). Por outro lado, e do ponto de vista da análise que aqui nos interessa, esta auditoria procurou, de igual modo, “apreciar a implementação do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais e a adequação da GAMP ao novo regime jurídico de criação, quadro de atribuições e competências das áreas metropolitanas, fixado pela Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio, bem como verificar o acolhimento das recomendações constantes no Relatório do Tribunal de Contas n.º 03/02-2.ª Secção.” (Ibidem)

permite-nos visualizar o relativo distanciamento entre as atribuições jurídicas das novas AM e a concretização, segundo os trâmites administrativos e jurídicos e com implicações efectivas do ponto de vista social e político, das novas exigências, no caso em particular, pela GAMP. Segundo esta fonte (Portugal, 2006d), a sua adaptação ao novo quadro jurídico “veio conferir-lhe um conjunto de atribuições e competências, sem que, contudo, tal se tenha manifestado num efectivo incremento da actividade desenvolvida, quer pela inexistência de contratualização com o Governo de transferências de atribuições, quer pela ausência de repartição de competências dos municípios associados, o que se tem traduzido numa escassa actividade face ao acervo de atribuições introduzidas pela citada lei, nomeadamente quanto à execução de projectos que requeiram a participação de vários níveis de administração” (Ibidem, p. 7). Como exercício de avaliação externa, tipificou de que modo o órgão executivo da GAMP concretizou as recomendações oficiais apontadas em 2002, todas elas, ainda que indicativas de um período de adaptação ao novo modelo jurídico, reflexo de lógicas de implementação algo distantes dos preâmbulos previstos legalmente¹¹ e dos condicionalismos políticos e financeiros subjacentes aos processos de descentralização administrativa. Registe-se, a título de curiosidade, que aos órgãos da GAMP, a quem se atribui competências nos domínios organizativo e funcional, consultivo e de gestão territorial, e na coordenação e promoção de políticas urbanas, acresce um quadro de pessoal restrito que, em 2005, à data da auditoria, encontrava-se preenchido a 16,7%, correspondente a 2 funcionários, 1 técnica superior de relações públicas, a exercer funções de Directora de Departamento em comissão de serviço, e 1 técnica profissional afecta à área da contabilidade. A GAMP recorreu, ainda, à contratação a termo certo de 1 técnico

¹¹ Entre elas, salienta-se a recomendação em 2002 da necessidade de elaborar um regulamento que definisse a natureza, estrutura e funcionamento dos serviços públicos metropolitanos, recomendação esta que voltou a ser reiterada no relatório de 2006, conjuntamente com a indicação de elaborar e aprovar um organograma legal. Perante tal questão a Directora de Departamento teceu o seguinte comentário: *“Informa-se que o Regulamento referido em epígrafe, ainda, não está elaborado e aprovado, dado que a GAMP tem estado a realizar o processo de adaptação à nova legislação das Áreas Metropolitanas (Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio) e aguarda a definição do quadro de competências a contratualizar com o Governo, a fim de definir a estrutura dos serviços que irá necessitar, assim como do quadro do pessoal necessário.”* (cit. por Portugal, 2006d, p.12)

profissional e de 1 auxiliar administrativo que exerceram estas funções ao longo de 2003 e 2004.

Tabela 4.4

Composição do quadro de pessoal da GAMP, 07-03-2005

Grupo	Quadro aprovado	Lugares preenchidos	%
Dirigente	1	0	0
Técnico Superior	2	1	50
Técnico	1	1	100
Informática	2	0	0
Administrativo	3	0	0
Auxiliar	3	0	0
Total	12	2	16,7

Fonte: TC, Auditoria à Grande Área Metropolitana do Porto. Exercícios de 2003/2004

O objecto aqui em análise, a AMP, e voltando ao ponto de partida em questão, reconfigurou-se, e de alguma forma reconfigura-se ainda, como adiante veremos, sob vários prismas. Um trabalho de 1993 dava conta, a um outro nível de análise, da descoincidência entre o objecto formal criado a partir de uma delimitação territorial coincidente com a NUT III correspondente (o Grande Porto) e o modelo territorial que entretanto se consolidou¹². Parece-nos relevante reter aqui que, segundo os autores, a AMP institucionalizou-se, do ponto de vista político e por empenho directo dos respectivos municípios, a partir da referida delimitação territorial e do critério da polarização funcional exercida pela cidade do Porto numa área mais vasta como aquela abrangida pelos municípios entretanto associados. O espaço metropolitano foi definido, assim, numa base concelhia e segundo os modelos que mediam a polarização funcional exercida pelo Porto. Um conjunto de factores, porém, questionou tal pressuposto e exigia, em 1993, já após a criação da AMP, um outro enquadramento analítico do fenómeno “área metropolitana”. Por

¹² Relatório temático sobre o modelo territorial da AMP em 1993 (Figueiredo [et al.], 1993) e as principais características demográficas, produtivas e territoriais do espaço metropolitano, e que questiona os critérios seguidos para a delimitação territorial da AMP, propondo novos elementos de análise como os conceitos de cidade-aglomeração e cidade-região.

um lado, a disponibilidade, no campo científico, de instrumentos de leitura do fenómeno alternativos, como, por exemplo, os modelos das estruturas reticulares; por outro lado, as mudanças verificadas no próprio objecto real: as transformações territoriais das décadas de 70 e 80 do século passado¹³; as margens de intervenção municipal mais alargadas quanto à realização de investimentos, com capacidade de estruturação do território (particularmente, na criação de equipamentos, da rede viária municipal, de novas centralidades urbanas, de áreas de recreio e lazer locais); o amadurecimento do exercício do poder local e das lideranças autárquicas, com novos ciclos eleitorais e de eleitos; as novas condições de investimento municipal¹⁴ e o programa de investimentos públicos, que condicionaram a estruturação territorial da AMP, ao permitirem a circulação de pessoas e de mercadorias no interior do espaço metropolitano e em direcção aos eixos do tráfego internacional (Figueiredo [et al.], 1993). O contexto metropolitano alterou-se e novas dimensões se impuseram como referentes analíticos. O Plano da Região do Porto¹⁵ a que fazem referência relativizou-se perante as alterações sócio-demográficas da região¹⁶ e, segundo a proposta dos autores, a centralidade territorial do Porto seria integrada numa multiplicidade de interdependências territoriais que configurariam a estrutura policêntrica da AMP, ainda que desigual e lenta, e as potencialidades específicas dos espaços periféricos e a sua relativa autonomia funcional. Defendem, por isso, um

¹³ Os autores padronizam os ciclos de crise e de euforia económica, que se alternaram no jogo conjuntural das forças económicas mais globais, e que determinaram fortes pressões sobre o solo urbano disponível e o equilíbrio entre as dimensões do binómio habitação/emprego industrial e terciário (Figueiredo [et al.], 1993).

¹⁴ Os fundos estruturais aplicados na AMP provenientes do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) de 1989-1993 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

¹⁵ Exercício de planeamento regional datado de Junho de 1975 que definia a Região Porto, entendida como região hierarquizada e integrada, com a AMP (concelhos de Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Ermesinde), o Cávado, o Ave e Vale do Sousa. Como referem os autores, “os critérios que subordinaram a referida delimitação territorial assentaram fundamentalmente na abrangência da polarização funcional exercida pela cidade do Porto numa área mais vasta, retomando os primeiros trabalhos realizados (...) quer pela secção de Planeamento Regional e Urbano da Faculdade de Engenharia do Porto, quer pela Equipa Técnica responsável pelo Plano da Região do Porto, datado dos primeiros anos da década de 70.” (Ibidem, p. 85)

¹⁶ Os recenseamentos de 1981 e 1991 permitiram, na altura, visualizar tais alterações ao darem indicações mais precisas sobre a densidade populacional das freguesias e a área correspondente, o emprego, a habitação e a residência, e os movimentos pendulares casa-trabalho.

modelo territorial diferente do instituído em 1993: a *cidade-aglomeração*, constituída pelos concelhos do Porto, Maia, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Valongo e Gondomar, e enquanto espaço territorial, com duas linhas municipais: as áreas, efectiva ou potencialmente, centrais (cidade do Porto, áreas urbanas da Maia, Matosinhos e Vila Nova de Gaia) e a periferia suburbanizada, representada por Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia. Os concelhos de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Espinho não integrariam a *cidade-aglomeração* pelo “facto da sua base urbana se ter consolidado com grandes margens de autonomia face ao desenvolvimento metropolitano. Para essa consolidação muito contribuiu a influência das funções de lazer e turismo, as quais são exercidas polarizando outras áreas que não apenas os residentes da AMP” (Figueiredo [et al.], 1993, p. 64). E acrescentam que nos anos 80 estes concelhos revelaram uma diminuição da população residente (com perda do peso relativo no contexto residencial da AMP) e não fixaram o seu elevado crescimento natural na década de 80. Estes concelhos “(...) inserem-se mais numa segunda coroa de desenvolvimento urbano e as suas funções de lazer e turismo assumem expressão nesse contexto [no de cidade-região (Ibidem, p. 62)] e não apenas no da AMP.” (Ibidem, p. 64-65)

Não é nossa intenção aqui abordar o fenómeno das áreas metropolitanas, do ordenamento territorial e funcionalidade dos centros urbanos e regiões integradas por municípios associados. Contudo, não queremos deixar de assinalar que a configuração inicial da AMP, enquanto espaço supramunicipal, assentou mais numa decisão política conjunta de constituição de espaços com estas características (a AMP e a AML) e atendendo à polarização funcional de um centro urbano, no caso do Porto (no caso da AML, o de Lisboa), e menos na discussão e avaliação dos critérios técnicos de delimitação territorial e nas mudanças mais globais entretanto ocorridas nos concelhos associados. Por outro lado, apontava-se já em 1993 as potencialidades endógenas de alguns destes municípios, particularmente as de lazer e turísticas, como factores de uma relativa centralidade interna e externa, para além da configuração metropolitana constituída. No contexto actual, e de acordo com a

nova legislação e a reconfiguração da AMP em GAMP, de novo os critérios de delimitação territorial poderão ser reenquadrados tanto à luz de dimensões políticas e de viabilidade da cooperação entre municípios contíguos, ainda que com montantes estipulados de habitantes, como de parâmetros de natureza mais técnica, tal como os acima indicados no estudo em causa.

Para além das questões estritamente territoriais, e da maior ou menor legitimação técnica subjacente à criação da AMP ressaltamos algumas características que a padronizam como um espaço peculiar na construção de uma oferta municipal e metropolitana de bens e serviços culturais e turísticos. Vejamos, em primeiro lugar, um conjunto de coordenadas quanto àquilo que tem sido, à escala intrametropolitana e nacional, a AMP, entendida na sua configuração teórica¹⁷, em momentos diferenciados da afirmação do poder local em Portugal e da divisão territorial e administrativa do Estado português, com particular incidência nas dimensões analíticas que aqui nos ocupam. Começamos pelo retrato político global da AMP.

¹⁷ Relembramos a apresentação do objecto real e a construção do objecto teórico AMP que fazemos no Capítulo 3 deste trabalho.

Eleitos locais e quadros partidários municipais

Tal como previsto no art. 235.º, ponto 2, do Título VIII – Poder Local - da Constituição Portuguesa, as autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas¹⁸. As que estão instituídas¹⁹ - *município* e *freguesia* - correspondem, jurídica e concretamente, ao poder local efectivo em Portugal. A categoria *região* administrativa, constitucionalmente consagrada²⁰ e juridicamente enquadrada pela lei 19/98 de 28 de Abril quanto às bases gerais da sua criação, até ao momento traduziu-se apenas na tipificação de um mapa de regiões administrativas em Portugal²¹, referendado a 8 de Novembro de 1998 e com o voto desfavorável dos cidadãos recenseados²².

¹⁸ As autarquias definem-se à luz dos princípios que constam da Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada em 1985 pelo Conselho da Europa e aprovada entre nós pela Resolução da Assembleia da República n.º 28/90 de 23 de Outubro (Diário da República, I Série, n.º 245/90 de 23 de Outubro). Prevê-se no Preâmbulo da Carta que as autarquias locais são um dos principais fundamentos de um regime democrático e que o princípio da autonomia local deve ser reconhecido por legislação interna e pela própria Constituição.

¹⁹ No continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas; nas ilhas dos Açores e da Madeira, são as freguesias e os municípios (art. 236.º da Constituição Portuguesa, 4.ª revisão constitucional pela lei constitucional n.º 1/97 de 20 de Setembro). Actualmente, existem em Portugal 308 municípios (278 no Continente e 30 nas Regiões Autónomas) e 4259 freguesias (4050 no território continental e 209 nos territórios insulares). Veja-se a este propósito o Anexo 4A.

²⁰ Capítulo IV, art. 255.º a 262.º: às regiões administrativas, nos termos constitucionais, são conferidas a direcção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios, no respeito da autonomia destes e sem limitação dos respectivos poderes. Elaboram planos regionais e participam na elaboração dos planos nacionais e a sua instituição em concreto depende da aprovação da lei de instituição de cada uma delas e do voto favorável expresso pela maioria dos cidadãos eleitores que se tenham pronunciado em consulta directa, de alcance nacional e relativa a cada área regional.

²¹ São elas Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Ribatejo, Lisboa e Setúbal, Alentejo e Algarve.

²² Segundo dados recolhidos junto da CNE, os resultados obtidos no referendo traduziram (e traduzem) as dificuldades nos consensos políticos e partidários em torno da regionalização do território nacional. A discussão quanto à criação efectiva das regiões administrativas, paralelas às outras formas administrativas de autarquia, tem oscilado entre os posicionamentos contrários (que advogam a tradição do municipalismo português e as virtualidades históricas da intervenção municipal e, consequentemente, a eliminação das regiões da Constituição Portuguesa) e os posicionamentos favoráveis ao preceito constitucional e ao efectivo cumprimento da lei criada, ainda que entre estes seja pouco consensual o posicionamento face ao número e à extensão territorial das circunscrições respectivas. Veja-se a este propósito o *site* oficial da CNE www.eleicoes.cne.pt.

Analisando o poder local a partir das autarquias de facto instituídas, estas constituem-se como divisões administrativas do território nacional, com atribuições e competências específicas que desenvolvem na sua circunscrição, e dispõem de património, finanças e receitas, poder regulamentar e quadros de pessoal próprios, necessários à prossecução dos seus objectivos²³. São atribuições das autarquias, atendendo ao princípio da unidade do Estado e ao regime legalmente definido de delimitação e coordenação de actuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos, tudo o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas (art. 2.º do decreto-lei n.º 100/84 de 29 de Março): administração de bens próprios e sob sua jurisdição; desenvolvimento; abastecimento público, salubridade pública e saneamento básico; saúde, educação e ensino; cultura, tempos livres e desporto; defesa e protecção do meio ambiente e da qualidade de vida do respectivo agregado populacional; e protecção civil.

Os órgãos deliberativos e executivos das autarquias, constitucionalmente previstos²⁴ e com enquadramento jurídico²⁵, constituem modalidades de organização formal, e necessariamente partidária, do poder local e, como tal, palco de lógicas específicas de exercício do poder e da liderança. O retrato dos eleitos locais, a partir do posicionamento político-partidário que cada acto eleitoral induz, recompõe coordenadas quanto à orientação do jogo político local e às modalidades

²³ Constituição Portuguesa, quarta revisão constitucional, lei constitucional 1/97 de 20 de Setembro, art. 237.º a 243.º. A tutela administrativa sobre as autarquias locais consiste na verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos e é exercida nos casos e segundo as formas previstas na lei. As medidas tutelares restritivas da autonomia local são precedidas de parecer de um órgão autárquico, nos termos a definir por lei. A dissolução de órgãos autárquicos só pode ter por causa acções ou omissões ilegais graves (art. 242.º). Estão salvaguardadas, assim, a autonomia e a democraticidade do poder local.

²⁴ Segundo o art. 239.º da Constituição Portuguesa, as autarquias têm uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial responsável perante aquela. A primeira é “eleita por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos recenseados na área da respectiva autarquia, segundo o sistema da representação proporcional”; o segundo é “constituído por um número adequado de membros, sendo designado presidente o primeiro candidato da lista mais votada para a assembleia ou para o executivo, de acordo com a solução adoptada na lei, a qual regulará também o processo eleitoral, os requisitos da sua constituição e destituição e o seu funcionamento” (art. 239.º). Dispõem de poder regulamentar nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar (art. 241.º).

²⁵ Lei 79/77 de 25 de Outubro, primeira lei das autarquias locais, revista pelo decreto-lei n.º 100/84 de 29 de Março.

de exercício da democracia local²⁶. Nesse sentido, e quando perspectivada nos seus limites supramunicipais, a AMP figura num quadro político-partidário de regularidades específicas que, contudo, não obscurecem as de cariz nacional.

Se atentarmos aos eleitos locais para os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal²⁷, entre 1976 e 2005, constata-se uma relativa continuidade dos posicionamentos político-partidários na AMP e uma fragmentação clara entre as autarquias socialistas e as autarquias sociais-democratas, o mapa partidário maioritário do território metropolitano. Alguns dos posicionamentos partidários alicerçaram-se, em momentos particulares da história do poder local, nas coligações de partidos²⁸, alimentando alianças temporárias entre forças políticas e viabilizando projectos de gestão local²⁹.

Os actos eleitorais para as autarquias da AMP do pós-25 de Abril de 1974, particularmente o de 1976, traduziram a hegemonia do PS na quase totalidade das câmaras e assembleias municipais, excepto nas do concelho de Póvoa de Varzim. Destacaram-se os mandatos socialistas sem, contudo, negar-se a presença

²⁶ As formas de organização autárquica das comunidades locais remontam à época medieval mas a configuração democrática actual das autarquias prefigurou-se após o 25 de Abril de 1974, com a sua consagração constitucional em 1976. A democracia local teve as primeiras eleições autárquicas em Dezembro de 1976.

²⁷ No objecto em análise, privilegiamos os eleitos para os órgãos do município. Os órgãos representativos do município são a Assembleia Municipal, com poderes deliberativos, e a Câmara Municipal, com poderes executivos e responsabilidades políticas perante aquela. Compõem a câmara, eleita directamente pelos cidadãos recenseados na respectiva área, um presidente (primeiro candidato da lista mais votada) e vereadores (cujo número varia consoante a amplitude dos cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral). Na assembleia têm assento membros eleitos e membros por inerência (os presidentes das juntas de freguesia do município). Os órgãos representativos da freguesia, por sua vez, e com poderes deliberativos e executivos, são, respectivamente, a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia. Confronte-se a lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

²⁸ A coligação de partidos constitui uma aliança de dois ou mais partidos, por tempo indefinido e de âmbito delimitado, para prossecução de determinadas finalidades, políticas, sociais ou outras. Não detém personalidade jurídica, exige a aprovação pelos órgãos representativos dos partidos que a compõe, a indicação precisa do âmbito e da finalidade específicos da coligação e a comunicação por escrito ao Tribunal Constitucional. A sua formação não pressupõe a alteração da identidade, da organização estatutária ou do programa político dos partidos coligados. Um dos fins a que se propõem as coligações de partidos é o dos partidos coligados se apresentarem a actos eleitorais com listas conjuntas. No caso das coligações para fins eleitorais ou referendários, que se definem pela apresentação de listas para determinada eleição ou para participação no esclarecimento público de questões submetidas a referendo, extinguem-se com a divulgação do resultado definitivo da eleição. Veja-se a este propósito o *site* oficial da CNE: www.cne.pt.

²⁹ Nos Anexos 4H a 4Y estão disponíveis os dados sobre os eleitos locais por concelho da AMP.

significativa das vereações sociais-democratas (com particular destaque nas câmaras do Porto e Vila Nova de Gaia), das vereações centristas (nas do Porto e Póvoa de Varzim), e da Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU)³⁰ nas de Gondomar e Porto.

1979 acentuou alguns dos traços anteriores e delineou novas regularidades do exercício do poder político local. Deu-se o aparecimento dos primeiros presidentes de câmara que manteriam, nos anos seguintes, uma gestão política do concelho por vários anos (concelhos da Maia, Matosinhos e Póvoa de Varzim). Acompanhou-o a inversão do posicionamento das forças políticas: o PS perdeu a influência maioritária nas câmaras da AMP (apenas Vila do Conde manteve a edilidade socialista) e a Aliança Democrática (AD)³¹ assumiu a liderança das câmaras de Espinho, Gondomar, Maia, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia; de 79 eleitos na Câmara Municipal e de 395 na Assembleia Municipal, 34 e 161 foram da AD. A maioria absoluta da AD nas câmaras da Maia, Porto e Vila Nova de Gaia e o posicionamento isolado do Centro Democrático Social (CDS) na Póvoa de Varzim, único concelho em que a AD não apresentou candidatos, tornaram este ano um ano eleitoral de uma relativa viragem política. O aparecimento de uma nova coligação de esquerda, a Aliança Povo Unido (APU)³², em todos os concelhos, excepto Póvoa de Varzim e Vila do Conde; e da União Democrática Popular (UDP), nova força de esquerda, com uma presença minoritária na Assembleia Municipal de Gondomar, Porto e Vila Nova de Gaia, dava mostras do peso significativo da esquerda revolucionária da época.

As primeiras eleições autárquicas da década de 80 do século passado confirmaram tendências verificadas nos anos anteriores: a manutenção das mesmas forças políticas no jogo de equilíbrios partidários e das presidências de câmara com

³⁰ Coligação Frente Eleitoral Povo Unido, criada em 1976 com vista a candidatar-se às eleições autárquicas de 12-12-1976, e composta pelo Partido Comunista Português (PCP), pelo Movimento Democrático Português – Comissões Democráticas Eleitorais (MDP/CDE) e pela Frente Socialista Popular (FSP).

³¹ Coligação Aliança Democrática, constituída pelo PPD/PSD, pelo, na altura ainda designado, CDS e pelo Partido Popular Monárquico (PPM) para fins eleitorais e que concorreu como vencedora às legislativas de 1979 e de 1981. Apresentou-se, de igual modo, às eleições autárquicas deste período.

³² Coligação Aliança Povo Unido, criada em 1979, candidata às eleições intercalares de 1979 e às eleições legislativas de 1980, 1983 e 1985, e integrada pelos partidos PCP e MDP/CDE.

os mesmos protagonistas políticos. Assistiu-se, por um lado, a nova inversão do posicionamento partidário maioritário - o PS voltou a redimensionar a sua centralidade em 6 das 9 câmaras da AMP em 1982 e 1989 (nomeadamente nos concelhos de Espinho, Gondomar, Matosinhos, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) – e, por outro, à centralidade do CDS na única autarquia centrista – Póvoa de Varzim – e ao equilíbrio das forças partidárias habituais em 1985 (4 autarquias PS, 4 PPD/PSD e 1 CDS). As passagens do Partido Renovador Democrático (PRD) e do MDP/CDE pelo poder local nas autarquias da AMP não deixaram de constituir duas curiosidades partidárias no tabuleiro político da década.

Os anos 90 contrapuseram-se em dois momentos de gestão político-partidária: o período de hegemonia das autarquias socialistas situadas na orla litoral (Espinho, Matosinhos, Porto, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) e o período de hegemonia das autarquias sociais-democratas do interior metropolitano (Gondomar, Maia e Valongo). A estas últimas acresceu a da Póvoa de Varzim, tradicionalmente uma autarquia centrista mas que em 1993 inverteu tal tendência no sentido da força política PPD/PSD. A descoincidência entre forças políticas vencedoras nos dois órgãos municipais adquiriu visibilidade nalguns concelhos a partir de 1993, nomeadamente Gondomar e Vila Nova de Gaia, tendência que se estendeu aos últimos actos eleitorais no concelho de Valongo.

As eleições de 2001 e 2005, nesta última com uma AMP alargada na sua configuração jurídica e territorial, voltaram a redimensionar o puzzle das forças políticas, com a perda da hegemonia regular do PS (apenas presente nas autarquias de Espinho, Matosinhos e Vila do Conde) e o protagonismo local do PPD/PSD, ora como força política isolada (Gondomar, Póvoa de Varzim e Valongo), ora na coligação para fins eleitorais com o CDS-PP (Maia, Porto, Vila Nova de Gaia). Com as últimas eleições, em 2005, acentuou-se a posição dominante do PPD/PSD, principalmente como força política isolada (5 autarquias, entre elas 3 que resultaram da extensão da AMP, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Trofa) e manteve-se a posição socialista em Espinho, Matosinhos e Vila do Conde, com 2 novos

concelhos socialistas a integrarem a negociação metropolitana: Arouca e Santo Tirso. Estendeu-se, também, e reflectindo a lógica mais global verificada nas eleições legislativas, o posicionamento das listas compostas por cidadãos eleitores, no caso a Lista II no concelho de Gondomar, protagonizada por um dos autarcas localmente mais duradouros.

Se sumariamente visualizarmos a votação por partido nas eleições para a Assembleia da República no período em causa, verificamos que algumas regularidades à escala nacional são coincidentes com as do cenário do poder local. Senão vejamos:

- a perda de visibilidade política das forças partidárias que surgiram no contexto do pós-25 de Abril de 1974, como a Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (ADIM), 1 deputado em 1975; o Movimento Democrático Português (MDP), 5 deputados em 1975; e a UDP, 1 deputado entre 1975 e 1980³³;

³³ Com a Revolução do 25 de Abril de 1974 e o estabelecimento de um regime democrático emergiram na ordem jurídica e constitucional portuguesa vários partidos políticos, tidos como associações privadas com fins constitucionais que visavam exercer uma função de mediação política a partir da organização e expressão da vontade popular, da participação nos órgãos representativos e na influência na constituição de governo. Segundo dados da CNE, foi entre 1974 e 1975 que surgiu na cena política portuguesa a maioria dos partidos políticos. Ainda que tal tendência se tenha invertido de 1976 em diante, é possível encontrarmos, em todos os actos eleitorais até 2003, novos partidos ou coligações de partidos com fins eleitorais. A criação de partidos políticos não se traduziu necessariamente e, com a mesma amplitude, na obtenção da representação parlamentar. Foram poucos os partidos que o conseguiram, e de forma consecutiva, como outros houve que não chegaram a apresentar candidatura a eleições legislativas ou fizeram-no por uma ou duas vezes. Veja-se a este propósito o *site* oficial da CNE: www.cne.pt. Para visualizar algumas variáveis de caracterização do universo de partidos políticos portugueses (ano de constituição, denominação/sigla, número de eleições a que concorreu para a Assembleia da República, partidos inscritos e partidos extintos, partidos que promoveram a alteração dos seus elementos identificativos), consulte-se o conjunto de tabelas em anexo: o Anexo 4Z - Partidos políticos portugueses, 1974-2003 e o Anexo 4AA - Partidos inscritos no Tribunal Constitucional, partidos extintos e número de eleições a que concorreu para a Assembleia da República, 1974-2006.

Tabela 4.5

Votação por partido (%) e total de mandatos nas eleições para a Assembleia da República, 1975-2005 (resultados oficiais)

Eleição Legislativa	Votação por partido/coligação																	Total de mandatos	
	AD	ADIM	APU	BE	CDS	CDS-PP	CDU	FRS	MDP	PCP	PCP-PEV	PPD	PPD/PSD	PRD	PS	PSD	PSN		UDP
25-04-1975		0,03 1			7,61 16				4,14 5	12,46 30		26,39 81			37,87 116			0,79 1	250
25-04-1976					15,98 42					14,39 40		24,35 73			34,89 107			1,67 1	263
02-12-1979	42,52 121		18,80 47												27,33 74	2,35 7		2,18 1	250
05-10-1980	44,91 126		16,75 41				26,65 71						2,45 8					1,38 1	247
25-04-1983			18,07 44		12,56 30								27,24 75		36,11 101				250
06-10-1985			15,49 38		9,96 22								29,87 88	17,82 45	20,77 57				250
19-07-1987					4,44 4		12,14 31						50,22 148	4,91 7	22,24 60				250
06-10-1991					4,43 5							8,80 17	50,60 135		29,13 72		1,68 1		230
01-10-1995						9,05 15						8,57 15	34,12 88		43,76 112				230
10-10-1999				2,44 2		8,34 15						8,99 17	32,32 81		44,06 115				230
10-03-2002				2,74 3		8,72 14						6,94 12	40,21 105		37,79 96				230
20-02-2005				6,35 8		7,24 12						7,54 14	28,77 75		45,03 121				230

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Legenda	PPD/PSD - Partido Social Democrata
AD - Aliança Democrática	PRD - Partido Renovador Democrático
ADIM - Associação para a Defesa dos Interesses de Macau	PS - Partido Socialista
APU - Aliança Povo Unido	PSN - Partido da Solidariedade Nacional
BE - Bloco de Esquerda	UDP - União Democrática Popular
CDS - Centro Democrático Social	
CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular	
CDU - Coligação Democrática Unitária	
FRS - Frente Republicana e Socialista	
MDP - Movimento Democrático Português	
PCP - Partido Comunista Português	
PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária	
PPD - Partido Popular Democrático	

- a relevância política pontual do PRD que em 1985 elegeu 45 deputados (17,82%), a terceira força política mais votada, e em 1987 apenas 7, deixando de ter expressão política na cena legislativa nacional;

- a preponderância do bloco político composto pelos partidos PS e PPD/PSD, que ganharam maiorias absolutas e relativas entre 1976 e 2005: destacam-se as governações socialistas logo após o 25 de Abril (37,87% em 1975, 34,89% em 1976 e 27,33% em 1979) e em 1995 (43,76%) e 1999 (44,06%); e as governações dos sociais-democratas na coligação AD em 1979 (42,52%) e 1980 (44,91%) e, como força política isolada, em 1987 (50,22%) e 1991 (50,60%);

- o declínio crescente do PCP-PEV, em particular a partir dos anos 90 (8,80% em 1991 e 6,94% em 2002), com picos relativos em alguns actos eleitorais, mas distantes dos resultados verificados entre 1979 e 1985 enquanto APU (18,80%, 16,75%, 18,07% e 15,49%, respectivamente) e em 1987 como CDU (12,14%);

- a perda de visibilidade política do CDS-PP entre 1987 e 1991 ao eleger respectivamente 4 e 5 deputados, equilibrando-se, após 1995, conjuntamente com o PCP-PEV, a eleição de mandatos entre os 15 (9,05%) e os 12 (7,24%) deputados;

- a presença das coligações políticas como a APU, a AD, a CDU, a FRS³⁴ e o PCP-PEV;

- o aparecimento do BE em 1999, elegendo 8 deputados (6,35%) nas últimas eleições legislativas.

Vejamos a trajectória político-partidária de cada um dos concelhos da AMP entre 1976 e 2005.

Espinho manteve ao longo dos actos eleitorais os 7 mandatos³⁵ para a Câmara Municipal, nos quais o PS foi a força política dominante, ao vencer 6 das 9 eleições.

³⁴ Coligação Frente Republicana e Socialista, criada em 1980 e constituída pelo PS, pela União de Esquerda Socialista Democrática (UEDS) e pela Acção Social-Democrata Independente (ASDI), e que concorreu apenas às eleições legislativas de 1980.

³⁵ Pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro é presidente da Câmara Municipal o primeiro candidato da lista mais votada ou, no caso de vacatura do cargo, o que se lhe seguir na respectiva lista (art. 79.º). Aplicando os requisitos legais previstos aos concelhos da AMP, para além do presidente, a Câmara Municipal é composta por 12 vereadores no Porto; 10 vereadores nos municípios com 100.000 ou mais

Desde 1993 que o PS governa a câmara espinhense e, a partir de 1997, com maioria absoluta. Cenário contrário ao verificado entre 1976 e 1982, em que a influência socialista se diluiu com a presença de outras facções partidárias, herdeiras do pós-25 de Abril de 1974: a FEPU (1 eleito em 1976) e a APU (2 eleitos, 1 em cada momento eleitoral). 1997 foi o ano que acolheu o PPD/PSD como a principal força política da oposição local, com 2 a 3 vereadores em exercício de funções.

Tabela 4.6

Eleitos locais do concelho de Espinho para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária										Total de eleitos
		AD	APU	CDS	CDS-PP	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PS	PSN	
12-12-1976	PS			1		1		2		3		7
16-12-1979	AD	3	1							3		7
12-12-1982	PS		1	1				2		3		7
15-12-1985	PPD/PSD			2				3		2		7
17-12-1989	PPD/PSD			1			1	3		2		7
12-12-1993	PS						1	2		3	1	7
14-12-1997	PS							2		5		7
16-12-2001	PS							3		4		7
09-10-2005	PS								3	4		7

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Juntos por Espinho"

PS - Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Não passam despercebidos, porém, os valores residuais do Partido da Solidariedade Nacional (PSN) em 1993 e do PCP-PEV³⁶ em 1989 e 1993, nem tão pouco a actual coligação PPD/PSD.CDS-PP na vereação camarária (3 eleitos), que reanima, de certa forma, a presença centrista no quadro político municipal. Refira-se

eleitores; 8 vereadores nos concelhos com mais de 50.000 e menos de 100.000 eleitores; 6 vereadores nos municípios com mais de 10.000 e até 50.000 eleitores; 4 vereadores nos concelhos com 10.000 ou menos eleitores (art. 57.^o).

³⁶ Coligação composta pelo PCP e pelo Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), inscrita desde 1987 e também designada por CDU.

que o CDS-PP apenas fez parte das decisões políticas nos primeiros anos do poder local (1976-1989), ora no quadro da AD em 1979, ora isoladamente.

Tabela 4.7

Eleitos locais do concelho de Espinho para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária												Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD CDS-PP	PRD	PS	PSN	
12-12-1976	PS				2		2		5			7		16
16-12-1979	AD	17	5									13		35
12-12-1982	PS		6		4				12			13		35
15-12-1985	PPD/PSD		3		3				9		1	5		21
17-12-1989	PPD/PSD				2			3	8			8		21
12-12-1993	PS					1		2	7			8	3	21
14-12-1997	PS							2	7			12		21
16-12-2001	PS					2		2	7			10		21
09-10-2005	PS			1				2		9		9		21

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

BE - Bloco de Esquerda

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Juntos por Espinho"

PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

A eleição de 1 elemento do BE em 2005 para a Assembleia Municipal renovou, à semelhança do quadro político-partidário nacional, os jogos de possíveis alianças e diversificou os discursos e as práticas da negociação política. Já em momentos eleitorais anteriores, sobretudo a partir de 1993, o número de eleitos do PCP-PEV, do CDS-PP e do PSN sugeria o potenciar de alianças veladas nas votações na Assembleia Municipal³⁷.

³⁷ É interessante constatar que a Câmara Municipal faz-se representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia Municipal pelo presidente ou seu substituto legal, que poderá intervir nas discussões mas sem direito a voto. Os vereadores podem assistir às sessões da Assembleia Municipal, podendo, ainda, intervir sem direito a voto nas discussões, a solicitação do presidente da câmara ou do plenário da assembleia ou quando invoquem o direito de resposta, no âmbito das tarefas específicas que lhes estão cometidas. Os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra (art. 48.º da lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro).

Similar quadro político tem tido o CDS-PP em Gondomar nos eleitos para o órgão executivo: apenas em 1976 e 1989 elegeu 1 candidato para a Câmara Municipal. Entre 1976 e 2005, Gondomar passou de 9 para 11 eleitos na Câmara Municipal, traduzindo, à semelhança de outros concelhos da AMP (Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde)³⁸, o aumento do número de cidadãos eleitores inscritos na sua área de circunscrição.

A alternância entre o PS e o PPD/PSD tem caracterizado o concelho. Desde 1993 até 2001, a força social-democrata governou a edilidade, e nas últimas eleições, com o mesmo candidato à presidência, o grupo de cidadãos eleitores II (“Valentim” Valentim Loureiro – Gondomar no Coração) assumiu a liderança política local. A presença do PS ocorreu ao longo dos anos 80, com maiorias relativas, mas com decréscimos significativos no número de eleitos para a câmara desde 1997: de 5 em 1993 passou para 2 em 1997. Em contrapartida, as maiorias absolutas ocorreram nos últimos anos, entre 1997 e 2005, e para o PPD/PSD e para a lista II. A visibilidade dos sociais-democratas no exercício das funções políticas, mesmo numa coligação estratégica com o CDS-PP, perdeu amplitude por dispersão da candidatura do próprio presidente pela Lista II em 2005: elegeu tão só 1 vereador. O posicionamento dos partidos de esquerda na câmara de Gondomar remonta a uma assinalável presença da APU entre 1979 e 1985 (2 eleitos) e do PCP-PEV, ainda que em menor grau (entre 1 a 2 vereadores), em 1989, 1993 e 2001. Na Assembleia Municipal, os eleitos pelo BE³⁹ e pelo PCP-PEV possibilitam, do ponto de vista dos discursos e das práticas, uma outra diversidade na discussão e tomada de decisões político-partidárias.

³⁸ Maia passou de 7 para 9 mandatos em 1979, Matosinhos de 9 para 11 em 1985, Póvoa de Varzim de 7 para 9 em 2001, Valongo de 7 para 9 em 1989 e Vila do Conde de 7 para 9 em 1985. Atente-se aos dados disponíveis para cada concelho que constam das tabelas deste Capítulo.

³⁹ Este cenário político é, de certa forma, transversal ao órgão Assembleia Municipal nos restantes concelhos da AMP. O BE tem assento em 8 dos 9 concelhos da AMP: não conseguiu eleger nenhum mandato no concelho de Póvoa de Varzim. O PCP-PEV, ainda que com uma presença diferenciada, elegeu sempre candidatos para o órgão legislativo. Atente-se, mais uma vez, aos dados disponíveis para cada concelho que constam das tabelas deste Capítulo.

Tabela 4.8

Eleitos locais do concelho de Gondomar para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005
(resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária										Total de eleitos
		AD	APU	CDS	FEPU	MDP/CDE	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PS	II	
12-12-1976	PS			1	2			2		4		9
16-12-1979	AD	4	2							3		9
12-12-1982	PS		2					3		4		9
15-12-1985	PS		2					3		4		9
17-12-1989	PS			1		1	2	3		4		11
12-12-1993	PSD						1	5		5		11
14-12-1997	PPD/PSD							9		2		11
16-12-2001	PPD/PSD						1	7		3		11
09-10-2005	II								1	2	8	11

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissões Democráticas Eleitorais

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Viver Gondomar"

PS - Partido Socialista

II - "Valentim" Valentim Loureiro - Gondomar no Coração

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Tabela 4.9

Eleitos locais do concelho de Gondomar para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005
(resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária														Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	MDP/CDE	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	UDP	II	
12-12-1976	PS				4		5			6			11			26
16-12-1979	AD	18	10										16	1		45
12-12-1982	PS		10		3					14			18			45
15-12-1985	PPD/PSD		6		1					9		2	9			27
17-12-1989	PS				2			3	5	11			12			33
12-12-1993	PS					1			3	14			15			33
14-12-1997	PPD/PSD								3	21			9			33
16-12-2001	PPD/PSD					1			3	19			10			33
09-10-2005	II			1					3		3		7		19	33

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

BE - Bloco de Esquerda

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissões Democráticas Eleitorais

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Viver Gondomar"

PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista

UDP - União Democrática Popular

II - "Valentim" Valentim Loureiro - Gondomar no Coração

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Maia surge nestas três décadas como um concelho acentuadamente social-democrata. Apenas em 1976 o PS ganhou a eleição para a câmara maiata e, desde essa data até 2005, assumiu-se como a principal força de oposição local, face aos mandatos com maioria absoluta do PPD/PSD entre 1985 e 1997 (6 eleitos) e da coligação PPD/PSD.CDS-PP (6 eleitos) nas duas últimas autárquicas. O PCP-PEV sempre foi uma força residual (elegeu o último vereador em 1993), excepto nos anos subsequentes ao 25 de Abril (1979-1985) em que se representou sempre com um 1 vereador no seio da coligação APU. Da mesma forma, o CDS-PP: surge no quadro local em 1976 (1 eleito) e em 2001 e 2005 no quadro da coligação com os sociais-democratas.

Tabela 4.10

Eleitos locais do concelho da Maia para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária								Total de eleitos
		AD	APU	CDS	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PS	
12-12-1976	PS			1	1		2		3	7
16-12-1979	AD	5	1						3	9
12-12-1982	AD	4	1						4	9
15-12-1985	PPD/PSD		1				6		2	9
17-12-1989	PPD/PSD						6		3	9
12-12-1993	PPD/PSD					1	6		2	9
14-12-1997	PPD/PSD						6		3	9
16-12-2001	PPD/PSD.CDS/PP							6	3	9
09-10-2005	PPD/PSD.CDS/PP							6	3	9

Legenda

AD - Aliança Democrática
 APU - Aliança Povo Unido
 CDS - Centro Democrático Social
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Primeiro as Pessoas"
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Tabela 4.11

Eleitos locais do concelho da Maia para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária											Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	
12-12-1976	PS				3		2		5			7	17
16-12-1979	AD	21	7									17	45
12-12-1982	AD	20	7									18	45
15-12-1985	PPD/PSD		3						16		2	6	27
17-12-1989	PPD/PSD				1			2	15			9	27
12-12-1993	PPD/PSD					1		2	16			8	27
14-12-1997	PPD/PSD							1	16			10	27
16-12-2001	PPD/PSD.CDS/PP							1		16		10	27
09-10-2005	PPD/PSD.CDS/PP			2				2		14		9	27

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

BE - Bloco de Esquerda

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Primeiro as Pessoas"

PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Matosinhos, contrariamente, afirmou-se sempre, à semelhança de Vila do Conde, como um dos dois concelhos da AMP em que o PS ganhou todas as eleições autárquicas e, no caso, com maioria absoluta a partir de 1982.

Neste quadro, confrontou-se com a oposição do PPD/PSD (em 2001 e 2005, em coligação com o CDS-PP, elegeu 4 vereadores) e, mais residual e esporádica, do PCP-PEV (1 vereador em 1989, 2001 e 2005). Para além de alguns traços, já referidos para outros concelhos, desenharem também contornos em Matosinhos (a FEPU com 1 eleito em 1976, a APU e o CDS com eleitos para a Câmara Municipal no pós-25 de Abril), a liderança socialista tem marcado a vida política local, ainda que nos dois últimos actos eleitorais as forças da oposição tenham conseguido eleger mais vereadores.

Tabela 4.12

Eleitos locais do concelho de Matosinhos para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária								Total de eleitos
		AD	APU	CDS	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PS	
12-12-1976	PS			1	1		2		5	9
16-12-1979	PS	4	1						4	9
12-12-1982	PS		1	1			1		6	9
15-12-1985	PS		1				4		6	11
17-12-1989	PS					1	3		7	11
12-12-1993	PS						2		9	11
14-12-1997	PS						3		8	11
16-12-2001	PS					1		4	6	11
09-10-2005	PS					1		4	6	11

Legenda

AD - Aliança Democrática
 APU - Aliança Povo Unido
 CDS - Centro Democrático Social
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Matosinhos Feliz"
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Tabela 4.13

Eleitos locais do concelho de Matosinhos para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária												Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	GDUP's	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	
12-12-1976	PS				4		3	1		6			12	26
16-12-1979	PS	18	7										20	45
12-12-1982	PS		7		5					8			25	45
15-12-1985	PS		4		1					10		2	16	33
17-12-1989	PS				1				3	9			20	33
12-12-1993	PS					1			2	8			22	33
14-12-1997	PS					1			3	8			21	33
16-12-2001	PS			1					3		11		18	33
09-10-2005	PS			3					3		11		16	33

Legenda

AD - Aliança Democrática
 APU - Aliança Povo Unido
 BE - Bloco de Esquerda
 CDS - Centro Democrático Social
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

GDUP's - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular
 PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Matosinhos Feliz"
 PRD - Partido Renovador Democrático
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Porto, concelho de centralidade política regional, traduz um xadrez político igualmente feito de alternâncias partidárias.

Tabela 4.14

Eleitos locais do concelho do Porto para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária									Total de eleitos
		AD	APU	CDS	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	
12-12-1976	PS			3	2		3			5	13
16-12-1979	AD	7	2							4	13
12-12-1982	AD	6	2							5	13
15-12-1985	PPD/PSD		2	1			5		1	4	13
17-12-1989	PS			1		1	5			6	13
12-12-1993	PS					1	3			9	13
14-12-1997	PS					1		4		8	13
16-12-2001	PPD/PSD.CDS/PP					1		6		6	13
09-10-2005	PPD/PSD.CDS/PP					1		7		5	13

Legenda

AD - Aliança Democrática
 APU - Aliança Povo Unido
 CDS - Centro Democrático Social
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Pelo Porto, Uma Vez Mais"
 PRD - Partido Renovador Democrático
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Entre 1989 e 1997 foi câmara socialista, elegendo, do total de 13 mandatos, 6 a 9 membros. O PRD elegeu 1 membro em 1985 e o domínio dos sociais-democratas entre 1979 e 1985, dois deles com a coligação AD, passou de maioria absoluta em 79 para maioria relativa em 82 e 85, com uma oposição mais diluída por forças políticas como o PS, a APU, o CDS e o PRD. Actualmente, e desde 2001, é uma câmara com maioria da coligação PPD/PSD.CDS-PP (de 4 passou para 7 membros eleitos) e com oposição do PS (de 6 para 5 eleitos) e do PCP-PEV (1 eleito).

Tabela 4.15

Eleitos locais do concelho do Porto para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária													Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	GDUP's	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	UDP	
12-12-1976	PS				8		6	1		10			15		40
16-12-1979	AD	33	11										20	1	65
12-12-1982	AD	29	14										22		65
15-12-1985	PPD/PSD		7		3					16		3	9		38
17-12-1989	PS				3				5	15			16		39
12-12-1993	PS					2			3	12			22		39
14-12-1997	PS								5		13		21		39
16-12-2001	PPD/PSD.CDS/PP			1					4		18		16		39
09-10-2005	PPD/PSD.CDS/PP			2					4		18		15		39

Legenda

AD - Aliança Democrática
 APU - Aliança Povo Unido
 BE - Bloco de Esquerda
 CDS - Centro Democrático Social
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido
 GDUP's - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Pelo Porto, Uma Vez Mais"
 PRD - Partido Renovador Democrático
 PS - Partido Socialista
 UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Póvoa de Varzim, concelho centrista até 1985 e social-democrata desde esta data em diante, traduz a leitura inversa do posicionamento político-partidário de concelhos como Espinho, Matosinhos ou Vila do Conde.

As maiorias absolutas são claras entre 1997 e 2005 (6 a 7 vereadores), e o CDS, que no pós-25 de Abril era a força política dominante no concelho, assegurou tal legitimidade até finais dos anos 80, perdendo nos anos seguintes, e com particular incidência entre 1997 e 2005, para os sociais-democratas e socialistas locais. Estes últimos elegeram, em 2005, 3 vereadores, reflectindo a oposição crescente à liderança absoluta dos sociais-democratas. O PCP-PEV elegeu o seu último vereador em 1993 e desde essa data não tem tido assento no órgão executivo. Mesmo após a Revolução, a APU apenas elegeu 1 vereador em 1982.

Tabela 4.16

Eleitos locais do concelho de Póvoa de Varzim para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária						Total de eleitos
		APU	CDS	CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PS	
12-12-1976	CDS		3			2	2	7
16-12-1979	CDS		3			2	2	7
12-12-1982	CDS	1	3			2	1	7
15-12-1985	CDS		4			2	1	7
17-12-1989	PPD/PSD		2			3	2	7
12-12-1993	PPD/PSD			3	1	3		7
14-12-1997	PPD/PSD					6	1	7
16-12-2001	PPD/PSD			1		7	1	9
09-10-2005	PPD/PSD					6	3	9

Legenda

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

Tabela 4.17

Eleitos locais do concelho de Póvoa de Varzim para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária								Total de eleitos
		APU	CDS	CDS-PP	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PS	PSN	
12-12-1976	CDS		6		1		5	4		16
16-12-1979	CDS	3	14				10	8		35
12-12-1982	CDS	4	13				10	8		35
15-12-1985	CDS	2	10				6	3		21
17-12-1989	PPD/PSD		5			1	10	5		21
12-12-1993	PPD/PSD			8		2	8	2	1	21
14-12-1997	PPD/PSD			3		1	13	4		21
16-12-2001	PPD/PSD			3		1	18	5		27
09-10-2005	PPD/PSD			2		1	16	8		27

Legenda

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional

Similar enquadramento político tem tido o concelho de Valongo na eleição do órgão executivo.

Ainda que com equilíbrios temporários de certas forças políticas em determinados momentos eleitorais (1976 e 1979 foram anos em que se alternaram na gestão da autarquia, respectivamente, socialistas e sociais-democratas), é, desde 1993, um concelho social-democrata e com maiorias absolutas a partir de 1997.

Valongo foi um concelho socialista entre 1982 e 1989. Embora nos primeiros actos eleitorais a APU tenha tido alguma presença (1 eleito entre 1979 e 1985), nos últimos anos apenas elegeu 1 membro em 1989 e 1993 com a coligação PCP-PEV. Mais residual tem sido o lugar do CDS-PP: elegeu 1 vereador em 1976.

Tabela 4.18

Eleitos locais do concelho de Valongo para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária							Total de eleitos
		AD	APU	CDS	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PS	
12-12-1976	PS			1	1		2	3	7
16-12-1979	AD	3	1					3	7
12-12-1982	PS		1				2	4	7
15-12-1985	PS		1				3	3	7
17-12-1989	PS					1	3	5	9
12-12-1993	PPD/PSD					1	4	4	9
14-12-1997	PPD/PSD						6	3	9
16-12-2001	PPD/PSD						6	3	9
09-10-2005	PPD/PSD						5	4	9

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Tabela 4.19

Eleitos locais do concelho de Valongo para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária										Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	
12-12-1976	PS				2	2		5			7	16
16-12-1979	AD	15	6								14	35
12-12-1982	PS		7		3			9			16	35
15-12-1985	PS		3		1			7		1	9	21
17-12-1989	PS				1		3	10			13	27
12-12-1993	PPD/PSD						3	13			11	27
14-12-1997	PPD/PSD						2	14			11	27
16-12-2001	PPD/PSD.CDS/PP						2		14		11	27
09-10-2005	PS			1			2		12		12	27

Legenda

AD - Aliança Democrática
 APU - Aliança Povo Unido
 BE - Bloco de Esquerda
 CDS - Centro Democrático Social

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Continuar a Obra"
 PRD - Partido Renovador Democrático

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Vila do Conde, congénere limítrofe da Póvoa de Varzim, apresenta um historial político contrário ao desta última.

É um concelho com câmara socialista e de maioria absoluta desde 1976. As forças da oposição situaram-se entre, por um lado, os sociais-democratas, com especial incidência nos anos de 1985 até 1997 e actualmente com a coligação PPD/PSD.CDS-PP, e, por outro, a AD nos tempos idos de 1979 e 1982. O PCP-PEV é uma força partidária inexistente no mapa político da gestão da câmara - mesmo na Assembleia Municipal tem eleito apenas 1 representante político desde 1989 - e o CDS-PP adquiriu visibilidade na coligação com os sociais-democratas - desde 1976 que não elegia 1 vereador.

Tabela 4.20

Eleitos locais do concelho de Vila do Conde para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária					Total de eleitos
		AD	CDS	PPD/PSD	PPD/PSD. CDS-PP	PS	
12-12-1976	PS		1	2		4	7
16-12-1979	PS	3				4	7
12-12-1982	PS	2				5	7
15-12-1985	PS			2		5	7
17-12-1989	PS			3		6	9
12-12-1993	PS			3		6	9
14-12-1997	PS			3		6	9
16-12-2001	PS				4	5	9
09-10-2005	PS				4	5	9

Legenda

AD - Aliança Democrática

CDS - Centro Democrático Social

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Sentir Vila do Conde"

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Tabela 4.21

Eleitos locais do concelho de Vila do Conde para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária											Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD. CDS-PP	PRD	PS	
12-12-1976	PS				6		3		9			13	31
16-12-1979	PS	14	3									18	35
12-12-1982	PS	13	3									19	35
15-12-1985	PS		2		2				8		1	18	31
17-12-1989	PS							1	11			19	31
12-12-1993	PS					1		1	10			19	31
14-12-1997	PS					1		1	10			19	31
16-12-2001	PS							1		13		17	31
09-10-2005	PS			1				1		12		17	31

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

BE - Bloco de Esquerda

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Sentir Vila do Conde"

PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Vila Nova de Gaia, por fim, alberga especificidades atrás indicadas: constitui um outro concelho da AMP em que os equilíbrios político-partidários traduzem momentos particulares da gestão do concelho e a alternância no jogo político das principais forças partidárias da AMP (socialistas *versus* sociais-democratas) e, porque não, do tabuleiro político nacional.

Nos últimos anos tem sido um concelho que elege 11 membros para a câmara e com maioria absoluta da coligação PPD/PSD.CDS-PP, com oposição do PS (entre 5 a 3 eleitos) e, em 2005, também do PCP-PEV (1 vereador). Foi câmara socialista entre 1989 e 1993 e em 1976 e 1982. E elegeu para o órgão executivo forças políticas residuais: PRD em 1985 e FEPU em 1976. A APU entre 1979 e 1985 elegeu 2 vereadores e, recentemente, acompanhando as próprias características nacionais do PCP-PEV, 1 vereador.

Tabela 4.22

Eleitos locais do concelho de Vila Nova de Gaia para o órgão Câmara Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária									Total de eleitos
		AD	APU	CDS	FEPU	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PRD	PS	
12-12-1976	PS			2	1		3			5	11
16-12-1979	AD	5	2							4	11
12-12-1982	PS		2	1			3			5	11
15-12-1985	PPD/PSD		2				4		1	4	11
17-12-1989	PS					1	4			6	11
12-12-1993	PS					1	4			6	11
14-12-1997	PPD/PSD						6			5	11
16-12-2001	PPD/PSD.CDS/PP							8		3	11
09-10-2005	PPD/PSD.CDS/PP					1		7		3	11

Legenda

AD - Aliança Democrática
 APU - Aliança Povo Unido
 CDS - Centro Democrático Social
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Gaia na Frente"
 PRD - Partido Renovador Democrático
 PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Tabela 4.23

Eleitos locais do concelho de Vila Nova de Gaia para o órgão Assembleia Municipal, 1976-2005 (resultados oficiais)

Eleição Autárquica	Partido político vencedor	Composição político-partidária													Total de eleitos
		AD	APU	BE	CDS	CDS-PP	FEPU	GDUP's	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD. CDS-PP	PRD	PS	UDP	
12-12-1976	PS				6		5	1		9			15		36
16-12-1979	AD	25	8										21	1	55
12-12-1982	PS		10		5					16			24		55
15-12-1985	PPD/PSD		5		2					12		3	11		33
17-12-1989	PS				1				4	13			15		33
12-12-1993	PS					1			4	13			15		33
14-12-1997	PS					13			3				17		33
16-12-2001	PPD/PSD. CDS/PP								2		19		12		33
09-10-2005	PPD/PSD. CDS/PP			2					3		16		12		33

Legenda

AD - Aliança Democrática
 APU - Aliança Povo Unido
 BE - Bloco de Esquerda
 CDS - Centro Democrático Social
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido
 GDUP's - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Gaia na Frente"
 PRD - Partido Renovador Democrático
 PS - Partido Socialista
 UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Particularizemos a análise da configuração dos resultados eleitorais globais para a eleição do órgão executivo dos municípios entre 1976 e 2005⁴⁰.

Em primeiro lugar, as taxas de abstenção. A média da taxa de abstenção da AMP, quando comparada com a verificada ao nível do país, não se afasta dos valores de referência: 34,83%. Ainda que os valores de Matosinhos e Vila Nova de Gaia para 1979 e 1985 estejam em falta na tabela 4.24⁴¹, o que reposiciona o valor médio da abstenção supramunicipal, algumas considerações são possíveis quanto à participação política local nos momentos de escolha dos eleitos:

- a subida generalizada dos valores de abstenção nos concelhos a partir de 1989, com valores acima dos 30%, marcando uma tendência de subida já verificada nalguns concelhos em 1985; assinala-se que o valor mais baixo, nesta ordem de dimensões, foi o de Vila do Conde que não só na média final de 30 anos de poder

⁴⁰ As variações observadas nos resultados eleitorais para o órgão Assembleia Municipal são pouco significativas quando comparadas com os obtidos para o executivo camarário.

⁴¹ Não disponíveis em DR nem nas bases *on-line* da CNE.

local assinala o valor mais baixo – 27,70% - como, do mesmo modo, mantém valores abaixo dos 30% até 1997;

Tabela 4.24

Taxa de abstenção na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1976-2005 (%)

Concelhos	12-12 1976	16-12 1979	12-12 1982	15-12 1985	15-12 1989	17-12 1993	14-12 1997	16-12 2001	09-10 2005	Média
Espinho	26,96	20,52	24,77	28,76	35,14	32,39	33,98	36,45	32,10	30,12
Gondomar	29,06	22,85	23,17	34,95	40,07	32,76	34,65	42,14	36,17	32,87
Maia	29,40	23,46	25,45	33,26	36,71	33,32	36,80	41,64	37,93	33,11
Matosinhos	27,53	a)	25,68	35,78	40,70	35,89	43,76	47,48	43,86	37,58
Porto	26,62	20,76	25,81	39,95	45,63	41,78	51,89	51,74	41,57	38,42
Póvoa de Varzim	26,70	22,03	25,15	30,38	33,67	32,76	36,08	40,81	40,76	32,04
Valongo	30,90	24,83	26,85	36,09	40,95	34,48	37,46	42,50	38,42	34,72
Vila do Conde	27,55	20,81	24,26	27,79	27,32	26,71	31,66	33,13	30,04	27,70
Vila Nova de Gaia	28,56	23,39	24,94	a)	41,39	37,08	38,24	42,31	39,27	34,40
AMP	27,82	22,24	25,21	36,14	40,74	36,40	41,39	44,37	39,14	34,83
Continente e Ilhas	35,34	28,26	28,95	36,98	39,14	36,57	39,90	39,88	39,06	36,01

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

a) Sem dados disponíveis.

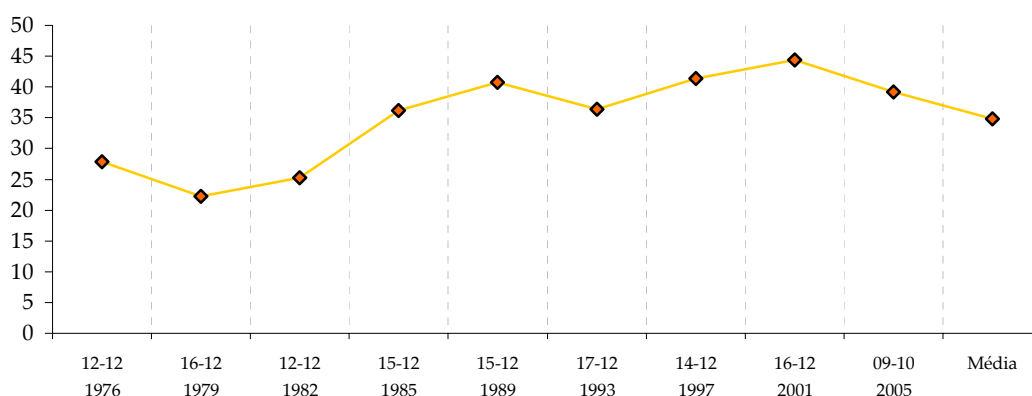
- a subida da taxa de abstenção na AMP acompanha a média de abstenção no Continente e Ilhas a partir de 1985, com valores entre 36,98% e 39,06%, registando-se ligeiras descidas nas eleições de 1993 e 2005, curiosamente aquelas em que, nalguns concelhos, se deu a inversão das listas político-partidárias vencedoras ou dos líderes autarcas ou, de igual modo, a confirmação de escolhas partidárias feitas no momento eleitoral imediatamente anterior;

- 1989 foi um ano em que os primeiros picos da abstenção na AMP foram atingidos, com valores na ordem dos 40% (Gondomar e Matosinhos), 41% (Valongo e Vila Nova de Gaia) e 46% (Porto), valores que voltarão a ser referência nos dois últimos actos eleitorais, com alguns concelhos a atingirem valores acima dos 50%;

- a participação significativa nos dois actos eleitorais pós-25 de Abril quando comparada com a dos anos seguintes⁴².

Figura 4.3

Variação da taxa de abstenção na eleição do órgão executivo na AMP, 1976-2005 (%)



Fonte: CNE, www.eleicoes.com.pt

Por outro lado, os partidos mais votados na eleição deste órgão a nível municipal tipificam regularidades verificadas a nível nacional mas, igualmente, posicionamentos político-partidários descoincidentes com aquele e característicos deste espaço supramunicipal⁴³. Em 1976, os valores obtidos pelos três partidos mais votados na AMP (PS, PPD/PSD e CDS) distanciam-se ligeiramente dos verificados a nível nacional, não no que diz respeito às forças políticas dominantes, cujos valores na AMP são ligeiramente superiores, mas nas forças menos votadas. Em contrapartida, e num outro sentido, o confronto político-partidário entre sociais-democratas e socialistas na AMP em 1979 fragmentou o peso político de terceiras forças partidárias, quando comparado com o que estas obtiveram à escala nacional,

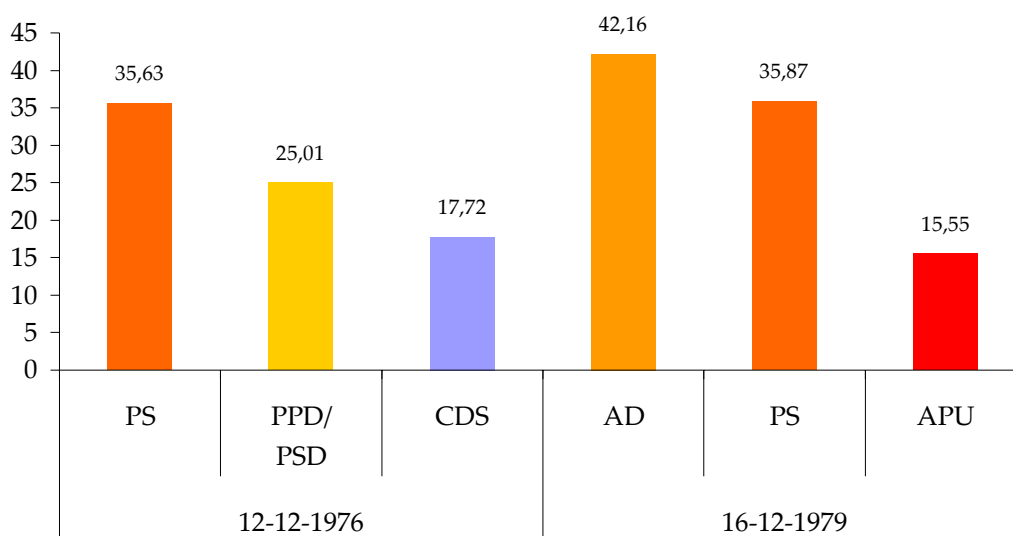
⁴² No Anexo 4BA dispomos de informação detalhada quanto à variação da taxa de abstenção em cada um dos concelhos da AMP relativamente à eleição do corpo executivo.

⁴³ Os Anexos 4CA a 4TA reúnem a informação detalhada quanto à configuração dos resultados na eleição do órgão executivo nos municípios da AMP entre 1976 e 2005. São privilegiadas as variáveis de caracterização seguintes: total de inscritos, total de votantes, taxa de abstenção, total de votos brancos e votos nulos, votação por partido e total de mandatos. Não foram encontrados todos os dados disponíveis *on-line* quanto a Matosinhos em 16-12-1979 e Vila Nova de Gaia em 15-12-1985.

como também traduziu um peso daquelas, AD e PS, contrário ao obtido no território nacional: o PS ganhou as eleições autárquicas no país (28,74%) mas perdeu-as para a AD no espaço metropolitano (35,87% contra 42,16%)⁴⁴.

Figura 4.4

Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1976-1979 (%)



Legenda

AD - Aliança Democrática
APU - Aliança Povo Unido
CDS - Centro Democrático Social

PPD/PSD - Partido Social Democrata
PS - Partido Socialista

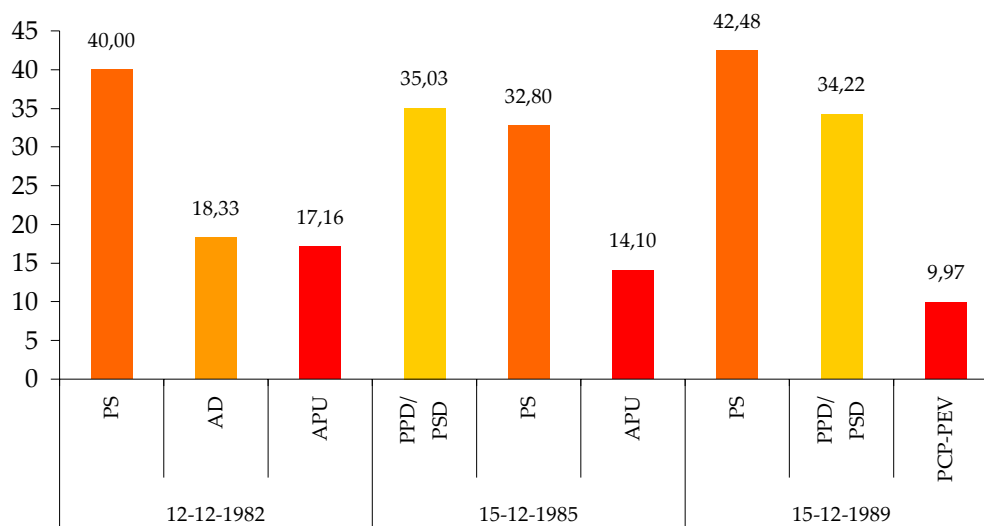
Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Nos actos eleitorais seguintes, a proximidade entre os valores dos partidos vencedores à escala metropolitana e à escala nacional mantém-se, com pequenas oscilações, que adquirem algum significado particularmente quanto à APU ou ao PCP/PEV e ao CDS: os valores destas forças partidárias são mais baixos no espaço metropolitano. Assinale-se, porém, que quando em coligação o CDS-PP adquire outra visibilidade no espaço supramunicipal: entre 1997 e 2005 a coligação PPD/PSD.CDS-PP obteve valores assinaláveis na AMP (em 1997, 5,57%; em 2001, 34,23% e em 2005, 35,53%), tornando-a um palco menos socialista e mais social-democrata.

⁴⁴ Veja-se a informação mais detalhada no Anexo UA.

Figura 4.5

Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1982-1989 (%)



Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

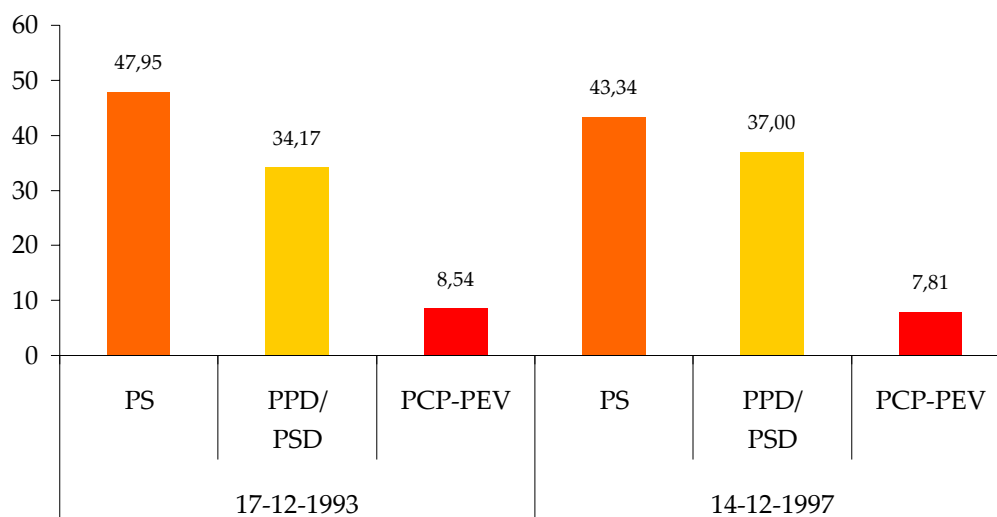
PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Figura 4.6

Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1993-1997 (%)



Legenda

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

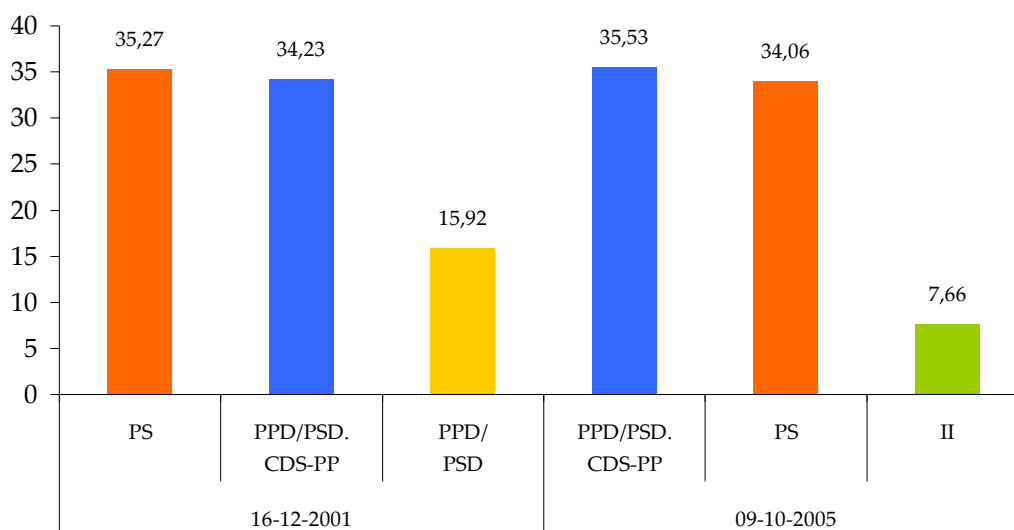
PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Figura 4.7

Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 2001-2005 (%)

**Legenda**

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação presente em 2005 todos os concelhos excepto no de Póvoa de Varzim

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação presente em 2001 nos concelhos de Maia, Matosinhos, Porto, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia

PS - Partido Socialista

II - "Valentim" Valentim Loureiro - Gondomar no Coração

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

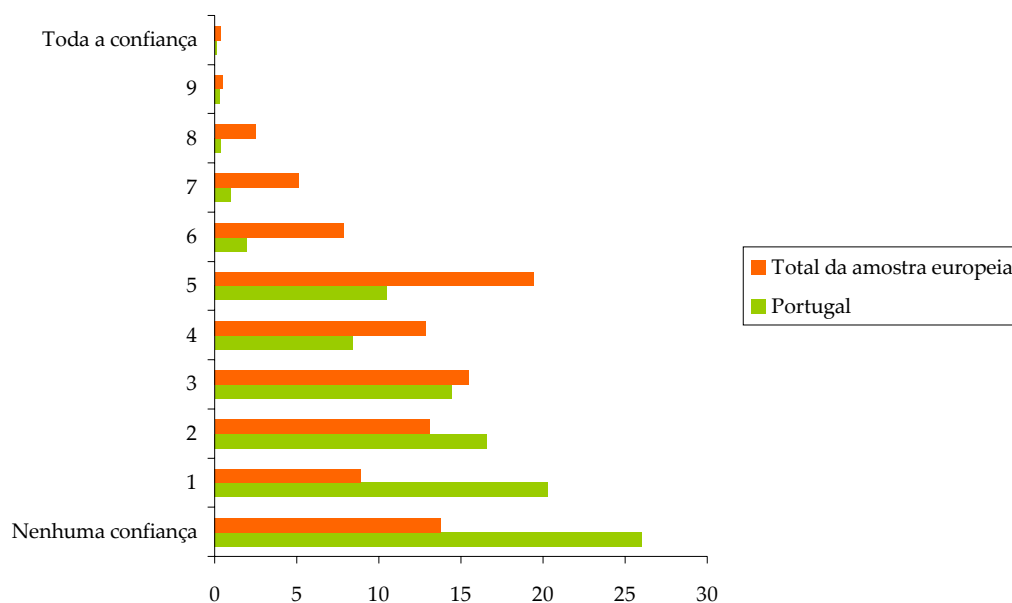
Não é nossa intenção analisar aqui (e, como tal, nem as dimensões analíticas nem os dados construídos o traduzem) as representações sobre a política e os políticos que os actores sociais locais têm e o seu posicionamento global numa escala de “esquerda/direita”. Contudo, regularidades anotadas à escala nacional e à escala europeia poderiam ser perspectivadas como variáveis relevantes numa análise transversal quer do fenómeno da abstenção quer das escolhas partidárias. Segundo dados do European Social Survey (projecto de investigação europeu que, desde 2002, procura medir atitudes e valores dos europeus numa perspectiva comparativa e transversal)⁴⁵, as atitudes dos portugueses face à política caracterizam-se por um painel de coordenadas base.

⁴⁵ O projecto *European Social Survey* (ESS) procura medir de 2 em 2 anos (e desde 2002), através de entrevistas estruturadas, as atitudes, os valores, as crenças e as orientações comportamentais dos europeus em relação a uma variedade de temas. Em 2002 participaram 22 países; em 2004, 26. Em Outubro de 2006 foi realizado o terceiro inquérito do ESS. Em Portugal, o ESS está integrado no

Em primeiro lugar, o pouco ou nenhum interesse pela política (22,3% e 33,1% respectivamente). Quando comparado com o da média europeia (todos os países europeus, Portugal incluído), ainda que nesta seja substancialmente inferior a percentagem de europeus que detêm algum interesse pela política (35,2%), a média dos que manifestam interesse pela política destaca-se da dos portugueses: 35,2% face a 22,3%⁴⁶. Na origem do facto poderá estar uma percepção da política como um campo pouco acessível ao cidadão no conjunto de discursos, de competências e de práticas: 20,9% e 23,8% consideram ser a política bastantes vezes e frequentemente complicada para percebê-la, médias acima da média europeia (23,4% e 14,8 %).

Figura 4.8

Confiança pessoal dos europeus nos partidos políticos, 2004



Fonte: ESS/ICS, Inquérito social europeu 2004

programa *Atitudes Sociais dos Portugueses* do ICS, coordenado por Jorge Vala e Manuel Villaverde Cabral. A amostra portuguesa integrou 2882 indivíduos, dos quais 2052 foram entrevistas válidas (71,2% de taxa de resposta). Os dados das edições já realizadas encontram-se disponíveis em www.europeansocialsurvey.org. Para mais informações veja-se Vala; Torres; Ramos (2007).

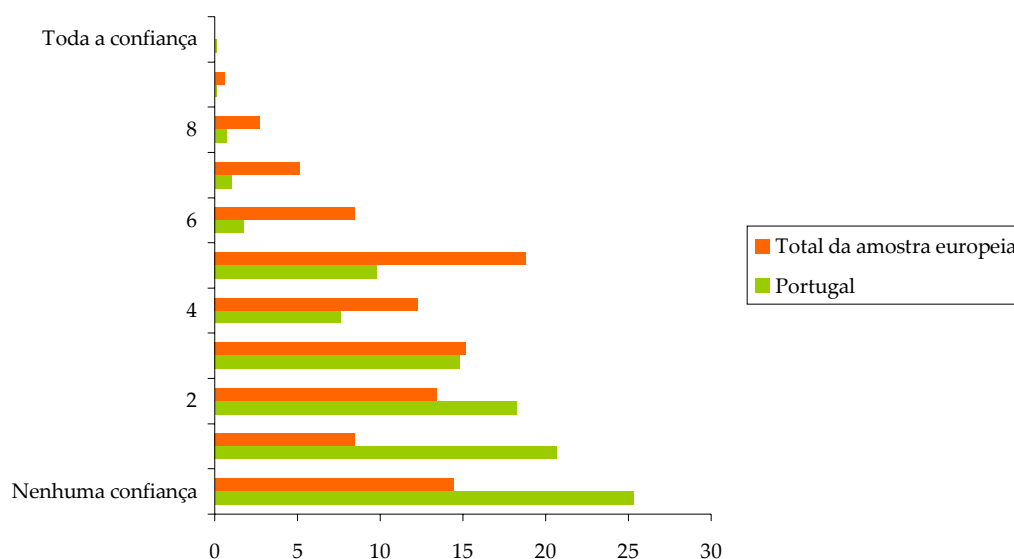
⁴⁶ Nos Anexos 4VA e 4WA encontramos informação mais detalhada a propósito do interesse e da representação dos europeus sobre a política.

Em segundo lugar, a confiança nos partidos políticos e nos actores políticos entre os portugueses afasta-se no sentido inverso ao verificado entre os europeus: os índices mais baixos de confiança situam-se entre os 26% (nenhuma confiança) e os 14,4% (alguma confiança) enquanto os valores da média europeia são ligeiramente superiores nos níveis mais altos de confiança.

Por seu turno, a confiança nos actores políticos revela-se pouca ou nenhuma: os valores mais elevados situam-se entre os portugueses nos níveis mais baixos ou nenhuns de confiança na classe política.

Figura 4.9

Confiança pessoal dos europeus nos políticos, 2004



Fonte: ESS/ICS, Inquérito social europeu 2004

De igual modo, e se quisermos visualizar o posicionamento dos actores cidadãos em termos de direita/esquerda, os portugueses situam-se maioritariamente à esquerda (38,7%), ainda que 33,5% estejam à direita e 26,3% ao centro. O posicionamento médio europeu é ao centro e à esquerda.

Figura 4.10

Posicionamento dos europeus numa escala esquerda/direita, 2004

Fonte: ESS/ICS, *Inquérito social europeu 2004*

De 1976 a 2005 pode observar-se um maior equilíbrio entre as forças partidárias presentes, com uma clara perda de influência política do PS no território metropolitano: em 1976 eram 8 as câmaras PS; em 1985, 5; em 1997, 5 e em 2005, 3.

A tradição política do exercício do poder pelos líderes masculinos reproduz-se pelas práticas dos eleitos locais no quadro da configuração dos partidos. O centralismo da autoridade política local e a personalização do poder político transparecem na AMP, mesmo que não se considere como dimensão estruturante o efeito que a pertença político-partidária poderá ter sobre esta configuração.

De facto, concelhos tanto socialistas como sociais-democratas ou centristas apresentam uma trajetória de liderança assente na continuidade dos mandatos liderados por certos actores políticos⁴⁷. A tal ponto que Maia, Matosinhos e Vila do

⁴⁷ A partir de 1984, e pelo decreto-lei 100/84 de 29 de Março, ficou estipulado que o período do mandato dos titulares dos órgãos eleitos das autarquias locais seria de 4 anos. A lei 46/2005 de 29 de Agosto veio estabelecer limites à renovação sucessiva dos mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais, Câmara Municipal e Junta de Freguesia: só podem ser eleitos para 3 mandatos consecutivos, excepto se no momento da entrada em vigor da lei (1 de Janeiro de 2006) tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos, o terceiro mandato consecutivo, caso em que

Conde são, entre os concelhos da AMP, aqueles que até 2001 e 2005 melhor o exemplificam: 7 são os mandatos consecutivos com o mesmo presidente da edilidade. Não menos curiosa é a trajectória das lideranças políticas da Assembleia Municipal. Os mesmos concelhos apresentam lideranças estáveis e duradouras: entre 5 e 8 mandatos consecutivos, acompanhando a trajectória político-partidária das listas vencedoras mas não deixando de fazer notar a estabilidade dos representantes/cabeças de lista escolhidos pelos partidos políticos e com incidência local. A articulação entre os dois órgãos, nas vertentes legislativa e executiva, tece assim, e para além do programa político vencedor, lógicas partilhadas de consenso político e de proximidade entre eleitos para presidências com competências autónomas. A estabilidade governativa da câmara, pela relativa manutenção das equipas executivas, e concretamente na figura do presidente de câmara, revê-se, num jogo de reciprocidades de efeitos, na estabilidade governativa de outro órgão de gestão municipal⁴⁸.

Se atendermos às pertenças partidárias dos presidentes de câmara e de assembleia municipal, a dicotomização processa-se ao longo das décadas em análise pela antinomia de posicionamentos e contra-propostas de projectos para os concelhos em causa. Relembre-se que a alternância entre mandatos relativamente duradouros faz-se com mudança do quadro político-partidário local (ou do PS para o PPD/PSD ou do PPD/PSD, e nos últimos anos em coligação com os centristas, para o PS).

poderão candidatar-se e ser eleitos por mais um mandato (art. 1.º). O presidente da Câmara e o presidente da Junta, depois de concluídos os mandatos referidos, não podem assumir aquelas funções durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo (art. 2.º).

⁴⁸ A título de curiosidade, e de forma a cruzarmos informação mais detalhada, confrontemos o universo de competências previstas por lei quanto aos órgãos deliberativo e executivo dos municípios e às respectivas figuras políticas dos presidentes (Anexos 4XA a 4YA).

Tabela 4.25

Número mais elevado de mandatos consecutivos dos Presidentes de Câmara e da Assembleia Municipal dos concelhos da AMP, 1976-2005

Concelho	Mandatos consecutivos	
	Câmara Municipal	Assembleia Municipal
Espinho	4 [1993-2005] José Barbosa Mota (PS)	3 [1993-2005] Carlos Afonso Pinheiro de Morais Gaio (PS)
Gondomar	4 [1993-2005] Valentim dos Santos de Loureiro (PPD/PSD e II)	2 [1989-1993] e 2 [1997-2001] Fernando Antão de Oliveira Ramos (PS) e Raúl Chagas Fernandes Ramos (PPD/PSD)
Maia	7 [1979-2001] ¹ José Vieira de Carvalho (AD e PPD/PSD)	5 [1989-2005] Luciano da Silva Gomes (PPD/PSD e PPD/PSD.CDS-PP)
Matosinhos	7 [1979-2001] ¹ José Narciso Rodrigues de Miranda (PS)	8 [1976-2001] José Manuel Soares de Oliveira (PS)
Porto	3 [1989-1997] Fernando Manuel dos Santos Gomes (PS)	3 [1989-1997] Manuel Duarte Baganha (PS)
Póvoa de Varzim	4 [1979-1989] e 4 [1993-2005] Manuel Vaz da Silva (CDS e PPD/PSD) e José Macedo Vieira (PPD/PSD)	3 [1997-2005] Álvaro António Vasconcelos Moreira (PPD/PSD)
Valongo	4 [1993-2005] Fernando Horácio Pereira de Melo (PPD/PSD)	[sem acumulação de mandatos]
Vila do Conde	7 [1982-2005] Mário Moreira de Almeida (PS)	8 [1976-2001] António José de Sousa Pereira (PS)
Vila Nova de Gaia	3 [1997-2005] Luís Filipe Menezes Lopes (PPD/PSD e PPD/PSD.CDS-PP)	3 [1989-1997] Manuel Lencastre de Sousa Figueiredo (PS)

Legenda

AD - Aliança Democrática

CDS - Centro Social Democrático

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Gaia na Frente" (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia)

PPD/PSD.CDS-PP - Coligação "Primeiro as Pessoas" (Assembleia Municipal da Maia)

PS - Partido Socialista

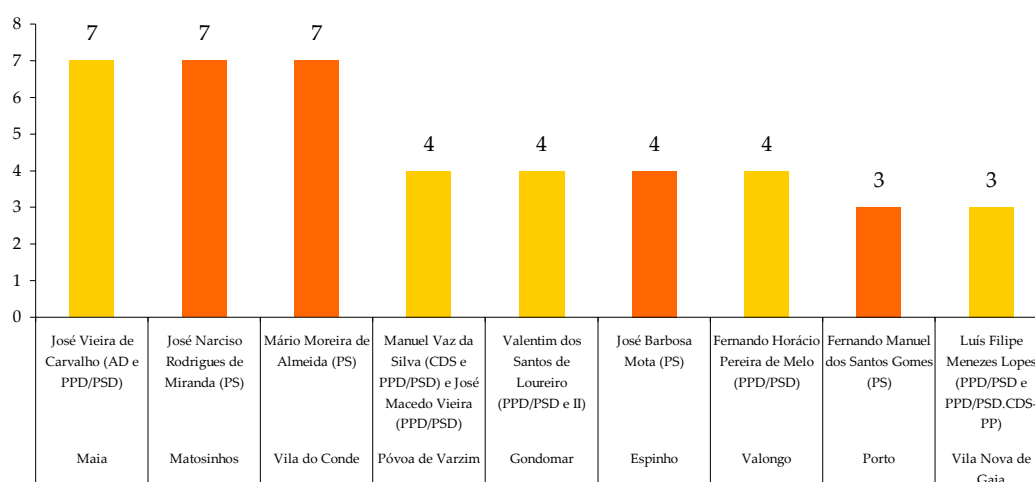
II - "Valentim" Valentim Loureiro - Gondomar no Coração

¹ Não chegou a concluir o mandato das Autárquicas de 16/12/2001

Numa outra perspectiva, a estabilidade dos mandatos nas câmaras ocorre ora no pós-25 de Abril (Maia, Matosinhos e Vila do Conde), ora no momento de substituição de um posicionamento partidário duradouro anterior (Póvoa de Varzim e Valongo), ora, nalguns outros concelhos, dos anos 90 até à actualidade (Espinho, Gondomar, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila Nova de Gaia). Outros há em que a alternância do poder é mais significativa ao longo da própria história do poder local: Porto, ainda que com 3 mandatos consecutivos do PS entre 1989 e 1997, e, pelo menos nas primeiras duas décadas do poder local, Espinho, Gondomar e Vila Nova de Gaia.

Figura 4.11

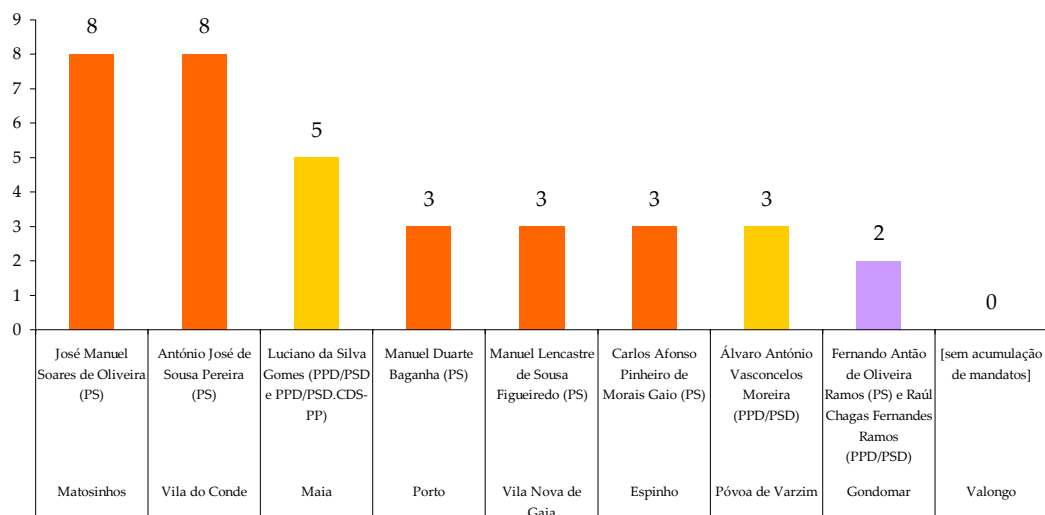
Número mais elevado de mandatos consecutivos dos Presidentes de Câmara dos concelhos da AMP, por ordem decrescente, 1976-2005



Face à continuidade dos eleitos locais da AMP não deixa de ser curioso registar que na Assembleia Municipal de Valongo não houve entre 1976 e 2005 acumulação de mandatos, tendo-se constatado uma alternância significativa de eleitos das listas vencedoras. Gondomar, em contrapartida, detém uma maior alternância nas presidências da Assembleia Municipal, registando-se apenas, e quando em comparação com os outros concelhos, 2 mandatos consecutivos e por dois momentos específicos.

Figura 4.12

Número mais elevado de mandatos consecutivos dos Presidentes da Assembleia Municipal dos concelhos da AMP, por ordem decrescente, 1976-2005



Os dados oficiais disponíveis⁴⁹ não sustentam uma aproximação completa ao retrato sócio-demográfico dos eleitos locais da AMP. Contudo, e mesmo que as assimetrias e regularidades político-partidárias transpareçam lógicas mais globais do funcionamento do sistema político português, e sejam aquelas que fracturam, em parte, o nosso objecto em análise, relancemos um olhar empírico à variação dos eleitos consoante o género⁵⁰.

⁴⁹ Os resultados das eleições autárquicas de 1976, 1979, 1982 e 1985 não foram alvo de publicação oficial em DR. A partir de 1989, o mapa com os resultados das eleições autárquicas, por municípios e freguesias, passaram a constar dos Suplementos da Série-B do DR. Entre a diversidade das variáveis apresentadas - número total de eleitores inscritos, votantes, votos em branco, votos nulos, votos e respectiva percentagem e mandatos atribuídos a cada partido/coligação/grupo de cidadãos – uma em particular permite-nos a caracterização por género dos eleitos locais: o nome dos candidatos eleitos para cada órgão. Com excepção do ano de 1989, que não contempla esta última variável, todos os actos eleitorais seguintes seguem as dimensões acima indicadas. Os dados aqui apresentados resultam da consulta cruzada da base de dados *on-line* da CNE, dos DR com os resultados oficiais dos actos eleitorais e de algumas Actas da Assembleia de Apuramento Geral das Eleições para as Autarquias Locais.

⁵⁰ A lei da paridade (lei orgânica 3/2006 de 21 de Agosto) veio estabelecer, na eleição para os órgãos das autarquias locais, a obrigatoriedade da composição das listas assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos, com excepção das listas para os órgãos das freguesias com 750 ou menos eleitores e para os órgãos com 7500 ou menos eleitores.

De acordo com os dados analisados⁵¹, não só é clara a presença residual dos eleitos do sexo feminino nos órgãos de gestão municipal, ainda que com assento mais visível na Assembleia Municipal, como também é nos concelhos mais urbanizados que a representação política feminina no órgão executivo se torna desde os primeiros actos eleitorais mais vincada. É o caso do concelho do Porto que em 1993 e em 1997 tinha, num total de 13 mandatos, 4 mulheres vereadoras, 3 delas do PS, partido vencedor. Nas autárquicas de 2001, em contrapartida, assistiu-se a um relativo decréscimo dos mandatos do sexo feminino no órgão executivo (de um total de 9 mandatos em 1993 nos concelhos da AMP, passou-se para 14 em 1997 e 9 em 2001). Na Assembleia Municipal, o número total de mandatos femininos aumentou de acto eleitoral para acto eleitoral: de 19 em 1993 para 28 em 1997 e 53 em 2001.

O Porto é o concelho que apresenta uma maior presença de mulheres no órgão executivo no período em análise (17,09%), seguido de Valongo (10,96%) e de Matosinhos (10,75%). Póvoa de Varzim (4,48%) e Maia (5,06%), pelo contrário, os que apresentam presenças mais residuais de mulheres nas vereações. Para a Assembleia Municipal o cenário político-partidário reúne uma presença mais significativa de mulheres em mais de metade da AMP, com particular destaque para o concelho do Porto (17,72%). No total da AMP, entre 1976 e 2001, 8,74% de mulheres foram eleitas para o órgão executivo e 13,87% para o órgão legislativo. Com a GAMP as alterações no cenário não são particularmente significativas: 9,05% e 14,29%, respectivamente.

⁵¹ No Anexo 4ZA encontramos informação mais detalhada, com a composição por sexo dos eleitos locais para os órgãos do município em cada acto eleitoral autárquico.

Tabela 4.26

Composição por sexo dos eleitos locais para os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal dos concelhos da AMP, 1993-2005 ^{a)}

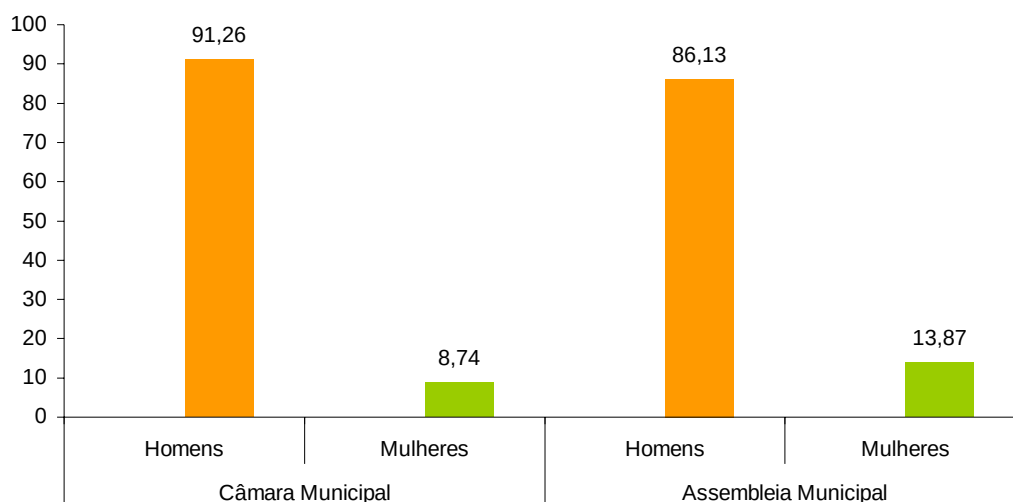
Concelho	Câmara Municipal			Assembleia Municipal		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Espinho	59 93,65	4 6,35	63	71 84,52	13 15,48	84
Gondomar	85 93,41	6 6,59	91	111 84,09	21 15,91	132
Maia	75 94,94	4 5,06	79	91 84,26	17 15,74	108
Matosinhos	83 89,25	10 10,75	93	112 84,85	20 15,15	132
Porto	97 82,91	20 17,09	117	130 82,28	28 17,72	158
Póvoa de Varzim	64 95,52	3 4,48	67	84 87,50	12 12,50	96
Valongo	65 89,04	8 10,96	73	99 91,67	9 8,33	108
Vila do Conde	68 93,15	5 6,85	73	111 89,52	13 10,48	124
Vila Nova de Gaia	93 93,94	6 6,06	99	116 87,88	16 12,12	132
Total AMP	689 91,26	66 8,74	755 100,0	925 86,13	149 13,87	1074 100,0
<i>Arouca</i>	7 100,00	0 0,00	7	17 80,95	4 19,05	21
<i>Santa Maria da Feira</i>	7 77,78	2 22,22	9	22 81,48	5 18,52	27
<i>Santo Tirso</i>	5 71,43	2 28,57	7	17 80,95	4 19,05	21
<i>São João da Madeira</i>	6 85,71	1 14,29	7	28 84,85	5 15,15	33
<i>Trofa</i>	10 90,91	1 9,09	11	17 80,95	4 19,05	21
<i>Total GAMP</i>	724 90,95	72 9,05	796 100,0	1026 85,71	171 14,29	1197 100,0

Fontes: CNE, www.eleicoes.cne.pt; DR, <http://dre.pt>

^{a)} Não houve publicação oficial dos resultados eleitorais das eleições autárquicas de 1976, 1979, 1982 e 1985. Os resultados oficiais de 1989 não contemplam a identificação dos eleitos locais.

Figura 4.13

Total por sexo dos eleitos locais para os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal da AMP, 1993-2005 (%)



Fontes: CNE, www.eleicoes.cne.pt; DR, <http://dre.pt>

Deste modo, o cenário político global da AMP tem traduzido regularidades que destacam tanto a transversalidade dos fenómenos políticos mais globais – taxas de abstenção relativamente significativas ou posicionamentos maioritários nas facções partidárias dominantes no quadrante nacional (PS e PPD/PSD) - como especificidades locais quanto à permanência dos líderes políticos, à estabilidade dos projectos político-partidários e à inscrição territorial dos municípios socialistas e sociais-democratas.

Redes de equipamentos culturais e desportivos e potencialidades turísticas dos concelhos

Consubstanciar uma rede de equipamentos na AMP, de carácter supramunicipal, parece-nos ser uma dimensão peculiar de afirmação deste território. Entendemos por rede de equipamentos um sistema de mediação e de articulação entre entidades, equipamentos e projectos e actividades, de forma a viabilizar cooperação e qualificação metropolitana dos actores, dos espaços e dos objectos culturais. À luz das bases de dados disponíveis, a AMP sempre se pautou pela relativa insuficiência e disparidade de equipamentos culturais. Quando procurámos constatar a disponibilidade de equipamentos concelhios, e em momentos diferentes, apercebemo-nos da raridade das bases de dados, quer concelhias (inexistência de levantamentos sistematizados e actualizados de uma realidade até certa altura no rol distante das prioridades políticas do concelho), quer dos organismos regionais da administração pública. A dicotomia administrativa nas tipologias dos levantamentos efectuados – cultural *versus* desportivo – reassume um protagonismo tanto nos dados consultados, justificando as categorias diferenciadas para cada uma das realidades sociais, como nos próprios testemunhos discursivos dos actores políticos que entrevistámos. Se nos confrontarmos com o levantamento de 2005 da DGAL (Portugal, 2006e)⁵², segundo uma categorização sectorial de equipamentos⁵³ para além das dimensões cultural e desportiva, e tendo presente a

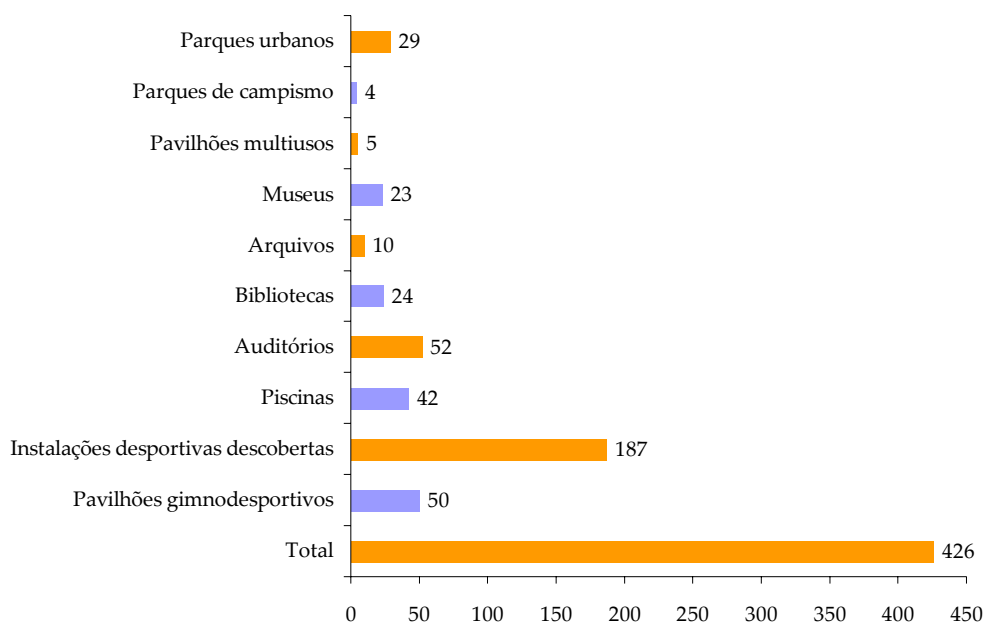
⁵² Levantamento de 4 em 4 anos feito pela DGAL em torno da administração local, acompanhando o calendário político das eleições autárquicas, que, no caso dos equipamentos municipais, apresenta informação resultante da administração de um inquérito por questionário junto dos municípios (Portugal, 2006e, p. 357-402). Segundo indicações dadas pela DGAL, foram obtidas 295 respostas ao inquérito num total de 304 municípios inquiridos. Presume-se que os dados reportam a 31-12-2004. Contudo, e pela informação apresentada, não conseguimos aferir a adequação da classificação quantitativa aqui apresentada. Alguns montantes sugerem-nos mais a falta de resposta apresentada pelo município ou a inadequação da resposta obtida, face à grelha do próprio questionário, do que a ausência efectiva de equipamento. Por exemplo, no concelho da Póvoa de Varzim, interroga-nos a inexistência de instalações desportivas descobertas. O Anexo 4AB contém informação detalhada, por município, sobre o número total de equipamentos municipais da AMP.

⁵³ A tipologia adoptada para equipamentos municipais é composta por 20 categorias assim ordenadas: pavilhões gimnodesportivos, instalações desportivas descobertas, piscinas, parques infantis, auditórios, bibliotecas, arquivos, museus, creches, escolas do pré-escolar, escolas do ensino básico,

tutela administrativa municipal, constatamos a centralidade das instalações desportivas na maioria dos concelhos: num total de 426 equipamentos na AMP, 187 são instalações desportivas descobertas, 50 são pavilhões desportivos e 42 são piscinas, ou seja, 65,49 % do total. Ainda que não deixe de ser significativa a presença dos auditórios (52), das bibliotecas (24) e dos museus (23), com um peso de 23,24%, e mesmo que possamos questionar a pertinência analítica da tipologia construída, estamos perante uma situação de relativa assimetria de prioridades políticas e sociais por parte dos municípios.

Figura 4.14

Número de equipamentos municipais, desportivos e culturais, da AMP, por tipo de equipamento, 2005



Fonte: DGAL, *Administração local em números 2005*

Por outro lado, os parques urbanos (29) e os pavilhões multiusos (5), espaços passíveis de apropriação cultural, desportiva e turística, potenciam o alargamento da diversidade municipal das intervenções e dos usos e modos de apropriação local.

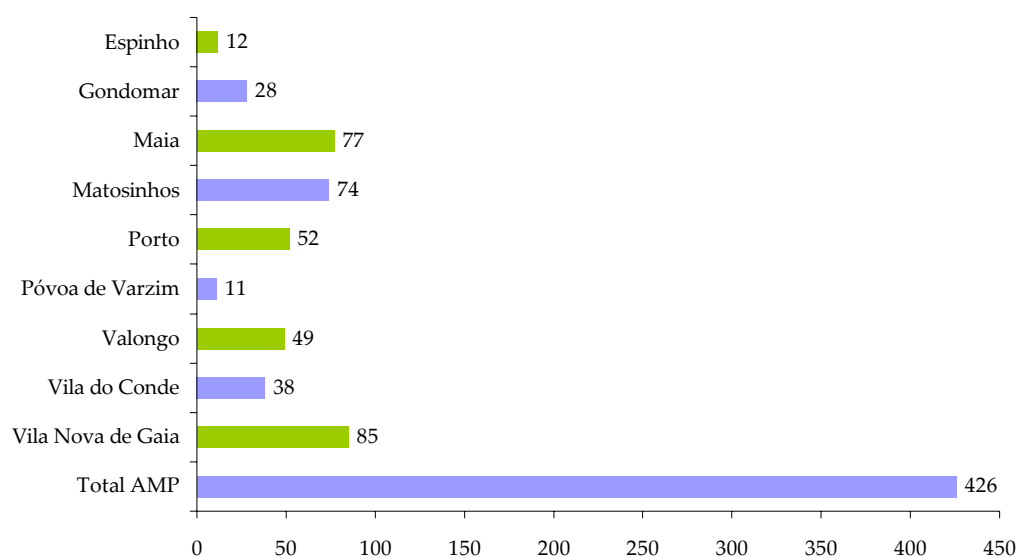
lares, estabelecimentos de saúde, pavilhões multiusos, mercados, parques de campismo, parques urbanos, parques de estacionamento, parques industriais e áreas de localização empresarial (Portugal, 2006e).

Até os mercados, num total de 31, enquanto espaços públicos alvo de intervenções culturais e turísticas, se tornam objectos possíveis de um enquadramento deste tipo⁵⁴.

Perspectivemos a distribuição de tais equipamentos por concelho: à luz desta tipologia, Vila Nova de Gaia (85), Maia (77) e Matosinhos (74) são aqueles cujos equipamentos com potencialidades culturais e desportivas se distanciam dos demais, inclusive, e de acordo com o levantamento feito, do concelho do Porto (52). O total destes equipamentos da AMP, 426, representa tão pouco 6,90% do total nacional de equipamentos deste tipo (6174).

Figura 4.15

Número de equipamentos municipais, desportivos e culturais, por concelho da AMP, 2005



Fonte: DGAL, *Administração local em números 2005*

Mas para além deste registo mais recente, parece-nos relevante aqui referir dois estudos temporalmente diferentes, protagonizados pela CCRN: o estudo de 1991 (Portugal, 1991) e o estudo de 1999 (Portugal, 1999b), com níveis de

⁵⁴ Veja-se, mais uma vez, o Anexo 4AB com informação detalhada, por município, sobre o número total de equipamentos municipais da AMP.

desagregação da informação semelhantes (concelho e freguesia); porém, com escalas territoriais diferentes (no primeiro caso, Região Norte; no segundo, AMP), dimensões específicas e reponderadas nas tipologias de equipamentos construídas, e com um esforço de análise da rede de equipamentos concelhia e metropolitana particular e prospectivo⁵⁵. São estudos realizados em dois momentos diferentes da década de 90 do século passado, década relevante do ponto de vista da construção de infra-estruturas culturais e desportivas nos concelhos do território nacional, em particular nos da orla litoral e nos mais desenvolvidos económica e socialmente. No conjunto da AMP foi a década na qual se constatou um investimento político acrescido e estrategicamente assumido na dinamização de equipamentos deste tipo.

Analisemos o estudo de 1999. Face ao contexto de afirmação territorial da AMP, nomeadamente de construção de infra-estruturas culturais e desportivas ao longo da referida década, e à proximidade do então atribuído estatuto de Capital Europeia da Cultura à cidade do Porto em 2001, este trabalho actualizou informação já disponível e avaliou as alterações ocorridas na rede de equipamentos de utilização colectiva no espaço metropolitano (Portugal, 1999b). Parece-nos um trabalho de referência se atendermos a alguns dos critérios adoptados na construção das tipologias e à abordagem metodológica assumida⁵⁶, numa área que, só muito recentemente, tem sido alvo de uma preocupação administrativa e política com os

⁵⁵ O estudo de 1991 – *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte* – é um inventário sectorial dos concelhos da Região Norte, com identificação das freguesias que acolhem certos equipamentos, enquanto o estudo de 1999, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*, releva a rede de equipamentos do espaço metropolitano, tipificando-a por concelho e por freguesia e numa lógica supramunicipal. Os Anexos 4BB a 4EB contêm as grelhas de tipos de equipamentos utilizadas na classificação e respectiva definição dos termos utilizados. No estudo de 1991, a grelha de equipamentos culturais e desportivos contemplou 13 e 5 equipamentos, respectivamente. No estudo de 1999, e na grelha relativa aos equipamentos culturais, foram contemplados 14 tipos de equipamentos de utilização colectiva; na grelha dos equipamentos desportivos, 21.

⁵⁶ O estudo foi arquitectado com base na pesquisa bibliográfica em torno de informação já existente sobre os equipamentos culturais e desportivos da AMP e de tipologias de classificação possíveis; de pedidos de informação aos 9 municípios da AMP, para recolha de informação à escala das freguesias, e a entidades como o Instituto Nacional do Desporto (IND), o MC, o Instituto Português dos Arquivos (IPA), o Instituto Português do Livro e da Biblioteca (IPLB), a Inspeção-Geral das Actividades Culturais (IGAC) e o Instituto Português dos Museus (IPM) (Portugal, 1999b). Foram contabilizados todos os equipamentos existentes à data do inquérito ou em conclusão até Julho de 1999.

recenseamentos periódicos e centralizados de informação estatística. A tipologia construída, não necessariamente exaustiva, foi uma tentativa de caracterização dos equipamentos a nível concelhio e por freguesia que, enquanto esforço de desagregação analítica, potenciou, e potencia ainda, níveis de leitura mais profícuos. Adoptou-se um conceito de equipamento “num sentido estrito pelo que só são considerados os equipamentos de utilização colectiva.” (Portugal, 1999b, p. 11) e de âmbito municipal, “não descurando uma perspectiva supramunicipal, reconhecendo que, em termos de área de influência, a distribuição de uma rede de equipamentos equilibrada ultrapassa os limites administrativos.” (Ibidem)⁵⁷. Para além destas coordenadas, outras se estabeleceram: identificou-se o conjunto de equipamentos de uso específico, cultural e desportivo⁵⁸, com especial destaque para os locais onde ocorriam diversas actividades num mesmo espaço, e, perante dúvidas quanto à relevância territorial de qualquer equipamento, não se o incluiu na tipologia⁵⁹.

⁵⁷ Como acrescentam os autores, e de alguma forma destacando dificuldades subjacentes à construção de uma tipologia municipal e supramunicipal de equipamentos, “cada sector implica a intervenção de diversas entidades nos diferentes níveis de planeamento, programação, promoção e financiamento das redes de equipamentos, bem como a sua gestão e manutenção o que constitui, muitas vezes, um constrangimento quando se pretende uma abordagem temática a nível municipal.” (Portugal, 1999b, p. 11). Outras dificuldades advieram da própria tipificação e usos de equipamento, nomeadamente a dimensão e a diversidade de funções dos equipamentos em causa.

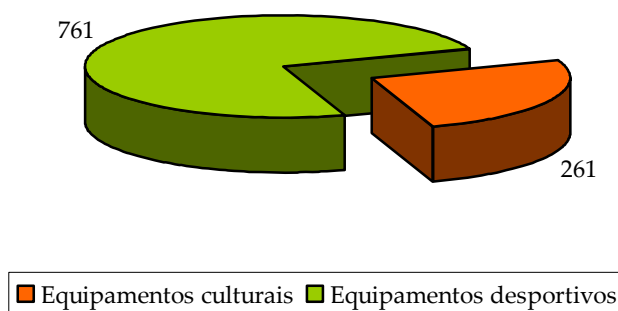
⁵⁸ Os equipamentos culturais e desportivos foram definidos à luz das Normas para a Programação de Equipamentos Colectivos do Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (GEPAT) (Portugal, 1990). Os equipamentos culturais básicos para a população do concelho que servem são as bibliotecas municipais (uma unidade localizada na sede de concelho e de dimensão variável consoante a população), os arquivos (uma unidade localizada na sede de concelho e por concelho) e os auditórios. Os equipamentos desportivos definem-se em 4 grupos: equipamentos desportivos/formativos básicos (grandes campos de jogos, pequenos campos de jogos, pistas de atletismo, pavilhões e piscinas), equipamentos recreativos básicos (circuitos de manutenção), equipamentos desportivos especiais (instalações para desportos náuticos, campos de *golf* e campos de tiro) e equipamentos especiais de competição/espectáculo (estádios de futebol, estádios de atletismo, estádios de rãguebi, piscinas olímpicas, pavilhões de competição, palácios de desportos, velódromos, hipódromos, autódromos e kartódromos). No trabalho em causa não foi feita a distinção, face aos restantes equipamentos, dos equipamentos especiais de competição, integrando-os na totalidade da tipologia construída (Portugal, 1999b, p. 16).

⁵⁹ Não foram incluídos equipamentos de acesso restrito como equipamentos desportivos inseridos em parques de campismo, equipamentos culturais cuja visita implique aviso prévio, equipamentos pertencentes a associações de nível paroquial, de bairro ou cuja actividade seja predominantemente local (Ibidem, p. 13); nem equipamentos pertencentes a entidades particulares e de utilização não livre: locais de ensino particular, hotéis, unidades fabris e outras (Ibidem).

Em 1999, o número de equipamentos culturais e desportivos existentes na AMP é de 261 e 761, respectivamente⁶⁰. Com os critérios da concentração espacial - concentração de um ou vários equipamentos numa determinada localidade, no caso concelho e freguesia - e da dispersão espacial - dispersão do mesmo tipo de equipamentos por várias freguesias do concelho - avançamos para uma leitura dos dados resultantes deste estudo que tipificam algumas situações particulares nos finais dos anos 90 na AMP.

Figura 4.16

Total de equipamentos culturais e desportivos da AMP, 1999



Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Do ponto de vista da concentração e dispersão espacial, ambas se retratam na AMP enquanto conjunto de 9 concelhos. Na realidade, e atendendo aos equipamentos de índole cultural, verifica-se que o concelho do Porto ultrapassa em larga escala todos os outros concelhos da AMP quanto ao número de equipamentos

⁶⁰ Um outro critério assumido, e de registar, é o que diz respeito ao número de valências de um espaço cultural ou desportivo. Por um lado, verificou-se a existência de equipamentos culturais com várias valências, num só lugar, e ligadas apenas a actividades culturais. São exemplos as fundações (que têm, em muitos casos, auditórios, salas de exposições, bibliotecas e museus), os museus e/ou as bibliotecas (que, por sua vez têm auditórios) que prevêm mais do que um espaço para actividades culturais e que não foram quantificados separadamente (Portugal, 1999b, p. 14). Quanto aos equipamentos desportivos, perante a existência destes com várias valências apenas desportivas, do tipo “complexo desportivo”, foram incluídos nas respectivas tipologias de acordo com a modalidade desportiva em causa (Ibidem, p. 16).

culturais de que dispõe (118). Vila Nova de Gaia (41), Maia (29) e Matosinhos (20) são os concelhos que se seguem, ainda que com totais de equipamentos distantes daquele. Espinho (7) e Gondomar (7) apresentam-se, na altura, como os concelhos mais limítrofes e periféricos porque dotados de menos equipamentos. A centralidade funcional do Porto reflecte-se, de igual maneira, na diversidade dos equipamentos: no que diz respeito ao tipo de equipamentos, aquilo que se verifica é uma forte concentração de salas de cinema (82) e de galerias de arte (64), por oposição a outro tipo de equipamentos como biblioteca (6), centro cultural (6), arquivo (9) ou sala de espectáculos (1). De notar que o equipamento biblioteca é o único que existe em todos os concelhos da AMP, indiciando, de alguma forma, o conjunto de projectos de criação das bibliotecas municipais no âmbito da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, também designada Rede de Leitura Pública⁶¹.

Quando analisados à escala freguesia poucas dissonâncias observamos na centralidade territorial de certos equipamentos⁶². À data do estudo, vários equipamentos previstos na tipologia não existiam nos concelhos da AMP, inclusive no do Porto (neste caso, contudo, apenas no que diz respeito à categoria casino). Ainda que com pequenas variações interconcelhias, em 1999 todos os concelhos, excepto o do Porto, não dispunham de sala de espectáculos, associado nalguns casos à inexistência de teatro (Gondomar, Maia, Matosinhos, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) e de centro de exposições (Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde). Acresce o facto, do nosso ponto de vista também significativo, que à luz deste trabalho, ainda que os nossos dados de observação directa e o conhecimento prévio dos próprios concelhos indiquem uma situação nem sempre coincidente, os museus eram equipamentos inexistentes em

⁶¹ A Rede de Leitura Pública foi criada em 1987 pelo decreto-lei n.º 111/87 de 11 de Março: estabelece as regras gerais para o lançamento da Rede no âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e os municípios. Com o lançamento deste projecto, que procurou constituir-se como instrumento de democratização cultural, em 308 municípios, 262 bibliotecas integram a Rede e 154 foram inauguradas até Dezembro de 2006. 108 bibliotecas encontram-se em fase de instalação. Assinale-se que em 2005 foram inauguradas as bibliotecas de Gondomar, Matosinhos e Valongo. Consulte-se o *site* oficial do Instituto Português do Livro e da Leitura, designado a partir de Março de 2007, pelo decreto-lei n.º 92/2007 de 29 de Março, Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (www.iplb.pt).

⁶² Os Anexos 4FB a 4NB contêm a respectiva informação desagregada por freguesia.

Espinho, Maia e Póvoa de Varzim. O equipamento juvenil, direccionado para a população jovem local – habitualmente designado por casa da juventude – não existia, de igual modo, em 5 dos 9 concelhos: Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim e Vila do Conde eram, à data, os concelhos com um espaço para a população juvenil local.

Tabela 4.27

Equipamentos culturais dos concelhos da AMP, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Espinho	2	1		1	1			1		1 ^{a)}				1	7
Gondomar	1		2			1	1			2					7
Maia	3	1		12		3		9		1					29
Matosinhos	1		4	9		2		2	1				1		20
Porto	1	4	17	22	11	2	10	44	3	1	1	1	1		118
Póvoa de Varzim	1			8	1	1		1	1					1	14
Valongo	2	1	1		1	2		3		1					11
Vila do Conde	1	1	9			1		1	1						14
Vila Nova de Gaia	1	1	2	30		2		3		1			1		41
Total AMP	13	9	35	82	14	14	11	64	6	6	1	1	3	2	261

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

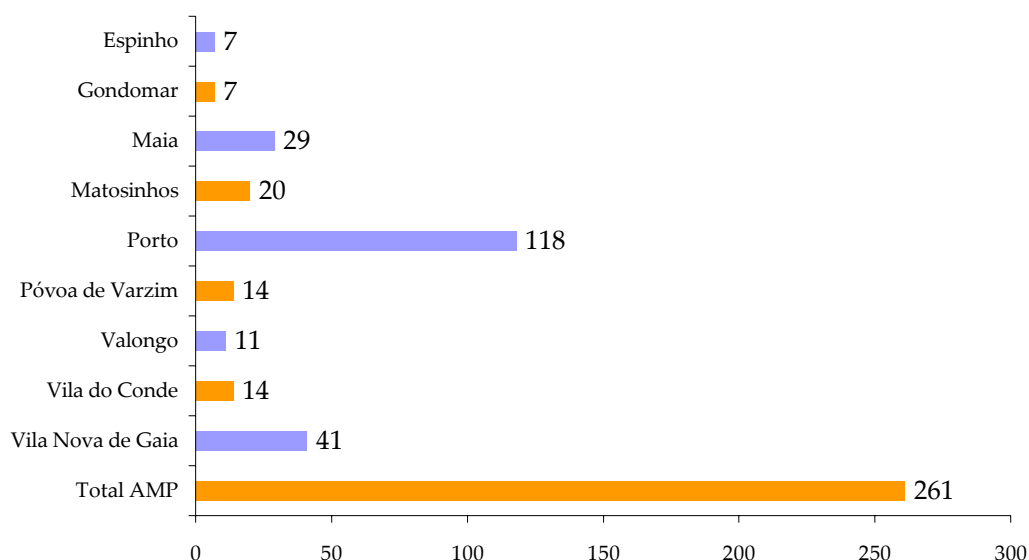
^{a)} Não incluído por se encontrar em fase de construção.

Por outro lado, poder-se-á reter uma outra regularidade: a grande concentração de equipamentos culturais na sede de concelho (verificada em quase todos os municípios), nalguns casos contrariada pela existência de um grande número de salas de cinema, localizadas em centros comerciais/grandes superfícies, na maior parte dos casos, nas freguesias periféricas do concelho (casos de Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Vila Nova de Gaia com 11, 8, 8 e 30 salas de cinema,

respectivamente)⁶³. Registe-se, também, em 1999, a ausência de salas de cinema nos concelhos de Gondomar, Valongo e Vila do Conde.

Figura 4.17

Número de equipamentos culturais por concelho da AMP, 1999



Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

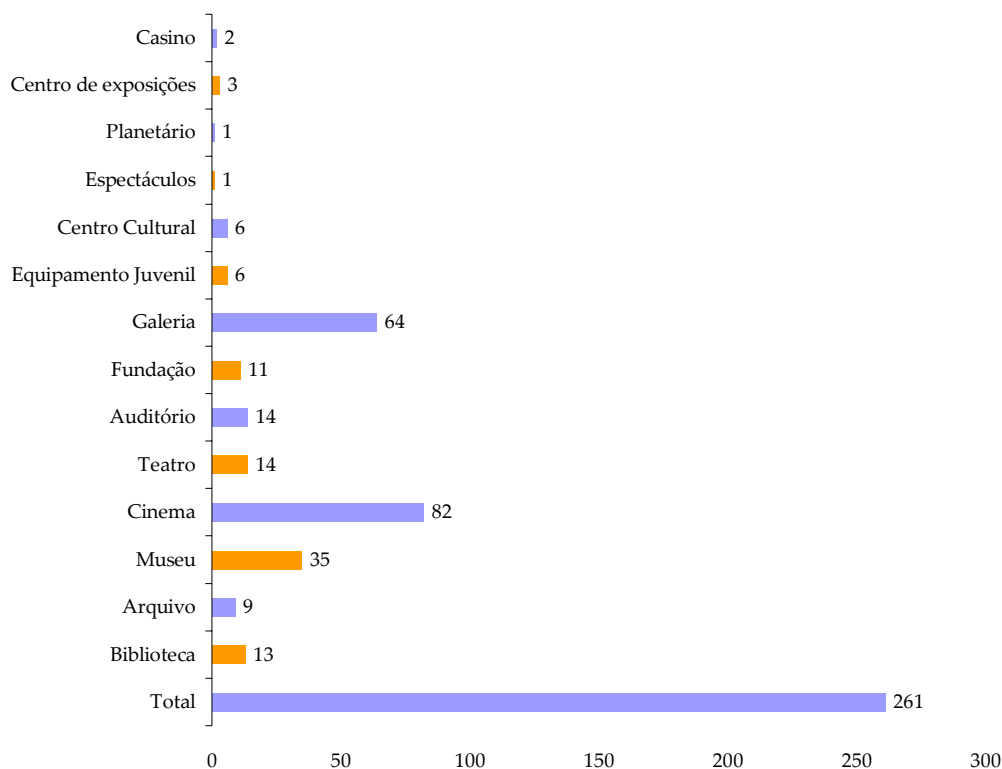
Em terceiro lugar, o Porto é o único concelho que tem quase todos os equipamentos culturais da tipologia, à excepção de um casino. É de todos os concelhos da AMP aquele que possui mais e diversos equipamentos culturais. Para além de serem em maior número, num total de 118 equipamentos, estão dispersos pelo concelho, não se concentrando numa única freguesia. Registe-se, porém, que Nevogilde é a única freguesia que não possui um equipamento cultural; Massarelos, Bonfim, Santo Ildefonso e Vitória são as freguesias mais equipadas - ultrapassam os 10 equipamentos; e Aldoar, Campanhã, Foz do Douro, Paranhos e Ramalde são as menos equipadas, com totais inferiores a 5. Quanto ao tipo de equipamentos,

⁶³ Ainda que no levantamento feito pelo estudo da CCRN as 8 salas de cinema do concelho da Póvoa de Varzim apareçam atribuídas à freguesia, sede de concelho, Póvoa de Varzim, 6 dessas salas situavam-se, na altura, na freguesia de Argivai, numa grande superfície comercial. O concelho do Porto apresentava 22 salas de cinema, distribuídas por 5 freguesias, algumas delas por centros comerciais do centro da cidade, outras pelos espaços convencionais de exibição de cinema.

destacam-se as galerias de arte (44, 10 delas em Massarelos), as salas de cinema (22, 8 em Bonfim), os museus (17, distribuídos por 11 das 15 freguesias) e os teatros (11, 4 deles na freguesia de Santo Ildefonso).

Figura 4.18

Número de equipamentos culturais da AMP, por tipo de equipamento, 1999



Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Quando confrontados com este cenário, os concelhos e freguesias limítrofes, tanto da primeira como da segunda coroa municipal, tipificam situações de relativa periferia cultural e de falta de centralidade funcional quanto à oferta de serviços e equipamentos culturais e de lazer. Casos de concelhos relativamente desprovidos de equipamentos de utilização colectiva são os de Espinho e Gondomar. No total das 5 freguesias, Espinho contabiliza 7 equipamentos culturais no seu todo, com uma forte concentração na própria cidade de Espinho (6), mas com uma relativa diversidade, particularmente no que diz respeito a espaços consagrados para um certo tipo de oferta cultural. Para além das bibliotecas e arquivo, possui um espaço

para teatro, cinema, exposições, e um casino, para além de ter na altura em construção um centro cultural hoje designado Centro Multiusos de Espinho. Gondomar, por sua vez, constituído por 12 freguesias, não apresenta em 1999 uma concentração exclusiva dos seus 7 equipamentos na cidade sede de concelho, mas uma distribuição por São Cosme (1 museu e 1 auditório) e São Pedro da Cova (1 museu e 1 centro cultural). Os outros 3 equipamentos distribuem-se por Fânzeres (biblioteca), Rio Tinto (centro cultural) e Valbom (fundação). Ainda que com uma relativa dispersão territorial para além da freguesia sede de concelho, não deixa de ser significativa uma certa exiguidade quantitativa e qualitativa dos equipamentos locais.

Os casos de concelhos com elevado número de freguesias também espelham ora a concentração espacial de equipamentos na freguesia sede de concelho ou freguesias limítrofes, ora a insuficiência de equipamentos e serviços para o total das freguesias existentes. O concelho da Maia, no total de 29 equipamentos, e para 17 freguesias, apresenta uma concentração espacial forte do equipamento cinema (11), na freguesia de Águas Santas, e uma concentração espacial forte de outros equipamentos na sede de concelho (16), havendo uma predominância de galerias de arte (9). Vila do Conde, concelho da AMP com maior número de freguesias (30) e cuja dimensão não se faz sentir no número de equipamentos que detém, dos 14 equipamentos culturais, 12 ficam localizados na cidade de Vila do Conde e 2 em Vairão (1 museu) e em Vilar (1 museu). Por sinal, destes 14 equipamentos 9 são museus, 7 localizados na sede de concelho. A concentração espacial dos equipamentos em Vila do Conde é, como se pode ver, notória. Por fim, Vila Nova de Gaia, o segundo maior concelho da AMP, com 25 freguesias, segue a linha do de Vila do Conde quando se afirma que a dimensão territorial não tem correspondência imediata no número de equipamentos culturais à disposição dos munícipes. Por outro lado, embora siga uma concentração espacial forte reunindo 9 dos seus equipamentos culturais na sede de concelho, 2 outras freguesias detêm um maior número de salas de cinema, por efeito das grandes superfícies comerciais:

Santa Marinha (9) e São Pedro da Afurada (21). Os outros 2 equipamentos que completam os 41 são 1 auditório em Avintes e 1 centro cultural em Canelas.

Matosinhos e Valongo, com 10 e 5 freguesias, respectivamente, surgem como concelhos com certas especificidades: no primeiro, com 20 equipamentos de utilização colectiva em 1999, há uma concentração espacial do equipamento cinema na freguesia da Senhora da Hora (8), mas também de diferentes equipamentos na cidade de Matosinhos (1 biblioteca, 1 cinema, 1 auditório e 1 equipamento juvenil), 8 que se dispersam pelas outras freguesias e, no reverso do cenário, 3 freguesias (Custóias, Guifões e Santa Cruz do Bispo) sem equipamentos deste tipo. Valongo apresenta uma relativa concentração espacial dos equipamentos, uma vez que 8 dos 11 que existem estão localizados na cidade sede de concelho, e os outros 3 repartem-se pelas freguesias de Ermesinde (1 biblioteca e 1 galeria) e Alfena (1 centro cultural). Das 12 freguesias que pertencem ao concelho de Póvoa de Varzim, a cidade da Póvoa é mesmo a única localidade que detém equipamentos culturais (14), com uma total concentração espacial e sectorial dos equipamentos. Não possuindo qualquer arquivo, museu, fundação, centro cultural, sala de espectáculos, planetário ou centro de exposições, todos os outros equipamentos se distribuem equitativamente (1) pela cidade da Póvoa de Varzim.

Quando nos confrontamos com a distribuição dos equipamentos desportivos da AMP em 1999, e à luz do estudo em questão, verificamos um relativo alargamento do número de equipamentos e da distribuição territorial pelas freguesias, como que acentuando a prioridade dada às valências desportivas de um concelho⁶⁴. No que diz respeito ao tipo de equipamentos, verifica-se uma forte concentração das categorias pequenos campos de jogos (223) e grandes campos de jogos (142), que no seu conjunto perfazem quase metade do número total de equipamentos desportivos da AMP (761). Há, por um lado, uma elevada concentração de pequenos e grandes campos de jogos em todos os concelhos da AMP, e, por outro lado, uma distribuição visível de outros equipamentos como a

⁶⁴ Veja-se a informação detalhada por freguesia nos Anexos 4OB a 4WB.

piscina coberta (41), o pavilhão (133) e os courts de ténis (136). Todos os outros se distribuem de forma desigual pelos 9 concelhos da AMP. Vila Nova de Gaia (130), Porto (128) e Matosinhos (118) são os concelhos com mais equipamentos desportivos, enquanto Espinho, Gondomar, Póvoa de Varzim e Valongo detêm, comparativamente, 40, 51, 51 e 53 equipamentos deste tipo.

Acrescente-se que à escala intraconcelhia, e tendo por referência os 21 tipos de equipamentos desportivos contemplados na grelha de análise, os concelhos que apresentam o maior défice de equipamentos são Valongo (15), Gondomar (13) e Vila do Conde (11). Adquire pertinência na análise da distribuição territorial dos equipamentos desportivos o facto de 3 concelhos da orla litoral não terem em 1999 um complexo para desportos náuticos (casos de Espinho, Porto e Vila do Conde); de 6 concelhos não possuírem pistas de atletismo (Espinho, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia); de equipamentos básicos do ponto de vista da oferta local, como as piscinas, não fazerem parte da rede concelhia (Gondomar e Valongo não tinham em 1999 piscinas descobertas); de concelhos com traços de ruralidade, politicamente assumida como potencialidade turística endógena, não disporem em 1999 de um campo de tiro ou de um centro de equitação (casos de Gondomar, Valongo e Vila do Conde); e dos circuitos de manutenção não fazerem parte dos concelhos de Espinho, Maia, Póvoa de Varzim e Valongo.

Uma outra regularidade atravessa o espaço metropolitano em 1999: a dispersão de equipamentos desportivos pelas freguesias dos 9 concelhos, exceptuando-se Póvoa de Varzim e Vila do Conde, que concentram na sede de concelho o maior número (30 e 32, respectivamente); a localização dos equipamentos desportivos nas freguesias sem equipamentos culturais, e a dispersão equilibrada de um único equipamento por todas as freguesias de um concelho, geralmente o pequeno ou grande campo de jogos e os courts de ténis. Neste caso, Espinho, Póvoa de Varzim e Valongo são os únicos concelhos que têm pelo menos um equipamento desportivo comum em todas as freguesias.

Tabela 4.28
Equipamentos desportivos dos concelhos da AMP, 1999

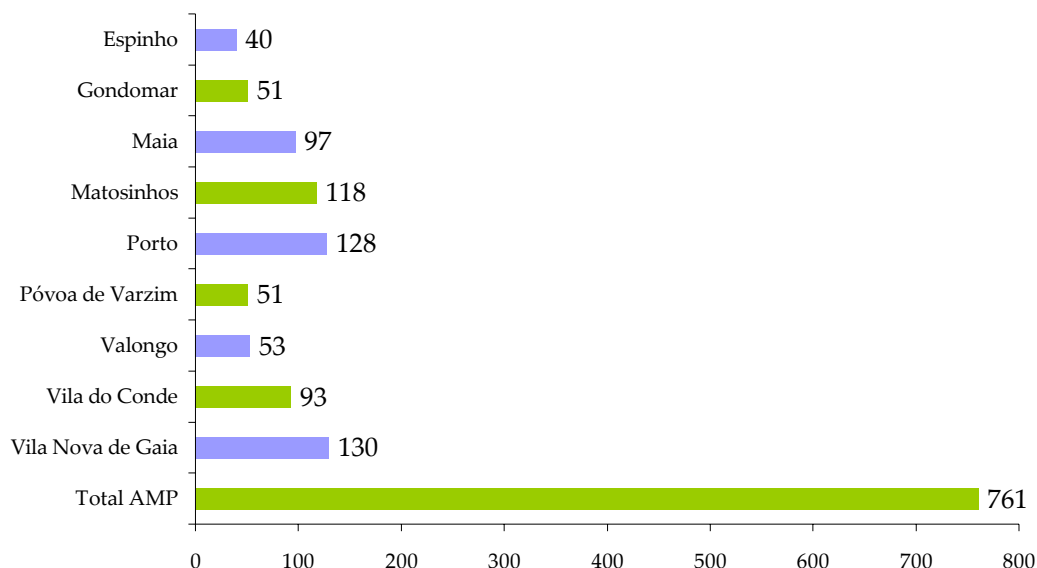
	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total	
Espinho	2	1	4	7		16	4		1		1				1	1	1			1		40	
Gondomar	3		14	18	7	4		1		1									3			51	
Maia	11 ^{a)}	4	18	16	21	16		1	1				1	1	1	1	3			1	1	97	
Matosinhos	4	3	26	19	41	20			1	1				1				1	1			118	
Porto	5	1	18	13	27	47	7	2	1	3		3									1	128	
Póvoa de Varzim	3	2	8	13	12	8	2				1							1	1			51	
Valongo	5		8	7	25	7														1		53	
Vila do Conde	3	1	7	26	43	6	2			1		1	1							2		93	
Vila Nova de Gaia	5	1	30	23	47	12			2	3	1							1	5			130	
Total AMP	41	13	133	142	223	136	15	4	6	9	3	4	2	2	2	2	4	4	3	10	5	2	761

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

^{a)} 7 piscinas em construção não incluídas.

Figura 4.19

Número de equipamentos desportivos por concelho da AMP, 1999

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

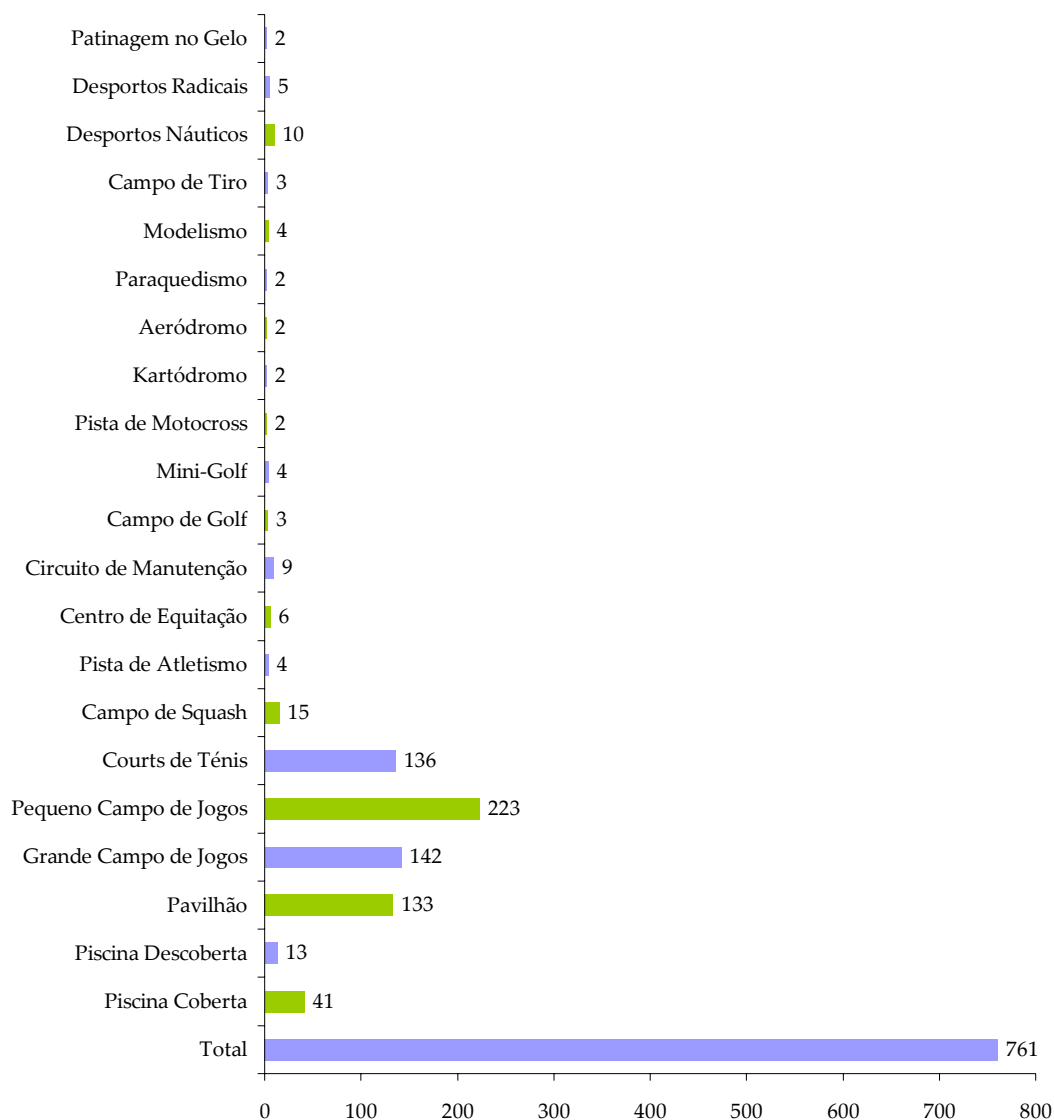
Contudo, há nos concelhos da AMP freguesias que não possuem qualquer tipo de equipamento: Maia (S. Pedro Avioso), Porto (Miragaia, Nevogilde e Vitória) e Vila Nova de Gaia (Seixezelo e Sermonde). Maia e Matosinhos são concelhos com uma dispersão mais equilibrada dos equipamentos pelo conjunto das freguesias, Póvoa de Varzim e Vila do Conde os que apresentam uma maior concentração de equipamentos na sede de concelho. Na maior parte dos concelhos do território metropolitano, inclusive no do Porto, rareiam os equipamentos menos habituais: aeródromo, kartódromo, paraquedismo, pista de motocross, modelismo, desportos radicais e patinagem no gelo. Maia é o concelho que possui todos estes equipamentos; Gondomar, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila Nova de Gaia não possuem qualquer tipo de equipamento como este.

As grelhas de categorização dos equipamentos usadas nos estudos da CCRN não permitem, na totalidade, o confronto analítico entre 1991 e 1999⁶⁵.

⁶⁵ Não só as escalas de observação são diferentes (Região Norte e AMP) como os critérios utilizados e as categorias de equipamentos culturais e desportivos construídas não são totalmente coincidentes, fazendo variar os totais globais e por concelho e a cartografia possível da rede de equipamentos.

Figura 4.20

Número de equipamentos desportivos da AMP, por tipo de equipamento, 1999



Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Porém, se visualizarmos as mesmas categorias utilizadas nos dois estudos, verificamos que houve alteração no quantitativo de equipamentos culturais e desportivos da AMP: de 180 equipamentos culturais em 1991 passou-se para 254 em 1999; e de 435 piscinas, campos de jogos e pistas de atletismo em 1991 para 423 em 1999. Da mesma forma, as galerias de arte (48), os cinemas (39), os museus (25) e as bibliotecas (20) foram os equipamentos de cultura e recreio mais visíveis no

território metropolitano, tendência verificada também em 1999; a centralidade funcional e sectorial do concelho do Porto (103 equipamentos em 1991) e o alargamento territorial, à escala intraconcelho, dos equipamentos entre 1991 e 1999, foram dois outros traços verificados.

À luz dos critérios utilizados nas normas para a programação e caracterização dos equipamentos colectivos, entre 1991 e 1999, e nas categorias equivalentes, os ditos equipamentos básicos foram alvo de investimento político e financeiro, local e central, na tentativa de facultar territorialmente, e dentro de uma relativa autonomia e suficiência intramunicipal, um conjunto de serviços culturais e desportivos à população local.

Tabela 4.29

Equipamentos de utilização colectiva - cultura e recreio, 1991

	Bibliotecas	Arquivos	Fundações	Museus	Centros culturais	Equipamentos juvenis	Teatros	Auditórios	Cinemas	Galerias de arte	Imprensa	Outros espaços	Espaços de actividades recreativas	Total
Espinho	1	1			1		1		2	1	3		1	11
Gondomar	1	1		1					4		4	2		13
Maia	5	1			1				2		4	2	1	16
Matosinhos	2	1		1					6	2	7	1	1	21
Porto	1	2	8	17		3	14	3	15	40	6	9	3	121
Póvoa de Varzim	2	1		1					2	1	3		1	11
Valongo	3	1		1	1			2	2	1	3	1		15
Vila do Conde	1	1		3	1				1	1	4	1		13
Vila Nova de Gaia	4	1		1	1		2		5	2	8	2	2	28
Total AMP	20	10	8	25	5	3	17	5	39	48	42	18	9	249
Região Norte	119	79	14	54	40	20	29	9	116	68	199	23	13	783

Fonte: CCRN, *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte*

Mantêm-se, por esse mesmo estatuto, como elementos prioritários nalguns concelhos. Do mesmo modo, e também por outros factores, são elementos prioritários na rede de equipamentos concelhia, tanto pelo âmbito dos

financiamentos envolvidos como pela disponibilidade de recursos financeiros, organizacionais e políticos para a criação de outras infra-estruturas que não as que dizem respeito ao saneamento ou à habitação.

Tabela 4.30

Equipamentos de utilização colectiva - desporto, 1991

	Campos de jogos			Pistas de atletismo	Piscinas				Salas de desporto		Centros de estágio	Total
	Estádios	Grandes	Pequenos		Cobertas		Descobertas		Grandes	Pequenas		
					Grandes	Pequenas	Grandes	Pequenas				
Espinho	1	3	9		3		2		8	5		31
Gondomar		18	23				3		8	5		57
Maia	1	9	18	1			1		5	2		37
Matosinhos	1	12	16		2	2	4	2	12	6		57
Porto	3	9	78	4	5	1	7	4	34	28		173
Póvoa de Varzim	1	6	31		1		6	5	4	5		59
Valongo		7	20		2	4	1	1	6	2		43
Vila do Conde	1	20	31		1	1	1	1	4	7		67
Vila Nova de Gaia		20	35		3		2		22	15		97
Total AMP	8	104	261	5	17	8	27	13	103	75		621
Região Norte	20	774	1479	42	29	15	76	39	274	148	1	2897

Fonte: CCRN, *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte*

Perante os levantamentos feitos junto das câmaras da AMP, no sentido da actualização dos equipamentos de âmbito municipal e de utilização colectiva⁶⁶, foi-nos possível recolher a informação que consta das tabelas 4.31 e 4.32. Por um lado, contraditória com alguns dos dados disponíveis para momentos anteriores, noutros

⁶⁶ A partir do levantamento feito pela CCRN, e atendendo aos critérios enunciados, solicitou-se a cada uma das câmaras que revisse os dados e que reposicionasse a informação. As respostas foram recolhidas entre Setembro de 2002 e Janeiro de 2003. Maia e Vila Nova de Gaia foram os municípios dos quais não obtivemos resposta. Os dados foram apresentados pelos serviços culturais das câmaras. Foram considerados os mesmos critérios de 1999 quanto à identificação e contagem possível dos equipamentos. Por indicação das autarquias, e não integrando em nenhuma das categorias já existentes, optámos por acrescentar nas tipologias algumas categorias que retratam a especificidade de alguns concelhos: nos equipamentos culturais, centro de congressos, sala polivalente, praça de touros e centro ciência viva (tabela 4.31); nos equipamentos desportivos, praça de touros, autódromo, complexo desportivo, ginásio/sala desportiva, campo de voleibol, campo de basquetebol e clube de caçadores (tabela 4.32).

casos revelando falta de sistematicidade das informações de que dispõem os municípios, noutros ainda a disparidade possível dos critérios assumidos para a construção das tipologias e a diversidade de tutelas organizacionais e administrativas⁶⁷. A um outro nível, de igual modo, recolhemos um conjunto de informações na linha de continuidade das já reunidas nos levantamentos anteriores.

Aquilo que de alguma maneira nos parece relevante analisar, atendendo à informação que foi possível reconstituir⁶⁸, traduz-se num conjunto de pontos. Em primeiro lugar, mantém-se a tendência intramunicipal de que é maior o número de equipamentos desportivos do que o número disponível de infra-estruturas culturais: 496 face a 137 equipamentos. Em segundo, mantêm-se alguns dos equipamentos básicos os privilegiados do ponto de vista da dotação financeira e da distribuição territorial: as bibliotecas (10) e os auditórios (17) e, associados, os museus (15). Sobressaem, de novo, as salas de cinema (32, por efeito do número de salas das grandes superfícies do Porto e de concelhos limítrofes), as galerias e as salas de exposições (10) e, como novas infra-estruturas, espaços como os centros culturais polivalentes (9) e as salas polivalentes (15). No caso dos equipamentos desportivos, destacam-se, de igual forma, os pequenos e grandes campos de jogos (179 e 66, respectivamente), os courts de ténis (65) e os pavilhões (56) e, por fim, as piscinas (36).

Espinho, entre 1999 e 2003, tem uma repartição sectorial e territorial dos equipamentos culturais muito semelhante, se bem que o total de equipamentos

⁶⁷ Não faremos aqui, por insuficiência de dados, tais diferenciações. Nalguns casos, os equipamentos principais do concelho, pela sua projecção e pelo seu impacto local, são propriedade das autarquias (câmara municipal e junta de freguesia), noutros são geridos pela autarquia, noutros ainda são propriedade das paróquias e/ou geridos pelas paróquias das freguesias. As tutelas confundem-se e os próprios serviços municipais não têm em consideração tais diferenciações.

⁶⁸ As últimas normas consultadas no âmbito deste trabalho foram as relativas ao ano de 2002 (Portugal, 2002c) e que actualizam as versões anteriores (Portugal, 1990; decreto-lei n.º 317/97 de 25 de Novembro). Constatámos que os concelhos têm diferentes formas de organizar a informação sobre os equipamentos culturais e de contabilizar os existentes: alguns estabelecem a sua listagem de acordo com as categorizações previstas na legislação, outros não; poucos indicam a propriedade e o tipo de gestão (municipal e privada) dos equipamentos; outros contabilizam os espaços e as valências disponíveis em cada um deles. Por outro lado, e mesmo apresentando a listagem e os critérios do levantamento da CCRN de 1999 às autarquias, não são contempladas por todas elas, nos levantamentos municipais oficiais, todas as categorias de equipamentos, particularmente os culturais.

passe de 7 para 20. São as diversas valências do Centro Cultural Multimeios, em construção à data de 1999, que alargam a diversidade de equipamentos. Dispõe de 1 biblioteca (Cosmoteca), 1 sala de cinema, 1 auditório, 1 galeria de arte, 1 fundação, 1 planetário, 1 observatório de astronomia, 1 sala polivalente e 1 espaço de acesso gratuito à internet. Acresce ainda a construção do equipamento FACE – Fórum de Arte e Cultura de Espinho com mais valências semelhantes às referidas, e entre elas estúdios para cinema de animação, espaço para formação e núcleo museológico. Quanto aos equipamentos desportivos, não há propriamente uma variação assinalável, mantendo-se a relativa diversidade dos equipamentos disponíveis (40 em 1999 e 39 em 2003).

Gondomar, por sua vez, e de acordo com a informação recebida, acrescenta apenas mais 1 centro cultural ao total já existente em 1999, perfazendo em 2003 8 equipamentos culturais. Ressalve-se que só em 2005 é que o concelho disporá de uma biblioteca municipal da Rede de Leitura Pública. Os centros culturais apresentados incluem ainda 2 auditórios e salas para exposições. Os totais de equipamentos desportivos traduzem disparidades na organização da informação pois entre as duas datas reduz-se substancialmente o número de equipamentos disponíveis (de 51 para 33).

Matosinhos, que em 1999 tinha 20 equipamentos deste tipo, em 2002 apresenta 33. Mas as discrepâncias de critérios de anotação existem: não só não são integradas as 8 salas de cinema da grande superfície localizada na freguesia de Senhora da Hora como são contabilizadas 13 salas e salões polivalentes. Para além disto, registre-se terem aumentado, de forma geral, alguns equipamentos de referência: bibliotecas, casas da juventude, espaços para exposições, auditórios e salas de espectáculos. Os equipamentos juvenis têm ainda 3 espaços interactivos. Os equipamentos desportivos, e pela leitura dos dados disponíveis, aumentaram no concelho (de 97 para 147) e diversificaram-se, destacando-se os ginásios/salas desportivas (17).

Tabela 4.31Equipamentos culturais dos concelhos da AMP, 2003 ^{a)}

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Audatório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil (Casa da juventude)	Centro cultural	Sala de Espectáculos	Planetário	Centro de congressos	Casino	Centro de exposições	Sala polivalente	Praça de touros	Centro Ciência Viva	Total
Espinho	1	1		1	1	1		2		1 ^{b)}				1		2			11
Gondomar	1		1			2	1			3									8
Maia																			
Matosinhos	3		2			3		4	3		3					13			31
Porto				23	4	6					4								37
Póvoa de Varzim	4	1	1	8 ^{c)}	1 ^{d)}	2		3	1				1	1			1		24
Valongo		1	1							5					1				8
Vila do Conde	1	1	10			3		1	1									1	18
Vila Nova de Gaia																			
Total AMP	10	4	15	32	6	17	1	10	5	9	7		1	2	1	15	1	1	137

Fonte: Documentos fornecidos pelas câmaras municipais

^{a)} Informação recolhida entre Setembro de 2002 e Janeiro de 2003 e que reporta a este período. Maia e Vila Nova de Gaia foram os municípios que não enviaram resposta ao pedido feito.^{b)} Para além do Centro Cultural Multimeios, Espinho tem, à data, um outro em construção: FACE (Fórum de Arte e Cultura de Espinho) que inclui 1 auditório, 1 núcleo museológico, 1 galeria, estúdios para cinema de animação e espaço de formação. Não incluído por se encontrar em fase de construção.^{c)} 1 fechada.^{d)} Fechado para obras.

Quanto ao concelho do Porto, e perante a discrepância e a não disponibilidade de informações cedidas pelos serviços culturais da autarquia, podemos dizer que a listagem de que dispusemos ficou aquém daquela apresentada em 1999. As informações cedidas aparecem sob a designação de Casas de Espectáculos da Cidade do Porto licenciadas pela Inspeção-Geral de Espectáculos (IGE) e não integram o levantamento de vários dos equipamentos contidos na tipologia inicial: bibliotecas, museus, arquivos, galerias e fundações, apenas para referir alguns deles. Em contrapartida, foi-nos dada a informação de que as associações geriam 56 auditórios/salões de festas, 28 com palco e 28 sem palco. O concelho que desde sempre teve a centralidade sectorial e funcional da rede de equipamentos, e de alguma forma recursos organizacionais disponíveis para a centralidade e articulação interdepartamental da informação, revelou-se o organismo, política e administrativamente, menos disponível para a reconstrução dos levantamentos feitos. Os equipamentos desportivos, cuja informação datada de 2001 estava disponível na Carta Desportiva Municipal (Porto, 2001), referenciam uma rede que, num total de 552 equipamentos disponíveis à data na cidade, constitui 17,6% do seu total. Face a 1999, mais uma vez, estarão os critérios de organização da informação e as mudanças de tutela nalguns deles a justificarem as disparidades dos dados.

No concelho de Póvoa de Varzim a informação obtida pela autarquia remete para um ligeiro aumento dos equipamentos culturais disponíveis (de 14 em 1999 para 22 em 2003), acentuando-se os equipamentos básicos (4 bibliotecas, 1 arquivo e 2 auditórios) e a revitalização arquitectónica e funcional da praça de touros local, património local de referência. Os dados apresentados para os equipamentos desportivos, ainda que de acordo com a distinção juridicamente prevista entre instalações desportivas de base recreativa e instalações desportivas de base formativa, acabam por traduzir montantes diferentes de 1999 e novos espaços não contemplados na tipologia apresentada à própria autarquia (caso das ditas salas desportivas num total de 13).

Tabela 4.32

Equipamentos desportivos dos concelhos da AMP, 2003 ^{a)}

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Court de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Praça de touros	Autódromo	Complexo desportivo	Ginásio/Sala desportiva	Campo de voleibol	Campo de basquetebol	Clube de caçadores	Total	
Espinho	2	1	7	7	1	10	4	1	1	1	1				1	1	1			1									39	
Gondomar	6		7 ^{b)}	2	4	12		1		1																			33	
Maia																														
Matosinhos	7	6	27	22	58	20		2	1	1				2					1						17	3	4	1	172	
Porto	4		5	8	52	7			3		3							3					1		13				99	
Póvoa de Varzim		2		1	11	8													1			1			13				37	
Valongo	5		2		10	2						1								1				1					22	
Vila do Conde	2	1	8	26	43	6	2			1		1	1							2				1					94	
Vila Nova de Gaia																														
Total AMP	c)	c)	56	66	179	65	6	4	5	3	4	2	1	2	1	1	1	1	3	2	4		1	1	2	43	3	4	1	496

Fonte: Documentos fornecidos pelas câmaras municipais

^{a)} Informação recolhida entre Setembro de 2002 e Janeiro de 2003 e que reporta a este período. Maia e Vila Nova de Gaia foram os municípios que não enviaram resposta ao pedido feito.

^{b)} 1 em fase de finalização.

^{c)} Não integra os totais de Gondomar e Valongo.

Valongo caracteriza-se, e de acordo com a informação recebida, pela pluralidade de valências que alguns dos seus equipamentos culturais de referência têm e que no levantamento de 1999 de alguma forma estava prevista: os 8 equipamentos contabilizados em 2003 integram, por isso, 1 centro de exposições e 5 centros culturais, estes últimos com a tal diversidade de valências (6 espaços previstos para exposições, temporárias e permanentes; 5 auditórios; 1 biblioteca municipal; 3 pólos bibliotecários; 2 salas polivalentes; 1 sala de actividades; 1 núcleo museológico, 1 sala multimédia e 1 sala de espectáculos. Os equipamentos desportivos apresentados, distantes dos previstos na classificação de 1999, traduzem, mais uma vez, a disparidade nos modos de organização da informação disponível.

Em Vila do Conde, o Centro Ciência Viva, espaço plurifuncional de ciência e tecnologia, criado a 2 de Março de 2002 e que faz parte da rede de centros de ciência viva do Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCES), constitui-se como equipamento único na AMP e com especificidade municipal. Do ponto de vista dos equipamentos já existentes, o concelho mantém a relevância quanto aos museus (10) e aumenta o seu número de auditórios (de 1 para 3). Os equipamentos desportivos, na linha do observado para outros concelhos, contemplam as dotações em equipamentos básicos e as infra-estruturas já verificadas em 1999. Registe-se, e independentemente de ser um efeito de categorização, que mantém montantes semelhantes entre as duas datas (93, não integrando a nova categoria anexada à tipologia, no caso, complexo polidesportivo).

Com base num levantamento de 2002 (Portugal, 2002d)⁶⁹ sobre a acessibilidade das populações locais aos equipamentos e serviços existentes e/ou

⁶⁹ Projecto Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da Região Norte (CESAP - Norte 2002), que surgiu na sequência dos Inventários Municipais realizados pelo INE em 1992 e 1998, e que consistiu num inquérito realizado à totalidade das 2026 freguesias da Região Norte, com recolha de informação reportada a 2 de Maio de 2002 e segundo uma pluralidade de categorias de equipamentos e serviços: serviços e comércio, locais de culto, acolhimento empresarial, ambiente e energia, transportes e comunicações, ensino, saúde e segurança social, desporto, cultura e lazer, alojamento turístico e atracções turísticas. Para mais informações, veja-se o trabalho editado pelo INE (Portugal, 2002d).

disponíveis, verificamos que as freguesias dos concelhos da AMP se encontram relativamente equipadas quanto às áreas do desporto, da cultura e lazer e do turismo⁷⁰, mesmo que haja uma disparidade sectorial e territorial dos equipamentos e serviços.

Na totalidade do espaço metropolitano destaca-se a prevalência da disponibilidade e acesso das populações locais aos equipamentos desportivos, nomeadamente aos campos de jogos descoberto: 119 freguesias dotadas de equipamentos e serviços (39 das quais integradas em cidades). Destacam-se, ainda que com valores inferiores, as salas de espectáculos/salas de conferência/congressos, que servem 75 freguesias, e os pavilhões desportivos ou ginásios, com 71 freguesias, com quase metade das freguesias a integrarem cidades: 30 e 34, respectivamente.

Estas regularidades, comparativamente, espelham, a uma outra escala, as verificadas no Continente e na Região Norte. Segundo os dados apresentados pelo INE (Portugal, 2002d), a AMP destaca-se por apresentar apenas 3% de freguesias sem qualquer equipamento desportivo, o que representa menos de 1% da população residente. Por outro lado, é na AMP que se observa a maior proporção (18%) de freguesias bem equipadas (com 6 ou mais equipamentos desportivos), que representam pouco mais de um terço da população total metropolitana (à data de 2001, 1.260.680 habitantes). Quanto aos equipamentos e serviços culturais e de lazer, a AMP apresenta a menor proporção de freguesias não equipadas (3%) e a maior (54%) de freguesias bem equipadas (com 3 ou mais equipamentos), nas quais residiam quase quatro quintos da respectiva população. Quanto aos alojamentos turísticos, e segundo os mesmos dados (Ibidem), focalizemos a atenção nas referências à Região Norte: mais de dois terços das freguesias da Região Norte não possuem qualquer alojamento turístico do conjunto em análise; cerca de um quinto das freguesias detém apenas um tipo de alojamento e apenas 2,5% das freguesias dispõem de mais de três tipos de alojamento turístico. No Entre Douro e Vouga e no Alto Trás-os-Montes, cerca de 75% (a maior proporção da Região Norte) das

⁷⁰ Nos Anexos 4XB a 4HC está disponível a informação desagregada para o Continente e Região Norte e por concelho da AMP.

freguesias não possuem qualquer alojamento turístico, enquanto a menor proporção se observa na AMP (50%). Cerca de 60% dos concelhos da Região Norte não dispõem de qualquer freguesia equipada com três ou mais tipos de alojamentos turísticos⁷¹.

Quando perspectivados os concelhos⁷², é a categoria de equipamentos desportivos que adquire maior visibilidade municipal, quer quanto aos campos de jogos (a categoria que maior número de freguesias serve no total dos concelhos da AMP), quer quanto às piscinas e aos pavilhões desportivos. Segue-se-lhe a categoria de cultura/lazer, particularmente as salas de espectáculos e as bibliotecas. Os alojamentos turísticos aparecem com menor presença no espaço municipal e metropolitano, a dotarem de serviços um menor número de freguesias e, particularmente, as que se situam em cidades. Registe-se que nem todos os concelhos têm alojamentos de turismo rural (Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia), e há freguesias da Maia e de Valongo não equipadas com parques de campismo e/ou caravanismo. Destaquemos alguns traços:

- em Espinho, os alojamentos turísticos que existem servem a população urbana pois todos os que existem servem uma freguesia situada em cidade; por outro lado, todas as freguesias (5) são dotadas de campos de jogos, 3 de bibliotecas e 2 de piscinas;

- Gondomar, por sua vez, num total de 12 freguesias, apresenta mais freguesias equipadas/com equipamentos e serviços que não se situam em cidade; tem 11 freguesias com pavilhões desportivos/ginásios (2 em cidades) e 9 com salas de espectáculos (2 em cidades); a oferta de alojamento turístico situa-se em freguesias, igualmente, não integradas em cidades;

⁷¹ Refira-se que nas respostas ao inquérito a lógica do serviço imperou sobre a lógica do equipamento: contabilizou-se um equipamento tantas vezes quantas o número de serviços que prestava; não se contabilizaram equipamentos inactivos nem equipamentos cujo serviço fosse para usufruto exclusivo do seu proprietário; e quando não existiam equipamentos ou serviços nas freguesias, perguntava-se onde se dirigia habitualmente a maior parte dos habitantes para terem acesso àqueles, isto é, pedia-se a indicação de uma freguesia alternativa. Para mais informações, quer quanto a notas metodológicas quer quanto a conceitos utilizados, veja-se o trabalho já referido (Portugal, 2002d).

⁷² Atente-se de novo aos Anexos 4ZB a 4HC, com os dados para cada concelho da AMP.

Tabela 4.33

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos nos concelhos da AMP, 2002

Equipamentos e Serviços		Número		População residente		
		Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	%
Desporto	Piscina	47	27	869 405	635 819	73,1
	Campo de jogos descoberto	119	39	1170 056	712 004	60,9
	Pavilhão desportivo ou ginásio	71	34	1035 575	688 427	66,5
Cultura e Lazer	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	75	30	925 632	613 050	66,2
	Écran de cinema	33	21	609 712	489 575	80,3
	Biblioteca aberta ao público	42	18	564 916	354 581	62,8
	Hotel ou hotel-apartamento	33	25	539 984	465 095	86,1
Alojamento Turístico	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	36	22	600 402	461 976	76,9
	Parque de campismo e/ou caravanismo	12	5	116 209	90 060	77,5
	Turismo no espaço rural	11	1	53 419	10 225	19,1

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

- Maia, com 17 freguesias, destaca-se por ter 12 das suas freguesias com campos de jogos, 8 com salas de espectáculos e uma oferta turística situada fora de cidades;

- Matosinhos, em 10 freguesias, tem 10 servidas por campos de jogos e pavilhões desportivos, 8 por salas de espectáculos e 7 por bibliotecas e piscinas; 6 freguesias têm pensões, 3 em cidade;

- o Porto apresenta-se mais equilibrado, sectorial e territorialmente, já que, das 15 freguesias, entre 12 a 10 têm equipamentos desportivos, entre 8 a 12 têm bibliotecas e salas de cinema e 11 têm uma oferta de equipamentos hoteleiros/residenciais;

- a oferta hoteleira da Póvoa de Varzim não deixa de ser relevante: em 12 freguesias 4 são servidas por hotéis e 3 por pensões, respectivamente 3 e 1 freguesias em cidades; todas as freguesias são servidas por campos de jogos e 6 têm acesso a salas de espectáculos;

- Valongo apresenta quase a totalidade das suas freguesias com todos os equipamentos culturais previstos na tipologia: 5 por freguesia; é o concelho em que os campos de jogos não se suplantam aos demais equipamentos desportivos; salientam-se a ausência de parques de campismo e de equipamentos de turismo rural e a oferta hoteleira situada em freguesias que se integram em cidades;

- Vila do Conde, com 30 freguesias, é aquele concelho que tem apenas 28 freguesias equipadas com campos de jogos e 13 com salas de espectáculos pois nas restantes categorias são menos de 6 as freguesias equipadas; a oferta de turismo rural e de parques de campismo é significativa abrangendo 4 freguesias;

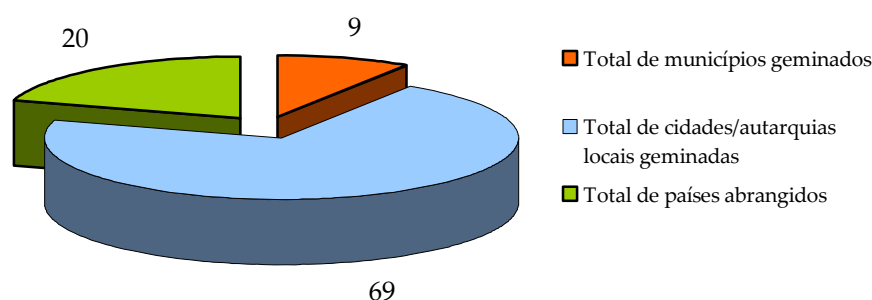
- Vila Nova de Gaia, num total de 24 freguesias, 24 são servidas com campos de jogos, 16 com pavilhões desportivos, 12 e 10 com salas de espectáculos e bibliotecas, respectivamente; sem oferta de turismo rural e com oferta hoteleira em particular nas freguesias abrangidas por cidades.

Vejamos agora as parcerias institucionais dos concelhos da AMP. As parcerias estabelecidas pelos municípios da AMP com outros municípios e/ou

idades estrangeiras assentam na partilha estratégica de actividades e de projectos culturais, desportivos e turísticos.

Figura 4.21

Total de municípios com geminações, de cidades/autarquias locais geminadas e de países abrangidos na AMP, 2005



Fontes: DGAL, *Administração local em números 2005*; ANMP, www.anmp.pt; *sites* oficiais dos municípios

De acordo com dados de 2005 (Portugal, 2006e), cruzados com a consulta e análise dos *sites* oficiais das câmaras e da ANMP, todos os municípios da AMP têm protocolos de cooperação externa⁷³. Os 9 municípios da AMP mantêm acordos de cooperação com 69 autarquias/cidades⁷⁴, que correspondem a um total de 20 países abrangidos. Se visualizarmos o nosso objecto na sua delimitação jurídica e social actual, a GAMP, os esforços políticos de cooperação cultural, de traços identitários localmente circunscritos, alargam-se a 13 concelhos, com excepção da Trofa⁷⁵. Porto é o concelho com maior número de geminações (19), seguido da Maia (10) e de Vila

⁷³ Para além destes, estabelecem igualmente as geminações internas, ou seja, os protocolos de cooperação com outros municípios, cidades ou vilas portuguesas como esforços de troca de experiências e de projectos de gestão política, financeira e económico-cultural e reflexo da autonomia do poder local e da descentralização das práticas do desenvolvimento local e regional. Segundo dados da DGAL, em 2005 o total nacional de municípios geminados era de 222, com 789 cidades/autarquias geminadas e 67 países abrangidos (Portugal, 2006e).

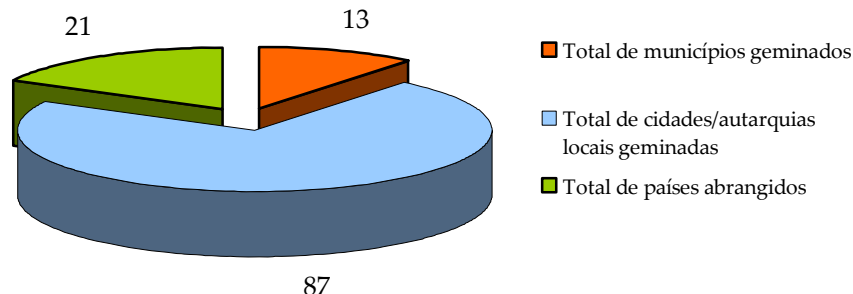
⁷⁴ De acordo com os levantamentos feitos, apenas os concelhos da Maia, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia têm geminações com autarquias/cidades portuguesas: Mirandela e Valpaços no primeiro caso; Portalegre no segundo; e São João da Pesqueira no terceiro. No caso da GAMP, São João da Madeira tem acordo de cooperação com Alcobaça e Felgueiras.

⁷⁵ Veja-se a este propósito o Anexo 4IC com informação detalhada sobre os municípios geminados da AMP e da actual GAMP e as autarquias e respectivos países geminados.

do Conde (9). O leque de países abrangidos reflecte proximidades culturais e simbólicas entre Estados – geminações com os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com países que noutros momentos da história económica, política e social nacional foram pontos de chegada da emigração portuguesa ou com países da União Europeia e do continente asiático. As geminações pautam-se por critérios diferenciados entre os municípios, se bem que, e segundo consulta das fontes documentais da ANMP, as alterações políticas nos executivos camarários, as diferenças políticas entre municípios geminados e as distâncias físicas e económicas dificultam a dinamização dos acordos formais estabelecidos a partir da concretização periódica dos projectos.

Figura 4.22

Total de municípios com geminações, de cidades/autarquias locais geminadas e de países abrangidos na GAMP, 2005



Fontes: DGAL, *Administração local em números 2005* ; ANMP, www.anmp.pt; sites oficiais dos municípios

Se estes acordos de cooperação intermunicipal internacional são factores que potenciam as trocas culturais e turísticas entre os concelhos, de igual modo perspectivam trocas económicas endógenas.

Os concelhos da AMP, do ponto de vista das potencialidades turísticas intraconcelhias, apresentam-se com peculiaridades. Segundo dados de 1998 (Portugal, 1998a), na AMP os equipamentos e serviços que funcionam como pólos de atracção turística nas freguesias são as festas populares e religiosas (85,4% das

freguesias), os locais de interesse paisagístico (62,3%), os monumentos e lugares históricos e arquitectónicos (55,4%), a gastronomia (37,7%), a praia marítima ou fluvial (34,6%) e as actividades de caça e pesca (33,1%).

Tabela 4.34

Freguesias com pólos de atracção turística (%) nos concelhos da AMP, 1998

	Região Norte	Grande Porto	Espinho	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Póvoa de Varzim	Valongo	Vila do Conde	Vila Nova de Gaia
Sala de jogo	1,4	7,7	20		5,9		33,3	8,3	20		4,2
Local de interesse paisagístico	54,4	62,3	40	83,3	52,9	60	86,7	50	40	50	75
Local de peregrinação	24,4	19,2	20	16,7	23,5	20	6,7	25	20	23,3	16,7
Praia (marítima ou fluvial)	17,2	34,6	60	50		40	13,3	50		43,3	45,8
Marina, porto de recreio	1	3,8		25		10		8,3			
Exposição, mostra e feira especializada	3,8	9,2	20	16,7	5,9	10	20	8,3	20	3,3	4,2
Parque de diversão ou lazer	9,4	19,2	20	25	23,5	20	26,7	25	20		29,2
Monumento, lugar histórico, arquitectónico	46	55,4	60	58,3	29,4	80	86,7	58,3	60	40	58,3
Actividade de caça e pesca	37,1	33,1	60	33,3	5,9	50	26,7	41,7	40	26,7	45,8
Estância termal	2,3	2,3		8,3			6,7				4,2
Artesanato local	27,1	31,5	80	50	11,8	20	26,7	50	40	6,7	54,2
Festa popular, religiosa, etc.	90,3	85,4	100	91,7	100	90	66,7	100	80	73,3	87,5
Feira	15,9	31,5	20	50	23,5	60	33,3	25	60	13,3	37,5
Local de diversão nocturna	12,8	30,8	20	25	17,6	40	73,3	33,3	20	13,3	37,5
Instalação de talassoterapia	0,4	0,8	20								
Gastronomia	23	37,7	100	66,7	29,4	40	40	33,3	40	6,7	54,2
Total de freguesias (N.º)	2024	130	5	12	17	10	15	12	5	30	24

Fonte: INE, *Inventário Municipal. Região Norte 1998*

Do ponto de vista dos concelhos, todas as freguesias apresentam potencialidades de atracção com as festas populares e religiosas (com valores entre os 66,7% no Porto e os 100% em Espinho, Maia e Póvoa de Varzim). Os locais de interesse paisagístico e os monumentos e lugares históricos e arquitectónicos

constituem os equipamentos que melhor potenciam a vinda de visitantes aos concelhos da AMP. Equipamentos e serviços como a talassoterapia (apenas disponível em Espinho), a estância termal (em Gondomar, Porto e Vila Nova de Gaia), a marina e porto de recreio (em Gondomar, Matosinhos e Póvoa de Varzim), a sala de jogo (inexistente em Gondomar, Matosinhos e Vila do Conde) e a praia marítima e fluvial (nos concelhos da orla litoral e em Gondomar) rareiam e/ou não existem nas freguesias de alguns concelhos.

Registe-se ainda que os locais de diversão nocturna localizam-se, preferencialmente, no centro urbano portuense. Para além deste, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Póvoa de Varzim são outros concelhos com potencialidades de oferta desse tipo. A gastronomia é um serviço comum a todos os concelhos mas com níveis de atracção diferenciados, destacando-se as freguesias maiatas e vilacondenses com os valores mais baixos, 29,4% e 6,7% respectivamente. Maia e Vila do Conde surgem, de igual modo, como os concelhos com freguesias com menos potencialidades turísticas: um, de características próprias de um concelho industrial e limítrofe ao Porto, com uma certa interioridade, não usufruindo de equipamentos associados a um turismo balnear ou fluvial ou a um turismo termal; outro, da orla marítima, de tradição balnear mas sem marina, estância de talassoterapia e termal, parque de diversão ou lazer e sala de jogo. As feiras locais, de projecção regional, surgem nalguns concelhos como serviços de potencialidades económicas e turísticas (Gondomar, Matosinhos e Valongo, com os valores mais elevados) e os locais de peregrinação, associados a um turismo religioso, adquirem visibilidade nos concelhos, ainda que urbanizados, com festas e cultos religiosos tradicionais de longa data (Maia, Póvoa de Varzim e Vila do Conde).

Para além dos acordos de cooperação interna e externa, o território metropolitano, e na sua actual configuração jurídica e territorial, GAMP, estabeleceu, particularmente a partir de meados dos anos 90, parcerias económicas, turísticas, de desenvolvimento local e de levantamento e caracterização do espaço metropolitano com actores locais e regionais, da administração pública central, e

internacionais⁷⁶. Destacam-se, do nosso ponto de vista, as parcerias com o INE, no sentido de desenvolver um observatório de informação estatística actualizado e sistemático do espaço metropolitano (formalmente assumido desde 1995); com redes de regiões e áreas metropolitanas europeias (Rede de Regiões e Áreas Metropolitanas Europeias - Metrex e Rede Europeia de Regiões e Cidades com Estuário - Esturiales) de forma a intercambiar informações e experiências locais de planeamento e desenvolvimento territorial, a realizar estudos e propostas de ordenamento territorial à luz das convenções europeias e dos programas de financiamento comunitário e a participar nas acções de defesa do património ambiental local e europeu dos membros associados; com actores locais e regionais ligados ao turismo e à promoção turística da Região Norte e da GAMP, concebendo a projecção interna e externa das potencialidades (serviços e equipamentos) turísticas dos concelhos e do espaço metropolitano. São os casos da Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Norte (ADETURN) e da associação sem fins lucrativos, composta por membros dos sectores público e privado do Norte de Portugal e da GAMP, o Porto Convention & Visitors Bureau (PCB)⁷⁷. De igual modo, e numa vertente de desenvolvimento local, a GAMP tem procurado investir, na base do parceria local e regional, e de acordo com financiamentos nacionais e comunitários, na construção e viabilização de sistemas de transporte urbano (a rede de metro ligeiro), de captação e abastecimento de água e de tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos.

Factores vários justificam uma rede de equipamentos e serviços metropolitana: factores de ordem histórica, como a autonomia do poder local e a consagração constitucional das autarquias; factores de ordem institucional, como as políticas municipais, a rede de parcerias políticas e económico-sociais, a articulação regional e metropolitana dos projectos, dos equipamentos/serviços e dos

⁷⁶ Consulte-se o Anexo 4JC com a informação recolhida no *site* oficial da GAMP (www.amp.pt), cujo último acesso, e no âmbito da análise documental deste trabalho, teve lugar entre Fevereiro e Março de 2007.

⁷⁷ Nos Capítulos 5 e 6 exploramos o posicionamento destes actores locais e regionais a partir das entrevistas realizadas.

financiamentos, o planeamento cultural e turístico concertado, a viabilização das competências previstas juridicamente para os territórios municipais e metropolitanos; e factores da ordem do conhecimento da realidade cultural, desportiva e turística actual, a saber, características da oferta e da procura, dificuldades e potencialidades locais dos equipamentos e serviços locais. A análise e a institucionalização de uma rede de equipamentos metropolitana exigem a atenção sobre o dito plano tipológico e o plano tutelar (Camacho; Freire-Pignatelli; Monteiro, 2001), ou seja, ver qual a representatividade dos equipamentos culturais no território metropolitano, ver até que ponto há ou não uma heterogeneidade e diversidade de tutelas, com efeitos na programação local e metropolitana, e uma disparidade de recursos logísticos, técnicos, científicos e financeiros disponíveis. O princípio básico da rede de equipamentos metropolitana, parece-nos, é o da potenciação dos recursos locais e regionais, de forma a fragmentar a assimetria no acesso aos bens e serviços culturais e os desequilíbrios regionais na distribuição destes equipamentos e serviços. A análise dos dados disponíveis permite-nos constatar o alargamento das infra-estruturas culturais e desportivas na AMP e das potencialidades turísticas da oferta cultural e desportiva, a diminuição da centralidade funcional e sectorial do concelho do Porto nas três dimensões – cultural, desportiva e turística – e o aparecimento de equipamentos e serviços locais que se coadunam com a valorização do património natural e arquitectónico dos concelhos e com a territorialização da oferta cultural local.

Historicidades concelhias e percursos sócio-demográficos recentes

A propósito das *historicidades* locais...

Os concelhos da AMP, tal como por nós configurada, sugerem olhares transversais para traços que remontam à historicidade concelhia e a potencialidades que, de alguma forma, prefiguram investimentos políticos e económicos posteriores. Desde a delimitação territorial até aos atributos naturais e sociais, passando pelas actividades que as sucessivas aglomerações de povoados foram implementando, os concelhos da AMP constituíram história própria, de especial acento, e para além das origens romanas e medievais, de meados de oitocentos em diante.

A orla dos concelhos defronte para o Atlântico – de Póvoa de Varzim a Espinho, passando por Vila do Conde, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia – beneficia, antes de mais, de uma valência natural. Qualquer um deles mantém, desde sempre, uma relação de proximidade com o mar.

Espinho

As origens etimológicas da palavra *espinho*⁷⁸ coadunam-se, até certo ponto, com a memória colectiva daqueles que têm retratado outras origens das terras de Espinho. A versão popular, que constrói a “lenda dos galegos”⁷⁹, imprecisa no tempo, e curiosa nos traços de fabulação que aproximam terras de pescadores do norte costeiro, não encontra eco entre alguns dos olhares etnográficos locais. Segundo a versão defendida pelo Padre André de Lima, a origem do termo *Espinho* dever-se-ia ou à natureza da costa – feita de penedias xistosas deixadas a descoberto

⁷⁸ Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, e não atendendo aos significados das áreas científicas (botânica e ictiológica), *espinho* (do latim *spina*, “espinha”) é “s. m. pico; planta espinhosa; pua; cerda rija de alguns animais”; no sentido figurado, “dificuldade; suspeita; remorso”; na abordagem popular, “acúleo” (Costa; Melo, 1999, p. 678).

⁷⁹ Conta-se o episódio de dois galegos cuja embarcação naufragara por águas destas paragens e que se salvaram porque agarrados a uma prancha de madeira jogada pelas ondas do mar até ao areal. Enquanto discutiam se a madeira que os salvara era de castanho ou de pinho, um deles terá proferido a exclamação desoladora: “És piño!” (é de pinho). Tal expressão teria estado na origem etimológica da palavra *Espinho* (Gaio, 1999, p. 51-52).

com as marés baixas - ou ao tipo de vegetação mais frequente na zona, os arbustos espinhosos (cit. por Gaio, 1999, p. 52). Pese embora as dissonâncias em torno das origens etimológicas de Espinho, as primeiras referências históricas remontam ao período da ocupação romana da Península Ibérica e ao ano de 985: a *Vila Romana de Spino*⁸⁰ - localizada a poente do monte de Seitela (perto do mar) e charneira com o Lugar de Brito (a norte) e com Anta (a sul) (Quinta, 1999, p. 11-12) – teria ficado conhecida nessa altura por Espinho-Terra, demarcando-se da zona da praia, temporalizada como a zona de Espinho-Mar ou Costa de Espinho.

A pesca e o turismo de praia foram actividades que, desde logo, sobressaíram na região. Pouco antes de 1737, alguns pescadores iniciavam com xávegas⁸¹ as suas lides da pesca na costa de Espinho, fixando-se por ali com as famílias, enquanto os veraneantes afluíam, em número crescente, e ao longo do século XIX, àquelas praias durante o Verão⁸², a tal ponto que o núcleo piscatório primitivo⁸³ foi-se deslocando para sul à medida que Espinho se afirmava como “praia de banhos” e centro urbano burguês. A génese de Espinho, entendida como processo socioeconómico e político de oitocentos, configurou-se entre a segunda

⁸⁰ As referências à *Villa Spino* surgem em documentos dos séculos X e XI (apresentam-na como ponto privilegiado para estabelecer localizações geográficas) e em 1112 num documento de venda de uma herdade com este nome (Gaio, 1999). A *Vila Spino* enquadrava-se no povoamento próprio da época asturiana e constituía uma propriedade privada com uma configuração geográfica correspondente à do Lugar de Espinho, da freguesia de S. Félix da Marinha, actualmente freguesia do concelho de Vila Nova de Gaia.

⁸¹ Do árabe *xábaka*, “rede”, designa a rede para pesca do peixe miúdo e o barco que leva essa mesma rede e que tem a forma de lua crescente (Quinta, 1999, p. 29); “s. f. rede usada na pesca de arrasto pelos pescadores da província portuguesa do Algarve; embarcação usada nessa pesca.” (Costa; Melo, 1999, p. 1718)

⁸² “Comparando com as congéneres da Póvoa de Varzim ou da Foz do Douro, Espinho teve um nascimento tardio como estância recreativo-balnear. Até meados da década de sessenta do século XIX, o lugarejo é constituído, na sua esmagadora maioria, por palhoças de pescadores e uma ou outra casa de alvenaria. Nele vivem cerca de 500 pessoas, encontrando-se praticamente todas elas ligadas à faina marítima. E a prova da sua insignificância é que, quando a linha férrea entre Ovar e Gaia é construída, em 1863, Espinho nem sequer tem direito a apeadeiro. Os corajosos banhistas que para lá se deslocam têm de descer na Granja ou em Esmoriz, completando o percurso em ronceiros carros de bois.” (Almada, 2003a, p. 66)

⁸³ Este lugar aparece referenciado, pela primeira vez, como local de pesca numa Carta de D. Manuel I datada de 15 de Abril de 1510 e publicada no “Livro 13 da Estremadura” (cit. por Gaio, 1999, p. 51). Nesse local fixar-se-ia mais tarde uma aldeia de pescadores: em 1840 a costa de Espinho era uma colónia piscatória, de residência permanente nas habituais casas de madeira (os “palheiros”).

metade do século XIX e os primeiros anos do Estado Novo⁸⁴. As características económicas, sociais e políticas vigentes em Portugal na segunda metade do século XIX permitiram um desenvolvimento rápido, e o pequeno povoado foi transformado numa estância balnear⁸⁵. A partir de 1863 Espinho progrediu com a implantação da linha de caminho-de-ferro entre Aveiro e Porto e 1870 foi o ano em que a Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro abriu o primeiro apeadeiro neste ainda lugar da freguesia de Anta. O crescimento exponencial passou pela influência de uma burguesia local mas, de igual modo, originária de outras localidades⁸⁶, e que se afirmou aqui com a transformação urbana, o caminho-de-ferro e a criação da paróquia (contra o poder religioso de Anta) e do concelho (contra o poder político da Vila da Feira). A aldeia piscatória, em inícios de novecentos do século passado, coexistia com a estância balnear sazonal. Em 1889, e face ao número de habitantes e de eleitores que já tinha, Espinho passou a ser uma freguesia do concelho da Vila da Feira com capacidade para gerir receitas fiscais (Gaio, 1999). Apesar da sua área reduzida, abrangia na altura três realidades distintas – o núcleo piscatório, o centro urbano em crescimento e franjas com características rurais. Dez anos depois tornou-

⁸⁴ Inicialmente Espinho não era uma cidade mas “ (...) distinguia-se por um nível de qualidade acima da média, o comércio e o turismo garantiam-lhe uma dinâmica económica apreciável e a sua atractividade manifestava-se numa vasta área de influência. A evolução verificada a partir dos anos trinta mais não fez do que acentuar esses atributos (...)” (Gaio, 1999, p. 10)

⁸⁵ “Em 1874, a população balnear é constituída por três mil pessoas, seis vezes mais do que a que ali reside. Vem gente do Porto, das Beiras e até de Espanha. (...) A Espinho ocorre toda a sorte de gente. Desde nobres como o marquês da Graciosa, passando por proprietários rurais da Beira e de Trás-os-Montes, até pequenos comerciantes do Porto. Na divisão de Ramalho Ortigão, Espinho, tal como a Póvoa, a Nazaré e a Figueira da Foz, é uma «praia democrática», ao contrário de Cascais, da Granja ou da Foz do Douro, classificadas como aristocráticas. (...) Efectivamente, a rivalidade com a vizinha Granja chega a ser doentia. Os granjolas desdenham da pouca elegância e da baixa educação dos espinhenses. As poucas vezes que lá vão é somente para comprar doces e pastéis, fugindo imediatamente para o seu nobre refúgio. Espinho ressentia-se desta sobrançeria. (...) Nesta época (1876), Espinho divide-se, com fronteira imposta pelo largo mercado, claramente em duas zonas: a nascente até à estação do caminho-de-ferro, o bairro novo, habitado por classes mais endinheiradas, e para poente, até à praia, o bairro onde reside a população pobre, constituída na sua maioria por pescadores. Como infra-estruturas turísticas tem três hotéis, alguns cafés com bilhares e restaurante, e o clube, o grande ponto de reunião de todos os veraneantes de ambos os sexos.” (Almada, 2003a, p. 67-68)

⁸⁶ É por esta altura que se constitui uma pequena burguesia local em torno da Irmandade de N.ª Sr.ª da Ajuda, padroeira dos pescadores locais (pescadores que fundaram companhias de pesca, que comercializavam peixe para mercados externos e que alugavam barracas e casas a veraneantes, a preços mais acessíveis do que os praticados nas praias da Granja e da Foz do Douro (Gaio, 1999).

se concelho e consolidou-se como zona de turismo, de projecção internacional, e sede de uma das maiores exportadoras de conservas alimentícias da época⁸⁷.

Com a implantação da República, o crescimento económico-social alargou-se, se bem que condicionado pela exiguidade física do território, o núcleo piscatório primitivo foi destruído pelas invasões do mar e o areal reduziu-se significativamente. Lutas políticas entre o grupo ligado à Brandão Gomes & Companhia (sector conservador) e novos actores (funcionários, comerciantes e profissionais liberais do Partido Democrático) configuraram a vida política e social deste concelho. A 11 de Outubro de 1926 deu-se o alargamento do concelho por influência de um eleito local, José Salvador (Presidente de Câmara entre 1919 e 1926), que anexava 7 freguesias (Anta, Silvalde, Paramos, Guetim, Oleiros, Nogueira e Esmoriz). Em 1928 Espinho desenhou os limites administrativos do seu território ao integrar as 5 freguesias actuais e a 12 de Junho de 1973, o governo português anunciou a elevação de Espinho à categoria de cidade. Tida como “alegre cidade cortada por largas ruas em quadrados simétricos”, cuja toponímia é designada com numeração, e “Rainha da Costa Verde”⁸⁸ pelas especificidades das suas areias e águas, acabou por ser marcada pelos traços do progresso industrial e do turismo balnear: o comboio trouxe e fixou população, a indústria, o comércio e os serviços, e a feira semanal de longa data fixaram investimentos e o turismo balnear e as salas de jogo criaram tertúlias, equipamentos hoteleiros e recreativos, práticas de lazer e de sociabilidade. A actividade comercial foi-se desenvolvendo à medida que aumentavam os seus moradores fixos e sazonais, e para além dos seus limites concelhios.

⁸⁷ Em 1894 foi fundada a fábrica de conservas Brandão Gomes & Companhia que configurou o mercado local de emprego, absorveu parte do produto da pesca, teceu uma rede de interesses políticos e económicos e protagonizou o poder político local. Como elite local, reivindicou o estatuto de concelho para a freguesia de Espinho (Gaio, 1999).

⁸⁸ A análise dos *sites* oficiais das autarquias permitiu-nos documentar expressões como estas. No caso do concelho de Espinho, e com base na mesma fonte, indica-se que por volta de 1870 é criada a primeira planta topográfica da praia de Espinho, incluída no Plano de melhoramentos da praia de Espinho e que serviu de base ao desenvolvimento urbano de Espinho. O seu traçado cortava a povoação no sentido Norte-Sul, subordinando a malha urbana à construção do caminho-de-ferro e propiciando a marcação de ruas no mesmo sentido e paralelas ao mar, cortadas em ângulo recto por outras perpendiculares. Para outras informações, consulte-se o *site* www.cm-espinho.pt.

Da relação com o mar, actividades culturais e turísticas instalaram-se progressivamente em Espinho. A sua condição de localidade de atracção turística fez com que, quer infra-estruturas culturais e desportivas, quer eventos da mesma ordem, comessem a ter lugar, com alguma regularidade, ao longo dos séculos XIX e XX. O teatro era a arte cultural por excelência, não só porque era antiquíssima, mas também por não existirem alternativas de oferta local (Quinta, 1999)⁸⁹. E, desde que começaram a existir cafés em Espinho, por volta de 1870, com a vinda dos primeiros veraneantes, o jogo passou a ser uma prática de sociabilidade nos principais cafés e em hotéis, alguns dos quais informalmente designados de casinos, tanto que, ao longo do século XX, e por acção dos locais espinhenses, veio a ser legalizada. Espinho adquiriu, também, o estatuto de zona de jogo, atribuído pelo poder central, e que, juntamente com a Póvoa de Varzim, permitiu suportar financeiramente, por exemplo, os investimentos culturais e turísticos do concelho.

Póvoa de Varzim

Na orla atlântica, no extremo oposto de Espinho, Póvoa de Varzim delimita a norte a AMP. Para lá convergiram, desde sempre, as actividades urbanas relacionadas com o mar⁹⁰. O seu estatuto de estância balnear e de zona de jogo desde cedo constituiu uma fonte de riqueza e de prestígio para o concelho. Como se referia Ramalho Ortigão, em 1876, à Póvoa durante a época estival, “Na Póvoa de Varzim, era a grande turba. Nenhuma praia oferecia uma afluência tão diversificada: o pequeno lavrador; os morgados rurais; todos os juizes, todos os delegados, todos os presidentes de câmaras, das comarcas e das municipalidades

⁸⁹ Remontam a antes de 1900 as vindas de veraneio da família Lentini para encenarem, num barracão, o “Amor de Perdição”, a “Rosa do Adro” e o “Zé do Telhado”. A primeira casa de espectáculos de teatro construída em Espinho foi o Teatro Aliança inaugurada em Agosto de 1890 (Quinta, 1999).

⁹⁰ Nas palavras de Luísa Dacosta: “O dia levantou-se há muito para as tarefas que não esperam. Seguiram nas rodas os que trabalham nas fábricas da Póvoa. Uns já vieram dos campos, neste tempo cheios de coucas de cebola a secar. Outros aparelham a carrocinha para irem à cidade ou às Caxinas. Outros rumam a ver o argaço, armados de ganha-pão e graveta. Outros catam na penedia o mexilhão, as lapas e o botelho. Para lá do abremar já há praiantes, afastados da chusma das barracas que servem o hotel, a Lagoa e Agro Velho. O voo, ventoinhado, das pombas veruma a claridade, aberta. Regressam os barcos da pesca. E ouço as queixas das pobres que terão de ir vender o peixe (...)” (1990, p.15).

circunvizinhas; o ‘sport’ de Braga; o ‘high-life’ de Guimarães, de Fafe, dos Arcos, de Santo Tirso, de Vila Nova de Famalicão, de Barcelos; os jogadores de toda a província e de outros pontos do país. Mas para aí se dirigiam também os ‘touristes’ em viagem pelo Minho e alguns residentes do Porto, ao domingo.” (cit. por Almada, 2003d, p. 82). As origens do povoamento do concelho, com vestígios significativos de uma cultura dolménica e castreja e de uma forte romanização, são anteriores à formação da nacionalidade. Nesta zona instalou-se uma comunidade humana, anterior em séculos à comunidade de poveiros⁹¹, em virtude dos recursos existentes: o mar (factor de atracção) e a terra (factor de fixação)⁹². Desde os primórdios da nacionalidade que a baía natural da Póvoa de Varzim serviu de ponto de partida para as embarcações de pesca⁹³. Nos séculos XVIII e XIX era uma das maiores praças de pescado do país: daqui partiam os almocreves que distribuíam o peixe, sobretudo a sardinha, pelo norte e interior nacionais. Desde os anos 80 do século XIX que Póvoa de Varzim, progressivamente, foi perdendo proeminência enquanto centro piscatório e aumentando a sua importância enquanto estância balnear⁹⁴. Os

⁹¹ Do ponto de vista de António Medeiros, no Prefácio à monografia de António dos Santos Graça, esta obra tornou «a Póvoa “poveira”» (Graça, 1992, p.VIII, prefácio) pois criou uma identidade localista entre os seus habitantes: criou referências míticas (heroísmo dos velhos mestres, identificação de usos e costumes do núcleo piscatório) e “(...) a identificação bairrista de uma localidade importante em termos económicos e populacionais que nunca dispusera de relevo político-administrativo, nem sediara elites tradicionais” (Ibidem) tal como a vizinha Vila do Conde, plena de antepassados aristocráticos. Refere Medeiros que, no início do século XIX, eram chamados de *povoenses* os habitantes da Póvoa alheios ao meio piscatório, expressão abandonada ao longo do tempo em favor da de *poveiro*, termo que outrora identificava apenas os pescadores locais (Ibidem).

⁹² Na monografia temática de Santos Graça, que constitui, segundo António Medeiros, “(...) o primeiro estudo importante de uma comunidade – a dos pescadores residentes na Póvoa de Varzim -, que é identificada, construída como objecto de estudo e lugar suficiente de explicação, apesar de coincidir na ocupação do espaço com outros grupos sociais.” (Ibidem, p.VI, prefácio), encontramos a seguinte referência às origens do poveiro: “Qual é a ascendência do Poveiro? Sabe-se que anteriormente à fundação da nacionalidade já aqui existia uma colmeia laboriosa de navegadores e pescadores costeiros, empregando-se aqueles na permuta de géneros entre as diferentes povoações marítimas da Ibéria e estes no abastecimento de peixe verde e salgado das terras circunvizinhas.” (Ibidem, p.19)

⁹³ Entre elas a lancha poveira, embarcação com significativas qualidades de robustez e navegabilidade e que acompanhou e justificou o crescimento da actividade piscatória na Póvoa.

⁹⁴ “No princípio do século XX, a Póvoa torna-se cada vez mais cosmopolita. Uns vêm tratar de maleitas; outros vêm conviver com aquela população estival; outros ainda para arriscar umas coroas no pano verde do Café Chinês; e há quem venha para namoriscar donzelas oriundas de outras longitudes. Faziam tudo o que, por este ou aquele motivo, nas suas terras não lhes era permitido fazer. A vida também era acessível na Póvoa. Era corrente as famílias levarem consigo as fartas colheitas agrícolas do ano, desde o vinho ao azeite, passando pelas aves de capoeira e carnes fumadas. Para o

resultados da actividade pesqueira, contudo, mantinham-se à data de 1932 as principais fontes de receita da economia local⁹⁵ e a pesca uma actividade com assumida identidade simbólica⁹⁶.

A indicação toponímica mais antiga que se lhe conhece data de 953⁹⁷ mas a localização específica da sua área habitacional continua uma incógnita. Os vestígios arqueológicos até hoje descobertos na área urbana (Alto de Martim Vaz e Rua da Junqueira) são anteriores ao século X e supostamente fundados, após a dispersão castreja, por um ilustre local de nome *Euracini* do qual derivou o topónimo Varzim. Em 1308, 54 chefes de família residentes no povoado de Varzim edificaram, por indicação régia, uma *poboa*⁹⁸, inicialmente situada um pouco para o interior, a

dia-a-dia bastava comprar peixe fresco. (...) À noite trajava-se com as melhores roupas para ouvir os concertos nos cafés Universal, Suíço e Chinês, este último mais dedicado ao jogo. De quando em vez havia castanholas importadas de Sevilha. Antes disso, logo a seguir ao jantar, toda a colónia banhista se pavoneava, num movimento contínuo, pela Rua dos Banhos e pelo Passeio Alegre fronteiro ao mar. Para as senhoras, o passeio terminava na Assembleia. Para os homens, nas salas de jogo. Nos teatros Garrett e Sá da Bandeira representavam-se as peças das quadras invernosas de Lisboa e Porto. (...) No fim de Setembro, a vila desfazia-se como um baralho de cartas. As barracas da praia eram derrubadas, os banheiros voltavam à pesca, os hotéis esvaziavam-se. A Póvoa hibernava durante oito longos meses.” (Almada, 2003d, p. 84)

⁹⁵ A solução encontrada para algumas das crises da actividade piscatória local foi, muitas vezes, a emigração, o que explica a existência de várias Casas de Poveiros espalhadas pelo mundo (Gomes, 1998).

⁹⁶ Um dos aspectos mais tradicionais desta comunidade, e que ainda hoje permanece um traço identitário entre as famílias de pescadores locais, são as *marcas* poveiras, também designadas *siglas* poveiras: “As marcas são a escrita do Poveiro. Têm muita analogia com a escrita egípcia porque constituem imagens de objectos [...]. As marcas estão nas redes, nas velas, nos mastros, nos paus de varar, nos lemes, nos batedoiros, nos boiréis, nas talas, nas facas de cortiça, nas mesas, nas cadeiras, em todos os objectos que lhe pertençam, quer no mar, na praia ou em casa. A marca num objecto equivale ao registo de propriedade. O Poveiro lê essas marcas com a mesma facilidade com que nós procedemos à leitura do alfabeto. Não são marcas organizadas ao capricho de cada um, mas antes simbolismos ou brasões de famílias, que vão ficando por herança de pais para filhos e que só os herdeiros podem usar.” (Graça, 1992, p.25)

⁹⁷ Referência numa carta de venda do prédio rústico de Vila do Conde, onde se faz a confrontação deste, pelo lado norte, com Vila Euracini.

⁹⁸ À data da concessão do foral de D. Dinis, o povoado de Varzim pertencia à freguesia de Argivai e a sua posse estava, por sua vez, repartida entre fidalgos (Varzim de Susão) e terras do rei (reguengo de Varzim de Susão), dos quais não se conhecem os limites concretos. É a este reguengo que D. Dinis concede carta de foral, mandando que fizessem uma “*poboa*” com autonomia administrativa própria. Pouco depois, em 1312, o rei doou os direitos que estipulara para si, a seu filho bastardo Afonso Sanches e a sua mulher, D. Teresa Martins. Estes, por sua vez, em 1318, transferiram-nos para o convento de Vila do Conde, do qual eram os fundadores. As sucessivas queixas dos poveiros contra a jurisdição do mosteiro, e no caso da vizinha Vila do Conde, levaram D. Manuel I a conceder novo foral à Póvoa, em 1514, estabelecendo a sua autonomia jurisdicional, o que veio a ter plena eficácia, em 1537, pela incorporação de Varzim à coroa e a sua anexação à comarca do Porto.

nascente, e que se expandiu para o poente, em direcção à praia, onde a gente do mar edificou as actividades e instalações próprias da indústria pesqueira. No decurso do século XVI, desenvolveu-se o núcleo urbano, centro municipal da vila, com o agrupamento das casas nobres e os Paços do Concelho e a partir do século XVIII⁹⁹, com a intensificação do povoamento da faixa litoral costeira, a vila prosperou, económica e demograficamente, formando-se, sobre as areias que bordavam a enseada, e em especial para sul, um novo aglomerado, o da população piscatória (Gomes, 1998). A concentração da classe piscatória no bairro sul da cidade resultou do aforamento realizado pela Câmara, no século XVIII, de todo o areal frente à enseada, na altura desocupado. Os profissionais da pesca que habitavam em diversas áreas da Póvoa ficaram, assim, concentrados numa zona com grande acessibilidade para o mar: o novo bairro assumia uma estrutura geométrica, onde as principais ruas foram traçadas paralelamente ao mar, entrecortadas perpendicularmente por vielas que levavam directamente ao oceano¹⁰⁰.

O turismo, tradição secular da Póvoa de Varzim, foi-se desenvolvendo em torno das idas sazonais às praias poveiras. Num mapa estatístico do movimento populacional, datado de 1867, estabelece-se em 20 mil o número de pessoas que afluíam anualmente à Póvoa para banhos de mar (Almada, 2003d), provenientes do Norte (Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro). Em 1886, a construção da linha-férrea

⁹⁹ O grande mentor dessa reforma foi o corregedor D. Francisco de Almada e Mendonça. Coube-lhe dar cumprimento à Provisão Régia de D. Maria I, de 1791, que determinava várias obras de grande serventia: a abertura de uma ampla praça, onde se passariam a realizar os mercados e feiras; a construção do aqueduto que conduziria as águas de Coelheiro até à dita praça; um novo edifício dos Paços do Concelho e um paredão, na enseada, para uma pequena doca de abrigo. Com um prazo mais ou menos dilatado, todas estas deliberações foram cumpridas.

¹⁰⁰ Aqui estabeleceram uma comunidade fechada ("Colmeia"), com hábitos e regras próprias, que sobreviveu até meados do século XX. Regida por um grupo de anciãos, esta comunidade obedecia a regras próprias e tinha uma certa relutância pela justiça oficial. A todo o custo procurava resolver internamente as suas questões. O isolamento estendia-se à combinação conjugal. O membro da comunidade que casasse com alguém que não estivesse ligado à pesca (da Póvoa ou de outra comunidade piscatória), era rejeitado. Tinham um apego às forças divinas por eles escolhidas como suas protectoras. É muito variado o leque de romarias às quais o poveiro considera ter obrigação de ir. Do conjunto destaca-se a romaria a Santo André, em Aver-o-Mar, pois a este santo cabia a sagrada missão de resgatar as almas dos naufragos das profundezas oceânicas, e as festas em torno de S. Pedro, padroeiro municipal. Traços visíveis da forte identidade colectiva de outrora são ainda o traje poveiro, as marcas ou siglas poveiras, a lancha poveira e a devoção religiosa a N.ª Sr.ª da Assunção, padroeira dos pescadores.

que liga a Póvoa ao Porto e a portaria de D. Luís I a autorizar a edificação na praia de barracas de madeira e zinco reforçaram as características do veraneio poveiro¹⁰¹. Também o estatuto de zona de jogo tem permitido a oferta de alojamento turístico de nível médio e superior, directa ou indirectamente ligado ao turismo de negócios e a eventos de carácter técnico e científico, ou o investimento em equipamentos culturais e desportivos. Diversificando, de algum modo, a oferta local para além do turismo de praia.

Vila do Conde

Congénere da Póvoa na contiguidade territorial, na relação com o mar e a pesca, e nas potencialidades turísticas de longa data, Vila do Conde, nas palavras do edil do concelho, “ (...) é terra antiga, cheia de tradições e encantos, rica de belezas naturais e dum conjunto de monumentos representativos de várias épocas. O seu núcleo quinhentista, fruto de uma época de pujança económica em que os calafates, os marinheiros e os fabricantes de panos para as velas, se juntaram aos comerciantes e agricultores para em conjunto, engrandecerem a sua Vila, ainda hoje é uma autêntica relíquia do património arquitectónico português. (...) Terra nas margens dum rio que desde a pré-história conseguiu atrair povoados para as suas terras férteis. Terra de mar e de pescadores que durante séculos a ele se entregaram para fainas tradicionais, para o comércio ou para a aventura de descobrir e navegar. (...) Por isso, Régio gostava de dizer que Vila do Conde tem alma.” (cit. por Gomes, 1997, p. 5).

¹⁰¹ “Os anos 80 e 90 do século XIX constituem, por assim dizer, os «anos loucos» da Póvoa. É por esta altura que surgem em grande número cafés, hotéis, restaurantes, casas de diversão nocturna, casinos e clubes recreativos. Surgem ainda os banheiros – nova classe de trabalhadores ligados ao mar. O facto de lidarem de perto com gente graúda tornava-os sobranceiros em relação às outras classes piscatórias e aos pequenos comerciantes. Normalmente, o banheiro ia buscar o seu cliente ao comboio, carregava a bagagem e tratava de instalá-lo num hotel ou pensão, conforme as posses do freguês. Na praia, já estava preparada a barraca com toda as comodidades inerentes ao banho. Os alinhamentos dos espaços de exploração eram escrupulosamente respeitados, caso contrário aos infractores era aplicada uma coima de 500 reis por dia. Foi assim que surgiram os Tambuco, os da Hora, os Moucos, os Sérgios, os Amarelos, os Canetas, todos banheiros de rija têmpera. De fato de lã, descalços, com um barrete encarnado debruado a lã branca enfiado na cabeça e enormes suíças, logo aos primeiros raios de sol lá estavam eles com as suas possantes mulheres a armar as barracas para o dia.” (Almada, 2003d, p. 83)

A origem toponímica de Vila do Conde é alvo de discrepâncias quer pelas representações lendárias populares¹⁰² quer pelos documentos da época¹⁰³. Anterior à fundação de Portugal como nação independente, e com raízes que remontam ao povoamento celta, Vila do Conde constituía uma antiga propriedade rústica provavelmente de origem romana, que depois de conquistada a independência do condado portugalense, começou a desenvolver-se¹⁰⁴ numa relação estreita com o mar e os Descobrimentos - foi nos estaleiros de Vila do Conde que se construíram as naus e as caravelas da Expansão portuguesa, se lançaram os marinheiros navegantes e se implantou o poder da comunidade burguesa emergente - e a revolução burguesa do século XIX – com a criação do município e o fortalecimento das relações viárias e comerciais com o Porto, sobretudo a partir da construção das pontes rodoviária e ferroviária que estabeleciam a ligação à cidade invicta. Foi o facto de se localizar junto ao rio (Ave) e ao mar que “provocou o alargamento e povoamento da terra, e que, durante a era faustosa das navegações de quatrocentos e de quinhentos, e até antes disso, dela fez um burgo de importância crescente (...)” (Freitas, 2001, p. 20-21). Até à divisão administrativa de Mouzinho da Silveira, 6 de Novembro de 1836, Vila do Conde não tinha “termo”. Foi a partir desta data que o concelho se começou a formar, com 22 freguesias, e a partir de 8 de Maio de 1871 com as 30 freguesias que o configuram na actualidade. Na segunda metade do

¹⁰² “Certo Conde vivia em Azurara com a condessa, sua mulher, de quem não tinha filhos. Regressando de longa peregrinação, doente e sentindo a morte a aproximar-se, fez voto de largar uma pomba branca e de, no local onde ela pousasse, fundar um convento e uma povoação a que daria o seu nome. A pomba, voando, veio pousar no alto do monte de São João, onde o Conde mandou edificar o mosteiro, e em redor dele a actual Vila do Conde.” (Freitas, 2001, p. 12)

¹⁰³ A primeira vez que os documentos mencionam Vila do Conde é na carta de venda que, em 953, faz a Deo-vota Flâmula ao Mosteiro de Guimarães: “A «Vila de Conde» povoada à volta do castro onde a pequena igreja é templo de cristãos que trabalham na terra, no rio e no mar, tem Flâmula, nobre filha de Pelágio e de Ibéria, por senhora principal.” (Reis, 2000, p. 35). O povoamento do castro original (século VIII A.C.) atribui-se à comunidade celta, que desenvolveu as actividades de pastoreio, criação de gado e pescaria, mais tarde actividades de referência no concelho.

¹⁰⁴ D. Sancho I fez doação dela, com outras terras a D.^a Maria Pais (a “Ribeirinha”). Em 1296 Vila do Conde obtém o seu primeiro foral concedido por D. Dinis, e em 1516 novo foral concedido por D. Manuel I, que entregava as terras de Vila do Conde à abadessa do Mosteiro de Santa Clara. “Notável escola de marinharia, Vila do Conde ocupou, por isso, lugar de destaque na faina dos mares, e aos seus calafates até foram um dia outorgados os mesmos privilégios e liberdades que aos calafates da vizinha cidade do Porto.” (Freitas, 2001, p. 20-21)

século XIX, a visão do Presidente da Câmara Bento de Freitas Soares permitiu a construção dos hotéis, do casino, do cinema e das vivendas, e Vila do Conde foi-se constituindo como burgo que tanto consolidava as actividades tradicionais (agricultura, pecuária, faina marítima, comércio e construção naval) como iniciava a revolução dos transportes (as vias ferroviárias e terrestres e as pontes metálicas sobre o Ave) e industrial (a construção da fábrica Rio Ave).

Elevada à categoria de cidade por decisão da Assembleia da República a 18 de Dezembro de 1987, o século XX foi o período da explosão urbana e da industrialização (as conserveiras, a construção naval e a têxtil) e os anos 40 a década do progresso económico, marcado por um pendor industrial e pelos progressos urbanos ao nível da cultura, educação, desporto, turismo e saúde. A relação entre centro urbano/concelho rural mantinha-se e, de alguma forma, traduzia as actividades económicas de Vila do Conde, dando-lhe a configuração social de comunidade matizada por interpenetrações agro-citadinas (Reis, 2000)¹⁰⁵. À semelhança da Póvoa, até na faixa costeira, quem trabalhava no barco ou ia ao sargaço, cuidava do amanhã da terra (Ibidem)¹⁰⁶. A cidade crescia, na altura, para o mar e em função da época balnear¹⁰⁷. As alterações económicas, sociais e políticas de meados do século XX tornam-na urbana e menos aristocrática: “Ficava para trás a Vila do Conde fidalga que tivera por referência principal a sua época balnear de praia frequentada por uma clientela aristocrática.” (Raul Proença cit. por Reis, 2000, p. 220). O concelho, a nível cultural, foi adquirindo, na primeira metade do século

¹⁰⁵ “Vila do Conde era, então, o centro urbano e o seu concelho rural em interacção permanente, visível nas feiras semanais de Sexta-Feira, e, de modo espectacular na festa de S. João e na celebração do Corpo de Deus, com procissão solene e tapetes de flores juncando sumptuosamente ruas e calçadas do velho burgo.” (Reis, 2000, p. 210)

¹⁰⁶ “A faina da pesca ou a apanha do sargaço não impediam o amanhã da terra, mas na paisagem iam desaparecendo os altos muros que separavam quintas e herdades (...), surgiam a habitação social, infraestruturas de apoio à pesca, a fábrica de lápis *Portugália*, a fábrica de chocolates *Imperial*, a *Agros*, as fábricas de conservas e farinha de peixe, as novas fábricas têxteis.” (Páginas Verdes, 1990, p. 19)

¹⁰⁷ “Do Hotel Central (...) e Teatro Afonso Sanches, passando pelo Hotel da Avenida, Palácio Hotel e Casino, até às batalhas de flores, piqueniques, partidas de ténis, provas de ciclismo, automobilismo e equitação e à actuação da Banda Musical Vilacondense no coreto (...) vislumbrava-se o fervilhar da vida social à qual não seria alheio o intensificar do movimento associativo da cidade com os respectivos espaços culturais e desportivos. (...) O núcleo urbano tornou-se o centro dos convívios, moda, cafés, palestras, teatro e cinema, associações, clubes, turismo e desporto.” (Ibidem, p. 19-20)

XX, um património relevante, nomeadamente no que diz respeito ao regresso do Pelourinho aos Paços do Concelho, às obras de fomento do turismo, e às benfeitorias nas zonas balneares, ou, já na segunda metade do século, e nalgumas partes do concelho à criação literária esporádica, artesanato¹⁰⁸ e espectáculos cénicos.

Matosinhos

Matosinhos estreita também relações particulares com o mar, pelo turismo de praias e pela pesca e indústria conserveira. A povoação é anterior à fundação da nacionalidade portuguesa, pois já existia no ano de 900 como *Matesinus*¹⁰⁹. Em 1833 foi criada a primeira configuração territorial de Matosinhos como concelho¹¹⁰ e em 1909, após pedido dirigido ao governo, o seu desenho administrativo actual. Matosinhos surgia como vila em 1853, constituída pelas freguesias de Matosinhos e de Leça, e como cidade a 28 de Maio de 1984.

A vocação piscatória tradicional mantém-se na atracção económica pelos recursos do mar. A relação com o mar marcou o desenvolvimento do concelho, com a criação de infra-estruturas que actuaram como vectores fulcrais nesse processo: o Porto de Leixões, o segundo maior nacional construído nos finais do século XIX, o Terminal TIR do Freixieiro, por onde passa grande parte das importações do País, a Exponor, Parque de Exposições do Norte e Centro de Congressos, e a proximidade

¹⁰⁸ Por exemplo, “Entre as rendas portuguesas, em grande parte de produção individual e doméstica, são principalmente as rendas de bilros (...). Em Vila do Conde, a produção das rendas adquiriu desde cedo grande desenvolvimento, entregando-se à sua confecção as mulheres dos homens do mar, que delas lançavam mão para aumentar os seus modestos proventos, ou para acudir a qualquer crise provocada pela instável vida do mar.” (Silva, 1986, p. 43). Um dos *ex-libris* culturais do concelho é a Feira Nacional de Artesanato.

¹⁰⁹ “*Matesinus* (lugar rústico, póvoa de pescadores, junto à foz do Leça) foi denominação do núcleo primitivo, referida em documento pré-nacional (século IX) e, nas inquirições de D. Afonso III (1258), *Matusiny*. Pertenceu à freguesia de Sandim, sede do julgado municipal de Bouças (desde Leça da Palmeira à foz do Douro). No século XVI Sandim decrescia em importância e elevava-se Matosinhos (600 fogos) recebendo foral manuelino de 30 de Setembro de 1514.” (Pacheco, 1992, p. 116)

¹¹⁰ “Em 1833 foi criado o concelho de Bouças (área territorial impressionante), privado das freguesias de Aldoar, Ramalde e Nevogilde que transitaram para o Porto, após a construção da Estrada da Circunvalação (1895) que separa regiões diferentes e complementares. Três anos depois da primeira data o concelho de Bouças mudou-se para a Senhora da Hora (elevada a Vila de Bouças) e, em 1853, criado o concelho (e vila) de Matosinhos, constituído apenas pela sede e Leça da Palmeira. A 6 de Maio de 1909 desapareceu (definitivamente) a denominação de concelho de Bouças cuja sede foi transferida para Matosinhos.” (Ibidem)

do Aeroporto Dr. Francisco Sá Carneiro. As actividades económicas que se têm desenvolvido no concelho vão traduzindo a crescente importância do vector industrial¹¹¹ verificada nas últimas décadas do século XX, com assinalável destaque para o porto sardineiro e a indústria conserveira (Pacheco, 1992). O turismo, quer de praia quer religioso, tem sido um dos vectores concelhios, do ponto de vista económico e social, tanto pela sua estreita relação com o mar, como pela presença de um património religioso marcante. A época balnear, de longa data actividade geradora de riqueza para os locais, e de sociabilidades urbanas, há décadas atrás mais efervescentes e símbolo das novas riquezas burguesas, foi ponto de ancoragem para ilustres forasteiros¹¹². O século XX, já nas últimas décadas, marcado pela requalificação da parte sul da cidade e pelo investimento político e simbólico na designada arquitectura da modernidade, pela figura e obra de Álvaro Siza Vieira e da sua escola. Desde a Idade Média, por seu turno, que romeiros e peregrinos rumavam a Matosinhos, à Igreja de Matosinhos, edificada no século XVI, para substituir o templo de Bouças, local de culto que albergava a procura da imagem do Bom Jesus (Matosinhos, 2001).

A relação das povoações com o litoral remonta a tempos remotos, aos tanques romanos escavados nas rochas, para produzirem conserva de peixe, tal como retratam os achados arqueológicos da praia de Angeiras; e, posteriormente, e já nos tempos da expansão marítima portuguesa, aos mareantes, grande parte da população masculina da época, à construção de naus e à produção de sal. Foi um concelho marcado pelo processo de industrialização de oitocentos, com a construção do Porto de Leixões – inicialmente, para responder a uma necessidade de porto de

¹¹¹ Nomeadamente indústrias alimentares, metalomecânicas, de material eléctrico, de construção civil, naval e obras públicas, de petroquímica, refrigerantes, têxteis e confecções, indústrias básicas de ferro e aço, transformadoras e derivados. Por outro lado, a hotelaria e o turismo, os transportes de médio e longo alcance e os serviços privados, nomeadamente a banca, a contabilidade, a electrónica e as novas tecnologias encontram no concelho de Matosinhos uma franca expansão (Pacheco, 1992).

¹¹² António Nobre percorreu-a, na praia de Leça da Palmeira, entre 1884 e 1889, e inspirou-se nos seus areais e rochedos da praia de Leça para escrever o poema da Boa Nova (Matosinhos, 2001, p.1): “*Ó Boa-Nova, ermida à beira-mar, Única flor, nessa viv’alma de areais! Na cal, meu nome ainda lá deve estar, À chuva, ao vento, aos vagalhões, aos raios! Ó altar de Nossa Senhora, coberto de luzes! Ó poentes da Barra, que fazem desmaios... Ó Sant’Ana, ao luar, cheia de cruzeiros! Ó lugar de Rodão! Vila de Perafita!*”

abrigo, depois, já no âmbito de um projecto económico e social - e a pujança económica e social das indústrias conserveiras que ocuparam a parte sul do concelho até meados do século XX. As relações com a terra, e as terras aráveis defronte as margens do Leça, têm marcado o concelho, desde longa data. No século XVI, e com o foral manuelino de 1514, assumindo-se como um importante centro produtor agro-pecuário e sede de ricas propriedades, Matosinhos tornou-se um dos principais pólos abastecedores do Porto, numa altura em que freguesias como Ramalde, Foz e Aldoar ainda faziam parte do seu território. Os mosteiros marcaram a paisagem social e religiosa de Matosinhos: na Alta Idade Média, o Mosteiro de Bouças, cuja fundação é anterior à nacionalidade, e que permitiu o desenvolvimento do aglomerado populacional, e o Mosteiro de Leça do Balio que resultou da ampliação de uma antiga edificação e que viria a ser a primitiva sede em Portugal da ordem dos Cavaleiros Hospitalários.

Vila Nova de Gaia

Vila Nova de Gaia, cais ribeirinho defronte para o Porto na outra margem do Douro, remonta as suas origens ao Paleolítico e à presença romana¹¹³. Os primeiros sinais de povoamento de Gaia remontam aos forais do século XIII, que já reconheciam a localização privilegiada junto ao rio das povoações – a travessia do rio e o ancoradouro - que por lá se fixavam e que permitiram a reorganização do povoamento e das actividades emergentes e do aparecimento de um entreposto comercial ribeirinho. Vila Nova de Gaia surgiu como município, com a união de Vila Nova e de Vila de Gaia e as demais freguesias rurais, em 1834¹¹⁴,

¹¹³ “Vila Nova de Gaia é uma comunidade com séculos de existência. (...) Civilizações e culturas várias nela se foram desenvolvendo ao longo dos tempos. Daí a diversidade desta terra velha e relha onde existem ainda várias bolsas de povoados medievais, a par de vestígios arqueológicos mais remotos e onde se torna difícil o diálogo correcto e harmonioso com as edificações mais modernas. (...) Uma periferia suburbana sobre a qual vai avançando a cidade com muito do mal que esta lhe transmite e algo de bem, em termos de bens de equipamento que lhe coloca, vão desfigurando uma vasta zona rural que pretendemos ver mantida com as suas características autóctones.” (Costa, 1985, p. 43-44)

¹¹⁴ Vila de Gaia surge por foral de 1255 de D. Afonso III e Vila Nova de Rei, antiga povoação de Burgo Velho do Porto, por foral de D. Dinis em 1288. As duas povoações vizinhas, a de Gaia e a de Vila Nova, separadas pela ribeira de Santo Antão e pela autonomia dos seus eleitos e da administração própria,

desenvolvendo-se as suas relações com a terra (concelho de tradições agrícolas e pecuárias), o rio e as indústrias emergentes (a cerâmica, a tanoaria, a metalúrgica, a cortiça e o vidro, e os armazéns de Vinho do Porto) e tornando-se em meados de oitocentos do século uma vila com florescimento económico e social¹¹⁵. Esta actividade, e com a instalação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em Vila Nova, por ordem do marquês de Pombal, veio a alterar a fisionomia económica e urbanística de Gaia da altura. Actualmente, a relação com o Vinho do Porto e a produção económica, simbólica e turística das Caves do Vinho do Porto mantêm-se como factores locais potenciadores da oferta histórica e cultural e, nos últimos anos, da revitalização do cais ribeirinho de Vila Nova de Gaia. Por outro lado, atende, e de forma relativamente visível, no turismo, aproveitando os diferentes recursos de que dispõe: a orla fluvial e marítima (praias de mar¹¹⁶ e de rio) e as potencialidades oferecidas pelo turismo de congressos e de negócios e incentivos. As suas praias sempre fizeram história, e de meados de oitocentos em diante, no prolongamento da tradição balnear dos concelhos da orla litoral, a norte e

foram tidas, do ponto de vista régio, como terras de pujança agrícola e de freguesias com grandes propriedades e rendimentos, com tradições comerciais ribeirinhas, tanto com o rio como com o mar, que apenas perderam a sua autonomia municipal por volta de 1383, tendo sido anexadas ao Porto.

¹¹⁵ Como a análise do *site* oficial da Câmara de Vila Nova de Gaia nos permite reter, e num último acesso feito a 29 de Maio de 2007: “Vila Nova de Gaia tornou-se, por volta da segunda metade do século XVIII, numa terra de homens do mar, artífices, mercadores e homens de negócios. E foi nesta época de prosperidade que alguns estrangeiros começaram a instalar-se e a adquirir imóveis, nomeadamente casas e armazéns, os quais eram utilizados para apoiar as operações de embarque do vinho do Douro.” (www.cm-gaia.pt)

¹¹⁶ “Outrora couto privado da alta nobreza e de ilustres famílias de além-fronteiras, a praia da Granja está hoje no roteiro domingueiro das gentes do Porto. (...) Corria o ano de 1861 quando Fructuoso Ayres, um abastado comerciante beirão há muito radicado no Porto, vislumbrou, nos terrenos compreendidos entre um pinhal e o mar, ali bem junto a Espinho, o local ideal para nascimento de uma moderna estância balnear tão na moda na Europa fina, chique e elegante daquele tempo. Dois anos mais tarde e como Fructuoso Ayres tinha sete filhos, resolveu construir sete casas todas iguais, dispostas em correnteza e com as fachadas viradas para a linha do comboio, o grande atractivo de então. Nascia assim a Avenida das Sete Casas e com ela a urbanização da praia da Granja. (...) Mas, se a Fructuoso Ayres deve a Granja o seu nascimento, já o elitismo, a nobreza e a elegância são-lhe conferidos pelo conde de Burnay, que lá se instala pouco tempo depois num faustoso «chalet» por ele mandado construir. Durante anos é o maior da Granja e lá recebe convidados nacionais e estrangeiros. (...) Depois de Cascais, que conta habitualmente com a presença régia, a Granja é a mais aristocrata praia portuguesa. Cultiva-se um enorme snobismo e uma sobranceira que bastas vezes se confunde com arrogância. Ninguém parece estar à altura daquele punhado de famílias. Revela-se um local ideal para casamentos sempre sonhados. Acumulam-se títulos, fortunas, patrimónios. Tudo é compartilhado por esta «família» alargada: a praia, os banhos, os jogos, os piqueniques no pinhal, os passeios no jardim, as idas à Assembleia e à capela.” (Almada, 2003b, p. 66-67)

a sul de Vila Nova de Gaia. A praia da Granja¹¹⁷, tida como a praia aristocrática do norte de finais de oitocentos, uma “praia de algibeira” como lhe chamou Ramalho Ortigão, foi retiro dos aristocratas da época e durante décadas a “coqueluche” do veraneio das classes nobres do tempo, nacionais e europeias.

Gondomar, Maia e Valongo, concelhos de interioridade aberta, ora situada à beira-rio, ora na relação com as serras e com o Douro, traçaram outros percursos com inscrições peculiares nos territórios. Da contiguidade territorial com os demais municípios, usufruem das partilhas de recursos e de trocas, e redimensionam pormenores da sua historicidade, potenciando-os como traços de especificidade local, para além do estatuto de periferia urbana que, durante os anos 80 e 90, tiveram face à centralidade económica e laboral do Porto.

Gondomar

As origens toponímicas de Gondomar geram discussão quanto à sua veracidade. Camilo de Oliveira, na sua obra de cariz monográfico (Oliveira, 1983), apresenta aquela que lhe parece ser a justificação mais correcta¹¹⁸: foi o rei visigodo de nome Gundemaro que em 610 fundou o lugar que hoje alberga Gondomar¹¹⁹. As

¹¹⁷ “Nesta altura (1876), a praia da Granja regista 300 habitantes/banhistas, número muito aquém dos três mil registados ali ao lado, em Espinho. E estes 300 constituem cerca de 90% da população que ali reside no período estival. Efectivamente, ao contrário de outras estâncias balneares, na Granja, a população indígena era praticamente inexistente, limitando-se aos serviços e aos pequenos comerciantes (...). Aliás, a própria designação do habitante estratificava a classe. Os banhistas eram conhecidos pelos granjolas, enquanto os residentes permanentes, normalmente naturais da Granja de Cima ou dos arredores, eram designados por granjenses.” (Almada, 2003b, p. 67-68)

¹¹⁸ A este propósito, Hélder Pacheco afirma: “ (...) Sem fundamento digno de crédito atribui-se ao rei visigodo Gundimaro ou Gundimário (século VII) o topónimo e explicação etimológica (...)” (1992, p. 64). O universo popular associa as origens da designação às minas de ouro do concelho exploradas por visigodos e celtas (*Guld Malm – Vila Gumades*) e à figura de *Flávio Gundemarus*, fundador em 610 da povoação que estaria na origem da actual freguesia de Gondomar (Gondomar, 1997).

¹¹⁹ O autor refere o seguinte: “A *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeia-Americana*, dos Filhos de Espasa, sobre o nome de *Gundemaro*, diz: «Pertencia à nobreza; e depois do assassinato de Witerico (609) foi proclamado rei. O acto mais importante do seu reinado foi a reunião do concílio do seu nome, celebrado em Toledo a 23 de Novembro de 610. Gundemaro estabeleceu, além disso, o dogma católico em seus estados e rechaçou algumas invasões dos seus inimigos, morrendo depois de mais de 2 anos de reinado. Sucedeu-lhe Siseberto». (...) E ainda a respeito do nosso concelho, empregando a forma gráfica *Gondomar*, refere: «A igreja paroquial é mui antiga, afirmando-se que é o primeiro templo ibérico consagrado ao culto dos santos Cosme e Damião. (...) No monte Crasto, próximo à vila, existiu

origens humanas aproximam-se da Idade do Ferro (Pacheco, 1992)¹²⁰ e os documentos mais antigos referem-se a Gondomar antes da fundação da nacionalidade em 1143: em 897, em documento que confirma a existência da Igreja de Santa Eulália de Gondomar; nos séculos X e XI, com as primeiras referências documentais a *Mons Gonde mari*, ao *Crastro Gundemari* e à *Villa Gondomar*. A demarcação geográfica e política de Gondomar surgiu em 1193 com D. Sancho I – que outorgou a carta de couto, doando-o ao Bispado do Porto – e com D. Manuel I que, em 1515, atribuiu o foral ao município de Gondomar. Em 1868 Gondomar viu a sua área aumentar com a incorporação das freguesias vizinhas e no século XX, mais propriamente em 1927, a sede do concelho, S. Cosme, nome de um dos patronos do concelho, foi confirmada como vila de Gondomar (Gondomar, 1997).

Gondomar apresenta um território ainda marcado pela assimetria entre o *urbano* (o *Baixo Concelho*), composto pelas freguesias mais próximas do Porto, com maior densidade populacional e maior dinamismo socioeconómico e urbanístico¹²¹, e o *rural* (o *Alto Concelho*), mais afastado do Porto e da sede do município, marcado pela inércia socioeconómica e correspondendo a uma área de dominância rural (Vieira, 1998)¹²². O concelho, “(...) sem ter perdido as potencialidades da lavoura (batata, milho, hortaliças e legumes)” (Pacheco, 1992, p. 64), tem presenteado nos

uma fortaleza romana e segundo a lenda, uma mina de ouro, encontrando-se vestígios de galerias abertas pelos Romanos e pelos Árabes. O território em que se acha construída a vila, é mui acidentado, mas os vales que a rodeiam são amenos e fertilíssimos, em toda a classe de produtos agrícolas. Indústrias várias. Foi fundada no ano 610 pelo rei godo Gundemaro, *que lhe deu o nome*. Sancho I lhe outorgou foral em Coimbra a 5 de Abril de 1193, que foi confirmado por Afonso II, em Santarém, em Março de 1218, e finalmente por D. Manuel I, em Lisboa, a 19 de Junho de 1514». Pelo que se vê atribue-se a *Gundemaro* a fundação do nosso concelho; na citada gravura lê-se o nome alatinado *Gundimarus*; parece, pois, que à falta de outra documentação, teremos de adoptar esta forma latina, pois a portuguesa é *Gondomar*.»” (Oliveira, 1983, p. 174-176)

¹²⁰ Achados arqueológicos encontrados no Monte Crasto – fortaleza natural de Gondomar, *ex libris* panorâmico do concelho – documentam uma presença humana mais remota: “A vila (...) deve, certamente, o primeiro núcleo ao castro sobranceiro onde aparecem vestígios concludentes da presença dos remotos povoadores: galerias, restos de cerâmica e moedas.” (Pacheco, 1992, p. 64)

¹²¹ Freguesias de Baguim do Monte, Fânzeres, Gondomar, Rio Tinto, São Pedro da Cova e Valbom.

¹²² “À dicotomia rural/urbano, prevalente no município, tem sucedido na cidade um domínio cada vez maior do urbano, com traços de ruralidade que são ainda manifestamente evidentes ao nível da população, designadamente com o que se relaciona com o seu modo de vida, ou o relacionamento social (...) como também ao nível do espaço, cuja manifestação se traduz na presença de casas agrícolas activas (...).” (Vieira, 1998, p. 43)

últimos anos um acréscimo das actividades ligadas ao terciário, paralelo às indústrias com maior tradição ao nível local, nomeadamente a marcenaria e a ourivesaria. Na realidade, a “ourivesaria destaca-se largamente na cidade, tanto pelo número de fabricantes, como pelo acréscimo que o mesmo tem registado, muito particularmente nos últimos anos, evidenciando um forte dinamismo, sem manifestação idêntica a nível espacial (...)” (Vieira, 1998, p. 50). A actividade da filigrana de ouro e prata, com rendilhado notório em cordões, brincos e arcadas, caravelas, corações, alfinetes e estrelas (Gondomar, 1997), afirmou-se a partir da segunda metade do século XIX, com projecção nacional e no estrangeiro¹²³. A criação de uma escola de formação profissional nesta área¹²⁴ traduziu o investimento político-económico e simbólico na continuidade das tradições da filigrana em ouro e prata, com particular incidência nas freguesias de Valbom, Fânzeres e São Cosme. De igual forma perspectivamos a indústria da marcenaria, cujos centros de maior expressão se situam em Valbom, São Pedro da Cova e na própria sede do concelho¹²⁵: a Associação da Classe dos Operários Marceneiros Valboenses foi criada a 14 de Julho de 1898 e os móveis manufacturados começaram a ser apreciados nacionalmente pela qualidade das madeiras e pela habilidade manual dos marceneiros (Pacheco, 1992).

O tradicionalismo das actividades, visível nas artes locais como a marcenaria e a ourivesaria, de pendor turístico, cruza-se com outras manifestações económicas e sociais do concelho. São Pedro da Cova, freguesia que sempre se destacou pela exploração do seu couto mineiro (carvão e antimónio), traduziu, entre 1802 (data das primeiras explorações) e 1970¹²⁶, umas das actividades específicas do concelho,

¹²³ “ (...) as filigranas de Gondomar foram elegidas, expressivamente, graciosos ex-libris, com fama e honrosa tradição, no País e no estrangeiro. Em 1881 estavam registadas 40 oficinas de ourivesaria em S. Cosme, 30 em Valbom, 8 em Jovim, num total de 95, empregando 374 operários.” (Pacheco, 1992, p. 65)

¹²⁴ CINDOR – Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria, criado a 26 de Dezembro de 1984 e segundo um protocolo estabelecido entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte.

¹²⁵ A indústria do mobiliário modernizou-se e constitui parte significativa do tecido empresarial do concelho e forte empregadora local (Gondomar, 1997).

¹²⁶ O actual Museu Mineiro de São Pedro da Cova acolhe o património material e simbólico da exploração mineira gondomarense.

paralela à actividade agrícola e pesqueira. A relação quer com as serras (Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, Flores e Banjas) quer com os rios (Sousa e Douro) permitiram aos povoados aceder a uma região agrícola com recursos no solo e subsolo, e às populações ribeirinhas a prática das lides pesqueiras de rio¹²⁷. Sem atributos de estância balnear, como alguns dos concelhos congéneres da AMP, Gondomar, nas suas proximidades de margem com o Douro, alberga desportos náuticos e veraneantes de praias fluviais¹²⁸.

Maia

As origens do concelho da Maia são também remotas¹²⁹. Seria necessário recuar, pelo menos, até às lutas da nacionalidade para conhecermos a história da Maia¹³⁰. Mas as terras da Maia vêm de mais longínqua distância, pois abrangeram

¹²⁷ De interesse turístico são também os barcos característicos desta região, designadamente a lancha ou “catraia”, barco de quilha com casco de tabuado encostado, e o valboeiro, com o fundo chato, construído na freguesia de Valbom.

¹²⁸ “O Douro ainda alimenta povoações ribeirinhas (pesca) e de lazer ao permitir outros desportos e recreio: vela, remo e canoagem com provas internacionais (pistas de remo do Gramido e canoagem de Melres). A amenidade serena da paisagem contribui para a prática do campismo (parque no extremo sul da freguesia de Medas) apoiado por piscinas e courts de ténis. As praias fluviais do Douro (praia de Lomba) e a recatada «ínsua» do rio Ferreira (afluente do Sousa) são sítios aprazíveis e concorridos na época balnear. A prática do montanhismo (tão pouco explorada no país) tem condições excepcionais aqui, a escassos quilómetros do Porto (...)” (Pacheco, 1992, p. 66)

¹²⁹ Segundo José Maia Marques, há que precisar o sentido da palavra *Maia*. É um termo que abarca três conceitos e três âmbitos geográficos diferentes: Terra da Maia, Concelho da Maia até ao terceiro quartel do séc. XIX e Concelho da Maia na actualidade (2001). A Terra da Maia corresponderia, na época medieval, à totalidade do concelho de Matosinhos, à totalidade do concelho de Vila do Conde situado a sul do Rio Ave, uma parte de Santo Tirso, de Valongo e de Gondomar, e a uma freguesia do Porto. A área da Terra da Maia medieval contaria com 67 freguesias (Marques, 2002). Com as reformas administrativas de Mouzinho da Silveira, desmembrou-se a unidade territorial da Maia: em 1835 contava com 52 freguesias e nos princípios do século XX era ainda um extenso território, que se alongava no sentido meridional desde as margens do Douro, a sul, até ao curso do Ave, a norte; transversalmente ia da costa a uma pequena linha de elevação de Bougado a Rio Tinto (Ibidem). Na segunda metade do século XX, assistiu-se ao desmembramento completo da Maia, com a perda de freguesias que constituíram novos concelhos, até à configuração administrativa actual de 17 freguesias (Ibidem).

¹³⁰ Teríamos de evocar, particularmente, os feitos do guerreiro Gonçalo Mendes da Maia, apelidado de “Lidador”, a quem D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, concedeu o título do seu Adeantado. “Herdeiras mais chegadas das famílias Soeiro e Mendes da Maia, orgulham-se as gentes maiatas da ascendência real da estirpe dos Ramiros (de Leão), século IX. Daqui são oriundas famílias da primeira nobreza do reino, destacando os referidos Mendes «da Maia», cavaleiros ilustres que se bateram pela independência de Portugal em S. Mamede (1128) e noutras peijas ao lado do moço Infante.” (Pacheco, 1992, p. 87-88)

todos os castros e coutos do rio Douro ao rio Ave¹³¹. A família de Gonçalo Mendes da Maia perdurou no domínio da Maia até ao século XV e, em 15 de Dezembro de 1519, D. Manuel I concedeu foral ao concelho. A Maia foi o cenário privilegiado das lutas entre liberais e absolutistas no século XIX, protagonizando, à semelhança dos feitos do Lيدador, papel de relevo nas lides políticas e territoriais da altura¹³². Em 1836, implementava-se a reforma administrativa planeada por Mouzinho da Silveira¹³³ e a Maia, mais uma vez, assistiu a uma nova partição do seu território.

A agricultura foi, desde tempos medievais e modernos, a actividade por excelência do concelho, tornando-a uma das áreas mais ricas dos arredores do Porto¹³⁴. Pode dizer-se que a Maia de “concelho caracteristicamente rural passou a urbano, dos mais industrializados do país, atraindo instalações de inúmeras

¹³¹ A Terra da Maia tem origens que remontam ao período do Paleolítico mas é fundamentalmente do final do neolítico que datam os monumentos pré-históricos do concelho. “Da ilustre família romana dos Pallas do tempo de Cláudio, imperador (século I d.c.) as terras de Entre Douro, Ave e Tâmega, foram, posteriormente, baptizadas de terras de Palência e depois, terras da Maia. Palas e Maia, divindades pagãs certamente adoradas nesta região nas idades remotas.” (Pacheco, 1992, p. 87-88). Referir a história antiga da Maia é aludir “Àquele território de Entre Douro e Ave, grosseiro quadrilátero com vértices em Tougues, a Noroeste, na Foz do Douro, a Sudoeste, em Rio Tinto, a Sudeste e em São Martinho de Bougado a Nordeste.” (Marques, 2001, p. 10).

¹³² Como nos referem José Vieira de Carvalho e José Maia Marques, numa breve alusão à história do concelho, e que a análise documental dos *sites* oficiais do município nos permitiu antever: “Em 1832, D. Pedro, primeiro Imperador do Brasil e Regente de Portugal em nome de D. Maria II, desembarcava na Maia, nos areais de Pampelido, na chamada praia dos Ladrões – referência alusiva às «razias» vikings de outrora - e marchava de seguida sobre Pedras Rubras. A Maia era, assim, em todo o espaço metropolitano português, a terra onde, por vez primeira, se arvorava a bandeira liberal. E em todo o agitado período que decorreu de 1832 a 1834 a Maia foi um dos palcos mais salientes das encarniçadas lutas fratricidas que opunham absolutistas e liberais. Os avanços das tropas; os recuos das tropas; os quartéis-generais; os quartéis avançados.” Veja-se a este propósito o endereço, por nós acedido pela última vez a 29 de Maio de 2007, <http://cultura.maiadigital.pt/estorias-e-memorias/estorias/brevissima-historia-da-maia>.

¹³³ E, como tal, “a Maia viu-se retalhada, e vários pedaços seus foram engrossar concelhos vizinhos. Foi assim com o Porto; foi assim com Matosinhos; foi assim com Vila do Conde, que terá recebido a parte de leão nesta acção dilaceradora duma terra secularmente unida; foi assim com Santo Tirso, um município também engrossado com uma larga soma de freguesias; foi assim com Valongo; e mesmo com Gondomar. Ao longo do século XIX, mais algumas freguesias viriam a colar-se ainda a Vila do Conde, sempre ao sabor de condicionalismos políticos, para os quais os interesses das populações e a história comumente vivida pouco importou.” (Ibidem).

¹³⁴ A partir da análise documental do *site* oficial do jornal digital *Maia Hoje* (www.maiahoje.pt), acedido a 2 de Julho de 2003, foi possível reter que em 1855, então já só com 20 freguesias, o concelho da Maia chegou a produzir 242 160 alqueires de milho, 23 600 alqueires de trigo, 5 867 alqueires de centeio, 276 alqueires de cevada e 2700 alqueires de castanha. Praticamente sem indústria até à segunda metade do século XIX, em 1866, aparece pela primeira vez uma fábrica de moagem de cereais, a utilizar energia hidráulica e a vapor dentro da área do concelho (Águas Santas). Em 1880, já 2 moinhos utilizavam energia a vapor, ao lado de 58 a água e 1 a energia eólica.

unidades fabris, embora a agricultura constitua actividade fundamental que a paisagem não desmente.” (Pacheco, 1992, p. 85). Até à década de 1950, o desenvolvimento industrial manteve-se paralisado, situação que se alterou a partir desta data¹³⁵. Nas últimas décadas, e paralelamente à implantação de grande número de indústrias e de vias de comunicação, os traços rurais da Maia mantiveram-se. Etnograficamente, Pacheco descrevia-a assim em idos de 1992: “De cunho essencialmente local são trajes e adereços (trajes de romaria, de feira e domingo), danças e cantares preservados por essas beneméritas instituições da nossa cultura: os Ranchos Folclóricos.” (Ibidem, p. 89) E acrescenta que, no que se refere aos equipamentos, a Maia dispõe de condições hoteleiras, discotecas e cinema, que permitem aos forasteiros descobrir a região do centro do Grande Porto: “O parque Zoológico da Maia foi aposta inteligente da Junta de Freguesia e Câmara Municipal dotando o Norte de espaço cultural e recreio.” (Ibidem, p. 90-91). As mostras de património histórico (o Mosteiro de São Salvador de Moreira que data de meados do século IX, o altar-mor do Santo Ienho, e a Igreja de Santa Maria de Águas Santas), associadas a cultos religiosos locais, constituem, entre outras alternativas mais recentes (como o Festival Internacional de Teatro Cómico, a Bienal da Maia ou o Festival de Música), propostas de diversão cultural e turística que se integram, desde finais dos anos 90, nos traços políticos da actividade autárquica. Da relação com a terra e as tradições locais e com a contemporaneidade das manifestações culturais urbanas, a Maia tem procurado projectar uma centralidade de lazer que poderá reposicionar, do ponto de vista social e político, o estatuto de periferia face ao Porto, a sua interioridade urbana e as marcas de cultura popular que as manifestações de lazer e recreio, até dado momento, tiveram, como de

¹³⁵ “Centro comercial e industrial, várias empresas (de pequenas e grandes dimensões) representam (a bem dizer) todos os sectores de actividade, com particular importância para a indústria de vestuário, consagrado vector da economia do município. Mas outras acompanham o ritmo da produção que os mercados exigem: indústria alimentar, panificação, electrónica, metalomecânica, químicos, plásticos, brinquedos e construção civil. O sector comercial, essencialmente ligado ao ramo alimentar, fez com que a Maia seja independente doutros centros periféricos dotados de comércio desenvolvido como é, por vocação e tradição, a cidade do Porto.” (Pacheco, 1992, p. 85)

alguma forma é visível na história política e social de outros municípios, nomeadamente dos da AMP.

Valongo

A criação do concelho de Valongo remonta ao ano de 1836¹³⁶, porém a ocupação humana desta região é muito anterior à romanização. Foram as características geo-morfológicas do território do actual concelho - a pluralidade de espaços repartidos entre o vale e a serra, a abundância de água garantida pelos rios Leça e Ferreira e a riqueza do seu subsolo - que facilitaram a fixação de povos desde épocas remotas¹³⁷. As origens das terras de Valongo retratam-se, de igual modo, no universo das fábulas populares: começaram por ser habitadas no lugar de Susão¹³⁸. O topónimo que designa Valongo teve origem nas palavras latinas *Vallis Longus* e os diversos achados arqueológicos encontrados junto aos castros, às jazidas minerais e à planície traduzem a ocupação romana desta área e a especificidade de povoados mineiros e agrícolas¹³⁹. A romanização fez emergir um novo sistema económico-

¹³⁶ A passagem de Valongo a concelho acontece quando por Decreto de 6 de Dezembro de 1836 se leva a cabo o Projecto de Código Administrativo, aprovado por Dona Maria II.

¹³⁷ Valongo apresenta hoje uma riqueza geológica e paleontológica, alvo de interesse científico e académico. Vestígios toponímicos como *Evanta*, *Monte da Mamoa* e *Mamoa do piolho* atestam a existência de monumentos funerários associados à ocupação destas zonas no período Neolítico. Uma ocupação mais tardia corresponde às civilizações castrejas da Idade do Ferro, localizadas nas Serras de Santa Justa e Pias, com a presença de 3 castros (Alto do Castro, Castro de Pias e Castro de Couce), povoados primitivos estes posteriormente ocupados pelos romanos.

¹³⁸ A origem toponímica de Susão viria de Susana, filha de Samuel, descendente do rei David, que, intimidados pelas perseguições movidas contra os cristãos, teriam vagueado pelos desertos da Síria e partido para o ocidente. Desembarcados em Cale, actual Vila Nova de Gaia, Susana teria conhecido Donnus, um nobre romano, que, encantado com a beleza da jovem, se convertera ao cristianismo e a desposara. Forçados a comutar em exílio a pena de morte atribuída, Susana e o marido foram obrigados a abandonar Cale e, após um dia de viagem, teriam avistado um longo e exuberante vale, onde se instalaram e construíram uma povoação – *Pagus Susannus* (aldeia Susana). Com o passar do tempo e as variações da língua, *Susannus* teria evoluído para Susano e depois Susão.

¹³⁹ De acordo com a análise documental do *site* oficial da autarquia, pôde constatar-se que sem constituir, pelos factos conhecidos, um núcleo populacional importante do ponto de vista urbano, Valongo teria a sua importância como centro mineiro, sede da produção de ouro para o Império, e cujos vestígios de dois eixos principais, que atravessariam o concelho (estrada Porto-Guimarães e estrada Alfena-Valongo-Aguiar de Sousa/Penafiel), retratam a relativa centralidade viária da época. É também nesta altura que se inicia uma implantação habitacional de planície, mais ligada à exploração agrícola, como meio de alimentar os grupos que não trabalhavam no campo (exército, administradores das minas e servos ou operários mineiros). Veja-se o respectivo endereço, www.cmvalongo.net, neste caso por nós acedido a 23 de Junho de 2003.

social, que marcou o desenvolvimento da vida económica e social durante a Idade Média. Assistiu-se à progressiva fixação da mancha ocupacional nas terras baixas, nos vales férteis dos Rios Ferreira e Leça, com exploração fundeada no casal como unidade económica de base. Formaram-se diversos povoados e Valongo no século XIII aparecia, pela situação geográfica, como ponto de ligação entre o litoral e o interior e entre cidades tão importantes como o Porto e Guimarães. O crescimento demográfico desta região ao longo dos séculos acompanhou o progressivo desenvolvimento de outros sectores de economia, que não o agro-pastoril, como a indústria e o comércio, inicialmente em formas incipientes mas depois com uma forte expressão na economia local¹⁴⁰.

No dealbar do século XIX, e para além das vicissitudes dos conflitos militares¹⁴¹, recrudeseram os factores de desenvolvimento que se vinham observando. Foi entre os finais do séc. XVIII e os inícios do séc. XX que se construíram as grandes casas de lavoura em todas as povoações, adensou-se e multiplicou-se a rede viária dentro dos limites do concelho, que passou a ser servido por transportes como o carro eléctrico e o comboio, sucedeu-se a abertura de estabelecimentos comerciais, com particular relevo para a principal artéria de Valongo e outros locais de Ermesinde, e definiram-se movimentos migratórios do interior para Valongo que alargaram os agregados populacionais. E Valongo foi crescendo, de acordo com as transformações do rural, com uma tradição industrial assente na transformação de produtos (com incidência particular do têxtil), com a sobrevivência de uma agricultura local incipiente e um aumento do sector terciário (no comércio e nos serviços públicos). Adquiriu, entre os concelhos da AMP, e de

¹⁴⁰ A título de exemplo, a indústria panificadora tradicional: as suas origens remontam à Baixa Idade Média, mas conhece tal desenvolvimento o fabrico de pão de trigo, que permitirá aos padeiros de Valongo alimentar toda a região envolvente e, com o produto do seu trabalho, contribuir decisivamente para a construção da nova igreja, começada a edificar pelos finais do século XVIII.

¹⁴¹ Na sequência da análise documental já referida, conta-se que não só uma divisão do exército napoleónico se instalou em Valongo, transformou a igreja em cavalaria e saqueou valores a particulares e à igreja, como em 1832 o concelho foi palco das Guerras Liberais - Constitucionais e Miguelistas enfrentaram-se na Batalha da Ponte Ferreira. Em Ermesinde, o antigo Convento de Nossa Senhora do Bom Despacho (Santa Rita) tornou-se hospital militar das forças absolutistas e no adro da igreja foram enterrados em vala comum muitos dos que pereceram no Cerco do Porto.

modo mais vincado do que alguns outros, o estatuto de concelho dormitório do Porto: a maior parte da população residente activa do concelho de Valongo exerce a sua profissão fora do concelho e “Valongo é de certa forma ainda um concelho onde o campesinato e a posse de terra assumem uma importância social e económica, que nada faria esperar, se se considerar que se está às portas duma grande cidade como é o Porto.” (Silva; Gomes; Costa, 2001, p. 50-51). As relações com a terra mantêm-se: é ainda utilizada como meio de trabalho e de subsistência, é um bem patrimonial e de utilidade colectiva familiar e a pluri-actividade e o pluri-rendimento são características muito vincadas deste concelho (Ibidem). Da mesma forma, revitalizam-se, nesta relação estreita com a terra, as tradições locais – pólos de atracção turística como a Festa da Bugiada¹⁴² em Sobrado e o enterro do João no Carnaval em Ermesinde – e o artesanato local e nacional – com a Feira das Artes Populares; e, política e socialmente, constrói-se o lema autárquico “um Centro Cultural por freguesia” (Ibidem).

Reconheçamos que é um traço transversal aos demais concelhos o seguinte: “quando se dão por alcançadas as sempre almejadas metas de satisfação e bem estar sociais em capítulos como os da habitação, saúde, educação e outras necessidades básicas das populações, ajustado será caminhar então no sentido de uma renovada aposta – a de lograr atingir cada vez mais elevados padrões e horizontes culturais.” (Ibidem, p. 108). Nesse sentido, o Porto, na sua centralidade relativa face aos demais

¹⁴² As Bugiadas, que têm lugar a 24 de Junho, e de acordo com a tradição oral, remontam a uma lenda: no tempo da ocupação muçulmana da Península Ibérica, os árabes instalaram-se nas Serras de Pias e da Cucamacuca (actual Santa Justa) para explorarem as jazidas auríferas, enquanto os cristãos viviam nos vales, dedicando-se às actividades agro-pecuárias e ao culto de S. João Baptista, a quem atribuíam poderes de curandeiro em situações desesperadas (Saramago, 2002). Momento houve em que o Remoeiro, chefe dos muçulmanos, pediu aos cristãos a imagem do seu santo para que este salvasse a sua filha doente. Perante tal facto consumado, organizaram festas e procissão em torno do santo, convidando os seus donos a participarem nelas, de maneira a convencê-los a não levarem a imagem. Perante a recusa dos cristãos, o Remoeiro reteve-a pela força e aprisionou os cristãos convidados. Estes foram salvos por uma outra tribo cristã – os Bugios – que apareceram mascarados, com ferramentas agrícolas como armas, com objectos macabros e estridentes e com um animal fantástico tipo lagarto – o Serpe – para assustarem e vencerem pelo medo e superstição os muçulmanos, o que veio a acontecer. As Bugiadas são a reconstituição popular da lenda, com traços das “farsálias” romanas, dos autos e comédias vicentinas e da Comédia del’Arte Italiana (Ibidem), em que a máscara é uma personagem da peça de rua.

concelhos da AMP, destacou-se por um painel de oferta cultural diferente em momentos necessariamente anteriores aos demais concelhos. Concelho e cidade de longa história e feitos, associados à gesta da nacionalidade portuguesa, e aos momentos político-económicos e sociais marcantes, o Porto constituiu-se como a segunda cidade do país e, para além de Lisboa, o outro pólo de centralidade económica, política e cultural.

Porto

Do Porto, cidade invicta, recheada de história e de origens remotas, as relações com o mar e com a terra também marcaram os seus passos. A existência de vestígios pré-históricos está há muito assinalada na área demarcada da cidade e da região do Porto pelas antas, castros e citânias: por exemplo, o lugar ocupado pela Sé e o morro fronteiro de Gaia foram, ao que indicam as fontes arqueológicas, castros. Com a conquista peninsular pelos romanos, a região assistiu a profundas mudanças, quer a nível da organização espacial, quer a nível económico, religioso e político¹⁴³. As invasões dos povos suevos e visigodos no início do século V e a ocupação muçulmana em 711 do sul da Península Ibérica¹⁴⁴ criaram novos cenários territoriais e políticos e o condado, cujo nome deriva do topónimo *Portucale*, acabaria por resultar de uma dádiva do rei Afonso VI à sua filha D. Teresa e a D. Henrique de Borgonha. O foral atribuído no século XII contribuiu para o rápido desenvolvimento do território, a tal ponto que em 1330 o Porto era uma cidade escala da actividade mercantil. A história do Porto medieval compõe-se de trocas comerciais prósperas

¹⁴³ A análise documental do *site* oficial da autarquia, www.cm-porto.pt, por nós acedido a 26 de Junho de 2003, permitiu-nos confrontar com o seguinte dado: a Sé foi o centro da actividade romana e o seu ponto estratégico mais importante. A expansão da cidade deu-se até à zona da Ribeira como se constata pelo mosaico romano do século IV A.C. encontrado na actual Casa do Infante. Os vestígios, por exemplo, da indústria da salga de peixe em Campanhã e Angeiras e de uma *villa romana* em Campanhã (*Campaniana*) e de uma aglomeração romana na Foz do Douro indicam que os núcleos de povoamento se multiplicaram e que, durante três séculos, a romanização do território foi completa.

¹⁴⁴ A ocupação muçulmana atingiu a região do Douro mas a ocupação do Norte seria efémera, e as regiões de *Bracara* (Braga) e *Portucale* renasceram. Uma figura histórica marcou este período da história do Porto, Vímara Peres, peça fulcral no reordenamento e povoamento do Porto.

com os países do Norte e de traços mobilizadores da sua população¹⁴⁵, como também de disputas políticas várias entre representantes da nobreza, do clero e da burguesia emergente. Como em todo o país, a influência dos Descobrimentos foi determinante¹⁴⁶ e ao longo do século XIX o Porto traduzia a industrialização e a urbanização crescentes (nas áreas do vinho, metalomecânica, têxteis e calçado e nos transportes e vias de comunicação), a institucionalização das elites burguesas e do liberalismo e a defesa dos ideais republicanos. Como estância balnear, Foz do Douro assumiu-se como a praia de referência para a comunidade inglesa e as classes altas do Porto¹⁴⁷. O estatuto de Cidade Património Mundial, atribuído em 1996 pela UNESCO, e de Capital Europeia da Cultura em 2001, juntamente com Roterdão, foram o culminar do processo de desenvolvimento económico e social secular.

O Porto continua a ser a segunda cidade do país, situada entre a capital e o restante tecido urbano. O burgo portuense de dimensão restrita, inserido numa

¹⁴⁵ Aquando da crise de 1383-1385, o Porto esteve incondicionalmente ao lado do Mestre de Avis e em 1414, perante os preparativos no Porto da expedição a Ceuta pelo Infante D. Henrique, a população do Porto ofereceu toda a carne que tinha à armada e reservou para si as tripas. Daqui advém a alcunha de tripeiros dos habitantes do Porto.

¹⁴⁶ A prosperidade da cidade reporta-se ao século XVIII com “(...) o ciclo económico dos vinhos nacionais, nomeadamente vinhos finos (de embarque) do Douro, exploração e comércio fomentado pelos ingleses que se estabeleceram na cidade e região. (...) Por outro lado, o ouro (e diamantes) do Brasil (reinado de D. João V, o Grande Mecenas) fomentou (e caracterizou) um período de obras significativas que muito contribuíram para o sucesso e difusão das belas-artes.” (Pacheco, 1992, p. 162-163). Na segunda metade do século XVIII assistiu-se à explosão demográfica: a cidade extravasou as muralhas, “(...) ocupando áreas rurais dos arrabaldes com construções que não obedeciam a qualquer disciplina urbanística (...)” (Ibidem, p. 163).

¹⁴⁷ “(...) à época do grande impulso turístico da Foz do Douro, quando esta passa de uma pacata terra piscatória para uma concorrida estância balnear, onde afluí gente do Porto e de riba-Douro. O desenvolvimento dos transportes, por volta de 1870, contribui muito para essa metamorfose.” (Almada, 2003c, p. 89). A Foz passou a estar ligada ao Porto por via-férrea e, como tal, foi alvo da grande afluência de veraneantes. “Os trajectos que inicialmente se faziam de barco, de burro, de carroção e, mais tarde, de «charc-à-branc», passam a fazer-se nos cada vez mais requisitados «americanos». (...) este novo meio de transporte permite ligar a Ponte Nova à Foz no tempo recorde de 25 minutos, o que veio reduzir substancialmente o tempo dispendido com as idas a banhos. (...) Mas não são só os transportes os responsáveis por esta transformação. Também a numerosa colónia britânica, estabelecida há décadas no Porto, fecha as casas na cidade e parte em busca dos ares frescos e saudáveis da Foz do Douro. E, com o isolacionismo que caracteriza os ingleses, juntam-se todos na mesma praia, por isso ainda hoje há quem se refira à praia do Caneiro como «a praia dos ingleses». Algumas famílias alugam em cada Verão a mesma casa. (...) Por volta de 1880, a Foz recebia dois turnos de banhistas. O primeiro, constituído pelas classes altas da cidade do Porto, chegava em Agosto e retirava-se no fim de Setembro ou mesmo nos inícios de Outubro. O segundo vinha somente depois das colheitas, sendo composto, na sua maioria, por lavradores do Douro.” (Ibidem, p. 89-90)

ruralidade dominante, transformou-se, ao longo da modernidade, num aglomerado que concentra quase toda a dinâmica regional (Guichard, 1994). O crescimento do Porto dependeu desde a Idade Média de uma ligação estreita com o conjunto densamente humanizado do norte do país, nutrindo-se das suas complementaridades, e tornando-se o seu ponto quase obrigatório de contacto com o exterior (Ibidem). Por outro lado, outros fenómenos marcaram o Porto com uma intensidade relevante: a urbanização tardia, mas de uma rapidez acentuada, a periurbanização, de rapidez também ela acentuada, a entrada do valor urbano no sistema de relações sociais. O Porto passou a concentrar uma proporção crescente das mais variadas funções regionais públicas e privadas, desde os negócios até à cultura, passando pelas finanças, pela administração, pela saúde e pela educação. Nos últimos anos “a extensão do espaço residencial acompanhou e largamente excedeu a do espaço funcional. Na própria cidade adensou-se constantemente uma periferia cada vez mais afastada (...)” (Ibidem, p. 534). O Porto como epicentro de uma área metropolitana assume-se como sendo de importância fulcral no equilíbrio de forças com a capital e a outra área metropolitana do país: na prestação de serviços públicos de todo o tipo e no facto de ser a única região do país que fora da região de Lisboa reúne os elementos básicos de autonomia relativa de funcionamento regional (a bolsa, a banca, a imprensa diária de larga projecção, as plataformas multimodais de ligação internacional, a concentração de quadros qualificados e de direcções empresariais e associativas.

Como cidade do trabalho, pode dizer-se que ainda hoje constitui um dos pólos orientadores da mais importante bacia de emprego industrial e de produção do país. Contudo, se no início do século XX a cidade que nascia estava ainda na estrita dependência dos negócios do Vinho do Porto e da indústria algodeira, actualmente o tecido produtivo é muito mais difuso e completo, nomeadamente ao nível dos serviços, tendo-se apostado numa diversificação contínua e numa

sofisticação crescente das actividades portuenses¹⁴⁸ (Guichard, 1994). Com este afastamento industrial para a periferia o Porto ficou com três actividades específicas, nomeadamente ao nível dos bancários, ao nível das associações patronais de cada ramo de actividade, e finalmente as direcções regionais ou as sedes sociais das empresas. A cidade oferece também o tecido mais completo dos serviços terciários que apoiam as funções produtivas e comerciais da região (administrações sectoriais, ensino profissional e superior, bancos e seguros, sociedades de gestão e informática, agências de transportes e distribuição, gabinetes jurídicos e técnicos).

Persistem contudo as bases funcionais das estruturas produtivas do Porto. No tecido empresarial portuense continua a prevalecer a dispersão, o artesanato, a pequena indústria, a sociedade de prestação de serviços e a iniciativa isolada (Ibidem). No entanto, a presença de capital estrangeiro na região do Porto é tradição antiga, nomeadamente com particular enfoque no negócio vinícola e na exploração mineira. No século XX esta situação reforçou-se, com a abertura progressiva do país à mundialização dos intercâmbios económicos, com a implantação de filiais, compra de firmas locais por grupos ou sociedades multinacionais, e por novas formas associativas que deram à empresa portuense maior capacidade de desenvolvimento sem perda de autonomia, nomeadamente com as participações de capital e os contratos de escoamento (Ibidem).

Para além duma verdadeira afirmação económica, o Porto assume-se também como uma cidade preocupada com a afirmação de uma identidade cultural.

¹⁴⁸ “O papel assumido pela cidade no tecido regional mudou muito mais. Sem nunca deixar de participar activamente na produção, ela passou sobretudo a geri-la, vendê-la, fornecer-lhe capitais, máquinas, quadros empresariais. As fábricas não desaparecem completamente do tecido urbano, mas nele deixaram cada vez mais espaço aos escritórios para privilegiar implantações periféricas que beneficiavam, a preço módico, de terrenos mais amplos e cómodos. Ao mesmo tempo aproveitavam uma mão de obra ainda menos exigente do que na cidade, tanto mais que aquela podia continuar dispersa, viver onde sempre viveu e ao mesmo tempo cuidar dos campos. (...) Das implantações fabris que ficaram no Porto destacam-se dois tipos. Por um lado as mais sofisticadas que precisam de tecnologia avançada e de uma maior proporção de técnicos especializados (...), por outro lado ficaram também na cidade empresas ligadas ao consumo directo e que por isso privilegiam a proximidade de um mercado mais importante e concentrado, bem como redes distribuidoras.” (Guichard, 1994, p. 546-548)

“A burguesia mercantil do Porto privilegiava os aspectos mais práticos da cultura, preferindo a valorização técnica à especulação teórica. As formações superiores de que dispunha a cidade nos fins de Oitocentos traduziam esta preferência para o concreto: a Academia Politécnica, as Escolas-Médico-Cirúrgicas e de Farmácia, até uma escola de Belas Artes na altura mais dinâmica no campo da arquitectura do que nas artes plásticas. A gente abastada também sabia gastar dinheiro com o Belo, mas dava em geral a primazia à perfeição da realização artesanal sobre a originalidade conceptual artística” (Guichard, 1994, p. 574).

Finalmente, o Porto sempre foi e continua a ser o ponto de encontro para o Norte do país inteiro. A conviviabilidade portuense fracciona-se em núcleos que para cada indivíduo são complementares: “o próprio tecido urbano favorece o contacto. Os prédios de habitação ainda não são tão altos que se desconheçam os vizinhos. (...) A tradicional imbricação dos lugares de residência e de trabalho encurta o tempo gasto em deslocações e facilita um mínimo de convívio entre categorias sócio-profissionais diferentes. (...) Resulta disto que a cidade ainda é rica em tradições de convívio e em sítios onde se pode romper o isolamento e manter um certo equilíbrio através da relação com outrem”. Neste sentido, o Porto “organizou uma rede multiforme de sociabilidade sobre a qual assentou grande parte do seu modo de actuar na vida colectiva. Foi antes de mais através de academias, clubes, tertúlias, associações, cooperativas, grupos informais ou devidamente estruturados que a Cidade Invicta desenvolveu uma maneira específica de se exprimir (...) nomeadamente de tipo associativo.” (Ibidem, p. 630). Hoje em dia, no Porto, o associativismo mantém-se em todas as áreas: da cultura e do ensino aos clubes recreativos e aos grupos de compra, passando pelas iniciativas mais diversas de origem empresarial. E o século XX portuense modificou-se nas estruturas de apoio às manifestações culturais e artísticas e nas potencialidades turísticas, dotando-o de outras possibilidades de oferta e de procura locais e regionais.

... e dos percursos sócio-demográficos mais recentes

A historicidade de cada concelho alicerça uma história individual que, quando cruzada com experiências territorialmente contíguas e simbolicamente feitas de similitudes, traçam uma possível trajetória comum supramunicipal. O editorial da agenda cultural da AMP, datado de Janeiro de 2007, salvaguarda essa intenção: “ A criação de uma agenda cultural da Grande Área Metropolitana do Porto – GAMP – será essencial para que os seus cerca de um milhão e meio de habitantes possuam um documento informativo dos eventos culturais. Trata-se de um instrumento que permitirá funcionar em rede e afirmar poder territorial, criando novos públicos, promovendo a intercircularidade e intermunicipalidade, bem como potenciar a nossa internacionalização. (...) A meta será (...) também realçar, através de vários contributos, a identidade patrimonial, turística, gastronómica e antropológica de cada concelho, desmistificando-a e aproximando-a dos cidadãos.” (Porto, 2007, p. 3)

Recuperemos a configuração teórico-empírica do nosso objecto de análise: a AMP como espaço supramunicipal, composto por 9 concelhos que integram o distrito de Aveiro (Espinho) e o distrito do Porto (Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia), e que fazem parte da delimitação territorial Região Norte¹⁴⁹. Em termos de localização geográfica, configuram limites específicos a norte e a sul, a oeste e a este¹⁵⁰,

¹⁴⁹ O Anexo 4KC reúne a identificação das freguesias dos municípios da AMP (e da actual GAMP) e das cidades e vilas abrangidas pela configuração municipal e distrital. Os requisitos necessários à elevação de uma povoação a vila ou cidade (número de eleitores, equipamentos colectivos e razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica) constam da lei n.º 11/82 de 2 de Junho, publicada no Diário da República n.º 125, I Série de 2 de Junho de 1982.

¹⁵⁰ Mais de metade dos concelhos da AMP, e porque são concelhos da orla litoral, delimitam, a oeste, fronteira com o Atlântico (Espinho, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia), e entre si a contiguidade a norte e/ou a sul. Matosinhos e Porto são aqueles que definem a sua contiguidade territorial com concelhos da própria AMP, enquanto os demais, para além dos da AMP, estabelecem fronteiras ora com concelhos das NUTS Cávado (Esposende e Barcelos) e Ave (Vila Nova de Famalicão e Trofa), ora do Baixo Vouga (Ovar) e de Entre Douro e Vouga (Santa Maria da Feira). Os concelhos da orla interior, como Gondomar, Maia e Valongo, para além da contiguidade metropolitana, delimitam-se territorialmente face a concelhos que vieram a integrar a GAMP (Santa

figurando uma área total de 822,4 Km², ou seja, 52,2% do total de área que a GAMP detém actualmente (1575 Km²), desde a sua criação em 2005¹⁵¹. Sem esquecer a configuração teórico-empírica do nosso objecto de análise, a AMP como espaço supramunicipal composto por 9 concelhos, ajusta-se um breve retrato sócio-demográfico da GAMP, de enquadramento geral e tendo por base certas coordenadas de leitura, pese embora a não exaustividade da análise aqui apresentada¹⁵².

Os concelhos da GAMP, num total de 14, e perfazendo 214 freguesias¹⁵³ (5% do total nacional e 11% do total da Região Norte), configuram um espaço metropolitano caracterizado pela centralidade territorial e socioeconómica e cultural do Porto e pela dupla coroa de municípios que o rodeiam. Por um lado, Maia, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Valongo e Gondomar, a constituírem uma primeira coroa envolvente, resultado da contiguidade territorial imediata; por outro, uma segunda, composta pelos municípios mais periféricos: até 2004, e na definição metropolitana inicial, Póvoa de Varzim e Vila do Conde (delimitando a norte a fronteira metropolitana) e Espinho (fazendo fronteira a sul); a partir de Janeiro de 2005, Arouca, Santa Maria da Feira e São João da Madeira, a alargarem a extensão da GAMP para sudeste; e Santo Tirso e Trofa¹⁵⁴ a estenderem o espaço metropolitano para nordeste, conjunto este que delimita novos concelhos para além dos da orla costeira e proximidades. Confrontando a definição metropolitana com a NUTS adoptada pelo INE, e perante estes novos municípios associados, a GAMP deixou de corresponder à sua delimitação territorial em termos de sub-região NUTS

Maria da Feira, Santo Tirso e Trofa) e a concelhos da NUTS Tâmega (Castelo de Paiva, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel).

¹⁵¹ Consulte-se o Anexo 4LC com as características físicas do território metropolitano. Ressalve-se que, com a criação da GAMP, a dimensão territorial e demográfica da AMP reconfigurou-se significativamente, passando de uma área total de 822,4 Km² para 1575 Km² e de um total de população residente em 2001 de 1.260.680 habitantes (Portugal, 2006i) para 1.576.943 em 2005 (Portugal, 2006h). Os concelhos de Arouca e Santa Maria da Feira são, entre os 14, não os mais populosos, mas aqueles que apresentam as maiores áreas da GAMP.

¹⁵² Para descrições e análises estatísticas mais exaustivas sobre a GAMP, consulte-se as publicações alusivas ao espaço metropolitano publicadas pelo INE e que constam da bibliografia final.

¹⁵³ Veja-se de novo o Anexo 4KC.

¹⁵⁴ O concelho da Trofa foi criado a 14 de Dezembro de 1998, a partir de freguesias do município de Santo Tirso.

III Grande Porto e passou a integrar concelhos das sub-regiões do Ave e de Entre Douro e Vouga¹⁵⁵.

Do ponto de vista do território, a GAMP ocupa 1575 Km² de superfície (1,8% e 7,4% do país e da Região Norte, respectivamente). Como espaço metropolitano alberga municípios territorialmente desiguais: o com maior área é Arouca (329 Km²) e o que não só tem menos área como é composto por apenas 1 freguesia é São João da Madeira (7,9 Km²). A dicotomia entre os concelhos “grandes” e os concelhos “pequenos” existe: de um lado, Arouca, Gondomar, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia; do outro, os restantes concelhos, ainda que com valores relativamente desiguais entre si¹⁵⁶. A dimensão média das freguesias da GAMP é de 7,4 Km², inferior às registadas na Região Norte (10,5 Km²) e no território continental (21,6 Km²).

Quando perspectivado a partir das questões jurídico-administrativas, e no que diz respeito ao ordenamento do território¹⁵⁷, os municípios da GAMP têm correspondido, do ponto de vista formal, às exigências legislativas¹⁵⁸. Têm 14 Planos

¹⁵⁵ Devido às alterações na estrutura administrativa do país e no perfil socioeconómico das regiões, em especial Lisboa e Vale do Tejo (NUTS II), houve ajustamentos pontuais na matriz original de delimitação geográfica das NUTS. A Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) foi reajustada pelo decreto-lei n.º 244/2002 de 5 de Novembro e integra-se nas exigências da União Europeia de uniformização dos procedimentos estatísticos para a construção da informação regional. Tal como previsto no preâmbulo do decreto-lei n.º 46/89 de 15 de Fevereiro, legislação inicial, a nomenclatura é composta por 3 níveis de agregação para unidades territoriais (I, II e III) cuja fixação concreta em cada Estado membro corresponde às características específicas nacionais e às condicionantes e objectivos espaciais das políticas nacionais de desenvolvimento regional (Portugal, 2006a).

¹⁵⁶ Face à primeira metrópole do país, a Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAML), com 211 freguesias e uma área total de 2935 Km², a GAMP ocupa mais de metade da superfície desta última e tal acréscimo, que a fortalece como espaço metropolitano, é particularmente decorrente dos novos municípios associados de feição não costeira e de vertente urbano/rural (Portugal, 2006b).

¹⁵⁷ As bases da política de ordenamento do território e de urbanismo estão consagradas na Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo (lei n.º 48/98, de 11 de Agosto), posteriormente complementada pelos decretos-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e n.º 310/2003, de 10 de Dezembro. De acordo com este enquadramento legal, o sistema de gestão territorial organiza-se em três âmbitos - nacional (compreendendo apenas o território continental), regional e municipal - e distingue quatro tipos de instrumentos de gestão territorial - instrumentos de desenvolvimento territorial, instrumentos de planeamento territorial, instrumentos de política sectorial e instrumentos de natureza especial (Portugal, 2006a).

¹⁵⁸ Atente-se aos Anexos 4MC e 4NC. Tenha-se presente que, dado o âmbito municipal do sistema de gestão territorial português, há os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) e dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). Estes últimos compreendem os Planos

Directores Municipais (PDM) ratificados e aprovados, 12 dos quais em processo de revisão (excepção a Gondomar e São João da Madeira)¹⁵⁹. Salientam-se, de igual modo, os casos dos municípios de Gondomar e da Maia que têm, respectivamente, 113,6 e 13,9 hectares de solo previstos para usos turísticos. A dimensão “Equipamentos e parques urbanos”, assegurada por quase todos os municípios, excepto Arouca e São João da Madeira, nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, traduz nalguns casos valores mais secundários face aos usos industriais previstos para os concelhos. Os concelhos de Maia, Matosinhos, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia são aqueles cujos usos industriais legislados reforçam a vertente industrial da história económica municipal.

A GAMP tem tido, numa outra vertente, uma dinâmica demográfica que, por um lado, corresponde a traços das tendências nacionais, e, por outro, a especificidades municipais e metropolitanas¹⁶⁰. Tem um total de 1.576.943 habitantes e uma densidade populacional total de 21.638,8 habitantes por Km². Os concelhos mais populosos são Vila Nova de Gaia (19,3%), Porto (14,81%), Gondomar (10,82%) e Matosinhos (10,71%), perfazendo 55,64% do total da população residente na GAMP. O Porto perde a centralidade residencial¹⁶¹ não só face ao decréscimo

Directores Municipais (PDM), que têm constituído o principal instrumento de gestão territorial dos municípios, os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor (PP).

¹⁵⁹ Em 2005, e segundo dados do INE, a generalidade dos municípios do território continental detinha um PDM aprovado e ratificado. Em 2005, dois terços dos PDM em vigor tinham uma vigência parcial: em Lisboa e Algarve, esta situação correspondia a mais de três quartos dos municípios. Noutra perspectiva, sublinhe-se a constatação de que 60% dos PDM se encontravam em fase de revisão. Contudo, no Algarve e no Alentejo, este processo era menos intenso, uma vez que aquela proporção era de 6% e 34%, respectivamente. A primeira legislação relativa aos PDM data de 1982. Em 1990, o decreto-lei n.º 69/90, de 2 de Março, veio institucionalizar os PMOT e revogar o regime anterior aplicável aos PDM. Assim, em 2005, constatava-se que, dos 277 PDM vigentes no Continente português, apenas cerca de um quinto tinha sido aprovado após 1995 e apenas 6% após 1999. O Norte e o Algarve eram as únicas regiões onde a proporção de PDM aprovados após 1995 ficava aquém da média nacional (Portugal, 2006c).

¹⁶⁰ Os dados populacionais aqui apresentados reportam-se às estimativas da população residente relativas ao ano de 2005, produzidas pelo INE, informação de carácter provisório e intercensitário, aferidas aos resultados definitivos dos Censos 2001 e incorporando informação demográfica referente a 2005 e disponível em 11 de Junho de 2006 (Portugal, 2006a).

¹⁶¹ Em 1991 o Porto tinha 302.472 habitantes e Vila Nova de Gaia 248.565. Em 2005, 233.465 e 304.274, respectivamente. Segundo dados do INE, em 2004 o Porto foi o concelho com maior perda populacional relativa: - 2,50% (Ibidem).

populacional dos últimos anos, como perante o aumento da população residente em Vila Nova de Gaia.

Tabela 4.35

Área, freguesias, população residente e densidade populacional por município da GAMP, 2005 ^{a)}

	Área (km ²)	Freguesias	População residente	Densidade populacional (hab/km ²)
Portugal	92 089,7	4259	10 569 592	114,8
Continente	88 966,7	4 050	10 082 154	113,3
Região Norte	21 285,8	2028	3 737 791	175,6
GAMP	1 575,0	214	1 576 943	21 638,8
Arouca	329,1	20	23 950	72,8
Espinho	21,1	5	31 202	1 478,1
Gondomar	131,9	12	170 621	1 293,9
Maia	83,1	17	133 048	1 600,3
Matosinhos	62,2	10	168 837	2 712,7
Porto	41,3	15	233 465	5 654,3
Póvoa de Varzim	82,1	12	65 882	802,9
Santa Maria da Feira	215,1	31	143 822	668,6
Santo Tirso	136,5	24	71 331	522,6
São João da Madeira	7,9	1	21 641	2 729,0
Trofa	71,9	8	39 624	551,3
Valongo	75,1	5	92 819	1 235,4
Vila do Conde	149,0	30	76 427	513,0
Vila Nova de Gaia	168,7	24	304 274	1 804,1

Fonte: INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)*

^{a)} Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Enquanto espaço metropolitano, detém uma densidade populacional dez vezes superior à da região e à do país. Arouca é o único concelho menos densamente povoado face ao país e à região (72,8 habitantes por Km²), pois tem uma extensa área (a maior da GAMP, 329,1 Km²) com uma reduzida população (23.950 habitantes). Todos os concelhos limítrofes do Porto apresentam densidades populacionais superiores à verificada no espaço metropolitano. A população tende-se a concentrar, e de acordo com dados do INE (Portugal, 2006b), de modo mais

significativo, em torno das principais acessibilidades viárias como, a norte do Porto, da A28 (Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim), da A3 (Maia, Trofa e Santo Tirso) e da A4 (Valongo) e, a sul, da A1 (Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira). Ressalta, de igual modo, e segundo a mesma fonte, que persiste um efeito centro-periferia, mais relativizado, com a densidade populacional a reduzir-se, à medida que aumenta o afastamento face ao município do Porto: particularmente, Póvoa de Varzim e Vila do Conde a norte, Santa Maria da Feira, a sul, e Santo Tirso e Trofa a nordeste.

O levantamento feito para Portugal (Portugal, 2006c) indicia, em primeiro lugar, que é no litoral, entre Viana do Castelo e Setúbal, que se situam as duas áreas com as densidades populacionais mais elevadas: os 13 municípios com maior densidade populacional pertencem à GAML (Amadora, Lisboa, Odivelas, Oeiras, Barreiro, Almada, Cascais e Seixal) e à GAMP (Porto, São João da Madeira, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Maia). Na sequência disso, e em segundo lugar, assistiu-se, entre 2000 e 2005, a um reforço da litoralização da população residente, em particular nos territórios metropolitanos. “Com efeito, os municípios cuja densidade populacional mais se acentuou concentram-se nas áreas metropolitanas de Lisboa (Odivelas, Seixal, Sintra, Oeiras, Cascais) e do Porto (Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia). Pelo contrário, os respectivos centros metropolitanos - Lisboa e Porto - foram os municípios cuja densidade populacional do território mais se atenuou, tendo-se este fenómeno estendido a outros municípios metropolitanos: em particular, Amadora, Espinho e Barreiro.” (Ibidem, p. 26).

Sumariamente, e de acordo com os estudos recentes do INE¹⁶², os traços significativos das tendências sócio-demográficas da sociedade portuguesa, à data de 31 de Dezembro de 2005, apontam para:

¹⁶² A publicação *Retrato territorial de Portugal 2005* (Portugal, 2006c) analisa a informação estatística de base divulgada nos Anuários Estatísticos Regionais e consiste numa caracterização demográfica, social e económica do território português, à escala local e regional. Nesta publicação, adoptaram-se as NUTS, nomenclatura estabelecida pelo decreto-lei nº 244/2002 e pelo regulamento comunitário nº 1059/2003, excepto “(...) no subcapítulo Preços, dada a impossibilidade de reajustar os indicadores à nova geografia territorial preservando o seu grau de representatividade regional. Em consequência deste estudo se basear em informação proveniente de um abrangente leque de operações estatísticas, o

Tabela 4.36

Evolução da população residente em Portugal e suas componentes (1994, 2001 e 2005)

	1994	2001	2005
População média	10 004 081	10 292 999	10 549 424
População em 31 de Dezembro	10 017 571	10 329 340	10 569 592
Relação de masculinidade (%)	93,0	93,4	93,8
Nados vivos	109 213	112 774	109 399
Óbitos	99 232	105 092	107 462
Saldo natural	9 981	7 682	1 937
Saldo migratório	17 000	65 000	38 400
Variação populacional	26 981	72 682	40 337
Taxa de crescimento natural (%)	0,10	0,07	0,02
Taxa de crescimento migratório (%)	0,17	0,63	0,36
Taxa de crescimento efectivo (%)	0,27	0,71	0,38
Taxa bruta de natalidade (%)	10,92	10,96	10,37
Taxa bruta de mortalidade (%)	9,92	10,21	10,19

Fonte: INE, *Estimativas Provisórias de População Residente, 2005*

- um total de 10.569.592 indivíduos (dos quais 5.115.742 homens e 5.453.850 mulheres) e um aumento ligeiro da população residente face a 2004 (0,38%);

- o crescimento contínuo da população entre 1992 e 2005, com maior ritmo no final dos anos 90 face à intensificação dos fluxos imigratórios, e um abrandamento em 2005 devido ao diminuto saldo natural (1937 indivíduos) e ao enfraquecimento do saldo migratório;

- a heterogeneidade no crescimento demográfico de cada região¹⁶³, com uma taxa de crescimento efectivo máxima no Algarve (1,28%) e mínima no Pinhal Interior Sul (-1,31%), um aumento do número de NUTS III com taxas de variação negativas (13); saldos naturais e migratórios negativos nas NUTS Douro e Baixo Mondego; e o Porto a deixar de ser o concelho com maior decréscimo relativo, em 2004 (-2,50%), porque substituído pelo município do Gavião em 2005 (-2,64%);

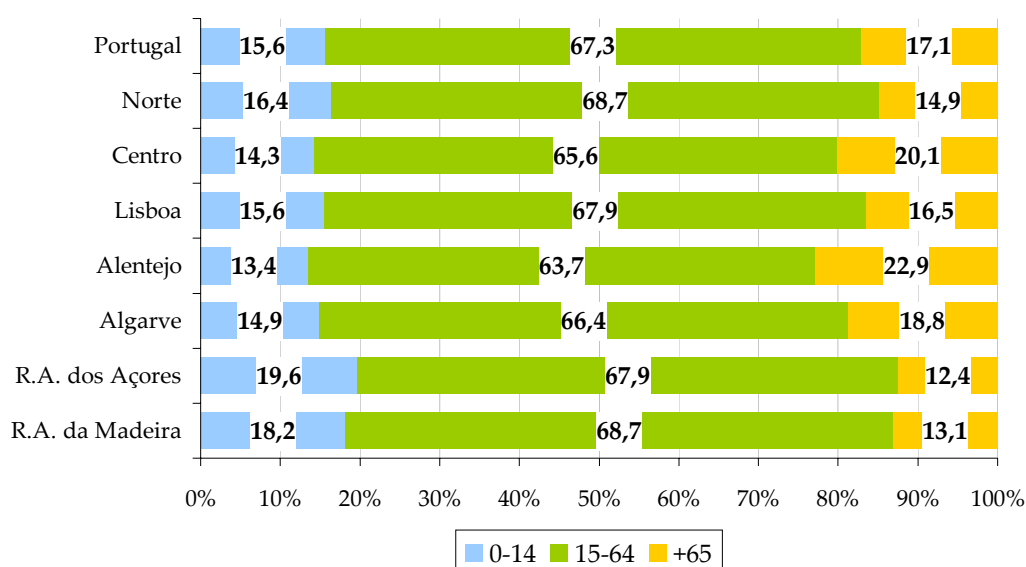
período em análise não é homogéneo ao longo de toda a publicação. Contudo, os anos de 2004 e 2005 constituem o seu núcleo central em matéria de âmbito temporal.” (Ibidem, p. 1). Para além desta publicação, adoptámos também os dados e as análises das *Estimativas provisórias de população residente 2005* (Portugal, 2006a).

¹⁶³ Veja-se a este propósito o Anexo 4OC.

- a manutenção da proporção de jovens (15,6%), que na Região Autónoma dos Açores tem a maior presença (19,6%) e a mais baixa percentagem de idosos (12,4%); e o aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos de idade) na população total (de 17,0% para 17,1%), com o Alentejo a ter a maior percentagem de pessoas idosas (22,9%) e a menor de jovens (13,4%);

Figura 4.23

População residente segundo grandes grupos etários por NUTS II (%), 2005



Fonte: INE, *Estimativas Provisórias de População Residente, 2005*

- a manutenção de duas tendências distintas entre a população em idade activa (15-64 anos) – redução do grupo de adultos jovens (15-24 anos) na população total de 12,6% em 2004 para 12,2% em 2005; e redução da população adulta (25-64 anos) de 54,7% para 55,1% no mesmo período;

- a maior importância relativa da população em idade activa nas Regiões do Norte e Lisboa e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira ao superarem a média do país (67,3%); e o Alentejo (63,7%) com o valor mais baixo, seguido do Centro (65,6%);

- a visibilidade, em 1995 e 2005, do processo de envelhecimento demográfico, quer pelo estreitamento da base da pirâmide etária (que traduz a redução do

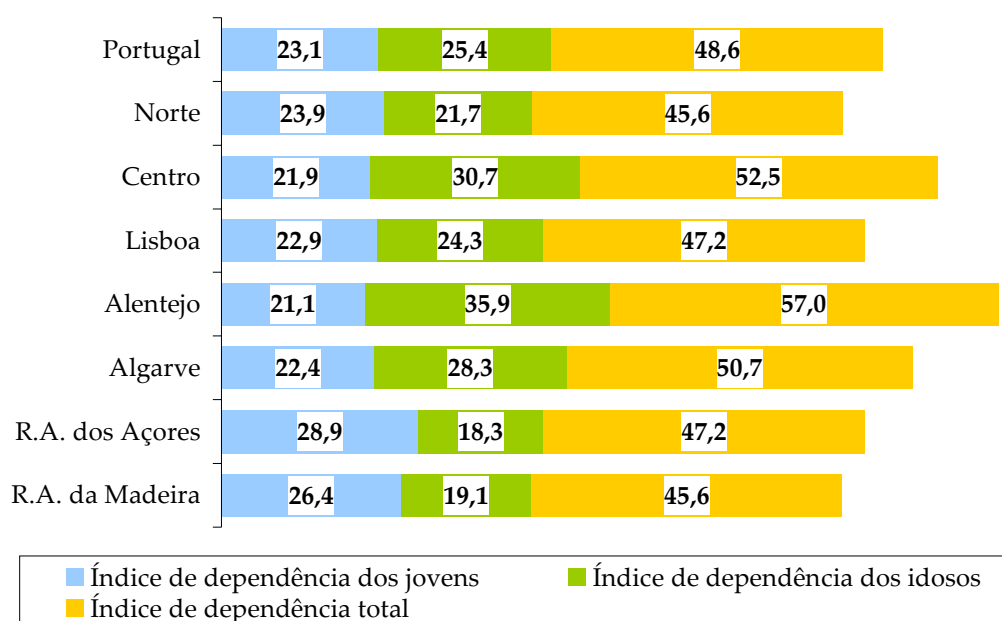
número de jovens e da natalidade), quer pelo alargamento no topo da pirâmide (que corresponde ao acréscimo das pessoas idosas e ao aumento da esperança de vida);

- a visibilidade do processo de envelhecimento em todas as regiões, embora com ritmos diferenciados, e com maior incidência entre as mulheres, reflectindo a sua maior longevidade;

- a redução do índice de dependência dos jovens de 23,2 para 23,1 e o aumento do índice de envelhecimento de 25,2 para 25,4 indivíduos, entre 2004 e 2005; o índice de dependência total estabilizou em cerca de 48 desde 2000; nas regiões do Alentejo, Algarve, Centro e Lisboa, observaram-se índices de dependência de jovens inferiores à média nacional e nas Regiões Autónomas, Norte e Lisboa, índices de dependência de idosos com valores abaixo da média do país;

Figura 4.24

Índice de dependência total (jovens e idosos) por NUTS II, 2005



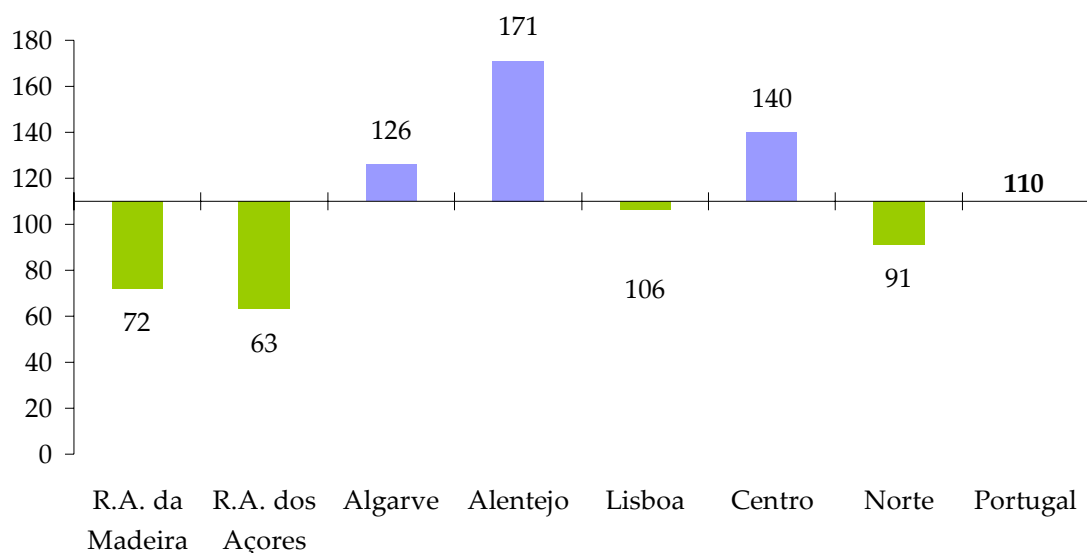
Fonte: INE, *Estimativas Provisórias de População Residente, 2005*

- o aumento do índice de envelhecimento, que passou de 109 indivíduos idosos por cada 100 jovens em 2004 para 110 em 2005, e que é superior ao do país

nas regiões do Alentejo, Centro e Algarve; as Regiões Autónomas, o Norte e Lisboa assumem valores inferiores;

Figura 4.25

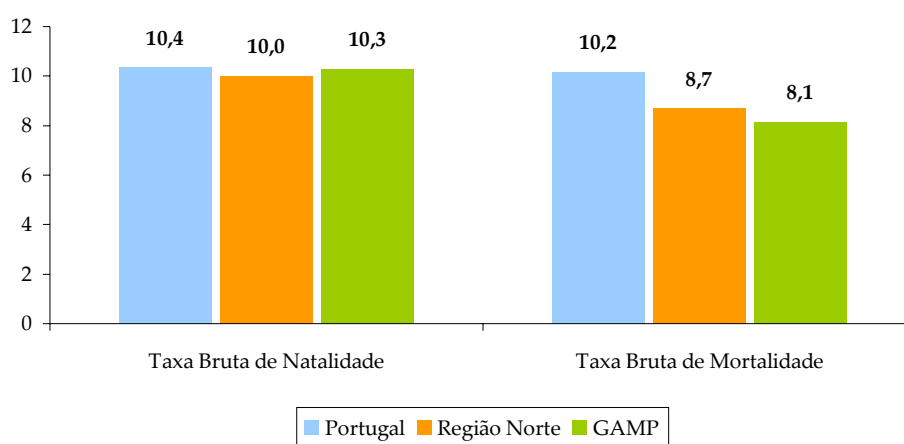
Índice de envelhecimento, por 100 indivíduos, Portugal e NUTS II, 2005



Fonte: INE, *Estimativas Provisórias de População Residente, 2005*

Figura 4.26

Taxas brutas de natalidade e mortalidade da GAMP, 2005 ^{a)}



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2005*

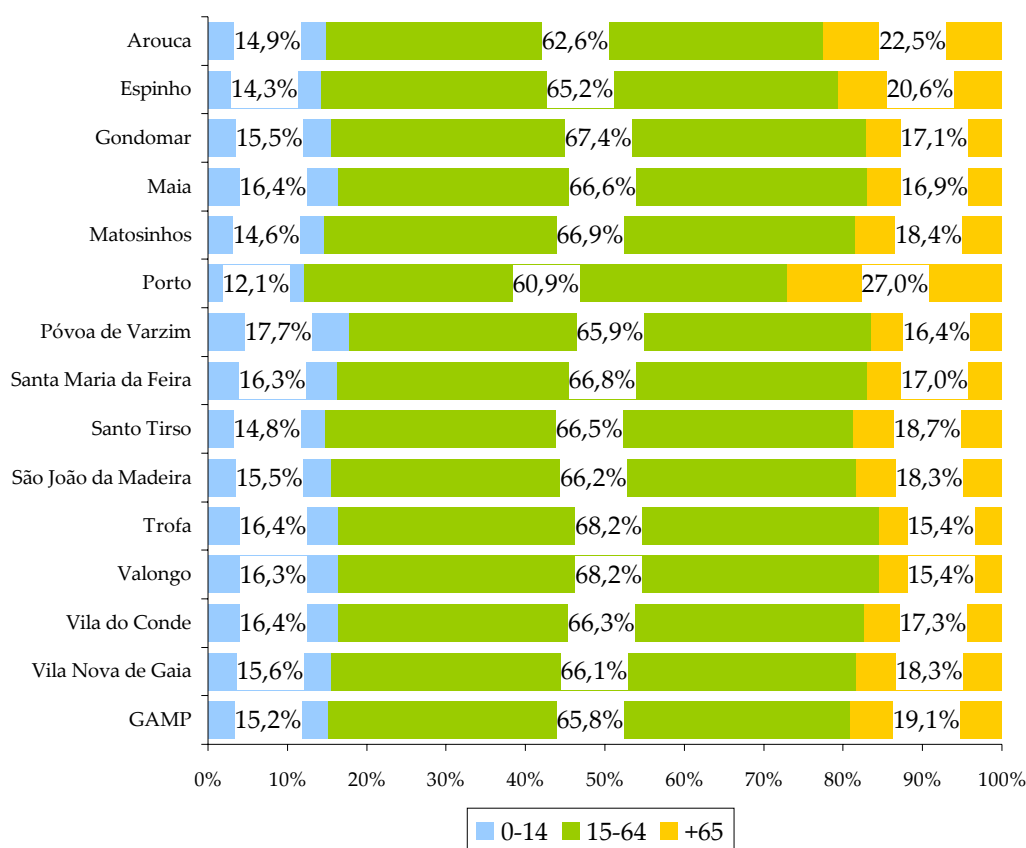
^{a)} Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

- as taxas de natalidade e de mortalidade com valores aproximados, destacando-se a região Norte (8,7%) e a GAMP (8,1%) face ao total verificado no país (10,2%), mantendo tendências de ligeiro decréscimo dos últimos anos.

Se atentarmos a algumas das tendências demográficas verificadas no território GAMP em 2005¹⁶⁴, constatamos que a GAMP tem valores relativos de população residente segundo os grupos etários próximos das tendências verificadas a nível continental e regional, ainda que ligeiramente superiores aos verificados naqueles.

Figura 4.27

População residente segundo grandes grupos etários por concelhos da GAMP (%), 2005



Fonte: INE, *Estimativas Provisórias de População Residente, 2005*

¹⁶⁴ Os Anexos 4PC a 4RC contêm indicadores demográficos gerais do território GAMP relativos a 2005.

Os concelhos mais jovens são os da segunda coroa de municípios, com destaque para o de Póvoa de Varzim (17,7%), seguido dos de Vila do Conde, Maia, Valongo, Trofa e Santa Maria da Feira, com valores entre os 16,3% e os 16,4%. Por seu turno, são concelhos com maior centralidade funcional, como o Porto, que apresentam os valores mais altos de envelhecimento da população: 27% de idosos por contraposição a 12,1% de jovens. Registe-se que os valores quanto à proporção de indivíduos com mais 65 anos são no total dos concelhos significativos. Para além das taxas de natalidade e de mortalidade, regista taxas de nupcialidade e de divórcio próximas das verificadas no país e na região norte: 4,7‰ e 2,3‰, respectivamente.

Voltemos ao nosso objecto em análise – a AMP a 9 concelhos – e destaquemos, com base nos dados do INE (Portugal, 2004), algumas características sócio-demográficas base que reportam aos dados definitivos dos Censos de 2001 e à década de 90. A evolução intercensitária nos concelhos da AMP mostra que entre 1981 e 2001 a população residente aumentou no território metropolitano: de 1.117.920 em 1981 para 1.260.680 em 2001, ou seja, uma variação de 12,8%.

Tabela 4.37

Evolução intercensitária da população residente da AMP, 1981-2001

Concelhos	População residente	Variação da população		População residente	Variação da população residente	
	1991	1981-1991	%	2001	1991-2001	%
Espinho	34 956	2 547	7,9	33 701	- 1 255	-3,6
Gondomar	143 178	12 427	9,5	164 096	20 918	14,6
Maia	93 151	11 472	14	120 111	26 960	28,9
Matosinhos	151 682	15 184	11,1	167 026	15 344	10,1
Porto	302 472	- 24 896	-7,6	263 131	- 39 341	-13,0
Póvoa de Varzim	54 788	540	1	63 470	8 682	15,8
Valongo	74 172	9 938	15,5	86 005	11 833	16,0
Vila do Conde	64 836	434	0,7	74 391	9 555	14,7
Vila Nova de Gaia	248 565	22 234	9,8	288 749	40 184	16,2
AMP	1 167 800	49 880	4,5	1 260 680	92 880	8,0

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População 1981, 1991 e 2001*

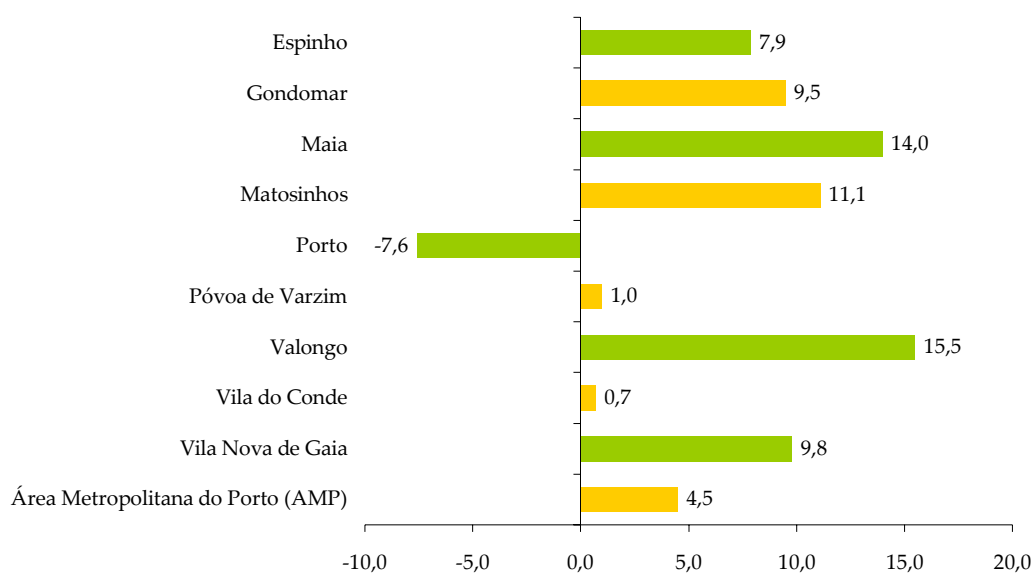
Num estudo de 2004 do INE sobre o território metropolitano¹⁶⁵, algumas dimensões sócio-demográficas da AMP são analisadas, reportando-as aos momentos censitários entre 1980 e 2001, integrando-as num nível de análise mais global (escala país) e regional (região envolvente da AMP). Retenhamos apenas aqui os dados relativos à AMP e anotemos algumas das dimensões analisadas nesse estudo. Em primeiro lugar, e face a 1991, a população residente na AMP cresceu 8%, assumindo este território um dinamismo populacional superior ao verificado globalmente para Portugal, que cresceu 5%. Observando os concelhos que perderam e ganharam população residente neste período, destaca-se o Porto, que desde 1981 perde população, em virtude dos processos de urbanização, do crescimento dos movimentos migratórios para os concelhos vizinhos e do envelhecimento populacional local; e Espinho, que entre 1991 e 2001 teve uma variação populacional negativa (-3,6%) e com um índice de envelhecimento na ordem dos 95,3%. Em contrapartida, aumenta, e de forma continuada e significativa, a população residente nos concelhos limítrofes ao Porto, com especial destaque para Maia, Vila Nova de Gaia, Valongo e Gondomar, por um lado; e Póvoa de Varzim e Vila do Conde, por outro, estes últimos com significativos acréscimos de população face a 1981-1991¹⁶⁶.

¹⁶⁵ No estudo *Retrato da Área Metropolitana do Porto*, realizado pelo INE (Portugal, 2004), procurou-se integrar a análise dos resultados sócio-demográficos da AMP no contexto de um território envolvente mais alargado, no qual se insere e com o qual estabelece relações de funcionalidade e complementaridade, e que os autores designam por região envolvente da AMP. Os concelhos que fazem parte dessa região envolvente são Barcelos, Braga e Esposende (Região Cávado Norte), Guimarães, Santo Tirso, Trofa, Vila Nova de Famalicão e Vizela (Região Ave Norte), Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e São João da Madeira (Região Entre Douro e Vouga Sul), Ovar (Região Baixo Vouga Sul), Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel (Região Tâmega Este) e Mesão Frio (Região Douro Este).

¹⁶⁶ Veja-se os Anexos 4SC e 4TC. De acordo com os dados reunidos pelo INE (Ibidem), entre 1991 e 2001, a população da AMP intensificou o crescimento que observara nas décadas anteriores: foi determinante o crescimento populacional dos concelhos de Vila Nova de Gaia, Maia e Gondomar. Nos últimos 50 anos, e até 2001, a população portuguesa cresceu 22,7%, evolução que se estendeu, e de forma bem acentuada, à AMP e à própria região envolvente. Em 2001, a AMP concentrava cerca de 12,2% do total da população residente em Portugal, com uma densidade populacional 14 vezes superior (1547,3 Km²) à nacional (112 Km²) e quase dupla da da AML (833,5 Km²). Adicionando os concelhos do espaço envolvente, a população deste território mais alargado representava 26,8% do total nacional (Ibidem).

Figura 4.28

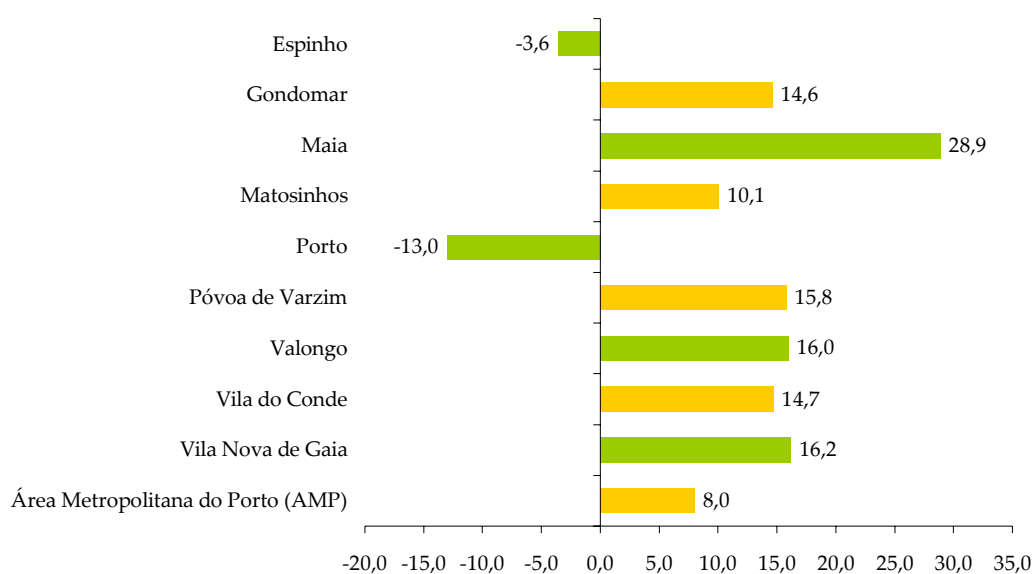
Crescimento da população residente total da AMP, 1981-1991 (%)



Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Figura 4.29

Crescimento da população residente total da AMP, 1991-2001 (%)



Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

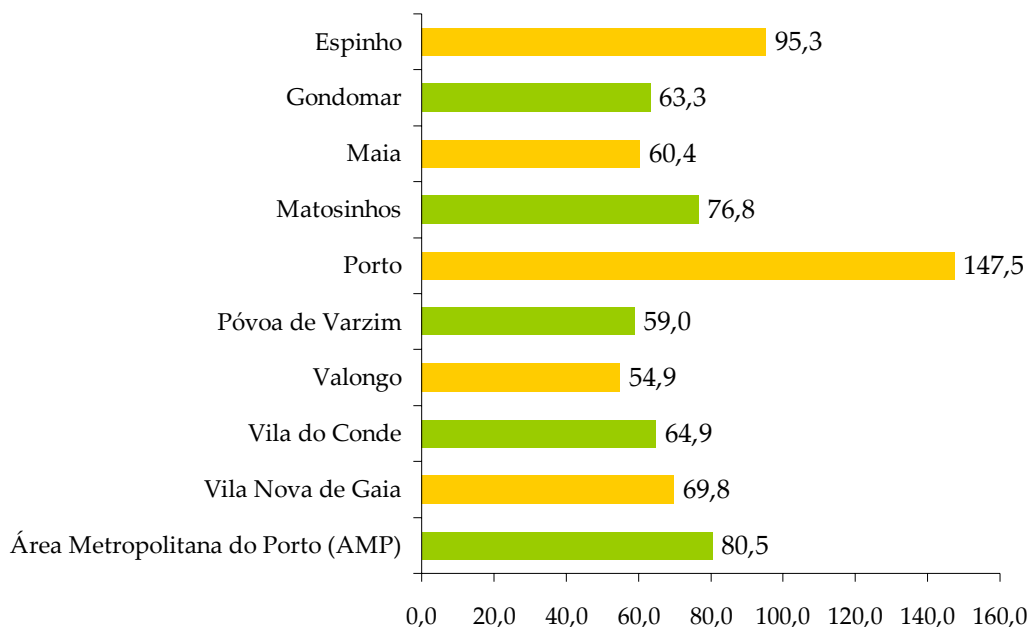
Acrescente-se que enquanto em 1981 e 1991 o Porto perde população, ainda que concentre mais efectivos populacionais metropolitanos (29,2% e 25,9%, respectivamente), em 2001 Vila Nova de Gaia torna-se o concelho mais populoso da AMP, concentrando 22,9% da população metropolitana.

Em segundo lugar, a estrutura etária da AMP traduz uma população relativamente jovem mas cada vez mais envelhecida¹⁶⁷. As tendências verificadas na população portuguesa a partir dos anos 80 – o envelhecimento progressivo, com decréscimos da população de jovens (com idade inferior a 25 anos e, em particular, com menos de 15 anos) e acréscimos da população mais idosa, estes em curso desde 1950 (Portugal, 2004) – estenderam-se à AMP na década de 90 e com níveis diferenciados nos seus concelhos. O Porto é o concelho mais envelhecido (147,5%), seguido de Espinho (95,3%) e Matosinhos (76,8%). Ou seja, e atendendo ao índice de envelhecimento, em Portugal existiam, em 2001, cerca de 102 idosos por cada 100 jovens, enquanto na AMP o mesmo índice descia para 81, sendo ainda maior a proporção de jovens do que de idosos. O Porto apresentava 148 idosos por cada 100 jovens, enquanto Espinho e Matosinhos 95 e 77, respectivamente. O envelhecimento da população da AMP traduziu-se, deste modo, nas proporções mais baixas de indivíduos nos grupos etários mais jovens em face da redução da natalidade (o envelhecimento pela base) e nas maiores proporções de indivíduos mais idosos em face do aumento da esperança média de vida (o envelhecimento pelo topo). Aumentou o peso relativo dos indivíduos com mais de 65 anos na totalidade dos concelhos e aumentou ligeiramente a variação negativa dos jovens entre os 0 e 14 anos, evidenciando-se, contudo, um ligeiro aumento da natalidade na AMP face a 1980 e a 1990: assistiu-se a um ligeiro aumento da natalidade no final dos anos 90 que contribuiu para que a AMP se apresentasse em 2001 como uma região mais jovem, em média (38 anos), do que Portugal (40 anos) (Ibidem).

¹⁶⁷ Atente-se a este propósito aos Anexos 4UC e 4VC que contêm informação sobre outros indicadores demográficos.

Figura 4.30

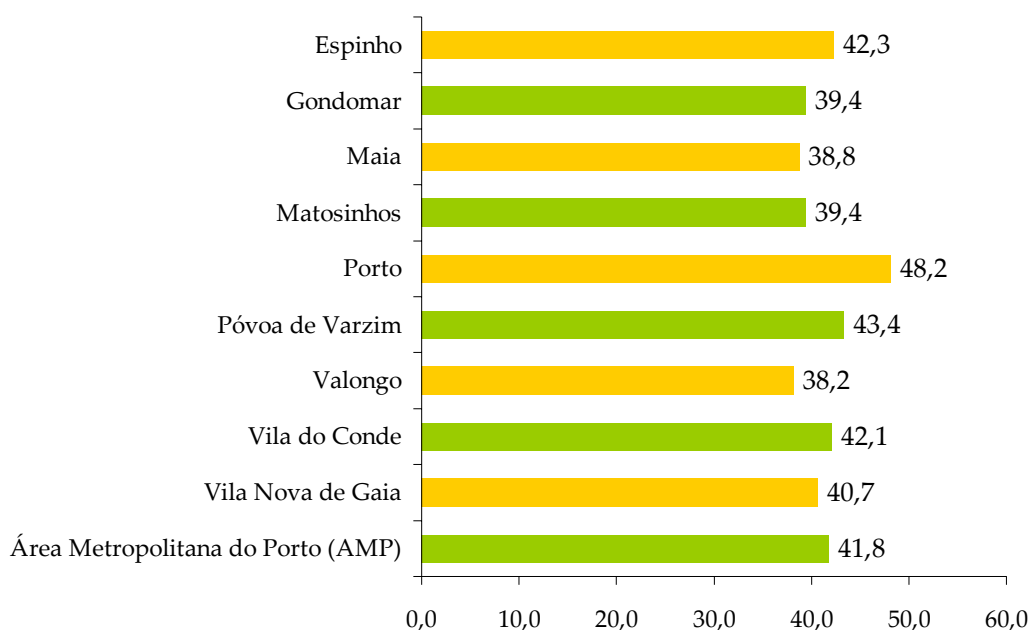
Índice de envelhecimento da AMP, 2001 (%)



Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Figura 4.31

Índice de dependência total da AMP, 2001



Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Assinale-se que o crescimento populacional observado na AMP, entre 1981 e 1991, teve origem no saldo natural (acumulado) positivo, em particular nos concelhos de Espinho, Póvoa de Varzim e Vila do Conde; e entre 1991 e 2001, no saldo migratório positivo e no saldo natural, embora também positivo, com menor dimensão do que o da década anterior. As entradas líquidas de migrantes ganharam um papel acrescido na explicação do crescimento populacional no território metropolitano, ainda que a componente natural fosse, contudo, a mais determinante na maioria dos concelhos, excepto em Espinho e no Porto, que foram alvo de movimentos migratórios de saída. Destaca-se na Maia, em Valongo e em Vila Nova de Gaia a taxa de crescimento migratório forte e crescente a partir de meados dos anos 90. Na Maia, na última década, três quartos do crescimento populacional foi explicado pelo crescimento migratório (Portugal, 2004)¹⁶⁸.

Em terceiro lugar, a AMP apresenta uma melhoria significativa entre 1991 e 2001 do nível de qualificação académica da sua população residente¹⁶⁹. Possuía, porém, 21,8% de população residente sem qualificação académica, inferior à observada no total do país (26,4%), e com significativa relevância nos concelhos de Póvoa de Varzim e Vila do Conde (25,1%) e menor expressão relativa no Porto (18,5%). 8% da população residente na AMP, em 2001, tinha como qualificação académica o ensino superior, acima da de Portugal no mesmo período (6,5%). Quanto ao ensino obrigatório completo (3.º ciclo do ensino básico), 36,4% da população tinha tal habilitação enquanto em Portugal era mais baixa: 13,8%. Porto e Vila do Conde detêm a maior e a menor proporção da população com o ensino obrigatório completo da AMP: 46% e 25%, respectivamente (Ibidem).

¹⁶⁸ Acrescente-se, e de acordo com os dados do INE (Portugal, 2004), que em 2001, e face à situação que se verificava em 1995, 91% dos residentes da AMP não mudou de residência para concelhos exteriores. Os movimentos residenciais da população da AMP processaram-se na sua maioria no seu interior. Maia, Valongo e Gondomar surgiram como os concelhos mais atractivos para localização residencial; Porto e Espinho constituíram os concelhos mais repelentes de população residente. Os fluxos residenciais no interior da AMP processam-se do Porto para a periferia (Vila Nova de Gaia, Gondomar, Valongo e Maia) ou entre os concelhos desta coroa envolvente do Porto (Matosinhos e Maia; Póvoa de Varzim e Vila do Conde, por exemplo) (Ibidem).

¹⁶⁹ Nos Anexos 4WC a 4ZC encontra-se disponível informação sobre indicadores de ensino da população residente.

Tabela 4.38
Crescimento do nível de qualificação académica da população residente da AMP, 1991-2001 (%)

	Sem qualificação académica	Básico			Secundário	Médio	Superior
		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo			
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	-12,4	-8,0	9,7	104,7	102,3	-36,2	150,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	-10,8	-12,5	-7,2	80,1	78,6	-23,7	124,2
Espinho	-17,3	-16,0	-13,8	48,5	46,2	-37,7	102,3
Gondomar	-11,2	-4,3	0,2	107,9	131,8	-36,6	186,6
Maia	1,5	-4,7	8,5	133,1	165,3	-1,4	265,4
Matosinhos	-10,7	-11,6	-12,2	87,2	97,7	-17,8	145,5
Porto	-25,3	-30,6	-35,5	21,1	15,0	-21,5	68,5
Póvoa de Varzim	-9,0	-1,8	21,9	126,3	113,9	-36,3	171,1
Valongo	-5,5	-5,9	2,4	109,0	136,3	-35,0	209,4
Vila do Conde	-5,9	-2,2	12,9	144,8	144,5	-31,8	210,6
Vila Nova de Gaia	-4,1	-8,1	0,6	106,5	115,5	-23,0	163,9
Região envolvente da AMP	-13,5	-4,2	22,9	140,7	149,0	-51,7	218,9
envolvente Norte	-12,2	-5,6	17,7	130,1	142,2	-45,2	204,7
envolvente Este	-15,6	-2,5	37,8	172,7	181,4	-68,8	275,5
envolvente Sul	-12,3	-3,6	13,8	135,3	138,7	-48,8	261,0
Portugal	-19,7	-10,5	-1,5	77,0	86,4	-31,9	146,7

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Em quarto lugar, a população residente da AMP apresentava em 2001 uma mão-de-obra relativamente jovem, no contexto do país, ainda que com um envelhecimento nas últimas décadas, e com uma maior participação feminina¹⁷⁰. A população activa tinha mais mulheres (46,5%) e menos jovens (14% de jovens com idade inferior a 25 anos), atendendo ao prolongamento do período de estudos e ao retardamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho, por um lado, e à redução da fertilidade, por outro (Portugal, 2004). Em 2001 650.000 activos constituíam a oferta de mão-de-obra na AMP, com uma taxa de actividade de 61,4%, e Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia eram os concelhos com taxas mais altas e o Porto com a mais baixa (55,4%) (Ibidem). A população residente da AMP apresentava uma taxa de emprego de 56,5%, inferior à do país (58,5%), e uma distribuição regional da população empregada heterogénea e desigual: Vila Nova de Gaia e Porto concentravam, em conjunto, 42,6% da população residente empregada da AMP e Vila Nova de Gaia, Gondomar e Matosinhos eram os concelhos com as maiores taxas de emprego (61,6%, 61,2% e 60,2%, respectivamente). Segundo o mesmo estudo do INE (Ibidem), conviria destacar as seguintes regularidades da AMP em 2001:

- o acréscimo da população residente empregada ocorreu em todos os concelhos, com excepção do Porto e de Espinho, e devido, particularmente, ao aumento da população empregada feminina, menos jovem e com nível de instrução;
- a proporção de mulheres empregadas era de 45,8% (face a 42,8% em 1991), com especialização produtiva de alguns dos concelhos em torno da indústria têxtil;
- diminuiu a proporção de empregados jovens, entre 1991 e 2001, de 20,3% para 13,1%, subiu a proporção de activos empregados com ensino superior de 12,8% para 20,3% e desceu a proporção daqueles que tinham o ensino obrigatório de 74,8% para 56,7%;
- a população empregada exercia a sua actividade maioritariamente em ramos da indústria e construção (54,5%), serviços (43,8%), sobretudo de natureza

¹⁷⁰ Nos Anexos 4AD a 4CD encontram-se disponíveis alguns outros indicadores de emprego da AMP.

comercial (31,9%) e, com uma expressão diminuta, a agricultura, silvicultura e pesca (1,7%);

- os concelhos de Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia demarcavam-se por uma concentração de emprego no sector secundário superior à média metropolitana, sobretudo na indústria têxtil, em Vila do Conde, e na construção nos outros dois concelhos; o concelho do Porto concentrava a maior parte da sua população empregada em ramos dos serviços, sobretudo de natureza comercial (42,2%);

- o crescimento visível da população desempregada na década de 90 (51,4%) com uma taxa de desemprego em 2001 de 8%, superior à verificada em Portugal (6,8%);

- a distribuição desigual da população desempregada no interior da AMP: dos cerca de 52.000 indivíduos desempregados, quase metade residia nos concelhos do Porto (25,0%) e Vila Nova de Gaia (23,8%), cabendo ao Porto a maior taxa de

Tabela 4.39

População desempregada da AMP, 2001

	População desempregada	Taxa de desemprego (%)			
		Total	H	M	Jovens (15-24)
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	91 876	6,5	5,3	8,0	9,8
Área Metropolitana do Porto (AMP)	51 862	8,0	6,8	9,4	13,9
Espinho	1 172	7,0	6,2	8,0	13,6
Gondomar	6 445	7,6	6,3	9,3	13,6
Maia	4 408	6,7	5,3	8,4	11,7
Matosinhos	6 851	8,0	6,9	9,3	13,5
Porto	12 951	10,2	10,1	10,3	20,7
Póvoa de Varzim	2 012	6,2	5,2	7,4	9,0
Valongo	3 320	7,3	5,8	9,2	12,0
Vila do Conde	2 345	6,1	4,3	8,3	8,2
Vila Nova de Gaia	12 358	8,1	6,5	9,9	13,7
Região envolvente da AMP	40 014	5,2	4,1	6,7	7,1
envolvente Norte	21 423	5,5	4,8	6,4	7,1
envolvente Este	11 410	5,0	3,1	7,7	6,6
envolvente Sul	7 181	4,9	3,8	6,2	8,4
Portugal	339 261	6,8	5,2	8,7	12,5

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

desemprego (10,2%);

- a maior intensidade do desemprego entre a população feminina (9,4%) e os jovens (13,9%) e a clivagem entre desemprego feminino e desemprego masculino (6,8%), excepto no Porto;

- o acréscimo do desemprego, entre 1991 e 2001, entre os indivíduos com o ensino secundário (22,9%); entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos ou os 45 e os 64 anos; e entre os jovens, excepto em Espinho, Porto e Póvoa de Varzim;

- o exercício de uma actividade profissional num qualquer concelho da AMP por cerca de 610.000 indivíduos¹⁷¹, 90% dos quais residentes naquele território, e com cerca de 60.000 indivíduos, não residentes, a deslocar-se diariamente para o concelho da AMP;

- a atracção e polarização funcional em termos de emprego exercidas pela AMP, com um índice de polarização de 1,02, e com destaque para os concelhos da Maia (1,01) e do Porto (1,92); Gondomar e Valongo, seguidos de Espinho e de Vila Nova de Gaia, são os que apresentam os índices de polarização mais baixos e inferiores à unidade;

- as deslocações pendulares menos demoradas e mais prolongadas nos concelhos de Gondomar, Vila Nova de Gaia e Valongo, os que originam o maior número de deslocações de saída que, na sua maioria, se destinam ao Porto; e as deslocações pendulares de menor duração ocorrem para os residentes nos concelhos mais periféricos (Espinho, Póvoa de Varzim e Vila do Conde).

Por último, destaquemos um outro conjunto de características socioeconómicas da AMP em 2001 e 2002¹⁷² (Portugal, 2004):

- quanto à capacidade empresarial, em 2002, a AMP dispunha de cerca de 30 Km² de terrenos infra-estruturados para acolhimento empresarial, que ocupavam cerca de 3,7% da superfície total da região, superior à de Portugal (0,3%);

¹⁷¹ Veja-se o Anexo 4HD com dados sobre a mobilidade casa-trabalho em 2001.

¹⁷² Os Anexos 4DD a 4GD contêm indicadores sobre o parque habitacional da AMP e a capacidade empresarial metropolitana.

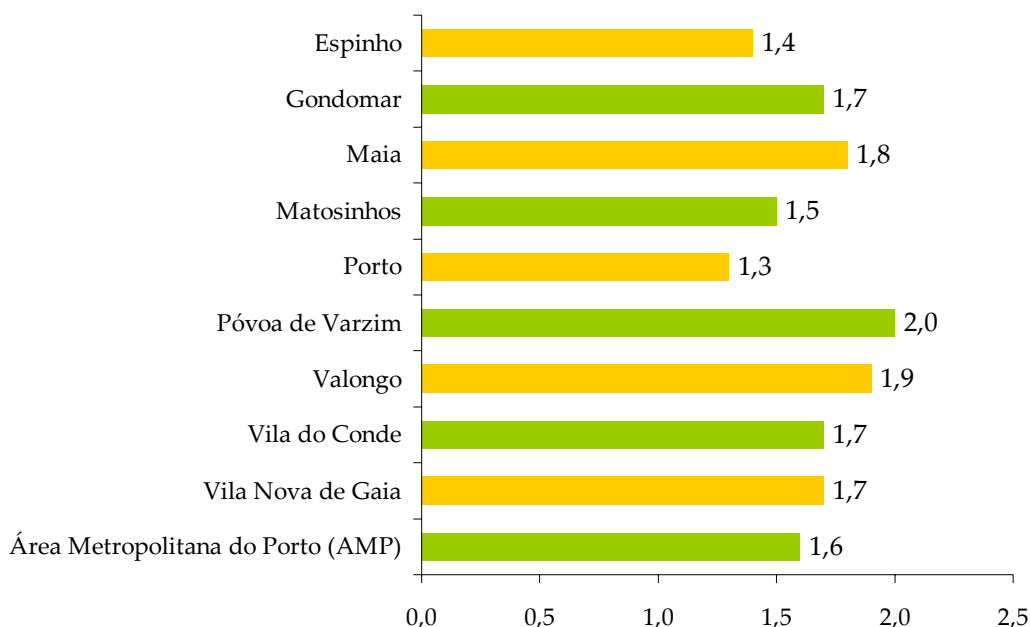
Tabela 4.40
População empregada da AMP, 2001

	Total	Taxa de emprego	Trabalhador por conta de outrem	Patão	Agricultura, silvicultura e pesca	Indústria e construção	Serviços
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	1 320 514	58,1	83,5	9,9	2,2	65,1	32,7
Área Metropolitana do Porto (AMP)	595 529	56,5	84,0	9,7	1,7	54,5	43,8
Espinho	15 536	59,6	82,9	10,0	0,7	59,7	39,6
Gondomar	78 063	61,2	83,8	9,2	0,7	57,5	41,8
Maia	61 123	56,6	84,0	10,0	1,0	57,9	41,1
Matosinhos	78 877	60,5	85,4	8,9	1,1	51,9	47,0
Porto	113 593	56,7	84,7	9,8	0,4	40,6	59,0
Póvoa de Varzim	30 409	53,5	77,2	13,6	9,5	57,8	32,8
Valongo	41 866	54,4	84,3	9,3	0,7	61,1	38,3
Vila do Conde	35 981	57,5	82,6	10,6	8,8	63,8	27,4
Vila Nova de Gaia	140 081	61,6	84,7	9,2	0,7	58,5	40,7
Região envolvente da AMP	724 985	56,2	83,1	10,1	2,6	73,8	23,6
envolvente Norte	365 611	49,7	83,4	10,4	2,3	72,8	24,9
envolvente Este	218 977	59,2	83,5	9,3	3,7	74,2	22,0
envolvente Sul	140 397	59,3	82,0	10,6	1,6	75,6	22,8
Portugal	4 650 947	58,5	81,6	10,3	5,0	51,6	43,4

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Figura 4.32

Índice de renovação da população activa da AMP, 2001 (%)

Fonte: INE, *Retrato da Área Metropolitana do Porto*

- Vila Nova de Gaia, Maia, Vila do Conde e Póvoa de Varzim destacavam-se por disponibilizar as maiores áreas para aquele efeito, por oposição ao concelho do Porto que não dispunha daquela infra-estrutura;

- quanto ao tecido empresarial do espaço metropolitano e da região envolvente, o que o caracteriza é a acentuada vocação exportadora, com infra-estruturas de apoio ao comércio internacional e à internacionalização; destacam-se o porto de Leixões¹⁷³, o aeroporto Francisco Sá Carneiro¹⁷⁴, a Exponor¹⁷⁵ e o Europarque¹⁷⁶.

¹⁷³ “Nos últimos anos, o porto de Leixões perdeu alguma importância no contexto do comércio internacional português. Ainda assim, regista o segundo maior volume de mercadorias movimentadas ao nível nacional e superior aos dos portos da Galiza. (...) Entre 1995 e 2001, passaram pelo porto de Leixões, em média, 16,9% das mercadorias transaccionadas no âmbito das trocas internacionais portuguesas e 24,4% das mercadorias transportadas por via marítima.” (Portugal, 2004, p. 81). Veja-se a este propósito o *site* oficial da instituição www.apdl.pt.

¹⁷⁴ “O aeroporto Francisco Sá Carneiro registou, entre 1993 e 2001, um crescimento do tráfego comercial superior ao do país, com destaque para o transporte de mercadorias. No entanto, em comparação com os principais aeroportos localizados na Galiza, o aeroporto Francisco Sá Carneiro apresenta, em geral, taxas de crescimento inferiores.” (Ibidem, p. 83). Veja-se a este propósito o *site* oficial www.ana.pt.

Se atendermos ao contexto português e europeu, no referido estudo (Portugal, 2004) ressaltam ainda outras especificidades do espaço metropolitano. Por um lado, a AMP é uma região relativamente jovem porque apresentava em 2001 um saldo natural de 2,9‰ de população residente, o que excedia, tanto a média nacional, como a europeia. Por outro lado, e comparativamente com aqueles espaços, concentrava uma maior proporção de jovens e uma menor proporção de idosos e uma população com níveis de escolaridade distantes negativamente do padrão europeu: “Em 2001, a proporção de indivíduos com idade compreendida entre 25 e 64 anos que completou pelo menos o ensino secundário ficava-se em 34,7%, enquanto que a média europeia era já de 63,5%.” (Ibidem, p. 19). Em terceiro lugar, apresentava uma taxa de actividade superior à da média europeia e uma taxa de desemprego total (5,1%) e de jovens (9,5%) abaixo das médias europeias, ainda que fossem superiores às médias nacionais. As actividades do sector terciário caracterizavam o tecido empresarial da AMP (absorvia em 2001 59,1% da população empregada) mas possuía 37,9% de mão-de-obra industrial, valor este superior ao da média europeia (26,4%). Por último, o Produto Interno Bruto *per capita*¹⁷⁷ da AMP era, em 2000, de 17.812 euros, 21,1% abaixo da média europeia, em virtude, e

¹⁷⁵ “A Exponor registou, entre 1996 e 2002, um crescimento no número de expositores e de visitantes, assim como no número de feiras por si organizadas e certificadas internacionalmente. A EXPONOR - Feira Internacional do Porto é uma entidade especializada na realização de feiras internacionais, constituindo, ao nível Ibérico, uma das cinco maiores organizadoras de feiras e, em Portugal, a líder na organização de feiras profissionais.” (Portugal, 2004, p. 84). Acrescente-se que a Exponor, cujo historial na organização de eventos remonta a 1856, é uma instituição que pertence à Associação Empresarial de Portugal (AEP) – Câmara de Comércio e Indústria, fundada em 1849. Realiza mais de 50 feiras anuais, de diferentes sectores de actividade, na Europa, América e África do Sul, e dispõe da maior área para eventos de Portugal: 100 mil m² (60 mil m² no recinto da Exponor em Matosinhos e 40 mil m² no Europarque em Santa Maria da Feira). Veja-se a este propósito o *site* oficial da instituição www.exponor.pt.

¹⁷⁶ “Localizado em Santa Maria da Feira, o EUROPARQUE é um projecto de desenvolvimento económico e cultural da responsabilidade da AEP - Associação Empresarial de Portugal. O EUROPARQUE integra um Centro de Congressos, um Centro Cultural, o Centro de Ciência Visionarium, dedicado à divulgação científica, o IDIT - Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, estrutura de apoio às empresas industriais na área da investigação e desenvolvimento e o PortusPark - Parque de Ciência e Tecnologia, cujo objectivo é o acolhimento de empresas tecnológicas, instituições de investigação e desenvolvimento e instituições de ensino.” (Ibidem, p. 85). Para outras informações, consulte-se o *site* oficial da instituição www.europarque.pt.

¹⁷⁷ Em PPC: Padrão de Poder de Compra (PPC). Indicador que resulta da conversão dos valores regionais do Produto Interno Bruto (PIB), expressos em termos monetários nacionais, numa moeda única, permitindo as comparações internacionais (Portugal, 2004).

segundo os autores, do nível médio de escolarização da população residente e da especialização produtiva (Portugal, 2004).

A AMP, com a centralidade relativa do concelho do Porto e com concelhos limítrofes cuja densidade construtiva tende a aumentar e onde se mantém, simultaneamente alguma tradição industrial e um processo de terciarização crescente, “(...) deve ser encarada, não apenas como um espaço urbanizado à volta de uma grande cidade, mas como uma área de quotidianos urbanos onde se desenvolvem inter-relações, isto é, laços mais ou menos complexos entre a cidade-pólo e os centros urbanos envolventes, por sua vez interligados. A metropolização operou-se através da dilatação das zonas urbanas e da integração no funcionamento metropolitano, não apenas das zonas periféricas, mas de territórios cada vez mais afastados, não contíguos em relação ao espaço urbano inicial, realidade que se apreende quando se analisam os movimentos pendulares.” (Ibidem, p. 20)

CAPÍTULO 5

Discursos e práticas políticas sobre a cultura e o turismo

Possibilidades e limites da análise: um outro exercício reflexivo em torno da prática da investigação

Como explicitámos no Capítulo 3, a propósito das opções metodológicas da pesquisa, o *estudo de caso* – poderíamos dizer, o *estudo de alguns casos* - levou-nos ao retrato daquilo que tem sido o posicionamento político da cultura e do turismo nos concelhos da AMP. Para lá chegarmos, e mesmo com um produto científico limitado e incompleto da realidade concelhia, a *entrevista* como exercício de fabulação dos trajectos locais do poder político, pareceu-nos a escolha óbvia. A entrevista sociológica proporciona-nos potencialidades. Procurámos explorá-las, desde logo, na própria situação de entrevista. Os registos de observação que fizemos a propósito dos contextos sociais de entrevista indiciam a nossa tentativa de situar, no contacto com os actores sociais, um equilíbrio entre algumas características associadas à técnica da entrevista, tornando-a simultaneamente válida nos resultados e flexível no posicionamento dos temas e dos actores em interacção. Adoptámos a semi-directividade do guião de entrevista (Ghiglione; Matalon, 1993), uniformizando, mesmo que de forma relativa, o universo das temáticas com a diversidade dos actores alvo; procurámos, igualmente, accionar algumas das propostas sugeridas por Kaufmann (2006) a propósito da *entrevista compreensiva*: a dimensão aberta do guião de questões ou a inversão da ordem dos temas, estas sinais ainda da própria semi-directividade; a adopção de um tom de voz e de um discurso próximos dos da conversação quotidiana; o uso de um certo humor na interacção com o entrevistado; e a criação, dentro das possibilidades da circunstância de entrevista, de uma empatia profissional e pessoal, nunca desligada do desempenho dos papéis esperados. A verbalização de opiniões, umas vezes ténues, outras vezes incisivas, e os sinais de assentimento verbal e facial face às descrições e opiniões dos

entrevistados, e particularmente nos momentos em que éramos directamente confrontados por estes, foram conscientemente assumidos por nós. Sugeriram, também, e conciliando-se com as características do próprio entrevistador (idade, sexo e proveniência institucional), situações de interacção mais focalizada (Goffman, 1993) que permitiram aos actores, tanto entrevistador como entrevistado, a produção de sentidos. Não esqueçamos, e do ponto de vista da análise proxémica (Hall, 1986), que a percepção do espaço em que as entrevistas foram feitas não só era diferente como desigual entre os interlocutores (normalmente, nos próprios contextos de exercício do poder político e das funções políticas e sociais dos actores alvo). Porém, acrescente-se que nas situações de entrevista, ponderadas tendo em conta a *distância social* entre os actores, a interacção configurou-se no *modo próximo* (Ibidem) e, como tal, propiciador do contacto visual directo, do tom de voz suficientemente audível ou de um relativo atenuar da assimetria de poderes entre os interlocutores, sobretudo quando a entrevista tinha lugar fora do frente a frente circunstancial, mediado pela secretária ou mesa do actor em causa¹.

Por outro lado, e porque o objecto aqui em análise o exigia, como qualquer outro objecto sociológico, ponderámos as dimensões éticas na relação entre sujeito investigador e sujeito protagonista do enfoque analítico. Independentemente da estratégia de pesquisa dominante que nos norteia, os princípios éticos gerais da investigação sociológica são transversais à totalidade do trabalho desenvolvido. Temos presente que tais princípios se diferenciam apenas na sua intensidade, consoante o tipo de investigação e a estratégia metodológica adoptada. Nesse sentido, basta referir, por exemplo, e mesmo na dimensão por demais necessária e óbvia que têm, a relação de confiança e de colaboração que procurámos estabelecer com os diversos interlocutores, respeitando os princípios da autonomia e integridade dos sujeitos, da confidencialidade e da privacidade dos actores e dos discursos, e da fidelidade dos dados e da análise (Burton, 2000). Orientou-nos um outro pressuposto, ainda que nesta investigação em particular, e pelas próprias

¹ Atente-se de novo aos Anexos 3K a 3R e 3T a 3U, com os registos de observação das situações de entrevista aos actores sociais alvo.

características do objecto em análise, tal dimensão não se evidenciasse tanto: a condução ética de uma pesquisa resulta do equilíbrio entre o respeito por aquele conjunto de regras e pelo quadro de valores do próprio investigador como actor social e cidadão, e as possibilidades sociais da prática da investigação. No caso particular das entrevistas, aos actores sociais alvo, representantes do poder político local e de organismos públicos e privados, sujeitos a eleição e com actividades públicas, foi feita a apresentação prévia dos objectivos do projecto e das condições de gravação e de análise das entrevistas, às quais acederam sem levantarem obstáculos, quer quanto à sua realização, quer quanto aos usos científicos da informação em termos de relatório final (Kvale, 1996)².

Outras potencialidades da entrevista sociológica se nos oferecem no processo de tratamento e análise da informação. A tarefa da análise permite-nos, por seu turno, construir categorias de inteligibilidade dos discursos dos actores sociais e, como tal, dos universos de sentido aqui presentes. A descrição e a interpretação dos discursos dos actores sociais, a dois níveis de análise (o que poderíamos designar por *análise vertical* e *análise horizontal* das entrevistas)³, são até certo ponto paradoxais (Kaufmann, 2006): a interpretação, em particular, não deixa de estar assente na subjectividade do investigador, pois é dela que depende o esforço de objectivação sociológico. Construímos, de novo, e por esta ordem de ideias – pela *descrição* e pela *interpretação* - os sentidos dos discursos dos actores sociais. De alguma forma, a nossa tarefa é a de reduzir a configuração inicial dos discursos, recontextualizando-a no conjunto das categorias da análise.

² Esta pesquisa traduziu, de igual modo, três patamares de relações sociais de poder a serem posicionadas nos devidos contextos e tempos e, como tal, de *três comunidades de validação* diferentes (Kvale, 1996): a relação entre *investigador e actores*, cujo *feed-back* final é necessário e exigível; a relação entre *investigador e organismos financiadores e participantes* no projecto, no caso a FCT, com a divulgação e publicação dos resultados e o reconhecimento dos resultados esperados face às expectativas recíprocas; e a relação entre *investigador e comunidade de pares*, com o outro patamar de discussão, divulgação e avaliação dos resultados obtidos, inscrito nas lógicas de estruturação do campo científico.

³ A partir de um sistema de categorias de análise, construído com base nos guiões de entrevista, nas transcrições dos discursos e na análise interpretativa, respeitando-se o princípio do vaivém entre teoria e empiria, confrontámos o painel de sentidos dos actores envolvidos. Primeiro, atendendo às especificidades de cada entrevista como uma totalidade discursiva; segundo, confrontando cada uma destas com as especificidades dos outros testemunhos.

Um dos parâmetros com os quais nos confrontámos foi o do número de entrevistas suficiente para validar as questões em torno do objecto de análise. Perante a natureza do universo, pareceu-nos pouco flexível, e porque não pouco possível, delimitar um limite máximo e mínimo. Se atendermos aos critérios estipulados, e tendo presente que neste tipo de abordagem metodológica é a exaustividade que atribuímos ao objecto empírico, quer por via da estrutura do guião de entrevista, quer por via do número total e da qualidade dos interlocutores, que legitima as nossas opções, não podemos negligenciar o facto da viabilidade das nossas intenções nos terem impedido de alcançar a totalidade deste critério. Foi visível, ao longo da pesquisa empírica, por exemplo, a dificuldade, se não mesmo a impossibilidade, pelos mais diversos motivos, em realizar as entrevistas aos presidentes de câmara em exercício de funções. E, do nosso ponto de vista, seriam discursos relevantes se confrontados na totalidade dos eleitos locais.

Fizemos a transcrição das entrevistas e analisámos os registos escritos das situações de interacção verbal produzidas⁴. A análise das entrevistas definia-nos outros campos de possíveis. O da análise de conteúdo e o da análise de discurso. Avançámos, antes de mais, e numa maior proximidade com esta última, por tarefas de (re)leitura e de categorização qualitativa: elaborámos resumos para cada uma das entrevistas, indicámos os aspectos essenciais quanto a cada tema/subtema,

⁴ No Anexo 5A está disponível, a título de curiosidade metodológica, o manual de transcrição das entrevistas adoptado. As entrevistas foram gravadas em registo áudio e, a partir de um conjunto de indicações metodológicas, constituímos o *corpus* de material transcrito. Foram transcritas na sua totalidade, anotando em particular algumas dimensões próprias da oralidade em situação de entrevista formal – as hesitações, as pausas, as interrupções, as intervenções em simultâneo, os sinais de assentimento dos interlocutores, os risos e sorrisos – e os discursos dos sujeitos, tanto entrevistador como entrevistado, com as especificidades do tom coloquial, mesmo não sendo nossa intenção a análise das formas linguísticas utilizadas pelos sujeitos para objectivação dos segmentos semânticos subjacentes. Não esqueçamos que a transcrição da entrevista assume-se como um processo de reconstrução de um documento inicial – o *discurso oral gravado* – e, deste modo, sujeito aos erros de audição, de recepção, e, mais ainda, de transposição de um discurso segundo as regras da oralidade para um outro segundo as regras da escrita (Kvale, 1996). As transcrições feitas não são nem objectivas nem fidedignas; são, do nosso ponto de vista, exercícios construtivistas de sentidos em função dos objectivos da pesquisa e das condicionantes contextuais e sociais da situação de co-enunciação entre os actores presentes. Os registos de observação feitos a propósito das situações de entrevista, anotando as impressões dos contextos de interacção e da conversação propriamente dita, são, mais uma vez, um instrumento de mediação dos limites oferecidos pela transcrição.

cruzámos as entrevistas a partir de temas específicos e tipificámos, numa ordem qualitativa, especificidades e regularidades entre os enunciadores entrevistados. A este propósito Valles considera que a análise final do material (aquilo que designa por *análise intensa final*) culmina o processo de pesquisa feito de momentos analíticos nas fases anteriores, ou seja, de uma *análise projectada* nas etapas de planificação do estudo, e de uma *análise preliminar* no trabalho de campo: a designada *omnipresença da análise* feita de sínteses transversais (Valles, 2002). Kvale propõe, entre outras possibilidades, duas formas de análise das entrevistas: a *meaning condensation* e a *meaning categorization*, isto é, a elaboração de formulações discursivas síntese que traduzam os sentidos e as representações dos actores entrevistados, condensando-os, e a categorização dos discursos em termos de ausência ou presença de certas dimensões estruturantes da análise e de níveis de força de um fenómeno (Kvale, 1996); de alguma maneira, próximas da *análise temática* e *análise avaliativa* apresentadas por Bardin (1988)⁵.

Para todos os efeitos, e para além das considerações metodológicas acima enunciadas, o tratamento qualitativo da informação das entrevistas exigiu-nos tarefas de codificação e de categorização e exercícios de inferência e interpretação. Por um lado, a categorização (criando, num exercício cruzado de *a priori* e *a posteriori*, as categorias e, quando necessário, as subcategorias principais da análise); estavam implícitos a *re-categorização*, com a (re)leitura e a análise das próprias entrevistas e a agregação dos actores em tipologias descritivas quanto às

⁵ A análise de conteúdo é definida por Bardin como “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (1988, p. 42). As considerações metodológicas sobre a análise de conteúdo remetem-na tanto para uma técnica que estuda o discurso ou as condições de produção do discurso – como refere Vala, “Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise.” (Vala, 1987, p. 104); como para uma técnica com preocupações estritamente quantitativistas, de larga tradição na psicologia social e na própria sociologia. Encontramos em Valles (1999) uma exposição dos procedimentos e técnicas da metodologia de análise qualitativa, entre eles a análise de conteúdo que, no seu sentido mais lato, tanto integra procedimentos quantitativos (por exemplo, a análise temática clássica, a análise avaliativa e as análises ao nível sintáctico) como qualitativos (análise de conversações e análise de discurso em geral). Encontramos também em Íñiguez Rueda (2003) uma abordagem metodológica da análise de discurso e dos seus usos nas ciências sociais.

políticas culturais e turísticas, com a procura de padrões e de regularidades mas, na outra ordem do olhar analítico, das irregularidades, dos contrastes e das oposições entre os actores sociais. Por outro lado, contrariámos, e julgámos tê-lo feito, as posturas positivistas que ainda perduram, por vezes, quando passamos para o tratamento e análise da informação transcrita, exigência particular num campo dito qualitativo, de *estudo de casos*. Não seguimos os habituais critérios de validade interna da análise de conteúdo, numa lógica de aferição próxima das estipuladas pelos modelos de investigação quantitativos - a exaustividade e a exclusividade das categorias de análise⁶ - nem procedemos a contagens exaustivas e descontextualizadas quer das unidades temáticas quer das formas lexicais usadas e indiciadoras dos conceitos e preconceitos usados pelos sujeitos enunciadorees. Num outro sentido, e para além da própria diversidade teórico-metodológica que este campo reúne, e as diferentes aplicações nos campos das ciências sociais, não nos escamoteámos a uma análise de discurso, breve e contextualizadora, desmontando cada discurso, no contexto particular da situação de entrevista – os contextos espaciais e temporais e a interacção - e da gestão municipal própria – a diversidade dos concelhos e dos projectos políticos. Tentámos, associar, num exercício de relativa exaustividade, a cada dimensão de análise significativa os extractos ilustrativos da entrevista. Suficientemente longos para não descontextualizarmos os reportórios argumentativos dos sujeitos.

Quando confrontados com a análise propriamente dita dos discursos recolhidos, a diversidade e a não uniformidade das dimensões temáticas abordadas pelos entrevistados posicionaram-nos perante problemas de decisão metodológica quanto às categorias temáticas a dimensionar. Os actores sociais, meio privilegiado para o tratamento sociológico dos discursos e das representações políticas, antes de mais ideológicas, sobre as áreas em causa, foram díspares, quantitativa e qualitativamente, quando confrontados com os instrumentos da análise. Arquitectámos assim, e dentro das possibilidades oferecidas pelo *corpus* de análise,

⁶ No primeiro caso, todas as unidades de registo devem ser colocadas numa das categorias; no segundo, uma mesma unidade de registo só pode caber numa categoria (Vala, 1987).

critérios analíticos⁷. A *análise vertical* e a *análise horizontal* das entrevistas revelaram-se uma opção adequada: fizemos uma análise temática e uma síntese final para cada um dos discursos dos actores, e de igual modo uma análise temática transversal a todas os discursos, reavaliando como cada tema/subtema foi tratado por cada actor político e social (Ghiglione; Matalon, 1993). Anotando diferenças e semelhanças entre eles, procurando formas de intersecção temática e tipos de posicionamentos face aos vectores analíticos da pesquisa⁸.

Deste modo, a análise de conteúdo, de acordo com aquilo que localizámos nos manuais de metodologia sociológica, e na sua dimensão mais ortodoxa, seria um procedimento fixo, orientado pela exaustividade e exclusividade das categorias de análise, não integrando na análise aspectos tão ou mais necessários à conversação como, e referindo apenas alguns, o contexto, a ironia, o duplo sentido, os sentidos ocultos, as hesitações e os sorrisos, os tons de voz. Elementos estes que uma sociologia de inspiração weberiana, como a etnometodologia de Garfinkel (1967), procurou evidenciar por via da análise conversacional. Mais próxima da análise de discurso estaria, assim, e nas suas origens, a análise conversacional ao estudar os usos sociais da linguagem⁹ nas interacções face-a-face e os sentidos que os actores sociais dão às suas acções quotidianas. Teria pertinência sociológica, no caso dos actores políticos e sociais entrevistados, averiguarmos pelos discursos gravados, e

⁷ Nos Anexos 5B a 5D estão disponíveis os guiões com as categorias de análise das entrevistas realizadas aos eleitos locais e aos actores locais e regionais ligados à cultura, turismo e desenvolvimento.

⁸ A codificação do texto exige a definição de *categorias de análise* consoante o suporte teórico, de *unidades de registo* (o segmento mínimo de conteúdo para análise) – no nosso caso seriam o tema (unidade semântica) e a frase (unidade linguística) – e de *unidades de contexto* (o segmento de conteúdo para compreender a unidade de registo) – aqui no caso seria o parágrafo. Mesmo não o fazendo de modo rígido, exaustivo e quantitativo, a descrição e a interpretação analíticas orientaram-se por estas coordenadas de leitura das entrevistas. Elementos que entendemos como *procedimentos abertos*: fizemos um esforço comparativo entre discursos produzidos em situações e contextos particulares, interpretando as semelhanças, as diferenças, os caracteres específicos à luz dos objectivos e do quadro teórico da pesquisa (Ghiglione; Matalon, 1993), uniformizando, dentro do possível e do teoricamente necessário, os procedimentos de releitura e de ilustração dos discursos transcritos.

⁹ Assume-se uma concepção de linguagem diferente daquela subjacente à análise de conteúdo extensiva: a linguagem não é transparente nem estática pois a palavra e a frase não representam directamente o conceito subjacente e são reconstruídas e usadas em função dos contextos sociais de co-presença (Íñiguez Rueda; Antaki, 1998).

pelos próprios argumentos desenvolvidos no contexto particular da situação de entrevista, os sentidos políticos e pessoais quanto à gestão do concelho e às dinâmicas culturais e turísticas implementadas. Ou seja, observarmos a *linguagem em uso, a comunicação entre actores num determinado contexto* (Íñiguez Rueda; Antaki, 1998). Há elementos associados à situação de entrevista que analiticamente não podemos menosprezar: o contexto social de plurais sentidos, de papéis sociais e políticos; uma certa orientação linguística dos sujeitos sugerida pelo investigador; os universos de representação social mais vastos e condicionadores dos discursos gravados. E que justificam a asserção de que as linguagens dos actores são subjectivas - produzem sentidos e atribuem sentidos às suas práticas - e reconstruídas, como *estórias*, nos contextos de interacção. O senso comum de cada actor, aqui entendido como matriz de leitura social e cultural, feita de artefactos e ideologias várias, traduz-se no seu processo de enunciação, de acordo com as condições próprias da encenação social e as regiões – diríamos de *fachada* ou de *retaguarda* (Goffman, 1993) - de enunciação, no caso dos actores políticos. E, dentro do alcance analítico da nossa pesquisa, procurámos integrá-los, sem contudo esgotarmos o *campo de possíveis* que tal enquadramento nos sugeria.

Similares interrogações, mas também possibilidades, nos ofereciam as *fontes documentais* que recolhemos e analisámos. As proximidades à análise de discurso, nos termos anteriormente expostos, orientaram-nos, de novo, neste trabalho. Retivemos a definição de discurso como um fragmento de conversação ou de escrito relevante porque circunscrito a dois critérios: i) os actores sociais desempenham o seu papel como representativos do grupo ou comunidade em que o investigador os considerou protagonistas, não no sentido estatístico do termo, mas como actores no pleno desempenho do seu papel; ii) e com efeitos discursivos, ou seja, efeitos que surgem para além do nível individual e que são, do ponto de vista do investigador, os mais adequados à leitura da relação social que se pretende objectivar, mesmo que outras sejam possíveis na multiplicidade e ambiguidade dos documentos (Íñiguez Rueda; Antaki, 1998). O exercício que fizemos não esgotou a pluralidade de

possibilidades sugeridas pelos manuais de metodologia; contudo, percorremos um trajecto descritivo e interpretativo pelas informações que localizámos nos documentos fornecidos. Confrontámo-nos com obstáculos neste processo. Um deles, a disparidade de critérios de organização e formalização dos documentos e para a inexistência de bases de dados sistematizadas, do ponto de vista qualitativo, nas câmaras municipais e nalguns organismos públicos sobre a cultura e o turismo¹⁰. Outro, a monumentalidade documental que, a dado momento da pesquisa, fomos capazes de coligir, e diferencialmente, para cada um dos concelhos. Outro ainda, e na sequência do processo de pesquisa, o confronto com *casos* desigualmente perspectivados porque as condições sociais e institucionais da prática empírica foram sujeitas a percalços vários, com disponibilidades organizacionais, sensibilidades políticas e conjunturas institucionais mais vastas nem sempre similares, e, em última instância, algo estruturantes da orientação da pesquisa. Acabámos por ponderar a análise cruzada de documentos díspares, com particular acento naqueles que indiciavam mais os contornos das políticas culturais e turísticas concelhias¹¹. Esta opção acabou por ditar enfoques diferenciados nos concelhos da AMP e, como dizíamos no início deste capítulo, alicerçar um *estudo de alguns casos*, com níveis de fragmentação empírica e analítica, indiciando ele próprio a rugosidade do terreno empírico e a fragmentação política e social do objecto que, a dado momento, nos propusemos construir, teórica e metodologicamente. Num outro sentido, e no vaivém entre as potencialidades do olhar sociológico e as dinâmicas sociais e políticas do próprio objecto real, situámo-nos na zona de fronteira possível que a *dupla hermenêutica* (Giddens, 1996) nos permite desenhar: a da construção de uma *leitura limitada e imperfeita* a propósito do *social*.

¹⁰ Como a investigação aqui presente obedeceu a tempos sociais ligeiramente desencontrados nalgumas das suas fases – sobretudo entre concepção e execução e análise e redacção do relatório final – foi-nos possível averiguar algumas diferenças a este nível por parte dos modos de produção e apresentação de informação pelos actores aqui presentes, sobretudo câmaras municipais. Por exemplo, a existência de listas mais sistematizadas e publicitadas dos equipamentos municipais, de dados sócio-demográficos mais actualizados sobre os concelhos, de agendas culturais periódicas ou de elementos gráficos e substantivos diferentes nos *sites* oficiais entre 2002-2003 e 2006-2007. É visível, também, a maior sensibilidade do poder político local para a visibilidade social e política do *campo cultural* local.

¹¹ Atente-se de novo às considerações feitas no Capítulo 3.

O lugar da cultura e do turismo nos discursos políticos municipais: um olhar cruzado

Sobre alguns dos lugares implícitos da cultura e do turismo

Estudos realizados em torno do *e-governement* nas autarquias portuguesas - o designado *governo electrónico* (Portugal, 2006f) à escala local - traduzem o interesse analítico e político face ao papel que o poder local assume no conjunto da sociedade portuguesa, quer pela quantidade e diversidade de serviços que a administração pública local presta, quer pela sua capacidade potenciadora, face aos cidadãos e às empresas, na gestão e dinamização do município¹². Sem querermos aqui tipificar qualquer linha comparativa entre resultados obtidos¹³, algumas das conclusões apresentadas nestes estudos indiciam traços curiosos sobre o nível de desenvolvimento dos *websites* municipais¹⁴ que, por vezes, e segundo outro

¹² O Gávea, Observatório do Mercado das Tecnologias e Sistemas de Informação, e o DSI - Departamento de Sistemas de Informação da Universidade do Minho, realizaram dois estudos de avaliação da presença das câmaras municipais na internet, a partir dos seus *websites*, um em 2000 (Santos; Amaral, 2000) e outro em 2002 (Santos; Amaral, 2003a; 2003b). Os resultados obtidos, recolhidos, no primeiro caso, entre 1999 e 2000, reportaram a 305 câmaras municipais, excepto Vizela, Trofa e Odivelas, recentemente criadas, e permitiram aferir o seu grau de maturidade nesta área e a sua contribuição para o desenvolvimento do *e-governement* em Portugal. O estudo de 2002, incluindo as 308 câmaras portuguesas, avaliou “o grau de evolução ocorrida durante os dois últimos anos em Portugal neste domínio (...)” (Ibidem, p. 14) e o impacto dos investimentos do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI) e cujas conclusões, segundo os autores, são fundamentais para a tomada de decisão dos agentes, públicos ou privados, intervenientes nesta área. Em qualquer um dos estudos apontados, as variáveis de caracterização das câmaras por distrito e por NUTS II e NUTS III são analiticamente relevantes: no primeiro, destaca-se a análise das câmaras municipais com e sem *website* (objectivos, razões, recursos humanos afectos e modalidades de implementação, entre outros indicadores) e a avaliação dos aspectos formais e de conteúdo dos *websites* já existentes; no segundo, privilegia-se o nível de avaliação dos *websites* a partir da visão da autarquia (despesas e investimentos humanos e financeiros, usos da internet pela autarquia e aquisição e manutenção de equipamento informático, por exemplo) e da visão do cidadão (a utilização do correio electrónico e os usos dos conteúdos e das potencialidades virtuais dos *websites*, entre outros).

¹³ Os objectivos, as dimensões analíticas, as fontes de recolha de informação e os níveis de análise são diferentes. Refira-se, a título de curiosidade, que ambos os estudos administraram um inquérito por questionário às câmaras em 2000 e 2002, respectivamente, com 61% (num total de 305 câmaras inquiridas) e 52% (num total de 308 câmaras) de respostas válidas. Os dados analisados e as grelhas de avaliação encontram-se disponíveis em Santos; Amaral (2003b; 2000).

¹⁴ Entre muitos outros aspectos, valorizam a avaliação do nível de maturidade das câmaras municipais *on-line*, considerando que o desenvolvimento pleno de um município no espaço virtual passa não tanto por disponibilizar informações de enquadramento histórico-cultural e turístico do concelho e de

enquadramento analítico, se reiteram nas análises que fazemos das câmaras da AMP estudadas. Não só adoptámos o mesmo sentido de *website* oficial - “aquele que é reconhecido pela câmara municipal como seu e que é da sua responsabilidade.” (Santos; Amaral, 2000, p. 14) – como, de igual modo, retivemos algumas das dimensões analisadas nestes estudos¹⁵, particularmente aquelas relativas aos aspectos formais. Numa linha de análise muito próxima, um estudo mais recente tipifica dados sobre o *e-governement* em Portugal, nomeadamente quanto à posse e utilização das tecnologias de informação e da comunicação (TIC) pelas câmaras municipais entre 2003 e 2006 (Portugal, 2006f)¹⁶. O confronto entre os dados obtidos por estudos diferentes e em momentos diferenciados permitem-nos relevar alguns aspectos significativos no contexto da nossa análise.

Em primeiro lugar, atentemos ao estudo mais recente e aos dados para o ano de 2006. No quadro de um aumento significativo dos usos das TIC nas autarquias

divulgação das várias actividades (na escala de 0 a 5 valores adoptada pelos autores, o nível 4 de maturidade), mas principalmente por permitir o *interface* efectivo entre poder local e cidadão, com a criação *on-line* de serviços e de formulários e de actividades de transacção local (o nível 1 de maturidade, o de excelência, e aquele que nenhuma autarquia em Portugal atingiu, à data de realização do estudo). Traços analíticos que se distanciam das nossas intenções. Porém, refira-se, a título de curiosidade que, à luz desta escala, em 2002, a câmara de Vila Nova de Gaia era a câmara que apresentava o melhor *site* de nível 4, ou seja, o que melhor enquadrava uma estratégia de divulgação cultural e turística do concelho (Santos; Amaral, 2003a). No estudo de 2000, a câmara do Porto foi uma das que melhor apresentou uma presença na internet (Santos; Amaral, 2000).

¹⁵ Veja-se a este propósito o Anexo 5E com a grelha de análise por nós adoptada para a avaliação dos *websites* das câmaras da AMP: aspectos formais, conteúdos e representações dos actores políticos sobre turismo, cultura e desenvolvimento.

¹⁶ Dados referentes a 2003-2006, compilados no estudo *Sociedade da informação em Portugal 2006* (Portugal, 2006f), levado a cabo pelo Grupo de Trabalho para o Acompanhamento das Estatísticas da Sociedade da Informação (GTAESI). Entre os vários organismos tratados e dimensões de análise consideradas, e na parte relativa ao governo electrónico, as câmaras municipais foram perspectivadas a partir do *Inquérito à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas câmaras municipais*, realizado pela Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC) e administrado anualmente nas autarquias, com uma taxa de resposta anual entre os 80% e os 90% no período em análise e para um total de 308 autarquias. O estudo procurou retratar, numa dupla vertente de leitura estatística e de produção de indicadores referenciais, a sociedade portuguesa quanto ao uso das tecnologias de informação e comunicação. Participaram no estudo os seguintes organismos: UMIC, INE, Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (DGEEP), Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública (II), Observatório da Ciência e do Ensino Superior do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (OCES), Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo do Ministério da Educação (GIASE), Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREAM). A totalidade dos resultados encontra-se disponível em Portugal (2006f).

no período em causa, nomeadamente na intranet (serviços e informações mais disponibilizadas pelas câmaras) e na internet (actividades desenvolvidas pelas câmaras), destacam-se a presença crescente no espaço virtual e as razões principais enunciadas para a criação dos *sites* oficiais: promover o turismo e a cultura (99%) e divulgar informação institucional da câmara (99%) e a agenda cultural/desportiva e outras actividades locais (97%). Preocupações com o relacionamento mais próximo entre o poder local e os cidadãos (89%) e com o desenvolvimento socioeconómico local (82%) integram, ainda que com um peso menor mas deveras significativo, o painel de motivações políticas para o *estar on-line*.

Tabela 5.1

Razões determinantes para a criação do *site* na internet
2003-2006, (%) câmaras municipais com presença na internet

	2003	2004	2005	2006
Promover o turismo e a cultura	93	97	98	99
Divulgar informação institucional da câmara municipal	94	96	98	99
Divulgar a agenda cultural/desportiva e outras actividades	91	94	95	97
Estreitar o relacionamento entre o poder local e os cidadãos	76	78	80	89
Promover o desenvolvimento sócio-económico do município	65	70	73	82
Aproximar as comunidades emigrantes do seu município	67	71	70	75
Promover as tecnologias da informação junto dos cidadãos	59	65	69	74
Disponibilização de serviços <i>online</i>	43	49	57	62

Fonte: INE; UMIC, *A sociedade da informação em Portugal 2006*

Cenário este que os estudos relativos a 2000 e a 2002 já indicavam: não só a iniciativa para a criação de um *website* partia do presidente ou de um vereador em 43% dos casos, e em 13% de entidades exteriores à câmara municipal (Santos; Amaral, 2000, p. 54), como, em 2000, 20% pretendiam divulgar a informação da câmara municipal, 18% promover o turismo e a cultura, 13% divulgar a agenda cultural e desportiva, 12% promover o desenvolvimento socioeconómico do município e 12% aproximar o poder local aos cidadãos, totalizando estes factores 75% do total das respostas dos inquiridos (Ibidem, p. 57). Em 2002, reiteravam-se os objectivos de divulgar informação da câmara municipal e promover o turismo e a

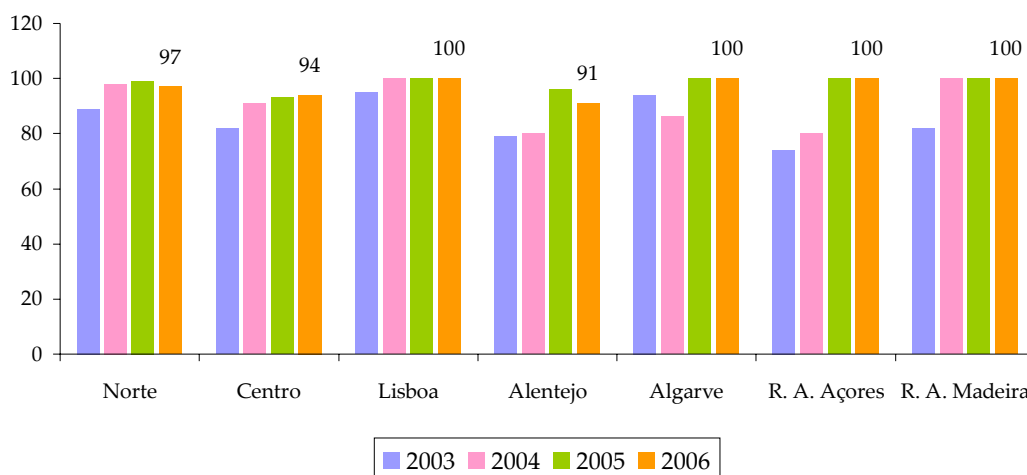
cultura, objectivos que a nosso ver, e ainda que distantes daquilo que os autores consideram ser estruturantes para definir um perfil activo e próprio do *e-gouvernement* (Santos; Amaral, 2003b), se enquadram nos propósitos da nossa pesquisa. Mesmo que o distanciamento entre os discursos e as práticas políticas seja um dado a ter presente nos municípios em análise, não é de estranhar a insistência política nos usos dos *websites* com intenções de *marketing* municipal com a referência a tal painel de intenções da gestão camarária. Os trabalhos de 2000 e 2002 vieram assim mostrar que, neste período, aumentou o número de câmaras com presença na *web* (um aumento de 22%), regionalmente diferenciado, havendo em 2002 72% de câmaras municipais com *website* com um efeito de litoralização bem vincado. 83% dos municípios pertencentes ao grupo das autarquias da orla litoral dispunham, na altura, de *website*.

Em segundo lugar, e se perspectivarmos os concelhos da AMP à luz destes estudos, constatamos que diminuiu o número de câmaras que não responderam ao inquérito, indicador provável de um outro posicionamento face às questões do *estar on-line*: em 2000 não responderam ao inquérito Espinho, Maia, Póvoa de Varzim e Vila do Conde; em 2002, e entre as que compõem a AMP, apenas Espinho e Vila do Conde. Por outro lado, e segundo a categorização apresentada pelos autores, os concelhos da AMP integraram as câmaras situadas na orla litoral (categoria de câmaras mais desenvolvidas do ponto de vista do *e-gouvernement*); as de dimensão média e elevada consoante o número de eleitores¹⁷ (no total, as que obtiveram melhores resultados por disporem de mais recursos humanos e financeiros e de uma menor proximidade real face ao cidadão local); e as da Região Norte que, do ponto de vista das NUTS II, constituíram 79% das câmaras com maior presença na internet. Em 2006, este último valor, ainda que num conjunto regional mais equilibrado, alargou-se: 97%.

¹⁷ Categorização feita a partir do número de eleitores à data da realização do estudo: eleições autárquicas de 2001. No total das 9 câmaras, Espinho é considerada a de pequena dimensão; Gondomar, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia como as câmaras de grande dimensão; e, entre elas, Maia, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde como as de média dimensão (Santos; Amaral, 2003b).

Figura 5.1

Presença na internet, por regiões - NUTS II
2003-2006, (%) câmaras municipais



Fonte: INE; UMIC, *A sociedade da informação em Portugal 2006*

Destaquemos uma terceira dimensão de análise: o tipo de informação disponibilizada e a periodicidade de actualização dos conteúdos. As conclusões do estudo de 2006, e entre as câmaras com presença na internet, são claras quanto ao tipo de informação disponível que mais se destaca: o organograma do órgão executivo, os planos locais e indicações municipais, o anúncio de reuniões e eventos camarários e as actas e resoluções tomadas em reuniões e sessões camarárias. Informação que, de certo modo, pouco se propicia à concretização do painel de intenções políticas subjacentes à criação do próprio *site*, atrás referidas.

Quanto à actualização dos conteúdos, e do ponto de vista dos autarcas e dos técnicos municipais, não só é permanente como realizada maioritariamente pelos serviços camarários. Contudo, os trabalhos de 2000 e de 2002 já assinalam um aspecto relevante, e que a nossa própria consulta e análise documental dos *sites* das autarquias da AMP confirmou: a falta de actualização dos *websites* pelas câmaras. Como afirmam, “Muitos foram criados com alguma informação genérica e não mais foram actualizados.” (Santos; Amaral, 2000, p. 60). Pese embora no inquérito de 2002

os representantes autárquicos referirem actualizar os seus *websites* sempre que existem alterações dos conteúdos (70% das respostas obtidas), o confronto com os *sites* oficiais mostram um facto contrário, dimensão esta que, de algum modo, relevamos na nossa análise, pois a consulta dos *websites* das câmaras da AMP, em 2003/2004 e, pontualmente, em 2007, reiteram ainda dificuldades de actualização dos conteúdos disponibilizados¹⁸.

Tabela 5.2

Tipo de informação disponível no *site* na internet
2003-2006, (%) câmaras municipais com presença na internet

	2003	2004	2005	2006
Organograma da câmara municipal	70	77	78	83
Informação municipal e planos locais	80	75	80	81
Anúncio de reuniões e eventos camarários	68	70	72	79
Actas e resoluções tomadas em reuniões e sessões camarárias	51	60	65	75
Contactos e curriculum dos principais responsáveis camarários		57	63	73
Informação sobre serviços, direitos e deveres dos cidadãos	54	59	66	72
Actos administrativos camarários (resoluções, despachos)		35	44	49
Planos de actividade e relatórios de actividade		35	39	49

Fonte: INE; UMIC, *A sociedade da informação em Portugal 2006*

Numa perspectiva de projecção interna e externa do concelho, e atendendo à forte vocação turística dos concelhos da AMP, como transparece na maior parte dos discursos dos eleitos locais por nós entrevistados, é interessante constatar a quase ausência de suporte bilingue ou trilingue nos *sites*. Já no estudo de 2000, se ressaltava esta questão: “Apenas 5% utiliza mais que uma língua estrangeira, o que revela que os conteúdos são essencialmente destinados à comunidade de língua

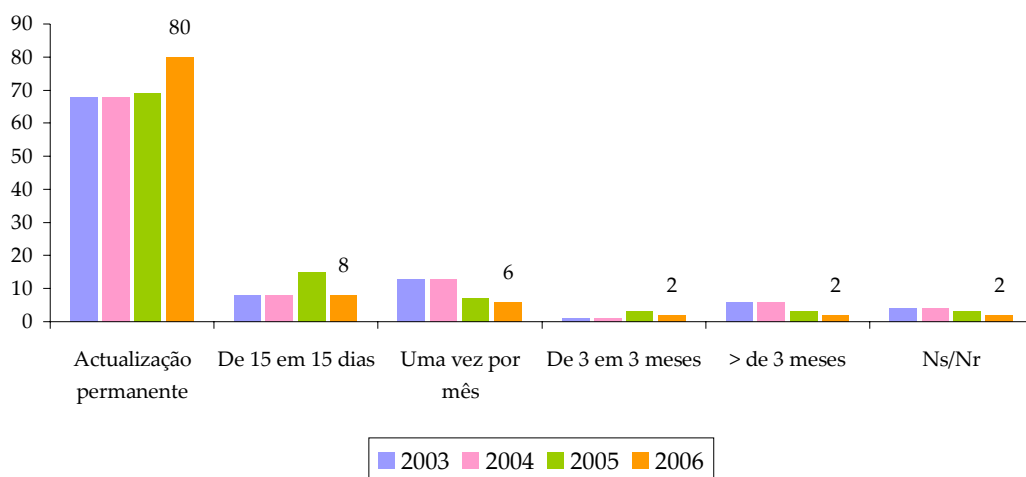
¹⁸ De igual forma, o facto de quase todas as câmaras disponibilizarem um endereço de correio electrónico para contacto, os modos e os tempos de processamento das mensagens recebidas demonstram que, em 2003, e de acordo com os dados dos estudos referidos, dois terços das câmaras municipais não respondem às mensagens ou não mantêm as suas caixas de correio electrónico. Por um lado, as câmaras municipais já dominam estas tecnologias mas, por outro, demonstram ainda o precário aproveitamento em benefício do cidadão e da modernização administrativa (Santos; Amaral, 2003b). No contexto da nossa pesquisa, e após teste feito com os *e-mails* de algumas câmaras dos concelhos da AMP em 2007, para alguns serviços camarários, as respostas em certos momentos e para certos pedidos, e nalgumas delas, foram tardias ou, até à data, inexistentes.

portuguesa. Sendo Portugal um país com uma forte vocação turística, poucos são os Web Sites que traduzem essa prioridade quer ao nível das línguas dos conteúdos quer ao nível dos próprios conteúdos e organização.” (Santos; Amaral, 2000, p. 61). De qualquer modo, 19% traduziram os seus conteúdos para inglês, 3% para francês, 2% para alemão e 1% para espanhol.

Figura 5.2

Frequência da actualização de conteúdos

2003-2006, (%) câmaras municipais com presença na internet



Fonte: INE; UMIC, *A sociedade da informação em Portugal 2006*

Uma quarta dimensão que nos parece pertinente: o estreitamento de redes de cooperação com as juntas de freguesia e com outros municípios, ainda que mais manifestas na operacionalização formal das TIC, igualmente visíveis na criação de um portal/*website* conjunto (39% em 2006).

Por último, dois outros aspectos. Primeiro, e do ponto de vista da interacção com o cidadão, e daquilo que os autores consideram ser a identidade da autarquia digital (Santos; Amaral, 2000), os dados de 2000 demonstram que vários aspectos há a melhorar na presença das câmaras no espaço virtual. Atendendo à especificidade

do enquadramento que aqui privilegiamos, destaquemos¹⁹ os *links* “mortos”/erros/inconsistências - “Os dados da análise revelam que na generalidade os Web Sites são cuidados neste aspecto. Apenas 5% apresentaram maus ou péssimos resultados o que não é representativo, sendo mesmo bons ou excelentes 87%” (Santos; Amaral, 2000, p. 66); e o *design* gráfico - “Os resultados demonstram que 41% dos Web Sites têm um bom ou excelente design gráfico e que 7% são mesmo muito pouco cuidados deste ponto de vista. Mais de metade têm design razoável” (Ibidem, p. 66-67).

Tabela 5.3

Cooperação com outros municípios
2003-2006, (%) câmaras municipais

	2003	2004	2005	2006
Desenvolvimento ou aquisição de aplicações	20	18	38	44
Portal ou <i>website</i> conjunto	16	10	38	39
Compra de infra-estrutura TIC, etc.	13	13	34	37
Operação, manutenção e utilização das TIC	15	15	31	31
Venda/disponibilização de bens e/ou serviços ao cidadão	4	4	13	17
Compra de bens e/ou serviços através da internet	2	2	8	10

Fonte: INE; UMIC, *A sociedade da informação em Portugal 2006*

Do ponto de vista dos conteúdos, e segundo a análise feita, a generalidade dos *websites* destina-se a fazer divulgação de informação histórica, do património, cultural e turística: “O seu tratamento é bom ou excelente em 12% dos casos. A Agenda Cultural e Desportiva é boa ou excelente em 12% dos Web Sites. Conteúdos diversos são tratados de forma boa ou excelente em 8% dos casos. A divulgação de notícias de interesse para o cidadão relativas ao município é boa ou excelente em 6%

¹⁹ Outros há ainda como a facilidade de navegação – os resultados mostram que a navegação nos *websites* está bem estruturada [“Em 78% dos Web Sites ela é excelente ou boa, em 21% é razoável e apenas em 1% é má ou péssima.” (Santos; Amaral, 2000, p. 68)]; ou a acessibilidade a cidadãos com deficiência [“Tendo-se verificado que nenhum dos Web Sites analisados tinha tido uma preocupação coerente e sistemática nesse sentido. Este resultado não sendo muito diferente em relação à realidade nacional é no entanto relevante pelo papel que as autarquias têm na sociedade portuguesa e pela sua proximidade ao cidadão.” (Ibidem, p.70)]

dos casos e finalmente a informação da autarquia é boa ou excelente em 1% dos Web Sites.” (Santos; Amaral, 2000, p. 63-64). Valores aquém do desejável quer do ponto de vista do posicionamento interno e externo do concelho, quer quanto à sua projecção cultural e turística.

Quando confrontados com as nossas intenções analíticas, e com o modesto exercício que procurámos realizar, não há proximidade de objectivos e de critérios de análise destes documentos – os *sites* municipais – entre tais estudos e o aqui presente²⁰. As análises qualitativas que realizámos aos *sites* das autarquias da AMP orientaram-se por outros vectores e numa abordagem estritamente descritiva: perspectivar de que modo os actores do poder local disponibilizavam, e para as áreas privilegiadas da cultura e do turismo, leituras políticas do concelho. Porém, certas componentes destes estudos retrataram-se de novo. Senão vejamos.

A observação directa *on-line* dos *sites*²¹ permitiu-nos constatar que a maioria das câmaras da AMP não disponibilizava por esta via informação sistematizada que indiciasse concepções políticas dos eleitos quanto aos vectores estratégicos para o concelho, e às áreas da cultura, do desporto e do turismo, numa relação estreita com o desenvolvimento mais global do município.

O que pudemos observar foi a referência a certos parâmetros, nalguns casos clara e directa - como os de Matosinhos e Porto – noutros, implícita e residual – nos restantes concelhos. A maioria dos *sites* das câmaras da AMP, em 2003-2004, não faz uma apresentação dos *princípios estratégicos* de governação dos respectivos concelhos²². Apenas Porto e Vila Nova de Gaia apresentam um conjunto de informações que remete para os objectivos a cumprir ao longo do mandato. A

²⁰ Consulte-se Santos; Amaral (2003b) para visualizar a grelha de avaliação da qualidade e da maturidade dos *websites* das câmaras numa óptica de governo electrónico local.

²¹ Desenvolvemos este trabalho de consulta e recolha da informação entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. E, tendo presente esta relativa distância temporal, constatamos que nalgumas dimensões há alterações visíveis no posicionamento das câmaras no mundo virtual, noutras, nem tanto, quando em comparação com o momento anterior de referência. À data deste trabalho de recolha e tratamento documental, Vila do Conde não tinha *site* oficial disponível.

²² Nos Anexos 5F a 5M encontra-se disponível a informação tratada para cada concelho, com base nas categorias de análise apresentadas no Anexo 5E.

excepção a esta dicotomia diz respeito a Espinho onde, ainda que não sejam expressos objectivos políticos de governação, ou princípios estratégicos da autarquia, há, no entanto, uma referência ao turismo como sector económico a investir no futuro, sendo tido, inclusive, como principal factor de desenvolvimento do concelho.

Tabela 5.4

Presença/ausência de concepções políticas globais para o concelho nos *sites* oficiais das câmaras da AMP, 2003-2004

	Princípios estratégicos para o concelho	Concepções políticas de cultura	Concepções políticas de turismo	Concepções políticas de desenvolvimento	Concepções políticas de desporto
Espinho	N/S	N	N/S	N	N
Gondomar	N	N	N/S	N	N/S
Maia	N	N/S	N/S	N/S	N/S
Matosinhos	N	S	S	S	N
Porto	S	N/S	S	S	S
Póvoa de Varzim	N	N/S	N/S	N	N
Valongo	N	S	N/S	N/S	N/S
Vila do Conde	<i>O site não está disponível</i>				
Vila Nova de Gaia	S	N/S	N/S	N/S	S

Legenda

N - Não

N/S - Não, mas com referências implícitas

S - Sim

Por seu turno, nas *concepções políticas sobre cultura*, prevalece a inexistência explícita desses mesmos objectivos, com, todavia, referências a apostas culturais a levar a cabo no concelho. Esta situação tem destaque particular nos concelhos da Maia, Porto, Póvoa de Varzim e Vila Nova de Gaia. Depreende-se que alguns aspectos são importantes vir a desenvolver na autarquia em termos culturais; no entanto, são dimensões que se diluem em registos documentais relativos a outros temas correntes da gestão municipal. Para além dos concelhos referidos, e não isolando ou protagonizando a centralidade funcional do Porto nesta área, Espinho e Gondomar marcam posição por não fazerem qualquer alusão a uma eventual postura política no que se refere à dimensão cultural, enquanto Matosinhos e

Valongo constituem o seu oposto. Estes últimos concelhos, inclusive, apresentam textos de divulgação das suas áreas culturais privilegiadas. No caso de Matosinhos, há uma clara aposta na música e nas artes plásticas, subjacente ao fundamento da necessidade de criar uma programação cultural assente em actividades perenes, isto é, em actividades que se prolonguem temporalmente e que sejam apanágio identitário e formativo do próprio concelho. No caso de Valongo, foram estabelecidos vários protocolos com actores culturais do concelho num duplo sentido: criar um panorama cultural diversificado e atraente e, numa postura pedagógica, fomentar a formação cultural inter-actores e associações locais. Para além disso, e ainda para este concelho, faz parte do investimento cultural um esforço de descentralização quer de equipamentos, quer de eventos culturais, que a construção e/ou renovação de casas culturais – os ditos *centros culturais* - nas 5 freguesias do concelho tornam possível.

Nas *concepções políticas de turismo* das 8 autarquias da AMP abordadas, apenas 2 concelhos manifestam expressamente, e à data referida, a sua aposta turística, a saber: Matosinhos e Porto. Por outro lado, todos os outros concelhos, mesmo que não assumam expressamente os seus objectivos a cumprir em termos de turismo, deixam implicitamente a mensagem da importância do sector para o desenvolvimento do concelho. O que nos parece relevante aqui assinalar é o facto de que não existe propriamente um *texto político*, tal como para outras dimensões analisadas, que nos remeta para os aspectos fulcrais a desenvolver neste sector de actividade em cada concelho. E, tal como para outros concelhos, assume-se a existência implícita de objectivos pela análise de discursos políticos do eleito responsável pelo órgão executivo, ou pela própria apresentação, numa espécie de roteiro municipal, das potencialidades turísticas locais. Todos os *sites* têm um *menu* dedicado ao turismo, que funciona como um instrumento de apelo aos visitantes do *site* para a visita ao concelho, e não propriamente como uma dimensão documental estratégica e política de afirmação do turismo local e regional. No âmbito destas

referências implícitas²³, que as entrevistas que realizámos aos actores políticos locais melhor objectivam, como mais adiante veremos, localizámos uma tendência para o *turismo ecológico/turismo ambiental* no concelho de Valongo tendo como base de sustentação o Parque Paleozóico aí existente.

Se as concepções referidas estão ausentes do cenário virtual das câmaras municipais, também o estão, de uma maneira geral, as *concepções políticas de desenvolvimento* subjacentes aos projectos de governação local. Espinho, Gondomar e Póvoa de Varzim não fornecem qualquer tipo de informação que nos permita inferir uma política de desenvolvimento para o concelho. Matosinhos e Porto, pelo contrário, e reiterando uma tendência já verificada noutras dimensões, apresentam uma visão estruturada dos princípios nos quais deve assentar o desenvolvimento concelhio. Neste sentido, Matosinhos associa a sua concepção política de desenvolvimento à questão ambiental, subscrevendo um plano horizontal de acção ambiental através do qual atingir-se-á a meta do desenvolvimento sustentável do concelho. Já o Porto assume a coesão social como o factor primordial de aposta para o desenvolvimento do concelho, associando-o a um conjunto de políticas sociais estruturadas, ao mesmo tempo que faz a apologia de um desenvolvimento integrado na nova geografia europeia, tendo por base uma estrutura coerente de transportes e comunicações, facilitadora das relações económicas, culturais e políticas intra e inter-regionais e no contexto da União Europeia. Os restantes 3 concelhos analisados - Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia - deixam transparecer, em algumas das suas informações no *site*, os aspectos mais importantes a considerar a este nível, não os identificando, porém, enquanto aspectos primários de concepção política. No caso da Maia, retivemos, por exemplo, que tem havido um claro investimento no sector terciário nos últimos anos, arquitectado de acordo com o nível de desenvolvimento industrial que o concelho vivencia, pese embora aparecer documentalmente mais como uma constatação ou efeito do que propriamente como

²³ Nesses *menus* é geralmente apresentada uma pequena monografia do concelho, os principais pontos turísticos, onde ir, como ir, onde comer e onde dormir, e por vezes algumas actividades culturais. É importante considerar-se que é daqui que se retiram as referências implícitas à aposta turística da região e não a qualquer *texto* verdadeiramente expresso neste sentido.

uma aposta política²⁴. Já no caso de Valongo é possível apreender-se um enfoque particular no nível primeiro do desenvolvimento do concelho – o da construção de infra-estruturas básicas de água e saneamento e de habitação - que, ao constituir-se, pela sua ausência, como herança política das equipas executivas anteriores, mantém-se necessária. O autarca responsável considera ser esta, e em 2003-2004, uma prioridade de intervenção camarária, que, só depois de concretizada, justificará o investimento noutras etapas – quando temporalmente perspectivado - e áreas do desenvolvimento. No caso de Vila Nova de Gaia, e ainda que não o seja plenamente expresso, é certo que uma grande parte do desenvolvimento do concelho passa pelo plano urbanístico, eminentemente associado ao Programa Polis. No entanto, outros factores como a educação, o ambiente e a cultura vão sendo utilizados nos *discursos* (*textos documentais*) disponíveis nos *sites* para darem conta da sua própria presença no plano de desenvolvimento do concelho.

Focalizemos, por fim, as eventuais *concepções políticas sobre o desporto* no plano global de desenvolvimento do concelho. Apenas Porto e Vila Nova de Gaia apresentam um plano definido daquilo que *deve ser*, do seu ponto de vista, a aposta política do município nesta matéria. Espinho, Matosinhos e Póvoa de Varzim não assumem objectivos a cumprir relativamente ao papel da equipa política executiva na vertente desportiva, enquanto Gondomar, Maia e Valongo permitem-nos inferir uma determinada postura, através de referências implícitas à prática desportiva. Neste último caso, é o concelho da Maia aquele que deixa antever alguns pontos bases de uma política desportiva, visíveis através de um discurso do presidente da câmara, também ele vereador do desporto, relativamente à prática desportiva, bem como de iniciativas desportivas de charneira que visam a projecção nacional e internacional do concelho²⁵. Por outro lado, quer o torneio jovem de ténis da Maia,

²⁴ Esta dimensão tem um protagonismo político, como adiante veremos, no discurso do presidente da edilidade, por nós entrevistado.

²⁵ Com eventos desportivos como os Jogos Inter-freguesias “pretende-se proporcionar a todos e quaisquer cidadãos, independentemente do sexo ou idade, o contacto com uma actividade desportiva ou de cariz semelhante. A formação de quadros competitivos permitirá adquirir algumas valências, que servirão de base quer para a formação/educação de jovens (...), quer para manter uma participação

quer o Maia Handball Cup, são exemplos dessa vontade de projecção nacional e internacional. O apoio a infra-estruturas desportivas, bem como a frequência de organização das férias desportivas são outros dois aspectos. Em Valongo é possível perceber-se uma aposta nos últimos anos em termos de equipamentos básicos ao nível do desporto, bem como um apoio ao desporto amador no concelho. Finalmente, e quanto a Gondomar, é possível localizar uma preocupação da câmara com o desporto escolar, mas sem qualquer informação adicional²⁶.

Procurámos, de igual modo, sustentar um olhar analítico sobre os *sites* das câmaras da AMP a partir de um conjunto de *conteúdos* que, do nosso ponto de vista, se enquadrariam em modos centrais de perspectivar a projecção do concelho para o exterior e de enquadrar directrizes estruturantes dos projectos e dos planos de intervenção local nas áreas que aqui nos ocupam. Os *conteúdos* de um *site* dividem-se entre informações sobre o município, sobre a autarquia e a prestação de serviços *on-line*. Geralmente este último aspecto não ocorre com grande frequência. Apenas Maia e Porto reúnem estas três funções, enquanto Póvoa de Varzim apresenta informação apenas para o primeiro nível e os outros concelhos informação acerca do seu município e da sua autarquia. Destaquemos aqui alguns conteúdos, nomeadamente aqueles que não só nos orientaram na recolha da informação centrada nos objectivos da pesquisa, como, de algum modo, se articulam com as directrizes de divulgação cultural e turística municipal.

De uma maneira geral, os *sites* das autarquias procuram fazer a *divulgação histórica, do património cultural e turístico* do concelho. Dão a conhecer as agendas culturais e desportivas do município e fazem uma apresentação generalizada da autarquia, nomeadamente ao nível dos seus órgãos e serviços, bem como dos seus eleitos. Para além desta regularidade comum, há *sites* como o da Maia, o do Porto e

constante e activa através do Desporto para os menos jovens” [excerto retirado a 25 de Novembro de 2003 do *site* oficial municipal].

²⁶ Quando esta informação é cruzada com aquela que obtivemos a partir das entrevistas realizadas aos eleitos locais, constatamos um relativo distanciamento entre os discursos dos actores políticos sobre os projectos e as práticas políticas no concelho e a visibilidade social e simbólica das actividades desenvolvidas. Os *sites* traduzem um *estado* da realidade cultural, desportiva e turística dos concelhos, e da própria oferta municipal, mais distante, por defeito, das práticas políticas efectivas.

o de Vila Nova de Gaia que oferecem muito mais informação relativa quer à sua autarquia, quer ao seu município. De qualquer forma os *sites* funcionam acima de tudo como fornecedores de informação, mais actualizada ou não, mais pertinente ou não, mais dirigida ao cidadão local, ou mais direccionada para o *outsider*. A interacção é diferente apenas nos *sites* da Maia e do Porto, onde o munícipe pode participar em fóruns de discussão ou mesmo utilizar os serviços da autarquia *on-line*, muito próximo daquilo que, nas linhas anteriores deste capítulo, designamos por *e-governement* (Santos; Amaral, 2003b; 2000).

A grande maioria dos *sites* das câmaras não disponibiliza, no período em análise, os *discursos políticos* dos seus autarcas, excepto os concelhos da Maia, do Porto e de Vila Nova de Gaia. Ainda assim, destes 3 concelhos, apenas o Porto tem um *menu* subordinado ao tema *discursos políticos*, onde são disponibilizadas as várias intervenções públicas do seu presidente. A Maia disponibiliza formalmente apenas 1, e Vila Nova de Gaia o discurso de tomada de posse do chefe do executivo em 2002. Espinho e Matosinhos, por sua vez, ainda que não forneçam qualquer tipo de discurso político apresentam uma mensagem de boas vindas na abertura do respectivo *site*. Os concelhos são também contextualizados a partir de um tipo de informações.

A listagem de *órgãos e serviços disponíveis* no município e dos *eleitos locais*, quer ao nível da composição do executivo municipal, quer no que se refere à composição da assembleia municipal, estão disponíveis em 2003-2004 em todos os *sites*, com excepção do da câmara poveira. Varia, é certo, a forma como esta informação é apresentada – nalguns, inclusive, confrontamo-nos com o conjunto de funções e de competências atribuídas e o seu historial; noutros, como Porto, Vila Nova de Gaia e Maia, são ainda apresentadas as empresas municipais, o seu historial, as suas funções e outras informações relevantes para os públicos locais e não locais²⁷.

²⁷ Refira-se que a este nível as informações disponibilizadas são para os mandatos em curso (à data da pesquisa, 2001-2005), não havendo, por exemplo, informação sobre os eleitos locais de mandatos mais recuados, o que no contexto da nossa pesquisa nos exigiu o confronto com outras fontes de informação.

Tabela 5.5

Presença/ausência de conteúdos nos *sites* oficiais das câmaras da AMP, 2003-2004

Câmaras Municipais	Discursos políticos	Actividades e eventos (agenda cultural)	Resenha monográfica sobre o concelho	Órgãos e serviços da autarquia	Eleitos locais	Dados estatísticos sobre o concelho	<i>Links</i>	Estrutura da página
Espinho	N (excepto na abertura do <i>site</i>)	S/desact.	S	S	S	S	S	S
Gondomar	N	S/act.	S	S	S	N	S	S
Maia	S	S/act.	S	S	S	S	S	S
Matosinhos	N (excepto na abertura do <i>site</i>)	S/act.	S	S	S	N	S	S
Porto	S	S/act.	S	S	S	N/S	S	S
Póvoa de Varzim	N	S/act.	S	N	N	S/desact.	S	S
Valongo	N	S/act.	S	S	S	N	S	S
Vila do Conde			<i>O site não está disponível</i>					
Vila Nova de Gaia	S	S/act.	S	S	S	S	S	S

Legenda

N - Não
N/S - Não, mas com referências implícitas
S/act. - Sim, actualizados
S/desact. - Sim, desactualizados
S - Sim

Quanto aos *dados estatísticos disponíveis* existe alguma variedade de situações nos 8 concelhos que foram analisados. Para além dos que nada apresentam sobre esta matéria (Gondomar, Matosinhos e Valongo), outros há cujos dados disponibilizados, mesmo não reportando às áreas que aqui nos interessam, recaem sobre dimensões mais globais do concelho: a sócio-demografia local, por exemplo (população e densidade populacional, as actividades económicas, a educação, os grupos etários, a habitação e o alojamento). Na maioria dos casos, e por aquilo que nos foi dado constatar na consulta de 2003-2004, são informações com níveis de desactualização (reportando a dados anteriores aos Censos de 2001), e de incorrecção, ou sem a identificação das fontes dos dados. O Porto destaca-se porque disponibiliza *on-line* um documento sobre a monitorização da qualidade de vida urbana no Porto.

Os *links* que aparecem nos *sites* das câmaras da AMP são muito variados: quase todos disponibilizam *links* internos ao *site*, isto é, a *menus*, a ícones que reflectem instituições do município, ou simplesmente informação. Para além disso disponibilizam *links* relativos a realidades próximas do concelho, que podem ter que ver com a autarquia ou não, bem como outro tipo de ligações que são consideradas interessantes e que não têm qualquer relação com o município. Os concelhos mais extensos nesta área são os da Maia, com uma listagem muito completa, e de Vila Nova de Gaia, com a informação subdividida entre Vila Nova de Gaia; Instituições oficiais e políticas; Notícias; Compras via Internet; Negócios e economia; Entretenimento e cultura²⁸.

As *resenhas monográficas* marcam presença em todos os *sites* dos concelhos. Nalguns casos, sob a alçada do *menu* turismo, com a intenção de dar a conhecer aos turistas que visitam o *site* o passado presente do concelho, e a potenciar as especificidades históricas municipais e as visitas com fins turísticos; noutros casos, aparecem como item isolado e autónomo, desprovido de contextualização mais

²⁸ Veja-se, de novo, e para outras informações, os Anexos 5F a 5M com a informação para cada *site* das câmaras da AMP.

global. Depreende-se que a autoria de tais resenhas reside nos serviços culturais e turísticos da autarquia e em fontes documentais, habitualmente não identificadas.

As informações sobre *actividades e eventos* são transversais ao painel de todos os *sites*, sejam de índole cultural, desportiva ou outra, e com informação actualizada, havendo mesmo agendas culturais e desportivas preparadas mensal ou bimensalmente. Excepção feita a Espinho que, à data da consulta, apresentava um conjunto de actividades relativas a 2001 e 2002. A maioria dos *sites* aproveita ainda a sua *home page* para divulgar e destacar essas mesmas actividades.

Quanto aos *aspectos formais*, também eles indicativos de um modo particular de visibilidade pública do concelho²⁹, destaquemos alguns pormenores. No momento em que nos confrontámos com a informação disponível, apercebemo-nos de que os investimentos políticos e financeiros na imagem turística e cultural do concelho, por via das plataformas virtuais, não eram propriamente uma prioridade, nem tão pouco um campo cujas potencialidades junto do eleitorado pudessem ser exploradas. Os *sites* municipais, ainda que muito diferentes, apresentam alguma conformidade no que diz respeito às cores de suporte – em quase todos estão presentes o branco e o azul, bem como o verde e o cinzento – e as imagens mais utilizadas são as fotografias relativas ao concelho, sejam elas de pessoas, equipamentos, lugares ou actividades, ainda que por vezes seja possível encontrarmos imagens, desenhos e ilustrações animadas. Quanto aos símbolos do *site* e do concelho, Espinho, Gondomar e Póvoa de Varzim não disponibilizam qualquer símbolo, enquanto as outras autarquias dividem-se entre o brasão do

²⁹ Se confrontarmos a informação recolhida em 2003-2004 com aquilo que são em 2007 os *sites* destes municípios, e particularmente do ponto de vista gráfico, são visíveis as diferenças, que provavelmente indiciam uma certa profissionalização do campo político local no que diz respeito aos modos de arquitectar um *marketing* político, à competitividade e visibilidade políticas no campo virtual, à projecção cultural e turística dos concelhos, interna e externamente, e à relação mais funcional e operacional com o município, numa lógica de *e-governement* e de informatização progressiva dos serviços autárquicos. A título de curiosidade, retenhamos alguns: hoje os *sites* são mais coloridos e contrastantes, e com um *design* para além do inscrito nos símbolos brasonados do concelho; têm um logótipo com a personalização da câmara e da autarquia; fazem usos sistemáticos das imagens presentes e passadas do município, como adornos e cartões de visita das próprias potencialidades turísticas; e alargam as informações relativas às agendas culturais, aos eventos desportivos e à oferta turística. No Anexo 5N encontra-se disponível a informação tratada em 2003-2004 a propósito dos aspectos formais dos *sites* das câmaras municipais.

concelho como símbolo sempre presente, ou entre o logótipo da própria câmara municipal, mais uma vez entre aquelas que se evidenciaram mais pelo investimento significativo neste campo: Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia.

Os conteúdos são sujeitos a uma relativa actualização. Apenas o *site* da câmara de Espinho não tem, à data de 2003-2004, qualquer conteúdo actualizado. Todos os outros actualizam, pelo menos, as agendas culturais e desportivas (excepto a Póvoa); Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia actualizam, igualmente, as notícias relativas ao município, e as que digam respeito directamente à autarquia; e alguns disponibilizam ainda data de actualização dos conteúdos, nomeadamente os da Maia e do Porto. Há também referências esporádicas à autoria das páginas *web*: ou empresas externas ou serviços internos da autarquia. Espinho, Gondomar e Póvoa de Varzim não apresentam qualquer indicação. As páginas, dos 8 municípios analisados, 5 têm motor de busca e as outras 3 não o têm. Aqueles que o disponibilizam são os concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia. Os motores de busca permitem aceder a documentos, informações e conteúdos relativos ao próprio *site*. Apenas o *site* da Maia disponibiliza informação sobre o número de visitantes³⁰. Por fim, e numa relação mais estreita com a projecção externa do município, adquire relevância o facto da maioria dos *sites* não disporem de outra *língua de suporte* que não a portuguesa³¹.

³⁰ Justificar-se-ia, num outro contexto de investigação, e segundo outros objectivos, explorar as alterações entretanto verificadas quanto aos *sites* oficiais das câmaras da AMP e na relação directa com os investimentos políticos e financeiros nos vectores da cultura e do turismo. Do conhecimento empírico que retemos em 2007, ainda que não o tenhamos feito de modo exaustivo e sistemático porque já ultrapassava os nossos objectivos, são visíveis o alargamento e a disseminação dos conteúdos, e particularmente nas matérias relativas à cultura e ao turismo, e em concelhos que tanto indiciavam tais preocupações no momento da nossa análise – Maia e Matosinhos, por exemplo – como marcavam presença pela sua ausência virtual – Póvoa de Varzim. Maia aparece agora, por exemplo, com portais anexos ao portal principal da câmara dedicados inteiramente às áreas da cultura e do turismo. Póvoa de Varzim apresenta um *site*, neste momento, mais interessante quer do ponto de vista gráfico, quer do ponto de vista da disseminação da informação, e, mais uma vez, nas áreas que aqui nos ocupam.

³¹ Nesta dimensão é visível uma ligeira alteração entre a data da recolha e tratamento e a data presente deste relatório: não que se traduza num suporte bilingue em todos os *sites*, muito pelo contrário; mas, num ou noutro caso, é possível dispor de informação sectorial em inglês ou francês e nas áreas que dizem respeito ao turismo local. Por exemplo, no da Maia, com a possibilidade de aceder ao evento Maia Handball em inglês e em francês; no do Porto e no de Vila Nova de Gaia, na ligação ao portal do turismo, com informação em inglês; ou ainda no da Póvoa de Varzim, com informações particulares –

Representações sociais e políticas da cultura e do turismo: cruzamento das modalidades de expressão

A análise qualitativa de algumas dimensões dos *sites* oficiais das câmaras da AMP, mesmo reportando a um período não temporalmente coincidente com aquele a que nos propusemos no conjunto da pesquisa, alicerça elementos de caracterização das concepções políticas municipais sobre a cultura e o turismo. Por um lado, reportam para projectos e actividades que os discursos políticos dos autarcas objectivam como anteriores a 2001, com maior acento entre aqueles que à data do trabalho de campo davam continuidade aos mandatos autárquicos. Num outro sentido, permitem-nos tipificar áreas privilegiadas de intervenção e, nos casos em que houve inversão político-partidária dos órgãos executivos, as viragens nas prioridades do desenvolvimento cultural e turístico dos concelhos. Façamos, desde já, o confronto desta informação com as entrevistas realizadas aos actores do poder local e anotemos alguns traços, quanto a nós, significativos.

Em primeiro lugar, o posicionamento destes actores na actividade político-partidária obedece a caracteres específicos: o exercício do poder em contextos locais, assente na maior proximidade com os eleitores e munícipes e na personalização territorial da figura máxima do órgão executivo³². No contexto da AMP, e no sentido da regularidade, a nível nacional e local, da masculinização do exercício do poder político, os chefes do executivo local entrevistados são homens e com idades

os mapas da cidade e do concelho - em inglês, francês e espanhol. Alguns dos *sites* foram co-financiados pelo Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (Programa_POS Conhecimento) – veja-se a este propósito o *site* oficial www.posc.mctes.pt - e integram, igualmente, as exigências normativas quanto à criação de *sites* com *versão acessível*, ou seja, versão direccionada para cidadãos com necessidades especiais - veja-se a este propósito a Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/99 de 26 de Agosto, que estabelece as regras relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos conteúdos de organismos públicos na internet.

³² Os Anexos 5O a 5R contêm a caracterização sociográfica dos actores do poder local da AMP à data da realização das entrevistas (2002-2003). Assinale-se que apenas apresentamos aquela que nos é possível reunir a partir dos testemunhos gravados na situação de entrevista; como tal, e mesmo dentro de um painel de variáveis-base, a informação varia ligeiramente de acordo com aquela disponibilizada pelos próprios entrevistados, o que, por si só, é também indicativo das especificidades discursivas dos actores, dos contextos de interacção da própria situação de entrevista e dos trajectos pessoais (político-partidários e profissionais) objectivados pelos próprios autarcas.

compreendidas entre os 48 (Vila Nova de Gaia) e os 66 anos (Valongo) e, ainda que naturais de concelhos não necessariamente coincidentes com aqueles onde exercem a actividade de autarca, residem, na sua maioria, nos municípios que governam³³. Os trajectos políticos diferenciam-se e, como tal, a relação com o universo da prática política: por um lado, desenvolvem actividades de cariz associativo e político, que, nalguns casos, remontam ao período do Estado Novo e da resistência velada (ora por actividade sindical ora por militância partidária), definindo uma relação com a política mais antiga e que se estende pelo exercício de cargos políticos e sindicais no período do pós 25 de Abril; por outro, integram a actividade política por via da candidatura às eleições autárquicas a partir das oportunidades pessoais lançadas pelos contextos partidários locais e nacionais³⁴. Nesse sentido, a permanência no poder, nalguns deles, remonta ao primeiro mandato que tiveram a oportunidade de protagonizar³⁵, o que, e atendendo apenas aos presidentes de câmara entrevistados, traduz já uma relativa perenidade no poder local.

³³ O autarca de Valongo, um dos entrevistados a residir no Porto, diz a propósito: *Exacto, olhe, vou começar por, eu sou natural do Porto e vivo no Porto* [o E. fez um sinal de assentimento], *mas Valongo é o Grande Porto... quer dizer isto... no fundo... são as grandes metrópoles, portanto eu não sei se... enfim eu diria em termos de graça que o... o Porto só lucra com isso* [risos] *não sei se Valongo lucrará, lucra, porque também pronto durante muitos anos Valongo e Ermesinde foram dormitórios do Porto, não é [?] ... hoje já têm... muita autonomia (...)* *eu acho que Valongo, o concelho de Valongo faz parte do Grande Porto e portanto estar aqui ou estar no Porto é igual, eu demoro 15 minutos nos acessos de minha casa aqui à Câmara... demoro 1 hora de minha casa ao centro do Porto (...)* [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD].

³⁴ Assinale-se ainda que não há uma diversidade acentuada nas proveniências profissionais e académicas dos presidentes de câmara. Relevam, até certo ponto, e mesmo que não tenhamos dados mais exaustivos sobre os trajectos pessoais dos autarcas, características geracionais de momentos particulares da história política e social do país e especificidades socioeconómicas de certos contextos locais de origem. De qualquer forma, e para além destes traços, são, na sua maioria, actores sociais com níveis habilitacionais médios e elevados, com forte ligação pessoal, familiar e/ou profissional e associativa aos concelhos que tutelam, e com relações estreitas com as lógicas macro-partidárias, particularmente no contexto específico da AMP. Veja-se o Anexo 5O.

³⁵ Acrescente-se um curioso detalhe. Pormenor fortuito, que transparece nos discursos dos presidentes a propósito da sua relação com a prática política no concelho, é o da formação na área da medicina: 3 dos 5 presidentes entrevistados são médicos. Quando confrontados com a sua própria prática política, um ou outro acentuam a formação ética e a formação científica, nomeadamente na componente *diagnóstico*, o que não deixa de ser interessante quando aplicado à concepção e viabilização de um projecto global para o concelho. Vejamos a título de exemplo o seguinte: *E isso foi adquirido... quase tudo... o... embora não de forma... digamos assim... de, só por auto-suficiência... e... só por experiência empírica, porque dada a minha formação científica de... de... de licenciado em medicina... tinha digamos assim um background em termos de formação científica, em termos de formação de ideias, em termos de... de... de análise de diagnóstico e tratamento das situações que me dava uma, uma, digamos assim um, um conjunto de, de, de qualidades que normalmente um político não tem!* [o E. fez um sinal de assentimento] *E isso foi-me*

Evidencia-se, também, e entre os representantes do órgão executivo, um discurso de referência sobre o concelho e os projectos para o concelho, nomeadamente na vertente cultural, desportiva e turística, mas raramente descontextualizada do universo mais amplo de actuação política - o *projecto global de desenvolvimento* do concelho, que se consubstancia, numa primeira leitura, em duas matrizes base, como mais adiante veremos: as infra-estruturas básicas do município e os equipamentos sócio-culturais e desportivos, associados ao investimento económico e político na oferta cultural e turística. Subjacente à tentativa de objectivar esse processo, nem sempre similar entre os autarcas entrevistados, transparece uma outra sobre a *relação com os actores do poder local e do poder central*, ponderada nos discursos políticos e perspectivada diferencialmente consoante a pertença político-partidária dos representantes da governação local e central – com maior ou menor proximidade/identidade política, com maior ou menor distanciamento crítico.

Bom, eu acho que hoje também há um bocado, não é isso, não quer dizer que seja estritamente visto nesta lógica tão, tão... [o E. fez um sinal de assentimento] primária, mas: «Quem é o teu Presidente da Câmara? [o E. fez um sinal de assentimento] Ah, o meu é o... Carlos Silva. Quem é o teu Presidente da Câmara? Olha é o... o João Soares, ou é o Santana Lopes, ou é o Luís Filipe Menezes», podem é não gostar dele, eh pá [!] mas... «Quem é o ponta de lança da tua equipa? É o Carlos não sei quê. Então e o teu? É o Jardel» Eh pá, bom... isso é importante, porque isso depois também tem uma consequência, quer dizer se tem um presidente da Câmara assim, o presidente da Câmara tem estatuto p'a falar de igual p'a igual com um governo, seja ele qual for, ou p'ra... p'a levantar a voz, para, para, para... e p'a ter outro tipo de força. [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

É uma avali [hesitação], é uma avaliação positiva, tenho que dizer que de facto os meus antecessores fizeram o que puderam, eu não os vou criticar por isso... eu tive talvez a vantagem de... de quando vim p'rà Câmara de Espinho estar há 12 anos no Parlamento, conhecer muita gente ao nível do poder central, e infelizmente neste país continua a ser importante um autarca conhecer bem... aqueles que estão no poder central porque senão conhecerem bem é extremamente difícil lá chegar... se eu não puder telefonar a um ministro ou a um secretário de Estado p'a lhe levantar uma questão, se tiver de andar a resolver isso com, com pedidos de audiências e por escrito, etc., as coisas tornam-se muito difíceis e eu

extremamente inte [hesitação], interessante e... extremamente útil em termos de gestão da cidade. [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]. Tenhamos em atenção outros dois pormenores: entre os 5 entrevistados que acederam à entrevista, 4 eram do PPD/PSD, particularmente num contexto temporal em que a AMP inverteu o mapa político-partidário dominante (de maioria socialista para maioria social-democrata); e todos eles, ainda que delegando funções nos vereadores, acumulam um ou outro pelouro, de acordo com as suas preferências referenciais.

penso que em grande parte isso aconteceu com os meus antecessores, eles fizeram o que puderam tendo em conta os meios que tinham, tendo em conta também a influência política que podiam ter, e eu procurei colocar essa experiência que tinha... e essas influências que tinha conquistado ao longo dos anos ao serviço de Espinho. [*presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS*]

Adquirem relevância analítica as representações que estes autarcas evidenciam a propósito do *poder* e da *prática política*. Constatamos, e nalguma relação com os próprios contextos locais de exercício do poder, e a diacronia dos percursos políticos individuais dos autarcas aqui presentes, um relativo desencanto. Quer face às lógicas institucionalizadas do poder político e à retórica, interesses e percursos político-partidários, que também subjazem às escolhas dos protagonistas para a gestão de um concelho, quer quanto à burocracia associada aos processos centralizados de tomada de decisões. Em paralelo, as representações dos autarcas a este nível retratam uma ambivalência ideológica: ora uma concepção de cidadania política, integrando a figura do autarca na do *gestor da cidade*, do *gestor de uma causa pública*, que se confronta com as necessidades das populações e um projecto global para uma cidade e um concelho; e uma concepção de autarquia como o *nível de exercício do poder político* i) *exigente e promissor*, quando individualmente perspectivado, tanto na progressão da carreira política como ponto de viragem numa carreira profissional anterior; mas ii) *difícil e pouco legitimado*, quando configuram o seu exercício e as representações sobre o seu exercício atendendo às lógicas partidárias do posicionamento político maioritário, ou às representações ideológicas dos cidadãos quanto à integridade política e ética dos actores políticos, ou ainda às insuficiências dos recursos financeiros e infraestruturais.

...14 anos, não, não tenho, tenho há 14 anos... inseri-me na actividade política e agora só sei fazer política [*risos*], não consigo estar em casa, este é um dos males dos políticos, porque nós habituamo-nos a estar fora de casa e temos que estar sempre a fazer, não, não conseguimos estar em casa sem fazer nada, porque se estiver a fazer nada ou adormeço [*o E. fez um sinal de assentimento*], porquê? Porque estou sempre a pensar, porque estamos sempre a... a escrever, a despachar, a ver o que está bem, a ver o que está mal, é um, é um vício... (...) Sabe a dificuldade, nós fazemos isto olhe eu venho p'á Câmara às 7, 7, 7 e meia horas da manhã, saio daqui às 8 horas da noite, a maior dificuldade é de tempo... é a burocracia que não me deixa fazer coisas com'eu quero, eu p'abrir um concurso público demoro um ano, p'admitir aqui pessoal demoro um ano, p'a fazer qualquer coisa tenho qu'ir à Câmara p'ái 10 vezes, portanto não me deixa andar depressa, com a rapidez qu'eu

gostava qu'isto andasse, é a única dificuldade qu'eu tenho, o resto tenho bons técnicos, tenho uma boa Câmara, são pessoas que me ajudam, tenho uma grande população que é a população da Maia [o E. fez um sinal de assentimento] [presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD]

(...) pronto eu sou autarca, eu digo muitas vezes que eu não sou político... porque, como eu não tenho ambições políticas... e gosto muito do que estou a fazer [!], mas não tenho ambições políticas, portanto os meus horizontes são um bocado diferentes... daí eu não sei se me estou [o E. interveio]...(...)...a explicar bem e a fazer-me entender, pronto, daí eu ter algumas noções e alguns conceitos que são diferentes do dos meus colegas [o E. fez um sinal de assentimento]...[presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

Eu já tive uma enorme hesitação em 97, como eu lhe disse, neste momento estou, neste momento estou em funções, e estou aqui, quem me conhece bem, há pessoas que nem me conhecem muito bem mas notam isso... um bocado mais pelo brio e por inércia do que por entusiasmo... porque não quero sair mal, quero... quero ver se completo aquilo que iniciei no essencial, quero ver se deixo a casa minimamente arrumada, o que não é fácil mas faz sempre importância... e... eventualmente se certas condições se criarem eu penso... dar outro rumo à minha vida... sou muito, não acordo, primeiro estou saturado disto, estou saturado... da política... da partidocracia, dos partidos políticos, da... tacanhez, da falta de nível disto tudo, da... transformou-se num exercício d'alto risco e de, de desgaste rápido, qualquer imbecil fala do que faz notícia nos jornais, coloca o nosso bom nome em causa, a nossa... idoneidade, quer dizer o risco é terr [hesitação] o desgaste não compensam, quer dizer talvez compense p'a quem não souber fazer mais nada [o E. fez um sinal de assentimento], p'a quem não tiver um outro tipo de... não tiver outro tipo de convites, não tiver outro tipo de... de, de, de motivações, eu não! Eu adoro escrever, tenho 3 livros feitos e não os consigo acabar... não os consigo acabar, falta-me sempre uma semana p'ós conseguir acabar. [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

Não deixa de ser relevante, a este propósito, que alguns dos autarcas entrevistados focalizam as especificidades das autarquias enquanto figura administrativa e política de exercício do poder – salvaguardando uma certa nobreza associada ao exercício de um cargo público em prol da comunidade³⁶ - e a própria formação, técnica e ética, do autarca. E, de algum modo, os discursos dos actores políticos aqui presentes são atravessados pelas suas pertenças partidárias – por exemplo, o posicionamento face à regionalização – e pela alternância, nalguns casos, entre o exercício de funções a nível central e local, e, noutros, pela relação intrínseca com os contextos organizacionais dos partidos. O posicionamento face à política e

³⁶ Mas, felizmente ou infelizmente para mim e, e... pr'ós poveiros nós ganhámos as eleições por 900 votos... portanto foi uma, uma... uma vitória à tangente... mas, eu... não tendo uma experiência política... e tendo como... objectivo apenas e só... uma ideia de... de desenvolvimento político da cidade no sentido clássico do termo que é o gestor da cidade [o E. fez um sinal de assentimento], no sentido de... da tradução do... do, do gestor da polis [o E. fez um sinal de assentimento] ... e, e apenas e só com um... um sentido de entrega à causa pública nós propusemos esse desafio... [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]

ao exercício da política, entre alguns autarcas, traduz mais concepções individualistas e meritocráticas na forma de estar na política e de fazer o percurso da política; noutros, concepções mais estruturalistas, assentes no enquadramento organizacional e político dos partidos. A visibilidade do futuro político passa, entre os eleitos locais entrevistados, por dois caminhos possíveis: i) pela continuidade dos projectos encetados e que, na maioria dos casos, são aqueles autarcas que já passaram pela concretização das primeiras fases planeadas; ii) pelo abandono da actividade política, regressando às actividades profissionais anteriores, ou encetando, e porque o capital simbólico e económico da actividade política o permite, desempenhos sociais e pessoais desprovidos de preocupações materiais com a remuneração, a qualidade de vida pessoal e familiar ou a manutenção de um determinado estatuto social. É curioso registarmos o distanciamento entre os discursos e as práticas dos actores políticos. Se confrontarmos os discursos proferidos à data das entrevistas e o momento da redacção deste relatório final, mantêm-se no poder os mesmos autarcas entrevistados, dando continuidade aos seus programas políticos, mesmo aqueles que, de alguma forma, assumiram o cansaço político e a concretização efectiva de algumas linhas programáticas. É certo que a retirada política após o mandato em causa não foi explicitamente verbalizada por qualquer um dos eleitos, contudo, foi sugerido tanto o desapego ao exercício do poder como a necessidade pessoal de encetar novas actividades (por exemplo, actividades de solidariedade e intervenção cívica, em contextos organizacionais internacionais ou locais, sociais e associativos); e de usufruir dos tempos e dos espaços fora do campo político, sem constrangimentos sociais - como o cumprimento de horários e de protocolos - e hierárquicos - como a sujeição à autoridade formal de outrem. Diríamos que as oportunidades políticas, os contextos de afirmação local das lógicas partidárias, a incompletude das intervenções locais e o apoio popular³⁷ indiciam-se como factores mais estruturantes da actividade

³⁷ Para além dos excertos já apresentados, vejamos a título de exemplo a seguinte posição: *Aliás agora até... andam aí a... a discutir... o problema da limitação dos mandatos. Eu por mim podem limitar os mandatos que quiserem, não tenho problema nenhum, não vou ser abrangido por isso porque essa limitação que se pretende*

política, desmistificando uma certa ideologização em torno do exercício da prática política local, de carácter naturalista e individualista, que, ao mesmo tempo, atravessa os discursos feitos pelos entrevistados.

As autarquias são perspectivadas, e nos casos dos autarcas que o fazem - com particular acento entre o autarca socialista - como actores privilegiados para o desenvolvimento local e regional, e, em última instância, para o desenvolvimento do próprio país. Tal trabalho, e particularmente da parte de quem defende a regionalização, tem sido dificultado pelo acréscimo de atribuições e pelos constrangimentos financeiros.

(...) a mesma coisa, porque estão a ser criadas muitas dificuldades às autarquias, porque repare... muitas vezes fala-se em... transferência de competências para as autarquias, mas até se tem enchido a boca de transferências [!] quer dizer, dá a impressão que as autarquias estão a ficar mais ricas, estão a ficar com mais meios, com mais poderes, isso é tudo mentira. O que se tem transferido para as autarquias são encargos, não têm transferido as competências, as competentes verbas... têm transf [hesitação], têm transferido encargos [!], e as autarquias já não têm mais condições para assumirem mais encargos... transferiram-lhes os encargos relativos por exemplo às escolas primárias. (...) o sector que mais contribuiu para o desenvolvimento do país ao longo destes anos... foi o sector autárquico... foram as autarquias, se não fossem as autarquias grande parte dos problemas básicos das populações... nomeadamente fora de Lisboa e arredores não estariam hoje ao nível do que estão [o E. fez um sinal de assentimento]... [presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

De alguma forma, e entre um ou outro autarca, tenta-se desmistificar as representações que a opinião pública e os *mass media* têm sobre o exercício da prática política local e os autarcas enquanto actores da causa pública: relativizam o

impor inclusivamente não tem efeitos retroactivos, portanto 'tá a ver eu não penso estar aqui mais 3 mandatos... na Câmara de Espinho, mas acho... que é miserável... que se pretenda impor... estas... restrições às aut [hesitação], aos autarcas, e porque não aos deputados? E porque não a outros sectores da vida nacional? Penso que, só que quem faz as leis são os deputados, há deputados há 30 anos que nunca fizeram nada que se saiba de significativo neste país [!]... nem sabem fazer [!] e nunca se candidataram a uma Junta de Freguesia, que se se candidatassem se calhar só tinham o seu próprio voto... se é, se é que eles próprios acreditam neles, mas eles são eleitos, porque são eleitos à molhada, lá da lista do partido. Bom e estes senhores são os, são eles que querem impor estas limitações que me a mim não me afectam, como calcula, mas que são completamente absurdas, eu acho que não se deve im [hesitação], im [hesitação] impor limitações ao povo, o povo é que deve decidir, porque se há aí um bom autarca que... que fez 3 mandatos e quer, quer fazer o quarto, se povo não quiser que ele faça não vota nele... não é, agora, mas já agora se querem limitar então limitem a todos para darem, para mostrarem que de facto estão a fazer isto com, com seriedade... [presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

posicionamento negativo e crítico entre a sociedade portuguesa face aos desempenhos, socialmente reprováveis, dos autarcas.

...bom e depois criou-se também neste país, isso um pouco por ciúmes, por ciúmes... eu... eu sei do que falo porque tive muitos anos na Assembleia da República, criou-se, tentou-se criar a ideia de que quem é autarca é vigarista... quem é autarca é vigarista, isto é terrível [!] porque não corresponde minimamente à verdade. Como é evidente há pessoas que não são sérias e há pessoas que são sérias em todo o lado, em todos os sectores da vida nacional, não é por se ser autarca que se é menos sério, não é, porque... quem não é sé [hesitação], quem é autarca e não é sério já não era sério antes de ser autarca... isto não tenho qualquer dúvida acerca disso, mas a grande maioria dos autarcas são sérios e trabalham... para resolver os problemas, mas são todos os dias enfim, atacados de forma às vezes... complicada porque... com as regras que nós temos, e repare um autarca não pode ser economista, não pode ser jurista, não pode ser engenheiro, não pode ser arquitecto... ao mesmo tempo, obviamente ele está dependente dos pr [hesitação], dos pr [hesitação], dos próprios serviços de apoio. Há autarquias que não têm condições sequer... financeiras para ter grandes serviços de apoio, mas o autarca, tudo aquilo que acontece numa câmara... até pode acontecer por parte dum, até pode haver um erro dum funcionário que ganha o lucro dele porque isso acontece... e ele é o responsável, se alguém tiver que ir a tribunal é ele que vai... e ele é que... [presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

Em terceiro lugar, vejamos as representações de cultura dos autarcas. As que verbalizam os presidentes das autarquias são, do nosso ponto de vista, fulcrais. Por um lado, qualquer um dos interlocutores entrevistados contextualiza o projecto político da sua lista no *antes* e *depois* da sua chegada ao município em análise, acentuando com maior destaque as dimensões negativas da gestão política anterior, os défices estruturais do concelho, os níveis qualitativos do desenvolvimento do concelho até àquela data e as directrizes, por alguns apelidadas de *estratégicas*, para o município. Consubstanciam a prática política nos recursos disponíveis mas, de igual modo, nos recursos necessários, nas dificuldades e nos obstáculos, como, num outro sentido, na relação com a comunidade local e com o poder central. E tendo presente que há níveis de desenvolvimento primários a serem satisfeitos, a cultura integra-se como uma dimensão sequencial às primeiras fases do desenvolvimento local, e articulada com um projecto mais global de intervenção.

Que *concepções de cultura* projectam os autarcas nos seus discursos? Aquelas que, na literatura sociológica, encontramos referenciadas, e neste momento da análise, independentemente da sua validade científica, a três níveis: a *cultura*

popular, a *cultura erudita* e a *cultura de massas*. Como mais adiante veremos, é nos discursos dos vereadores responsáveis pelos pelouros da cultura que melhor encontramos tais representações, sempre que apresentam o pelouro e os eventos municipais e desenham os traços peculiares da política cultural da câmara. Porém, entre os responsáveis máximos da autarquia, é possível visualizar, de igual forma, e com um grau de sistematicidade maior do que aquele que *a priori* estaríamos teoricamente à espera, um discurso sustentado sobre a cultura e o lugar que ocupa no projecto mais global para o concelho. Pese embora com níveis de objectivação nem sempre similares (há autarcas cujo discurso espelha menos a formalização de um conceito daquilo que é a área da cultura), constatamos que entre os presidentes de câmara entrevistados há uma proximidade de posicionamentos quanto a uma relativa pluralidade de sentidos que o termo adopta. Surge, por um lado, associada à ocupação dos tempos livres e às necessidades de fruição de lazeres, tendo presente a variação da oferta e dos consumos consoante os grupos sociais e etários; por outro, ao sentido antropológico de cultura, como matriz histórica e antropológica da identidade individual e colectiva, e base estruturante de uma comunidade local, por vezes sobrepondo-se ou identificando-se com aquilo que os autarcas designam por *educação* (vulgo *nível de instrução*) dos locais; por outro lado ainda, diferenciada, do ponto de vista da oferta e do consumo, segundo se situe no quadro de uma *matriz popular* – associada pelos autarcas a uma valorização menos positiva porque insuficiente do ponto de vista da formação e da cidadania – ou de uma *matriz erudita* – nível máximo a que aspira a oferta municipal. Num outro sentido, por todos eles perpassa – de forma mais ou menos objectivada, e com níveis de estruturação mais ou menos formalizados – o cruzamento entre os três níveis de expressão cultural, num enviesar, mais do que necessário, enriquecedor das virtualidades subjacentes a qualquer uma daquelas expressões culturais.

Quando isolados na especificidade discursiva e concelhia, e tendo em linha de conta o conjunto dos 5 discursos reunidos na situação de entrevista, o do autarca da Maia destaca-se por não transparecer, imediatamente, uma definição clara do

que é cultura, posicionando-se esta numa vertente menos relevante na totalidade do seu discurso, mais politicamente direccionado para outras vertentes como a orientação industrial do investimento municipal e a intervenção da autarquia nas questões do apoio social aos grupos sociais e etários mais desfavorecidos. Deste ponto de vista, o discurso da vereação responsável pela área da cultura e do turismo na câmara da Maia, como veremos, revela-se mais objectivo e organizado, exemplificando uma estratégia de delegação efectiva de responsabilidades políticas, tanto na concepção como na operacionalização da política cultural do concelho. De qualquer forma, registre-se que, quando directamente confrontado com a abordagem do posicionamento ideológico face à cultura, o presidente maiato sugere-a como uma dimensão associada à ocupação dos tempos livres e às necessidades de lazeres, por vezes trespassada pela associação ao desporto e à educação formal nos primeiros níveis de ensino. Por outro lado, e quando exemplifica os equipamentos e as actividades que configuram o campo cultural local, o autarca cruza as três dimensões referidas anteriormente: a *popular* – as feiras de artesanato e de velharias; a *erudita* – a Bienal de Arte Jovem e o Festival Internacional de Teatro Cómico; e as *indústrias culturais* – o cinema. No caso de Valongo, define-se uma posição mais clara por parte do autarca, evidenciando-se, de igual modo, e tal como as entrevistas feitas às vereações da cultura, do turismo e do desporto o atestam, uma das linhas estratégicas do próprio presidente da edilidade: faz a abordagem do trabalho da autarquia no sentido da formação cultural no que diz respeito à *cultura cultivada* porque aquela que se revela mais necessária. Do mesmo modo, associa o termo *cultura* à dimensão dos *consumos elitizados*, exemplificando com as exposições de arte contemporânea, com os concertos de música erudita e com as peças de teatro que a autarquia tem dinamizado nas freguesias do concelho. Não deixa, porém, de haver, em alguns momentos do seu discurso, uma associação entre *cultura* e *instrução* quando se refere às qualificações e aos níveis de instrução da população local, nas suas palavras *desprovida de cultura*.

(...) criou-se... um hábito, criaram-se, o facto de se terem criado condições e termos... espaços culturais, criou-se também uma apetência pela cultura por parte da população que ocorre às manifestações culturais... com uma grande frequência e nós fazemos todo o tipo de espectáculos... os espectáculos... digamos culturais de... pronto, eruditos, e os populares... portanto as pessoas já sabem que têm dum e doutro [o E. fez um sinal de assentimento]... e habituaram-se a ir aos Centros Culturais [o E. fez um sinal de assentimento]... ver e portanto como vão ver os populares também vão ver os mais eruditos e começaram a gostar... [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

Entre os presidentes dos *concelhos da orla litoral*, e na relação estreita com o mar e as tradições turísticas balneares de outras décadas, são manifestas as distinções dos autarcas da Póvoa de Varzim e de Vila Nova de Gaia. Ainda que no testemunho do presidente de Espinho esteja implícito o cruzamento entre *concepções eruditas e populares* de cultura - os eventos Cinanima – Festival Internacional de Cinema de Animação, Festival Internacional de Música e Festival Internacional de Folclore – é nos discursos dos autarcas poveiro e gaiense que mais se posicionam as virtualidades da *oferta dita erudita*. O autarca de Póvoa de Varzim manifesta maior interesse pela *oferta cultural erudita* - o Festival Internacional de Música (música erudita, já sedimentado nos executivos anteriores) e o Correntes d'Escritas (literatura em língua portuguesa) foram os dois eventos programados pelo executivo para relançar outros vectores do desenvolvimento local – como o do *turismo cultural* – e criar, em consonância com a actividade desportiva, amadora e de alta competição, nacional e internacional, uma identidade dos locais com eventos emblemáticos do concelho. Em Vila Nova de Gaia são notórias a distinção entre níveis de cultura e a tentativa de dignificar a oferta cultural local a partir de eventos de índole da *cultura cultivada* e das *indústrias culturais*.

(...) vou privilegiar, fazer 1, 2, 3, 4, 5 espectáculos por ano d'ópera ao ar livre, é evidente que há ópera ao ar livre, e há ópera ao ar livre, quer dizer, se calhar a ópera do Ver [hesitação], de Verdi tem que se privilegiar o Verdi em detrimento de... de [risos], de outros, bom, quer dizer mas... o facto de se ter este modelo corresponde ao 2 perfis que eu indico como alvo, um de ser espectáculo [!...] e outro por outro lado de sendo ar livre é popular, sendo popular as pessoas vão ver, vão ver vão começar a apreciar e p'tanto 'tamos a fazer um duplo objectivo que é o de, da promoção, o da, o da festa e o de... ensinar às pessoas que... ballet, um concerto sinfónico, que ópera não são coisas necessariamente más é preciso é aprender a gostar. [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

Podemos perspectivar tais preocupações – e sobretudo a da formação de um certo *tipo de gosto* – como uma das virtualidades da intervenção municipal e um dos objectivos que, para além daquilo que o movimento associativo propõe, e no contexto dos territórios locais, acaba por ser perspectivado pelas autarquias como uma das atribuições políticas e sociais dos executivos camarários. A amplitude dos investimentos financeiros, institucionais e humanos poderá justificá-lo, como também uma certa representação consensual da prática política local: aquela a que assiste, em primeiro lugar, o papel de mecenato da cultura e de agente propiciador das condições para o desenvolvimento da oferta cultural, para além do universo da *cultura popular*, e da formação cívica e cultural dos locais.

Cruzemos as representações dos presidentes com as dos responsáveis pela vereação da cultura. Confrontamo-nos, até certo ponto, com uma relativa diversidade de posicionamentos políticos e, antes de mais, pessoais face à cultura. Em parte, decorrentes da formação de base – há uma relativa diversidade de trajectos formativos e profissionais, mas coexistem as proximidades face ao ensino formal³⁸; num outro sentido, decorrentes também da relação mais ou menos próxima com a figura do presidente de câmara, com a maior ou menor margem de escolha e de decisão, com a maior ou menor autonomia do próprio pelouro³⁹.

³⁸ Veja-se a este propósito o Anexo 5P com a caracterização sociográfica dos vereadores da cultura. Registemos que entre 8 vereadores (no caso de Vila Nova de Gaia é o presidente que, à data das entrevistas, assume a vereação da cultura) 5 eram professores (do ensino básico e secundário e do ensino superior). Com idades compreendidas entre os 34 e os 53 anos - dos 8 vereadores 3 têm idades inferiores aos 40 anos – e a residirem no concelho que gerem, são vereadores que acumulam mais do que um pelouro, nalguns casos com desempenhos políticos transversais a várias áreas de intervenção municipal. A título de exemplo, os autarcas de Gondomar e Valongo acumulam, no primeiro caso, os pelouros da educação, do desporto, da acção social, da juventude e da habitação; no segundo, os pelouros da habitação social e do ambiente, para além das áreas da juventude e do turismo que estão acopladas ao pelouro da cultura. Registe-se ainda que dos 8 entrevistados 6 acumulam a vereação do turismo, e numa articulação, segundo os vereadores entrevistados, politicamente estratégica. Acrescente-se que dos 8 entrevistados 6 têm formações de base próximas das áreas humanas e sociais.

³⁹ É interessante constatar-mos que as próprias representações face ao poder e à prática política são próximas das dos presidentes mas menos ideológicas e profissionalizadas, e mais perspectivadas como um serviço público e pessoal, como um momento de participação cívica mais activa, com possibilidades de decisão. Alguns tiveram um trajecto político anterior, desde a juventude, nas unidades partidárias juvenis, outros surgiram na vida política como actores de uma lista de apoiantes à figura do presidente da edilidade e num compromisso com o próprio projecto político e pessoal do chefe do executivo, outros ainda como uma actividade política sem pretensões a carreira política

Indicia-se que, sem deixar de ser uma área internamente sob o controlo da presidência, detém a suficiente autonomia na delimitação da própria política cultural concelhia.

Marcam as representações dos vereadores quanto à *cultura* a referência aos três níveis de cultura e a defesa do cruzamento possível e necessário entre essas áreas da oferta municipal. De igual modo, assumem – e nalguns testemunhos essa componente é mais objectivada, política e discursivamente – as esferas da criação/oferta e do consumo/procura, também designada por *fruição*, como vectores distintivos da própria política cultural municipal. Atravessam, da mesma forma, os discursos dos vereadores da cultura as concepções mais antropológicas e sociais de cultura, particularmente quando a dimensionam como vector da formação cívica e da qualidade de vida quotidiana do próprio indivíduo. A título de exemplo, vejamos:

(...) temos também esta perspectiva... também muito alargada não só digamos a cultura para... elevação e a qualificação única e exclusivamente da pessoa na sua dimensão, e a realização de valores culturais mas temos também esta perspectiva transversal, e digo isto p'ra quê [?], porque os próprios programas depois também têm em atenção todas estas vertentes, portanto a... a... a cultura que permite... de facto... a fruição no seu sentido pleno e máximo, não é... mas também enquanto factor... natural... que esteja presente na vida das pessoas, na forma, no quotidiano, e que deve ser valorizada também em todas as suas dimensões, em todas as suas facetas, p'tanto temos esta perspectiva... [*vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD*]

Não deixa de ser significativo que, para além de cruzarem expressões culturais diferentes e com níveis de legitimação social e ideológica díspares, os próprios autarcas ponderem sempre criar eventos culturais e artísticos que obedeçam a *critérios de qualidade*, que, a dado momento, já ultrapassam o próprio gosto do responsável político – um elemento também presente nas escolhas das áreas a privilegiar, política e financeiramente – e relacionam-se, antes de mais, com as instâncias de legitimação do próprio campo cultural e artístico.

noutros níveis do poder – poder central – mas suficientemente atraente enquanto exercício de poder em prol da causa pública.

... Não afiro! Não afiro, p'tanto nós fazemos os eventos, os eventos sem qualquer pretensão de ter ou não ter qualidade. Depois é a opinião de cada um que conta. Há... há, há factos há... há, há determinado tipo d'eventos pelo, que pelo conjunto de artistas qu'os produzem enfim... recolhem aí opiniões mais unânimes sobre o facto de ter ou não ter qualidade, por exemplo o nosso protocolo com a Orquestra do Norte, por exemplo é se [o E. fez um sinal de assentimento] calhar um bom exemplo, [o E. fez um sinal de assentimento]. Nós temos um protocolo em qu'eles durante o ano nos fazem 6 espectáculos no concelho de Valongo, pr'ó público, pr'ó grande público um dos quais é hoje [!] curiosamente [sorrisos], um dos 6 é hoje na freguesia de Campo... e, e depois damos alguns espectáculos pedagógicos também um dos quais é hoje, em Campo também que nós aproveitamos e fazemos um espectáculo pedagógico para as crianças durante a tarde nas escolas, em qu'eles explicam o que são os instrumentos... tocam os instrumentos individualmente, explicam um bocado a história da música, um bocado da história dos instrumentos e depois fazem uma pequena peça p'aplicação desta teoria, e à noite temos o, o espectáculo propriamente dito. A Orquestra do Norte é indiscutivelmente uma orquestra de qualidade [!], porquê? Porque tem me [hesitação], tem bons executantes com qualidade [o E. fez um sinal de assentimento] técnica muito boa, tem bons maestros, p'tanto aparentemente tudo o que para mim é um espectáculo de qualidade, é óbvio que poderá haver outra pessoa que não encare isto como sendo de qualidade, p'ra nós é de qualidade... e tanto achamos qu'é de qualidade que fazemos um grande investimento p'ra termos isto, porque é um espectáculo obviamente caro! [o E. fez um sinal de assentimento] A Orquestra tem 70 ou 80 pessoas e portanto tem que se manter, tem que viver daquilo e p'tanto é caro. Há outros eventos que obviamente não têm a mesma qualidade, por exemplo nós apostamos muito nos eventos, na, na em, em eventos culturais produzidos no próprio concelho [o E. fez um sinal de assentimento], e há obviamente por exemplo algumas associações que produzem espectáculos que para mim têm uma menor qualidade mas que depois nós tentamos remediar isto com a oferta, ou seja, é verdade que têm menos qualidade mas também convém incentivá-los para que apareçam e vão melhorando, e portanto uma coisa contrabalança a outra e por isso nós fazemos estes dois tipos de espectáculos. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD]

Eu estou, eu, eu quando falo em, em, em bens culturais de qualidade... vamo'lá ver, nós não, nós procuramos oferecer... ter uma oferta diversificada [o E. fez um sinal de assentimento], ou seja quer dizer nós não, não, não... nós nem, nem, nem temos uma oferta entre aspas elitista, nem clubística, quer dizer procuramos corresponder aos, ao, ao, ao la [hesitação], ao, ao tal público que temos duma forma diversa. P'tanto há pessoas que... que detestam música [!] [o E. fez um sinal de assentimento]... e que só gostam de teatro, há pessoas que gostam de, de teatro e detestam música... dança... e, e por aí fora e dentro... e dentro do, do, do, dos, dos vários pólos d'interesse de cada uma das áreas... também há muito tipo de público, quer dizer... que gosta de música... há muita gente que gosta de música e detesta ópera, por exemplo [o E. fez um sinal de assentimento]... e gosta de música ligeira. Agora o que nós procuramos é ter essa música ligeira, mas dentro da música ligeira ao menos oferecemos qualidade [o E. fez vários sinais de assentimento]... não é, porque acho que, qu'ó gosto também s'educa... e portanto em ter cá... isto pronto utilizando uma frase que todos nós dizemos, entre ter cá um, dentro da música ligeira, um pimba qualquer ou ter um, ou ter, ou ter, ou ter um intérprete de qualidade, nós apostamos por, por, por um intérprete de qualidade [o E. fez um sinal de assentimento]... e é isso que eu digo, quer dizer, a, a, a qualidade, a qualidade não quer dizer, a qualidade não é... não é apenas associada ao género, quer dizer dentro de todos o géneros é possível ter qualidade e é nesse sentido que nós apostamos... em ter (...) [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

E o autarca da Maia acrescenta que, dadas as circunstâncias dos recursos serem poucos, nomeadamente os financeiros, o investimento político e material num certo tipo de oferta cultural tem que ser ponderado em prol da comunidade local e da formação de gostos plurais e diversos, sem esquecer determinados padrões de consumo cultural e artístico. O que, em última instância, legitima o cruzamento entre formas de expressão cultural plurais, social e artisticamente legitimadas.

(...) normalmente o nosso festival, é um fes [*hesitação*], é um festival... é o Festival Internacional de Teatro Cómico da Maia... no, no, no... no, no, no, no horizonte... do cómico relacionado... com o teatro em Portugal as pessoas normalmente associam à Revista [*o E. fez um sinal de assentimento*], aqui não há Revista [!]*[o E. fez um sinal de assentimento]*... quer dizer, não há Revista, há [*discurso imperceptível*], agora temos também, temos dentro do Festival temos teatro cómico nacional [!], mas que não tem a ver com a facilidade da Revista [*o E. fez um sinal de assentimento*], quer dizer p'tanto é... procuramos oferecer efectivamente... qualidade... no tipo de programação... que oferecemos... Ouça nós temos... e essa qualidade é uma preocupação da gente... nós temos uma escola de música a funcionar, temos o Conservatório a funcionar e só é professor do Conservatório de Música da Maia os melhores professores [*o E. fez um sinal de assentimento*]... que dizer isso é... é ponto d'honra, os... só, só queremos os melhores... porquê? Porque se, se, se [*sorrisos*], se os recursos são escassos e o investimento é feito, ao menos que seja feito duma forma [*o E. fez um sinal de assentimento*] que, que, que potencie a maior rentabilização possível. Portanto é, é, eu não me interessa nada ter, ter, ter um festival de música... que eventualmente arrastará muita gente mas com... em que preocupação da qual [*hesitação*], da qualidade é... o turista, isso não faço! Nem nunca farei, portanto eu tenho bom... um bom festival de música e tenho um excelente festival de teatro [*o E. fez um sinal de assentimento*] [*o E. interveio*]... [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD*]

Registemos, a título de curiosidade, e cruzando testemunhos paralelos, que as representações políticas e ideológicas dos vereadores que entrevistámos, nos concelhos cujo testemunho do chefe de executivo não nos foi possível recolher⁴⁰, se aproximam das demais. Algumas similitudes se colocam: por exemplo, quanto ao cruzamento entre níveis de expressão cultural diferentes e à diversidade de referências que o termo cultura suscita; e outros aspectos se destacam, particularmente se atentarmos ao representante político do Porto: quer pela história política e cultural do próprio pelouro e pela centralidade sectorial do concelho, quer pela inversão de prioridades políticas quanto à intervenção cultural do município

⁴⁰ Relembre-se que em Gondomar, Matosinhos, Porto e Vila do Conde não obtivemos autorização para a realização da entrevista aos respectivos presidentes de câmara. No caso do município de Vila do Conde, a entrevista foi, de facto, recusada.

no mandato 2001-2005, quer ainda pela valorização política e ideológica de certas componentes da cultura, como mais adiante veremos.

A perspectiva do vereador da cultura e do turismo de Matosinhos não deixa de ser coincidente com as anteriores. Ressalva, em contrapartida, uma discordância absoluta com as categorizações ideológicas dos níveis de expressão cultural – é avesso à distinção entre *cultura popular* e *cultura erudita*, por exemplo. Perspectiva a cultura como fruição e valorização individual e social. Não deixa de admitir, porém, que instituições políticas como uma autarquia têm que conceber uma política cultural ponderando a diversidade da oferta e o cruzamento relativo de expressões culturais, de acordo com os seus públicos, e assumindo as responsabilidades políticas da formação mais global dos actores sociais.

Não, isso eu confronto sempre esse tipo de, de perspectivas como confronto sempre quando me vêm dizer que a cultura ou determinadas coisas são p'a elites e eu digo são [o E. fez um sinal de assentimento] efectivamente são agora quando faço um festival de folclore é para uma elite que gosta de folclore [o E. fez um sinal de assentimento], e portanto eu, essas coisas não, como não, não tenho, não gosto, não... concordo com o que é conceito de cultura popular, o que é cultura erudita, para mim há cultura e há as outras coisas [o E. fez um sinal de assentimento], pronto... (...) eu, eu olhe, eu entendo cultura como duas ou três coisas que é... essencialmente fruição, valorização e, e depois há, há duas outras coisas que eu digo sempre e foi com esse pressuposto que vim p'ra aqui. Nós vamos fazer uma programação cultural e vamos fazer... duas outras coisas que é primeiro vamos ter sempre uma programação que tem de ser coerente e há outra coisa que nunca faremos que é dar lugar à mediocridade. E portanto, e depois podem nos chamar o que quiser a seguir, eu não me importo nada [o E. fez um sinal de assentimento] com isso, agora o que é nós achamos que há lugar para toda a gente mas por exemplo não vê, não viu e espero não ver, porque e então seria muito grave para mim, por exemplo, a Câmara de Matosinhos promover, desculpe a expressão, concertos de música pimba! [o E. fez um sinal de assentimento] [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS]

O vereador da cultura da câmara do Porto considera-se um actor social desde sempre ligado à cultura. E neste auto-posicionamento, o autarca integra, de facto, os dois sentidos de cultura: *o antropológico*, de carácter humanista e civilizacional, e *o sociológico*, marcado pelos diferentes níveis de expressão e de legitimação cultural e artística⁴¹. Nesse sentido, confronta-se politicamente com as

⁴¹ Como ele próprio refere: *eu sou uma pessoa desde sempre ligado à cultura, e às várias vertentes da cultura, não só aos aspectos... digamos da cultura sob o ponto de vista artístico, sob o ponto de vista musical, sobre... não [!], mas a cultura em toda a sua plenitude, naquilo que a cultura representa na vida de uma pessoa, quer dizer a*

opções a fazer em termos daquilo que constitui a oferta cultural municipal de uma cidade. Do seu ponto de vista, e numa relação que se posiciona ora na relativa continuidade, ora na ruptura face a alguns princípios da política cultural dos executivos anteriores, os conceitos sociais de lazer alteraram-se em função das próprias mudanças de hábitos culturais da população, nomeadamente urbana e jovem, e da própria diversidade dos consumos e das ofertas culturais e artísticas. Politicamente, a cultura tem que ser pensada a partir das suas componentes ditas *clássicas e tradicionais* – mais próximas dos vectores da *cultura erudita* – e das componentes da *animação urbana*, em espaços não convencionais, cruzadas com o universo das *indústrias culturais* e as manifestações artísticas alternativas, em espaços urbanos públicos. À *festa urbana* junta-se também a *festa tradicional e popular*.

(...) a animação da cidade é fundamental porque os conceitos de lazer mudaram radicalmente nos últimos anos, quer dizer... por um lado há toda uma camada... et [hesitação] uma faixa etária... mais jovem que tem acesso muito mais cedo à saída e à fruição de espaços de lazer, de espaços públicos de lazer, por outro lado, os interesses também se diversif [hesitação] diversificaram e aquilo que antigamente eram os espectáculos tradicionais, a ida ao teatro, a ida ao cinema, ou a ida ao concerto de música clássica, hoje em dia a juventude vê as coisas doutra maneira e quer outro tipo de... espectáculos e portanto parece-me que a obrigação da Câmara Municipal... aperceber-se disso e tentar precisamente ter uma oferta, dentro desses domínios, ter uma oferta para essas faixas da população que gostam de vir p'a rua, que gostam de sair de suas casas, que não querem ir apenas ao espectáculo em recintos fechados, mas que querem viver o la [hesitação], o seu lazer de uma outra... de uma outra maneira... E portanto para além das festas tradicionais da cidade, eu refiro-me ao, fundamentalmente ao São João que é o momento alto das festas da cidade... e também à Passagem do Ano, para além disso... a Câmara preocupa-se em organizar eventos... de rua, chamemos-lhe assim, em que... o lazer possa ser trazido às pessoas até duma forma gratuita, duma forma espontânea, que as pessoas ao passar se apercebam que se está a ocorrer um determinado evento e portanto possam aderir a esse evento para além de uma marcação específica da... duma noite, de qualquer coisa desse género. (...) [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

cultura como forma de conhecimento no fundo, como, como forma de olhar o mundo, o que é a cultura? No fundo a cultura é uma forma de olharmos o mundo não é verdade, é todo um repositório cujos conhecimentos nos transmitiram e que nos permitem olhar o mundo duma determinada maneira que é a nossa. E o somatório de todas estas visões, no fundo, e as afinidades entre estas todas vis [hesitação], entre estas visões todas formam a cultura duma civilização, chamemos-lhe assim, não é. Portanto... sou uma pessoa... ligada aos problemas da cultura... desde sempre, por... por profissão digamos, por profissão e por opção também... portanto... e a política no fundo, a política é apenas a forma que temos de, de poder intervir (...) [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD].

Entre os autarcas de Espinho e da Póvoa de Varzim, as concepções de cultura passam por vectores como os enunciados atrás: a diversidade das manifestações culturais e artísticas e a formação da identidade local e dos actores sociais. Destaquemos apenas três elementos que se conjugam com os já analisados anteriormente: a associação ideológica entre certas manifestações culturais e artísticas e *públicos elitistas* porque associados a uma *classe social elevada* ou a grupos de criadores artísticos; a dissociação, política e socialmente, necessária entre cultura e *classes sociais privilegiadas*, entre cultura e espaços formais e convencionais da *cultura erudita*.

(...) é toda esta interligação e de perceber... que a cultura não pertence só a algumas classes privilegiadas... que eu sou contra, quando as pessoas dizem: “Ah! A Câmara da Póvoa faz uma cult [hesitação], uma cultura elitista”, isso não é verdade! E eu não aceito essa crítica, eu penso que conseguimos abranger um leque variadíssimo... cultural... já passei aqui, já passámos aqui mas o teatro, não falo do teatro, não é... o teatro só o teatro do absurdo, não é o teatro surrealista, não é... não! O Varzim Teatro aliás, umas das coisas que eu pedi ao Varzim Teatro foi que trouxesse variedade, não é... temos tido teatro de marionetas, temos tido teatro... de facto do... já fui ver “En attendant Godot” [o E. fez um sinal de assentimento], por exemplo... gostei muito, não é, Beckett! Também ‘teve cá... mas temos tido teatro que vem de Lisboa, de... que, sobre, sobre aquela peça, uma peça até cómica... uma comédia, uma caricatura a Shakespeare, não é, quer dizer também passei lá pelo teatro de Lisboa, e também... temos ou [hesitação] outras peças de teatro que vêm cá à Póvoa de Varzim que não é só o Varzim Teatro que representa portanto, mas também contacta e contrata o Teatro do Noroeste que também esteve cá, portanto temos, o Teatro de Joane e tudo o mais, temos tido várias peças aqui na Póvoa de Varzim mas de vários tipos de teatro, não é, temos tido teatro de revista que as associações fazem aqui na Póvoa... sei lá, a música como disse, é a música clássica mas também é a música popular, também é a música folclórica, também é a música das, das Bandas de Música, portanto... nós não podemos dire [hesitação] direccionar a nossa, a nossa cultura, porque as pessoas, há pessoas que entendem cultura é só aquilo que não é entendível [!] pelo comum dos mortais, não é, não eu, eu não, não, não partilho dessa ideia, cultura... é tudo, agora nós temos que dosear, não dar sempre do mesmo (...) trazemos... para todos os gostos, nós não, não nos prendemos a um só gosto, a um, a uma só classe, eu acho que temos que, a cultura tem que atravessar transversalmente todas as classes e é essa a nossa preocupação... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

(...) produzir uma série de eventos ao longo do ano que complementa esta, is [hesitação] isto que as associações fazem, e, e esses eventos são produzidos por... por para complementar essa oferta cultural... das próprias associações e então... socorremo-nos do meio universitário, produzimos... cursos de história, cursos de literatura, colóquios vários... apresentações de livros... encontros de história local, alguns [o E. fez um sinal de assentimento] muitíssimo [!] interessantes, (...) para além destes, desta... desta actividade que é eminentemente cultural, Encontros de História d’Arte, Cursos Breves de História, de Literatura... o... portanto este Encontro de Escritores Lusófonos e, temos também uma série de espectáculos musicais, quer dizer dirigido a todos os sectores sociais... começamos pela dita [risos] música pimba, não é [o E. fez um sinal de assentimento] aos, pronto ao Jazz,

portanto fazemos portanto, tentamos ser abrangentes, não excluindo nenhum sector, embora tentando puxar p'ra cima digamos assim [*o E. fez um sinal de assentimento*], digamos assim... mas na verdade... na verdade temos também sempre aqui presentes nesta, nesta animação as associações do concelho (...) [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS*]

Quando confrontadas com as perspectivas face ao desporto, convenhamos que a diferenciação, política e formal⁴², e social e ideológica, existe nos discursos dos eleitos locais. E reconhecem alguns dos vereadores entrevistados que a área do desporto foi, e no período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, mais rápida e facilmente generalizada entre as populações locais, ao nível dos equipamentos e da oferta desportiva, em virtude da vontade política, dos financiamentos estatais e do apoio das autarquias.

(...) na área do desporto no pós 25 de Abril que se generalizou, o seu acesso generalizou muito mais à população, até... até, até porque... as escolas mesmo ao nível básico vão oferecendo... programas, quer curriculares quer não curriculares... no, no sentido das pessoas puderem ter acesso à sua prática, não é... os próprios clubes também... receberam sempre muitos mais apoios, para além do apoio das autarquias o próprio Estado ... sempre se mostrou muito mais aberto e disponível para apoiar... o sector do desporto e hoje de facto é uma realidade... que nem toda a população ainda tem acesso... ao desporto mas duma forma... crescente... cada vez mais é mais fácil em comunidades mesmo pequenas as pessoas acederem [*o E. fez um sinal de assentimento*] a... à prática regular do desporto e há muito mais equipamentos, pequenos pavilhões, polidesportivos, já há muito mais espaço onde acontece desporto (...) [*vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD*]

Não deixam de ser interessantes os testemunhos dos próprios vereadores do desporto, alguns deles com acumulação das funções políticas na área da cultura ou do turismo, e com percursos similares àqueles verificados nas outras vereações políticas⁴³. Os responsáveis pelas vereações do desporto, de algum modo,

⁴² Nalguns concelhos são duas áreas que surgem associadas ao mesmo vereador, noutros são autónomas do ponto de vista de quem assume a gestão política dessa área. Veja-se a este propósito, de novo, o Anexo 3O.

⁴³ Se atendermos à caracterização sociográfica dos vereadores do desporto, são todos do sexo masculino e com idades entre os 29 e os 50 anos, com áreas de formação comuns (3 em 5 entrevistados têm formação na área do direito) e a exercerem até à data da entrada a tempo inteiro na autarquia actividades ligadas ao ensino e à formação. Registe-se que um dos entrevistados assume as funções de técnico da câmara, com um trabalho de assessoria junto da presidência, e que de algum modo desenvolve um discurso, nalgumas dimensões, mais distante face ao poder político e mais próximo do técnico que exerce funções de gestão, independentemente do enquadramento político do município;

apresentam, nos seus discursos específicos em torno da actividade desportiva do concelho, uma ligação estreita com a área do turismo – posicionando o *turismo desportivo* como um factor de atracção e de desenvolvimento do concelho e da cidade – e com a área da cultura – de uma forma menos directa mas com um sentido transversal, particularmente naqueles *concelhos da orla litoral* e que se posicionam como cidades de lazer e de cultura. As concepções em torno do desporto – políticas e sociais – retratam-no como a actividade física e socialmente saudável que, numa perspectiva de democratização e de formação generalizada, se posiciona como acessível à população local, por via das actividades amadoras, organizacionalmente circunscritas ao movimento associativo. Enquanto vector de formação de valores – de competição, de solidariedade, de trabalho em equipa ou de diversão/fruição - e de aproximação social entre grupos etários e sociais, o desporto é concebido como um instrumento de socialização e de integração individual e social dos actores locais nas redes de interacção, antes de mais, comunitárias. E, neste sentido, aproxima-se das concepções mais antropológicas de cultura, enquanto matriz material e imaterial de identidade comunitária e social.

E portanto o desporto é fundamental, não é. E portanto, e... a movimentação da sociedade civil, a movimentação dos jovens, o intercâmbio, que é uma coisa fundamental, que é nós somos um concelho muito grande e geograficamente disperso... se não fosse através do desporto... os, os miúdos do mesmo concelho não se conheciam, ou pelo menos não se conheciam em tanta profundidade, porque andam em escolas diferentes, em escolas primárias diferentes, depois têm escolas secundárias também diferentes, o único sítio onde eles se poderiam conhecer era eventualmente era na discoteca. [o E. fez um sinal de assentimento] Portanto, através do desporto é possível pô-los... porque eles vão dumas

noutras, com uma proximidade ideológica face à figura política e individual do presidente de câmara em exercício de funções. Os vereadores são elementos com actividade política recente, que deixaram a sua vida profissional anterior em prol dos convites feitos pelos presidentes da autarquia, com a acumulação de pelouros, que tencionam voltar à vida activa depois do serviço público feito, e com fortes ligações ao tecido social local e à prática desportiva universitária e/ou amadora. Como refere um dos autarcas: ... *conhecer as pessoas e, e, eu, eu tenho uma grande... uma grande convivência com as pessoas das freguesias todas, primeiro pelo meu Pelouro, porque desloco-me a todas as freguesias, as associações, muitas delas, ou a maior parte delas são das freguesias, eu já conhecia as pessoas, eu joguei nesse, nesse tal Campeonato Inter-freguesias numa altura em que jamais imaginei poder vir, vir a ser o responsável pelo Pelouro do Desporto, joguei durante 12 anos, percorria as freguesias todas, no fundo considero-me um... um vereador das freguesias* [o E. fez um sinal de assentimento], *até porque sou o único, agora, agora temos também um vereador de Laúndos, mas... quando eu entrei era o único vereador das freguesias... que vivia, que tinha nascido numa freguesia e vivia...* [vereador do desporto da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 38 anos, PPD/PSD]. Veja-se a este propósito o Anexo 5R.

freguesias para as outras [o E. fez um sinal de assentimento], nos Jogos Inter-freguesias eles percorrem [o E. fez um sinal de assentimento] as 30 freguesias [o E. fez um sinal de assentimento], e portanto acabam por se conhecer, as pessoas do mesmo concelho acabam por ter um convívio que não tinham... se não fosse através do desporto, não é. Portanto, isso significa criar melhores pá... cidadãos. Significa [o E. fez um sinal de assentimento] ... dar alguma sustentabilidade ao nosso investimento, porque... porque se nós gastamos pá, milhões de contos a fazer investimentos públicos... em equipamentos desportivos, em... criar condições de infra-estruturas, se não tivermos depois a massa humana que os utilize [o E. fez um sinal de assentimento], é dinheiro para deitar fora, não é, portanto quando me faz essa pergunta de uma forma genérica, que é “como é que enquadra?”, o desporto hoje é fundamental... na sociedade... [o E. fez um sinal de assentimento] sobretudo na formação dos jovens, não é [o E. fez um sinal de assentimento], e portanto enquadro com... um... um vector extremamente importante dentro da nossa política autárquica... tão importante como a educação, ou tão importante como as infra-estruturas básicas [o E. fez um sinal de assentimento], portanto ao nível de qualquer outro Pelouro que a Câmara possa ter [o E. fez um sinal de assentimento]. [vereador do desporto da câmara municipal de Vila do Conde, 42 anos, PS]

Numa outra perspectiva, e a propósito das ligações entre prática desportiva e classes sociais, alguns autarcas posicionam-se: o desporto que se pretende promover e alargar à totalidade das freguesias dos concelhos; o desporto que se procura integrar nas escolas do ensino básico e secundário; o desporto amador dos locais; e o desporto de feição competitiva, em provas nacionais e internacionais. A criação da rede de equipamentos desportivos do concelho obedece antes de mais à tentativa de generalização de uma prática desportiva para a população que reside nos próprios concelhos.

Quando as associações já respondem às necessidades da comunidade, apoia as associações dos clubes já na sua iniciativa, quando há uma área ou outra nova que é não se sabe trabalhar então a Câmara procura meter-se nela [o E. fez um sinal de assentimento], o caso de que lhe falei há bocadinho do... do mini-golf, o caso da escalada [o E. fez um sinal de assentimento] e também a orientação na floresta [o E. fez um sinal de assentimento], que é uma actividade que tenho vindo a pôr em prática juntamente com o grupo Desportivo 4 Caminhos de Matosinhos, que é um grupo liderado por um capitão digamos do exército que é um homem que adora [!] a actividade de montanha e nós temos aqui ainda muitos montes [o E. fez um sinal de assentimento], da Área Metropolitana somos o concelho que tem melhores montes, temos a Serra de Santa Justa, Castiçais, Pias e outras, e então é agradável, e estamos a tentar incutir isso também nas escolas secundárias [o E. fez um sinal de assentimento], é agradável termos aqui grupos que vêm de Espanha, que vêm de França, e de Portugal vêm dos vários pontos [o E. fez um sinal de assentimento] e entretanto temos o caravanismo, também ‘tá interessante, e então digamos que vários tipos de actividade. Portanto nós não elegemos um desporto como desporto de elite... apenas apoiamos, quando há uma oportunidade [!] de fazer um grande evento sendo ele uma chamada de atenção para a importância daquele desporto, aí eu entendo que nós fazemos. [vereador do desporto da câmara municipal de Valongo, 46 anos, PPD/PSD]

As representações sobre o turismo, transversais a todos os discursos dos autarcas – presidentes e vereadores entrevistados – estratificam-se em dois vectores base. Em primeiro lugar, as concepções *ditas tradicionais* do turismo. No caso dos *concelhos da orla litoral*, e com tradições de veraneio, o *turismo balnear* de décadas atrás, sazonal e duradouro, que entretanto se reconfigurou enquanto fenómeno: com mobilidade temporariamente permanente dos turistas no concelho, com um perfil tipo de turista específico – das zonas limítrofes e contíguas e segundo estratos sociais diferenciados⁴⁴ - e, segundo os autarcas, com níveis de exigência diferentes face às potencialidades da estadia. Em segundo lugar, as *novas formas de turismo* como o *turismo cultural*, o *turismo de negócios* ou *turismo urbano* e o *turismo natural* (*eco-turismo*) ou de *prática desportiva e ambiental*, modalidades estas que qualquer um dos responsáveis políticos apresenta como vectores dos seus projectos mais globais de desenvolvimento do concelho.

Qualquer um dos presidentes de câmara perspectiva ideologicamente o lugar do turismo no seu concelho. No caso da Maia, o autarca, de alguma forma, associa turismo às potencialidades naturais e paisagísticas, definindo o concelho por defeito, ou seja, por não ter mar e rio, recursos naturais que permitiriam um *turismo balnear e fluvial*; ou por não ter os *ex-libris* próprios da Região Norte, particularmente da região do Douro vinícola, que permitiriam um *turismo do Vinho do Porto*. Nesse sentido, e de acordo com a característica primordial do concelho, postula uma nova área do turismo, que se enquadra nos concelhos de vertente industrial e de serviços de apoio à indústria e aos negócios, o designado *turismo de negócios*, ou *turismo urbano de negócios*.

Sabe que... p'a trazer um tu [hesitação], um turista à Maia é preciso... ter algo p'a lhe mostrar, eu não tenho água [!], não tenho água natural [risos] nesse parque urbano que

⁴⁴ A análise das fontes documentais locais, e o confronto teórico com as leituras sociológicas do fenómeno social do turismo, permitem-nos constatar que, até às primeiras décadas do século XX, as praias da Póvoa de Varzim e de Espinho foram mais frequentadas pelas classes populares e pelas classes médias dos concelhos limítrofes; as da Granja, da Foz e de Vila do Conde, mais circunscritas aos estratos mais favorecidos da população. Com a massificação do *turismo balnear* a partir dos anos 70 e 80, assistiu-se nestes concelhos a uma diversificação dos meios sociais de origem dos veraneantes e a uma quebra progressiva, nos anos seguintes, do *turismo balnear* permanente e sazonal.

estou a fazer vamos aí construir um grande açude... talvez no, neste parque que falei também no parque desportivo do aeródromo de Vilar de Luz ond' é que tem uma pista de ciclismo, tem um, um lago, tem uma coisinha para... p'ós aviões, tem outra pr'ós... pr'ós arquinhos e p'tanto aí também trazemos alguns turistas, mas sabe que a Maia não é uma zona turística, é uma zona semi-industrial e... o, o qu' o turista procura é... o que é? Ág [hesitação]... é Vinho do Porto, é... o mar, ou então é um passeio fluvial, aqui o que pode ver a paisagem [!], tem muita paisagem mas nós não somos eu não me posso considerar um concelho turístico, embora, não sei se sabe ou não, mas como poveira é capaz de saber o... o Aeroporto de Pedras Rubras é na Maia [o E. fez um sinal de assentimento]... embora se chame o aeroporto do Porto [o E. fez um sinal de assentimento]... mas fica situado na Maia... 90% é na Maia, portanto... os principais turistas que vêm aí aterram na Maia [o E. fez um sinal de assentimento] [risos]... (...) O turismo de negócios é, é, nós estamos neste novo parque da ciência e tecnologia que nós temos na Nova Maia 'tamos a tentar trazer investidores p'a fazer um campo de golfe... fazer outras valências p'ra que venham cá turistas... já tivemos contactos com... Jordan... Jordan que está a construir, comprou Vilamoura [o E. fez um sinal de assentimento] e que está a construir o Belas Golfe para vir cá tentar investir também na, na parte do, do golfe... temos... várias, várias definições com empresas bancárias para tentar-nos ajudar em projecto de, de... p'a trazer cá a alta finança p'a comprarem terrenos, p'ra... a investirem (...) [presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD]

Por outro lado, refere-se ao *turismo sénior*, ou seja, àquele turismo direccionado para a terceira idade e que no caso concelhio se traduz em viagens gratuitas ao país e ao estrangeiro, viagens lúdicas do ponto de vista do autarca, e que se cruzam, enquanto actividades organizadas e financiadas pela câmara, com a área da assistência social a crianças e a idosos com carências socioeconómicas.

Temos o turismo sénior em que se deslocam a todo o país e estrangeiro gratuitamente, realizamos viagens lúdicas à... desportos lúdicos entre... vários centros de dia, porque temos centros de dia e creches por tudo o que é sítio também no concelho... onde os paizinhos podem trabalhar e deixar os meninos que ficam bem tratados e eu até aconselho a visitar um, eu dou-lhe um exemplo o centro de dia de Milheiro do Céu e a creche infantiário de Milheiros que parece um Portugal dos Pequeninos, temos lá p'a idosos também e nós apoiamos e porquê? Damos um cabaz de Natal, apoiamos em [discurso imperceptível] lúdicos em famílias e quem não tem famílias, na praia vão p'à praia, ainda agora fizemos uma série de, d'excursões com eles p'a conviverem, para falarem, para discutirem, p'a se lembrarem das, dos seus ante [hesitação], dos seus antepassados e dizer: «Olhe aquele andou comigo na escola», p'tanto é interessante, p'tanto nós fazemos o máximo... p'ra que as pessoas maiatas se sintam bem, se sintam em casa e se sintam felizes [o E. fez um sinal de assentimento]. [presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD]

Valongo, por seu turno, e nas palavras do seu presidente, tem, entre as potencialidades turísticas, as naturais – a serra de Santa Justa, as margens do rio Ferreira, a zona do Couto, a zona do Parque Paleozóico, as rotas do Paleolítico e duas especificidades únicas na Península Ibérica: a salamandra lusitana e uma

planta insectívora. Não só estabeleceram acordo com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, como têm recuperado património medieval e com sentido histórico. O *turismo ambiental* e *ecológico* (área propícia para a prática de espeleologia) e o *turismo fluvial* são apresentados como as áreas do turismo que a autarquia tem tentado explorar. Em contrapartida, o autarca releva que não tem no concelho infra-estruturas hoteleiras, um dos constrangimentos ao desenvolvimento do *turismo cultural* e do *turismo ambiental*, e até mesmo do *turismo de negócios*, em Valongo. Nesse sentido, perspectiva o investimento na área ambiental do concelho: por um lado, para a criação de zonas industriais não poluentes, por outro, para a protecção e valorização ambientais, fazendo ressaltar uma zona ambiental do concelho com atractivos naturais e com potencialidades turísticas.

(...) pronto, procuramos... desenvolver, mas falta-me uma coisa, falta-me as infra-estruturas hoteleiras, que este concelho não tem... infra-estruturas hoteleiras. Não obstante o esforço que nós temos feito para que... se desenvolvam, para que venham aqui fazer hotéis... neste momento já há um pedido... para a construção de um hotel aqui na Câmara... um aqui em Valongo, outro em Ermesinde, mas ainda não temos, temos hospedarias e... e um, bom que é uma carência que eu acho... que é... terrível [o E. fez um sinal de assentimento], e que foi muito mau p'ra nós, porque nós fazemos imensa actividades culturais e temos que levar depois quer os artistas, quer as, as pessoas envolvidas nisto para o Porto. [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

Do ponto de vista do autarca a construção de um Parque Ambiental da AMP, com as valências naturais do concelho, seria um projecto que faria sentido, do ponto de vista político e financeiro, e de projecção da própria região, numa lógica metropolitana.

(...) por exemplo, nós estamos a apostar na Serra de Santa Justa, onde tem os Fojos, portanto... grandes poços, não é, naturais, etc., quer dizer essa é uma das componentes e nós estamos... estamos a apostar nisso, dentro das nossas possibilidades, fizemos candida [hesitação], apresentamos candidaturas e tínhamos e eu custa-me um bocado, exactamente quando falei há bocadinho na Junta Metropolitana porque nós tínhamos um projecto... p'ra que esta zona de, da Serra de Santa Justa, Pias e Castiçal que é portanto, são serras que envolvem os concelhos de Valongo, Gondomar e Paredes pudesse ser... tomado pela Junta Metropolitana para fazer o grande parque da Área Metropolitana do Porto. Claro que isto envolvia uns milhões de contos [o E. fez um sinal de assentimento]... mas, mas eu fiquei a falar sozinho... [risos] [o E. interveio]... isto envolvia 3 concelhos [o E. fez um sinal de assentimento]... e é, e eu acho que é importante, é extremamente importante para a Área Metropolitana ter um pulmão... pronto, mas uma coisa onde seriam desenvolvidas todas as potencialidades...pronto... uma delas que é a turística, eu sonhei fazer... pronto trilhos, p'a

passeios de bicicleta, a cavalo... pronto fazer uma coisa interessante ali, desenvolver também ao nível da Serra de Santa Justa, na zona dos Fojos fazer lá uma Pousada, isto ainda continua em... [o E. interveio] [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

Mas a grande dificuldade são as carências infraestruturais da oferta hoteleira local. E a tentativa de ultrapassar a falta de mar – e das potencialidades turísticas balneares - que, de alguma forma, não suscita o investimento económico por parte do sector privado na oferta hoteleira local.

Mas o que foi sempre p'ra nós um problema foi a falta de infra-estruturas hoteleiras [o E. fez um sinal de assentimento]... e, e por isso eu desespero-me porque eu já incentivei todos [!] os investidores deste concelho... a investirem aqui algum dinheiro para fazerem hotéis [o E. fez um sinal de assentimento]... mas não... nunca encontrei sensibilidade [o E. fez um sinal de assentimento]... e isto não pode ser a Câmara... a fazer os hotéis nem a explorá-los, não tem... as Câmaras não têm apetência... nem podem... estar a explorar hotéis, não é, pronto [o E. fez um sinal de assentimento]... é uma coisa privada que não, não nos podemos meter nisso [o E. fez um sinal de assentimento], mas os... nunca consegui... prontos que as pessoas... fizessem... e porquê? Porque isto está próximo do Porto, por um lado e não tem mar, e eu não consigo trazer o mar a Valongo. [risos] [o E. fez um sinal de assentimento] [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

No caso dos *concelhos da orla litoral*, e de acordo com as perspectivas dos presidentes das autarquias entrevistados, o *turismo balnear* mantém-se como um vector a explorar. O autarca poveiro apresenta a cidade como uma cidade da cultura, do lazer e do turismo, como vector crucial do desenvolvimento local. Parte de uma concepção de turismo próxima da do *turismo balnear*, mas diferente da do turista padronizado que durante anos frequentou as praias do concelho: um *turismo balnear e cultural*, que se estenda ao longo do ano e que possa ser um *turismo sustentável*.

(...) era importante encontrarmos também, hoje o turista tem uma mentalidade... já diferente, é um turista mais elaborado... e... mais... exigente de que nos anos 60, e que dos anos 70, e dos anos 80 e 90, e hoje... há que para além dos divertidos [hesitação], entretenimento, pr'além do... lazer, pr'além do, de... dos bons hotéis... duma vista bonita da cidade... é, é importante a componente cultural, dita cultural erudita e... se alguns destes acontecimentos e alguma forma de ocupação da cidade [o telemóvel do Presidente começou a tocar] ... é apenas... ou é fundamentalmente no Verão, havia que encontrar também novas soluções de forma a termos um turismo sustentável, isto é, um turismo ao longo de todo o ano [Pausa]. Posso? [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]

As concepções de turismo do autarca espinhense, que relativizam a concepção tradicional de turismo sazonal e balnear, do seu ponto de vista inadequada pelas características naturais da costa norte do país (água do mar, sol e vento), e pela própria ausência, até uma certa altura, de equipamentos no concelho de Espinho, são as do *turismo balnear*, associado ao que designa por *turismo desportivo* e *turismo cultural*, e ao *turismo de negócios*.

(...) turismo que como eu disse não pretendemos que seja de sol e mar, turismo que vem fazer praia, mas um turismo que vem fazer conferências, um turismo que vem, vem fazer [hesitação], fazer actividades culturais, um turismo que vem fazer desporto... o turismo que escolhe o norte de Portugal como destino turístico... e que... pode vir para Espinho 3 dias e 3, e 3 dias fazer turismo religioso p'ra Braga... pode até estender-se à Galiza... aliás eu sou uma pessoa que defendo que o... talvez o destino turístico do norte de Portugal seja curto, talvez seja... bom apresentar-lhe o norte de Portugal e Galiza... dá-lhe mais, é mais abrangente e penso que é mais diversificado e também é capaz de ser mais... é capaz de ser... mais procurado... é este tipo de turismo que nós queremos. Queremos que o turista chegue a Espinho durante 3 dias ele tenha coisas diferentes para fazer... tenha coisas p'ra visitar e depois possa deslocar-se para o Porto, possa deslocar-se para Braga, possa deslocar-se... para, para, para esta zona norte, para qualquer uma da... para qualquer uma destas cidades da zona norte e possa cumprir os seus 15 dias de férias... que doutra forma não é possível. [presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

As concepções de turismo do autarca de Vila Nova de Gaia são consentâneas com a lógica mais estrutural do seu projecto global para o concelho. Um *turismo balnear*, com a reabilitação da costa de mar, que permita um *turismo de negócios urbano*, associado ao mar e à costa, com a recuperação das águas e das praias, com equipamentos desportivos e de lazer, com a recuperação de casas e limitações à construção desordenada, recuperando o centro histórico e redireccionando a oferta residencial para jovens, com ligações às artes, na frente ribeirinha. A recuperação da vila piscatória da Afurada, bem como a recuperação do património histórico, com a criação das zonas pedonais no centro histórico, são projectos que traduzem um investimento político no *turismo cultural*.

A Costa do mar de Gaia há... em princípios do século passado... era famosa [!].a Praia da Granja, a Praia da Aguda... depois a meio do século Miramar, um certo novo requismo e tal... e depois houve uma queda tipo nos últimos 25 ou 30 anos houve uma queda, foi uma queda a pique, foi uma queda a pique que felizmente [!], felizmente [!] ao contrário dos outros restos de sítios do concelho, não estragando muito... mais numa lógica de abandono do que propriamente de destruição com a excepção talvez da zona da Madalena, onde se

fizeram muitos crimes urbanísticos nos últimos 20 anos. Mas com a excepção da Madalena, da frente de mar da Madalena, no resto não se estragou excessivamente, aban [*hesitação*], foi abandonado... e portanto a, a, a, a, o projecto pr'ali deve tentar refazer a Costa de Mar de Gaia, eu uso uma imagem que... não me diminuiu, eu não tenho essa lógica já às vezes com ciúmes de guerra Norte Sul, mas uma espécie de linha de Cascais Estoril... da Área Metropolitana do Porto, ou seja uma zona de... primeira habitação de qualidade ao serviço da Área Metropolitana do Porto, como grande parte da linha de Cascais Estoril o é p'rá Área Metropolitana de Lisboa, uma zona de turismo urbano de qualidade, turismo urbano numa lógica... permanente, ou seja de que... possa daqui... a algum tempo os homens de negócio, que vêm fazer negócios ao Porto, em vez de ficar num hotel no meio da Avenida da Boavista possam ficar num hotel em frente ao mar, bonito, numa zona agradável [!] e de turismo urbano sazonal de Verão... bom, numa lógica condicionada a já sabemos às dificuldades das nossas condições climáticas, do nosso mar, da ma [*hesitação*]... da temperatura do norte da água, mas também virado nomeadamente para também uma coisa que sabemos que há estratos muito alargados da população que não têm e nunca terão muitos recursos p'a ir passar férias p'ó Algarve, e p'a ir passar férias p'ò estrangeiro. (...) dentro da tal perspectiva que eu há pouco lhe estava a falar ou seja, de ligar... a actividade cultural à promoção da imagem, e à promoção turística do concelho, ser a grande âncora da promoção turística do concelho (...)[*presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD*]

As representações dos vereadores do turismo não se distanciam das objectivadas pelos próprios presidentes da edilidade. Nomeadamente quando são proferidas por autarcas que acumulam o pelouro da cultura e/ou o pelouro do desporto: como referimos atrás, dos 8 vereadores do turismo entrevistados⁴⁵, 6 eram também os vereadores da cultura em exercício de funções. Gondomar e Porto⁴⁶ são os concelhos que apresentam, à data das entrevistas realizadas, 2 vereações autónomas na área do turismo, no segundo caso, e por aquilo que o próprio testemunho do autarca nos permitiu recolher, por opções estratégicas do executivo e contrariando a prática de acumulação dos pelouros dos mandatos socialistas anteriores. Se atendermos ao testemunho da autarca de Gondomar, o que ressalta é a concepção generalizada e, a dado momento, pouco sustentada politicamente, de que o turismo é uma área da intervenção municipal e nacional que exige uma

⁴⁵ Não chegámos a obter qualquer resposta ao pedido de entrevista à vereação do turismo da câmara de Vila Nova de Gaia. Coincidiu com alguns reposicionamentos internos na distribuição dos pelouros e na delegação de responsabilidades da gestão camarária. A entrevista que realizámos ao presidente da autarquia acabou por dimensionar as vertentes da cultura e do turismo por sugestão do próprio autarca.

⁴⁶ Do ponto de vista sociográfico, os 2 vereadores em causa, um do sexo feminino (Gondomar), outro do sexo masculino (Porto), têm 50 e 67 anos respectivamente, e residem no Porto. Não têm percursos profissionais anteriores com uma forte ligação à área do turismo. Veja-se a este propósito o Anexo 5Q.

sensibilidade e uma vontade política e social peculiares. Surge, também, associado à qualidade de vida de um território e de uma população, nas suas mais diversas formas.

As pessoas têm que perceber que o turismo... é tão importante como qualquer outra das coisas que eu lhe falei, ou seja... eu hoje comecei por lhe dizer que em tempos se começou por aquelas, por aqueles sectores enfim mais, acho que também o turismo tem que ser visto... tem que ser visto... tem que começar a ser visto com, com outros olhos e talvez com outra sensibilidade (...) o turismo é um cartão de visita de, dum concelho, dum país! O turismo é o cartão de visita do concelho e do país, pronto! (...) o turismo tem que ser forçosamente também modernidade, inovação, tudo isto... (...) quer dizer o turismo... o turismo é ambiente, o turismo é cultura, o turismo é formação profissional, o turismo é tudo! Quer dizer [pausa longa] com'ê que, é a qualidade! [vereadora do turismo da câmara municipal de Gondomar, 50 anos, PPD/PSD]

Turismo, igualmente, é fonte de riqueza para o concelho, é um vector que dinamiza o tecido social local, do ponto de vista económico e social e, como tal, um possível vector de desenvolvimento local quando associado a outras componentes mais globais. No caso de Gondomar, e segundo o posicionamento da vereação, algumas formas de turismo locais poderiam ser concebidas como fontes privilegiadas de produção de riqueza.

Agora, se pessoas vierem de fora, como é evidente há movimento, há novas ideias, pronto e quer dizer como sabe o turismo também tem que ser de alguma maneira... penso que nunca se alimentará a não ser em casos excepcionais, mas... quer dizer também tem que criar alguma receita! Pronto e as pessoas também não podem... também eu tenho... não sou, não sou idealista ao ponto de, de, d'achar que as pessoas só podem pensar em projectos muito bonitos e depois, quer dizer, não é assim, quer dizer [o E. fez um sinal de assentimento], as pessoas têm que ter, tem que ter outra parte que é a realidade, portanto o turismo, mas eu acho que o turismo bem feito de uma maneira geral que é sempre, será sempre motivo... de, de criar riqueza, de gerar riqueza... [vereadora do turismo da câmara municipal de Gondomar, 50 anos, PPD/PSD]

Gondomar perspectiva, assim, modalidades de turismo cuja especificidade advém das próprias características do concelho: potencialidades ao nível do *turismo natural* e *fluvial* – o Monte Crasto, as serras de Santa Justa e das Banjas e o rio; ao *turismo cultural* – em torno da ourivesaria, da gastronomia, das tradições locais e da Fundação Júlio Resende – e ao *turismo de habitação*.

Olhe, há o turismo ligado à ourivesaria [o E. fez um sinal de assentimento], e isso acho que nem vale a pena porque isso é claro [o E. fez um sinal de assentimento], e há este sector extremamente importante que é o rio [o E. fez um sinal de assentimento]... Gondomar é banhado por 24 kms de água! Pelo Rio Douro, todo o turismo virado por exemplo p'á vertente água, agora isso quer dizer, como sabe hoje em dia desde os desportos radicais aos desportos náuticos, portanto neste caso, o qu'eu quero dizer? Há imensa coisa [!] que pode, quer dizer o próprio concelho, é que o concelho tem naturalmente, tem, tem de facto, tem essa parte da água e depois tem as serras! Percebe? Quer dizer são duas... são duas... são dados ou sã [hesitação]... naturais que o concelho tem que, que eu penso que só por si... já dariam para fazer imensa coisa! Não sei se 'tá a ver! [o E. fez um sinal de assentimento] (...) o rio, a ourivesaria é uma das coisas, até porque Gondomar é a capital da ourivesaria, quer dizer vamos ter, vamos, vamos ter que descobrir porquê! E vamos criar mecanismos, por isso... lhe falei neste projecto, que é o Museu Vivo da Ourivesaria (...) [vereadora do turismo da câmara municipal de Gondomar, 50 anos, PPD/PSD]

Entre os autarcas da Maia e de Valongo encontramos as mesmas referências: não só os concelhos não detêm as potencialidades turísticas de uma oferta turística tradicional – aquilo que designam por *turismo de praia*, *turismo balnear* – como as novas potencialidades que concebem, e posicionadas politicamente apenas nos mandatos actuais, se circunscrevem a modalidades de turismo alternativas: o *turismo ambiental*, ou o *eco-turismo*, no primeiro caso, e o *turismo de negócios*, de feição urbana, no segundo. O posicionamento dos autarcas de Espinho, Matosinhos e Póvoa de Varzim, na sua proximidade com o mar e as valências turísticas daí advenientes, na relação estreita com as tradições balneares locais e as novas configurações em torno de um *turismo cultural* e do *turismo desportivo*, situam-se a um mesmo nível de reciprocidade: não só tipificam representações próximas daquelas que os próprios líderes locais haviam enunciado, como sustentam a viabilidade de uma cidade de cultura, lazer e turismo. A especificidade do *turismo cultural* local passa pelas componentes patrimoniais e artísticas de cada concelho, pelo investimento político nalgumas áreas de expressão cultural, que possam constituir atracções de fixação pontual de visitantes do concelho, e por uma lógica de turismo sustentável ao longo do ano e não apenas em épocas sazonais, como a época de verão. Como concelhos que estão associados aos serviços, as representações dos autarcas situam-se, de igual modo, ao nível da oferta de um *turismo de negócios*, de feição urbana. Deste modo, diríamos que as representações políticas se situam em segmentos particulares do *turismo local possível*,

perspectivados na sua transversalidade intrínseca, numa associação estreita à oferta cultural local, a alguns eventos de marca, à organização de périplos concelhios e à oferta gastronómica específica.

O, o turismo é uma actividade muito complicada porque não é aferível facilmente... com'ê que se mede o turismo? Com'ê que nós percebemos quem é que, que nos visita, quem são as pessoas que nos visitam, o qu'ê que procuram, o qu'ê querem? E portanto há sempre uma, uma certa dificuldade em, em, em aferir esse tipo de coisas e foi nessa altura [!] que nós começamos a apostar... no, no turismo mais segmentado... as praias não tinham ainda a importância que têm hoje, portanto não houve um grande investimento no turismo de praia, banear [o E. fez um sinal de assentimento]... e começou a haver esse investimento na, na área da arquitectura, projectámos também na área da arquitectura mais antiga, nomeadamente monumental com a, com a exploração... da talha... da Igreja do Senhor de Matosinhos, as ta [hesitação], a talha barroca da Igreja do Bom Jesus, com o, a... a recuperação do Mosteiro de... Leça do Balio... e com mais 2 ou 3 elementos que temos de importância histórica no concelho de, de Matosinhos. Portanto, nós mesmo ao nível da arquitectura dividimos o que era arquitectura moderna do que era arquitectura mais religiosa, etc, etc, e hoje em dia... assentamos um pouco nessas bases, fomentamos muito [!] a procura turística no âmbito da gastronomia, que é uma das grandes apostas que nós temos e é a maior fonte de receita em termos daquilo a que, embora hoje não, não seja possível aferir aquilo que se chamava o IVA turístico... e apostamos nesses segmentos, a par, a par da... do chamado turismo de negócios também... induzido aqui pela, pela Exponor e pela [o E. fez um sinal de assentimento], pelas feiras [o E. fez um sinal de assentimento]. Foi por isso que nós aqui há uns... 10 anos seguramente fizemos um investimento forte... em equipamentos de diversão, bares, discotecas, etc., com dois objectivos, primeiro para... para... dar ou oferecer algumas oportunidades a pessoas que estavam aqui em negócios e que iam passar uma noite ou um princípio de noite mais agradável e depois para se requalificar uma zona que entretanto estava a ficar ou era deprimida que era Matosinhos Sul, que era uma zona onde que estavam as fábricas que entretanto tinham fechado e eram zonas de... promiscuidade, zonas... [tosse] não frequentadas por... por pessoas e portanto tornavam-se até zonas duma certa forma inseguras (...) [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS]

(...) por isso precisamos de diversificar... de criar outras est [hesitação] portanto outros vectores estratégicos para que os clientes possam vir cá e então fizemos uma aposta em equipamentos... desportivos e cul [hesitação] e... e... culturais e estes equipamentos têm sido... muito utilizados, por exemplo a Nave Desportiva e o Complexo de Ténis têm trazido cá... muita gente e ocupam os nossos hotéis na, na época baixa [o E. fez um sinal de assentimento]... associados a esses, a esses também os eventos qu'eu acabei de referir, por exemplo uma orquestra de... um Festival d'Orquestras da Europa ou Orquestras Jovens trazem cá também muita gente assim como o Cinanima, portanto [o E. interveio]... mas voltando à... a ligação entre o turismo e a cultura não é, não é muito evidente, quer dizer ela existe porque hoje todo o turismo é cultural... pode ser a níveis diferentes, mas é... (...) No que diz respeito a... a eventos próprios ligados ao turismo pois temos, nunca, nunca os temos, ou temos, ou são de natureza desportiva, ou são de natureza cultural, não é [o E. fez um sinal de assentimento] (...) estes são eventos... pronto de natureza turística, mas tem na vertente desportiva ou cultural, porque o resto é oferta que já existia, é a praia, continua a ser a praia... um pólo d'atração... de muitos... bom sobretudo das terras circunvizinhas, muitos... são pessoas que... vêm e, e regressam no mesmo dia portanto não, não, não são aquele turista típico que chega, dorme e, e... almoça, janta, tudo nos nossos restaurantes, só não é propriamente, é uma carga humana e até é uma despesa p'ó concelho, mas pronto [!]

pelo menos gostam de Espinho e vêm p'ra cá, não é... mas... este, este é o nosso turismo balnear e... o pronto, e a oferta que temos são, são, são a, a, a Piscina Solário Atlântico e uma Estação Talassoterápica que era... que era e é a melhor do país, mas esta está... é uma oferta anual [o E. fez um sinal de assentimento], todo o ano... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

... mas sempre um espaço de cultura e de lazer e de desporto é de facto isso que nós pretendemos, não é por acaso que a Póvoa no Norte de Portugal, no Norte de Portugal [!] é a cidade, mesmo nas grandes cidades [!], é a cidade que tem mai [hesitação], os melhores número maior e os melhores espaços desportivos do País! A única piscina coberta está na Póvoa de Varzim, no Norte de Portugal, só há duas em Lisboa mais!... o melhor campo de tiro do País é o de São Pedro de Rates, é por isso que se realizam aqui todos os torneios internacionais, campeonatos do mundo, campeonatos da Europa e tudo, porque será? É ali... temos uma marina, temos um campo de golfe, temos uma academia de ténis coberta com dois campos que vão, vão, vão ser cobertos mais três... temos, temos mais planos de água que qualquer cidade deste País, contando com o Desportivo, que tem uma piscina coberta, contando com o MAPADI, que tem uma piscina coberta, agora a Rocha Peixoto vai ter uma piscina coberta que já está feita, vamos criar piscinas também em algumas freguesias do concelho p'a descentralizar, temos a recuperação do Centro Histórico de S. Pedro de Rates, que foi uma grande luta do Presidente da Câmara porque aquilo é de facto a jóia da coroa como ele diz, é de facto um espaço extraordinário, de história e que nós fizemos muito bem conservar e que é um dos motivos da, da das visitas que temos aqui na Póvoa, visitas culturais, a Cividade de Terroso, que está em recuperação plena e (...) foi aprovada uma candidatura em que vamos plantar lá um posto de recepção, de trabalho... com barzinho, com espaço para as pessoas estarem ali tudo o mais e depois terem acesso à Cividade que não existia e que vai agora existir, portanto, há de facto uma aposta muito forte... criar núcleos museológicos, por exemplo... queremos criar um núcleo museológico nas masseiras, queremos ter uma masseira da Câmara Municipal, para preservar aquele espaço... este é um grande projecto nosso, queremos ter e já comprámos uma casa do pescador, as casas estavam a desaparecer e temos ali uma casa na Rua dos Ferreiros, que a comprámos, uma casa muito pequeninha [o E. fez um sinal de assentimento], e que agora vai ser recuperada e que vai ser um espaço de visita, quando se for ao Museu pode sempre visitar a Casa dos Pescadores Poveiros, e comprámos também a casa para não ser destruída... o próprio farol de Regufe vamos fazer um protocolo com a Marinha, a Direcção Geral dos Faróis para passar para a Câmara Municipal para não tirarem dali o farol e para ser motivo de visita, portanto quem for ao Museu vai ao Museu quem for ao Farol de Regufe, vai à Casa do Pescador, há [!] de facto uma preocupação nossa em... disseminar porque o Museu não é só aquele edifício que está ali, o Museu é um pouco por toda a Póvoa... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

Entre os representantes da câmara do Porto, em que os pelouros da cultura e do turismo estão formalmente atribuídos a dois vereadores diferentes, as representações a propósito do turismo pautam-se por alguns dos traços até agora enunciados e, que mais uma vez, reflectem as próprias potencialidades da cidade do Porto. A consonância política entre ambos é um facto discursivo: o responsável pela vereação da cultura assinala a pertinência do *turismo cultural* e do *turismo de negócios*

na cidade, mas reconhece que, tanto num caso como noutro, e ainda que pela própria especificidade dos motivos de permanência na cidade – no primeiro, as visitas culturais, no segundo, os negócios – constitui um turismo de curta permanência. A associação entre oferta cultural e turismo precisa de um enfoque político estratégico diferente – por exemplo, a reestruturação dos serviços de turismo da própria câmara - de forma a potenciar a oferta cultural da cidade para visitantes e em diferentes momentos do ano, nomeadamente no verão, contrariando certas características naturais (o clima de verão agreste) e o esvaziamento demográfico e cultural da cidade.

... primeiro porque é uma lacuna, primeiro porque é uma lacuna, primeiro porque no Verão não existe nenhum grande evento cultural digamos, portanto é uma lacuna, é um espaço que está vago... (...) O problema é este, o Porto... tem um mau clima de Verão, quer dizer talvez seja dos piores sítios deste país no Verão, é a época dos grandes nevoeiros... quando em quase todo o país temos temperaturas da ordem dos 20 e muitos, 30 graus, no Porto estão 15, 16, 17 graus... mas isso não impede o Porto de ter turismo. Que tipo de turismo é que tem o Porto? Acho que esta é outra das perguntas que se tem que fazer. Que tipo de turismo é que tem, é que tem o Porto? Neste momento verificamos, e isto estou à vontade para o dizer, verificamos que... é um turismo extremamente... de permanência extremamente curta na cidade, é um turismo que chega, que vê as Caves do Vinho do Porto, visita 2 ou 3 monumentos mais visíveis da cidade... e vai embora. Quer dizer, a nível médio dorme 1, 2 noite no Porto... e praticando um tipo de permanência... até certo ponto desgastante, porque passam o dia inteiro em visitas e quando chega ao fim do dia já tem pouca capacidade para, p'ró lazer cultural, chamemos-lhe assim, e portanto dificilmente durante o mês d'Agosto nós vemos um espectáculo que tenha turistas, que tenha turistas, e sabemos que estão turistas no Porto, basta-nos chegar à Ribeira e ver as camionetes dos turistas a desembarcar, a visitar São Francisco, a ir p'às Caves de Vinho do Porto, portanto sabemos que eles estão cá, onde é que eles se metem?... Será que estamos perante uma pescadinha de rabo na boca, quer dizer não há oferta cultural, o turista não aparece... o, o turista está cá mas não vai [!] apesar de haver oferta cultural... esta é uma questão que, é uma questão que... eu ponho. (...) a Câmara vai ter que se... reformular a este nível, vai ter que se reformular bastante, vai ter que criar condições para atrair o turismo e então a partir desse momento, a partir do momento em que organize os seus serviços, a partir do momento em que consiga ter uma oferta turística alargada, pode ser que um Festival de Verão, por exemplo, possa fazer parte também dessa oferta turística. A verdade é que as pescadinhas de rabo na boca existem e, portanto se o Porto criar essas condições e criar um festival de Verão pode ser que esse festival de Verão passe a ser também um pólo de atracção de turistas [o E. fez um sinal de assentimento] e portanto valha não apenas por si só, mas como pólo de atracção. Aquilo que se passa hoje em dia em Edimburgo e Edimburgo repare é uma cidade muito a norte, é uma cidade que também tem um Verão... muito esquisito, com muita chuva, mas a verdade é que há pessoas que todos os anos se deslocam a Edimburgo p'a ir ver teatro, por exemplo... e isto diz bem da capacidade de atracção que o festival de Edimburgo se... se tornou, quer dizer e, e conseguiu ter, conseguiu realmente captar gente que se desloca propositadamente a Edimburgo naquela época para assistir ao Festival. Ora bem... eu gostaria, gostaria que o Porto conseguisse criar essas infra-estruturas a nível turístico, e que conseguisse a nível cultural organizar um festival que

pudesse por sua vez interagir com o próprio turismo... porque se formos olhar apenas p'á população residente do Porto no, nos meses de Verão ela é perfeitamente diminuta.
[vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

O posicionamento do vereador do turismo alicerça-se no mesmo sentido. Considera que os dois vectores fundamentais do turismo no Porto são o do lazer e o dos negócios, política e economicamente associados. Este último, estruturante na lógica de actuação da câmara, e que o próprio designa por *turismo de incentivos e congressos*, estaria associado ao lazer urbano e à oferta cultural e artística da própria cidade. Como refere o autarca:

(...) eu acho que a grande divisão é a... é o lazer e o negócio, pronto estes são os 2 pontos que são tratados como eu digo de maneira completamente diferente, porque o lazer, eu próprio estou interessado em trazer gente de Lisboa, de Sátão, de Viseu, de Vila Nova de Foz Côa, donde vier, que venham cá, pronto e que visitem... em negócios, repare que há 2 aspectos extremamente importantes, um é incentivos, o tipo de incentivos... tem a ver com... sei lá, empresas que trazem os empregados ou trazem os clientes... a fazer uma, uma visita de passeio... vem do Brasil, vem da, da Holanda, a Holanda, da Alemanha... e depois há os congressos, bem os congressos é obviamente que esses vêm com um fim específico tratarem, mas depois precisam de alguma coisa que os primeiros precisam de meios, salas, hotéis, enfim há toda uma, uma infra-estrutura que eles necessitam e depois o que é que eu tenho [?] E isto serve p'ra todos, o que é que eu lhes vou servir [?], é a razão porque eu inventei o Porto Tours, é p'a lhes oferecer o que é que eles têm para ver e aí se me pergunta o que é que o Porto tem para dar, essencialmente o Porto tem para dar é a parte cultural [o E. fez um sinal de assentimento]... especificamente é a parte cultural, que repare cobre tudo isto, eu consigo trazer gente para o lazer dizendo assim: «Ok, venham cá, venham ao São João, venham não sei quê, mas fiquem 8 dias e depois vejam a Sé, vejam São Francisco, vejam não sei quê, façam os circuitos pedestres da zona histórica, Património Mundial, etc., etc. e tal», mas repare esta receita também se aplica aos outros, nas devidas proporções e naquilo que, especialmente os incentivos, obviamente eles estão muito interessados em saber e nós, por isso mesmo nós fazemos os educacionais, e em todas as nossas brochuras nós dizemos o que é que temos p'apresentar... repare, portanto a oferta, portanto nós depois para além de termos isto organizado no sentido de Lazer, Incentivos, Congressos, depois temos que ter os produtos para, para lhe oferecer. Temos que ter a hotelaria, temos que ter a restauração, quer dizer são, são pontos básicos, repare, a hotelaria e restauração fazem parte da receita... a parte cultural [hesitação] cultural e os produtos que temos p'a lhe oferecer como sejam, sei lá, o Museu do Carro Eléctrico, ou o Museu Soares dos Reis em que eu agora falei, ou a Santa Clara, ou não sei quê... (...) não é apenas p'a ter a cidade cheia de turistas e p'a dizermos que somos uma cidade turística que é uma coisa que eu não quero dizer, acho que não é tanto uma cidade turística, somos uma cidade com oferta turística que é diferente... e portanto... chamar as pessoas e como eu digo a tod [hesitação], a ess [hesitação], a essa vertente toda nós o que lhe podemos oferecer, é evidente posso-lhe dizer que posso-lhe oferecer praia [discurso imperceptível], posso-lhe oferecer do Douro, posso-lhe oferecer as visitas às Caves, posso-lhe, quer dizer nós temos um, já uma série de produtos bem estruturados que funciona muito bem, eu sei que, só basta dizer isto o Palácio da Bolsa recebe 300, recebe 300 mil habitantes por ano [!], habitantes... visitantes... [vereador do turismo da câmara municipal do Porto, 67 anos, PPD/PSD]

Por fim, e se quiséssemos cruzar tais representações com aquelas que os próprios vereadores do desporto têm sobre o turismo local, efectivo e potencial, diríamos que o *turismo desportivo*, nomeadamente aquele que os eventos desportivos nacionais e internacionais poderão arquitectar, transparece, de forma mais ou menos directa, nos discursos dos actores políticos. O autarca de Vila do Conde considera que existem potencialidades turísticas na organização de eventos desportivos com estas características – por exemplo, os campeonatos mundiais de karaté e de trampolim, já organizados pela câmara vilacondense – mas desvaloriza-as quando comparadas com prioridades políticas e sociais na área do desporto local. Os investimentos financeiros no apoio às actividades desportivas das associações e na dotação de uma rede alargada e equilibrada de equipamentos desportivos no concelho são mais estruturantes do ponto de vista do desenvolvimento do concelho e das práticas desportivas dos locais do que a atracção temporária, e com custos elevados, de visitantes por efeito das grandes provas desportivas.

(...) algumas organizações que nós apoiamos com repercussão nacional, designadamente ao nível do, do... das grandes provas desportivas, ao nível do ténis, ao nível duma grande prova que fazemos do atletismo... o apoio que, que, que damos... às equipas que participam em campeonatos nacionais... os do vólei, do basket, do andebol, portanto e que acaba por ter alguma divulgação... portanto vai demonstrando ao nível do país, digamos que há desporto em Vila do Conde, que Vila do Conde existe, que é uma cidade, é um concelho com algum dinamismo desportivo. Agora o que eu sou contra e eu entronco um pouco na sua resposta [o E. fez um sinal de assentimento], é dizer assim: “A Câmara vai apostar numa grande prova desportiva, vai gastar, porque tudo isto custa muito dinheiro, não é. (...) portanto eu sou, eu sou um pouco contra as actividades de projecção turística [o E. fez um sinal de assentimento]... que não,...que não... [pausa] ...que sejam apenas para fazer programas de organização desportiva para vir nos jornais [o E. fez um sinal de assentimento] dessa semana, ou para aparecer na televisão porque isso depois deixa muito pouco... (...) e, e... os meios são tão pequenos que mesmo as associações não percebem... (...) porque o que me interessa é o fomento, é fomentar o desporto... no, no concelho, e depois os resultados vão aparecendo, quer dizer [o E. fez um sinal de assentimento] porque... não é tão importante do ponto de vista turístico... que Vila do C [hesitação]... que as pessoas digam que em Vila do Conde houve uma grande prova desportiva. Não é importante isso! Eles não vêm a Vila do Conde por causa disso... Agora, o que eu tenho é que ter condições para fazer em Vila do Conde boas provas desportivas para, para virem cá pessoas [o E. fez um sinal de assentimento]... (...) são, são... formas de ver o desporto... porque... não me parece que... a organização de grandes eventos desportivos que seja tão importante assim [o E. fez um sinal de assentimento] do ponto de vista turístico. É-o pontualmente, mas depois não fica nada [o E. fez um sinal de assentimento]. Não fica. [vereador do desporto da câmara municipal de Vila do Conde, 42 anos, PS]

Outros vereadores do desporto, como o de Valongo, partilham a mesma posição: sem negar a articulação estreita entre o lazer, o desporto e o turismo, num efeito de *bola de neve*, e as potencialidades que dadas provas poderão dar ao concelho, o *turismo desportivo* não é o vector estruturante da política de intervenção da câmara; são-no, antes de mais, a criação de uma rede de equipamentos, a oferta desportiva local permanente e a formação das camadas mais jovens do concelho. Em contrapartida, representantes políticos dos *concelhos da orla litoral*, como Espinho e Póvoa de Varzim, acentuam a componente do *turismo desportivo*, em torno da organização de eventos desportivos de escala nacional e internacional, e que articulada com a componente da oferta cultural urbana, se traduzem numa potencialidade económica e social para o concelho.

(...) a Póvoa de Varzim tem um conjunto de infra-estruturas... que pretende ver rentabilizadas... de molde a que a cidade e o concelho beneficie com a chegada desses grandes eventos, isto é, nós somos uma cidade lig [*hesitação*]... vocacionada para o turismo, vocacionada para o lazer... nós somos... no estudo que estamos, que estamos a levar a cabo na Carta Desportiva, estamo-nos a aperceber que deveremos ser a cidade do país com um conjunto de infra-estruturas ligadas a alta competição... melhor apetrechada por metro quadrado. Não há... nos estudos que estamos a fazer não há nenhuma cidade que numa, numa área tão restrita consiga ter uma piscina olímpica... de 50 metros coberta... direccionada para a alta competição. Temos tido cá os Campeonatos Nacionais, os Campeonatos Regionais de Natação, temos um campo de tiro que tem recebido cá, ainda este ano recebemos o Campeonato do Mundo de Tiro às Hélices, e temos... ultimamente realizado aqui grandes eventos... temos uma marina que nos tem permitido também, no ano passado fizemos também aqui o Campeonato do Mundo de Vaurian... temos um campo de golf com, com a realização também aqui de eventos, tudo eventos que não são da cidade só, são eventos regionais, nacionais, ou internacionais. Temos um Pavilhão Municipal que devido à sua qualidade está vocacionado efectivamente p'ó desporto de alta competição (...) e isso equivale... a cada vez mais apostarmos na vertente do turismo porque isto equivale a hotéis mais cheios, melhor conhecimento da cidade, possibilidade de as pessoas ficarem a gostar e voltarem, como por exemplo no Boccia, fizemos aqui o Campeonato do Mundo, já temos o pedido para fazermos cá o Campeonato Nacional (...) todas, todos, as infra-estruturas que temos vindo a criar são um complemento daquele turismo de... de praia que nós temos, e que também permite fazer o chamado turismo desportivo [o E. fez um sinal de assentimento], porque nós ficamos com um conjunto, aquilo que não existia há 10, 15 anos atrás, há 10 anos atrás, hoje somos um concelho por excelência em termos de infra-estruturas desportivas [o E. fez um sinal de assentimento], e d'alta [!]
... d'alta, alta competição e alta qualidade! Porque a existência de uma marina, a exist [*hesitação*], a existência de uma academia de ténis, a existência de uma piscina desporti [*hesitação*], de uma piscina olímpica coberta [!], a existência de um... também um clube na Primeira Liga com condições para poder... a prática do futebol... um pavilhão com todas as, as... condições, com todas e mais algumas, como eu costumo dizer, com um campo de tiro, com um campo de golf e tudo muito perto, com um conjunto de, de hotéis que permite essa... que permite às pessoas instalarem-se e bem com todas as condições que

normalmente estas grandes competições exigem [o E. fez um sinal de assentimento]... somos efectivamente um concelho por excelência nesse aspecto... [vereador do desporto da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 38 anos, PPD/PSD]

O responsável pela assessoria do desporto ao presidente da câmara de Espinho ressalta, igualmente, o *turismo desportivo* no concelho, considerando que a construção de alguns dos equipamentos foi feita como investimento económico e turístico, a médio e a longo prazos, com a realização dos grandes eventos desportivos nacionais e internacionais. Refere, para além disso, o investimento da câmara no apoio a idosos e à população socialmente carenciada do concelho, e do ponto de vista da ocupação de tempos livres destaca o que designa por *turismo sénior*.

A Câmara, neste momento... o grande investimento é o turismo desportivo. E temos visto o, o, o, a quantidade de, de, de... infra-estruturas de qualidade, e de... qualidade não só, pela qualidade em si, mas até pelo próprio tamanho (...) em relação ao passado é muito recente, porque por exemplo, esta Nave está aqui desde 96...tem 6 anos [o E. fez um sinal de assentimento], não é...o complexo de ténis é mais ou menos da mesma altura, não é, tudo isso, são, são... as tais novas infra-estruturas que se fizeram, p'ra fomentar o tur [hesitação], o... turismo desportivo, têm... talvez, vamos... terem sido pensada há 10 anos, e terem sido ficado concluídas há... 5, 6, e estão a agora a começar a atingir, se calhar o auge agora das, das, das organizações. Por exemplo, nós conseguimos... e vou-lhe dar um exemplo, nós estamos no mês de Novembro, vá 'tamos agora no início, mas no mês de, de Dezembro conseguimos ter aqui enchentes com... enchentes só aqui, com mais de 5000 pessoas, 4 eventos. Ora é muito bom que a gente termos 4 eventos, são 4 fins-de-semana, em que vieram... Por exemplos o, o, tivemos, o, o... o 25.º Aniversário da Federação Portuguesa de Folclore... que reuniu aqui todos os ranchos folclóricos... a nível nacional [o E. fez um sinal de assentimento], das ilhas, de... veio tudo [!] os Açores, da Madeira, do Algarve, enfim. Isto encheu tudo! [o E. fez um sinal de assentimento] Talvez umas também... entre 10 e 12 mil. O Encontro de Coros Litúrgicos 10, 12 mil. Uma festa de Natal... por exemplo da Yasaki Saltano que foi a semana passada, uma empresa, uma multinacional, uma coisa muito grande 6, 7 mil pessoas cá dentro, por isso... tudo isto traz gente! Essas pessoas vêm aqui lancham [!], metem gasolina [!], vão ao comércio [!], tudo isso [!]... fomenta a... é o tur [hesitação] nosso turismo. Tem, tem, tem, ... tem que ser visto des [hesitação] desse prisma, quer dizer, nós temos que trazer sempre muita gente, muita gente, e é sempre com estas infra-estruturas que nós conseguimos [o E. fez um sinal de assentimento]... que conseguimos cá trazer as pessoas... (...) Agora... as pessoas têm de perceber, e a oposição deve perceber que isto não pode ser... não podemos oferecer isto a uma população em geral! Agora... se nós organizamos as coisas, tivemos capacidade nós para organizar... o Departamento de Turismo Sénior, e pudermos levar 100, ou 200, ou 300, ou 400 idosos a estas coisas, eu acho que é muito bom para eles, porque a maior parte deles tem dinheiro! Eles têm o dinheiro! Não têm é com quem ir! [o E. fez um sinal de assentimento] O grande problema destas pessoas é a solidão. (...) Há muitas pessoas que nós levamos este ano ao passeio... e eles ficam quase um ano à espera do próximo [o E. fez um sinal de assentimento]. Prontos depois nós ainda fazemos mais coisas fazemos, comemoramos o dia do idoso com um jantar aqui... juntamos aqui 1500 pessoas em almoço, este ano esteve aqui o Quim Barreiros num almoço

com eles... foi no dia 30 de Setembro. Vamos agora fazer uma festa de Natal. Por isso, há uma preocupação com a Terceira Idade!... Há um investimento muito grande da Câmara no Turismo Sénior. Eu acho que isso que é dar qualidade de vida aos idosos!... Coitados... eles, há muitos que nunca... eu tenho gente que foi comigo que nunca tinha comido num restaurante! [o E. fez um sinal de assentimento]... Gente que nunca tinha dormido num hotel! Nunca! Aquilo para eles era a primeira vez! Entravam e no dia seguinte saíam e ficava a caminha feita! “Olhe nós fizemos a caminha”, e nós dissemos: “ Não precisavam” portanto, é gente assim! Há muito pobre que nunca foi... e nós já levámos os pobres todos... continuamos a levar os que têm menos, os que têm menos recursos... mas também levamos aqueles que querem e porque têm outra qualidade de vida, e se nós os pudermos ajudar, por mim não quero saber! [chefe de divisão da dinamização e do fomento desportivo da câmara municipal de Espinho, 50 anos, PS]

As representações face à cultura e o turismo entre os eleitos locais revelam, assim, mais proximidades políticas entre os projectos e os protagonistas locais do que propriamente distanciamentos quanto àquilo que constitui a matriz base da intervenção municipal: tanto o cruzamento entre níveis de expressão cultural e artística é passível de um planeamento político, como as potencialidades turísticas dos concelhos não deixam de ser perspectivadas, económica e socialmente, pelos actores políticos locais.

O posicionamento formal dos pelouros da cultura e do turismo

Outros lugares da cultura e do turismo no painel do poder local são passíveis de olhares paralelos. Formalmente, os pelouros da cultura passam a existir nas câmaras quando se criam os serviços da cultura local, com a dotação de técnicos específicos e de financiamentos previstos nos orçamentos culturais anuais. A visibilidade política do pelouro passa, assim, pela própria visibilidade organizacional – a existência dos serviços culturais no organograma da autarquia. Mas, noutros momentos, está dependente, também, do trabalho isolado e transversal que algumas personalidades políticas realizam por via de outros sectores da gestão municipal politicamente mais prioritários, como a educação e a acção social, ou até mesmo o desporto. A criação destes serviços relaciona-se, de igual modo, com o próprio lugar político que a cultura assume, em meados dos anos

90 do século XX, nos discursos dos eleitos locais: até à dotação das infra-estruturas básicas de um concelho a cultura assume-se sempre como um vector secundário no plano de desenvolvimento global do concelho. Situação esta comum, e de acordo com as memórias e os conhecimentos dos eleitos locais que entrevistámos, a todos os concelhos da AMP.

(...) de facto efectivamente mesmo até... com... a entrar no discurso político como uma das prioridades ou como um dos sectores importantes... e estratégicos para o desenvolvimento de... de Gondomar... é uma preocupação recente, não é, se bem que também não tenha sido... por este Executivo... digamos a aposta número um... tem sido a par doutras, não é, e, e, e... como prioritária, se bem que a habitação e... e a educação tenham sido de facto... as grandes bandeiras deste Executivo quer, quer ao nível do discurso político quer... quer depois ao nível da prioridade em termos dos investimentos municipais, portanto [*o E. fez um sinal de assentimento*] [*vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD*]

Atentemos um pouco àquilo com que os próprios vereadores nos confrontam na situação de entrevista. As proximidades quanto ao posicionamento formal da cultura e do turismo no interior da câmara são muito coincidentes entre os vários intervenientes. Adquire, porém, destaque no conjunto das representações dos autarcas a área da cultura, e em parte porque não são coincidentes, no mesmo eleito local, e em todos os municípios, a cultura e o turismo. Registemos algumas particularidades que a situação de entrevista nos enquadra.

O vereador da cultura e do desporto de Gondomar salienta que não há um levantamento exaustivo sobre a história da cultura e do pelouro da cultura na câmara gondomarense. Porém, e pelo conhecimento que tem da realidade política local – iniciou-se nesta actividade com 25 anos – e daquela que diz respeito aos 4 anos anteriores à sua eleição em 1997, reconhece que há dois elementos a assinalar: houve, em 1987, um vereador do pelouro da cultura; e em 1989 um assessor para a cultura pois a área ficou associada à figura do presidente. Até à sua chegada, a gestão das áreas culturais fazia-se por assessoria junto da presidência e dizia respeito à gestão do equipamento na altura existente, o auditório municipal. A cultura traduzia-se formalmente na gestão do auditório recentemente construído e num gabinete da cultura, com 1 assessor, 1 técnica superior e 1 funcionária

administrativa. Não havia um gabinete do património cultural, previsto no organograma, mas não criado formalmente.

(...) o Pelouro da Cultura ficou directamente ligado a ele [*o presidente*], e ele depois tinha um assessor... no gabinete da cultura tinha um assessor para a área da cultura... no, mas que... mas depois esse assessor também não tinha a responsabilidade total na área da cultura, por exemplo a gestão do Auditório Municipal de Gondomar... era da responsabilidade de um outro assessor que o Presidente tinha e que especificamente também tinha a responsabilidade de... gerir o... Auditório, basicamente a estrutura existente era essa, não havia o gabinete de Património Cultural... havia em termos de organograma, na, na estrutura... da Câmara mas o sector em si não, não existia, não estava criado nem sequer tinha, tinha técnicos... e praticamente o que eu encontrei foi o seguinte, foi em termos de, d'equipamentos municipais p'a gerir o Auditório Municipal, tinha 2 ou 3 anos... quando tomámos posse, portanto, tinha lá um assessor... e... o Gabinete da Cultura, para além do assessor tinha... uma... técnica... uma técnica superior e tinha... uma funcionária administrativa ... pronto, era... esse o serviço da cultura que... [*o telefone tocou*] o concelho tinha... então... [*vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD*]

O autarca da Maia, a propósito da macroestrutura da câmara municipal da Maia, refere que continua a haver uma descoincidência entre aquilo que a legislação prevê e as necessidades reais e efectivas das câmaras em termos de pessoal, tanto na área da cultura como noutras áreas de actuação. Assinala, porém, que na da cultura tais descoincidências são mais notórias, e com particular acento nos princípios dos anos 90 do século XX. Por essa altura, a visibilidade política da cultura em qualquer câmara não existia. Torná-la protagonista, em similar posição com outras áreas de actuação, dependia das circunstâncias políticas conjunturais, mas de igual modo da sensibilidade política dos próprios líderes das equipas executivas. O autarca da Maia, a este respeito, considera que o papel do anterior presidente de câmara, um homem ligado à cultura e à ciência, foi fundamental para perspectivar a necessidade do investimento político numa estratégia cultural para o desenvolvimento do concelho da Maia. Uma década depois, e dada a história que as câmaras já fizeram em termos de trabalho cultural, torna-se mais exequível e mais politicamente viável o trabalho de quem se inicia hoje nas lides políticas em torno da cultura.

Acho que é uma questão de vontade política dos executivos e dos executi [*hesitação*], executivos e também é uma questão que tem a ver com, com... com a capacidade [*sorrisos*]

de persuasão de quem... eventualmente tem, tem este tipo de funções em termos de, políticos na área da cultura [o E. fez um sinal de assentimento]. Ou seja... as coisas não, não... as coisas [hesitação], as coisas têm que se revelar como úteis para se dar... para que lhes seja dada importância e a partir do momento em que... efectivamente se prova por A mais B que é útil fazer determinado tipo de coisas... só... só... só os estúpidos é que não, é que não, é que não entendem isso, e julgo qu'houve algum trabalho no sentido de... de, de, de... p'a qu'isso acontecesse e é também é preciso dizermos uma coisa, o Dr. Vieira de Carvalho que era o anterior Presidente de Câmara... era essencialmente um homem de cultura, p'tanto... não foi difícil, não foi difícil que essa mudança acontecesse... e é assim eu... eu sempre tive... muita autonomia no, no, no desenvolvimento daquilo que achava que era correcto desenvolver, p'tanto nunca tive interferências... no sentido de travar ou, ou recusar, bem pelo contrário, porque... porque ele próprio também tinha a consciência que, que era a altura certa p'a começar a fazer determinado tipo de coisas [o E. fez um sinal de assentimento], e, e pronto e acho que aí houve uma feliz coincidência de, de... das coisas poderem acontecer. Hoje em dia acho que, que a, que a... que o Pelouro da Cultura é um Pelouro que é... que é respeitado do ponto de vista institucional pela própria instituição [o E. fez um sinal de assentimento]... (...) isto também tem tudo, tem tudo a ver com os resultados, quer dizer se não há resultados não... não há importância, quer dizer e havendo importância começa a haver algum cuidado e... e pronto e hoje em dia acho qu'isso já está perfeitamente... clarificado. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

Quando chegou ao pelouro da cultura em 1990 este autarca criou um organograma informal e artificial dentro da própria estrutura formal já existente, da qual constava um departamento de cultura, mas sem pessoal nomeado para as funções previstas. Como afirma:

É evidente que o quadro de pessoal da Câmara Municipal... para a área, p'ò desenvolvimento do departamento... da cultura, era um quadro, aliás foi a primeira coisa qu'eu fiz quando cá cheguei... em, em 1990, pedir o quadro, olhar p'ò quadro e perceber que co'aquela quadro que... que estava mal [!], aliás eu quando cá cheguei... estava já criado em termos formais um Departamento de Cultura com duas divisões criadas, mas... eu não tinha um responsável nomeado, quer dizer não tinha nem um chefe de secção, não tinha um chefe de divisão, não tinha nada [!] [o E. fez um sinal de assentimento], não tinha nada, e ainda por cima tinha, tinha 2 divisões dentro do Departamento com funções que se sobrepunham, portanto a primeira coisa qu'eu fiz foi alterar dentro de Departamento da Cultura a p [hesitação] o próprio organograma [!], e depois ao mesmo tempo criar nichos, nichos... de especialização em relação ao, ao, ao tipo dos funcionários... que tinha à, à, à minha disposição e portanto criei... o... eu criei, fiz isto por núcleos, portanto criei o Núcleo de Artes Plásticas, criei o Núc [hesitação], o Núcleo de Teatro, criei o Núcleo de Actividades Musicais, criei o Núcleo de... de Relações Pú [hesitação]... Relações Públicas e Marketing, p'tanto criei pequenas estruturas funcionais sem nenhuma sustentação legal [o E. fez um sinal de assentimento], mas que me permitisse a mim poder começar a, a, a... [o E. interveio] (...) a trabalhar e a responsabilizar as pessoas, depois com o passar dos tempos fiz a alteração das Divisões, clarifiquei exactamente o que é que era uma Divisão e o que é que era outra numa primeira fase, numa segunda fase já criei mais 2 por ordem de especialização... e depois a partir daí fui podendo nomear... responsáveis p'às coisas e p'tanto e aí também mexi a nível do, da tipologia... de... de pessoal que estava inserido dentro do quadro de pessoal do, do Departamento da Cultura que efectivamente não correspondiam à, à, à, [sorrisos], aquilo que são as necessidades de desenvolvimento duma

política cultural [o E. fez um sinal de assentimento], p'tanto tinha 1 animador cultural e tinha 10 assistentes administrativos, quer dizer os números não lhe sei dizer exactos, mas foi precisamente a primeira coisa qu'eu fiz na Câmara, foi pedir o esqueleto p'ra ver o qu'é que tinha e tive qu'alterar o esqueleto todo [o E. fez um sinal de assentimento], p'a depois começar a... a trabalhar, enquanto o esqueleto não foi alterado fiz, fiz eu um es [hesitação] um esqueleto... artificial... do ponto de vista formal, mas na prática funcionou, ainda hoje a própria lógica de funcionamento ainda, ainda... ainda deriva muito disso em que tentei... pronto, criar núcleos de especialização atendendo ao perfil das pessoas que cá tinha dentro... p'a começar [discurso imperceptível] em cada uma dessas, das suas áreas específicas de actuação [discurso imperceptível], p'tanto foi [o e. interveio]... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

Em Valongo, o autarca refere que a posição formal da cultura na estrutura da câmara evoluiu: desde o número de funcionários circunscritos à área até ao protagonismo formal e político dos serviços culturais, passando ainda pela centralidade governativa que adquiriu no projecto global para o concelho.

Existia o Pelouro da Cultura mas era um, uma coisa fictícia praticamente, repare [!] que por exemplo o Pelouro da Cultura há... 6 anos atrás tinha como animad [hesitação], como, como, tinha como pessoas, responsáveis pela organização do espectáculo, não é, que no fundo é isso que é importante, é alguém que, que trabalha na dinamização dos espectáculos, tínhamos [!] uma pessoa [o E. fez um sinal de assentimento]. E hoje temos... 9 ou 10 que só [!] fazem espectáculos culturais [!] portanto não, não montam palcos, não 'tou a contar aqui os que montam os palcos, os que fazem a... as montagens do, do... é só aqueles que contactam com os grupos, organizam, tratam de ter o som, de ter a luz, e não sei quê, nós temos 9 pessoas aqui [o E. fez um sinal de assentimento] que só fazem isso a tempo inteiro, p'tanto... é importante saber que neste momento o Pelouro da, eu se sair durante 6 meses da Câmara, o Pelouro da Cultura continua a funcionar [!] já é quase que independente do poder político, não é [o E. fez um sinal de assentimento] é claro que o poder político introduz sempre inovações, este ano mesmo nós já fizemos... o planeam [hesitação], estamos a fazer o planeamento, mas a estratégia pr'ó próximo ano já foi completamente definida, completamente [!] e portanto, mas foi, foi definida e eu larguei e agora são eles que me vão apresentar daqui se calhar a 2 semanas ou 3 semanas todo o planeamento do próximo ano e é a DJAC, a Divisão da Juventude e Acção Cultural que faz esse tipo de, de propostas, eu poderei depois pontualmente... fazer uma alteração ou outra mas no seu, na sua grande parte... funciona autonomamente, já fora do, do, do plano político [o E. fez um sinal de assentimento], e eu acho que isso é que é uma grande vantagem. Imagine que hoje p'ra amanhã o nosso Executivo perde a Câmara e vem pr'aqui outro Executivo... as coisas não param, não é, quando chegar cá 'tão a funcionar (...) [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD]

Quanto ao concelho de Vila do Conde, e na situação de entrevista criada, a autarca não soube apresentar a história do pelouro na câmara local, mas referiu que o plano de actividades é discutido em equipa e, no seu caso, acumulando os

pelouros da educação e da acção social, as afinidades intersectoriais são mais próximas.

E portanto pormenorizar eu não sei [!].... portanto não sei contar essa história, agora sei testemunhar aquilo que me foi um pouco passado por pessoas de família e por gerações que, das quais vou ouvindo falar, que Vila do Conde é uma terra onde a cultura é uma preocupação e isto pronto referia as associações... é uma terra de escritores, de poetas [!] ... que... que aqui nasceram e que muitos [!] por aqui passaram e portanto é uma terra com um património riquíssimo [!], e portanto é efectivamente uma terra de cultura entendendo a cultura neste aspecto amplo, lato onde podemos incluir estes aspectos todos que eu referi [o E. fez um sinal de assentimento], desde o papel das associações, o papel do património, o papel de, de, de dos, dos grandes filhos desta terra ou daqueles que por aqui passaram e aqui tiveram residência. E portanto e depois também é uma terra que eu acho que e agora... podíamos passar para uma parte mais idílica mas é verdade, é uma terra que pela sua beleza... desperta esta, esta, esta parte cultural senão vejamos pronto efectivamente... as imensas referências à cidade e a tudo o que é, à cidade e ao concelho... a nível da literatura e tudo isso porque realmente tudo isto tem influência nesta, nesta história digamos assim [o E. fez um sinal de assentimento] a nível da cultura em Vila do Conde. [vereadora da cultura da câmara municipal de Vila do Conde, 53 anos, PS]

Na câmara de Matosinhos, e à data da realização da entrevista, as duas áreas – cultura e turismo – têm o mesmo responsável político, mas em termos de estrutura formal dos serviços são autónomas e diferentes. A política é a mesma, como refere o autarca, contudo as actividades são, ainda que articuladas, específicas. A cultura adquire um posicionamento central e equivalente, do ponto de vista da sua relevância política, similar aos dos outros pelouros da câmara, mesmo que, como refere o autarca, as representações dos actores políticos tendencialmente a designem, e segundo uma terminologia que o próprio não concebe, como *actividades de carácter imaterial*.

Não! Não, não é, é uma coisa que eu digo e sempre disse... aos meus colegas vereadores doutras câmaras, digo sempre, é assim, o Vereador da Cultura na Câmara de Matosinhos discute o orçamento rigorosamente com os outros vereadores todos! [o E. fez um sinal de assentimento] E mais... contrariamente algumas câmaras o que sobra dos outros não é o que fica para a cultura [o E. fez um sinal de assentimento], a cultura senta-se à mesa do orçamento, em igualdade de circunstâncias com os outros, definem-se prioridades, definem-se estratégias e depois... faz-se, se tiver que não se fazer uma obra porque se definiu que se ia fazer este objectivo na cultura é esse o objectivo que se cumpre [o E. fez um sinal de assentimento]... e devo dizer-lhe só, que é uma coisa recente, de dias, que vai ter continuidade hoje à tarde, nós tivemos a... preparar como todos os anos o plano de actividades para o próximo ano e uma das coisas que ficou definido é que iríamos ter que fazer não só uma continuidade na aposta cultural que às vezes em termos aqui... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS]

O vereador da câmara da Póvoa de Varzim considera que formalmente o pelouro não existia como tal. Havia apenas um departamento de desenvolvimento local que integrava a cultura e o desporto, porém, e até 1993, eram a biblioteca e o museu as únicas estruturas culturais existentes e o pessoal técnico qualificado não existia.

O que acontece é isso, é que nós, é que nós, as pessoas criticam... o crescimento, o engordar dos funcionários, do número de funcionários da Câmara Municipal. Se nós formos ver... havia um Departamento de Desenvolvimento Local que, as únicas infra-estruturas que tinham e agora englobando o desporto e a cultura, como disse aqui, as únicas que havia nesse órgão eram... a Biblioteca e o Museu. Não tinha mais infra-estruturas! Não tinham [!]*[o E. fez um sinal de assentimento]*, isto é verdade nua e crua, e então, como lhe disse, apareceu a Escola de Música, o Auditório Municipal, a Casa da Juventude, o Pavilhão Municipal, comprámos a Academia de Ténis... à Sopete... entretanto a Piscina Olímpica... entretanto... a Praça de Touros que recuperámos que também estava degradadíssima [!] e que não tinha qualquer utilização, e que passou a ter... entretanto... o próprio, o próprio Museu só tinha a Conservadora... não tinha Arqueologia, não tinha nada disso, o... o, o Arquivo Municipal que surgiu também... portanto para dotar os equipamentos... foi preciso... pessoal, porque senão não funciona *[o E. fez um sinal de assentimento]*, e então foi, foi o, o, o departamento que mais cresceu [!], se quisermos que mais engordou [!], e então fomos recru *[hesitação]* recrutar... pessoas, como dizia por exemplo no turismo, quando chegámos cá, eu sou o Vereador do Turismo também, quando cheguei o Posto de Turismo da Póvoa de Varzim tinha... 1 pessoa licenciada e as outras eram 3 pessoas que lá estavam na cidade e turismo que não tinham qualquer tipo de formação *[o E. fez um sinal de assentimento]*, não é, e então o que é que acontece?... Acontece que foi preciso dizer que as pessoas que entram para o turismo têm que ser pessoas com formação na área do turismo e agora temos 3 licenciadas em turismo, mais as pessoas que lá estavam a trabalhar e temos... ainda por exemplo, no, no Museu, temos a Conservadora mas temos um licenciado em Arqueologia, temos um, uma licenciada em Relações Públicas *[o E. fez um sinal de assentimento]*, temos, temos... pessoas com formação em restauro, que não havia, em restauro [!], que já restauram as peças do próprio Museu, porque já têm um espaço para restauro... temos... na, no Arquivo Municipal, 1 Arquivista, mais duas licenciadas noutras áreas que é necessário para o Arquivo Municipal... aliás temos duas arquivistas, uma que trabalha no Arquivo Geral e outra que trabalha no Arquivo Histórico, na própria Biblioteca já temos pessoas formadas em, em, em bibliot *[hesitação]*... em... bibliotecas aqui, que tem a ver com... *[o E. fez um sinal de assentimento]* documentos *[o E. fez um sinal de assentimento]*, e tudo mais também com documentos, que não havia, não é... bom e portanto há de facto um, um crescer mas um crescer lógico dos funcionários destas áreas *[o E. fez um sinal de assentimento]* porque ter os equipamentos e não dotarmos com os funcionários respectivos, especialistas e... e directamente ligados a esse assunto, não adianta, quer dizer, não funcionam, os equipamentos não podem funcionar sem pessoas à frente desses equipamentos, não é?... portanto, e aí nota-se que o tipo de serviço que é desenvolvido neste momento não, não é um serviço como era antigamente... que era um serviço, pá!... sei lá!... conforme, conforme ia acontecendo, não, não, é um serviço planificado, é um serviço que segue determinadas estratégias porque é feito por pessoas que sabem, não é *[o E. fez um sinal de assentimento]*... isto é que é essencial, que sabem o que estão a fazer e que sabem como deve ser feito, portanto, e, e, e, daí, daí dizermos que foi necessário crescer-se assim, foi necessário criar um gabinete de cultura, um gabinete de animação que embora

com pouca gente tem funcionado bem... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

Em Espinho, encontramos uma associação formal entre cultura e turismo, reunidos no mesmo responsável político, e com pessoal técnico a trabalhar nas respectivas divisões e gabinetes.

No Porto, por seu turno, os dois vereadores responsáveis pelas áreas aqui em análise remetem-nas para traços similares aos já enunciados. O vereador da cultura aborda a relação entre o projecto global do executivo, a disponibilidades das verbas consoante as áreas de actuação municipal e a conjuntura económico-social e política como factores possíveis para um relativo e diferenciado enquadramento político dos pelouros, e no caso, do pelouro da cultura.

Claro. Repare, nós ao nível do posicionamento do Pelouro da Cultura a nível da macroestrutura da Câmara... nós assistimos como lhe disse a uma fase em que houve uma... afirmação muito grande do Pelouro da Cultura... dentro da própria Câmara, o que teve... como é evidente reflexos externos, houve uma possibilidade muito grande do Pelouro da Cultura... mas essa afirmação do Pelouro da Cultura, estas coisas são assim, eu costumo dizer que... estas estruturas funcionam um pouco como um, o princi [hesitação] é o princípio dos, dos vasos comunicantes, não é, que permite depois a geração de vários equilíbrios e quando há... quando... costuma-se dizer quando desce dum lado, sobe do outro, quando sobe muito do outro está a descer, 'tá a descer ainda dum terceiro, portanto, aquilo que se passou foi que durante estes anos essa afirmação do Pelouro da Cultura dentro do macroestrutura da Câmara foi feita sem dúvida nenhuma, foi feita à custa de o esquecimento de outras áreas, no fundo... e neste momento, como sabe... este executivo é um executivo... resultante duma coligação... e um dos parceiros da coligação fez claramente a sua aposta na área social... fez claramente a sua a [hesitação], a sua aposta na área social... e isso implica como é óbvio, a partir do momento em que os recursos são escassos, em que não há uma imensidão de recursos e que os recursos são, são escassos há que fazer, há que fazer escolhas, há que definir prioridades e a prioridade neste momento foi dada à área social acima de tudo, e à área social sob o ponto de vista material, sob o ponto de vista físico de... olhando para as condições... muitas vezes miseráveis em que vive grande parte da população da cidade... a aposta foi tentar dar melhores condições... a essas pessoas, melhores condições de vida e portanto 'tá a ser feito um esforço financeiro muito grande a nível da requalificação urbana... de áreas mais degradadas, sobretudo em tudo o que se refere aos chamados bairros sociais, autênticos guetos que se constituíram nesta cidade... Uma vez que os recursos são escassos e que não há uma imensidão de verbas para se poder fazer tudo, é evidente que por exemplo para este ano isso foi reflectido no orçamento... as verbas respeitantes à, ao Pelouro da Cultura, as verbas desceram. Portanto, se nós por aí quisermos ver um... um maior apagamento, chamemos-lhe assim, do Pelouro da Cultura face a... à macroestrutura da Câmara, ah!, sem dúvida que sim, tem menos verbas, tendo menos verbas é evidente que tem menos possibilidades de actuação. Agora o que me parece é que em termos dos tai [hesitação], em termos dos tais equilíbrios relativos quer dizer não podemos minorizar o Pelouro da Cultura e dizer: «o

Pelouro da Cultura neste momento vale menos do que o Pelouro da Habitação Social ou menos do que o Pelouro da Acção Social, ou menos do que o Pelouro das Act [hesitação] das Actividades Económicas» Não! Os Pelouros são todos olhados exactamente da mesma maneira, o Pelouro da Cultura é um dos grandes Pelouros desta Câmara, é um Pelouro que tem cerca de 400 pessoas... a trabalhar só neste Pelouro. É um Pelouro que tem uma série de instituições, tem as Bibliotecas, tem os Arquivos, tem os Museus, portanto tem um Teatro Municipal, portanto tem uma série de equipamentos extremamente visíveis e que lhe dão um peso institucional... muito grande... Em termos d'actuação é que neste momento se calhar, como as prioridades se viraram mais para o âmbito social, enquanto não estiverem satisfeitas algumas necessidades básicas dessas populações e uma dessas necessidades básicas é precisamente a habitação condigna, se calhar o esforço em termos de divulgação cultural na cidade não será tão grande como foi até, como foi até este... como foi até este momento, mas essa é uma situação puramente temporária, é uma situação assumida [o E. fez um sinal de assentimento], é uma situação temporária e que dentro de 1 ou 2 anos estará perfeitamente... completada, portanto, quer dizer, será altura novamente de podermos dispor de verbas que nos permitam, que permitam ao Pelouro da Cultura continuar a trabalhar em prol da Cultura, quer dizer esse ponto, isso é um ponto... assente, eu penso que a partir de 2004 já estarão condic [hesitação] reunidas as condições para que isso possa acontecer. [o E. fez um sinal de assentimento] [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

Quanto ao turismo, e de acordo com a centralidade da cidade do Porto do ponto de vista da oferta turística, o vereador responsável assinala que a política turística do executivo actual exige a autonomia formal e política desta área, mantendo uma opção política estratégica dos executivos anteriores: o trabalho conjunto e articulado com uma instituição direccionada para o *turismo de incentivos, negócios e congressos*, o Porto Convention Bureau (PCB)⁴⁷.

(...) as políticas anteriores da autarquia relativamente ao turismo... tinham sido... enfim, fazer aquilo que... aquilo que a lei define que é definir políticas próprias etc., etc., relativamente ò... ò concelho... e fizeram uma coisa melhor já dada importância do Porto e da, do, das múltiplas actividades que estão ligadas a turismo, etc... e talvez porque reconheceram... ou tiveram um entendimento que a Divisão do Turismo... não tinha capacidade p'abarcar isso tudo... há 7 anos... portanto 7 anos atrás, a Câmara e o departamento, o Pelouro do Turismo resolveu criar o chamado Porto Convention Bureau que actualmente existe, com os, os Convention Bureau como sabe existem praticamente em todo o mundo nas cidades mais importantes ou nas, nas regiões mais importantes para tratarem... do Turismo de Incentivos e Congressos, portanto que é uma coisa extremamente importante como calculará p'a uma cidade como a nossa a que necessita acolher isso, e portanto isso foi feito com muito sucesso, isso é feito com... a... o... portanto a Câmara no... pela via institucional... em parceria com os privados de, dos variadíssimos sectores, portanto da Restauração e... Bebidas... Caterings... Agências de Viagem... Hotelaria... enfim, Câmaras Municipais, também aqui algumas da região que são...

⁴⁷ Um outro actor local e regional ligado ao turismo que, no âmbito desta pesquisa tivemos a oportunidade de entrevistar e que apresentamos mais adiante no Capítulo 5.

associadas do Porto Convention Bureau... e portanto toda essa parte e digamos uma, uma parte da representação em Feiras Internacionais que também é feita pelo Porto Convention Bureau... foi entregue a esse organismo, tem sede própria, lá em baixo na, na Ribeira... a Câmara preside, até porque a Câmara fornece portanto a... a casa... enfim e arca com cerca de 30% do... de todo o orçamento... da... daquela instituição... e eu próprio sou o presidente do Porto Convention Bureau neste momento, portanto, isto foi aquilo que fizeram em 7, há 7 anos reservando-se a Cama [hesitação], a Câmara apenas através da sua Divisão de Turismo para fazer um pequeno tipo de coisas como seja o atendimento dos postos de turismo, o desenvolvimento de... alguns produtos como sejam circuitos... pedestres, enfim várias, criação de vários produtos, *mailings*... que [hesitação] queria dizer... para além dos *mailings*... alguns produtos de *merchandising*... etc., e portanto a Câmara, a propriamente a Divisão de Turismo tinha mais a ver com isso, claro também fazendo parte com educacionais (...) ... portanto... e portanto reservou um papel menor directo aqui ao, à Divisão... à Divisão de Turismo, e portanto esta Divisão de Turismo ficou integrada na... como falou na macroestrutura, ficou integrada na Divisão [hesitação], na... Direcção Municipal de Cultura e Turismo portanto eram... até há bem pouco tempo, até nós entrarmos... de competência dum vereador, que portanto tinha Cultura e tinha Turismo... claro obviamente sendo aquilo uma Divisão para passar a Divisão, depois tinha um chefe de departamento ou uma chefe de departamento, depois tinha um director municipal e depois tinha um vereador, vereador esse que tinha... Cultura e Turismo e depois claro isso tinha a ver um bocadinho com a apetência do, do, do vereador ou com os conhecimentos do vereador ou com o maior interesse numa área ou na outra, mas obviamente o peso cultural da cidade do Porto é muito forte e muito grande e em meu entender e em nosso entender... portanto, vendo agora já a Câmara... nós entendemos que o Turismo que ficava, digamos que era quase sempre parente pobre... da... nesse tipo de organização embora [pausa] coisa que também fazemos hoje, já naquela altura também se trabalhava com outras instituições que estão ligadas ao turismo sedeadas ou não na cidade, no sentido de promover a cidade, embora como lhe digo com pouca... enfim com pouca amplitude, mas alguma coisa se fazia... nós entendemos que devia ser duma forma diferente e portanto agora, como aliás nós fizemos uma alteração da macroestrutura, mas mesmo antes de a fazermos dividimos logo a Cultura e o Turismo, portanto a Cultura está com um vereador, o turismo está comigo e portanto houve separação, embora tenha durante o ano passado ainda funcionado tudo mais ou menos em conjunto, orçamentos e tudo, enfim, não da melhor maneira, mas pelo menos cada um já... conseguiu... fazer coisas diferentes e não estar a preocupar-se com matérias completamente diferentes das, daquelas a que... que tinha mais... com que era mais pressionado. Portanto... logo de início separamo-nos e agora formalmente em termos de nova macroestrutura que foi aprovada este ano [o E. fez um sinal de assentimento]... demos um segundo passo ainda mais significativo, isto é... a... Divisão de Turismo... que como lhe disse há pouco tinha uma série de... de... aí de, de patamares de direcção deixou de ter todo e qualquer patamar e está apenas e só ligada aqui... ao vereador, portanto 'tá ligada aqui ao gabinete da vereação, isto desde... Maio [o E. fez um sinal de assentimento], ou Abril, Maio, passou a estar aqui com gestão directa, portanto não tem interferência de ninguém e o turismo que nós consideramos... eu mais que os outros devo-lhe dizer, obviamente [risos]... porque tenho o turismo, e portanto passamos a tê-la directamente com a... despacho directo com a senhora chefe de divisão... e com uma... uma assessora que tenho lá... que é uma pessoa já de também de... grande nível [o E. fez um sinal de assentimento]... e de conhecimento cultural e turístico e que estão lá em permanência, em permanência, mas passaram a despachar directamente comigo e todos os... as realizações, eventos, etc., programas, planos, orçamentos e tudo é feito directamente aqui dentro... [vereador do turismo da câmara municipal do Porto, 67 anos, PPD/PSD]

O confronto documental com os organogramas da maior parte das câmaras da AMP, entre 1980 e 2001, confirma que ao longo dos anos 80 do século XX não há propriamente áreas da cultura e do turismo formalmente criadas e dotadas do pessoal técnico necessário⁴⁸. A partir dos anos 90, surgem os organogramas e os quadros de pessoal mais complexos, que substituem, na maior parte dos casos, os regulamentos internos dos designados serviços das câmaras municipais. As câmaras, face ao aumento das tarefas, decorrentes da transferência progressiva das competências e atribuições do poder central para o poder local, reestruturam o enquadramento formal das competências, tanto nos serviços como nos quadros de pessoal. Por outro lado, a progressiva informatização dos serviços camarários e os usos institucionalizados das novas tecnologias no quotidiano organizacional tornam a realidade autárquica mais exigente e complexa do ponto de vista da gestão política e técnico-burocrática, com reflexos nos organogramas e nos quadros de pessoal⁴⁹. Para além destas questões, é visível, e numa abordagem sumária, que entre a década de 80 e os últimos anos da década de 90, há um alargamento dos serviços municipais, com a criação de funções e a dotação de técnicos para as áreas da cultura e do turismo, nalguns casos associadas sob o mesmo departamento e correspondendo a divisões autónomas e diferentes no conjunto do organograma; noutros casos, integrando a mesma divisão sectorial. Acrescente-se ainda que, umas vezes autónoma, outras vezes acoplada às da juventude e da educação, surge a área do desporto. Independentemente das particularidades decorrentes das lógicas organizacionais autárquicas, constata-se que, do ponto de vista representacional, e

⁴⁸ Foi possível analisarmos, com maior ou menor detalhe, e de acordo com a informação disponibilizada, as macroestruturas das câmaras da AMP. Procurámos atender, de modo descritivo e sumário, aos princípios gerais e específicos da estrutura formal dos serviços orgânicos, aos objectivos da macroestrutura, às designações formais adoptadas para as áreas aqui em análise e aos quadros de pessoal previstos. À data da redacção do relatório final, este tipo de informação municipal – o organograma actualmente em vigor – está disponível na maior parte dos *sites* oficiais das autarquias, o que transparece a evolução organizacional e política das próprias autarquias.

⁴⁹ Sem atendermos à cultura organizacional e às subculturas, formais e informais, das organizações municipais, porque não enquadradas nos objectivos desta pesquisa, registemos que trabalhos da sociologia portuguesa remetem, nos anos 90, para estas questões das dinâmicas organizacionais das instituições de exercício do poder, no caso do poder local, e da articulação entre as lógicas do poder político e as lógicas da gestão organizacional. Por exemplo, Costa; Neves (1993) e as diversas comunicações que têm sido apresentadas nos encontros e nos congressos nacionais de sociologia.

segundo um dado contexto político, os vectores da cultura e do turismo, e numa articulação política com o desenvolvimento global do concelho, são formalmente reajustados nos últimos anos⁵⁰.

O posicionamento formal da cultura e do turismo no órgão executivo depende, num outro sentido, do painel de recursos financeiros e humanos e da avaliação das actividades e dos objectivos atingidos anualmente. À semelhança do que temos vindo a registar, as dificuldades da actuação cultural da autarquia passam pelas debilidades e/ou cortes orçamentais, à data das entrevistas, essencialmente conjunturais. E os posicionamentos dos eleitos locais responsáveis pelas vereações que aqui nos interessam são mais próximos do que distantes quanto a estas questões. No caso da vereação da cultura de Gondomar, e face à acumulação de pelouros nas áreas do social (cultura, educação, desporto, juventude e acção social), o vereador salienta que tal acumulação de responsabilidades tem facilitado a concepção e a aplicação de uma política intersectorial integrada.

(...) todas aquelas que são as áreas sociais e humanas do município, não é dependem... em termos de hierarquia quer dizer da... da mesma pessoa, não é, e portanto isso facilita... por um lado, não quer dizer que tenha só aspectos positivos mas a este nível de... de uma política transversal, mais articulada julgo que isto que facilita, e facilita porquê? Porque por exemplo enquanto eu muitas vezes converso com colegas... vereadores de outras câmaras na área da educação e às vezes querem promover determinados projectos na área do desporto... muitas vezes isto esbarra com... este... com... com... outra política que muitas vezes o outro vereador tem para o sector, às vezes há... os protagonismos que cada um quer liderar projectos, portanto, não digo que não quer só protagonismo ao nível individual, mas porque às vezes têm entendimentos diferentes e naturalmente têm tendência para a afirmação dos pelouros protagonizar determinados projectos e atender a determinadas variáveis, portanto aqui está de facto facilitado, não é, naturalmente que... a política da Câmara é só uma, não é e há o Presidente, não é... que tem... de estar de acordo e definir naturalmente, definir ou acordar toda a estratégia global ... mas depois às vezes há entre a intenção e a prática há de facto... barreiras que se colocam, felizmente aqui em Gondomar [o E. fez um sinal de assentimento] a esse nível nós não temos esse problema (...)
[vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

Da mesma forma ressalta as virtualidades do trabalho em equipa – e a particularidade das equipas jovens na área da cultura – e das disponibilidades dos técnicos numa perspectiva de políticas intersectoriais.

⁵⁰ Os Anexos 5T e 5U reúnem exemplificações de organogramas municipais analisados, em momentos diferentes da história organizacional e política das câmaras: anos 80 e anos 90 do século XX.

(...) portanto temos uma maior facilidade e mobilidade em fazermos... em fazer uma política... transversal, intersectorial, perfeitamente integrada e, e complementar e muitas vezes... em vez de... muitas vezes se sobrepor, por outro lado julgo que também temos beneficiado da equipa que trabalha comigo... porquê? Porque também se... foram, foram sectores que cresceram muito nestes últimos anos... com... por um lado temos o... os... técnicos e os funcionários em geral destes sectores nas, na generalidade são pessoas mais jovens, não é... e não digo isto porque propriamente seja apenas uma virtude mas naturalmente gente que muitas vezes saiu das universidades, estão com entusiasmo [!], com força criativa [!], com vontade [!]... muitas vezes tendo... portanto ainda... a esperança, não é de conseguir mudar o mundo e as coisas e portanto e, e julgo que isto também tem sido um aspecto positivo e que tem permitido de facto muitas vezes andar em frente, correndo riscos e... e acreditando sobretudo com, com empenho e envolvendo as pessoas que é possível concretizar... concretizar projectos... por outro lado, também (...) nos tem permitido, e portanto os próprios técnicos acabam por muitas vezes não estar apenas envolvidos nos seu pelouro, no seu sector, mas sempre que é necessário ajudam-se, porque há um projecto importante e isso acaba também por contribuir para... não é, um alargar de horizontes e muitas vezes tem que implicar outros técnicos que em vez da Câmara ter que vir buscar fora muitas vezes há um sector ou um técnico que está nesse sector e que está mais aliviado em termos de serviço e ajuda mas portanto ele próprio também acaba por ter uma visão completamente diferente das coisas e uma perspectiva muito diferente [o E. fez um sinal de assentimento] [vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

As políticas intersectoriais favorecem, e segundo este autarca, a possibilidade de fazer diagnósticos das situações sociais e culturais do concelho, potenciando os recursos humanos disponíveis, que, quanto mais diversos do ponto de vista das suas formações de base, tanto mais operacionais se tornam no terreno local.

(...) eu costumo dizer é preciso diagnosticar para conhecer, conhecer para melhorar, não é, e portanto há muitas vezes diagnósticos e necessidades que nem sequer são sentidas, e isto aqui de facto aqui permite esta, esta política transversal permite de facto fazer mais rapidamente diagnósticos, porque temos mais técnicos, não é, nós neste sector temos... em termos de, de formação superior, temos p'ra aí... 10... 10... cursos diferentes, quer dizer... passa pela sociologia [o E. fez um sinal de assentimento], pela filosofia [o E. fez um sinal de assentimento], pela economia, pela gestão, pela comunicação social, pela psicologia, pelas assistentes sociais e quer dizer, temos de facto técnicos com formações muito diversas e portanto isto permite-nos... apesar de não termos muitos funcionários e p'ó trabalho que desenvolvemos a estrutura não ser demasiado pesada mas de facto temos aqui um conjunto de técnicos superiores, não é, com formações muito diversas que muitas vezes conseguimos potenciar, se for preciso alguém da comunicação social mas para outro sector eu consigo, não preciso de estar a pedir ao colega [o E. fez um sinal de assentimento], com todos aqueles formalismos [o E. fez um sinal de assentimento] mas onde tenho que dar prioridade a este ou aquele projecto... [vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

Posição similar perspectiva o vereador de Valongo que considera a relação formal e substantiva entre a cultura e a juventude, pelouros que acumula, como necessária e profícua. Relativiza, em contrapartida, a associação política e formal entre o desporto e a cultura, num mesmo pelouro e num mesmo vereador, posição segundo ele mais tradicional no poder local. Não perspectiva, da mesma maneira, apesar de organicamente estar sob a alçada do mesmo departamento e da mesma direcção de departamento, a relação entre turismo e cultura. Estarão estes mais distantes do que aqueles mais próximos.

As dificuldades de actuação, segundo a vereadora da cultura de Vila do Conde, passam pelas restrições orçamentais, e pelas possibilidades de captar e formar públicos para determinados eventos, particularmente para aqueles da designada *cultura cultivada*.

... pronto o orçamento é importante [o E. fez um sinal de assentimento], temos que referir isto, é importante pois gostaríamos de trazer aqui... se calhar grandes orquestras, grandes companhias de bailado, etc., pronto mas realmente... não é fácil, e neste momento de contenção ainda se torna mais complicado mas... e pronto... de modo, de outro modo assim grandes dificuldades... têm mais a ver com essa questão do que com dificuldades de implementação, às vezes há um problema que também a nível cultural me preocupa ou... pronto, é... o cativar público, não é fácil cativar público! Nós procurámos, esforçámo-nos como digo, meditámos muito quando estamos a fazer o plano de actividades, o qu' é que nós podemos fazer para trazer as pessoas às salas e realmente levar a cultura até elas e não é muito fácil e eu isto ... é algo que eu me parece que não é só do concelho de Vila do Conde, embora aqui as pessoas também naturalmente apesar desta tradição cultural que eu referia as pessoas têm... não são pessoas que, que saiam de casa [!] com facilidade [o E. fez um sinal de assentimento], não sei como é qu'hei-de dizer isto doutra maneira [o E. fez um sinal de assentimento] [sorrisos] e portanto... ou realmente... se apresentam nomes que são de, de conhecimento de toda a gente, pronto aquilo que está na moda no momento, ou se, se apresentam outro tipo de coisas as pessoas têm muita relutância em sair de casa e em vir até nós, e portanto este cativar de público que nos preocupa muito e como é que podemos chegar às pessoas doutra maneira, como é que nós podemos... pronto levar este programa cultural que pretendemos desenvolver até junto do público é uma preocupação também muito grande e muito difícil! Julguei que era mais fácil. É, é muito difícil, muito difícil! [sorrisos] [vereadora da cultura da câmara municipal de Vila do Conde, 53 anos, PS]

Reconhece que o trabalho em equipa é fundamental e que os técnicos qualificados que tem nos serviços culturais da autarquia são um instrumento de trabalho adequado, mas do ponto de vista da procura tem havido limitações. As estratégias de formação de públicos para a cultura são a divulgação – *divulgar*

informando, como refere – de modo a despertar a curiosidade e o interesse. Uma das aspirações que confessa é a de poder vir a assistir às suas salas de espectáculos cheias.

[*pausa*] Neste momento não lhe sei responder, o qu'eu gostaria de ver em Vila do Conde era as nossas salas cheias de público [*o E. fez um sinal de assentimento*], se me pergunta assim de repente [*risos*] e porque não, não, não a nível de grande projecto cultural não posso enumerar de momento, o qu'eu gostaria mais era de ver as nossas salas quando nós oferecemos qualquer coisa a nível cultural cheias de público [*o E. fez um sinal de assentimento*] ... [*pausa*] Era a maior satisfação que eu tinha, a sério! [*sorrisos*] Sinceramente é uma coisa que... gostaria muito. (...) É mais ou menos uma constante, em que há um grupo que está sempre presente, sempre presente, um grupo pronto de pessoas que... dizem sempre presente às nossas solicitações, e depois aquela parte de público variável que aparece quando... há nomes sonantes digamos assim mas que para coisas que muitas vezes eventos de, de grande qualidade embora não tão sonantes como, como a nível do, do público em geral como, como os outros a que, a que me refiro... pronto vão aparecendo com alguma flutuação [*o E. fez um sinal de assentimento*]. [*vereadora da cultura da câmara municipal de Vila do Conde, 53 anos, PS*]

É interessante constatar o posicionamento do vereador da cultura e do turismo de Valongo quando releva o papel não tanto político mas essencialmente técnico e de gestão dos vereadores com as suas equipas de trabalho quotidiano. Perspectiva, assim, o exercício da função política da vereação muito associado à função da gestão política e técnica, que exige um conhecimento operacional da sociedade civil local e das próprias associações locais, relativizando também a relevância política dos protagonistas nos quadros partidários e fazendo-a depender mais da relevância política e social que têm junto das populações locais.

(...) seria melhor... se fosse doutra forma, mas também não é extraordinariamente importante que o, o, que o Vereador do Pelouro conheça tecnicamente o Pelouro, não é extraordinariamente importante!... Digamos que eu acho que um, um Vereador é, é um cargo político por excelência [*o E. fez um sinal de assentimento*] e portanto tem que ser alguém que tenha... temp [*hesitação*], que esteja dentro da sociedade civil, que conheça as associações, que conheça as pessoas, os problemas das pessoas... isso é que é o fundamental, porque depois tudo, todas as actividades técnicas têm que ser moldadas em função da sociedade, é por isso que eu acho por exemplo uma pessoa... tradicionalmente isolada, tip [*hesitação*], tipicamente isolada que, enfim que não goste muito de conviver, uma pessoa, uma excelente pessoa como qualquer outra, mas que não, que não conviva [*o E. fez um sinal de assentimento*] tanto, se calhar não vai ser um bom Vereador, e mesmo nos partidos por vezes há pessoas que do ponto de vista partidário têm relevância, mas que depois na sociedade civil não têm essa, essa relevância, eu acho se isso não acontecer não é bom e portanto... as questões técnicas nos meus Pelouros são resolvidas pelos técnicos, não é e eu dou orientações políticas, é essa, é um bocado essa minha missão [*o E. fez um sinal de*

assentimento], ouvindo sempre... e eu acho que as pessoas reconhecem que de facto eu tenho muita tendência para ouvir as opiniões, mudo facilmente de opiniões, mas a última é sempre a minha, não é [risos], eu é que sou o Vereador... (...) de facto eu vivo muito isto, e como, repare se eu estivesse aqui com outra postura assim mais política e isso se calhar trataria as coisas doutra forma, mas eu não tenho muito e, mas também não me tenho dado mal, eu acho que depois as pessoas me conhecem, reconhecem esse tipo de trabalho, acho que a política... e é isso que me atrai aqui neste concelho... a política deve ser, deve ter uma função cada vez mais de gestão [!] típica de gestão, portanto ser Vereador deve ser fundamentalmente um gestor com uma componente política porque é um cargo político, um cargo de eleição, mas fundamentalmente técnica e... e... de gestão, de gestão técnica, não é e portanto... acho que estão a cair um bocado em desuso aquelas artimanhas políticas para, p'as pessoas terem relevância, terem melhor imagem, não é, com a minha gravatinha certa, o fato direito, eu acho que as pessoas cada vez ligam menos a isso [o E. fez um sinal de assentimento], principalmente nestes meios urbanos (...) [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD]

A análise que fizemos dos dados documentais permitem-nos constatar a centralidade do movimento associativo local para os actores do poder local, e, como por várias vezes assinalam, no sentido de uma *forte implantação local*. A proximidade social e política, mas também pessoal, com as associações e com a própria sociedade civil local, são variáveis que constam do perfil do autarca. Se atendermos ao recenseamento que elaborámos das associações culturais e desportivas dos concelhos da AMP em 2002-2003, e de acordo com as listagens fornecidas pelas próprias câmaras⁵¹, há traços que ressaltam como i) a diversidade e a extensão territorial das associações pelas freguesias do concelho; ii) a maior preponderância das associações desportivas face às culturais e recreativas; iii) a implantação territorial das associações, associadas a determinados equipamentos, e a ligação com as paróquias e os bairros residenciais; iv) a panóplia das designações formais, que

⁵¹ As listagens recolhidas denotam uma relativa diversidade nos modos de categorização do movimento associativo local pelos próprios serviços culturais e desportivos municipais e pelos actores associativos locais. Não é fácil, e nalguns casos pouco ou nada possível, destrinçarmos o rol de actividades estritamente culturais e de lazer do painel de actividades estritamente desportivas. A categorização formal de cada uma das associações mistura, nalguns casos, os dois domínios, sem apresentar os critérios de classificação daquelas. As listagens na maior parte das situações correspondem a inventários das associações locais, alvo dos subsídios atribuídos e/ou de outros apoios dados pelo município. Há câmaras (como as de Matosinhos e de Valongo) em que se constitui uma ficha de identificação das associações com variáveis base de caracterização que vão para além da designação, da freguesia onde se localizam e do endereço: por exemplo, as actividades que desenvolvem, e os equipamentos que possuem e os usos que deles fazem. Sinais que também reponderam novas modalidades de divulgação e de diagnóstico do tecido associativo, por parte dos serviços culturais e desportivos do poder local.

indicia a preponderância e/ou o cruzamento das manifestações desportivas ligadas ao futebol mas não circunscritas a este; das actividades culturais, ligadas às tradições populares e à *cultura popular* mas com presença, nalguns concelhos, das novas estruturas associativas que suportam a organização dos eventos que, a dado momento, se tornaram referência local, nacional e internacional no, e para, o concelho.

Do ponto de vista do autarca da Maia, as dificuldades orçamentais são estruturantes na viabilização da política cultural, para além das da formação de hábitos culturais, da dotação de equipamentos culturais, da menor visibilidade social e económica dos efeitos dos investimentos tidos na área da cultura e dos próprios recursos humanos, sempre escassos no organograma da câmara municipal.

Não, é qu'os recursos, o, o, o, os recur [*hesitação*], o, os recursos financeiros à disposição da Câmara Municipal e numa Câmara com a dimensão da nossa são sempre escassos [!] [*o E. fez um sinal de assentimento*]... são sempre escassos [!]... e são efectivamente escassos... e cada vez mais isso vai acontecer. Do ponto de vista logístico ao mesmo tempo que se foi fazendo a... a... o, o processo de transformação do concelho houve a preocupação em criar, em criar... infra-estruturas com vocação p'ò desenvolvimento do mercado cultural. Este Fórum, o Fórum [*o E. fez um sinal de assentimento*] por exemplo hoje já tem algumas dificuldades... de... de funcionamento é do... é... de 91, p'tanto houve sempre a preocupação de co [*hesitação*], a partir do momento em que começou a ser possível... apostar na área cultural isso começou a ser feito... Agora é evidente que em termos, em termos do, do, do, dos recursos humanos... vamos lá ver uma coisa... isto é um problema que ainda é... que ainda é mais profundo do qu'isso, que não tem a ver com esta Câmara, tem a ver com, com, com todas as câmaras, quer dizer os organigramas das câmaras municipais, os quadros de pessoal das câmaras municipais... obedecem ainda a uma filosofia, mas isso p'a todas as áreas... mas na cultura isso nota-se com, com, com mais acuidade [*o E. fez um sinal de assentimento*], ora essa filosofia numa câmara municipal tinha que responder a expectativas de há 20 anos atrás (...) [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD*]

De igual maneira os orçamentos são constrangedores na câmara da Póvoa de Varzim e, quando comparados com os das outras câmaras da AMP, o vereador considera-os próprios e específicos de uma *câmara pequena*.

O que eu lhe digo é que estas apostas são apostas, as pessoas podem dizer pontuais, não são pontuais são apostas regulares, que acontecem sempre, que vão acontecer sempre e como eu dizia que são situações imparáveis... e depois transportando tudo isto para a Área Metropolitana do Porto, nós estamos a falar de coisas completamente diferentes, e que é o orçamento da Câmara Municipal do Porto para a área cultural e o que é o da Póvoa de Varzim, quando eu digo que nós temos 80 mil contos p'a todas as actividades no Porto com

certeza as pessoas riem-se com isso... que há uma acontecimento que pode custar 80 mil contos lá, não é e acabou, mas é que para as edições dos livros, que eu gasto 25 mil contos, para... a Banda de Música, para o teatro, para... a música, o Festival de Música, para... sei lá [!] para o encontro do teatro escolar... para as Correntes de Escritas eu gastar 80 mil contos, acho, acho que 'tou, estamos a fazer milagres, com certeza que estamos a fazer milagres! É quase impossível... conseguirmos isto tudo, claro que eu tenho de pedir apoios, patrocínios, aqui, ali, acolá e... vão, e vou conseguindo esses patrocínios não é... mas é difícil, é difícil [o E. fez um sinal de assentimento] ser vereador da cultura numa câmara pequena como é a da Póvoa de Varzim, é difícil... em, em Matosinhos digo-lhe só que o orçamento... para a cultura são 800 mil contos, são 10 vezes mais, portanto pode-se fazer 10 vezes mais aquilo que faço na Póvoa de Varzim, não é [o E. fez um sinal de assentimento], portanto estamos a falar de coisas muito diferentes, e eu não gosto de falar de coisas muito diferentes, é por isso que eu faço aquilo que eu conheço que é a minha realidade, ou é a nossa realidade. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

É interessante constatar como o posicionamento político da cultura no interior das autarquias, e nomeadamente das câmaras municipais, se reposiciona dos anos 90 em diante. Não só deixa de ser contemplada como um sector cujos investimentos são dispendiosos e sem efeitos rentáveis imediatos, como dentro das estruturas formais das autarquias adquire um posicionamento efectivo nos recursos. O testemunho do responsável pela Direcção Regional da Cultura do Norte (DRCN), que tivemos a oportunidade de entrevistar⁵², anota:

Agora... o, o, o grande problema que hoje se começa a pôr em muitos concelhos... portanto e que, e que neste momento começa a al [hesitação], começa a ser alterada a mentalidade é que até agora muitas vezes via-se a cultura como uma despesa... para os muni [hesitação], para os municípios, e portanto aquilo era por assim dizer... para municípios que tinham ainda muitas carências no aspecto material 'tar a gastar com eventos culturais dinheiro, para muitos autarcas era considerado por assim dizer um desperdício. Hoje... não só porque muitos dos, dos... aspectos materiais começam a estar resolvidos, mas como também se existir infra-estruturas culturais é necessário também... tirar proveito dessas infra-estruturas e desse investimento que foi feito... portanto os municípios começam a ver também o, a cultura como, como pode ser um... pr'além de trazer o bem-estar às populações pode ser outra coisa que também p'ra nós hoje é muito importante que é... nós conseguirmos manter a identidade das, das pessoas e a satisfação das pessoas com a sua cultura, mas por outro lado também começa a haver, a ser vista a cultura como... um factor de desenvolvimento... [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]

⁵² Mais adiante no Capítulo 5 fazemos a caracterização deste interlocutor e dos outros que designamos por actores locais e regionais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento.

Por outro lado, não deixa de ser significativo que a questão dos recursos humanos e financeiros, e o próprio posicionamento da cultura e do turismo nos organogramas das instituições políticas, sejam alvo da mesma insuficiência, ainda que a níveis diferentes, no exercício do poder local e central. A título exemplificativo, e à data da realização da entrevista ao responsável pela DRCN, a delegação não só é demasiado pequena para os municípios que abrange – 87 no conjunto e dispersos por uma mancha territorial alargada – como, nas relações inter-regionais, para além do território nacional, tanto de cooperação como de competitividade, não tem recursos organizacionais, quando comparada com as regiões da Galiza e de Castela Leão.

Olhe doutora... a primeira coisa é em relação à, à... à Região Norte!... Eu penso que a Região Norte qu' é uma região extremamente grande para uma Delegação Regional... portanto tem vantagens por um lado porque... portanto dá uma perspectiva... portanto grande, de grande plano... por outro lado como nós temos aqui ao lado portanto a, a vizinha Galiza e por outro lado na fronteira do Nordeste Castela e Leão... permite que... pronto... somos uma grande região em confronto com outras grandes regiões portanto da, da, daqui da vizinha Espanha... portanto só que a Delegação a nível de estrutura e recursos financeiros não tem a dimensão que tem as outras regiões [sorrisos] [o E. fez um sinal de assentimento] do lado de lá da, da fronteira... por isso mesmo portanto o, o... a vida do Delegado com 87 municípios, 5 distritos, portanto que abarca por assim dizer toda a área geográfica da Região Norte, não é fácil... primeiro lugar por, porque com 87 municípios, com... centenas e centenas de grupos... com instituições culturais que estão disseminadas por toda esta zona... portanto nós somos todos os dias... assoberbados com toda uma série de correspondência, de convites, de, de pedidos de financiamento que a Delegação não tem qualquer capacidade de poder dar resposta... em tempo útil e sobretudo ter recursos financeiros para, para o fazer. Portanto... nós temos um orçamento relativamente pequeno, portanto o orçamento da Delegação tem andado para investimento numa média de 400 mil euros, por ano... (...) a Delegação, portanto a ni [hesitação], a nível de recursos materiais tem muitíssimo poucos recursos materiais. A nível de, de, de recursos humanos a Delegação neste momento está numa situação crítica que já se arrasta de, desde 1994. Portanto quando a Delegação estava no Porto tinha 3 funcionários administrativos e 3 técnicos superiores de quadro... portanto com possibilidade de ter um Chefe de Divisão e portanto o Delegado. Neste momento com a vinda da Delegação para, portanto aqui p'ra Vila Real, os técnicos, os técnicos superiores que estavam no Porto recusaram-se a vir para Vila Real, os 3 administrativos também se recusaram a vir para Vila Real, portanto quer dizer que a Delegação teve à partida de iniciar a su [hesitação], o seu trabalho aqui com... pessoas requisitadas a outros organismos. (...) isto quer dizer que a Delegação neste momento funciona com 1 Delegado, 3 administrativos e 3 técnicos superiores [pausa] a situa [hesitação], a situação não, não é, não é muito fácil... porque nós a nível de *ratio* de... técnicos e de funcionários em relação às outras Delegações nós temos 1 quadro superior porque nós continuamos a pagar aos 3 técnicos superiores que estão no Porto e aos 3 administrativos, portanto isto é um problema que o Senhor Ministro da Cultura diz que vai resolver rapidamente... através do quadro de excedentes... interdepartamentais e esperamos que isto seja resolvido para que a Delegação possa ter um quadro próprio... que dê dalguma

maneira continuidade a todo o trabalho que vai sendo feito, porque na situação em que nós 'tamos, portanto corremos o risco de a Delegação... como não tem quadro de, de vinculação próprio, nomeadamente a nível de técnicos superiores... ter d'andar sempre a iniciar... pessoas, trabalhos que têm de ser realizados e por assim dizer a própria Delegação não ter uma continuidade de trabalho muitíssimo grande [o E. fez um sinal de assentimento]. Um, um, um dos problemas que neste momento também sobrecarrega imenso a Delegação é que tudo o que é parte administrativa e financeira ligada ao Museu do Douro, neste momento passa pela própria contabilidade da Delegação... porque o Dou [hesitação], o, o Museu do Douro não tem autonomia administrativa nem financeira e por isso mesmo ele está agregado aqui à Delegação, o que implica também uma, uma sobrecarga de trabalho não só para, para o Delegado como também para sobretudo para a parte administrativa [o E. fez um sinal de assentimento]. [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]

E reconhece que as actividades previstas pela DRCN fazem sentido desde que articuladas com alguns actores políticos e culturais, regionais e locais. Destaca, por um lado, a relação entre delegações regionais da cultura, de forma a uniformizar parâmetros de actuação conjunta, quanto à atribuição dos subsídios aos municípios e às associações e instituições culturais locais; por outro, a relação com as autarquias e com as vereações da cultura, ressaltando a sensibilidade política e formal para os investimentos na área da cultura; e, salienta ainda, a relação com determinados centros culturais da Região Norte. Todos eles potenciam actividades culturais significativas, tanto pelos níveis de expressão cultural e artística como pela formação de criadores, com as universidades – no caso, a Universidade de Trás-os-Montes - e com a região da Galiza.

(...) acima de tudo ter uma boa articulação com as outras Delegações Regionais, estamos a fazer periodicamente reuniões com as Delegações Regionais dos outros... do, do resto do país, nessas delegações [sic] nós procuramos definir critérios que possam ser comuns e que... dêem alguma portanto alguma... imagem de, d'haver uma uniformidade, ou não digo uma uniformidade total mas pelo menos um conjunto de parâmetros que sejam comuns às várias Delegações, nomeadamente nas atribuições de, de subsídios, isso permitiu p'ra este ano por exemplo que pela primeira vez... nós estabelecêssemos critérios definidos p'à atribuição de, de subsídios, impressos que são comuns e que permitem dalguma maneira dar... uma imagem dalguma, dalguma... unidade portanto àquilo que é feito no terreno... O outro trabalho que nós 'tamos a procurar fazer é que efectivamente o trabalho da Delegação só pode ser potenciado com a ligação aos municípios, portanto p'ra isso temos uma ligação com a ma [hesitação], maior parte ou a totalidade dos vereadores da cultura dos municípios, felizmente que neste momento todas as autarquias já começam a ter um pelouro da cultura com alguma dimensão e as actividades culturais começam... come [hesitação], começam a ter um peso cada vez mais significativo nos orçamentos das câmaras na medida em que as próprias autarquias verificaram que... a cultura diz respeito... à identidade das, das populações... é necessária para o bem-estar da, das próprias populações e por isso mesmo começa a ser uma preocupação das diversas... autarquias...

Por outro lado, a, a Delegação tem procurado também criar algumas sinergias nomeadamente com... determinadas entidades que neste momento podem fazer uma acção cultural... importante. Por isso mesmo nós temos alguns protocolos ligados com... centros culturais... que... através deles a Delegação procura incentivar e... portanto e permitir, e criar condições para que uma série de, de eventos possam ser realizados, nomeadamente exposições, debates, apresentação de obras literárias... ou então... também... portanto a promoção de eventos que tenham a ver com a cultura. Portanto isso 'tá a ser feito, neste momento começamos a ter também alguma preocupação de termos alguma ligação com as universidades... talvez a de Trás-os-Montes por estar aqui mais perto... tem, estamos a avançar com alguns projectos em comum, e dentro das possibilidades procuramos ir o mais além possível, portanto dentro desta situação. (...) O ano de 2000 e, e 3 vai ser um pouco complicado a nível orçamental porque nós praticamente só temos fundos para, ou melhor só temos recursos... para a parte nacional dos fundos comunitários e por isso mesmo o nosso trabalho no ano 2003 vai ser terminar alguns projectos... comunitários que temos em curso, nomeadamente esse do, dos escritores do Norte, como também terminarmos os... os apoios às bandas de música e luz e som e... e portanto e, e, e esse iniciarmos esse, esse trabalho com a Galiza... através do, do programa da INTERREG, portanto isto será por assim dizer um ano de... consolidação portanto de [hesitação] desse trabalho e de aproveitamento ao máximo dos fundos comunitários e de continuarmos a manter essa rede de ligações com os diversos actores [o E. fez um sinal de assentimento]. [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]

A propósito da relação entre as autarquias e a DRCN, este actor político enuncia que uma das virtualidades do trabalho político e cultural deste organismo tem sido a mudança nos modos políticos de perspectivar a área da cultura e as sinergias advenientes de um trabalho em parceria. Isolemos, entre os efeitos positivos ao nível das parcerias estabelecidas, aqueles que dizem respeito às autarquias.

A primeira, a primeira... a primeira constatação que eu tenho de, de verificar é a seguinte... foi altamente vantajoso, vantajosa esta ligação às autarquias... e, e porquê? Porque... todos nós nos lembramos que ainda não vai há muitos anos que o pelouro da cultura da maior parte das, das autarquias era apenas um pelouro simbólico... e fazia parte da, da, do pelouro das autarquias [sic] porque... a própria, a própria legislação portanto sugeria portanto a existência desse pelouro da, da cultura. Neste momento nós podemos verificar que o pelouro da, da cultura na, na, na maior parte das autarquias já é um pelouro com... muitíssima actividade e com... uma autonomia bastante grande. Por isso mesmo... portanto este trabalho tem levado a que esta preocupação com a cultura seja cada vez maior, portanto eu penso que aí também a própria Delegação teve... um trabalho pioneiro... precisamente com essas parcerias que ia fazendo com as autarquias e com outra coisa que p'ra mim foi, foi importante que foi o circo [hesitação]... o... o... Ciclos de Concertos que a própria Delegação ia oferecendo às autarquias nomeadamente às autarquias do, do interior... portanto isso despertou na parte da, das próprias autarquias a sensibilidade para actos culturais e que, por outro lado foi criado também no, nos públicos exigência de ter mais alguma coisa do que as obras materiais que a autarquia lhe fazia. Portanto isto hoje... portanto é o resultado... evidente e conseguido... nós por exemplo neste ano que vamos ter de reduzir um pouco isso já temos uma série de autarquias que já estavam habituadas a este tipo de concertos a reclamar porquê é que nós não vamos e queriam continuar com este

[sic] parceria com a Delegação... que nós dalguma maneira vamos tentar... vamos tentar contrabalançar e, e, e dalguma maneira apoiar através de, de, de pegarmos no, no, nos programas do INTERREG e noutro tipo de programas e, em vez de ser a Delegação directamente a pagar será os fundos comunitários a pagar juntamente com algum intercâmbio que nós vamos permitir a, a não só a bandas de música ou como grupos de teatro que estamos a apoiar a nível de, de, de... dos equipamentos de... instrumentos de luz e som. Portanto através disso nós vamos tentar ver se continuamos a manter este ritmo.

Evidentemente que há, há algumas autarquias que precisam ainda do... da, da, de ser empurradas, de ser estimuladas para poderem avançar, porque posso dizer que há autarquias que neste momento quase que já dispensam a Delegação porqu'eles próprios têm iniciativas... já de tal maneira consolidadas que... já caminham por si, e na realidade este é o grande objectivo que nós procuramos é que as autarquias possam ter já capacidade de elaborar programas, de, de serem, de serem capazes de consultar... diversos... diversas equipas ou diversos grupos e simultaneamente serem capaz [sic] de apresentarem... coisas não apenas muito... populuchos passo o termo [o E. fez um sinal de assentimento], mas coisas com qualidade e portanto eu penso qu'isso que é possível. [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]

Neste sentido, e para além das variáveis conjunturais que reposicionam a centralidade relativa das áreas de actuação da cultura e do turismo no interior da autarquia, diríamos que, na sequência do trabalho desenvolvido a partir dos anos 90 do século passado, as câmaras foram alargando os serviços disponíveis para estas áreas e recriando a sua centralidade política no projecto global do executivo municipal. Se, mais uma vez, cruzarmos a informação decorrente da análise documental⁵³, há variáveis estruturais que se mantêm relativamente constantes e presentes nos discursos dos eleitos locais, mesmo que as práticas políticas entretanto evidenciem apenas algumas delas, e não necessariamente as da cultura e do turismo, por serem as mais prioritárias para o concelho. A cultura e o turismo são, curiosamente, dimensões que atravessam os discursos políticos, inclusive nos anos mais recuados do exercício do poder local. Adquirem, porém, mais centralidade nos discursos dos mandatos políticos subsequentes, nomeadamente quando decorrem

⁵³ Por exemplo, os discursos políticos e os programas políticos recolhidos nas câmaras municipais, em particular, e dadas as possibilidades de localizar tal informação, como referido no Capítulo 3, os relativos aos mandatos de 1997-2001 e 2001-2005. Ou ainda a consulta dos planos de actividades e dos relatórios de contas e das actas das reuniões de câmara para os anos mais recuados. No Anexo 5V encontra-se a grelha de registo dos dados documentais recolhidos junto das câmaras municipais e nos Anexos 5W e 5X a listagem das fontes documentais consultadas e tratadas no âmbito da pesquisa empírica.

de uma relativa continuidade dos eleitos e dos projectos globais previstos⁵⁴. Deste modo, acentua-se a valorização do ambiente e do desenvolvimento económico sustentado, dos serviços e do sector industrial; a valorização do turismo como factor de riqueza, elemento possível de engrandecimento da economia local e regional, e da cultura e do desporto como áreas relativas à qualidade de vida dos cidadãos locais e associadas às potencialidades turísticas locais e regionais.

Reconheçamos, igualmente, que o posicionamento formal da cultura e do turismo foi alvo, no seio das câmaras municipais, de uma gradual visibilidade dos investimentos financeiros nos sectores. Se atendermos apenas à área da cultura – que na tipologia dos dados apresentados aparece associada à do desporto - e de acordo com os dados do INE (Portugal, 2006g)⁵⁵, verificamos que as maiores despesas são, em 2004, nalguns sectores como as publicações e literatura (18.210 €), os jogos e desportos (15.554 €), as actividades socioculturais (7329 €) e os museus (3671 €). E, com maior visibilidade dos gastos, no concelho do Porto. Um trabalho do OAC a propósito das despesas dos municípios com a cultura (Neves; Santos, 2000) aborda a sua evolução entre 1986 e 1997, por NUTS II e de acordo com um conjunto de variáveis base. Entre os resultados obtidos vale a pena destacar que, no período em análise, é visível o interesse, gradual e crescente, do poder local pela cultura, com predominância dos gastos nos sectores do património cultural (17,9%), das publicações e literatura (17,6%) e das actividades socioculturais (15,8%). Segundo a mesma fonte, e quanto à AMP, a evolução dos gastos na área da cultura foi linear e gradual, suficientemente significativa, ainda que não tão acentuada quanto a verificada na AML, segundo os autores, em virtude de não ter havido, até 2001, a oportunidade estratégica de organizar eventos culturais que exijam investimentos financeiros avultados (Ibidem). Retenha-se também um assinalável investimento em publicações e literatura (22,2%), património cultural (18%), recintos culturais (16,3%) e actividades socioculturais (13,2%). Não deixam os autores de

⁵⁴ Veja-se a título de exemplo o Anexo 5Y, com os programas eleitorais apresentados por Gondomar em 1993 e 2001, em particular nos vectores da cultura e do turismo.

⁵⁵ Nos Anexos 5Z e 5AA encontramos informação sobre as despesas das câmaras municipais da AMP em actividades culturais e de desporto em 2004, segundo os dados do INE (Portugal, 2006g).

assinalar a macrocefalia cultural da capital lisboeta face ao país, e do próprio concelho do Porto face à sua região envolvente, nomeadamente os concelhos do espaço metropolitano. Ressalvam, porém, que ao longo do período em análise há um progressivo atenuar das assimetrias interconcelhias, com um aumento das despesas da cultura nos concelhos limítrofes ao do Porto.

Tabela 5.6

Despesas anuais em cultura e em jogos e desportos dos municípios da AMP, 2005 ^{a)}

	Despesas em cultura (€) dos municípios por localização geográfica		Despesas totais em jogos e desportos (€) dos municípios por localização geográfica	
	milhares	%	milhares	%
Portugal	913 810	100,0	387 104	100,0
Norte	292 061	32,0	140 999	36,4
AMP	85 610	9,4	42 105	10,9
Espinho	5 030	0,6	1 264	0,3
Gondomar	12 005	1,3	4 870	1,3
Maia	8 695	1,0	5 663	1,5
Matosinhos	14 952	1,6	9 192	2,4
Porto	15 861	1,7	6 540	1,7
Póvoa de Varzim	3 249	0,4	1 232	0,3
Valongo	5 380	0,6	2 966	0,8
Vila do Conde	7 463	0,8	1 560	0,4
Vila Nova de Gaia	12 976	1,4	8 816	2,3

Fonte: INE, www.ine.pt

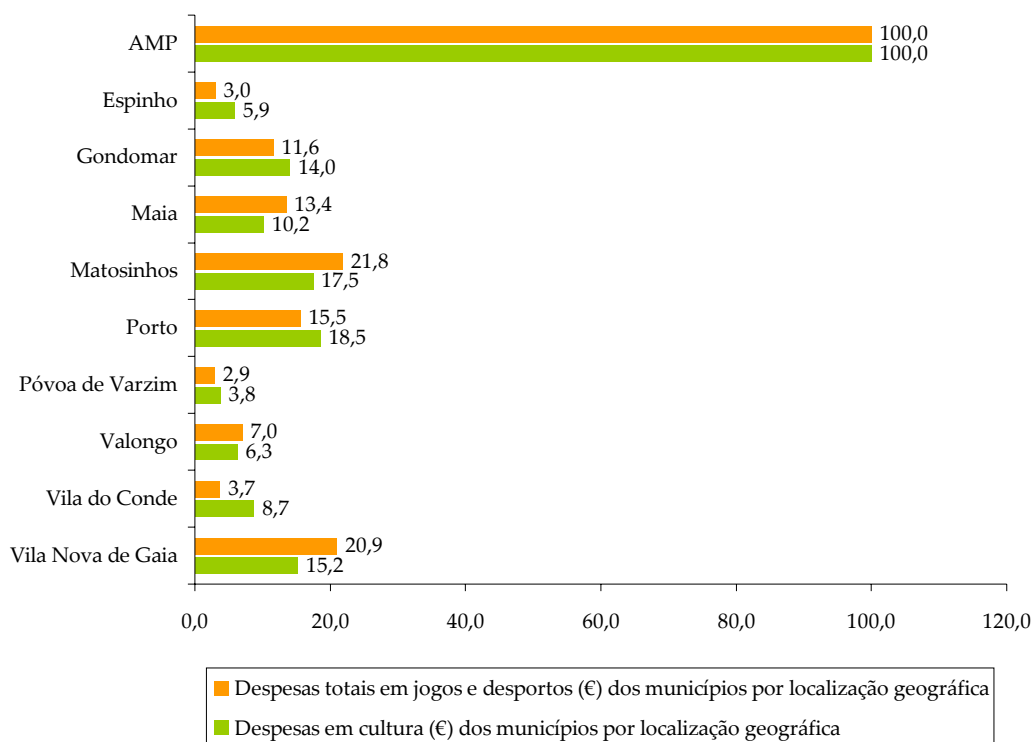
^{a)} Dados actualizados a 29-05-2007 e relativos ao ano de 2005.

Em 2005, e de acordo com os dados do INE⁵⁶, é visível a proximidade entre os gastos realizados por alguns concelhos e os do Porto: Matosinhos e Vila Nova de Gaia apresentam despesas mais elevadas no sector do desporto – 21,8% e 20,9%, respectivamente – e gastos com a cultura muito próximos dos do Porto – 17,5% e 15,2%, respectivamente, face a 18,5% do concelho do Porto. Gondomar regista também um valor assinalável: 14% do total de gastos no sector da cultura na AMP.

⁵⁶ Consultados, pela última vez, no site oficial do INE (www.ine.pt) em Junho de 2007.

Figura 5.3

Despesas anuais em cultura e em jogos e desportos dos municípios da AMP, 2005 (%) ^{a)}



Fonte: INE, www.ine.pt

^{a)} Dados actualizados a 29-05-2007 e relativos ao ano de 2005.

Mesmo que a abordagem não seja de modo algum exaustiva quanto a estas dimensões estritamente quantitativas, há uma certa correspondência entre o universo das representações dos eleitos locais quanto ao posicionamento formal da cultura e alguns dos dados aqui apresentados a título meramente ilustrativo. Tais investimentos podem ser perspectivados, num outro sentido, associados ao próprio turismo, se pensarmos que, por vezes, alguns dos investimentos culturais traduzem a criação de uma oferta cultural com potencialidades turísticas⁵⁷.

⁵⁷ A consulta que a dado momento fizemos, ainda que de modo não exaustivo e não assinalando totalmente o peso estatístico da evolução dos gastos municipais nestes sectores, como já referido, de alguma forma foi exemplificando a visibilidade crescente dos gastos municipais com determinados sectores. Ora a criação e a manutenção dos equipamentos culturais, ora a dinamização das actividades culturais, ora o investimento político particular no sector das bibliotecas, dos museus e das

Potencialidades turísticas da oferta cultural dos concelhos: a cidade como eixo central das políticas de turismo cultural

Diríamos que a *cidade* se atravessa pelos discursos dos eleitos locais. Visualizamos a sua presença, umas vezes diluída e confundida com a noção de *concelho*, outras vezes, única e central, como se ela própria protagonizasse, enquanto representação territorial, o projecto global e prioritário de intervenção sobre o município. Formalmente, e segundo parâmetros estritamente administrativos, a intervenção sobre a cidade enquadra-se a partir do poder político local legitimado, e, em última instância, legitimado para processar uma abordagem global do território, marcado, e no caso do da AMP, pelos traços entrecruzados do *urbano* e do *rural*. Porém, as opções políticas que enformam as intervenções sobre o território municipal acabam por evidenciar, nalguns casos, prioridades que, no campo cultural e turístico, se traduzem na maior valorização política e socioeconómica do *urbano*. Se perspectivarmos esta questão, de novo, a partir dos testemunhos dos eleitos locais, logo nos confrontamos com as virtualidades da oferta cultural nas cidades que detêm uma relação *cultural* e *social* particular com a orla costeira. Diríamos, por outro lado, que a *região* atravessa os discursos dos actores locais e regionais ligados às áreas da cultura, do turismo e do desenvolvimento, perspectivando a uma escala mais macro as próprias potencialidades culturais e turísticas criadas pelos municípios da região, e no caso presente, da Região Norte, e numa associação estreita com os processos do desenvolvimento local.

Vejamos, desde já, como se projectam tais representações territoriais e administrativas nos discursos dos actores sociais alvo da pesquisa, na relação estreita com as potencialidades turísticas da oferta cultural. Em primeiro lugar, os *actores locais e regionais*⁵⁸. Quando se associa a cultura e o turismo, nessa vertente

publicações. As áreas mais directamente relacionadas com as artes plásticas e com a música são mais recentemente alvo dos investimentos municipais.

⁵⁸ Os 11 entrevistados, apenas com 1 elemento do sexo feminino, e com idades diferenciadas que vão desde os 35 anos até aos 78 anos, são interlocutores com diferentes percursos sócio-profissionais e com ligações díspares à actividade política. São, antes de mais, técnicos superiores que desempenham

designada por *turismo cultural*, os representantes políticos e organizacionais da área do turismo configuram uma definição ideológica e operacional daquilo que constitui o turismo, e não tanto uma concepção formalmente instituída por via de dimensões objectivadas a partir do conhecimento sistematizado e da avaliação das políticas e práticas de turismo. Ao perspectivar-se a transformação de uma *região potencial* numa *região com produtos turísticos construídos*, há uma relação estreita entre os tipos convencionais de turismo. Como nos sugere o representante do ICEP – Investimento, Comércio e Turismo de Portugal (ICEP)⁵⁹, por exemplo, são quatro os sectores do turismo alvo do investimento político e financeiro: o *turismo activo*, o *turismo de lazer*, o *turismo de negócios* e o *turismo cultural*, este último o que melhores e maiores potencialidades tem nas regiões do país, nomeadamente na Região Norte, por contemplar uma oferta diversa e ampla. Dentro destes termos constroem-se os respectivos subprodutos ou, por outras palavras, o que habitualmente designam por *segmentos turísticos*.

(...) nós podemos dizer que existem 4 grandes vectores de turismo ou de grandes motivações, temos o turismo activo, não é, o turismo de lazer, no activo temos o golfe,

cargos em organismos da administração central, e com uma relação próxima com a área do turismo e da cultura, ou agentes locais ligados à animação cultural e turística. No Anexo 5S encontramos a caracterização sociográfica destes interlocutores. Relembremos que vários contactos foram feitos com alguns interlocutores privilegiados, nomeadamente a Junta Metropolitana da AMP e regiões de turismo, sem qualquer resposta, ou outras, como a Confederação do Turismo Português (CTP), que nos recusaram a entrevista. Veja-se a este propósito o Anexo 3F. Haveria muitos mais interlocutores a localizar, entre eles outras organizações locais ligadas ao associativismo local e regional, ou à animação cultural local, ou ainda outros actores turísticos ligados ao mercado da oferta turística. Possibilidades empíricas que poderão ser perspectivadas no âmbito da AMP e de um outro contexto de pesquisa sociológica.

⁵⁹ À data da entrevista, o ICEP constituía uma outra entidade da Secretaria de Estado do Turismo, responsável pela promoção turística do país a nível nacional e internacional. Como nos referiu o representante do ICEP que entrevistámos: (...) *portanto o ICEP ao fim e ao cabo 'tá, é o umbrella da promoção turística, não é [o E. fez um sinal de assentimento], é o responsável pela marca turística pela pro [hesitação] pela promoção da marca PORTUGAL [o E. fez um sinal de assentimento], pronto... até aqui teve as funções também da promoção a nível externo, p'tanto ou principalmente aliás... a promoção lá fora, no, no, nos mercados internacionais. P'tanto hoje em dia houve uma certa descentralização, vai haver uma certa descentralização dessa promoção entregue a agências regionais que são as áreas promocionais de turismo, p'tanto são 7, o Algarve, o Alentejo, Lisboa, Beiras, Porto e Norte de Portugal, Açores e Madeira, são 7 áreas e nós vamos descentralizar, afectar alguns recursos financeiros que até aqui estavam no ICEP para essas agências regionais, não é, essas, essas áreas promocionais fazerem promoção externa... dos seus produtos, mas até aqui a verdade é que essa promoção externa 'teve toda dentro do ICEP, bom...* [director de promoção do ICEP, 38 anos]. Para outras informações, nomeadamente sobre a reestruturação formal e orgânica desta instituição, consulte-se o site oficial do ICEP www.icep.pt.

temos os estágios desportivos, temos os náuticos, temos essas coisas todas, não é, o turismo de lazer onde há o sol e praia [o E. fez um sinal de assentimento] do Algarve e por aí fora cada vez mais, pronto, depois ainda temos o turismo... de negócios [o E. fez um sinal de assentimento], portanto os congressos e os incentivos, e temos o turismo cultural, p'tanto são os grandes, os grandes grupos de motivações que existem e que o ICEP trabalha, a partir daqui depois há subprodutos, ou subsegmentos em que se trabalha. O turismo cultural é de longe uma das grandes prioridades, p'tanto, obviamente uma pessoas quando fala em Inglaterra, ou na Alemanha, ou na Holanda que são mercados preferencialmente virados para o Algarve e p'à praia e p'ò Verão, não é... já há mercados como a Itália, França e os Estados Unidos por exemplo em que a grande motivação dos turistas que nos visitam é de longe, é de facto o, o turismo cultural... iss' é... ponto assente, não é... [director de promoção do ICEP, 38 anos]

Perante a definição de *turismo cultural*, que os entrevistados assumem não ser uma definição oficial e administrativa, reconhecendo-lhe antes a polissemia das áreas possíveis da intervenção nacional, regional e local, o que se torna relevante, política e economicamente, é transformar a polissemia do conceito num conjunto de práticas diversificadas e segmentadas que, mais do que reconhecerem as potencialidades regionais e locais, organizam o(s) produto(s) turístico(s) e a respectiva oferta. E algumas das dificuldades residem i) no diferencial de representações e de práticas a propósito do turismo entre actores políticos locais e regiões de turismo e os próprios representantes promocionais das organizações da administração central, e ii) nas possibilidades efectivas quanto à organização do produto turístico regional.

(...) oferta existe, o problema está na sua organização e transformação em produto turístico p'a se conseguir poder promovê-la com, com base sustentável, não é, e depois dizer 'tá aqui um produto pronto p'a ser conduzido junto ao consumidor, [o E. fez um sinal de assentimento] ou aos canais de distribuição [o E. fez um sinal de assentimento], operadores turísticos, agentes, etc., porque é muito difícil, às vezes umas pessoas, e há muito esta tentação, não é... quando às vezes falamos com as regiões de turismo e com o poder local, as autarquias, as câmaras e por aí fora, por aí fora, dizem-nos: «Mas nós temos aqui a festa do não sei o quê!, ou temos aqui fantástico este elemento decorativo ou histórico, e não sei, isto é fantástico, isto é um lugar com um potencial enorme cultural!» É de facto um lugar com um potencial enorme cultural, não é [o E. fez um sinal de assentimento]... pr'atrair turismo cultural, consumidores de turismo cultural, a verdade é que p'a passar desse ícone, ou desse símbolo de... de cultura ou de história ou o que quer que seja p'a um produto turístico que se consiga comercializar ele tem que ter sinalética, ele tem que ter informação, ele tem que ter guias se calhar, ele tem que ter alojamento, ele tem que ter uma série de coisas. (...) Pronto é assim, o papel do ICEP não tem, nós não temos um vínculo, no que nós chamamos a engenharia do produto [o E. fez um sinal de assentimento], p'tanto nós não temos, isso 'tá entregue às forças vivas da economia local, não é, p'tanto estamos a falar em

câmaras, em juntas de turismo, em comissões municipais, em, em regiões de turismo, e... nas próprias empresas que estão envolvidas (...) [*director de promoção do ICEP, 38 anos*]

As representações quanto ao *turismo cultural* parecem-nos relevantes: não há uma categorização prévia, política e administrativa, de *turismo cultural*, o que transparece a própria ausência ou insuficiência das categorizações políticas e administrativas quanto àquilo que constitui o sector, e neste caso o segmento *turismo cultural*. Este último acaba por se rever como conceito que engloba a dimensão material e imaterial – a *matriz cultural* – de um país, região ou concelho. Como anota o representante da Direcção Geral do Turismo (DGT)⁶⁰:

... ainda não está convenientemente precisada, porquê? Porque ainda não existem a nível do turismo cultural produtos devidamente organizados. No turismo cultural cabe quase tudo [!], actualmente [*o E. fez um sinal de assentimento*], actualmente porque ainda não foi feito este trabalho d'organização da oferta, de criação dentro do turismo cultural de subprodutos distintos... (...) passa pela clarificação de conceitos [*o E. fez um sinal de assentimento*]. O ICEP... nos últimos anos e se consultar, ora deixe-me lá ver aquela brochura [*o e. procura a brochura e refere-se a ela*], esta brochura [*o E. fez um sinal de assentimento*], tem o primeiro esforço de sistematização por produtos [*o E. fez um sinal de assentimento*], onde tentou no caso do turismo cultural separar alguns subprodutos, onde tentou definir quais os produtos estratégicos e os d'aposta p'ó turismo português e cruzar isso com as regiões e até com os próprios mercados, portanto é aí nessa publicação que encontra o primeiro esforço nesse sentido, mas em termos da nossa oferta do turismo cultural... ainda não é uma oferta que esteja suficientemente sedimentada para... permitir essa distinção, não [!], ainda é incipiente em determinadas, em, em determinado sentido [*o E. fez um sinal de assentimento*]... ... pronto é de tentar facilitar o desenvolvimento das parcerias que possam levar a que esses produtos criem determinadas raízes. Pronto, no caso da gastronomia por exemplo existia... todo um conjunto de iniciativas que estavam definidas para serem desenvolvidas em conjunto pelos actores regionais, pelos actores centrais... pela parte pública, pela parte privada, o mesmo na parte que tem que ver com o turismo rural, portanto repare há necessidade de avançar sempre desta maneira organizando a oferta, definindo um conjunto de princípios, de recomendações p'à sua

⁶⁰ À data da realização da entrevista, a DGT constituía uma das entidades da Secretaria de Estado do Turismo, esta última inserida no Ministério da Economia e responsável pela execução da política nacional do turismo, e que tinha a seu cargo, como nos referiu o representante da DGT que entrevistámos, a (...) *organização da oferta turística, mas também pela condução de... dos estudos, dos projectos d'investigação, do desenvolvimento de sistemas de informação sobre a procura e a oferta turística. A Direcção Geral do Turismo também é a entidade da Secretaria de Estado que participa nas instâncias internacionais em representação do, do turismo português como é óbvio, devidamente articulada com a Secretaria de Estado do Turismo e... portanto tem este papel importante, se quiser, no planeamento, na organização da oferta turística e na área da investigação. São 2 pilares, digamos assim, da Direcção Geral do Turismo...* [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]. No momento presente, e de acordo com a lei orgânica do Ministério da Economia e da Inovação, publicada no decreto-lei n.º 208/2006 de 27 de Outubro, foi criada uma única entidade pública central que tem a seu cargo promover a valorização e a sustentabilidade da actividade turística nacional: Turismo de Portugal, ip. Para outras informações, consulte-se o site oficial da DGT www.dgturismo.pt.

organização, princípios de comercialização e depois a tal promoção integrada, é isso que tem que acontecer, quer dizer e... passa também muito, nalguns casos e nalguns produtos, pela dificuldade de mobilização dos actores regionais. É porque repare o turismo... faz-se é nas regiões, é nas localidades [o E. fez um sinal de assentimento], não é, e por vezes é difícil sobretudo a nível dalguns municípios de conseguir sensibilizar as pessoas para... se inserirem num, numa determinada lógica, numa determinada prática. Não é que as pessoas por vezes não compreendam, acho que até compreendem, a questão é que depois têm outras prioridades e, e isso vai ficando p'a trás e não, e não, e não há a tal aderência que era necessário solidificar para que os produtos pudessem sedimentar-se mais rapidamente, quer dizer, eu acho que o, o problema que o nosso país tem a nível destes produtos é sobretudo de organização da parte pública e na parte privada [o E. fez um sinal de assentimento]... e a aposta era muito no sentido de com esta questão da contratualização também para cada região começar a criar o, os mecanismos e as sinergias de entendimento p'a se potenciar os produtos dentro de cada região [o E. fez um sinal de assentimento]. [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

Para estes representantes, o *turismo cultural* releva-se enquanto tal desde que esteja associado a uma lógica de partenariado entre diferentes *actores políticos e socioeconómicos e diferentes produtos*, aqueles que, de algum modo, constituem a especificidade regional da oferta turística.

(...) o turismo cultural p'a nós é um... é um tema *umbrella*, é uma missão, não é uma missão é uma visão... percebe, composta por uma série de segmentos que são subprodutos, ou o que quer que seja, falou num deles, o turismo religioso, o turismo, sei lá... [o E. fez um sinal de assentimento], nós agora, há milhares de coisas de turismo arqueológico, o turismo, por aí fora, não é, a enologia, a própria Rota dos Vinhos é turismo cultural [o E. fez um sinal de assentimento], portanto nós estamos a falar dos circuitos de... os circuitos... culturais, manuelino... por aí fora... tudo isso é turismo cultural, portanto p'ra nós o turismo cultural é só uma definição lata, é só um... um *umbrella* [o E. fez um sinal de assentimento], é só um guarda-chuva [o E. fez um sinal de assentimento] de tudo o que são especificidades... nós falamos de turismo cultural só para albergar os grupos todos, os grupo, porque quando nós falamos de turismo cultural, ou quando falamos das motivações que estão cá mais, as Rotas do Manuelino, o turismo do, das Rotas dos Vinhos, ou o que quer que seja, o turismo religioso [o E. fez um sinal de assentimento], portanto o, o, não existe vamos promover o turismo cultural, não [!], tá a perceber [?], [o E. fez um sinal de assentimento] não, é só um... é só um tema, é só um título... (...)... porque o qu'existe é depois um trabalho segmentado, é por aí que deve ser, ou seja não vale a pena nós estarmos a falar por exemplo de turismo religioso ou de turismo... das Rotas dos Vinhos... quer dizer o público-alvo é completamente diferente, a forma de distribuição, de comercialização, de tudo [!], de divulgação, o público-alvo é diferente, p'tanto 'tá dentro do mesmo *umbrella* de turismo cultural, mas são 2 termos completamente à parte. Um turista que vem... fazer turismo religioso que vai a Fátima, ou... o turismo religioso é Fátima, o turismo de peregrinação vai a Fátima, pode ser por coincidência o mesmo que... que venha fazer as rotas dos vinhos, mas... não é... Ou em princípio não mesmo [!] p'tanto o turismo cultural, ou o rótulo do turismo cultural é só um agrupamento, é o nome do agrupamento p'a nós [o E. fez um sinal de assentimento], funciona como tal... [director de promoção do ICEP, 38 anos]

Tal como Portugal, do ponto de vista turístico, exige a especialização da oferta para assegurar a competitividade nos mercados internacionais, à escala local e regional faz sentido pensar-se numa oferta padronizada e articulada, para além das assimetrias políticas e económico-sociais, e que complementa, na reciprocidade possível, a oferta cultural da própria região mais global. E atendendo às potencialidades das cidades da Região Norte, e da própria cidade do Porto, os representantes políticos e técnicos aqui presentes consideram que a organização de grandes eventos – como a Capital Europeia da Cultura – não capitalizou o *efeito bola de neve* desejável e necessário. Como refere o interlocutor do ICEP, e mais uma vez acentuando-se nos discursos dos actores as possibilidades da oferta turística da Região Norte, polarizadas a partir da cidade do Porto:

(...) é assim, primeiro, todos, todos os eventos e os grandes eventos são fundamentais de se terem, terem cá. Eu acho que o Porto andou um pouco adormecido nisso... a Capital da Cultura, a Capital da Cultura foi uma excepção e ainda bem que aconteceu e ainda bem [!] que aconteceu no Porto, até devia ter começado pelo Porto... porque o Porto tem muito mais cultura do que tem Lisboa, não é... p'tanto é... bom por todas as razões e mais alguma, agora não interessa, mas é o que acontece, mas... eu acho é que... eu não sei... não sei se correu, não sou a pessoa indicada p'a responder a isto, se correu conforme estava esperado que acontecesse, pronto, dito isto não vou dizer mais sobre a Capital Europeia da Cultura [o E. fez um sinal de assentimento], porque até não sei, eu acho é que não teve o impacto [!] que devia ter, se calhar ficaram lá as infra-estruturas agora p'a se criar o efeito bola de neve, espero que sim, sinceramente, porque merece, o esforço foi grande, agora dito isto, eu acho que por exemplo continuam a acontecer poucos eventos âncora percebe, no Norte, (...) ou seja o que é que se passa no Porto ou no Norte?... Não sei, não é... há que haver aqui um esforço de capitalização e de tentar trazer grandes eventos p'a quando o, o, o, a, a, a, a capital do norte se... se posicione como um destino de grandes eventos e preparado p'ra tal, primeiro. Segundo, o Porto tem um aeroporto... internacional [o E. fez um sinal de assentimento], só há 3 no Continente... certo [?] [o E. fez um sinal de assentimento], isto é uma mais valia inacreditável [!], p'tanto há um papel aqui muito grande a fazer também de rotas, de saber quais são os aviões que voam, de que países é que voam e porque é que não voam mais [!].... porque assim sem aviões não chegam turistas, tirando os de ali de Espanha ninguém vem de... da Holanda ou da Alemanha, ou da Irlanda, ou não sei donde, de carro até ao Porto, ou ao norte ou o que quer que seja, não é, p'tanto vêm de avião, 'tá aí uma plataforma fundamental de desenvolvimento do aeroporto... terceiro quando você fala de... o Porto é a segunda cidade do país, não é bem verdade, porque em termos turísticos as definições não são bem essas, o maior ou o mais pequeno isso não tem, não tem significado, tem significado é... há hotéis? Há hotéis de 5 estrelas suficientes? Há hotéis de 4 estrelas suficientes? Há oferta? Há produtos... de consumo... turísticos? E isso é que é preciso saber, percebe? [o E. fez um sinal de assentimento] Porque você não precisa de ter 2 milhões de habitantes lá ou 1 milhão de habitantes como tem o Porto, não é, quer dizer é a segunda maior cidade, não [!], se calhar o Estoril tem mais camas, mais hotéis e mais oferta e mais produto turístico p'a oferecer do que se calhar o Porto [o E. fez um sinal de assentimento]... (...) tudo isto são pequenas somas que o Porto tem que pensar p'a se

posicionar em termos turísticos... o que é que vai fazer, o Porto tem coisas fantásticas, o Porto é a porta de entrada p'a um Douro... o Porto é um... o Porto devia ser o aeroporto do Porto devia servir toda a área norte da Península Ibérica e hoje em dia... não é, o Porto (...) 'ta a ver, 'ta a ver o que é que o Porto precisa [*o E. fez um sinal de assentimento*], não precisa de micro espaços e de micro coisinhas, a menos que se queira posicionar como micro e quando eu digo micro, não digo de pequenino, pequenino destino, não [!] digo, não é de grandes fluxos, nem de grande dimensão como Bilbao hoje em dia já é, não é, mas como o destino de especialistas, especialistas em... em, em sei lá, em Enologia, especialistas em, em gravuras rupestres e essas coisas, especialista em, não sei quê, e pronto e então posiciona-se como um destino de especialização, não é de especialistas de motivações muito coisa específica, agora nunca vai ter o volume, e nunca há-de ter... não é, a preponderância, só a soma de muitos destas coisinhas pequeninas, não é, é que pode dar o tal volume que, que interessa ao desenvolvimento, portanto isto tudo tem que ser pensado, o desenvolvimento do Norte como, principalmente do Porto, como plataforma de oferta turística p'a uma região [*o E. fez um sinal de assentimento*]... [*director de promoção do ICEP, 38 anos*]

As potencialidades turísticas dos concelhos são, desta forma, perspectivadas pelos actores locais e regionais que entrevistámos a propósito do desenvolvimento local e da própria projecção interna e externa das regiões e, diríamos nós, das cidades que delas fazem parte. Os representantes dos organismos da administração central ligados ao turismo ressaltam, na mesma ordem de representações dos eleitos locais, definições específicas quanto aos segmentos possíveis da oferta turística a nível nacional e a nível regional e local. Desde o carácter global e transversal do fenómeno social do turismo – associado a outros sectores económico-sociais e ambientais, por exemplo – até ao protagonismo político, porque também económico, do próprio turismo à escala global e local das sociedades actuais, os fenómenos da oferta e da procura turísticas são projectados pelos interlocutores como vectores estruturantes do próprio desenvolvimento.

(...) como sabe o turismo é uma actividade que não é fechada sobre si própria, como sabe é uma actividade com características transversais porque tem muito que ver com outras, estou-me a lembrar do ambiente, do ordenamento do território, da cultura, do desporto, dos transportes, enfim, tem a ver com quase tudo de maneira que há necessidade d'articular políticas de maneira que os aspectos que têm a ver com o turismo possam ser... tidos em linha de conta na formatação das políticas das empresas dos transportes, dos consumidores, do ordenamento do território e por aí fora (...) Escusado será dizer que... no momento actual o turismo também vive a nível internacional o chamado fenómeno da globalização, há uma concorrência internacional acrescida... muito forte e o turismo português... também sofre os efeitos dessa situação, a tendência para a concentração... das empresas a nível internacional de grupos mais fortes existe, e também tem efeitos no turismo português, portanto há toda uma, um cenário de concorrência acrescida a nível internacional... neste momento o turismo ainda vive a nível internacional alguma instabilidade... que derivaram em primeiro lugar dos atentados de 11 de Setembro em

Nova Iorque e depois foi a, a questão da guerra no Iraque e depois foi a chamada pneumonia atípica, mas mais do que isso, mais do que esses aspectos no caso português teve muito influência a... situação desfavorável do crescimento de algumas economias. Logo foi aí na conjuntura económica desfavorável que... se baseou... pronto esta situação actual em que o turismo não está a viver um momento muito fulgurante, de grande crescimento. Tem que ver com isso, mas os estudos feitos, tudo indica que quer ao nível internacional, quer ao nível nacional, que depois d'ultrapassada esta conjuntura o turismo tem possibilidade de retomar as taxas de crescimento fortes que tinha. Mas portanto, isto p'á lhe dizer que estando a concorrência internacional forte, Portugal para se impor como destino de qualidade tem que apostar sobretudo no aumento da capacidade competitiva nos principais destinos turísticos, e é nesse sentido uma das linhas definidas para... a actuação da política de turismo no nosso país. Apostar na nossa ofertam criar condições... vantajosas para a captação do investimento no nosso país, quer p'ó sector do turismo quer nacional, quer internacional (...) [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

Mas para além de criar condições jurídicas e medidas de actuação que facilitem os investimentos turísticos no território nacional, que, do ponto de vista do plano de desenvolvimento do turismo previsto para o país, são necessários, pretende-se desenvolver os produtos turísticos já institucionalizados, alargando a sua *qualificação*, e tipificar novos destinos e produtos de turismo para grupos sociais segmentados, segundo os nossos interlocutores, provenientes de estratos com níveis socioeconómicos elevados. Integrando as potencialidades das regiões, e acordando intervenções que se enquadrem no *respeito pelos princípios do desenvolvimento sustentável*, como referem, o investimento político à escala macro é o de potenciar a diversidade, a qualidade e o alargamento dos produtos e dos consumidores de turismo.

Portanto esta linha é clara... paralelamente a esta aposta os destinos turísticos já fortes através da sua consolidação, da sua qualificação há também o objectivo de desenvolver novos produtos e novos destinos, neste sentido passa necessariamente pela... dotação progressiva de massa crítica e de organização como produtos a determinadas áreas onde o nosso turismo pode vir buscar de facto vantagens comparativas, que é o caso do golfe, é o caso do turismo de congressos e incentivos, é o caso do turismo rural, é o caso do turismo cultural e do turismo desportivo. Foram identificados estes qu'eu lhe acabei de referir no tal Plano de Desenvolvimento Turístico como sendo de facto produtos de eleve [*hesitação*], de elevado potencial de crescimento nos quais o nosso país deveria apostar, porque normalmente tem associados turistas... dum estrato socioeconómico bom, e como tal... deveria partir e ser de facto uma aposta forte, mas tendo sempre presente que o turismo p'á se desenvolver no nosso país que tem uma capacidade... de di [*hesitação*], uma dimensão geográfica reduzida, tudo terá que acontecer respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável, os limiares que têm que ver com os recur [*hesitação*], a utilização dos recursos naturais e dos recursos... do património cultural têm que ter, têm que estar sempre...

debaixo d'observação de maneira que [o E. fez um sinal de assentimento] não se ultrapassem as capacidades de carga [o E. fez um sinal de assentimento] que são desejáveis nos vários sentidos. Portanto há este propósito de requalificar, há o propósito de diversificar para se poderem chegar a mais mercados... Portugal tem a sua procura relativamente concentrada num núcleo restrito de mercados, depende muito de, dos espanhóis... mais dalgumas, de a seguir do Reino Unido, da Alemanha, são 2 mercados muito importantes que têm muita influência sobretudo nalgumas zonas do nosso país, no Algarve, na Madeira... e são os mercados principais a nível da hotelaria, depois existem outros mercados como a França, como a Holanda, como a Itália que são mercados dalguma proximidade e que... também são altamente importantes, portanto a nossa estrutura está baseada nesses mercados e o objectivo é tentar... diversificar mais um pouco e quando eu falo em diversificar muitas vezes... entende-se diversificar trocar uns países por outros, não, não, não é bem assim, quer dizer, nós podemos diversificar a procura continuando a apostar em mercados, o qu' é que dentro desses mercados então é que terá de haver uma renovação dos turistas que vêm p'ó nosso país (...) [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

E, de alguma forma, tal paralelo se faz relativamente à Região Norte e aos concelhos que a compõem. Quando aborda as potencialidades desta região, o interlocutor da DGT enuncia que as virtualidades turísticas do país são a diversidade de elementos que constam das regiões portuguesas que, quando tratadas política e socialmente, podem definir produtos turísticos adequados e atractivos. E perspectiva-as nas suas possibilidades de projecção nacional e internacional, interna e externa. As virtualidades económicas e sociais, potenciando sinergias para o país e para as regiões, e a capacidade que os actores económicos e turísticos nacionais têm demonstrado para desenvolver uma oferta peculiar – por exemplo, o *turismo cultural* – são reveladoras dos modos de perspectivar o turismo como um dos sectores mais rentáveis e prospectivos da economia portuguesa. Um elemento significativo da própria Região Norte é a diversidade e a riqueza dos recursos existentes, e nesse painel pode situar-se o próprio conjunto dos concelhos da AMP; porém, por outro lado, a dispersão dos recursos turísticos existentes que, se nuns casos facilita e propicia práticas de *turismo itinerante*, como destaca, noutros dificulta a concentração da oferta e das práticas de consumo turístico. O que, de alguma maneira exige, e justifica, os esforços de complementaridade entre as próprias regiões e, perspectivando-as à luz do nosso objecto, das próprias cidades que as projectam, interna e externamente. De igual modo, considera o nosso

interlocutor que a Região Norte constitui-se como um dos *destinos emergentes* que pode desenvolver produtos, clientelas e práticas de consumo peculiares. E a marca *Porto e Norte de Portugal* apresenta-se como potencial produto regional nos próximos anos, na sequência dos princípios e medidas políticas do poder central – a contratualização com organismos privados para a organização dos produtos turísticos regionais – e do trabalho de avaliação, concepção e implementação já encetado pela ADETURN⁶¹, actor regional que, no âmbito desta pesquisa, igualmente entrevistámos.

Portugal deve tirar vantagem do facto de ser um país... com alguma variedade da sua oferta turística, apesar de ser um país pequeno como já há pouco lhe disse, tem um conjunto de recursos turísticos que são variáveis consoante as diferentes zonas do país... olhando para os nossos recursos turísticos verifica-se que o norte do país tem determinado tipo de recursos que o distinguem que o diferenciam do centro, que o diferenciam da zona de Lisboa de Vale do Tejo, que o diferenciam do Algarve, do Alentejo e da, das 2 Regiões Autónomas [o E. fez um sinal de assentimento] Portugal tem que saber explorar esta variedade de recursos que tem, e tem que apostar em cada zona e em cada região naqueles produtos genuínos [!] dessa zona, quer dizer não pode é por vezes pensar que agora a moda é

⁶¹ A ADETURN foi criada a 18 de Dezembro de 1992 com o fim de promover o desenvolvimento do turismo na Região do Norte. Numa primeira fase de afirmação institucional, entre 1992 e 1998, começou por ser uma associação de desenvolvimento regional. A partir de 1998, e com a aprovação da marca internacional *Porto e Norte de Portugal*, deu-se início ao processo de promoção turística desta marca junto dos actores económicos do sector privado, dos actores políticos e turísticos nacionais, e dos operadores turísticos internacionais. Como refere a coordenadora da ADETURN: (...) *s'olharmos p'ra trás identificamos nitidamente este, estes tipos, não é, estas fases... mas acho que isto tem a ver também com a afirmação duma instituição e com a sua maturação, p'tanto no princípio era uma afirmação da própria instituição, e portanto o cunho institucional era importante, nós não podíamos começar... repara que nós fomos uma, uma instituição inovadora a nível nacional, não havia nada como a ADETURN, agora já começa a haver a ATL em Lisboa, que foi mais recente, e... e no Algarve 'tá-se a criar uma associação de... públicos e privados também p'á área da promoção. Mas nós... fomos os primeiros a aparecer e portanto uma entidade que reunia públicos e privados numa região, numa altura em que a regionalização não era uma... uma coisa muito... uma noção muito cor [hesitação] corrente... teve que s'afirmar, teve alguma dificuldade d'affirmação e portanto esse cunho institucional foi importante p'a nós sermos parceiros nalgumas, nalguns fóruns que agora somos, quer dizer somos parceiros do Secretário de Estado, somos parceiros da Direcção Geral de Turismo, mas antes era uma figura estranha, portanto... eu acho que foi necessário ter este cunho institucional para conseguirmos ter a nossa posição no sector... adquirida essa posição... há que... ter uma estratégia de, d'actuação, não é, e pronto essa estratégia foi... conseguida com a marca e não sei quê, e neste momento é, eu acho que é uma fase de concretização, quer dizer já definimos, ao nível institucional, já definimos aquilo que queremos ser, aquilo que podemos fazer, onde é que nos podemos posicionar, então vamos trabalhar [o E. fez um sinal de assentimento]... não é, e vamos trabalhar com... naquilo que é o... no fundo nos nossos objectivos que é o desenvolvimento do turismo e em última instância o desenvolvimento do turismo tem a ver com os agentes económicos e com a actividade económica, não é, portanto neste momento de maturação da instituição nós estamos... numa fase de desenvolvimento do sector [o E. fez um sinal de assentimento]... [coordenadora da ADETURN, 35 anos]. Para outras informações, veja-se o site oficial da associação www.visitportoenorte.com.*

determinado produto e em todas as regiões vamos ter esse produto mesmo que não existam... factores produtivos nessas regiões p'ra termos esse produto. Não! A aposta tem que ser feita em cada região consoante os recursos básicos que cada região tem, é assim que se desenvolve a oferta turística de qualquer país, ou de qualquer região, primeiro há que ver os recursos existentes, os recursos primários e a partir daí os equipamentos turísticos, toda a oferta secundária é instalada em função dos recursos primários existentes. Como tal... repare... no nosso país há 3 destinos... que sobressaem nitidamente, que é a grande, que absorve a grande maioria do turismo em Portugal e não lhe dou novidade nenhuma que é o Algarve, o... Lisboa e Madeira, essas regiões têm um ritmo de crescimento próprio, mas é perfeitamente compatível, no mesmo território ter essas, esses destinos fortes, com os chamados destinos emergentes onde se podem desenvolver novos produtos até eventualmente destinados a novas clientelas. É lógico que obviamente quando falamos no norte do país, estamos a identificar uma região que sob o ponto de vista de potencialidades, de diversidade da sua oferta, constitui segundo a minha opinião pessoal [*o E. fez um sinal de assentimento*] a... a zona do país de maior riqueza. Naturalmente o problema do norte do país é que... os recursos que existem, sobretudo o património natural e cultural... estão espalhados por uma área grande, por toda a NUT norte, estão disseminados, não concentrados, tirando o caso do Porto e não concentrados naquela, naquela localidade o que... convida por um lado a práticas do chamado turismo itinerante, o que tem essa vantagem, mas também por vezes tem alguma desvantagem que passa sobretudo na maior dificuldade na montagem dos produtos turísticos, porque é mais fácil montar um produto turístico quando está perfeitamente localizado, agora quando é um produto turístico que naturalmente passa pelo desenvolvimento em várias localidades que se complementam, não é, já às vezes é mais difícil pôr isso em prática [!], portanto eu penso que o problema do norte do país é esta heterogeneidade de recursos que existe, muito dispersos pelo seu território que no plano de organização da oferta para fins comerciais encontra mais dificuldade do que o Algarve, por exemplo, 'tá a oferta toda concentrada, a oferta toda da mesma tipologia, virada para o turismo balnear, é muito mais fácil os operadores agarrarem nisso e vender, pronto, não sei se percebe a ideia [*o E. fez um sinal de assentimento*] que eu lhe 'tou a tentar transmitir [*o E. fez um sinal de assentimento*], de maneira que... Portugal tem essa grande vantagem [!] de poder ter turistas... para os vários destinos e a óptica que deve prevalecer segundo o meu ponto de vista não é de competição entre as várias zonas do país, mas sim da sua complementaridade, e à medida que se consiga trabalhar neste sentido penso que o país ganhará. Em termos do Plano de Desenvolvimento do Turismo uma das acções que está prevista e que tenho, que lhe devo falar tem que ver com uma inovação feita... em matéria de promoção turística que passa pela contratualização com entidades... privadas de... programas de com [*hesitação*], de, de promoção tendo por base as grandes áreas NUT, portanto aqui... ao se concretizar este objectivo penso que existirão condições para que necessariamente a oferta turística dessas zonas se apresente dum modo mais integrado de maneira a que possa ser promovida mais facilmente. Acho que se resultar de facto este objectivo da contratualização por grandes áreas no nosso país penso que no norte do país... o norte do país poderá ser uma das regiões que lucra mais com, com essa, com essa situação [*o E. fez um sinal de assentimento*]. Com certeza que no norte do país já teve conhecimento, ou já teve algum contacto com a... com a ADETURN. Pronto a ADETURN tem estudos feitos sobre o norte do país que eu penso que são importantes porque lhe dão a perspectiva dos principais produtos a apostar, dos principais mercados, das principais limitações e dificuldades, portanto aí, para efeitos do detalhe regional [*o E. fez um sinal de assentimento*] o que existe... e o que é tido em linha de conta mesmo na, nas orientações institucionais foram esses trabalhos produzidos pela ADETURN [*o E. fez um sinal de assentimento*]. [*ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos*]

Quando tipificamos as modalidades de turismo possíveis, mais uma vez nos confrontamos com as representações políticas dos eleitos locais e com as proximidades de leituras entre o painel de actores aqui presente. Não apenas por ser idêntica a terminologia adoptada, mas também pela diversidade das modalidades de turismo que são regionalmente possíveis. Num primeiro momento, e se pensarmos que os *concelhos da orla litoral* da AMP também o projectam, faz-se a referência ao *turismo balnear*, associado a outras formas de turismo que o tornem sustentável para além dos limites da sazonalidade⁶². E, num segundo, ao *turismo cultural*, que surge como um elemento fulcral na oferta que dadas regiões, e porque não cidades, têm ou, pelo menos, aspiram a ter.

(...) mas não penso que seja no caso português que os níveis de sazonalidade sejam... de tal modo elevados que prejudiquem... as estratégias turísticas p'a determinada região. Não! Cada região tem que saber conviver com essa sazonalidade, tem que tentar na época alta dar aos turistas boas alternativas em termos de animação turística, d'ocupação dos seus tempos livres, p'a manter essa época alta preenchida, e depois deve tentar na época média e na época baixa ter capacidade de atrair novos turistas através de novos programas e de novos produtos, agora... se me perguntar qual é a minha opinião pessoal, eu acho que esse reequilíbrio da distribuição anual dos fluxos não se deve produzir por menos turistas na época alta, deve-se produzir... deve-se tentar manter o nível da época alta, quando muito aumentar um bocadinho, agora a época média e a época baixa têm que aumentar bastante mais [o E. fez um sinal de assentimento] (...) No caso do turismo cultural a situação é a mesma, uma determinada zona pode ter recursos culturais altamente valiosos em termos

⁶² Entre os representantes dos organismos da administração central e os actores sociais que desenvolvem actividade na área do turismo, e de acordo com as situações de entrevista que vivenciámos, a sazonalidade do fenómeno é uma característica intrínseca e necessária. O que de alguma forma se procura atenuar é a incidência dessa sazonalidade. E uma das formas é a de potenciar na região, e porque não na cidade, diversidade de oferta, associada às componentes da animação cultural e desportiva e, de uma forma geral, dos lazeres. Como refere: *O turismo português tem sazonalidade... mas tem uma sazonalidade que tem vindo a diminuir nos últimos anos* [o E. fez um sinal de assentimento]... e comparativamente a outros países receptores da Europa do Sul a sazonalidade não é superior. *A sazonalidade no turismo existe sempre, nunca se consegue inverter, a sazonalidade consegue-se quando muito atenuar.* (...) *no caso do nosso país a sazonalidade existe, acho que devemos ter sempre presente o esforço de... atenuar, mas temos que ter presente que teremos sempre mais turistas numa determinada época do que, do que, do que no outra, do que no outra* [o E. fez um sinal de assentimento], *não é, e mesmo no caso do norte do país... que não está tão dependente do turismo balnear onde aí o efeito da... climatérico é muito forte, eu também penso que há alguma sazonalidade, e isto, repare tem muito que ver, tem muito que ver com... a disponibilidade das pessoas p'a viajar e p'a terem férias.* (...) *todo o... todo o mecanismo que existe a nível da marcação do ano escolar aponta p'a isso, de modo que vamos ter sempre sazonalidade e acho que tem que ser feito um esforço com esta aposta nos novos produtos para se tentar atenuar essa sazonalidade* (...) [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]. Os relatórios que consultámos e analisámos, elaborados pela DGT, pelo ICEP e pela CTP, traduzem a preocupação com a sazonalidade do turismo português, a competitividade especializada e segmentada nos mercados internacionais e a valorização de modalidades alternativas ao *turismo balnear*, como a do *turismo cultural*.

do seu património, agora tem que haver toda uma organização, uma organização que faça a planificação do uso daquele património, que crie o acolhimento que os turistas necessitam, as facilidades que os turistas necessitam, que faça a promoção, tudo isso tem que ser feito duma maneira conjunta e só quando se consegue de facto pôr todos... os intervenientes no processo turístico a, a funcionar no mesmo sentido é que, é que se consegue [o E. fez um sinal de assentimento] [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos].

Algumas das dificuldades destes processos na Região Norte, e de um modo geral, no país, passam pela fragmentação empresarial do sector do turismo – de pequenas e médias empresas (com flexibilidade suficiente para assegurar competitividade no mercado, porém com dificuldades de sustentabilidade financeira pelas dificuldades de acesso ao crédito) – e pela mobilização dos actores económicos e dos actores turísticos do sector privado. A formação dos recursos humanos afectos ao sector, com a valorização profissional e técnica, e a manutenção de padrões de qualidade e de planeamento integrado das formas de turismo – seja um *turismo de massas*, seja um turismo socialmente segmentado – são outras exigências para tornar este sector mais rentável, operacional e articulado com o desenvolvimento global e local.

Repare que o turismo... é um sector... em, em que a qualidade é importantíssima, até p'a defender... as bases é essencial para que se construam bases duradouras a sustentabilidade de um destino é a qualidade, e essa qualidade consegue-se... através do papel dos vários agentes, não é, e os agentes empresariais também têm que ter aí um papel importante... têm que no seu dia-a-dia das empresas introduzir um conjunto de, de práticas que apontem nesse sentido, e é capaz ainda de não haver no nosso país a tal massa crítica... rela [hesitação] com sensibilidade para... essas questões, é um trabalho, é um trabalho progressivo. Por outro lado o Estado também tem um papel importante porque o Estado... se à iniciativa privada deve ficar reservado o lugar de dinamizar os projectos, o Estado também tem um papel muito importante, não é, porque é quem faz as estradas, quem é que faz os aeroportos, quem é que protege os recursos naturais, o Estado tem papel import [hesitação]... importantíssimo, e desta articulação entre o Estado e os privados e é recorrente, pode ver aqui no discurso do, do Plano de Desenvolvimento de Turismo, sempre a aposta no incremento das parcerias públicas e privadas já há esse reconhecimento da necessidade de se trabalhar em conjunto p'ò mesmo objectivo [o E. fez um sinal de assentimento], agora no nosso país talvez ainda não estejamos é num estádio onde os projectos se concretizem em termos dessa parceria com a fluidez que era necessária, também é uma, um, uma situação relativamente nova no nosso país, só há anos a esta parte é que este discurso da parceria, da complementaridade da acção entre o Estado e o empresário vem ganhando algum, alguma compreensão e, e alguma dinamização porque no passado enfim os empresários entendiam que tinham que se preocupar com a unidade e o Estado fazia tudo, o Estado é que tinha que... pensar qual era a promoção... enfim e o, e o, e o agente depois vai ter um papel mais passivo não é, hoje já se entende que tem que

haver a tal parceria e sabe e sem a tal parceria não se consegue ir a lado absolutamente nenhum, portanto acho que as coisas nesse sentido há um reconhecimento político, quer por parte do Estado, quer por parte das estruturas associativas dos privados, da necessidade de se trabalhar em, em, em parceria...(…) [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

Claro que o desenvolvimento regional e local é visto por estes interlocutores como atravessado pelo vector económico e social do turismo. No caso da Região Norte, continua a ser uma região que, apesar das potencialidades turísticas, não tem ainda produtos concebidos e organizados, não tem a profissionalização do sector, e apresenta uma fragmentação dos eleitos do poder local, dos agentes económicos e dos agentes turísticos. Reitera-se, de novo, que as potencialidades turísticas da região passam pelos vectores previstos pela política turística nacional: antes de mais, pelo *turismo cultural* e pelo *turismo de negócios*, o que de alguma maneira vai de encontro às próprias aspirações políticas dos eleitos locais que entrevistámos.

De caretas, quer dizer, o turismo cultural no sentido lato [o E. fez um sinal de assentimento], o tal umbrellia [o E. fez um sinal de assentimento] é de caras [!] o... a motivação chave p'ro desenvolvimento do, do, do norte do país, em termos turísticos, não tenho a menor das dúvidas [o E. fez um sinal de assentimento], p'tanto não vamos falar de sol e praia, porque são estas 3, estas 4 motivações, o turismo activo algum... algum... golfe não é certamente... não existe, existem 2 ou 3 campos de golfe, 2 deles privados, p'tanto não vamos falar em golfe... portanto nem pode competir com o Algarve, nem com Lisboa hoje em dia... p'tanto... p'tanto activo pouco, vamos falar de parapente, vamos falar de... das canoas, isso é coisas pequenas, não é, pronto... passeios a pé 'tá pouco organizado também, p'tanto 'tamos a falar, isto não quer dizer que não haja potencial [!], o potencial 'tá lá todo, agora o que não há é o ti [hesitação], o que não há não há [!], portanto activo pouco... turismo de lazer algum, pouco, sol e praia ali em cima, a água é fria [o E. fez um sinal de assentimento], os balneários estão um bocado ultrapassados, aquela parte toda de... da Póvoa... (...) Vila do Conde, quer dizer, isto é mais p'ò mercado interno, na zona habitacional, quer dizer as suas residências de Verão, do que propriamente estrangeiros que venham de... d'Inglaterra ou o que quer que seja, pode haver, mas é pouco. Turismo de negócios, p'tanto quando eu digo turismo de negócios digo grandes congressos [o E. fez um sinal de assentimento], reuniões de homens de negócio, incentivos d'empresas, acho que sim, tem potencial, tem potencial. O norte é uma zona industrial, é uma zona de bons profissionais, é uma zona de oferta industrial [!] e portanto e, e, e hotelaria de qualidade, alguma já, tem... lugares p'a fazer essas coisas, o centro de congressos, por aí fora, a Exponor, p'tanto tem condições p'a desenvolver essas coisas, tem trânsito caótico como as outras têm, isso Lisboa também tem... p'tanto... tem potencial de desenvolvimento, é um segmento só, não é, e depois o turismo cultural no sentido lato tem todo... porque é onde nasceu Portugal, é onde está concentrada a maior herança histórica portuguesa certamente... é onde estão as grandes rotas de tudo o que você quiser [o E. fez um sinal de assentimento] [sorrisos], não é, desde arte até... até, bom, etc., tem belíssimos museus [o E. fez um sinal de assentimento], não é, tem... nós já 'tivemos a falar dos vinhos, 'tivemos a falar de também de religião, 'tive [hesitação] quer dizer não tenho a menor das dúvidas que é o local [o E. fez um sinal de assentimento],

que é a zona do país por excelência de turismo cultural [o E. fez um sinal de assentimento]. Agora p'tanto em termo de... se eu quiser, se você disser se vamos posicionar o norte, eu posicionava-o como o grande destino de cultural do país [o E. fez um sinal de assentimento]. Agora têm que caminhar e organizar os turistas... [director de promoção do ICEP, 38 anos]

A articulação entre turismo e cultura, a nível local e regional, coloca-se, e quando confrontada com as representações discursivas dos actores locais e regionais ligados à cultura e ao turismo, como um vector necessário ao desenvolvimento. A litoralização económica do território nacional não tem o mesmo equivalente do ponto de vista cultural se se atender a um conjunto de factores e de dinâmicas concelhias que poderão atenuar, e de algum modo, contrariar esse efeito económico da litoralização. E, segundo o representante da DRCN⁶³, há em determinados concelhos da Região Norte equipamentos e actividades culturais, e eleitos locais com sensibilidade política para a área da cultura, que adquirem uma relativa centralidade pela oferta cultural interna, e que não se posicionam necessariamente em *concelhos da orla litoral*.

⁶³ A DRCN, desde 1994 e até à data da entrevista com sede em Vila Real, como resultado de uma iniciativa de descentralização territorial e institucional do organismo, tem como função representar o MC na Região Norte e articular as medidas centrais na área da cultura com as medidas implementadas a nível regional. Pretende-se, por um lado, accionar a descentralização cultural, e, por outro, apoiar os organismos locais e regionais na criação e na divulgação/difusão das formas de cultura popular. Como nos refere o entrevistado, *nós hoje estamos ligados directamente ao Gabinete do Senhor Ministro da Cultura... esta, este aspecto de articular portanto a acção do Ministério da Cultura da... na, nas re [hesitação], nas diversas regiões, portanto é hoje um dos aspectos principais que o Senhor Ministro da Cultura pretende que sejam as Delegações Regionais. De tal maneira que na... tomad [hesitação], na nossa tomada de posse ele quis juntar... portanto todos os Directores Gerais... todos os, os organismos centrais do Ministério... da Cultura e... portanto referiu precisamente esta necessidade d'articulação de toda a actividade da... do Ministério da Cultura a nível das Delegações Regionais. Pr'além disso as Delegações Regionais ainda têm um papel fundamental sobretudo... na divulgação da cultura... da cultura... mais... não profissional... portanto a cultura amadora... e portanto o nosso objectivo sobretudo de financiamento dirige-se sobretudo a esse aspecto quer dizer, o teatro amador, às bandas filarmónicas... um pouco também aos ran [hesitação], aos ranchos folclóricos... e, e portanto e apoio a todas as... os... organismos, ou as instituições ou grupos que se dediquem à difusão... da cultura... Falando um pouco na, naquilo que me também me pediu, que era ligado à... à, à vinda da Delegação Regional da Cultura do Norte para Vila Real, portanto isto foi uma medida do... Doutor Pedro Santana, Santana Lopes quando era Secretário de Estado da... Cultura, qu'entendeu que... o Porto já tinha... e [hesitação], e [hesitação] estruturas... suficientemente fortes... para poder funcionar sem haver uma Delegação Regional... portanto ali no... no Porto... e por isso mesmo trouxe-a para Vila Real portanto ela mantém-se, penso que o actual Ministro também... portanto tem todo o interesse em que ela continue cá, e isto permitiu à Delegação Regional da Cultura... ter uma preocupação maior com... a descentralização e com... o apoio... a organismos e a concelhos em que efectivamente a cultura estava muito mais... longínqua e com, e com... portanto menos desenvolvida.* [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]. Para outras informações, veja-se o site oficial da DRCN www.culturanorte.pt.

Não tão acentuada como a, a parte... económica [o E. fez um sinal de assentimento] e... portanto isto é... as preocupações culturais... não são tão evidentes... e pronto isso, pode-se... pode-se... provar que nós temos alguns concelhos que efectivamente se preocupam muito com isso outros nem tanto, e isso tem a ver não, não tanto com o desenvol [hesitação], desenvolvimento económico porque a cultura não está obrigatoriamente ligada ao desenvolvimento económico... portanto nós podemos ter determinadas... determinados concelhos com um desenvolvimento económico muito mais elevado mas que muitas vezes as preocupações culturais estão muito aquém daqueles que, não sendo tão... elevados no aspecto económico, mas por outro lado são concelhos ou porque... tem determinados grupos, ou porque há sensibilidade da parte do, dos autarcas, ou porque têm... outra coisa que é fundamental que são infraestruturas onde se podem desenvolver os actos culturais, que permitem que esses concelhos tenham uma dinâmica cultural... muito superior a outros que... podem estar no litoral, podem estar desenvolvidos economicamente mas podem não ter tanto essa preocupação [o E. fez um sinal de assentimento]. [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]

Por outro lado, e de maneira a articular o desenvolvimento sustentável dos concelhos e das cidades a ele associadas, adquire relevância discursiva a articulação entre uma rede de equipamentos culturais e desportivos locais e regionais, de carácter multiuso, de forma a potenciar i) a polivalência dos espaços, a oferta cultural local e regional, e a formação paulatina e sustentada dos públicos; e ii) o investimento político e social no *turismo cultural*, cujas sinergias existem e podem ser rentabilizadas na sustentabilidade económica e sócio-cultural da Região Norte na sua globalidade.

(...) e, e portanto e se a, a, portanto começarmos a, a ver que hoje cada vez mais o turismo cultural é um turismo que, que está em crescimento e que é o, o turismo cultural é aquele que deixa mais dinheiro muito mais do que o turismo sol e praia... o... nós e sobretudo naquelas regiões onde não existe indústrias, nem existe grande actividade económica, pr'além do, do sector primário, a cul [hesitação], a cultura começa a ser um dos elementos que pode de alguma maneira atrair visitantes e, e atraindo visitantes pode deixar uma mais valia importante na, na própria região. Por isso mesmo, hoje... portanto há muitos municípios a preocupar-se que querem ter museus, há... portanto um interesse muito grande na recolha de... do folclore, na recolha de, de ditos [!], provérbios populares, de alfaías agrícolas, etc., etc., mas pr'além disso e, portanto alargando um pouco o conceito da cultura também começa outra coisa a estar na moda que é por exemplo a, aquilo que nós chamamos as feiras gastronómicas, que tem sempre uma componente cultural muitíssimo grande [!] e portanto e nós pr'além das Festas do Fumeiro aqui no... portanto no Nordeste... temos, portanto também determinadas coisas ligadas a... a comer e portanto e sabores... desde o Alto Minho com a Lampreia e o Sarrabulho de Ponte de Lima, temos o Fumeiro cá em cima, temos... zonas que procuram aproveitar determinadas romarias para portanto promoverem portanto também a cultura, e o turismo e, e disso fazer por assim dizer uma, uma actividade de mais valia... O exemplo que nós também gostaríamos que se concretizasse que era do Museu do Douro... portanto e o Museu do Douro, por assim dizer como, como imagem, porque depois aliado ao Museu do Douro nós podemos colocar toda a... a parte monumental de... Lamego e Tarouca, podemos pôr o Palácio de Mateus...

aqui... em Vila, Vila Real, podemos colocar lá em cima o... a arte rupestre de, de Foz Côa e portanto e isto é... (...)... portanto esta, estas sinergias todas podem ser criadas e... portanto... hoje, portanto este turismo aliado depois às quintas do Douro, a, a... ou aos Solares de... do Vale do Lima e outros sítios podem ser perfeitamente um elemento importante na sustentabilidade da, destas regiões [o E. fez um sinal de assentimento]. [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]

O desenvolvimento local não pode assim ser concebido sem relação directa com o turismo e o planeamento da cidade e do concelho. Se a litoralização do país e do próprio turismo é inevitável, porque estreitamente associada às características dos recursos naturais (um país costeiro), as possibilidades de mudança social pelo sector do turismo residem no efeito de atenuação de tal fenómeno – por exemplo com produtos como o *turismo rural* e o *turismo cultural* nas cidades do interior. O que de alguma forma impede tais percursos são o carácter recente do planeamento do território e a inexistência de uma estrutura regional intermédia entre o poder central e os territórios, que accione os traços mais globais da política nacional de turismo. E, ao nível das autarquias, as dificuldades de concepção e de operacionalização das políticas turísticas locais advêm do facto de não existir concepção e planificação dos modos de projectar as diversas intervenções no município em prol das potencialidades turísticas locais e regionais. Dimensão na qual, mais uma vez, os enquadramentos territoriais metropolitanos poderiam coadjuvar: com a criação de infra-estruturas em rede e com a complementaridade entre diversas ofertas, entre elas a própria oferta turística.

O que 'tá em causa é uma questão de estrutura, não faz sentido num país que quer apostar no turismo passar duma estrutura nacional e depois não ter uma estrutura intermédia a nível regional que catalize estas orientações centrais e as projecte p'ò plano das várias localidades e de cada região. Nunca tivemos [!], nunca tivemos! Portanto isso que é uma falha no noss [hesitação], na nossa organização turística regional foi um dos factores que contribuiu para a grande dificuldade de se desenvolverem projectos turísticos ao nível local... e ao nível local o entendimento que existe hoje relativamente ao turismo ainda não é aquele que seria desejável. Para muitas autarquias o turismo é a hipótese de conseguir convencer alguém a fazer lá um estabelecimento hoteleiro, é a hipótese de em determinadas épocas se promoverem umas festividades quaisquer para se ter lá mais pessoas... o turismo não, não pode ser visto assim, tem que ser visto numa óptica compreensiva, mesmo ao nível duma autarquia. Tem que se pensar que tudo aquilo que se planifica a nível das infraestruturas tem que ver com o turismo e o turismo tem que fazer parte deste processo, desde as acessibilidades, desde os transportes, por aí fora, e isto ainda não foi mensagem que esteja segundo o meu ponto de vista muito bem apreendida por muitas

autarquias no nosso país, não é [o E. fez um sinal de assentimento], que têm dificuldades financeiras e que... que por vezes têm dificuldades em... em interiorizar esta postura, não é [o E. fez um sinal de assentimento]. [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

O turismo surge, deste modo, e neste painel de representações, como um vector político do desenvolvimento económico e social do país e das regiões. E, à escala regional e local, pensar uma região e uma cidade pelas suas potencialidades turísticas passa, de forma estruturante, pela prática do planeamento e pela valorização política das economias locais.

O turismo portanto é um dos eixos de desenvolvimento no qual o... o, o governo aposta... e eu penso que o turismo tem grandes possibilidades de contribuir para o desenvolvimento da... de Portugal, não só no plano económico onde já tem uma participação muito elevada no PIB, a nível do emprego, a nível dum aspecto importantíssimo que muitas vezes não é tido em conta que é do efeito multiplicador do turismo. O turismo, há estudos que apontam isso, tem um efeito multiplicador fortíssimo! Quando se desenvolve o turismo há um conjunto de actividades a montante e a jusante que beneficiam imenso do desenvolvimento do turismo [o E. fez um sinal de assentimento]... portanto há este aspecto económico onde o turismo pode ser fundamental e... mais no aspecto social, quer dizer, já não falo só pelo emprego que o turismo gera mas se o turismo for bem desenvolvido, se respeitar e se for uma forma de melhorar a qualidade de vida dos portugueses, independentemente da zona onde vivem, também cumpre esse aspecto social. Cumpre aspectos... de patrimoniais, hoje em dia o turismo nos seus programas tem verbas para apoiar acções a nível do património, quer do património natural, quer do património cultural, o turismo já percebeu que precisa como pão p'á boca de ter o tal património porque isso é que atrai os turistas, não são os hotéis que atraem os turistas, o que atrai os turistas são os verdadeiros recursos turísticos [!], só que esses aparecem depois, e podem ajudar a... a consolidar uma imagem, mas... os, a grande atractividade 'tá nos recu [hesitação] nos recursos primários, e o turismo já interiorizou isso e como tal nos seus programas há apoios... claramente ao... a assuntos que tenham que ver com a melhoria do património, a sua preservação, e a sua salvaguarda p'ò futuro do património natural e do património cultural. Portanto nestes 3 eixos o turismo é importantíssimo, no caso do nosso país ainda lhe junto um quarto que é no plano regional, como lhe dizia há bocadinho. Acho que o turismo independentemente de ter a sua concentração na costa e terá sempre pode ser das poucas actividades no nosso país [sorrisos] que possa contribuir um bocadinho para... atenuar a tal assimetria... as assimetrias que existem com o interior. São os produtos do turismo no espaço rural, são outro tipo de produtos destinados para determinadas clientelas que podem e devem ser desenvolvidos, agora, nunca pensemos é que o turismo do interior é uma alternativa ao turismo de costa. Não! Em termos de... de, de volume de turistas será sempre uma realidade distinta, mas eu, eu não vejo problema nenhum nisso, vejo... até altamente benéfico, quando pensamos numa aldeia histórica, a aldeia histórica tem a sua capacidade de carga em termos das pessoas que a visitam é limitada! Portanto não podemos pensar que vamos massificar uma aldeia histórica, de maneira nenhuma. Isso até era mau! Daqui a uns tempos já deixava de ser uma aldeia histórica [risos], uma aldeia devastada, portanto tem que se entender é que o turismo, o desenvolvimento turístico processa-se a várias velocidades consoante o tipo de turismo, agora todos os tipos de turismo são bons, desde que possam contribuir para os tais aspectos do bem-estar da população e do desenvolvimento do país e p'á protecção do património. Desde que se consiga isso acho que é sempre positivo, agora... no caso

português... e na parte do interior eu penso e repare que... hoje em dia muitas autarquias cada vez referem mais a necessidade de desenvolverem projectos turísticos, como forma de tentar valorizar as economias locais, quer dizer. Agora penso que é importante é que se aposte sempre em projectos de qualidade, duradouros, que não se queira fazer o fácil e aquilo que dá lucros imediatos e que, e que não se veja a coisa [o E. fez um sinal de assentimento] numa perspectiva de médio prazo. [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

Acresce ainda a valorização das práticas de concertação política e económica a diferentes escalas no território. Como salvaguarda o representante da DGT:

Repare... a nível regional e local todo e qualquer projecto turístico hoje em dia é completamente irrealista que se concretize sem se fazer um estudo de mercado como deve ser feito. Isso era no passado que se dava um tiro no escuro, hoje com a concorrência internacional que existe, com, com... com um conjunto de aspectos muito fortes tudo o que se faz tem que ser planificado, e como tal muito projectos que são desenvolvidos à escala local há que se, se fazer um estudo de mercado conveniente em termos da oferta instalada, até onde é que se pode ir, quais os produtos a apostar, como é que se envolvem os agentes... em torno daqueles produtos e se, se concretizam... os aspectos comerciais, os aspectos promocionais, por aí fora, portanto é essencial. Por outro lado tem que haver um estudo de mercado sobre a parte da procura (...) Foi uma maneira de cá termos turistas que naturalmente sem esta integração com Espanha nunca viriam a Portugal, e é um pouco isso que deve ser transposto para, para o poder local, não é. Não se pode fechar sobre si próprio, tem de estar atento a toda a envolvimento e estabelecer as sinergias. O turista d'hoje e do futuro é um turista cada vez mais informado, um turista cada vez mais culto, um turista que... cada vez... valoriza mais a relação qualidade preço, é um turista que gosta já de fazer... turismo activo, gosta também de ter práticas culturais com aspectos de valorização pessoal, de conhecer outras culturas, isso cada vez mais são aspectos que hão-de caracterizar o turista do futuro! Ora, para irmos ao encontro desses requisitos globais a oferta não pode ser pensada a nível duma localidade: «Ah, não isto aqui de vez em quando passam cá os turistas, vamos aqui fazer um hotel, e como isto agora 'tá na moda esta questão da animação, pomos aqui um centro hípico», é capaz de ser asneira o hotel eventualmente mais asneira ainda o centro hípico. Naturalmente os turistas daquela zona procuram outras manifestações que não o [o E. fez um sinal de assentimento]... a equitação, pronto [o E. fez um sinal de assentimento]. Portanto aí este trabalho de conhecimento do mercado que é indispensável [o E. fez um sinal de assentimento]. [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

De alguma maneira, a articulação entre os projectos locais e regionais de constituição de uma oferta cultural, de vertente turística, não se distancia das próprias linhas gerais das políticas nacionais previstas tanto para o turismo – no acentuar, por exemplo, de medidas que viabilizem produtos turísticos, para consumo interno e externo, na área do *turismo cultural* – como para a cultura⁶⁴. Do

⁶⁴ Nos Anexos 5Z e 5AA estão disponíveis os traços gerais das políticas nacionais do turismo e da cultura que nos foi dado recolher a partir das fontes documentais disponíveis à data da pesquisa

ponto de vista do organismo que representa a administração central nas regiões, a DRCN, que apoia aquilo que designa por *parte amadora da cultura*⁶⁵, o trabalho aqui em causa é o de potenciar a valorização cultural dos *concelhos*, nomeadamente aqueles que detêm interioridade territorial e cultural. Para isso, prevê quatro áreas privilegiadas de intervenção: o apoio à *divulgação cultural* – actividades desenvolvidas pelos 87 municípios da Região Norte e num regime de itinerância territorial, segundo protocolos estabelecidos com as câmaras; o *apoio à cultura popular*, desde as bandas de música e os ranchos folclóricos até aos centros de artes tradicionais e à língua mirandesa; o *apoio à formação*, nomeadamente formação técnica nas áreas da dança, da música e do teatro para grupos amadores; e o *apoio à criação* entre jovens criadores nas áreas da literatura e da música⁶⁶.

As relações entre os dois parâmetros, *cultura e turismo*, e perspectivando-os na articulação com o desenvolvimento local e com as potencialidades turísticas das regiões e das cidades, encontramos-las, também, entre alguns outros interlocutores alvo, pese embora com um enfoque diferenciado: outros parâmetros são assinalados, e com uma valorização política diferente, nomeadamente a vertente mais económica do desenvolvimento ou a dimensão tida como prioritária do

empírica (2002-2003) e que se integram no Programa do XV Governo Constitucional. Neles podemos visualizar pressupostos e objectivos estruturantes das opções estratégicas nas áreas da cultura e do turismo. Para outras informações, e à luz de 2007, veja-se o *site* oficial do actual XVII Governo Constitucional www.portugal.gov.pt.

⁶⁵ Porque, como referiu o interlocutor à data da entrevista, a *parte profissional* da criação cultural e artística está a cargo do Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE).

⁶⁶ Não esgotamos aqui as potencialidades das áreas de intervenção deste organismo. A DRCN procura assegurar uma actuação coordenada, a nível regional, dos serviços e organismos dependentes ou sob tutela do MC, assim como apoiar as iniciativas locais que correspondam a necessidades/aptidões específicas da região. Todas aquelas iniciativas são viabilizadas dentro de um quadro de apoio financeiro, permitido pelas verbas do Orçamento de Estado e pelos fundos previstos no Programa Operacional da Cultura (POC) no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio para Portugal 2000-2006 (QCA III). No Anexo 5BA disponibilizamos um conjunto de informações sobre os objectivos e as linhas de actuação do POC. Ressaltemos que o POC, enquanto primeiro Programa Operacional da Cultura na União Europeia, resulta de um pressuposto fundamental: a política cultural constitui um eixo estruturante da estratégia de desenvolvimento económico e social do país e da Europa. Encontramos, mais uma vez, no discurso político, um posicionamento central da área cultural: como constatamos, a partir da análise das fontes documentais disponibilizadas pela DRCN, o objectivo da valorização cultural adquire autonomia e valor político e social por si próprio, e pelas potencialidades que o sector da cultura dispõe tanto na dinamização das actividades económicas (com a chamada *indústria de conteúdos*) como na valorização dos recursos humanos e na criação de emprego qualificado.

desenvolvimento local, a saber, a dotação das infra-estruturas básicas dos concelhos. Dimensões que, igualmente, localizamos nos discursos dos eleitos locais a propósito dos projectos faseados que, desde há alguns anos, concebem e implementam nos seus concelhos. A perspectiva do representante da ANMP⁶⁷, por exemplo, redimensiona aquele último aspecto:

(...) embora seja p'ra nós ainda claro ao contrário das afirmações que vão aparecendo por aí, vão aparecendo na opinião publicada... que a tal fase das infra-estruturas do, do enterrado está longe de estar acabada, há muita coisa p'a fazer e vai começar uma outra fase porventura tão complicada como essa que é substituir o que já lá está, portanto estamos a ter, estamos a chegar à fase em que temos muita coisa enterrada que tem 30, 40, 50 anos, portanto que está nos limites de... técnicos de... de utilização e em que vão, a determinada altura vão começar a aparecer as rupturas, vai aparecer, vai ser necessário substituir aquilo tudo... e... obviamente isso não permitirá ir com aquela velocidade para outras... para outras coisas como as que está a referir do tipo de, das instalações de lazer, das instalações de cultura... que... claramente têm vindo a... a ser assumidas... aí claramente em termos de, daquela autonomia do poder local que é o que nós defendemos... houve municípios que numa fase inicial claramente investiram no subsolo e deixaram para... para depois o que havia de ser construído de encher o olho, pelo menos, houve outros que sem construir no subsolo iam passando à volta de cinemas e teatros e piscinas e, bom, isso conduziu a situações diversificadas, de um modo geral pode-se dizer que hoje em dia o sul está infraestruturado debaixo do chão e o norte ainda não, mas que entretanto no norte há uma série de equipamentos que no sul não existe... as populações respectivas

⁶⁷ A ANMP foi criada em Maio de 1984 no Congresso do Conselho Executivo da Comissão Instaladora da ANMP, constituída em Setembro de 1983, com o objectivo de formalizar uma associação nacional de municípios que representasse o poder local e se afirmasse como parceiro político e institucional junto dos órgãos de soberania e do poder central. Como refere o entrevistado: (...) os municípios começam a partir de 80 dalguma forma a trabalhar então em regime de autonomia. Bom, esse trabalhar em regime de autonomia começou de facto a conhecer problemas novos entre os quais o de a certa altura perceberem que... eram 300 interlocutores dispersos para um governo que os tratava... duma forma... de... dalguma forma de menoridade, de, de, de não consideração para a realidade que eles procuravam... ter, em cada dia no interesse das populações... Deve-se ter aí formado duma forma difusa um sentimento dentro dos municípios de que era preciso a patar [hesitação], patamares, plataformas de qualquer coisa maior [...]. numa primeira fase isso aconteceu no plano distrital, regional... em 83 começou a, começaram a aparecer movimentos... num primeira fase eles ainda eram relativamente partidarizados, numa segunda fase já procurando caminhar já p'ra, para algo nacional... e em... Outubro de, em Setembro de 83 [discurso imperceptível] houve um, pela primeira vez uma reunião nacional de municípios que foi feita na, nas Termas da... da Piedade, por Alcobaça e Nazaré, na qual eu participei na altura era presidente de câmara... Bom e então nessa reunião é então decidido dar os passos para... para criar aquilo que viria a ser a Associação Nacional de Municípios... isso correspondeu... [o E. interveio] a partir desse momento (...) é iniciado o processo de criação da Associação, é formada uma Comissão Instaladora formada por... membros de todos os partidos e de todas as áreas geográficas do país... ela começa, como sabe, a trabalhar a Comissão Instaladora e portanto [discurso imperceptível] vem a trabalhar até... até Maio de 84, em Maio de 84 há o Congresso do Conselho Executivo que é na Figueira da Foz que... assume então formalmente a constituição daquilo que foi [hesitação] que veio a ser, que veio a ser esta Associação. Ora bem, a partir daí... digamos que... o grande trabalho, o grande primeiro trabalho foi, foi implantar e institucionalizar a... perante, perante toda a gente habituada a não ter outros órgãos de soberania, que esta Associação existia e que... podia ser um parceiro disto tudo, não é... essa foi digamos a grande etapa, daquelas etapas porventura significativas... aquela que fará mais sentido referir... [secretário geral adjunto da ANMP, 49 anos].

julgam isso da forma que entenderem, não é, só aí nesse tipo de opções nós não nos metemos, não nos metemos, somos muito, nós procuramos ter permanentemente um limite de actuação que seja, nós não, não procuramos sobrepormo-nos, nem podemos sobrepormo-nos aos nossos, aos nossos associados, não é, portanto nós estamos aqui para servir os associados, portanto podemos em conjunto e nós são somos mais do que todos, todos juntos [o E. fez um sinal de assentimento], podemos em conjunto discutir as coisas, discutir opções, chegar a conclusões, bom mas depois cada um faça o que quiser [o E. fez um sinal de assentimento]... não há aqui nenhuma tentativa de... [secretário geral adjunto da ANMP, 49 anos]

Um outro actor regional relevante neste contexto do desenvolvimento da AMP, e por nós perspectivado a partir da componente cultural e turística, é a associação PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A (PRIMUS) cujo presidente do conselho de administração tivemos a oportunidade de entrevistar⁶⁸. No mesmo sentido do desenvolvimento particular da AMP, e da própria Região Norte, releva a dimensão económica do desenvolvimento, não esquecendo que, face ao *vazio cultural e turístico* dos anos 80 do século XX, o momento presente⁶⁹ constitui uma inversão das prioridades políticas e dos investimentos feitos nas áreas cultural e turística.

Olhe, por isso é que nós fizemos TECMAIA, não é [o E. fez um sinal de assentimento], neste momento temos lá 30 e tal empresas de ponta, não é, estamos a falar de desenvolvimento [o E. fez um sinal de assentimento], nós fizemos os... as empresas municipais que est [hesitação],

⁶⁸ A PRIMUS, tal como nos refere o nosso interlocutor, e de acordo com os dados documentais que a instituição nos forneceu, surge a 10 de Julho de 1998, como a primeira agência de desenvolvimento regional certificada em Portugal, resultado de uma concertação de interesses e aspirações entre agentes económicos, sociais, culturais e políticos, e com o fim de dar resposta às necessidades de desenvolvimento da região metropolitana. É membro da EURADA – *European Association of Development Agencies*. Como indica o entrevistado: (...) *a agência nasce num quadro de um programa europeu* [o E. fez um sinal de assentimento]... *chamado por IQADE, foi um programa lançado pela União Europeia no sentido de... proteger as agências de desenvolvimento e lançá-las nos países onde não existiam... em boa verdade um dos países onde não existiam era Portugal... eu vi isso no jornal, apresentei ao Professor Vieira de Carvalho é... a... o interesse nessa... constituição dessa... agência, o Professor Vieira de Carvalho reconheceu o interesse, porque como eu disse na altura ele 'tava no Comité das Regiões e era testemunha da, foi testemunha pessoal da... da importância das agências de desenvolvimento regional na Europa... suscitou junto de todos os presidentes das câmaras a necessidade de constituirmos a agência, eles aceitaram, independentemente das suas posições políticas... e constituímos a empresa com... o... o... p'tanto com as 9 câmaras, mais a Junta Metropolitana, mais 4, 3 instituições bancárias, mais a Universidade, mais ONG's, mais... um conjunto de empresas... privadas, lucrativas, portanto era um verdadeiro pot-pourrit, se quiser de, de, de actores locais, que tinham a consciência que a empresa não era p'ra distribuir dividendos porque fazia parte dos estatutos, mas era para perseguir o desenvolvimento regional...* [o E. interveio] [presidente do conselho de administração da PRIMUS, 54 anos]. Para outras informações, veja-se o site oficial da associação www.primus-dr.pt.

⁶⁹ Relembre-se, à data da realização da entrevista, 2003.

que deram, procuramos com elas dar, dar, dar uma grande agilidade aos, aos, à gestão municipal em áreas por exemplo nas áreas suburbanas, de património so [*hesitação*], património social, etc., nós também fizemos vários estudos p'a parques temáticos e parques industriais, como por exemplo para se deslocar para esses parques... ou algumas... grupos de empresas que são prejudiciais ao ambiente colocar por exemplo as empresas conserveiras, estamos a fazer um trabalho com várias autarquias no sentido de fazer um parque conserveiro, e podermos sustentar algum emprego e assegurar alguma competitividade, porque há uma, hoje há uma grande deslocação de indústrias conserveiras para Marrocos, porque a mão-de-obra é muito barata lá e aquilo é que é... é mão-de-obra intensiva sobretudo. Portanto há aqui um conjunto de, de, de... de actividades que... que, que... que a PRIMUS tem feito, mas que são se quiser à margem da área cultural e turística propriamente dita, não é (...)mas não é possível obedecer em desenvolvimento local realmente ao nível cultural dos actores e dos, e dos, e dos [*discurso imperceptível*]. Aliás o desenvolvimento é isso, não é? Quer dizer, o desenvolvimento... o Jean Bartoli dizia: “Não é possível cortar o homem em fatias.”, não é, portanto, o, o desenvolvimento é um desenvolvimento integral, porque tem um componente social, tem uma componente económica, tem uma componente cultural, tem uma componente até mundial se quiser, pronto é, é... portanto, isso assim é desenvolvimento, nas, nas definições do Rousseau e portanto aquele [*discurso imperceptível*] agora... na... em Portugal sempre se confundiu desenvolvimento económico com desenvolvimento, desenvolvimento económico convencido, provavelmente com alguma razão de que ele era o desencadeador do desenvolvimento, ora [*discurso imperceptível*] desenvolvimento económico. É evidente que a componente cultural sempre lá esteve [!] e lá devia estar. Agora... como é que hei-de dizer... os políticos em geral, e isso tudo tem a ver com a teoria política não, não tem a ver com desenvolvimento põem ou não põem em cima da mesa as suas prioridades em função dos eleitorados, e das necessidades que fazem aos eleitorados, como eu disse há bocado quando era mais importante o saneamento do que, do que a orquestra foi sempre o saneamento, resolvido o problema do saneamento, se a orquestra der votos... se a orquestra, se a orquestra der, também podemos dizer que o futebol que, veja, veja, já deve ter visto isso, nunca e, nunca me quanto é que os, os, os, os, os, os... os presidentes de câmara gastam com as colectividades desportivas por exemplo [o E. fez um sinal de assentimento]... comparativamente com as colectividades culturais [o E. fez um sinal de assentimento], não é... e porquê? Temos aí um povo especialmente saudável? Não! Dá votos. [o E. fez um sinal de assentimento]... Não é... [o E. fez um sinal de assentimento] [o E. fez um sinal de assentimento]. [*presidente do conselho de administração da PRIMUS, 49 anos*]

A perspectiva de outros actores ligados ao turismo, e que concebem a relação entre *turismo cultural* e oferta urbana à escala regional, indiciam no sentido da valorização da oferta de lazer associada a um *turismo urbano*, de cariz empresarial e económico: o *turismo de negócios*. É nesse sentido que se posiciona o representante do PCB, um outro actor ligado ao turismo e à divulgação de modalidades de turismo na Região Norte, numa articulação estreita com as câmaras municipais da AMP⁷⁰.

⁷⁰ O PCB é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1995. Entre os seus membros fundadores encontramos as câmaras municipais da AMP, a AEP, a Associação Comercial do Porto, a Associação de Comerciantes do Porto, a Universidade do Porto, a Associação Portuguesa dos Agentes de Viagens e Turismo e a União Nacional das Indústrias Hoteleiras e Similares do Norte. A associação tem esta denominação comercial para efeitos de promoção internacional, sendo reconhecida

(...) turismo de negócios traz... ocupação para a cidade durante a semana e nos meses pico... que são na Primavera e... no Outono, o mês de Agosto ainda este ano teve ocupações aqui... muito baixas, mesmo... e é o turismo de lazer que vem complementar essa lacuna, que são os fins-de-semana com os *city-breaks*, o... o... o mês de férias o Julho e Agosto que são claramente turismo de lazer... (...) o Porto e Norte de Portugal nunca vai ser um Algarve [*o E. fez um sinal de assentimento*]... é muito específico, e até mesmo derivado às suas infra-estruturas etc., nós não devemos procurar ou pensar que vamos ter aqui situações similares como no Algarve ou em Lisboa e penso que não, também não faz sentido andarmos à procura de, dessa... copiar essas formas. Eu penso que o norte tem características muito próprias, o turismo de negócio de certeza é um ponto de partida... muito bom e essencial, é essencial porque o poder, o poder de compra... das pessoas que normalmente se deslocam em negócio, e... só p'ra dar uma ideia um... um participante dum congresso internacional... gasta por sua conta e na média cerca de 100 contos por dia... por isso é um segmento muito interessante e aí... eu penso que devemos apostar na qualidade, s'apostarmos na qualidade o segmento do turismo de negócios encaixa-se perfeitamente, se formos p'ò turismo de lazer devemos também e provavelmente vai acontecer especializarmo-nos também num segmento... médio-alto, alto... o norte não tem infra-estruturas para massa por isso vai ser sempre, devia apostar sempre em qualidade e... desenvolver junto de toda... a história, património que tem aqui um turismo de qualidade [*o E. fez um sinal de assentimento*], isso vai ser sem dúvida e tem êxito, porque temos um potencial para crescer nesse segmento... eu... sou muito optimista realmente, porque o norte se se mexer e começar a apostar e... e a colaborar, e a promover em conjunto tem um, um bom caminho muito positivo com uns resultados óptimos, nos próximos 10 anos [*o E. fez um sinal de assentimento*]. [*director executivo do PCB, 39 anos*]

No mesmo sentido se posiciona a representante da ADETURN ao focalizar a associação estreita entre turismo e desenvolvimento local, e ao dimensionar as potencialidades turísticas da Região Norte, nessa articulação estreita entre oferta cultural, *turismo de negócios* e *turismo cultural*.

(...) nós pensamos que o turismo tem que ser uma actividade importante na região, mas não a única, não a mais importante da região... penso que... o Norte de Portugal nunca terá como principal sector de actividade o turismo, mas queremos que ele seja um sector mais importante do que é neste momento... mas obviamente que isso não tem a ver com... trazer pr'aqui grandes fluxos de, de visitantes e criar aí parques temáticos e... quer dizer completamente fora da realidade... regional, portanto a, a ideia que nós temos é, a partir... dos recursos endógenos que a região tem... e que pensamos que... são uma mais valia, porque quer dizer como te disse não é, não são produtos únicos com uma força turística

no estrangeiro como O!Porto!. A sua denominação original, Gabinete de Incentivos do Norte de Portugal, foi substituída, a partir de 2001, e face a uma alteração dos Estatutos, pela denominação Associação de Turismo do Porto. De acordo com a entrevista realizada, e a análise dos dados documentais fornecidos pela associação, esta, inicialmente criada com o fim de promover o *turismo de negócios, congressos, seminários e incentivos*, em 2002 passa a contemplar no seu universo de intervenção o *turismo de lazer*. É uma associação especializada em marketing turístico do Porto e Norte de Portugal como destino turístico, tendo por isso criado formalmente duas secções especializadas: a secção Porto Visitors Bureau, vocacionada para planificar e executar estratégias de marketing no âmbito do *turismo de lazer*, e a secção Porto Convention Bureau, direccionada para desenvolver as formas de *turismo de negócios* na região. Para outras informações, consulte-se o *site* oficial da instituição www.portocvb.com.

d'atração muito grande, mas são produtos que são mais flexíveis, mais adaptados a novas motivações das, da, da, das... dos visitantes, adaptados a motivações que estão em crescimento... portanto a nossa, a nossa perspectiva de desenvolvimento turística, a minha... é um bocado no sentido de quê? De nós arranja [*hesitação*], de nós... conseguirmos e, e p'ra mim o ideal era isto, nós conseguirmos identificar alguns produtos que são... essenciais, que vão de encontro a motivações das... da procura, dos segmento-base e conseguir comunicar esses produtos a esses segmentos, quer dizer, por um lado sermos selectivos, a região não é toda, não tem toda vocação turística, há aqui algumas, alguns produtos, algumas regiões, alguns espaços que têm uma vocação turística que não podemos estragá-los porque senão perdemos a galinha dos ovos d'ouro, não é... que não é uma vocação turística de grandes massas, é uma vocação turística de nichos de mercado... que têm uma... que, que é muito diversificada e portanto é, é dessa diversidade que, que sai a sua riqueza [*o E. fez um sinal de assentimento*] e que vai de encontro a es [*hesitação*] a essas novas motivações que é as pessoas cada vez mais... não vêm contemplar, vêm usufruir e portanto nós temos aqui... episódios engraçados dessa, dessa fruição das, das coisas, as Rotas dos Vinhos, as Vindimas, os Caminhos de Santiago... espaços engraçados aqui no, no Porto... portanto temos aqui matéria... p'ra ter um turismo de qualidade... dirigido a nichos de mercado... temos que ter o, o... a nossa grande dificuldade é conseguir trabalhar isso duma maneira... eficaz, ou seja, conseguir dirigir aquilo que nós temos aos verdadeiros consumidores desse produto, percebes [?], porque são consumidores muito selectivos, tu não consegues, quer dizer é muito complicado tu ires fazer campanhas p'a Espanha, p'à grande Espanha, porque tu não... não chegas a ninguém, não é [*o E. interveio*]... [*coordenadora da ADETURN, 35 anos*]

E, a propósito das potencialidades específicas, segmentadas e dispersas, da Região Norte, considera que a oferta cultural é perspectivada a partir da centralidade funcional da cidade do Porto e da região do Douro.

... Sim, quer dizer não é um turismo de massas não é um tur [*hesitação*], é um turismo... o nosso turismo tem uma particularidade de não ter nenhum produto muito forte, p'tanto nós nunca vamos encarar o turismo do norte de Portugal como a, ou não temos a intenção de pensar que vai ser a principal actividade da região, nem quer dizer nem é esse o nosso objectivo, é importante é... dar maior importância ao sector do turismo, porque ele no fundo economicamente já tem alguma importância... e do ponto de vista... até da... da importância política não tem o mesmo paralelo... p'tanto a ideia é... tentar um crescimento do sector do turismo, tentar um crescimento da sua importância tanto a nível económico como a nível político, mas um sector entre outros, não é... não temos um produto forte, como tem o Algarve, sol e praia, ou como tem Lisboa, quer dizer... a capital, aquela é uma cidade já... de... capital europeia... nós somos a segunda cidade do país, não é, temos aqui Porto que é a segunda cidade do país, temos... o Douro que é uma pérola da, da região... mas não temos um produto único, p'tanto aquilo que nós temos é um produto... que nós chamamos compósito, ou seja um produto turístico... adaptado às novas exigências até dos mercados, mas dos nichos de mercado e não do mercado global, quer dizer nunca vamos ser... aquela... aquele destino procurado pelas, pelos grandes operadores turísticos, p'tanto vamos ser um destino de média dimensão, ou queremos ser um destino de média dimensão baseado essencialmente no produto cultural, quer dizer e quando eu digo cultural é ao nível do património construído histórico, do património construído contemporâneo... da animação cultural... do próprio, da própria paisagem que tem a ver também com a cultura... das populações, que tem um boca [*hesitação*], é um bocado a intervenção da, das pessoas na, na paisagem, o Douro é um exemplo disso, não é, é o fruto duma... duma

intervenção, e portanto é este o produto que nós... nós temos que... que queremos... que, qu'ó Norte de Portugal se baseie... nomeadamen [hesitação], outro produto importante é também os Congressos de Incentivos, mas no fundo os Congressos de Incentivos tanto existem aqui, como existem em Lisboa, como existem... noutras cidades. Aqui tem a, a particularidade de ter essa componente cultural, quer dizer ter uma base, no fundo o enquadramento do turismo no Norte de Portugal é um enquadramento cultural... [o E. fez um sinal de assentimento] [coordenadora da ADETURN, 35 anos]

Registemos, ainda, outras representações a propósito dos projectos de oferta cultural na associação estreita com o *turismo cultural* da Região Norte e das cidades que a compõem, em particular a cidade do Porto. Uma delas é a do presidente da Associação Política Regional e de Intervenção Local (APRIL)⁷¹.

(...) tudo aquilo quanto seja... o meio ambiente extraordinário que o Norte tem... quer no, no litoral, quer no interior, não seja transformado... de, de tal maneira que a gente o considere irreconhecível como já está nalgumas áreas... p'tanto, acho que a questão turística é decisiva num curto-prazo, é absolutamente decisiva, a questão turística, mas é um turismo de qualidade, não é um pa [hesitação], não é um turismo de massas como é o turismo algarvio, ele tem que ser um turismo de qualidade, que qua [hesitação] que já aparece aqui e ali, designadamente na questão turística de habitação e tal [discurso imperceptível] aqui e ali também, enfim tem que s'apostar num turismo de qualidade e p'ra isso tem que haver também formação e... e estamos, e estamos mais uma vez na formação cultural [!], quer dizer é muito difícil, 'tá a ver, quer dizer acho que na base de tudo isto está... gostar-se do país [risos]... não é... portanto, acho que isto que é fundamental e por outro lado uma produção que seja também uma produção... de... de qualidade e isso

⁷¹ A APRIL, constituída no Porto em 1986, é uma associação local que procura, entre outros objectivos, defender e aprofundar a democracia na sua estreita relação com o desenvolvimento e intervir e dinamizar a participação dos cidadãos nos processos de regionalização e reforma da administração pública. Como nos indica o seu presidente: *Sim, sim... eu digo porque pronto foi um nome que foi encontrado... em função dos objectivos* [o E. fez um sinal de assentimento] *que nós pretendíamos prosseguir... mas ao mesmo tempo foi um nome... não direi d'ocasião, mas... um nome que em 1986, quando isto foi fundado, apareceu... dalguma forma também para vestir a alguma coisa que tinha que ver com a Primavera* [risos], *uma Primavera de Abril não é, portanto... pronto e, e por isso... este nome surgiu um pouco para vestir essa, essa, essa, esse conceito, queríamos um nome aberto [!] que não se subordinasse inteiramente a uma leitura clássica do, do 25 de Abril, mas que fosse ao mesmo tempo uma aceitação da democracia de... que tinha nascido com o 25 de Abril, portanto uma democracia interventiva que sucede à cidadania, portanto e isso está aqui dito dalguma forma, não é... 'tá aqui ao mesmo tempo um afastamento duma... duma situação de... partidária em sentido estrito, foi por isso que adopta-se uma nova associação à partida para não haver confusões... ao mesmo tempo que é também regional porque... pronto, uma vez que tem sede no Porto não queria estar-se... a pôr em bicos de pés e a dizer que isto era uma associação que pretendia... acudir o território nacional, não é... pretendia, pronto, ter uma acção que... tinha um enfoque nacional a partir duma óptica regional,(...) Local... sim... hoje nós focamos a perspectiva local, ou seja, a que temos, dorme-se no Porto, vivemos no Porto, vivemos na Área Metropolitana, vivemos perto dela... focamos realmente aquilo que se vai passar... numa área que tem de 300 milhões de... que a gente quer que tenha 350 milhões de... cidadãos e não 350 milhões de consumidores [!]... não é... [o E. fez um sinal de assentimento] portanto... [o E. fez um sinal de assentimento] estamos, estamos bem no aprofundamento da democracia e na prática democrática, não é, portanto os objectivos, como vê podem ser... [o E. interveio]. [presidente da APRIL, 71 anos]. Veja-se a este propósito o site oficial da associação www.april.org.pt.*

também já demonstramos que isso que realmente existia, que existia em termos do... digamos das artesanias [!] ou quais, ou quais artesanias, não é, não, não me refiro só aos lenços dos namorados que aliás tem coisas lindíssimas, não é [risos] mas que podem não provavelmente efeitos reprodutores muito grandes, repare, mas tudo o produto é, são coisas delicadas e dessa natureza não deviam de maneira nenhuma ser perdidas, não é porque isso é a não só um bem cultural, mas ao mesmo tempo uma maneira de estar no mundo... e portanto é uma maneira também de, de, de... de sustentação da economia. Isso potencia outras coisas [!],... (...) aqui no norte ao mesmo tempo há, há outras situações que são... de exportação mesmo, é, é o caso dos vinhos, não é... como sabe os vinhos estão a vir p'ò Douro fundamentalmente nas mãos de... penso que só há uma única, há uma única empresa portuguesa que.. de vinhos que é a Sogrape, não há mais nenhuma, não é, todos os outros, pá... produzem vinhos mas têm estado só comercializados e exportados por empresas que não são portuguesas, são francesas, são canadianas, são isto, são aquilo... portuguesas só há uma que é a Sogrape, não é... portanto... quer dizer, é preciso ver o que é que ainda há, aproveitar e de qualquer modo estabelecer as tais plataformas de exportação que isso é fundamental [o E. fez um sinal de assentimento]... [discurso imperceptível]... [presidente da APRIL, 71 anos]

A articulação entre o *turismo cultural* e a oferta cultural na Região Norte é dimensionada por um outro actor regional que tivemos a oportunidade de abordar: a Associação para a Promoção Cultural do Norte de Portugal (APCNP)⁷², que, embora reconhecendo as dificuldades em direccionar e concretizar tal relação na Região Norte, considera-a necessária.

(...) nós passamos a, a, a considerar que o entretenimento são o dese [hesitação], os, os determinati [hesitação], os determinantes da ideia de turismo... porque o que é o turismo? O turismo define-se por... a, a actividade das pessoas fora de casa por um período curto, por um período limitado... e agora, hoje em dia você tem turismo escolar, quando uma escola vai à Expo'98 ver o Ocea [hesitação], o Oceanário... turismo de congressos é quando por exemplo um... houver um grande congresso de médicos aqui no Porto podem ir à Casa da

⁷² A APCNP é uma associação sem fins lucrativos criada em 1997 com o intuito de criar na Região Norte, e a partir do uso das novas tecnologias da informação, uma rede de serviços culturais que projecte a oferta local da região. Como refere o presidente da APCNP: *A Associação quer dizer, tem uma missão que está no título dela que é a Associação p' à Promoção Cultural do Norte de Portugal p' tanto... e ela tem 2, tem sobretudo 2 objectivos estratégicos que era desenvol [hesitação], utilização sistemática das novas tecnologias da informação p' a, para contribuir para que o Norte fosse uma, uma... carac [hesitação], existisse na Região Norte o terciário superior, isto é, houvesse um, um, uma rede de serviços, que neste caso culturais, que fossem de grande qualidade tecnológica. P' tanto esses são os objectivos da Associação... a Associação foi criada em 97, Novembro de 97, e... e beneficiou duma, dum co-financiamento da sua primeira... dos seus 2 primeiros anos d' actividade, no, no quadro do FEDER Norte, PRONORTE, e... e chamava-se o Projecto de... Promoção Internacional das Actividades Culturais e do Entretenimento da Região Norte. Nós temos uma... era, era isso, e o objectivo fundamentalmente foi organizar ferramentas electrónicas que, se traduziam, se traduziam num, num site em que tinha uma agenda cultural e d' entretenimento da região norte [o E. fez um sinal de assentimento] isto é, por assim dizer o, o que nós gostávamos de fazer. Nós cria [hesitação] desenvolvemos muito um trabalho de criar uma rede, que nós chamávamos uma rede d' informadores que eram pessoas que nos contactavam p' a dizer o qu' é que se ia passar, duma maneira geral era o pelouro da cultura das câmaras municipais... [presidente da APCNP, 58 anos].*

Música, no [discurso imperceptível], quer dizer... no fim de semana... a grande cidade de Viena é uma cidade de grandes congressos e, de, de grandes profissões avançadas, tipo médicos, gr [hesitação], engenheiros etc, porquê, e arquitectos, porquê [?], porque essas, essas pessoas gostam de ir a concertos e há óperas, há 3 ou 4 óperas em permanência todos os dias em Viena, portanto é ideal p'ra isso turismo de congressos, não é, agora cá levam as pessoas às Caves do Vinho do Porto [o E. fez um sinal de assentimento]... depois, turismo de congressos, há turismo de lazer [o E. fez um sinal de assentimento], que é fazer visitas quando se está de férias, mas há turismo profissional, eu vou assinar um contrato a uma terra e nesse dia à noite vou a um restaurante típico, ou posso ouvir fados se for em Lisboa, ou posso ir a um concerto, também, portanto também há turismo de negócios que se faz... entre os intervalos, portanto, acabou por haver um conjunto de determinantes do turismo que isso, isso é que é o obje [hesitação], os eventos objecto da nossa agenda [risos]... (...) Agora o turismo parece uma solução fácil porque neste momento é atrair pessoas, não é, é a gastronomia, quer dizer, é isto, é as férias, há uma, há uma, é uma venda de serviços cada vez mais importante não é isso que vem a seguir à feira ou aos negócios, não é, começa por haver um pequeno hotel que é pr'os homens de negócios virem lá fazer a feira tal tal, tal tal, e depois começa a haver o turismo, e o turismo tem sido aqui no Norte é importante na medida em que os espanhóis vêm muito cá, não é, portanto neste momento eles têm um poder de compra muito superior ao nosso... temos uma, temos uma, uma, temos uma, o, o, o turismo, a cultura... eu, eu via mais o seguinte, a cultura é uma infra-estrutura muito importante para os negócios [o E. fez um sinal de assentimento]... isso é que me parece muito interessante... que é a gente considerar que vai fazer cultura e entretenimento, não é, para... quer dizer, p'ra, pr'as diversas formas do turismo (...) para receber certos homens de negócios e algumas são restaurantes lindíssimos, não se come muito bem mas são lindíssimos, bom... ist'é patético!... Esses homens que ganham 10, 15 mil contos por mês levá-los a Caves de Vinho do Porto, eles têm melhor Vinho do Porto em casa deles... do que lhes vão servir na, nos Taylor's 'tá a ver [?] (...) quando vem cá o vice-presidente da Siemens não é, possivelmente o que esse homem gostaria realmente era de ir a uma ópera vai, vai poder ir, e, e, e é um homem que de certeza que tem livros de arte em casa, porque todas essas pessoas que ganham fortunas ou também tenho decoradores que lhes compreem os livros d'arte, mas tem as mesas cheias de livros d'arte e, e, e investem em pintura que é um, que é um dos activos importantes dessa classe que ganham 5 mil e 15 mil contos por mês [!], portanto eles gostariam era de ir comprar talvez um José Rodrigues à Árvore ou... e levam-nos às Caves do Vinho do Porto [!], portanto se não, veja, imagina só o grau de incultura dos organizadores destas pessoas, 'tá a ver [o E. fez um sinal de assentimento], e isso é que me parece (...) e, e eu acho que isso é um dos problemas do futuro da nossa cultura numa região é saber com'é que nós vamos ligar a cultura a um consumo [o E. fez um sinal de assentimento] [presidente da APCNP, 58 anos]

Confrontemo-nos agora, e na linha do que nos propusemos no início deste capítulo, com os discursos dos *eleitos locais* e com os modos como as representações em torno da *cidade turística* e da oferta cultural adquirem, nalguns deles, uma relevância acrescida. Entre os vereadores que acumulam funções de cultura e de turismo, destaca-se a associação estreita entre a dinamização cultural e as potencialidades turísticas daí decorrentes, sugerindo, num sentido estratégico do desenvolvimento, que a área do turismo é transversal ao desenvolvimento cultural e

social dos próprios concelhos. Do mesmo modo, concebe-se a política turística numa associação estreita com a dinamização económica do concelho. Mas, nalguns casos em particular, os eleitos locais assumem a cidade, e não propriamente o concelho, como o eixo primordial dos investimentos turísticos municipais. As referências nem sempre são claras quanto a esta dimensão analítica: nalguns momentos cruzam as delimitações municipais com as urbanas, outras vezes, abordam a cidade no contexto mais vasto de uma região, no caso a Região Norte, e na relação estreita com a Galiza, naquilo que designam como o Noroeste Peninsular. Níveis diferenciados, portanto, quanto às representações espaciais e ao lugar da cultura e do turismo no contexto territorial.

No caso dos eleitos do município de Gondomar, e cruzando apenas os testemunhos recolhidos entre as vereações da cultura e do turismo, formalmente atribuídas a dois eleitos diferentes, destacamos a associação entre a preservação do património cultural local e a oferta mais especializada e o factor de atracção para locais e não locais numa lógica de *turismo cultural*; e, de igual modo, as potencialidades daí decorrentes para a dinamização do tecido económico do concelho.

(...) criar naturalmente espaços novos como foi o Lugar do Desenho na Fundação Júlio Resende que reúne o acervo [o E. fez um sinal de assentimento] do Mestre Júlio Resende, é um pintor com... reconhecimento a nível nacional e mesmo a nível internacional, e portanto também e, e um equipamento que permite naturalmente o acesso à cultura dos gondomarenses mas que atrai também a Gondomar por via cultural, não é... outras, outras pessoas e que naturalmente ajuda também a dinamizar o tecido socioeconómico e até mesmo do ponto de vista cultural, não é, o turismo cultural também assume um papel importante aqui para o progresso, o desenvolvimento e p'á revitalização do tecido económico do concelho (...) quando nós temos um concurso por exemplo gastronómico... quer da... do sável e da lampreia ou... do Caldo de Nabos, quer dizer tudo isto são acções qu'aparentemente parece que são efémeras, não é mas que visam de certa forma mostrar e afirmar aquele que é, aquelas que são também a, as tradições do concelho e que vale a pena nós legá-las ao futuro não só enquanto, enquanto... factores importantes para de facto nós conhecermos... a história de, de Gondomar mas também sobretudo para potenciarmos, não é ... e podermos também aproveitar em termos de promoção turística e poder dar produtividade do concelho pela via também... cultural (...) [vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

Valongo não perspectiva essa relação de uma forma totalmente possível, e por efeito imediato da centralidade turística do Porto, concebendo antes uma programação cultural para a população local e perspectivando alguma projecção externa do concelho a partir das potencialidades naturais e paisagísticas que detém.

(...) o turismo cultural significaria, quer dizer, a Câmara de Valongo não tem nem nenhuma Câmara por si só tem... consegue vencer as forças centrípetas que a cidade do Porto exerce sobre toda esta zona de influência. É impossível! O... repare, o Ministério, o Ministério do... do Turismo... tem tudo virado p'ra Lisboa em primeiro lugar, não é e depois pr'ó Porto e aqui o Porto... repare... o melhor exemplo é o Porto 2001!... O Porto 2001 realizou-se num bocadinho de terreno que é a cidade do Porto, que é o concelho do Porto que é um concelho pequeníssimo, porqu'ê que não veio aqui a Valongo se nós fazemos fronteira com o Porto, ou à Maia, ou a Matosinhos? Porqu'ê que não houve um mínimo de ponte [hesitação], de, de descentralização nesse sentido de levar as pessoas? Não houve, nós fizemos contactos com isso, vários contactos com o, com a Porto 2001 para que houvesse aqui um intercâmbio, mais para que os nossos espectáculos estivessem envolvidos na Porto 2001 em troca de algum apoio obviamente, e o único apoio que eles deram é: «Muito bem nós colocamos o prestígio do logótipo Porto 2001 nos vossos eventos» e isso nós não aceitámos [!], não é, os eventos são nossos, nós é que os pagamos, não vamos pôr lá Porto 2001 [o E. fez um sinal de assentimento], até porque se o Porto recebeu dinheiro para fazer os espectáculos nós também queríamos ter recebido e fazer parte do bolo todo [sorrisos], e portanto este, este tipo de forças impede-nos que nós possamos... a menos que fizéssemos um investimento louco pr'ó qual não estamos preparados... não conseguimos trazer, captar... pessoas duma forma massiva da área do Grande Porto [o E. fez um sinal de assentimento], vamos captando, aqui e acolá, o MIT por exemplo e foi por isso qu'eu destaquei, é claramente um evento que traz gente do, do Porto, da cidade do Porto, é claramente, vê-se! Porque eu quando vou ver o MIT não conheço muita, muita, muita gente, quando nos outros espectáculos vou conhecendo aqui e acolá, e... mas é um fenómeno isolado, é pontual, vamos trazendo, está, é um trabalho que está a dar os seus frutos mas para o qual nós não podemos fazer um investimento porque é impossível [!] [o E. fez um sinal de assentimento], as forças 'tão de tal forma concentradas na cidade do Porto e, e torna nefasto, é muito mau... eu hoje penso que nós estamos aqui a fazer um trabalho fundamentalmente para os nossos munícipes, é para Valongo, e depois eu ponho-me a olhar para os concelhos que estão à volta, Maia, Gondomar, por exemplo a Maia tem um Fórum espectacular [!] [o E. fez um sinal de assentimento], no centro da Maia... mas tem aquele Fórum espectacular, é lá que faz os espectáculos mas Gondomar tem um auditório muito bom... nós não [!], nós temos o Fórum Cultural de Ermesinde, não sei se conhece [o E. fez um sinal de assentimento], não conhece? [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD]

Relevante parece-nos o testemunho do vereador do desporto da câmara de Valongo, manifestando-se aqui a transversalidade que, a propósito de outras dimensões de análise já tivemos a oportunidade de localizar, entre eleitos e representações políticas e sociais, sem uma relação directa e linear com a sua pertença formal no interior das funções que desempenha no executivo municipal.

Salienta a relação entre cultura, turismo e desporto e salvaguarda as potencialidades turísticas de Valongo, associadas aos traços da cultura popular e dos traços de ruralidade do seu território.

(...) nós temos plantas carnívoras, nós temos espécies quer em fauna quer em flora únicas [!], 4 tipos de fetos, temos um sobreiro único nesta zona, temos um conjunto de árvores muito interessantes, e... também temos salamandras próprias dos fojos temos um conjunto digamos assim, prontos uma população se quiser na serra muito interessante. Mas temos assim simultaneamente temos uma aldeia muito rural que é Couço e temos também ainda moinhos movi [hesitação]... movidos a água. Este pequeno paraíso se nós começarmos [risos] aí a comunicar a toda a gente ele é destruído rapidamente [o E. fez um sinal de assentimento]. Portanto, nós temos condições para sermos um concelho integrador, sem perder as suas características rurais, aproveitá-las, prontos nós fazemos uma aula pedagógica relativamente fácil... (...) por isso, porque ainda temos [!] características para isso... portanto Valongo tem condições para não ter indústrias pesadas, mas também não sermos dormitório, é ter uma vida própria que... possa facilitar quem cá vem ter acesso a tudo, sem ter grandes distâncias, e isso passa por uma política global com uma boa rede de transportes, é fundamental. Nós temos a A4 que assassinou a cidade de Valongo, corta-a a meio, mas temos portagens numa auto-estrada, e portagens numa auto-estrada significa o quê? Que muita gente sai em Ermesinde e atravessa o centro da cidade de Valongo para continuar para Penafiel, não pode acontecer, não desenvolve bem o comércio porque as pessoas passam a alta velocidade, só nos trazem poluição. Portanto nós temos de ter alternativas para quem não 'tá interessado em parar aqui também não precise entrar cá, uma espécie de uma via exterior [o E. fez um sinal de assentimento], é preciso termos uma rede exterior, e junto dessa rede exterior de transportes nós podemos criar efectivamente espaços de lazer e assim... para a montanha como eu lhe disse há bocadinho, para aeromodelismo [o E. fez um sinal de assentimento] que temos aqui umas óptimas condições, e também fazemos aeromodelismo, mas também temos jogos tradicionais! (...) Temos a malha, temos o saco, temos a columbofilia [o E. fez um sinal de assentimento] com muita importância aqui [!], portanto nós temos imenso pano p'ra mangas se quiser assim, agora... Valongo pode ter pequenos armazéns, pode ter um bom parque empresarial sem de ter um grande núcleo industrial, porque hoje a comercialização faz-se com facilidade desde que haja boas redes de comunicação, mas isso em qualquer entreposto comercial aqui se desenvolve bem. Temos a linha de caminhos-de-ferro do Douro, a linha do Douro claro! Temos a ligação à A3, temos a ligação à A4 com a exterior a chamada IC24 nós vamos ter óptimas condições, se nós soubermos... criar aqui condições para estar quer a população que ainda está no Porto quer da que está mais próximo do interior para procurar Valongo para se divertir, portanto temos aí os serviços a desenvolver-se, temos a parte comercial que também podemos fazê-la e temos a parte do turismo, também com o rio Ferreira, com o rio Leça que precisa de ser despoluído, com a Serra de Santa Justa, a de Pias e Castiçal, com as plantas carnívoras, com outras espécies que há aqui assim também, temos uma parte agrícola como lhe disse designadamente em Sobrado e em Campo que merece ainda ser conservada, porque ainda podemos assistir à desfolhada, podemos assistir a um outro conjunto de actividade e por aí temos Ranchos Folclóricos que são óptimos veículos digamos assim de... se quiser concentração de alguma cultura [o E. fez um sinal de assentimento] com as suas danças e os seus cantares, e também alguns intercâmbios com outros países, temos nomeadamente com as cidades com quem estamos geminados [o E. interveio] (...) isto é tudo uma bola de neve, quer a cultura, quer o desporto, quer o turismo estão interligados [o E. fez um sinal de assentimento]... [vereador do desporto da câmara municipal de Valongo, 46 anos, PPD/PSD]

Na Maia, o vereador postula que a oferta cultural local já incorpora elementos que poderão circunscrever alguma potencialidade turística. De qualquer maneira, a oferta cultural é arquitectada em função das necessidades locais e não tanto dos potenciais turistas que o concelho possa ter.

... as nossas ofertas culturais em, em primeira linha são p'á nossa comunidade com'ê evidente [o E. fez um sinal de assentimento] mas, mas, mas não somos... xenófobos, quer dizer... nós, nós fazemos as coisas e quem quiser vir, vem e efectivamente começamos a ter... já um... um público que, que também é composto por muita gente que não é de cá, que vem cá de... que vem cá de propósito [o E. fez um sinal de assentimento]... e vem, há muitos que vêm ao teatro e vêm a outro tipo de coisas, vem à feira de artesanato, e vem, vem, vem agora outro tipo de, de, de, de... de, de manifestações, e é evidente que esse tipo de informação, ou seja... a oferta, a oferta cultural está inserida no pacote de turismo [hesitação], está inserida no pacote de turismo a oferecer [o E. fez um sinal de assentimento], porque nós produzimos uma série de documentação, nós produzimos inclusivamente agendas culturais, quer dizer portanto há, há, há... há, há, há vários pontos de divulgação, aliás há vários meios de divulgação daquilo que nós fazemos em, em, em... em, em termos c [hesitação], em termos... em termos culturais que são, é evidente que são um argumento a... a inserir na questão da, de, de, d'atracção turística, e isso acontece, ou seja.... e... [o E. interveio] [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

Onde adquire relevância a centralidade turística da oferta cultural da *cidade* é nos *concelhos da orla litoral* e com estreitas relações com o mar e os recursos naturais da costa. Nomeadamente, entre os autarcas de Espinho, da Póvoa de Varzim e de Vila Nova de Gaia. Por seu turno, o Porto traduz essa relação entre oferta cultural e cidade turística, acrescentando-lhe um outro vector estruturante da própria dinâmica turística da cidade: o *turismo de negócios*. Trataremos no capítulo seguinte dos pontos mais específicos relativamente às políticas culturais e turísticas. Ressaltemos alguns elementos. No caso da Póvoa de Varzim, a associação estreita entre cultura e turismo, e a identificação da cidade como uma *cidade de lazer e cultura* e *de turismo* encontramos-la tanto entre os discursos das vereações como entre o discurso do responsável pela edilidade. E nessa centralidade adquire relevância a relação triangular entre cultura, desporto e turismo. Como afirma o vereador responsável pela cultura e pelo turismo:

... porque aí houve todo um trabalho muito importante mesmo o próprio Casino nessa altura era um casino... decrépito [o E. fez um sinal de assentimento]... toda a gente sabe disso não é, há pessoas até que dizem que ali que são... as bailarinas das, das meias rotas, mas há

peessoas que dizem que é a bailarina da coxa gorda, não é [o E. fez um sinal de assentimento], que estav [hesitação], que lá, que lá estavam, era isto que acontecia na Póvoa, era o Casino que estava decair, e que e era... por exemplo, o próprio Varzim era um equipa, que é [!], que acompanha um pouco... o ritmo da, da, da, da cidade e da comunidade em que está inserida, logicamente, também estava em queda, não é, entretanto o Varzim... subiu de divisão, entretanto o Casino subiu de divisão, entretanto a cidade também subiu de divisão... não é... e eu penso, e eu penso que é, que é toda, toda... foi tudo, as pessoas dizem: “Ah, isto foi por acaso!”, não foi por acaso... quando, quando o, o Presidente foi acusado muitas vezes pela oposição de... gastar o dinheiro todo na cidade e esquecer-se das freguesias e depois a cidade gastar o dinheiro todo na área junto ao mar e esquecer-se da parte interior... isto foi o preço... político que tivemos que pagar para que a cidade neste momento estivesse com uma imagem muito diferente daquela que era há 9 anos atrás... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

Constatamos que, entre o vereador responsável pelo pelouro do desporto, o enquadramento da cidade é semelhante.

É... eu, eu, eu... a minha opinião é que efectivamente estes foram os grandes vectores... da Câmara Municipal em termos da sua aposta. Isto é, Póvoa capit [hesitação], com um conjunto de, de... de condições que detinha quando esta Câmara chegou ao poder em 93... aquilo que era uma Póvoa adiada, mas com muitas [!] condições acabou por se transformar numa Póvoa realizada... e os grandes vectores que foram Póvoa de Varzim: Capital da Cultura... e eu não vou falar de todas as actividades culturais [o E. fez um sinal de assentimento] por excelência que são conhecidas do país, Póvoa: Capital da Cultura e do Lazer incluindo no lazer o desporto, turismo, cultura e lazer... penso que tudo isso se enquadra extremamente bem e... e é sem dúvida um seguimento desses vectores, e eu estou-me a esquecer e ainda não referenciei um aspecto também extremamente importante para a cidade, e para o concelho... que é o casino. Também nós somos uma cidade de casino, e também, também o casino é fundamental no turismo... num determinado tipo de turismo, mas que esse turismo também ajuda o turismo desportivo [o E. fez um sinal de assentimento]. Portanto, este entrelaçar de todas estas, estas... condições que nós temos com aquilo que é a aposta forte [!] da Câmara Municipal e penso que muito bem tem sido... tem sido... dito, repetido muitas vezes pelo... líder do executivo, pelo senhor Presidente que a aposta foi... na melhoria das condições da cidade, que estava uma cidade cinzenta, foi devolver a cidade aos poveiros, foi devolver a cidade ao mar [o E. fez um sinal de assentimento] criando a frente marítima para o desenvolvimento do turismo, e depois como lhe disse o conjunto, aproveitar também as infra-estruturas que foi possível lançar para desse modo... terminar com um ramalhete, no fundo... criar todos as, as condições e quem nos visita, eu, eu tenho oportunidade de falar aqui muitas vezes com pessoas que nos visitam e são essas que muitas vezes, nós sentimos, nós sentimos que a Póvoa ‘tá melhor, que a Póvoa tem um conjunto de infra-estruturas... fantásticas, mas quem nos visita e nos transmite essas ideias de alguém com olhos de ver é que nós efectivamente nos apercebemos quanto as nossas condições são essenciais para... os vectores que nós queremos de Póvoa: Capital de Cultura, Lazer, [o E. fez um sinal de assentimento] Turismo e Lazer, e penso que conseguimos durante estes anos, e eu ‘tou só no meu segundo mandato, ‘tou só no quinto ano... o senhor Presidente está no seu terceiro mandato mas penso que a aposta está ganha e... como também costumamos dizer: “agora, ou dentro de alguns anos teremos qu’avançar para a sustentabilidade” porque ainda estamos numa fase de crescimento, mas... temos que, e isso já está a ser preparado, porque estas coisas... o futuro, como também o senhor Presidente costuma dizer não... não se adivinha, mas pre [hesitação], mas constrói-se e prepara-se, e a sustentabilidade, destes noss [hesitação], de todas estas

infra-estruturas será um grande desafio para os próximos autarcas... sem dúvida... [o E. fez um sinal de assentimento] [vereador do desporto da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 38 anos, PPD/PSD]

Considera que em termos de modelo de cidade, e na linha dos traços estruturantes apresentados pelo próprio presidente da autarquia, os investimentos são feitos, entre outras dimensões, nos serviços da cultura e do desporto, articulados com o turismo local.

Eu penso em termos de modelo de cidade... a aposta na cultura no lazer, no desporto, nos serviços, no pequeno comércio, como nós temos, não descurando os... os pequenos pólos industriais, industriais barra comerciais, penso que é fundamental [o E. fez um sinal de assentimento], porque nós estamos a 15 minutos do aeroporto, estamos a 20 minutos de Viana, vamos estar a, a 20 minutos ou 15 minutos de Famalicão, estamos a 20 minutos do Porto, temos um conjunto de, de circunstâncias... fundamentais para podermos acolher aqui... pronto, grandes actividades em termos de turismo, em termos comerciais porque temos as infraestruturas, e é por aí que devemos apostar [o E. fez um sinal de assentimento], e a melhoria da, da... dos espaços colectivos que se verifica em toda a cidade através duma exigência da qualidade do tratamento dos espaços colectivos, de espaços verdes, dos passeios, das ruas, a limpeza, penso que isso é fundamental [o E. fez um sinal de assentimento]. [vereador do desporto da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 38 anos, PPD/PSD]

Em Espinho, os eventos culturais têm fins turísticos numa cidade que nasceu como cidade balnear. E os investimentos feitos pelo município nos equipamentos culturais e desportivos foram no sentido de diversificar outros vectores turísticos na cidade para além do balnear, que já não reúne as mesmas características de princípios do século XX.

(...) bem... então, então, se calhar tenho que recuar e dizer tudo o que é uma aposta no, em eventos turísticos que têm um fim, em eventos culturais que têm com um fim turístico... Pronto, Espinho foi uma cidade balnear, nasceu... por, por ter qualidades nesse, nesse, nesse campo. Entretanto com o passar dos tempos e com a melhoria das vias da comunicação [discurso imperceptível] sabe disso, não é [o E. fez um sinal de assentimento] estas praias do norte perderam p'ra muitas outras com mais sol e mais calor e águas mais quentes, embora não com tanta qualidade [o E. fez um sinal de assentimento] [risos] nas suas águas... por isso precisamos de diversificar... de criar outras est [hesitação] portanto outros vectores estratégicos para que os clientes possam vir cá e então fizemos uma aposta em equipamentos... desportivos e cul [hesitação] e... e... culturais e estes equipamentos têm sido... muito utilizados, por exemplo a Nave Desportiva e o Complexo de Ténis têm trazido cá... muita gente e ocupam os nossos hotéis na, na época baixa [o E. fez um sinal de assentimento]... associados a esses, a esses também os eventos qu'eu acabei de referir, por exemplo uma orquestra de... um Festival d'Orquestras da Europa ou Orquestras Jovens

trazem cá também muita gente assim como o Cinanima, portanto [o E. interveio]... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, PS]

E, da associação entre turismo e cultura, que desde sempre teve como estância balnear, Espinho desenvolveu um espírito de tertúlia.

... e recente... percebeu-se que tínhamos, Espinho como era um loal [hesitação] um local de lazer normalmente atrai pessoas da cultura, porque as tertúlias, as conversas, as pessoas... da cultura... são mais dadas a ocupar parte do seu tempo com actividades culturais desde uma simples conversa à organização d'eventos desta natureza, e nós sabemos que esteve cá como sabe tão bem como eu o Amadeu Sousa Cardoso [o E. fez um sinal de assentimento] passava cá a grandes teatradadas, o, o Doutor Manuel Laranjeira que era um dos elementos da tertúlia da qual fazia parte... o Amadeu, o Namulo [o E. fez um sinal de assentimento] também há correspondência como sabe entre o Manuel Laranjeira e o Namulo, quer dizer eram pessoas, o Namulo é hoje um autor obrigatório praticamente em todas as Faculdades de... por esse mundo fora e eram pessoas que visitavam regularmente [!] Espinho e... que tinham... que tinham portanto enfim aqui talvez muitos dos seus sonhos culturais e, e, e muitas das conversas que levaram a que escrevessem determinadas... determinados textos, não o Amadeu porque era pintor, mas os outros, os outros dois e... pr'além de terem passado por cá muitos [!] autores portugueses... e isto... porquê? Porque é uma cidade onde as pessoas... que... enfim, porque muitas vezes na cultura... o tempo das pessoas não é exactamente aplicado a trabalhar... na indústria ou noutra ramo, é num ramo tão específico que nas zonas de lazer acontece por vezes muita cultura [o E. fez um sinal de assentimento]. Eu, eu não queria portanto [o E. fez um sinal de assentimento] estar aqui com raciocínios... rebuscados [o E. fez um sinal de assentimento] e se calhar... deixar isto sem se perceber. Quero eu dizer que Espinho surgiu praticamente... no lazer e na cultura [o E. fez um sinal de assentimento] e agora mant [hesitação] [o E. interveio]... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, PS]

Em Vila Nova de Gaia, é a cidade ribeirinha, defronte para o Douro, a área privilegiada para concretizar a associação entre os dois termos da relação aqui presente, cultura e turismo. Como mais adiante salientamos a propósito das políticas culturais e turísticas dos concelhos da AMP, retenhamos apenas que uma dimensão estruturante do projecto global para este concelho, na articulação estreita entre oferta cultural e turismo, prevê o investimento urbanístico, cultural e simbólico no centro histórico. Não deixa, porém, de conceber um projecto de intervenção urbanística e simbólica nas freguesias do concelho, mantendo, naquelas que são atravessadas pelas marcas da ruralidade estes traços, mas com um pólo urbano central, como o próprio refere.

Segundo este modelo, modelo da costa de rio e centro histórico, também as pessoas já não sei se se lembra como era ali a, ali a, ali a beira-rio há 4 anos, era aquela lixeira, aqueles tascos... e aliás a parte mais difícil não é deitá-los abaixo, é... é a mentalidade depois das pessoas que lá vivem... a ideia é... utilizei a margem da Linha Cascais Estoril p'ró... p'ró... p'ràs praias, a ideia é Rive Gauche para, p'ra esta, que seja uma zona de lazer de... qualidade da Área Metropolitana do Porto, uma zona de... um bocado p'ò [*discurso imperceptível*], de movida de juventude, de artistas e... evidentemente qu'isto é preciso dinheiro... e numa primeira fase entramos numa, numa lógica voluntarista e minimalista, que é dar os pequenos sinais, que é ou recuperar uns prédios que eram... públicos como os Mareantes do Rio Douro, ou o Fluvial Portuense, ou o Sport Clube do Porto ou... fizemos a Avenida que não existia, fizemos o passeio, p'tanto é um passeio largo, fizemos aquelas 2 esplanadas, aquelas 2 que já estão a funcionar, avançamos p'ò projecto que eu sei que é bastante polémico, mas ainda hão-de falar, de falar dele como falam das Pirâmides do Egipto, que é o do cais, do Cais de Gaia que é inaugurado no dia 15 de Maio, para mim é a menina dos meus olhos, há quem não goste... tudo bem, mas daqui a um ano a gente fala... onde vão ficar 18, 18 restaurantes do melhor [!...] do melhor [!] do país, do melhor, gama alta... *boutiques*... bom, e... fez-se o arranjo da marginal até à Afurada, bom, pequenos sinais com o dinheiro que a gente vai tendo. Felizmente conseguimos no entretanto ganhar uma batalha, que foi conseguir negociar com o governo o Programa POLIS p'ra, pr'aqui e então o caso aí mudou completamente de figura... parámos nas, nas intervenções minimalistas e estamos a fazer pelo POLIS. O POLIS de Gaia não é uma brincadeira, como os outros, é uma coisa muito séria [*sorrisos*]... tão a sério que os planos, os projectos só estão há 1 ano e meio a ser feitos e só terminam agora em Agosto, e tratam uma área que é 4 vezes a área da Expo'98, 4 vezes a área da Expo... que começa na Casa Branca sensivelmente, e vai até à Ponte do Infante, são 4 planos, 1 até à Afurada, outro a zona da, a Vila da Afurada que vai ser toda recuperada, p'tanto vai ser uma vila turística, típica, mas bonita, limpa, arejada... toda recuperada... infra-estruturas enterradas... acabar com as antenas, com as, c'os, c'os fios, passeios, os azu [*hesitação*], tirar os azulejos, pintar as casas, bom... (...)vamos progressivamente ganhar terreno à... aos automóveis e vamos começar a fechar progressivamente o centro histórico aos automóveis, vai ser uma batalha... difícil que a mentalidade das pessoas é complicada, mas, mas... vamos usar o pretexto das obras para ir ganhando terreno... Terceira... terceira área, zona sul e zona nascente do concelho... grandes freguesias como Sandim, Lever, Crestuma, Pedroso, Grijó, Serzedo, Sermonde, são uma área enorme do concelho hoje, praticamente desabitada [*o E. fez um sinal de assentimento*]... a ideia era, é levar p'ra lá 3, 4, 5 projectos estruturantes que levem eles o desenvolvimento atrás de si... e depois conceptualizar o crescimento urbano... equilibrado, o que é aldeia deve continuar a ser aldeia, embora com um núcleo urbano central, mas depois a aldeia há-de... continuar a ser aldeia, onde é p'ra ser mais urbano crescer sem ser esta loucura, portanto fazer um plano futuro, estamos a fazer um plano de avaliação de toda essas freguesias, e qual, o que é que é levar 4 ou 5... projectos estruturantes? Um deles foi o Centro de Estágio do Futebol Clube do Porto, eu nem sou portista... portanto 'tou à vontade, só que o Centro de Estágio do Futebol Clube do Porto movimenta milhares de pessoas por dia, os jogadores, os jovens atletas, familiares, empresários, jornalistas, nacionais, estrangeiros, portanto é, é fatal, é inevitável que daqui a 4, 5 anos a reboque daquele projecto as pessoas que vão p'a lá precisam de comer, portanto é preciso restaurantes, precisam de casas, precisam de viver, tem que viver próximo, um atleta de alta competição não pode viver até 3 horas de distância do sítio onde trabalha, portanto isso vai induzir o desenvolvimento ali, como outros que estamos lá a perspectivar... o Centro Náutico de Crestuma, a zona industrial de Sandim, a zona industrial de São Félix da Marinha, portanto numa, numa lógica não de fazer estradas p'a onde não há ninguém, ou de fazer piscinas p'a onde não há ninguém, mas de... fazer projectos que obriguem... as pessoas a fixar-se ali, a criar postos de trabalho onde não há desenvolvimento. Cidade... o que é isto? Bom, cidade é tentar pegar no patinho feio e melhorar... não é fácil... não é fácil, mas... algumas coisas estão a avançar, quando isto do Metro e as acessibilidades

melhorarem algumas coisas vão melhorar (...) [*presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD*]

Do confronto entre as representações sobre a *região* e a *cidade* e *concelho*, nas potencialidades turísticas que têm, a polissemia dos sentidos sociais e políticos, por vezes sobrepõe-se, por outras contrapõe-se, consoante estejamos perante os discursos dos eleitos locais – que antevêm-nas mais como possibilidades do que como produtos acabados de uma oferta institucionalizada – ou os discursos dos actores locais e regionais – que, pelo contrário, concebem-nas na confluência de projectos e de recursos e numa lógica de articulação de produtos turísticos cujas âncoras centrais radicam no património material e imaterial da cidade do Porto e da região a ele associada.

Aliás, se nos confrontarmos com as potencialidades turísticas dos concelhos da AMP, tendo presente, por exemplo, os equipamentos hoteleiros disponíveis, constatamos que a centralidade turística da cidade do Porto se reconfigura, de novo, como um eixo estruturante da própria dinâmica turística da região, e no caso, da projecção da marca *Porto e Norte de Portugal*. De acordo com o estudo levado a cabo pelo INE (Portugal, 2006b), e retendo apenas os valores relativos aos 9 concelhos que aqui nos ocupam, em 2004 são 157 os estabelecimentos hoteleiros⁷³ classificados na DGT e disponíveis no território metropolitano, 61, 2% dos quais no concelho do Porto. Outros concelhos se destacam para além do Porto: Póvoa de Varzim e Vila Nova de Gaia, cada um com 8,3%, e Matosinhos e Maia, com 7% e 6,4%, respectivamente. Os restantes concelhos traduzem, em 2004, a insuficiência de infra-estruturas deste tipo, tal como as entrevistas aos eleitos locais nos sugerem, desenhando-se a concentração de tais equipamentos junto do centro metropolitano – e na contiguidade definida pelo Porto – e com a presença de um concelho da segunda coroa de municípios – Póvoa de Varzim – decorrente da sua tradição balnear.

⁷³ Na tipologia utilizada pelo INE os equipamentos hoteleiros abrangem hotéis, pensões, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos, motéis, pousadas e estalagens. Veja-se a este propósito Portugal (2006b).

Tabela 5.7

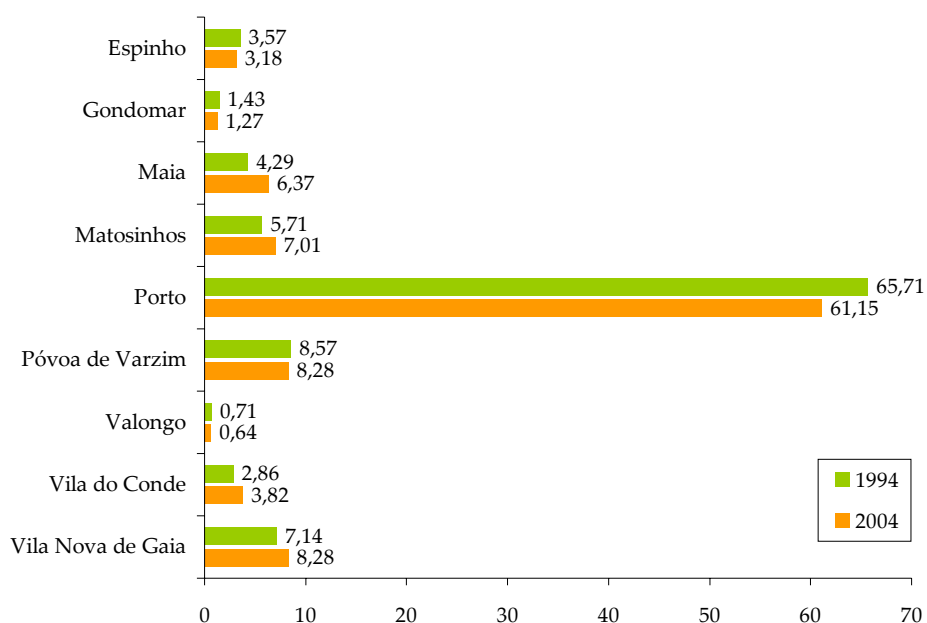
Estabelecimentos hoteleiros da AMP, 1994-2004

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Espinho	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	5
Gondomar	2	1	1		1	1	1	2	2	2	2
Maia	6	5	7	6	5	7	9	10	10	10	10
Matosinhos	8	7	8	9	9	10	10	11	11	11	11
Porto	92	93	90	83	86	87	89	96	95	96	96
Póvoa de Varzim	12	12	12	12	12	12	12	13	14	13	13
Valongo	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1
Vila do Conde	4	4	4	4	4	4	4	5	5	5	6
Vila Nova de Gaia	10	11	11	9	12	14	14	14	14	14	13
AMP	140	139	139	128	136	141	145	157	157	157	157
Norte	373	368	367	360	380	375	388	435	436	435	435
Portugal	1679	1683	1660	1671	1707	1680	1736	1934	1890	1934	1954

Fonte: INE, *Dinâmica do turismo na Grande Área Metropolitana do Porto 1994-2004*

Figura 5.4

Proporção do número de estabelecimentos hoteleiros face ao total da AMP, por concelho, 1994 e 2004



Fonte: INE, *Dinâmica do turismo na Grande Área Metropolitana do Porto 1994-2004*

Por outro lado, assinala-se que, embora se mantenha uma relativa estabilidade no crescimento de tais equipamentos nos 9 concelhos, a tendência entre 1994 e 2004 é a de uma certa diminuição da concentração daqueles no Porto e de um alargamento nos concelhos limítrofes. Tal não traduz, contudo, uma mais equilibrada distribuição de tais equipamentos nos restantes concelhos. Perante as aspirações que os eleitos locais manifestam quanto às potencialidades turísticas dos seus concelhos, e da própria região metropolitana, questionamo-nos quanto à sua viabilidade se atendermos a uma variável como aquela aqui enunciada⁷⁴. Registe-se ainda que, segundo os dados referenciados naquele estudo (Portugal, 2006b), e atendendo à dimensão média dos estabelecimentos hoteleiros, Espinho, pese embora ter em 2004 um número inferior de unidades relativamente à Maia (5 e 10, respectivamente), dispõe da mesma capacidade hoteleira dada a sua maior dimensão média. Neste sentido, e porque Espinho, Póvoa de Varzim e Vila Nova de Gaia apresentam nesta data os estabelecimentos hoteleiros com maior dimensão média, configura-se uma outra tendência turística na AMP: a litoralização da oferta hoteleira, tanto por concentrar a maior oferta como por deter aquela com maior dimensão média. O que, de alguma forma, se articula com as representações que a dado momento as entrevistas aos eleitos locais e aos actores locais e regionais nos permitem reunir. Em 2005, e de acordo com os dados recolhidos junto do INE (Portugal, 2006g), a variação quanto à capacidade da oferta hoteleira não é muito significativa, a não ser no concelho de Vila Nova de Gaia (de 13 para 16 unidades hoteleiras)⁷⁵.

⁷⁴ De maneira a reforçar este pressuposto, segundo os dados recolhidos pelo INE no mesmo estudo (Portugal, 2006b), em 2004 são os concelhos com menor oferta hoteleira os que apresentam menor diversidade de alojamentos turísticos. Por exemplo, Valongo, que apenas dispõe de pensões. Matosinhos, Póvoa de Varzim e Vila Nova de Gaia são aqueles que têm uma oferta hoteleira mais diversificada, dispondo de, pelo menos, 4 categorias diferentes de estabelecimentos hoteleiros. Maia e Porto são os concelhos que mais contribuem, entre 1994 e 2004, para o aumento destes equipamentos na AMP (Ibidem). De igual modo, e segundo os mesmos dados, é no Porto que se concentra, em 2004, a maior capacidade da oferta hoteleira (8550 camas), pese embora entre 1994 e aquela data ter diminuído a concentração relativa desta oferta no Porto, em benefício de concelhos contíguos como Matosinhos, Maia e Vila Nova de Gaia (Ibidem).

⁷⁵ Nos Anexos 5EA a 5HA encontramos informação adicional sobre a oferta e a procura hoteleiras nos concelhos da AMP em 2004 e segundo dados do INE (Portugal, 2006g). Saliente-se a inexistência de

Tabela 5.8

Estabelecimentos e capacidade de alojamento em 31-07-2005 nos estabelecimentos hoteleiros dos municípios da AMP, 2005 ^{a)}

	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Portugal	2012	607	878	527	263814	126445	41523	95846
Norte	450	118	275	57	34631	18926	12132	3573
AMP	162	52	94	16	15492	10034	3959	1499
Espinho	5	3	1	1	835	404	71	360
Gondomar	2		1	1	50		10	40
Maia	11	5	5	1	701	456	233	12
Matosinhos	10	3	5	2	844	414	168	262
Porto	97	26	69	2	8703	5395	2964	344
Póvoa de Varzim	14	7	3	4	1540	1208	80	252
Valongo	1		1		37		37	
Vila do Conde	6	1	3	2	302	150	74	78
Vila Nova de Gaia	16	7	6	3	2480	2007	322	151

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2005*

^{a)} Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo. A rubrica Outros engloba os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens. O desfasamento temporal existente entre os dados da capacidade de alojamento e os da permanência nos estabelecimentos hoteleiros permite a existência de casos em que a unidade territorial não apresenta valores de capacidade e apresenta valores de permanência (dormidas, hóspedes e proveitos).

Provavelmente, a distância entre o nível de representações dos actores sociais – eleitos locais e actores locais e regionais - e as possibilidades efectivas de criação de uma oferta cultural e turística seja uma dimensão transversal à AMP, que, perante lógicas de afirmação de uma relativa endogeneidade dos interesses e dos projectos concelhios, se torna mais vincada no território supramunicipal e nas práticas políticas municipais.

hotéis em Gondomar e Valongo. Em contrapartida, mantém-se a relevância de Espinho, Matosinhos, Póvoa de Varzim e de Vila Nova de Gaia. A maior parte dos hóspedes são europeus, e entre os estrangeiros, particularmente espanhóis e ingleses (Ibidem).

CAPÍTULO 6

Projectar o concelho cultural e turístico

A lógica municipal *versus* a lógica metropolitana: da especialização cultural dos concelhos à afirmação metropolitana como um campo de possíveis

Os projectos culturais e turísticos no contexto do território metropolitano

Quando se configuram os modos políticos como se integram os objectivos à escala municipal e supramunicipal, as relações estabelecidas entre o poder político local e os parceiros políticos, económicos e sociais parecem-nos variáveis necessárias no exercício analítico que aqui pretendemos experienciar. Atentemos, primeiro, à relação entre os eleitos locais e a comunidade local – entendida no sentido estrito do termo, como a população do município propriamente dita, sem isolar as assimetrias socioeconómicas e culturais que a atravessam, concebendo-a apenas como o *todo, mais ou menos uniforme, a que os discursos políticos se referem* nas entrevistas. Constitui um primeiro vector para dimensionar a maior ou menor especialização funcional das práticas políticas das equipas que, à data das entrevistas, gerem os concelhos em análise. Do ponto de vista das representações dos presidentes de câmara, é à população local que atribuem a razão de ser principal do seu exercício político¹. Surge como elemento central do regime democrático porque legitima a eleição dos representantes locais e avalia o trabalho desenvolvido pelas equipas

¹ Excepção feita, e se retivermos apenas aquilo que os presidentes de câmara verbalizaram na situação de entrevista, ao posicionamento político frontal assumido pelo autarca de Vila Nova de Gaia: *Por um momento em que, quando, em que decidi candidatar-me a Presidente da Câmara de Gaia* [o E. fez um sinal de assentimento]... *decidi-me a candidatar-me a Presidente da Câmara de Gaia num contexto que tinha pouco a ver, vamos ser sinceros... com o amor a Gaia... paixão por Gaia* [sorrisos], *não, não era isso que estava subjacente, isso é uma hipocrisia dizê-lo... mas porque do ponto de vista político... o partido onde eu militava e milito, cada vez menos, era... ganhar Vila Nova Gaia em 1997 significava... as outras Câmaras da Área Metropolitana estavam mais ou menos seguras... em 93 o PSD tinha ganho 3 câmaras na Área Metropolitana, e tinha portanto ficado a 1 de ter pela primeira vez... a maioria e a presidência da Junta, por isso precisava de ganhar 1... aparentemente... havia... 4 onde se poderia apostar... Gaia, Matosinhos... Vila do Conde e Espinho... era preciso ser um candidato muito forte, em qualquer das 4 era difícil ganhar por razões diferentes, e... eu era o presidente do PSD, achei que devia ser eu a dar a cara...* [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD].

executivas, mesmo que a distância crítica face ao poder político e às figuras autárquicas, ou o conhecimento efectivo das lógicas de funcionamento organizacional e político das câmaras e, de um modo mais global, do próprio poder local, não tendam a ser variáveis objectivamente conhecidas pelo cidadão. Por outro lado, é a comunidade local, mais directamente ligada ao exercício do poder dos autarcas, que constitui a sua base popular de apoio e a fonte de legitimidade da sua representatividade política². Entre os autarcas que não são naturais do concelho que presidem varia um pouco a relação com a comunidade local e com o território: ora de relativa indiferença, pelo menos no momento de arranque da candidatura, respeitando antes de mais um projecto pessoal e uma exigência ou necessidade partidária, atendendo ao cenário político-partidário maioritário dos concelhos da AMP até 1997 (o caso do autarca de Vila Nova de Gaia); ora de investimento pessoal político com a convicção de que as potencialidades concelhias permitiriam fazer um trabalho com ressonâncias públicas e simbolicamente relevantes para a população local (o caso dos autarcas de Espinho e Valongo). De um modo global, e no conjunto das representações políticas recolhidas, a actuação política das equipas executivas relaciona-se directamente, e antes de mais, com as necessidades locais, nomeadamente com a qualidade de vida da população do concelho. A especialização funcional que os concelhos da AMP parecem indiciar - que não deixa de ser uma tónica comum a qualquer realidade concelhia, se tivermos presentes as atribuições das autarquias do ponto de vista da gestão das necessidades básicas da população - é transversal a todos eles, ainda que com graus de operacionalidade diferentes, e sem esquecer os próprios níveis socioeconómicos concelhios à luz dos indicadores estritamente estatísticos. Assumamos que em qualquer um destes concelhos, e com base nos discursos políticos dos autarcas entrevistados, a

² Pese embora reconhecerem também, ainda que de forma mais dúbia ou mais explícita, que a avaliação do trabalho levado a cabo pelo executivo adquire maior objectividade quando feito pela comunidade externa ao próprio concelho. Ou seja, por aqueles que residem fora do concelho e que, em última instância, avaliam-no pelas leituras socialmente construídas em torno da sua qualidade de vida residencial. Leituras estas, diríamos nós, que tanto são configuradas pelos *mass media* e pelos próprios eleitos locais, como pelos organismos que produzem os indicadores económicos e sociais, como ainda pelos próprios residentes locais.

especialização funcional nalguns vectores de intervenção se justifica em função das próprias especificidades concelhias. Nalguns discursos, perpassa, de igual maneira, e num contraponto ao anteriormente dito, a tentativa de desconstruir uma leitura ideológica dos municípios periféricos ao concelho do Porto, sobretudo entre aqueles que durante algum tempo foram designados como *concelhos dormitório do Porto* e cuja representação é, social e politicamente, negativa.

Presentemente o Porto é um dormitório da Maia, é aqui que nós temos a maior zona industrial do, do país, conforme lhe disse e há muitas empresas e há muitos... muitas pessoas que vêm trabalhar p'á Maia nomeadamente de Valongo, Gondomar e do Porto... eu perspectivoo que... ou vai, num, num fu [hesitação] futuro muito próximo a Maia vai ser uma espécie [discurso imperceptível] concelho de Portugal... já lhe chamam a Dallas... o Dallas... tem a ver com o... [o E. fez um sinal de assentimento] (...) Se vai à Póvoa de Varzim que é uma linda cidade tem um bom presidente... e é uma linda cidade tem coisas bonitas, mas no dia em que você chega à Maia gosta da Maia, e se visitar a Maia, se visitar as freguesias da Maia vê que nós temos coisas lindíssimas... escondidas por vezes as pessoas não conhecem, só quando vêm p'á Maia é que começam a conhecer e então dizem assim: “A Maia realmente... tem qualidade de vida em relação a, não aos poveiros qu'os poveiros também têm, pelo menos ali naquela zona da, da marina, naquela zona do mar”, o nosso grande problema sabe qual é [?] não termos um rio ou não termos um mar. Se tivéssemos o mar ou se tivéssemos, tivéssemos um rio de certeza que tínhamos uma coisa fantástica [o E. fez um sinal de assentimento]. [presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD]

Perpassa pelos discursos dos presidentes, e nalguns com maior ou menor preponderância, a centralidade funcional do concelho do Porto – do ponto de vista socioeconómico e cultural e turístico – e, de algum modo, a carga simbólica que a pertença administrativa, ou a pluralidade de bens e serviços oferecidos pelo Porto, tem em contextos locais específicos. Tanto o presidente maiato como o presidente espinhense se referem à centralidade do Porto: no primeiro caso, e atendendo às especificidades industriais do concelho, pela inversão funcional no sector industrial e dos serviços verificada nos últimos anos e que posiciona o concelho da Maia numa relativa centralidade económica; no segundo, pela zona de fronteira que, a dado momento, Espinho configura ao situar-se entre Porto e Aveiro, e pelas dificuldades do acesso viário ao centro urbano da Invicta.

Espinho pode, é e pode continuar a ser uma placa giratória... entre a Junta Met [hesitação], a Área Metropolitana do Porto e o, o, o norte do Distrito de Aveiro, com muitas vantagens para Espinho... que aliás... deixará de ter no momento em que passar a pertencer por

exemplo ao Distrito do Porto, aí passará a ser apenas mais um concelho, e até um concelho bem pequeno que... com toda a certeza vai ser olhado com desdém por parte, ou por uma grande parte dos outros concelhos da Área Metropolitana do Porto nomeadamente. P'tanto acho que há todas as vantagens em que Espinho se mantenha na actual situação, embora não tenha grandes dúvidas de que... se algum dia perguntarem à população de Espinho para que lado se quer virar, vira-se com, com toda a certeza quase... para... para o Porto, por afinidades que são praticamen *[hesitação]*, que são facilmente explicáveis, as pessoas, grande parte das pessoas faz a sua vida no Porto, habituou-se a fazer tudo no Porto, o Porto parece estar mais próximo, embora não esteja, normalmente está mais distante, porque qualquer cidadão de Espinho chega em 30 minutos a Aveiro, ao centro de Aveiro e p'ra chegar ao Porto pode levar 2 horas, e não sei quando é que... isso vai deixar de acontecer porque apesar das vias de comunicação estarem a ser bastante melhoradas... elas estão ainda muito atrasadas e... nós... à medida que o tempo passa vamos sentindo mais dificuldades em fazer estas ligações *[o E. fez um sinal de assentimento]*... *[presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]*

(...) uma coisa que temos que criar na Maia é o *campus* da saúde *[!]* que é uma zona onde eu queria situar todos os hospitais por exemplo porque a Asprela e o Santo António 'tão saturados, chegar lá demora horas, uma pessoa morre na ambulância portanto eu não, eu não, eu queria com isso, eu gostava... que esses, essas, as faculdades ficassem desconcentradas, não quer dizer que seja na Maia que ficassem na Maia os hospitais, que fossem em Gondomar as faculdades, que fossem em Valongo... outra coisa qualquer mas com boas acessibilidades p'a não ser tudo no Porto porque senão atrofia, o trânsito atrofia todo e ainda por cima acho uma estupidez o que se fez... no Hospital de Santo António que gastou-se milhares de contos, p'a chegar lá demora hora, bem morre p'a chegar lá, p'tanto... na minha opinião pegavam nesse dinheiro e colocavam num desses concelhos com boas acessibilidades, como é o caso da LIPOR, 'tá a ver aqui assim tem um acesso óptimo *[o E. fez um sinal de assentimento]*, tem um acesso directo *[o E. fez um sinal de assentimento]*... através do IC24, é isso que nós queremos fazer é acessos directos p'às grandes indústrias *[o E. fez um sinal de assentimento]*... agora com o Metro que foi uma grande vitória nossa, vamos ter o Metro, vamos ter 3 linhas na Maia, é a Linha da Póvoa, a Linha da Trofa e é uma linha nova que vem do Hospital de São João aqui ligar à Linha da Póvoa *[o E. fez um sinal de assentimento]*... *[presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD]*

O autarca poveiro, por seu turno, considera que nos próximos anos Póvoa de Varzim e Vila do Conde, pelas especificidades sócio-demográficas e económicas que têm – concelhos com taxas de natalidade ainda significativas, com movimentos pendulares mais rápidos com o Porto e outros concelhos da AMP, do Vale do Ave e do Cávado, com especificidades agrícolas e de serviços nos sectores de actividade - poderão tornar-se numa cidade única, alternativa à centralidade da cidade do Porto. Discute-se, por outro lado, a perda da centralidade demográfica do Porto, tendência verificada a partir dos anos 80 mas com agravamento nos anos 90, face a outros concelhos que foram alvo do fenómeno contrário - a explosão demográfica, por via dos movimentos pendulares e residenciais da população local – e que posicionaram

o investimento nos serviços, inclusive nas áreas culturais e desportivas, de um modo relativamente autónomo e específico. É o caso de Valongo.

... nós não somos dormitórios de ninguém e... estamos, temos uma, uma actividade socioeconómica, diria que... mais, mais, mais ligada a Esposende e Vila do Conde e aqui sim funcionamos quase como uma cidade única e penso que no futuro, em termos administrativos... vão ser cidades diferentes, mesmo em termos de... de sinergias e d'actividade, e da mobilidade das pessoas vai funcionar quase como uma grande... uma grande... uma grande cidade. Uma vez que Póvoa e Vila do Conde pelo menos... juntas têm cerca de... 150 mil habitantes e no Verão terão mais de 400 mil habitantes e portanto o, cada vez mais as suas actividades irão sim intercomplementar... obviamente ligados ao Porto que [o E. fez um sinal de assentimento], de facto, é digamos a grande centralidade [o E. fez um sinal de assentimento] ... mas como temos... magníficas acessibilidades eu penso que... que... estas duas cidades têm, têm grande futuro. [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]

... porque este é o único concelho onde estamos a fazer escola, onde se está a fazer escolas todos os anos... enquanto que a população tem diminuído [o e. tossiu]... nos... municípios à volta, aqui... p'la, houve uma explosão demográfica... prontos muito pela facilidade de acessos, este concelho tem... acessos muitíssimo bons, portanto houve uma explosão em termos de... construção... e como houve uma explosão em termos de construção, houve uma explosão demográfica também [o E. fez um sinal de assentimento] e portanto temos... escolas... EB.. EB1... pronto imensas... vamos fazer 2 mais... e as EB2/3 e... escolas secundárias também estamos a fazer neste mo [hesitação], está-se a fazer neste momento 2... uma em Alfena, uma escola secundária em Ermesinde, portanto no Porto estão a fechar [risos]... aqui estamos a abrir e a construir [o E. fez um sinal de assentimento], bom é um fenómeno interessante mas que resulta da explosão demográfica... houve um aumento desde que eu vim pr'aqui... temos mais 10 mil pessoas [o E. fez um sinal de assentimento], num concelho que tinha... à volta de... 70 mil pessoas, mais 10 mil pessoas, é realmente um, um crescimento grande... (...) Valongo é o Grande Porto... quer dizer isto... no fundo... são as grandes metrópoles, portanto eu não sei se... enfim eu diria em termos de graça que o... o Porto só lucra com isso [risos] não sei se Valongo lucrará, lucra, porque também pronto durante muitos anos Valongo e Ermesinde foram dormitórios do Porto, não é [?]... hoje já têm... muita autonomia portanto quer sob o ponto de vista cultural [o E. fez um sinal de assentimento], no ano passado dizia-se que em termos de cultura, e em termos de espectáculos e qualidade dos espectáculos, que o Porto 2001 que era em Valongo... [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

Sem negarem a centralidade do Porto, concebem-na de forma mais relativizada e difusa, e posicionam uma outra centralidade, alternativa e, se possível, articulada com a dos concelhos limítrofes: a centralidade decorrente das especificidades da oferta cultural e desportiva intraconcelho, e a centralidade política, económica e social do próprio espaço metropolitano. Os presidentes de câmara objectivam discursivamente a relação política entre eleitos locais como uma lógica de colaboração interconcelhia. Enquanto representação ideológica é uma

aspiração verbalizada por todos eles, com maior ou menor grau de concordância. Enquanto prática efectiva não adquire centralidade positiva – pelo contrário, a centralidade que adquire nos discursos políticos é pela ausência de possibilidades que este nível político e administrativo da organização territorial adquire. As posições políticas dos actores do poder local sobre o projecto metropolitano, nomeadamente nas áreas da cultura e do turismo, assumem-se como estruturantes de um campo que, antes de mais, se afirma pela sua inoperacionalidade formal – o enquadramento jurídico das áreas metropolitanas – e política – a especialização funcional intraconcelho. Os discursos dos chefes de executivo municipal entrevistados indiciam que a AMP é uma figura jurídica com relativa, quando não nenhuma, operacionalidade política efectiva. Sugerem, nalguns casos, e mesmo entre aqueles que se posicionam no campo social-democrata, a regionalização como processo político e administrativo mais viável para a concretização dos projectos locais, e que poderia ser perspectivado acima do próprio enquadramento partidário de pertença. Como refere o autarca de Espinho, seria a regionalização a permitir uma estratégia conjunta de criação de uma lógica de desenvolvimento comum, para além das próprias especificidades de cada concelho. Ressalvam, contudo, ainda que de maneira diferenciada, e de alguma forma espelhando os jogos de influências políticas destes autarcas, a LIPOR e o Metro³ como os dois grandes projectos infraestruturais da AMP.

(...) isto não se faz... apenas com os municípios... portanto com, com este sistema que temos actualmente é quase impossível, mas era, era possível através da, da, das regiões... porque desde que em cada, em cada região... houvesse condições para estas questões serem... dirimidas... aí sim haveria um órgão regional, havia enfim, havia um responsável, ou vários

³ Veja-se de novo o Anexo 4JC a propósito das iniciativas e redes de parcerias da GAMP em 2007. A LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, constituída como Associação de Municípios em 1982, é a entidade responsável pela gestão, valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos produzidos pelos 8 municípios que a integram: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde. Tem vindo a implementar uma gestão integrada de resíduos, recuperando, ampliando e construindo infra-estruturas, além de desenvolver campanhas de sensibilização junto da população. Veja-se a este propósito o *site* oficial www.lipor.pt. O Metro é o projecto de criação de uma rede de metro ligeira no território metropolitano, que teve a formalização em 2003 da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto e que tem vindo a criar, por fases, a rede de linhas que liga entre si os municípios da AMP. Veja-se a título de curiosidade o *site* oficial www.metrodoporto.pt.

responsáveis... e... poderia... poderiam fazer-se opções até porque o próprio poder central poderia limitar a libertação de meios... portanto tendo em conta os interesses dessa região. Não faz sentido estar a construir em cada concelho um, um, uma Nave Polivalente, não faz sentido estar a, a construir em cada concelho... se calhar um outro tipo de equipamentos, mas fa [hesitação], fa [hesitação], faria sentido eventualmente ter um... um equi [hesitação], um determinado equipamento num concelho, outro equi [hesitação], outro, outro tipo de equipamento noutra concelho, bom isto serviria a região. Bem... com a... os, as próprias associações de municípios que existem isso quase não é possível, porquê? Porque cada um dos autarcas... em princípio vai querer ter o seu pavilhão, vai querer ter a sua universidade se possível, vai querer ter a sua piscina e cada um dele, deles vai querer a maior do mundo... e portanto vamos... naturalmente esbanjar meios, claramente, isso tem vindo a acontecer. [presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

... com este modelo actual... não vejo, a não ser para... duas ou três grandes infra-estruturas que a Área Metropolitana tem tido união e capacidade política para desenvolver que foi o caso do Metro [o E. fez um sinal de assentimento], foi o caso do, da Lipor [o E. fez um sinal de assentimento] e... pouco mais, e pouco mais e... [o E. interveio] (...) em termos de transportes eu acho que... seria necessário uma alta autoridade ou a própria... a própria alteração do modelo da Junta, com... com competências... mais alargadas em termos de executivo, e portanto com... capacidade financeira... e, e, e executiva, funcionando como, como, como já que a regiona [hesitação], a regionalização não andou pr'a frente, funcionando como patamar intermédio de desenvolvimento entre o Estado e as autarquias. Eu penso que... esta criação do novo modelo que foi agora publicado, de criação das áreas metropolitanas e com mais competências não chega. Eu acho que era necessá [hesitação], era necessário assumir para se atingir esse objectivo com o Grande Porto, como uma unidade seriam necessárias... grandes, profundas alterações, em termos de aumento das competências e alterações da lei em termos de, de, de modelo de, de, de, de eleição do Presidente... porque eu acho que não é compatível um, o Presidente da Câmara de, de, o Presidente do Metro ser um Presidente da Câmara, que 'tá mais preocupado com os problemas do, do município [o E. fez um sinal de assentimento] do que propriamente com a Área [o E. fez um sinal de assentimento] e, e pr'além disso tem poucas competências... [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]

Só a nível da LIPOR é que havia [o E. fez um sinal de assentimento], porque envolvia 8 câmaras, não é, pronto e aí na realidade foi um êxito [o E. fez um sinal de assentimento], no resto... a nível da... das áreas metropolitanas elas servem essencialmente é de palco [!]. para alguns autarcas [o E. fez um sinal de assentimento]... (...) É, exacto, sim... eu ainda hoje de manhã disse isso, e digo, e tenho dito pronto, e digo isto em público às vezes à frente dos meus colegas, apanho [risos] sempre depois logo, logo a seguir eles estão... dizem e tal e não sei quanto... tudo bem, mas eu não deixo de dizer... [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

As dificuldades apontadas para a inexistência de um esforço metropolitano⁴ passam ora pelo enquadramento legal⁵, desprovido de níveis de autonomia na

⁴ É curioso constatar que as primeiras tentativas para formalizar um esforço metropolitano entre os 9 concelhos datam dos finais dos anos 80. Tal como recolhemos numa das actas de reuniões de câmara do município de Gondomar (acta n.º 84 de 31-12-1987), foi apresentado e discutido um ofício com uma proposta de acordo entre as câmaras municipais da AMP, apresentado pela câmara municipal da Maia à presidência do executivo de Gondomar, e que visava criar as condições para compatibilizar e coordenar a intervenção pública no espaço territorial formado pelos 9 concelhos.

tomada de decisões, ora pelas dificuldades financeiras, burocráticas e organizacionais, ora ainda pelas rivalidades interconcelhos e pela personalização do próprio poder na figura dos eleitos locais. Subjaz, no próprio discurso destes actores políticos, o pressuposto de que a alternância dos eleitos no poder tem inerente uma possível alternância das vontades e decisões políticas. Acrescem ainda, como factores constrangedores do esforço metropolitano, as mentalidades políticas, avessas à descentralização administrativa, e os modelos políticos centralizados e orientados pelos investimentos intraconcelho. Alguns autarcas chegam mesmo a referir o sentido de *pertença paroquial* dos eleitos locais e a falta de uma visão de conjunto para a região, nomeadamente para a Região Norte.

(...) era, naturalmente muito importante que... houvesse por parte dos municípios, neste caso mesmo que agrupados na, na Junta Metropolitana do Porto que houvesse de facto uma distribuição... portanto, mas isso não é fácil... sabe porquê? Em primeiro lugar porque os autarcas mudam [!], aq [*hesitação*], aquilo que hoje pensa um, o, o autarca que está a frente de Gondomar... pode não pensar daqui por 3 anos o que vier, pode não ser o mesmo, ou o de Espinho, ou o de Gaia, ou o do Porto, é muito difícil essas coisas serem resolvidas apenas ao nível dos municípios... vamos continuar com esta competição, toda a gente sabe... [*presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS*]

Tem que ser a lei tem que ser mudada, porque a Área Metropolitana não tem funcionado nem essa, nem a de Lisboa porque p'ra já não têm verbas e segundo não têm poder, quem não tem poder tem que se sujeitar ao poder é isso que julgo eu que nos vão dar poder agora [*o E. fez um sinal de assentimento*] ... tem tido bons presidentes, tanto o Doutor Vieira de Carvalho, como o Doutor Fernando Gomes como o Major Valentim Loureiro, são óptimos presidentes, mas o qu' é qu' eles podem fazer? Não podem fazer nada! Tem que haver uma consciencialização em que os presidentes de câmara se reúnam todos, decidam posteriormente tem que ter aqui uma par [*hesitação*], a Junta Metropolitana tem 2 funcionários ou 3, não tem ninguém lá, não tem técnicos, não tem nada, portanto o qu' é qu' eles podem fazer, nada! [*o E. fez um sinal de assentimento*] [*presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD*]

Concebem a necessidade de um órgão metropolitano que projecte o desenvolvimento da região – a própria AMP – e que permita rentabilizar os investimentos feitos na construção de infra-estruturas económicas, habitacionais, de transportes, de saúde ou de tratamento de resíduos sólidos e de águas.

⁵ Refira-se que, à data de realização das entrevistas, os eleitos locais reportavam-se à primeira lei, que criou as AM de Lisboa e Porto (lei 44/91 de 2 de Agosto), e não tanto ao novo diploma (lei 10/2003 de 13 de Maio) sobre as novas AM (GAM e ComUrb).

Secundarizam, de alguma forma, outras áreas, ainda que se perspetive a pertinência do esforço conjunto na construção e nos usos de uma rede de equipamentos desportivos, culturais e turísticos. É interessante constatar que os discursos dos autarcas são ideológicos e assumidamente vinculados quanto à visibilidade externa dos seus próprios concelhos, por comparação com os da região e, de forma mais evidente, com os do espaço metropolitano. Dos presidentes de câmara entrevistados apenas 1 representa uma câmara socialista, o que não nos permite inferir considerações mais direccionadas para as posições discursivas em função dos quadros partidários de apoio. No entanto, e mesmo que reposicionemos os discursos em função da própria situação de entrevista e das particularidades individuais dos entrevistados e dos contextos sócio institucionais camarários, são visíveis algumas regularidades dignas de registo: i) a focalização positiva mais acentuada sobre a regionalização entre o representante político socialista; ii) o menor enfoque, por parte dos presidentes sociais-democratas, das diatribes políticas face ao poder central, que à data das entrevistas era de feição social-democrata; iii) a personalização do poder local; iv) a identidade política e social do concelho por oposição às dos demais da região, inclusive do espaço metropolitano; v) a, de vez em quando presente, auto-centrada qualidade da prática política e do projecto de desenvolvimento do concelho por comparação com os demais da região e do espaço metropolitano.

As posturas quanto às virtualidades da gestão metropolitana de áreas de intervenção são, assim, relativizadas. A um misto de dúvida e de descrédito face às potencialidades formais dos órgãos previstos pela lei, acresce a convicção velada quanto à sua reduzida funcionalidade e operacionalidade. O autarca de Vila Nova de Gaia explicita-o de forma mais vinculada:

O quê que falha? Bom... falham 2 coisas, primeiro falha a realidade institucional... a realidade institucional, a Junta Metropolitana do Porto deveria ser portanto o agente coordenador desse tipo [*o E. fez um sinal de assentimento*] de actividades, do ponto de vista legal que tem competências, atribuições e competências, não tem [!] atribuições e competências... não pode impor nenhuma decisão a ninguém, quer dizer, é um fórum d'encontro das pessoas que... bom, aliás, poucas vezes por ano... portanto não existe uma entidade que com... com um estatuto administrativo político p'ra isso, não existe [!]... 'tá no

papel as atribuições e as competências são tão... diluídas, tão [*discurso imperceptível*], por outro lado admito... admito em teoria defender, eu julgo, eu julgo que essa legislação teria que ser alterada e as Juntas Metropolitanas terem efectivamente atribuições e competências taxativas que eram retiradas às câmaras e retiradas ao poder d'outrem, bom e ter efectivas... atribuições e competências que não tem... admito em teoria, admito mas está por provar [*sorrisos*] que alguma tipo de liderança da Área Metropolitana mais voluntarista e mais, politicamente mais forte pudesse [*o E. fez um sinal de assentimento*] por... por acção do seu voluntarismo co [*hesitação*], levar alguns desses, desses projectos de coordenação e de, de liderança por diante. Admito em teoria, mas 'tá por provar, não sei se será possível. [*o E. fez um sinal de assentimento*] [*presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD*]

O que parece visível, de alguma forma, é que as lógicas metropolitanas de gestão das áreas de intervenção coadunam-se menos quando pensadas na sua escala sectorial, como as da cultura e do turismo, por exemplo; e coadunam-se mais quando dimensionadas à escala global e integrada dos projectos de intervenção sobre as acessibilidades e os transportes ou o ordenamento do território, como testemunhado por alguns autarcas, nomeadamente o de Vila Nova de Gaia.

... Eu acho que faz sentido, há políticas hoje em dia que são claramente impossíveis de gerir se se vai, sem ser numa lógica metropolitana, por exemplo competências como transportes... acessibilidades estruturantes... ambiente... ordenamento do território... eu transferia-as por inteiro para uma Junta Metropolitana. Repare eu posso estar a tratar, eu tratei os meus esgotos todos... investi 40 milhões de contos, o Porto não tratou... há um ano que há correntes de sul p'ra norte eu não tenho bandeiras azuis... p'tanto há... há políticas hoje que são, até à escala planetária políticas globais, quer dizer não pode hoje haver uma política ambiental sem haver uma política, sem haver uma política ambiental global, se o senhor Lula endoidecer e arrasar a floresta da Amazónia, bom... todos nós vamos sofrer com isso, não é o, não é o Brasil que vai sofrer, portanto aqui a, a esta escala também há políticas que só são susceptíveis de ser desenvolvidas numa lógica duma massa crítica mais alargada... o ideal seria que isso chegasse ao detalhe... porventura de políticas mais... já mais sectoriais [*o E. fez um sinal de assentimento*], a própria política cultural, a própria educação... não, não... d'ordenamento do território, quer dizer, um dos grandes problemas do Porto hoje é a loucura [*!*] desta... isolacionismo em termos de política d'ordenamento do território, porque... as universidades estão todas no Porto, em toda a Europa... universidades públicas, em toda a Europa há 20 anos quando se começou a nova vaga de reestruturação do Ensino Superior ou do Sistema de Saúde, os hospitais foram deslocados para a periferia, e as universidades foram deslocadas para a periferia dos grandes centros [*discurso imperceptível*], porquê? Para diminuir os movimentos pendulares no sentido do, do, do centro. Hoje em dia por exemplo entram 300 mil pessoas, ou 200 mil pessoas por dia no Porto, não deviam entrar porque têm de ir p'às universidades, se eles tivessem uma na Maia, outra em Matosinhos, outra na, em Gaia, isso já não acontecia, portanto a política d'ordenamento do território teria que ser uma política metropolitana, p'tanto o Porto está a fazer o seu PDM, bom Gaia 'tá a fazer o seu PDM, cada um 'tá a fazer o seu, bom, mas quer dizer se [*sorrisos*], como é [*?*], se 'tão cada um a fazer o seu... uns tem uma lógica isolacionista, outros têm uma lógica de integração, um prevê pontes, outro não prevê pontes, com'é que... [*?*] isto não é gerível [*o E. fez um sinal de assentimento*], e quem vai sofrer,

as pessoas não vão poder atravessar o rio [sorrisos], vão ficar horas p'ra ir trabalhar e hora p'ra chegar a casa. Portanto há políticas que desde já [!] era evidente e lógico porque nós somos, nós não somos os últimos da Europa por sorteio, nem por nosso senhor Jesus Cristo ter querido isso, nós somos porque somos maus!... Não fazemos nada pela vida [risos]... bom, é por isso que nós somos os últimos... [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

Não deixa de ser interessante registar a lógica agregacionista que este autarca indicia na entrevista: concebe a AMP como *Grande Porto* no sentido em que qualquer um dos concelhos que a compõem, e particularmente aqueles que estão na contiguidade territorial e desenvolvem relações pendulares com o Porto, são Porto, na acepção mais lata⁶. Outras relações territoriais e sócio-institucionais são perspectivadas, e para além das estabelecidas pelos limites da AMP, deixando antever que os concelhos reposicionam os sentidos da pertença administrativa.

... é óbvio que qualquer, se discutir isso com qualquer pess [hesitação], com qualquer pessoa que, que perceba um pouco destas coisas, é óbvio que pelo menos, pelo menos política de transportes, política de acessibilidades, política de ambiente e política d'ordenamento do território devia ser gerido por uma autarquia supramunicipal chamada Junta Metropolitana ou Governo Metropolitano, chamasse-se o que se quisesse. É óbvio! Depois já digamos é discutível se as outras, já haveria condições neste momento para serem também transferidas... em última [!] análise a mim não me repugnava [!] de haver uma única câmara municipal p'a toda a Área Metropolitana do Porto. Nova Iorque é muito maior e tem uma única câmara. [o telefone começou a tocar] [o E. fez um sinal de assentimento] [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

(...) qu'é esse o grande objectivo do político, o político é fazer com que a cidade e o seu concelho funcione, com coesão... com... qualidade de vida... tendo, tendo um projecto que seja sustentável em termos de competitividade com as outras cidades e eu acho qu'isso nós conseguimos mas somos mais ambiciosos e queremos passar desta cidade regional para, para uma cidade referência em termos, em termos de... grande região do Norte do País e Galiza, p'tanto Noroeste Peninsular (...) [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]

Parecem-nos relevantes também, e de algum modo na linha daquilo que os chefes da edilidade referiram, os posicionamentos políticos dos vereadores da cultura e do turismo face à questão do projecto metropolitano. Particularmente daqueles que, de alguma forma, protagonizam um discurso político sobre o

⁶ ... eu sou um... portuense em sentido lato, acho que Gaia é Porto, acho que Matosinhos é Porto, um portuense em sentido lato... [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD].

concelho, e que no contexto desta pesquisa se torna fulcral, já que não nos foi possível recolher testemunhos, e pelas razões anteriormente apontadas, junto das respectivas presidências. Numa das abordagens mais politicamente objectivadas, o vereador da cultura e do desporto de Gondomar salienta a inexistência de uma *política cultural metropolitana*, o que até certo ponto reflecte o posicionamento político secundário desta área, conjuntamente com a do desporto e a da educação, na concepção política e social daquilo que é determinante para a formação cívica dos indivíduos.

(...) também tal como os municípios, mesmo ao nível da Área Metropolitana do Porto que se associaram para em conjunto melhor resolverem determinados problemas na área da... água, na área da, do tratamento dos lixos... agora estão a começar-se a reunir também na área do turismo, pronto, cada vez mais, já há algum tempo também porque, já há 6 ou 7 anos que havia reuniões entre os vereadores do turismo da Área Metropolitana do Porto... e criou-se mesmo um gabinete para apoiar não é, a afirmação do, da Área Metropolitana do Porto, na área do turismo mas cada vez mais eles falam em criar a Região do Turismo desta, nesta Área Metropolitana não há região do turismo e, e tem havido reuniões nesse sentido, efectivamente na área da cultura... não tem havido da maior importância, tirando um projecto da PRIMUS, é uma agência de desenvolvimento regional, de facto é o projecto EntreArtes e que tem esta perspectiva de procurar envolver os municípios... ou pelo menos fazer um primeiro contacto com os municípios no sentido de saber se há ou não... a sensibilidade, o interesse que eles sentem ou não nesse projecto. [*vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD*]

As razões para tal são as de complementar e alargar uma rede de equipamentos culturais – sem anular ou sombrear a actividade cultural significativa de cada município já que, como ele próprio designa, os seus espaços culturais são *escolas básicas de formação na área da cultura* – e, por outro lado, alargar e diversificar a oferta cultural no espaço metropolitano – de forma a consolidar uma política metropolitana de envolvimento da população – dos públicos – nas áreas culturais. Objectivos que apenas o esforço político metropolitano permite se atendermos à qualidade e ao âmbito – nacional e internacional – dos equipamentos e dos eventos culturais a implementar na AMP.

(...) nós não podemos colocar... se queremos ter equipamentos... e eventos com alguma projecção, com alguma qualidade e... com um carácter não só nacional mas também, mas também internacional... para de facto se aceder a outro tipo de espectáculos... e, e, e eventos também com, com qualidade e com todos os projectos que pode haver por trás

aproveitando, não é a vinda da, à Área Metropolitana por exemplo numa companhia de bailado porque não... haver... um, 1 semana ou 2 ou 3, por exemplo, um curso para aprofundar conhecimentos daquelas pessoas dos vários municípios se dedicam por exemplo ao bailado, quem diz isto diz outras áreas, quer dizer isto só pode ser feito com... ao nível metropolitano, que não se justifica nem há condições financeiras, nem se justifica para ser um município por si só a desenvolver um tipo de acção destas e portanto é... há, há determinados serviços que... só são viáveis se de facto forem geridos num, num conselho metropolitano. Portanto, eu julgo que é... premente, urgente de facto haver... haver uma estratégia para o desenvolvimento numa política... metropolitana ao nível, ao nível cultural. [vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

Por outro lado, para um certo tipo de oferta cultural – situada ao nível da *cultura cultivada* – fará sentido um conjunto de investimentos financeiros integrados, um painel de iniciativas de formação/criação articuladas com as actividades programadas, e um esforço de ampliação das programações concelhias. No caso destas últimas, particularmente por concelhos que, face a razões infraestruturais, confrontam-se com mais dificuldades/obstáculos na afirmação de uma programação própria. Como afirma o vereador da cultura e do desporto de Gondomar:

É de facto urgente... porque... alguns municípios têm sempre esta, quer dizer também têm algum receio, mas as coisas estão perfeitamente afirmadas, quer dizer nós sabemos que as Curtas-Metragens é neste município, que há determinados eventos que têm uma afirmação, não é, Matosinhos pelas conferências, pela música, quer dizer, pronto alguns destes municípios conseguiram já afirmar projectos com muita qualidade, portanto se calhar todos ganhamos, não é, todos ganhamos se ajudarmos outros municípios a afirmar-se também pela qualidade noutras áreas... e sobretudo se criarmos esta rede de equipamentos também de uma forma mais ou menos integrada porque a área de influência, a área de influência para determinados eventos é toda a Área Metropolitana e para os concelhos da Área Metropolitana... [vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

Registe-se que o receio face à afirmação metropolitana passa pela diluição da autonomia e da visibilidade política no campo cultural por cada um dos concelhos que, para além do Porto, vão afirmando uma relativa centralidade cultural. E alguns dos discursos de certos vereadores, nomeadamente dos concelhos mais distantes desse estado de centralidade cultural, referem-no:

(...) nós podemos perguntar por que é que vamos concen [hesitação], vamos concentrar tudo no Porto [?], vamos concentrar tudo em Gaia [?], os equipamentos culturais também ajudam a desenvolver as cidades, ajudam... a, a requalificar, não é... o meio urbano, e

portanto a Casa da Música está lá metida na Boavista e depois lá temos o Rivoli é... no Porto, pronto já lá estava recuperado [riso], depois temos o Coliseu, mas de facto há outros municípios que podiam ter, depois concentrando o que é que acontece? Há municípios que também sentem necessidade de investir e apostar na cultura, depois o governo não nos dá apoio e depois do próprio orçamento eles têm que fazer às vezes grandes equipamentos e depois não os conseguem rentabilizar ou fazem e têm dinheiro p'a fazer o equipamento, mas depois não têm dinheiro para ter técnicos qualificados, ou não têm dinheiro para ter... projectos, não é, que permitam a sua rentabilização e a sua dinamização, e depois mesmo que tenham dinheiro não têm técnicos qualificados... porque depois não há técnicos de luz, não há técnicos de som, não há técnicos... não há coreógrafos, não... não é? Depois também não há porque depois não temos dentro da Área Metropolitana um conjunto de equipamentos que justifique as escolas ou haver investimentos que também fazem esses técnicos mas se queremos uma grande produção temos que ir buscar pessoas a Lisboa, quer dizer de facto é urgente, é urgente se efectivamente as pessoas reconhecerem que a cultura é... é importante e tiverem essa visão... integrada da cultura e fundamental para a educação das pessoas, não é... [vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

Do ponto de vista turístico, a vereadora responsável por este pelouro na câmara de Gondomar revela um posicionamento similar quanto ao projecto metropolitano, dentro do quadro que temos exposto. Sugere que a coabitação de duas situações seria a estratégia a adoptar: por um lado, cada concelho desenvolver a sua marca turística e, por outro, a AMP criar uma marca turística comum a todos os concelhos, sem perda da identidade turística de cada um dos municípios. Assume claramente que a diferenciação entre os concelhos justifica a articulação metropolitana em prol de municípios como os de Valongo e Gondomar, com outros atributos turísticos e com debilidades infraestruturais mais acentuadas. Do ponto de vista turístico, a diferenciação interconcelhia é visível, sobretudo quando pensada em termos dos recursos financeiros e logísticos disponíveis e da experiência institucional em torno da criação e consolidação das marcas turísticas próprias – como os casos de Porto e Vila Nova de Gaia, muito associados ao *turismo de negócios* e ao *turismo cultural*, ao *turismo balnear* e ao *turismo do Vinho do Porto*.

(...) não é a questão da união fazer a força, nem é tanto isso... eu acho que, prontos até porque há concelhos com mais experiência, que nós podemos partilhar a experiência, há concelhos que também de alguma maneira a economia... é-lhes mais favorável, pronto! Portanto eu acho que nós não tínhamos nada a perder! [o E. fez um sinal de assentimento] Nós, Valongo [o E. fez um sinal de assentimento] por exemplo... por exemplo já acho que Gaia qu' é um bocadinho, só por si já vende [o E. fez um sinal de assentimento], o Porto já por si já vende, não é [o E. fez um sinal de assentimento], mas acho, acho que sim, podia ser, quer dizer em conjunto e depois se o concelho quisesse por uma questão pronto de, de, de... de

preservar a sua identidade... pronto quer dizer, não quer dizer que todos em conjunto também não, não podiam preservar, mas é evidente qu'alguma coisa se perde não é [o E. fez um sinal de assentimento]... portanto eu penso que é importante preservar a identidade dos concelhos [o E. fez um sinal de assentimento]... [vereadora do turismo da câmara municipal de Gondomar, 50 anos, PPD/PSD]

O vereador da cultura e do turismo de Matosinhos, um dos outros concelhos em que não tivemos a oportunidade de entrevistar o chefe do executivo municipal, posiciona-se politicamente de forma negativa face à possibilidade de uma orientação cultural e turística conjunta entre os concelhos da AMP. Do seu ponto de vista, e mesmo considerando que o município de Matosinhos tem-se mostrado suficientemente disponível para experiências conjuntas de programação e articulação da oferta cultural, não há abertura e vontade políticas para um esforço conjunto, e o espírito que prevalece é o do receio pela perda da autonomia e do protagonismo cultural e político.

Perspectivo mal! Perspectivo mal, e se quiser um exemplo veja a Porto 2001! [o E. fez um sinal de assentimento] Tem aí o exemplo, em que não aconteceu nada! (...) achei que ia ser fundamental para o nosso salto... qualitativo, e achei que ia ser fundamental também para perspectivar isso que me está a dizer, era começarmos a fazer coisas... [o E. interveio] ... conjuntas. Depois disso, foi o desânimo total!... Eu... mais do que uma vez tentei... se calhar fomos a única Câmara da região que não pediu um tostão à Porto 2001! Não dissemos: “Dêem-nos dinheiro que nós fazemos isso!”, dissemos o contrário, dissemos assim: “Digam-nos o que estão a pensar fazer... e vamos acertar o que devemos fazer. Vamos coordenar programações, vamos... acertar os campos em que devemos apostar, porque nós queremos fazê-lo, e não pedimos dinheiro”, e isto nunca foi possível de se fazer... porque o que eu dizia era assim: “Não faz sentido eu estar a fazer uma programação cultural aqui de... de música clássica e estar ali ao lado uma idêntica se calhar nos mesmos dias”, quando se fosse conversado nós se calhar tínhamos feito numa altura diversa, se calhar tínhamos escolhido outro tipo de, de, de programação... agora, eu não sabia o que se passava do lado de lá porque eles não estavam minimamente interessados em saber o que se passava no lado de cá e... e isto nunca foi, foi possível. Depois disso... eu entendo que isso era essencial... mas efectivamente acho que neste momento ainda não há uma... total abertura para que isso possa andar... em passos consistentes porque... as pessoas ainda são muito ciosas do seu... do seu espaço, ainda são muito ciosas do, da sua programação... não é, isto é a minha Câmara, o meu concelho, a minha programação [o E. fez um sinal de assentimento], ainda é tudo muito meu [o E. fez um sinal de assentimento], eu não tenho minimamente essa... essa perspectiva (...) [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS]

Confrontemos tais posições com as dos representantes políticos dos municípios de Vila do Conde e do Porto, os dois últimos concelhos em que os

testemunhos recolhidos se situam, mais uma vez, ao nível das vereações da cultura e do turismo. No caso de Vila do Conde, salienta-se, e a partir da autarca que gere a área de intervenção da cultura, a inexistência de um trabalho conjunto, necessário, do seu ponto de vista, a nível sectorial, e de forma a alargar a actividade integrada até agora conseguida: a publicação de uma agenda cultural metropolitana. Reconhece, e como estratégias de resolução possíveis, a necessidade social de tal esforço metropolitano, a vontade política efectiva dos concelhos e a criação de uma estrutura coordenadora. As dificuldades em fazê-lo residem na rotinização do trabalho quotidiano do autarca (particularmente num concelho com a dimensão do de Vila do Conde), na falta de tempo, e na acomodação política em situações institucionais que são mais prioritárias e que se tornam a razão de ser do trabalho quotidiano do vereador, ou seja, o resolver as questões intraconcelho.

Eu acho que se calhar era interessante, mas efectivamente não há! Não há, a esse nível... ao nível cultural não há trabalho conjunto entre as autarquias da Área Metropolitana... *[pausa]* Se calhar era interessante que, que, que se pensasse numa programação... ou pelo menos nalguns eventos em conjunto mas efectivamente a única... proximidade em relação a essa questão que fez foi com o, o anterior Governador Civil que realmente dinamizou uma agenda cultural a nível da Área Metropolitana *[o E. fez um sinal de assentimento]* e aí houve diversas reuniões *[o E. fez um sinal de assentimento]* onde estiveram presentes os Vereadores responsáveis pela Cultura, foi interessante, não porque nunca se fizesse nada conjuntamente mas porque se trocavam impressões nesse, nesses momentos e porque tínhamos conhecimento disto ou daquilo que se fazia e ainda ficou até um pouco como... pronto ainda... seguimento desses encontros o envio das agendas culturais dos diversos concelhos uns p'ros outros, qu'isso continua a fazer-se mas também não só *[!]* relativamente aos da Área Metropolitana do Porto, doutros concelhos que têm o cuidado de enviar. Em conjunto efectivamente a esse nível não se tem desenvolvido nenhum trabalho, também não sei se seria uma coisa fácil de gerir. (...) Eu penso que não de *[hesitação]*, não há razões, há um deixar correr não é, quer dizer um realmente preocupar-se porque a vida do autarca é muito complicada principalmente nestas autarquias grandes e portanto as pessoas vão organizando as coisas a nível do seu concelho... e pronto que não há, nunca houve uma preocupação porque isso teria que haver forçosamente a criação duma estrutura que fosse coordenadora de qualquer coisa que se dinamizasse em conjunto, não é, não é pensável doutra maneira e portanto são estruturas que têm que ser criadas e isso ou existe um forte empenhamento porque existe uma forte necessidade ou então pronto as coisas deixam-se correr que é efectivamente o que está a acontecer *[o E. fez um sinal de assentimento]*... *[vereadora da cultura da câmara municipal de Vila do Conde, 53 anos, PS]*

Quando nos confrontamos com os discursos dos vereadores da cultura e do turismo do Porto, a posição política transfigura-se um pouco relativamente às

demais apresentadas. Revela-se, e de forma politicamente assumida, a centralidade cultural e turística do Porto que, numa lógica integrada de programação e de recursos, seria o município a desempenhar o papel de coordenação política e institucional da AMP. É deste posicionamento que se aproxima o vereador da cultura do Porto. Reconhece que a situação presente – de afastamento institucional e político – é plausível, se atendermos àquilo que até ao momento tem sido a AMP: uma criação formal e política apenas.

(...) a Área Metropolitana existe como criação política, única e exclusivamente. Nunca se pensou ainda em Área Metropolitana por exemplo a nível cultural. É um trabalho que está completamente virgem, é um trabalho que nunca foi feito, é um trabalho, é um mundo que se abre à frente da Área Metropolitana, nunca foi tentado sequer. Portanto... e esse parece-me que é um dos caminhos a... a seguir e que o Porto deve, deve pegar, então se o Porto se assume, ou se tem assumido pelo menos até agora como cabeça dessa Área Metropolitana acho que também o deve ser a nível cultural ao tentar... assumir e trilhar esses novos... esses novos caminhos. [o E. fez um sinal de assentimento] [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

Por outro lado, as razões apontadas para tal passam pela diversidade social e cultural dos concelhos que compõem a AMP, pela centralidade funcional do Porto *versus* as periferias urbanas envolventes – considera o Porto a *grande metrópole* e concelhos como Maia e Valongo os *concelhos dormitório* do Porto, que, mesmo com potencialidades de atracção da população envolvente, inclusive da do Porto, não deixam de ser concelhos com marcas rurais acentuadas e sobre os quais a atracção cultural do Porto se exerce. É a partir desta centralidade cultural que os próprios critérios de legitimação da oferta cultural dos concelhos limítrofes poderão ser, e segundo o autarca, reposicionados: aquilo que o próprio designa por os *padrões médios de qualidade que seriam exigíveis*.

Vários motivos, em primeiro lugar... a Área Metropolitana do Porto é constituída por um certo número de concelhos extremamente díspares, com... realidades sociológicas completamente distintas. Se por um lado temos nesta Área Metropolitana, temos uma grande metrópole e alguns focos... radiantes... que quase que se estão a constituir neste momento como dormitórios da cidade do Porto, portanto formaram-se, repare a Maia... neste momento tem uma capacidade de atracção, em termos de população jovem, muito grande, porquê? Porque oferece habitação a preços muito mais baratos. Valongo está a despontar a esse nível, por exemplo a ques [hesitação], o crescimento urbano de Valongo foi extremamente rápido, só que, por exemplo isso é uma realidade... metade do parque

habitacional de Valongo ‘tá vazio, porque a construção foi desenfreada, geraram-se grandes interesses, construiu-se, construiu-se, construiu-se, mas grande parte desse parque habitacional ‘tá vazio. De qualquer forma houve grandes massas de população do Porto que também se deslocaram pr’ali, mas a verdade é que esta grande metrópole e uma série de periferias urbanas que se criaram, satélites, digamos que se criaram à volta do Porto coexistem com uma realidade rural, ainda muito grande. Por estranho que possa parecer essa realidade é um facto. Maia continua a ser um conc [hesitação] um concelho com uma componente rural muito forte, por exemplo, Valongo também... e outros [!].... ora bem, o que é que se passa? É que... temos portanto realidades sociológicas muito diferentes que continuam [!] repare, estas massas populacionais que vivem ne [hesitação], nestas zonas, continuam a ser atraídas por um centro que é, a esse nível, a nível cultural que é o Grande Porto. O que se passa é que há uma tentativa normal e legítima por parte de cada autarquia de organizar a sua própria vida cultural, e normalmente fá-lo de costas voltadas uns pr’ós outros, e portanto... e consegue cativar em certas áreas, consegue cativar as populações para um mínimo de vida cultural... eu pergunto muitas vezes se a qualidade da oferta que existe... em áreas mais periféricas da Área Metropolitana do Porto, se a área da oferta respeita digamos os padrões... médios de qualidade que seriam exigíveis (...) [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

Como a área de influência da oferta cultural do Porto ultrapassa os limites da cidade até ao espaço metropolitano, para não referir outras áreas de influência na Região Norte, e porque o município detém capacidade intrínseca para criar e diversificar uma oferta cultural ao nível da *cultura cultivada* e das *indústrias culturais*, cabe-lhe enquanto município a função de coordenação da estratégia metropolitana neste campo. Desta forma, tanto possibilitaria a formação e consolidação de públicos, particularmente juvenis e estudantis, à escala metropolitana, gerindo a ocupação e a oferta ao nível dos equipamentos disponíveis, como permitiria às *periferias* condições para a criação de uma oferta cultural local própria.

Eu acho que esta vida cultural da cidade não pode... ser olhada duma forma... autista, quer dizer não, não... não pode... existir centrada apenas em si mesmo, tem que existir a, a pensar também nestas populações e é isso que estes estudos nos podem proporcionar, é precisamente essa visão de que maneira é que a vida cultural da cidade do Porto pode influenciar e pode captar as populações da Área Metropolitana, mais do que isso, até que ponto é o que Porto pode ter uma função de coordenação... porque não se compreende [!], há coisas que, repare uma coisa, não se compreende que haja no mesmo dia por exemplo um grande concerto no Coliseu com um grande nome e ao mesmo tempo esteja a haver outro grande concerto na Vila da Feira... não, isto não, não faz sentido, quer dizer... deveria haver uma política de coordenação destes eventos por forma a maximizar estes eventos em termos de captação de... de captação de públicos, e se esta oferta pudesse ser minimamente coordenada, então sim eu acho que aí o Porto... teria uma palavra a dizer muito forte, e teria uma palavra a dizer muito forte porquê? Primeiro porque tem a capacidade de por si só gerar essa vida cultural, e de... criar condições para que essa vida cultural... exista. Por outro lado porque... exerce, e isto é perfeitamente natural, os centros

exercem sempre fascínio sobre as per [hesitação], sobre as periferias... as periferias são sempre... atraídas para o centro, e por isso é que... há determinados locais que são considerados precisamente centros, fruto da sua capacidade de atracção, isto não quer dizer que o centro esvazie as periferias, antes pelo contrário, quer dizer dando possibilidade a que haja vida autónoma nas periferias, mas assumindo a sua capacidade de atracção... e coordenando essa capacidade de atracção com as próprias periferias no sentido também de não as esvaziar, porque a vida local é absolutamente essencial, e portanto se houver uma coordenação de esforços entre as várias autarquias constituintes da Área Metropolitana do Porto então penso que se poderia chegar a este, digamos a este estado ideal [*o E. fez um sinal de assentimento*]... em que o centro desempenharia o seu papel de centro, mas ao mesmo tempo não esvaziando essas periferias e dando-lhes possibilidades de terem a sua própria vida cultural, dentro dos parâmetros que... [*o E. fez um sinal de assentimento*] que entenderem, como é evidente... (...) [*vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD*]

Do ponto de vista do vereador responsável pelo pelouro do turismo na câmara do Porto, a centralidade funcional do concelho, e da cidade turística, exerce-se sobre a área envolvente e, por si só, destaca-se. Relativiza as potencialidades turísticas dos concelhos limítrofes ao Porto - com excepção de Matosinhos, pela oferta gastronómica, e Espinho e Póvoa de Varzim, pelo casino e pela oferta do jogo - e considera que apenas o Porto cidade tem potencialidades para criar e consolidar uma oferta turística própria no campo cultural. Reconhece que as dificuldades de concertação de uma política metropolitana passam pelas disponibilidades financeiras, pelos interesses e possibilidades de afirmação diferentes entre os municípios - de certa forma, e num primeiro momento, avessos à imagem turística *Porto Norte de Portugal* e, de alguma maneira, espelhando as diferenças interconcelhias quanto a recursos, a posicionamentos políticos e a relações de poder instituídas, económica e simbolicamente. Refere ainda que, com o seu mandato, se iniciaram, de forma mais sistemática e concertada, as actividades de promoção turística a partir de um posicionamento metropolitano.

Olhe começa a haver, começa a haver coisa que... como eu digo existia no papel, só que não funcionava... posso-lhe dizer que este ano... o grupo já produziu 2 ou 3 documentos de importância e até o próprio presidente da Área Metropolitana... já fez uma conferência... não [!], presidiu à abertura duma conferência patrocinada pela Área Metropolitana sobre a organização do turismo e portanto eu direi que começa a... a estar presente porque repare também há que dizer uma coisa, é que o turismo começa a estar um bocadinho na moda e portanto toda a gente, pronto e o Governo anunciou e o Presidente da República falou e o Primeiro-Ministro falou, depois a exportação e turismo, pronto e agora isto...

(...) Ouça, ouça, muito difícil... a Área Metropolitana, aí o que 'tá no papel... um papel secundário, temos que reconhecer que... que é... é secundário, porque repare, em termos de atracção de visitantes... não há dúvida nenhuma que... dos 9 concelhos só 1 é que tem [!], que é o Porto... e depois o que é que terá? Depois tem Matosinhos com a restauração que atrai muita gente, pronto e que até estará muito interessada em estar lá porque interessa-lhes que venha muita gente porque essa gente normalmente ou janta em Matosinhos ou almoça em Matosinhos, ou em Vila Nova de Gaia, também em Vila Nova de Gaia também o qu' é que tem? Não tem nada! Tem as docas, tem os restaurantes, tem umas coisas, mas enfim, tem pouco p'ra oferecer em termos turísticos... os 2 talvez que se mexem mais Póvoa e Espinho, obviamente porquê? Por causa do jogo [o E. fez um sinal de assentimento]... portanto interessa-lhes gente, portanto Espinho também até também já tem alguma hotelaria e a Póvoa também, mas portanto esses 2. E depois eu ponho esta pergunta: «O qu' é que Gondomar pode trazer, ou pode participar no desenvolvimento da Área Metropolitana?» enfim tem lá o... a filigrana... e pouco mais [o E. interveio]...

... Não, eu direi que, eu direi que entre os 9 neste momento há uma perfeita pacificação... e todos estão a entender... todos estão a entender... que efectivamente só juntos e é o que eu digo, eu, eu, eu dou um nome p'a chamar cá, e repare por exemplo na última reunião que tivemos eu já ouvi alguns senhores vereadores a dizer: «Mas porqu' é que a gente se chama Porto Norte de Portugal e não sei qu' e isto, isto, e tal...», «Oh pá, Porto [!], Porto é que chama, a Póvoa de Varzim não chama ninguém, se eu puder por agora à Alemanha a dizer Póvoa de Varzim [o E. fez um sinal de assentimento], fica toda a gente agora a olhar p'aqui e tal, portanto é Porto e não sei qu' [!], quer dizer as pessoas começam a ter noção e depois a partir disso, e da organização nós sim senhor, nós dizemos: «Há a Póvoa, há isto...», portanto fazemos a oferta quando as pessoas cá... mas pelo menos primeiro temos que a trazer cá e trazer cá é através do Porto. [vereador do turismo da câmara municipal do Porto, 66 anos, PPD/PSD]

A centralidade funcional do Porto trespassa os discursos dos actores políticos. O vereador da cultura e do turismo da câmara de Valongo assume-o como um facto político e social consumado, e o espaço metropolitano configurado não possibilita nem viabiliza uma política cultural metropolitana. Apenas a regionalização no país o poderia permitir. E afirma-o de forma veemente:

Claro, claro, mas repare não se reflecte, não se reflecte na área cultural assim como não se reflecte em nenhuma área! Portanto não há uma política... (...) Porque não acontece em nenhuma área, porque não há... a organização administrativa do país... dificulta muito o relacionamento, porque repare, a única forma de haver uma política cultural e eu até digo uma política comum à Área Metropolitana do Porto era os Presidentes de Câmaras, e as Câmaras unirem-se e definirem essas políticas, o que obrigaria a que, a que tenha que haver uma vontade de nós municípios, só para a Área Metropolitana do Porto, já não estou a falar em regiões mais alargadas [o E. fez um sinal de assentimento], qu'eu acho que faria todo o sentido [o E. fez um sinal de assentimento] que fossem regiões ainda mais alargadas, mas só na Área Metropolitana exigiria que qualquer coisa que se fizesse, tivesse a intervenção dos 9 municípios, repare, o maior exemplo que existe no país de interacção entre os municípios é a LIPOR... [o E. fez um sinal de assentimento] é o melhor e são só 8 que Gaia não faz parte [o e. tossiu]... de facto é o único bom modelo de funcionamento que eu conheço, foi um bocado forçado [!], porque o lixo a dar de conta é mesmo um problema e tem que se colocar

nalgum lado e portanto é, foi quase que inevitável o funcionamento e hoje é um bom funcionamento. Não há mais nenhum exemplo. A própria Junta Metropolitana do Porto que eu defendo que devia ter muito mais poderes do qu'ó que tem, a Junta Metropolitana do Porto tem um orçamento de 200 mil contos, é óbvio não, não, não faz rigorosamente nada com isso... seria a entidade que do meu ponto de vista uma das possíveis entidades, talvez a mais adequada, para poder fazer esta política cultural conjunta... mas não faz porque não tem competências, não tem dinheiro, não tem nada, nada define que a Junta seja, seja esse, esse elemento... de congregação e não há ninguém, repare que do ponto de vista político não há ninguém que tenha uma perspectiva da Área Metropolitana do Porto [!], porque repare eu quando vou para... quando eu vou para um fórum em que estejam 9 representantes das Câmaras eu vou defender a Câmara de Valongo [!] [o E. fez um sinal de assentimento], não eu não vou dizer: «Olhe esse espectáculo faça-o na Maia, na Maia é melhor» não vou dizer, vou dizer, eu se puder trazê-los todos p'ra Valongo trago-os, enfim tentamos ser um bocado mauzinho, não é e toda a gente faz isso, não há ninguém que do ponto de vista político seja o responsável pela Área Metropolitana toda e que seja capaz de dizer assim: «Não! Este vamos fazer a Espinho p'a descentralizar, aquele vamos fazer à Póvoa de Varzim, aquele vamos fazer ao Porto», não há [!] isso não existe, e... portanto não funciona, a, a política cultural não é estanque, não é caso único... é em todas, até nas próprias vias, repare que na construção de vias e que aí as coisas colocam-se de uma forma muito mais premente não é, porque nós não podemos fazer uma estrada e ela acabar no limite do concelho de Valongo, tem que continuar por Gondomar e depois por, mesmo aí é muito complicado [o E. fez um sinal de assentimento] e só a força, só a força da circunstância é que obriga a que haja, que fará na política cultural?! Não há, não há qualquer tipo de... de... de hipótese disso acontecer a não ser que do ponto de vista administrativo... sejam criadas essas condições... (...) Porque é que eu sou um defensor da regionalização? Precisamente por causa desse tipo de problemas. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD]

Entre os autarcas de Espinho, da Maia e da Póvoa de Varzim – que acumulam a gestão política das áreas da cultura e do turismo – a posição adquire contornos também similares. No caso do autarca da Maia, e à semelhança daquilo que já localizámos noutros posicionamentos, a representação ideal do esforço metropolitano indicia que é necessário e inevitável, pese embora a representação sobre a prática metropolitana efectiva se traduzir na sua estreita possibilidade.

Eu, eu, quer dizer, eu, eu... eu dificilmente a perspectivo atendendo ao, ao, ao quadro, ao quadro... político [o E. interveio]... (...) Porque eu não acredito em nada, ou seja... é assim, eu não a perspectivo e vou dizer já porque é que não a perspectivo, mas considero-a inevitável e fundamental. [o E. fez um sinal de assentimento] (...) Inevitável e fundamental. [o E. fez um sinal de assentimento] Porque acho que... sobretudo numa área metropolitana em que partilha... um dado território, em que partilha do ponto de vista... sociológico e cultural uma mesma população, a população é exactamente a mesma, quer dizer não há diferenças, não há diferenças substanciais entre um... um valonguense, um gondomarense ou um maiato, não há [!], quer dizer não me venham cá com as histórias porque não há [!]... e até isto até puxando a brasa p'à sardinha da Maia isto era tudo Maia, o concelho da Maia acabava na Praça da Cordoaria no Porto e acabava em Vila do Conde e acabava em Santo Tirso, quer dizer isto era tudo Maia, p'tanto mesmo do ponto de vista [sorrisos], do ponto de

vista cultural... não há diferenças, não há diferenças... substantivas, portanto... e depois voltamos à questão que é para mim é fundamental que é a questão dos recursos [!], os recursos são man [hesitação] manifestamente escassos e portanto não faz sentido que... funcionarmos numa lógica de capela [!], ou seja eu aqui na Maia ser obrigado a responder, por exemplo, dentro da área cultural à questão dos livros, à questão, à questão da produção literária, que fazemos muito, à questão, à questão da, da, à questão do teatro, à questão das artes plásticas, à questão da música, à questão da formação e em Matosinhos também são confrontados com a mesma coisa terem eles por sua vez que corres [hesitação], que corresponder a isso tudo quando... seria muito mais lógico uma lógica de aproveitamento de sinergias... ouça, eu todos os dias recebo aqui [discurso imperceptível] propostas p'a fazer um festival de jazz, e eu gosto muito de jazz [!] [o E. fez um sinal de assentimento], mas p'a quê qu'eu vou fazer um festival de jazz aqui na Maia se tenho em Matosinhos e outro em Gaia... p'tanto não vale a pena! Quer dizer nós temos, o que nós temos é que definir em termos d'Área Metropolitana quais são as expectativas da nossa população [sorrisos] e perante as condições intrínsecas de cada, de cada concelho... desenvolver uma política cultural coerente em termos dos municípios que compõem a Área Metropolitana do Porto, p'tanto como é que isso se consegue? Consegue-se com um poder... político forte [!].... naquilo que são [hesitação] e que, que, que enquadra a... aquilo que são as juntas metropolitanas. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

Mais uma vez são os factores formais – o enquadramento jurídico das competências e dos recursos desprovido de condições de viabilização – e um *poder político forte*, para além do funcionamento intraconcelho numa *lógica de capela* como refere a dado momento, que impedem a lógica concertada entre os 9 municípios. Curiosamente, e num sentido contrário ao da vereação do Porto, o autarca não perspectiva diferenças sociais e históricas acentuadas entre os concelhos limítrofes ao Porto, em particular entre aqueles apelidados de *concelhos dormitório*, que justifiquem o distanciamento formal e político entre os concelhos da AMP. Propõe inclusive que os diagnósticos a propósito das aspirações culturais das populações locais sejam operacionalizados de forma a sustentar uma concepção e prática políticas conjuntas nesta área de intervenção supramunicipal.

Por seu turno, o vereador da cultura e do turismo da Póvoa de Varzim reconhece que a política cultural metropolitana é uma realidade desejável – se atendermos à dimensão dos recursos financeiros das *câmaras pequenas*, como refere – como, de igual forma, o é a criação de uma região do turismo da AMP. Tanto uma como outra exigiriam, porém, o trabalho político conjunto entre algumas autarquias,

a gestão concertada dos recursos financeiros e as possibilidades de alargamento da oferta cultural no espaço supramunicipal.

(...) portanto estamos a falar de coisas muito diferentes, e eu não gosto de falar de coisas muito diferentes, é por isso que eu faço aquilo que eu conheço que é a minha realidade, ou é a nossa realidade. É evidente que eu perspectivava uma, uma política cultural na Área Metropolitana do Porto... como perspectivava por exemplo o turismo por exemplo na Área Metropolitana do Porto, eu sou um dos grandes defensores há longos anos, parece que agora finalmente vai acontecer graças ao esforço que temos feito, sou um dos grandes defensores do turismo, de uma criação de uma região de turismo da Área Metropolitana do Porto, que nós não temos nenhuma região de turismo, está cada um por si, não é, não pode ser, eu acho que a união faz a força, acho que juntos conseguimos fazer muito mais, e se... trouxermos ao Porto, imagine... um grande evento cultural e s'esse evento cultural couber aqui na Póvoa de Varzim, fica-nos muito mais barato a nós Câmara Municipal se entrarmos num acordo com o Porto, com Matosinhos e com ou [hesitação], outras cidades da Área Metropolitana do Porto e encomendarmos todos em conjunto um determinado espectáculo, que poderá acontecer no Porto, poderá acontecer na Póvoa, poderá acontecer em Matosinhos, fica-nos muito mais barato se esse espectáculo for contratado por todos nós, não acha? [o E. fez um sinal de assentimento] Penso que podemos fazer algumas... como é que hei-de dizer?... Partilhas, algum, algum trabalho conjunto, e é nessa aposta, essa é que vai ser a minha grande aposta assim que tivermos o Cine-Teatro Garrett pronto... é juntarmos, com o... com o... com o Vereador da Cultura do Porto, de Matosinhos, e doutras, e das outras cidades do... da Área Metropolitana do Porto e com o próprio Teatro São João do Porto, que eu sei também que faz protocolos com as câmaras e nós estamos disponíveis para isso, vamos fazer um protocolo com o Teatro São João para trazer as grandes produções aqui ao Cine-Teatro Garrett, agora não adianta porque não temos espaço para isso... e essa quando eu digo que vai haver uma grande revolução cultural, vai haver com o acontecimento Cine-Teatro Garrett [o E. fez um sinal de assentimento], e essa é a coisa que eu estou mais à espera neste momento, é a minha grande esperança... [risos] (...)e se conseguirmos fazer um programa da Área Metropolitana do Porto, um programa cultural da Área Metropolitana do Porto em que cada um de nós consiga conciliar a nossa, o nosso calendário com o calendário dos outros, de forma a por menos podermos dar mais [!] ao público, então tanto melhor [o E. fez um sinal de assentimento], é esta a minha intenção e é por isso que vou lutar... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

O autarca de Espinho, regionalista, tal como assumiu na situação de entrevista, em contrapartida, relativiza um pouco a inexistência de esforços metropolitanos ao referir alguns protocolos estabelecidos – organização de encontros e cursos de formação - entre autarquias da AMP (Espinho, Porto e Vila Nova de Gaia) na área das Bibliotecas e dos Arquivos.

Há [!], nomeadamente no, no, no âmbito das Bibliotecas e dos Arquivos [o E. fez um sinal de assentimento], por exemplo, eu até lhe posso referir aqui... no Arquivo as actividades dum, por exemplo... olhe, “Protocolo de Colaboração no Âmbito Arquivístico de Gestão Documental” assinado em 20 de Dezembro de 95 pelas Câmaras de Espinho, Gaia, Porto [o

E. fez um sinal de assentimento], este protocolo foi, foi... foi, foi estendido a Vila do Conde, depois até há uma colaboração com a... a Universidade... com a Universidade do Porto [*o E. fez um sinal de assentimento*]... para, para a conclusão e comercialização de um projecto Gisa, que é um Projecto de Gestão Arquivística (...) como vê, há aqui, isto já é política metropolitana [*o E. fez um sinal de assentimento*] e para não falar d'Acções de Formação sobre Gestão Documental d'Arquivos Correntes que... que... é feita em termos metropolitanos e é organizado às vezes pela Câmara de Gaia e Espinho, Gaia, Espinho, Porto, para não falar, por exemplo agora em Espinho vai-se realizar em 2003 o 7.º Encontro Nacional de Arquivos Municipais em colabo [*hesitação*] em colaboração com a Autarquia de Vila Nova de Gaia e a Associação Portuguesa de, de, Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas [*o E. fez um sinal de assentimento*], portanto isto é um encontro nacional tem aqui, há mais uma Câmara que é a Câmara de Gaia a colaborar connosco. Como vê portanto... só em termos d'Arquivo, em termos de Biblioteca faz-se outro tanto, tanto os acordos, cursos etc. são muitas vezes promovidos em termos metropolitanos em conjunto... Se se re [*hesitação*] prontos, poderíamos dizer... que poderia haver uma maior colaboração em termos metropolitanos, não só neste campos, mas por exemplo no âmbito... da ed [*hesitação*] da própria história, da Divisão de História, naturalmente que poderíamos aqui... fazer... passar exposições que cá temos boas [!] e no Porto terá melhores porque é maior, e... e fazê-las circular em termos metropolitanos, isso infelizmente ainda não está a ser feito [*o E. fez um sinal de assentimento*], mas muitos dos Seminários de História são divulgados em termos metropolitanos e tem participantes metropolitanos frequentemente. [*o E. fez um sinal de assentimento*] [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS*]

Porém, acentua a necessidade de uma lógica metropolitana na programação cultural e turística, do seu ponto de vista, aquela que legitima determinados eventos culturais, e que promove turisticamente as potencialidades de cada concelho, num périplo integrado simultaneamente cultural e turístico,

P'ra mim faz... faz por 2 razões, eu acho, a mim, eu já, eu sou até um, um regionalista, portanto penso que há... há eventos que só fazem sentido em termos regionais, não é... porque há eventos que na Área Metropolitana se justificam num contexto regional e portanto com muita gente associada. Muitos eventos d'Espinho também fazem sentido porque estamos associados à, na Área Metropolitana e depois mesmo por exemplo em termos de promoção turística ninguém pode promover uma cidadezinha só [!] lá fora, não faz sentido, ninguém vem cá só p'ra vir ver Espinho... o pessoal que vai a Espinho se calhar também quer ver o Douro, e quer, e quer ir às Caves do Vinho do Porto e quer ver o Porto, o Património que o Porto tem, é certo quer dizer o pessoal também vem cá porque quer ir ao Casino... e jogar e fazer outras coisas. É um bocado por isso que faz todo o sentido estarmos associados em, em, em numa Área Metropolitana [*o E. fez um sinal de assentimento*], e para eventos culturais poderia dizer... outro tanto. [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS*]

Configura-se, deste modo, um distanciamento entre o figurino formal previsto para o espaço metropolitano em causa e a prática política efectiva entre os municípios da AMP. Neste sentido, o autarca da Maia, num discurso algo distante

dos dos outros eleitos locais, tanto pela objectivação como pela assertividade políticas com que pondera a questão metropolitana, considera que é uma razão mais transversal ao funcionamento do regime democrático português – a partidocracia e as lógicas político-partidárias reflectidas nas lógicas de exercício do poder local – a que se encontra na origem de tal desfasamento. Segundo esta ordem de argumentos, a AMP constitui mais um palco para o confronto de protagonismos e de interesses partidários, que nem mesmo a regionalização – da qual não se considera um defensor – resolve; apenas a alteração da lei eleitoral permite a resolução das contendas político-partidárias na gestão conjunta dos municípios e a aproximação dos cidadãos em relação à política e ao exercício da cidadania política democrática.

É preciso haver coragem, é preciso, é preciso haver, é preciso haver coragem... política para... efectivamente pegar nas quest [hesitação], na, na, na, nas áreas metropolitanas e fazer das áreas metropolitanas, não uma soma... de, de municípios que têm muitas vezes interesses políticos completamente diferentes, e fazer dessa, duma área metropolitana um órgão, ou uma instituição que efectivamente dê respostas em termos políticos metropolitanos com poderes, com poderes, e com orçamento, com orçamento p'a vários tipo de problemas [o E. fez um sinal de assentimento], enquanto, enquanto, enquanto não se fizer isso do ponto de vista legal não vamos, nã [hesitação] não vamos ter nada, e, e se calhar... e se calhar e isso julgo que nem é um problema d'áreas metropolitanas, é uma, é um, é um, é um problema de... de lógica de funcionamento do próprio regime, se calhar... permitir cada vez mais e eu, eu sou um homem de partido e considero os partidos políticos muito importantes, agora o que eu acho é que o, o, o exercício, o exercício, o exercício de, de, de determinado tipo de funções, não deve ser... coutada... dos partidos, eu acho que tem qu'haver cada vez mais espaço... para que o cidadão... que não está ligado, até pode estar, mas que não, que não está ligado a partido nenhum possa ter possibilidades de conduzir os seus próprios destinos em termos de organização [discurso imperceptível], e enquanto, enquanto, enquanto o, o, o... enquanto o governo, o governo local não, não, não, não, não, não... enquanto aí não for atenuado a ditadura da partidocracia julgo que muitas das lógicas... muitas das lógicas que enfermam, muitos dos problemas que, que se, que se debatem em algumas, nalgumas questões como áreas das áreas metropolitanas e dos próprios concelhos [o telemóvel do Vereador começou a tocar] tem muito mais a ver com as lógicas, com as lógicas... de, de, de... de poder... [o e. faz um comentário à chamada que recebeu e o E. respondeu] (...) é que muitas vezes as lógicas, as lógicas políticas locais obedecem a lógicas que são lógicas de poder nacional e não propriamente das lógicas que interessam às, às populações em termos locais, e isto, e isto, isto só acontece se efectivamente porque efectivamente... a partidocracia é uma realidade [o E. fez um sinal de assentimento], é uma realidade e portanto... ouça... é... é um facto que a maioria política do governo... quando é A os municípios que são B em termos de partilha dos recursos do Estado são prejudicados, quer dizer não vale a pena fugir a isso [!] nem, nem, nem, nem é preciso dizer que o partido A faz e o B não faz, todos fazem [!] todos fazem, é lógico [o E. fez um sinal de assentimento], isto, isto, isto é tudo uma questão de clientela, e portanto a clientela tem que ser sustentada, e a clientela até pode ser... eu quando digo clientela não estou a referir-me a uma perspectiva... mafiosa da coisa, a clientela existe [!]... existe [!]... e portanto enquanto esse tipo de, de, de, de reformas não, não, não for incutido e portanto os interesses, os interesses

a defender num determinado... numa determinada área têm que ser os interesses que efectivamente dizem alguma coisa às pessoas dessa área e portanto não estarem sujeitas a lógicas que as ultrapassam do ponto de vista do partido, isto... há-de ser sempre assim, portanto a única forma p'a, p'a, que eu vejo p'a resolver essa questão é... efectivamente mudar, isto não tem nada a ver com regionalizações, que não vale a pena fazer regionalizações sem mexer na lei eleitoral, quer dizer e isto depois é uma, nós precisamos de fazer um conjunto de re [hesitação]... de reformas que... que normalize efectivamente a nossa vida democrática, porque nós não temos uma vida democrática... normalizada, repare do ponto de vista eleitoral enquanto os únicos critérios de representatividade forem... os critérios demográficos [o E. fez um sinal de assentimento]... seja com, com, com regiões, ou seja sem regiões... o Porto há-de ser, há, há-de ter sempre 1 milhão e meio de habitantes e Bragança há-de ter 300 mil, portanto se o critério de representatividade é apenas o demográfico as, as injustiças.. em maior ou menor escala vão sempre, vão ser sempre reproduzidas [o E. fez um sinal de assentimento], portanto, é isso qu' é preciso mudar [!][o E. fez um sinal de assentimento] é preciso mudar, é preciso é... nós estamos a precisar, o regime está a precisar de ser reformado... porque serviu p'a um determinado tempo histórico que já não serve hoje e, já não tem condições p'a servir e que, por isso é que a dado, por exemplo, o divórcio, o divórcio das pessoas em relação à política... é... também por este tipo de razões porque eu não acho qu'os políticos sejam... melhores ou piores do que as outras pessoas... o qu' é preciso é, é mudar, é mudar... o sistema e p'ra isso é evidente qu' é preciso, qu' é preciso, que é, que é preciso cora [hesitação], coragem, coragem política e as pessoas não estarem submetidos à fatalidade dos calendários eleitorais [!][o E. fez um sinal de assentimento], quer dizer porque isso... isso acontece, as pessoas têm medo dos calendários eleitorais, mas as pessoas sabem que têm que ganhar umas eleições e portanto tem que, tem que, tem que, tem que... tem que fazer as coisas, quer dizer, alarguem o número, o ano e o número dos mandatos, dos mandatos e que... limitem os mandatos, eu sou, eu sou absolutamente favorável à limitação dos mandatos, quer dizer acho que 2 mandatos p'a tudo quanto seja algum objectivo chega perfeitamente p'a fazer alguma coisa, por exemplo no caso das autárquicas, passem de 4 p'a 5 anos e limitem a 2, 10 anos é tempo p'a se fazer muita coisa, se não se faz em 10 anos nunca mais se faz... é preciso mudar muita coisa. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

Com um outro ponto de vista, de igual modo particular, o vereador da cultura e do turismo de Espinho objectiva factores, quanto à pouca visibilidade dos investimentos culturais e turísticos no esforço metropolitano, algo diferentes daqueles apontados até aqui pelos eleitos locais: o posicionamento secundário e menor, política e socialmente, do vector cultura na formação de base da sociedade portuguesa e da própria classe política.

As razões são nacionais, isso eu acho, as pessoas, pronto, os portugueses são... são ainda... pouco interessados na cultura. Parecem existir ainda muitas necessidades básicas [o E. fez um sinal de assentimento] e a cultura é passada p'a trás, eu acho que fazem mal, porque se calhar se a passassem p'ra frente podiam ter o resto [risos], porque as pessoas preparadas culturalmente resolveriam todos os outros problemas, mas na verdade nós somos um bocado imediatistas e somo-lo em tod [hesitação], em todas as formas [!], nos negócios, em tudo, e isto é talvez um mal nacional que só se pode combater [hesitação], combater [hesitação], combater com formação nas escolas e, e a começar muito em baixo, já no pré-escolar [o E. fez

um sinal de assentimento]. Se calhar a prazo a atitude em relação ao produto cultural é outra e... e... e... a importância destes acontecimentos é recuada e então aí sim, ninguém vai querer perd [hesitação] vai querer perder o que se passa no Porto, aqui ao lado, ou o Porto em Espinho, porque o Espinho 'tá perto do Porto [o E. fez um sinal de assentimento], mas de momento eu acho que as pessoas realmente não, não são... não são consumidoras habituais [!] de produtos culturais e desvalorizam [o E. fez um sinal de assentimento], é esta é a razão é... é uma razão nacional e esta razão nacional passa para os eleitos, qu'os eleitos são, são portugueses, são da mesma massa, digamos assim, são massa do mesmo pão e de tal forma [sorrisos] que... se na base não têm sensibilidade, lá também não têm e muitos até são muito básicos, não é, também [risos.] já agora para, para... dizer tudo, e... e... é esta a razão principal, agora pode-se é falar abertamente e dizer e até se pode chamar básicos a muita gente e as pessoas dizerem: "Eh pá somos assim tão básicos, então vamos ver o que nós somos não é" [o E. fez um sinal de assentimento], porque se calhar esses alertas podem mudar um bocado as coisas, ou apressá-las, porque elas mudar vão mudar, não é [o E. fez um sinal de assentimento], paulatinamente, mas vão. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

Por fim, e se quisermos ainda confrontar os posicionamentos políticos dos responsáveis pela vereação do desporto, tendo aqui presente que esta área adquire no conjunto da AMP e dos eleitos locais uma virtualidade política e social, mas também turística, verificamos que as representações já analisadas reiteram-se de novo. Há os posicionamentos negativos face à lógica metropolitana, e próximos da via da regionalização, que consideram não existir tal lógica – porque não há estruturas, não há recursos humanos qualificados, não há poder executivo, não há financiamento efectivo metropolitano; há, apenas, um fórum de discussão política, e segundo alguns, *quase inconsequente*; em contrapartida, há os posicionamentos menos negativos, que ressaltam a *rivalidade política* entre os concelhos da AMP, mais visível do que as estratégias possíveis de *cooperação*.

Não, não existe, não existe até porque as Câmaras... dum modo geral, gerem o seu concelho, e fica como a sua quinta, o que é mau, mas não é só na área do desporto, também na rede viária, também na distribuição de água, saneamento, etc., e então no norte ainda é pior [!], e quem perde é sempre a população, porque... nós temos alguns concelhos vizinhos que nos colocam mesmo no limite do... do concelho, portanto no limite do concelho deles com os nossos... grandes superfícies comerciais que estão a destruir o nosso comércio, mas também nós temos uma piscina eventualmente aqui em Valongo e ali no limite do concelho, eles colocam uma piscina, quando não havia necessidade nenhuma, a população deles pode frequentar a nossa! Paga a mesma taxa que os nossos munícipes! [o E. fez um sinal de assentimento] Eventualmente a nossa está subaproveitada e a deles vai estar subaproveitada, quando nós sabemos que os custos de manutenção são elevados. Isso é um erro, total! Porque no fundo são do mesmo país. Também a nível... doutras modalidades acontece isso, há mais rivalidade do que cooperação, o que é mau! Como é que eu

perspectivo? De uma forma muito simples, caso houvesse um entendimento do ponto de vista político global. Nós temos alunos que adoram canoagem, temos jovens que adoram canoagem, e estão em Leça na canoagem. É pena que... não haja aqui um intercâmbio de forma que os nossos alunos, os que adoram a canoagem, que adoram andar de barco, eventualmente no Rio Douro... não pudessem estar... apoiados institucionalmente pela nossa Câmara, ou pelos nossos clubes, pelas nossas associações... numa grande, vou chamar federação, nós quase que poderíamos dizer uma federação se quisermos da vela, ou do surf, ou doutra coisa qualquer, porque na prática era mais facilitador, isto é, poder... ou poderia haver aqui uma espécie de uma célula duma, dum, dum grande, dum, dum grande clube... na medida em que os pais se associariam, porque as associações são sempre um, um... núcleo importante, um autocarro da Câmara pode em horário pensado com os seus monitores e dizer assim: “Nós vamos utilizar o equipamento que existe” e naquela zona puderem digamos praticar a, a vela. Mas também Matosinhos, ou Porto quer fazer a tal escalada ou orientação na floresta, mas não tem floresta, nós temos. *[risos]* Portanto claro que há que impor algumas normas! *[o E. fez um sinal de assentimento]* *[vereador do desporto da câmara municipal de Valongo, 46 anos, PPD/PSD]*

Quando transpostos para o campo do desporto, tais posicionamentos reflectem, da mesma forma, a necessidade de alguns investimentos serem feitos à escala metropolitana, nomeadamente aqueles que constituem eventos desportivos de larga escala, nacional ou internacional, e que exigem similares infra-estruturas. Ao nível da dotação de equipamentos desportivos básicos no município e da oferta desportiva municipal, a lógica metropolitana, segundo alguns vereadores, não faz sentido. A contiguidade territorial entre municípios e centros urbanos permite às vereações controlar, política e socialmente, a sobreposição possível de eventos desportivos e a gestão da especificidade da oferta municipal.

Repare porque... ou há regionalização, ou não há regionalização *[o E. fez um sinal de assentimento]*, quer dizer... ou, ou há poder executivo... ou, ou então é só discursos, portanto e a Área Metropolitana não tem poder executivo... nem, nem ao nível deste tipo de situações do desporto... faça muito sentido... a questão de dizer assim: “Bom a Área Metropolitana precisa de um conjunto de equipamentos, vamos ver que tipo de equipamentos precisam, e vamos localizá-los estrategicamente nas várias zonas, p’a evitar duplicação de investimento, ou duplicação de, de, de... actividades.” Não me parece que isto seja a melhor política, porque... as populações têm as suas exigências. *[toca o telefone]* (...) Agora, ao nível dos grandes [!], das grandes infra-estruturas... acho que sim, imagine-se que se o...a região do Porto tiver que ter um grande... estádio... um complexo desportivo para receber campeonatos *[o E. fez um sinal de assentimento]*... olímpicos, prontos, aí compreendo que tenha de ser uma estrutura *[o E. fez um sinal de assentimento]* que envolva os municípios todos... Naquilo que são os investimentos das várias autarquias, p’a satisfazer as vontades, ou necessidades das populações... parece-me que isto, ao nível do município está bem... quer dizer, eu não vou discutir com a Câmara da Póvoa... se... se vou fazer um novo pavilhão, ou se a Póvoa até já tinha pavilhões que satisfaziam a população de Vila do Conde e da Póvoa. Isso tem a ver com as prioridades de cada município, e portanto *[o E. fez um sinal de assentimento]*... cada município, portanto tem as

suas necessidades próprias, não é... agora o que devia haver sim, ao nível da, da, da Área Metropolitana, era provavelmente uma divulgação conjunta das actividades desportivas, uma espécie d'Agenda Intermunicipal de, da publicitação das, das provas desportivas, porque é provável que às vezes aconteça que eu tenha aqui uma grande prova desportiva, e que um tipo no Porto não saiba, não e porquê? Porque não há uma informação, uma agenda, divul [hesitação] uma divulgação [o E. fez um sinal de assentimento]... completa. [vereador do desporto da câmara municipal de Vila do Conde, 42 anos, PS]

Focaliza-se, também, a visibilidade que certos eventos desportivos podem adquirir quando inscritos numa lógica metropolitana, bem como as receitas económicas e turísticas que os concelhos do espaço metropolitano podem auferir. Como refere o assessor do presidente da câmara de Espinho para a área do desporto:

Sim! Mas a nível desportivo não se faz nada a nível da Área Metropolitana! E eu vou-lhe explicar o que penso... o que se podia fazer, por exemplo... [pausa] as coisas mais mediáticas que nós aqui poderíamos eventualmente fazer, e estou a dizer a nível desportivo, as coisas mais mediáticas que aqui se poderiam fazer, são coisas que custam muito dinheiro... e estou-lhe a pôr, por exemplo uma maratona. Uma maratona como a maratona de Lisboa é transmitida já pela televisão... se formos falar só ao Porto p'á fazer... isso custa-lhes, vamos supor que não estamos a pôr números exactos, custa 10... mas se for o Porto e Espinho já só custa 5 a cada um e se for Porto, Espinho e Póvoa... já fica mais barato, e uma maratona pode sair de Espinho e chegar à Póvoa... isto tudo são exemplos que eu estou a dar... por isso se essas três autarquias se pusessem de acordo, e estamos só a falar de 3 e são 9! Isto é um exemplo concreto, se estas 3 autarquias se pusessem de acordo com menos de metade do dinheiro podíamos fazer uma coisa muito melhor do que, do que a de Lisboa... e aquela transmissão, e aqueles prémios e aqueles atletas todos que vão p'ra lá poderiam... vir pr'aqui, porque nós temos interesse em fazer concorrência a Lisboa! Temos... nós somos uma Área Metropolitana temos interesse na mesma coisa. Gastávamos a nível de autarquias muito menos do que Lisboa sozinha... pode-me dizer: "Ah Lisboa tem muito mais dinheiro" "É capaz", mas nós com menos dinheiro, com menos, com menos esforço autárquico conseguíamos resolver, e isto num exemplo concreto, agora, não se faz nada, nada [!] a nível desportivo, nunca tive uma reunião com os chefes de divisão das outras, das outras autarquias. Tive uma vez uma reunião... em que estive eu, que estive o do Rosa Mota, estive o... o de Vila do Conde e o de Matosinhos... 4... 4... 4 Câmaras com infra-estruturas grandes, ora nossa é a maior de todas, as outras, as outras 3 cabem dentro desta, mas fomos nós que a fizemos... de mais ou menos p'ra, p'ra termos uma política de não agressão, do género se tu fazes eu não faço... e nós chegamos à conclusão que, eu pelo menos cheguei à conclusão que nenhum deles é meu concorrente! Porque aquilo que eu faço eles não fazem e aquilo que eles fazem eu também não faço (...) Eu penso que falha acima de tudo vontade política de juntar isto tudo. [o E. fez um sinal de assentimento] E quando, quando se juntar isto tudo, acho que, acho que se pode fazer coisas melhores mesmo a nível desportivo! Eu penso que sim [o E. fez um sinal de assentimento]... sobretudo, sobretudo a nível turístico, de eventos desportivos. [chefe de divisão da dinamização e do fomento desportivo da câmara municipal de Espinho, 50 anos]

Numa linha até certo ponto distante daquela que os vereadores da cultura e do turismo do Porto apresentam, no que diz respeito à centralidade funcional e política do Porto, inclusive num trabalho de coordenação metropolitana, se situa o responsável pela vereação do desporto deste município. Ressalta mais, e no caso desta área de intervenção, com especificidades diferentes das da cultura e do turismo, a necessidade de articular os esforços quanto à criação de grandes equipamentos desportivos e ao incremento de uma lógica de fomento desportivo mais ou menos comum, ou seja, uma lógica de não financiamento total – de atribuição de subsídio – aos clubes locais.

Eu diria, eu diria que não, ou seja... eu diria que não, não existe, não existe relação... o que existe por vezes é... situações muito concretas de necessidades pontuais e respostas pontuais ou seja, eu preciso de... vou-lhe dar um exemplo, dois exemplos até... eu preciso, vamos organizar um *meeting*, organizámos um Meeting Internacional de Natação na Piscina de Campanhã, precisávamos duma bancada... que não tínhamos, a Câmara não tinha uma com determinadas dimensões, o qu' é que eu fiz? Telefonei ao Presidente da Câmara da Póvoa de Varzim... ao Dr. Macedo Vieira [*o E. fez um sinal de assentimento*] que prontamente disse: "Eu tenho aqui uma, eu empresto-vos."... e portanto houve uma resposta a uma necessidade concreta nossa, e houve portanto esta resposta positiva... Eu acho que não existe porque... as pessoas nunca... as pessoas entendem qu'isso... têm que fazer, que... têm muitas respostas a dar e que se calhar isso não é, não será prioritário. Eu acho é porqu'as pessoas nunca entenderam que isso fosse prioritário, mas eu acho que cada vez isso começa a ser mais prioritário... 'tou aqui a pensar em dois campos, por exemplo [*o e. levanta-se e dirige-se para a janela, permanecendo de pé*]... a questão de equipamentos de grandes dimensões como o Multiusos, por exemplo, o Multiusos leva 9 mil pessoas a 10 mil pessoas, não faz sentido que cada concelho tenha, tenha o seu, não faz sentido o Porto estar aqui a desenvolver esse projecto e Espinho também estar ou Santa Maria da Feira ou... ou Gondomar e portanto, isso tem que ser conversado entre todos os concelhos porque cada vez mais nós temos aqui uma população, estes destinatários são flutuantes (...) áreas que eu diria que podiam ser importantes seria na criação de grandes equipamentos acho que no mínimo, na projecção desses equipamentos acho que deveria haver esse diálogo e mesmo a lógica da, da, do fomento desportivo, qu' é aquilo que eu lhe estou aqui a dizer de... eu entender que nós não devemos apoiar actividades desportivas de clubes, portanto não, não deve ser a Câmara, a Autarquia a pagar o aluguer de pavilhões... são os clubes que têm que fazer... acho que essa lógica deveria ser estendida a todo este território, porque senão o qu' é que, o qu' é que vai acontecer? Se eu aqui tenho este discurso mas se o meu colega de Gaia tem o discurso inverso... a primeira coisa que me dizem os meus interlocutores quando eu afirmo esta política é dizer: "Ai os senhores aqui fazem isto, mas em Gaia... fazem ao contrário, portanto nós vamos p' a Gaia" [*o E. fez um sinal de assentimento*], portanto isto é... não podemos... cair nisso não é, isso não há muita lógica de [*o E. fez um sinal de assentimento*]... mais, mais... global, e portanto a esse nível também acho que devíamos trabalhar, devíamos ter uma percepção mais, mais... única não é, não mais uma mas, mas que fosse tendencialmente mais parecida, não estou a dizer que tenha que ser igual, de facto não tem que ser igual até porque, isto é uma perspectiva muito ideológica, eu acho que estamos aqui com factos ideológicos não é [*o E. fez um sinal de assentimento*], se a Câmara deve substituir os clubes, se a Câmara deve... ser parte integrante da, da

sobrevivência dos clubes ou não (...) [vereador do desporto da câmara municipal do Porto, 29 anos, PPD/PSD]

Para além dos modos como perspectivam a relação com a comunidade local e os actores políticos concelhios, os discursos dos eleitos locais, e em particular os dos presidentes da edilidade, focalizam, nalguns casos, e de modo pouco directo e explícito, as relações com os agentes económicos. Por exemplo, visualizemos aqueles com tradições industriais mais vincadas. No caso do concelho da Maia, e dadas as características marcadamente industriais, como o próprio autarca refere, adquirem visibilidade as relações com os investimentos económicos nas áreas da indústria e dos serviços, na área da habitação e da saúde, da indústria automóvel, por exemplo, e, como mais adiante veremos, algumas infra-estruturas para suportar um *turismo de negócios*.

Sabe que nós somos, temos... 4 autoestradas, temos cerca de 10 rodoviários, somos extremamente... bem servidos por acessos, não é por acaso que nós temos a melhor zona industrial do país, somos procurados por dezenas de empresas para s'instalarem na zona industrial, tem 10 sectores, todas infraestrutu [hesitação], infraestruturadas e temos uma acessibilidade como nenhum outro outro... município tem, não é por acaso que estamos a pensar trazer p'ra cá um hospital para reabilitação, não é por acaso que 'tamos a pensar criar uma faculdade ligada, biotecnológica, se não é biotecnologia assim é parecida, não é por acaso que inúmeras empresas 'tão cá, não é por acaso que temos a TecMaia... que é a maior pólo industrial de... tecnologia... do país, 'tão sedeadas mais... quase uma centena d'empresas (...) Presentemente o Porto é um dormitório da Maia, é aqui que nós temos a maior zona industrial do, do país, conforme lhe disse e há muitas empresas e há muitos... muitas pessoas que vêm trabalhar p'à Maia nomeadamente de Valongo, Gondomar e do Porto... eu perspectivio que... ou vai, num, num fu [hesitação] futuro muito próximo a Maia vai ser uma espécie de [discurso imperceptível] de Portugal... já lhe chamam a Dallas... o Dallas... tem a ver com o... [o E. fez um sinal de assentimento] [presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD]

Valongo, de igual modo, acentua as suas potencialidades industriais, assumindo que durante anos beneficiou do estatuto simbolicamente negativo de *concelho dormitório* do Porto, mas que tem havido por parte do município um investimento em áreas alternativas, nomeadamente de lazer, e um reposicionamento da indústria no concelho.

(...) estamos a fazer agora uma outra coisa que é interessante também e que... que é uma nova cidade... estamos a fazer uma nova centralidade, mas que no fundo é uma cidade de

raiz, portanto ali junto à Auto-estrada quem passa na Auto-estrada e olha pr'aquela lado da serra já viu a zona... já desmatada, não, não se tiraram, não se cortaram árvores... cortaram-se... cortou-se mato... que havia... e... e resolveu-se um problema, porque aquilo era as antigas minas de lousa... tiveram que ser colmatadas, não é, portanto encheram-se... estiveram xis anos para... que ganhassem consistência a é ali que nós estamos a fazer a nova cidade, já temos lá uma biblioteca, vai p'ra lá... a futura Câmara, vai p'ra lá o Palácio da Justiça, já está feito o Palácio da Justiça até nós demos já o terreno, o Ministério da Justiça já abriu um concurso de ideias para... pensa começar dentro de... 1 ano, portanto... estamos em 2000 e... 2004, 2005 ter tudo pronto no Palácio da Justiça... ensino superior... vem p'ra cá a Escola Superior de Hotelaria e Turismo [o E. fez um sinal de assentimento], pronto... vamos ter também lá um hotel, mas um hotel... pronto ligado a Escola Superior de Hotelaria, porquê? Porque nós oferecemos o terreno... demos todas as facilidades e portanto... temos estado em ligação estreita com o Instituto Politécnico do Porto... (...) ... o, o problema é... a questão é exactamente esta... é inventar... foi preciso inventar, darmos largas à nossa imaginação para criarmos... pólos d'atração, por exemplo esta nova centralidade [, se eu conseguir realizar aquilo que pretendo... lá... vai ser um pólo de atracção em relação aos municípios mesmo à volta... mas, pronto as negociações que têm decorrido mesmo com grupos estrangeiros... são morosas... nem sempre é fácil, até porque eu estou a trabalhar em terreno que não é meu... porque os terrenos não são da Câmara e portanto... se fossem... aí nós tratávamos directamente e podíamos tratar e podíamos, assim... aquilo que nós estamos a fazer é nas chamadas áreas de cedência dos privados e os privados não têm os mesmos interesses que tem o sector público, não é [o E. fez um sinal de assentimento] ... não quer dizer que não possam ter convergência nesse aspecto e em muitas situações não, mas não são coincidentes [o E. fez um sinal de assentimento]. [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

A especialização cultural concelhia e as possibilidades do projecto turístico metropolitano

Alarguemos um pouco, e sem a exaustividade político-social que tal exercício exigiria⁷, o painel de posicionamentos político-sociais sobre o projecto metropolitano. Confrontemo-nos com os discursos dos actores locais e regionais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento e vejamos a maior ou menor concordância com as posições apresentadas pelos eleitos locais. A caracterização sociográfica destes actores locais e regionais revela-nos percursos diferentes,

⁷ Veja-se a este propósito o Capítulo 3, onde nos referimos às opções metodológicas e às possibilidades que a pesquisa empírica nos permitiu, nomeadamente tendo presente os obstáculos institucionais e políticos. Analisámos testemunhos de actores institucionais nas áreas da cultura, do turismo e do desenvolvimento, mas sem esgotarmos outros possíveis analíticos e empíricos: por exemplo, o próprio movimento associativo local e os agentes económicos locais e regionais.

temporal e socialmente, na área do turismo⁸. Contudo, permitem-nos inferir proximidades nalguns posicionamentos face ao projecto turístico metropolitano.

Do ponto de vista do turismo, e das potencialidades que o projecto de lançamento de uma marca turística da Região Norte, *Porto e Norte de Portugal*, do qual fazem parte as câmaras da AMP, os actores ligados aos organismos da administração central – DGT e ICEP – focalizam a questão a partir de dois vectores. Por um lado, a necessidade de ponderar consensos políticos e institucionais em torno das potencialidades turísticas da região e dos agentes públicos e privados concertados para tal efeito; por outro, o posicionamento dos recursos financeiros, humanos e logísticos que viabilizem, para o mercado interno e para o mercado internacional, os segmentos de marcas a desenvolver. O representante do ICEP que tivemos a oportunidade de entrevistar salienta que o papel do ICEP é o de apoiar as agências promocionais na área do turismo e, como tal, considera que a ADETURN é, neste momento, a organização certificada para promover a marca turística *Porto e Norte de Portugal* e o interlocutor privilegiado com organismos como o próprio ICEP. Mesmo que o papel daquela seja por enquanto o da promoção, postula que faria sentido o alargamento das suas áreas de intervenção, pelo menos no que diz respeito à organização de eventos e à conciliação dos interesses políticos e turísticos locais. A fragmentação do tecido de agentes promotores de marcas turísticas na Região Norte⁹, a lógica de competição interconcelhia e a lógica de atomização dos interesses e dos esforços políticos e económico-turísticos constituem factores de pulverização da região que se pretende constituir, e da própria marca turística a promover, e dificultam o consenso político e institucional em torno deste projecto.

(...) são muitas entidades, não é... (...) e a verdade é que muita gente com muitos interesses... estão sempre a atomizar os orçamentos, p'tanto há aí um trabalho de... voltar p'a dentro, não é de se juntarem no sentido de terem algum poder, ou alguma força,

⁸ Veja-se de novo a este propósito o Anexo 5S com a caracterização sociográfica dos 11 actores locais e regionais entrevistados.

⁹ As regiões de turismo na Região Norte eram, à data da entrevista, 6: Região de Turismo do Alto Minho, Região de Turismo do Verde Minho, Região de Turismo do Douro Sul, Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso, Região de Turismo do Nordeste Transmontano e Região de Turismo da Serra do Marão.

primeiro do *lobby* [!], segundo promoção e investimento p’ra que haja notoriedade, p’tanto há que ultrapassar as capelinhas, não é, há que ultrapassar os interesses locais para se ter uma visão um bocadinho mais de área, da área do Porto, da área do Norte, percebe [o E. fez um sinal de assentimento], e isso é fundamental, porque senão outras áreas que estão mais bem organizadas e que... se quer se queira, quer se não competem entre si, e já não ‘tou a falar nisso, não é, porque isto é verdade, não é, Lisboa compete com o Porto e Algarve, ou Porto com Lisboa, ou Algarve compete com o Douro e o Alentejo compete com o Al [hesitação], com a Madeira, ou seja toda a gente compete nos mercados, não é (...) as várias regiõezinhas do Norte e os interlocutores e as empresas têm que... devem [!] deixar de olhar p’ó seu umbigo, não é, ou p’ó seu interesse local, que tem que existir como é óbvio, porque existem especificidades em cada uma das zonas e a importância de cada uma delas, mas tem que dar o salto qualitativo, que tem que ser dado, p’a poderem pensar um bocadinho mais... grande [o E. fez um sinal de assentimento], porque senão são pulverizadas percebe, pelas novas agências e pelas novas forças, e é por isso que o Algarve sempre cresceu, não é. O Algarve é só um, você não tem a região de turismo disto e a região de turismo daquilo, tem a Região de Turismo do Algarve [o E. fez um sinal de assentimento], ponto final parágrafo... percebe, como a Madeira tem a Direcção Regional de Turismo de Madeira [o E. fez um sinal de assentimento], não tem a região disto e a região daquilo. [director de promoção do ICEP, 38 anos]

As representações políticas da DGT remetem-nos para um posicionamento similar, focalizando a necessidade dos actores políticos e turísticos da Região Norte assumirem consensos em torno das modalidades de promoção nacional e internacional da marca turística aqui em causa. Ressalta, igualmente, e de alguma maneira num sentido contrário ao posicionamento que os próprios autarcas da AMP por vezes deixam transparecer, quando propõem as potencialidades intrínsecas dos concelhos, que duas estratégias farão sentido: a primeira, projectar no mercado internacional a marca *Porto e Norte de Portugal* – decorrente da centralidade identitária do Porto enquanto tal; a segunda, projectar no mercado nacional segmentos mais específicos que passam pelas particularidades turísticas dos próprios concelhos que compõem a região.

(...) eu concordo digo-lhe com a, com a que a marca forte seja Porto e Norte de Portugal [o E. fez um sinal de assentimento], acho que nos mercados internacionais estamos a falar duma marca para o mercado internacional, para o mercado internacional acho que a aposta deve ser o Porto e o Norte de Portugal, porque o Porto quer nós queiramos, quer não é que tem notoriedade internacional p’a poder ser reconhecido, com o efeito do Vinho do Porto, com o efeito doutros aspectos, mas o que é reconhecido internacionalmente é o Porto, portanto faz sentido que toda a zona do Norte de Portugal tenha, ou esteja associada a... ao, à sua maior alavanca que é o Porto, portanto concordo absolutamente com o Porto e o Norte de Portugal e, dentro do Porto e o Norte de Portugal depois já mais a pensar no mercado interno e no mercado espanhol faz então todo o sentido que se possa repartir... as estratégias por submarcas, porque se nós quisermos o, o Minho tem produtos um pouco

diferentes de Trás-os-Montes, o Douro onde está a haver uma aposta fortíssima, como sabe até o governo publicou um Plano de Desenvolvimento Turístico p'ó Douro... tem outras características, portanto na minha opinião a nível internacional faz todo o sentido apostar numa única marca que é o Porto e Norte de Portugal. Depois p'a determinados mercados, sobretudo no mercado nacional e no mercado espanhol onde já pode haver uma percepção por parte dos destinatários nas diferenças existentes, entre si, é que já faz sentido tentar vender produtos que estejam colados ao Minho, ou que estejam colados a Trás-os-Montes ou que 'tejam colocados, colados ao Douro, por aí fora, já faz sentido, agora, a nível do grande mercado internacional... repare há destinos turísticos [*hesitação*], há mercados turísticos emissores p'ó nosso país, falo-lhe nos mais longínquos que vão da Europa, dos Estados Unidos, do, do Japão... do Canadá, quer dizer, a maior parte dos residentes nesse país mal distingue Portugal da Espanha, é ridículo querermos chegar junto desses turistas e tentar-lhes convencer que Trás-os-Montes tem uma oferta diferente do, do Minho, quer dizer é ridículo, é ridículo! Aí talvez eles consigam identificar o Porto, prontos [*o E. fez um sinal de assentimento*], é ridículo descer-se a esse nível, e é um desperdício de recursos mas olhe que no passado era assim! No passado era assim... mas portanto... concordo, assim como concordo no plano das estratégias, no plano da orientação estratégica para os estudos da ADETURN e para aqueles produtos que foram identificados como d'aposta a nível de cada uma dessas submarcas, concordo! Perfeitamente [*o E. fez um sinal de assentimento*]! Acho que são correctas [*o E. fez um sinal de assentimento*]. [*ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos*]

Quando perspectivado o papel das áreas metropolitanas neste processo de promoção turística de marcas nacionais e regionais específicas, considera que os espaços metropolitanos poderão viabilizar a complementaridade entre as ofertas cultural e turística e resolverem problemas que estruturam o turismo, e que dizem respeito, por exemplo, às acessibilidades, e que não têm sido implementadas em diversos espaços municipais e supramunicipais do país.

... as Áreas Metropolitanas estamos a falar de Lisboa e do Porto, não é [*o E. fez um sinal de assentimento*], pronto, aí a questão acho que, acho que é diferente prontos. São destas 2 zonas e acho que as áreas metropolitanas, as vantagens que podem trazer é precisamente a nível desta integração, da questão das acessibilidades e da complementaridade de produtos que podem existir entre concelhos vizinhos... [*o E. fez um sinal de assentimento*], concelhos vizinhos. Eu vou-lhe dar um exemplo... não tenho nenhum problema em o fazer, porque conheço bem! Lisboa... Lisboa e o Estoril que estão separados por... 20 km, que têm uma oferta distinta, nunca conseguiram até hoje trabalhar numa base da complementaridade... quem é que tem perdido? As 2 regiões! Por exemplo, só p'a lhe dar um efeito, um, um exemplo... Lisboa... tem oferta cultural, o turismo tem oferta... o turismo, o, o Estoril tem oferta, por exemplo boa no campo do golfe, ora não faria sentido [*o E. fez um sinal de assentimento*] tentar associar os dois produtos numa complementaridade perfeita, até oferecer programas com a parte cultural e com a parte desportiva p'ra quem gosta de fazer golfe... em 2, em 2 destinos tão próximos um do outro? Faz todo o sentido, até hoje nunca foi feito, portanto repare [!], acho que as áreas metropolitanas podem ter este papel de ajudar a complementar várias ofertas, mas sobretudo e antes desse, ajudar a resolver problemas da envolvimento turística, porque o turismo depende criticamente disso, das estradas, das acessibilidades, de muitas situações, quer dizer e acho que essas áreas

metropolitanas podem ajudar a resolver problemas desse género [o E. fez um sinal de assentimento]. [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

A viabilização deste processo de concertação de sinergias institucionais com vista à promoção de marcas turísticas regionais, como a do *Porto e Norte de Portugal*, passa por dificuldades. E segundo estes actores ligados ao poder central, mas que não deixam de desenvolver uma relação institucional estreita com actores regionais e locais, tais constrangimentos passam, por um lado, pela mobilização dos actores envolvidos, pela mobilização de capitais próprios destes actores institucionais para as acções de promoção da região em causa, e pelas atitudes de bairrismo concelhio e regional, decorrentes também do *carácter compósito*, como refere o representante da DGT, da oferta turística da Região Norte; por outro lado, passam pela valorização do capital social e simbólico dos actores e da oferta cultural e turística da região, pela maior profissionalização dos actores institucionais e pela concertação dos investimentos financeiros e humanos num mesmo projecto turístico regional.

É o problema da mobilização dos actores, talvez agora com esta questão da contratualização ao ser definido p'ò Porto e Norte de Portugal, o ICEP vai contratualizar presumo eu com a ADETURN, e... todos os privados vão ter que ficar, que estão interessados, vão ter que se ajustar, vão ter que... se entender, vão ter que planificar as suas tarefas com a ADETURN, não é [o E. fez um sinal de assentimento], vão também e está previsto que progressivamente vão ter que mobilizar também capitais próprios para estas acções de promoção. Ora quero a creditar que isto pode trazer a tal massa crítica acrescida e começar a pôr de lado os tais bairrismos que por vezes não conduzem absolutamente a nada quer dizer e... acho que isso era fundamental no caso do Norte do país que se conseguisse concretizar esse aspecto, porque o problema do Norte do país é aquele qu'eu lhe disse, é o facto da oferta ser muito compósita, muito compósita! No Por [hesitação], no nor [hesitação], a DGT tem um instrumento que é o Inventários dos Recursos Turísticos onde temos todos os recursos do país, desde o património natural ò cultural, òs hotéis, òs restaurantes, por aí fora e quando olhamos para a mancha do Norte de Portugal é a zona do país onde existem mais recursos [!] e mais diversificados [!], o problema está na sua integração e na mobilização dos agentes p'ra trabalharem em conjunto com um objectivo único [o E. fez um sinal de assentimento], isso é que é o difícil, o difícil para se ter sucesso no turismo é o planeamento integrado e quando falamos em planeamento integrado é só no, não, não tem que ver só com todos os sectores, mas também com todos os intervenientes e todos os actores, e no caso do nosso país as grandes dificuldades que têm surgido é mobilizar os actores [o E. fez um sinal de assentimento]. [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

Quando nos confrontamos com as posições do representante da ANMP, e do ponto de vista daquilo que poderá ser o trabalho articulado entre os concelhos

organizados num espaço supramunicipal, constatamos que o ex-autarca considera tais espaços, pela antiga e pela nova legislação sobre as áreas metropolitanas¹⁰, como necessários à descentralização política dos poderes e das competências locais. Reconhece, porém, que do ponto de vista da prática política efectiva que a legislação permitiu, poucos resultados se verificaram, e no caso da AMP, apenas o Metro surge como o exemplo único e paradigmático de uma lógica metropolitana concertada.

Olhe, as áreas metropolitanas... fazem sentido, não é agora já faziam desde, desde logo quando foram criadas as de Lisboa e do Porto na perspectiva de assumirem poderes e competências próprias e até aqui não aconteceu, até aqui as áreas metropolitanas eu diria quase com excepção daquilo que aconteceu com o Metro do Porto... têm sido enfim umas instituições simpáticas que existem com... praticamente sem meios para, para fazer o que quer que seja, não é, tem recebido do governo assim uma coisa na ordem dos 200, 300 mil contos por ano... que é uma coisa sem coisa nenhuma... e que... são espaços de diálogo de mais ou, mais ou menos consequente [!] e que não têm sido mais do que isto, não é, bom, o que nós temos vindo mais a sentir e que levou a que apoiássemos esta iniciativa que... que o Governo agora tomou foi no sentido que não tendo sido criadas as áreas administrativas e a Associação bateu-se por isso, a Associação foi um dos derrotados no... no avanço do processo [o E. fez um sinal de assentimento], eu não gosto de dizer derrotados no referendo porque o referendo não teve validade, não teve 50% de adesão bom, mas pronto... não teve realidade jurídica, mas acabou por politicamente ter o resultado que teve e para os municípios é muito claro que não é possível ter os tais 300 e tais interlocutores para o, para 1, portanto há clara [hesitação], tem claramente que haver um... um nível qualquer não é, que seria o das regiões administrativas, bom, quem sabe se será este agora constr [hesitação] construído duma forma perigosa porventura de construção d'áreas metropolitanas e comunidade assim um bocado *ad hoc*... quem sabe se será este que possa permitir que haja determinadas competências que a nível municipal é difícil serem exercidas porque o município não tem massa crítica suficiente para as agarrar, mas que ao nível do conjunto de municípios pode fazer sentido serem tratadas, bom e a princípio é sempre melhor tratá-las ao nível ali daquele conjunto de municípios do que no Terreiro do Paço, onde tudo é muito distante e difuso, não é. Portanto se este processo de criação das áreas metropolitanas acabar por ser... uma forma d'or [hesitação], pode vir a ser até um bocado ínvia mas acabar por ser um processo que conduz a alguma descentralização então é bem-vindo, porque pode permitir que se comecem a exercer... muito mais próximo dos cidadãos e neste caso muito mais próximos dos municípios simultaneamente, se comecem a conseguir exercer com... com êxito, com... com resultados para as pessoas políticas que conduzam a investimentos que... doutra forma... a, a nível do, de cada município de *per si* possivelmente não, não seria possível atingir [o E. fez um sinal de assentimento]... [secretário geral adjunto da ANMP, 49 anos]

Assume mesmo algum desencanto e cepticismo quanto às potencialidades efectivas do novo diploma que configura a criação das AM, em particular pela

¹⁰ Veja-se de novo o Capítulo 4, onde fazemos a contextualização formal do processo de criação da AMP e da GAMP.

inexistência de um conjunto de critérios que definam de outra forma – mais clara e mais incisiva - em que termos políticos, administrativos e territoriais se constituem as AM, sejam elas as GAM ou as ComUrb.

(...) enfim, eu não escondo que... que tenho muitas reservas em relação a este... a esta... legislação que vem por aí, e tenho-as porque... o facto de não existir um mapa à partida e deixar isto um bocado ao... ao voluntarismo dos vários municípios pode conduzir a soluções disparatadas, porque há... amizades políticas e regionais, porque há sempre aquelas tendências de... começar a somar votos e deixa lá ver, aquele é do PS, aquele é do PSD e o outro não sei de quê, soma lá é preciso é que a gente tenha aqui maioria e tal, deixa lá espetar mais este, não [!] tira aquele [!], bom se se, se se... caminhar neste sentido num caso ou noutro é perigoso [!] pode-se conduzir a disparates em termos de planeamento e depois de, de execução. Se pelo contrário se conseguir no desenvolvimento de tudo isto ter o bom senso político suficiente para construir coisas que façam sentido, que tenham homogeneidades e que tenham complementaridades... que tenham dimensões humanas e geográficas, que sejam adequadas à tal evolução do conjunto de problemas que existem e que a nível municipal pode não se conseguir, bom o processo pode ser um êxito *[o E. fez um sinal de assentimento]*, não é, mas de facto vai ser preciso uma grande atenção e um grande bom senso em tudo isto *[o E. fez um sinal de assentimento]*... é um processo que começa demasiado aberto talvez *[o E. fez um sinal de assentimento]*... *[secretário geral adjunto da ANMP, 49 anos]*

Por outro lado, e reflectindo concepções particulares face ao poder, e à relação entre o poder local e o poder central, o ex-autarca posiciona-se numa atitude céptica quanto às virtualidades do exercício do poder. Confrontando as perspectivas de actuação e os princípios do próprio poder local - a autonomia e a descentralização - com as práticas efectivas dos actores políticos, à escala local e metropolitana, existe um desfasamento real entre os dois níveis porque as lógicas político-partidárias e pessoais entre autarcas e municípios existem. E de alguma forma dificultam, quando não impedem, a institucionalização da própria autonomia do poder local e a resolução dos processos de desenvolvimento das comunidades sociais. Como refere:

(...) quase que diria que há pouco, que há pouco a dizer porque não há volta a dar... vamo'lá ver isto, quer dizer, a política é a arte do possível, não é *[discurso imperceptível]*... e neste caso se nós queremos a autonomia do poder local não podemos ter nem criar nenhuma instituição que acima disto venha puxar as orelhas aos políticos que... seguem caminhos como aquele que estava a referir, não é, e que obviamente e até pela leitura diária dos jornais nós dizemos mas isto é um absurdo porque estes senhores não estão a levar a que... a que se encontrem as tais... homogeneidades e complementaridades que são necessárias. (...) as únicas soluções são, bom por um lado o bom senso tem que, tem que

ser... tem que ser introduzido na política e o bom senso não pode ser regulamentado, isso é uma coisa que nós aqui temos aprendido muito bem... aparece sempre nas mais diversas discussões muito a tentação de... mas isto tem que estar aqui escrito a dizer isto e isto e isto, e nós a certa altura chegamos à conclusão claramente que nada daquilo deve 'tar escrito, quer dizer, há coisas que não podem ser regulamentadas, quer dizer o bom senso tem que existir, não é [o E. fez um sinal de assentimento]. Por outro lado bom, são as eleições... tem que, tem que haver informação verdadeira, tem que haver as primeiras páginas dos jornais escandalosas mas tem que haver informação verdadeira que permita às pessoas na altura em que votam castigar ou premiar aqueles que... em cada momento conseguem ou não conseguem abstrair-se das suas vaidades e... e desejos pessoais... em favor de políticas que sejam... que sejam... úteis para desenvolver as áreas em que se inserem, sejam elas municipais ou... ou metropolitanas neste caso (...) e, não, creio que não há muito mais, não há muito mais possibilidades de dar a volta a isto, porque obviamente que os ti [hesitação] o tipo de problemas que referiu são discutidos e são discutidos nesta casa e em muitas reuniões que temos aqui, bom mas são discussões... pedagógicas, são discussões pedagógicas que... conduzem até, até onde é possível [o E. fez um sinal de assentimento]... bom, e depois cada um volta a fazer ou não aquilo que muito bem entende... pecando ou não pecando nos tais, nas tais tendências para isto ou para aquilo, não é... e creio que sobre essa parte não, não me é possível dizer muito mais porque a prática é esta (...) [secretário geral adjunto da ANMP, 49 anos]

Quando perspectiva a partir do seu interior o trabalho quotidiano da ANMP, que não deixa de ser um trabalho partidário em torno de questões políticas e partidárias, gerido por uma associação que se define estatutariamente como não partidária, o entrevistado mais uma vez focaliza a questão com base numa lógica de consensos partilhados e de pontos de equilíbrio pessoais e partidários, que dotam a associação de um sentido de coesão e de identidade políticas assinalável, nomeadamente nos processos de negociação e de decisão política com os órgãos de soberania nacional.

(...) essa questão de como é que se trabalha partidariamente dentro duma associação que não quer ser partidária tem sido sempre uma preocupação desde o início, e o que é que nós conseguimos aqui criar e tem sido... enfim frequentemente objecto da, da maior incredulidade por parte da, nomeadamente dos deputados da Assembleia da República, dos vários governos, etc., nós conseguimos criar aqui um espírito que é o de que a camisola do poder local 'tá em primeiro lugar e que independentemente da maioria e que em cada momento se constitua na Associação... o trabalho aqui é por consórcio... o que é que isto quer dizer [?] que ao longo destes quase 20 anos em que aqui vamos com maiores ou menores crises internas, obviamente que em todas as organizações acontecem, com mais ou menos gritos nestas ou naquelas reuniões nós temos conseguido... acima de tudo que o que sai daqui decidido não é por maioria, portanto, isto tem custos... às vezes custos de eficácia e de tempo, às vezes coisas que deveriam ser decididas por maioria... numa reunião numa semana... às vezes demora 6 meses a 1 ano mas tem uma vantagem tremenda, é que quando as coisas são decididas têm força e... e estão adquiridas... portanto eu diria que se discute à exaustão e se daqueles 100 pontos... o consenso é 40, são aqueles 40 que valem, os outros... voltaremos lá e lá diremos, não é... isto levou a que se criasse um... espírito que

era desconhecido antes da, antes desta Associação ser criada de uma grande... cumplicidade que às vezes até se transformou em amizade entre os participantes dos vários partidos... (...) conseguindo com isso simultaneamente uma coisa muito importante, que é todos têm muita consciência d'até, até onde é que os outros podem ir... portanto todos aprenderam que... todos tomam partido, todos sabem que o que é que os partidos dos outros defendem e quais são os limites que cada um tem. Bom, e isso, esse conhecimento... que por um lado é político e partidário, que por outro lado é pessoal, também permite... encontrar os pontos de definição dos limites das coisas [*o E. fez um sinal de assentimento*]... (...) E isto dá, por um lado, dá uma grande força e coesão interna... por outro lado cria alguma perplexidade por exemplo na Assembleia da República, que aqueles deputados não conseguem de maneira nenhuma, nós temos reuniões com eles dos vários partidos, não é, e vamos, e vamos vários de vários partidos lá, eles não conseguem entender como é que é possível aquele entendimento que p'ra eles pronto, não é, aquele funcionamento desastroso que a Assembleia tem [*sorrisos*], não faz sentido nenhum quer dizer é uma confusão tremenda como é que é possível os seus próprios camaradas, companheiros e amigos estarem a defender aquelas coisas que... d'acordo com o outro lado que é um perigoso bandido do partido do outro lado [*risos*]... [*secretário geral adjunto da ANMP, 49 anos*]

Por outro lado, e a propósito das áreas de discussão política da ANMP junto do poder central, o entrevistado focaliza a dificuldade em articular as lógicas municipais e supramunicipais na área do planeamento. Para além dos PDM's se encontrarem em fase de revisão, o que de algum modo traduz não a ausência de planeamento mas a existência de práticas de planeamento municipal questionáveis, a jusante, e a falta de um planeamento nacional, a montante, tal como previsto constitucionalmente, é difícil articular os investimentos municipais. E, no que diz respeito à dotação de uma rede de equipamentos culturais, desportivos ou educativos, faria muito mais sentido viabilizá-la se a contiguidade territorial se perspectivasse também a partir da contiguidade institucional dos financiamentos e dos usos.

Até para, até para poder compatibilizar entre os municípios... os próprios PDM's que é uma necessidade de facto, eu vejo aí situações algumas quase caricatas de... de municípios que... ao lado do outro têm as escolas secundárias a 300m na, na fronteira entre os dois, às vezes até da fronteira de distritos, não é ou... ou... municípios contíguos todos eles a fazerem planos para instalar a sua zona industrial, a sua piscina olímpica... a sua, o seu centro cultural com as valências tais, e tais e tais, quando frequentemente temos noção que muitas dessas valências, muitas dessas piscinas olímpicas, muitas dessas escolas... secundárias ou doutros níveis fariam muito mais sentido numa, numa visão regional que tem outro tipo de solução... mas há, é de facto essa ausência de planeamento supramunicipal [*o E. fez um sinal de assentimento*]... [*secretário geral adjunto da ANMP, 49 anos*]

As questões da concertação de interesses e de recursos à escala supramunicipal voltam a colocar-se quando nos confrontamos com o posicionamento da ADETURN a propósito das relações institucionais com os seus parceiros políticos, económicos e turísticos. No conjunto das parcerias que desenvolve – com as regiões de turismo, as câmaras municipais e os agentes económicos – é com estes dois últimos que a associação tem mais dificuldades de actuação, decorrentes de uma concepção diferenciada quanto àquilo que constitui a actividade da promoção turística, no primeiro caso, e a um relativo desencontro de interesses entre os intervenientes, no segundo caso. Particularizemos as câmaras municipais: a concertação das estratégias conjuntas torna-se menos célere face à confusão entre a promoção institucional - a promoção de um espaço territorial ou de uma instituição particular - e a promoção turística de uma marca ou de um produto, no caso da Região Norte, um produto compósito, feito de segmentos seleccionados de acordo com as suas potencialidades de afirmação no mercado internacional. Como nos refere a entrevistada:

(...) quem é que vai às feiras, são normalmente os funcionários das câmaras municipais, portanto tem uma lógica diferente da lógica comercial e... e portanto 'tamos numa fase que temos de alterar isso, porque as outras regiões têm uma postura muito mais agressiva, e nós temos um bocado uma postura de... institucional [!] é, é porque no turismo há uma diferença grande entre a promoção... turística propriamente dita e a promoção institucional, ou seja tu não, tu enquanto a maior parte dos responsáveis do turismo... são os presidentes de câmara, não é, são gran [hesitação], são actores importantes neste... nesta dinâmica, mas confundem um bocado a promoção de um serviço, a divulgação de um serviço com a divulgação de um espaço... obviamente que o turismo faz-se nalgum sítio, o espaço é a base da, da, da sua realização, mas nós não podemos confundir a promoção de um concelho para a captação de investimento, e para captação de populações e não sei quê, com a promoção do, desse mesmo espaço p'a fins turísticos, p'tanto há aqui... fronteiras muito ténues não é... e p'tanto às vezes as pessoas são levadas a esquecer [hesitação] a confundir um bocado isto... [coordenadora da ADETURN, 35 anos]

Do ponto de vista das virtualidades decorrentes da possibilidade da AMP criar uma marca de turismo própria¹¹, como a dado momento da pesquisa nos foi

¹¹ No contexto da pesquisa empírica que realizámos, e de acordo com os contactos exploratórios e as entrevistas realizadas aos eleitos locais e a certos actores locais e regionais, havia a aspiração política por parte da AMP em criar uma marca turística própria a partir das potencialidades de oferta dos concelhos associados.

indiciado pelos actores políticos, a responsável pela associação refere que a criação de uma associação com fins de promoção interna das marcas turísticas concelhias da AMP não constitui uma sobreposição formal e substantiva com os objectivos, os produtos e as estratégias de acção da própria ADETURN¹². Pelo contrário, e numa lógica de actuação junto do mercado interno, a existência de uma entidade coordenadora dos interesses mais micro dos concelhos e das câmaras municipais da AMP e do distrito do Porto poderia constituir-se como interlocutora privilegiada junto da própria ADETURN. Articular-se-ia, assim, o trabalho desenvolvido por esta na promoção de um produto turístico no mercado internacional e por aquela outra suposta associação específica na promoção das marcas sub-regionais, no caso concelhias.

É assim, a Área Metropolitana do Porto p'tanto não é marca turística, não é, não me preocupa nada [*o E. fez um sinal de assentimento*]... agora, há realmente esforços dalgumas câmaras de... fazer promoção sozinhas e de... de quererem impor as suas marcas... a criação de uma instituição que congregue estas are [*hesitação*], estas, estes concelhos todos da Área Metropolitana do Porto e até do Distrito do Porto, p'ra nós era positivo, p'tanto, não há sobreposição se tu me disseses que eles querem criar uma região de turismo, que não vão criar, não, não vai haver mais regiões de turismo, mas... p'ra mim não era sobreposição. Uma das, uma das... das nossas, dos nossos objectivos foi que o Oporto Convention Bureau fosse também o, o Gabinete de Turismo do Porto, ou seja não fosse só de Congressos e Incentivos, fosse também de, dos visitors, ou seja, do turista normal... qu'ele nunca conseguiu ser. P'tanto, p'ra nós é importante não ter que falar com 9 câmaras e ter que falar com uma entidade que congrega as vontades das 9 câmaras como fazemos com os outros [!] (...) não há esse, esse, essa figura intermédia... que é alguma congregação deste destino Porto [*o E. fez um sinal de assentimento*], p'tanto a criação duma instituição que congregasse isso, estes actores era importante p'ADETURN [!], não vinha sobrepor-se à ADETURN [!], porque ao nível do, da marca Porto e Norte de Portugal, nós também temos o Porto, Minho, Douro e Trás-os-Montes, não é, e isso faz-se numa lógica como? As marcas sub-regionais devem ser promovidas ao nível do mercado interno e do mercado interno alargado, aqui há o Norte de Espanha, a todas as regiões fronteiriças, em Madrid já não te

¹² Até à data de redacção deste texto, não havia sido publicada a revisão da lei-quadro das regiões de turismo, publicada em 1991 (decreto-lei n.º 287/91 de 9 de Agosto de 1991) e que visou modernizar o regime jurídico dos órgãos regionais de turismo instituídos em 1982. Com esta legislação, criou-se um conjunto de regiões de turismo, que não conseguiu cobrir integralmente o território continental, o que levou à existência em paralelo de outros tipos de órgãos regionais e locais de turismo (juntas de turismo e comissões de turismo). De acordo com as entrevistas realizadas aos representantes da DGT e do ICEP, e a consulta do *site* oficial do Portal do Governo a 25-06-2007 (www.portugal.gov.pt), a nova legislação prevê, não a criação de mais regiões de turismo, mas a associação das regiões de turismo existentes num número mais reduzido de áreas promocionais, com maior dimensão e com capacidade técnica e financeira de intervenção reforçada, com as mesmas atribuições das entidades até agora existentes e com competências em matéria de concepção, incentivo à qualificação e diversificação da oferta de alojamento e animação da área respectiva mais alargadas.

faz muito sentido estares a p [hesitação] a promover o Minho, não é, faz-te sentido promoveres o Porto e o Norte de Portugal, p'tanto, porque tens madrilenos e nem sequer sabem onde é, não é... pronto, portanto nós temos aqui várias... níveis d'actuação, é importante que alguém trabalhe o Porto [!], enquanto não [!] só como município, porque o município não tem, não tem... dimensão turística, percebes, no, o concelho não tem porque é o qu'eu te dizia logo no princípio da nossa conversa, tu vais às Caves e não fazes a mi [hesitação], tu vais a Londres entras em não sei quantos municípios, mas tu foste a Londres, compraste um passe naquela orla, não é, não fazes a mínima ideia onde é que estás a entrar, nem, nem tens que te preocupar, agora em Londres tu não recebes um folheto que, que chega ali... a Gaia e acabou, e depois o resto? E o Porto com'é que fica? E vais jantar a Matosinhos e de repente estás, recebes outro folheto que não tem o Porto! Quer dizer isto não tem lógica p'ra [risos], p'ra nenhum turista, não é, p'ó consumidor isto é ridículo, p'tanto era realmente preciso alguém que articulasse esta malha urbana que aqui temos e que não conseguimos [o E. fez um sinal de assentimento]. [coordenadora da ADETURN, 35 anos]

Um posicionamento similar tem o representante PCB, um outro actor ligado ao turismo que tivemos a oportunidade de entrevistar a propósito das questões do turismo possível na Região Norte e na AMP. Por um lado, perspectiva a necessidade de uma concertação de esforços e de investimentos financeiros e promocionais entre os próprios membros associados do PCB, por outro lado, e perante as potencialidades turísticas dos concelhos da AMP, assegura que são um recurso cujos efeitos no mercado da promoção turística para estrangeiros apenas existem numa lógica concerta à escala metropolitana alargada ou, antes de mais, regional.

... Primeiro... eu penso que... seria difícil vender cada um por si isolado. Como eu disse que... os visitantes muitas vezes pelo menos os, os internacionais nem, nem chegam a aperceber-se que estão a passar dum p'ró outro, ou que muitas vezes estão em Gaia e estão a falar de Gaia como se fosse o Porto... as poten [hesitação], as diferentes potencialidades qu'existem... são benéficas, são, são óptimas e... e digamos que não estou, não estou a ver... exactamente que, que tenhamos... um mais forte do que o outro, por algum sentido digamos um está-se a desenvolver mais depressa do que o outro... eu aqui reconheço que a Área, quando, quando falamos na Área Metropolitana do Porto ao nível, ao nível de, de, de... internacional as pessoas ficam muito admiradas com'é que temos um pequeno espaço... tantos concelhos juntos e... e realmente continuamos a... a ter algumas diferenças e até de documentação, e [discurso imperceptível] depois de estarem no local verificam que... não se justifica ter muitas vezes essas diferenças a nível de, de, de promoção, porque ao fim e ao cabo... são situações que, que... incompreensíveis quando passam a ponte dum lado p'ró outro e nós dizemos: «Agora estamos em Gaia», e eles perguntam: «Então mas o, o Vinho do Porto, o Vinho do Porto está em Gaia, mas Gaia, mas Gaia não é uma parte do Porto?»... daí nós temos também que pensar em outras dimensões e muitos políticos até falam, já falam numa, realmente numa verdadeira área metropolitana e feni [hesitação] se calhar faria todo o sentido [o E. fez um sinal de assentimento]. [director executivo do PCB, 39 anos]

Concebe a marca *Porto e Norte de Portugal* como um *conceito comercial* que se reparte pela região, com particular e inicial incidência na cidade do Porto – pela dimensão do seu património histórico – mas que se sustenta turisticamente na relação articulada com as especificidades culturais e patrimoniais que centros urbanos limítrofes detêm. É curioso constatar as representações territoriais dos actores entrevistados quanto àquilo que designam por Porto e Grande Porto. Entre os actores ligados à área promocional do turismo, correspondem, por vezes à própria cidade, mas na maioria dos casos à AMP e à Região Norte. Não coincidem as fronteiras administrativas municipais, e as identidades políticas e territoriais daí advenientes, com as possibilidades turísticas dos territórios e, como tal, os limites de tais espaços.

...quando eu digo Porto, sempre Grande Porto e norte de Portugal. O Porto é a entrada, é a entrada para o norte de Portugal... (...) eu, eu não sou adepto só de ter a marca Porto, eu acho que o Porto é a entrada, a entrada do turismo, mas eu não consigo vender Santa Maria da Feira se disser o que é Santa Maria da Feira. Eu... não lhe posso dizer e se for analisar todos os aspectos do Europarque, estão lá sempre o Europarque Porto, e depois lá p'ra baixo em pequeno está Santa Maria da Feira, é a mesma coisa c'ó aeroporto... o aeroporto que está em Maia, nós dizemos que é em Porto, mas porqu'é que dizemos isso? É um conceito comercial exactamente... essas submarcas que depois vêm... fazem todo o sentido, mas se calhar na fase embrionária como estamos ainda aqui no norte, se calhar devemos... juntarmo-nos mais e... pensar mais o que é realmente comercial, porque o Porto não pode existir sem... todas as regiões à volta, mas ao contrário também é o, exactamente o mesmo... nós não conseguimos ter aqui um turista mais do que 2 dias na média no Porto, para o termos aqui mais tempo temos que exactamente apresentar circuitos, circuitos que o levem às outras regiões, e se, e se possível também que eles prolonguem e fiquem 7 dias no norte de Portugal e por exemplos 2 ou 3 dias no Porto... 1 dia em Viana do Castelo, 1 dia em Lamego, ou 1 dia na Régua... mas só conseguimos fazer isso em chamar a atenção do, do, do turista com algo que já lhe soa, já lhe soa bem ele já tinha ouvido qualquer coisa, se, se, se eu for... ao mercado alemão e apresentar-me lá com... também quem é que está lá sempre, separado... às vezes aparecem lá stands de... de... de cidades ou vilas completamente separados do stand de Portugal, não faz sentido nenhum [!] é um desperdício... muitas vezes essas situações, as coisas têm que estar debaixo dum chapéu, e isso p'ó desenvolver, e o chapéu do meu ponto devia ser exactamente o Porto [o E. fez um sinal de assentimento]... [director executivo do PCB, 39 anos]

Um outro actor regional relevante neste contexto do desenvolvimento da AMP, e por nós perspectivado a partir da componente cultural e turística, é a associação PRIMUS. Do ponto de vista do seu presidente, os projectos metropolitanos nas áreas da cultura e do turismo, duas daquelas que se integram

nos objectivos e nas estratégias de intervenção da PRIMUS, são difíceis de conceber e viabilizar, e particularmente junto dos actores políticos locais. No campo da cultura, são as razões, antes de mais, de ordem política e partidária, e os antagonismos pessoais entre os presidentes dos municípios, que dificultam, quando não impedem, o trabalho da agência. A sensibilização feita pela própria agência, quanto à necessidade da concertação de recursos entre os concelhos, tem sido mais junto das presidências do que propriamente das vereações, estas últimas mais receptivas a esse desafio. Provavelmente, diremos nós, pela dimensão mais operacional e técnica do seu trabalho – relembramos que alguns dos vereadores que aqui entrevistámos não se consideram actores políticos com pretensões a carreira política ou partidária. Porém, também se nos torna claro que as directrizes de intervenção cultural no município resultam do equilíbrio de posicionamentos entre as vereações e a presidência, com um sentido mais estruturante desta em relação àquelas.

(...) ... essa que... portanto como nós... nós estamos a tentar desenvolver... eu diria que... que estamos numa fase de grande sensibilização dos... eu at [hesitação] eu até nem... talvez não, não tanto os vereadores, os vereadores eu acho que estão sensibilizados, mas os próprios presidentes de câmaras p'rá necessidade de... articular em conjunto. Temos obviamente a noção que esse é um problema que excede, é um problema de direito político. O senhor presidente A, eu não quero dizer nomes [o E. fez um sinal de assentimento] não se senta à mesa com o presidente B para tratar do futebol ou doutra coisa qualquer, portanto muito menos se senta para se tratar da cultura, e quando, e portanto prefere fazer lá no cantinho dele do que articular, e esse é um problema... que é um problema que ultrapassa a própria PRIMUS, esperando nós que alguma até de... digamos que temos que ter paciência, que temos que nos afirmar, temos que dizer que existimos, temos que dizer que estamos aqui à disposição das pessoas como eu lhe estava a dizer... a resposta do presidente, das autarquias cada vez que se contactam os serviços já temos noutras áreas que não têm a ver com a cultural, sei lá para fazermos uma empresa municipal, para fazermos um parque de ciência e tecnologia, para fazermos não sei quê, a resposta é sempre muito positiva e as pessoas dizem-se sensibilizadas com o trabalho da PRIMUS... cada vez que é de integração de competências para além da realidade local... [o E. fez um sinal de assentimento] is [hesitação], is [hesitação], is [hesitação] isso não tem funcionado [o E. fez um sinal de assentimento], e não tem funcionado por motivos que obviamente excedem a PRIMUS, mas que têm a ver com um processo cultural [sorrisos] [presidente do conselho de administração da PRIMUS, 49 anos]

Desde o início da actividade da PRIMUS, e valorizando neste contexto as intenções e as estratégias accionadas quanto à dimensão social e cultural do

desenvolvimento, a agência tem procurado assegurá-las mas segundo níveis de actuação diferentes. Quanto à cultura, e atendendo ao contexto político local em que surge a agência, mais atento às dimensões não materiais do desenvolvimento local, e mais disponível, em termos de prioridades concelhias, para o investimento na oferta cultural, a PRIMUS cria um departamento interno, que se traduz num projecto, o EntreArtes, e que se constitui como o resultado do esforço conjunto de concertar objectivos e actividades na AMP. Procura-se, por um lado, promover a dinamização cultural do espaço metropolitano através do apoio aos municípios na organização das suas actividades e da criação de um programa cultural integrado e não temporalmente sobreposto, permitindo o alargamento dos públicos; e, por outro lado, promover a formação técnica dos actores/criadores culturais locais, assegurando na região a disponibilidade de *know how* na área da cultura. Acresce, como painel de intenções, a tentativa de proporcionar a fixação de jovens criadores e de competências culturais no espaço metropolitano, apoiando e facilitando a criação de instituições de formação artística e cultural; e de dar aos públicos dos eventos culturais, por via das novas tecnologias e com a criação de um *site* interactivo, uma participação na avaliação e na sugestão da programação cultural. Intenções exequíveis numa lógica metropolitana, mas que por alguns factores, como a falta de uma estratégia intermunicipal integrada e as dificuldades orçamentais e de recursos humanos e técnicos da própria agência, ainda se mantêm mais no painel das intenções do que no plano efectivo das práticas.

A PRIMUS desde o princípio desde o primeiro dia em que nos sentamos curiosamente nesta mesa a, o Conselho de Administração pôs essa evidência em cima da mesa, e então resolveu criar um departamento, depois até lhe deu uma forma jurídica a que chamou Entre [*hesitação*], EntreArtes, e era EntreArtes era precisamente ser dessa teia que tinha... que era, que era e é [!] muito ambiciosa, portanto os objectivos da EntreArtes era promover a dinamização cultural na Área Metropolitana do Porto por várias vias, por um lado apoiando os, os, os, os diversos municípios naquilo que são a... digamos as suas iniciativas, a PRIMUS fez durante alguns anos o Marés Vivas em Gaia, por exemplo foi um programa de Verão para jovens, na área roqueira se quiser [*sorrisos*] mas que nós fizemos, não é, portanto foi a PRIMUS que fez... portanto, fizemos isso, temos *know-how* p'a fazer isso, contratar as empresas, fazer, apresentar um projecto a uma câmara, você quer fazer um festival de jazz, olhe podemos contratar o [*discurso imperceptível*] o não sei quantos... o... a... [*discurso imperceptível*], portanto já há uma á [*hesitação*], uma á [*hesitação*] uma área que nós podíamos fazer, a outra área, a outra área que nós podíamos fazer e gostaríamos de

fazer e achávamos importantíssimo de se fazer era articular... isto é, fazer um programa integrado e uma red [hesitação], e um programa... articulado de, de, de acções culturais na Área Metropolitana para permitir que em cada uma delas houvesse massa crítica em termos de público... (...) e a par disso como, digamos porque para a PRIMUS as questões sociais no sentido da, da formação do *enterteiner* [discurso imperceptível], da competitividade, da qualidade era muito importante, era também promovermos a par disso a formação dum conjunto de actores culturais, isto é, nós demos por isso quando fizemos o Marés Vivas, quisemos comprar, contratar o Videowall tivemos que o contratar em Lisboa, quisemos contratar o palco tivemos que ir buscar o palco a Lisboa, quisemos ir buscar o som, tivemos que ir buscar o, o som a Lisboa, quer dizer... porque era a garantia que corria bem, não é que cá não houvesse, mas era um tipo que era jeitoso, já tinha feito isso uma vez e não sei quê, quer dizer e isso não podia [hesitação], não pode ser assim, num espectáculo não pode falhar nada, era o que faltava... ligar o som: “1, 2, experiência, experiência” [o E. fez um sinal de assentimento] e ficávamos naquilo como ficamos durante anos, portanto, a formação destes actores, isso pressupunha era outro trabalho que a PRIMUS gostava de fazer, e que, e se sentia motivada para fazer... (...) era criar, também... fixar jovens, fixar competências, desenvolver qualidade, era, era um, é um dos objectivos da PRIMUS. E depois ter uma espécie dum *site* interactivo onde quem quisesse escrevia p’ra lá dizendo: “Olhem, façam isto, porque é que não fazem isto, não sei quê”, quer dizer ch [hesitação] levar os jovens a, a participarem no, no, no processo de aculturação de uma população. [presidente do conselho de administração da PRIMUS, 49 anos]

Na área do turismo, a presença institucional da PRIMUS tem sido menos prioritária e visível, numa primeira fase, face à existência de duas associações vocacionadas para a promoção turística da região, como a ADETURN e o PCB. E, de acordo com a perspectiva deste actor local, o posicionamento da agência foi o de acompanhar lateralmente a actividade daqueles e o de direccionar-se mais para outras áreas prioritárias. Num segundo momento, a agência, após uma sensibilização junto das vereações do turismo das câmaras da AMP, alicerçou um projecto de criação de uma região do turismo da AMP, apresentado à própria Junta Metropolitana, e accionou o processo de certificação da qualidade de instituições ligadas à área da restauração do espaço metropolitano. Porém, certos diferendos atravessam o discurso dos actores locais e regionais, evidenciando, igualmente, que encontramos não só no campo político as assimetrias e as oposições entre os eleitos locais, como também entre os actores institucionais que desenvolvem uma prática nos campos aqui em análise.

(...) portanto a PRIMUS foi acompanhando esta matéria digamos lateralmente... estavam, haviam outros actores no terreno, nós tínhamos outras coisas com que nos preocupar, não, não quisemos entrar na área turística. Depois como digo foi a própria ADETURN que nos chamou a atenção p’rá necessidade de se fazer uma, uma, uma região de turismo e, ao

mesmo tempo nós entendemos, nós próprios entendemos que se calhar podíamos dar algumas acelerações àquilo que se estava a fazer em, em, na área do turismo, e por isso propusemos, fizemos uma proposta, discutimos isso com os vereadores do turismo que, que subscreveram a necessidade de, de, de... de haver uma região de... turismo do Porto, o Porto não queria [!], a cidade do Por [hesitação], o município do Porto não queria por razões... nunca totalmente esclarecidas, pelo menos do, do meu ponto de vista não, não fiquei convencido, acho que se perde muito dinheiro, porque todo o índice turístico se perde... os números da ADETURN há 3 anos atrás é que o não haver região de turismo significava uma perda bruta de cerca de 1 milhão de contos... por ano, para a região de turismo, e que poderia ser gastos aqui... o Programa MILLENIUM tinha uma integração em rede de turismo, isto é, no Programa, aliás p'tanto o, o Programa MILLENIUM pressupunha uma conceito de rede por exemplo, sei lá... na... actividade turística, os bons restaurantes de... Matosinhos, o Casino, os Casinos se quiser... as... os, os, os sítios, por exemplo era, seria p'ra mim, no Mi [hesitação], no MILLENIUM estava lá a ideia de criar-se um parque temático de ourivesaria em Gondomar, com um museu, quer dizer... havia aí [hesitação], todo, todo o, o *cluster* que o Vinho do Porto pode representar neste, neste processo, etc. (...) as pessoas vão, vão visitar Gaia, mas depois vêm todas dormir ao Porto [risos]... ninguém dorme em Gaia de maneira que há, há coisas engraçadas no meio disto tudo, não há, mais uma vez não há planificação... mais uma vez não há planeamento, mais uma vez não há coordenação... a, a, a PRIMUS dep [hesitação], depois paralelamente com isso levanta-se algumas questões, quer dizer não há um marketing adequado... é o sector privado que faz o marketing, não é, portanto que diz, que diz e que faz, não é... o, o Oporto... Convention Bureau nunca foi capaz de fazer nada integradamente, também se envolveu nas questões políticas (...) é, é evidente que o Porto Capital da Cultura serviu para agudizar alguns, alguns destes, quer do lado da cultura, quer do lado do turismo, como o turismo também é uma actividade que vive muito do, da procura de espaços culturais (...) neste momento como lhe disse nós orientamo-nos na PRIMUS por duas coisas, primeiro para proceder à certificação e qualidade dalgumas instituições, nomeadamente restaurantes... na área da restauração, percebemos que um turismo de qualidade precisa hoje de respostas de qualidade e por isso a PRIMUS tem, fez um acordo com o Instituto Português da Qualidade no sentido de também nessa área poder ajudar os... presidentes locais promovendo a certificação da qualidade [o E. fez um sinal de assentimento]... está em curso, estamos a formar neste momento monitores. Em relação à, à criação da, da, da... da, da região de turismo na Área Metropolitana nós fizemos uma proposta à Junta Metropolitana dizendo nós temos *know-how* para... fazer... a agência, temos *know-how* para a implementar, temos uma... a região de turismo, a Junta Metropolitana quer ou não quer, porque [risos]... porque tem que ser nos termos da lei isso deve, é da iniciativa dos municípios, etc., p'tanto. A proposta está lá, estamos a aguardar o que é que... o que é que se pode fazer. [presidente do conselho de administração da PRIMUS, 49 anos]

Quando nos confrontamos com o posicionamento de outros actores locais, nas suas ligações mais ou menos estreitas com o espaço local e regional, apercebemo-nos da similitude de posições quanto à necessidade política e social de articular esforços de criação cultural e divulgação da oferta cultural intrametropolitana. Como, de igual modo, visualizamos posicionamentos críticos e cépticos quanto às possibilidades de concertação interconcelhia, decorrentes – e

segundo a regularidade discursiva dos actores situados fora do campo político - dos diferendos político-partidários entre os eleitos locais e as prioridades de investimento estrutural por parte dos concelhos da AMP. Numa outra ordem de representações, outros factos exigem os esforços de concertação metropolitana: a falta de profissionalização dos criadores culturais locais e de especialização cultural, ao nível da *cultura erudita*, no espaço concelhio e metropolitano. Mais uma vez, a centralidade funcional do Porto, do ponto de vista cultural, e já não tanto do ponto de vista turístico, aparece como um elemento transversal às representações destes actores. As potencialidades turísticas dos concelhos são perspectivadas com um menor diferencial intraconcelhio, mas, de qualquer maneira, a exigirem um enquadramento mais global tanto ao nível dos actores e das actividades, como das estratégias de desenvolvimento regional. A título de exemplo, o representante da APCNP refere o seguinte:

(...) relativamente à Área Metropolitana eu num dos relatórios d'Associação... cito o, o, o, o Daniel Bessa, o Professor Daniel Bessa que diz que na Área Metropolitana do Porto não existe nada que possa configurar as características duma área metropolitana, porque não há uma rede de transportes, não há nada, nada, nada, portanto não existe, portanto, no plano cultural eu também penso que... a rede é diferente, quer dizer, há bocado falei nos melhores equipamentos são aqui no Porto, são de facto, só existe uma coisa que ro [hesitação] que po [hesitação], que concorre com o Porto em Agosto que são os Encontros de Mateus, o Encontros de Música de Mateus são de nível internacional e são, são talvez a única coisa assim que, que... fora da cidade do Porto tem assim grande impacto de qualidade, elitista, etc.... (...) É, eu acho ... que não, que não existe, quer dizer porque... houve... quando foi a regionalização eu, eu tive uma discuss [hesitação], eu disse que as pessoas do Porto iam votar todas contra a regionalização... foi verdade [!], o norte, o, o, o Porto, a Região Norte perdeu [discurso imperceptível] porque é melhor ser a segunda capital do país que ser igual a Faro, a Guarda e a Coimbra... portanto, o segundo, o segundo, o número 2 não quer a regionalização... porque ele perde poder, é que nós temos Lisboa e o Porto está próximo de Lisboa e portanto o resto está muito abaixo, o Porto perdia bastante com a regionalização ficava igual ao Algarve a Região Norte, percebeu? O Porto igual a Faro, e isso, as pessoas do Porto sentiram-no... depois há um fenómeno intra-regional ainda mais importante, é que Braga prefere responder a Lisboa do que responder ao Porto [risos]... portanto há, há um, houve uma catadupa de interesses inconscientes que levou a que o referendo fosse NÃO pura e simplesmente. O que, o que eu acho é que o governo até está a fazer uma coisa diferente que é 'tá a permitir os municípios associarem-se... e criar áreas metropolitanas voluntaristas, não é, portanto há uma Área Metropolitana em Lisboa, há uma Área Metropolitana no Porto, vai poder haver agora outras áreas metropolitanas, o problema p'ra já vai saber se um trecho voluntarista dessas áreas corresponde com o bem público, isto é com a organização global, não é, claro, porque repare se... se Braga, Guimarães e Viana do Castelo decidirem fazer uma área metropolitana ali à volta não há nenhuma, e depois e Penafiel? Que se arranje... quer dizer há municípios que podem ficar

muito prejudicados, não é, e, e aquela concentração ali pode ser boa ou pode ser má, nós não sabemos, não é... Voltando à cultura o que me parece assim há, há uma, há uma escala necessária de facto, quer-se há uma escala quer dizer... [o telemóvel começou a tocar] (...) agora a Área Metropolitana do Porto eu tenho algumas dúvidas, sinceramente, quer dizer... de... na área... duma visão turística talvez já tenha algum interesse, não é, porque você tem Espinho, tem a Póvoa, tem os Casinos, tem o Porto, quer dizer já começa a fazer sentido, agora se... esta área metropolitana tal como está ela tem algum interesse do ponto de vista cultural eu permito-me duvidar até porque... o que era preciso era haver uma capacidade, não é, de... o qu' é qu' acontece muitas vezes? Acontece que há uns jeitosos em Braga, em Famalicão que conseguem fazer isto, o presidente da Câmara gosta ou põe ajuda, não é, e lá fazem uma coisa, uma coisa assim, mas não há uma profissionalização, 'tá a ver, não é, portanto eu acho que é preciso uma certa concentração porque nós estamos a fal [hesitação], hoje em dia já não se pode brincar com essas coisas, não é [o E. fez um sinal de assentimento]... p'tanto eu não vejo bem, não vejo bem assim... [presidente da APCNP, 58 anos]

Por fim, registemos o posicionamento da própria DRCN a propósito da viabilidade das políticas concertadas no espaço metropolitano e das potencialidades subjacentes a um esforço político conjunto de criação de uma oferta cultural alargada e integrada. Se, num certo sentido, a centralidade funcional do concelho do Porto perpassa nas representações do actor político, num outro, a AMP enquanto espaço supramunicipal em construção pode beneficiar de uma lógica concertada de programação cultural, rentabilizando recursos e promovendo a divulgação cultural, o alargamento de públicos e a criação de uma identidade cultural e territorial para além dos seus espaços concelhios de referência. O espaço metropolitano é um espaço desigual porque detém ainda níveis de oferta cultural – quantitativos e qualitativos – diferentes. A visibilidade cultural dos concelhos da AMP não é a mesma nos contextos mais amplos, como o da Região Norte e do próprio país, e as condições institucionais de exercício do poder local estruturam, paralelamente, as prioridades da intervenção municipal. Por outro lado, a proximidade territorial ao concelho do Porto e, como tal, às virtualidades da oferta cultural da cidade, potencia junto das populações uma democratização no acesso, perspectivado apenas a partir das possibilidades institucionais de usos das expressões culturais. E o estatuto de *concelhos dormitório* que alguns destes concelhos têm face ao Porto perpassa, como justificação de um investimento regional não prioritário, o discurso do actor político. A partir da especificidade do trabalho desenvolvido pela própria DRCN, a

centralidade funcional do Porto é, assim, e num sentido algo diferente daquele perspectivado pelos próprios autarcas entrevistados, uma mais-valia para os concelhos contíguos da AMP. Nomeadamente, quando perspectivado a uma escala mais macro – os concelhos da Região Norte - e numa avaliação comparativa entre os concelhos, do ponto de vista das infra-estruturas culturais e da oferta cultural propriamente dita.

Olhe a minha, a minha percepção é o seguinte... mesmo na Área... Metropolitana do Porto há concelhos que estão muitíssimo avançados a nível cultural... dou-lhe o exemplo, por exemplo Valongo... dou-lhe outro exemplo que é Póvoa de Varzim [*o E. fez um sinal de assentimento*]... a Maia [*muito barulho no exterior*], se calhar há outros concelhos que neste momento ainda... são capazes de ter algumas dificuldades ou pelo menos não é tão visível a sua acção [*o E. fez um sinal de assentimento*] ... em relação a esses, a esses concelhos evidentemente que nós também não, não deixamos de ter preocupação, embora não seja a nossa preocupação imediata, porque entendemos que qualquer município da Área, da Área Metropolitana do Porto até por uma questão da pro [*hesitação*], da proximidade... tem muito mais possibilidade de ter oferta cultural do que... municípios como o Mogadouro, ou Vimioso, ou Vinhais... p'ra já não falar em Melgaço ou Monção, portanto basta só proximidade para poder que esse, p'ra que esses municípios possam ter... muito mais oferta cultural do que a zona interior... por outro lado, também uma das preocupações que nós temos é a seguinte, que muitos destes [*muito barulho no exterior*], destes municípios são áreas de dormitório, essas áreas de dormitório da, da, da grande cidade nomeadamente Porto, não são as, as áreas com mais possibilidades de as pessoas poderem frequentar... portanto as actividades culturais a não ser aos fins-de-semana porque as deslocações que as pessoas têm de fazer e o tempo de deslocação leva que as pessoas muitas vezes não tenham depois grande espaço para poderem... usufruírem das actividades culturais, por isso... da nossa parte não [!] tem... não, não [!] sendo uma acção prioritária, portanto os concelhos da Área Metropolitana pelas razões invocadas, nós não os temos descurado... mas preocupa-nos muito mais outros, outros concelhos que às vezes até estão relativamente próximos das áreas metro [*hesitação*]... metropolitanas, dou-lhe 2 exemplos, o caso de, d'Arouca e Castelo de Paiva que são concelhos... relativamente próximos do Porto, mas que têm... portanto carências muitíssimo maiores e que devem merecer muito mais a nossa atenção do que esses concelhos... da Área Metropolitana. [*delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD*]

Essa mesma centralidade funcional justifica, de alguma forma, as tentativas de construção de *economias de escala* no campo cultural. E, nessa perspectiva, os esforços dos actores políticos e do tecido social local podem convergir para a afirmação cultural e territorial do próprio espaço metropolitano.

(...) eu, eu, eu penso que todos têm a ganhar no caso de ser... de ser possível fazer uma... uma oferta cultural de... d'âmbito regional... isto porquê? Porque em primeiro lugar podem-se ganhar sinergias... se um grupo tem um determinado evento preparado... tanto p'ra ele tanto custou ou melhor custou-lhe mais fazer p'ra um espectáculo do que fazer p'ra

10 ou 20... e portanto se houver esta possibilidade de juntar sinergias e duma exposição que está num, que foi feita num determinado local poder ser levada para outros locais... portanto isto, há economias de escala que devem ser aproveitadas, por outro lado... por outro lado... à medida que se vai criando estes laços de correlação, mesmo no âmbito cultural... portanto começa-se a ganhar espaços de... levar as pessoas a terem um sentido de identidade muito mais forte do que cada um ter o seu espaçozinho da cultura que só tem o seu, os seus, os seus grupos pré-definidos... portanto isso, isso a nível de identidade acho que cria mais problemas e portanto eu acho que há todo o interesse portanto em criar esse tipo de sinergias... numa Área Metropolitana que neste momento está em construção e que se calhar na área da cultura também tem de estar em construção [!] e por isso mesmo há um longo caminho se calhar ainda a percorrer, mas a mim não me custa nada que... o grupo que está sediado na, na, no Porto... até gostaria que... pois pudesse ter as suas tournées por assim dizer por, pelos vários concelhos e portanto isto seria uma maneira de criar muito mais força portanto a uma região que neste momento se 'tá a constituir e que... está a dar dos primeiros passos de, de, de, de unificação portanto e que tem neste momento uma... uma definição política e legal muito concreta, mas que se pode ir alargando para outro tipo de, de... de estruturação de, e de ligação [o E. fez um sinal de assentimento]. [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]

Políticas culturais e turísticas: recursos privilegiados nos modelos de desenvolvimento da AMP

A cultura e o turismo como vectores transversais do desenvolvimento local

É curioso constatar que os presidentes de câmara entrevistados, à medida que procuram objectivar a sua intervenção e o seu plano político mais global, vão tipificando as actividades, numa espécie de exercício sectorial. Do mesmo modo, vão referindo dimensões, por vezes díspares entre si – por um lado, saneamento básico, por outro, desporto e lazer – e, outras vezes, articuladas com as dimensões que consideram ser as mais globais do processo de desenvolvimento concelhio. Indicia-se que o projecto global da autarquia assume, na oralidade discursiva de alguns autarcas, caracteres de sistematização político-ideológica, marcando uma centralidade pessoal na abordagem dos temas e no controlo das matérias de gestão municipal; noutros, e segundo raciocínios não tão lineares, e aparentemente com exemplificações pontuais, vai-se reorganizando o *mapa de desenvolvimento* – quando não verbalizado *mapa de crescimento* - do concelho. À medida que o fazem, salienta-se também, e ainda que não o tenhamos explorado do ponto de vista da análise de

discurso, uma centralidade verbal na própria pessoa, enquanto chefe de executivo, e com um acento identitário na valorização individual e da equipa e no próprio concelho por comparação com os outros¹³. Num outro sentido, e como já tivemos oportunidade de referi-lo anteriormente, espelham concepções face à actividade política enquanto exercício efectivo do poder. Vejamos alguns exemplos:

Eu quero deixar tudo encaminhado para que se realize tudo aquilo que eu sonhei... pronto, e que acho que a população merece e precisa... (...) temos conseguido trazer aqui o que há de melhor... no ponto de vista, sob ponto de vista cultural... (...) nós somos uma equipe, damo-nos todos muito bem [*o E. fez um sinal de assentimento*]... e, e portanto o facto de não haver estrelas acho qu'isso também ajuda [*o E. fez um sinal de assentimento*]... [*presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD*]

(...) este ano fizemos uma coisa que se fosse um país normal já me tinham dado uma medalha, mas como isto não é um país normal, só me criticam, só me criticam e... não valorizam nada do que as pessoas fazem (...) [*presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD*]

(...) nós primamos pela qualidade, somos exigentes e por isso é que quem vem p'ra Maia... pronto sabe que vem, mas tem qualidade de vida e... mas só dá valor quando chega a aqui, porque os que está com, os que estão cá já a têm e não dão valor ao exercício e ao, e ao trabalho que nós temos para, para qu'isto aconteça. (...) portanto na Maia temos conseguido vitórias, vitórias, vitórias, vitórias atrás de vitórias, mas com'eu digo... à custa do trabalho, do trabalho de todos nós do saudoso, saudoso Doutor José Vieira de Carvalho e agora comigo e com os meus parceiros, os meus pares na, na equipe. (...) sabe cada um é como é, nós somos verticais aqui na Maia, levamos tudo pelo... a direito e... se Deus quiser, com a ajuda de Deus vamos levar isso até ao fim... [*presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD*]

(...) eu tinha uma ideia só de cidade, uma ideia enquanto cidadão e depois uma ideia enquanto já... com um conjunto de ideias... e de projectos mais elaborados resultantes de, resultantes de várias, de várias coisas... resultantes da ideia que eu tenho, eu próprio pelo desenvolvimento duma cidade como experiência de, de quase 40 e... e... 6 anos na altura... 44 anos, 44 anos na altura, em que era um homem vivido, tinha percorrido já grande parte do mundo e... sempre pautei a minha vida por uma visão do, do passado... enquanto experiência para nós termos... acção no presente mas sobretudo que sendo essa acção no presente com uma ideia de desenvolvimento futuro sustentável! [*o E. fez um sinal de assentimento*] ... E foi isso que fizemos! [*presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD*]

(...) e eu procurei colocar essa experiência que tinha... e essas influências que tinha conquistado ao longo dos anos ao serviço de Espinho. (...) uma das nossas primeiras

¹³ Alternando os usos dos pronomes pessoais *eu* e *nós* e o presente do indicativo com sentido de imperatividade e de segurança quanto às directrizes base da intervenção. Seria um outro indicador da análise de discurso adoptarmos, e num contexto de pesquisa alternativo a este, as formas e figuras linguísticas utilizadas para analisar a maior ou menor centralização política dos discursos dos eleitos locais, neste caso dos presidentes de câmara, devido às especificidades da figura que exerce a liderança local e o poder propriamente dito.

preocupações foi elaborar um plano estratégico... [presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

As entrevistas aos presidentes permitem-nos tipificar, mais uma vez, proximidades e distâncias entre os concelhos consoante o seu posicionamento territorial e a especificidade das suas actividades socioeconómicas. A linha entre *concelhos da orla litoral* e *concelhos da orla interior*, com a relatividade que esta configuração analítica tem¹⁴, adquire relevância quando contextualizada na cultura e no turismo. Entre as entrevistas feitas, Maia e Valongo situam-se nessa *orla mais interior*. Quando perspectivamos o discurso do eleito local da Maia, confrontamo-nos com prioridades políticas que, no mandato de 2001-2005, o interlocutor considera serem estruturantes da prática política maiata e que surgem na sequência do projecto de desenvolvimento do concelho que tem vindo a protagonizar: são prioridades que vão desde o *ambiente à qualidade de vida*, passando pela *protecção dos mais desfavorecidos* (crianças e idosos), integrados no projecto mais global do concelho, o *desenvolvimento industrial*.

Os meus projectos... os meus projectos é o bem-estar de, da Maia, dos maiatos nomeadamente... e p'ra isso como eu disse há pouco é o ambiente, a cultura, fazer grandes conferências, o ambiente fazer grandes parques, porque hoje em dia as pessoas têm... algumas não têm trabalho, então os mais a...a...a... a vida 'tá a aumentar, p'tanto hoje em dia morre-se mais tarde, os velhinhos precisam de ter espaço p'ra irem com, com segurança, fazer grandes parques... poupar, fazer grandes parques, poupar p'tanto há aqui... um das coisas que me preocupa no futuro é a água, a água a mim preocupa-me... [fim do lado A; a entrevista foi interrompida por alguns momentos] [a entrevista recomeçou e o e. retomou o seu discurso] ... no futuro a água preocupa-me muito, ou nós fazemos grandes reservatórios ou então vamos ter problemas, a água tem que ser bem da natureza que 'tou a ver 'tá a ser, tem que ser poupada, muito poupada [!], os oceanos, preocupa-me os oceanos que 'tão a ser degradados com os esgotos a caírem lá sem serem tratados, isso preocupa-me, preocupa-me muito o ambiente, portanto isto é tudo uma questão de educação, julgo eu qu'os nossos filhos hoje em dia já, já pensam nisso e... e... e já criticam quando vêem deitar um saco de plástico p'ò chão, um cigarro p'à chão, ou um chiclet p'ò chão, p'tanto um dos meus grandes objectivos é o ambiente, qualidade de vida e a protecção aos mais desfavorecidos [o E. fez um sinal de assentimento]. [presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD]

¹⁴ Basta pensarmos nos movimentos pendulares casa-trabalho-casa realizados entre os concelhos aqui referidos para avaliarmos como contingencial tal tipificação se torna. Veja-se de novo o Capítulo 4, onde se encontram as informações globais do ponto de vista sócio-demográfico.

Considera que os seus projectos mais globais se cruzam com os investimentos mais sectoriais nas áreas da cultura e do desporto, e em menor escala, por aquilo que nos foi possível deduzir, num certo tipo de turismo. O concelho da Maia manterá, assim, o nível de desenvolvimento industrial que adquiriu, será principalmente um concelho industrial, e não um concelho com uma economia do turismo. Como nos refere o autarca:

Sabe que... p'a trazer um tu [hesitação], um turista à Maia é preciso... ter algo p'a lhe mostrar, eu não tenho água [!], não tenho água natural [risos] nesse parque urbano que estou a fazer vamos aí construir um grande açude... talvez no, neste parque que falei também no parque desportivo do aeródromo de Vilar de Luz ond' é que tem uma pista de ciclismo, tem um, um lago, tem uma coisinha para... p'ós aviões, tem outra pr'ós... pr'ós barquinhos e p'tanto aí também trazemos alguns turistas, mas sabe que a Maia não é uma zona turística, é uma zona semi-industrial e... o, o qu' o turista procura é... o que é? Ág [hesitação]... é Vinho do Porto, é... o mar, ou então é um passeio fluvial, aqui o que pode ver a paisagem [!], tem muita paisagem mas nós não somos eu não me posso considerar um concelho turístico, embora, não sei se sabe ou não, mas como poveira é capaz de saber o... o Aeroporto de Pedras Rubras é na Maia [o E. fez um sinal de assentimento]... embora se chame o aeroporto do Porto [o E. fez um sinal de assentimento]... mas fica situado na Maia... 90% é na Maia, portanto... os principais turistas que vêm aí aterram na Maia [o E. fez um sinal de assentimento] [risos]... [presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD]

Destaca dois elementos. Primeiro, um empreendimento: a *Nova Maia* no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, que será um Parque da Cidade, o segundo maior da AMP depois do Parque da Cidade do Porto, e com fins de lazer associados. Segundo, uma aspiração política: criar na Maia um *Campus de Saúde*. Segundo o autarca, a Maia cresceu do ponto de vista dos níveis primários do desenvolvimento local: água e saneamento básico em todas as freguesias do concelho; tratamento dos esgotos que desaguardam no rio Leça a partir de 3 ETAR's; construção de uma central de compostagem ao nível das europeias; e substituição das tubagens de água já existentes para mais 50 anos. Para além de referir a dotação do concelho em equipamentos desportivos – nomeadamente pavilhões municipais, pólos desportivos distribuídos pelas freguesias e ocupados pelas escolas e pelas colectividades do concelho, estádios de futebol e aeródromo – e equipamentos culturais, destaca a qualidade da habitação social maiata – mais barata do que nos outros concelhos e segundo ele com qualidade residencial – e os serviços de apoio

para as crianças e idosos – creches e jardins-de-infância e centros de dia e lares. Na educação, releva a cobertura equilibrada e em todo o concelho da rede escolar.

O discurso assenta, à semelhança dos seus homónimos, nas dificuldades inerentes a estes processos faseados do desenvolvimento: a falta de tempo e as contingências orçamentais – um período de menores financiamentos e de crise política e económica do país; a burocracia na tomada de decisões e a centralização dos processos administrativos. Se pensarmos em termos de *política cultural* para o concelho, indicia-se no discurso do autarca a tónica na construção de equipamentos locais para fins de lazer e desportivos e na diversidade das actividades até ao momento realizadas. Associa-a a outras vertentes de crescimento do concelho; contudo, critica, e quando alude à falta de espírito metropolitano na AMP, a construção de grandes equipamentos desportivos - como os grandes pavilhões e as piscinas olímpicas - cujos usos ficam aquém do investimento financeiro feito.

(...) tou a falar em termos no aspecto cultural, por exemplo temos uma conservatória, temos umas, temos as bibliotecas distribuídas pelo concelho, temos o mini-básico que vai às escolas com uma biblioteca, temos auditórios praticamente que cobrem todos os... as freguesias do concelho, temos museus... realizamos um inúmero de congressos, neste momento 'tamos a realizar o Festival de Teatro Cómico, p'ò ano é a décima edição... realizamos a Feira de Artesanato... a Feira das Velharias, uma inúmera série de coisas em termos, a Bienal, qu'est'ano foi um sucesso a bienal e muitas outras feiras e muitos outros congressos, só p'a lhe dizer que o nosso Fórum 'tá ocupado 365 dias por... por ano e 'tamos sempre a rejeitar, tivemos que comprar um cinema que foi o cinema aqui em frente que é o Cinema Fedepor, para também dar já alguma... alguma folga ao nosso Fórum porqu'os pe [hesitação], os pedidos eram muitos, os pedidos de conferências, tivemos cá o Jacques Santer há coisa de 8 dias nas PME's e temos tido altas figuras a... a nível político e a nível desportivo e não só aqui na Maia (...) [presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD]

Quando observamos o discurso do presidente da edilidade de Valongo algumas similitudes se apresentam. O concelho tem características industriais e rurais, estas últimas mais diluídas mas ainda presentes, um pouco à semelhança do concelho da Maia. O discurso do presidente de câmara salienta, em simultâneo, e com maior vinco, as *dimensões culturais do desenvolvimento local* e as *dimensões primordiais do crescimento* e do *desenvolvimento qualitativo* do concelho. Quando caracteriza o concelho, e no momento anterior ao da sua entrada para a câmara,

refere-se ao atraso estrutural do ponto de vista das infra-estruturas básicas. O seu papel político quanto ao processo de desenvolvimento do concelho traduz-se, deste modo, em três grandes momentos: um *primeiro momento* de construção de infra-estruturas básicas de água e saneamento e tratamento dos esgotos - nalguns aspectos ainda em curso porque nem todo o concelho tem estas componentes resolvidas - e da construção das vias e acessibilidades ao concelho; um *segundo*, de construção e de animação dos equipamentos culturais e desportivos; e um *terceiro*, que corresponde ao mandato em que a entrevista teve lugar, em que as apostas da equipa executiva se situam, estrategicamente, nas áreas do *ambiente*, da (re)industrialização e da *criação da nova centralidade* no concelho e na cidade de Valongo.

(...) bom... resolvida essa fase das necessidades básicas passamos a uma segunda fase... a fase cultural... então o que é que nós fizemos? Fizemos um centro cultural em cada freguesia... um centro cultural de qualidade, todos têm uma biblioteca... todos têm uma sala para espectáculos... e fizemos 3 museus... no concelho, bom... houve aqui um investimento na, no aspecto cultural muito grande [o E. fez um sinal de assentimento]... [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

Começa por caracterizar o concelho como *concelho dormitório* do Porto durante anos, particularmente nos anos 80 e 90, mas que progressivamente veio a adquirir autonomia face àquele, do ponto de vista socioeconómico, residencial e cultural. Relativiza, à luz do espírito metropolitano, as distâncias territoriais e as centralidades funcionais, considerando que Valongo é Grande Porto, o que significa que territorialmente, e atendendo às acessibilidades¹⁵, é o mesmo residir no Porto ou em Valongo. Destaca, no terceiro momento do seu projecto político, a construção de uma nova centralidade, uma nova cidade, que com uma área de lazer potenciará o desenvolvimento dos serviços e da educação e formação. Associado a este projecto, o investimento no sector industrial, com a criação de zonas industriais nas

¹⁵ Tal como o autarca da Maia considera ter o seu concelho as melhores acessibilidades, o de Valongo reitera o mesmo: *Ora em termos de acessibilidades... Valongo... é o concelho do... de toda a, o Distrito do Porto que tem melhores acessibilidades, tem uma Auto-estrada com 3 saídas no próprio concelho, portanto nós temos 3 saídas aqui... à Auto-estrada e vamos ter agora o IC24 não é...* [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

freguesias de Alfena, Sobrado e Campo, esta última com um projecto charneira para o município: a construção da Central Rodo-Ferroviária do Norte (RODOFER) que permitirá as ligações para Espanha e para as regiões do país. Avançou também prioridades na área da construção de habitação para casais jovens (habitação a custos controlados) e de habitação social. A ruralidade do concelho mantém-se, particularmente nas freguesias de Sobrado e Campo, para além de Alfena, uma freguesia semi-urbana/semi-rural, e articula-se, estrategicamente, com o investimento na área da cultura ao revitalizar-se as tradições populares.

(...) criamos várias zonas industriais... aqui... por exemplo temos uma em Alfena com... com Trade Center já, com... 100 empresas, mas assim uma coisa interessante com uma zona de serviços, com um... portanto como deve ser... p'ra 350 empresas, mas neste momento já lá temos 100... p'tanto foi já assim um avanço grande. Ermesinde tem também uma zona industrial, mas... mais pequena... porque é, é muito populoso e não tem, tem uma área muito pequena, Ermesinde teve 45 mil habitantes [sorrisos] e tem 7 Km [o E. fez um sinal de assentimento]... de... extensão e largura, não tem mais, portanto ali não havia [o E. fez um sinal de assentimento] hipótese, portanto... a zona industrial que há é na... na Formiga, junto ao Colégio da Formiga... e portanto que é um... que é uma peça do ponto de vista arquitectónico muito interessante... e que fica ali por trás da casa... onde... faleceu o Bispo... Dom António... Ferreira Gomes... portanto isto está cheio de lo [hesitação] locais... com [o E. interveio]... (...) com história, pronto, depois vou-lhe falar nalguns... portanto, pronto... tem essa zona industrial, há uma outra zona industrial que é em Sobrado... Sobrado que é uma freguesia rural... mas que teve lá uma grande indústria que quando faliu foi uma tragédia, foi a CIFA, tinha 5 mil funcionários [o E. fez um sinal de assentimento]... (...) portanto temos a d'Alfena, a de Sobrado, a d'Ermesinde que é a mais pequena, aqui... Valongo não tem propriamente zona industrial, mas tem uma indústria que tem 2 mil funcionários... portanto o que me assusta [!]... porque toda a empresa que tem assim muitos funcionários, se um dia há um problema qualquer... é trágico, e temos Campo, Campo é onde estamos a fazer a grande... zona industrial, são cerca de 300 hectares, portanto é uma coisa muito grande e neste momento já está... a ser feita lá... a, uma central rodo-ferroviária, portanto vai ser a central rodo-ferroviária daqui do norte, portanto é a RODOFER e portanto a RODOFER está a construir já isso portanto como a zona é atravessada pelo caminho-de-ferro conseguiu-se coordenar e tem importância, tem muita importância, não só pelo escoamento normal dos produtos como até p'ra ligação a Espanha... [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

Quando confrontado com os traços culturais da intervenção política municipal, o autarca enuncia aspectos que nos indicam prioridades de actuação. Em primeiro lugar, a *política cultural* tem-se traduzido na construção de equipamentos culturais a partir da recuperação de imóveis com interesse arquitectónico e histórico. Foi prioridade da câmara construir um centro cultural em cada uma das 5

freguesias, desde as mais rurais (Sobrado, Campo e Alfena) até às mais urbanas (Ermesinde e Valongo), dotando-os de espaços polivalentes como, por exemplo, auditórios, salas de exposições e bibliotecas. Do ponto de vista do desporto, acentua a construção dos equipamentos básicos – piscinas cobertas e pavilhões desportivos para as diversas práticas desportivas – e da educação, a construção do parque escolar, atendendo à explosão demográfica, associada à explosão da construção civil, de que foi alvo o concelho. Em segundo lugar, e na sequência desse trabalho, o edil considera que Valongo e Ermesinde têm autonomia cultural face à centralidade cultural do Porto¹⁶. A oferta municipal integra espectáculos de música e de dança moderna, como exposições de pintores consagrados portugueses e internacionais. Da mesma forma, a própria câmara adquire espólio artístico, ao nível das artes plásticas, para constituir uma colecção própria, num sentido estético – salvaguardando os interesses artísticos do próprio edil – mas, igualmente, num sentido de economia da cultura e da arte, dotando os equipamentos municipais de bens culturais, neste caso artísticos.

... portanto... pronto, é realmente... são as galerias [o E. fez um sinal de assentimento] o sítio onde tem os se [hesitação], onde eram os fornos... portanto é um, neste momento nós temos... museu, portanto a parte... dos fornos é a parte museológica [o E. fez um sinal de assentimento], em cima há uma sala de espectáculos [o E. fez um sinal de assentimento], e depois há mais 2 salas de exposições [o E. fez um sinal de assentimento] e ainda, e tem ainda um corredor que nós dedicamos normalmente para a escultura... portanto temos normal [hesitação], temos 10 salas que nós dedicamos mais à pintura... e outro tipo de exposições, por exemplo de arquitectura, ainda agora o arquitecto Souto Moura... Souto Moura fez lá uma exposição p'tanto e tivemos lá uma exposição que foi considerada no, no ano... passado a melhor exposição a nível nacional... porque ti [hesitação] tivemos desde Silva Pinto, Alfredo Caeiro... portanto todos os pintores portugueses p'tanto do... clássicos, não é... passando depois pelos Medinas e entr [hesitação] e entrando no Júlio Resende, nos, na... na...ai [!]. no Amadeu de Sousa Cardoso, etc., etc., etc., tivemos tudo isso exposto na mesma altura... lá... que fo [hesitação], eram 130 obras-primas [o E. fez um sinal de assentimento]... veja... foi realmente uma coisa que ainda hoje me deli [hesitação], delicio só de pensar que... que consegui proporcionar à população uma coisa muito bonita. Por outro lado, comprei um espólio também... de pintores aqui p'ró concelho, temos aqui... pronto

¹⁶ Como refere num tom irónico e sorridente: (...) *durante muitos anos Valongo e Ermesinde foram dormitórios do Porto, não é [?]... hoje já têm... muita autonomia portanto quer sob o ponto de vista cultural [o E. fez um sinal de assentimento], no ano passado dizia-se que em termos de cultura, e em termos de espectáculos e qualidade dos espectáculos, que o Porto 2001 que era em Valongo...e. ... pronto foi, foi engraçado, porque na realidade o nível, já tivemos por exemplo Tom Sullivan, por exemplo veio cá, o Ballet da Gulbenkian veio, não é, temos conseguido trazer aqui o que há de melhor... no ponto de vista, sob ponto de vista cultural...[presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]*

António Carneiro... Medina, até temos aqui vários... clássicos e temos também alguns modernos, no Museu daqui de Valongo... que foi construído na, no edifício da antiga Câmara, que é o único edifício da época pombalina existente no norte de Portugal... portanto há um conjunto de... [*presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD*]

É interessante focalizar a perspectiva de formação de públicos do autarca: não há desenvolvimento de um concelho se não houver desenvolvimento cultural. Concebe ser um trabalho difícil, moroso e persistente, e que exige investimento financeiro. Projecta fazer mais investimento na *oferta cultural cultivada* (mais espectáculos e mais concertos regulares) para mudar mentalidades e formar pessoas. Considera o investimento político e financeiro na área da cultura uma vitória política e social do concelho, investimento este que tem sido feito, de igual modo, com actividades de formação entre associações e criadores culturais locais, articulando o trabalho do município com o dos actores locais.

... pronto, sem, sem ser, quando eu digo pela força é impingindo-lhes coisas, não [!], quer dizer quero que as pessoas gostem e quero que se habituem a pensar... duma forma diferente em relação, porque quando nós começamos as apostas na cultura... a princípio as pessoas não estavam nada receptivas... nada receptivas [!][*o E. fez um sinal de assentimento*]... e... e ao fim de... digamos dum ano começaram... começaram-se a ver resultados [*o E. interveio*]... e depois têm-se vindo a ver os resultados, sucessivamente [*o E. fez um sinal de assentimento*]... mas foi um esforço muito grande, eu as primeiras vezes, a primeira tal [!] o primeiro concerto só me faltou chorar [*risos*]... porque na realidade pronto é.. é complicado, não é... não, mas... há todo um conjunto de coisas... que se tem feito e que me dão muita, muita satisfação, porque há evolução... no sentido positivo. (...) eu acho que... ter uma Biblioteca... razoavelmente... bem montada em cada freguesia, e uma sexta central... não há, não há concelho nenhum em Portugal que tenha um... uma coisa assim... nenhum município tem uma biblioteca em cada freguesia e... eu gostava que depois fosse aos centros culturais porque vai ver que os centros culturais... são realmente... muito importantes, foram muito bem concebidos, foi uma aposta muito [!] forte que nós fizemos e nós fazemos todas as sextas... [*o e.2 interveio*] ... todas as quintas... isso é o Museu da Lousa, em baixo está instalado o Museu da Lousa... todas as sextas e sábados nós fazemos espectáculos... nos centros culturais e... temos um acordo quer com um grupo de teatro profissional... que não só dá espectáculos aqui como faz acções de formação nos... pr'os grupos de teatro, temos muitos [!] grupos de teatro [!]... amadores aqui, muitos [!] e temos já um grupo de teatro profissional que faz acções de formação com eles... temos muitos grupos de dança... eu não exagero são... 20 e tantos grupos de dança, pronto e nós inclusivamente utilizamos esses grupos para fazerem... as suas acções e fazerem os seus espectáculos... [*presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD*]

No caso da Póvoa de Varzim, *concelho da orla marítima* e de tradições piscatórias e balneares, o discurso do autarca estrutura-se em torno de um *conceito*

de cidade cultural e turística e não tanto de um concelho com estas mesmas características, ressaltando, de certa forma, que o investimento político tem sido feito nalgumas potencialidades culturais e turísticas que a própria cidade tem. Do ponto de vista do desenvolvimento assumiu que resulta de uma pluralidade de factores – revelando uma concepção global do desenvolvimento económico e social do concelho – e, no caso da Póvoa de Varzim, de um programa eleitoral concreto, apresentado a um candidato sem passado e experiência políticas, mas interessado na mudança e no rumo estratégico da cidade.

(...) como cidadão atento do meu país e da minha cidade, eu sentia-me... profundamente desgostoso com o, o rumo que a cidade da Póvoa de Varzim teve no período de 75 a 90. De tal maneira que levou à perda, à perda de auto-estima, dos poveiros, levou... a um desenvolvimento caótico e anárquico... sob o ponto de vista urbanístico, sob o ponto de vista de desenvolvimento estratégico não havia, o... ao ponto de... não haver uma... uma, uma política cultural, uma política de desenvolvimento urbanístico, um, uma, uma total desorientação em termos estratégicos de desenvolvimento das cidades competitivas que cada vez mais hoje as cidades têm que se propor... de... tal qual como as empresas... numa forma competitiva [o e. fez um sinal de assentimento] ... e isto o... há um conjunto de problemas infraestruturais desde a falta de acessibilidades... infra-estruturas... básicas por resolver, saneamento básico, a água, o, o tratamento dos lixos... enfim, uma cidade que estava em 1900, em Janeiro de 1994, quando nós, quando nós tomámos posse, digamos que era uma cidade que descaracterizada, cuja população não tinha auto-estima e que precisava duma ideia dum projecto... [pausa] [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]

A caracterização que faz da cidade antes do início do seu primeiro mandato reflecte tendências que, de alguma maneira, constatamos noutros concelhos da AMP: ausência de uma política de ordenamento do território e urbanística, e de uma política cultural estratégica; não cumprimento dos níveis primários do desenvolvimento: infra-estruturas, acessibilidades, água e saneamento, tratamento de lixos. E acrescenta, uma cidade *sem auto-estima e identidade local*. Parte do conceito de desenvolvimento político e social da cidade no sentido de ter um *gestor da cidade* (o gestor da *polis*) com um projecto de *desenvolvimento sustentável*. Este projecto integra, segundo o edil, três momentos: o *primeiro*, que passou pela reorganização administrativa dos serviços da câmara e pela contratação de equipas para determinados projectos; pela satisfação das necessidades básicas da cidade e do

concelho (água e saneamento e tratamento dos lixos); e pela construção de infra-estruturas, acessibilidades e instrumentos de gestão urbanística controlada. Assume uma tríade de acção relevante, se pensarmos no contexto político local anterior: *observar* a situação, *fazer o diagnóstico* e *actuar*. Pressuposto de actuação política, diríamos, transversal às equipas de eleitos locais que tivemos a oportunidade de entrevistar. O *segundo*, passou por lançar outras necessidades básicas, a partir da orientação estratégica direccionada no sentido da cultura, do turismo e do lazer, tentando reanimar a auto-estima local da população e dotar a cidade de grandes equipamentos (culturais e desportivos), reactualizando algumas das características que a Póvoa tinha nos anos 50 e 60, com um particular investimento nos arranjos urbanísticos e na marginal marítima. O *terceiro*, que corresponde ao momento actual à data da realização da entrevista, implica o investimento na *qualidade de vida dos cidadãos munícipes e dos que visitam o concelho*, no alargamento do saneamento a todo o concelho, na construção da primeira fase do Parque da Cidade, com uma componente desportiva e uma componente de lazer, na construção da ETAR para tratamento das águas da praia, na conclusão das vias rodoviárias, e na conclusão do Plano de Urbanização para racionalizar o novo crescimento da cidade. Reconhece que é necessário, numa lógica de desenvolvimento, planear de modo reflectido os investimentos em grandes equipamentos culturais, desportivos e educativos¹⁷.

Havia que fazer novamente o relançamento doutras necessidades básicas em termos de... orientação estratégica da cidade para a tal cidade do, do turismo, da cultura, do lazer. Isto é, feitas as acessibilidades, feitas as, as, as, o melhoramento urbanístico das ruas, das praças... da frente de mar, portanto, procurando com isto o quê? Procurando... ganhar a auto-estima, que as pessoas ganhassem a sua auto-estima, o orgulho [!] do poveiro, o orgulho de ser poveiro... buscando a história da cidade como cidade, uma cidade inicialmente pequena cidade, de pescadores mas que depois já no desenvolvimento do século XIX, no início do século... no final do século XIX e sobretudo, nos, nos primeiros, nos primeiros 20 anos do século XX... seguindo uma estratégia na altura que estava na moda, que era também as cidades marítimas, as cidades casino, até aos anos 30, 35, as, uma filosofia... que era as cidades casino em que eram cidades marítimas... do, do Atlântico,

¹⁷ Como afirma: *eu acho que esta, este, esta falta de, de estratégia que é muito comum nos portugueses, de cada um ter a sua quintazinha e... e, e falta de, falta de grande, de grandes princípios orientadores e de aglutinação é fundamental em termos de desenvolvimento para a produtividade das cidades* [o E. fez um sinal de assentimento], *porque se nós não tivermos qualidade nós não podemos competir... e portanto, este é muito importante...* [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]

começou lá em cima em Biarritz, Santander, San Sebastián [sic]... Póvoa de Varzim, Espinho, o... Figueira da Foz... e Lisboa. Isto correspondia na época, de 1935 a cidades que... as pessoas começaram a... a frequentar como forma de lazer mas também de terapia, da helioterapia, terapia pelo sol... e portanto uma nova moda, uma nova moda que, uma nova moda de lazer que era a... a talassoterapia e a helioterapia, portanto tratamento das águas do mar, salgada, e o trata [hesitação], ah! E banhos quentes e o tratamento do sol que hoje é tão apreciado em todo o mundo... bom... e a cidade desenvolveu-se à volta disto, à volta disso desenvolveu-se toda uma outra actividade como: construiu-se também o teatro... o passeio marítimo e portanto a cidade desenvolveu-se... neste sentido e, e foi nessa altura considerada a Cascais do Norte! Porque as pessoas, dada a sua qualidade, e essa grande visão que um grande Presidente da Câmara... teve na altura que foi o Dr. David Alves, que projectou a cidade nesse sentido! ... Tendo essa visão já estratégica a cidade dos anos 60 da Póvoa de Varzim era uma cidade top [!] no Norte de Portugal, era digamos que a cidade do lazer e, e banhar por excelência. Bom, os anos passaram, e como tudo na vida... se nós não contemporizarmos o desenvolvimento e se não estivermos permanentemente preparados pr'ó futuro e com novas soluções para a competitividade das cidades, nós... perdemos, perdemos... essa competitividade, de, de cidade excelência. E foi o qu'aconteceu com a Póvoa de Varzim. [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]

Reconhece que o concelho tem potencialidades económicas e culturais, marcado ainda pela associação entre urbano e rural, e com actividades tradicionais residuais como a pesca (alvo de emigração dos pescadores em trabalho sazonal para o sul do país e o norte de Espanha). A agricultura, a horticultura e a agro-pecuária são ainda marcantes nas freguesias do concelho; o comércio, o turismo, uma pequena indústria na cidade e uma forte pequena indústria no concelho (no Parque de Laúndos), constituem sectores de actividade que, segundo o autarca, constam do plano de desenvolvimento mais global. Sugere um equilíbrio entre estas dimensões do desenvolvimento a partir da formação profissional, das acessibilidades, do investimento privado e público na melhoria de produtividade e do emprego local (por exemplo, na agricultura, com o apoio às associações de agricultores e de produtores de gado e de leite), e na dotação de uma rede de equipamentos educativos e de apoio social básicos. Perspectiva, de igual modo, que Póvoa de Varzim é uma cidade autónoma face às demais limítrofes e às da própria AMP, com especificidades económicas e pendulares, com sinergias de actividades e de pessoas, e com grandes acessibilidades, o que a torna uma cidade de residência e de segunda residência e não uma *cidade dormitório* do Porto.

Quando perspectiva a *política cultural*, perspectiva-a em consonância com a vertente turística. O investimento nestas áreas não se dissocia da criação das acessibilidades a norte, com a ligação ao norte e à Galiza, mercado potencial de turistas, e ao interior do Vale do Ave e do Cávado, outro potencial mercado turístico para o concelho. Curiosamente, e pela especificidade deste traço, que em nenhuma outra situação de entrevista verificamos, faz uma associação particular entre cultura, desporto e turismo, integrando o futebol - o clube da cidade e a identidade em torno do clube local - e a formação das camadas juvenis na prática desportiva. Perspectiva o futebol na sua dupla vertente desportiva e económica. Como refere:

(...) o Varzim é um clube emblemático que representa um pouco o carácter e o temperamento das, das pessoas da terra e hoje o futebol é, um, um desporto e um espectáculo mediático, e portanto em termos de projecção da cidade, em termos de projecção dos media é importante, e foi uma das grandes apostas também foi na ressuscitação do nosso Clube para a primeira divisão e assim conseguimos-lo, trouxemos da terceira divisão num espaço de 3 anos, trouxemos da primeira divisão... praticamente da terceira divisão à primeira divisão, e hoje o Varzim é... respeitado, e tem uma grande projecção mediática. Isso é importante pr'as cidades! Em termos de mobilização das pessoas, em termos de... identificação com o próprio, com o próprio, com a própria população, em termos de apoio de massas e em termos de desenvolvimento económico, porque hoje o futebol já não é um desporto, é um espectáculo e isso custa muito dinheiro e portanto implica grandes investimentos. Portanto, um município pobre não pode ter um clube na primeira divisão... e só se pode manter na primeira divisão dada a grande competitividade, eu penso qu'este é um modelo de, de referência p'ra si... pode ser um modelo de referência p'ra si... em termos de barómetro! Barómetro de desenvolvimento duma cidade... a que nível os seus clubes, por exemplo, na alta competição consegue a sustentabilidade? Se esses, se esses clubes que estão na alta competição têm sustentabilidade, é porque o teu município tem sustentabilidade económica! [o E. fez um sinal de assentimento] [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]

Do ponto de vista turístico, e avaliando o investimento feito fora da cidade e no concelho, ressalta a recuperação do património (centro histórico de Rates e as masseiras agrícolas), as investigações arqueológicas (Cividade de Terroso), e o apoio a áreas de lazer numa freguesia que tem um culto religioso em torno da Santinha de Balasar, procurando fomentar, à semelhança de algumas cidades das Astúrias, nomeadamente Covadonga, o *turismo religioso*. Prevê, e sugere, à luz do espírito metropolitano, uma convergência de sinergias ao nível dos equipamentos culturais e desportivos e do investimento turístico na Região Norte.

(...) quem fez uma entrega total, interrompeu a sua profissão... de que gosta muito, e fez uma entrega total ao longo destes anos... dalguma forma sente-se compensado pelo seu trabalho e... fundamentalmente por duas coisas: primeiro, pelo reconhecimento popular em três eleições, isto é, que o povo percebeu, o povo acredita em nós e percebe o sentido do nosso projecto... terceiro, nós reconhecemos na prática que... a aposta que fizemos... no sentido da cidade da excelência, do turismo, duma certa especialização, não descurando obviamente... o desenvolvimento doutras actividades que essa é a riqueza da Póvoa de Varzim, porque ela não vive só do comércio, do, da, da, da época balnear... do turismo mas também... da horticultura a norte, da agro-pecuária a nascente e da pequena indústria sobretudo em termos de emprego, de tal maneira que hoje somos um, um... um, um... um município que tem... quase pleno emprego, 4%, 5% o que, em termos europeus praticamente não existe desemprego, o que dá uma grande coesão, qu'esse o grande objectivo do político, o político é fazer com que a cidade e o seu concelho funcione, com coesão... com... qualidade de vida... tendo, tendo um projecto que seja sustentável em termos de competitividade com as outras cidades e eu acho qu'isso nós conseguimos mas somos mais ambiciosos e queremos passar desta cidade regional para, para uma cidade referência em termos, em termos de... grande região do Norte do País e Galiza, p'tanto Noroeste Peninsular e... p'ra isso precisamos ainda mais duas coisas: é a ligação da auto-estrada da Póvoa de Varzim-Viana do Castelo-Valença, porque... esta infra-estrutura que existe de, de, de Valença, de Vigo-Valença... passa por Braga e, e, e alguns dos turistas aqui do Norte da Galiza que é um dos nossos... mercados alvo... passa um pouco ao lado... da cidade da Póvoa de Varzim e acho que é fundamental esta infra-estrutura e p'ra isso estamos à espera que o governo avance a auto-estrada... Viana do Castelo-Valença uma vez que já é possível ir d'auto-estrada daqui a Viana e esta ligação directa é fundamental [o E. fez um sinal de assentimento] em termos de, de, de, de desenvolvimento, e a outra, a outra acessibilidade que é a ligação ao interior do País porque... grande parte desse mercado que nós temos, mercado chamados banhistas, vem do interior do País e vem de Fafe, a partir de Fafe, Vila Real e Bragança, e é fundamental esta ligação a Chaves, portanto ligação, complementar a ligação de Póvoa-Famalicão... Famalicão-Guimarães-Fafe já está e depois o resto até Chaves, isto nos próximos 2 anos será concluído e portanto em termos de, de acessibilidades a Póvoa fica... extremamente bem colocada... e portanto o, é esta a ideia base do desenvolvimento [o E. fez um sinal de assentimento] da tal cidade do turismo, do lazer e... da cultura. [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]

No caso de Espinho, outra cidade e concelho da *orla litoral*, e com passado turístico balnear, o discurso do autarca pauta-se por um traço muito semelhante aos dos demais quando perspectiva o desenvolvimento do seu concelho por confronto directo com os mandatos dos seus antecessores. O autarca pondera, por um lado, a área e a população do concelho, residente e flutuante ao longo do ano, não apenas por efeito do *turismo balnear*, mas sobretudo pelas actividades de pequeno comércio, e, por outro, a impossibilidade territorial em desenvolver-se por via do sector industrial tradicional. Nesse sentido, considera que o princípio básico do desenvolvimento estratégico do concelho passa pelos serviços e, segundo o plano estratégico encomendado, pelos serviços associados ao turismo. O plano de

desenvolvimento passou por dotar o concelho de equipamentos desportivos e culturais, com níveis de ocupação nacional e internacional ao longo do ano, por requalificar, em momentos faseados, a parte norte da cidade, a parte sul, a parte da beira-mar e a parte central, esta última com o projecto de enterrar a linha de comboio que atravessa a cidade. Posiciona muito o seu discurso em termos de cidade, e da cidade de Espinho, indiciando-se, um pouco à semelhança do autarca da Póvoa de Varzim, uma centralidade discursiva no desenvolvimento da cidade de Espinho. Reconhece que quando chegou à câmara, em 1993, o concelho tinha um nível adiantado de satisfação das infra-estruturas de saneamento e água, o que lhe permitiu investir noutras áreas – cultura e desporto – que, associadas, potenciam a oferta e a procura turísticas do concelho. Actualmente, continua a investir nos *equipamentos desportivos e culturais*, na melhoria dos acessos à cidade e para fora da cidade, e na redução dos focos de pobreza absoluta no concelho, nomeadamente na cidade de Espinho. Salienta outras áreas prioritárias de intervenção: a construção da habitação social com qualidade residencial, o tratamento das águas do mar e das ribeiras, e a segurança urbana do cidadão.

(...) básico, básico num concelho normalmente nos tempos que correm... chama-se água, rede de distribuição d'água, chama-se rede de saneamento. Nós felizmente a esse nível 'távamos bastante adiantados, p'tanto os autarcas que me antecederam fizeram um bom trabalho nesse aspecto, tenho que reconhecer isso, aliás sempre reconheci... infelizmente Espinho a outros níveis estava completamente... a zero, mas nesse aspecto e é, esse aspecto é um aspecto importante porque são dos investimentos mais difíceis de fazer, e esse é um dos maiores problemas deste país... porque lá está, as pessoas gostam de fazer coisas que se tornem muito visíveis, e o saneamento básico ente [*hesitação*], é enterrar dinheiro, é enterrar dinheiro e incomodar as pessoas, porque quando se fazem buracos p'a meter o saneamento básico as populações reagem mal, quando se gastam milhões de contos a enterrar o saneamento básico as pessoas não se apercebem disso, mas se em vez duns milhões de contos gastar... 10 ou 20 mil contos a fazer um jardim muito bonito em frente da, da, dumas habitações, as pessoas ficam felicíssimas e portanto isto é muito complicado [!] e de facto neste país optou-se muito... em muita, numa grande parte do concelho optou-se muito pelas tais obras de fachada, pelas tais coisas bonitas que se vêem e que... obviamente... são simpáticas p'rás populações esquecendo as infra-estruturas básicas das quais depende uma boa qualidade de vida e que é... decisivo para um país que pretende viver do turismo... quer dizer ninguém vem p'ra Portugal hoje, passar férias... sem saber se há saneamento básico, se há água, mas alguém vai hoje para o Algarve, para uma zona em que se sabe que durante o mês de Agosto vai falhar a água [?], as pessoas não vão [!], e, e, e o grau de exigência está a aumentar, porque as pessoas hoje perguntam-me, e como é que é o hospital? Quais são as valências que tem?... Como é que é a rede de transportes? O aeroporto fica a quanto, a quanto tempo?... As pessoas hoje querem saber isso tudo. Como é

que é a segurança? São aspectos extremamente importantes, e... bom nós aqui em Espinho de facto tínhamos algumas coisas e tínhamos algumas coisas boas, e continuamos a ter, mas é evidente que estas coisas não se mantêm eternamente, elas têm que ser renovadas, e nós temos vindo a renovar e vamos continuar a renovar. Neste momento nós...achávamos que era preciso... agarrar bem... o aspecto turístico [*o E. fez um sinal de assentimento*]... os, e a, e a, e a, e a, e a, e portanto para isso era preciso desenvolver o turismo de cultura e o turismo de desporto, e isso nós avançámos nesses sectores, e obviamente nós não acabámos essa obra (...)
[*presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS*]

Desta forma, articula o desenvolvimento económico-social com a dotação de equipamentos culturais e desportivos, considerando-o um princípio estratégico ao longo do seu mandato. Os equipamentos hoteleiros já existiam, mas não com a qualidade e localização desejadas. Os eventos desportivos (por exemplo, o Campeonato Mundial de Andebol realizado na Nave Desportiva) e culturais (o Festival Internacional de Animação - Cinanima e o Festival Internacional de Música) mobilizam, todos os anos, públicos para o concelho. Associados à recuperação de espaços com valor arquitectónico e histórico local (a Fábrica Brandão Gomes & Companhia), surgem espaços para exposições, conferências e cinema e, no mandato presente, um centro cultural (o designado FACE – Fórum de Arte e Cultura de Espinho, ainda em construção). Os planos de requalificação da cidade têm acompanhado os três mandatos do autarca. Defende, de igual modo, e à semelhança de outros testemunhos políticos, uma visão de desenvolvimento turístico alargado, integrando a Região Norte e o norte da Galiza, e uma política de desenvolvimento cultural e turístico que rentabilizaria mais e melhor a sua rede de equipamentos se fosse perspectivada em termos metropolitanos e regionais.

(...) Espinho tinha que se desenvolver por esta via e portanto tinha que apostar... no turismo nomeadamente, mas desde logo tem um pequeno problema porque... quando se fala em turismo em Espinho desde há muitos anos pensa-se sempre no Verão, pensa-se sempre no sol... e no mar, e é evidente que todos nós sabemos que hoje... isso só por si não resolve qualquer problema, porque temos que ter consciência que ninguém vem para Espinho para fazer 15 dias de férias a tomar banho na praia... ninguém [!], antigamente isso acontecia, também acontecia com muito pouca gente como, porque há aqui um grande engano das pessoas quando dizem: «Antigamente é que era bom! Porque as pessoas vinham... para Espinho... passar...», mas vinham quantas? Não havia hotéis... as pessoas alojavam-se em apartamentos que algu [*hesitação*] que algumas outras pessoas libertavam durante aquele período e indo viver em condições menos apropriadas para casa de familiares, portanto o número de pessoas que de facto fazia esse tipo de férias era muito... muito diminuto... e portanto... os hotéis também não havia... portanto, onde ficavam as

pessoas? Essa é uma interrogação... que tem... que ser feita. Bom mas é evidente que hoje é que não há praticamente nenhuma possibilidade de se admitir que, que venham uns milhares de pessoas para Espinho, para durante 15 dias estarem aqui só a fazer praia... isso é uma coisa que não existe, em primeiro lugar porque... as pessoas hoje têm outros destinos como nós sabemos, se calhar até... a preços mais aceitáveis, como nós sabemos também, por outro lado tem... tem outro tipo d'água... com outra temperatura... e isso são coisas que nós não podemos resolver, mas... este aspecto... sol e mar é um aspecto extremamente importante, que tem que ser levado em conta no próprio desenvolvimento de Espinho, desde que acompanhado de... de, de, de outras coisas, daí que nós tenhamos apostado em desenvolver Espinho... pensando no turismo de desporto, pensando no turismo de cultura, pensando no turismo de conferência e aproveitando naturalmente a sua localização e o facto de ter... sol e mar... esse é um, é um, é um bem também que não podia de alguma forma ser desaproveitado... (...) É evidente que nós... pensamos... que... todas estas coisas... só... só, só serão importantes se contribuírem para um desenvolvimento harmonioso, esse desenvolvimento harmonioso do concelho exige cuidados aos mais diversos níveis... nomeadamente no aspecto urbanístico. O aspecto urbanístico é essencial para qualquer cidade, para qualquer concelho e eu penso sinceramente que... esse é talvez dos aspectos mais negativos que nós temos em Portugal... o aspecto urbanístico... Quem conhece bem este país sabe que foram cometidos autênticos atentados... por aí fora, nomeadamente na zona litoral, coisas difíceis hoje de remediar e que vão deixar marcas para toda a vida. Portugal é um país que para se desenvolver bem, deve fazê-lo... considerando como sector vital o turismo... mas... o, o... para que o turismo possa desenvolver-se... dessa maneira têm que ser acauteladas diver [hesitação], acautelados diversos aspectos, e este aspecto, o aspecto urbanístico é talvez dos mais importantes, este porque tem a ver com o ambiente, tem a ver com a qualidade de vida... (...) era impossível ao longo de tantos anos e com tantos responsáveis numa autarquia como a Câmara de Espinho... não se cometerem alguns erros, mas penso que o essencial foi preservado... é importante que, que isto seja dito. Espinho deve ser das poucas cidades no país onde a construção em altura sempre foi limitada e onde sempre se resistiu à pressão dos construtores, que é uma pressão de facto terrível... [presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

Quanto a Vila Nova de Gaia, a centralidade discursiva do presidente na sua pessoa e no seu percurso político-partidário é visível, particularmente por assumir que constrói a sua ligação pessoal e política com o concelho e elabora o seu projecto de desenvolvimento a partir do nível zero de intervenção e, após uma fase curta de diagnóstico, segundo os seus princípios políticos e as suas prioridades de actuação. Por contraposição à gestão socialista anterior, define os parâmetros de desenvolvimento do concelho a partir da identificação dos seus problemas estruturais. Segundo o autarca, e em 1998, Gaia era um espaço territorialmente grande, o segundo maior concelho do país em termos de densidade populacional, com uma heterogeneidade socioeconómica e urbanística acentuada; um território desprovido de auto-estima local e feito de micro-identidades várias, com uma lógica de crescimento e não de desenvolvimento, anárquica, sem regras de ordenamento

do território, sem plano de urbanização e com uma acentuada pressão imobiliária na área da construção e da habitação social; um território sem equipamentos desportivos e culturais e sem acessibilidades feitas – por exemplo, a Via de Cintura Interna de Gaia – e com problemas de habitação e pobreza absoluta; um concelho em que apenas 10% do seu território tinha saneamento básico; e com as águas do mar e do rio poluídas, sem uma oferta de *turismo balnear* com qualidade.

Face a este cenário, o presidente acciona três princípios estratégicos globais. *Primeiro*, complementar a cidade do Porto, não num *sentido mimético*, mas desenvolvendo a identidade comum em torno do rio e dos centros históricos e permitindo o crescimento territorial do Porto para Gaia. Este princípio é entendido para o concelho como um todo e para a própria região metropolitana, constituindo esta *nova* cidade a capital administrativa e política da AMP. Desta forma, define, de igual modo, o posicionamento político e o papel do concelho de Gaia na lógica da Junta Metropolitana, que, segundo o autarca, não estava, à data da sua chegada à câmara, convenientemente definida e clara. Do mesmo modo, associa a intervenção política no concelho a uma liderança forte e visível, com capacidade de negociação junto do poder central, e com capacidade de evidenciar as mudanças em curso no concelho. Revaloriza-se, assim, e segundo o autarca, a auto-estima da população local e a identidade territorial.

As praias de Gaia, bom [!] não vale a pena falar, eram uns... aquilo que poderia ser um ex-libris do concelho eram uns... sacos de lixo pendurados nas árvores, tudo abandonado... as pessoas saíram de lá porque era difícil chegar ao Porto, porque era sujo, porque era inseguro... costa de rio... uma desgraça, o centro histórico nem se pensava nele, portanto... p'além da falta de projectos, sectorialmente o caos... ora bem, estou convencido aliás que... se não tem sido o safanão que foi dado ao concelho, eu estou convencido que teria que ter sido declarado há 2 ou 3 anos atrás ao serviço daquela inércia o estado de calamidade pública em Gaia [o E. fez um sinal de assentimento]... plenamente convencido. Face a isso... estabeleceu-se, estabeleci um... uma ideia de força p'rò concelho... colocar o concelho... 10, 12 anos... num círculo político, círculo político, com a lentidão da nossa administração pública são 12, 14 anos... numa situação de ombrear com o Porto, de igual para igual, não numa lógica mimética, portanto Gaia nunca será o Porto, o Porto é o Porto... mas numa lógica de completar o Porto... em termos de... as 2 cidades, p'tanto este é o meu modelo, não é modelo do actual Presidente da Câmara do Porto, por exemplo, era do anterior, das 2 cidades até poderem mais tarde vir a ser uma única cidade... (...) porque se nos abstrairmos do rio, os centros históricos, ou o centro urbano do Porto e de Gaia estão em frente um ao outro, se tirarmos o rio e juntarmos, eles estão assim. Está a o centro histórico, isto aqui, está o centro novo, a Boavista e a zona muito habitada hoje de Santa Marinha e Canidelo. Pois o

Porto não tem espaço de crescimento físico, 'tá prisioneiro hoje do rio e da Circunvalação. Gaia podia dar ao Porto esse espaço de crescimento físico, para instalação de equipamentos, de serviços, de indústrias que o Porto não pode instalar. Para além bom dum conjunto de questões históricas e culturais que ligam as 2 cidades e não ligam as outras. O centro de histórico de... o centro histórico, o centro cívico de Gondomar ou de Matosinhos estão lá longe, os centros cívicos de Porto e de Gaia estão aqui um ao lado do outro, e o coração das 2 cidades é a Ribeira, as 2 Ribeiras... e... e bom para isso é preciso olhar para o concelho de Vila Nova de Gaia e ter um projecto, o projecto passava muito... primeiro por dar um safanão à auto-estima das pessoas... a confiança das pessoas, por isso era preciso dar sinais, sinais, não é só fazer obras, é... é ter intervenção pública, é... as pessoas terem orgulho na... até na sua pró [hesitação], liderança da sua própria cidade... [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

Um *segundo princípio* passa pela intervenção estratégica, e atendendo à diversidade do concelho, em 4 zonas específicas, equilibrando a dotação das infra-estruturas básicas com as potencialidades económicas, culturais e turísticas do concelho: a zona das praias, a zona do centro histórico/orla ribeirinha, a zona da cidade e a zona nascente. O *terceiro princípio* contempla as políticas sectoriais nas áreas da educação, do turismo, da cultura e do desporto.

(...) para perceber... 3 patamares de intervenção, ou 4 se quiser. Primeiro, um primeiro... primeiro um macro assim que é o... o papel de Gaia... na Área Metropolitana do Porto, o segundo... desdobrado em 3 que é o próprio planea [hesitação] pol [hesitação], o projecto estratégico de gestão de Gaia... este segundo tem 3 vertentes, a, uma que eu já falei... que é as ques [hesitação], o, as dir [hesitação], a, o recuperação... dos atrasos básicos infraestruturais que foi estes que eu estive a falar [o E. fez um sinal de assentimento], o segundo... de que falarei agora um bocadinho brevemente é a, a, a int [hesitação], int [hesitação], intervenção estratégica... sectorial em termos de 4 áreas que têm tratamento diferente, a terceira nível de intervenção, que é as chamadas políticas de... se quiser chamar-lhe de excelência, de as políticas que fazem uma discriminação positiva em termos comunitários, onde está a educação... onde está o desporto... onde está a cultura... o lazer... o turismo... São estes [o E. fez um sinal de assentimento] os 3 patamares. (...) Estamos aqui no primeiro patamar [o E. fez um sinal de assentimento], é um patamar digamos... de século XIX...trazer o pa [hesitação], trazer o concelho do século XIX p'ó XXI, o segundo patamar é de século XX, o terceiro patamar é o, é o do século XXII... claro que é evidente que temos que ter e nestes 4, 5 anos tem que haver uma certa... jus [hesitação]... justiça nessa avaliação... não faz muito sentido tratar os problemas do século XXII, sem tratar os do século XX e dos do século XIX... não podemos ser com'aqueles... ditadores espertinhos que fazem uma catedral igual à... ao Vaticano e depois está toda a gente a morrer à fome, cá fora. P'tanto não... a política cultural e a cultura é muito importante, mas sem haver saneamento, sem haver habitação social, sem haver... estradas, sem haver transportes, bom... há prioridades... mas... julgo que nalgumas coisas avançamos muito, noutras coisas pelo menos formatámos a, as ideias p'avancar... [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

Neste sentido, o autarca associa as políticas sectoriais à política global, priorizando-as: primeiro, o desenvolvimento das infra-estruturas básicas, depois, os

investimentos na política cultural e turística. O investimento tem sido feito, nos dois últimos mandatos, a partir de uma matriz comum: os atrasos infraestruturais básicos como a salubridade pública, a habitação, a mobilidade urbana, as acessibilidades e os transportes; e os equipamentos básicos desportivos, culturais e sociais, a segurança e protecção civil, a nova política urbanística e ambiental, esta última, segundo o autarca, de realçar, se se atender às 5 estações de tratamento de águas e lixos existentes no concelho.

Quando aborda a *política cultural*, e desconstruindo a concepção existente no concelho de política cultural, faz um paralelo entre cultura e turismo e associa a vertente da fruição à da formação de base na área da criação cultural e artística. Considera que o nível de política cultural que implementou não é ainda satisfatório e coincidente com aquilo que pretende – avaliando o desfase temporal e substantivo entre o projectado e o concretizado - mas condicionalismos temporais e financeiros não lhe permitem uma actuação diferente.

(...) a perspectiva que existia era... da política cultural em Gaia era... as febras do porco, o mata porco [sorrisos], o rancho folclórico, a tuna [o telefone começou a tocar]... a fanfarra... deixe-me atender (...)Ao cabo de 4 anos sinceramente a sit [hesitação] a situação foi esta, fruto daquilo que eu vinha a referir, ou seja... saneamento, habitação social, estradas, pôr tudo isto em movimento, bom a cultura é importante, mas... mas... e... como já lhe disse com toda a autocritica a perspectiva de política cultural, p'tanto de Gaia, não lhe vou dizer que não existia, existia [!], só que no meu entender não é a que eu gosto, não é a que eu quero, não é a que eu desejo, não é a que eu perspectivo, mas... mas também não sou...sou, sou um gestor político também, p'tanto tem os seus *timings*, os seus... no início deste mandato... fruto dessa minha... de eu considerar que a [hesitação], que acho, que as coisas essenciais estavam a andar e portanto eu podia libertar mais, estava enganado, como se 'ta a ver, entretanto surgiram... mais complexos problemas que me... que me tiram tempo e... [o telefone começou a tocar] nomeadamente financeiros, infelizmente eu não fiquei nem com a disponibilidade... nem com o discernimento suficiente para ter avançado com as coisas já como queria ter avançado, até porque se enxertou nisto tudo uma crise económico-financeira gravíssima [!], gravíssima [!], do país, e obvia [hesitação] e obviamente das autarquias, [o telefone começou a tocar], mas ela é mesmo dramática. [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

Dentro destes condicionalismos, tipifica dois *objectivos primordiais* da política cultural para Gaia: primeiro, estar ao serviço da promoção da imagem do concelho e da região numa lógica de *turismo cultural*; segundo, criar eventos e actividades que a longo prazo alterem e, inclusive, alarguem os hábitos de consumo cultural dos

gaienses no sentido da *cultura cultivada*. Ao longo do discurso do autarca é notória a distinção entre *níveis de cultura* e a tentativa de dignificar a oferta cultural municipal a partir de eventos de índole da *cultura cultivada* e das *indústrias culturais*.

Qual é a concepção?... A concepção é... a ideia primeiro lugar que há... a política cultural deve-se adaptar também a objectivos estratégicos... da própria comunidade, não deve ser uma coisa abstracta, esotérica, uma espécie de ilha que vai reflectir os gostos culturais, estéticos, e realização pessoal do Vereador ou do Presidente da Câmara, pronto. Às vezes até pode ir contra esses gostos [o E. fez um sinal de assentimento], pronto...é... mas fundamentalmente deve de reflec [hesitação], deve reflectir os objectivos globais do desenvolvimento da comunidade... numa lógica da sua projecção p'ó exterior, mas numa lógica também da formação da sua própria comunidade, e da própria educação das pessoas [o telefone começou a tocar], da sua educação cultural... a política cultural de Gaia, eu vejo-a numa lógica de preencher uma determinada lacuna que existe... na Área Metropolitana do Porto... e por outro lado de também servir determinados desígnios de formação de... uma... formação cultural duma comunidade que tem défices digamos em termos educacionais, em termos da sua pr [hesitação] própria perspectiva do que é a cultura, e daquilo que gosta de consumir. Daí o objectivo... os 2 objectivos fundamentais da política cultural de Gaia devem ser... que a política cultural esteja ao serviço da promoção da imagem do concelho e da região, numa lógica... de... turismo cultural. O segundo objectivo de que muitos das actividades, dos eventos, das iniciativas, dos equipamentos sirvam para no espaço dalguns anos elevar substancialmente... a... indústria de consumo... produtos culturais de facto da comunidade gaiense, ou seja que passe a gostar mais d'óperas em vez de gostar de bandas, que passe a gostar de ballet... em vez de só gostar de fanfarra, que passe a... poder, saber ir a um concerto em vez de só ir às romarias... p'tanto são estas as 2 orientações fundamentais... [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

Por outro lado, apresenta um projecto de complementaridade entre Gaia e Porto do ponto de vista cultural e turístico. Para além da necessária coordenação metropolitana que não existe – o planeamento conjunto e pensado a nível metropolitano – e de admitir que a oferta de Gaia tem especificidade suficiente que não colide com nenhuma das outras, inclusive com a do Porto, assume a centralidade cultural deste último e concebe que não fará equipamentos culturais à semelhança dos do Porto. Para dar cumprimento ao primeiro objectivo, concebe um Festival Internacional de Cultura de Gaia, um evento mobilizador, aliado à imagem estratégica do Vinho do Porto e das Caves, e conciliando as apresentações em espaços convencionais com as ao ar livre, aproximando as manifestações culturais *mais eruditas* da população local, tornando-as *cultura popular* porque mais acessíveis no espaço físico e social, e não tanto no espaço da recepção cultural e artística. Este,

reconhece-o, é um processo mais lento, mais exigente e mais difícil. Concebe, por esta ordem de ideias, a formação nas áreas da *cultura erudita* para os grupos mais jovens. De modo a tornar sustentável este projecto cultural e turístico, estabelece a articulação com o mundo empresarial na lógica do mecenato cultural, numa primeira fase, e, num segundo momento, numa lógica de quotas que cada empresa pagaria para ter associado o seu nome ao evento.

(...) vou privilegiar, fazer 1, 2, 3, 4, 5 espectáculos por ano d'ópera ao ar livre, é evidente que há ópera ao ar livre, e há ópera ao ar livre, quer dizer, se calhar a ópera do Ver [hesitação], de Verdi tem que se privilegiar o Verdi em detrimento de... de [risos], de outros, bom, quer dizer mas... o facto de se ter este modelo corresponde ao 2 perfis que eu indicio como alvo, um de ser espectáculo [!]... e outro por outro lado de sendo ar livre é popular, sendo popular as pessoas vão ver, vão ver vão começar a apreciar e p'tanto 'tamos a fazer um duplo objectivo que é o de, da promoção, o da, o da festa e o de... ensinar às pessoas que... ballet, um concerto sinfónico, que ópera não são coisas necessariamente más é preciso é aprender a gostar. [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

A Ribeira de Gaia acaba por ser o vector da cidade privilegiado para o investimento político na cultura e no *turismo cultural*, resultado das potencialidades turísticas da beira-rio e do Vinho do Porto e da reabilitação, entretanto feita, do património existente. Visualiza, igualmente, o turismo na sua feição económica - promovendo a venda de centros de estágio desportivos a equipas de atletas internacionais que treinam no sul da Europa, a construção de hotéis à beira-rio e à beira-mar, direccionados para um *turismo de negócios* - e na sua feição cultural - com a candidatura das Caves do Vinho do Porto a Património da Humanidade. Perspectiva dias da semana para eventos diferentes, mantendo a *festa cultural* na cidade.

(...) em relação à primeira orientação... ela assentar essencialmente... num... produto, essencialmente num produto que é... isto pode ser redutor, mas não é, é pragmático... esse produto vai-se chamar Festival Internacional de Cultura de Gaia... que vai arrancar este ano, coxo [!]... coxo... numa atitude voluntarista do género que mais vale começar [sorrisos]... depois se verá... porque senão nunca mais começa que... se estende de Maio... a Outubro e que fundamentalmente do ponto de vista... físico se vai concentrar em espaços... e equipamentos... da beira-rio e da beira-mar, nomeadamente da beira-rio, sobretudo... dentro da tal perspectiva que eu há pouco lhe estava a falar ou seja, de ligar... a actividade cultural à promoção da imagem, e à promoção turística do concelho, ser a grande âncora da promoção turística do concelho, daí [!] a beira-rio, porque a beira-rio tem uma grande

exposição... física... pela própria localização, porque tem as Caves do Vinho do Porto porque são uma amarra, uma âncora importante... em termos... de património histórico e cultural do concelho e porque tem... à partida uma, um garante, que pode ser o grande... promotor desde que bem trabalhado do sucesso... em termos de participação... do projecto, que é... vão à Caves do Vinho do Porto cerca de 600 mil pessoas por ano... destas 600 mil pessoas há uma parte delas que se vai às Caves do Vinho do Porto e não vai a mais nada, nem ao Porto vai [!], mete-se no autocarro e vai p'ra excursão. E dep [hesitação], a ideia será que este Festival se transforme em algo que permita entre Maio e Outubro que as pessoas... sintam, digam: «Oh, onde é que vamos quinta-feira à noite? Vamos jantar à Ribeira de Gaia, e vamos ao cinema e depois há lá um espectáculo ao ar livre, ou há um espectáculo nas Caves, ou há um concerto, ou há um ballet, ou há uma ba [hesitação], até uma banda de música bonita, mas seria bom...», e... é esta a, a, a ideia. Não significa que o resto do ano não há, não vão existir actividades culturais, não significa que vou acabar com o mata-porco, que vou acabar com os ranchos folclóricos, que vou reescrever a história... ou de uma forma estalinista dizer que acabou a cultura popular de base à moda de Gaia, não é isso, mas... este projecto... vai arrancar... muito ligado à imagem do Vinho do Porto numa questão estratégica como se ele se transformasse numa espécie... p'tanto 'tou-lhe a dizer o modelo que eu gostava, não, mas um modelo como? Um modelo em termos... do significado que tem, não em termos do próprio... modelo em termos estritos porque não temos... se calhar até temos condições nalgumas coisas p'a melhor, e noutras manifestamente p'a pior, mas por exemplo toda a gente no Verão conhece Verona por causa da temporada de espectáculos da Arena de Verona, nomeadamente dos p [hesitação], da ópera, do, do, bom... eu gostava que as pessoas pudessem consultar o qu'é que há em Gaia de Maio a... a... Outubro. (...) a ideia é ter um, uma, um, uma, privilegiar muito sempre que possível o ar livre, sempre que possível o ar livre... bom... até porque tem [hesitação], vamos ter equipamentos ao ar livre bons... mas não significa que não haja algumas coisas [discurso imperceptível], debaixo de tempo. Privilegiar o ar livre porquê? Porque corresponde a esta, a esta ideia de, de, de, da lógica de, de ter uma componente de movida e de turismo muito grande. [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

Sem esquecer a relação institucional com o movimento associativo local, mas reconhecendo politicamente as insuficiências daquele quanto às possibilidades de formação cultural para além dos níveis das tradições populares, prefigura um trabalho de conciliação entre a autarquia e as associações locais, no sentido da diversificação da oferta e do cruzamento de expressões culturais diferentes.

... a nossa ideia é por exemplo... às quintas, sextas, sábados e domingos não vamos ter Plácido Domingo lá todos os domingos, é chato... quem me dera [!] [risos] não é, não vai ser possível, mas a minha ideia é que nesses espaços vazios haja sempre festa, sempre festa [!], e aí as tais ditas bandas de música, os tais ranchos folclóricos e tal se lhes limparamos um bocadinho o suor e arranjarmos um... umas vestimentas mais bonitinhas, tirarmos os mais desafinados e os pusermos por ali a percorrer aquilo, é... é interessante, e este ano vamos fazer isso [o E. fez um sinal de assentimento]... a Academia de... Musical de Vilar do Paraíso, bom não é propriamente... nenhuma daquelas companhias de, de primeira linha da Broadway, mas tem 3 ou 4 coisas que faz que não faz, que faz menos mal, e que não envergonha e portanto vamos deixá-los lá fazer o Rei Leão, deixá-los lá fazer o... o... Jesus Cristo Superstar, ou, bom, vamos deixar [o E. fez um sinal de assentimento], portanto também... temos que preencher o espaço e também... corresponde a duas perspectivas, primeiro não... marginalizar estas... estas instituições, segundo estamos convencidos que

isto pelo menos vai puxar pelo... pelo brio de [o E. fez um sinal de assentimento] e por ir fazê-las melhorar, e por outro lado vai man [hesitação], manter festa, festa [!], vai dar a ideia de festa permanente que é o que nós queremos... também... pronto... [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

Confrontemos, mais uma vez, os discursos dos presidentes das edilidades entrevistadas com os das vereações responsáveis pelas áreas da cultura e do turismo. Parece-nos relevante tal exercício, e num sentido de triangulação de dados, para tipificar características das políticas culturais e turísticas dos concelhos da AMP. Não só porque estes últimos eleitos locais denotam, na sua maioria, um conhecimento mais operacional da concepção e da operacionalização da política delineada, como também tipificam mais os eventos culturais e turísticos dos concelhos e da própria AMP. Não deixa de ser curioso, em contrapartida, algumas das vereações revelarem, e um pouco à semelhança daquilo que havíamos tido entre os discursos dos presidentes, uma objectivação política do próprio processo de desenvolvimento global do concelho e das potencialidades culturais e turísticas como vectores transversais ao desenvolvimento endógeno dos concelhos aqui em causa. Se voltarmos, de novo, à agregação dos concelhos segundo a sua localização territorial, e as potencialidades culturais e turísticas daí advenientes, vejamos os posicionamentos das vereações de Gondomar e de Valongo, a primeira estruturante se pensarmos que neste município não nos foi concedida entrevista pela presidência da edilidade.

Quando nos confrontamos com o testemunho da vereação do turismo de Gondomar, apercebemo-nos de que a *política turística municipal* se enquadra nalguns vectores que, no mandato em curso, se tornam necessários e justificáveis. A política global de desenvolvimento para o concelho definida pelo presidente, e segundo a posição da entrevistada, atende nos primeiros mandatos (entre 1993 e 2001) às carências básicas da população local – os níveis primordiais do desenvolvimento de que temos vindo a falar, no caso concreto, rede viária e acessibilidades, habitação, educação e saneamento e água – e, desta forma, só se posiciona algum investimento político na área do turismo a partir do terceiro mandato da equipa política no poder.

... eu tenho que recuar um bocadinho no tempo [entrou a assessora da vereadora e sentou-se junto dos interlocutores], eu tenho que recuar um bocadinho no tempo e situar esta, e p'ra responder tenho de facto fazer aqui uma introdução que é assim... as câmaras não vivem só do turismo [o E. fez um sinal de assentimento]... por acaso quando eu cheguei à Câmara há 9 anos não como vereadora, mas como assessora pude acompanhar todo o trabalho que tem sido feito ao longo destes quase 10 anos. E... e o que, o que... e o que deparámos quando chegámos... à Câmara de Gondomar, sem com isto querer fazer crítica absolutamente nenhuma a quem nos antecedeu, nem politizar minimamente a conversa com' é evidente, nem, nem faria sentido, havia de facto lacunas enormes [!] a nível do concelho, ou seja havia... necessidades elementares, básicas, que hoje nós, das quais hoje nós falamos muito mas que eu as constatei, ou seja habitação social não havia, e a rede viária praticamente não existia, as escolas centenárias, p'tanto do ensino dito... primário, básico... estavam em perfeita degradação ou completa degradação... não lhe vou falar por exemplo, mas posso que... não tínhamos praticamente plantação d'árvores nenhuma, não tínhamos praticamente espaços verdes... não tínhamos pavilhões, não tínhamos piscinas municipais, não tínhamos uma biblioteca, não tínhamos uma misericórdia, portanto eu estou-lhe a falar... de, e pronto e faltarão aqui muitas outras coisas, não tínhamos uma livraria... isto é só para depois eu lhe poder falar do resto, porque se eu vou directamente ao assunto, sem fazer algum enquadramento... pode... também ser deselegante da minha parte, portanto é assim... O facto deste concelho era um bocadinho negro, aliás a situação do concelho era um bocadinho negra, atendendo também comparando com alguns concelhos da Área Metropolitana. Quando entretanto... há 10 anos ou quase há 10 anos... nós chegamos à Câmara, eu penso que foi política pronto do actual Presidente... atender primeiro aos problemas ditos... mais urgentes, e qu'eu tenho que confessar que também [!]... acho isso, então a política da Câmara nessa altura foi... tentar investir ao máximo... em todas essas áreas (...) [vereadora do turismo da câmara municipal de Gondomar, 50 anos, PPD/PSD]

É a própria vereadora a reconhecer as debilidades estruturais do concelho do ponto de vista da capacidade hoteleira e informativa – à data da realização da entrevista, o concelho não dispunha de um hotel nem de um posto de turismo municipal – e a falta de investimento político no turismo local, nomeadamente nas áreas com potencialidades para o desenvolvimento.

(...) é um concelho [pausa], é um concelho que precisa de muita coisa! É um concelho que... que devia ser [pausa], que devia ser [pausa]... amado... por alguém que gostasse de, do tur [hesitação], de turismo, entende? Portanto, de alguém olhar p'ra ele e perceber... Como é qu'um concelho com quase 130 mil habitantes com 24 km, banhado por 24 km de, de, de, de rio... com alguma, com alguns vestígios, ainda ontem falava nas minas d'ouro, com... com certamente gente que deve-se ter dado imenso, que deve andar por aí perdida!... Por que razão nós não encontrámos em Gondomar um grande, um grande património arquitectónico... porquê? Se calhar a razão por não termos encontrado podia-nos levar se calhar a descobrir outras coisas que poderiam ser, ser dalgum interesse para, para o turismo, para, para, para proporcionar turismo [!] em Gondomar... (...) Em Gondomar não as estamos a deitar fora, porque estamos agora a tentar fazer algumas coisas, mas... não lhe vou dizer que me... quer dizer, que, que estou deliciada com o, com o turismo que se faz, não lhe vou dizer porque, quer dizer também acho que, acho que não, não, não faria sentido [o E. fez um sinal de assentimento] isso portanto... [o E. Interveio] [vereadora do turismo da câmara municipal de Gondomar, 50 anos, PPD/PSD]

A *política turística de Gondomar*, ainda que estruturalmente pouco objectivada na situação de entrevista, contempla alguns projectos – o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Gondomar, o Museu Vivo de Ourivesaria, as Rota da Natureza e Rota do Ouro, articuladas com o Desenvolvimento Turístico da Zona Envolvente ao Rio Ferreira, e os protocolos de cooperação e formação com a Escola de Hotelaria do Porto. E são estes projectos, e por aquilo que a situação de entrevista nos permitiu registar, que procuram iniciar um percurso no concelho do ponto de vista da oferta municipal e, dentro do quadro das intervenções urbanas previstas ao abrigo do Programa Polis, uma oferta turística local.

O testemunho do vereador da cultura e do desporto de Gondomar clarifica-nos algumas dimensões quanto às potencialidades turísticas da oferta cultural local, tal como vimos no Capítulo 5. Do ponto de vista da *política cultural local* e da relação com o projecto de desenvolvimento global do concelho, a posição do autarca é esclarecedora. Até 1993, *não havia uma política cultural* do município: para além do apoio formal ao associativismo local, mas segundo o vereador casuístico e sem critérios objectivos de atribuição dos subsídios, faltava uma estratégia de acção global, pautada por objectivos e por linhas de actuação. As prioridades da equipa executiva, a partir dos meados dos anos 90, foram as de alargar os serviços já existentes e de criar, com um esforço de descentralização ao nível de algumas freguesias, novos serviços culturais que passavam pela dinamização de equipamentos já existentes e pela diversificação possível e paulatina das actividades já implementadas. Após esta primeira fase, e segundo o vereador, assumiu-se a definição das *linhas estratégicas da política cultural municipal*. Por um lado, investir na formação da população local e na dinamização do tecido social local - cultural e desportivo - com a criação de actividades culturais e desportivas, com o apoio ao movimento associativo, com um trabalho articulado com as escolas do ensino básico e secundário do concelho. Por outro lado, procurar democratizar o acesso dos locais à oferta cultural e desportiva, generalizando a intervenção às freguesias e aos diferentes grupos etários e sociais, e criando valores culturais próprios.

(...) nestes últimos 8 anos das prioridades do município mas a cultura tem estado efectivamente a par, logo nas, nos investimentos, a cultura e desporto têm estado logo a seguir... praticamente à educação ocupando [o E. fez um sinal de assentimento]... a terceira posição mais ou menos, a quarta ao nível dos investimentos da, da autarquia, depois ao nível especialmente ao nível da formação, da dinamização... do tecido social... do concelho de facto tem havido uma preocupação muito grande em investir, por um lado dinamizar... o tecido social e cultural e desportivo, o movimento associativo, as próprias escolas, investir na formação e criar espaços... de participação como... sejam... pronto dentro, numa perspectiva sempre de democratizar no sentido de generalizar e tornar acessível ao maior número de pessoas e criar a necessidade de realizar valores culturais, tem sido essa a preocupação destes 8 porque de facto o concelho tinha a ausência de projectos, ausência de, de iniciativa... e também praticamente não, não tinha uma estratégia de fidelizar a população a Gondomar... e ela própria quer na área da fruição, quer, quer na área da criação quer na área da fruição cultural terem de facto aqui também espaços de intervenção [o E. fez um sinal de assentimento], fidelizámos ao concelho portanto normalmente quem queria... aceder a... à cultura tinha que se deslocar para fora do concelho não só para ... para... fru [hesitação]... usufruir, mas também na área da, da criação, nós... começámos a utilizar uma estratégia que começássemos efectivamente também aqui... a criar aqui condições para fixar a, a população e oferecer também esse tipo de... serviço... pronto em várias áreas que, que poderei... a seguir explicar...[vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

Segundo o autarca, este tipo de trabalho passa por *dois momentos*: o *primeiro*, o de criar equipamentos municipais e espaços culturais com condições para dotá-los de uma oferta cultural local - por exemplo, os serviços de biblioteca e de promoção do livro e da leitura no concelho e os serviços de arquivo histórico local – e respondendo às necessidades básicas da fruição e da formação cultural; o *segundo*, mais direccionado para a projecção cultural do concelho, a partir de eventos culturais significativos, e para uma franja da população que procura os consumos da dita *cultura cultivada*. Destaca, neste processo faseado ainda em curso, o apoio estratégico que a autarquia tem dado ao movimento associativo local, concebendo-o como um *parceiro transversal* na política de desenvolvimento global do município.

Apostando... num... numa estratégia de... de diversidade na oferta, não é... diversidade da... na, na oferta que... que colocámos à disposição... das pessoas e... e... também rentabilizando os recursos já existentes, e de facto o movimento associativo pela tradição... que tem em Gondomar... pelos recursos humanos que tem de uma forma voluntária, p'tanto nós entendemos que eram... que tinham... condições para ajudar a Câmara na... nesta, nesta missão e portanto procurámos... com eles ter uma relação de proximidade... e estabelecer parcerias... p'tanto... em vez de... e o que normalmente acontece é que se trata o movimento associativo como uma gaveta isolada, não é, nós procurámos ver o movimento associativo numa perspectiva transversal e que, cada uma das áreas sectoriais da Câmara, deve estabelecer parcerias se... o movimento associativo puder oferecer um serviço ou ele próprio também se puder enquadrar na política desenvolvimento qu'ó

município tenha em determinada área sectorial, pronto, e de facto na Cultura... nós entendemos que as associações eram importantes e criámos programas de apoio ao associativismo cultural e recreativo, apontando determinadas metas, determinados objectivos... e portanto quem se enquadrar, quem quiser estabelecer parcerias com a Câmara para nos ajudar a cumprir esses objectivos nós concedemos apoio financeiro (...) [vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

Numa articulação estreita com os recursos do tecido associativo local, é intenção da autarquia criar e dotar o concelho de uma rede de equipamentos culturais, que permita a diversificação da oferta municipal.

(...) em vez de ser a Câmara a criar uma escola municipal de teatro, a criar um... uma escola municipal de dança, de música e tudo mais, quer dizer não cria directamente, estimula... e cria as condições financeiras... e logísticas... e... e físicas porque... em muitas situações também teve-se que criar uma rede de equipamentos que permitam também as artes do espectáculo e outros tipos de acções e portanto... isso permitiu com que, apontando determinadas estratégias e objectivos e estabelecendo estas parcerias... permitiu que em determinadas áreas de facto... nós... avançássemos [o E. fez um sinal de assentimento]... duma forma muito... muito significativa e... p'tanto com números e dados objectivos qu'apontam de facto para... quer na área da criação quer na área da fruição um, um aumento significativo... de, de pessoas que [o E. fez um sinal de assentimento] cada vez mais acedem à, à cultura e portanto, que vão... tendo essa, sentindo essa necessidade no... dia a dia, não é... [vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

Desta forma, os *principais objectivos* da política cultural do município de Gondomar são, por um lado, o da *generalização do acesso à cultura* enquanto elemento de qualificação da vida quotidiana das pessoas e de socialização no tecido social local, contrariando os fenómenos de exclusão social; e, por outro, o da *criação do gosto cultural*.

(...) nós temos de facto este objectivo na cultura é... generalizar o acesso à cultura ao maior número de pessoas enquanto susceptível... não só de humanizar a vida das pessoas, qualificar os recursos... nesta perspectiva que o património mais rico que uma determinado concelho, uma região tem... são de facto as pessoas... e portanto temos também esta... digamos [riso] em pano de fundo este é o objectivo, p'tanto é humanizar... a vida das pessoas, qualificar os recursos enquanto factor que também contribui para a socialização e integração das pessoas através... o acesso à cultura de facto também é, é um meio de... integrar, de... socializar e evitar também fenómenos de exclusão na medida em que uma prática, o, o... interesse por uma determinada área... e, e enquanto que... permite as pessoas integrar-se, socializar-se acaba por também reduzir como digo fenómenos de exclusão porque a partir do momento que nós conseguimos criar o gosto... e a ocupação dos tempos livres, portanto estamos também a entrar por fenómenos de exclusão, temos

também esta perspectiva... [vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

O eleito gondomarense destaca, assim, algumas *áreas privilegiadas de intervenção municipal*: i) a criação de uma rede de equipamentos culturais, composta por espaços formais de cultura e por espaços comunitários de expressão cultural, que se complementam e que permitem equilibrar os défices educacionais e sociais da população local no acesso às diferentes expressões culturais e a oferta de manifestações culturais aos diferentes grupos etários e sociais; ii) a criação de uma identidade cultural e social local, assente na identificação, valorização, divulgação e preservação do património gondomarense, e que potencie os usos turísticos das tradições locais mas, igualmente, os usos dos espaços e da oferta pelos residentes em Gondomar, provindos, pela proximidade ao Porto e pelo custo acessível da habitação, dos concelhos limítrofes e com uma forte ligação, identitária e cultural, ao concelho do Porto; iii) a promoção do livro e da leitura, incrementando os hábitos de leitura e a ocupação dos tempos livres; iv) e, por fim, a animação cultural propriamente dita, com a promoção de actividades de recreio em espaços informais - fazendo a apologia do sentido da *feira urbana* - e em espaços convencionais, com a formação nas diversas expressões culturais.

(...) e depois a, a área da animação, não é, portanto a área da animação portanto também é importante que é... a cultura enquanto... factor de recreio, ou de, de ocupação e lazer, de ocupação dos tempos livres de uma forma mais liberta e menos formal, também achamos que é importante, que é necessária, porque as pessoas muitas vezes também têm que preencher com actividades... com actividades mais... mais lúdicas e menos formais os seus tempos livres e prontos conviverem, fazerem a festa, isso também faz parte, faz parte da, da nossa preocupação, e a par disso depois de facto... criar espaços para que especialmente os jovens... as crianças e os jovens, possam... contactar com as novas, com as várias expressões... quando eu... às vezes costumo dizer que... o facto duma criança... ir para um grupo coral, para uma escola de música, para um atelier de... de... de pintura não quer dizer que todos venham a ser bons pintores ou que venham a ser pintores no futuro mas... se calhar cultivam o gosto... e portanto para poderem aceder [o E. fez um sinal de assentimento] não na área da criação mas da fruição, portanto [o E. fez um sinal de assentimento] vai-se cultivando, vai-se sensibilizando, vai-se ensinando, vai-se formando, as pessoas não podem gostar daquilo que não conhecem, que não têm acesso, portanto, nós valorizamos muito isso com o movimento associativo que é um parceiro importante e com as próprias escolas, não só do primeiro ciclo mas mesmo com o 2º e 3º ciclo que temos acordos específicos para valorizar as acções que elas têm na dinamização... cultural e na ocupação dos jovens, sobretudo neste tipo d'acções quer da cultura, quer desporto, que nós

chamamos as actividades escola-meio (...) [*vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD*]

Enumera, por último, e sem aqui esgotá-los todos na sua especificidade concelhia, alguns eventos culturais¹⁸: o Festival Internacional de Folclore da Cidade de Gondomar, o Festival da Canção Infanto-Juvenil, as Festas do Concelho, a Bienal de Pintura Júlio Resende, o Festival de Música Moderna, os Encontros de Literatura em Gondomar, o FETOR – Festival de Teatro de Amadores e os concertos da Orquestra do Norte, protocolados entre esta e a autarquia.

No caso do concelho de Valongo, há a registar outros traços que não só indiciam aproximações à estratégia cultural de Gondomar, como coerência com o projecto global apresentado pelo próprio presidente da edilidade. Sobre as questões culturais do concelho de Valongo, o vereador responsável reitera as duas fases de actuação do pelouro: o primeiro mandato em 1993, com destaque para a satisfação das necessidades básicas da população do concelho e com um menor investimento político e financeiro na área da cultura; e o mandato de 1997, a partir do qual a cultura é politicamente assumida como vector estratégico da actuação da autarquia. Os *dois grandes princípios estruturantes da política cultural* de Valongo, desde essa data em diante, têm sido, e mais uma vez reiterando o discurso do responsável pelo executivo municipal, i) a criação de equipamentos culturais que permitam a apresentação de uma oferta cultural fixa e ii) a criação e diversificação dos eventos culturais anuais, constituindo uma oferta cultural local. Para além da preocupação em diversificar as áreas – teatro, dança, magia, artes plásticas, música – o autarca refere a necessidade de criar eventos fixos ao longo do ano que se complementam com outros, organizados pelas próprias associações do concelho e pela autarquia, e que acabam por definir, pelo menos à data da realização da entrevista, Novembro de 2002, um painel de 225 eventos já realizados.

¹⁸ A recolha e o tratamento qualitativo das agendas culturais do concelho, que conseguimos localizar entre 1994 e 2001, espelham o cruzamento de actividades culturais, para diferentes grupos etários e sociais, e dinamizando espaços locais, mais ou menos formais, de cultura.

(...) a cultura ia ser uma ap [hesitação], uma vertente na estratégia global da Câmara, de tal forma esta aposta foi feita qu'eu hoje penso que não deve haver qualquer dúvidas que na Área Metropolitana do Porto é o concelho de Valongo aquele que mais actividade cultural tem... no fundo actividades, pela qualidade das actividades. Esta aposta... incidiu em dois campos, um dos campos prende-se, prendeu-se com a criação de equipamentos que permitisse fazer realização de eventos culturais [o E. fez um sinal de assentimento] e nós hoje somos um concelho que em cada freguesia temos um, um centro cultural com uma biblioteca, e um auditório, em todas as freguesias temos isso numa, numas freguesias maiores [o E. fez sinal de assentimento] noutras menores... este foi um lado da, da aposta, do outro lado da aposta foi no, nos eventos culturais em si mesmos c'uma diversificação muito grande, com uma criação de eventos fixos, p'tanto todos os anos o nosso concelho tem cerca de 10 eventos fixos... na área do teatro, temos até bastantes na área do teatro, na área da magia, na área da dança, da música... portanto temos, das, das artes populares, temos uma, um conjunto de eventos fixos que só por si já trazem uma animação muito grande mas depois complementamos isso com eventos permanentes durante todo o ano, o que faz com que de facto a oferta cultural ao fim de um ano seja, seja muito grande, só p'a lhe dar uma ideia por exemplo nós est'ano tivemos até hoje 225 eventos culturais neste concelho [o E. fez um sinal de assentimento] o que é um fenómeno mais ou menos invulgar, 225 fen [hesitação], eventos culturais patrocinados pela Câmara. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD]

Considera a política cultural municipal de Valongo *abrangente*: em primeiro lugar, porque é distribuída por todo o concelho, e a partir dos eventos culturais realizados em cada um dos centros culturais das freguesias; em segundo, porque reúne o cruzamento possível entre áreas culturais diferentes; e em terceiro, porque procura fazer o cruzamento entre a criação cultural feita fora do concelho e aquela que é produto interno do concelho. Acrescenta ainda que, no mandato actual, a prioridade é dada ao *vector interno* da criação cultural, em face da maturidade do trabalho realizado pelas associações e das iniciativas culturais e artísticas dos próprios criadores locais.

Abrangente mesmo no... abrangente visto, visto no seu termo mais, mais abrangente possível [risos] e porquê? Porque é, é uma política distribuída portanto por todo, por todo o concelho, há, esta preocupação p'ra nós é fundamental, é colocar eventos culturais em todo, em todas, em todo o território do concelho... com certeza que lhe vão fornecer a agenda daquilo que fizemos... est'ano e há-de reparar que todos, todos os eventos estão distribuídos, quer dizer há um... num fim-de-semana são 3 freguesias, noutro fim-de-semana são outras 3 e depois vem mais 2 e depois vem 4, e há es, há esse cuidado e portanto é abrangente territorialmente, é abrangente porque nós tentamos abranger o maior número possível de artes, portanto temos tido o cuidado de, d'ir à fotografia, à pintura... às antiguidades, aos diversos tipos de música, aos diversos tipos de teatro, portanto tentamos... jogar em todas as frentes o que é facilitado pelo facto de termos muitos eventos, portanto se temos muitos eventos também podemos diversificar mais... há o fado... que também fazemos uma aposta, e é abrangente porque dividimos a nossa, a nossa, os nossos eventos culturais em, em eventos produzidos no próprio concelho e eventos... trazidos de

fora, não é [o E. fez um sinal de assentimento], nós se não trouxermos... eventos de fora corremos o risco daqui a 2 anos ou 3 ficarmos a trabalhar todos cá p'ra dentro sem percebermos o que se está a passar, e portanto é abrangente nestes sentidos todos. Este ano, o que vem, vamos apostar um bocado mais nos eventos produzidos no concelho, e porquê? Porque esta política cultural também faz com que as próprias associações ao longo dos tempos melhorem [!] nós hoje temos aí associações que têm danças, grupos de dança... muito bons [!], eu diria quase profissionais, que podiam ser profissionais praticamente, temos... bons cantores, bons grupos [!] musicais, nós fazemos um espectáculo que é o VLG Rock, em que gravámos um CD, eu não sei se tem conhecimento disso, qu'até até lhe vou dar já 2 [risos] [o Vereador levantou-se e dirigiu-se à sua secretária; e procurou os respectivos cd's] prontos que é rock puro, puro rock! [o E. fez um sinal de assentimento] Nós a dado momento, porque nós fazemos muito a auscultação das necessidades locais e depois... (...) Com um contacto muito próximo com as associações, com a divulgação muito grande dos nossos eventos, muito, muito grande, nós temos, a nossa página da Internet se a for visitar, há-se reparar... que são os eventos culturais que aparecem em primeiro lugar, não é... (...) e é, digamos assim, e... ainda por cima como fui eu que a construí... eu tive o cuidado de ver os eventos culturais como é a parte mais dinâmica da Câmara é aquela que temos que apresentar em primeiro lugar [o E. fez um sinal de assentimento] para que as pessoas se habituem a ir à página, porque se forem à página e for e, e estiverem lá os centros culturais, os centros culturais não mudam [!] não é [o E. fez um sinal de assentimento], portanto as pessoas fartam-se de ver, se forem os eventos [o E. fez um sinal de assentimento] culturais estão sempre a acompanhar isso... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD]

Não deixa de ser significativo que o vereador reconheça a centralidade funcional do Porto na área da cultura¹⁹ e do *turismo cultural*, pese embora relativizá-la a partir do trabalho cultural da autarquia valoguense entre 1997 e 2002. Assinala que dificilmente se contraria o efeito centrípeto da oferta cultural da cidade do Porto sobre os demais concelhos da região, nomeadamente da AMP. E, à semelhança de outros vereadores, dos concelhos limítrofes ao do Porto, retrata a falta de articulação política interconcelhos da AMP aquando da realização de eventos no âmbito do Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura. Do seu ponto de vista, tal facto não permitiu a descentralização cultural do fenómeno cultural em larga escala. Nesse

¹⁹ E refere a partir da sua própria experiência pessoal e familiar que foi no Porto que iniciou a sua actividade cultural como consumidor: *eu, eu, eu dizia ao Júlio Cardoso um dia destes, do Seiva Trupe, dizia-lhe isto: "Eu comecei a ver teatro com, com o, o Seiva Trupe [o E. fez um sinal de assentimento], ou melhor eu comecei antes [o E. fez um sinal de assentimento] vinha uma companhia de Lisboa e o meu pai pegava, vestíamos a melhor roupa de domingo e metiamo-nos no comboio e íamos ao Porto, íamos ver um grupo, normalmente era Revista, quase sempre era Revista, íamos d'ano a ano e com o Seiva Trupe não [!], o Seiva Trupe vulgarizou o teatro no Porto", não é, tornou o teatro, vulgarizou, o teatro era uma coisa que se ia hoje a uma festa e passados três minutos ia-se a outra festa e vulgarizou neste bom sentido... e eu... e eu ia sempre ao Porto, era o Porto era a referência, e hoje eu não vou ao Porto [!], eu quase não ponho os pés no Porto [!] (...) a oferta cultural do concelho satisfaz-me e aí dá-me um gozo muito grande trabalhar nesta área... [o E. fez um sinal de assentimento] [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD].*

sentido, os eventos culturais em Valongo não têm a mesma capacidade de mobilização de públicos como a oferta cultural do Porto e, em primeiro lugar, direccionam-se para os públicos locais. Do mesmo modo, não deixa de referir que nalgumas áreas de actuação – como a do teatro – Valongo detém uma oferta cultural significativa e competitiva com a da própria cidade do Porto, assinalando o evento MIT – Mostra Internacional de Teatro - como aquele que direcciona públicos da cidade do Porto para Valongo.

Hoje nós temos um... em termos de teatro temos de facto uma situação invulgar [!] que eu nem conheço outro concelho que tenha assim... tão forte, provavelmente o Porto, não é [o E. fez um sinal de assentimento] que é, que, que joga aqui a outro nível, e eu acho que é este tipo d'aposta [!] que tem havido... na cultura que tem feito com que a tal qualidade que é uma coisa subjectiva [sorrisos] seja cada vez mais... notada. O teatro é um bom exemplo, é claramente um bom exemplo o... teatro... e hoje... este ano eu, eu fiz uma reunião com os grupos todos de teatro e disse-lhes assim, e disse-lhes: «Vocês têm agora o Centro Cultural um em cada freguesia [discurso imperceptível] podem actuar... se calhar 'tá n'altura dos senhores começarem a fazer teatro, cobrarem bilhetes e assim começarem a medir a tal qualidade que nós falamos, porque depois o próprio mercado há-de dizer aqueles que... que são bons e aqueles que são maus, não é» [o E. fez um sinal de assentimento] e... e eu tive esta reunião há cerca de 3 meses 2, 3 meses e... este fim-de-semana vai ser o quarto grupo de teatro que vai fazer esta experiência... p'ró caso no Centro Cultural de Campo e d'Alfena vão, vão o Grupo Orelhas Moucas, Palavras Loucas vai, vai fazer 4 actuações, 2 num lado, 2 no outro [o E. fez um sinal de assentimento] a cobrar... e já, e já, e já sei que pelo menos pr'ó primeiro dia tenho a casa cheia o que já é bom, não é [o E. fez um sinal de assentimento], o que é bom sinal. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD]

Entre os eventos da oferta cultural local, o autarca destaca alguns, pela especificidade cultural e artística e pela dimensão da procura – dos públicos – que já sustentam²⁰: o Magic Valongo, uma mostra internacional de magia, a Mostra Internacional de Teatro (MIT), a Mostra de Teatro Amador, o protocolo com a Orquestra do Norte, e o VLG Rock, um festival de música rock que se iniciou com as bandas de garagem existentes no concelho.

²⁰ À semelhança do que fizéramos com Gondomar, e de uma forma exaustiva, a consulta das agendas culturais municipais editadas mensalmente pela câmara municipal de Valongo permitiram-nos averiguar a diversidade dos eventos culturais. Inclusivamente, constámos, no âmbito desta pesquisa, e por sugestão da própria vereação, do *mailing* institucional da autarquia para a divulgação de todas as actividades culturais realizadas, e que constitui um dos instrumentos de visibilidade pública do trabalho municipal local.

Do ponto de vista da *política turística* do município, indiciámos também uma articulação ideológica e discursiva com o posicionamento do edil do executivo. Pese embora o discurso do vereador evidenciar não tanto uma menor objectivação dos traços que compõem tal política, mas antes de mais um posicionamento menos estratégico da questão turística no projecto global da equipa municipal, dois aspectos se destacam: por um lado, não perspectiva uma relação sectorial *forte* entre cultura e turismo porque o concelho não detém nem um *turismo balnear* – *Valongo não tem praia*, como refere - nem um *turismo cultural* que se posicione estrategicamente ao mesmo nível do do Porto. Reconhece que o concelho de Valongo tem um património arquitectónico interessante e, acima de tudo, um património natural e ambiental que o torna num concelho com potencialidades turísticas a este nível.

Eu não gosto de separar isso e portanto eu enquadro [!], o Pelouro da Juventude mais no âmbito do Pelouro da Cultura [o E. fez um sinal de assentimento], o do Turismo já não [!], o do Turismo eu já, já não há uma relação... tão forte entre, entre Turismo e a Cultura. Apesar de na Câmara estarem debaixo do mesmo Departamento... e debaixo da mesma Directora de Departamento eu não acho que haja assim uma, uma, uma ligação tão grande, porquê? Porque aqui em Valongo turismo significa, 'tá muito ligado mais ao ambiente [o E. fez um sinal de assentimento], muito mais ao ambiente, porquê? Porque Valongo não tem praia... e é... enfim tem um património interessante mas não tem como o Porto [!], o Porto 'tá aqui ao lado e claramente o património do Porto é muito mais interessante para um turista, mas tem do ponto de vista natural aquilo que mais ninguém tem na Área Metropolitana do Porto, é que temos a Serra de Santa Justa, de Castiçal, as Serras de Pias, de Santa Justa e do Castiçal que fazem um conjunto verde qu' é a maior área verde da Área Metropolitana do Porto e depois do ponto de vista natural, eu não sei se sabia, mas tem um Parque Paleozóico [o E. fez um sinal de assentimento], o melhor Parque Paleozóico do, do país [o E. fez um sinal de assentimento], temos ... espécies raríssimas e interessantíssimas do ponto de vista natural, inclusivamente 4 delas que estão em extinção estão a ser trabalhadas entre a Câmara e a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto com o apoio da União Europeia porque senão nós não tínhamos dinheiro p'ra tudo... que são, é uma, é a Salamandra Lusitana que é um, que, que tem aqui na Serra o seu, os seus melhores habitats e mais 3 Fetos que crescem nos Fojos, também temos aqui os Fojos Romanos... é muito interessante e muito bonito eu aconselho-a vivamente a vir visitar, porque é este turismo que nós podemos vender, é esse turismo natural temos plantas... [o E. interveio] [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD]

Quando nos confrontamos com o discurso do vereador da cultura e do turismo da Maia, alvo de uma objectivação política que nos parece relevante, detectamos, de novo, proximidades entre os concelhos aqui presentes,

nomeadamente entre os que se situam na *orla mais interior* da AMP e que não usufruem, como os seus eleitos sistematicamente referem, ou de valências naturais, como o mar e a praia, ou de valências históricas e patrimoniais, ou ainda de valências estruturais do desenvolvimento dos centros urbanos portugueses, como o exemplo da centralidade funcional da cidade do Porto.

Quanto aos traços da *política cultural* do concelho da Maia, também ela dependente de um trabalho articulado que, a dado momento, foi feito entre o próprio vereador e antecessores e a figura política do líder local²¹, o vereador responsável analisa a política cultural local a partir da sua relação directa com o processo de desenvolvimento do próprio concelho. E a este propósito salienta, tal como já o havia feito o próprio presidente da edilidade, que nos últimos 25 anos o concelho da Maia, marcadamente rural, foi alvo de um processo de desenvolvimento industrial e de urbanização progressivo, com alterações do tecido social local, em particular devido às atracções exercidas pelas redes viárias rápidas, pela oferta residencial mais barata e pela proximidade económica e cultural face ao Porto. Até aos anos 90 do século XX, a Maia vivenciou particularmente os primeiros níveis do desenvolvimento local, satisfazendo as necessidades básicas da população concelhia. E, nesse contexto, similar ao de outros concelhos da AMP, a prioridade do investimento na cultura não se colocava e a política cultural existente, segundo o autarca, traduzia-se na ocupação de tempos livres com algumas festas locais, mais próximas do universo da *cultura popular*.

Muito bem... ora vamo' lá ver a... a quest [hesitação], a questão do desenvolvimento das políticas culturais no concelho da Maia não pode ser dissociada... do historial do desenvolvimento do próprio concelho [o E. fez um sinal de assentimento]... como sabe o concelho da Maia há coisa de 20, 25 anos atrás era um concelho eminentemente rural [o E. fez um sinal de assentimento]... as nossas elites eram eminentemente rurais, p'tanto com todas as, as... os méritos e... questões que caracterizam os ambientes rurais... e portanto não havia efectivamente o, o, o, o hábito de... de consumo de bens culturais... pelas

²¹ Refira-se, e à luz dos testemunhos locais recolhidos, a proeminência social, política e cultural do líder político da Maia que entre 1979 e 2001 chefiou o executivo municipal. Os registos de observação directa permitiram-nos presenciar, e porque nos confrontámos com o contexto temporal recente da sua morte, a presença da imagem e das palavras nos diversos espaços do município. Assinale-se que a formação deste autarca nas áreas da ciência e da cultura, e o interesse manifesto pela cultura, potenciaram uma intervenção política cultural significativa no concelho.

condições do, do, do concelho nós nunca tivemos a formação... de uma burguesia comercial... e portanto o facto de não existir uma, uma burguesia comercial também... ao contrário do que se passav [hesitação], do que se passava em municípios ao la [hesitação], em concelhos ao lado do nosso em que foi... a, a, a burguesia a partir do século XIX fomentava os primeiros encontr [hesitação], os encontros, os saraus etc, na Maia isso não havia... p'tanto... quando o concelho... começa a fazer... a sua transformação de um concelho... eminentemente rural p'rá realidade qu'hoje, que é hoje que é completamente diferente... houve primeiro que... que resolver uma série de questões, ou seja... houve um esforço muito grande de infraestruturação do concelho, em coisas tão simples como, como, como... como saneamento, mas é preciso não esquecer que em, em, em, em, nos anos, nos finais dos anos 70... a, no ranking do desenvolvimento dos municípios do país a Maia ocupava... julgo eu... o quinto lugar a contar do fim [o E. fez um sinal de assentimento]... p'tanto o... e hoje... desse lugar ter-se transformado no concelho com maior qualidade de vida da Área Metropolitana do Porto, houve efectivamente que fazer muita, muita coisa em muito pouco tempo, e portanto... primeiro houve que... que resolver uma série de, de, de problemas, nomeadamente relacionados com, com, com, com a estruturação do tecido industrial... com, com questões da rede viária, com as questões de, de, de, de carácter, de carácter... ambiental, e é evidente que num contexto desses... a questão de uma política cultural não se impunha, não se impunha da mesma forma como s'impõe hoje, portanto... é natural que até... os anos 90, até o início dos anos 90... a política cultural fosse muito mais encarada do meu ponto de vis [hesitação], dum ponto de vista... do médio investimento e... e... e... e portanto as iniciativas... visavam apenas os objectivos, p'tanto eram mais uma questão de, de promover algumas festas, entre aspas [o E. fez um sinal de assentimento] de quando em vez do que propriamente... começar a corresponder a, a ou [hesitação], a outro tipo de expectativas que ainda não existiam... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

Neste sentido, houve necessidade de criar expectativas e necessidades culturais locais, equipamentos e oferta, e, como tal, públicos. A *política cultural*, nestes termos, passou a ser perspectivada como *vector estratégico* a partir dos anos 90, e após essa primeira fase do desenvolvimento básico do concelho. Um processo lento e difícil, se atendermos às características do tecido social local: composto por uma comunidade endógena, marcada pela ruralidade e pela inexistência de hábitos de consumo cultural, até finais dos anos 70, e sem tradições burguesas de investimento nas artes; mas, igualmente, composto por uma comunidade externa que passou a residir na Maia a partir dos finais dos anos 80 e cujos hábitos de consumo cultural se mantinham enraizados na cidade do Porto. A estratégia política da autarquia, e ciente de que não poderia, desde logo, alcançar a totalidade destes públicos potenciais, foi a de direccionar a sua intervenção cultural para a comunidade mais jovem do concelho, segunda geração dos residentes entretanto

chegados ao concelho, e dotar a comunidade local de uma maior homogeneidade identitária. Como refere:

Em relação a essa gente, a essa primeira geração... fixa aqui no concelho da Maia, é uma, é uma geração muito complicada porqu'é do ponto de vista de fixação... no território por outro tipo de coisas que não seja o dormir, ou o trabalhar, porque é muito difícil a quem tem, a quem passa... uma infância, e passa uma juventude numa cidade com'ó Porto, p'tanto tens os seus cafés, tens os seus... os seus cinemas preferidos, tem a sua discoteca, tem, tem o seu bar preferido e pelo facto de virem residir p'ra outro sítio que fica a 5 km de distância muito dificilmente essas pessoas mudam d'hábitos, p'a ir ao Porto é um instante [o E. fez um sinal de assentimento], e portanto esse foi um dos... apesar d'haver uma, uma população com expectativas de, de... em termos culturais completamente diferentes do que as expectativas da população aborígene se quiser... de qualquer maneira foi, foi, é, é, é um tipo de população que... dificilmente é conquistada, quer dizer em termos de, de fidelização a, a, a, a conse [hesitação] ao consumo d'hábitos de... ao consumo de bens cultur [hesitação], culturais localizados no próprio território, portanto isso foi um facto que, que nós fomos confrontados e tivemos, tivemos que definir uma estratégia, estratégia essa que visava... p'ra já e tendo em atenção que os recursos eram extremamente esca [hesitação], escassos e portanto não valia a pena nós perdermo-nos, perdermo-nos em tentar chegar a toda a gente, porque acabávamos por não chegar a ninguém, p'tanto obrigou-nos a focalizar... os investimentos e as preocupações principais de desenvolvimento do consumo cultural naquela camada da população que à partida nos parecia, que nos parece mais rentáveis em termos culturais e nesse sentido não é só uma questão de, de, de rentabilidade em relação ao benefício que as pessoas poderão... obter... das práticas culturais no concelho, mas também o benefício que a própria comunidade poderá ter em relação aos investimentos culturais que é no sentido de tentarmos criar cada vez mais uma comunidade mais homogénea possível [o E. fez um sinal de assentimento]... e portanto em qu'é que s'apostou? Apostou-se essencialmente nos filhos desses casais, desses jovens casais (...) [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

Os *objectivos da política cultural municipal* são, assim, e tentando cruzar os vectores da diversão e da fruição com o da formação, os de i) criar uma oferta cultural diversificada e atractiva, e de ii) alicerçar localmente condições para a formação na área da criação cultural e artística. Como diz o próprio vereador, iii) delimitar estrategicamente uma *política cultural de carácter formativo*, direccionada preferencialmente para os jovens residentes no concelho.

(...) toda a política cultural da Câmara Municipal, embora não descurando a questão... do mero divertimento e do la [hesitação], do lazer procurou sempre associar às questões de... que são mais... efémeras do ponto da geração questões mais estruturais, e por isso é que nós a propósito dos festivais de música [o telemóvel do Vereador começou a tocar] criamos um... criamos um conservatório, é, é, é... por isso que nós a... através de, de, de, do festival de teatro criamos uma companhia de teatro, precisamente para... para além da, da, da, do aspecto do, do, do, do mero divertimento... tentamos... [o telemóvel do Vereador começou a tocar] criar mais [risos]... posso atender? Deixa-me... (...) procuramos... apostar... em... em

termos de política cultural em 3... esteios fundamentais... a nível do investimento tinha que estar, tem que estar presente [o E. fez um sinal de assentimento], porque as pessoas precisam disso... tentamos ser inovadores no, no tipo de oferta e no terceiro, p'ra mim o mais importante, na questão da formação... quer dizer, eu acho que... a aposta na formação é uma aposta essencial p'ra nós... em termos... em termos de município... e por isso... novamente olhando para a questão dos recursos, que como disse, são extremamente escassos... já que vamos fazer investimento e vamos fazer investimento na área da formação vamos ter que direccionar isso pr'aqueles que nos permitem [o E. fez um sinal de assentimento]... um recurso mais longo, um recurso mais longo desses, desses, desse próprio investimento, e por isso é que temos uma pos [hesitação], uma, uma política... cultural de carácter formativo muito apostada, muito direccionada para... para os mais jovens. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

Em última instância, e relacionando-a com o *plano de desenvolvimento mais global do concelho*, a cultura é uma dimensão necessária à formação cívica dos indivíduos, no exercício pleno dos seus direitos e deveres, e à identidade de uma comunidade com o território que a acolhe. O desenvolvimento cultural, assente na diversidade das propostas e nas possibilidades de formação, está na base do desenvolvimento económico. Face às contenções dos recursos financeiros, e não sendo possível alargar uma política estratégica a grupos etários mais idosos, o autarca postula o investimento nos grupos mais jovens que, num futuro próximo, poderão constituir uma comunidade local. Mesmo que os efeitos do desenvolvimento cultural não sejam imediatamente visíveis e quantificáveis – é essa a especificidade dos investimentos feitos na área da cultura – é por esse vector – pela formação cultural das pessoas – que perpassa o sentido do desenvolvimento equilibrado de um território.

(...) há aí um facto que não se pode, que nós, que nós não podemos... ultrapassar, é que efectivamente ou apostamos seriamente na, na... na formação da juventude e tentamos a partir daí... formar uma comunidade... pelo menos como disse mais homogénea em termos de sentido comunitário, de vivência... da vida total dentro dum dado território, ou seja, ter dentro dum dado território respostas com mais ou menos qualidade, com mais ou menos, com maior ou menor diversidade a tudo aquilo que constituem as expectativas de vida de um cidadão, ou apostamos aí, ou então, jamais conseguiremos, conseguiremos... formar essa comunidade, porque esta comunidade foi efectivamente uma comunidade que sofreu com a ruptura, uma ruptura provocada pelas transformações... económicas do... do concelho e que foi agravada, entre aspas pela entrada de muita gente nova que todos os anos entra! Das duas uma ou essas pessoas arranjam âncoras de fixação à... a e [hesitação], ao concelho de que fazem parte integrante e formam uma comunidade, ou nunca teremos uma comunidade [o E. fez um sinal de assentimento], p'tanto e acho que é a única forma possível, quer dizer... e acho que a única forma é apostar... naqueles que já... que já vivem aqui... desde o início [o E. fez um sinal de assentimento] porque, e por isso gostava muito de

ter, de ter possibilidade de... económica e financeira de tentar a [hesitação] apostar seriamente na disponibilização duma oferta... a técnicos mais, mais, mais idosos, mas não tenho recursos p'ra isso, portanto tenho que apostar... naquele nicho que daqui a 10 anos e tal me dá algumas garantias de, de, de, de... de poder efectivamente fazerem parte, formarem uma comunidade, que eu acho que é isso que nós precisamos, nós precisamos de formar efectivamente uma comunidade. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

E acrescenta a propósito do desenvolvimento cultural de uma comunidade:

(...) nós [sorrisos], nós não, nós... eu acho que atendendo à nossa, não é só à nossa realidade concelhia, é a nossa realidade nacional, ou apostamos claramente na qualificação da matéria humana que temos... ou estamos perdidos que nós não temos petróleo [!][o E. fez um sinal de assentimento]... p'tanto é que tem que ser por aí e as pessoas e quanto mais, enfim quanto mais formadas são as pessoas, quanto mais, quanto mais acesso as pessoas têm a determinado tipo de, de, de, de... de bens... mais, mais facilmente essas [hesitação] essas pessoas se tornam cidadãos responsáveis, e... o eu ser responsável não é só... desempenhar os seus deveres com, com, com... com... pronto com qu [hesitação], com qu [hesitação], com qualidade, é também saber exactamente quais são os seus direitos [!] e poderem exercê-los... de forma... inequívoca e portanto eu julgo que é por aí, o desenvolvimento, o desenvolvimento... um desenvolvimento económico harmonioso só é conseguido a partir dum desenvolvimento cultural também harmonioso [!], porque senão não temos [!], por isso é que nós temos o tipo de empresários que temos, por isso é que nós temos o tecido empresarial que temos, por isso é que nós temos as falências fraudulentas, por isso é que nós temos as... este mundo d'aldrabice porquê? Porque as pessoas... as pessoas não têm... a grande maior parte das pessoas durante anos e anos não lhes foi disponibilizado... instrumentos que lhes, que lhes permitissem na, depois no desenvolvimento da sua vida... poder pensar de forma diferente [o E. fez um sinal de assentimento], portanto e acho que é por aí, quer dizer seja na Maia, seja em Bragança, seja em Lisboa, seja... no Funchal [o E. fez um sinal de assentimento], quer dizer é, é, é, é só, é através da formação... e esta formação não, não visa minimamente... a... a unanimidade na... nas questões, eu acho que é a formação que, que permite exactamente fazer-se exercícios diversos de quanto seja possível exercer... agora o que é preciso é garantir... na medida das nossas possibilidades o... o... um acesso... igualitário a toda a gente [o E. fez um sinal de assentimento], quer dizer as pessoas que façam aquilo que quiserem com aquilo que recebem, aquilo que recebem, mas eu acho que é por aí quer dizer, e não, e não há... é evidente que isto é... uma ponte e uma estrada bem ou mal construída são visíveis [o E. fez um sinal de assentimento]... quanto está lá gastado [sic] ou não, os investimentos feitos na cultura são muito mais complicados do ponto, do ponto de vista de, de, de, de análise de... e de medir... os resultados, mas não há alternativa. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

Quanto aos eventos que marcam a política cultural do concelho, e num cruzamento estratégico entre diferentes níveis de expressão cultural²², o autarca destaca alguns como o Festival Internacional de Teatro Cómico, o Festival

²² Mais uma vez o trabalho exploratório em torno das agendas culturais do município, e de algumas publicações locais, permitiu-nos constatar a diversidade dos eventos culturais, atendendo aos vectores acima enunciados.

Internacional de Música, a Bienal de Artes da Maia, para além do trabalho desenvolvido no âmbito do Conservatório de Música e da empresa municipal Academia das Artes²³.

Do ponto de vista da *política turística* do concelho, o autarca constata a inexistência de recursos naturais que potenciem formas de turismo associadas aos lazeres e a um certo tipo de práticas de consumo cultural. Em contrapartida, e no contexto económico da Maia – concelho industrial por excelência – o *turismo de negócios* torna-se o mecanismo de atracção endógena, que justifica por parte da autarquia um investimento significativo na oferta gastronómica local e na qualidade dos serviços prestados na restauração.

Portanto, o turismo, vamos lá ver, o... em termos turísticos o concelho da Maia tem um problema. O concelho da Maia não tem nem... nem uma costa marítima [*o E. fez um sinal de assentimento*], 'tá, nós já tivemos mas já não temos... nem sequer temos uma serra em que, onde haja neve, p'tanto nós temos, temos algumas dificuldades do ponto de vista de, de, de... de, de oferta turística tradicional... p'tanto houve, houve que arranjar aí uns, uns... pensar um bocado e todas as situações e ver então: "Vamo'lá ver o qu' é que nós podemos criar como mecanismos de atracção em relação ao concelho". Nós temos aí na... um nicho importante que é, que, que, que se traduz pela quantidade de empresas que aqui temos. Nós na Maia temos instaladas mais de 2500 empresas... e portanto começamos a perceber que havia... muito [!] e não é por acaso que as 2 unidades hoteleiras da cidade estão sempre esgotadas... portanto havia aí, havia aí grandes possibilidades p'aqui p'ò chamado, p'ò chamado... turismo de negócios [*o E. fez um sinal de assentimento*], pessoas que vêm ao concelho por questões de negócios... o que é que nós temos p'a oferecer a isso? Quer dizer as pessoas que vêm fazer negócio ao... concelho da Maia não estão muito, não estão propriamente interessadas em ir visitar o, o, o Mosteiro de Águas Santas, ou o Mosteiro de... de, de Moreira da Maia, o que querem é, é... acessibilidades rápidas, da cidade às fábrica que lhes interessa ir, ir, ir colaborar e que tenham um sítio onde possam ir almoçar... com qualidade, fundamentalmente isso [!], e portanto nós apostamos seriamente na... começamos a fazer há cerca de... 4, 5 anos, agora não me recordo bem, uma coisa chamada... Concur [*hesitação*] Concurso de Gastronomia (...) nós sabemos que... se nós queremos que estes industriais que nos visitam alcem cá no concelho... temos que ter a certeza absoluta da qualidade da nossa oferta, e portanto é uma forma... esta, esta habilidade se quiser é uma forma de fazer perceber ao, ao tecido... industrial do concelho da área da restauração que tem que ter estabelecimentos a funcionar em condições, portanto mais do que a gastronomia propriamente dita interessámo-nos muito mais outro tipo de... outro tipo de questões, nomeadamente a qualidade dos serviços, da higiene, etc., e portanto os nossos concursos de gastronomia funcionam mais nessa base, ou seja tentar... mais que o prato... mais tentar saber qual é o restaurante... que tem o melhor bacalhau assado, mas é também qual é o restaurante que tem melhores condições de funcionamento, e as coisas [*o E. fez um*

²³ À semelhança de outros concelhos, que criaram as suas empresas municipais em áreas de intervenção cultural e desportiva, o autarca considera-a um mecanismo formal para agilizar os investimentos e os processos de viabilização das decisões políticas municipais.

senal de assentimento] têm corrido bem (...) *[vereador da cultura e do turismo da câmara municipal a Maia, 38 anos, PPD/PSD]*

Para além do investimento político e financeiro no *turismo de negócios*, e na articulação da oferta cultural com o tecido socioeconómico da restauração local, o vereador destaca ainda *outras componentes da política turística municipal* como o inventário do património local e a criação de folhetos de divulgação turísticos, as visitas guiadas ao concelho e os périplos gastronómicos.

Se confrontarmos os traços até agora apresentados pelas vereações respectivas quanto aos *concelhos da orla interior* da AMP com os *da orla litoral*, nomeadamente Espinho, Matosinhos, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, voltamos a constatar especificidades transversais a todos eles.

A autarca de Vila do Conde, responsável pela vereação da cultura, e num concelho onde não nos foi possível realizar a entrevista ao presidente da edilidade²⁴, apresenta como *princípios da política cultural* da autarquia i) a conservação e a dinamização do património arquitectónico e ii) a programação de uma oferta cultural regular, que abrange as áreas da música, da dança, do teatro, do livro e da leitura.

Os traços fundamentais têm que ver com a conservação, dinamização e... lançamento a nível do, do reconhecimento público dos equipamentos, dos equipamentos e estes equipamentos, talvez não seja o termo correcto, do nosso património. O nosso pat *[hesitação]*, património arquitectónico e, e em relação a isto eu digo-lhe por exemplo tivemos... o ano passado a comemoração dos 500 anos da Matriz em que realmente desenvolvemos um programa vastíssimo de modo a, que realmente dar a conhecer com as actividades que fomos desenvolvendo *[o telefone da Vereadora começou a tocar]* a nível

²⁴ Obtivemos um parecer negativo ao pedido de entrevista à presidência da autarquia. À data da entrevista à vereação da cultura, o presidente acumulava a gestão política da área do turismo, e como tal não nos foi possível objectivar, por via dos discursos dos eleitos locais, a política turística do concelho e, a um nível mais amplo, a de desenvolvimento global. Seria um dado importante na pesquisa, pelas possibilidades de avaliação de um projecto que a situação de entrevista oferecia ao próprio edil. Tenhamos presente que, em Vila do Conde, o líder político do executivo mantém-se, desde 1982, no poder local. A análise transversal de outras fontes documentais permite-nos antever que o investimento político na dotação de equipamentos culturais e desportivos constitui um vector para valorizar as actividades culturais e artísticas no concelho. Para além das potencialidades turísticas de Vila do Conde serem reconhecidas noutros discursos do autarca vilacondense (por exemplo, os recursos naturais, o artesanato, a gastronomia e o património monumental), assume-se também a falta de unidades hoteleiras, para além das infra-estruturas já existentes (residenciais e casas senhoriais para turismo de habitação), que potenciem outras modalidades de turismo, para além do turismo sazonal.

nacional... pronto esta riqueza que é a nossa Igreja Matriz cujos 500 anos se comemoraram e quem diz a Igreja Matriz diz... quer parar? (...) ... conservação e, pronto dinamização desses espaços e temos realmente um património riquíssimo... que realmente... é um, um, um [*o telefone da Vereadora começou a tocar*] dos... dos eixos em que nos centramos realmente... pronto, continuar... atento àquilo que é património e... e, e fazer a sua manutenção e, e a sua dinamização e dar a conhecer efectivamente o que também se temos os espaços e não criamos actividades [*o E. fez um sinal de assentimento*] que realmente... pronto promovam esses espaços junto do público também digamos que cairíamos na, na [*o telemóvel da Vereadora começou a tocar*] tradição do antigamente em que as coisas existiam, estavam fechadas e ninguém tinha acesso a elas e portanto era como se não existissem. Pronto depois, isso é portanto... um... dos eixos importantes... o outro tem que ver com a oferta a nível cultural que nós programamos no tal plano... de actividades para cada ano [*o telefone da Vereadora começou a tocar*] e que passam muito pela música, pela dança, pelo teatro... por... tudo o que é também dinamização da Biblioteca, nomeadamente a apresentação de escritores, da promoção de, de, de sessões de poesia, do conto para as crianças, enfim, pronto, todo um conjunto de, de, de, de actividades que programamos com muito cuidado de modo também a ir ao encontro do público que nós sabemos que temos. [*vereadora da cultura da câmara municipal de Vila do Conde, 53 anos, PS*]

Reconhece que o concelho tem uma rede de equipamentos vasta e satisfatória, mesmo os que pertencem às associações com mais historial social e cultural no concelho. São estas - como o Círculo Católico dos Operários - que estendem às freguesias algumas das actividades. O movimento associativo adquire uma centralidade no discurso da vereadora pelas virtualidades da sua própria acção cultural e social: num concelho composto por 30 freguesias, são as associações e os programas culturais inter-freguesias que contribuem para a maior facilidade em organizar eventos e diversificar a oferta ao nível da cidade e do concelho.

(...) eu tenho muito, muito contacto com o concelho, não faço um trabalho aqui de gabinete, procuro sair o mais possível, conheço muito bem as pessoas das associações, os Presidentes de Junta e etc. As pessoas também sabem que podem contar com, com, connosco para qualquer... pronto questão que queiram pôr a esse nível, e depois temos uma série de programas realmente inter-freguesias, 'inda agora acabou... portanto um programa desses onde as diversas associações culturais de todo, de toda, de toda a espécie... programam actividades de freguesia em freguesia e depois fazem um... pronto, um grande... espectáculo final. E portanto há este, há esta ligação, há esta proximidade e efectivamente, apesar das 30 freguesias eu aí não noto qualquer dificuldade em gerir esta complexidade que efectivamente [*o E. fez um sinal de assentimento*] existe mas que se gere, que se consegue gerir. (...) Muito! Eu dou imensa, imensa importância a essa vitalidade! [*o E. fez um sinal de assentimento*] E realmente penso que essa vitalidade é uma das responsáveis pelo sucesso do panorama cultural, sucesso pronto, dentro das medidas do que é possível no nosso concelho, as associações têm um papel muitíssimo importante [*o E. fez um sinal de assentimento*]. Principalmente a nível, as que funcionam a nível concelhio porque aqui na sede da cidade é mais fácil as coisas organizarem-se! Existem maiores equipamentos e... pronto, outra... oferta! As associações trabalhando no terreno, no seu terreno levam à prática e conhecedoras também aí daquilo que as pessoas... pretendem e gostam e...

portanto... estando mais próximas... aí, portanto desenvolvem um trabalho importantíssimo no concelho. [vereadora da cultura da câmara municipal de Vila do Conde, 53 anos, PS]

Destaca eventos culturais como a Feira de Artesanato, o Festival Internacional de Curtas-Metragens e a Feira de Gastronomia. Indica, e a propósito da maior ou menor presença de públicos nos eventos, que a oferta cultural municipal é gratuita, uma opção política da autarquia socialista, e, mesmo que não o tenha objectivado na situação de entrevista, parece-nos que o cruzamento de expressões culturais é transversal à oferta municipal²⁵.

E é curioso, deixe-me só dizer-lhe isto, que a nossa Autarquia nunca cobra qualquer... [o E. fez um sinal de assentimento] bilhete por seja que espectáculo for [o E. fez um sinal de assentimento], portanto todos os, prontos todo, todo, todo, todo, toda, todo trabalho que fazemos nesta área e que, e que promovemos junto das pessoas é sempre gratuito, que também é importante, embora aqui as coisas sejam talvez um pouco discutíveis [sorrisos], pronto, mas não interessa. [vereadora da cultura da câmara municipal de Vila do Conde, 53 anos, PS]

Quando questionada sobre o *plano de desenvolvimento local* do concelho, e sobre o posicionamento da cultura nesse plano, apenas objectiva a necessidade de projectar um desenvolvimento em que as dimensões educacional e cultural estejam presentes, e articuladas com as dimensões económicas e tecnológicas, e segundo a mesma ordem de importância política e social²⁶.

(...) sem educação e sem cultura não há nenhum programa, seja que programa for que mexa com populações como é o caso que possa ter sucesso! Para que realmente o desenvolvimento... que nós pretendemos para o nosso país... seja possível não é fazer estradas, não é fazer grandes edifícios, não é por aí que se consegue porque isso sem a parte humana desenvolvida, sem a qualificação dos nossos, da nossa população [o E. fez um sinal de assentimento], sem a preocupação do exercício da cidadania p'ra cada um de nós que é facultada precisamente por estes, por todos estes, por todo este trabalho que possa ser desenvolvido e agora pensando principalmente nas nossas crianças e dos nossos jovens para que realmente sejam acompanhados de maneira diferente ao longo do seu percurso de vida e sejam cidadãos diferentes e mais qualificados e mais responsáveis a todos os níveis do que, do que a população que, que temos actualmente, eu acho que sem isso nada se

²⁵ A análise transversal das fontes documentais disponibilizadas permite-nos confirmá-lo.

²⁶ O confronto que fizemos com outras fontes documentais relativas à câmara de Vila do Conde permite-nos localizar, nos discursos do responsável pelo executivo municipal, um interesse político pelo desenvolvimento económico do concelho, assente nas unidades industriais e nos serviços associados, e pela manutenção e valorização das questões ambientais.

consegue! E portanto a dimensão da educação e da cultura estão exactamente no mesmo plano do que a dimensão, do que todas as outras dimensões em que falamos porque se completam! E sem o todo a funcionar o projecto não resulta! [o E. fez um sinal de assentimento] Na minha opinião. [vereadora da cultura da câmara municipal de Vila do Conde, 53 anos, PS]

O vereador da cultura e do turismo de Matosinhos, por sua vez, apresenta o município, e a partir da sua memória e do conhecimento que procurou sustentar com a chegada à câmara, com uma peculiaridade no que diz respeito à cultura e ao turismo: independentemente da sua presença formal no organograma da câmara, e da visibilidade política dos investimentos feitos naquelas áreas, o concelho sempre teve uma atenção institucional e associativa particular para com as questões da cultura e do turismo. Do ponto de vista da *política turística*, as primeiras preocupações políticas com a projecção turística do concelho remontam, segundo o autarca, aos anos 40 e 50 do século XX, na sequência da construção do Porto de Leixões, que funcionava simultaneamente como um porto comercial e um porto de chegada de passageiros e de turistas. A divulgação da história de Matosinhos, das lendas dos pescadores e da tradição oral em torno das origens do concelho traduziram-se nalgumas preocupações de ordem turística, com a criação de um posto de turismo junto às docas de Matosinhos. Tais preocupações manter-se-iam, com maior ou menor protagonismo, até meados dos anos 80, momento em que o município delineou uma política turística direccionada para determinados segmentos, como o *turismo cultural* – nomeadamente a oferta em torno da arquitectura monumental antiga e da arquitectura contemporânea, e a oferta gastronómica local – e o *turismo de negócios*, por efeito directo da Exponor e das feiras comerciais, e do Porto de Leixões, localizados no concelho. Transparece no discurso do autarca a relação estreita entre turismo e cultura como *factor potencial do desenvolvimento local* e da atracção de sinergias externas.

(...) nós quando investimos, só p'a lhe dar um exemplo, nalgumas exposições de arquitectura foi também a pensar e um bocadinho em consequência disso num certo fluxo de turistas que nos apareciam a, para visitar... nomeadamente obras de arquitectura [o E. fez um sinal de assentimento], no caso mais, mais importante... mais na altura, hoje em dia já com mais duas *nuances*, que era no caso na altura o arquitecto Álvaro Siza, depois com a,

com a construção deste edifício começou a haver uma grande procura de visitantes também este edifício é do arquitecto Alcino Soutinho e mais recentemente do arquitecto Eduardo Souto Moura e portanto nós investimos aí, claro que depois introduzimos outros dados como sendo as obras do, do, do arquitecto Pedro Ramalho nomeadamente no, no campo da... do, do movimento cooperativo [*o E. fez um sinal de assentimento*], porque há uma cooperativa em Matosinhos que ganhou um prémio internacional de arquitectura, um prémio, um... um projecto do arquitecto Pedro Ramalho que é um projecto da cooperativa Sete Bicas... e agora... também mais recentemente o Eduardo Souto Moura quando fez umas casas no centro histórico de Matosinhos e com a nova Marginal de Matosinhos, e portanto, nós começámos a ter e achamos que devíamos fazer qualquer coisa no campo da cultura, as exposições, os livros, etc., etc.... e devíamos aproveitar, aproveitar para fazer também alguma promoção em termos de, de turismo... com essas obras [*o E. fez um sinal de assentimento*], por isso é que durante alguns anos nós nas nossas participações internacionais nas feiras de turismo, primeiro individualmente e agora no âmbito da Área Metropolitana do Porto... o nosso enfoque era sempre na arquitectura, moderna portuguesa, nomeadamente nestes 3 nomes que lhe disse e depois acrescentando o Fernando Távora [*o E. fez um sinal de assentimento*], nomeadamente com a Quinta da Conceição e mais recente com a Quinta de Santiago e, e também como lhe disse há pouco... o arquitecto Pedro, Pedro Ramalho (...) [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS*]

Reconhece que apenas nos últimos anos, e já no final da década de 90 passada, o investimento político e financeiro no *turismo balnear* se tem tornado mais visível. Para tal contribui o investimento nalguns vectores: na reabilitação urbanística da parte sul de Matosinhos, uma zona que, do ponto de vista urbano, se mantinha desqualificada e desertificada por efeito do fecho das indústrias conserveiras; na despoluição das águas do mar; e na criação de acessos e de equipamentos de apoio ao *turismo balnear*. É nesta parte da cidade que, no mandato actual (2001-2005) o município investe, tanto do ponto de vista urbanístico como turístico, invertendo uma estratégia que teve lugar nos princípios dos anos 90, e recriando a relação do território e da comunidade com o mar.

Foi por isso que nós aqui há uns... 10 anos seguramente fizemos um investimento forte... em equipamentos de diversão, bares, discotecas, etc., com dois objectivos, primeiro para... para... dar ou oferecer algumas oportunidades a pessoas que estavam aqui em negócios e que iam passar uma noite ou um princípio de noite mais agradável e depois para se requalificar uma zona que entretanto estava a ficar ou era deprimida que era Matosinhos Sul, que era uma zona onde que estavam as fábricas que entretanto tinham fechado e eram zonas de... promiscuidade, zonas... [*tosse*] não frequentadas por... por pessoas e portanto tornavam-se até zonas duma certa forma inseguras e portanto isto teve mais ou menos um estratégia, hoje essa estratégia está a ser abandonada com a construção e com a criação duma, duma, ou de uma nova cidade ou de uma nova zona da cidade, que já começa a requerer alguma privacidade, alguma tranquilidade que já não é compatível com bares e discotecas e com a mesma facilidade mas... entretanto, só para... entendemos que era

altura com esta... renovação urbana de nos virarmos para o, o, o mar e foi por isso que fizemos um fortíssimo [!] investimento na despoluição das linhas de água... que acabavam por ser o que ia poluir o mar... um investimento a rondar, veja só a valores da altura, da volta dos 20 milhões de contos... e foi por isso também que fizemos a nova marginal de Matosinhos Sul encomendando um projecto ao arquitecto... de nomeada que é o arquitecto Eduardo Souto Moura e fizemos aquelas marginais e os arranjos da, da orla costeira marítima... protegendo as dunas [o E. fez um sinal de assentimento], recuperando algumas praias, dando-lhes melhores acessos, fazendo parques de estacionamento, que é assim uma obra que está neste momento em desenvolvimento mas que já é seguramente visível e... e por isso é que tivemos uma... uma grande procura já das nossas praias nestes últimos anos [o E. fez um sinal de assentimento], que estamos a oferecer qualidade na, nas praias... limpeza de praia, etc., aquelas coisas que são [o E. fez um sinal de assentimento] mais ou menos normais e evidentes e que as pessoas procuram. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS]

Aos princípios da década de 80 remontam também os primeiros passos sistemáticos da programação cultural concelhia e as primeiras linhas da *política cultural municipal* e, como nalguns outros casos, foi a sensibilidade política da presidência e da vereação na área cultural da altura que permitiram promover uma programação mais sistemática e pouco casuística, como até àquela data, cerca de 1979, habitualmente se fazia. Os *primeiros traços* da política cultural matosinhense marcaram um investimento particular, e à semelhança do que já constatámos noutros municípios, na dotação de equipamentos culturais – a biblioteca municipal, por exemplo – e em áreas que, à data da nossa pesquisa, mantêm-se ainda como áreas privilegiadas da intervenção municipal: é o caso da música clássica que constitui, na globalidade da política cultural municipal, um dos vectores de intervenção privilegiados, tanto do ponto de vista da criação e da fruição, como da divulgação artística de compositores e de intérpretes, internacionais e nacionais. As *grandes exposições*, como refere, e as *publicações e edições próprias* sobre o campo literário e musical, constituem, de igual modo, as áreas privilegiadas da política cultural matosinhense.

(...) no final ou no início da, no final da década de 70, início dos anos 80, e... aí sim é que houve pela primeira vez um Vereador da Cultura [o E. fez um sinal de assentimento], na altura o Presidente da Câmara que é o mesmo convidou para vereador e para titular desse lugar uma pessoa que era e é ainda hoje... uma figura de cultura de Matosinhos, já era naquela altura uma referência... e foi a pessoa que acabou por começar a fazer uma programação... sistemática, não é, até aí havia, faziam-se coisas esporádicas [!], não é... não havia uma, uma programação, não havia uma coerência, não, não havia, digamos iam-se

fazendo coisas [o E. fez um sinal de assentimento]... embora eu ache que em Matosinhos houve sempre pessoas que sempre tiveram algumas preocupações a esse nível [o E. fez um sinal de assentimento]. Eu só lhe dou aqui 2 ou 3 exemplos que eu acho que são duma visão estratégica anormal para a época. Por exemplo, o Salão de Chá da Boa Nova foi construído em 1957, não era normal ao tempo encomendar-se um projecto arrojado como era aquele... e que é hoje marcante da arquitectura... internacional. Primeiro era um jovem arquitecto, e depois fazê-lo num sítio onde, onde ele foi feito, depois, repare, foi o mesmo Presidente de Câmara que encomendou ao mesmo arquitecto jovem, Álvaro Siza, que na altura tinha acabado de estagiar com o, o arquitecto Fernando Távora, que lhe encomendou a construção das Piscinas de Marés. Eu acho que a construção das Piscinas de Marés e da... e do... do Salão de Chá da, da Boa Nova, são... preocupações turísticas, associadas a preocupações urbanas, arquitectónicas e até... com algumas perspectivas ambientais. Mas foi este mesmo Presidente de Câmara, que era uma pessoa de... horizontes largos que comprou a Quinta da Conceição, que comprou a Quinta de Santiago... repare ao comprar estas quintas... esteve a preservar o património histórico [o E. fez um sinal de assentimento] e depois o património arquitectónico e até o patri [hesitação], o património natural de... de Matosinhos. Bom, mas isto eram coisas que se iam fazendo. Não havia uma estratégia, não havia uma, uma... um, e mesmo, se calhar nem o próprio conceito de turismo estava tão, tão desenvolvido e da própria cultura como está hoje (...) [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS]

Ressalva a necessidade de uma política cultural ser orientada por *princípios de coerência e de sistematicidade*, de maneira a alargar a sua dimensão quer quanto à qualidade da programação, quer quanto à formação de públicos e à conquista de espaços sociais e culturais. Por outro lado, e como elemento estruturante de uma política cultural municipal o autarca considera que às entidades públicas, como as autarquias, cabe, por via de um projecto global integrado e dos investimentos financeiros públicos, viabilizar, e no caso da cultura, a formação integral dos actores sociais. Neste sentido, perpassam pelo discurso do autarca representações sociais sobre a dimensão legitimada das manifestações culturais situadas ao nível das *expressões eruditas* e, como tal, mais exigentes do ponto de vista da formação dos públicos. Em contrapartida, e a propósito deste posicionamento, atravessa as representações ideológicas do actor político a associação entre *cultura e desenvolvimento local integrado*.

Porque quem quiser que, o que eu entendo é que as câmaras têm que preencher, isso um privado pode fazer o que quiser, não é nada connosco, as câmaras e os organismos públicos, o dinheiro público tem que ser gasto, tem que ser canalizado para coisas que valorizem as populações. Nós entendemos aqui em, em Matosinhos que a chamada qualidade de vida passa por muitas coisas, passa por ter ruas sem buracos, passa por ter as ruas limpas, passa pela recolha do lixo e passa pela oferta... por uma ofer [hesitação] oferta cultural qualificada, suficientemente diversificada [!], porque dentro da qualidade também

há uma grande... diversidade, e nunca ceder à facilidade e à mediocridade! E portanto estas são as linhas que parecem simplistas mas são as grandes linhas orientadoras da nossa, da nossa programação. Depois, fazemos coisas mais complicadas, menos complicadas, etc., é também competência dos organismos... públicos oferecer... neste caso actividades, oferecer iniciativas p'às chamadas imensas minorias porque aquelas coisas de, de massas nós sabemos onde as há com facilidade, depois há o resto, há os outros públicos todos alternativos, há essas coisas todas, e nós temos que ter um bocado essa, essa... essa vocação porque se não for porque são habitualmente... iniciativas que não são lucrativas, são iniciativas que são até às vezes bastante dispendiosas e que até nem se vê o, o, o retorno das coisas, mas essa não tem sido a nossa, a nossa grande, grande preocupação (...) [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS]

Assinalável parece-nos também a discordância relativa por parte do vereador quanto à expressão *política cultural*. Prefere concebê-la como um *projecto* ou uma *orientação global* para o concelho, e não como uma política isolada, como a expressão parece sugerir, que se enquadra, e com um papel formal igualitário, na política geral e integrada da câmara. Ao conceber a cultura como um elemento *não centralizado*, do ponto de vista da concepção e do investimento político e financeiro, a câmara tem alargado a construção e animação de equipamentos culturais tem-se alargado às freguesias do concelho, tanto na fruição e nos usos da programação, como no apoio à formação e à criação locais, possibilitando-se a promoção e a divulgação de expressões culturais que se encaixam nos limites daquilo que o próprio autarca designa por *trabalho de qualidade que promove o conhecimento*.

Eu acho, eu acho que há. Eu acho que há e acho que se há câmara que tem uma política cultural é a Câmara de Matosinhos. Embora eu não goste muito desta expressão... Não eu acho que nós temos uma... nós temos uma orientação política global para, para Matosinhos [o E. fez um sinal de assentimento], temos um projecto [o E. fez um sinal de assentimento] para Matosinhos e nesse projecto faz parte também a cultura [o E. fez um sinal de assentimento] e depois... Entra em igualdade de circunstâncias com os outros, com os outros todos. Aí... a cultura também não deve ser uma coisa centralizada e portanto, nós temos, temos... feito diversos equipamentos em diversos pontos do concelho e temos apoiado... fortemente alguns núcleos, por exemplo, nós apoiamos fortemente o museu duma escola secundária do concelho de Matosinhos que é em Lavra, que começou como um projecto da escola, uma coisa interna, que nós vimos avaliamos pelos nossos técnicos da área e que concluímos que era um projecto interessantíssimo, que estava a mobilizar aquela gente e então nós decidimos apoiar. Como decidimos apoiar... por exemplo uma escola de música também em Lavra que faz anualmente um festival de música já de grande... de grande nível, ou seja, nós quando falamos da, da política cultural... [tosse] não só promovemos como apoiamos muito alguns núcleos [pigarreia] que achamos que são importantes [o E. fez um sinal de assentimento]. Nós também não queremos ser os proprietários, nem os donos do... da coisa, aliás eu defendo que nós... devemos cada vez mais ser apenas promotores de... d'iniciativas para as tais imensa minorias e depois... sermos nós os promotores de 2, 3 ou 4

daquelas que se calhar representam maiores investimentos, se calhar representam... maior arrojo, etc., etc., etc., de resto nós temos é que apoiar quem faz trabalho de qualidade, quem... promove o conhecimento etc. [o E. fez um sinal de assentimento], etc., etc....[vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS]

Há uma outra dimensão destacada pelo interlocutor relativamente à *especificidade da política cultural concelhia* e que nos parece relevante aqui assinalar: a construção dos equipamentos culturais locais não antecedeu as estratégias de formação e alargamento dos públicos nas áreas privilegiadas pelo executivo municipal. A tal ponto que, à data da realização da entrevista, os eventos já existentes, anualmente e de carácter fixo, já exigiam outros espaços culturais, mais adequados à amplitude dos públicos e às características da própria oferta. Aquilo que, de algum modo, a estratégia municipal procurou foi a de coadunar a dimensão dos equipamentos – e no caso do auditório municipal, por exemplo – com a dimensão dos públicos locais, inicialmente mais restritos, e com a oferta das infra-estruturas culturais dos concelhos limítrofes. Como refere o autarca:

Olhe eu, eu vou, eu vou dizer-lhe, eu vou dizer-lhe uma coisa para perceber... nós tínhamos projectado um... um auditório p'ra aqui com cerca de 1000 lugares!... Nessa altura o São João do Porto estava fechado... o, o Rivoli estava decrépito [!], o Coliseu idem, o Carlos Alberto nem se fala. Não existia o Campo Alegre, o Teatro do Campo Alegre. Ou seja, no Porto não havia salas de espectáculo!... Muito bem! Nós decidimos avançar primeiro com a construção da biblioteca, com a galeria de arte, etc., etc., e resolvemos deixar ficar o auditório para pensarmos mais um bocado e as últimas orientações dadas e agora o projecto está avançar para o arquitecto, são um auditório... no máximo de 400 a 500 lugares, não nos interessa mais que 400, 400 e poucos lugares. Sabe porquê? Porque entretanto no Porto o São João foi restaurado, o... o Carlos Alberto está restaurado, está a restaurar, o Coliseu foi recuperado, foi construído o Teatro do Campo Alegre, ou seja, há uma oferta de salas e nós depois também temos de ter consciência dos públicos que nós temos, e isto paralelamente ao facto da Câmara de Matosinhos ter comprado o Cine-Teatro Constantino Nery que dentro de dias irá abrir o concurso, 'tá a ser trabalhada em associação com a Ordem dos Arquitectos, o concurso público para o... a... a... o projecto de arquitectura, e portanto, eu não me interessa fazer centros culturais p'a fazer uma grande inauguração e depois tê-lo fechado! Não m'interessa construir elefantes brancos e por isso é que nós... resolvemos retomar estas opções. Agora, claro que eu também sei que há terras que têm grandes centros culturais, que são fabulosos, agora não têm programação, e não têm públicos, ou seja, têm equipamentos a degradar-se, têm equipamentos que saem caríssimos a... ao erário público e que são completamente inúteis, têm elefantes brancos! E portanto nós aí temos... cortado... rigorosamente. Se fosse feito, feito o levantamento... dos... da capacidade de utilização da maior parte dos centros culturais que começaram a... a polvilhar aí pelo País, as taxas de ocupação são baixíssimas! São baixíssimas [!] são edifícios caríssimos, que estão fechados! E nós temos feito essa, essa aposta, nós temos apostado na, na, essencialmente na, na qualidade para avançar com as infra-estruturas.

Agora repare... nós já não conseguíamos estar muitos mais anos sem uma galeria de arte... isso não conseguíamos estar, agora foi a nece [*hesitação*], a necessidade urgente de fazer, está feito, praticamente está feito, nós não temos muitos mais anos para poder estar sem um auditório... estamos a avançar com o Constantino Nery, daqui a 2 anos ou menos estará... pronto e estamos a avançar aqui com o Auditório aqui para fechar este, este conjunto e portanto há coisas que depois é a própria necessidade que nos obriga a fazer! Só que p'a chegar até lá, há um grande percurso, e há um grande caminho que teve de ser percorrido e nós já fizemos esse caminho, o, o pior é que a maior parte das pessoas quer fazer o caminho ao contrário [*o E. fez um sinal de assentimento*], porque sabe, e isso sabe tão bem como eu ou melhor, não chega fazer uma grande sala e abrir as portas que as pessoas vão lá, as pessoas só vão lá se tiverem o que as atraia e o hábito d'ir. [*o E. fez um sinal de assentimento*] [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS*]

Por último, e de uma forma particular, manifesta interesse político pelas novas modalidades de divulgação e de comunicação da oferta cultural municipal, nomeadamente através das novas tecnologias da informação como forma de captar potenciais públicos para os eventos que já são parte integrante da oferta cultural²⁷. E considera que as câmaras, enquanto entidades de exercício do poder e interlocutores responsáveis pela formação cultural das populações locais, terão que perspectivar a relação com os *mass media* e com as modalidades mais rápidas e eficazes de processar a informação necessária para a visibilidade da programação cultural de um dado território.

A *política cultural* do concelho da Póvoa de Varzim, retratada pelo vereador responsável, corresponde às linhas estratégicas delineadas pelo responsável político pelo executivo municipal. Os *objectivos* que a caracterizam, e desde o primeiro mandato da equipa que lidera o projecto político do município (1993), têm sido i) a construção de um conjunto de equipamentos culturais que permitam a construção de uma oferta regular e fixa e a reafirmação de uma identidade cultural local a

²⁷ A análise que fizemos do *site* oficial da câmara municipal de Matosinhos revela, por exemplo, uma acuidade com os conteúdos culturais e turísticos. E do confronto documental entre as agendas culturais no período que aqui retivemos apercebemo-nos da diversidade de expressões culturais e do peculiar investimento nas áreas da música clássica, das exposições de arte e das publicações. A formação das camadas mais jovens – com a actividade, por exemplo, *O aprender com a arte no jardim* realizada num museu, a Quinta de Santiago – articulada com o trabalho desenvolvido por algumas associações do concelho, e os destaques dados a eventos como os ciclos de música clássica, as exposições fixas em torno da arquitectura contemporânea portuguesa ou o Festival de Jazz de Matosinhos, preenchem, entre muitos outros, o painel da oferta cultural local. Acrescente-se que a formação académica e a actividade profissional anterior do interlocutor político aqui presente – jornalista – contrabalançam a sensibilidade política para estas dimensões em torno do *marketing* comunicacional da oferta cultural municipal.

partir da memória material e imaterial do concelho; ii) a dotação de tais equipamentos com técnicos especializados nas áreas; iii) a recuperação de bens patrimoniais, transformando-os em espaços de lazer e de cultura; e numa associação estreita com as potencialidades turísticas do concelho, iv) a recuperação urbana da cidade da Póvoa de Varzim, com um particular acento na frente de mar. Tais objectivos, estrategicamente delineados, têm marcado, com níveis de operacionalidade diferentes, particularmente no primeiro mandato, o trajecto político da equipa em exercício de funções. Procuram ser concretizados, e segundo o autarca, dando cumprimento à lógica de associação da câmara com a comunidade local, a partir de uma *relação triangular entre três actores locais*: a câmara, o casino e o movimento associativo local.

(...) temos na nossa política aqui na Póvoa 3 grandes... elementos ou factores que... trabalham todas, para todos, para o mesmo fim, um que é o Casino, como disse; outro, que é a Câmara Municipal, que tem os seus eventos mas... que não é necessário que seja a Câmara Municipal a protagonista... a Câmara Municipal deve existir para... apoiar, para colaborar, para ajudar e deve ser sobretudo uma almofada de choque, não é, porque se temos o Casino temos outro elemento também que é muito importante, na actividade cultural da Póvoa e que são as associações culturais. Felizmente temos, como disse no início da conversa milhentas associações culturais [o E. fez um sinal de assentimento], p'ra aí uma centena ou mais de associações culturais. O que é que acontece? Acontece que as associações culturais fazem... festivais de, de... de folclore, todas elas, todas elas... vão... participar em vár [hesitação] várias actividades fora da Póvoa, no estrangeiro mesmo, junto dos emigrantes... que se encontram em França, Alemanha... Brasil, África do Sul, têm ido por todos, por todas essas terras, no Canadá até... e fazem grandes eventos também elas próprias aqui, na, na, na terra, na nossa terra e é esse apoio e é dessa conjugação... da, da Câmara e das associações e do Casino que dá de facto esse, esse triângulo, eu podia dizer quase triângulo amoroso não é [o E. fez um sinal de assentimento], porque de facto é dessas relações que vai surgindo sempre e cada vez mais uma Póvoa mais cultural. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

Reconhece desconhecer se havia ou não uma política cultural nos mandatos políticos anteriores a 1993. A percepção que tem como cidadão local, interessado pelas questões da cultura, era a da existência de eventos parcelares, alguns deles com uma afirmação institucional e cultural a nível nacional e internacional – como o Festival Internacional de Música da Póvoa de Varzim²⁸.

²⁸ A edição de 2007 deste evento, a decorrer entre 6 e 28 de Julho, constitui a 29.^a edição. O Festival Internacional de Música da Póvoa de Varzim – Costa Verde – Portugal foi criado em Julho de 1979 pela

... era uma vez uma terra que tinha... muita... muitas tradições... que... possuía... um grande número de pessoas interessadas em trabalhar em prol da cultura... que foi fomentando o aparecimento de muitas associações, culturais, recreativas, desportivas... mas que, não tinha... casa para a cultura, ou seja que não tinha casas... porque quando temos muita gente então temos casas temos pessoas que vivem debaixo da ponte, temos pessoas que vivem em barracas, pronto e acontecia um pouco isto quando aqui chegámos... que as únicas, os únicos 2 marcos culturais existentes na Póvoa de Varzim, podemos dizer 3 seria a Biblioteca Municipal, o Museu de Etnografia e História da Póvoa de Varzim e a Filantrópica [o E. fez um sinal de assentimento] que é uma cooperativa de cultura, e era, era neste, neste triângulo que, que existia toda, que existia toda a cultura na Póvoa de Varzim, não é... [a entrevista foi interrompida] (...) Não sei se havia política cultural autárquica, não sei se havia portanto, porque... eu... acompanhava de perto... os acontecimentos, havia sim, havia, havia alguns acontecimentos que pela sua qualidade se impuseram... e que, fosse qual fosse o elemento que cá estivesse, ou os elementos que cá estivessem... aquilo tinha que acontecer, normalmente... que é por exemplo, o que ficou, e se nós nos recordar [hesitação] recordarmos de actividades culturais que fizeram história na Póvoa, se eu lhe perguntar, vai-me dizer 1 ou 2, não me diz mais [o E. fez um sinal de assentimento]... o Festival Internacional de Música que agora é da Póvoa de Varzim... e temos? Que mais? [pausa] Temos... o S. Pedro! [risos] (...) As Festas de São Pedro, não me lembro assim de nada mais! Não é, que marcasse [o E. fez um sinal de assentimento] a Póvoa [o E. fez um sinal de assentimento], a Póvoa... há, de há 9 anos atrás... pronto... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

Entre o discurso do autarca adquire centralidade a preocupação política em torno da identidade local e das memórias tradicionais e sociais daquilo que foi a cidade da Póvoa de Varzim nos anos 60 do século passado. Do seu ponto de vista, a cidade vivia, e em particular a partir de meados dos anos 80 em diante, a descaracterização e o desordenamento urbanístico, a degradação do casino local e dos espaços culturais existentes, a falta de relação dos locais com o mar. Perante tal, a intervenção estratégica pautou-se pelo investimento nos equipamentos culturais e desportivos, numa associação política entre cultura e desporto, e na oferta cultural, de cariz nacional e internacional, a partir do trabalho realizado pelo movimento associativo local, pelo casino local e pela oferta especializada por parte do município. À data da entrevista, o investimento do município na cultura é no sentido de *manter as actividades entretanto criadas, de formar e alargar públicos* e de

empresa SOPETE, S.A., sob proposta do pianista Sequeira Costa. A câmara municipal da Póvoa de Varzim apoiou a iniciativa, desde a primeira edição, mas a partir de 1994, assumiu, com a empresa fundadora, as responsabilidades de organização e promoção do evento. Desde 2003, a organização e a gestão do Festival são da responsabilidade da Associação Pró-Música da Póvoa de Varzim, juntamente com duas actividades interligadas: a Orquestra Sinfónica da Póvoa de Varzim e a Escola de Música da Póvoa de Varzim.

concluir a recuperação ou a transformação arquitectónica de alguns equipamentos existentes na cidade.

(...) e isto dito assim parece muito fácil... parece que se fez tudo muito rapidamente, que está tudo pronto... mas isto tem tudo a ver com um objectivo estratégico na altura do Doutor Macedo Vieira... que é... vamos utilizar tudo aquilo que temos... toda a verba que temos na recuperação da cidade... porque depois o resto vem por a [*hesitação*] arrasto. E então foi preciso reconciliar a cidade Póvoa de Varzim com o mar, nós estávamos afastados do mar, a frente marítima da Póvoa estava hiperdegradada [!], porque tínhamos vergonha de ser Póvoa de Varzim, porque a Póvoa só era conhecida por tudo de mau que havia neste País, que eram as grandes torres, pela degradação da zona envolvente a essas grandes torres, porque só se pensava em construir e não se pensava em arranjar o que estava à volta do que se construía, o que era necessário era vender, vender, vender... E foi, e foram esses atropelos todos que fizeram da Póvoa o que ela é de facto agora... mas era necessário então recuperar a imagem da Póvoa, a imagem dos anos 60 e que era de facto uma imagem de, de, dum expoente máximo da, da época balnear (...) [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD*]

Destaca como eventos e como áreas privilegiadas de actuação, o teatro – com o apoio ao grupo de teatro amador local; a literatura – o Correntes d’Escritas; e a música – com o Festival Internacional de Música e a Orquestra Sinfónica da Póvoa de Varzim, por um lado, e o protocolo com a Orquestra do Norte e a Escola de Música Municipal, por outro. Pela política cultural municipal perpassa o *cruzamento de expressões culturais diversas* – desde as manifestações de *cultura popular* até às manifestações de *cultura erudita*²⁹. Reconhece que as opções políticas na área da cultura transparecem as sensibilidades e as aspirações pessoais dos vereadores responsáveis, como igualmente repondera a necessidade de haver uma planificação e concertação das actividades culturais para ser possível medir os efeitos a médio prazo dos investimentos realizados na área da cultura, em particular os verificados ao nível da formação e do alargamento dos públicos dos eventos.

(...) temos tido várias peças aqui na Póvoa de Varzim mas de vários tipos de teatro, não é, temos tido teatro de revista que as associações fazem aqui na Póvoa... sei lá, a música como disse, é a música clássica mas também é a música popular, também é a música folclórica, também é a música das, das Bandas de Música, portanto... nós não podemos dire [*hesitação*]

²⁹ O confronto com outras fontes documentais, entre elas as agendas culturais do concelho, permite-nos, à semelhança dos outros concelhos, perspectivar o investimento político noutras formas de expressão cultural, para além daquelas dinamizadas pelo movimento associativo local e que são maioritariamente formas de *cultura popular*.

direccionar a nossa, a nossa cultura, porque as pessoas, há pessoas que entendem cultura é só aquilo que não é entendível [!] pelo comum dos mortais, não é, não eu, eu não, não, não partilho dessa ideia, cultura... é tudo, agora nós temos que dosear, não dar sempre do mesmo, não é, senão... teremos sempre só o mesmo público, o que nós temos visto é que nós temos abrangido um grande número de pessoas (...) [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD*]

Subjacente está, inevitavelmente, o apoio às associações locais, partindo do pressuposto de que é necessário responsabilizar a sociedade civil na intervenção cultural local. A formação dos públicos foi lenta e demorada nalguns eventos particulares, como o Festival Internacional de Música, mas considera que em 2002 os eventos já têm o seu espaço social e cultural definido. E a *descentralização cultural*, com investimentos infraestruturais feitos nas freguesias, é uma das prioridades do concelho no mandato de 2001-2005.

Há uma associação estreita entre a *política cultural* da câmara e a *política turística municipal*. Da associação entre lazer e cultura, criam-se potencialidades de *turismo cultural*, para além daquelas inerentes às virtualidades balneares oferecidas pelo concelho.

Não é por acaso que o Vereador do Turismo é o mesmo Vereador da Cultura! [*o E. fez um sinal de assentimento*] (...) Há concelhos em que o Vereador do Turismo é um e o da Cultura é outro! (...) É, é mesmo por essa, por essa lógica que temos que eu tenho que ouvir os, os operadores turísticos do concelho [*o E. fez um sinal de assentimento*]... tenho que saber o que é que eles, o sentir... de com'ê que está o turismo aqui no concelho, o que é que é preciso fazer mais, o que é que devemos todos mas todos não é só a Câmara... não é, porque os operadores não se podem dizer: "Ah! Pôr-se naquele local fácil a Câmara é que tem que fazer." Não! Todos! É por isso que quando eu me dirijo por exemplo... e vou aqui dizer um nome, não faz mal a publicidade, quando me dirijo ao Novo Hotel Vermar [*o E. fez um sinal de assentimento*] e digo quero xis quartos para os escritores que vêm cá à Póvoa de Varzim!... e tenho os quartos gratuitos para os escritores que estão aqui 4 dias na Póvoa de Varzim! Não é qualquer pessoa que consegue isso. É que também as pessoas que estão à frente des [*hesitação*] desses espaços compreendem que é importante também para eles que isso aconteça na Póvoa de Varzim, que dá notoriedade à Póvoa de Varzim, que dá notoriedade ao seu espaço... e que levam muita gente a ir para lá paralelamente que não tem nada a ver com os escritores, mas que tem a ver com os escritores também, mas que vão pagar e que vão estar lá [!], não é, isto é que é imperdível, ou por exemplo quando falo com o Casino... que preciso disto ou daquilo para fazermos aqui por exemplo a Festa de Fim de Ano, a Câmara não tem dinheiro! Não há dinheiro, em Portugal não há dinheiro! Ninguém sabe onde está o dinheiro, onde é que pára o dinheiro! [*risos*] Mas eu quando cheguei ao Casino "Temos que fazer uma festa! Para o povo [*o E. fez um sinal de assentimento*], para as pessoas que não vão a festas organizadas, para as pessoas que não vão estar em casa, que estão na rua!" E o Casino imediatamente: "Sim senhor, vamos fazer uma festa!" E vamos fazer, vai estar uma banda... brasileira a tocar em frente ao Casino, fogo de

artifício na passagem d’ano, portanto dar a ideia de festa [o E. fez um sinal de assentimento]... quando é que custou à Câmara? Nada! [o E. fez um sinal de assentimento] Mas é preciso que a Câmara vá à frente porque eu ouvi os hoteleiros dizer: “Ah, não vai haver festa não sei que mais, as pessoas estão aqui nos hotéis...” e já vai haver! Há no Casino lá dentro, há cá fora, há nos cafés, há ali, portanto, é isto é estarmos sempre atentos aos acontecimentos que é necessário que, que aconteçam, que, que se passem aqui pela Póvoa de Varzim... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

As proximidades entre Espinho e Póvoa de Varzim estabelecem-se tanto pela dimensão de um projecto cultural e turístico articulado com as potencialidades turísticas de ambos, como pelas especificidades da oferta cultural local. O vereador da cultura e do turismo retrata a *política cultural de Espinho* como inexistente até à data da equipa executiva actual, 1993. O que caracterizava Espinho até essa altura era o tecido associativo local, subsidiado pela câmara, e que no pós-25 de Abril adquiriu um protagonismo acrescido, com o aparecimento da Cooperativa Nascente, que dinamizou uma actividade cultural intensa nas áreas do cinema, do teatro, da música e das artes plásticas. E são as associações locais que ainda hoje protagonizam os eventos culturais e artísticos mais significativos do concelho: o Cinanima – Festival de Cinema de Animação da Cooperativa Nascente; o Festival de Orquestras de Verão, organizado pela Academia de Música de Espinho e com projecção internacional; o Festival Internacional de Música de Espinho³⁰ e, num outro nível de expressão cultural, o Festival de Folclore. Neste sentido, a política cultural espinhense caracteriza-se i) pelo apoio ao trabalho cultural de longa data das associações culturais locais; ii) pela oferta de eventos mais especializados nas áreas da literatura e história e pela diversidade dos eventos musicais, e iii) pela articulação estreita com o turismo e o desporto locais.

(...) logo na altura do 25 de Abril const [hesitação] constituiu-se aqui uma cooperativa que é a Cooperativa Nascente... que tinha grupos de teatro, de canto... de cinema e portanto acabou por fazer, por ter uma actividade... cultural intensa, e havia também... as associações culturais como sejam a Academia de Música de Espinho, a Academia de

³⁰ O Festival Internacional de Música de Espinho, um outro evento similar na área da música clássica e contemporânea, também organizado em Julho de cada ano, realiza este ano a sua 33.ª edição, entre 6 e 29 do referido mês. É organizado pela Academia de Música de Espinho, que engloba no seu projecto a Escola Profissional de Música de Espinho e a Orquestra Clássica de Espinho, e que conta com o apoio da câmara municipal de Espinho.

Música de Santa Cecília, o Orfeão [*o e. tossiu*] perdão [!], os Ranchos Folclóricos, todas, todas estas associações... tinham actividade cultural... mas não... mas não era uma política... da autarquia digamos assim. A autarquia limitava-se a dar um subsídio [*o E. fez um sinal de assentimento*] a estas associações... tivessem elas ou não uma actividade cultural meritória, mas fazia, p'ra, p'ra, p'ra... é uma, é quase por costume... porque muitas delas se calhar nem precisariam de subsídio e... mesmo o subsídio que se dava não era suficiente para as actividades que elas realmente tinham [!] e têm... e nós aqui para falarmos da cultura em Espinho temos que... falar... do que os políticos faziam neste campo e do que faziam as associações. Ora em termos d'associações Espinho sempre foi muito rico [*o E. fez um sinal de assentimento*] já desde o folclore, à música e ao teatro e ao cinema realmente as associações de Espinho têm produzido... o que há de melhor em termos de, de cultura [!] [*o E. fez um sinal de assentimento*] específica... as Câmaras... muito recentemente... penso que... eu não queria ser parcial, não queria ser nem... portanto... desde que foi, que foi, que fui eleito nesta Câmara com os meus colegas, e isto já lá vão 9 anos tem tido... a preocupação de... produzir uma série de eventos ao longo do ano que complementa esta, is [*hesitação*] isto que as associações fazem, e, e esses eventos são produzidos por... por para complementar essa oferta cultural... das próprias associações e então... socorremo-nos do meio universitário, produzimos... cursos de história, cursos de literatura, colóquios vários... apresentações de livros... encontros de história local, alguns [*o E. fez um sinal de assentimento*] muitíssimo [!] interessantes, um dos primeiros aqui realizados levou a que... se... fizesse o quadro [*discurso imperceptível*] do que é hoje o Museu de Papel em Paços de Brandão, que esse encontro... de história local incidiu muito sobre os moinhos e... a fabricação de papel e que nesta zona foi importante [!] des [*hesitação*] desde também Encontros... de Escritores Lusófonos, fizemos aqui... já... pelo menos 2 encontros dessa natureza e um deles com escritores de todos os países... até de Timor... que falam a nossa língua. Portanto fazemos uma, portanto temos uma série para além destes, desta... desta actividade que é eminentemente cultural, Encontros de História d'Arte, Cursos Breves de História, de Literatura... o... portanto este Encontro de Escritores Lusófonos e, temos também uma série de espectáculos musicais, quer dizer dirigido a todos os sectores sociais... começamos pela dita [*risos*] música pimba, não é [*o E. fez um sinal de assentimento*] aos, pronto ao Jazz, portanto fazemos portanto, tentamos ser abrangentes, não excluindo nenhum sector, embora tentando puxar p'ra cima digamos assim [*o E. fez um sinal de assentimento*], digamos assim... mas na verdade... na verdade temos também sempre aqui presentes nesta, nesta animação as associações do concelho, como temos, este concelho tem 5 bandas de música, não [!] melhor dito... tem 4, 3 bandas, 1 tuna, mas tem também numa outra freguesia uma associação musical e tem também um... uma orquestra bom, própria. Digamos que nós temos aqui no concelho... de... portanto para, para vermos as nossas associações já temos um, um calendário de espectáculos, portanto aqui em frente à Câmara no Verão... todas elas, pronto, concordaram... e... organizaram os espectáculos todos os fins-de-semana... [*o E. fez um sinal de assentimento*] portanto organizando-se ... e isto gratuitamente... enfim como uma certa, uma certa forma de se mostrarem aos espinhenses por um lado, e por outro lado... ser também uma espécie de paga pelos subsídios que possam, ou apoios que possam ter d'Autarquia e até dos espinhenses... [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS*]

Os eventos culturais têm fins turísticos, numa cidade que nasceu como *cidade balnear*, e constituem-se como *vectores estruturantes do desenvolvimento* do concelho. Considera que a política cultural da câmara não é muito interveniente, no sentido ideológico e político, tentando, antes de mais, definir as linhas básicas da

programação cultural. Assume que há mais um papel político de potenciar as actividades das próprias associações locais e, simultaneamente, de organizar eventos em torno de figuras nacionais e internacionais nas áreas referidas.

.. vai manter, vai manter isso certamente [o E. fez um sinal de assentimento] e vai manter isso porquê? E isto é, tanto é assim, eu nunca vi em concelho, não conheço nenhum concelho como o de Espinho, Espinho tem 5 freguesias com 5 ranchos... tem 5 freguesias tem 5 associações culturais... associações desportivas e doutra natureza nem falar [!], quer dizer é um concelho pequeno e tem 156 associações e actividade das associações é enorme, por exemplo veja-se o caso da, da... da Nascente [!] que tem permanentemente um, um, um grupo de teatro com actuações regulares representando Garcia Lorca e autores diversos até, até Shakespeare embora [o E. fez um sinal de assentimento] é feito doutra forma, portanto tem... tem uma actividade permanente de teatro, tem um grupo de teatro, tem um, um jornal semanal [!] [o E. fez um sinal de assentimento] tem o Festival de Cinema que é o que nós fazemos, o Cinema de Animação... tem uma actividade editorial e é portanto uma... uma portanto uma associação cultural... forte [!] [o E. fez um sinal de assentimento]. A Academia de Música tem pura e simplesmente... dos melhores músicos do país [o E. fez um sinal de assentimento], muitas das orquestras... portanto a Gulbenkian, é uma orquestra nacional que tem músicos oriundos da Academia de Música de Espinho e há aqui uma orquestra de percussão que é talvez a melhor da Europa, ou das melhores [!] [o E. fez um sinal de assentimento], portanto como vê são... o Orfeão, quer dizer o facto de termos aqui tantas associações resulta de que Espinho foi sempre um local onde a actividade cultural era intensa [o E. fez um sinal de assentimento] pela parte, por parte das associações. Sendo assim, este potencial está... que... que está na mente e que está na, na própria sociedade espinhense vai certamente dar frutos, vai ser potenciado ao máximo agora que a Câmara tem meios para fazer equipamentos culturais [o E. fez um sinal de assentimento] porque até aqui não se viam [o E. interveio] ou eram [discurso imperceptível]... (...) portanto a política cultural da Câmara não é... int [hesitação] ... muito interveniente por uma razão, achamos que as associações [o E. fez um sinal de assentimento] é, é que têm que produzir cultura, porque a Câmara é uma Câmara d'eleição... é política não é, é um acto político e... e os eleitos... se podem ser de, de diferentes partidos, não é, e... e, e com políticas culturais diferentes. Muitas vezes nós associamos à actividade política um... uma determinada matriz cultural não é, claro... que o PCP tem uma determin [hesitação] numa matriz cultural embora... [o E. fez um sinal de assentimento] de, de diferenciada consoante a zo [hesitação], o país mas tem como terá, como terão os socialistas, como terão os conservadores e, e, e isto poderia, podia levar a uma alteração constante... do tipo de apoios e até das associações privilegiadas. Esta Câmara tem... por norma o seguinte, não interfere na actividade cultural das associações e potencia ao máximo [!] naquilo que pode... portanto no apoio que... que elas pretendem para realizar os, os seus eventos, e isto sem interferências... querendo só que elas sejam as melhores e as maiores e... esta é... é sobretudo esta política, e depois tem porque por, por outro lado... uma actividade que é eminentemente cultural e que eu há bocado referi que é a de chamar nomes da cultura nacional e até estrangeira a Espinho para... produzirem... conferências, seminários, colóquios, cursos [o E. fez um sinal de assentimento] que é exactamente isso... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

Concebe a política cultural articulada com o projecto mais global de desenvolvimento do concelho porque, em última instância, são a informação e o

conhecimento que permitem a um indivíduo tomar as decisões mais críticas e fundamentadas face à sociedade.

O desenvolvimento dum concelho passa pela sua [*discurso imperceptível*] eu sou daqueles que pensa que passa sobretudo por aí, não é. Eu não... não, não suponho, quer dizer não, não me é p'ra mim fácil pensar num concelho que esteja a desenvolver-se muito sem ser pelo lado cultural, porque o lado cultural é... sensibiliza p'ra tudo o resto, não é, as pessoas até fazem... os objectos mecânicos de maneira diferente até comem de maneira diferente, até ouvem de maneira diferente, quer dizer é tudo diferente... e portanto, diferente p'ra melhor. E este, este aumento qualitativo é eminentemente cultural, seja em que actividade for, na, na actividade mais irrisória do dia-a-dia [*o E. fez um sinal de assentimento*], daí que eu acho que a aposta na cultura é fundamental, é fundamental [!] por muitas razões, até porque eu se tiver... enfim num ambiente de pessoas cultas... estou melhor de todos os pontos de vista, não é [*o E. fez um sinal de assentimento*]... até também o próprio conforto, e isso é fácil eu podia exemplificar aqui mas... nem quero, mas a gente sabe como é desagradável... portanto... sentir que as pessoas desvalorizam algo que é... belo [!] e quando a gente desvaloriza algo que é belo, desvaloriza as coisas melhores da vida e provavelmente... nunca, nunca [*pausa*] nunca terá um progresso... notável porque é... com essa capacidade de apreciação, que é também uma capacidade crítica que se fazem as melhores escolhas, não é [*o E. fez um sinal de assentimento*], no campo, no campo da estética e da ética, não é. Não é porque uma pessoa é ignorante que... que é justa, quer dizer a ignorância é... quer dizer produz às vezes... atitudes e actos muito injustos, as pessoas informadas de todos os pontos de vista, mas também do ponto de vista ético e estético são pessoas que provavelmente têm uma melhor atitude em relação aos outros e à sociedade em geral, e a si próprios. [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS*]

Destaca eventos mais recentes e alternativos, para além daqueles que projectam o concelho há alguns anos: o Encontro dos Homens Estátua, o Encontro da Caricatura e o Humor de Rua, da responsabilidade da câmara. O *cruzamento entre os níveis de cultura* é transversal³¹ e o *interesse pela formação artística das camadas mais jovens* constitui um outro parâmetro da acção das associações e da própria câmara. Os projectos da câmara passam pela criação de um museu do mar, alusivo à pesca e à indústria conserveira, actividades de longa data no concelho e implementadas pela fábrica Brandão Gomes & Companhia; um museu de artes plásticas e uma biblioteca municipal ao abrigo da Rede de Leitura Pública.

³¹ Mais uma vez a análise que fizemos das listagens de eventos fornecidas e das agendas culturais do município de Espinho permitem-nos constatar tal diversidade de expressões culturais locais. As entrevistas feitas a dois actores culturais do concelho de Espinho, nomeadamente o presidente da Cooperativa Nascente e um dos membros da Cooperativa sempre ligado à animação cultural local, de igual modo certificam a especificidade de Espinho quanto à oferta cultural de cariz associativo: plural, transversal e anterior à própria oferta cultural municipal.

A propósito do Porto, e tendo por referência o discurso do vereador responsável pela cultura, a centralidade e a especialização da sua oferta destacam-se tanto intraconcelho, particularmente quando faz a contraposição com a equipa executiva anterior, como interconcelhos da AMP. Constatamos que politicamente reconhece a valorização formal e social da cultura e da oferta cultural na cidade que, entretanto, se foi constituindo ao longo dos anos 90 do século passado no consulado da equipa socialista. Entre 1989 e 1997, o autarca considera que se deu uma inversão na orientação da política cultural da cidade: não só foi criado o pelouro da Animação da Cidade com três áreas de intervenção articuladas e que transpunham a vertente patrimonial e musical, de foro erudito, anteriores a 1989. Eram elas a vertente patrimonial e institucional, com a gestão das colecções e das instituições museológicas e bibliotecárias da cidade e propriedade da câmara; a vertente do lazer e da divulgação cultural, com particular acento nas artes performativas; e a vertente da animação urbana. Do seu ponto de vista, aquilo que constituiu novidade institucional e política na cidade do Porto foi ter-se feito, ao longo dos anos 90, a associação entre lazer, cultura e animação urbana, e ter-se permitido o desenvolvimento de áreas que até àquela data se encontravam inoperacionais.

No mandato actual, 2001-2005, o vereador considera que é necessário fazer uma *inversão das prioridades da política cultural*, atendendo à acomodação política e à excessiva continuidade e rotinização da dinâmica cultural instituída durante 12 anos.

Neste momento o qu'ê que lhe posso dizer? Posso-lhe dizer que... o Pelouro da Cultura porque... durante estes 12 anos o Pelouro passou a chamar-se Pelouro da Animação da Cidade, eu entendi que se deveria voltar ao termo Pelouro da Cultura, e Pelouro da Cultura porquê? Porque... os últimos anos... do consulado anterior, do executivo anterior... já foram anos de desgaste, já foram anos em que a um *élan* inicial muito grande que foi dado, a um desenvolvimento muito grande e, e a um entusiasmo muito grande com o desenvolvimento dessas 3 vertentes de que lhe falei... entrou-se já num, numa determinada continuidade num... sabe que... estas coisas quando entram no... num ritmo de continuidade depois perde-se o entusiasmo e começam-se a cair, começa-se a decair na rotina, e portanto... instalou-se digamos, instalou-se um espírito de deixa andar, 'ta encontrada a fórmula, esta é a fórmula ideal e... estabilizou, e estagnou perfeitamente... O que é que me parece? Parece-me que... há possibilidades de desenvolver grandemente toda a vertente patrimonial em tudo, sobretudo, em tudo o que se refere com a história da cidade, isso é um, todo um mundo que está por fazer, porque repare, o que é que se

construiu no fundo?... A Câmara neste momento tem o Museu Romântico, tem, continua a ter a Casa Tait... tem... a Fundação Guerra Junqueiro... tem ainda por fazer, 'tá previsto, mas não há verbas, ou é difícil neste momento arrancar com as obras... a casa museu António Carneiro... mas são tudo isto pequenas unidades museológicas e não há, a Câmara não tem um grande museu municipal, o quer dizer, aquilo que deveria ser a mostra da cidade... onde estaria explanada toda a história da cidade nas suas várias vertentes que seria o museu da cidade continua a não existir. [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

Um dos *princípios básicos da política cultural municipal* é o de desenvolver uma *vertente patrimonial*, no que diz respeito à história da cidade, com a construção – prevista – do Museu da Cidade do Porto e com a valorização e modernização de instituições como a Biblioteca Almeida Garrett, novo equipamento cultural do Porto, e os Arquivos Histórico e Geral. Por outro lado, continuar a investir na *divulgação da animação cultural* no domínio das artes, nacionais e internacionais, como as artes de palco, o cinema, a música clássica, a dança, o teatro, e num equipamento privilegiado e vocacionado para estas áreas, o Teatro Rivoli³². E, por fim, continuar a dinamização, e com maior acento ainda, da *animação da cidade*, atendendo aos novos hábitos de lazer, particularmente dos jovens urbanos, destacando-se as festas tradicionais da cidade, as Noites do Palácio, no Palácio de Cristal, e eventos de música, nos fins de semana, no Coliseu do Porto. Como refere o autarca, a diferença acentuada dos traços da política cultural do executivo de que faz parte situa-se na *vertente patrimonial* e na tentativa de configurar uma projecção museológica do património histórico da cidade. São projectos desta índole a criação

³² Para além daquilo que tem sido, o Rivoli oferece grandes possibilidades de expansão, quer dizer e essa é uma das, uma das... das apostas neste momento e apareceram as possibilidades de expansão a vários níveis. Em primeiro lugar... ao observar o Rivoli e ao, ao observar a qualidade da programação que aí tem sido efectuada espantou-me que não houvesse ainda nenhuma estrutura anexa ao Rivoli... em que se pudesse fazer a divulgação, quer do que se passava lá dentro, quer das próprias artes... que eram espelhadas na programação do Rivoli, e aí ter conseguido abrir dentro do Rivoli abrir uma livraria especializada para as artes... performativas, para as artes do palco... o que foi feito numa associação com... a livraria que já estava instalada em Serralves, portanto é o mesmo concessionário de Serralves que está neste momento no Rivoli e [!] tem-se revelado um êxito, quer dizer, a abertura da livraria do Rivoli revelou-se um êxito de adesão das pessoas (...), quer dizer aproveitamos o antigo, o bar do Foyer para instalar a livraria... reactivou-se esse bar, disseminaram-se as mesas no meio das estantes, portanto... tem tido essa grande vantagem, na medida em que dá uma interacção muito maior entre o utente... do Rivoli enquanto... fruidor de um determinado espectáculo e a, os seus interesses como leitor, não é, ou como alguém que se debruça sobre aquele tipo de arte e tem à sua disposição a... bibliografia específica e portanto isso tem dado, tem dado um resultado... muito grande. [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

de um museu do brinquedo e de um museu da indústria, a partir de espólios já existentes, e que podem constituir passos de um périplo museológico da cidade, com fins turísticos e com um sentido político e social de revitalização do centro histórico portuense e da baixa da cidade. De alguma maneira reconhece que tem havido falta de vontade política para desenvolver esta componente patrimonial da oferta cultural municipal, e, um pouco à semelhança de outros discursos que aqui já registámos, pondera que as escolhas políticas se articulam, de modo mais ou menos consciente, com as sensibilidades artísticas, as formações de base e os percursos profissionais dos próprios eleitos locais, neste caso os vereadores da área da cultura.

Olhe, eu diria, diria que a grande diferença em relação ao passado é o assumir que a Câmara não tem nenhum grande museu e portanto a luta por... a construção, a... a formação de uma unidade, de uma grande unidade museológica que possa realmente mostrar a história da cidade... Para além disso há alguns factores, alg [hesitação] alguns factores não, alguns aspectos específicos que também penso que seriam e que esta equipa está a lutar por isso, ainda neste domínio da museologia, que seria interessante o Porto dispor... Lembro-me por exemplo um, o museu do brinquedo, há apenas 1, 1 museu desse tipo em Portugal que é o que 'tá localizado em Sintra e portanto é nossa ideia aproveitar, ou congregar uma série de sinergias que existem, que sabemos existir aqui na cidade p'á construção do museu do, do brinquedo (...). Ora, sabendo que a Câmara tem uma colecção, uma fantástica colecção de museus, sabendo que há uma série de coleccionadores privados que gostariam de ver expostas as suas, as suas colecções... entendemos que talvez fosse chegado o momento de viabilizar o museu do brinquedo, ainda por cima tentar compatibilizar essa ideia da, do museu do brinquedo com a uma outra ideia que é a da revitalização da Baixa e do Centro Histórico do Porto (...) Ora, se realmente o museu pode ser um instrumento de revitalização duma zona, entendido nesta época, então a Baixa do Porto, hoje em dia, mais do que nunca precisa desse tipo de, de equipamentos, p'ra tornar a Baixa mais viva, menos desertificada, e a ideia por exemplo em relação a este museu do brinquedo é instalá-los numa zona que quanto a mim é a zona, a sala de visitas, por excelência da cidade que é a zona da Sé (...) portanto já há aqui uma série de unidades que se, se acrescentarmos o museu do brinquedo todas elas podem contribuir quer sobre o ponto de vista turístico que é o primeiro sítio onde os turistas chegam, quer em termos da população da própria cidade que nos seus momentos de ócio... pode com, tendo focos de interesse através dum depois pode alastrar o seu interesse para as outras unidades museológicas, então talvez seja o sítio adequado para instalar uma unidade deste, deste tipo e ainda por cima se criarmos, que é outra das novidades que pretendo implementar, se criarmos para esta zona o, o sistema de bilhete-único, quer dizer a compra de bilhete dará acesso a todas as unidades museológicas inst [hesitação] e monumentais instaladas na, instaladas na zona. (...) há outra luta que me parece fundamental a este nível também e que aliás acho que deveria referir que era a construção, apesar dessa ideia não ser nossa, é uma continuidade, é uma ideia de continuidade, mas é uma ideia de continuidade actuante, e isto porquê? Porque é a ideia de construção de um museu da indústria... o consulado anterior desenvolveu esta ideia e ao longo de 10 anos em que montou uma associação para o Museu da Ciência e da Indústria fazendo uma parceria com a Associação Empresarial

Portuguesa... mas ao fim de 10 anos a verdade é que não conseguiu pôr o museu de pé (...)
[vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

Tal não invalida, porém, e como faz questão de referir o autarca, que as decisões políticas são marcadas, antes de mais, por uma forte componente político-ideológica quanto ao papel da câmara nesta área e aos usos dos financiamentos públicos para a animação cultural. Mantendo o exercício de contraposição entre a política cultural do executivo social-democrata e a do executivo socialista anterior, o vereador considera que o vector da *divulgação cultural* adquire relevância diferenciada nos dois momentos políticos. E tal deve-se, em primeiro lugar, a um posicionamento político diferenciado quanto àquele que constitui o papel da câmara no apoio e na divulgação cultural. Do seu ponto de vista, e numa leitura que, até certo ponto, se distancia das demais já aqui apresentadas, quer pelo posicionamento ideológico propriamente dito, quer pela objectivação de factores que raramente algum outro vereador fez, o papel da autarquia não é o de mecenas das novas expressões artísticas – reserva essa competência para o poder central – mas o de criar e divulgar eventos que promovam, nacional e internacionalmente, a cidade.

Todos sabemos que o papel... do Estado, o papel do poder, desde a antiguidade que normalmente é um papel de mecenas e portanto, como mecenas está é a tentar dar oportunidade e a tentar criar condições para que os artistas, sejam eles de que área forem, para que os artistas possam... fazer vir ao de cima as suas qualidades, possam pôr cá fora a sua própria arte, a sua visão, no fundo a arte é uma, acaba por ser uma visão própria do mundo, é uma forma de ver e portanto, nas diversas áreas, e portanto o Estado, ou o poder se... assim o quisermos chamar, tem desempenhado ao longo dos séculos, tem desempenhado esse papel de mecenas. Mas há digamos que várias esferas do poder, e essas várias esferas do poder têm também competências diferentes, e portanto aquilo que eu questiono muitas vezes é se é à Autarquia que cabe financiar, ou ser mecenas a esse nível. Será a Autarquia, ou isso competirá ao poder central?... Parece-me que a... e aliás a lei, a lei é extremamente vaga nesse, nesse campo. O único artigo... que es [hesitação] que consagra algo neste domínio... limita-se a dizer que: “É competência dos municípios apoiar todas as mani [hesitação], man [hesitação], as manifestações culturais que forem do interesse da comunidade”, isto é extremamente vago, é uma redacção extremamente vaga, não nos diz concretamente o que é que o município pode, ou deve ou não fazer. E portanto depende muito do entendimento... dos executivos... o que é que devem apoiar, ou qual o tipo de apoio que deve ser concedido. [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

E, nesse sentido, defende que o papel da autarquia é o de conciliar as duas vertentes habitualmente contrapostas numa oposição nestes moldes: a diferenciação ideológica e social, habitualmente feita pelos próprios representantes políticos, entre a *vertente clássica e tradicional*, associada ao campo político da *direita*, e a *vertente moderna e contemporânea* da cultura e da expressão artística, associada ao campo político da *esquerda*.

A mim o que me parece é que a cidade, repare, nem tudo o que se faz é merecedor d'apoio [!], muitas vezes isto coloca problemas graves quanto ao entendimento e muitas vezes... digamos... os executivos conforme a sua cor política são... classificados e criticados, ou aplaudidos... consoante o entendimento que... têm entre aquilo que é fim tradicional, chamemos-lhe assim, o clássico [!] e aquilo que é arte contemporânea, nas suas várias... vertentes. E... a arte contemporânea muitas vezes é... incompreendida e é um pouco... como direi... vilipendiada em detrimento daquilo que é, daquilo que é clássico. Costuma-se dizer, tenho visto isso várias vezes, costuma-se dizer que os executivos e os governos de direita privilegiam normalmente o património [!], e tudo aquilo que, e todas as vertentes clássicas [!] ligadas ao património, e que... os governos e ex [hesitação] executivos de esquerda normalmente privilegiam a modernidade. Eu continuo a dizer que a modernidade dos nossos dias há-de ser o património, e há-de ser o clássico daqui, daqui a... do futuro. Portanto se não tivermos, quer dizer, acho que devemos respeitar a herança que nos deixaram, exactamente o património, uma determinada, uma, ou determinadas formas clássicas de cultura que nos deixaram, mas se não incrementarmos a nossa própria cultura, as nossa próprias visões modernas de olhar para o mundo, nós não vamos ter herança p'ó futuro, e portanto daqui a 200 anos não vamos deixar sementes, não vamos deixar rigorosamente nada, portanto... parece-me é que há que encontrar o justo equilíbrio entre estas 2 tendências, entre estes, estas 2 vertentes, o clássico e o... contemporâneo. Nesse capítulo continuo a dizer que a mim pessoalmente parece-me que é ao Estado que caberá o, a maior parte do apoio, a maior parte da função mecenática, por exemplo para as artes contemporâneas a todos os níveis... e às Autarquias cabe-lhes talvez um papel diferente que é... escolher, se assim se pode dizer, escolher o tipo de evento que quer ver divulgado na sua cidade e que pode promover, sobre esse *click*, mais pode promover a sua cidade. Portanto, ao dizer isto o que é que eu pretendo dizer? Pretendo dizer que temos que ter atenção e devemos escolher... eventos... chamemos-lhes festivais, por exemplo, que realmente promovam o nome da cidade, que sejam mostras... com qualidade e que promovam o nome da cidade, que levem o nome da cidade, não só... uma, que consigam fazer uma divulgação a nível nacional, mas também a nível internacional... [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

De acordo com a postura política face àquelas que são as competências das autarquias, considera que neste mandato a prioridade não é dada ao apoio financeiro a grupos nas mais diversas formas de expressão artística – como considera que foi um dos traços privilegiados pelo executivo socialista anterior. Pretende contrariar, como referiu, a prática da atribuição do subsídio – a *subsídio-*

dependência - a projectos artísticos que, do seu ponto de vista, são direccionados para públicos restritos, que não têm capacidade financeira e material de auto-sustentabilidade, que acumulam subsídios provenientes de diversas fontes, e que constituem um tipo de oferta cultural demasiado *alternativa* e *vanguardista*. Por contraposição, o *traço da política cultural*, e no que diz respeito à *divulgação cultural*, é o de escolher eventos culturais significativos para a cidade, que a possam projectar exteriormente, e dar apoio logístico àqueles grupos acima referidos, proporcionando-lhes condições institucionais para construírem o seu próprio percurso artístico³³.

(...) e quando falo isto pode ser, pode não ser no domínio das artes plásticas, mas no domínio do teatro, porque hoje em dia um dos problemas que se põe na, nesse campo por exemplo... é o facto de haver várias escolas de teatro, e cada 3... finalistas de uma escola de teatro formam uma companhia nova. Sempre com grandes projectos, projectos interessantíssimos [!], mas que depois não têm base de sustentação porque é muito bom começar a querer voar com asas próprias logo no início, mas normalmente a aprendizagem... faz-se sempre com alguém, e portanto se calhar é mais vantajoso a integração de... dessas pessoas em companhias, em, em grupos mais alargados, onde farão, continuarão a fazer a sua aprendizagem, do que criarem logo projectos próprios que se multiplicam, depois não têm sedes, não, não têm hipótese de sobrevivência, fazem espectáculos... muito alternativos, muito... vanguardistas, chamemos-lhe assim atingindo públicos extremamente reduzidos e depois entra-se num círculo vicioso, quer dizer só conseguem sobreviver se forem subsidiados, não geram, não criam estruturas que sejam auto sustentáveis e portanto... entra-se naquilo que se vulgarmente se chama, a subsídio-dependência. Creio que foi isso um pouco que aconteceu nos mandatos... anteriores, e talvez seja essa também uma das grandes rupturas, digamos, em relação ao passado. É quebrar com este sistema das subsídio-dependências que se geraram e em que há uma... miríade de grupos, chamemos-lhe assim que viviam pendurados no subsídio da Câmara, acumulando esse subsídio da Câmara com o subsídio do, do ICAM, ou do IPAE, ou... do Ministério da Cultura, quer dizer... não conseguindo solidificar depois essas estruturas. O quê que eu pretendo? Pretendo precisamente dar apoios, por um lado à divulgação e por outro lado apoios logísticos que permitam também a muitos desses grupos, em todas as áreas... tentarem afirmar-se autonomamente... e daí termos estado, tem sido feito um esforço grande na tentativa de encontrar sedes para... para esses grupos, espaços onde eles possam... funcionar, ao dizer isso não estou a dizer qu'estou a tentar encontrar teatros, não é possível! Agora, pode haver é partilha d'espacos, pode haver espacos municipais, é o caso do Rivoli, é o caso do próprio Teatro do Campo Alegre que podem ser colocados... à disposição dos grupos da cidade para aí poderem fazer as suas *performances*, para aí... poderem... mostrar enfim o quê que estão a fazer, e portanto mais do que tentar subsidiar

³³ A análise de outras fontes, nomeadamente as fontes documentais previstas no âmbito desta pesquisa, permitem-nos verificar o percurso do pelouro da cultura na câmara municipal do Porto: a centralidade cultural, nas diversas formas de expressão, atravessa a década de 90 e prolonga-se, com menor investimento político e simbólico, após o Porto 2001. A diversidade dos modos de expressão cultural é aquela que, no interior da AMP, maior amplitude adquire, tanto do ponto de vista da oferta como, e se a dado momento o analisássemos com mais sistematicidade, do ponto de vista da procura.

financeiramente o funcionamento desses pequenos grupos, há, eu penso que há que lhes dar meios para eles poderem fazer chegar o produto final ao grande público (...) [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

Integra, de igual modo, o apoio ao movimento associativo local – segundo o autarca, as colectividades de bairro que congregam pessoas e que representam expressões culturais muito próprias da cidade – mas de acordo com critérios de selecção da oferta cultural que se cria no interior do espaço associativo, e promovendo as trocas de experiências organizativas e culturais entre os próprios actores associativos. Perante os constrangimentos financeiros, e a necessidade de dotar a cidade do Porto de eventos culturais significativos, o autarca define uma estratégia de concentração de esforços financeiros e logísticos num conjunto de eventos. A sua aspiração é a de concretizar um festival de Verão multidisciplinar, que, da associação estreita entre expressões culturais e potencialidades turísticas da cidade, dinamize a cidade do Porto numa das épocas do ano em que se encontra mais vazia, social e culturalmente.

Olhe parece-me, eu, eu pa [hesitação], eu pa [hesitação], eu parece-me que... qu' é difícil vermos a questão nesses termos, porque eu parece-me que em cada área... artística deverá existir um grande evento. O Porto terá que ter forçosamente um grande evento, temos que ter um grande evento na área do teatro, temos que ter um grande evento na área do cinema, teremos que ter um grande evento na área da música clássica, teremos que ter um grande evento na área da música pop rock, portanto, quer dizer todas estas áreas, teremos que ter um grande evento na, no domínio das artes plásticas... todas estas áreas têm que ser contempladas e o Porto tem que privilegiar isso e parece-me que... que é o que estamos a tentar fazer neste momento é... concentrar precisamente... as verbas menores de que dispomos nestes grandes eventos da cidade e deixar de dispersar por uma miríade de pequenos eventos que... por muito interesse que possam ter não conseguem captar públicos tão vastos como estas áreas principais... o conseguem fazer, portanto... por um lado vai haver concentração de esforços nestas áreas, neste eventos, eventualmente repare, eventualmente pode aparecer um ou outro, eu por exemplo há uma, há uma coisa qu' eu gostaria muito de conseguir fazer que era um grande Festival de Verão. Eu j [hesitação]... quando se fala em Festival de Verão todos nós nos lembramos logo do Festival de Edimburgo, mas eu não tenho, digamos peneiras de que o Porto iria conseguir realizar qualquer coisa com' o Festival de Edimburgo, que aliás o Festival de Edimburgo como sabe tem p'ra cima de 50 anos de... de realização e portanto isso já é uma... só, só, só isso já lhe dá [risos]... já lhe dá... uma visibilidade e um, e um, e um estatuto que é muito difícil um fes [hesitação], um novo festival alcançar, não é, mas gostaria por exemplo de conseguir organizar no Porto um grande festival de Verão, um festival multidisciplinar porque acho que um grande festival de Verão não pode ser um festival... monotemático... tinha que ser um festival multidisciplinar. Mas as pessoas saberem que no, no Verão, num... determinado momento poderiam vir ao Porto assistir a bom teatro, assistir a boa música,

assistir a... bom cinema, quer dizer que haveria no Porto realmente um festival multidisciplinar... isso era uma das minhas apostas, vamos lá ver se consigo [o E. fez um sinal de assentimento] em 4 anos, se consigo lançar as bases [tocou o telemóvel do Vereador] para esse para esse grande festival de Verão. Apesar do mau Verão que a cidade do Porto normalmente tem [risos]. [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

Se confrontarmos o interesse por dotar a cidade do Porto de uma oferta cultural que a potencie estrategicamente como um destino turístico, com os *traços principais da política turística municipal*, e relembrando que formalmente é um outro actor político o responsável pela gestão da área do turismo na câmara portuense, diríamos que *dois objectivos* estruturam tal política: i) a *actuação interna*, marcada pelo atendimento dos actores sociais que procuram os postos de turismo da cidade do Porto, pelo apoio a incentivos e congressos, incrementando o *turismo de negócios*, pela realização de eventos promocionais da cidade, que permitem a divulgação da cidade e da sua oferta no estrangeiro por via das publicações da especialidade e dos agentes turísticos e económicos, pela participação em feiras nacionais e pela organização de uma oferta cultural que se articule com o *turismo de negócios*; e ii) a *actuação externa*, com as visitas regulares a cidades, económica e turisticamente, relevantes da Galiza, pela participação em feiras internacionais, e pela promoção externa da marca *Porto e Norte de Portugal*, com a ADETURN e o PCB.

... há uma actuação interna... que como disse já há bocadinho também é alargada ao mercado alargado que seria a Espanha e neste caso específico que seria a Galiza e há uma... uma organização externa... a interna... é directamente feita só e só praticamente só... enfim do [discurso imperceptível] também deu conhecimento doutras instituições que hoje como eu digo já colaboram connosco... mas portanto tem a ver com o atendimento de... pessoas que vêm aos nossos postos de turismo e que são... umas dezenas de milhares ou umas centenas de milhares, centenas de milhares ano... fazemos o apoio a... a incentivos e congressos, portanto 'tou-lhe a falar da parte interna... fazemos muitos educacionais, isto é, por exemplo com a, em colaboração com o ICEP eles mandam-nos jornalistas do mundo inteiro, nós damos-lhe acolhimento durante 1 ou 2 dias conforme o que eles querem, tou-lhe a falar... centenas... e direi que este ano devemos... devemos ultrapassar o milhar de jornalistas que vieram cá que são atendidos... que têm um guia à disposição que lhes mostra a cidade, portanto, fazemos-lhe um educacional sobre a cidade do Porto e isso habitualmente reflecte-se... não só no conhecimento deles como também em artigos de jornais, de revistas de especialidade, etc., etc., portanto é um dos nossos pontos fortes... o apoio a congressos e incentivos também é... realmente muito grande... 'tamos... na parte interna, estamos também neste momento fizemos uma, uma... uma, 'tamos a fazer uma candidatura... à medida 1.4 no sentido de promover os *city breaks*, *city breaks* [o E. fez um sinal de assentimento] são o nome de um produto que hoje está... na moda e que é específico

p'ò Porto, parece que está... moldado para aquilo que nós temos p'a oferecer que é 2, 3 dias de... de vivência... e portanto para além da organização de tudo, portanto isto é a parte interna, a parte externa... repare há bocadinho falou em pólo alargado, no alargado nós temos feito... e fazemos regularmente algumas visitas aqui às cidades mais importantes da Galiza... onde... faz [hesitação] temos, fazemos uma organização em que são convidados todos os agentes de viagem, todas as pessoas influentes... influentes de turismo, obviamente... no sentido d'apresentar o Porto, de chamar as pessoas cá e quando fazemos isto, não vamos sozinhos, convidamos todos os privados que têm alguma coisa de bom a oferecer e especialmente pacotes perfeitamente definidos para a cidade (...)... na parte interna, na externa... como eu digo nos educacionais fazemos isso também com uma colaboração do ICEP, o ICEP manda-nos muita gente, embora a gente o faça directamente, fazemos convites, fazemos anúncios lá fora... enfim... na parte externa... ah [!] também na interna iremos, vamos à BTL a Lisboa, à Feira de Turismo, enfim fazemos a nossa, a nossa própria divulgação numa série de meios, jornais, revistas e não sei quê, isso fazemos aqui internamente, mas na parte externa, isso então, Mas portanto a representação externa directa da... da, do turismo e portanto acho que com isto completa mais ou menos a... a... a estrutura... é de ligação com o Porto Convention Bureau, com a ADETURNS, com a... pronto e algumas que fazemos directamente... para além disso e aqui também como lhe falei há bocadinho estamos a trabalhar na organização da oferta dentro da cidade. [vereador do turismo da câmara municipal do Porto, 67 anos, PPD/PSD]

Considera fundamental desenhar um plano de excelência turística da cidade do Porto, e articulá-lo com o plano de desenvolvimento do concelho. Concretizou, e à data da entrevista, a relação com os agentes económicos e sociais da cidade, de modo a potenciar actividades de promoção e de oferta conjunta – por exemplo, os périplos que compõem o Porto Tours – e a certificar a marca *Porto e Norte de Portugal*. Salienta que o Porto adquire centralidade turística face aos demais concelhos da região e que, no contexto actual do posicionamento económico da actividade turística, a nível nacional e internacional, o investimento político orienta-se para uma das áreas económica e socialmente mais rentáveis: o *turismo de negócios* e o *turismo cultural* que, articulados, potenciam regiões – como a AMP e a região Norte, por exemplo - e cidades com as características urbanas, territoriais e sócio-culturais do Porto.

Eu caio, eu começo, eu começo a cair, eu caio naquilo que disse há bocadinho, eu acho que nós temos que ter um plano de excelência turística e que a cidade do Porto é um das coisas onde se pode afirmar... é no turismo. Repare não será certamente no futebol, o futebol representa 0 vírgula, a nível nacional 0,4 do PIB, o turismo representa 8,4 salvo erro... do PIB e repare o futebol pode estar em Viseu, pode estar, ouça eu 'tou a falar no futebol como podia falar noutra coisa qualquer, mas sei por acaso o número... agora o turismo e o turismo de qualidade... o que está em moda o *city break*, o turismo de cultura, não... já viu que ninguém faz promoção de praias! Já viu, acabou pelo mundo inteiro, já ninguém

tirando os, os, os países da... da América Latina já ninguém 'tá a promover praias, agora é cultura (...) Mas voltando à... eu digo-lhe acho que temos, acho que temos tudo para, para realmente fazermos da... da cidade do Porto um crescimento em termos de turismo... que se [hesitação], que se transformará obviamente, porque é aquilo que vem nas receitas da hotelaria, no comércio, na, na restauração, etc., etc.... níveis de... de, de receitas e de PIB e de PIB extremamente significativas a nível nacional e direi de... em segundo, terceiro lugar no país, e 'tou-lhe a falar em Lisboa, no Algarve e do Porto, portanto no aproveitar isto, repare quando 8, 8, 8% de... de PIB no turismo representa mais do que algumas das indústrias mais significativas do país, 'tou-lhe a falar dos têxteis e do, do calçado [o E. fez um sinal de assentimento], por exemplo, não é [o E. fez um sinal de assentimento], portanto, nós aqui temos tudo naturalmente temos tudo, ouça desde a Foz até ao rio Douro, o Vinho do Porto... toda a parte cultural da cidade, ouça e tudo o mais que a gente quiser inventar, não é preciso, pode-se inventar, agora o inventar é... [vereador do turismo da câmara municipal do Porto, 67 anos, PPD/PSD]

Os discursos dos eleitos políticos e dos actores locais e regionais posicionam-nos perante modos de projectar o concelho que integram as dimensões cultural e turística como vectores paralelos, quando não transversais, aos projectos globais de desenvolvimento do concelho. Na especificidade cultural de cada concelho, e nas possibilidades turísticas que se antevêm como dinâmicas económico-sociais locais privilegiadas, transparece a legitimidade política, mais no contexto municipal do que no espaço supramunicipal, da componente cultural e turística do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Balances analíticos e perspectivas de intervenção

Convergências e divergências entre concelhos são, do nosso ponto de vista, as lógicas que se destacam quando perspectivamos as políticas culturais e turísticas da AMP num marco temporal fluido, que contemporiza, na sua amplitude possível, os anos 90 do século passado. A escolha do nível de análise teórico e empírico desdobra-se em torno da *escala concelhia* – concelhos da AMP, com 9 concelhos e correspondentes a centros urbanos específicos – e da *escala metropolitana* – a constituição da AMP enquanto território conjunto e integrado, passível de redes de equipamentos culturais e desportivos e de políticas municipais integradas à escala supramunicipal.

Os traços que conseguimos localizar, à luz dos discursos políticos e dos discursos sobre as práticas políticas das câmaras da AMP, traduzem mudanças relativas quanto à configuração das políticas globais para o concelho e, em última instância, para a cidade, e com repercussões no próprio território metropolitano.

Os eleitos locais da AMP não só associam, política e simbolicamente, a cultura e o turismo enquanto vectores transversais aos projectos do desenvolvimento intraconcelhio, como constroem representações políticas e simbólicas sobre o território metropolitano que dimensionam, num painel de cruzamentos intersticiais, lógicas de afirmação territorial municipal, de cooperação sectorial entre alguns concelhos, de convergência quanto à natureza da oferta cultural e turística; mas, de igual modo, e no outro pêndulo da relação, lógicas de competitividade intermunicipal, de não articulação política na temporalidade da oferta, e na criação e nos usos dos equipamentos culturais e desportivos, de não planeamento conjunto na criação de uma oferta turística regional, de divergência quanto à liderança política do projecto metropolitano e aos equilíbrios possíveis entre as necessidades e as especificidades culturais e turísticas intraconcelhias e supramunicipais.

A extensão formal da AMP, resultado das exigências jurídicas que a partir de 2004 configuram o novo modelo territorial das áreas metropolitanas no país, não indicia discursos políticos e discursos sobre as práticas políticas diferentes daqueles que, num painel de 9 concelhos, conseguimos localizar. Se posicionarmos uma nova problematização reconfigurando o nosso objecto empírico, a GAMP enquanto novo modelo territorial da AMP, composta por mais 5 concelhos e com uma contiguidade territorial definida a partir dos concelhos da orla mais interior, não traduz, e à data de 2007, reposicionamentos políticos diferentes entre os respectivos eleitos locais, que, em 9 dos 14 concelhos, revalidam os seus mandatos políticos.

Especificidades dos discursos políticos e dos discursos sobre as práticas políticas comportam *pontos de convergência* entre os concelhos da AMP. Em primeiro lugar, a cultura deixa de ser um *não-lugar político* e constitui uma prioridade de intervenção entre os 9 concelhos, particularmente entre aqueles que, face à centralidade funcional do concelho do Porto, mais dificuldades infraestruturais têm no período em análise. Ao longo da década de 90 do século XX, os programas políticos e os planos e relatórios de actividades das câmaras, e as práticas políticas objectivadas pelos próprios eleitos locais, enquadram princípios estratégicos de actuação e prioridades de investimento político e social que apresentam a cultura como um dos factores necessários para o desenvolvimento global do concelho.

Nalguns casos, e contrariamente àquilo que num primeiro nível de problematização teórica estaríamos à espera de encontrar, aquela forma discursiva peculiar afigura-se-nos como tal logo após o 25 de Abril de 1974, nos primeiros anos da existência política das autarquias. Não deixa de ser significativo que os eleitos locais prefigurem nos projectos políticos de finais dos anos 70 e dos inícios da década de 80, aspirações que só muitos anos mais tarde, e já em plena década de 90, conseguirão operacionalizar. Particularmente, se atendermos a que as competências jurídicas e políticas e os recursos das autarquias não são, naquela data, compatíveis com universos tão alargados de intervenção. As prioridades políticas definem-se, assim, e desde logo, fazendo parte do processo de afirmação da lógica

representativa da democracia política recentemente constituída, na tentativa de dotar o concelho das infra-estruturas básicas e de ultrapassar aquilo que se convencionou designar, em princípios dos anos 90, por *grau zero do poder local* (Mozzicafreddo, 1993). As dificuldades subjacentes ao processo de desenvolvimento dos concelhos, e as descoincidências temporais e políticas entre os discursos e as práticas dos actores concelhios, permitem-nos, mais do que compreender os diferentes posicionamentos assumidos pela cultura no quadro institucional das autarquias, analisar a temporalidade em que adquirem uma centralidade política relativa. E esta, conseguimos localizá-la ao longo da década de 90.

Para além da transversalidade da lógica de afirmação a qualquer um dos concelhos da AMP, os contrastes históricos e institucionais próprios de cada autarquia enformam, em última instância, os percursos políticos desenvolvidos e os cenários culturais locais, tanto na componente da oferta/criação como na da procura/recepção locais. E na relação desigual entre concelhos com contiguidade territorial, com fluxos de pessoas, bens e serviços que vão posicionando, entre as décadas de 80 e 90, os seus lugares periféricos nas relações com o centro económico e cultural, o Porto, os concelhos da AMP reconfiguram-se nessa temporalidade, com especificidades sócio-demográficas e económicas, culturais e turísticas, que os redefinem, pela reciprocidade da relação com o centro polarizador da região, como centralidades alternativas.

O posicionamento da cultura nas representações dos eleitos locais sobre os projectos e as práticas políticas adquire legitimidade política porque decorre também das mudanças do próprio real social local. As necessidades sociais das comunidades locais, e que politicamente se perspectivam como as da qualidade de vida e da formação e exercício da cidadania, traduzem uma outra reflexividade sobre o social que os próprios actores sociais protagonizam. E o equilíbrio entre as duas dimensões da relação – as necessidades e potencialidades da vida local inscritas territorialmente, e as competências e os modos de exercício do poder local –

é a matriz transversal às representações dos autarcas sobre a natureza da sua própria prática política e os processos do desenvolvimento local sustentado.

A centralidade da cultura nos discursos políticos locais não corresponde necessariamente a concretizações efectivas, e em tempos políticos e sociais coincidentes com os das formulações intencionais. A análise documental permite-nos aferir velocidades diferentes e desencontros entre os dois níveis, o *representacional* e o da *reflexividade*, e o da *prática*.

Dando mostras de processos mais lentos de configuração social e política, e evidenciando aquela mesma centralidade, a cultura tende a ocupar um outro lugar na macroestrutura autárquica: do ponto de vista organizacional, e de uma situação de facto de inexistência política, os serviços culturais autárquicos adquirem, paulatinamente, e ao longo dos anos 90, um posicionamento organizacional e político mais visível, mais autónomo, e com atribuições, competências, recursos e técnicos próprios.

Não esqueçamos, porém, que a autonomia efectiva que adquire nos desenhos organizacionais das autarquias não deixa de comportar outros constrangimentos institucionais e políticos, que no caso do exercício da gestão técnica e da prática política sobre as prioridades culturais municipais se afiguram relevantes: os equilíbrios sectoriais no seio da organização, confrontando-se representações políticas diferenciadas intra-autarquia sobre a maior ou menor legitimidade política e social da intervenção cultural no concelho; as prioridades orçamentais e a hierarquização política dos gastos municipais na cultura; as equipas de técnicos dos serviços culturais, mais amplas e diversas, mas nunca suficientes para as exigências da política cultural municipal; ou a acumulação de pelouros na mesma figura política, que, por um lado, permite uma abordagem intersectorial dos recursos humanos e logísticos, e uma visão integrada da cultura em relação com outras áreas, por outro, não deixa de constituir-se como obstáculo. Os discursos dos eleitos locais são claros, e mesmo entre as câmaras com maiores orçamentos anuais:

os obstáculos financeiros e técnicos são estruturantes das práticas políticas no campo da oferta cultural municipal.

Perante a amplitude política e social que a cultura adquire nos contextos locais do exercício do poder, não se escamoteia a diversidade relativa com que tal processo se institucionaliza. Às prioridades primárias do desenvolvimento local, e que os actores sociais objectivam segundo modos mais reflexivos do que aquilo que *a priori* os perfis políticos e as práticas políticas nos sugeririam, subjazem representações políticas sobre outras dimensões da identidade de um território e da qualidade de vida quotidiana local. A cultura aparece segundo representações polissémicas, nos sentidos e nos campos de possíveis da prática política.

A diversidade e a amplitude da oferta cultural local são outros elementos de aproximação interconcelhia. Os projectos de animação cultural enquadram-se em exercícios políticos mais sistemáticos, concertados e organizados, que reflectem já não só áreas de interesse particulares dos actores políticos directamente responsáveis (presidências e/ou vereações de câmara), mas principalmente a afectação de recursos financeiros à área da cultura, a existência de técnicos culturais, pequenas equipas operacionais que suportam o trabalho cultural da autarquia, e novos modos de perspectivar, política e socialmente, a cultura.

As autarquias procuram equilibrar na oferta local modalidades culturais diferentes, que se enquadram tanto em traços da *cultura popular* como em universos mais próximos da *cultura erudita* e das *indústrias culturais* (Santos, 1988). A criação de estratégias públicas de formação e educação dos públicos para a *cultura erudita* e para a produção cultural, salvaguardando-se a acção pedagógica e educativa subjacente aos projectos e aos actores culturais envolvidos, vai no sentido da ideia atrás apontada. As representações sobre a cultura assentam no cruzamento entre aqueles níveis de expressão cultural, cabendo aos municípios o investimento político e social nas formas de *cultura cultivada*, dando mostras que, para além da dotação de equipamentos culturais, a política cultural tem subjacente o princípio da formação dos *gostos* diferenciados e dos *usos sociais e individuais* diferenciados das

propostas culturais locais. As tradições culturais locais, situadas no painel da *cultura popular*, e transbordando uma diversidade territorial que reporta às historicidades de cada concelho, são apanágio das práticas associativas, mesmo entre aquele que detém a centralidade cultural quanto às manifestações artísticas contemporâneas – o concelho do Porto.

Indissociável das práticas culturais locais, perspectivado no âmbito dos nossos interesses apenas pelas possibilidades mais amplas da oferta municipal, o aumento progressivo dos investimentos financeiros e logísticos na área da cultura tem sido uma outra componente mais ou menos comum à actuação política das câmaras da AMP. As parcelas do orçamento global das autarquias previstas para a área da cultura cresceram nos últimos anos. Uma substancial parte desse crescimento reflecte o investimento feito na construção de infra-estruturas locais com valências culturais e desportivas: a criação de uma rede de equipamentos. Os centros municipais de animação cultural (casas da cultura ou centros culturais) aparecem na década de 90 como os principais suportes físicos e institucionais dos programas municipais de animação cultural.

As políticas culturais dos concelhos da AMP dimensionam-se, assim, em torno de dois objectivos estruturantes: a criação de uma *rede municipal de equipamentos*, que potencie a criação/produção e os usos culturais e artísticos; a criação de uma *oferta cultural local*, permanente e auto-sustentada, e a formação de *públicos para a cultura*. Há um alargamento da rede municipal de equipamentos de utilização colectiva ao longo da década de 90 nos concelhos da AMP. Alargamento territorial à escala intraconcelhia, sem que a centralidade funcional, quantitativa e qualitativa do concelho do Porto, se dilua. Face às necessidades locais e aos investimentos financeiros e políticos, o alargamento da rede de equipamentos dá-se ao nível dos equipamentos formalmente designados como equipamentos básicos, se atendermos à oferta e aos usos sociais: as bibliotecas, na relação estreita com as práticas da leitura; os museus, reforçando os projectos de valorização patrimonial e da historicidade do concelho; os auditórios e os espaços de exposições. Qualquer

um deles adquirindo polivalência de usos e de possibilidades de intervenção cultural e artística.

Podemos registar que o alargamento dos equipamentos culturais municipais não se dissocia do alargamento da rede de equipamentos desportivos no concelho. A escala dos investimentos políticos e financeiros e a dispersão territorial mais equilibrada intraconcelho são mais visíveis nestes do que naqueles. Sem posicionarmos aqui a maior centralidade política que o desporto parece assumir nalguns momentos do exercício da actividade política, retenhamos apenas, e de acordo com as dimensões de análise do nosso objecto, que o desenho da oferta desportiva municipal não se dissocia do desenho da oferta cultural. No período em análise, são visíveis na AMP o alargamento das infra-estruturas culturais e desportivas, e das potencialidades turísticas da oferta cultural e desportiva; a menor centralidade sectorial do Porto e o aparecimento de equipamentos, bens e serviços naquelas áreas que se coadunam com a valorização do património arquitectónico urbano e a territorialização da oferta municipal de cultura.

Uma outra regularidade ressalta da análise conjunta dos 9 concelhos e que, mais uma vez, nos sustenta o exercício da lógica de convergência analítica e social entre eles: a associação estreita entre as manifestações culturais locais e as potencialidades turísticas daí advenientes para os concelhos. É explícita no discurso político a legitimidade política e económica do investimento público e privado no turismo e, nalguns casos concelhios e para os últimos anos de gestão política, no *turismo cultural*.

Se atendermos às especificidades de cada concelho, nomeadamente às suas potencialidades turísticas, desde logo diferenciadas pelas próprias características geográficas, o turismo é perspectivado politicamente, e desde os primeiros anos do exercício do poder local, como um dos pólos da atenção política dos concelhos da AMP, nas suas mais diversas vertentes. Todos eles têm manifestado preocupações políticas com o desenvolvimento do turismo local. E algumas das representações políticas sobre as potencialidades turísticas dos territórios radicam nas

historicidades dos concelhos, e nas relações estreitas que desde o século XIX alguns deles têm com o mar e o rio. Espinho, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia são concelhos situados na *orla marítima* e, desde os inícios do século XX, com práticas de um *turismo balnear*, estreitamente associadas a práticas de lazer de grupos sociais provindos dos concelhos limítrofes. Por seu turno, concelhos situados na *orla mais interior* da AMP, e cuja acentuada componente rural foi substituída pelo estatuto, objectivo e simbólico, de concelhos dormitório, e pelo crescimento dos sectores industrial e dos serviços, como Gondomar, Maia e Valongo, têm procurado nos últimos anos desenvolver outras formas de oferta turística: no caso do concelho da Maia, o *turismo de negócios* e, no caso do concelho de Valongo, o *turismo de natureza*.

Em qualquer um dos casos, porém, os discursos políticos dos eleitos locais da AMP valorizam o turismo como um outro factor de desenvolvimento dos concelhos, particularmente a partir da associação entre as manifestações culturais locais e regionais e os motivos de vinda e de estada dos potenciais turistas na região. Nesse sentido, as políticas turísticas adquirem, em consonância com o próprio investimento político e simbólico, uma dimensão económica e social transversal aos próprios concelhos.

Associada a esta relação, encontramos também o alargamento das infra-estruturas desportivas locais, para usos da população local, mas, nalguns casos, e entre os *concelhos da orla litoral*, para usos nacionais e internacionais, dimensionando, mais uma vez, a relação entre a oferta cultural e a oferta desportiva com potencialidades de projecção exterior do concelho e com virtualidades para usos turísticos, ainda que, nalguns casos, sazonais e conjunturais. Os investimentos feitos no alargamento de equipamentos com fins turísticos, em menor escala, processa-se ao longo dos anos 90. As disparidades são maiores entre os concelhos, atendendo a que a oferta de equipamentos com fins turísticos, e pensemos apenas na oferta hoteleira, é descoincidente entre os *concelhos da orla litoral* e os da *orla mais interior* da AMP: os primeiros são mais dotados deste tipo de infra-estruturas e são alvo de

maior procura turística. A centralidade do Porto é mais visível neste campo e a própria política turística municipal direcciona-se para a valorização das duas modalidades de turismo possíveis na cidade do Porto: o *turismo cultural* associado ao *turismo de negócios*. O Porto, como cidade que se enquadra no perfil das designadas *city break*, é aquele cujos recursos políticos dimensionam uma política integrada com actores económicos e turísticos da região.

Assinalemos outras convergências interconcelhias: a promoção de eventos culturais com influência supramunicipal (regional, nacional e internacional), a contínua preocupação estratégica com a revitalização do tecido social e do associativismo cultural e o investimento na revitalização e manutenção do património local a partir das possibilidades criadas pelos financiamentos nacionais e comunitários dos últimos anos. Como território metropolitano, a AMP constitui, nas mais diversas dimensões sociológicas, um espaço social múltiplo, marcado por assimetrias sócio-demográficas e, porque não, relativas ao campo cultural local. A análise diacrónica comparativa, ainda que dentro de certos constrangimentos da prática da investigação, e, como tal, de limites nas possibilidades da leitura horizontal, permite-nos visualizar as convergências acima indicadas. Não esqueçamos, porém, que obedecem também a tempos e a espaços sociais de afirmação que se inscrevem nas particularidades territoriais e políticas dos concelhos e dos modos de exercício do poder político local.

Uma outra particularidade, e na sequência dos pontos anteriores, parece-nos significativa: na AMP os posicionamentos político-partidários são relativamente contínuos entre 1976 e 2005, com uma fragmentação das câmaras no binómio socialistas/sociais-democratas. A partir de 2001 deixa de ser um espaço metropolitano de feição socialista maioritária para integrar um maior número de câmaras sociais-democratas. Não analisamos as políticas culturais tendo em linha de conta a pertença político-partidária dos eleitos locais e os quadrantes ideológicos dos partidos no binómio esquerda/direita (Silva, 2003). Parece-nos que tal variável se dilui, e do ponto de vista das representações sobre a cultura e a política cultural,

quando perspectivada ao nível do exercício do poder local. Ressaltemos apenas que o poder político nos executivos da AMP é masculino e com trajectórias de liderança assentes na continuidade dos mandatos em certos actores políticos, o que, em parte, se articula, com o modo como eles próprios perspectivam a temporalidade das prioridades políticas e das políticas sectoriais, como as culturais e turísticas. À estabilidade dos projectos políticos corresponde uma inscrição territorial dos municípios de feição socialista e de feição social-democrata na AMP.

Se esta temporalidade prolongada no poder – a *longa duração do exercício do papel político do autarca* – questiona também as práticas políticas e as bases da sua legitimação, num outro sentido, e nalguns dos concelhos analisados, constitui um elemento que viabiliza os processos do desenvolvimento local, quando as intenções políticas se projectam na longa duração, e se legitimam no funcionamento dos regimes políticos democráticos – a legitimidade dada pelo voto. No caso, na área da criação de uma oferta cultural municipal permanente, na dotação e dinamização de uma rede de equipamentos municipais básicos para os usos dos residentes locais, e na formação, fixação e alargamento dos públicos culturais. É na longa duração que se tornam visíveis os efeitos, no território municipal, do capital político e simbólico e do capital económico lançados por via das políticas culturais e turísticas. E, sem esquecermos, como já referimos, as especificidades dos processos políticos de cada concelho, as políticas culturais concelhias da AMP integram-se nas políticas mais globais do desenvolvimento local e pautam-se por dois vectores que se coadunam com a longa duração: a criação e a dinamização dos equipamentos culturais, a criação da oferta cultural municipal, que cruze a transdisciplinaridade dos campos cultural e artístico, e a formação dos públicos e das competências da recepção cultural, como também dos criadores culturais locais.

Mas a cultura, ao dimensionar-se no âmbito do discurso político, dimensiona-se de modo diferenciado. Podemos dizer que, apesar do alargamento do quadro cultural concelhio, as disparidades interconcelhias existem e configuram assimetrias estruturais mais globais. E que, do nosso ponto de vista, alicerçam,

igualmente, assimetrias quanto às potencialidades turísticas efectivas dos concelhos da AMP. Senão vejamos.

Primeiro, a centralidade do Porto continua a constituir o factor por excelência da competitividade cultural e turística da AMP. Quer quanto à rede de equipamentos culturais que detém, quer quanto à diversidade e amplitude da oferta cultural municipal, quer ainda quanto às possibilidades da formação cultural e artística dos actores sociais residentes e não residentes no concelho. As centralidades culturais que encontramos noutros concelhos limítrofes ao Porto são, antes de mais, *centralidades endógenas*, isto é, centralidades criadas para os usos das comunidades residentes nos municípios. E são-no, tanto para contrariar os efeitos do estatuto de concelhos dormitório que, de alguma forma, fragmenta identidades e sentimentos de pertença territorial – Maia, Gondomar e Valongo são concelhos em que estes traços se configuram com mais clareza sociológica; como para dinamizar, a partir de valências naturais e sociais particulares, e que se inscrevem na historicidade política e sócio-cultural do concelho, consumos endógenos e produtos culturais que, em determinadas circunstâncias e segundo certas orientações políticas, são capazes de potenciar procura externa aos concelhos e posicionar a centralidade cultural difusa destes territórios.

De uma forma ou de outra, as políticas culturais municipais da AMP apoiam-se nos princípios da democratização cultural e da descentralização cultural. Mas as possibilidades políticas e sociais são *a priori* diferenciadas, e estruturalmente condicionadas pela macrocefalia cultural e artística – redimensionada, é certo – que o centro urbano do Porto possui, quanto a equipamentos, a criadores e a públicos, e apenas para referirmos alguns dos protagonistas do campo cultural local. A estratégia global de concretizar um *serviço público* – neste caso pelo poder local – nas áreas inter-relacionadas da criação e da produção, da formação, da distribuição e intermediação, e da recepção cultural e artística é mais exequível num concelho como o do Porto do que na malha municipal circundante. O posicionamento dos projectos metropolitanos, e da articulação das lógicas municipais de exercício dos

investimentos nalguns eventos e equipamento culturais, parece-nos uma das estratégias políticas que redimensiona o lugar das centralidades culturais difusas dos municípios da AMP e que, a partir da reciprocidade de actores, de investimentos e de produtos e bens culturais e artísticos, potencia a centralidade da própria região.

Constatamos, de igual forma, que as políticas culturais municipais carecem ainda de diagnósticos sistemáticos sobre públicos, tanto na sua configuração sociológica como nas condições (espaços, tempos, modalidades) em que estes públicos se apropriam das manifestações culturais e artísticas. O Porto, pela sensibilidade política de certos eleitos locais e pelas prioridades políticas que a cultura assume em determinados momentos da história do pelouro da cultura – o *pelouro da animação da cidade*, como designado nos anos 90 – é aquele que ao longo desta década concretiza essa outra dimensão de avaliação das políticas culturais implementadas. A análise do nosso objecto empírico mostra-nos que há sensibilidade entre alguns autarcas, e particularmente entre as vereações culturais, para a necessidade de perspectivar as políticas culturais a vários níveis: diagnóstico, concepção, implementação e avaliação. A sistematicidade e a profissionalização são, segundo os eleitos, coordenadas presentes na gestão política e técnica dos serviços culturais. Porém, constituem ainda dimensões não totalmente exploradas e visíveis nas práticas políticas municipais. São, parece-nos, dimensões que o poder político local reposiciona à medida que determinados eventos culturais de referência dos concelhos – e registe-se que qualquer um dos concelhos da AMP o tem, mesmo que com amplitudes diferentes – se consubstanciam, tanto pela oferta como pelos públicos criados.

Os equipamentos culturais são cruciais na organização institucional da oferta municipal. Quando os perspectivamos, ponderamos a dotação concelhia e metropolitana de tais equipamentos e a sua funcionalidade. Deste ponto de vista, as relações de articulação, de complementaridade e de competitividade e liderança interconcelhia assumem-se como relevantes na análise da rede de equipamentos

municipais, e com fins que, politicamente, podem ser perspectivados à escala supramunicipal. Algumas das conclusões que sistematizamos redimensionam o diagnóstico feito na década de 90 a propósito dos equipamentos culturais existentes na AMP (Babo, 1993). O que traduz as mudanças entretanto verificadas ao longo desta década e que espelham os investimentos políticos e financeiros na área da cultura e na dotação dos concelhos de uma rede básica de equipamentos. Mas, se bem que o alargamento da rede de equipamentos culturais na AMP continue a manter-se - não esqueçamos que os ritmos interconcelhios são diferenciados - a debilidade dos equipamentos culturais existentes em alguns concelhos, bem como a falta ou escassez de recursos humanos especializados e profissionalizados podem ser perspectivados como traços ainda susceptíveis de um investimento político, como um outro patamar de uma outra etapa das políticas culturais locais.

E, por último, e mesmo que as convergências até o justifiquem, torna-se visível, a partir da análise dos discursos e das fontes documentais, que não tem havido entre os municípios da AMP um esforço metropolitano na concepção, implementação e avaliação de uma política cultural conjunta ou, pelo menos, de certas dimensões de uma política cultural supramunicipal. Destaquemos a temporalidade da oferta, a criação e a dinamização de certos equipamentos, e a oferta de certos bens e serviços, que, pelo seu âmbito e pelos recursos exigidos, se operacionalizam por via do esforço metropolitano.

Recuperemos, de igual modo, uma interrogação anterior. Partindo do pressuposto de que o modelo territorial metropolitano continua a fazer sentido, porque perspectivado para fomentar uma gestão integrada das condições de desenvolvimento das regiões e das populações, porque não pensarmos as políticas culturais também elas em termos metropolitanos? A área da cultura nestas cidades e, mais do que isso, nestes concelhos, continua a prescindir de um enfoque político metropolitano. É nossa convicção que pode ter uma expressão maior se for equacionada também a nível metropolitano, ou seja, se houver uma aproximação

entre as políticas e as acções desenvolvidas pelos municípios nestas matérias, de modo estratégico, sistemático, concertado e coordenado.

Na legislação de 1991 relativa às áreas metropolitanas, a cultura e o lazer, o desporto e o turismo, por exemplo, não são formalmente enquadrados, o que, em parte, explica as contrariedades políticas dos autarcas em conciliar objectivos, investimentos e acções. A nova legislação de 2003 passa a contemplar como atribuições das áreas metropolitanas o apoio à cultura e ao turismo e os apoios ao desporto, à juventude e às actividades de lazer. Não constitui nosso objectivo perceber o seu alcance, mas diríamos, e a partir de registos observacionais que temos no momento presente sobre a GAMP, que os efeitos que esta alteração produziu nos discursos e nas práticas políticas dos autarcas não reflectem novos posicionamentos metropolitanos. O que é certo é que, perante um cenário de não regionalização efectiva do território português, uma das variáveis com acentos particulares nos discursos de alguns dos eleitos locais, o esforço de viabilizar políticas estratégicas de concertação metropolitana torna-se, do ponto de vista representacional dos autarcas, pouco possível, quando não, política e institucionalmente, insustentável.

As redes locais de equipamentos também nos suscitam algumas interrogações quando perspectivadas segundo uma possível lógica supramunicipal. Em primeiro lugar, e observando os 9 concelhos da AMP, assistimos à diversidade de situações e de condições municipais quanto à estrutura sectorial das redes municipais dos equipamentos, às características técnicas e funcionais dos equipamentos existentes, à escala das acções e actividades desenvolvidas e ao tipo de promotores dos equipamentos culturais. Por outro lado, há ainda carências nalguns concelhos quanto à rede básica de equipamentos como os do livro e da leitura, os museus e os arquivos históricos, os auditórios e as salas de espectáculos, as escolas profissionais e artísticas.

Em segundo lugar, mantém-se a concentração de equipamentos no concelho do Porto, quer falemos no número, na diversidade tipológica, na qualidade e escala

dos serviços prestados e na área de influência dos equipamentos, quer na localização dos equipamentos de iniciativa central, de iniciativa pública municipal (museus) e privada ou mista (salas de espectáculos, galerias de arte, escolas de formação e de ensino artístico, auditórios, salas de cinema). Em contrapartida, verifica-se a centralidade do Porto quanto aos equipamentos mais especializados e inovadores e de produção artística profissional: os demais concelhos da AMP concentram, e após um investimento político e financeiro de alguns anos, conjuntos de equipamentos básicos.

Digamos, igualmente, que não há uma lógica metropolitana na rede de equipamentos culturais, no caso, de estatuto municipal. Não há práticas de compatibilização entre políticas culturais concelhias e, na maior parte dos casos, o desconhecimento dos equipamentos existentes nos concelhos vizinhos não constitui uma variável explicativa de tais posicionamentos políticos. Pelo contrário, o conhecimento recíproco quanto às dinâmicas culturais (eventos e públicos), aos equipamentos municipais e às especificidades da oferta de cada município são argumentos utilizados pelos próprios eleitos locais para fundamentarem opções e práticas políticas no investimento cultural e desportivo. Diríamos que são mais factores de bloqueio político ao desenvolvimento de parcerias conjuntas, por exemplo, uma certa competitividade política e cultural entre concelhos e lideranças, uma aspiração por uma certa legitimação social e simbólica da centralidade difusa no campo cultural local; mas também os desequilíbrios estruturais significativos quanto à escala dos equipamentos e aos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis, e o posicionamento sempre negociado das prioridades políticas e sociais dos investimentos na cultura face a outras áreas do desenvolvimento local.

Acresce ainda uma outra regularidade: são negativas as representações dos eleitos locais sobre a viabilidade global do projecto metropolitano. Contudo, dependem deste a afirmação territorial e simbólica da AMP, a concretização de uma política turística regional – com a afirmação institucional e simbólica da marca *Porto*

e Norte de Portugal – e o alargamento da amplitude da oferta cultural para níveis de expressão artística mais especializados. As cidades são os espaços culturais e turísticos privilegiados da representação e da prática política, com ofertas intraconcelhias que potenciam as sinergias económicas e sociais locais. Entre os *concelhos da orla litoral* da AMP as potencialidades da oferta de um *turismo cultural*, associado a um turismo balnear e a um turismo de negócios, são mais centrais e viáveis à escala municipal do que nos concelhos com uma *relativa interioridade territorial* e que perspectivam, para além de modalidades de turismo, como o cultural e o de negócios, outras associadas às valências naturais locais, como o turismo rural e o eco-turismo. A centralidade funcional do concelho do Porto mantém-se quanto à oferta cultural e turística, contudo com maior fluidez e transversalidade das fronteiras.

De qualquer forma, e não esquecendo as assimetrias socioeconómicas e culturais interconcelhias, parece-nos fazer todo o sentido que os actores locais, e no caso concreto, os actores políticos eleitos, ao pensarem culturalmente o concelho tenham em atenção, entre muitos outros aspectos, a coerência do espaço metropolitano ao nível dos equipamentos culturais e desportivos em rede; a concertação das políticas culturais e a organização sistémica dos equipamentos, de modo a produzir efeitos de escala que potenciem novos públicos e novas dinâmicas culturais; e, por fim, a construção de um projecto cultural metropolitano. Por outras palavras, e nalguns casos são os próprios eleitos locais que o assumem, cabe-lhes desenvolver mecanismos de aproximação entre as políticas culturais municipais, com a criação e a racionalização de equipamentos e o desenvolvimento de iniciativas e de projectos de animação cultural que consubstanciem identidades metropolitanas no exterior. O posicionamento político do órgão deliberativo e executivo da AMP torna-se, por exemplo, uma das variáveis deste processo que tipifica maiores divergências: os conflitos pessoais entre os próprios eleitos locais são constrangimentos à negociação concertada das práticas políticas culturais metropolitanas.

Acrescem a estes elementos, e entre as representações dos próprios eleitos locais e actores sociais entrevistados, as insuficiências legais do diploma sobre as áreas metropolitanas, a exiguidade dos recursos à escala metropolitana, as prioridades políticas diferenciadas entre os representantes políticos, a falta de visibilidade política e de estrutura organizacional operacional da Junta Metropolitana da AMP, ou ainda o estatuto diferenciado que a cultura e o turismo têm, e decorrente da sua própria natureza ideológica: são vectores sectoriais das políticas globais do desenvolvimento que, à luz dos discursos analisados, só se consubstanciam quando integradas nas lógicas económicas de funcionamento dos mercados e da produção de riqueza. Mas estas, diríamos, também se auto-sustentam quando em articulação ponderada com os processos culturais e turísticos, e a uma escala local e regional, tais reposicionamentos transversais adquirem maior pertinência e viabilidade, na articulação do local e do global.

A diversidade das dinâmicas culturais decorre também de um esforço metropolitano de coordenação e de cooperação políticas. À escala metropolitana, os equipamentos culturais são tanto mais instrumentos privilegiados de planificação e realização das actividades culturais quanto mais concebidos numa lógica de rede intermunicipal e metropolitana.

A pesquisa mostrou-nos, de igual forma, e numa articulação estreita com aquilo que constitui o espaço metropolitano, a nem sempre coincidente representação territorial entre os interlocutores. Os actores sociais entrevistados, particularmente os eleitos locais, integram, por vezes, outros concelhos que não os 9 que definem até 2004 a AMP, espelhando o conhecimento dos interesses e negociações políticas para a integração dos novos concelhos na GAMP e/ou uma pré-noção diferenciada do espaço de relações pendulares, de trocas efectivas e de intercâmbios simbólicos no território aqui presente. Estas preocupações analíticas, no futuro, poder-se-ão estender a outros limites territoriais e sociais da Região Norte, perspectivando-se as especificidades e similitudes das dinâmicas culturais e turísticas de outros concelhos, inclusive naquilo que alguns trabalhos recentes do

INE reposicionam como a região envolvente da AMP, nos limites norte, sul e este (INE, 2004), e que reconfiguram a legitimidade formal e social da delimitação territorial da AMP e, inclusive, da actual GAMP.

O enquadramento jurídico e formal das áreas metropolitanas suscita maiores competências aos concelhos no sentido em que exige a coordenação intermunicipal e metropolitana no apoio ao turismo e à cultura e nos equipamentos de utilização colectiva. Porém, a vontade de cooperação política e a disponibilidade de recursos financeiros alternativos para um trabalho articulado metropolitano, como ainda as prioridades políticas concelhias, tornam difícil reajustar as lógicas metropolitanas de convergência. O posicionamento dos eleitos locais entrevistados deixa transparecer mais um cepticismo político quanto aos preâmbulos legais das áreas metropolitanas. Se a inviabilidade das práticas políticas conjuntas segundo prioridades metropolitanas é questionada pelos próprios eleitos locais membros da AMP, tal leva-nos a pensar que existe contradição política entre os autarcas, já que um dos preâmbulos jurídicos prevê que os concelhos permaneçam por 5 anos enquanto membros de um espaço metropolitano.

Por outro lado, a lógica de convergência metropolitana sustenta-se a partir da estrutura policêntrica que a AMP tem, e particularmente a partir do momento em que os concelhos limítrofes ao do Porto não só assumem algumas especificidades sócio-demográficas – ganhos populacionais de residentes e por via do crescimento natural – como criam outras centralidades – urbanas, de lazeres, residenciais, de equipamentos culturais e desportivos – que os posicionam com alguma autonomia face à centralidade funcional do Porto. Neste sentido, perspectivamos os vectores da cultura e do turismo com uma relativa centralidade face à contiguidade territorial dos outros concelhos e à centralidade do Porto, e para além da configuração propriamente metropolitana, nomeadamente entre os municípios da segunda coroa da AMP. De que modo? O primeiro vector, com a criação da oferta local municipal; o segundo, com as potencialidades decorrentes dos recursos naturais locais e, a partir de finais dos anos 90, de certos eventos culturais e desportivos.

O confronto com os actores políticos e culturais locais e as diversas fontes documentais colocam-nos perante alguns dilemas metodológicos, como igualmente problemas teóricos que se nos afiguram relevantes no contexto da discussão que, de alguma maneira, a análise do nosso objecto procura desencadear. E, tendo como fio condutor que a transformação da cidade e do concelho se processa por via da produção cultural e das dinâmicas turísticas que potencia, o trabalho do sociólogo configura-se num possível duplo papel profissional – o do estudo científico dos processos sociais e o da intervenção estruturada e participada sobre essa mesma realidade social.

Desse ponto de vista, algumas questões, a propósito destas e de outras dimensões de análise do universo das políticas culturais locais, afiguram-se-nos legítimas. Por um lado, partilhamos o pressuposto seguinte: as políticas culturais fundamentam-se em exercícios sistemáticos de diagnóstico e de avaliação. Daí que, num sentido sociológico, mereça atenção científica e política a análise diacrónica da configuração política e social da oferta e da procura culturais à escala dos municípios portugueses. Nomeadamente, entre aqueles que, mesmo numa situação de não centralidade territorial – concelhos do interior do continente português – e de não centralidade cultural e turística, direccionaram, dos anos 90 em diante, e ao abrigo dos programas de financiamento do poder central e dos programas comunitários, recursos para a criação de uma oferta cultural municipal.

Outras questões se colocam, e para as quais o posicionamento de respostas é menos linear e definitivo. Por exemplo: de que modo é possível assegurar a sustentabilidade do investimento político e social na área da cultura, nas suas mais diversas manifestações, à escala local e supramunicipal? A pesquisa empírica que realizámos situou-se num momento de crise económica, internacional e nacional, que, ao nível das políticas globais e sectoriais dos concelhos, pelo menos entre alguns dos concelhos, questionou, presumimos que temporariamente, a pertinência e a viabilidade dos investimentos nas áreas da cultura e do turismo. Parece-nos que tal sustentabilidade se torna viável desde que integrando, no processo de

concepção, implementação e avaliação das políticas culturais e turísticas, as instâncias de decisão política, regionais e locais, os agentes económicos e turísticos, públicos e privados, e as instâncias técnicas de actuação. É da articulação horizontal entre, pelo menos, estes três níveis de actuação, posicionada e negociada com as redes locais do associativismo e os agentes da intermediação cultural e artística, que as lógicas municipais podem aferir as possibilidades efectivas da sustentabilidade dos seus projectos para os concelhos.

Diríamos que, sem negligenciar os contextos económicos conjunturais, constitui, no momento presente, preocupação política das autarquias da AMP discernir a estratégia mais adequada para fomentar a articulação entre a cultura e o turismo, à escala regional, potenciando sinergias locais e promovendo formas de desenvolvimento local. O que, de igual modo, nos parece pertinente nesse mesmo processo é a sensibilidade política para reenquadrar as divergências interconcelhias, imbuindo as lógicas de actuação da AMP, e dos concelhos que a compõem, de uma menor conflitualidade político-partidária e de uma maior operacionalidade jurídica, organizacional e técnica na concepção, implementação e avaliação dos projectos culturais e turísticos municipais e dos projectos metropolitanos. Exige-se ao tecido político local, a partir do momento em que se inscreve nos desenhos e nas lógicas de configuração territorial como os das áreas metropolitanas, um conjunto de reajustamentos nas suas próprias dinâmicas organizacionais e nas suas lógicas de funcionamento político. Sem desvalorizar e hierarquizar as prioridades políticas dos governos municipais face às possíveis acções num enquadramento formal metropolitano, faz sentido que reposicionemos práticas políticas. Numa lógica integrada do desenvolvimento, a endogeneidade das opções, dos processos e dos efeitos não se sustenta em sentido único: realiza-se, igualmente, na relação com a exogeneidade dos processos e dos actores políticos e económicos, culturais e turísticos.

Outras questões se colocam, *a priori* mais operacionalizáveis, e que se situam no plano da articulação entre a análise e a acção: como articular, num contexto de

exercício do poder político, as lógicas de investigação e as lógicas de intervenção, sustentando a sua pertinência mas, igualmente, viabilizando os diagnósticos dos públicos, dos contextos da oferta e dos modos de procura e de relação com os bens culturais e turísticos? Ou, em contrapartida, como conceber e implementar, nos contextos locais, sistemas de avaliação orientada, controlada e sistemática dos projectos, dos processos e dos resultados, tanto no plano da oferta como no da procura culturais? A criação de observatórios locais e regionais, a relação com os meios universitários e as instâncias técnicas do espaço metropolitano, e os intercâmbios participados entre poder político, associativismo local e regional, actores de intermediação cultural e turística, e actores económicos, são vectores de resposta plausíveis.

Estas questões adquirem tanto mais pertinência quanto mais perspectivadas segundo posicionamentos teórico-metodológicos transdisciplinares. Por outro lado, e em sintonia com as respostas cientificamente fundamentadas, são as práticas políticas que potenciam as mudanças dos cenários culturais locais. Da consonância participada e plural entre o saber investigar o cultural e o saber intervir politicamente sobre o cultural, poder-se-á, também, (re)construir a cidade enquanto território de produção e de recepção cultural e simbólica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Monografias

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira (1995) – *A investigação nas ciências sociais*. 5.^a ed. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1231-6.

AMARAL, Diogo Freitas do (1994) – *Curso de direito administrativo*. Vol. I. 2.^a ed. Coimbra: Livraria Almedina. ISBN 972-40-0795-2.

ARÍÑO, António (2000) – *Sociologia de la cultura: la reconstitución simbólica de la sociedad*. Barcelona: EditorialAriel. ISBN 84-344-1691-3.

AZEVEDO, Natália (1997) - *Práticas de recepção cultural e públicos de cinema em contextos cineclubísticos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado em Sociologia.

- (1992) - *Poder local e animação sociocultural - uma realidade de fronteira?* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de licenciatura em Sociologia.

BACHELARD, Gaston (D.L. 1996) [1975] - *O novo espírito científico*. Lisboa: Edições 70. ISBN 972-44-0915-5.

BAPTISTA, Luís Vicente; CORDEIRO, Graça (2001) – *Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-129-0.

BARDIN, Laurence (D.L 1988) [1977] – *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70.

BARRETO, António, org. (2000) – *A situação social em Portugal, 1960-1999*. Vol. 2. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ISBN 972-671-064-2.

- (1996) – *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Vol. 1. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ISBN 972-671-043-X.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas (2004) [1966] – *A construção social da realidade: um livro sobre a sociologia do conhecimento*. 2.^a ed. Lisboa: Dinalivro. ISBN 972-576-354-8.

BERICAT ALASTUEY, Eduardo (1998) – *La integración de los métodos cuantitativo y cualitativo en la investigación social: significado y medida*. Barcelona: Editorial Ariel. ISBN 84-344-1693-X.

BERTHELOT, Jean-Michel, dir. (2001) – *Épistémologie des sciences sociales*. Paris: Presses Universitaires de France. ISBN 2-13-051485-5.

- BONET, Lluís; CASTAÑER, Xavier; FONT, Josep, eds. (2001) – *Gestión de proyectos culturales: análisis de casos*. Barcelona: Editorial Ariel. ISBN 84-344-2888-1.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel (1999) – *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. 4.^a ed. Madrid: Taurus. ISBN 84-3060-269-0.
- BOURDIEU, Pierre (1989) – *O poder simbólico*. Lisboa: Difel. ISBN 972-29-0014-5.
- (1979) – *La distinction: critique social du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit. ISBN 2-7073-0275-9.
- (1972) – *Esquisse d'une théorie de la pratique: précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Genève: Librairie Droz. ISBN 2-7073-0275-9.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; CHAMBOREDON, Jean-Claude (1973) – *Le métier de sociologue: préalables épistémologiques*. 2.^a ed. Paris: Mouton.
- BOUTIN, Gérald; GOYETTE, Gabriel; LESSARD-HÉBERT, Michelle (D.L. 1994) [1990] - *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 972-92-95-75-1.
- BURGESS, Robert G. (1997) [1984] – *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-43-5.
- BURTON, Dawn, ed. (2000) – *Research training for social scientists: a handbook for postgraduate researchers*. London: Sage Publications. ISBN 0-7619-6351-0.
- CABRAL, Manuel Villaverde; PAIS, José Machado, coords. (1998) - *Jovens portugueses de hoje: resultados do inquérito de 1997*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-004-9.
- CARDOSO, Abílio (1996) – *Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento*. Porto: Ed. Afrontamento. ISBN 972-36-0412-4.
- CASTELLS, Manuel; IPOLA, Emílio (imp. 1982) [1973] – *Prática epistemológica e ciências sociais*. 4.^a ed. Porto: Ed. Afrontamento.
- CEA D'ANCONA, Maria Ángel (1999) – *Metodología cuantitativa: estrategias y técnicas de investigación social*. 2.^a reimp. Madrid: Editorial Síntesis. ISBN 84-7738-420-7.
- CLICHE, Danielle; MITCHELL, Ritva; WIESAND, Andreas, orgs. (2002) – *Creative Europe: on governance and management of artistic creativity in Europe*. Bonn: European research Institute for Comparative Cultural Policy and the Arts. ISBN 3-930395-59-2.
- CONSEIL DE L'EUROPE (1998) – *La culture au cœur : contribution au débat sur la culture et le développement en Europe*. Strasbourg: Conseil de l'Europe. ISBN 92-871-3335-2.

COSTA, António Firmino da (1999) – *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-025-1.

COSTA, António Firmino da; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coords. (1999) – *Impactos culturais da Expo'98*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-08-4.

COSTA, J. Almeida; MELO, A. Sampaio e (1999) – *Dicionário da língua portuguesa*. 8.^a ed. rev. e act. Porto: Porto Editora. ISBN 972-0-05001-2.

COSTA, Manuel da Silva e; NEVES, José Pinheiro, coords. (1993) – *Autarquias locais e desenvolvimento: actas do colóquio realizado em Braga, em Novembro de 1991*. Porto: Ed. Afrontamento. ISBN 972-36-0300-4.

CRESWELL, John W. (1994) – *Research design: qualitative & quantitative approaches*. Thousand Oaks [etc.]: Sage Publications. ISBN 0-8039-5255-4.

D'ANGELO, Mario; VESPÉRINI, Paul (1998) – *Cultural policies in Europe: a comparative approach*. Strasbourg: Council of Europe Publishing. ISBN 92-871-3391-3.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S., eds. (1998) – *Collecting and interpreting qualitative materials*. Thousand Oaks [etc.]: Sage Publications. ISBN 0-7619-1434-X.

DURAND, Jean-Pierre; WEIL, Robert, dirs. (1997) – *Sociologie contemporaine*. 2.^a ed. Paris: Vigot. ISBN 2-7114-1998-3.

ELIAS, Norbert (2004) [1939] – *A sociedade dos indivíduos: a questão cardeal da sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 972-20-2703-4.

ENCONTRO PÚBLICOS DA CULTURA, Lisboa, 24 e 25 de Novembro de 2003 (2004) – *Os públicos da cultura: actas*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-27-0.

ENCONTRO O ESTADO DAS ARTES, AS ARTES E O ESTADO, Lisboa, 19, 20 e 21 de Abril de 2001 (2002) – *O estado das artes e as artes e o Estado: actas*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-24-6.

ENCONTRO DE VILA DO CONDE, Vila do Conde, 1 a 3 de Abril de 1993 (1994) – *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local: actas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. ISBN 972-95945-0-3.

FERNANDES, António Teixeira (1999) – *Para uma sociologia da cultura*. Porto: Campo das Letras. ISBN 972-610-151-4.

FERNANDES, António Teixeira; Esteves, António Joaquim; DIAS, Isabel; LOPES, João Teixeira; MENDES, Maria Manuela; AZEVEDO, Natália (1998) - *Práticas e aspirações culturais: os estudantes da cidade do Porto*. Porto: Ed. Afrontamento e Câmara Municipal do Porto. ISBN 972-36-0484-1.

FERRÉOL, Gilles (2000) - *La dissertation sociologique*. Paris: Armand Colin/HER. ISBN 2-200-25104-1.

FORTUNA, Carlos; SILVA, Augusto Santos, orgs. (2002) - *Projecto e circunstância: Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Ed. Afrontamento. ISBN 972-36-0575-9.

GARFINKEL, Harold (1967) - *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice-Hall.

GASPAR, Jorge, coord. (1987) - *Práticas culturais dos portugueses*. Lisboa: Direcção Geral de Acção Cultural/Centro de Estudos Geográficos.

GEERTZ, Clifford (1973) [cop. 1973] - *A interpretação das culturas*. São Paulo: Zahar Editores.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin (1993) [1985] - *O inquérito, teoria e prática*. 2.^a ed. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-13-3.

GIDDENS, Anthony (D.L. 1996) [1993] - *Novas regras do método sociológico*. 2.^a ed. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-465-7.

- (reimp. 1985) - *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press. ISBN 0-7456-0006-9.

- (1979) - *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis*. London: MacMillan. ISBN 0-333-27293-5.

GOFFMAN, Erving (1993) [1959] - *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água. ISBN 972-708-205-X.

GOLDMANN, Lucien (1976) [1971] - *A criação cultural na sociedade moderna: para uma sociologia da totalidade*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Presença.

GUASCH, Óscar (1997) - *Observación participante*. Madrid: Cuadernos de Investigaciones Sociales. ISBN 84-7476-240-5.

GUERRA, Isabel Carvalho (2002) - *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: o planeamento em ciências sociais*. 2.^a ed. rev. e aum. Cascais: Principia. ISBN 972-8500-85-8.

HALL, Edward T. (D.L. 1986) [1966] - *A dimensão oculta*. Lisboa: Relógio D'Água. ISBN 972-708-123-1.

ÍNIGUEZ RUEDA, Lupicinio, ed. (2003) – *Análisis del discurso: manual para las ciencias sociales*. Barcelona: Editorial UOC. ISBN 84-9788-000-5.

KAUFMANN, Jean-Claude (2006) [1996] – *L'entretien compréhensif*. Paris: Armand Colin. ISBN 2-200-34619-0.

KUHN, Thomas (2000) [1962] – *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva. ISBN 85-273-0111-3.

KVALE, Steinar (1996) – *An introduction to qualitative research interviewing*. Thousand Oaks [etc.]: Sage Publications. ISBN 0-8039-5820-X.

LATIESA RODRÍGUEZ, Margarita; ALVAREZ SOUSA, Antón, eds. (2000) - *El turismo en la sociedad contemporánea: diversificación, competitividad y desarrollo*. Madrid: José Carlos Urbano Delgado. ISBN 84-87662-17-X.

LOPES, João Teixeira (2000) - *A cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Ed. Afrontamento e Câmara Municipal do Porto. ISBN 972-36-0529-5.

LOPES, Raul (2001) – *Competitividade, inovação e territórios*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-101-0.

LÓPEZ DE AGUILETA, Iñaki (2000) - *Cultura y ciudad: manual de política cultural municipal*. Gijón: Ediciones Trea. ISBN 84-95178-59-1.

MATEUS, Augusto; BRITO, J.M. Brandão de; MARTINS, Victor (1995) – *Portugal XXI – cenários de desenvolvimento*. Venda Nova: Bertrand Editora. ISBN 972-25-0907-1.

MAUSS, Marcel (imp. 1988) [1923-1924] – *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Ed. 70.

MCMICHAEL, Philip (1996) – *Development and social change: a global perspective*. Thousand Oaks: Pine Forge Press. ISBN: 0-8039-9066-9.

MELO, Alexandre (2002) – *Globalização cultural*. Lisboa: Quimera. ISBN 972-589-077-9.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael (1994) – *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. Thousand Oaks [etc.]: Sage Publications. ISBN 0-8039-5540-5.

MILLS, Charles Wright (1982) [1959] – *A imaginação sociológica*. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MOREIRA, Carlos Diogo; BALTAZAR, Maria Saudade; RITA, José Palma, coords. (1999) – *A Biblioteca Pública de Beja como espaço de interações*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-04-1.

NAZARETH, Joaquim Manuel (1988) – *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.

NEVES, José Soares; SANTOS, Jorge Alves dos (2000) – *Despesas dos municípios com a cultura*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-11-4.

NEVES, Maria José L. Castanheira (2004) – *Governo e administração local*. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN 972-32-1248-X.

NUNES, Adérito Sedas (D.L. 1984) – *Sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais*. 7.^a ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, César, dir. (1996) – *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Temas e Debates. ISBN 972-759-071-3.

ORTEGA, Enrique, coord. (2003) – *Investigación y estrategias turísticas*. Madrid: Paraninfo/Thomson Editores Spain. ISBN 84-9732-246-0.

PAIS, José Machado, coord. (1995) – *Inquérito aos artistas jovens portugueses*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

PAIS, José Machado [et al.] (1994) - *Práticas culturais dos lisboetas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

PERETZ, Henri (2000) [1998] – *Métodos em sociologia: a observação*. Lisboa: Temas e Debates. ISBN 972-759-216-3.

PIETERSE, Jan Nederveen (2001) – *Development theory: deconstructions/reconstructions*. London [etc.]: Sage Publications. ISBN 0-7619-5292-6.

RAGIN, Charles C. (1994) - *Constructing social research: the unity and diversity of method*. Thousand Oaks [etc.]: Sage Publications. ISBN 0-8039-9021-9.

RITZER, George (D.L. 2001) – *Teoria sociológica clássica*. 3.^a ed. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de España. ISBN 84-481-3185-1.

ROJEK; Chris; URRY, John, eds. (2002) – *Touring cultures: transformations of travel and theory*. London: Routledge. ISBN 0-415-11125-0.

ROSSI, Peter H.; FREEMAN, Howard E.; LIPSEY, Mark W. (1999) – *Evaluation: a systematic approach*. 6.^a ed. Thousand Oaks [etc.]: Sage Publications. ISBN 0-7619-0893-5.

RUBIO GIL, Ángeles, coord. (2003) – *Sociologia del turismo*. Madrid: Editorial Ariel. ISBN 84-344-3635-3.

SANTOS, Boaventura de Sousa, org. (2002) – *Globalização: fatalidade ou utopia?* 2.^a ed. Porto: Ed. Afrontamento. ISBN 972-36-0569-4.

- (1998) – *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 5.^a ed. Porto: Ed. Afrontamento. ISBN 972-36-0207-5.

- (1994) – *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3.^a ed. Porto: Ed. Afrontamento. ISBN 972-36-0330-6.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. (2005) – *O panorama museológico em Portugal [2000-2003]*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-29-7.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. (D.L. 2004) - *Políticas culturais e descentralização: impactos do programa Difusão das Artes do Espectáculo*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-28-9.

- coord. (D.L. 2002) – *Públicos do Porto 2001*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-25-4.

- coord. (1998) - *As políticas culturais em Portugal: relatório nacional*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-02-5.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos; MELO, Alexandre, coords. (2001) – *Galerias de arte em Lisboa*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-18-1.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos; NUNES, João Sedas, coords. (2001) - *Públicos do Teatro S. João*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-23-8.

SCHMIDT, Luísa (1993) – *A procura e oferta cultural e os jovens*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude.

SILVA, Augusto Santos (1994) – *Entre a razão e o sentido. Durkheim, Weber e a teoria das ciências sociais*. 2.^a ed. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0184-2.

SILVA, Augusto Santos [et al.] (2000) - *Públicos para a cultura, na cidade do Porto*. Porto: Edições Afrontamento/Câmara Municipal do Porto. ISBN 972-36-0536-8.

SILVA, Augusto Santos; SANTOS, Helena (1995) - *Prática e representação das culturas: um inquérito na Área Metropolitana do Porto*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais. ISBN 972-9419-16-7.

SILVA, Augusto Santos [et al.] (1988) – *Atitudes, valores culturais e desenvolvimento*. Lisboa: SEDES.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira, orgs. (1987) – *Metodologia das ciências sociais*. 2.^a ed. Porto: Edições Afrontamento.

RAMOS TORRE, Ramón; GARCIA SELGAS, Fernando, eds. (1999) – *Globalización, riesgo, reflexividad: tres temas de la teoría social contemporánea*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas. ISBN 84-7476-274-X.

TORRES, Carlos (2001) – *Turismo: legislação fundamental*. Lisboa: Confederação do Turismo Português. ISBN: 972-9495-83-1.

VALLES, Miguel S. (2002) – *Entrevistas cualitativas*. Madrid: Editorial Síntesis. ISBN 84-7476-342-8.

- (1999) – *Técnicas cualitativas de investigación social: reflexión metodológica y práctica profesional*. Madrid: Centro de Investigaciones Social. ISBN 84-7738-449-5.

VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino da, orgs. (1998) – *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-90-7.

VIEIRA, Maria Amândia (1998) – *Cidade de Gondomar: dinâmicas recentes*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado em Geografia.

YÚDICE, George (2002) - *El recurso de la cultura*. Barcelona: Gedisa Editorial. ISBN 84-7432-968-X.

Artigos e contribuições em monografias

ALMADA, João Vaz de (2003a) - Regresso ao passado: Espinho, a democrática. *Única: Revista do Expresso*. (12 Jul. 2003) 66-68.

- (2003b) - Regresso ao passado: retiro de aristocratas. *Única: Revista do Expresso*. (5 Jul. 2003) 66-68.

- (2003c) - Regresso ao passado: fora de portas. *Única: Revista do Expresso*. (28 Jun. 2003) 88-90.

- (2003d) - Regresso ao passado: a mais concorrida praia do Norte. *Única: Revista do Expresso*. (21 Jun. 2003) 82-84.

AZEVEDO, Natália (2004) - Políticas culturais na Área Metropolitana do Porto: dos equipamentos locais à formação dos públicos da cultura. In ENCONTRO PÚBLICOS DA CULTURA, Lisboa, 24 e 25 de Novembro de 2003 - *Os públicos da cultura: actas*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. ISBN 972-8488-27-0. p. 211-222.

- (2003) - Políticas culturais à escala metropolitana: notas de uma pesquisa sobre a Área Metropolitana do Porto. *Revista da Faculdade de Letras - Sociologia*. ISSN 0872-3419. 13 (2003) 201-210.

- (2000) - Públicos de cineclube: perfis sociográficos e modos de estar no cineclube. *Cadernos de Ciências Sociais*. ISSN 0871-0945. 19/20 (2000) 169-198.

- (1997) - Práticas de recepção cultural e públicos de cinema em contextos cineclubísticos. *Revista da Faculdade de Letras - Sociologia*. ISSN 0872-3419. 7 (1997) 129-196.

CALADO, Maria (1998) – O turismo como valorização do património cultural. *Correio do Turismo*. ISSN 0874-291X. 1 (1998) 9-12.

CAVACO, Carminda (1998) – Turismo(s) de ontem e de amanhã. *Economia e Prospectiva: Turismo uma actividade estratégica*. ISSN 0873-6227. 1: 4 (Jan./Mar. 1998) 61-78.

CONCEIÇÃO, Cristina Palma (1998) – Promoção turística e (re)construção social da realidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*. ISSN 0873-6529. 28 (1998) 67-89.

CONDE, Idalina (1997) - Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995). *Sociologia, Problemas e Práticas*. ISSN 0873-6529. 23 (1997) 117-188.

COSTA, António Firmino da (2004) – Será a sociologia profissionalizável? In GONÇALVES, Carlos; RODRIGUES, Eduardo; AZEVEDO, Natália, coords. – *Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação*. Porto: FLUP/Departamento de Sociologia. ISBN 972-9350-86-8. p. 35-58.

- (1997) - Políticas culturais: conceitos e perspectivas. *OBS*. ISSN 0873-8831. 2 (Out. 1997) 10-14.

COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís (1998) – Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social. In VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino da, orgs. – *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-90-7. p. 17-44.

COSTA, Francisco Barbosa da (1985) – Contributo do município no desenvolvimento cultural da comunidade. *Vallis Longus*. 1 (1985) 43-47.

CRAVIDÃO, Fernanda (1998) - Turismo, sustentabilidade e cultura. *Estudos Autárquicos*. ISSN 0872-4555. VI: 10 e 11 (1998) 59-72.

DELFIM, Luís; TERRASECA, Rui (1998) – O Norte de Portugal turístico: 1991-1995. *Estatísticas & Estudos Regionais – Região Norte*. ISSN 0872-5365. 16 (Jan./Abr. 1998) 19-34.

ESTANQUE, Elísio (1998) – A observação participante na fábrica – notas sobre uma experiência. In ESTEVES, António; AZEVEDO, José, eds. - *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 63-94.

ESTEVES, António Joaquim; AZEVEDO, Natália (2002) - Escolarização e (des)inserção social: acessos e insucessos escolares. In FERNANDES, António Teixeira, coord. - *A inserção social: percursos e desvios de um processo*. Porto: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e Comissão de Coordenação da Região do Norte. ISBN 972-734-244-2. p. 181-215.

FERNANDES, Carlos de Oliveira; SOUSA, Lúcia (1999) – Marketing de turismo cultural no Alto-Minho. *Dos Algarves*. ISSN 0873-7343. 4 (1999) 37-39.

FERNANDES, José Gomes (1985) – O desenvolvimento urbanístico das Áreas Metropolitanas – o caso de Valongo. *Vallis Longus*. 1 (1985) 37-41.

FERRÃO, João (2002) – As regiões metropolitanas como comunidades imaginadas: da experiência quotidiana à acção estratégica. In HENRIQUES, José Manuel [et al.] - *Porto d' Ideias: a cidade em debate*. Porto: Agência de Modernização do Porto. ISBN 972-81157-80-0. p. 39-42.

FERREIRA, José Maria Cabral (1998) – O pelouro da cultura nas câmaras da Região do Norte: oito notas conclusivas dum inquérito por questionário. *Estatísticas & Estudos Regionais – Região Norte*. ISSN 0872-5365. 18 (Set./Dez. 1998) 7-16.

FORTUNA, Carlos; FERREIRA, Claudino; ABREU, Paula (1998-1999) - Espaço público urbano e cultura em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. ISSN 0254-1106. 52/53 (1998-1999) 85-117.

FORTUNA, Carlos; FERREIRA, Claudino (1996) – O turismo, o turista e a (pós) modernidade. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*. 80 (Out. 1996) 1-17.

GOMES, Rui Telmo (2001) - Práticas culturais dos portugueses (1): actividades de lazer. *Folha OBS*. 2 (Abr. 2001) 1-12.

GUICHARD, François (1994) – Século XX. In RAMOS, Luís A. Oliveira, dir – *História do Porto*. Porto: Porto Editora. ISBN 972-0-06276-2. p. 522-637.

ÍNIGUEZ RUEDA, Lupicinio; ANTAKI, Charles (1998) – Análisis del discurso. In ESTEVES, António; AZEVEDO, José, eds. - *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 133-155.

JOAQUIM, Graça (1997) – Da identidade à sustentabilidade ou a emergência do “turismo responsável”. *Sociologia, Problemas e Práticas*. ISSN 0873-6529. 23 (1997) 71-100.

LEBRE, Ana Maria Guedes; CASTAÑER, Margarita, coords. (1998) – Dossier: Territórios do lazer e do turismo. *Sociedade e Território*. ISSN 0873-6308. 28 (Ago. 1998) 9-109.

MALTA, Paula Alexandra (2000) – Das relações entre tempo livre, lazer e turismo. *Cadernos do Noroeste. Série Sociologia. Sociedade e Cultura 1*. ISSN 0870-9874. 13: 1 (2000) 219-239.

MOZZICAFREDDO, Juan; GUERRA, Isabel; FERNANDES, Margarida; QUINTELA, João (1990) – O grau zero do poder local. In CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, I, 1988 – *A sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século: actas do I Congresso Português de Sociologia realizado em Lisboa em Janeiro de 1988*. Lisboa: Editorial Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia. ISBN 972-664-045-8. p. 613-625.

NÉGRIER, Emmanuel (2004) – Politiques culturelles territoriales: dernier inventaire avant décentralisation? *OBS*. ISSN 0873-8831. 13 (Jul. 2004) 3-15.

NEVES, José Soares (2001) – Práticas culturais dos portugueses (2): espectáculos ao vivo. *Folha OBS*. 3 (Jun. 2001) 1-8.

PEIXOTO, Paulo (2003) – Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. *Revista da Faculdade de Letras - Sociologia*. ISSN 0872-3419. 13 (2003) 211-226.

PINTO, José Madureira (1994) - Uma reflexão sobre políticas culturais. In ENCONTRO DE VILA DO CONDE, Vila do Conde, 1993 (1994) - *Dinâmicas culturais*,

cidadania e desenvolvimento local: actas. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. ISBN 972- 95945-0-3. p. 767-792.

- (1985) – Questões de metodologia sociológica III. *Cadernos de Ciências Sociais*. 3 (Jun. 1985) 133-156.

- (1984a) – Questões de metodologia sociológica II. *Cadernos de Ciências Sociais*. 2 (Dez. 1984) 113-140.

- (1984b) – Questões de metodologia sociológica I. *Cadernos de Ciências Sociais*. 1 (Jun. 1984) 5-42.

PIRES, Artur Rosa (1999) – Dossier: Planeamento – do ensino à prática. *Sociedade e Território*. ISSN 0873-6308. 29 (Jul. 1999) 15-96.

PORTELA, José (1985) - Observação participante (reflexão sobre uma experiência). *Cadernos de Ciências Sociais*. 3 (Jun. 1985) 157-176.

PORTO. Área Metropolitana (2007) – Ieditorial. In *Iporto: 01. Área Metropolitana. Agenda cultural Jan-Mar'07*. Porto: AMP. p. 3.

RUIVO, Fernando; FRANCISCO, Daniel (1998-1999) - O poder local entre centro e periferias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. ISSN 0254-1106. 52/53 (1998-1999) 281-306.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1991) – Políticas culturais e juventude. *Análise Social*. ISSN 0003-2573. XXVI: 114 (1991) 991-1009.

- (1988) - Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas). *Análise Social*. ISSN 0003-2573. XXIV: 101-102 (1988) 689-702.

SILVA, Augusto Santos (2003) - Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa. *OBS*. ISSN 0873-8831. 12 (Jul. 2003) 10-20.

- (1997) - Cultura: das obrigações do Estado à participação da sociedade civil. *Sociologia, Problemas e Práticas*. ISSN 0873-6529. 23 (1997) 37-48.

SILVA, Maria Madalena de Cagical e (1986) - Rendas de bilros. *Terras da Nossa Terra*. Ano 22 (Maio 1986) 43-45.

VALA, Jorge (1987) – A análise de conteúdo. In SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira, orgs. – *Metodologia das ciências sociais*. 2.^a ed. Porto: Edições Afrontamento. p. 100-128.

Documentos estatísticos, relatórios científicos e técnicos e monografias concelhias

AZEVEDO, Rui; MEIRELES, Rodrigo (1993) – *Estudo sócio-económico da Área Metropolitana do Porto. Relatório temático: modelo institucional*. [S.l.]: Planum, CEAUCP, INESC e Quartenaire Portugal. Texto policopiado.

BABO, Maria Elisa Pérez (1993) – *Estudo sócio-económico da Área Metropolitana do Porto. Relatório Temático: equipamentos e políticas culturais*. [S/L]: Planum, CEAUCP, INESC, Quartenaire Portugal. Texto policopiado.

CAMACHO, Clara Frayão; FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia; MONTEIRO, Joana Sousa (D.L. 2001) – *Rede portuguesa de museus: linhas programáticas*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus. ISBN 972-776-090-2.

Criar Cultura. Newsletter do Programa Operacional da Cultura. 1 (Jun. 2002)-3(Jun. 2003).

DACOSTA, Luísa (1990) – *Morrer a ocidente: crónicas*. Porto: Figueirinhas.

Estatísticas & Estudos Regionais – Região Norte. 19 (Jan./Abr. 1999). ISSN 0872-5365. Número temático: Área Metropolitana do Porto.

Estatísticas & Estudos Regionais – Região Norte. 14 (Maio/Ago. 1997). ISSN 0872-5365. Número temático: Área Metropolitana do Porto.

Estatísticas & Estudos Regionais – Região Norte. 10 (Jan./Abr. 1996). ISSN 0872-5365. Número temático: Área Metropolitana do Porto.

FIGUEIREDO, António Manuel [et al.] (1993) – *Estudo sócio-económico da Área Metropolitana do Porto. Relatório temático: modelo territorial*. [S.l.]: Planum, CEAUCP, INESC e Quartenaire Portugal. Texto policopiado.

FREITAS, Eugénio de Andrea Cunha (2001) - *Vila do Conde: 2. História e património*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde. ISBN 972-9453-53-5.

GAIO, Carlos Morais (1999) – *A génese de Espinho: histórias e postais*. Porto: Campo das Letras. ISBN 972-610-235-9.

GOMES, Paulino, coord. (D.L. 1998) - *Póvoa de Varzim: um pé na terra, outro no mar...* 2.ª ed. Paços de Ferreira: Anégia Editores. ISBN 972-826-16-2.

- (1997) - *Vila do Conde: espalhada entre pinhais, rio e mar*. Paços de Ferreira: Anégia Editores.

- (D.L. 1997) – *Maia – Terra do Lidador*. 2.ª ed. Paços de Ferreira: Anégia Editores. ISBN 972-8266-10-3.

GONDOMAR. Câmara Municipal (D.L. 1997) – *Gondomar*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar.

GRAÇA, António dos Santos (1992) – *O poveiro: usos, costumes, tradições e lendas*. 3.^a ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 972-20-1022-0.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (1988) - *ISO Handbook: documentation and information*. 3.^a ed. Génève: ISO. ISBN 92-67-10144-7.

MARQUES, José Augusto Maia (2002) – *Cadernos do Mosteiro. Para a história da cultura popular na Terra da Maia - I*. Maia: Centro de Estudos de História Cultural Luís de Magalhães/Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia. ISBN 972-8315-26-6.

- (2001) – *Maia: páginas de memória*. Maia: Centro de Estudos de História Cultural Luís de Magalhães/Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia. ISBN 972-8315-11-2.

MATOSINHOS. Câmara Municipal (cop. 2001) - *Conhecer Matosinhos* [CD-ROM]. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos/Turismo de Matosinhos.

NP 405-4. (2002), Informação e documentação - *Referências bibliográficas. Parte 4: documentos electrónicos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade.

NP 405-2. (1998), Informação e documentação - *Referências bibliográficas: materiais não livro*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade.

NP 405-1. (1995), Informação e documentação - *Referências bibliográficas: documentos impressos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade.

OLIVEIRA, Camilo de (1983) – *O concelho de Gondomar: apontamentos monográficos*. 2.^a ed. Porto: Tipografia Gráficos Reunidos.

PACHECO, Helder, coord. (1992) – *Porto: do nome Portugal*. Porto: Lema – Cultura e Divulgação Regional. ISBN 972-95288-7-X.

PÁGINAS VERDES, coord. (D.L. 1990) – *Vila do Conde*. Porto: Páginas Verdes – Edições e Publicidade Escrita, Lda.

PALLA, Maria João (1984) – *Levantamento e análise de redes de equipamentos*. Lisboa: Instituto de Análise de Conjuntura e Estudos de Planeamento.

PORTO. Câmara Municipal. Pelouro do Fomento Desportivo (2001) – *Carta desportiva municipal*. Porto: CMP/Pelouro do Fomento Desportivo.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (2006a) - *Estimativas provisórias de população residente intercensitárias - Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios 2005* [Em linha].

Porto: INE/DRN. [Consult. Mar./Abr. 2007]. ISBN 972-673-891-1. Disponível em <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/public.asp>.

- (2006b) – *Dinâmica do turismo na Grande Área Metropolitana do Porto 1994-2004* [Em linha]. Porto: INE/DRN. [Consult. Mar./Abr. 2007]. Disponível em <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/public.asp>.

- (2006c) – *Retrato territorial de Portugal 2005* [Em linha]. Porto: INE/DRN. [Consult. Mar./Abr. 2007]. Disponível em <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/public.asp>.

PORTUGAL. Tribunal de Contas (2006d) - *Auditoria à Grande Área Metropolitana do Porto. Exercícios de 2003/2004. Relatório de auditoria n.º 05/06* [Em linha]. Lisboa: TC. [Consult. 07 Abr. 2007]. Disponível em https://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2006/audit-dgtc-rel005-2006-2s.pdf.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local. Direcção-Geral das Autarquias Locais (2006e) – *Administração local em números 2005* [Em linha]. Lisboa: DGAL. [Consult. 9 Abr. 2007]. ISBN 972-9289-90-5. Disponível em <http://www.dgaa.pt/aln2005/livro.pdf>.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística; UMIC, coords. (2006f) – *A sociedade da informação em Portugal 2006* [Em linha]. Lisboa: UMIC, IP e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. [Consult. 14 Abr. 2007]. ISBN 89-20-0477-9. Disponível em www.ine.pt/prodserv/quadros/public.asp.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (2006g) – *Anuário Estatístico da Região Norte 2005* [Em linha]. Lisboa: INE. [Consult. Mar. 2007]. ISBN 972-673-875-X. Disponível em <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/public.asp>.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (2006h) – *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões)* [Em linha]. Lisboa: INE. [Consult. Mar. 2007]. Disponível em <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/public.asp>.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (2006i) – *Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001* [Em linha]. Lisboa: INE. [Consult. Mar. 2007]. Disponível em <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/public.asp>.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (2004) – *Retrato da Área Metropolitana do Porto* [Em linha]. Porto: INE/DRN. [Consult. Mar./Abr. 2007]. ISBN 972-673-716-8. Disponível em <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/public.asp>.

PORTUGAL. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Secretaria de Estado da Administração Local. Direcção-Geral das Autarquias Locais (2002a) – *Administração local em número: 2001*. Lisboa: DGAL. ISBN 972-9289-74-3.

PORTUGAL. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Comissão de Coordenação das Regiões de Lisboa e Vale do Tejo (2002b) – *Estudo de avaliação das redes de equipamentos colectivos no Oeste e Vale do Tejo: relatório de caracterização e diagnóstico*. Lisboa: CCRLVT. ISBN 972-9163-78-2.

PORTUGAL. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Secretaria de Estado do Ordenamento do Território. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2002c) – *Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos*. Lisboa: DGOTDU. ISBN 972-8569-26-2.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (2002d) – *Carta de equipamentos e serviços de apoio à população da Região Norte* [Em linha]. Porto: INE-DRN. [Consult. Mar./Abr. 2007]. Disponível em <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/public.asp>.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (2001) – *Inquérito à ocupação do tempo 1999: principais resultados*. Lisboa: INE. ISBN 972-673-507-6.

PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano; Instituto Nacional de Estatística (1999a) – *Indicadores urbanos do continente*. Lisboa: DGOTDU/INE. ISBN 972-673-343-X.

PORTUGAL. Ministério do Planeamento. Comissão de Coordenação da Região do Norte (1999b) – *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*. Porto: CCRN. ISBN 972-734-233-7.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (1998a) – *Inventário Municipal. Equipamentos, serviços e produtos. Região Norte*. Porto: INE-DRN. ISBN 972-673-356-1.

PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano; Instituto Nacional de Estatística (1998b) – *Tipologia das áreas urbanas*. Lisboa: DGOTDU/INE.

PORTUGAL. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Comissão de Coordenação da Região do Norte (1998c) – *Plano nacional de desenvolvimento económico-social 2000-2006. Diagnóstico prospectivo da Região do Norte: versão provisória*. Porto: CCRN. ISBN 972-734-207-8.

PORTUGAL. Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território. Comissão de Coordenação da Região do Norte (1992) – *O plano director municipal e as redes de equipamentos*. Porto: CCRN/DROT.

- (1991) – *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte*. Porto: CCRN.

PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (1990) – *Normas para a programação de equipamentos colectivos*. Vol. III [Cultura e Recreio, Desporto, Espaços Verdes]. Lisboa: GEPAT.

QUINTA, João (1999) – *Espinho*. Espinho: Ed. autor. ISBN 972-98134-0-X.

REIS, A. do Carmo (2000) - *Nova história de Vila do Conde*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde. ISBN 972-9453-49-7.

SANTOS, Leonel Duarte dos; AMARAL, Luís Alfredo do (2003a) – *Qualidade da presença na internet das câmaras municipais – Ranking Gávea/interface 2002*. Lisboa: Gávea - Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade da Informação da Universidade do Minho e Cadernos *Inter.face* do Grupo Algébrica. ISBN: 972-98921-1-3-X.

- (2003b) – *O e-governement local em Portugal: estudo da presença das câmaras municipais portuguesas na internet em 2002*. Lisboa: Gávea - Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade da Informação da Universidade do Minho e Cadernos *Inter.face* do Grupo Algébrica. ISBN: 972-98921-1-3. Também disponível em formato electrónico em <http://www.dsi.uminho.pt/gavea>.

- (2000) - *A presença das câmaras municipais portuguesas na Internet*. Lisboa: Grupo Algébrica/Gávea - Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade da Informação da Universidade do Minho. Também disponível em formato electrónico em <http://www.dsi.uminho.pt/gavea>.

SARAMAGO, António, coord. (2002) – *Bugiada Valongo*. [S.l.]: Elo Editores. ISBN 972-9181-97-7.

SILVA, João da; GOMES, Catarina; COSTA, José (2001) - *Valongo: um salto para a modernidade...* Paços de Ferreira: Anégia Editores. ISBN 972-8266-29-4.

- (D.L. 1999) - *Vila Nova de Gaia: a outra margem do Douro*. 2.^a ed. Paços de Ferreira: Anégia Editores. ISBN 972- 8266-22-7.

VALA, Jorge; TORRES, Anália; RAMOS, Alice (2007) – *Atitudes sociais dos portugueses. European Social Survey 2004* [CD-ROM]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Documentos legislativos e judiciais

DECRETO-LEI n.º 92/2007 de 29 de Março. *D.R. Série I* [Em linha]. 63 (29 Mar. 2007) 1912-1913. [Consult. 18 Jul. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/.19121913.PDF>. Aprova a orgânica da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas.

DECRETO-LEI n.º 208/2006 de 27 de Outubro. *D.R. Série I* [Em linha]. 208 (27 Out. 2006) 7483-7492. [Consult. 18 Jul. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/.74837492.PDF>. Aprova a lei orgânica do Ministério da Economia e da Inovação.

DECRETO-LEI n.º 310/2003 de 10 de Dezembro. *D.R. Série I-A* [Em linha]. 284 (12 Dez. 2003) 8339-8377. [Consult. 18 Jul. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/.83398377.PDF>. Altera pela segunda vez o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

DECRETO-LEI n.º 244/2002 de 5 de Novembro. *D.R. Série I-A* [Em linha]. 255 (5 Nov. 2002) 7101-7103. [Consult. 08 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2002/11/255A00/71017103.PDF>. Altera os artigos 1.º e 3.º do decreto-lei n.º 46/89 de 15 de Fevereiro.

DECRETO-LEI n.º 380/99 de 22 de Setembro. *D.R. Série I-A* [Em linha]. 222 (22 Set. 1999) 6590-6622. [Consult. 18 Jul. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/.65906622.PDF>. Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

DECRETO-LEI n.º 317/97 de 25 de Novembro. *D.R. Série I-A* [Em linha]. 273 (25 Nov. 1997) 6356-6361. [Consult. 08 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/gratis/diplomas/diplomas1s-lista.asp>. Estabelece o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público.

DECRETO-LEI n.º 41/95 (Rectificações) de 21 de Fevereiro. *D.R. Série I-A*. 44 (21 Fev. 1995) 1038-1039. Revoga o artigo 5.º do decreto-lei 274/88 de 3 de Agosto.

DECRETO-LEI n.º 287/91 de 9 de Agosto. *D.R. Série I-A* [Em linha]. 182 (9 Ago. 1991) 4015-4023. [Consult. 18 Jul. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/.40154023.PDF>. Estabelece o novo regime jurídico das Regiões de Turismo.

DECRETO-LEI n.º 69/90 de 2 de Março. *D.R. Série I* [Em linha]. 51 (2 Mar. 1990) 888-887. [Consult. 18 Jul. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/08800887.PDF>. Disciplina o regime jurídico dos planos municipais de ordenamento do território.

DECRETO-LEI n.º 46/89 de 15 de Fevereiro. *D.R. I Série* [Em linha]. 38 (15 Fev. 1989) 590-594. [Consult. 08 Abr. 2007]. Disponível em

<http://dre.pt/pdf1sdip/1989/02/03800/05900594.PDF>. Estabelece as matrizes de delimitação geográfica da Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos.

DECRETO-LEI n.º 422/89 (Rectificações) de 2 de Dezembro. *D.R. Série I*. 277 (2 Dez. 1989) 5244-5266. Reformula a lei do jogo.

DECRETO-LEI n.º 274/88 (Rectificações) de 3 de Agosto. *D.R. Série I*. 178 (3 Ago. 1988) 3205. Estabelece os requisitos especiais para a adjudicação das concessões para exploração de jogos de fortuna ou azar nas zonas de Espinho e da Póvoa de Varzim.

DECRETO-LEI n.º 111/87 de 11 de Março. *D.R. Série I* [Em linha]. 58 (11 Mar. 1987) 999. [Consult. 08 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/gratis/diplomas/diplomas1s-lista.asp>. Criação da Rede de Leitura Pública.

DECRETO-LEI n.º 100/84 de 29 de Março. *D.R. Série I* [Em linha]. 75 (29 Mar. 1984) 1042-1059. [Consult. 05 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1984/03/07500/10421059.PDF>. Revisão da lei n.º 79/77 de 25 de Outubro, no sentido da actualização e reforço das atribuições das autarquias locais e da competência dos respectivos órgãos.

ESTRUTURA e organização dos serviços municipais da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. *D.R. II Série*. 99 (30 Abr. 1991) 4740(81)-4740(90).

ESTRUTURAÇÃO dos serviços municipais da Câmara Municipal de Espinho. *D.R. II Série*. 145 (26 Jun. 1992) 5859-5861.

LEI CONSTITUCIONAL n.º 1/97 de 20 de Setembro. *D.R. Série I-A* [Em linha]. 218 (20 Set. 1997) 5130-5196. [Consult. 05 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1997/09/218a00/51305196.PDF>. Quarta revisão constitucional.

LEI n.º 46/2005 de 29 de Agosto. *D.R. Série I-A* [Em linha]. 165 (29 Ago. 2005) 5068-5069. [Consult. 05 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/165A00/50685069.PDF>. Estabelece limites à renovação sucessiva dos mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais.

LEI n.º 11/2003 de 13 de Maio. *D.R. I Série-A*. 110 (13 Maio 2003) 3057-3065. Criação das comunidades intermunicipais no território português.

LEI n.º 10/2003 de 13 de Maio. *D.R. I Série-A*. 110 (13 Maio 2003) 3050-3057. Criação das áreas metropolitanas no território português.

LEI n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. *D.R. Série I-A. Suplemento* [Em linha]. 9 (11 Jan. 2002) 288-(2)-288-(32). [Consult. 05 Abr. 2007]. Disponível em

<http://dre.pt/pdf1sdip/2002/01/009A01/00020032.PDF>. Primeira alteração à lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.

LEI n.º 175/99 de 21 de Setembro. *D.R. Série-A* [Em linha]. 221 (21 Set. 1999) 6550-6553. [Consult. 08 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/221A00/65506553.PDF>. Criação das associações de freguesias no território português.

LEI n.º 169/99 de 18 de Setembro. *D.R. Série I-A* [Em linha]. 219 (18 Set. 1999) 6436-6457. [Consult. 05 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/219A00/64366457.PDF>. Estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias.

LEI n.º 19/98 de 28 de Abril. *D.R. Série I-A* [Em linha]. 98 (28 Abr. 1998) 1888- 1890. [Consult. 18 Jul. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/18881890.PDF>. Criação das regiões administrativas.

LEI n.º 58/98 de 18 de Agosto. *D.R. Série I-A* [Em linha]. 189 (18 Ago. 1998) 4047-4053. [Consult. 08 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1998/08/189A00/40474053.PDF>. Criação das empresas municipais e intermunicipais.

LEI 48/98 de 11 de Agosto. *D.R. Série I-A* [Em linha]. 184 (11 Ago. 1998) 3869- 3875. [Consult. 18 Jul. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/39683875.PDF>. Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

LEI n.º 44/91 de 2 de Agosto: áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. *D.R. I Série-A*. 176 (2 Ago. 1991) 3784-3787.

LEI n.º 11/82 de 2 de Junho. *D.R. Série I* [Em linha]. 125 (2 Jun. 1982) 1529- 1530. [Consult. 15 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1982/06/12500/15291531.PDF>. Regime de criação e extinção das autarquias locais e de designação e determinação das categorias das povoações.

LEI n.º 79/77 de 25 de Outubro. *D.R. Série I* [Em linha]. 247 (25 Out. 1977) 2564-2578. [Consult. 05 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1977/10/24700/25642578.PDF>. Primeira lei das autarquias locais.

LEI ORGÂNICA n.º 3/2006 de 21 de Agosto. *D.R. Série I* [Em linha]. 160 (21 Ago. 2006) 5896-5898. [Consult. 05 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16000/58965897.PDF>. Lei da Paridade.

MACRO-ESTRUTURA dos serviços municipais do Município do Porto. *D.R. II Série*. 258 (8 Nov. 1994) 11278 (56) -11278 (69).

MAPA OFICIAL n.º 1-A/2006. Mapa oficial do resultado das eleições para os órgãos das autarquias locais de 9 de Outubro de 2005. *D.R. I Série-B*. 26 (6 Fev. 2006) 910-(2)-910(-489). Distritos de Aveiro e Porto.

MAPA OFICIAL n.º 1-B/2002. Mapa oficial do resultado das eleições autárquicas de 16 de Dezembro de 2001. *D.R. I Série-B. 2.º Suplemento*. 73 (27 Mar. 2002) 2926(6)-2926(483). Distritos de Aveiro e Porto.

MAPA OFICIAL n.º 1/98. Mapa oficial do resultado das eleições autárquicas de 14 de Dezembro de 1997. *D.R. I Série-B. Suplemento*. 51/98 (2 Mar. 1998) 812(2)-834(2). Distritos de Aveiro e Porto.

PORTARIA n.º 384/2002 (Rectificações). *D.R. Série I-B*. 84 (10 Abr. 2002) 3493-3494. Define o destino das contrapartidas iniciais prestadas ao Estado pelas concessionárias das zonas de jogo do Algrave, de Espinho, do Estoril, da Figueira da Foz e da Póvoa de Varzim.

REFORMULAÇÃO da estrutura orgânica dos serviços e do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Espinho. *D.R. II Série*. 160 (14 Jul. 1997) 61-62.

REFORMULAÇÃO da estrutura orgânica dos serviços e do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Espinho. Apêndice n.º 25. *D.R., II Série*. 35 (11 Fev. 2003) 39-50.

REGULAMENTO da macroestrutura dos serviços municipais da Câmara Municipal da Maia. *D.R. II Série*. 267 (18 Nov. 988) 10729-10740.

REGULAMENTO da macroestrutura dos serviços municipais da Câmara Municipal da Maia. Apêndice n.º 96. *D.R. II Série*. 223 (26 Set. 1997) 9-31.

REGULAMENTO da macroestrutura dos serviços municipais da Câmara Municipal da Maia. Apêndice n.º 126. *D.R. II Série*. 217 (19 Set. 2002) 43-68.

RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 28/90 de 23 de Outubro. *D.R. I Série* [Em linha]. 245 (23 Out. 1990) 4344-4351. [Consult. 14 Abr. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1990/10/24500/43444351.PDF>. Aprovação, para ratificação, da Carta Europeia de Autonomia Local.

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 97/99 de 26 de Agosto. *D.R. Série I-B* [Em linha]. 199 (26 Ago. 1999) 5829-5830. [Consult. 18 Jul. 2007]. Disponível em <http://dre.pt/58295830.PDF>. Estabelece regras relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos conteúdos de organismos públicos na internet.

Sites oficiais consultados [2001-2007]

Administração dos Portos do Douro e Leixões. www.apdl.pt

Aeroportos de Portugal. www.ana.pt

Agência para a Modernização do Porto. www.apor.pt

Área Metropolitana do Porto. www.amp.pt

Associação Empresarial de Portugal. www.aeportugal.pt

Associação Nacional das Freguesias. www.anafre.pt

Associação Nacional das Regiões de Turismo. www.regioesdeturismo.org

Associação Nacional de Municípios Portugueses. www.anmp.pt

Associação Nacional dos Jovens Empresários. www.anje.pt

Associação para a Promoção Cultural do Norte de Portugal. www.portugalnorth.com

Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região do Norte.
www.visitportoemnorte.com

Associação Política Regional e de Intervenção Social. www.april.org.pt/

Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. www.apdr.pt

Associação Regional de Protecção do Património Natural e Cultural. www.arppa.org

Bloco de Esquerda. www.bloco.org

Câmara Municipal da Maia. <http://www.cm-maia.pt>

Câmara Municipal de Espinho. <http://www.cm-espinho.pt>

Câmara Municipal de Gondomar. <http://www.cm-gondomar.pt>

Câmara Municipal de Matosinhos. <http://www.cm-matosinhos.pt>

Câmara Municipal de Porto. <http://www.cm-porto.pt>

Câmara Municipal de Póvoa de Varzim. <http://www.cm-pvarzim.pt>

Câmara Municipal de Valongo. <http://www.cmvalongo.pt>

Câmara Municipal de Vila do Conde. <http://www.cm-viladoconde.pt>

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. <http://www.cm-gaia.pt>

Centro de Informação Jacques Delors. www.cijdelors.pt

Comissão Nacional das Eleições. www.cne.pt

Delegação Regional da Cultura do Norte. www.culturanorte.pt

Diário da República Electrónico. <http://dre.pt>

Direcção-Geral das Autarquias Locais. www.dgaa.pt

Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas. www.iplb.pt

Direcção-Geral do Turismo. www.dgturismo.pt

EUROPARQUE. www.europarque.pt

European Social Survey. www.europeansocialsurvey.org

EXPONOR - Feira Internacional do Porto. www.exponor.pt

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. www.feder.com

ICEP Portugal. www.icep.pt

Instituto Nacional de Estatística. www.ine.pt

LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto. www.lipor.pt

Metro do Porto. www.metrodoporto.pt

Ministério da Cultura. www.min-cultura.pt

Observatório do Turismo. www.observatorio-turismo.gov.pt

Organização Mundial do Turismo. <http://wto.org>

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico. www.oecd.org

Partido Comunista Português. www.pcp.pt

Partido Popular. www.cds.pt

Partido Social Democrata. www.psd.pt

Partido Socialista. www.ps.pt

Portal do Governo da República Portuguesa. www.portugal.gov.pt

Porto Convention Bureau. www.portocvb.com

PRIMUS - Agência de Desenvolvimento Regional. www.primus-dr.pt

Programa Operacional da cultura. www.poc.min-cultura.pt

Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento. www.posc.mctes.pt

Tribunal de Contas. www.tcontas.pt

União Europeia. www.europa.eu.int

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA

POLÍTICAS CULTURAIS, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO
– UM ESTUDO DE CASO

ANEXOS

Natália Maria Azevedo Casqueira

Dissertação de doutoramento em Sociologia
orientada pelo Professor Doutor António Firmino da Costa
e co-orientada pelo Professor Doutor António Teixeira Fernandes

PORTO
JULHO 2007

SUMÁRIO

Anexo 3A	19
Entrevistas exploratórias aos interlocutores dos municípios da AMP, 2002-2003	
Anexo 3B	22
Entrevistas exploratórias aos interlocutores privilegiados das organizações locais e regionais, 2002-2003	
Anexo 3C	25
Exemplificação de ofícios enviados aos actores-alvo do projecto para a pesquisa empírica, 2002-2003	
Anexo 3D	31
Mapa de entrevistas realizadas e não realizadas aos eleitos locais em exercício de funções (2001-2005), por concelho da AMP, 2002-2003	
Anexo 3E	32
Identificação dos eleitos locais em exercício de funções (2001-2005), por concelho da AMP	
Anexo 3F	33
Mapa de entrevistas realizadas e não realizadas aos actores locais e regionais, 2003-2004	
Anexo 3G	34
Guião de entrevista aos presidentes de câmara da AMP	
Anexo 3H	36
Guião de entrevista aos vereadores da cultura [e do turismo] da AMP	
Anexo 3I	41
Guião de entrevista aos vereadores do turismo da AMP	
Anexo 3J	45
Guião de entrevista aos vereadores do desporto da AMP	
Anexo 3K	49
Data, local e duração das entrevistas realizadas aos presidentes de câmara da AMP	
Anexo 3L	50
Registos de observação da situação de entrevista aos presidentes de câmara da AMP	
Anexo 3M	56
Data, local e duração das entrevistas realizadas aos vereadores da cultura [e do turismo] da AMP	

Anexo 3N	57
Registos de observação da situação de entrevista aos vereadores da cultura [e do turismo] da AMP	
Anexo 3O	65
Data, local e duração das entrevistas realizadas aos vereadores do desporto da AMP	
Anexo 3P	66
Registos de observação da situação de entrevista aos vereadores do desporto da AMP	
Anexo 3Q	71
Data, local e duração das entrevistas realizadas aos vereadores do turismo da AMP	
Anexo 3R	72
Registos de observação da situação de entrevista aos vereadores do turismo da AMP	
Anexo 3S	75
Guião de entrevista aos actores locais e regionais	
Anexo 3T	77
Data, local e duração das entrevistas realizadas aos actores locais e regionais	
Anexo 3U	79
Registos de observação da situação de entrevista aos actores locais e regionais	
Anexo 3V	92
Fontes documentais primárias e secundárias previstas no trabalho de terreno junto das câmaras municipais	
Anexo 3W	93
Critérios de escolha dos eventos culturais e desportivos dos concelhos da AMP a serem objecto de registos de observação	
Anexo 3X	94
Categorias de observação previstas para os registos de observação dos eventos culturais e desportivos dos concelhos da AMP	
Anexo 3Y	96
Grelha matriz para as notas de campo (registos de observação dos eventos culturais e desportivos dos concelhos da AMP)	
Anexo 4A	97
Número de municípios e freguesias e área (km ²), 2005	

Anexo 4B	98
Grandes Áreas Metropolitanas: denominação, municípios associados, número de habitantes, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005	
Anexo 4C	102
Comunidades Urbanas: denominação, municípios associados, número de habitantes, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005	
Anexo 4D	105
Comunidades Intermunicipais de Fins Gerais: denominação, municípios associados, número de habitantes, objecto, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005	
Anexo 4E	106
Associações Municipais de Fins Específicos: denominação, municípios associados, número de habitantes, objecto, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005	
Anexo 4F	121
Associações de Freguesias: denominação, municípios associados, número de habitantes, objecto, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005	
Anexo 4G	125
Empresas municipais da GAMP: denominação, objecto e data da publicação em Diário da República, 2005	
Anexo 4H	128
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 12-12-1976 (resultados oficiais)	
Anexo 4I	129
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 12-12-1976 (resultados oficiais)	
Anexo 4J	130
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 16-12-1979 (resultados oficiais)	
Anexo 4K	131
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 16-12-1979 (resultados oficiais)	
Anexo 4L	132
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 12-12-1982 (resultados oficiais)	

Anexo 4M	133
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 12-12-1982 (resultados oficiais)	
Anexo 4N	134
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 15-12-1985 (resultados oficiais)	
Anexo 4O	135
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 15-12-1985 (resultados oficiais)	
Anexo 4P	136
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 17-12-1989 (resultados oficiais)	
Anexo 4Q	137
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 17-12-1989 (resultados oficiais)	
Anexo 4R	138
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 12-12-1993 (resultados oficiais)	
Anexo 4S	139
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 12-12-1993 (resultados oficiais)	
Anexo 4T	140
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 14-12-1997 (resultados oficiais)	
Anexo 4U	141
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 14-12-1997 (resultados oficiais)	
Anexo 4V	142
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 16-12-2001 (resultados oficiais)	
Anexo 4W	143
Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 16-12-2001 (resultados oficiais)	
Anexo 4X	144
Eleitos locais dos concelhos da GAMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 09-10-2005 (resultados oficiais)	

Anexo 4Y	145
Eleitos locais dos concelhos da GAMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 09-10-2005 (resultados oficiais)	
Anexo 4Z	146
Partidos políticos portugueses, 1974-2003	
Anexo 4AA	148
Partidos inscritos no Tribunal Constitucional, partidos extintos e número de eleições a que concorreu para a Assembleia da República, 1974-2006	
Anexo 4BA	151
Variação da taxa de abstenção na eleição do órgão executivo por concelho na AMP, 1976-2005 (%)	
Anexo 4CA	154
Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1976 (resultados oficiais)	
Anexo 4DA	155
Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1976 (resultados oficiais)	
Anexo 4EA	156
Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 16-12-1979 (resultados oficiais)	
Anexo 4FA	157
Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 16-12-1979 (resultados oficiais)	
Anexo 4GA	158
Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1982 (resultados oficiais)	
Anexo 4HA	159
Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1982 (resultados oficiais)	
Anexo 4IA	160
Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 15-12-1985 (resultados oficiais)	
Anexo 4JA	161
Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 15-12-1985 (resultados oficiais)	

Anexo 4KA	162
Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 17-12-1989 (resultados oficiais)	
Anexo 4LA	163
Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 17-12-1989 (resultados oficiais)	
Anexo 4MA	164
Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1993 (resultados oficiais)	
Anexo 4NA	165
Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1993 (resultados oficiais)	
Anexo 4OA	166
Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 14-12-1997 (resultados oficiais)	
Anexo 4PA	167
Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 14-12-1997 (resultados oficiais)	
Anexo 4QA	168
Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 16-12-2001 (resultados oficiais)	
Anexo 4RA	169
Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 16-12-2001 (resultados oficiais)	
Anexo 4SA	170
Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 09-10-2005 (resultados oficiais)	
Anexo 4TA	171
Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 09-10-2005 (resultados oficiais)	
Anexo 4UA	173
Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1976-2005 (%)	
Anexo 4VA	175
Interesse dos europeus pela política, 2004	

Anexo 4WA	175
Representação sobre a política, 2004	
Anexo 4XA	176
Enquadramento jurídico das competências dos órgãos do município	
Anexo 4YA	184
Enquadramento jurídico das competências dos presidentes da câmara e assembleia do município	
Anexo 4ZA	190
Composição por sexo dos eleitos locais para os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal dos concelhos da AMP, 1976-2005	
Anexo 4AB	192
Número de equipamentos municipais por concelho da AMP, 2005	
Anexo 4BB	193
Grelha de equipamentos culturais e recreativos utilizada no estudo <i>Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte</i> , 1991	
Anexo 4CB	195
Grelha de equipamentos culturais utilizada no estudo <i>Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP</i> , 1999	
Anexo 4DB	197
Grelha de equipamentos desportivos utilizada no estudo <i>Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte</i> , 1991	
Anexo 4EB	198
Grelha de equipamentos desportivos utilizada no estudo <i>Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP</i> , 1999	
Anexo 4FB	200
Equipamentos culturais do concelho de Espinho por freguesia, 1999	
Anexo 4GB	201
Equipamentos culturais do concelho de Gondomar por freguesia, 1999	
Anexo 4HB	202
Equipamentos culturais do concelho da Maia por freguesia, 1999	
Anexo 4IB	203
Equipamentos culturais do concelho de Matosinhos por freguesia, 1999	
Anexo 4JB	204
Equipamentos culturais do concelho do Porto por freguesia, 1999	

Anexo 4KB	205
Equipamentos culturais do concelho de Póvoa de Varzim por freguesia, 1999	
Anexo 4LB	206
Equipamentos culturais do concelho de Valongo por freguesia, 1999	
Anexo 4MB	207
Equipamentos culturais do concelho de Vila do Conde por freguesia, 1999	
Anexo 4NB	208
Equipamentos culturais do concelho de Vila Nova de Gaia por freguesia, 1999	
Anexo 4OB	209
Equipamentos desportivos do concelho de Espinho por freguesia, 1999	
Anexo 4PB	210
Equipamentos desportivos do concelho de Gondomar por freguesia, 1999	
Anexo 4QB	211
Equipamentos desportivos do concelho da Maia por freguesia, 1999	
Anexo 4RB	212
Equipamentos desportivos do concelho de Matosinhos por freguesia, 1999	
Anexo 4SB	213
Equipamentos desportivos do concelho do Porto por freguesia, 1999	
Anexo 4TB	214
Equipamentos desportivos do concelho de Póvoa de Varzim por freguesia, 1999	
Anexo 4UB	215
Equipamentos desportivos do concelho de Valongo por freguesia, 1999	
Anexo 4VB	216
Equipamentos desportivos do concelho de Vila do Conde por freguesia, 1999	
Anexo 4WB	218
Equipamentos desportivos do concelho de Vila Nova de Gaia por freguesia, 1999	
Anexo 4XB	220
Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos nos concelhos do Continente, 2002	
Anexo 4YB	221
Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos nos concelhos da Região Norte, 2002	

Anexo 4ZB	222
Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Espinho, 2002	
Anexo 4AC	223
Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Gondomar, 2002	
Anexo 4BC	224
Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho da Maia, 2002	
Anexo 4CC	225
Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Matosinhos, 2002	
Anexo 4DC	226
Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho do Porto, 2002	
Anexo 4EC	227
Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Póvoa de Varzim, 2002	
Anexo 4FC	228
Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Valongo, 2002	
Anexo 4GC	229
Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Vila do Conde, 2002	
Anexo 4HC	230
Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Vila Nova de Gaia, 2002	
Anexo 4IC	231
Municípios geminados da AMP, autarquias locais com as quais se encontram geminados e respectivos países, 2007	

Anexo 4JC	234
Iniciativas e redes de parcerias da GAMP, 2007	
Anexo 4KC	239
Municípios, freguesias e categoria de povoação da GAMP, 2005	
Anexo 4LC	244
Área, perímetro, extensão máxima e altimetria por município, 2005	
Anexo 4MC	245
Planos municipais do ordenamento do território da GAMP, 2005	
Anexo 4NC	246
Planos especiais e regionais do ordenamento do território da GAMP, 2005	
Anexo 4OC	247
Variação populacional e suas componentes por NUTS III, 2005	
Anexo 4PC	248
População residente por município da GAMP, segundo os grandes grupos etários e o sexo, 31-12-2005	
Anexo 4QC	250
Movimento da população por município da GAMP, 2005	
Anexo 4RC	251
Taxas de nupcialidade, nupcialidade geral e divórcio da GAMP, 2005	
Anexo 4SC	252
Evolução intercensitária da população da AMP, por sexo e grupo etário, 1981-2001 (%)	
Anexo 4TC	253
Balanço demográfico da AMP, 1981 a 2001	
Anexo 4UC	254
População residente da AMP, por sexo e grupo etário, 2001	
Anexo 4VC	255
Indicadores demográficos da AMP, 2001 (%)	
Anexo 4WC	256
Nível de qualificação académica da população residente da AMP, 2001	
Anexo 4XC	257
Indicadores do sistema de ensino da AMP, 2001-2002	

Anexo 4YC	258
População activa da AMP, por nível de instrução, 2001	
Anexo 4ZC	259
Crescimento do nível de instrução da população activa da AMP, 1991-2001 (%)	
Anexo 4AD	260
Crescimento da população desempregada total da AMP (1991-2001) e decomposição por sexo, grupo etário e nível de instrução (%)	
Anexo 4BD	261
Crescimento da população empregada total da AMP (1991-2001) e decomposição por sexo, grupo etário e nível de instrução (%)	
Anexo 4CD	262
Principais indicadores sócio-demográficos da AMP e região envolvente e Portugal, 2000-2001	
Anexo 4DD	263
Indicadores do parque habitacional da AMP, 2001	
Anexo 4ED	264
Famílias clássicas, alojamentos e edifícios da AMP, 2001	
Anexo 4FD	265
Indicadores de caracterização empresarial da AMP, 2000-2001	
Anexo 4GD	266
Área infra-estruturada da AMP para acolhimento empresarial, 2002	
Anexo 4HD	267
Mobilidade casa-trabalho da AMP, 2001	
Anexo 5A	269
Manual de transcrição das entrevistas	
Anexo 5B	274
Categorias de análise das entrevistas realizadas aos eleitos locais da AMP - presidentes de câmara	
Anexo 5C	276
Categorias de análise das entrevistas realizadas aos eleitos locais da AMP - vereadores da cultura, do turismo e do desporto	
Anexo 5D	280
Categorias de análise das entrevistas realizadas aos actores locais e regionais	

Anexo 5E	282
Categorias de análise dos <i>sites</i> das câmaras municipais da AMP	
Anexo 5F	283
Representações dos eleitos locais e conteúdos dos <i>sites</i> das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 - Espinho	
Anexo 5G	286
Representações dos eleitos locais e conteúdos dos <i>sites</i> das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 - Gondomar	
Anexo 5H	288
Representações dos eleitos locais e conteúdos dos <i>sites</i> das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 - Maia	
Anexo 5I	294
Representações dos eleitos locais e conteúdos dos <i>sites</i> das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 - Matosinhos	
Anexo 5J	297
Representações dos eleitos locais e conteúdos dos <i>sites</i> das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 - Porto	
Anexo 5K	302
Representações dos eleitos locais e conteúdos dos <i>sites</i> das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 - Póvoa de Varzim	
Anexo 5L	305
Representações dos eleitos locais e conteúdos dos <i>sites</i> das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 - Valongo	
Anexo 5M	308
Representações dos eleitos locais e conteúdos dos <i>sites</i> das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 - Vila Nova de Gaia	
Anexo 5N	315
Aspectos formais dos <i>sites</i> das câmaras municipais da AMP, 2003-2004	
Anexo 5O	317
Caracterização sociográfica dos presidentes de câmara por concelho da AMP, 2002-2003	
Anexo 5P	319
Caracterização sociográfica dos vereadores da cultura por concelho da AMP, 2002-2003	

Anexo 5Q	321
Caracterização sociográfica dos vereadores do turismo por concelho da AMP, 2002-2003	
Anexo 5R	322
Caracterização sociográfica dos vereadores do desporto por concelho da AMP, 2002-2003	
Anexo 5S	323
Caracterização sociográfica dos actores locais e regionais, 2003-2004	
Anexo 5T	326
Organograma da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 1986-1999	
Anexo 5U	331
Organograma da câmara municipal da Maia, 1988-1997	
Anexo 5V	333
Grelha de registo dos dados documentais recolhidos nas câmaras municipais, 2002-2004	
Anexo 5W	334
Fontes documentais primárias e secundárias consultadas e tratadas no âmbito da pesquisa empírica junto das câmaras municipais da AMP, 2002-2004	
Anexo 5X	338
Fontes documentais consultadas e tratadas no âmbito da pesquisa empírica junto dos actores locais e regionais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento, 2002-2004	
Anexo 5Y	339
Prioridades políticas nas áreas da cultura e do turismo nos programas eleitorais da lista do PPD/PSD de Gondomar, 1993 e 2001	
Anexo 5Z	341
Despesas das câmaras municipais da AMP em actividades culturais e de desporto, 2004 (em milhares de euros)	
Anexo 5AA	342
Contas de gerência das câmaras municipais da AMP, 2004 (em milhares de euros)	
Anexo 5BA	343
Pressupostos, objectivos e acções da política cultural do XV Governo Constitucional, 2002	
Anexo 5CA	347
Pressupostos, objectivos e acções da política de turismo do XV Governo Constitucional, 2002	

Anexo 5DA	349
Objectivos, eixos prioritários e medidas e descrição sumária das medidas do Programa Operacional da Cultura (POC), 2002	
Anexo 5EA	351
Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros dos municípios da AMP, 2005	
Anexo 5FA	352
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros dos municípios da AMP, segundo o país de residência habitual, 2005	
Anexo 5GA	353
Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros dos municípios da AMP, segundo o país de residência habitual, 2005	
Anexo 5HA	354
Indicadores de hotelaria dos municípios da AMP, 2005	

Anexo 3A

Entrevistas exploratórias aos interlocutores dos municípios da AMP, 2002-2003 ^{a)}

	Entrevistas exploratórias	Interlocutores privilegiados	Data de realização	Local	Objecto das entrevistas
Espinho	1	Vereador do Pelouro da Cultura e do Turismo	24-07-2002	Câmara Municipal de Espinho, Gabinete da vereação	▪ Apresentação do projecto de investigação; - período de realização, apoio formal da FCT, instituições envolvidas; - tema geral e objectivos; - difusão dos resultados; - repercussões políticas e sociais do projecto.
Gondomar	1	Vereador do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Acção Social	30-07-2002	Câmara Municipal de Gondomar, Gabinete da vereação	
Maia	1	Vereador do Pelouro da Cultura e do Turismo	29-07-2002	Câmara Municipal da Maia, Gabinete da vereação	▪ Referência ao(s) ofício(s) enviado(s): - apresentação dos objectivos e das fontes documentais necessárias; - disponibilidade das fontes: como proceder?;
	1	Chefe dos Serviços Administrativos	13-09-2002	Câmara Municipal da Maia, Gabinete dos Serviços	- instituições locais e técnicos superiores a contactar; - credencial da câmara para a consulta, requisição e reprodução das fontes solicitadas.
Matosinhos	1	Vereador do Pelouro da Educação, Cultura e Turismo	12-02-2002	Câmara Municipal de Matosinhos, Gabinete da vereação	
	1	Adjunta do Vereador do Pelouro da Educação, Cultura e Turismo e Responsável pelo Gabinete de História da Biblioteca Municipal	17-09-2002		
	1	Chefe do Departamento de Desenvolvimento Local	15-01-2003		▪ Marcação das entrevistas com as vereações.

continua

continuação

	Entrevistas exploratórias	Interlocutores privilegiados	Data de realização	Local	Objecto das entrevistas
Porto	1	Vereador do Pelouro do Apoio às Actividades Económicas, Turismo e Protecção Civil	31-10-2002	Câmara Municipal do Porto, Gabinete da vereação	▪ Contactos com os presidentes de câmara para a realização de entrevista. ▪ Outras informações.
	1	Adjunto do Vereador do Pelouro da Cultura	06-11-2002		
Póvoa de Varzim	1	Vereador do Pelouro da Cultura e do Turismo	10-07-2002	Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Gabinete da vereação	
	1	Directora do Arquivo Municipal	01-10-2002	Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Sala de reuniões	
	1	Assessora do Vereador do Pelouro da Cultura e do Turismo	04-10-2002	Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Gabinete da vereação	
Valongo	1	Responsável pelos Serviços Sócio-Culturais e de Qualidade de Vida	07-08-2002	Câmara Municipal de Valongo, Gabinete da vereação	

continua

continuação

	Entrevistas exploratórias	Interlocutores privilegiados	Data de realização	Local	Objecto das entrevistas
Vila do Conde	1	Vereador do Pelouro da Cultura	26-07-2002	Câmara Municipal de Vila do Conde, Gabinete da vereação	
	2	Assessor do Vereador do Pelouro da Cultura	01-10-2002 07-03-2003	Museu dos Bilros, Gabinete do assessor	
	1	Vereador do Pelouro do Desporto	11-10-2002	Câmara Municipal de Vila do Conde, Gabinete da vereação	
Vila Nova de Gaia	1	Assessor do Presidente de Câmara	03-10-2002	Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Gabinete da vereação	
	1	Director de Comunicação e Imagem	23-01-2002		
	1	Director Cultural da GaiAnima, Empresa Municipal	06-03-2003	Casa Museu Teixeira Lopes, Vila Nova de Gaia, Sala de reuniões	

a) Para além das entrevistas exploratórias, vários outros contactos foram feitos ao longo da pesquisa empírica com interlocutores privilegiados e que não estão aqui contabilizados. As entrevistas aqui indicadas foram aquelas sujeitas a marcações formais, nos contextos sociais autárquicos e nas primeiras fases do trabalho.

Anexo 3B

Entrevistas exploratórias aos interlocutores privilegiados das organizações locais e regionais, 2002-2003

Interlocutores privilegiados	Entrevistas exploratórias	Data de realização	Local	Objecto das entrevistas
Comissão de Coordenação da Região do Norte (CCRN)	1 Quadro técnico superior responsável pelo Departamento de Promoção do Desenvolvimento Regional e da Cooperação (DPDRC)	05-02-2003	CCRN, Porto Sala de reuniões	▪ Caracterização das políticas turísticas da Região do Norte (RN), particularmente dos concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP) entre 1980 e 2001. ▪ Caracterização da actividade turística da RN, particularmente dos concelhos da AMP: - diagnósticos; - objectivos; - projectos/actividades; - recursos financeiros, humanos, materiais e jurídicos; - públicos-alvo; - obstáculos/dificuldades; - modalidades e resultados de avaliação; - evolução da realidade turística entre 1980 e 2001. ▪ Caracterização dos modelos de desenvolvimento para os concelhos da RN. ▪ Caracterização da política turística metropolitana. ▪ Relação entre a CCRN e os concelhos da RN quanto à concepção, implementação e avaliação das políticas turísticas globais e locais.

continua

continuação

Interlocutores privilegiados	Entrevistas exploratórias	Data de realização	Local	Objecto das entrevistas
Observatório das Actividades Culturais (OAC)	2 Investigadores do OAC nas áreas das práticas culturais e políticas municipais	19-12-2002	OAC, Lisboa Gabinetes dos técnicos entrevistados	▪ Apresentação sumária do projecto. ▪ Publicações do OAC que se enquadram no trabalho (nacionais e europeias). ▪ Publicações do OAC em falta: OBS n.º 8. ▪ Dados estatísticos e descritivos disponíveis no OAC sobre: rede de equipamentos culturais (europeia, nacional, local), despesas dos municípios com a cultura (para além do já publicado), turismo cultural e políticas culturais (para além do já publicado). ▪ Fontes documentais das autarquias: orçamentos <i>versus</i> contas da gerência: que indicadores seleccionar?
Quatenaire Portugal, S.A.	1 Quadro técnico superior responsável pelos projectos de planeamento estratégico, ordenamento do território e desenvolvimento regional e urbano e pela montagem, execução, acompanhamento e avaliação de acções	18-12-2002	Quatenaire, Porto Gabinete do técnico entrevistado	▪ Trabalhos realizados e dados disponíveis sobre: políticas culturais e turísticas da AMP/RN entre 1980 e 2001, rede de equipamentos culturais, desportivos e turísticos da AMP/RN entre 1980 e 2001 e políticas de desenvolvimento dos concelhos da AMP/RN entre 1980 e 2001. ▪ Caracterização dos modelos territoriais de desenvolvimento da AMP. ▪ Considerações sobre os critérios de delimitação da AMP.

continua

continuação

Interlocutores privilegiados	Entrevistas exploratórias	Data de realização	Local	Objecto das entrevistas
Instituto Nacional de Estatística (INE)	1 Técnico do INE	28-11-2002	INE, Porto Sala de reuniões	▪ Critérios de delimitação das áreas urbanas. ▪ Dados disponíveis nas publicações do INE sobre rede de equipamentos culturais, desportivos e turísticos à escala nacional, regional, concelhia e europeia. ▪ Sistemas de representação cartográfica. ▪ Natureza dos dados disponíveis e possibilidade de comparação entre dados em períodos temporalmente diferentes. ▪ Aquisição/oferta de publicações no âmbito do projecto. ▪ Critérios e modalidades de obtenção de novos dados à escala do concelho e da freguesia.

Anexo 3C

Exemplificação de ofícios enviados aos actores-alvo do projecto para a pesquisa empírica, 2002-2003

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Espinho
José Barbosa Mota
Largo José Salvador
4501-901 Espinho

Data: 26 de Junho de 2002

Assunto: Colaboração da autarquia na realização do Projecto POCTI/39803/SOC/2001 sobre as políticas culturais dos concelhos da Área Metropolitana do Porto

Na qualidade de investigador responsável pelo projecto POCTI/39803/SOC/2001- *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto*, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do novo programa operacional (POCTI) do Quadro Comunitário de Apoio III e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a a colaboração da Câmara Municipal de Espinho na prossecução do referido projecto.

Pretendemos com este estudo fazer o levantamento da dinâmica cultural dos concelhos da AMP, caracterizando as políticas culturais e turísticas das autarquias no período compreendido entre 1980 e 2001.

Interessa-nos, na fase actual do projecto, proceder à consulta de um conjunto de fontes documentais, disponíveis nas autarquias e/ou em organismos por elas tutelados, sobre o município e as actividades culturais e turísticas, como por exemplo:

1. planos de actividades e relatórios de contas;
2. programa político da autarquia;
3. agendas culturais e prospectos/folhetos;
4. *dossiers* entregues à imprensa local, regional e nacional;
5. actas das reuniões da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal;
6. estudos/projectos/monografias/trabalhos realizados e/ou em curso sobre a autarquia e a sua dinâmica cultural e turística;
7. outros documentos disponíveis.

É do nosso interesse também contactar com os presidentes de câmara dos concelhos da AMP e com os vereadores responsáveis pelos pelouros da cultura e do turismo. Solicito, por isso, a V. Ex.^a. não só a disponibilidade para a realização de uma entrevista como também a autorização para a realização dos contactos com os respectivos vereadores.

A sua colaboração é de todo imprescindível para a prossecução deste estudo.

Certo do Vosso interesse, agradeço desde já a disponibilidade e colaboração.

Estamos disponíveis para qualquer informação adicional. O nosso contacto é o seguinte: Projecto POCTI/39803/SOC/2001 (Dr.^a Sara Melo), Secção Autónoma de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n.º, 4150-564 Porto, tel. 226077190, fax 226077190, e.mail saramelo@letras.up.pt.

Sem outro assunto de momento, e aguardando a Vossa resposta, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

O Investigador Responsável pelo Projecto
(Dr.^a Natália Azevedo)

Porto, 23 de Setembro de 2003

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gondomar
Major Valentim Loureiro

Tomo a liberdade de com a presente carta endereçar-lhe, na qualidade de Presidente da Autarquia, um pedido de colaboração pessoal.

Sou docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora Responsável pelo Projecto *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto* (Projecto POCTI/SOC/39803/2001), aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

O tema central deste trabalho reporta-se à caracterização das políticas culturais e turísticas dos concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP) entre 1980 e 2001, enquadrando-as nos modelos mais globais de desenvolvimento destes concelhos.

Iniciei esta investigação há um ano e meio. No momento presente, recolho informações junto dos arquivos municipais de todas as câmaras da AMP e realizo as entrevistas aos autarcas e a organismos locais e regionais ligados às questões da cultura, do turismo e do desenvolvimento. Até à data, já entrevistei quatro presidentes de câmara da AMP (Espinho, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila Nova de Gaia) e todas as vereações da cultura, do desporto e do turismo da mesma região.

No âmbito deste Projecto, tenho tido com a Câmara de Gondomar as melhores relações de trabalho e a colaboração necessária de todos aqueles que nela trabalham, particularmente dos responsáveis pelo Pelouro da Cultura e pelo Pelouro do Turismo.

Enderecei ofícios e telefonemas ao Gabinete da Presidência, no sentido de solicitar a marcação de uma entrevista com V.Ex.^a, mas até ao momento sem qualquer sucesso. Com a entrevista será minha intenção tomar conhecimento do projecto político global para o concelho de Gondomar que V.Ex.^a concebe e protagoniza.

Por isso, e desta forma, venho reiterar mais uma vez o meu pedido com o pressuposto de que a participação da figura do Presidente de Câmara é de todo necessária para a prossecução deste trabalho. E, se mo permite, por algumas das seguintes razões:

- 1.^a pela visão global e integrada que o Presidente de Câmara tem do seu próprio concelho e pelo projecto político global de desenvolvimento que tem para o concelho e para a região;
- 2.^a pela pertinência teórica e social do Projecto – a caracterização global do espaço metropolitano na sua vertente turística e cultural, perspectivando a cultura e o turismo como factores de desenvolvimento local e regional e a relevância política, sócio-económica e cultural do concelho de Gondomar;
- 3.^a pelo enquadramento jurídico e institucional do próprio Projecto – é financiado pela FCT (Programa POCTI) e participado pelo FEDER, integrando fundos nacionais e comunitários e obedecendo a uma lógica de realização consentânea com as directrizes da FCT;
- 4.^a pela publicação dos resultados da investigação – o Projecto será alvo de um relatório final a apresentar em Janeiro de 2005 à FCT e constitui a tese de doutoramento do Investigador Responsável.

Certa do Vosso interesse, agradeço-lhe desde já a colaboração.

O meu contacto é o seguinte: Natália Azevedo, Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/nº, 4150-564 Porto. Telefone: 226077190. E-mail: nazevedo@letras.up.pt. Telemóvel: 917902398.

Sem outro assunto de momento, e aguardando a Vossa resposta, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

O Investigador Responsável pelo Projecto
(Dr.^a Natália Azevedo)

Ex.mo Sr. Dr. António Ponte
Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Vila do Conde
Rua da Igreja
4480-754 Vila do Conde

Data: 30 de Julho de 2003

Assunto: Reinício do trabalho de consulta das fontes documentais sobre a actividade cultural do concelho de Vila do Conde

No âmbito do projecto POCTI/SOC /39803 /2001- *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto*, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia ao abrigo do novo programa operacional (POCTI) do Quadro Comunitário de Apoio III e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER, volto a contactá-lo para dar-lhe conhecimento do reinício do trabalho de consulta de um conjunto de fontes documentais sobre a actividade cultural do concelho.

Por razões inerentes à própria pesquisa, nomeadamente o trabalho desenvolvido até ao momento noutros arquivos da Área Metropolitana do Porto e as entrevistas realizadas aos actores locais, não me foi possível concluir o trabalho acima indicado no vosso Arquivo.

É minha intenção retomá-lo a partir de 01 de Setembro.

Aqui ficam os meus contactos: e-mail - nazevedo@letras.up.pt, fax - 226077190, e telemóvel - 917902398.

Desde já agradeço a sua atenção.

Com os melhores cumprimentos,

O Investigador Responsável pelo Projecto

(Dr.^a Natália Azevedo)

Ex.mo Sr. Fernando Rocha
Vereador da Educação, Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Matosinhos
Av. Dom Afonso Henriques
4450-510 Matosinhos

Data: 18 de Dezembro de 2002

Assunto: Confirmação dos equipamentos e das associações culturais, bem como o levantamento dos eventos culturais do município de Matosinhos.

No âmbito do projecto POCTI/39803/SOC/2001- *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto*, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do novo programa operacional (POCTI) do Quadro Comunitário de Apoio III e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER, e para o qual V. Ex.^a já manifestou o interesse e a colaboração necessários, venho solicitar-lhe a confirmação do conjunto dos equipamentos culturais, citados em anexo, bem como o levantamento das associações e dos eventos culturais existentes no concelho de Matosinhos.

A listagem de equipamentos apresentada corresponde a um levantamento feito pela Comissão de Coordenação da Região do Norte, num estudo levado a cabo em 1999. É nossa intenção actualizar a referida listagem, particularmente no período relativo a 1999/2002, e confirmar as informações produzidas até 1999 pelo estudo da CCRN.

Por outro lado, chamamos a atenção para o facto de que neste levantamento não são considerados:

1. equipamentos culturais cuja visita implica o aviso prévio;
2. equipamentos desportivos que estão inseridos em parques de campismo;
3. equipamentos desportivos pertencentes a associações ligadas a actividades recreativas de nível paroquial, de bairro ou cuja actividade seja predominantemente local;
4. equipamentos desportivos pertencentes a entidades particulares cujo domínio não prevê a livre utilização colectiva, nomeadamente locais de ensino particular, hotéis, unidades fabris entre outros.

Certo do Vosso interesse, agradeço desde já a disponibilidade e colaboração.

Estamos disponíveis para qualquer informação adicional. O nosso contacto é o seguinte: Projecto POCTI/39803/SOC/2001 (Dr.^a Sara Melo), Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n.º, 4150-564 Porto, tel. 226077190, fax 226077190, e.mail saramelo@letras.up.pt.

Sem outro assunto de momento, e aguardando a Vossa resposta, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

O Investigador Responsável pelo Projecto

(Dr.^a Natália Azevedo)

Ex.mo Sr. Delegado do Ministério da Cultura
Delegação Regional de Cultura do Norte
Dr. José Fortunato Freitas Costa Leite
Avenida Aureliano Barrigas, Ed. da Cruz Vermelha
5000-413 Vila Real

Porto, 12 de Julho de 2002

Assunto: Colaboração da Delegação Regional de Cultura do Norte na realização do Projecto POCTI/39803/SOC/2001 sobre as políticas culturais dos concelhos da Área Metropolitana do Porto

Na qualidade de investigador responsável pelo projecto POCTI/39803/SOC/2001- *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto*, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do novo programa operacional (POCTI) do Quadro Comunitário de Apoio III e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a a colaboração da Delegação Regional de Cultura do Norte na prossecução do referido projecto.

Pretendemos com este estudo fazer o levantamento da dinâmica cultural dos concelhos da AMP, caracterizando as políticas culturais e turísticas das autarquias no período compreendido entre 1980 e 2001.

Interessa-nos, na fase actual do projecto, proceder à consulta de um conjunto de fontes documentais, estatísticas e não estatísticas, sobre a actividade cultural e turística da Região do Norte, em particular dos concelhos da AMP, como por exemplo:

1. estudos/projectos/monografias/trabalhos realizados e/ou em curso sobre os concelhos e a região e a sua dinâmica cultural e turística;
2. dados estatísticos recentes sobre equipamentos culturais da região e dos concelhos (de 1999 em diante);
3. programa político e/ou estratégico do Ministério da Cultura;
4. outros documentos disponíveis.

É do nosso interesse também realizar uma entrevista com V. Ex.^a para a qual solicito, desde já, a Vossa disponibilidade.

A sua colaboração é de todo imprescindível para a prossecução deste estudo.

Certo do Vosso interesse, agradeço a colaboração prestada.

Estamos disponíveis para qualquer informação adicional. O nosso contacto é o seguinte: Projecto POCTI/39803/SOC/2001 (Dr.^a Sara Melo), Secção Autónoma de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n.º, 4150-564 Porto, tel. 226077190, fax 226091610, e-mail saramelo@letras.up.pt.

Sem outro assunto de momento, e aguardando a Vossa resposta, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

O Investigador Responsável pelo Projecto
(Dr.^a Natália Azevedo)

Ex.mo Sr. Presidente da Associação Nacional das Regiões de Turismo

Av. 5 de Outubro, 18-20

8001-902 Faro

Data: 26 de Junho de 2002

Assunto: Pedido do informações sobre a actividade turística em Portugal entre 1980 e 2001

Na qualidade de investigador responsável pelo projecto POCTI/39803/SOC/2001- *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto*, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do novo programa operacional (POCTI) do Quadro Comunitário de Apoio III e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a a colaboração da Associação Nacional das Regiões de Turismo na prossecução do referido projecto.

Pretendemos com este estudo fazer o levantamento da dinâmica cultural dos concelhos da AMP, caracterizando as políticas culturais e turísticas das autarquias no período compreendido entre 1980 e 2001.

Interessa-nos, na fase actual do projecto, proceder à consulta de um conjunto de fontes documentais, estatísticas e não estatísticas, sobre a actividade turística nacional, regional e local entre 1980 e 2001, com particular interesse pelos concelhos da Região do Norte. A saber:

1. estudos/ projectos/ monografias/ trabalhos realizados e/ou em curso;
2. dados estatísticos por NUTS I, II e III;
3. outras informações disponíveis.

Solicito, por isso, a V. Ex.^a a devida autorização para a cedência e/ou consulta de tais documentos.

A sua colaboração é de todo imprescindível para a prossecução deste estudo.

Certo do Vosso interesse, agradeço desde já a disponibilidade e colaboração.

Estamos disponíveis para qualquer informação adicional. O nosso contacto é o seguinte: Projecto POCTI/39803/SOC/2001 (Dr.^a Sara Melo), Secção Autónoma de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n.º, 4150-564 Porto, tel. 226077190, fax 226091610, e.mail saramelo@letras.up.pt.

Sem outro assunto de momento, e aguardando a Vossa resposta, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

O Investigador Responsável pelo Projecto

(Dr.^a Natália Azevedo)

Anexo 3D

Mapa de entrevistas realizadas e não realizadas aos eleitos locais em exercício de funções (2001-2005), por concelho da AMP, 2002-2003

Actores	Presidentes de Câmara			Vereadores da Cultura			Vereadores do Desporto			Vereadores do Turismo			Assessores/outros vereadores/outros técnicos			Total		
	realizada	contacto sem resposta	recusada	realizada	contacto sem resposta	recusada	realizada	contacto sem resposta	recusada	realizada	contacto sem resposta	recusada	realizada	contacto sem resposta	recusada	realizada	contacto sem resposta	recusada
Espinho	10-04-2003			03-12-2002			✓			✓✓			03-12-2002			3 [2]		
Gondomar		☹		05-12-2002			✓									2 [1]	1	
Maia	13-10-2003			30-10-2002			✓			✓						2 [2]		
Matosinhos		☹		24-10-2002				☹		✓✓						1 [1]	2	
Porto		☹		12-02-2003			05-12-2002			03-09-2003						3	1	
Póvoa de Varzim	07-01-2003			23-12-2002			11-12-2002			✓						3 [1]		
Valongo	05-03-2003			07-11-2002			26-11-2002			✓						3 [1]		
Vila do Conde			×	24-01-2003			20-12-2002									2		1 [1]
Vila Nova de Gaia	28-02-2003			✓				☹								1 [1]	2	
Total	5	3	1	8 [+1]			4 [+3]	2 [+1]		2 [+5]	1 [+1]		1			20 [+9]	6	1 [+1]

Legenda

✓✓ - Vereador da Cultura.

✓ - Presidente da Câmara.

Anexo 3E

Identificação dos eleitos locais em exercício de funções (2001-2005), por concelho da AMP ^{a)}

	Presidentes de Câmara	Vereadores da Cultura	Vereadores do Desporto	Vereadores do Turismo	Assessores/Técnicos Superiores/Outros Vereadores
Espinho	José Barbosa Mota	António do Couto Canastro	<i>é o presidente de câmara</i>	<i>é o vereador da cultura</i>	Chefe de Divisão da Dinamização e do Fomento Desportivo
Gondomar	Valentim dos Santos Loureiro	Fernando Ribeiro de Sousa	<i>é o vereador da cultura</i>	Maria Clotilde Cristino	
Maia	António Bragança Fernandes	Mário Nuno Neves	<i>é o presidente de câmara</i>	<i>é o vereador da cultura</i>	
Matosinhos	José Narciso Miranda	Fernando Alves Rocha	<i>é o presidente de câmara</i> ^{b)}	<i>é o vereador da cultura</i>	
Porto	Rui Fernando Rio	Marcelo Mendes Pinto	Paulo Cutileiro	Fernando Albuquerque	
Póvoa de Varzim	José Macedo Vieira	Luís Diamantino Batista	Paulo Martins da Costa	<i>é o vereador da cultura</i>	
Valongo	Fernando Pereira de Melo	José Luís Pinto	Luís Lourenço	<i>é o vereador da cultura</i>	
Vila do Conde	Mário Moreira Almeida	Maria Elisa Ferraz	Abel Barbosa Maia	<i>é o presidente de câmara</i>	
Vila Nova de Gaia	Luís Filipe Menezes	<i>é o presidente de câmara</i> ^{c)}	Cancela Moura	António Guedes Barbosa	

^{a)} À data dos primeiros contactos estabelecidos com os municípios (2002-2003).

^{b)} Delegado pelo Presidente no Assessor António Rijo.

^{c)} Delegado pelo Presidente no Director Municipal do Património, Cultura e Ciência, Jorge Alves da Silva.

Anexo 3F

Mapa de entrevistas realizadas e não realizadas aos actores locais e regionais, 2003-2004 ^{a)}

Actores Locais e Regionais	realizada	contacto sem resposta	recusada
Agência para a Modernização do Porto (APOR)		☺	
Agente local de Espinho (Cooperativa Nascente e Grupo de Teatro Amador)	01-06-2004		
Área Metropolitana do Porto (AMP)		☺	
Associação Empresarial de Portugal (AEP)			x
Associação Nacional das Regiões de Turismo (ANRET)		☺	
Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)	18-09-2003		
Associação Nacional dos Jovens Empresários (ANJE)		☺	
Associação para a Promoção Cultural do Norte de Portugal (APCNP)	06-10-2003		
Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte (ADETURN)	18-02-2003		
Associação Política Regional e de Intervenção Social (APRIL)	06-08-2003		
Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (APDR)		☺	
Associação Regional de Protecção do Património Natural e Cultural (ARPPA)		☺	
Comissão de Coordenação da Região do Norte (CCRN)			x
Confederação do Turismo Português (CTP)			x
Cooperativa Nascente	04-05-2004		
Delegação Regional da Cultura do Norte (DRCN)	27-01-2003		
Direcção Geral de Turismo (DGT)	25-09-2003		
ICEP Portugal	24-09-2003		
Porto Convention & Visitors Bureau	29-09-2003		
PRIMUS – Agência de Desenvolvimento Regional	09-05-2003		
Total	11	6	3

^{a)} Para além das entrevistas realizadas, vários outros contactos, exploratórios e não exploratórios, foram feitos ao longo da pesquisa empírica com interlocutores privilegiados e que não estão aqui contabilizados. As entrevistas aqui indicadas foram aquelas sujeitas a marcações formais.

Anexo 3G

Guião de entrevista aos presidentes de câmara da AMP

I. Caracterização sociográfica

Sexo

Idade

Naturalidade

Área de residência

Nível de escolaridade

Actividade profissional exercida/em exercício

Tempo de exercício de funções políticas

Filiação partidária

Pelouros atribuídos

II. Representações sobre os modelos de desenvolvimento para o concelho

A cultura e o turismo como factores de desenvolvimento do concelho. O desenvolvimento da Região Norte e da AMP.

III. Representações políticas e sociais sobre a cultura e o turismo

O lugar actual da cultura e do turismo na macroestrutura organizacional da autarquia. Objectivos globais (autarquia e pelouro) e sectoriais (projectos). Representações sobre a evolução das políticas culturais e turísticas do concelho nas últimas duas décadas. Articulação entre a política cultural e turística e o projecto político global da autarquia.

IV. O projecto político global da autarquia e as políticas culturais e turísticas

O projecto de uma cidade cultural. O turismo cultural. Outras potencialidades turísticas do concelho.

V. Relação da autarquia com outros actores

Outros actores do poder local: o projecto metropolitano. Organismos de desenvolvimento local. Organizações não governamentais. Comunidade local. Existência/não existência. Modalidades de relação. Representações sobre as modalidades de relação ideais. Representações sobre a política cultural e turística conjunta.

Plano de observação

Entrevistador

Entrevistado

Data

Local

Início

Fim

Observações

Anexo 3H

Guião de entrevista aos vereadores da cultura [e do turismo] da AMP

I. Caracterização sociográfica

1. Sexo
2. Idade
3. Naturalidade
4. Área de residência
5. Nível de escolaridade
6. Actividade profissional exercida/em exercício
7. Tempo de exercício de funções políticas
8. Filiação partidária
9. Pelouros atribuídos

II. Historial do pelouro da cultura [e do turismo] na autarquia

1. Momentos de criação/institucionalização da cultura [e do turismo] na autarquia
 - a) representações sobre a macroestrutura organizacional da autarquia no momento actual e em momentos anteriores
 - b) representações sobre a articulação formal entre cultura e turismo
 - c) proximidades/distâncias de projectos, actividades e práticas políticas nos dois sectores
2. Actores e factores responsáveis pelo processo de criação/institucionalização da cultura [e do turismo] na autarquia
 - a) actores responsáveis
 - b) factores políticos, sociais e culturais
 - c) dinâmicas políticas e culturais associadas a este processo
3. Estrutura formal do pelouro da cultura [e do turismo] no mandato actual
 - a) recursos financeiros, humanos e materiais

- b) funções/competências/atribuições
- c) dinâmicas de trabalho
- d) dificuldades/obstáculos
- e) relação com outros pelouros/departamentos da autarquia
(conhecimento/desconhecimento dos projectos, actividades e práticas dos diversos sectores e modalidades de relação)

III. Representações sobre a cultura [e o turismo]

1. Representações políticas sobre a cultura
 - a) património de conhecimentos e de competências sociais
 - b) recurso económico e político local
 - c) factor de desenvolvimento endógeno
 - d) recurso social de identidade territorial, de vivências e de sociabilidades locais
2. Representações sociais/ideológicas sobre a cultura
 - a) cultura popular (pequena cultura) *versus* cultura de massas (indústrias culturais) *versus* cultura de elite (grande cultura)
 - b) cultura *versus* desporto
3. Representações políticas sobre o turismo
 - a) recurso económico e político local
 - b) factor de desenvolvimento endógeno associado à indústria local
 - c) recurso social de identidade territorial, de vivências e de sociabilidades locais
4. Representações sociais/ideológicas sobre o turismo
 - a) turismo de massas *versus* turismo selectivo
 - b) turismo de praia *versus* turismo cultural
 - c) turismo religioso, turismo eco-ambiental, turismo de negócios
 - d) outras

IV. Políticas culturais [e turísticas] da autarquia

1. Existência/inexistência de uma política cultural [e turística]
2. Representações sobre a política cultural [e turística] do concelho no momento actual
3. Objectivos globais (autarquia e pelouro) e sectoriais (projectos)
4. Representações sobre a evolução das políticas culturais [e turísticas] do concelho nas últimas duas décadas
5. Articulação entre a política cultural [e turística] e o projecto político global da autarquia
 - a) como?
 - b) por quem?
 - c) papel do presidente de câmara e do vereador
6. Projectos significativos do pelouro da cultura [e do turismo] no concelho
 - a) identificação e descrição
 - b) valor político e social atribuído aos projectos
 - c) recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros)
 - d) dificuldades e problemas na execução dos projectos
 - e) públicos-alvo dos projectos
 - f) avaliação dos projectos
7. Representações sobre o projecto de uma cidade cultural

V. Relação do pelouro da cultura [e do turismo] com outros actores do poder local

1. Relação com outras câmaras/outras pelouros da cultura [e do turismo]
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação efectivas
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais

2. Relação com as câmaras/pelouros da cultura [e do turismo] da AMP
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) representações sobre a política cultural conjunta

VI. Relação do pelouro da cultura [e do turismo] com a comunidade local

1. Relação com outras organizações/instituições/associações locais
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação efectivas
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) projectos e actividades desenvolvidas
 - e) avaliação das modalidades de relação e dos projectos concretizados
2. Relação com os públicos
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) modalidades de participação dos públicos nas actividades

VII. Representações sobre os modelos de desenvolvimento cultural para o concelho

1. Modelos ideais de desenvolvimento local para o concelho
2. A cultura como um factor de desenvolvimento local
3. O turismo cultural e a sua relação com o desenvolvimento do concelho

Plano de observação

Entrevistador

Entrevistado

Data

Local

Início

Fim

Observações

Anexo 3I

Guião de entrevista aos vereadores do turismo da AMP

I. Caracterização sociográfica

1. Sexo
2. Idade
3. Naturalidade
4. Área de residência
5. Nível de escolaridade
6. Actividade profissional exercida/em exercício
7. Tempo de exercício de funções políticas
8. Filiação partidária
9. Pelouros atribuídos

II. Historial do pelouro do turismo na autarquia

1. Momentos de criação/institucionalização do pelouro do turismo na autarquia
 - a) representações sobre a macroestrutura organizacional da autarquia no momento actual e em momentos anteriores
 - b) representações sobre a articulação formal entre cultura e turismo
 - c) proximidades/distâncias de projectos, actividades e práticas políticas nos dois sectores
2. Actores e factores responsáveis pelo processo de criação/institucionalização do turismo na autarquia
 - a) actores responsáveis
 - b) factores políticos, sociais e culturais
 - c) dinâmicas políticas e turísticas associadas a este processo
3. Estrutura formal do pelouro do turismo no mandato actual
 - a) recursos financeiros, humanos e materiais
 - b) funções/competências/atribuições

- c) dinâmicas de trabalho
- d) dificuldades/obstáculos
- e) relação com outros pelouros/departamentos da autarquia (conhecimento/desconhecimento dos projectos, actividades e práticas dos diversos sectores e modalidades de relação)

III. Representações sobre o turismo

1. Representações políticas sobre o turismo
 - a) recurso económico e político local
 - b) factor de desenvolvimento endógeno associado à indústria local
 - c) recurso social de identidade territorial, de vivências e de sociabilidades locais
2. Representações sociais/ideológicas sobre o turismo
 - a) turismo de massas *versus* turismo selectivo
 - b) turismo de praia *versus* turismo cultural
 - c) turismo religioso, turismo eco-ambiental, turismo de negócios
 - d) outras

IV. Políticas turísticas da autarquia

1. Existência/inexistência de uma política turística
2. Representações sobre a política turística do concelho no momento actual
3. Objectivos globais (autarquia e pelouro) e sectoriais (projectos)
4. Representações sobre a evolução das políticas turísticas do concelho nas últimas duas décadas
5. Articulação entre a política turística e o projecto político global da autarquia
 - a) como?
 - b) por quem?

- c) papel do presidente de câmara e do vereador
- 6. Projectos significativos do pelouro do turismo no concelho
 - a) identificação e descrição
 - b) valor político e social atribuído aos projectos
 - c) recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros)
 - d) dificuldades e problemas na execução dos projectos
 - e) públicos-alvo dos projectos
 - f) avaliação dos projectos
- 7. Representações sobre o projecto de uma cidade turística

V. Relação do pelouro do turismo com outros actores do poder local

- 1. Relação com outras câmaras/outros pelouros do turismo
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação efectivas
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
- 2. Relação com as câmaras/pelouros do turismo da AMP
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) representações sobre a política cultural conjunta

VI. Relação do pelouro do turismo com a comunidade local

- 1. Relação com outras organizações/instituições/associações locais
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação efectivas
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) projectos e actividades desenvolvidas
 - e) avaliação das modalidades de relação e dos projectos concretizados

2. Relação com os públicos
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) modalidades de participação dos públicos nas actividades

VII. Representações sobre os modelos de desenvolvimento turístico para o concelho

1. Modelos ideais de desenvolvimento local para o concelho
2. A cultura como um factor de desenvolvimento local
3. O turismo cultural e a sua relação com o desenvolvimento do concelho

Plano de observação

Entrevistador

Entrevistado

Data

Local

Início

Fim

Observações

Anexo 3J

Guião de entrevista aos vereadores do desporto da AMP

I. Caracterização sociográfica

1. Sexo
2. Idade
3. Naturalidade
4. Área de residência
5. Nível de escolaridade
6. Actividade profissional exercida/em exercício
7. Tempo de exercício de funções políticas
8. Filiação partidária
9. Pelouros atribuídos

II. Historial do pelouro do desporto na autarquia

1. Momentos de criação/institucionalização do pelouro do desporto na autarquia
 - a) representações sobre a macroestrutura organizacional da autarquia no momento actual e em momentos anteriores
 - b) representações sobre a articulação formal entre o departamento do desporto e o da cultura
 - c) proximidades/distâncias de projectos, actividades e práticas políticas nos dois sectores
2. Actores e factores responsáveis pelo processo de criação/institucionalização do desporto na autarquia
 - a) actores responsáveis
 - b) factores políticos, sociais e culturais
 - c) dinâmicas políticas e desportivas associadas a este processo
3. Estrutura formal do pelouro do desporto no mandato actual
 - a) recursos financeiros, humanos e materiais

- b) funções/competências/atribuições
- c) dinâmicas de trabalho
- d) dificuldades/obstáculos
- e) relação com outros pelouros/departamentos da autarquia
(conhecimento/desconhecimento dos projectos, actividades e práticas dos diversos sectores e modalidades de relação)

III. Representações sobre o desporto

1. Representações políticas sobre o desporto
2. Representações sociais/ideológicas sobre o desporto
 - a) desporto *versus* cultura
 - b) desporto *versus* turismo

IV. Políticas desportivas da autarquia

1. Existência/inexistência de uma política desportiva
2. Representações sobre a política desportiva do concelho no momento actual
3. Objectivos globais (autarquia e pelouro) e sectoriais (projectos)
4. Representações sobre a evolução das políticas desportivas do concelho nas últimas duas décadas
5. Articulação entre a política desportiva e o projecto político global da autarquia
 - a) como?
 - b) por quem?
 - c) papel do presidente de câmara e do vereador
6. Projectos significativos do pelouro do desporto
 - a) identificação e descrição
 - b) valor político e social atribuído aos projectos
 - c) recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros)

- d) dificuldades e problemas na execução dos projectos
 - e) públicos-alvo dos projectos
 - f) avaliação dos projectos
7. Representações sobre o projecto de uma cidade cultural

V. Relação do pelouro do desporto com outros actores do poder local

1. Relação com outras câmaras/outros pelouros do desporto
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação efectivas
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
2. Relação com as câmaras/pelouros do desporto da AMP
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) representações sobre a política desportiva conjunta

VI. Relação do pelouro do desporto com a comunidade local

1. Relação com outras organizações/instituições/associações locais
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação efectivas
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) projectos e actividades desenvolvidas
 - e) avaliação das modalidades de relação e dos projectos concretizados
2. Relação com os públicos
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) modalidades de participação dos públicos nas actividades

VII. Representações sobre os modelos de desenvolvimento para o concelho

1. Modelos de desenvolvimento local para o concelho
2. A cultura como um factor de desenvolvimento local
3. O turismo cultural e a sua relação com o desenvolvimento do concelho

Plano de observação

Entrevistador

Entrevistado

Data

Local

Início

Fim

Observações

Anexo 3K

Data, local e duração das entrevistas realizadas aos presidentes de câmara da AMP

	Data	Local	Duração	Observações ^{a)}
Espinho	10-04-2003	Gabinete do presidente	100 minutos (10h20m - 12h00m)	Pelouros acumulados: Desporto e Comunicação
Maia	13-10-2003	Gabinete do presidente	35 minutos (16h05m - 16h40m)	Pelouros acumulados: Desporto, Obras Municipais e Finanças
Póvoa de Varzim	07-01-2003	Gabinete do presidente	51 minutos (18h35m - 19h26m)	Não acumula pelouros
Valongo	05-03-2003	Gabinete do presidente	67 minutos (16h50m - 17h57m)	Pelouros acumulados: Educação
Vila Nova de Gaia	28-02-2003	Gabinete do presidente	115 minutos (12h15m - 14h10m)	Pelouros acumulados: Desporto e Cultura

a) Indicação dos pelouros acumulados pelos presidentes de câmara segundo os seus testemunhos discursivos na situação de entrevista.

Anexo 3L

Registos de observação da situação de entrevista aos presidentes de câmara da AMP

Actor político	Presidente da Câmara Municipal de Espinho
Data	10-04-2003
Local	Gabinete do presidente
Duração	100 minutos (10h20m - 12h00m)
Observações	

Esprei cerca de 3m no *hall* de acesso aos gabinetes da vereação e da presidência. Entretanto a secretária do presidente conduziu-me ao *hall* e ao gabinete da presidência. Aguardei cerca de 15m. Tomei um café, amavelmente oferecido. E esperei, no gabinete, sentada. Gabinete com traços arquitectónicos nobres, não muito arejado, mas sem deixar de ser confortável, virado para o largo da praça, do lado direito. Com objectos que retratavam a actividade política anterior e actual. Havia barulho e vozes provindas de uma sala contigua ao gabinete. Relembra-me dos pormenores das entrevistas anteriores, e constata-se que estaria prestes a realizar mais uma conversa com um actor político local, de importância indiscutível no âmbito do projecto. Começava a sentir uma relativa familiaridade com os contextos políticos e pensava, agradavelmente, que os esforços da pesquisa começavam a dar os seus primeiros passos. Quando o entrevistado entrou as apresentações habituais marcaram presença: minhas, do projecto, do interlocutor. Mantive-me no sofá, enquanto o entrevistado se sentava numa cadeira defronte. Depois de discutirmos o modelo da conversa, mudámos de assentos e a entrevista decorreu na secretária do presidente, novamente num frente a frente circunstancial. As vozes da sala ao lado mantiveram-se, e ao longo da entrevista, perturbando ligeiramente as condições de gravação e os nossos discursos.

Estivemos ambos relativamente descontraídos. A entrevista decorreu num ambiente formal, mas com uma presente informalidade discursiva (nos conteúdos e nas formas verbais). O entrevistado foi-se entusiasmando, ligeiramente, à medida que decorria a conversa, integrando novas dimensões temáticas e exemplos, sobretudo na parte final da entrevista. Discurso fluente, sem grandes hesitações, linear. Algumas interjeições exclamativas. Por várias vezes, mexeu-se no cadeirão, recostou-se, sorriu perante alguns exemplos. Retratou, nalguns momentos, o seu percurso. Foi pouco directiva na conversa. Testava, de novo, o guião, e percebia que a dimensão não estruturada se ajustava mais às especificidades políticas e ideológicas destes actores sociais. A distância pessoal face ao contexto político de Espinho e às dinâmicas culturais do concelho tornaram-me menos participativa na conversa, mas assumi sinais de assentimento. A entrevista acabou por não ser interrompida, excepto no momento de viragem da cassette. Foi servido um café ao presidente, que não quebrou a rotina da gravação.

Chovia e fazia mais frio do que nos dias anteriores primaveris. Ambos conversámos *off-record* cerca de 10m após a entrevista. Mais uma vez, e à semelhança de outras conversas com autarcas, manteve-se disponível para continuar a colaborar com o projecto e com a equipa de investigação. Sai, satisfeita, arquitectando novas tarefas para Espinho.

continua

continuação

Actor político	Presidente da Câmara Municipal da Maia
Data	13-10-2003
Local	Gabinete do presidente
Duração	35 minutos (16h05m - 16h40m)

Observações

Esperei na sala de recepção algum tempo, cerca de 45m. Enquanto esperava, e deambulava os olhos pelos meus apontamentos e pelas revistas a propósito da Maia e do seu presidente anterior, entretanto falecido, desfrutei da vista. A área da presidência situava-se no último piso do edifício emblemático do concelho: Torre do Lيدador (vulgo *isqueiro bic*). Lá de cima, fui observando os percursos do concelho, a várias escalas de percepção, com traços da ruralidade maiata a espreitarem por entre os novos sinais urbanos. Os telefones tocavam e a azáfama administrativa de uma instituição pública processava-se no seu quotidiano de trabalho. Quando me vieram buscar, fui encaminhada para uma sala mais restrita, de acesso ao gabinete do presidente, e quando me sentei defronte dele, no seu amplo gabinete, constatei que a vista que usufruía momentos antes se prolongava naquele outro espaço. A circularidade do edifício e as janelas vidradas e despojadas faziam-nos sentir suspensos. O gabinete era amplo e confortável. O entrevistado recebeu-me de forma algo distante e impessoal, como mais uma entre múltiplas tarefas que teria ainda que resolver durante aquele dia. Aguardei que concluísse tarefas e desse indicações para proceder às habituais apresentações e contextualizações da pesquisa. Senti-o pouco interessado, e algo incomodado com a situação de entrevista, mas provavelmente seriam impressões minhas pouco objectivas. Sentámo-nos nos sofás de apoio e num frente a frente circunstancial iniciámos a conversa nos termos previstos; eu lançando os primeiros temas e, mais uma vez, não estruturando em demasia as minhas intervenções, aguardando pelas respostas e pelos modos como o entrevistado assumia o seu papel de interveniente activo; o meu interlocutor, respondendo, por vezes evasivo, outras vezes mais entusiasmado e objectivo nas suas posições. Fez um discurso abrangente, por vezes fluente, outras vezes com sobressaltos verbais, nem sempre perceptível, ora pelas condições de gravação ora pelo tom de voz nalguns momentos. Tal como em momentos anteriores, pude constatar que, tanto nas paredes do edifício como nos discursos dos interlocutores, a presença do anterior presidente mantinha-se, num culto local pela personalidade política de Vieira de Carvalho. Ao longo da conversa, o entrevistado fez questão de vincá-lo, tanto a título pessoal como político. Não houve interrupções da entrevista (a não ser na mudança de cassette) e, de novo, assumi sinais de assentimento. Ora por sugestão e questionamento directos do entrevistado, ora como forma de proporcionar a condução da conversa nalguns momentos, assumi maior directividade face às resposta concisas do entrevistado.

Não houve propriamente conversas *off-record* no final da entrevista. Comentámos a vista sobranceira sobre o concelho e a inexistência do mar como recurso privilegiado local.

Saí com a sensação do “dever metodológico” cumprido, particularmente numa autarquia cujos sobressaltos burocráticos e políticos tinham sido vinculados. Fazia sol e o burburinho das ruas defronte o edifício do poder local indiciavam um final de tarde habitual.

continuação

continuação

Actor político	Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim
Data	07-01-2003
Local	Gabinete do presidente
Duração	51 minutos (18h35m - 19h26m)

Observações

Esprei cerca de 25m no *hall* de acesso aos gabinetes do executivo municipal. Por volta das 18h25m, a secretária conduziu-me ao gabinete do presidente. A familiaridade com alguns dos elementos do executivo actual e as relações de uma certa proximidade com a presidência, bem como o facto de ter sido esta a primeira entrevista aos presidentes de câmara, condicionaram-me um pouco, e de início, deixaram-me ligeiramente nervosa e apreensiva. Permitiram-me a aproximação rápida e fácil; mas dificultavam-me um certo distanciamento crítico e o assumir de um novo papel: o de quem tentava objectivar situações muito próximas do seu quotidiano.

Quando entrei no gabinete, deparei-me com o entrevistado já sentado, à cabeceira de uma mesa de reuniões da sala contígua ao seu gabinete. Mostrou-se pouco aprazível, distante e não muito ciente do teor da entrevista. Conversámos inicialmente, e como que numa inversão temporária de papéis, sobre mim, sobre aspectos familiares e profissionais, e depois sobre os objectivos do trabalho e os temas da entrevista. Garantiu-me apenas 30m de entrevista. Não se manifestou incomodado com o gravador.

A sala, apesar de confortável e ampla, estava demasiado quente. Vários dossiers, relatórios e ofícios dispersavam-se pela mesa. E a secretária, defronte nós, arrumou-a sumariamente, ainda antes do início da conversa.

A entrevista teve início num ambiente ligeiramente mais informal. Com o decorrer da conversa, cada um de nós se descontraíu e o próprio entrevistado foi-se revelando mais interessado e disponível. Por várias vezes sorriu e recostou-se no cadeirão de couro. Fumou, com prazer, durante a entrevista. Acabou por conversar cerca de 51m sobre os temas sugeridos e 10m mais após a gravação. Disponibilizou-me fotocópias de uma entrevista recentemente dada a um semanário local. Reiterou-me a sua disponibilidade para continuar a colaborar com o projecto. Sublinhou também que gostaria de ver o relatório final da investigação.

Houve duas interrupções ao longo da entrevista: a primeira, logo no início, com a saída do presidente do gabinete; e a segunda, com o toque do telemóvel e o atendimento da respectiva chamada.

Ao longo da conversa, procurei ser pouco directiva, não me coibindo de assumir alguma directividade em momentos particulares da entrevista. Procurei que o entrevistado desenvolvesse o seu discurso sem muitas interrupções e evitei confrontar-me directamente com o guião disposto à minha frente. Procurei sempre olhar para o entrevistado, sentado ao meu lado esquerdo. Manifestei vários sinais de assentimento ao longo da entrevista e, à medida que esta se tornava mais uma conversa, ambos os nossos discursos se sobrepunham, ora por interrupção de um, ora por interrupção do outro.

continua

continuação

Observações

O discurso do entrevistado, com uma acentuação notoriamente local - o falar poveiro - foi relativamente fluente, linear e objectivo. Com breves pausas entre palavras, frases e ideias; com várias hesitações, como que evidenciando uma certa gaguez, e algumas exclamações discursivas. O entusiasmo foi em crescendo e os exemplos locais e internacionais de dinamização cultural e turística fizeram sorrir e, nalguns momentos, rejubilar o entrevistado.

Não havia quase barulhos no interior do edifício camarário. Apenas ruídos provenientes da rua, nomeadamente do trânsito, o que de certa forma perturbou ligeiramente alguns momentos da entrevista.
Quando saí fazia noite e frio.

continua

continuação

Actor político	Presidente da Câmara Municipal de Valongo
Data	05-03-2003
Local	Gabinete do presidente
Duração	67 minutos (16h50m - 17h57m)
Observações	
Esprei cerca de 12m no <i>hall</i> de acesso aos gabinetes da presidência e das vereações. A sala, ampla e luminosa, encontrava-se com mais pessoas do que o habitual, não para atendimento, mas, presumo, para uma acção de formação. A dado momento, entraram no salão nobre (anfiteatro). A secretária do presidente chamou-me e acompanhou-me até à entrada do gabinete, por entre os meandros dos gabinetes e salas de trabalho, num trajecto algo sinuoso. Antes da entrada juntou-se-me a adjunta do presidente, que havia permitido a realização da entrevista e que, desde o início do trabalho, se mantinha como um dos meus interlocutores privilegiados junto da presidência. Cumprimntámo-nos afavelmente, retomando pormenores do projecto, discutidos em momentos anteriores, e entrámos no gabinete. Amplo, confortável, com várias plantas e um mobiliário moderno. Com muita luz e com vários artefactos que espelhavam o exercício da actividade política. O entrevistado, simpático e sorridente, recebeu-me de pé, junto à entrada e com um aperto de mão. Fomos encaminhados para os sofás de apoio. Após explicações prévias sobre a sua recuperação física, e sobre a indisponibilidade momentânea para me atender, criámos as condições para a realização da entrevista. A adjunta sentou-se, à minha direita, e do lado esquerdo, defronte, o presidente. Percebi que aquela seria, sempre, um elemento de apoio ao longo da entrevista. O ambiente foi sempre informal, descontraído, de alguma cumplicidade. Apresentei o projecto, os objectivos e as modalidades da entrevista, e agradei a colaboração solícita da Câmara Municipal de Valongo ao longo do projecto. De alguma maneira, estávamos descontraídos, calmos. Sem esquecer que o contexto era, para todos os efeitos, formal, não senti, pelo contrário (e talvez devido aos termos de proximidade e à relativa facilidade de acesso aos eleitos locais de Valongo), "nervosismos institucionais". Em determinados momentos da conversa, fui mais directiva, e assumi os sinais de assentimento na situação de entrevista. Houve intervenções da adjunta do presidente, para completar raciocínios, opiniões e informações dadas pelo entrevistado, de ordem mais factual, e para apresentar os respectivos panfletos dos equipamentos disponíveis. Entregaram-me documentação para posterior confronto e análise. Constatei que não houve interrupções ao longo da conversa. Conversámos informalmente cerca de 10/15m após a entrevista. A despedida foi familiar e próxima. Como se nos conhecêssemos há algum tempo. Fazia noite, pingava e estava frio. De alguma forma regozijava com a entrevista feita. Os discursos até agora tinham sido claramente políticos, e a disponibilidade dos autarcas, verbalmente, mantinha-se.	

continua

continuação

Actor político	Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
Data	28-02-2003
Local	Gabinete do presidente
Duração	115 minutos (12h15m - 14h10m)

Observações

Aguardei cerca de 1h na pequena sala de espera. Chovia e fazia algum frio matinal. Era a terceira vez que tentava a realização da entrevista e, como tal, sentia-me apreensiva com a demora, a espera. A própria projecção do entrevistado, a nível nacional e quanto às lógicas político-partidárias mais abrangentes, faziam-me sentir um outro nervosismo, mais "institucional" e "metodológico". Tentava, em todas as situações de entrevista, evitar que a dimensão ideológica dos discursos dos actores políticos levasse a conceber e a orientar tais registos como entrevistas para fins não científicos. Entretanto, a secretária do presidente de câmara veio até à porta de acesso ao gabinete presidencial e chamou-me. Levou-me até ao presidente. O gabinete era amplo, com traça nobre e vistas para a rua principal. Havia barulho proveniente do exterior e chamadas telefónicas e interrupções. Fizemos a entrevista na própria mesa de trabalho do presidente de câmara, sentados lado a lado. A formalidade e o distanciamento mantiveram-se desde o primeiro contacto até ao final da entrevista. Entrevistado disponível para a entrevista, sem contudo fazer perguntas e/ou expressar interesses imediatos. Assumi um papel distante, pouco conversador, revelando familiaridade mais do que suficiente com as situações de entrevistas formais e, ao mesmo tempo, uma reserva, quase timidez.

Foi-me oferecido um café. Tomámos, em tempos diferentes, o café trazido pela secretária.

A entrevista decorreu como um longo monólogo do entrevistado, com apenas pequenas e curtas intervenções da minha parte, assumindo que o esquema mental e discursivo do entrevistado não só correspondia aos temas do guião como, igualmente, as características pessoais e políticas do entrevistado melhor se coadunariam com a situação de entrevista.

Adoptou um discurso fluente, objectivo, com recurso a metáforas, pausado, com colocação da voz, ora fixando-me, ora fazendo esquemas num papel a propósito da cultura e do turismo no concelho. Pouca directividade me permitiu na orientação da conversa e eu própria assumi a postura de pouca estruturação da conversa. A abordagem feita pelo entrevistado não deixou de ser política, mas com traços diferentes das outras tidas até aí. Revelei alguns sinais de assentimento ao longo da conversa. A entrevista, nalguns momentos, foi alvo de várias interrupções, sobretudo telefónicas, que não perturbaram, particularmente, a orientação dos temas e, mais ainda, o raciocínio do interlocutor.

Tivemos uma ligeira e curta conversa informal no final da entrevista. Sem grandes complicações ou proximidades, como se ambos tivéssemos cumprido a sua função e, mais do que isso, o seu papel. Conversei com o secretário do presidente de câmara a propósito das idas ao arquivo e da recolha documental. A disponibilidade da câmara para a manutenção do projecto foi verbalmente assumida pelo presidente.

Chovia ainda mais quando saí, pela porta principal.

Anexo 3M

Data, local e duração das entrevistas realizadas aos vereadores da cultura [e do turismo] da AMP

	Data	Local	Duração	Observações ^{a)}
Espinho	03-12-2002	Gabinete do vereador	55 minutos (11h20m - 12h15m)	Pelouros acumulados: Turismo e Educação
Gondomar	05-12-2002	Gabinete do vereador	65 minutos (15h20m - 16h25m)	Pelouros acumulados: Educação, Desporto, Acção Social, Juventude e Habitação
Maia	30-10-2002	Gabinete do vereador	55 minutos (11h05m - 12h00m)	Pelouros acumulados: Turismo
Matosinhos	24-10-2002	Sala de reuniões contígua aos gabinetes	57 minutos (10h40m - 11h37m)	Pelouros acumulados: Turismo e Educação
Porto	12-02-2003	Gabinete do vereador	73 minutos (12h00m - 13h13m)	Não acumula pelouros
Póvoa de Varzim	23-12-2002	Gabinete do vereador	75 minutos (10h45m - 12h00m)	Pelouros acumulados: Turismo
Valongo	07-11-2002	Gabinete do vereador	58 minutos (11h20m - 12h18m)	Pelouros acumulados: Juventude, Turismo, Habitação Social e Ambiente
Vila do Conde	24-01-2003	Gabinete da vereadora	35 minutos (12h15m - 12h50m)	Pelouros acumulados: Educação e Acção Social
Vila Nova de Gaia	28-02-2003	<i>é o presidente de câmara</i>		

a) Indicação dos pelouros acumulados pelos vereadores segundo os seus testemunhos discursivos na situação de entrevista.

Anexo 3N

Registos de observação da situação de entrevista aos vereadores da cultura [e do turismo] da AMP

Actor político	Vereador da Cultura e do Turismo da Câmara Municipal de Espinho
Data	03-12-2003
Local	Gabinete do vereador
Duração	55 minutos (11h20m - 12h15m)
Observações	
Esprei cerca de 3m no <i>hall</i> de acesso aos gabinetes da vereação. A chegada do vereador, entretanto, fez com que ele me reconduzisse de imediato ao gabinete. Aguardei no gabinete do vereador. Tivemos uma conversa prévia sobre o projecto e a entrevista e trocámos impressões sobre a marcação da entrevista com o presidente de câmara, que entretanto estava lá fora em conversa com outras pessoas. Estabelecemos contactos com a secretária do presidente de câmara, no sentido de agendarmos a marcação da entrevista e, entretanto, reiniciámos a conversa sobre o pelouro da cultura. Fizemos a entrevista na mesa de apoio do gabinete, com a porta do gabinete aberta. Após uma ou outra interrupção, reiniciámos a entrevista. O entrevistado pareceu-me ligeiramente nervoso, pouco à vontade com a situação da entrevista, e receoso que faltasse dizer algo sobre o seu pelouro e a sua actividade. Aliás, tal característica já havia sido visível noutros contextos de entrevista: havia, por parte destes actores políticos, e nos contextos das autarquias de menores dimensões (de recursos, particularmente), uma representação da situação de entrevista como um meio para dar visibilidade e credibilidade ao trabalho desenvolvido e em curso. Fui algo directiva nalgumas questões, atendendo a certas especificidades do interlocutor e ao próprio guião previsto. Por vezes, a conversa tendia a espraar-se por outras áreas e a perder alguma facticidade e enquadramento culturais. Entregaram-me documentação sem que a entrevista tivesse sido interrompida. Havia ruídos provenientes do exterior. Senti a sala algo fria e desconfortável. Os ruídos dos outros gabinetes também por lá ressoavam. Pareceu-me que o discurso foi "em crescendo" quanto à exactidão, ao menor nervosismo e à articulação de ideias, particularmente por parte do entrevistado. Os traços específicos de Espinho foram-se desenhando à medida que a conversa se estreitava pelos meandros culturais e turísticos do concelho. Conversámos informalmente após a entrevista cerca de 15m, assumindo-se verbalmente a disponibilidade para colaborar no projecto. Estava frio e pouco sol lá fora.	

continua

continuação

Actor político	Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Gondomar
Data	05-12-2003
Local	Gabinete do vereador
Duração	65 minutos (15h20m - 16h25m)

Observações

Esperei cerca de 3m no *hall* de entrada. Conversei previamente com o interlocutor em torno de materiais documentais cedidos pela autarquia. Fiz o ponto da situação do trabalho quanto à análise documental e o vereador tomou notas de outros materiais a recolher.

Em virtude de contactos prévios, o entrevistador foi afável, descontraido, com uma disponibilidade clara para a entrevista. A relação com a docência e a investigação, e os contextos de trabalho académico anteriores, justificavam, por parte do jovem autarca, a sensibilidade e a cooperação necessárias para este tipo de pesquisa. A área da sociologia, de alguma forma, estava presente nos gabinetes da vereação, pois a adjunta do vereador era alguém com formação de base sociológica. Os interlocutores privilegiados desta vereação foram relevantes para o avanço da pesquisa e, por isso, este contexto de entrevista de alguma forma era esperado. Fizemos a entrevista na mesa de apoio do gabinete. Fui pouco directiva ao longo da conversa, testando a viabilidade do guião e permitindo ao interlocutor a análise das questões em causa.

Tinha um discurso fluente e organizado, nem sempre perceptível em termos de registo, dadas as condições de gravação.

Havia muito barulho proveniente da rua, sobretudo do trânsito.

A sala estava demasiado quente. Pedi para diminuir a temperatura do aquecimento. Houve algumas interrupções telefónicas, desde logo resolvidas pelo vereador, que as desligava, e de pessoas que entravam no gabinete para tratar de assuntos correntes.

Conversámos informalmente após a entrevista sobre o projecto e o trabalho com as câmaras. Mais uma vez, conversámos sobre a possibilidade de agendar uma entrevista com a presidência da autarquia. A disponibilidade para a colaboração necessária foi reiterada.

Quando saí, a rua estava amena.

continua

continuação

Actor político	Vereador da Cultura e do Turismo da Câmara Municipal da Maia
Data	30-10-2002
Local	Gabinete do vereador
Duração	55 minutos (11h05m - 12h00m)

Observações

Esprei cerca de 20m. Primeiro, no átrio do Fórum da Maia, depois no *hall* de espera e acesso ao gabinete do vereador. Quando entrei, preparei o cenário para a entrevista. Já nos conhecíamos de um primeiro contacto exploratório a propósito da pesquisa. De qualquer maneira, retomei os objetivos e os preâmbulos habituais.

Tivemos uma conversa ligeira e curta *off-record* a propósito do Festival de Teatro Cómico da Maia e das salas de cinema adquiridas pela câmara. Abordámos a possibilidade de agendar uma entrevista com o presidente. Foi-me oferecido material para consulta. O gabinete espelhava a dinâmica cultural local.

O entrevistado estava relativamente simpático e calmo. Apesar de disponível, pareceu-me pouco motivado para a entrevista. Quis saber as questões de antemão, mas à medida que decorria a entrevista, interessou-se mais pelo discurso que ele próprio produzia. Confrontava-se, de alguma forma, com o trabalho que o seu pelouro desenvolvia, e o entusiasmo a dado momento ressaltava. Percebi que a situação de entrevista era uma forma de tornar visível, provavelmente, o trabalho de certas autarquias, para além da centralidade funcional e territorial do Porto. A proximidade às áreas do social, sobretudo pela sua formação académica, justificava, em parte, a disponibilidade discursiva entretanto manifestada.

Fui um pouco interventiva, sem olhar para o guião, excepto nos momentos de pausa provocados. Estive atenta ao discurso produzido.

A sala era confortável e agradável. A entrevista foi feita numa situação formal de frente a frente. O entrevistado fumou muito. Havia muito barulho: obras vindas lá de fora, por uma janela entreaberta.

Houve três interrupções ao longo da entrevista: chamadas no telemóvel do vereador. Havia dado indicações precisas à secretária de que não queria ser incomodado.

Fazia sol quando sai.

continua

continuação

Actor político	Vereador da Cultura e do Turismo da Câmara Municipal de Matosinhos
Data	24-10-2002
Local	Sala de reuniões contígua aos gabinetes
Duração	57 minutos (10h40m - 11h37m)

Observações

A entrevista estava marcada para as 10h. Esperei cerca de 35m na sala de espera e na sala de reuniões contígua aos gabinetes. A sala de reuniões era confortável, ampla, com as condições acústicas favoráveis ao registo áudio. A entrevista decorreu sem interrupções. O entrevistado revelou-se familiarizado com a situação de entrevista. Estava calmo, atencioso, simpático, poucas vezes evasivo nas respostas. Tinha um discurso fluente, rápido, com poucas hesitações e pausas. Fui pouco directiva e interveniente. Estava calma e pouco ligada ao guião de entrevista que se encontrava em cima da mesa. Apenas por três vezes desviei o olhar do entrevistado para controlar o guião da entrevista. Era a primeira entrevista e, como tal, testava pela primeira vez o guião de perguntas. A não directividade excessiva seria de evitar, mas a estruturação em demasia seria pouco produtiva. A ligação do entrevistado à área do jornalismo criava também dois modelos de situação de entrevista ou, pelo menos, duas representações diferentes face à mesma.

O espaço era amplo, com uma mesa redonda para cerca de 10 a 12 pessoas, com sofás e mesas de apoio. Era a sala onde teve lugar a primeira audiência de apresentação. O interlocutor foi dando conta, com uma certa satisfação política e pessoal, do trabalho cultural da autarquia.

Conversámos cerca de 15m *off-record*, após o final da gravação, sobre a Póvoa de Varzim (concelho de naturalidade e de residência do entrevistado) e a oferta cultural da Área Metropolitana do Porto. Conversámos também sobre a possibilidade de marcar a entrevista com o presidente da câmara. A proximidade ganhou outros contornos quando, *off-record*, o entrevistado soube que éramos conterrâneos.

Quando saí, chovia. E com uma sensação de que o trabalho tendia a ganhar outros contornos pelos meandros do poder local.

continua

continuação

Actor político	Vereador da Cultura da Câmara Municipal do Porto
Data	12-02-2003
Local	Gabinete do vereador
Duração	73 minutos (12h00m - 13h13m)

Observações

Fiz as consultas no Arquivo Geral a propósito da pesquisa e, após indicação dada pelos funcionários da recepção, subi as escadas até ao piso 2 onde se situava o Pelouro da Cultura. Aguardei no pequeno *hall* de acesso aos gabinetes: acolhedor, com estantes preenchidas por publicações municipais sobre cultura, com informação alusiva às actividades culturais do momento e com alguns cartazes. A secretária do vereador solicitou-me que aguardasse. O atendimento contemplou de igual modo um café e umas bolachas de chocolate. Dei por mim a saboreá-los com agrado. A simpatia do atendimento havia sido clara desde os primeiros contactos. Quando o vereador chegou, e após alguns momentos, fui encaminhada para o respectivo gabinete. Os barulhos lá fora mantinham-se, como resquícios do Porto 2001, e após as primeiras apresentações e troca de impressões, em particular os contratempos para a marcação da entrevista, iniciámos a conversa.

O interlocutor, ligado à área das ciências humanas, e académico de formação, manifestava interesse pelas questões que politicamente geria e, sobretudo, pela investigação. De alguma forma, a entrevista tornou-se-lhe familiar nos propósitos e agradável no decurso. E as relações com a sociologia, enquanto área de investigação acerca do cultural, nas mais diversas manifestações, passaram pelos discursos.

Introduzi na conversa a directividade que me pareceu necessária face ao contexto da entrevista e à orientação da própria entrevista.

No final, e já em *off-record*, conversámos em torno da possibilidade de agendar uma entrevista com o presidente da autarquia. A boa vontade manifestou-se mas, por momentos, tornou-se visível que a dimensão, a burocracia e os posicionamentos políticos da câmara, e na área da cultura, na altura tão mediaticamente tratada, não seriam factores favoráveis no processo. Manifestou reiterado interesse na prossecução do projecto. Saí com sol, e numa altura de pausa laboral.

continua

continuação

Actor político	Vereador da Cultura e do Turismo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim
Data	23-12-2003
Local	Gabinete do vereador
Duração	75 minutos (10h45m - 12h00m)
Observações	

Depois de me ter apresentado, dirigi-me ao *hall* de acesso aos gabinetes e aguardei cerca de 1h05m pela entrada no gabinete do vereador. O vereador atendeu durante esse período algumas pessoas que apareceram sem marcação prévia. Enquanto esperava, por vezes sentada, por vezes circulando e confrontando-me com as fotografias a preto e branco de poveiros, fui-me sentindo mais ansiosa. O espaço e as pessoas eram-me suficientemente familiares mas a espera, pelo menos ali, não.

Por volta das 10h35, o próprio vereador chamou-me ao seu gabinete. Por entre desculpas e comentários, sentámo-nos e trocámos algumas impressões, nomeadamente sobre o início inesperadamente tardio da entrevista. Sentámo-nos num frente a frente. O gabinete era amplo, confortável, um pouco frio, com vários e dispersos sinais de actividade cultural. O barulho ouvia-se distintamente, quer o provindo da rua quer o do corredor e dos gabinetes contíguos. A entrevista foi realizada na própria secretária do vereador. Já nos conhecíamos há vários anos e essa familiaridade manifestamente se tornou, pelo menos no início da entrevista, um factor de constrangimento, particularmente para mim. O entrevistado não se manifestou incomodado com o gravador e, com o seu sentido de humor peculiar, manteve após o início da gravação o pronome de tratamento “tu”. À medida que a entrevista decorria, e porque eu desde sempre procurei manter um certo distanciamento na interacção verbal, o entrevistado foi assumindo uma postura mais distante e usou, alternadamente, diferentes pronomes de tratamento.

O entrevistado mostrou-se, desde o início, calmo, atencioso, simpático, poucas vezes evasivo nas respostas. O discurso era fluente, por vezes rápido, outras vezes compassado, com poucas hesitações e pausas, muito metafórico e enfático. Procurei ser pouco directiva e interveniente. Evitei fazer uso do guião de entrevista que se encontrava em cima da mesa.

Houve várias interrupções, pessoais e telefónicas, mas apenas uma vez a entrevista foi momentaneamente suspensa.

Após o final da entrevista trocámos diversas impressões sobre o trabalho, a actuação da autarquia poveira, a figura do presidente local. Mais uma vez, solicitei ao entrevistado que, dentro do possível, viabilizasse a marcação da entrevista. Como o presidente estava naquele momento presente, dirigimo-nos ao *hall* presidencial. O vereador trocou impressões com a secretária e, juntamente comigo, entrou no gabinete do presidente. Sentado a uma mesa, mostrou-se disponível para a entrevista e, após uma breve interacção conjunta, ele próprio marcou na agenda a entrevista.

Sai e aguardei a vinda do vereador para os devidos agradecimentos e despedidas.

Fazia sol, quando abandonei a câmara municipal. E com um regozijo claro. Em vésperas de Natal.

continua

continuação

Actor político	Vereador da Cultura e do Turismo da Câmara Municipal de Valongo
Data	07-11-2002
Local	Gabinete do vereador
Duração	58 minutos (11h20m - 12h18m)
Observações	
Esprei cerca de 10m no <i>hall</i> da presidência. O interlocutor, jovem autarca, recebeu-me de modo acessível e simpático. Conversámos previamente sobre a entrevista e o projecto. A sala era confortável, com ar condicionado demasiado frio, mas entretanto desligado. Havia pouco barulho. Sentámo-nos numa mesa de apoio ao gabinete, num frente a frente. Ao longo da conversa, houve entradas e saídas do gabinete pelo adjunto do vereador e uma interrupção formalmente feita: um pedido de informações sobre os eventos culturais fixos anualmente. O entrevistado foi simpático, descontraído, entusiasmado, acessível. Mostrou-se muito disponível para a entrevista e para a discussão em torno das questões culturais e turísticas da Câmara de Valongo. Agradava-lhe, parecia-me, partilhar trabalho feito, e de certo modo, conferir à autarquia uma visibilidade cultural que, nalguns eventos, parecia já ter adquirido para além dos limites do concelho. Nalguns momentos, fui um pouco mais interventiva, de modo a direccionar algumas respostas dadas pelo entrevistado, mas não olhei mais do que uma vez para o guião. O contexto formal da entrevista não me perturbou. A proximidade etária e as ligações à área da cultura e da investigação académica tornaram-na propícia à troca de impressões. A equipa de jovens eleitos e técnicos de alguns serviços da autarquia assumia perante o projecto uma disponibilidade relativamente rápida. Conversámos ligeiramente cerca de 10m, após o fim da entrevista. Concedeu-me material alusivo a actividades culturais, nomeadamente umas gravações a propósito dos festivais de música moderna. Quando saí, fazia sol.	

continua

continuação

Actor político	Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Vila do Conde
Data	24-01-2003
Local	Gabinete da vereadora
Duração	35 minutos (12h15m - 12h50m)
Observações	
Aguardei cerca de 10m no <i>hall</i> de acesso aos gabinetes dos vereadores. A secretária conduziu-me às novas instalações do Pelouro da Cultura. A entrevistada foi realizada no novo gabinete: mais amplo e confortável do que aquele onde tivera lugar a audiência de apresentação. Soalheiro, quente, acolhedor, com muita luz natural, situado em pleno centro histórico vilacondense. Quando entrei no gabinete, deparei-me com a entrevistada sentada à sua secretária, atendendo uma chamada que se prolongou por alguns minutos. Permanecemos sentadas frente a frente ao longo da entrevista. A entrevistada estava relativamente calma com a eventual gravação e mais predisposta para o tema em questão do que na primeira reunião tida entre ambas. Contudo, não se recordava nem do projecto nem da equipa de investigação e da audiência de apresentação. Algo apreensiva com a situação de entrevista, comecei por reiterar a apresentação do projecto e por justificar a pertinência da entrevista. A entrevistada teve início num contexto demasiado formal e, a dado momento, com alguns constrangimentos: as respostas curtas e directas da entrevistada e os sucessivos toques telefónicos que se traduziram em três interrupções efectivas. Senti que a autarca estava com alguma falta de tempo e com assuntos pendentes para resolver. A hora do almoço avizinhava-se também. De qualquer forma, procurou não atender todas as chamadas ocorridas. À medida que a entrevista decorria, e apesar das especificidades da situação criada e da própria entrevistada, o meu desconforto inicial foi desaparecendo. Optei, até ao final da entrevista, por uma crescente estruturação das questões. Não fiz uso do guião em suporte papel, situado ao meu lado numa cadeira. Procurei sempre olhar para o interlocutor, apesar do distanciamento criado pela secretária situada entre ambas. Fiz uso de sinais de assentimento ao longo da entrevista. Curiosamente, a entrevistada também. Foi-se manifestando ao longo da entrevista uma certa empatia entre as interlocutoras. A entrevistada caracterizou-se, assim, por uma maior directividade do que o habitual, desde logo assumida por mim face às respostas curtas e concisas da entrevistada e a algum desconhecimento, assumido por este último, relativamente a certas matérias. Porém, e no seu modo simples e directo, a vereadora sorriu perante algumas dessas situações. O discurso da entrevistada revelou-se linear, curto, com poucas hesitações, em certos momentos com algumas exclamações discursivas. Fluente, rápido e com uma oralidade muito correcta. No final da entrevista, e durante alguns minutos, trocámos breves impressões sobre as fases seguintes do projecto e a eventual marcação da entrevista com o presidente da câmara. A entrevistada, de modo cordial, não garantiu qualquer forma de resolver a situação. Mostrou-se, contudo, e dentro das suas possibilidades, disponível para colaborar. Havia-se levantado da cadeira há pouco tempo para se despedir e preparava-se para sair. Fazia sol e frio. Num dia de feira semanal em Vila do Conde.	

Anexo 3O

Data, local e duração das entrevistas realizadas aos vereadores do desporto da AMP

	Data	Local	Duração	Observações ^{a)}
Espinho	03-12-2002	Nave desportiva do concelho, gabinete do professor	55 minutos (14h45m - 15h40m)	Chefe de Divisão da Dinamização Desportiva da edilidade; assessor do presidente de câmara para o Desporto
Gondomar	05-12-2002			<i>é o vereador da cultura</i>
Maia	13-10-2003			<i>é o presidente de câmara</i>
Porto	05-12-2002	Gabinete do vereador	60 minutos (09h10m - 10h10m)	Pelouros acumulados: Educação, Juventude, Recursos Humanos e Euro 2004
Póvoa de Varzim	11-12-2002	Gabinete do vereador	60 minutos (10h30m - 11h30m)	Pelouros acumulados: Acção Social, Serviços Jurídicos e Polícia Municipal
Valongo	26-11-2002	Gabinete do vereador	65 minutos (11h35m - 12h40m)	Pelouros acumulados: Obras Municipais, Feiras, Mercados e Cemitérios
Vila do Conde	20-11-2002	Gabinete do vereador	50 minutos (14h10m - 15h00m)	Pelouros acumulados: Administração e Finanças, Gestão Urbanística e Serviços Jurídicos

a) Indicação dos pelouros acumulados pelos vereadores/técnicos segundo os seus testemunhos discursivos na situação de entrevista.

Anexo 3P

Registos de observação da situação de entrevista aos vereadores do desporto da AMP

Actor político	Assessor do presidente de câmara para o Desporto, Chefe de Divisão da Dinamização Desportiva da Câmara Municipal de Espinho
Data	03-12-2002
Local	Nave desportiva do concelho, gabinete do professor
Duração	55 minutos (14h45m - 15h40m)
Observações	
Não esperei para entrar. Apresentei-me no gabinete e trocámos esclarecimentos quanto a um mal-entendido nas marcações das entrevistas entre o vereador da cultura e o entrevistado. Mostrou-se imediatamente disponível para a entrevista. Conversámos previamente sobre o projecto e o guião de entrevista. O entrevistado estava calmo, com um discurso fluente, e com a postura de um técnico, desprovido de pruridos e compromissos políticos. Foi ganhando interesse e entusiasmo com o decorrer da entrevista. Percebi que estava perante uma situação de entrevista diferente, com um técnico, assessor do presidente, mas, de algum modo, com um posicionamento menos político e mais operacional da área em questão. Houve alguma directividade da minha parte em momentos de certa desorientação ou explanação desnecessária pelo entrevistado. Os ruídos provenientes do exterior, das máquinas que preparavam a pista de motocross para o fim de semana, mantiveram-se ao longo da conversa. Houve interrupções várias (telefone e portas), mas que o entrevistado ignorou. Previamente tinha avisado que não queria ser interrompido. Realizámos a entrevista na mesa de apoio ao gabinete, num frente a frente numa sala minimamente confortável. A conversa informal, após a entrevista, impôs-se por cerca de 10m. Sol e frio, lá fora, esperavam-me.	

continua

continuação

Actor político	Vereador do Desporto da Câmara Municipal do Porto
Data	05-12-2002
Local	Gabinete do vereador
Duração	60 minutos (09h10m - 10h10m)
Observações	
Cheguei à Câmara, edifício de valor arquitectónico, bonito e pleno de meandros de serviços e gabinetes. Já se me tornava mais familiar. Depois dos habituais protocolos à entrada, dirigi-me à vereação do desporto. Esperei 10m em virtude das arrumações do gabinete porque havia mudança de instalações. Como habitualmente houve uma conversa informal em torno do projecto e do guião de entrevista. A sala era confortável, apesar das mudanças em curso. Os ruídos, provenientes da rua, mantinham-se. Continuavam lá fora os resquícios das obras posteriores ao Porto 2001. O entrevistado mostrou-se disponível, interessado, com um discurso fluente. O entrevistado, jovem autarca, estava inicialmente sentado na mesa de apoio, mas, entretanto, levantou-se e circulou entre a mesa e a janela. Brincava com a cadeira e respondia às questões. Sorri perante tal mudança de postura mas entendi-o. Por vezes, é-nos mais fácil abordar discursivamente um tema, uma pessoa, uma situação, circulando. Não tinha ainda presenciado tal traço nas entrevistas realizadas até ali: houve, para todos os efeitos, uma mudança no cenário, <i>a priori</i> institucional e formal. Receei pelo alcance da gravação, mas o tom de voz do interlocutor era suficientemente audível. Nalguns momentos, fui mais directiva, particularmente em certos temas, em virtude da finalização rápida das respostas e da abordagem, por vezes, factual e objectiva de certos temas. Houve interrupções telefónicas e interrupções feitas pelo próprio entrevistado. Conversámos informalmente após a entrevista. Reiterou a disponibilidade para colaboração e entregou-me documentação. Estava sol e frio, lá fora, quando saí. Dei conta, de novo, de que consoante o eleito local e as particularidades da área que tutelava, mais disponível ou menos disponível, mais rápido ou menos rápido se processaria o trabalho.	

continua

continuação

Actor político	Vereador do Desporto da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim
Data	11-12-2002
Local	Gabinete do vereador
Duração	60 minutos (10h30m - 11h30m)

Observações

Depois de apresentado pelos serviços da recepção, subi as escadas até ao *hall* de acesso aos gabinetes dos vereadores e da presidência. Cruzei-se com o vereador da cultura e a convite do próprio mantive no seu gabinete uma conversa informal sobre o trabalho e marquei directamente com ele a respectiva entrevista.

Entretanto, por volta das 10h30m, chegou o entrevistado, algo esbaforido, cumprimentando o colega e a mim, sem ter-me reconhecido enquanto entrevistadora que o aguardava. Só após os comentários humorísticos do vereador da cultura, no sentido de que seria com aquela pessoa que teria a entrevista, é que o entrevistado se apercebeu da situação e encaminhou-me para o seu gabinete.

No gabinete, para além dos dois interlocutores, encontrava-se um terceiro elemento, assessor do próprio vereador, convocado para a suposta reunião. Desfeito o equívoco, pois não seria uma reunião de trabalho mas sim uma entrevista formal ao vereador, ficaram apenas no gabinete os dois interlocutores esperados.

O gabinete era amplo, confortável, mas naquele início de manhã pouco acolhedor e demasiado frio. Os sinais da actividade desportiva municipal espalhavam-se pela secretária e pelas paredes. Sentámo-nos, lado a lado, na mesa de apoio. Houve uma conversa informal de alguns minutos sobre o trabalho e o guião de questões. Eu conhecia o entrevistado de outros contextos e de redes de relações comuns, o que de certa forma tomou desconfortável a situação de entrevista.

A entrevista teve início num ambiente ligeiramente descontraído para ambas as partes. O entrevistado, calmo e interessado, mostrou-se disponível para a entrevista sem manifestar incómodo com o gravador e a falta de tempo. À medida que decorria a conversa, o entrevistado foi sistematizando melhor o seu discurso, revelando *a posteriori* temas e informações não referidas anteriormente. Desenvolveu um discurso relativamente linear e objectivo, com várias exemplificações, fazendo uso de algumas exclamações discursivas e com uma acentuação notoriamente poveira.

Procurei ser pouco directiva, intervindo sempre que necessário e particularmente nos últimos temas da conversa. Não fiz uso do guião em suporte papel. Procurei sempre olhar o entrevistado, fazendo sempre que necessário sinais de assentimento.

Não houve interrupções ao longo da entrevista. Ouveu-se apenas o barulho proveniente da rua, do corredor e dos gabinetes contíguos.

Após a entrevista, conversámos sobre as redes de conhecimentos locais comuns. O entrevistado mostrou-se disponível para continuar a colaborar com a equipa responsável pelo projecto.

Chovia e fazia muito frio lá fora.

continua

continuação

Actor político	Vereador do Desporto da Câmara Municipal de Valongo
Data	26-11-2002
Local	Gabinete do vereador
Duração	65 minutos (11h35m - 12h40m)

Observações

Esprei no *hall* de entrada cerca de 5m.

Houve entre nós uma conversa prévia, ligeira e informal, sobre o projecto e o guião de entrevista (temas e abordagens) e as funções académicas de ambos. A proximidade, desde logo, estabeleceu-se pelas funções de docência e de investigação, no caso do entrevistado ligados à psicologia e aos recursos humanos.

A sala era pequena mas acolhedora.

O entrevistado era afável, descontraído, com uma voz particular, dificultadora de uma percepção adequada na fita magnética, com um discurso fluente, objectivo mas nem sempre curto. Respondeu, contudo, às questões colocadas.

Alguna directividade em momentos de alguma explanação desnecessária pelo entrevistado.

A entrevista realizou-se numa mesa de apoio ao gabinete. Não houve interrupções. Apenas alguns ruídos providos de outros gabinetes. A entrevista terminou 2m após a conclusão da fita: a cassette foi totalmente esgotada.

Tivemos uma conversa informal após a entrevista de cerca de 10m. O entrevistado referiu-se às suas intenções em não ser presidente de câmara, em continuar ligado ao trabalho político autárquico, e à sua relação particular com o meio social local.

Chovia e fazia frio lá fora.

continua

continuação

Actor político	Vereador do Desporto da Câmara Municipal de Vila do Conde
Data	20-11-2002
Local	Gabinete do vereador
Duração	50 minutos (14h10m - 15h00m)
Observações	
Aguardei cerca de 5m na sala de espera que dá acesso aos gabinetes dos vereadores. O gabinete do vereador, situado agora no novo edifício municipal entretanto recuperado, havia sido recentemente ocupado pela vereação. Era um gabinete amplo, aprazível mas ainda não totalmente confortável. A entrevista foi feita na mesa de apoio, que balançava sempre que algum dos interlocutores se movia ou apoiava os braços. Os barulhos feitos pela mesa interferiram na qualidade da gravação. Tivemos uma conversa inicial ligeira. Ao longo da conversa, o entrevistado mostrou-se simpático, disponível e acessível. Foi-se descontraindo e entusiasmando à medida que a conversa decorria. Houve várias interrupções da entrevista pois o telefone tocava com alguma insistência e várias pessoas procuravam entrar no gabinete do vereador. Havia barulho proveniente da rua e dos corredores. Fui directiva nalguns momentos particulares da entrevista, tentando direccionar a conversa para os temas fulcrais do guião. Era a primeira entrevista às vereações do desporto e confrontava-me com o discurso particular da área do desporto, nem sempre transversal com o da cultura. A familiaridade com os espaços, os contextos e os actores da autarquia vilacondense não era propriamente relevante; pelo contrário, algo distante e até facilitadora da análise mais objectivada. Foi relativamente escorreita a realização desta entrevista. Não me senti, particularmente, estranha e apreensiva na situação de entrevista. Quando saí, fazia sol e chuva.	

Anexo 3Q

Data, local e duração das entrevistas realizadas aos vereadores do turismo da AMP

	Data	Local	Duração	Observações ^{a)}
Espinho	03-12-2002		<i>é o vereador da cultura</i>	
Gondomar	21-01-2003	Gabinete da vereadora	50 minutos (12h00m - 12h50m)	Pelouros acumulados: Geminções, Protocolo, Gabinete de Imprensa e Gabinete do Cidadão; vereadora-adjunta do presidente
Maia	30-10-2002		<i>é o vereador da cultura</i>	
Matosinhos	24-10-2002		<i>é o vereador da cultura</i>	
Porto	03-09-2003	Gabinete do vereador	115 minutos (15h15m - 17h10m)	Pelouros acumulados: Actividades Económicas, Polícia, Batalhão de Sapadores de Bombeiros, Relações Internacionais; representação do presidente
Póvoa de Varzim	23-12-2002		<i>é o vereador da cultura</i>	
Valongo	07-11-2002		<i>é o vereador da cultura</i>	

a) Indicação dos pelouros acumulados pelos vereadores segundo os seus testemunhos discursivos na situação de entrevista.

Anexo 3R

Registos de observação da situação de entrevista aos vereadores do turismo da AMP

Actor político	Vereadora do Turismo da Câmara Municipal de Gondomar
Data	21-01-2003
Local	Gabinete da vereadora
Duração	50 minutos (12h00m - 12h50m)
Observações	

Esprei cerca de 20m no *hall* de entrada do edifício municipal. Por volta das 11h50, e por indicações dadas previamente pelos funcionários da recepção, dirigi-me aos gabinetes da Divisão e já no seu interior fui conduzida ao gabinete da vereadora. O gabinete era muito pequeno, despojado, confortável. Ouvia-se o barulho provindo da rua e as vozes dos gabinetes contíguos.

Quando entrei, deparei-me com a entrevistada sentada, numa pequena secretária, acompanhada por um outro elemento da equipa, uma técnica superior adjunta, sentada do seu lado esquerdo, que desde logo me foi apresentada como um elemento da equipa que trabalhava há cerca de 6 anos na área do turismo. Sentei-me, num frente a frente circunstancial. Afigurou-se-me, desde logo, uma nova situação de entrevista: a presença de um terceiro elemento, que tirou notas quanto às primeiras trocas de impressões entre os interlocutores, que assistiu à entrevista e que participou mesmo na abordagem de alguns temas, completando as enunciações feitas pela própria vereadora.

Logo de início, fui directamente questionada pela entrevistada quanto às minhas intenções. Percepcionei não só alguma confusão quanto ao conteúdo do ofício enviado para a marcação de entrevista, como também uma certa relutância quanto à própria situação de entrevista, deixando-me ligeiramente perplexa. Por momentos senti que a entrevista poderia não realizar-se. Apercebi-me de algumas falhas na circulação de informação entre a câmara e a própria equipa de investigação mas, resolvido o mal entendido, e perante a concordância da entrevistada em conceder a entrevista, teci considerações sobre o projecto, o trabalho realizado até agora com as outras autarquias e o guião de questões. Curiosa perante as especificidades da macroestrutura das outras autarquias, a entrevistada fez questão de dizer que daria uma entrevista mais curta do que aquelas tidas até ao momento no âmbito do projecto.

A entrevista realizou-se na própria secretária e teve início num ambiente ligeiramente mais descontraído. Adquiriu mesmo, à medida que os temas eram expostos, um carácter mais informal. A entrevistada revelou algum desconforto perante a situação de entrevista. Sobretudo, algum embaraço político perante a abordagem de certos temas (por exemplo, as carências infraestruturais do concelho ao nível do turismo) mas sempre reposicionado pelo uso de um sentido de humor oportuno.

continua

continuação

Observações

Procurei não ser muito directiva na abordagem dos temas, deixando que a entrevistada expusesse os seus pontos de vista. Contudo, senti necessidade de intervir mais e de modo mais concreto a partir de um certo momento da entrevista, em virtude das especificidades das respostas e do discurso da própria entrevistada. Houve várias interrupções ao longo da entrevista: chamadas telefónicas (telemóvel e telefone) e entradas súbitas de outras pessoas no gabinete, o que manifestamente desagradou a vereadora. A duração da entrevista ultrapassou largamente as intenções iniciais da entrevistada. O discurso caracterizou-se por várias hesitações e pausas e pelo uso de conjunções como o “pronto” e o “portanto”. O discurso nem sempre foi fluente e linear e com recurso a várias exemplificações. Quando saí, fazia sol, com alguns chuviscos e frio.

continua

continuação

Actor político	Vereador do Turismo da Câmara Municipal do Porto
Data	03-09-2003
Local	Gabinete do vereador
Duração	115 minutos (15h15m - 17h10m)
Observações	
Esprei cerca de 10m no <i>hall</i> de acesso ao gabinete da vereação. Quando entrei, o entrevistado manifestou-me simpatia e reconhecimento, atendendo a contactos prévios já feitos. Tivemos uma conversa prévia, informal e amena sobre as férias e o trabalho. Sentámo-nos na mesa de apoio. O gabinete estava muito frio (o ar condicionado estava ligado) e o barulho da rua, decorrente das obras no centro do Porto, ressoava pelo gabinete. Ofereceram-me café e água. A entrevista foi longa e pausada. Com muita água e cigarros, por parte do entrevistado. A informalidade e a simpatia perpassaram ao longo da entrevista. Fui pouco directiva. Adoptei a menor directividade possível, deixando que o entrevistado abordasse as questões com o nível de desenvolvimento e a orientação mais adequados. Tinha um discurso fluente e exemplificativo. Conversámos <i>off-record</i> sobre o presidente de câmara e a marcação de entrevista e as dificuldades tidas quanto aos contactos junto da presidência. De novo, me apercebia das facilidades/dificuldades no acesso a determinados actores políticos, ora por razões de agenda política ora por prioridades políticas, ora ainda por entraves burocrático-administrativos. A disponibilidade do pelouro foi reiterada. Sai da câmara às 17h45m, com sol e calor.	

Anexo 3S

Guião de entrevista aos actores locais e regionais

I. Caracterização sociográfica

1. Sexo
2. Idade
3. Naturalidade
4. Área de residência
5. Nível de escolaridade
6. Actividade profissional exercida/em exercício
7. Tempo de exercício de funções políticas/administrativas

1. Historial do organismo

- a) natureza jurídica
- b) objectivos
- c) actividades
- d) programas
- e) recursos financeiros, humanos e materiais
- f) funções/competências/atribuições
- g) dinâmicas de trabalho
- h) dificuldades/obstáculos
- i) relação com outros organismos estatais
- j) avaliação dos programas/actividades

2. Representações sobre a cultura e o turismo cultural

3. Representações sobre os modelos de desenvolvimento cultural do país, da Região Norte e da AMP

4. Relações do organismo com
 - a) outros actores políticos
 - b) autarquias
 - c) organismos de desenvolvimento local
 - d) organizações não governamentais

5. Representações sobre as políticas culturais nacionais, regionais e metropolitanas
 - a) representações sobre o projecto de uma cidade cultural/concelho cultural
 - b) evolução das políticas culturais e turísticas no país e regiões

Anexo 3T

Data, local e duração das entrevistas realizadas aos actores locais e regionais

	Data	Local	Duração
Agente local de Espinho (Cooperativa Nascente e Grupo de Teatro Amador)	01-06-2004	Sede da Cooperativa Nascente, Espinho, sala de reuniões	85 minutos (14h15m - 15h40m)
Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)	18-09-2003	Sede da ANMP, Coimbra, gabinete do interlocutor	75 minutos (15h20m - 16h35m)
Associação para a Promoção Cultural do Norte de Portugal (APCNP)	06-10-2003	Sede da APCNP, Porto, sala de reuniões	75 minutos (15h45m - 17h00m)
Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte (ADETURN)	18-02-2003	Sede da ADETURN, Porto, sala de reuniões	55 minutos (10h45m - 11h40m)
Associação Política Regional e de Intervenção Social (APRIL)	06-08-2003	Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, sala do piso 0	55 minutos (16h05m - 17h00m)
Cooperativa Nascente	04-05-2004	Sede da Cooperativa Nascente, Espinho, sala de trabalho	65 minutos (16h10m - 17h15m)
Delegação Regional da Cultura do Norte (DRCN)	27-01-2003	Sede da DRCN, Vila Real, gabinete do interlocutor	72 minutos (10h50m - 12h12m)
Direcção Geral de Turismo (DGT)	25-09-2003	Sede da DGT, Lisboa, gabinete do interlocutor	75 minutos (10h45m - 12h00m)

continua

continuação

	Data	Local	Duração
ICEP Portugal	24-09-2003	Sede do ICEP, Lisboa, gabinete do interlocutor	45 minutos (14h45m - 15h30m)
Porto Convention & Visitors Bureau	29-09-2003	Sede do Porto Convention, Porto, sala de reuniões	45 minutos (15h05m - 15h50m)
PRIMUS - Agência de Desenvolvimento Regional	09-05-2003	Santa Casa da Misericórdia da Maia, gabinete do interlocutor	55 minutos (11h35m - 12h30m)

Anexo 3U

Registos de observação da situação de entrevista aos actores locais e regionais

Actor	Agente local de Espinho (Cooperativa Nascente e Grupo de Teatro Amador)
Data	01-06-2004
Local	Sede da Cooperativa Nascente, Espinho, sala de reuniões
Duração	85 minutos (14h15m - 15h40m)
Observações	
A entrevista decorreu nas instalações da Cooperativa Nascente em Espinho. Associação por demais familiar do entrevistado, pois durante anos desenvolveu nela também actividades de dinamização cultural, sobretudo na área do teatro. Pouco esperei pelo entrevistado quando lá cheguei. Fomos encaminhados pela secretária da Associação para uma mesa, por entre os meandros de salas daquele edifício, de modo a gravarmos convenientemente a entrevista. A conversa decorreu numa informalidade amena. O entrevistado foi contando a sua experiência cultural e a sua relação particular com o meio local. Não o senti propriamente incomodado ou nervoso com a situação de entrevista, pelo contrário, manteve-se, na sua assumida condição de cidadão local, disponível e afável. Fui pouco directiva ao longo da entrevista, procurando explorar o universo de representações do interlocutor sobre o concelho e a actividade cultural local. Não houve interrupções. A entrevista decorreu dentro da normalidade esperada. Quando saí da Cooperativa, o dia de praia mantinha-se. Soalheiro e acolhedor.	

continua

continuação

Actor	Secretário Geral Adjunto da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)
Data	18-09-2003
Local	Sede da ANMP, Coimbra, gabinete do interlocutor
Duração	75 minutos (15h20m - 16h35m)
Observações	
Fazia muito calor nessa tarde em Coimbra. Quando cheguei ao edifício sede da ANMP, um edifício de valor arquitectónico, bonito, numa área residencial urbana, e feitas as apresentações, fui encaminhada para a sala de espera no rés-do-chão e aguardei cerca de 20m pela entrevista. Tive o prazer de tomar um café e uma água. Subi ao gabinete do entrevistado quando fui chamada e numa mesa de apoio realizámos a entrevista. Sentados lado a lado nuns sofás, a conversa foi-se estabelecendo com alguma informalidade. O interlocutor mostrou-se disponível e afável, pouco formal no discurso, reavaliando a história e o papel da ANMP. Introduzi pouca directividade na conversa, mas contextualizei, por vezes mais do que o habitual, as questões, de modo a perspectivar as representações políticas do interlocutor. Não houve nervosismos ou percalços ao longo da entrevista. Apenas algumas interrupções, devidas a telefonemas. O entrevistado mostrou-se disponível para continuar, dentro do possível, com o projecto, e fez questão de consultar os resultados finais. Saí satisfeita com a entrevista realizada, pronta a embarcar no Alfa, rumo ao Porto.	

continua

continuação

Actor	Presidente da Associação para a Promoção Cultural do Norte de Portugal (APCNP)
Data	06-10-2003
Local	Sede da APCNP, Porto, sala de reuniões
Duração	75 minutos (15h45m - 17h00m)
Observações	
A entrevista decorreu dentro daquilo que esperava. Dirigi-me à sede da associação, em pleno centro do Porto, e numas instalações provisórias e pouco relacionadas com a área cultural (um apartamento num edifício antigo, poucos sinais de actividade associativa e cultural), conheci o interlocutor. Numa sala de reuniões, para a qual fui encaminhada pela secretária, e num frente a frente numa mesa de apoio, fiz as apresentações devidas e demos início à situação mais formal de entrevista. O interlocutor, habituado a estas situações, mostrou-se disponível e relativamente formal no contexto da interacção. Foi apresentando a actividade local e regional da associação, e eu, com a directividade que me pareceu necessária, fui orientando os temas da conversa. Não havia propriamente apreensão ou desconforto de ambas as partes com a entrevista em si. Face aos contextos do poder local e dos actores políticos locais, os discursos e as representações verbalizadas nestas situações de entrevista revelavam-se ligeiramente diferentes. O discurso foi marcado por algumas hesitações e por várias exemplificações. E a sociologia, como formação de base de ambos os interlocutores, estabeleceu uma informalidade mais acentuada no final da conversa. Deixei as instalações, a pé, rumo à Faculdade, numa tarde portuense soalheira.	

continua

continuação

Actor	Coordenadora da Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte (ADETURN)
Data	18-02-2003
Local	Sede da ADETURN, Porto, sala de reuniões
Duração	55 minutos (10h45m - 11h40m)

Observações

Cheguei com 25m de atraso devido a problemas com a chuva e o trânsito da cidade do Porto. Procurei contactar a entrevistada telefonicamente mas a linha estava sistematicamente interrompida. Quando cheguei, fui encaminhada por um funcionário da ADETURN para a sala de reuniões onde já tivera, em 29 de Janeiro, a audiência de apresentação com a entrevistada. Aguardei cerca de 15m pela entrevistada, ocupada com uma chamada telefónica. A sala, situada num 4.º piso de um edifício voltado para a Praça D. João I, estava pouco iluminada, fria e despojada de artefactos alusivos ao turismo.

Ambas as interlocutoras já se conheciam mutuamente. Haviam sido colegas de licenciatura há cerca de 11 anos. O conhecimento prévio e a familiaridade recíproca, bem como a disponibilidade imediata da ADETURN para colaborar com o projecto em causa, tornaram desde logo a situação de entrevista pouco formal e constrangedora.

Quando a entrevistada entrou na sala de reuniões, foram apresentadas desculpas recíprocas. A coordenadora entregou o material que havia coligido sobre as questões do turismo, tal como fora combinado. Mostrou-se aprazível, simpática e receptiva à situação de entrevista, não se tendo manifestado incomodada nem com o gravador nem com a contingência da gravação.

A entrevista teve início num ambiente quase informal. Ambas as interlocutoras estavam descontraídas e disponíveis. No entanto, manifestei algumas reticências quanto ao modo discursivo como trataria a minha interlocutora, ou seja, que pronomes de tratamento usaria sempre que colocasse uma questão ou fizesse qualquer comentário na situação de entrevista. Após a primeira hesitação, e aguardando a postura que a própria entrevistada assumiria, optei por utilizar o pronome pessoal “tu”, transpondo para a situação de entrevista a familiaridade prévia que já existia entre as interlocutoras. Por seu turno, a entrevistada, sempre disponível e interessada quanto às questões do turismo, não revelou qualquer desconforto ou hesitação com o pronome de tratamento “tu” desde logo verbalizado.

Ao longo da entrevista, procurei ser pouco directiva, não me coibindo de alguma directividade em momentos particulares da entrevista, nomeadamente nos últimos temas colocados, onde manifestei pontos de vista pessoais. Procurei que a entrevistada desenvolvesse o seu discurso sem muitas interrupções e evitei confrontar-me directamente com o guião disposto à minha frente. Procurei sempre olhar para a entrevistada, sentada ao meu lado direito. Manifestei sinais de assentimento ao longo da entrevista. Não reagi ao modo como a entrevistada justificou a oportunidade dos comentários feitos a propósito dos autarcas da Área Metropolitana do Porto. Comentários directos e transparentes que, do seu ponto de vista e atendendo às particularidades da entrevista (uma entrevista num contexto de investigação sociológica), poderiam ser verbalizados.

continua

continuação

Observações

O discurso da coordenadora foi relativamente fluente, linear e objectivo. Com breves pausas entre palavras, frases e ideias; com algumas hesitações e exclamações discursivas ou entoações enfáticas.

Não houve interrupções ao longo da entrevista. Apenas o barulho provindo da rua que perturbou ligeiramente a entrevista.

No fim da entrevista, trocámos algumas impressões sobre o universo profissional da sociologia.

Estava chuva e frio. O início de tarde avizinhava-se cinzento e húmido.

continua

continuação

Actor	Presidente da Associação Política Regional e de Intervenção Social (APRIL)
Data	06-08-2003
Local	Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), Porto, sala do piso 0
Duração	55 minutos (16h05m - 17h00m)

Observações

Esprei pelo entrevistado cerca de 1h no *hall* de entrada da FLUP. Procurei contactar o entrevistado telefonicamente para a sede da APRIL e para o seu telemóvel.

Quando o entrevistado chegou, apresentou desculpas pelo atraso.

Tivemos uma conversa informal prévia em torno do projecto e da entrevista, pelos corredores, enquanto nos dirigíamos para o local da entrevista, e na própria sala.

Ambiente informal e descontraído. Houve uma proximidade discursiva e uma empatia crescente entre os interlocutores. O entrevistado denotou pouco nervosismo perante a situação de entrevista. Sentámo-nos na mesa do professor da sala de aula, frente a frente, com água e copos por companhia.

Fui pouco directiva ao longo da entrevista. O discurso do entrevistado foi fluente, pareceu-me familiarizado com este tipo de situações e questões. A situação de entrevista revelava-se diferente das realizadas a outros actores políticos: nos protagonistas, nos discursos e nos contextos e modalidades de informação, inclusive, entre os intervenientes, o entrevistado e eu.

Não houve interrupções ao longo da entrevista. Apenas o barulho provindo das obras que ocorriam no exterior da FLUP.

Fazia sol.

continua

continuação

Actor	Presidente da Cooperativa Nascente
Data	04-05-2004
Local	Sede da Cooperativa Nascente, Espinho, gabinete do interlocutor
Duração	65 minutos (16h10m - 17h15m)

Observações

Cheguei à hora indicada à Cooperativa e pouco tempo depois tive o prazer de conhecer o interlocutor. Feitas as apresentações, e após deambularmos pelo corredor da Cooperativa, alojámo-nos numa sala de trabalho e, num frente a frente circunstancial, iniciámos a conversa em torno da história e da actividade da associação. A simpatia e a disponibilidade do interlocutor foram desde logo evidentes. A situação de entrevista decorreu numa informalidade e troca de impressões. A experiência e a idade do interlocutor indiciavam histórias curiosas a propósito de Espinho e da actividade cultural de outros tempos. O gabinete transbordava de objectos, de papéis e de resquícios culturais. Os sinais do Cinanima por lá andavam e, de certo modo efusivamente, o entrevistado começou a desafiar as histórias locais e associativas.

A directividade da minha parte foi a necessária, e particularmente quando sentia necessidade de ouvir as opiniões do entrevistado face a posições políticas e opções estratégicas para o concelho. O entrevistado teve um discurso fluente, exemplificativo e, à distância de alguns anos face à actividade marcante da Cooperativa, implicado.

Os formalismos próprios dos contextos e discursos políticos de outras situações de entrevista, mais uma vez, se desvaneceram nestas abordagens. Outros discursos ideológicos, a reflectirem posicionamentos situados para além do poder local, configuraram-se.

Acabámos a conversa num final de tarde soalheiro.

continua

continuação

Actor	Delegado Regional da Cultura do Norte
Data	27-01-2003
Local	Sede da Delegação Regional, Vila Real, gabinete do interlocutor
Duração	72 minutos (10h50m - 12h12m)

Observações

Esprei cerca de 10m no *hall* de entrada da Delegação. Por volta das 10h15m, a secretária conduziu-me ao gabinete do Delegado.

Os dois interlocutores já haviam tido uma primeira reunião de trabalho no Porto, na Faculdade de Letras, no dia 28 de Novembro de 2002, na qual não só os objectivos do trabalho foram apresentados como igualmente foi solicitada a devida colaboração ao Delegado Regional. O conhecimento prévio e a familiaridade recíproca, bem como a disponibilidade imediata da Delegação para colaborar com o projecto em causa, tornaram desde logo a situação de entrevista pouco formal e constrangedora.

Quando entrei no gabinete, deparei com o entrevistado de pé e pronto a conduzir-me para a mesa de apoio onde a entrevista foi realizada. Mostrou-se aprazível, simpático e receptivo ao trabalho proposto. Houve uma conversa informal prévia, de largos minutos, sobre a cidade de Vila Real e o périplo turístico realizado por mim, o Museu do Douro e a Delegação Regional da Cultura e a investigação propriamente dita, nomeadamente sobre os materiais e contactos solicitados antecipadamente ao Delegado. Apresentei ainda os principais temas da entrevista a serem discutidos.

Na sala ampla, confortável, pouco aquecida mas não por isso menos acolhedora, espalhavam-se dossiers e diversos artefactos de cultura.

A entrevista teve início num ambiente quase informal. Ambos os interlocutores estavam descontraídos e manifestamente disponíveis. O entrevistado revelou sempre uma necessidade de consubstanciar as respostas, recorrendo a dossiers e relatórios sobre as diversas áreas de actuação e disponibilizando-mos, em fotocópias. Mostrou-se sempre disponível e interessado ao longo de mais de 1h de conversa sobre as questões culturais.

Ao longo da entrevista, procurei ser pouco directiva, não me coibindo de assumir alguma directividade em momentos particulares da entrevista, nomeadamente nos últimos temas colocados, onde manifestei pontos de vista pessoais. Procurei que o entrevistado desenvolvesse o seu discurso sem muitas interrupções e evitei confrontar-me directamente com o guião disposto à minha frente. Procurei sempre olhar para o entrevistado, sentado ao meu lado direito. Manifestei alguns sinais de assentimento ao longo da entrevista.

O discurso do entrevistado, com uma certa acentuação local - interior norte - foi relativamente fluente, linear e objectivo. Com breves pausas entre palavras, frases e ideias; com várias hesitações e quase nenhuma exclamações discursivas ou entoações enfáticas, e um uso sistemático da conjunção “portanto”.

Houve quatro interrupções ao longo da entrevista, duas por pedido do entrevistado (atendimento de uma chamada de telemóvel e procura de dossiers alusivos ao Programa Operacional da Cultura) e outras duas por contingências da própria situação de entrevista (mudança de fita magnética).

continua

continuação

Observações

Quanto a estas duas últimas, o facto não perturbou o entrevistado que retomou linearmente o seu discurso após o reinício da gravação. No fim da entrevista, e depois de uma conversa sobre temas diversos, o Delegado protagonizou uma pequena visita guiada pelas instalações da Delegação, salientando aspectos de logística, de recursos humanos e financeiros como os principais constrangimentos do trabalho cultural da Delegação. Não havia barulhos no interior do edifício da Delegação. Era hora do almoço. Apenas ruídos provenientes da rua, nomeadamente do trânsito, que, ao longo da entrevista e em certos momentos particulares, perturbaram a entrevista. Estava pouco frio. O sol quente surpreendia os residentes em Vila Real.

continua

continuação

Actor	Assessor principal da Direcção Geral de Turismo (DGT)
Data	25-09-2003
Local	Sede da DGT, Lisboa, gabinete do interlocutor
Duração	75 minutos (10h45m - 12h00m)

Observações

Cheguei às instalações da DGT em Lisboa por volta das 10h30, tal como previamente marcado. Depois de ser atendida pela secretária, e de aguardar breves momentos numa sala, fui conduzida ao gabinete do interlocutor, relativamente pequeno, e num frente a frente numa mesa de apoio, gravámos a conversa. Antes houvera tempo para as apresentações iniciais e os esclarecimentos habituais, elementos que simultaneamente contextualizavam a situação de entrevista e permitiam aos interlocutores a definição mais ou menos formal dos seus papéis. O entrevistado, por demais familiarizado com estas circunstâncias de inquirição, desenvolveu um discurso fluente, objectivo, articulando a dimensão política e a dimensão técnica do trabalho da DGT. Sempre solícito e disponível para esclarecimentos, deu-me informações quanto à consulta da base de dados documentais e mostrou-se disponível para participar no projecto.

Tendi a ser pouco directiva e a orientar a conversa sempre que necessário e no sentido dos temas globais do guião. Tentava viabilizar, à semelhança de entrevistas anteriores, as mesmas posturas metodológicas. Não senti propriamente embaraço ou apreensão com a situação de entrevista nem tão pouco com a proximidade institucional face ao poder central. O interlocutor, sem perder a formalidade circunstancial e a representação política que envergava, permitiu o suficiente ajustamento às situações de conversação e, nalguns momentos, entusiasmou-se com a abordagem dos temas. Não deixou, contudo, de ser uma abordagem próxima dos órgãos de poder.

A despedida foi circunstancial e a promessa de contacto posterior manteve-se.

Quando saí, num final de manhã de greve nos transportes lisboetas, deparei-me com o bulício acrescido da capital.

continua

continuação

Actor	Director de Promoção do ICEP Portugal
Data	24-09-2003
Local	Sede do ICEP, Lisboa, gabinete do interlocutor
Duração	45 minutos (14h45m - 15h30m)

Observações

Dirigi-me para o ICEP, um outro organismo no seio da capital. Após a chegada, e as apresentações, dirigi-me ao gabinete do entrevistado. Pouco tempo esperei até que a secretária me desse indicação para entrar. A relação cordial e informal estabeleceu-se rapidamente. Tive o prazer de tomar um café. Na mesa de apoio no gabinete, amplo e luminoso, montei o cenário para a gravação. O entrevistado, por demais familiarizado com circunstâncias de entrevista, e de certo modo acessível como representante institucional, sugeriu uma conversa que, aos poucos e poucos, se tornou objectiva e informal. As opiniões trocadas a dado momento entre ambas as partes posicionaram-me na entrevista de uma forma mais interventiva e opinativa. Ainda que com tempo limitado para a entrevista, o interlocutor mostrou-se acessível, interessado, de discurso fluente e exemplificativo. A proximidade com o poder central, mais uma vez, se fazia sentir, atendendo a que estava perante um tipo de interlocutor que era representante institucional destacado da administração pública.

As circunstâncias da entrevista foram adequadas e a estruturação das perguntas nalguns momentos foi uma opção assumida por mim. A proximidade pessoal estabeleceu-se mas sem perda de objectividade de ambas as partes. Os papéis foram assumidos, conscientemente, pelas partes envolvidas.

Quando terminámos a conversa, e depois de uma troca de impressões *off-record* mais informal a propósito do projecto, do turismo cultural e da Área Metropolitana do Porto e da Região Norte, manifestou interesse em prosseguir a colaboração com o projecto.

Saí com a convicção de que mais uma vez estivera próxima de representantes das instâncias políticas e administrativas responsáveis pela viabilização das políticas culturais e turísticas e, como tal, considerava gratificante a minha deslocação a Lisboa. Enquanto caminhava rumo à estação de metro, e numa tarde quente de Lisboa, apercebia-me da centralização dos serviços e das instâncias de poder em Lisboa e de como a investigação em torno de algumas questões se ressentia desse distanciamento face aos centros de decisão nacional e regional.

continua

continuação

Actor	Director Executivo do Porto Convention & Visitors Bureau
Data	29-09-2003
Local	Sede do Porto Convention, Porto, sala de reuniões
Duração	45 minutos (15h05m - 15h50m)
Observações	
Numa tarde soalheira, junto à ribeira portuense, e depois de procurar a sede da associação, curiosamente situada nas assoalhadas de um edifício residencial sobranceiro ao rio, aguardei que me abrissem a porta. Esperei cerca de 40m. Quando o interlocutor chegou, e depois de feitas as apresentações, iniciámos a entrevista numa sala de reuniões. O ambiente foi formal desde o início até ao fim. A pouco e pouco, e dadas as informações fornecidas pelo interlocutor, o trabalho da associação foi-se tornando mais claro e objectivo. A proximidade com o poder local e a ligação estreita com o turismo de negócios marcaram o discurso do entrevistado. Fluente, objectivo, mais técnico. A minha directividade surgia sempre que o rumo da entrevista o exigia. Continuava a manter como pressuposto de partida a menor estruturação possível da situação de entrevista. O interlocutor reiterou a disponibilidade para participar no projecto e concedeu-me os materiais de divulgação (o marketing institucional da associação). Voltei à rua com a noção de que tivera mais um testemunho sobre o Porto e a Região Norte. O dia mantinha-se soalheiro e convidativo. As situações de entrevista e os guiões haviam-se tornado por demais familiares por um efeito directo das entrevistas já realizadas. Tanto me asseguravam confiança e controlo do guião como me podiam enviesar na condução dos tempos e temas das conversas com os novos actores institucionais.	

continua

continuação

Actor	Presidente da PRIMUS - Agência de Desenvolvimento Regional
Data	09-05-2003
Local	Santa Casa da Misericórdia da Maia, gabinete do interlocutor
Duração	55 minutos (11h35m - 12h30m)
Observações	
Houve alteração do local de realização de entrevista. Esperei cerca de 1h na sala de reuniões. O espaço era amplo, com relativo conforto, com janelas viradas para a rua principal, com algumas plantas e artefactos próprios das aptidões/competências da instituição. O atendimento foi cordial, simpático e solícito. Houve uma conversa informal prévia entre os interlocutores para apresentação do projecto, encadeada entretanto com o início formal da gravação, com a anuência do entrevistado. Estávamos calmos, com uma recíproca simpatia criada, e com uma disponibilidade do entrevistado para a situação de entrevista. Inicialmente, atrasado e disposto apenas a 30m de conversa, acabou por se predispor para quase o dobro. Mostrou-se inquieto, sorridente, pouco formal na postura e no modo como se me dirigiu. Sentámo-nos num frente a frente, que por uma vez foi interrompido - o entrevistador abandonou a sala - devido ao atendimento do telemóvel. Houve outras interrupções telefónicas durante a conversa. Fui pouco directiva ao longo da entrevista, com partilha constante de opiniões. Os contextos de interacção revelavam-se mais próximos e menos formais do que os tidos nas autarquias, com os actores do poder local. Mantivemos no final uma conversa informal de aproximadamente 15m sobre cultura e a Área Metropolitana do Porto. Quando saí, fazia sol.	

Anexo 3V

Fontes documentais primárias e secundárias previstas no trabalho de terreno junto das câmaras municipais

Fontes documentais primárias	Fontes documentais secundárias
► Planos de actividades e orçamentos entre 1980 e 2001. ► Relatórios de actividades e contas da gerência entre 1980 e 2001. ► Actas das reuniões da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal entre 1980 e 2001. ► Organogramas da autarquia entre 1976 e 2001.	► Programas políticos das listas/partidos eleitos para a Câmara entre 1976 e 2001 (programas políticos de campanha e/ou programas políticos do Executivo eleito). ► Eleitos locais para a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal entre 1976 e 2001. ► Listagem dos presidentes de câmara e dos vereadores da cultura, do desporto e do turismo entre 1976 e 2001. ► Agendas culturais municipais publicadas entre 1980 e 2001. ► Dados estatísticos sobre a actividade cultural, desportiva e turística do concelho entre 1980 e 2001. ► Listagem das associações culturais e desportivas do concelho em 2002. ► Listagem dos equipamentos culturais e desportivos do concelho em 2002. ► Listagem dos eventos culturais e desportivos municipais em 2002. ► Resenha de imprensa realizada pela autarquia entre 1980 e 2001. ► Monografias sobre a autarquia e a sua dinâmica cultural, desportiva e turística. ► Representação cartográfica do concelho e das freguesias. ► Outros documentos disponíveis.

Anexo 3W

Critérios de escolha dos eventos culturais e desportivos dos concelhos da AMP a serem objecto de registos de observação

Eventos culturais	Eventos desportivos
▪ de cariz cultural (natureza e tipos de actividades e bens). ▪ com uma projecção nacional e/ou internacional. ▪ com uma periodicidade anual/bianual. ▪ com organização (total/parcial), apoio (financeiro/não financeiro) e/ou colaboração (total/parcial) da autarquia. ▪ com uma oferta caracterizada pela especificidade dos bens culturais. ▪ com uma procura caracterizada pela maior ou menor segmentação dos públicos. ▪ com potencialidades turísticas para o concelho.	▪ de cariz desportivo (natureza e tipos de actividades e bens). ▪ com uma projecção nacional e/ou internacional. ▪ com uma periodicidade anual/bianual. ▪ com organização (total/parcial), apoio (financeiro/não financeiro) e/ou colaboração (total/parcial) da autarquia. ▪ com uma oferta caracterizada pela especificidade dos bens desportivos. ▪ com uma procura caracterizada pela maior ou menor segmentação dos públicos. ▪ com potencialidades turísticas para o concelho.

Anexo 3X

Categorias de observação previstas para os registos de observação dos eventos culturais e desportivos dos concelhos da AMP

Categorias de observação

I. Espaços físicos

1. Identificação e descrição do equipamento social escolhido para a realização do evento
2. Levantamento dos elementos criados/valorizados no equipamento em função das características do evento
 - a) elementos decorativos
 - b) elementos informativos
 - c) elementos formativos
 - d) elementos lúdicos
 - e) elementos simbólicos
3. Levantamento dos espaços interiores e exteriores do equipamento utilizados para a realização do evento
 - a) identificação (tipos e valências culturais/desportivas)
 - b) caracterização (recursos, funções, actividades/bens, públicos)

II. Espaços de sociabilidades

1. Usos dos espaços pelos públicos
2. Modos de interacção dos públicos nos diferentes espaços
3. Usos dos espaços pelos elementos da organização do evento
4. Modos de interacção entre a organização do evento e os públicos
5. Usos dos espaços pelos actores do poder local e pelos actores culturais (quando presentes no local do evento)

III. Objecto cultural/desportivo

1. Identificação e descrição do evento a partir da informação recolhida no local
2. Historial breve do evento a partir da informação recolhida no local
3. Características do evento
 - a) tipo
 - b) partes/momentos que o compõem
 - c) conteúdos temáticos e formais
 - d) duração total
 - e) participantes

continua

Categorias de observação

4. Material de suporte à recepção do evento

- a) folhetos/prospectos
- b) brochuras/monografias
- c) cartazes/autocolantes/estandartes
- d) material digital/audio/visual
- e) *site* do evento disponibilizado no local

5. Organização do evento

- a) descrição e caracterização da equipa responsável
- b) recursos disponíveis
- c) modos de funcionamento do evento
- d) modos de relação com os órgãos de comunicação social
- e) modos de relação com os actores do poder local e actores culturais (quando presentes no local do evento)
- f) modos de relação com os públicos nos diferentes espaços e momentos/partes que compõem o evento

IV. Públicos

1. Descrição

2. Caracterização

- a) segmentação *versus* homogeneização
 - b) grupos etários e sexo
 - c) práticas de ida
 - d) modos de estar no evento
 - e) modos de recepção do evento nas suas diferentes partes/momentos
-

Anexo 3Y

Grelha matriz para as notas de campo (registos de observação dos eventos culturais e desportivos dos concelhos da AMP)

Notas de campo
N.º: _____
Data: _____
Observador: _____
Concelho: _____
Local: _____
Evento: _____

Equipamento cultural/desportivo: _____

Intervenientes: _____

Situação em observação: _____

Início: _____
Fim: _____
Comentários do observador: _____

_____ [registo]
CO: _____

_____ [registo]

[Pretende-se elaborar notas de campo, de cariz observacional, a partir de um conjunto de indicadores previamente definidos. As notas serão redigidas em parágrafos autónomos consoante os elementos a serem observados. Na margem esquerda do texto mantém-se um determinado espaço para posteriores anotações de codificação e análise. Poderão ser intercaladas com Comentários do Observador (CO) que são reflexões do investigador sobre aspectos teóricos e metodológicos do trabalho e inerentes ao próprio registo observacional; conflitos e dilemas éticos quanto à situação de observação; pontos de vista do observador sobre os actores e as situações observadas e elementos de clarificação do que é anotado.]

Anexo 4A

Número de municípios e freguesias e área (km²), 2005

	N.º de Municípios	N.º de Freguesias	Área (km²)
Total Continente	278	4050	88 966,7
Total Regiões Autónomas	30	209	3123
Total Nacional	308	4259	92 089,7
Total Região Norte	86	2028	21 285,8
Total GAMP	14	214	1575

Fontes: DGAL, *Administração local em números 2005*; INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões)*

Anexo 4B

Grandes Áreas Metropolitanas: denominação, municípios associados, número de habitantes, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA)	Águeda	49 691	23-04-2004	14-07-2004 DR n.º 164
	Albergaria-a-Velha	25 497		
	Aveiro	73 626		
	Estarreja	28 279		
	Ílhavo	39 247		
	Murtosa	9 657		
	Oliveira de Azeméis	71 243		
	Oliveira do Bairro	22 365		
	Ovar	56 715		
	Sever do Vouga	12 940		
	Vagos	23 205		
	Vale de Cambra	24 761		
Total	12	437 226		
Grande Área Metropolitana do Algarve (GAMAL)	Albufeira	35 281	29-03-2004	29-04-2004 DR n.º 101
	Alcoutim	3 411		
	Aljezur	5 322		
	Castro Marim	6 495		
	Faro	58 305		
	Lagoa	22 658		
	Lagos	27 041		
	Loulé	62 295		
	Monchique	6 441		
	Olhão	42 272		
	Portimão	47 189		
	São Brás de Alportel	11 205		
	Silves	34 909		
	Tavira	25 105		
	Vila do Bispo	5 381		
	Vila Real de Santo António	18 158		
Total	16	411 468		

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Grande Área Metropolitana de Coimbra (GAMC)	Cantanhede	38 590	29-03-2004	17-06-2004 DR n.º 141
	Coimbra	142 408		
	Condeixa-a-Nova	16 459		
	Figueira da Foz	63 144		
	Góis	4 606		
	Lousã	17 252		
	Mealhada	21 500		
	Mira	13 146		
	Miranda do Corvo	13 400		
	Montemor-o-Velho	25 084		
	Mortágua	10 365		
	Penacova	16 850		
	Penela	6 421		
	Soure	20 695		
	Tábua	12 452		
	Vila Nova de Poiares	7 291		
Total	16	429 663		
Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAML)	Alcochete	14 966	17-06-2004	05-07-2004 DR n.º 156
	Almada	165 363		
	Amadora	176 239		
	Barreiro	78 992		
	Cascais	181 444		
	Lisboa	529 485		
	Loures	199 231		
	Mafra	62 009		
	Moita	70 226		
	Montijo	40 466		
	Odivelas	143 995		
	Oeiras	168 475		
	Palmela	58 222		
	Seixal	164 715		
	Sesimbra	44 046		
	Setúbal	120 117		
	Sintra	409 482		
	Vila Franca de Xira	133 224		
Total	18	2 760 697		

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Grande Área Metropolitana do Minho (GAMM)	Amares	19 290	30-03-2004	18-07-2005 DR n.º 135
	Barcelos	123 831		
	Braga	170 858		
	Cabeceiras de Basto	17 775		
	Fafe	53 528		
	Guimarães	161 876		
	Póvoa de Lanhoso	23 657		
	Terras de Bouro	7 955		
	Vieira do Minho	14 474		
	Vila Nova de Famalicão	131 690		
	Vila Verde	48 122		
	Vizela	23 528		
Total	12	796 584		
Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP) ^{b)}	Espinho	31 703	06-07-2004	30-07-2004 DR n.º 178
	Gondomar	169 239		
	Maia	130 254		
	Matosinhos	168 451		
	Porto	238 954		
	Póvoa de Varzim	65 452		
	Valongo	91 274		
	Vila do Conde	75 981		
	Vila Nova de Gaia	300 868		
Total	9	1 272 176		
Grande Área Metropolitana de Viseu (GAMVIS)	Aguiar da Beira	6 270	18-09-2004	11-11-2004 DR n.º 265
	Carregal do Sal	10 555		
	Castro Daire	16 846		
	Fornos de Algodres	5 435		
	Gouveia	15 792		
	Mangualde	21 158		
	Moimenta da Beira	11 053		
	Nelas	14 504		
	Oliveira de Frades	10 597		
	Penalva do Castelo	8 768		
	Penedono	3 378		
	Santa Comba Dão	12 393		
	São Pedro do Sul	19 215		
	Sátão	13 419		

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Grande Área Metropolitana de Viseu (GAMVIS)	Seia	27 574	18-09-2004	11-11-2004 DR n.º 265
	Sernancelhe	6 150		
	Tarouca	8 303		
	Tondela	31 026		
	Vila Nova de Paiva	6 319		
	Viseu	96 810		
	Vouzela	11 807		
Total	21	357 372		
Total nacional	104	6 465 186		

Fonte: DGAL, *Administração local em números 2005*

^{a)} Os dados reportam a 31-12-2004.

^{b)} À data a que reportam os dados, a GAMP não integra ainda os 5 novos concelhos: Arouca, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira e Trofa.

Anexo 4C

Comunidades Urbanas: denominação, municípios associados, número de habitantes, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Área Metropolitana de Leiria (AMLEI)	Alvaiázere	8 112	31-03-2004	14-07-2004 DR n.º 164
	Ansião	13 673		
	Batalha	15 542		
	Leiria	124 701		
	Marinha Grande	38 030		
	Ourém	49 269		
	Pombal	58 617		
	Porto de Mós	24 775		
Total	8	332 719		
Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT)	Almeirim	22 617	29-03-2004	24-04-2004 DR n.º 97
	Alpiarça	8 198		
	Azambuja	21 508		
	Benavente	25 837		
	Cartaxo	24 465		
	Chamusca	11 313		
	Coruche	20 629		
	Golegã	5 629		
	Rio Maior	21 621		
	Salvaterra de Magos	20 908		
	Santarém	64 124		
Total	11	246 849		
Comunidade Urbana das Beiras (COMURBEIRAS)	Almeida	7 784	30-06-2004	24-08-2004 DR n.º 199
	Belmonte	7 662		
	Celorico da Beira	8 752		
	Covilhã	53 501		
	Figueira de Castelo Rodrigo	6 884		
	Guarda	44 149		
	Manteigas	3 900		
	Meda	6 000		
	Penamacor	6 160		
	Pinhel	10 436		
	Sabugal	14 222		
	Trancoso	10 639		
Total	12	180 089		

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Comunidade Urbana de Trás-os-Montes	Alfândega da Fé	5 688	09-06-2004	02-08-2004 DR n.º 180
	Boticas	6 116		
	Bragança	34 774		
	Chaves	44 186		
	Freixo de Espada à Cinta	4 014		
	Macedo de Cavaleiros	17 210		
	Miranda do Douro	7 707		
	Mirandela	25 780		
	Mogadouro	10 792		
	Montalegre	12 150		
	Ribeira de Pena	7 251		
	Valpaços	19 154		
	Vila Flor	7 737		
	Vila Pouca de Aguiar	15 100		
	Vimioso	5 105		
	Vinhais	10 051		
Total	16	232 815		
Comunidade Urbana do Douro	Alijó	13 942	29-06-2004	30-07-2004 DR n.º 178
	Armamar	7 318		
	Carrazeda de Ansiães	7 220		
	Lamego	27 054		
	Mesão Frio	4 652		
	Murça	6 476		
	Peso da Régua	17 987		
	Sabrosa	6 835		
	Santa Marta de Penaguião	8 400		
	São João da Pesqueira	8 367		
	Tabuaço	6 501		
	Torre de Moncorvo	9 408		
	Vila Nova de Foz Côa	8 249		
	Vila Real	50 499		
Total	14	182 908		
Comunidade Urbana do Médio Tejo (CUMT)	Abrantes	41 326	25-03-2004	11-05-2004 DR n.º 110
	Alcanena	14 763		
	Constância	3 796		
	Entroncamento	20 065		
	Ferreira do Zêzere	9 345		
	Mação	7 763		
	Sardoal	3 992		
	Tomar	42 983		
	Torres Novas	37 155		
	Vila de Rei	3 242		
	Vila Nova da Barquinha	7 878	25-03-2004	11-05-2004
Total	11	192 308		

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Comunidade Urbana do Oeste (CUO)	Alcobaça	55 269	29-03-2004	27-04-2004 DR n.º 99
	Alenquer	42 932		
	Arruda dos Vinhos	11 210		
	Bombarral	13 712		
	Cadaval	14 385		
	Caldas da Rainha	51 403		
	Lourinhã	24 601		
	Óbidos	11 187		
	Peniche	28 164		
	Sobral de Monte Agraço	9 789		
	Torres Vedras	75 494		
Total	11	338 146		
Comunidade Urbana do Tâmega (ComUrbTâmega)	Amarante	61 029	15-08-2004	07-10-2004 DR n.º 236
	Baião	21 564		
	Celorico de Basto	20 128		
	Marco de Canaveses	53 961		
	Mondim de Basto	8 470		
Total	5	165 152		
Comunidade Urbana do Vale do Sousa (CUVS)	Castelo de Paiva	17 089	08-03-2004	01-04-2004 DR n.º 78
	Felgueiras	58 553		
	Lousada	46 322		
	Paços de Ferreira	54 801		
	Paredes	85 428		
	Penafiel	72 095		
Total	6	334 288		
Comunidade Urbana VALE-E-MAR (VALIMAR)	Arcos de Valdevez	24 635	11-03-2004	25-06-2004 DR n.º 148
	Caminha	16 926		
	Esposende	34 625		
	Ponte da Barca	13 026		
	Ponte de Lima	44 609		
	Viana do Castelo	90 654		
Total	6	224 475		
Total nacional	100	2 429 749		

Fonte: DGAL, Administração local em números 2005

^{a)} Os dados reportam a 31-12-2004.

^{b)} A adesão do município de Vila de Rei à Comunidade Urbana do Médio Tejo não foi objecto de escritura pública, correspondendo a data de publicação no Diário da República, III Série, a um Aviso que a publicita.

Anexo 4D

Comunidades Intermunicipais de Fins Gerais: denominação, municípios associados, número de habitantes, objecto, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Comunidade Intermunicipal do Pinhal (CIP)	Arganil	13 187	Articulação de investimentos, coordenação de actuações quanto a infraestruturas, planeamento e gestão de actividades.	24-02-2005	13-04-2005 DR n.º 72
	Castanheira de Pêra	3 464			
	Figueiró dos Vinhos	7 080			
	Oliveira do Hospital	21 901			
	Pampilhosa da Serra	4 756			
	Pedrogão Grande	4 262			
Total	Sertão	16 208			
	7	70 858			
Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT)	Melgaço	9 739	Defesa do Rio Minho e da sua bacia hidrográfica.	20-01-2004	10-03-2004 DR n.º 59
	Monção	19 842			
	Paredes de Coura	9 409			
	Valença	14 284			
Total	Vila Nova de Cerveira	8 813			
	5	62 087			
Total nacional	12	132 945			

Fonte: DGAL, Administração local em números 2005

^{a)} Os dados reportam a 31-12-2004.

Anexo 4E

Associações Municipais de Fins Específicos: denominação, municípios associados, número de habitantes, objecto, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005 ^{a)}

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente (AMAGRA)	Alcácer do Sal	13 624	Planeamento, gestão de equipamentos e realização de investimentos quanto à limpeza pública e resíduos sólidos.	24-05-2005	04-01-2005
	Aljustrel	9 940			
	Ferreira do Alentejo	8 505			
	Grândola	14 454			
	Odemira	25 738			
	Santiago do Cacém	30 203			
	Sines	13 613			
	Total	7 116 077			
Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB)	Almeida	7 784	Prosecução de acções nos domínios da formação profissional, ambiente, conservação da natureza e recursos naturais, planeamento, gestão estratégica económica, social e territorial.	30-09-2004	12-11-2004
	Belmonte	7 662			
	Celorico da Beira	8 752			
	Figueira de Castelo Rodrigo	6 884			
	Fornos de Algodres	5 435			
	Fundão	31 297			
	Guarda	44 149			
	Manteigas	3 900			
	Meda	6 000			
	Penamacor	6 160			
	Pinhel	10 436			
	Sabugal	14 222			
	Trancoso	10 639			
Total	13	163 320			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios da Ilha do Pico (AMIP)	Lajes do Pico	4 840	Instalação e gestão de sistemas de depósito e tratamento de resíduos sólidos.	06-05-2004	27-05-2005
	Madalena	6 184			
	São Roque do Pico	3 705			
	Total	3 14 729			
Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira (AMRAM)	Calheta	11 856	Promoção, representação e valorização na Região Autónoma da Madeira dos interesses autárquicos que não sejam, por lei ou por natureza, de exercício local exclusivo.	07-08-1985	07-11-1985
	Câmara de Lobos	35 150			
	Funchal	100 847			
	Machico	21 321			
	Ponta do Sol	8 189			
	Porto Moniz	2 762			
	Porto Santo	4 388			
	Ribeira Brava	12 523			
	Santa Cruz	32 696			
	Santana	8 491			
	São Vicente	6 063			
	Total	11 244 286			
Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA)	Angra do Heroísmo	35 103	Promoção, representação, valorização e realização de quaisquer interesses compreendidos nas atribuições dos municípios seus associados, que não sejam, por lei ou por natureza, de exercício local exclusivo daqueles.	09-01-2001	20-02-2001 ^{d)}
	Calheta (São Jorge)	3 972			
	Corvo	451			
	Horta	15 224			
	Lagoa (Açores)	14 698			
	Lajes das Flores	1 491			
	Lajes do Pico	4 840			
	Madalena	6 184			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) b)	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA)	Nordeste	5 254			
	Ponta Delgada	64 516			
	Povoação	6 696			
	Praia da Vitória	20 342			
	Ribeira Grande	29 318			
	Santa Cruz da Graciosa	4 777			
	Santa Cruz das Flores	2 500			
	São Roque do Pico	3 705			
	Velas	5 585			
	Vila do Porto	5 511			
Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga (AMC-V)	Vila Franca do Campo	11 039	Promoção, realização e unificação da exploração do serviço público de abastecimento de água e execução das respectivas obras nas áreas dos concelhos associados.	10-05-2005	01-07-2005
	Águeda	49 691			
	Albergaria-a-Velha	25 497			
	Aveiro	73 626			
	Estarreja	28 279			
	Ílhavo	39 247			
	Murtosa	9 657			
	Total	6 225 997			
	Alcácer do Sal	13 624	Coordenação e promoção de estudos, projectos e/ou acções nos seguintes domínios: cultura e património, ambiente e recursos naturais;	21-12-2005	31-01-2006
Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)	Alcochete	14 966			
	Almada	165 363			
	Barreiro	78 992			
	Grândola	14 454			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)	Moita	70 226	sociedade de informação de Setúbal – península digital, formação e modernização administrativa e acessibilidade e mobilidade dos cidadãos.		
	Montijo	40 466			
	Palmela	58 222			
	Santiago do Cacém	30 203			
	Seixal	164 715			
	Sesimbra	44 046			
	Setúbal	120 117			
	Sines	13 613			
Total	13	829 007			
Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (TERRA FRIA)	Bragança	34 774	Promoção do desenvolvimento equilibrado dos municípios associados.	28-06-2005	11-05-2006
	Miranda do Douro	7 707			
	Vimioso	5 105			
	Vinhais	10 051			
	Total	4 57 637			
Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT)	Alfândega da Fé	5 688	Promoção do desenvolvimento equilibrado dos municípios associados.	14-07-2004	01-10-2004 DR n.º 232
	Carrazeda de Ansiães	7 220			
	Macedo de Cavaleiros	17 210			
	Mirandela	25 780			
	Vila Flor	7 737			
	Total	5 63 635			
Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM)	Arouca	24 019	Planeamento, elaboração de projectos, financiamento, execução, gestão e manutenção de actividades relacionadas com a articulação dos investimentos	10-05-2004	28-06-2004 DR n.º 150
	Oliveira de Azeméis	71 243			
	Santa Maria da Feira	142 295			
	São João da Madeira	21 538			
	Total	5 21 538			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM)	Vale de Cambra	24 761	municipais de interesse intermunicipal e a coordenação das actuações entre os municípios e os serviços da administração central em diversas áreas de actuação municipal (saneamento básico, saúde, educação, ambiente, protecção civil, etc.).		
Total	5	283 856			
Associação de Municípios das Terras do Vouga e Caramulo (AMTVC)	Aveiro	73 626	Desenvolvimento turístico local e regional.	29-10-2004	d)
	Oliveira de Frades	10 597			
	Tondela	31 026			
	Vouzela	11 807			
Total	4	127 056			
Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para tratamento de resíduos sólidos (AMTRES)	Cascais	181 444	Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos produzidos na área dos municípios associados.	18-07-2005	14-10-2005
	Mafra	62 009			
	Oeiras	168 475			
	Sintra	409 482			
Total	4	821 410			
Associação de Municípios de Enxoeiro (AME)	Mértola	7 996	Projeção, implementação e gestão do sistema integrado de abastecimento de água e da rede de estradas e caminhos municipais e intermunicipais.	20-05-2002	25-06-2002 DR n.º 144
	Serpa	16 072			
Total	2	24 068			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago - Alqueva (ATTGLA)	Alandroal	6 293	Aproveitamento das potencialidades dos regolfos de Alqueva e Pedrogão, gestão de equipamentos e serviços, desenvolvimento de projectos e acções no âmbito do financiamento comunitário de apoio ao desenvolvimento regional e transfronteiriço e promoção de acções de informação e divulgação, especialmente do turismo.	13-05-2005	12-10-2005
	Moura	16 411			
	Mourão	3 348			
	Portel	7 078			
	Reguengos de Monsaraz	11 460			
	Serpa	16 072			
	Vidigueira	6 019			
Total	7	66 681			
Associação de Municípios do Vale do Côa (AMVCOA)	Freixo de Espada à Cinta	4 014	Promoção da cooperação, colaboração e desenvolvimento em toda a área do agrupamento do Vale do Côa.	27-09-2006	
	Torre de Moncorvo	9 408			
	Almeida	7 784			
	Figueira de Castelo Rodrigo	6 884			
	Meda	6 000			
	Pinhel	10 436			
	Sabugal	14 222			
Total	Trancoso	10 639			
	Vila Nova de Foz Côa	8 249			
	9	77 636			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios dos Vales do Ceira e Dueça (AMVCD)	Lousã	17 252	Elaboração de um Plano Director Municipal e sua implementação.	11-08-2004	14-09-2004
	Miranda do Corvo	13 400			
	Penela	6 421			
	Vila Nova de Poiares	7 291			
Total	4	44 364			
Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente (AMAMB)	Arraiolos	7 382	Promoção de estudos e acções, elaboração e gestão de projectos e planos comuns nos domínios do abastecimento público de água, tratamento de águas residuais e da defesa do ambiente.	10-10-2003	23-01-2006
	Estremoz	15 064			
	Montemor-o-Novo	18 540			
	Mora	5 470			
	Vendas Novas	11 957			
Total	5	58 413			
Associação de Municípios do Alto Tâmega (AMAT)	Boticas	6 116	Planeamento, programação, elaboração de projectos, financiamento, execução, gestão e manutenção de actividades de carácter intermunicipal.	11-10-2004	18-11-2004
	Chaves	44 186			
	Montalegre	12 150			
	Ribeira de Pena	7 251			
	Valpaços	19 154			
	Vila Pouca de Aguiar	15 100			
Total	6	103 957			
Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL)	Alcácer do Sal	13 624	Acções nos domínios do desenvolvimento económico, ambiente, ensino e formação, sociedade de informação e cultura.	03-03-2005	18-04-2005
	Aljustrel	9 940			
	Almodôvar	7 650			
	Alvito	2 708			
	Barrancos	1 825			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAAL)	Beja	34 970			
	Castro Verde	7 702			
	Cuba	4 775			
	Ferreira do Alentejo	8 505			
	Grândola	14 454			
	Mértola	7 996			
	Moura	16 411			
	Odemira	25 738			
	Ourique	5 842			
	Santiago do Cacém	30 203			
	Serpa	16 072			
	Sines	13 613			
	Vidigueira	6 019			
Total	18	228 047			
Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE)	Alandroal	6 293	Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal. Coordenação das actuações entre os municípios e os serviços da administração central nas seguintes áreas: saneamento básico, saúde, educação, ambiente, protecção civil, acessibilidades, equipamentos de utilização colectiva, turismo, desporto, planeamento e	23-06-2005	
	Arraiolos	7 382			
	Borba	7 545			
	Estremoz	15 064			
	Évora	55 619			
	Montemor-o-Novo	18 540			
	Mora	5 470			
	Mourão	3 348			
	Portel	7 078			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE)	Redondo	6 990	gestão estratégica, económica e social, gestão territorial.		
	Vendas Novas	11 957			
	Viana do Alentejo	5 639			
	Vila Viçosa	8 745			
Total	13	159 670			
Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS)	Freixo de Espada à Cinta	4 014	Promoção da cooperação, colaboração e desenvolvimento em toda a área do agrupamento do Vale do Douro Superior.	13-05-2004	15-06-2004
	Mogadouro	10 792			
	Torre de Moncorvo	9 408			
	Vila Nova de Foz Côa	8 249			
Total	4	32 463			
Associação de Municípios do Litoral Alentejano (AMLA)	Alcácer do Sal	13 624	Apoio técnico ao desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios integrantes, em domínios como a protecção civil, abastecimento de água, elaboração e acompanhamento dos planos intermunicipais de desenvolvimento regional e do ordenamento do território, etc.	24-05-2004	04-01-2005
	Grândola	14 454			
	Odemira	25 738			
	Santiago do Cacém	30 203			
	Sines	13 613			
Total	5	97 632			
Associação de Municípios do Norte Alentejano (AMNA)	Alter do Chão	3 666	Promoção de projectos e actividades relacionadas com planos e programas integrados de desenvolvimento e contratos-programa respeitantes a vários municípios.	03-06-1992	24-07-1992
	Arronches	3 278			
	Avis	5 054			
	Campo Maior	8 359			
	Castelo de Vide	3 780			
	Crato	3 995			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Norte Alentejano (AMNA)	Elvas	22 691			
	Fronteira	3 422			
	Gavião	4 453			
	Marvão	3 739			
	Monforte	3 241			
	Nisa	8 047			
	Ponte de Sor	17 593			
	Portalegre	24 756			
	Sousel	5 579			
	Total	15 121 653			
Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE)	Fafe	53 528	Apoio, coordenação, gestão e concretização de iniciativas inseridas no âmbito das seguintes actividades: tratamento automático da informação, programação financeira e organização administrativa, planeamento territorial, política de habitação e de transportes públicos, saneamento básico, abastecimento de água, tratamento de lixo e protecção do ambiente, desenvolvimento sócio-cultural e económico, obras intermunicipais, representação colectiva dos municípios.	28-03-2000	31-05-2000
	Guimarães	161 876			
	Póvoa de Lanhoso	23 657			
	Vieira do Minho	14 474			
	Vila Nova de Famalicão	131 690			
	Póvoa de Varzim	65 452			
	Santo Tirso	71 623			
	Vila do Conde	75 981			
Total	8	598 281			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Vale do Cávado (AMVC)	Amares	19 290	Apoio, coordenação, gestão e concretização de iniciativas inseridas no âmbito das seguintes actividades: tratamento automático da informação, programação financeira e organização administrativa, planeamento territorial, política de habitação e de transportes públicos, saneamento básico, abastecimento de água, tratamento de lixo e protecção do ambiente, desenvolvimento sócio-cultural e económico, obras intermunicipais, representação colectiva dos municípios.	19-02-2003	d)
	Barcelos	123 831			
	Braga	170 858			
	Esposende	34 625			
	Montalegre	12 150			
	Póvoa de Lanhoso	23 657			
	Terras de Bouro	7 955			
	Vieira do Minho	14 474			
	Vila Verde	48 122			
Total	9	454 962			
Associação de Municípios do Vale do Douro Norte (AMVDN)	Alijó	13 942	Planeamento, programação, aprovação de projectos, financiamento, execução, gestão e manutenção de actividades relacionadas com: tratamento e aproveitamento final dos lixos entregues pelos municípios associados, planeamento territorial, obras e melhoramentos intermunicipais, protecção do ambiente e qualidade de vida, tratamento e processamento de dados.	25-10-1990	05-12-1990
	Mesão Frio	4 652			
	Murça	6 476			
	Peso da Régua	17 987			
	Sabrosa	6 835			
	Santa Marta de Penaguião	8 400			
	Vila Real	50 499			
Total	7	108 791			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Vale do Douro Sul (AMVDS)	Armamar	7 318	Execução do sistema integrado de resíduos sólidos urbanos, execução de trabalhos de cartografia, interlocução dos interesses dos municípios associados junto da administração central e União Europeia, gestão de financiamentos nacionais e comunitários, elaboração e execução de planos de desenvolvimento regional, colaboração com agentes económicos, sociais, culturais e institucionais da região.	24-02-1997	09-05-1997
	Cinfães	21 318			
	Lamego	27 054			
	Moimenta da Beira	11 053			
	Penedono	3 378			
	Resende	11 978			
	São João da Pesqueira	8 367			
	Sernancelhe	6 150			
	Tabuaço	6 501			
	Tarouca	8 303			
Total	10	111 420			
Associação de Municípios Natureza e Tejo (AMNT)	Castelo Branco	55 034	Promoção e valorização turísticas dos municípios.	20-10-2003	28-11-2003
	Idanha-a-Nova	10 929			
	Nisa	8 047			
	Oleiros	6 212			
	Proença-a-Nova	9 267			
	Vila Velha de Ródão	3 802			
Total	6	93 291			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Terras do Infante - Associação de Municípios (TIAM)	Aljezur	5 322	Promoção e defesa da subregião, afirmação no contexto regional, nacional e internacional, valorizando as suas características próprias e únicas, conferindo maior escala a projectos e iniciativas de interesse comum, ou complementar, para melhoria permanente do bem-estar e qualidade de vida, constituindo factor de desenvolvimento económico.	28-09-2004	26-11-2004
	Lagos	27 041			
	Vila do Bispo	5 381			
Total	3	37 744			
Associação Intermunicipal Alo-Digital (AIAD)	Amadora	176 239	Definição e operacionalização do projecto ALO-DIGITAL.	04-07-2004	29-07-2004
	Loures	199 231			
	Odivelas	143 995			
	Vila Franca de Xira	133 224			
Total	4	652 689			
Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM)	Lagoa (Açores)	14 698	Instalação e gestão de sistemas de depósito e tratamento de resíduos sólidos.	24-06-1992	16-09-2002
	Ponta Delgada	64 516			
	Povoação	6 696			
	Ribeira Grande	29 318			
	Vila Franca do Campo	11 039			
Total	5	126 267			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Baixo Tâmega (AMBT)	Amarante	61 029	Realização de atribuições e exercício das competências dos municípios associados relativos a projectos ou interesses de incidência intermunicipal.	17-05-2000	15-06-2000
	Baião	21 564			
	Cabeceiras de Basto	17 775			
	Celorico de Basto	20 128			
	Marco de Canaveses	53 961			
	Mondim de Basto	8 470			
Total	6	182 927			
Associação de Municípios do Médio Tejo (AMMT)	Abrantes	41 326	Promoção de estudos, elaboração e gestão de projectos e planos comuns nos domínios da cultura, do ensino, da informação, da saúde, da segurança social, do urbanismo, da defesa do meio ambiente, da protecção civil e das infraestruturas, com vista ao desenvolvimento económico, social e cultural das populações dos municípios associados.	07-01-1988	06-04-1988
	Alcanena	14 763			
	Constância	3 796			
	Entroncamento	20 065			
	Ferreira do Zêzere	9 345			
	Gavião	4 453			
	Golegã	5 629			
	Mação	7 763			
	Ourém	49 269			
	Ponte de Sor	17 593			
	Sardoal	3 992			
	Tomar	42 983			
	Torres Novas	37 155			
Total	14	266 010			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Médio Vouga (AMMV)	Oliveira de Frades	10 597	[sem informação disponível]	18-11-1997	
	São Pedro do Sul	19 215			
	Sever do Vouga	12 940			
	Vouzela	11 807			
Total	4	54 559			
Total nacional ^{c)}	204	6 083 207			

Fontes: DGAL, *Administração local em números 2005*; DGAL, www.dgaa.pt

^{a)} Para além das associações de municípios de fins específicos criadas no âmbito da lei n.º 11/2003, de 13 de Maio, ou que adaptaram os respectivos estatutos a este diploma, encontram-se presentes na listagem associações de municípios criadas ao abrigo de legislação anterior, mas que se encontram em funcionamento. Do cruzamento da informação disponível no site oficial da DGAL, outras associações surgiram após 31-12-2004: Associações de Municípios do Oeste (AMO), do Pinhal Interior Norte (AMPIN), do Vale do Távora (AMVT), para o Gás (AMAGÁS), do Baixo Sabor de Fim Específico e da Lezíria do Tejo.

^{b)} Os dados reportam a 31-12-2004.

^{c)} Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores.

^{d)} Em fase de publicação.

^{e)} O total nacional tem em conta o princípio da não duplicação de contagem, tanto dos municípios como da população abrangida, dado que os municípios podem, de acordo com a legislação em vigor, pertencer a várias associações de municípios de fins específicos, existindo, deste modo, sobreposição geográfica entre algumas delas.

Anexo 4F

Associações de Freguesias: denominação, municípios associados, número de habitantes, objecto, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005 ^{a)}

Denominação	Freguesias	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Desenvolvimento das Freguesias da Zona do Concelho de Trancoso ^{d)}	Fiães	263	Promoção, elaboração e gestão de estudos, projectos e equipamentos comuns às freguesias associadas.	04-06-2004	20-09-2004
	Rio de Mel	311			
	Tamanhos	323			
	Trancoso (Santa Maria)	1 313			
	Trancoso (São Pedro)	1 793			
Total	5	4 003			
Associação de Freguesias da Aboboreira e Marão - ABOMARÃO ^{d)}	Aoadela	887	Promoção, desenvolvimento integrado nas áreas socioeconómicas das freguesias do Marão e Aboboreira no âmbito dos poderes previstos ou autorizados pelas freguesias. Promoção e elaboração de estudos, gestão de projectos e planos comuns nos domínios da sua competência.	10-04-2000	31-05-2000
	Ansiães	815			
	Bustelo	577			
	Candemil	1 039			
	Carneiro	354			
	Carvalho de Rei	209			
	Cepelos	1 539			
	Gondar	1 693			
	Gouveia (São Simão)	740			
	Jazente	660			
	Lomba	859			
	Olo	446			
	Padronelo	904			

continua

continuação

Denominação	Freguesias	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Freguesias da Aboboreira e Marão - ABOMARÃO ^{d)}	Rebordelo	398			
	Salvador do Monte	1 154			
	Sanche	523			
	Várzea	563			
	Vila Chã do Marão	1 078			
Total	18	14 438			
Associação de Freguesias do Concelho da Guarda MAISJUNTAS ^{e)}	Albardo	181	Promoção de estudos, projectos e planos.	30-07-2003	01-09-2003
	Arrifana	735			
	Casal de Cinza	592			
	Gonçalo Bocas	217			
	Mizarela	187			
	São Miguel da Guarda	6 734			
	Trinta	497			
Total	7	9 143			
Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã (AFCL)	Atalaia	1 555	Realização de interesses no âmbito das atribuições e competências das freguesias associadas. Promoção de estudos, projectos e planos comuns.	10-10-2002	05-02-2003
	Lourinhã	8 797			
	Marteleira	1 538			
	Miragaia	1 670			
	Moita dos Ferreiros	1 740			
	Moledo	425			
	Reguengo Grande	1 562			
	Ribamar	2 080			

continua

continuação

Denominação	Freguesias	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã (AFCL)	Santa Bárbara	1 414			
	São Bartolomeu dos Galegos	1 041			
	Vimeiro	1 443			
	Total	11 23 265			
Associação de Freguesias Gardunha ^{f)}	Alcaide	764	Realização de quaisquer interesses no âmbito das atribuições e competências das próprias freguesias associadas.	01-06-2003	^{g)}
	Alcongosta	573			
	Aldeia de Joanes	971			
	Aldeia Nova do Cabo	683			
	Alpedrinha	1 184			
	Castelo Novo	439			
	Donas	912			
	Louriçal do Campo	805			
	São Vicente da Beira	1 597			
	Souto da Casa	988			
	Vale de Prazeres	1 510			
Total	11	10 426			
Associação de Freguesias Ribeirinhas O DOURO QUE NOS UNE	Avintes	11 523	Promoção, desenvolvimento e bem-estar das respectivas populações, assim como intensificação das relações de cooperação e amizade entre as freguesias ribeirinhas do Rio Douro.	07-07-2000	23-10-2000
	Bonfim	28 578			
	Campanhã	38 757			
	Crestuma	2 962			
	Lever	3 033			
	Lordelo do Ouro	22 212			

continua

continuação

Denominação	Freguesias	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Freguesias Ribeirinhas O DOURO QUE NOS UNE	Massarelos	7 756			
	Miragaia	2 810			
	Olival	5 616			
	Oliveira do Douro	23 384			
	Santa Marinha	30 758			
	São Nicolau	2 937			
	São Pedro da Afurada	3 442			
Total		14 188 519			
Associação de Freguesias TERRAS DE RECEZINHOS ^{b)}	Castelões	1 413	Realização de quaisquer interesses no âmbito das atribuições e competências das próprias freguesias associadas.	30-05-2003	10-07-2003
	Recezinhos (São Mamede)	1 528			
	Recezinhos (São Martinho)	1 873			
Total		3 4 814			
Total nacional		69 254 608			

Fonte: DGAL, Administração local em números 2005

^{a)} Os dados reportam a 31-12-2004.

^{b)} Dados resultantes do registo de freguesias efectuado pela DGAL.

^{c)} Informação reportada a 26-01-2005.

^{d)} Informação confirmada junto da própria associação em 24-05-2005.

^{e)} Informação confirmada junto da própria associação em 24-05-2005.

^{f)} Informação reportada a 25-10-2003.

^{g)} Informação não disponível.

^{h)} Informação confirmada em 25-05-2006 pelo Gabinete da Cultura de Penafiel.

Anexo 4G

Empresas municipais da GAMP: denominação, objecto e data da publicação em Diário da República, 2005

Município	Denominação	Objecto	Data da publicação em Diário da República
Maia	Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M.	Produção e divulgação de eventos culturais tais como exposições, espectáculos, congressos, seminários, colóquios e organização e gestão do Conservatório de Música da Maia e outros organismos da Câmara Municipal da Maia.	14-09-2000
	Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	Construção, instalação e gestão de sistemas de estacionamento público pago, à superfície ou estruturas executadas no solo ou no subsolo no município da Maia.	14-09-2000
	MAIAMBIENTE - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.	Remoção dos resíduos sólidos urbanos e equiparados; recolha selectiva de materiais recicláveis; manutenção da higiene e limpeza de locais públicos.	18-12-2001
	Empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Promoção da habitação social e melhoria das condições habitacionais do município da Maia; gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e outros fogos da empresa ou cuja administração lhe seja confiada; participação em acções de renovação e de requalificação urbanística.	20-09-2001 10-12-2002 a)
	Empresa Municipal de Transportes da Maia, E.M.	Prestação de serviços públicos de transporte colectivo de passageiros.	05-02-2003
	TUM - Transportes Urbanos da Maia	Prestação do serviço público de transporte colectivo de passageiros na área do Município da Maia.	05-02-2003

continua

continuação

Município	Denominação	Objecto	Data da publicação em Diário da República
Matosinhos	MATOSINHOSHABIT - MH - Empresa municipal de habitação de Matosinhos, E.M.	Promoção de habitação; gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da empresa e do município de Matosinhos.	15-01-2001
	MS – Matosinhos Sport - Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M.	Gestão de equipamentos desportivos.	14-06-2003
Porto	GOP - Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E.M.	Gestão de obras públicas da Câmara Municipal do Porto e para outras empresas participadas pela autarquia	27-04-2001
	Empresa Municipal de Habitação e Manutenção da Câmara Municipal do Porto, E.M.	Gestão do parque habitacional do município, bem como manutenção de equipamentos e infraestruturas do domínio público ou privado.	03-05-2001
Póvoa de Varzim	VARZIM LAZER - Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M.	Gestão dos equipamentos desportivos municipais; promoção e organização de eventos desportivos ou recreativos.	05-05-2000
Santa Maria da Feira	Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.	Administração e gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais, promoção e realização de actividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter socioeconómico e científico.	16-01-2001

continua

continuação

Município	Denominação	Objecto	Data da publicação em Diário da República
São João da Madeira	Habitar S. João - Empresa Municipal de Habitação, E.M.	Gestão social, patrimonial e financeira dos bairros de habitação social e outros fogos da empresa.	25-08-2003
Trofa	TROFÁGUAS - Serviços Ambientais, E.M.	Empresa de águas, saneamento e resíduos sólidos urbanos.	31-03-2004
	TROFA-PARK, E.M.	Empresa gestora do parque industrial da Trofa.	08-07-2004
Valongo	Vallis Habita - empresa municipal de gestão de empreendimentos habitacionais do Concelho de Valongo, E.M.	Gestão, manutenção e exploração dos complexos habitacionais, espaços culturais e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção de eventos culturais, desportivos, recreativos de lazer e de fomento do desporto e da cultura em Valongo.	11-05-2000
Vila Nova de Gaia	Águas de Gaia, E.M.	Gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água de drenagem e tratamento de águas residuais.	01-07-1999
	GAIASOCIAL - Empresa Municipal de Habitação, E.M.	Gestão e exploração do parque habitacional da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.	13-05-2000
	Parque Biológico de Gaia, E.M.	Exploração do centro de educação ambiental denominado "Parque Biológico".	18-10-2000
	GAIANIMA - Equipamentos municipais	Estabelecimento, gestão e exploração dos equipamentos públicos municipais; promoção de eventos desportivos, recreativos, de lazer e culturais.	15-10-2001
	GAIURB, Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana de Gaia, E.M.	Ordenamento do território e gestão urbanística do Município de Vila Nova de Gaia.	08-05-2002

Fonte: DGAL, Administração local em números 2005

a) Datas da 1.ª e 2.ª publicação dos Estatutos, respectivamente.

Anexo 4H

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 12-12-1976
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária			
				CDS	FEPU	PPD/PSD	PS
Espinho	Artur Pereira Bártolo	PS	7	1	1	2	3
Gondomar	José Luís Ferreira de Araújo	PS	9	1	2	2	4
Maia	Jorge Luís da Costa Catarino	PS	7	1	1	2	3
Matosinhos	Mário Moreira Maia	PS	9	1	1	2	5
Porto	Aureliano Capelo Veloso	PS	13	3	2	3	5
Póvoa de Varzim	Manuel João Tenreiro Carneiro	CDS	7	3		2	2
Valongo	João Moreira Dias	PS	7	1	1	2	3
Vila do Conde	Fernando Manuel dos Santos Gomes	PS	7	1		2	4
Vila Nova de Gaia	António Coutinho Gonçalves da Fonseca	PS	11	2	1	3	5

Legenda

CDS - Centro Democrático Social
FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4I

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 12-12-1976
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				CDS	FEPU	GDUP's	PPD/PSD	PS
Espinho	Avelino Ferreira Loureiro Zenha	PS	16	2	2		5	7
Gondomar	Júlio Pires	PS	26	4	5		6	11
Maia	Maria Emília de Melo Moreira da Silva	PS	17	3	2		5	7
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	26	4	3	1	6	12
Porto	António Cândido Miranda Macedo	PS	40	8	6	1	10	15
Póvoa de Varzim	Artur Gomes da Costa	CDS	16	6	1		5	4
Valongo	Renato Alberto de Miranda de Sousa Chaves	PS	16	2	2		5	7
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	31	6	3		9	13
Vila Nova de Gaia	Fernando Alves Tomé dos Santos	PS	36	6	5	1	9	15

Legenda

CDS - Centro Democrático Social

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

GDUP's - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4J

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 16-12-1979
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				AD	APU	CDS	PPD/PSD	PS
Espinho	José Carvalho da Fonseca	AD	7	3	1			3
Gondomar	Álvaro Rodrigues de Sousa	AD	9	4	2			3
Maia	José Vieira de Carvalho	AD	9	5	1			3
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda	PS	9	4	1			4
Porto	Alfredo Ângelo Vidal Coelho de Magalhães	AD	13	7	2			4
Póvoa de Varzim	Manuel Vaz da Silva	CDS	7			3	2	2
Valongo	Aires Fernandes Martins	AD	7	3	1			3
Vila do Conde	Fernando Manuel dos Santos Gomes	PS	7	3				4
Vila Nova de Gaia	Hermenegildo José da Silva Tavares	AD	11	5	2			4

Legenda

AD - Aliança Democrática
APU - Aliança Povo Unido
CDS - Centro Democrático Social
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4K

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 16-12-1979
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária					
				AD	APU	CDS	PPD/PSD	PS	UDP
Espinho	Pedro Rui Carreira Pinheiro de Lima	AD	35	17	5			13	
Gondomar	António Barbosa da Costa	AD	45	18	10			16	1
Maia	Bernardino da Costa Pereira	AD	45	21	7			17	
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	45	18	7			20	
Porto	Francisco de Nápoles Ferraz Almeida e Sousa	AD	65	33	11			20	1
Póvoa de Varzim	José António Ribeiro de Azevedo	CDS	35		3	14	10	8	
Valongo	Manuel Joaquim Moreira Moutinho	AD	35	15	6			14	
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	35	14	3			18	
Vila Nova de Gaia	Artur dos Santos Ferreira Nobre	AD	55	25	8			21	1

Legenda

AD - Aliança Democrática
APU - Aliança Povo Unido
CDS - Centro Democrático Social
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PS - Partido Socialista
UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4L

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 12-12-1982
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				AD	APU	CDS	PPD/PSD	PS
Espinho	Artur Pereira Bártolo	PS	7		1	1	2	3
Gondomar	Manuel Arlindo Sousa das Neves	PS	9		2		3	4
Maia	José Vieira de Carvalho	AD	9	4	1			4
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda	PS	9		1	1	1	6
Porto	António Guilherme Paulo Vallada	AD	13	6	2			5
Póvoa de Varzim	Manuel Vaz da Silva	CDS	7		1	3	2	1
Valongo	João Moreira Dias	PS	7		1		2	4
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	7	2				5
Vila Nova de Gaia	António Coutinho Gonçalves da Fonseca	PS	11		2	1	3	5

Legenda

AD - Aliança Democrática
APU - Aliança Povo Unido
CDS - Centro Democrático Social
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4M

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 12-12-1982
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				AD	APU	CDS	PPD/PSD	PS
Espinho	Avelino Ferreira Loureiro Zenha	PS	35		6	4	12	13
Gondomar	António da Rocha Rodrigues	PS	45		10	3	14	18
Maia	José Albino da Silva Peneda	AD	45	20	7			18
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	45		7	5	8	25
Porto	Adalberto Manuel Fonseca Neiva de Oliveira	AD	65	29	14			22
Póvoa de Varzim	Manuel João Borges Madureira Pires	CDS	35		4	13	10	8
Valongo	Mário António Magalhães da Silva	PS	35		7	3	9	16
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	35	13	3			19
Vila Nova de Gaia	Alberto Augusto Martins da Silva Andrade	PS	55		10	5	16	24

Legenda

AD - Aliança Democrática
APU - Aliança Povo Unido
CDS - Centro Democrático Social
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4N

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 15-12-1985
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				APU	CDS	PPD/PSD	PRD	PS
Espinho	José Gomes Almeida	PPD/PSD	7		2	3		2
Gondomar	Manuel Arlindo Sousa das Neves	PS	9	2		3		4
Maia	José Vieira de Carvalho	PPD/PSD	9	1		6		2
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda	PS	11	1		4		6
Porto	Fernando Cabral Monteiro	PPD/PSD	13	2	1	5	1	4
Póvoa de Varzim	Manuel Vaz da Silva	CDS	7		4	2		1
Valongo	João Moreira Dias	PS	7	1		3		3
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	7			2		5
Vila Nova de Gaia	Mário Pinto Simões	PPD/PSD	11	2		4	1	4

Legenda

APU - Aliança Povo Unido
CDS - Centro Democrático Social
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PRD - Partido Renovador Democrático
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 40

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 15-12-1985
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária			
				APU	CDS	PPD/PSD	PS
Espinho	José Augusto Ferreira de Campos	PPD/PSD	21	3	3	9	5
Gondomar	Álvaro Rodrigues de Sousa	PPD/PSD	27	6	1	9	9
Maia	António Elísio de Carvalho Costa	PPD/PSD	27	3		16	6
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	33	4	1	10	16
Porto	António da Silva Loureiro	PPD/PSD	38	7	3	16	9
Póvoa de Varzim	Manuel João Borges Madureira Pires	CDS	21	2	10	6	3
Valongo	Manuel Augusto Braga Lino	PS	21	3	1	7	9
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	31	2	2	8	18
Vila Nova de Gaia	Artur dos Santos Ferreira Nobre	PPD/PSD	33	5	2	12	11

Legenda

APU - Aliança Povo Unido
CDS - Centro Democrático Social
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PRD - Partido Renovador Democrático
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4P

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 17-12-1989
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária					
				CDS	MDP/ CDE	PCP- PEV	PPD/ PSD	PS	
Espinho	Romeu Assis Marques Vitó	PPD/PSD	7	1		1	3	2	
Gondomar	Aníbal Jaime Gomes Lira	PS	11	1	1	2	3	4	
Maia	José Vieira de Carvalho	PPD/PSD	9				6	3	
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda	PS	11			1	3	7	
Porto	Fernando Manuel dos Santos Gomes	PS	13	1		1	5	6	
Póvoa de Varzim	Manuel Vaz da Silva	PPD/PSD	7	2			3	2	
Valongo	João Moreira Dias	PS	9			1	3	5	
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	9				3	6	
Vila Nova de Gaia	José Heitor Meireles Carvalheiras	PS	11			1	4	6	

Legenda

CDS - Centro Democrático Social
MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissões Democráticas Eleitorais
PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4Q

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 17-12-1989 (resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				CDS	MDP/CDE	PCP-PEV	PPD/PSD	PS
Espinho	José Augusto Ferreira de Campos	PPD/PSD	21	2		3	8	8
Gondomar	Fernando Antão de Oliveira Ramos	PS	33	2	3	5	11	12
Maia	Luciano da Silva Gomes	PPD/PSD	27	1		2	15	9
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	33	1		3	9	20
Porto	Manuel Duarte Baganha	PS	39	3		5	15	16
Póvoa de Varzim	João Ferreira Trovão	PPD/PSD	21	5		1	10	5
Valongo	António Augusto Magalhães Gomes	PS	27	1		3	10	13
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	31			1	11	19
Vila Nova de Gaia	Manuel Lencastre de Sousa Figueiredo	PS	33	1		4	13	15

Legenda

CDS - Centro Democrático Social
MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissões Democráticas Eleitorais
PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4R

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 12-12-1993
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária					
				CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PS	PSN	
Espinho	José Barbosa Mota	PS	7		1	2	3	1	
Gondomar	Valentim dos Santos Loureiro	PPD/PSD	11		1	5	5		
Maia	José Vieira de Carvalho	PPD/PSD	9		1	6	2		
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda	PS	11			2	9		
Porto	Fernando Manuel dos Santos Gomes	PS	13		1	3	9		
Póvoa de Varzim	José Macedo Vieira	PPD/PSD	7	3	1	3			
Valongo	Fernando Horácio Pereira de Melo	PPD/PSD	9		1	4	4		
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	9			3	6		
Vila Nova de Gaia	José Heitor Meireles Carvalheiras	PS	11		1	4	6		

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4S

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 12-12-1993
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PS	PSN
Espinho	Carlos Afonso Pinheiro de Morais Gaio	PS	21	1	2	7	8	3
Gondomar	Fernando Antão de Oliveira Ramos	PS	33	1	3	14	15	
Maia	Luciano da Silva Gomes	PPD/PSD	27	1	2	16	8	
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	33	1	2	8	22	
Porto	Manuel Duarte Baganha	PS	39	2	3	12	22	
Póvoa de Varzim	José Ferreira Trovão	PPD/PSD	21	8	2	8	2	1
Valongo	José Alberto Puig dos Santos Costa	PPD/PSD	27		3	13	11	
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	31	1	1	10	19	
Vila Nova de Gaia	Manuel Lencastre de Sousa Figueiredo	PS	33	1	4	13	15	

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4T

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 14-12-1997
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária			
				PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PS
Espinho	José Barbosa Mota	PS	7		2		5
Gondomar	Valentim dos Santos Loureiro	PPD/PSD	11		9		2
Maia	José Vieira de Carvalho	PPD/PSD	9		6		3
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda	PS	11		3		8
Porto	Fernando Manuel dos Santos Gomes	PS	13	1		4	8
Póvoa de Varzim	José Macedo Vieira	PPD/PSD	7		6		1
Valongo	Fernando Horácio Pereira de Melo	PPD/PSD	9		6		3
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	9		3		6
Vila Nova de Gaia	Luís Filipe Menezes Lopes	PPD/PSD	11		6		5

Legenda

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
PPD/PSD.CDS-PP - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4U

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 14-12-1997
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD. CDS-PP	PS
Espinho	Carlos Afonso Pinheiro de Morais Gaio	PS	21		2	7		12
Gondomar	Raúl Chagas Fernandes Ramos	PPD/PSD	33		3	21		9
Maia	Luciano da Silva Gomes	PPD/PSD	27		1	16		10
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	33	1	3	8		21
Porto	Manuel Duarte Baganha	PS	39		5		13	21
Póvoa de Varzim	Álvaro António Vasconcelos Moreira	PPD/PSD	21	3	1	13		4
Valongo	António Álvaro de Sousa	PPD/PSD	27		2	14		11
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	31	1	1	10		19
Vila Nova de Gaia	Manuel Lencastre de Sousa Figueiredo	PS	33	13	3			17

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4V

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 16-12-2001 (resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária					
				CDS-PP	PCP-PEV	PPD-PSD	PPD/PSD	CDS-PP	PS
Espinho	José Barbosa Mota	PS	7			3			4
Gondomar	Valentim dos Santos Loureiro	PPD/PSD	11		1	7			3
Maia	José Vieira de Carvalho ^{a)}	PPD/PSD. CDS/PP	9					6	3
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda ^{b)}	PS	11		1			4	6
Porto	Rui Fernando da Silva Rio	PPD/PSD. CDS/PP	13		1			6	6
Póvoa de Varzim	José Macedo Vieira	PPD/PSD	9	1		7			1
Valongo	Fernando Horácio Pereira de Melo	PPD/PSD	9			6			3
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	9					4	5
Vila Nova de Gaia	Luís Filipe Menezes Lopes	PPD/PSD. CDS/PP	11					8	3

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular

PS - Partido Socialista

^{a)} Substituído por António Gonçalves Bragança Fernandes.

^{b)} Substituído por Manuel José Seabra Monteiro.

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4W

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 16-12-2001
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária					
				BE	CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD	PS
Espinho	Carlos Afonso Pinheiro de Morais Gaio	PS	21		2	2	7		10
Gondomar	Raúl Chagas Fernandes Ramos	PPD/PSD	33		1	3	19		10
Maia	Luciano da Silva Gomes	PPD/PSD, CDS/PP	27			1		16	10
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	33	1		3		11	18
Porto	Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco	PPD/PSD, CDS/PP	39	1		4		18	16
Póvoa de Varzim	Álvaro António Vasconcelos Moreira	PPD/PSD	27		3	1	18		5
Valongo	Henrique Jorge Campos Cunha	PPD/PSD, CDS/PP	27			2		14	11
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	31			1		13	17
Vila Nova de Gaia	Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan	PPD/PSD, CDS/PP	33			2		19	12

Legenda

BE - Bloco de Esquerda

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD, CDS-PP - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4X

Eleitos locais dos concelhos da GAMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 09-10-2005 (resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária						II	VII
				CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PPD/PSD.CDS-PP.PPM	PS		
Arouca	José Artur Tavares Neves	PS	7					2	3		2
Espinho	José Barbosa Mota	PS	7				3		4		
Gondomar	Valentim dos Santos de Loureiro	II	11				1		2	8	
Maia	António Gonçalves Bragança Fernandes	PPD/PSD.CDS/PP	9				6		3		
Matosinhos	Guilherme Manuel Lopes Pinto	PS	11		1		4		6		
Porto	Rui Fernando da Silva Rio	PPD/PSD.CDS/PP	13		1		7		5		
Póvoa de Varzim	José Macedo Vieira	PPD/PSD	9			6			3		
Santa Maria da Feira	Alfredo de Oliveira Henriques	PPD/PSD	11			6			5		
Santo Tirso	António Alberto Castro Fernandes	PS	9			4			5		
São João da Madeira	Manuel Castro de Almeida	PPD/PSD	7	1		5			1		
Trofa	Bernardino Manuel de Vasconcelos	PPD/PSD	7			4			3		
Valongo	Fernando Horácio Pereira de Melo	PPD/PSD	9			5			4		
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	9				4		5		
Vila Nova de Gaia	Luís Filipe Menezes Lopes	PPD/PSD.CDS/PP	11		1		7		3		

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular

PPD/PSD.CDS-PP.PPM - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular e Partido Popular Monárquico

PS - Partido Socialista

II - "Valentim" - Valentim Loureiro - Gondomar no Coração

VII - Unidos por Arouca (U.P.A)

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4Y

Eleitos locais dos concelhos da GAMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 09-10-2005 (resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária										
				BE	CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD, CDS-PP	PPD/PSD, CDS-PP, PPM	PS	II	VII	PS	
Arouca	José Armando de Pinho Oliveira	PS	21			1				8	8		4	
Espinho	Maria da Graça Ribeiro de Sousa Guedes	PS	21	1		2		9			9			
Gondomar	Manuel Joaquim Ferreira Vieira	II	33	1		3		3			7	19		
Maia	Luciano da Silva Gomes	PPD/PSD, CDS/PP	27	2		2		14			9			
Matosinhos	José Manuel Queirós Dias da Fonseca	PS	33	3		3		11			16			
Porto	José Pedro Correia de Aguiar Branco	PPD/PSD, CDS/PP	39	2		4		18						15
Póvoa de Varzim	Álvaro António Vasconcelos Moreira	PPD/PSD	27		2	1	16				8			
Santa Maria da Feira	José Manuel Moreira Cardoso da Costa	PPD/PSD	33	1	1	1	16				14			
Santo Tirso	Manuel Luciano da Costa Gomes	PS	27			1	12				14			
São João da Madeira	Fernando Neves Portal e Silva	PPD/PSD	21		3	1	11				6			
Trofa	Daniel Marques Figueiredo	PPD/PSD	21		2	1	10				8			
Valongo	Casimiro Couto Sousa	PS	27	1		2		12			12			
Vila do Conde	Lúcio Maia Ferreira	PS	31	1		1		12			17			
Vila Nova de Gaia	Silvírio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan	PPD/PSD, CDS/PP	33	2		3		16			12			

Legenda

BE - Bloco de Esquerda
CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular
PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PPD/PSD, CDS-PP - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular
PPD/PSD, CDS-PP, PPM - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular e Partido Popular Monárquico
PS - Partido Socialista
II - "Valentim" - Valentim Loureiro - Gondomar no Coração
VII - Unidos por Arouca (U.P.A)

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4Z

Partidos políticos portugueses, 1974-2003

Acção Social Democrata Independente (ASDI)	
Aliança Operária Camponesa (AOC). Em 1979: Partido Trabalhista (PT)	
Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (ADIM)	
Bloco de Esquerda (BE)	
Centro Democrático de Macau (CDM)	
Força de Unidade Popular (FUP)	
Frente Eleitoral Comunista - Marxistas-Leninistas (FEC-ML). Em 1976: Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa (OCMLP)	
Frente Socialista Popular (FSP)	
Grupos Dinamizadores de Unidade Popular (GDUP's)	
Liga Comunista Internacionalista (LCI). Em 1979 funde-se com o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e dá origem ao Partido Socialista Revolucionário (PSR)	
Liga Socialista dos Trabalhadores (LST). Em 1989: Frente de Esquerda Revolucionária (FER)	
Movimento de Esquerda Socialista (MES)	
Movimento Democrático Português-Comissões Democráticas Eleitorais (MDP/CDE). Em 1993: MDP. Em 1994: Política XXI	
Movimento Ecologista Português-Partido Os Verdes (MEP-PV). Em 1987: Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV)	
Movimento Independente para a Reconstrução Nacional/Partido da Direita Portuguesa (MIRN/PDP)	
Movimento O Partido da Terra (MPT). Em 2003: MPT-Partido da Terra	
Movimento pelo Doente (MD)	
Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). Em 1977: Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP)	
Nova Democracia (PND)	
Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista) (PCP-ML)	
Partido Comunista Português (PCP)	

continua

continuação

Partido Comunista Reconstituído (PCP-R)	
Partido da Democracia Cristã (PDC)	
Partido da Gente (PG)	
Partido da Solidariedade Nacional (PSN)	
Partido de Unidade Popular (PUP)	
Partido Democrático do Atlântico (PDA). Em 1979 tem como sigla UDA-PDA e a partir de 1983 PDA	
Partido do Centro Democrático Social (CDS). Em 1993: Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP). Em 1995: Partido Popular (CDS-PP)	
Partido Humanista (PH)	
Partido Operário de Unidade Socialista (POUS). Em 1994: Movimento para a Unidade dos Trabalhadores (MUT). Em 1999: Partido Operário de Unidade Socialista (POUS)	
Partido Popular Democrático PPD. Em 1976: Partido Social Democrata (PPD-PSD)	
Partido Popular Monárquico (PPM)	
Partido Português das Regiões (PPR)	
Partido Renovador Democrático (PRD). Em 2000: Partido Nacional Renovador (PNR)	
Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Em 1979 funde-se com a Liga Comunista Internacionalista (LCI) e dá origem ao Partido Socialista Revolucionário (PSR)	
Partido Socialista (PS)	
Partido Socialista dos Trabalhadores (PST)	
União de Esquerda Socialista Democrática (UEDS)	
União Democrática Popular (UDP)	

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4AA

Partidos inscritos no Tribunal Constitucional, partidos extintos e número de eleições a que concorreu para a Assembleia da República, 1974-2006

Denominação ^{a)}	Sigla	Ano de inscrição	Ano de alteração de identificação	Ano de extinção/ dissolução/ cancelamento	N.º de eleições a que concorreu para a AR
Ação Social Democrata Independente	ASDI	1980		com inscrição em vigor mas sem actividade política	1 [2]
Aliança Operária Camponesa	AOC	1975	1979		1
Partido Trabalhista	PT	1979		2000	1
Associação para a Defesa dos Interesses de Macau	ADIM	1975		com inscrição em vigor mas sem actividade política	0
Bloco de Esquerda	BE	1999			3
Centro Democrático de Macau	CDM	1975		com inscrição em vigor mas sem actividade política	0
Força de Unidade Popular	FUP	1980		2004	0
Frente Eleitoral Comunista - Marxistas-Leninistas	FEC-ML	1975	1976		1
Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa	OCMLP	1976		1988	3
Frente Socialista Popular	FSP	1975	2004		2
Grupos Dinamizadores de Unidade Popular	GDUP's	1976		1997	0
Liga Comunista Internacionalista	LCI	1975	1979		2
+ Partido Revolucionário dos Trabalhadores	PRT	1975	1979		1
= Partido Socialista Revolucionário	PSR	1979			6 [7]
Liga Socialista dos Trabalhadores	LST	1983	1989		1
Frente de Esquerda Revolucionária	FER	1989		2005	1
Movimento de Esquerda Socialista	MES	1975		1997	2
Movimento Democrático Português-Comissões Democráticas Eleitorais	MDP/CDE	1975	1993		
Movimento Democrático Português	MDP	1993	1994		5
Política XXI	PXXI	1994			
Movimento Ecologista Português-Partido Os Verdes	MEP-PV	1982	1987		6
Partido Ecologista "Os Verdes"	PEV	1987			

continua

continuação

Denominação	Sigla	Ano de inscrição	Ano de alteração de identificação	Ano de extinção/ dissolução/ cancelamento	N.º de eleições a que concorreu para a AR
Movimento Independente para a Reconstrução Nacional/Partido da Direita Portuguesa	MIRN/PDP	1979		1997	1
Movimento O Partido da Terra	MPT	1993	2003		3
MPT - Partido da Terra		2003			
Movimento pelo Doente	MD	2002			0
Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado	MRPP	1975	1977		11
Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses	PCTP/MRPP	1977			
Nova Democracia	PND	2003			1
Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista)	PCP-ML	1976		com inscrição em vigor mas sem actividade política	2 [1]
Partido Comunista Português	PCP	1974			12
Partido Comunista Reconstruído	PC (R)	1981		2002	2
Partido da Democracia Cristã	PDC	1975		2004	6
Partido da Gente	PG	1995		1999	1
Partido da Solidariedade Nacional	PSN	1990		2006	3
Partido de Unidade Popular	PUP	1975		1997	1
Partido Democrático do Atlântico	UDA-PDA PDA	1979 1983	1983		5 [6]
Partido do Centro Democrático Social	CDS	1975	1993		
Centro Democrático Social - Partido Popular	CDS-PP	1993	1995		12
Partido Popular	CDS-PP	1995			
Partido Humanista	PH	1999			3
Partido Operário de Unidade Socialista	POUS	1979	1994		
Movimento para a Unidade dos Trabalhadores	MUT	1994	1999		7 [9]
Partido Operário de Unidade Socialista	POUS	1999			
Partido Popular Democrático	PPD	1975	1976		12
Partido Social Democrata	PPD/PSD	1976			

continua

continuação

Denominação	Sigla	Ano de inscrição	Ano de alteração de identificação	Ano de extinção/ dissolução/ cancelamento	N.º de eleições a que concorreu para a AR
Partido Popular Monárquico	PPM	1975			8
Partido Português das Regiões	PPR	1995		1999	0
Partido Renovador Democrático	PRD	1985	2000		3
Partido Nacional Renovador	PNR	2000			2
Partido Socialista	PS	1975			12
Partido Socialista dos Trabalhadores	PST	1980		1981	1
União de Esquerda Socialista Democrática	UEDS	1979		1997	2
União Democrática Popular	UDP	1975		2005	7 [10]

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

a) Apresenta-se o conjunto de denominações dos partidos até à sua denominação actual ou última. Com excepção do PSR, as várias denominações resultaram de pedidos de alteração feitos pelos próprios partidos.

Anexo 4BA

Variação da taxa de abstenção na eleição do órgão executivo por concelho na AMP, 1976-2005 (%)

Figura 4BA1

Concelho de Espinho

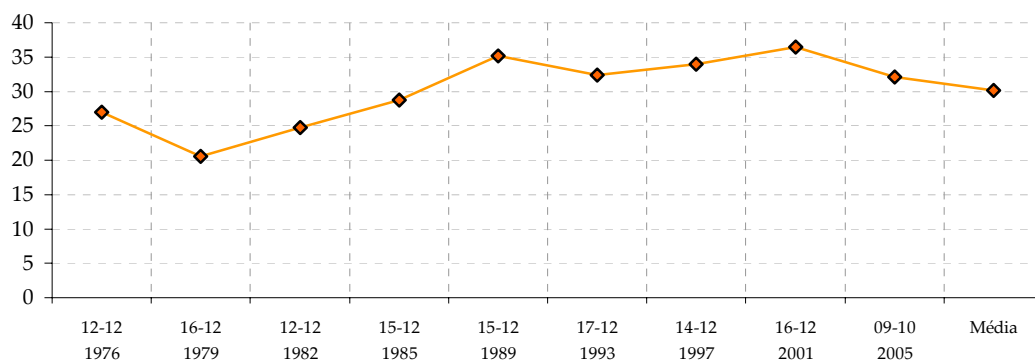


Figura 4BA2

Concelho de Gondomar

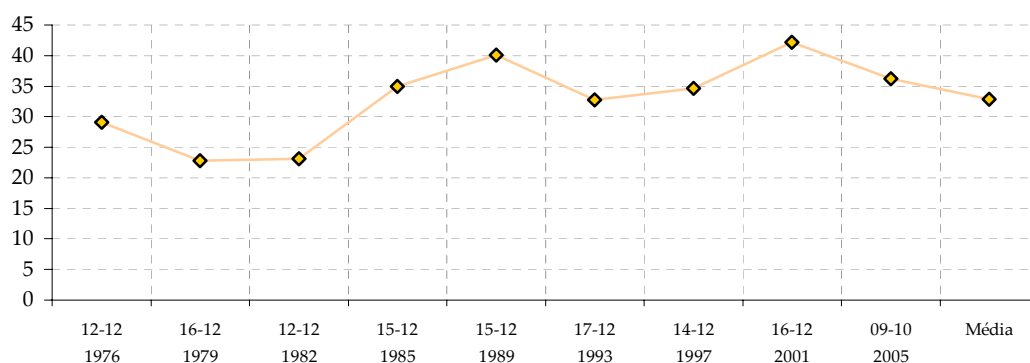
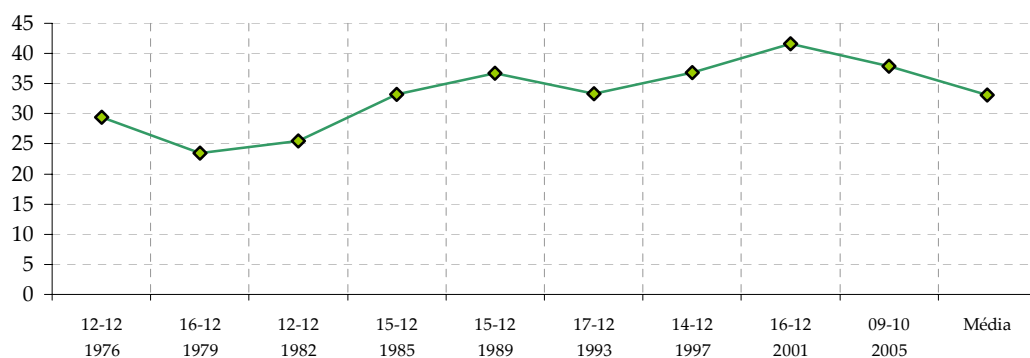


Figura 4BA3

Concelho da Maia



continua

continuação

Figura 4BA4
Concelho de Matosinhos

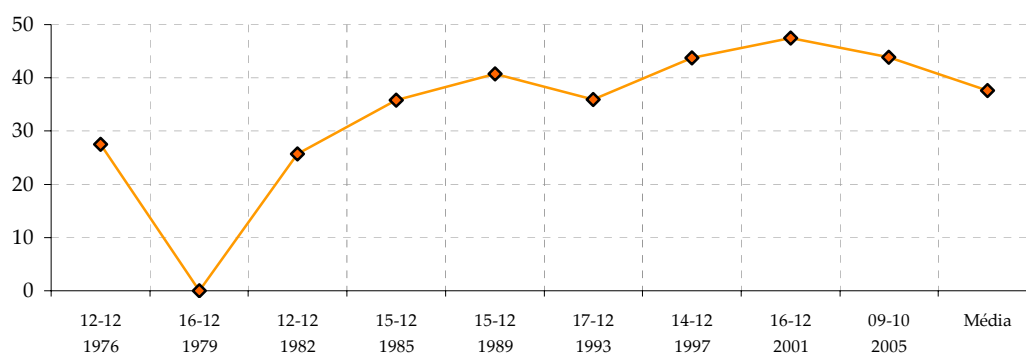


Figura 4BA5
Concelho do Porto

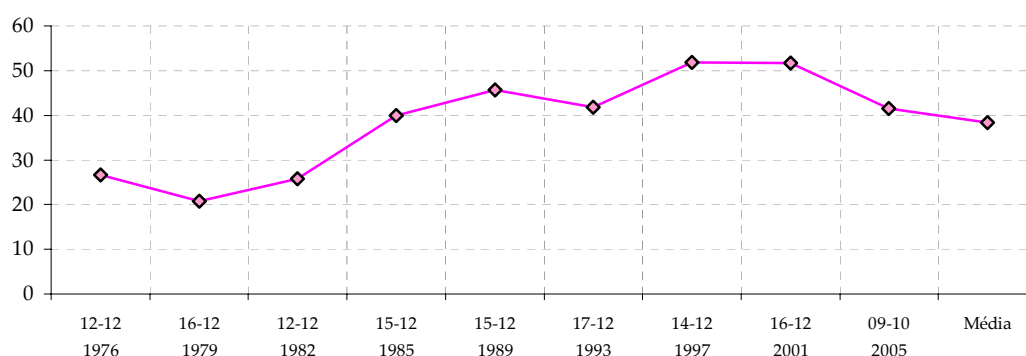
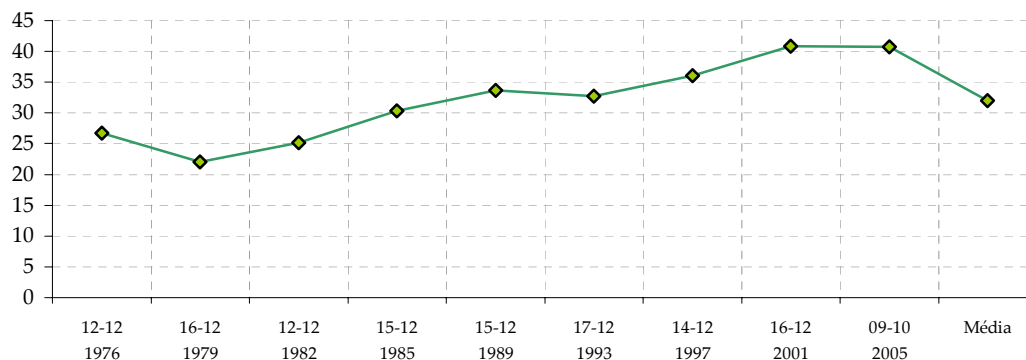


Figura 4BA6
Concelho de Póvoa de Varzim



continua

continuação

Figura 4BA7
Concelho de Valongo

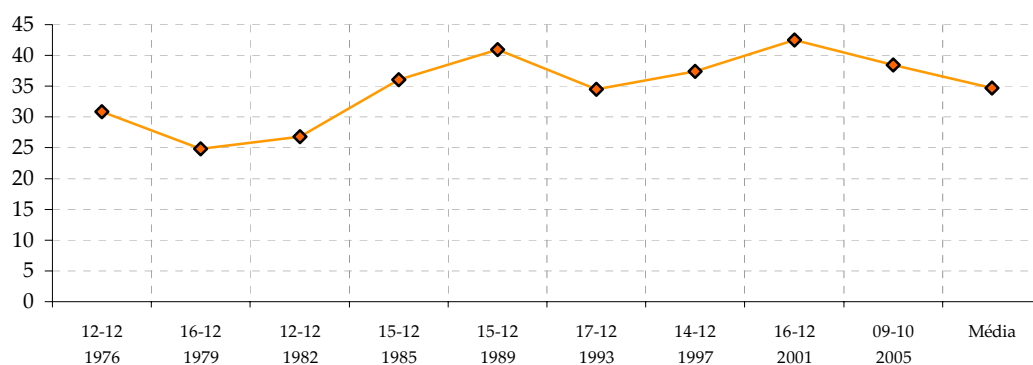


Figura 4BA8
Concelho de Vila do Conde

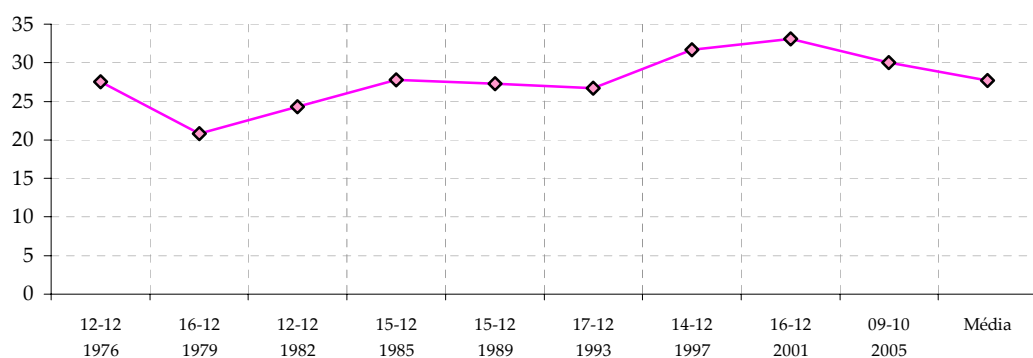
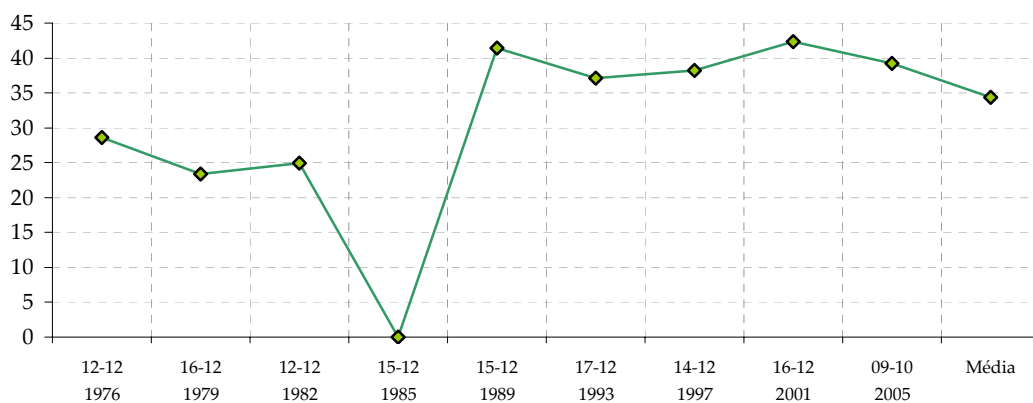


Figura 4BA9
Concelho de Vila Nova de Gaia



Fonte: CNE, www.eleicoes.com.pt

Anexo 4CA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1976 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	19993 100,00%	14603 73,04%	5390 26,96%	216 1,48%	160 1,10%
Gondomar	75500 100,00%	53561 70,94%	21939 29,06%	918 1,71%	810 1,51%
Maia	46344 100,00%	32720 70,60%	13624 29,40%	564 1,72%	536 1,64%
Matosinhos	83236 100,00%	60324 72,47%	22912 27,53%	925 1,53%	953 1,58%
Porto	237760 100,00%	174464 73,38%	63296 26,62%	1749 1,00%	1894 1,09%
Póvoa de Varzim	29415 100,00%	21561 73,30%	7854 26,70%	412 1,91%	380 1,76%
Valongo	32972 100,00%	22784 69,10%	10188 30,90%	414 1,82%	352 1,54%
Vila do Conde	35740 100,00%	25893 72,45%	9847 27,55%	446 1,72%	533 2,06%
Vila Nova de Gaia	140329 100,00%	100254 71,44%	40075 28,56%	1504 1,50%	1216 1,21%
AMP	701289 100,00%	506164 72,18%	195125 27,82%	7148 1,41%	6834 1,35%
Continente e Ilhas	6454990 100,00%	4173761 64,66%	2281229 35,34%	89073 2,13%	88783 2,13%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4DA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1976 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido											Total de mandatos			
		APU	CDS	FEPU	GDUP's	GRUPS	LCI	MRPP	PCP (ML)	PCTP/MRPP	PPD/PSD	PPM		PRT	PS	
Espinho	14603		2129 14,58% 1	2008 13,75% 1	204 1,40% 0				142 0,97% 0		4176 28,60% 2			5568 38,13% 3	7	
Gondomar	53561		8010 14,95% 1	9965 18,60% 2			238 0,44% 0	600 1,12% 0	583 1,09% 0		12364 23,08% 2			20073 37,48% 4	9	
Maia	32720		5334 16,30% 1	4147 12,67% 1	1053 3,22% 0		214 0,65% 0				7950 24,30% 2			12922 39,49% 3	7	
Matosinhos	60324		8522 14,13% 1	7198 11,93% 1	1997 3,31% 0				602 1,00% 0		13991 23,19% 2			16136 26,75% 5	9	
Porto	174464		34890 20,00% 3	24028 13,77% 2	6966 3,99% 0		312 0,18% 0	666 0,38% 0	825 0,47% 0		42666 24,46% 3			60468 34,66% 5	13	
Póvoa de Varzim	21561		6546 30,36% 3	2162 10,03% 0							6256 29,02% 2			5805 26,92% 2	7	
Valongo	22784		3355 14,73% 1	3077 13,51% 1							6281 27,57% 2			9305 40,84% 3	7	
Vila do Conde	25893		4660 18,00% 100,00%	2498 9,65% 0							7102 27,43% 2			10654 41,15% 4	7	
Vila Nova de Gaia	100254		16252 16,21% 2	12029 12,00% 1	2560 2,55% 0		433 0,43% 0		1093 1,09% 0		25830 25,76% 3			39437 39,34% 5	11	
AMP	506164	0 0,00% 0	89698 17,72% 14	67112 13,26% 9	12780 2,52% 0	0 0,00% 0	1197 0,24% 0	1266 0,25% 0	3245 0,64% 0	0 0,00% 0	126616 25,01% 20	0 0,00% 0	0 0,00% 0	180368 35,63% 34	77	
Continente e Ilhas	4173761	123 0,00% 0	693766 16,62% 317	718006 17,20% 268	103784 2,49% 5	2493 0,06% 0	3464 0,08% 0	24619 0,59% 0	15276 0,37% 0	2886 0,07% 0	1014092 24,30% 624	7528 0,18% 3	278 0,01% 0	1377684 33,01% 691	1908	
Legenda		Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt														
AD - Aliança Democrática		GDUP's - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular											PCP(ML) - Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista)			
APU - Aliança Povo Unido		GRUPS - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular											PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses			
CDs - Centro Democrático Social		LCI - Liga Comunista Internacionalista											PPD/PSD - Partido Social Democrata			
FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido		MRPP - Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado											PPM - Partido Popular Monárquico			
													PS - Partido Socialista			
													PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores			

Legenda

AD - Aliança Democrática
APU - Aliança Povo Unido
CDS - Centro Democrático Social
FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

GDUP's - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular
GRUPS - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular
LCI - Liga Comunista Internacionalista
MRPP - Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

PCP(ML) - Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista)
PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PPM - Partido Popular Monárquico

PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4EA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 16-12-1979 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	21348 100,00%	16967 79,48%	4381 20,52%	140 0,83%	162 0,95%
Gondomar	83067 100,00%	64089 77,15%	18978 22,85%	411 0,64%	944 1,47%
Maia	51063 100,00%	39086 76,54%	11977 23,46%	292 0,75%	408 1,04%
Matosinhos	91069 100,00%	69989	21080	a)	a)
Porto	245140 100,00%	194244 79,24%	50896 20,76%	844 0,43%	2367 1,22%
Póvoa de Varzim	32290 100,00%	25177 77,97%	7113 22,03%	219 0,87%	306 1,22%
Valongo	37840 100,00%	28446 75,17%	9394 24,83%	227 0,80%	378 1,33%
Vila do Conde	39398 100,00%	31201 79,19%	8197 20,81%	220 0,71%	413 1,32%
Vila Nova de Gaia	148781 100,00%	113983 76,61%	34798 23,39%	825 0,72%	1058 0,93%
AMP	749996 100,00%	583182 77,76%	166814 22,24%	3178 0,54%	6036 1,04%
Continente e Ilhas	6105651 100,00%	4380269 71,74%	1725382 28,26%	44693 1,02%	63679 1,45%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

a) Sem informação disponível.

Anexo 4FA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 16-12-1979 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido												Total de mandatos	
		AD	APU	CDS	PCPT/MRPP	PCTP/MRPP	PDC	POUS	PPD/PSD	PPM	PS	UDP	UEDS		
Espinho	16967	7993 47,11% 3	2035 11,99% 1								6518 38,42% 3	119 0,70% 0		7	
Gondomar	64089	24980 38,98% 4	12818 20,00% 2			341 0,53% 0					23901 37,29% 3	694 1,08% 0		9	
Maia	39086	17838 45,64% 5	5601 14,33% 1			389 1,00% 0					14076 36,01% 3	482 1,23% 0		9	
Matosinhos	69989	26319 a) 4	10967 a) 1								29711 a) 4	1861 a) 0		9	
Porto	194244	94557 48,68% 7	32519 16,74% 2			1141 0,59% 0					59689 30,73% 4	3124 1,61% 0		13	
Póvoa de Varzim	25177		2427 9,64% 0	10097 40,10% 3					6084 24,16% 2		6044 24,01% 2			7	
Valongo	28446	12084 42,48% 3	4995 17,56% 1			198 0,70% 0					10133 35,62% 3	431 1,52% 0		7	
Vila do Conde	31201	11852 37,99% 3	2145 6,87% 0,00%								16571 53,11% 4			7	
Vila Nova de Gaia	113983	50246 44,08% 5	17151 15,05% 2			576 0,51% 0					42538 37,32% 4	1589 1,39% 0		11	
AMP	583182	245869 42,16% 34	90658 15,55% 10	10097 1,73% 3	0 0,00% 0	2645 0,45% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	6084 1,04% 2	0 0,00% 0	209181 35,87% 30	8300 1,42% 0	0 0,00% 0	79	
Continente e Ilhas	4380269	1044642 23,85% 426	885899 20,22% 316	334258 7,63% 156	679 0,02% 0	18829 0,43% 0	6631 0,15% 2	273 0,01% 0	723953 16,53% 475	6219 0,14% 6	1258966 28,74% 516	53076 1,21% 3	1882 0,04% 0	1901	

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

a) Sem informação disponível.

CDS - Centro Democrático Social

PCPT/MRPP - sem informação disponível

PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PDC - Partido da Democracia Cristã

POUS - Partido Operário de Unidade Socialista

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPM - Partido Popular Monárquico

PS - Partido Socialista

UDP - União Democrática Popular

UEDS - União de Esquerda Socialista Democr

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4GA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1982 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	23094 100,00%	17374 75,23%	5720 24,77%	287 1,65%	317 1,82%
Gondomar	90056 100,00%	69194 76,83%	20862 23,17%	892 1,29%	963 1,39%
Maia	56166 100,00%	41870 74,55%	14296 25,45%	560 1,34%	605 1,44%
Matosinhos	98111 100,00%	72916 74,32%	25195 25,68%	778 1,07%	966 1,32%
Porto	257697 100,00%	191195 74,19%	66502 25,81%	2088 1,09%	2035 1,06%
Póvoa de Varzim	35079 100,00%	26255 74,85%	8824 25,15%	338 1,29%	471 1,79%
Valongo	42203 100,00%	30871 73,15%	11332 26,85%	390 1,26%	429 1,39%
Vila do Conde	42446 100,00%	32147 75,74%	10299 24,26%	529 1,65%	686 2,13%
Vila Nova de Gaia	160933 100,00%	120791 75,06%	40142 24,94%	1694 1,40%	2080 1,72%
AMP	805785 100,00%	602613 74,79%	203172 25,21%	7556 1,25%	8552 1,42%
Continente e Ilhas	6987106 100,00%	4964370 71,05%	2022736 28,95%	87381 1,76%	91403 1,84%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4HA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1982 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido												Total de mandatos		
		AD	APU	CDS	OCMLP	PCPT/MRPP	PCTP/MRPP	PDC	POUS	PPD/PSD	PPM	PS	PS/UEDS	UD	UDP	
Espinho	17374		2644 15,22% 1	2184 12,57% 1						5841 33,62% 2		6021 34,66% 3			85 0,49% 0	7
Gondomar	69194		14362 20,76% 2	4675 6,76% 0						21757 31,44% 3		26545 38,36% 4				9
Maia	41870	18549 44,30% 4	5908 14,11% 1									15703 37,50% 4			545 1,30% 0	9
Matosinhos	72916		10667 14,63% 1	8517 11,68% 1						12455 17,08% 1		39533 54,22% 6				9
Porto	191195	81521 42,64% 6	37284 19,50% 2		320 0,17% 0		479 0,25% 0					65884 34,46% 5			1565 0,82% 0	13
Póvoa de Varzim	26255		2929 11,16% 1	9447 35,98% 3						7403 28,20% 2		5667 21,58% 1				7
Valongo	30871		5873 19,02% 1	3104 10,05% 0						7760 25,14% 2		13113 42,48% 4			202 0,65% 0	7
Vila do Conde	32147	10395 32,34% 2	3130 9,74% 0,00%									17407 54,15% 5				7
Vila Nova de Gaia	120791		20584 17,04% 2	11780 9,75% 1						32542 26,94% 3		51159 42,35% 5			952 0,79% 0	11
AMP	602613	110465 18,33% 12	103381 17,16% 11	39707 6,59% 6	320 0,05% 0	0 0,00% 0	479 0,08% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	87758 14,56% 13	0 0,00% 0	241032 40,00% 37	0 0,00% 0	0 0,00% 0	3349 0,56% 0	79
Continente e Ilhas	4964370	988347 19,91% 322	1038033 20,91% 316	369263 7,44% 185	1388 0,03% 0	4236 0,09% 7	15315 0,31% 0	855 0,02% 0	5684 0,11% 0	745048 15,01% 439	11149 0,22% 5	1547664 31,18% 619	31251 0,63% 11	3840 0,08% 2	31567 0,64% 3	1909

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

PCTP/MRPP - sem informação disponível

OCMLP - Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa

PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PDC - Partido da Democracia Cristã

POUS - Partido Operário de Unidade Socialista

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPM - Partido Popular Monárquico

PS - Partido Socialista

UD = União Democrática

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

UDP - União Democrática Popular

UEDS - União de Esquerda Socialista Democrática

Anexo 4IA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 15-12-1985 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	25113 100,00%	17891 71,24%	7222 28,76%	279 1,56%	264 1,48%
Gondomar	97694 100,00%	63552 65,05%	34142 34,95%	725 1,14%	500 0,79%
Maia	61548 100,00%	41078 66,74%	20470 33,26%	555 1,35%	490 1,19%
Matosinhos	104992 100,00%	67426 64,22%	37566 35,78%	681 1,01%	783 1,16%
Porto	271625 100,00%	163103 60,05%	108522 39,95%	1683 1,03%	1045 0,64%
Póvoa de Varzim	38524 100,00%	26821 69,62%	11703 30,38%	302 1,13%	447 1,67%
Valongo	46714 100,00%	29854 63,91%	16860 36,09%	350 1,17%	342 1,15%
Vila do Conde	45778 100,00%	33055 72,21%	12723 27,79%	358 1,08%	447 1,35%
Vila Nova de Gaia	171728 100,00%	108800	62928	a)	a)
AMP	863716 100,00%	551580 63,86%	312136 36,14%	4933 0,89%	4318 0,78%
Continente e Ilhas	7578622 100,00%	4776407 63,02%	2802215 36,98%	73784 1,54%	71126 1,49%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

a) Sem informação disponível.

Anexo 4JA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 15-12-1985 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido										Total de mandatos	
		APU	CDS	PCTP/MRPP	PDC	POUS	PPD/PSD	PPM	PRD	PS	UDP		
Espinho	17891	1951 10,90% 0	4379 24,48% 2				6849 38,28% 3			3975 22,22% 2	194 1,08% 0	7	
Gondomar	63552	11962 18,82% 2	2629 4,14% 0				20445 32,17% 3		3796 5,97% 0	23161 36,44% 4	334 0,53% 0	9	
Maia	41078	3901 9,50% 1					24905 60,63% 6		2845 6,93% 0	8153 19,85% 2	229 0,56% 0	9	
Matosinhos	67426	7982 11,84% 1	2840 4,21% 0				18701 27,74% 4		4484 6,65% 0	31638 46,92% 6	317 0,47% 0	11	
Porto	163103	28870 17,70% 2	13496 8,27% 1	424 0,26% 0			60027 36,80% 5		11881 7,28% 1	44174 27,08% 4	1503 0,92% 0	13	
Póvoa de Varzim	26821	1858 6,93% 0	14490 54,02% 4				6487 24,19% 2			3237 12,07% 1		7	
Valongo	19854	3445 11,54% 1	1552 5,20% 0				9634 32,27% 3		1850 6,20% 0	12195 40,85% 3	188 0,63% 0	7	
Vila do Conde	33055	1884 5,70% 0	2131 6,45% 0				8814 26,66% 2			19421 58,75% 5		7	
Vila Nova de Gaia	108800	15942 a) 2	7243 a) 0		359 a) 0		37368 a) 4		9710 a) 1	34941 a) 4	455 a) 0	11	
AMP	551580	77795 14,10% 9	48760 8,84% 7	424 0,08% 0	359 0,07% 0	0 0,00% 0	193230 35,03% 32	0 0,00% 0	34566 6,27% 2	180895 32,80% 31	3220 0,58% 0	81	
Continente e Ilhas	4776407	935897 20,12% 303	466965 10,04% 222	10697 0,23% 0	7910 0,17% 2	2324 0,05% 0	1633247 35,11% 819	23968 0,52% 3	224161 4,82% 49	1318287 28,34% 574	28772 0,62% 3	1975	

Legenda

APU - Aliança Povo Unido
CDS - Centro Democrático Social

PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
PDC - Partido da Democracia Cristã
POUS - Partido Operário de Unidade Socialista

PPD/PSD - Partido Social Democrata
PPM - Partido Popular Monárquico
PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista
UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

a) Sem informação disponível.

Anexo 4KA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 17-12-1989 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	27736 100,00%	17990 64,86%	9746 35,14%	401 2,23%	324 1,80%
Gondomar	107662 100,00%	64522 59,93%	43140 40,07%	1273 1,97%	1325 2,05%
Maia	68643 100,00%	43445 63,29%	25198 36,71%	641 1,48%	634 1,46%
Matosinhos	116058 100,00%	68817 59,30%	47241 40,70%	1010 1,47%	828 1,20%
Porto	276089 100,00%	150111 54,37%	125978 45,63%	2226 1,48%	1355 0,90%
Póvoa de Varzim	42290 100,00%	28052 66,33%	14238 33,67%	473 1,69%	384 1,37%
Valongo	53979 100,00%	31873 59,05%	22106 40,95%	594 1,86%	447 1,40%
Vila do Conde	50692 100,00%	36842 72,68%	13850 27,32%	357 0,97%	437 1,19%
Vila Nova de Gaia	190990 100,00%	111939 58,61%	79051 41,39%	1838 1,64%	1371 1,22%
AMP	934139 100,00%	553591 59,26%	380548 40,74%	8813 1,59%	7105 1,28%
Continente e Ilhas	8110493 100,00%	4936410 60,86%	3174083 39,14%	90114 1,83%	80328 1,63%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4LA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 17-12-1989 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido															Total de mandatos					
		CDS	CDS/PS	FER	MDP/CDE	MDP/CDE-PRD	PCP/PEV	PCP-PEV	PCP-PEV-PRD	PCTP/MRPP	PDA	PDC	PPD/PSD	PPD/PSD-CDS-PPM	PRD	PRD-MDP/CDE	PS	PS/CDS	PS-PCP-MDP/CDE-PEV	UDP		
Espinho	17990	3397 18,88% 1					2175 12,09% 1						6141 34,14% 3				5552 30,86% 2					7
Gondomar	64522	6514 10,10% 1			7591 11,76% 1		8859 13,73% 2						17587 27,26% 3		982 1,52% 0		20119 31,18% 4			272 0,42% 0	11	
Maia	43445	1261 2,90% 0					3275 7,54% 0		318 0,73% 0				24921 57,36% 6				12147 27,96% 3			248 0,57% 0	9	
Matosinhos	68817	1867 2,71% 0					5613 8,16% 1						17789 25,85% 3				41222 59,90% 7			488 0,71% 0	11	
Porto	150111	15440 10,29% 1			328 0,22% 0		17227 11,48% 1		765 0,51% 0				47723 31,79% 5	1041 0,69% 0	1054 0,70% 0		62322 41,52% 6			630 0,42% 0	13	
Póvoa de Varzim	28052	7341 26,17% 2					1473 5,25% 0						11950 42,60% 3				6431 22,93% 2				7	
Valongo	31873	1164 3,65% 0					3419 10,73% 1						11250 35,30% 3				14999 47,06% 5				9	
Vila do Conde	36842	680 1,85% 0			415 1,13% 0		997 2,71% 0						11747 31,88% 3				22209 60,28% 6				9	
Vila Nova de Gaia	111939	5440 4,86% 0					12134 10,84% 1						40336 36,03% 4				50153 44,80% 6			667 0,60% 0	11	
AMP	553591	43104 7,79% 5			7919 1,43% 1	415 0,07% 0	55172 9,97% 7		1083 0,20% 0				189444 34,22% 33	1041 0,19% 0	2036 0,37% 0		235154 42,48% 41			2305 0,42% 0	87	
Continente e Ilhas	4936410	451126 9,14% 179	953 0,02% 1	2424 0,05% 0	11384 0,23% 1	3607 0,07% 2	632734 12,82% 253	959 0,02% 0	23026 0,47% 5	21819 0,44% 0	349 0,01% 0	7189 0,15% 1	1572500 31,86% 780	193161 3,91% 13	2768 0,06% 1	38565 0,78% 4	710 0,01% 1	1599483 32,40% 728	34912 0,71% 15	180760 3,66% 9	15876 0,32% 4	1997
Legenda		Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt																				
		CDS - Centro Democrático Social															PPD/PSD - Partido Social Democrata					
		FER - Frente de Esquerda Revolucionária															PPM - Partido Popular Monárquico					
		MDP/DP/CDE - Movimento Democrático Português-Comissões Eleitorais															PRD - Partido Renovador Democrático					
		PCP - Partido Comunista Português															PS - Partido Socialista					
																	UDP - União Democrática Popular					

Legenda

CDS - Centro Democrático Social

FER - Frente de Esquerda Revolucionária

MDP/CDE - Movimento Democrático Português-Comissões Democráticas Eleitorais

PCP - Partido Comunista Português

PCP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PDA - Partido Democrático do Atlântico

PCP - Partido Comunista Português

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PDC - Partido da Democracia Cristã

PEV - Partido Ecológica "Os Verdes"

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPM - Partido Popular Monárquico

PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista

UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, www.eldados.cne.pt

Anexo 4MA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1993 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	29444 100,00%	19907 67,61%	9537 32,39%	396 1,99%	278 1,40%
Gondomar	116292 100,00%	78194 67,24%	38098 32,76%	1239 1,58%	1096 1,40%
Maia	75966 100,00%	50657 66,68%	25309 33,32%	899 1,77%	740 1,46%
Matosinhos	126073 100,00%	80830 64,11%	45243 35,89%	1104 1,37%	721 0,89%
Porto	281745 100,00%	164034 58,22%	117711 41,78%	2249 1,37%	1275 0,78%
Póvoa de Varzim	46256 100,00%	31104 67,24%	15152 32,76%	415 1,33%	440 1,41%
Valongo	59504 100,00%	38988 65,52%	20516 34,48%	762 1,95%	486 1,25%
Vila do Conde	54690 100,00%	40084 73,29%	14606 26,71%	466 1,16%	440 1,10%
Vila Nova de Gaia	207397 100,00%	130491 62,92%	76906 37,08%	2211 1,69%	1408 1,08%
AMP	997367 100,00%	634289 63,60%	363078 36,40%	9741 1,54%	6884 1,09%
Continente e Ilhas	8529737 100,00%	5410610 63,43%	3119127 36,57%	103686 1,92%	83251 1,54%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4NA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos de 12-12-1993 (resultados oficiais)

	Votantes	Votação por Partido														Total de mandatos			
		CDS-PP	MDP	MPT	PCP/PEV	PCTP/MRPP	PDA	PDC	PPD/PSD	PPM	PRD	PS	PS/CDS-PP	PSN	PS-PCP-PEV	PS/PCP/PSR/UDP	PS-PCP-PEV-UDP-PDA	UDP	
Concelhos		928 4,66% 0			2114 10,62% 1				6156 30,92% 2			7099 35,66% 3		2936 14,75% 1				7	
	Espinho	19907			6675 8,54% 1				33602 42,97% 5			32864 42,03% 5		589 0,75% 0				11	
Gondomar	78194	1775 2,27% 0			4491 8,87% 1				30020 59,26% 6			12691 25,05% 2						9	
Maia	50657	1816 3,58% 0										52952 65,51% 9		367 0,45% 0			356 0,44% 0	11	
Matosinhos	80830	3237 4,00% 0			5113 6,33% 0				16980 21,01% 2			97775 59,61% 9		647 0,39% 0			684 0,42% 0	13	
Porto	164034	7908 4,82% 0			11667 7,11% 1				41829 25,50% 3			2622 8,43% 0		1449 4,66% 0				7	
Póvoa de Varzim	31104	10613 34,12% 3			4012 12,90% 1				11553 37,14% 3			15364 46,53% 4		751 2,27% 0				9	
Valongo	38988				3931 11,91% 1				17695 53,59% 4			25177 62,81% 6						9	
Vila do Conde	40084	1571 3,92% 0			1146 2,86% 0				11284 28,15% 3			57601 44,14% 6						9	
Vila Nova de Gaia	130491	6623 5,08% 0			15029 11,52% 1				47619 36,49% 4			304145 47,95% 44		6739 1,06% 1			1040 0,16% 0	11	
AMP	634289	34471 5,43% 3			54178 8,54% 7				216738 34,17% 32			1456 0,03% 0	11435 0,21% 7	28716 0,53% 3	190 0,00% 4	200816 3,71% 11	10234 0,19% 4	8161 0,15% 0	87
Continente e Ilhas	5410610	454047 8,39% 135	1387 0,03% 1	23225 0,43% 2	689923 12,75% 246	16090 0,30% 0	287 0,01% 0	216 0,00% 0	1824519 33,72% 806	269 0,00% 0	1456 0,03% 0	796 36,10% 7	11435 0,21% 7	28716 0,53% 3	190 0,00% 4	200816 3,71% 11	10234 0,19% 4	8161 0,15% 0	2015
Legenda		Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt																	

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social - Partido Popular
MDP - Movimento Democrático Português
MPT - Movimento O Partido da Terra
PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PDA - Partido Democrático do Atlântico
PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
PDC - Partido da Democracia Cristã
PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPM - Partido Popular Monárquico
PRD - Partido Renovador Democrático
PS - Partido Socialista
PSN - Partido da Solidariedade Nacional

PSR - Partido Socialista Revolucionário
UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4OA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 14-12-1997 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	30999 100,00%	20465 66,02%	10534 33,98%	437 2,14%	264 1,29%
Gondomar	126059 100,00%	82379 65,35%	43680 34,65%	1468 1,78%	1428 1,73%
Maia	84361 100,00%	53314 63,20%	31047 36,80%	1345 2,52%	896 1,68%
Matosinhos	132478 100,00%	74509 56,24%	57969 43,76%	1758 2,36%	1045 1,40%
Porto	280575 100,00%	134987 48,11%	145588 51,89%	4423 3,28%	1590 1,18%
Póvoa de Varzim	49710 100,00%	31775 63,92%	17935 36,08%	425 1,34%	528 1,66%
Valongo	64511 100,00%	40348 62,54%	24163 37,46%	822 2,04%	869 2,15%
Vila do Conde	59168 100,00%	40435 68,34%	18733 31,66%	675 1,67%	417 1,03%
Vila Nova de Gaia	221968 100,00%	137077 61,76%	84891 38,24%	2714 1,98%	1556 1,14%
AMP	1049829 100,00%	615289 58,61%	434540 41,39%	14067 2,29%	8593 1,40%
Continente e Ilhas	8922182 100,00%	5362609 60,10%	3559573 39,90%	117360 2,19%	87584 1,63%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4PA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 14-12-1997 (resultados oficiais)

	Volantes	Votação por Partido																Total de mandatos		
		CDS-PP	CDS-PP/PPD/PSD	FER	MPT	PCP/PEV	PCTP/MRPP	PDA	PDC	PPD/PSD	PPD/PSD.CDS-PP	PPM	PRD	PS	PSN	PS-PCP-PEV-UDP	PSR		PSR/PXX I	PXXI
Concelhos																				
Espinho	20465	637 3,11% 0				1630 7,96% 0				6320 30,88% 2				11177 54,62% 5						
Gondomar	82379	1192 1,45% 0				6131 7,44% 0				55556 67,44% 9				16140 19,59% 2	168 0,20% 0					296 0,36% 0
Maia	53314					3320 6,23% 0				32179 60,36% 6				15574 29,21% 3						
Matosinhos	74509	2661 3,57% 0				5352 7,18% 0				16413 22,03% 3				46547 62,47% 8	168 0,23% 0					565 0,76% 0
Porto	134987					15214 11,27% 1					686 0,51% 0			75275 55,76% 8			812 0,60% 0			893 0,66% 0
Póvoa de Varzim	31775	2970 9,35% 0				2442 7,69% 0				19818 62,37% 6				5592 17,60% 1						
Valongo	40348					2521 6,25% 0				21567 53,45% 6				14283 35,40% 3	0 0,00% 0					286 0,71% 0
Vila do Conde	40345	979 2,42% 0				1310 3,24% 0				11742 29,04% 3				25312 62,60% 6						
Vila Nova de Gaia	137077					10150 7,40% 0				64038 46,72% 6				56746 41,40% 5			992 0,72% 0			881 0,64% 0
AMP	615289	8439 1,37% 0	35495 5,77% 4			48070 7,81% 1	599 0,10% 0			227633 37,00% 41	686 0,11% 0			266646 43,34% 41	336 0,05% 0		992 0,16% 0	812 0,13% 0		2921 0,47% 0
Continente e Ilhas	5362609	302763 5,65% 83	35495 0,66% 4	120 0,00% 0	1884 0,04% 2	643956 12,01% 236	18674 0,35% 0	567 0,01% 0	4361 0,08% 1	1761383 32,85% 803	124859 2,33% 7	7129 0,13% 5	1483 0,03% 0	2041307 38,07% 869	2301 0,04% 0	165008 3,08% 10	9126 0,17% 0	9175 0,17% 0	6995 0,13% 1	21079 0,39% 0

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social - Partido Popular
 FER - Frente de Esquerda Revolucionária
 MPT - Movimento O Partido da Terra
 PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PDA - Partido Democrático do Atlântico
 PCP-PEV - Coligação Democrática Unifária
 PDC - Partido da Democracia Cristã
 PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPM - Partido Popular Monárquico
 PRD - Partido Renovador Democrático
 PS - Partido Socialista
 PSN - Partido da Solidariedade Nacional

PSR - Partido Socialista Revolucionário
 PXXI - Política XXI
 UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4QA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 16-12-2001 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	30256 100,00%	19227 63,55%	11029 36,45%	562 2,92%	307 1,60%
Gondomar	129546 100,00%	74953 57,86%	54593 42,14%	1798 2,40%	1179 1,57%
Maia	90846 100,00%	53021 58,36%	37825 41,64%	2128 4,01%	947 1,79%
Matosinhos	131541 100,00%	69083 52,52%	62458 47,48%	2049 2,97%	882 1,28%
Porto	245781 100,00%	118614 48,26%	127167 51,74%	3562 3,00%	1686 1,42%
Póvoa de Varzim	50687 100,00%	30002 59,19%	20685 40,81%	524 1,75%	350 1,17%
Valongo	67565 100,00%	38852 57,50%	28713 42,50%	987 2,54%	680 1,75%
Vila do Conde	59044 100,00%	39481 66,87%	19563 33,13%	695 1,76%	342 0,87%
Vila Nova de Gaia	227247 100,00%	131109 57,69%	96138 42,31%	2683 2,05%	1777 1,36%
AMP	1032513 100,00%	574342 55,63%	458171 44,37%	14988 2,61%	8150 1,42%
Continente e Ilhas	8738906 100,00%	5254180 60,12%	3484726 39,88%	114834 2,19%	78049 1,49%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4RA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 16-12-2001 (resultados oficiais)

	Votantes	Votação por Partido																	Total de mandatos		
		BE	CDS-PP	CDS-PP/PPD/PSD	CDS-PP/PPM	CDS-PP/PS	Grupo Cidadãos	MPT	PCP-PEV	PCTP/MRPP	PH	PNR	PPD/PSD	PPD/PSD-CDS-PP-PPM	PPD/PSD-CDS-PP-PPM	PPM	PS	PS/CDS-PP		PS-PCP-PEV	UDP
Concelhos																					
Espinho	19227		1981 10,30% 0						1648 8,57% 0				5948 30,94% 3				8793 45,73% 4				7
Gondomar	74953	819 1,09% 0	2034 2,71% 0						5775 7,70% 1				44310 59,12% 7				19038 25,40% 3				11
Maia	53021	899 1,70% 0							2834 5,35% 0	609 1,15% 0				29855 56,31% 6			15749 29,70% 3				9
Matosinhos	69083	1713 2,48% 0							5350 7,74% 1					21858 31,64% 4			37231 53,89% 6				11
Porto	118614	3038 2,56% 0							12438 10,49% 1	1005 0,85% 0	528 0,45% 0			50741 42,78% 6			45663 38,50% 6				13
Póvoa de Varzim	30002		3149 10,50% 1						1398 4,66% 0				19387 64,62% 7				5202 17,34% 1				9
Valongo	38852	455 1,17% 0							2348 6,04% 0				21803 56,12% 6				12579 32,38% 3				9
Vila do Conde	39481	388 0,98% 0							1195 3,03% 0					15610 39,54% 4			21251 53,83% 5				9
Vila Nova de Gaia	131109	1570 1,20% 0							8192 6,25% 0		601 0,46% 0			78549 59,91% 8			37078 28,28% 3				11
AMP	574342	8882 1,55% 0	7164 1,25% 1						41178 7,17% 3	1614 0,28% 0	1129 0,20% 0		91448 15,92% 23				202384 35,27% 34				89
Continente e Ilhas	5254180	61789 1,18% 6	195198 3,72% 39	7880 0,15% 6	4289 0,08% 1	2010 0,04% 2	84010 1,60% 31	12568 0,24% 4	557481 10,61% 199	17541 0,33% 0	3019 0,06% 0	877 0,02% 0	1482682 28,22% 774	67094 1,28% 10	131135 2,50% 8	294 0,01% 0	1792690 34,12% 829	25551 0,49% 13	130279 2,48% 8	5318 0,10% 0	2044

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Legenda
BE - Bloco de Esquerda
CDS-PP - Centro Democrático Social - Partido Popular
Grupo de Cidadãos -
MPT - Movimento O Partido da Terra
PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
PH - Partido Humanista
PNR - Partido Nacional Renovador
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PPM - Partido Popular Monárquico
PS - Partido Socialista
UDP - União Democrática Popular

Anexo 4SA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 09-10-2005 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	30281 100,00%	20560 67,90%	9721 32,10%	659 3,21%	345 1,68%
Gondomar	132957 100,00%	84871 63,83%	48086 36,17%	2368 2,79%	2373 2,80%
Maia	96353 100,00%	59808 62,07%	36545 37,93%	2389 3,99%	1222 2,04%
Matosinhos	135045 100,00%	75819 56,14%	59226 43,86%	2839 3,74%	1408 1,86%
Porto	235119 100,00%	137380 58,43%	97739 41,57%	2984 2,17%	1436 1,05%
Póvoa de Varzim	52244 100,00%	30948 59,24%	21296 40,76%	754 2,44%	346 1,12%
Valongo	70476 100,00%	43397 61,58%	27079 38,42%	1246 2,87%	817 1,88%
Vila do Conde	60771 100,00%	42515 69,96%	18256 30,04%	717 1,69%	448 1,05%
Vila Nova de Gaia	233564 100,00%	141838 60,73%	91726 39,27%	3431 2,42%	2185 1,54%
AMP	1046810 100,00%	637136 60,86%	409674 39,14%	17387 2,73%	10580 1,66%
Continente e Ilhas	8843875 100,00%	5389035 60,94%	3454840 39,06%	139012 2,58%	90919 1,69%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 09-10-2005 (resultados oficiais)

Legenda	
PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária	PND - Nova Democracia
PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses	PNR - Partido Nacional Renovador
PH - Partido Humanista	PPD/PSD - Partido Social Democrata
	PPM - Partido Popular Monárquico
	PS - Partido Socialista
	PSN - Partido da Solidariedade Nacional

Continuação

Concelhos	Votantes	Votação por Partido												Total de mandatos	
		I	II	III	IV	V	VII	X	XII	XV	XVII	XVIII	XIX		XX
Espinho	20560												512 2,49% 0		7
Gondomar	84871		48828 57,53% 8												11
Maia	59808														9
Matosinhos	75819														11
Porto	137380														13
Póvoa de Varzim	30948														9
Valongo	43397														9
Vila do Conde	42515														9
Vila Nova de Gaia	141838														11
AMP	637136	0 0,00% 0	48828 7,66% 8	0 0,00% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	512 0,08% 0	0 0,00% 0	89
Continente e Ilhas	5389035	16164 0,30% 11	75870 1,41% 12	1720 0,03% 2	9881 0,18% 2	1889 0,04% 2	3426 0,06% 2	2469 0,05% 4	1543 0,03% 1	479 0,01% 2	16756 0,31% 4	789 0,01% 1	2263 0,04% 2	131 0,00% 0	2046

Legenda
I, II, III, IV, V, VII, X, XII, XV, XVII, XVIII, XIX e XX - Grupo de Cidadãos
Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4UA

Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1976-2005 (%)

Concelhos	12-12-1976				16-12-1979				12-12-1982				15-12-1985				15-12-1989					
	PS	PPD/ PSD	CDS	FEPU	AD	PS	APU	CDS	PPD/ PSD	PS	PPD/ APU PSD	AD	CDS	PS	PPD/ PSD	APU	CDS	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS	
Espinho	38,13	28,60	14,58		47,11	38,42	11,99			34,66	33,62	15,22			22,22	38,28	24,48	30,86	34,14		18,88	
Gondomar	37,48	23,08		18,60	38,98	37,29	20,00			38,36	31,44	20,76			36,44	32,17	18,82	31,18	27,26	13,73		
Maia	39,49	24,30	16,30		45,64	36,01	14,33			37,50		14,11	44,30		19,85	60,63	9,50	27,96	57,36	7,54		
Matosinhos	26,75	23,19	14,13							54,22	17,08	14,63			46,92	27,74	11,84	59,90	25,85	8,16		
Porto	34,66	24,46	20,00		48,68	30,73	16,74			34,46		19,50	42,64		27,08	36,80	17,70	41,52	31,79	11,48		
Póvoa de Varzim	26,92	29,02	30,36			24,01		40,10	24,16	21,58	28,20		35,98		12,07	24,19	54,02	22,93	42,60		26,17	
Valongo	40,84	27,57	14,73		42,48	35,62	17,56			42,48	25,14	19,02			40,85	32,27	11,54	47,06	35,30	10,73		
Vila do Conde	41,15	27,43	18,00		37,99	53,11	6,87			54,15		9,74	32,34		58,75	26,66	6,45	60,28	31,88	2,71		
Vila Nova de Gaia	39,34	25,76	16,21		44,08	37,32	15,05			42,35	26,94	17,04						44,80	36,03	10,84		
AMP	35,63	25,01	17,72	13,26	42,16	35,87	15,55	1,73	1,04	40,00	14,56	17,16	18,33	6,59	32,80	35,03	14,10	8,84	42,48	34,22	9,97	7,79
Continente e Ilhas	33,01	24,30	16,62	17,20	23,85	28,74	20,22	7,63	16,53	31,18	15,01	20,91	19,91	7,44	28,34	35,11	20,12	10,04	32,40	31,86	12,82	9,14

Legenda

AD - Aliança Democrática
APU - Aliança Povo Unido
CDS - Centro Democrático Social
FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido
PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PS - Partido Socialista

continua

continuação

	17-12-1993					14-12-1997					16-12-2001					09-10-2005				
	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS- PP	PSN	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS- PP. PPD/ PSD	CDS- PP. PPD/ PSD	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS- PP. PPD/ PSD	PS	CDS- PP. PPD/ PSD	PCP- PEV	II	PPD/ PSD	CDS- PP
Concelhos																				
Espinho	35,66	30,92			14,75	54,62	30,88	7,96			45,73	30,94		10,30	44,72	37,96	7,06			
Gondomar	42,03	42,97	8,54			19,59	67,44	7,44			25,40	59,12	7,70		18,65	7,23		57,53		
Maia	25,05	59,26	8,87			29,21	60,36	6,23			29,70		5,35	56,31	29,08	52,58	5,64			
Matosinhos	65,51	21,01	6,33			62,47	22,03	7,18			53,89		7,74	31,64	47,35	30,83	8,62			
Porto	59,61	25,50	7,11			55,76		11,27	26,30		38,50		10,49	42,78	36,14	46,18	8,96			
Póvoa de Varzim		37,14	12,90	34,12		17,60	62,37			9,35	17,34	64,62		10,50	28,50				54,21	7,36
Valongo	46,53	53,59	11,91			35,40	53,45	6,25			32,38	56,12	6,04		40,63		6,58		44,18	
Vila do Conde	62,81	28,15	3,92			62,60	29,04	3,24			53,83		3,03	39,54	53,97	38,06	3,04			
Vila Nova de Gaia	44,14	36,49	11,52			41,40	46,72	7,40			28,28		6,25	59,91	27,96	54,97	8,31			
AMP	47,95	34,17	8,54	5,43	1,06	43,34	37,00	7,81	5,77	1,37	35,27	15,92	7,17	34,23	34,06	35,53	7,35	7,66	5,64	0,36
Continente e Ilhas	36,10	33,72	12,75	8,39	0,53	38,07	32,85	12,01	0,66	5,65	34,12	28,22	10,61	8,99	35,87	8,58	10,94	1,41	28,27	3,07

Legenda

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social - Partido Popular
 PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PS - Partido Socialista
 PSN - Partido da Solidariedade Nacional
 II - "Valentim" Valentim Loureiro - Gondomar no Coração

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4VA

Interesse dos europeus pela política, 2004

De um modo geral, qual o seu interesse pela política?

	Portugal		Total da amostra europeia	
Muito interesse	117	5,7	4107	10,9
Algum interesse	455	22,3	13259	35,2
Pouco interesse	675	33,1	13522	35,9
Nenhum interesse	794	38,9	6739	17,9
Total	2041	100	37627	99,9
Recusa	4		9	
Não sabe	7		81	
Não responde	0		3	
Total	11		93	
Total	2052		37720	

Fonte: ESS/ICS, Inquérito social europeu 2004

Anexo 4WA

Representação sobre a política, 2004

Com que frequência a política lhe parece tão complicada que não percebe verdadeiramente, o que se está a passar?

	Portugal		Total da amostra europeia	
Nunca	110	5,5	2661	7,2
Raramente	325	16,1	7080	19
Algumas vezes	680	33,7	13199	35,5
Bastantes vezes	422	20,9	8714	23,4
Frequentemente	479	23,8	5518	14,8
Total	2016	100	37173	100
Recusa	1		33	
Não sabe	31		506	
Não responde	4		8	
Total	36		547	
Total	2052		37720	

Fonte: ESS/ICS, Inquérito social europeu 2004

Anexo 4XA

Enquadramento jurídico das competências dos órgãos do município

Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
1 - Compete à câmara municipal no âmbito da <i>organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente</i> : a) Elaborar e aprovar o regimento; b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal; c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros; d) Deliberar sobre a locação e aquisição de bens móveis e serviços, nos termos da lei; e) Alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos da lei; f) Adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública; g) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização do órgão deliberativo, bens imóveis de valor superior ao da alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respectiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros em efectividade de funções; h) Aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário;	1 - Compete à assembleia municipal: a) Eleger, por voto secreto, o presidente da mesa e os dois secretários; b) Elaborar e aprovar o seu regimento; c) Acompanhar e fiscalizar a actividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das fundações e das empresas municipais; d) Acompanhar, com base em informação útil da câmara, facultada em tempo oportuno, a actividade desta e os respectivos resultados, nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado; e) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, informação essa que deve ser enviada ao presidente da mesa da assembleia com a antecedência de cinco dias sobre a data do início da sessão, para que conste da respectiva ordem do dia; f) Solicitar e receber informações, através da mesa, sobre assuntos de interesse para autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que pode ser requerido por qualquer membro em qualquer momento;

continua

Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
i) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados e das empresas públicas municipais, assim como os representantes do município nos órgãos de outras empresas, cooperativas, fundações ou entidades em que o mesmo detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado; j) Fixar as tarifas e os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados; l) Apoiar ou participar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei; m) Organizar e gerir os transportes escolares; n) Resolver, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios que lhe sejam apresentados de todas as deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados; o) Deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outro, a instituições legalmente constituídas pelos funcionários do município, tendo por objecto o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas; p) Deliberar sobre a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelo município ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respectivos familiares;	g) Aprovar referendos locais, sob proposta quer de membros da assembleia, quer da câmara municipal, quer dos cidadãos eleitores, nos termos da lei; h) Apreciar a recusa, por acção ou omissão, de quaisquer informações e documentos, por parte da câmara municipal ou dos seus membros, que obstem à realização de acções de acompanhamento e fiscalização; i) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de acções tutelares ou de auditorias executadas sobre a actividade dos órgãos e serviços municipais; j) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com as atribuições próprias da autarquia, sem interferência no funcionamento e na actividade normal da câmara; l) Votar moções de censura à câmara municipal, em avaliação da acção desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros; m) Discutir, a pedido de quaisquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição; n) Elaborar e aprovar, nos termos da lei, o regulamento do conselho municipal de segurança; o) Tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia; p) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;

continua

Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
q) Aprovar os projectos, programas de concurso, caderno de encargos e a adjudicação relativamente a obras e aquisição de bens e serviços; r) Dar cumprimento, no que lhe diz respeito, ao Estatuto do Direito de Oposição; s) Deliberar sobre a administração de águas públicas sob sua jurisdição; t) Promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessem à história do município; u) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos; v) Estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações e estabelecer as regras de numeração dos edifícios; x) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável; z) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais nocivos; aa) Declarar prescritos a favor do município, nos termos e prazos fixados na lei geral e após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação, de forma inequívoca e duradoura; bb) Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do município.	q) Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da autarquia; r) Exercer outras competências que lhe sejam conferidas por lei. 2 - Compete à assembleia municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara: a) Aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa; b) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respectivas revisões; c) Apreçar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas; d) Aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei; e) Estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos; f) Fixar anualmente o valor da taxa da contribuição autárquica incidente sobre prédios urbanos; bem como autorizar o lançamento de derramas para reforço da capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de reequilíbrio financeiro, de acordo com a lei;

Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
2 - Compete à câmara municipal <i>no âmbito do planeamento e do desenvolvimento</i> : a) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os planos necessários à realização das atribuições municipais; b) Participar, com outras entidades, no planeamento que directamente se relacione com as atribuições e competências municipais, emitindo parecer para submissão a deliberação da assembleia municipal; c) Elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta de orçamento e as respectivas revisões; d) Executar as opções do plano e orçamentos aprovados, bem como aprovar as suas alterações; e) Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo; f) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal; g) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei;	g) Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento, pelo Governo, de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte exclusivamente para os municípios; h) Deliberar em tudo quanto represente o exercício dos poderes tributários conferidos por lei ao município; i) Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respectivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública, bem como bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto artigo 64.º; j) Determinar a remuneração dos membros do conselho de administração dos serviços municipalizados; l) Municipalizar serviços, autorizar o município, nos termos da lei, a criar fundações e empresas municipais e a aprovar os respectivos estatutos, bem como a remuneração dos membros dos corpos sociais, assim como a criar e participar em empresas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, fixando as condições gerais da participação;

Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
g) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei; h) Colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central; i) Designar os representantes do município nos conselhos locais, nos termos da lei; j) Criar ou participar em associações de desenvolvimento regional e de desenvolvimento do meio rural; l) Promover e apoiar o desenvolvimento de actividades artesanais, de manifestações etnográficas e a realização de eventos relacionados com a actividade económica de interesse municipal; m) Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal.	m) Autorizar o município, nos termos da lei, a integrar-se em associações e federações de municípios, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas e a criar ou participar em empresas privadas de âmbito municipal que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos municípios, em quaisquer dos casos fixando as condições gerais dessa participação; n) Aprovar, nos termos da lei, a criação ou reorganização de serviços municipais; o) Aprovar os quadros de pessoal dos diferentes serviços do município, nos termos da lei; p) Aprovar incentivos à fixação de funcionários, nos termos da lei; q) Autorizar, nos termos da lei, a câmara municipal a concessionar, por concurso público, a exploração de obras e serviços públicos, fixando as respectivas condições gerais; r) Fixar o dia feriado anual do município;
3 - Compete à câmara municipal no âmbito consultivo: a) Emitir parecer, nos casos e nos termos previstos na lei, sobre projectos de obras não sujeitas a licenciamento municipal; b) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nos casos estabelecidos por lei.	s) Autorizar a câmara municipal a delegar competências próprias, designadamente em matéria de investimentos, nas juntas de freguesia; t) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição do brasão, selo e bandeira do município e proceder à sua publicação no Diário da República.

Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
4 - Compete à câmara municipal <i>no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal</i> : a) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; b) Apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra; c) Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal; d) Deliberar em matéria de acção social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes; e) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nos termos definidos por lei; f) Deliberar sobre a participação do município em projectos e acções de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União Europeia e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.	3 - É ainda da competência da assembleia municipal, <i>em matéria de planeamento, sob proposta ou pedido de autorização da câmara municipal</i> : a) Aprovar os planos necessários à realização das atribuições municipais; b) Aprovar as medidas, normas, delimitações e outros actos, no âmbito dos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, nos casos e nos termos conferidos por lei. 4 - É também da competência da assembleia municipal, <i>sob proposta da câmara municipal</i> : a) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal, nos termos e com as competências previstos na lei; b) Deliberar sobre a afectação ou desafectação de bens do domínio público municipal, nos termos e condições previstos na lei; c) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação, de acordo com a lei; d) Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;

Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
5 - Compete à câmara municipal, em matéria de licenciamento e fiscalização : a) Conceder licenças nos casos e nos termos estabelecidos por lei, designadamente para construção, reedificação, utilização, conservação ou demolição de edifícios, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos; b) Realizar vistorias e executar, de forma exclusiva ou participada, a actividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos; c) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas; d) Emitir licenças, matrículas, livretes e transferências de propriedade e respectivos averbamentos e proceder a exames, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos. 6 - Compete à câmara municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos : a) Apresentar à assembleia municipal propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.os 2 a 4 do artigo 53.º; b) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias; c) Propor à assembleia municipal a concretização de delegação de parte das competências da câmara nas freguesias que nisso tenham interesse, de acordo com o disposto no artigo 66.º;	e) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outro, a instituições legalmente constituídas pelos seus funcionários, tendo por objecto o desenvolvimento das actividades culturais, recreativas e desportivas, bem como a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelos serviços municipalizados ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respectivos familiares.

continuação

Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
d) Propor à assembleia municipal a realização de referendos locais. 7 - Compete ainda à câmara municipal: a) Elaborar e aprovar posturas e regulamentos em matérias da sua competência exclusiva; b) Administrar o domínio público municipal, nos termos da lei; c) Propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação; d) Exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município. 8 - As nomeações a que se refere a alínea i) do n.º 1 são feitas de entre membros da câmara municipal ou de entre cidadãos que não sejam membros dos órgãos municipais. 9 - A alienação de bens e valores artísticos do património do município é objecto de legislação especial.	

Anexo 4YA

Enquadramento jurídico das competências dos presidentes da câmara e assembleia do município

Competências do presidente da câmara (art. 68.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competência do presidente da assembleia (art. 54.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
1 - Compete ao presidente da câmara municipal: a) Representar o município em juízo e fora dele; b) Executar as deliberações da câmara municipal e coordenar a respectiva actividade; c) Assegurar a execução das deliberações da assembleia municipal e dar cumprimento às decisões dos seus órgãos; d) Elaborar e manter actualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do município; e) Participar ao representante do Ministério Público competente as faltas injustificadas dadas pelos membros da câmara, para os efeitos legais; f) Aprovar projectos, programas de concurso, caderno de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, os termos da lei; g) Autorizar a realização de despesas orçamentadas até ao limite estipulado por lei ou por delegação da câmara municipal, com a excepção das referidas no n.º 2 do artigo 54.º; h) Autorizar o pagamento das despesas realizadas, nas condições legais;	1 - Compete ao presidente da assembleia municipal: a) Representar a assembleia municipal, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos; b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias; c) Abrir e encerrar os trabalhos das sessões e das reuniões; d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das reuniões; e) Assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações; f) Suspender ou encerrar antecipadamente as sessões e as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justificarem, mediante decisão fundamentada a incluir na acta da reunião; g) Integrar o conselho municipal de segurança; h) Comunicar à assembleia de freguesia ou à câmara municipal as faltas do presidente da junta e do presidente da câmara às reuniões da assembleia municipal; i) Comunicar ao representante do Ministério Público competente as faltas injustificadas dos restantes membros da assembleia, para os efeitos legais; j) Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei, pelo regimento ou pela assembleia.

continua

Competências do presidente da câmara (art. 68.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competência do presidente da assembleia (art. 54.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
i) Comunicar anualmente, no prazo legal, o valor fixado da taxa de contribuição autárquica incidente sobre prédios urbanos, assim como, quando for o caso, a deliberação sobre o lançamento de derramas, às entidades competentes para a cobrança; j) Submeter a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal, com exceção da norma de controlo interno; l) Remeter, atempadamente, ao Tribunal de Contas os documentos que careçam da respectiva apreciação, sem prejuízo da alínea bb) do n.º 1 do artigo 64.º; m) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos; n) Convocar as reuniões ordinárias para o dia e hora que fixar, sem prejuízo do disposto no artigo 62.º, e enviar a ordem do dia a todos os membros; o) Convocar as reuniões extraordinárias; p) Estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões; q) Abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações;	2 - Compete, ainda, ao presidente da assembleia municipal autorizar a realização de despesas orçamentadas, relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte aos membros da assembleia municipal e de despesas relativas às aquisições e bens e serviços correntes, necessários ao funcionamento e representação do órgão autárquico, informando o presidente da câmara municipal para que este proceda aos respectivos procedimentos administrativos.

continua

continuação

Competências do presidente da câmara (art. 68.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competência do presidente da assembleia (art. 54.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
r) Suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justificarem, mediante decisão fundamentada, a incluir na acta da reunião; s) Responder, no prazo de 10 dias, aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores; t) Representar a câmara nas sessões da assembleia municipal ou, havendo justo impedimento, fazer-se representar pelo seu substituto legal, sem prejuízo da faculdade e ser acompanhado por outros membros; u) Responder, no prazo máximo de 15 dias, prorrogável por igual período, desde que fundamentado, aos pedidos de informação veiculados pela mesa da assembleia municipal; v) Promover a publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 91.º; x) Promover o cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição e a publicação do respectivo relatório de avaliação; z) Dirigir, em estreita articulação com o Serviço Nacional de Protecção Civil, o serviço municipal de protecção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos e programas estabelecidos e a coordenação das actividades a desenvolver no domínio da protecção civil, designadamente em operações de socorro e assistência, com especial relevo em situações de catástrofe e calamidade públicas; aa) Presidir ao conselho municipal de segurança;	

continua

continuação

Competências do presidente da câmara (art. 68.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competência do presidente da assembleia (art. 54.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
bb) Remeter à assembleia municipal a minuta das actas e as actas das reuniões da câmara municipal, logo que aprovadas. cc) Remeter à assembleia municipal, para os efeitos previstos na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º, toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memos e documentos de igual natureza, indispensável para a compreensão e análise crítica e objectiva da informação aí referida. 2 - Compete ainda ao presidente da câmara municipal: a) Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direcção dos recursos humanos afectos aos serviços municipais; b) Designar o funcionário que, nos termos da lei, serve de notário privativo do município para lavrar os actos notariais expressamente previstos pelo Código do Notariado; c) Designar o funcionário que serve de oficial público para lavrar todos os contratos em que a lei preveja ou não seja exigida escritura; d) Modificar ou revogar os actos praticados por funcionários ou agentes afectos aos serviços da câmara; e) Gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação e ensino, nos casos e nos termos determinados por lei; f) Outorgar contratos necessários à execução das obras referidas na alínea j), assim como ao funcionamento dos serviços;	

continua

continuação

Competências do presidente da câmara (art. 68.^o) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competência do presidente da assembleia (art. 54.^o) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
g) Instaurar pleitos e defender-se neles, podendo confessar, desistir ou transigir, se não houver ofensa de direitos de terceiros; h) Promover todas as acções necessárias à administração corrente do património municipal e à sua conservação; i) Proceder aos registos prediais do património imobiliário do município, ou outros; j) Promover a execução, por administração directa ou empreitada, das obras, assim como proceder à aquisição de bens e serviços, nos termos da lei; l) Conceder, nos casos e nos termos previstos na lei, licenças ou autorizações de utilização de edifícios; m) Embargar e ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações efectuadas por particulares ou pessoas colectivas, sem licença ou com inobservância das condições dela constantes, dos regulamentos, das posturas municipais ou de medidas preventivas, de normas provisórias, de áreas de construção prioritária, de áreas de desenvolvimento urbano prioritário e de planos municipais de ordenamento do território plenamente eficazes;	

continua

Competências do presidente da câmara (art. 68.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competência do presidente da assembleia (art. 54.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002 n) Ordenar o despejo sumário dos prédios cuja expropriação por utilidade pública tenha sido declarada ou cuja demolição ou beneficiação tenha sido deliberada, nos termos da alínea anterior e da alínea c) do n.º 5 do artigo 64.º, mas, nesta última hipótese, só quando na vistoria se verificar a existência de risco eminente de desmoronamento ou a impossibilidade de realização das obras sem grave prejuízo para os moradores dos prédios; o) Conceder licenças policiais ou fiscais, de harmonia com o disposto nas leis, regulamentos e posturas; p) Determinar a instrução dos processos de contra-ordenação e aplicar as coimas, nos termos da lei, com a faculdade de delegação em qualquer dos restantes membros da câmara; q) Dar conhecimento aos restantes membros do órgão executivo e remeter ao órgão deliberativo cópias dos relatórios definitivos resultantes de acções tutelares ou de auditorias sobre a actividade do órgão executivo e dos serviços, no prazo máximo de 10 dias após o recebimento dos mesmos; r) Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas.	

Anexo 4ZA

Composição por sexo dos eleitos locais para os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal dos concelhos da AMP, 1976-2005 ^{a)}

Concelhos	12-12-1976						16-12-1979						12-12-1982						15-12-1985						15-12-1989					
	CM			AM			CM			AM			CM			AM			CM			AM			CM			AM		
	H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M	
Espinho	7						7						7						6	1					6	1				
Gondomar	9						8	1					9						9						11					
Maia	7						9						9						9						9					
Matosinhos	9						9						9						10	1					9	2				
Porto	11	2					13						12	1					12	1					10	3				
Póvoa de Varzim	7						7						7						7						7					
Valongo	7						7						7						6	1					6	3				
Vila do Conde	7						7						7						7						9					
Vila Nova de Gaia	11						11						10	1					10	1					9	2				
AMP	75	2	0	0	0		78	1	0	0	0		77	2	0	0	0		76	5	0	0	0		76	11	0	0	0	
%	97,4	2,6					98,7	1,3					97,5	2,5					93,8	6,2					87,4	12,6				

continua

continuação

	17-12-1993						14-12-1997						16-12-2001						09-10-2005					
	CM			AM			CM			AM			CM			AM			CM			AM		
	H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M	
Concelhos	6	1		18	3		7			20	1		7			17	4		6	1		16	5	
Espinho	11			30	3		9	2		27	6		10	1		25	8		9	2		29	4	
Gondomar																								
Maia	8	1		25	2		8	1		24	3		8	1		21	6		8	1		21	6	
Matosinhos	10	1		32	1		8	3		29	4		10	1		26	7		9	2		25	8	
Porto	9	4		36	3		9	4		33	6		11	2		30	9		10	3		31	8	
Póvoa de Varzim	7			20	1		6	1		20	1		8	1		23	4		8	1		21	6	
Valongo	7	2		27			9			24	3		8	1		23	4		8	1		25	2	
Vila do Conde	9			29	2		7	2		30	1		7	2		27	4		8	1		25	6	
Vila Nova de Gaia	11			29	4		10	1		30	3		11			29	4		10	1		28	5	
AMP	78	9		246	19		73	14		237	28		80	9		221	50		76	13		221	50	
Arouca																			7			17	4	
Santa Maria da Feira																			7	2		22	5	
Santo Tirso																			5	2		17	4	
São João da Madeira																			6	1		28	5	
Trofa																			10	1		17	4	
GAMP																			111	19		322	72	
%	89,7	10,3		92,8	7,2		83,9	16,1		89,4	10,6		89,9	10,1		81,5	18,5		85,4	14,6		81,5	18,5	

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt
 a) Não houve publicação oficial dos resultados eleitorais das eleições autárquicas de 1976, 1979, 1982 e 1985. Os resultados oficiais de 1989 não contemplam a identificação dos eleitos locais.

Anexo 4AB

Número de equipamentos municipais por concelho da AMP, 2005

	Pavilhões gimnodesportivos	Instalações desportivas descobertas	Piscinas	Parques infantis	Auditórios	Bibliotecas	Arquivos	Museus	Creches	Escolas do pré-escolar	Escolas do ensino básico	Lares	Estabelecimentos de saúde	Pavilhões multíusos	Mercados	Parques de campismo	Parques urbanos	Parques de estacionamento	Parques industriais	Áreas de localização empresarial	Total
Espinho	1	1	3	1	3	1	1	0	11	115	17	1	4	1	4	1		9	1	1	176
Gondomar	10	5	6	7	3	1	0	1	0	0	70	0	0	1	3	0	1	3	1	1	113
Maia	14	42	7	21	6	1	1	1	41	154	42	4	12	0	2	0	5				353
Matosinhos	7	24	8	30	13	3	2	3	15	42	10	26	1	1	3	1	12	7			208
Porto	1	27	4	26	7	2	1	7	52	349	57	4	0	0	12	0	3	27			579
Póvoa de Varzim	1	0	3	11	3	1	1	1	19	146	33	0	0	0	1	0	1	14	1		236
Valongo	2	25	5	19	6	5	1	3	44	164	27	0	0	0	2	0	2				305
Vila do Conde	4	21	2	19	3	1	1	4	44	174	49	0	0	1	2	0	1	2			328
Vila Nova de Gaia	10	42	4	34	8	9	2	3	83	501	104	0	0	1	2	2	4	3	3	0	815
Total AMP	50	187	42	168	52	24	10	23	309	1645	409	35	17	5	31	4	29	65	6	2	3113
Total nacional	523	3087	609	3168	476	469	141	314	3551	14577	7778	492	406	113	701	131	311	618	295	112	37872

Fonte: DGA/L, Administração local em números 2005

Anexo 4BB

Grelha de equipamentos culturais e recreativos utilizada no estudo *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte, 1991*

Equipamento	Definição
Bibliotecas	Espaço acessível à leitura de forma habitual organizada.
Arquivos	Repositório de documentos escritos habitualmente acessível a público geral ou restrito.
Museus	Espaço de conservação, exposição e animação de objectos, documentos e práticas sociais.
Cinemas: Cine-Teatros; Cineclubes	Espaço de projecção de filmes, representações teatrais, concertos geralmente utilizados segundo uma organização comercial.
Teatros	Espaço de representações cénicas, musicais, ballet.
Auditórios	Espaço físico ordenado à realização de concertos, conferências e colóquios, pequenos espectáculos.
Centros culturais	Espaço de animação promovendo, por si ou por outrem, nomeadamente associações locais ou regionais, uma diversidade de iniciativas de carácter cultural, social ou económico. Por vezes esta designação é usada para instituições em tudo idênticas à definição da categoria "associações" nomeadamente no caso de não dispor de qualquer espaço para actividades que não as administrativas, mas com mais frequência e propriedade aponta para actividades múltiplas, p.ex. biblioteca, galeria, sala de conferências.
Fundações	Espaço pertencente a uma instituição peculiar (fundação) que aí exercita alguma função cultural aberta ao público, ex: biblioteca, museu ou sala de exposições, conferências. Pode, pois, identificar-se em termos de actividades com itens já referidos.
Galerias de exposições	Espaço especificamente destinado à exposição de obras de arte ou tecnologias plásticas, não incluído ou identificado em itens anteriores.
Equipamentos de juventude	Todo o espaço destinado a acolher para fins de hospitalidade, informação, recreio, intercâmbio ou formação, a juventude (ex: pousada, casa de cultura juvenil, centro de apoio, etc.).

continua

continuação

Equipamento	Definição
Outros espaços de actividades culturais	Todo o espaço não identificado anteriormente, disponível, de modo eventual ou habitual, para a prática de actividades socioculturais: concertos, conferências, exposições, etc. Nesta categoria incluem-se, entre outros, aqueles espaços frequentemente usados ou facilmente usáveis, em muitos lugares pela sua qualidade ou pela inexistência de melhor (ex: bombeiros, igrejas, palácios, salões paroquiais, casas do povo), que possam receber pelo menos 80 pessoas.
Espaços qualificados de actividades recreativas	Todo o espaço não identificado anteriormente, disponível de modo eventual ou habitual, para a prática de actividades recreativas.
Imprensa regional	Publicações de carácter predominantemente informativo e publicação periódica de âmbito local ou regional.
Rádios locais	Centro de emissão radiofónica de âmbito local ou regional.
Associações	Espaço que serve pelo menos de sede a uma associação cultural e que permite identificar, em cada terra, as iniciativas de importância local ou regional. Referenciar nesta categoria apenas quando não identificado com outra.

Fonte: CCRN, *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte*

Anexo 4CB

Grelha de equipamentos culturais utilizada no estudo *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*, 1999

Equipamento	Definição
Bibliotecas	Bibliotecas municipais e/ou da Gulbenkian. Define-se como um espaço organizado, com estrutura própria e serviços, que permita a conservação de documentos, impressos ou gráficos, audiovisuais ou microformas, etc., com fins de informação, investigação, educação ou recreio, destinado à leitura de livre acesso ao público em geral. Salienta-se o facto de alguns destes equipamentos possuírem outros espaços, nomeadamente auditórios e/ou salas de exposições, não quantificados.
Arquivos	Arquivos municipais, distritais e/ou outros arquivos históricos específicos. Define-se como um depósito, lugar ou edifício onde se guardam documentos escritos, entre outros. São de livre acesso ao público em geral ou de acesso mais restrito consoante a organização e dinâmica.
Museus	Museus classificados como tal e/ou outros associados a fundações que merecem destaque de âmbito municipal. Define-se como uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Estabelecimento aberto ao público, onde estão reunidas colecções de objectos de arte, de ciência, etc., e que investiga, adquire, conserva, informa e expõe o património cultural para fins de estudo, educação e recreio. São apoiados pela autarquia, fundações ou Instituto Português dos Museus. Salienta-se o facto de alguns destes equipamentos deterem outros espaços, nomeadamente auditórios e/ou salas de exposições.
Cinemas	Sala de uso exclusivo para cinema não inserida noutros espaços culturais. Define-se como uma sala destinada à projecção de filmes.
Salas de teatro	Salas de teatro e/ou cine-teatro. Correspondem a um espaço para representações teatrais, musicais de dança e/ou concertos, geralmente preparados por uma organização comercial. Salienta-se o facto de se ter contabilizado um equipamento, independentemente do número de salas que este possa conter.

continua

continuação

Equipamento	Definição
Auditórios	Auditórios municipais, entre outros. Define-se como uma sala destinada a conferências e/ou espectáculos relacionados com canto, música, recitais entre outros.
Fundações	Fundações ligadas a actividades culturais com sede própria. São instituições de várias valências, nomeadamente museu, auditório e/ou sala de exposições. Define-se como um equipamento de utilidade pública onde ocorrem acções de índole cultural.
Galerias de exposições	Salas, galerias e/ou centros de exposições de arte. São locais de exposição temporária de obras de arte, independentemente de serem ou não transaccionáveis.
Equipamentos juvenis	Equipamentos especificamente vocacionados para a população juvenil, nomeadamente nas actividades culturais, hospitalidade, recreio, intercâmbio, informação e/ou formação.
Centro cultural	Equipamento autónomo que inclui diversas valências culturais não quantificadas separadamente, também designada casa da cultura e/ou Forum.
Salas de espectáculos	Salas para espectáculos não quantificadas anteriormente.
Planetário	Edifício destinado a informação e divulgação de conhecimentos relativos a astronomia.
Centro de exposições	Grandes centros, parques e/ou outros espaços para exposições de temas diversos.
Casino	Edifício de acesso público, dotado de espaços destinados a convívio, dança, jogos de azar ou de salão e espectáculos vários.

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4DB

Grelha de equipamentos desportivos utilizada no estudo *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte*, 1991

Tipo de Equipamento		Definição
Equipamentos básicos	Equipamentos desportivos de base/formativos	Equipamentos fundamentais da Rede, servindo para actividades organizadas por grupos enquadrados, quer em treino, quer em competição de nível local. Correspondem aos equipamentos ditos "normalizados" e o seu dimensionamento e localização deve ser feito em função dos utentes escolares em actividades curriculares e das colectividades desportivas locais, com condições de polivalência. São os Grandes campos de jogos (as Pistas de atletismo, os Pequenos campos de jogos, os Pavilhões e as Piscinas (É desejável concebê-los para funções de polivalência e flexibilidade de utilização: rendimento e recreação).
	Equipamentos recreativos básicos	Equipamentos vocacionados para a movimentação espontânea em actividades não codificadas de jogo e recreio na linha do "Desporto para Todos" e ocupação dos tempos livres, por todos os escalões da população. Localizam-se na extensão dos locais de habitação ou no centro dos quarteirões. São exemplos: os jardins e parques de bolso, parques infantis, quintais desportivos e pátios desportivos, circuitos de manutenção...
Equipamentos especiais	Equipamentos desportivos especializados	Equipamentos destinados à prática desportiva e recreativa de modalidades particulares, exigindo espaços caracterizados por grande especificidade de organização. A sua previsão é ditada pela tradição desportiva na modalidade e pelas suas condições específicas de desenvolvimento na região. São exemplos: as instalações para desportos náuticos, campos de golfe, campos de tiro com armas de caça e tiro com arco...
	Equipamentos de competição/espectáculo	Equipamentos orientados para a realização de competições de alto nível nacional e internacional, com grande capacidade de público e respectivas infra-estruturas para comunicação social... São exemplos: os Estádios de futebol, de Atletismo, de Râguebi, Piscinas "olímpicas", Pavilhões de competição, Palácios de desporto, Velódromos, Hipódromos, Autódromos, Kartódromos...

Fonte: CEPAT, Normas para a programação de equipamentos colectivos

Anexo 4EB

Grelha de equipamentos desportivos utilizada no estudo *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*, 1999

Equipamento	Definição
Piscinas	Piscinas cobertas e descobertas excluindo-se, de um modo geral, os tanques, nomeadamente tanques de aprendizagem, tanques infantis e cubas de saltos.
Pavilhões	Salas de desporto e/ou pavilhões gimnodesportivos municipais e/ou associados a equipamentos de ensino, complexos desportivos e/ou associações desportivas.
Grandes campos de jogos	Estádios de futebol, campos de futebol e campos de treinos.
Pequenos campos de jogos	Recintos polivalentes ao ar livre, polidesportivos, campos de andebol, basquetebol, voleibol e/ou ringues municipais, campos associados a equipamentos de ensino público.
Courts de ténis	Cobertos e/ou descobertos, isolados ou em complexos desportivos incluídos em campos de ténis.
Campos de squash	Espaços específicos para a prática desta modalidade.
Pista de atletismo	Espaços com pistas específicas para a prática desta modalidade.
Centros de equitação	Centros hípicas associados à prática desta modalidade.
Circuitos de manutenção	Todos os circuitos específicos que possibilitem este tipo de prática desportiva.
Campos de golf	Campos e equipamentos de apoio específico à prática desta modalidade.
Mini-golf	Locais que incluem os campos e equipamentos de apoio à prática de mini-golf e/ou peter-golf.
Pista de motocross	Pistas destinadas exclusivamente à prática desta modalidade.
Kartódromo	Circuitos e equipamentos de apoio à prática de karting.
Aérodromos/aeroclubes	Locais específicos constituídos por pistas e equipamentos de apoio à prática de desportos associados ao voo desportivo.
Paraquedismo	Locais disponíveis para prática desta modalidade.

continua

continuação

Equipamento	Definição
Modelismo	Locais específicos para a prática de modalidades associadas ao modelismo, nomeadamente aeromodelismo e automodelismo.
Campo de tiro	Locais específicos à prática desta modalidade.
Zona para desportos náuticos	Locais que possibilitem a prática de desportos náuticos que incluem equipamentos de apoio.
Recinto para desportos radicais	Recintos para a prática destes desportos, incluindo parede para escalada.
Ringue de patinagem no gelo	Locais específicos para a prática desta modalidade.

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4FB

Equipamentos culturais do concelho de Espinho por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Anta	1														1
Espinho	1	1		1	1			1		1 ^{a)}				1	6
Guetim															
Paramos															
Silvalde															
Total	2	1		1	1			1						1	7

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

^{a)} Não incluído por se encontrar em fase de construção.

Anexo 4GB

Equipamentos culturais do concelho de Gondomar por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Baguim do Monte															
Covelo															
Fânzeres	1														1
Foz do Sousa															
Jovim															
Lomba															
Medas															
Melres															
Rio Tinto										1					1
São Cosme			1			1									2
São Pedro da Cova			1							1					2
Valbom							1								1
Total	1		2			1	1			2					7

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4HB

Equipamentos culturais do concelho da Maia por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espetáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Águas Santas				11											11
Barca															
Folgosa															
Gemunde															
Godim															
Gueifães															
Maia	2	1		1		3		9							16
Milheirós															
Moreira	1														1
Nogueira															
Pedrouços										1					1
S. Pedro Avioso															
S. Pedro Fins															
Silva Escura															
Sta. M. ^a Avioso															
Vila Nova Telha															
Vermoim															
Total	3	1		12		3		9		1					29

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4IB

Equipamentos culturais do concelho de Matosinhos por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Custóias															
Guifões															
Lavra			1												1
Leça do Balio						1									1
Leça da Palmeira			2										1		3
Matosinhos	1			1		1			1						4
Perafita								1							1
Santa Cruz do Bispo															
S. Mamede de Infesta			1					1							2
Senhora da Hora				8											8
Total	1		4	9		2		2	1				1		20

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4JB

Equipamentos culturais do concelho do Porto por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Aldoar			1		1		1								3
Bonfim	1		2	8				5							16
Campanhã			2		1		1								4
Cedofeita			1	1				6							8
Foz do Douro							2								2
Lordelo do Ouro			1				1	2	1	1					6
Massarelos			3	6	1	1	1	10	1			1			24
Miragaia			1		1		1	4							7
Nevogilde															
Paranhos					1		1	2							4
Ramalde			1	1			1	1							4
Santo Ildefonso		1		6	4			2			1				14
S. Nicolau		1	1		1		1	4					1		9
Sé		1	3		1			1							6
Vitória		1	1			1		7	1						11
Total	1	4	17	22	11	2	10	44	3	1	1	1	1		118

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4KB

Equipamentos culturais do concelho de Póvoa de Varzim por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
A-Ver-o-Mar															
Aguçadoura															
Amorim															
Argivai															
Balasar															
Beiriz															
Estela															
Laúndos															
Navais															
Póvoa de Varzim	1			8	1	1		1	1					1	14
Rates															
Terroso															
Total	1			8	1	1		1	1					1	14

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4LB

Equipamentos culturais do concelho de Valongo por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Alfena										1					1
Campo															
Ermesinde	1							1							2
Sobrado															
Valongo	1	1	1		1	2		2							8
Total	2	1	1		1	2		3		1					11

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4MB

Equipamentos culturais do concelho de Vila do Conde por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espetáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Arcos															
Árvore															
Aveleda															
Azurara															
Bagunte															
Canidelo															
Fajozes															
Ferreiro															
Fornelo															
Gião															
Guilhabreu															
Junqueira															
Labruge															
Macieira da Maia															
Malta															
Mindelo															
Modivas															
Mosteiró															
Outeiro Maior															
Parada															
Retorta															
Rio Mau															
Tougues															
Touguinha															
Touguinhó															
Vairão			1												1
Vila Chã															
Vila do Conde	1	1	7			1		1	1						12
Vilar			1												1
Vilar do Pinheiro															
Total	1	1	9			1		1	1						14

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4NB

Equipamentos culturais do concelho de Vila Nova de Gaia por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Audatório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Arcozelo															
Avintes						1									1
Canelas										1					1
Crestuma															
Grijó															
Gulpilhares															
Lever															
Madalena															
Mafamude (Gaia)	1	1	2			1		3					1		9
Olival															
Oliveira do Douro															
Pedroso															
Perosinho															
Sandim															
Santa Marinha				9											9
S. André Canidelo															
S. Félix da Marinha															
S. Pedro da Afurada				21											21
Seixezelo															
Sermonde															
Serzedo															
Valadares															
Vilar de Andorinho															
Vilar do Paraíso															
Total	1	1	2	30		2		3		1			1		41

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4OB

Equipamentos desportivos do concelho de Espinho por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
Anta	1			2																		3
Espinho	1	1	2	1																1		6
Guetim				1																		1
Paramos				1					1						1	1	1					5
Silvalde			2	2		16	4				1											25
Total	2	1	4	7		16	4		1		1				1	1	1			1		40

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4PB

Equipamentos desportivos do concelho de Gondomar por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
Baguim do Monte					1																	1
Covelo			1	1															1			3
Fânzeres			1	2																		3
Foz do Sousa				4																		4
Jovim				1	2																	3
Lomba			1	1																		2
Medas	1		2	1																		4
Melres				1	1														1			3
Rio Tinto	1		2	2	1	1				1												8
São Cosme			3	3		3																9
São Pedro da Cova	1		2	2																		5
Valbom			2		2			1											1			6
Total	3		14	18	7	4		1		1									3			51

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4QB

Equipamentos desportivos do concelho da Maia por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinagem no gelo	Total
Águas Santas	3		5	1	5																	14
Barca				1	1								1									3
Folgosa	3 ^{a)}			1											1	1	1					4
Gemunde			1	1	1									1								4
Godim				1																		1
Gueifães	3		2		2																	7
Maia	4				1																1	6
Milheirós				1	1												1					3
Moreira	1	1	4			2																8
Nogueira				1	1																	2
Pedrouços			1	3	3	2																9
S. Pedro Avioso																						
S. Pedro Fins				1	1	2																4
Silva Escura				1	1				1													3
Santa Maria Avioso		3	2		2												1					8
Vila Nova da Telha				1	2																	3
Vermoim	4 ^{b)}		3	3	2	8		1												1		18
Total	11	4	18	16	21	16		1	1				1	1	1	1	3			1	1	97

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

^{a)} 3 piscinas em construção.

^{b)} 4 piscinas em construção.

Anexo 4RB

Equipamentos desportivos do concelho de Matosinhos por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinagem no gelo	Total
Custóias			2	2	6	2																12
Guifões			1	1	3													1				6
Lavra			2	3	2	2																9
Leça do Balio	1		1	1	5																	8
Leça da Palmeira	1	1	4	1	2	2			1	1									1			14
Matosinhos	1		7		8										1							16
Perafita				4	1	2																8
Santa Cruz do Bispo			1	1		1																3
São Mamede de Infesta	1		2	2	3	4																12
Senhora da Hora		2	6	4	11	7																30
Total	4	3	26	19	41	20			1	1				1					1	1		118

Fonte: CCRN. Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4SB

Equipamentos desportivos do concelho do Porto por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
Aldoar					1																	1
Bonfim			2	1																		3
Campanhã	1	1	4	5	5	6	3			1		1										27
Cedofeita	2		3	1		13						2										21
Foz do Douro						6																6
Lordelo do Ouro	1		3	1	6	3		1		2												17
Massarelos	1		1			3	4														1	10
Miragaia																						
Nevogilde																						
Paranhos			1	2	7	6			1													17
Ramalde			4	2	5	10		1														22
Santo Ildefonso				1																		1
São Nicolau					1																	1
Sé					2																	2
Vitória																						
Total	5	1	18	13	27	47	7	2	1	3		3									1	128

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4TB

Equipamentos desportivos do concelho de Póvoa de Varzim por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
A-Ver-o-Mar			1	1																		2
Aguçadoura				1																		1
Amorim				1	1																	2
Argivai				1																		1
Balasar				1	1																	2
Beiriz			1	1																		2
Estela				1							1											2
Laúndos				1	1																	2
Navais				1	1																	2
Póvoa de Varzim	3	2	5	2	7	8	2												1			30
Rates			1	1	1													1				4
Terroso				1																		1
Total	3	2	8	13	12	8	2				1							1	1			51

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4UB

Equipamentos desportivos do concelho de Valongo por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
Alfena	1		1	1	5	4																12
Campo	1			2	3																	6
Ermesinde	1		4	2	8	2																17
Sobrado	1			1	2																	4
Valongo	1		3	1	7	1														1		14
Total	5		8	7	25	7														1		53

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4VB

Equipamentos desportivos do concelho de Vila do Conde por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinagem no gelo	Total
Arcos				2	1																	3
Árvore				1	1																	2
Aveleda				1	1	2																4
Azurara	1				1																	2
Bagunte				1	1																	2
Canidelo					1																	1
Fajozes				1	1																	2
Ferreiro					1																	1
Fornelo				1	1																	2
Gião				1	1																	2
Guilhabreu				1	1								1									3
Junqueira				1	2																	3
Labruge			1	1																		2
Macieira da Maia			1	1	2																	4
Malta				1	1																	2
Mindelo			1	1	2																	4
Modivas				1	1																	2

continua

continuação

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraqueidismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
Mosteiro					1																	1
Outeiro Maior				1																		1
Parada					1																	1
Retorta					1																	1
Rio Mau				1	1																	2
Touques				1	1																	2
Touguinha					1																	1
Touguinhó					1																	1
Vairão				1	1																	2
Vila Chã				1	1																	2
Vila do Conde	2	1	4	3	12	4	2			1		1								2		32
Vilar				2	1																	3
Vilar do Pinheiro				1	2																	3
Total	3	1	7	26	43	6	2			1		1	1							2		93

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4WB

Equipamentos desportivos do concelho de Vila Nova de Gaia por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraqueidismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinagem no gelo	Total
Arcozelo			1	1	1					1												4
Avintes			1	2	3					1												7
Canelas			1	3	4	1																9
Crestuma			1	1	1														1			4
Grijó				1	2																	3
Gulpilhares			1	1	2	3					1											8
Lever				1	1																	2
Madalena			1		1																	2
Mafamude (Gaia)	3		6	1	6	2																18
Olivai	1		1		3																	5
Oliveira do Douro			7	2	3	2			1													15
Pedroso			3	1	3																	7
Perosinho				1	1													1				3
Sandim			1	2																		3
Santa Marinha	1		3	2	4	2													4			16
S. André Canidelo			1	1	4																	6
S. Félix da Marinha		1		1	1	2																5

continua

continuação

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
S. Pedro da Afurada					1																	1
Seixezelo																						
Sermonde																						
Serzedo				1	1				1													3
Valadares			1	1	2																	4
Vilar de Andorinho			1		2																	3
Vilar do Paraíso					1					1												2
Total	5	1	30	23	47	12			2	3	1							1	5			130

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4XB

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos nos concelhos do Continente, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente		
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	%
Desporto	Piscina	620	4 572 486	2 747 642	60,1
	Campo de jogos descoberto	3428	9 224 266	3 988 094	43,2
	Pavilhão desportivo ou ginásio	994	6 462 038	3 570 690	55,3
Cultura e Lazer	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	1315	5 715 718	2 940 263	51,4
	Écran de cinema	390	3 127 775	2 022 933	64,7
	Biblioteca aberta ao público	742	4 336 861	2 421 371	55,8
Alojamento Turístico	Hotel ou hotel-apartamento	375	2 840 459	2 017 014	71
	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	795	3 870 846	2 197 549	56,8
	Parque de campismo e/ou caravanismo	211	1 036 579	559 782	54
	Turismo no espaço rural	752	1 574 842	447 842	28,4

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 4 047

Freguesias integradas em cidades: 510

População residente (à data dos Censos de 2001): 9 869 343

População residente em freguesias integradas em cidades: 4 267 249

Anexo 4YB

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos nos concelhos da Região Norte, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente		
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	%
Desporto	Piscina	205	78	1 446 072	69,3
	Campo de jogos descoberto	1679	172	3 370 151	39,8
	Pavilhão desportivo ou ginásio	327	109	1 996 862	59,4
Cultura e Lazer	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	506	100	1 925 703	53,8
	Écran de cinema	134	57	1 049 523	73,5
	Biblioteca aberta ao público	221	61	1 126 905	56,7
	Hotel ou hotel-apartamento	148	74	992 387	80,5
Alojamento Turístico	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	294	88	1 331 123	65,4
	Parque de campismo e/ou caravanismo	64	14	234 115	66,9
	Turismo no espaço rural	370	29	523 539	22,9

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 2 026

Freguesias integradas em cidades: 202

População residente (à data dos Censos de 2001): 3 687 293

População residente em freguesias integradas em cidades: 1 469 960

Anexo 4ZB

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Espinho, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente		
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	%
Desporto	Piscina	2	2	20 840	100
	Campo de jogos descoberto	5	3	33 701	84,2
	Pavilhão desportivo ou ginásio	1	1	10 225	100
Cultura e Lazer	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	2	1	14 014	73
	Écran de cinema	1	1	10 225	100
	Biblioteca aberta ao público	3	2	19 297	92,1
	Hotel ou hotel-apartamento	1	1	10 225	100
Alojamento Turístico	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	1	1	10 225	100
	Parque de campismo e/ou caravanismo	1	1	10 225	100
	Turismo no espaço rural	1	1	10 225	100

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 5

Freguesias integradas em cidades: 3

População residente (à data dos Censos de 2001): 33 701

População residente em freguesias integradas em cidades: 28 380

Anexo 4AC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Gondomar, 2002

Equipamentos e Serviços		Número		População residente		
		Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	N.º de habitantes
Desporto	Piscina	6	2	129 039	73 412	56,9
	Campo de jogos descoberto	12	2	164 096	73 412	44,7
	Pavilhão desportivo ou ginásio	11	2	156 984	73 412	46,8
Cultura e Lazer	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	9	2	140 474	73 412	52,3
	Écran de cinema	2	1	32 829	25 717	78,3
	Biblioteca aberta ao público	3		41 086		
Alojamento Turístico	Hotel ou hotel-apartamento	1		3 945		
	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	2		8 823		
	Parque de campismo e/ou caravanismo	1		2 353		
	Turismo no espaço rural	1		1 711		

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 12

Freguesias integradas em cidades: 2

População residente (à data dos Censos de 2001): 164 096

População residente em freguesias integradas em cidades: 73 412

Anexo 4BC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho da Maia, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente			
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	N.º de habitantes	%
Desporto	Piscina	6	2	63 840	21 348	33,4
	Campo de jogos descoberto	12	2	89 174	25 809	28,9
	Pavilhão desportivo ou ginásio	9	3	92 985	35 625	38,3
Cultura e Lazer	Sala de espectáculos/sala de conferências/congressos	8	1	66 542	9 816	14,8
	Écran de cinema	3	1	39 302	9 816	25
	Biblioteca aberta ao público	4	1	26 225	9 816	37,4
Alojamento Turístico	Hotel ou hotel-apartamento	2	1	20 096	9 816	48,8
	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	4		43 367		
	Parque de campismo e/ou caravanismo					
	Turismo no espaço rural	3		33 374		

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 17

Freguesias integradas em cidades: 3

População residente (à data dos Censos de 2001): 120 111

População residente em freguesias integradas em cidades: 35 625

Anexo 4CC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Matosinhos, 2002

Equipamentos e Serviços		Número		População residente		
		Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	N.º de habitantes
Desporto	Piscina	7	3	124 689	69 245	55,5
	Campo de jogos descoberto	10	3	167 026	69 245	41,5
	Pavilhão desportivo ou ginásio	10	3	167 026	69 245	41,5
Cultura e Lazer	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	8	3	142 853	69 245	48,5
	Écran de cinema	5	3	108 086	69 245	64,1
	Biblioteca aberta ao público	7	2	127 827	52 030	40,7
	Hotel ou hotel-apartamento	4	2	87 919	45 703	52
Alojamento	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	6	3	123 759	69 245	56
Turístico	Parque de campismo e/ou caravanismo	1		9 408		
	Turismo no espaço rural					

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 10

Freguesias integradas em cidades: 3

População residente (à data dos Censos de 2001): 167 026

População residente em freguesias integradas em cidades: 69 245

Anexo 4DC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho do Porto, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente		
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	%
Desporto	Piscina	10	10	244 656	100
	Campo de jogos descoberto	12	12	247 430	100
	Pavilhão desportivo ou ginásio	12	12	218 717	100
Cultura e Lazer	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	12	12	223 392	100
	Écran de cinema	8	8	184 964	100
	Biblioteca aberta ao público	3	3	73 981	100
	Hotel ou hotel-apartamento	11	11	216 323	100
Alojamento Turístico	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	11	11	213 949	100
	Parque de campismo e/ou caravanismo	1	1	37 647	100
	Turismo no espaço rural				

Fonte: INE, CESAP-Norie 2002

Número de freguesias: 15

Freguesias integradas em cidades: 15

População residente (à data dos Censos de 2001): 263 131

População residente em freguesias integradas em cidades: 263 131

Anexo 4EC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Póvoa de Varzim, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente		
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	
				N.º de habitantes	%
Desporto	1	1	27 810	27 810	100
	12	5	63 470	45 044	71
	3	2	39 311	36 772	93,5
Cultura e Lazer	6	2	41 345	29 997	72,6
	2	1	30 349	27 810	91,6
	4	2	35 011	29 997	85,7
	4	3	42 597	40 001	93,9
Alojamento Turístico	3	1	32 878	27 810	84,6
	1		2 596		
	2		4 222		

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 12

Freguesias integradas em cidades: 5

População residente (à data dos Censos de 2001): 63 470

População residente em freguesias integradas em cidades: 45 044

Anexo 4FC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Valongo, 2002

Equipamentos e Serviços		Número		População residente		
		Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	N.º de habitantes	%
Desporto	Piscina	5	2	86 005	57 013	66,3
	Campo de jogos descoberto	4	1	47 690	18 698	39,2
	Pavilhão desportivo ou ginásio	3	2	70 678	57 013	80,7
Cultura e Lazer	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	5	2	86 005	57 013	66,3
	Écran de cinema	5	2	86 005	57 013	66,3
	Biblioteca aberta ao público	5	2	86 005	57 013	66,3
	Hotel ou hotel-apartamento	1	1	18 698	18 698	100
Alojamento Turístico	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	3	2	65 658	57 013	86,8
	Parque de campismo e/ou caravanismo					
	Turismo no espaço rural					

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 5

Freguesias integradas em cidades: 2

População residente (à data dos Censos de 2001): 86 005

População residente em freguesias integradas em cidades: 57 013

Anexo 4GC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Vila do Conde, 2002

Equipamentos e Serviços		Número		População residente		
		Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	N.º de habitantes
Desporto	Piscina	2	1	29 133	25 731	88,3
	Campo de jogos descoberto	28	1	68 720	25 731	37,4
	Pavilhão desportivo ou ginásio	6	1	38 123	25 731	67,5
Cultura e Lazer	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	13	1	47 699	25 731	53,9
	Écran de cinema	1	1	25 731	25 731	100
	Biblioteca aberta ao público	3	1	28 101	25 731	91,6
	Hotel ou hotel-apartamento	3	1	30 412	25 731	84,6
Alojamento	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	1	1	25 731	25 731	100
Turístico	Parque de campismo e/ou caravanismo	4		11 792		
	Turismo no espaço rural	4		3 887		

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 30

Freguesias integradas em cidades: 1

População residente (à data dos Censos de 2001): 74 391

População residente em freguesias integradas em cidades: 25 731

Anexo 4HC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Vila Nova de Gaia, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente			
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	N.º de habitantes	%
Desporto	Piscina	8	4	143 393	95 764	66,8
	Campo de jogos descoberto	24	10	288 749	178 255	61,7
	Pavilhão desportivo ou ginásio	16	8	241 526	161 687	66,9
Cultura e Lazer	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	12	6	163 308	114 219	69,9
	Écran de cinema	6	3	92 221	79 054	85,7
	Biblioteca aberta ao público	10	5	127 383	88 248	69,3
	Hotel ou hotel-apartamento	6	5	109 769	98 598	89,8
Alojamento	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	5	3	76 012	58 003	76,3
Turístico	Parque de campismo e/ou caravanismo	3	3	42 188	42 188	100
	Turismo no espaço rural					

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 24

Freguesias integradas em cidades: 10

População residente (à data dos Censos de 2001): 288 749

População residente em freguesias integradas em cidades: 178 255

Anexo 4IC

Municípios geminados da AMP, autarquias locais com as quais se encontram geminados e respectivos países, 2007

Municípios geminados	Autarquias locais geminadas	Países
Espinho	Bolama	Guiné-Bissau
	Burnoy	França
	Itajaí	Brasil
	Rio de Janeiro	Brasil
	Maricá	Brasil
	Beira	Moçambique
	São Filipe	Cabo Verde
Gondomar	Barton	Reino Unido
	Feyzin	França
	Praia	Cabo Verde
	Pontevedra	Espanha
	Gondomar	Espanha
Maia	Lanzhou ^{a)}	China
	Shangai ^{a)}	China
	Andrézieux - Bouthéon	França
	Mantes-la-Solie	França
	São Nicolau ^{a)}	Cabo Verde
	Sault Saint Marie	Canadá
	Mirandela	Portugal
	Nampula ^{a)}	Moçambique
	Castilla y León ^{a)}	Espanha
	Valpaços	Portugal
Matosinhos	Caué - Cidade de Angolares	São Tomé e Príncipe
	Congonhas do Campo	Brasil
	Mansoa	Guiné-Bissau
	Mérignac	França
	Nacala	Moçambique
	São Filipe	Cabo Verde
	Luanda ^{a)}	Angola
	Villagarcia de Arousa	Espanha
Porto	Beira	Moçambique
	Bordeaux	França
	Bristol	Reino Unido
	Duruelo de la Sierra	Espanha
	Jena	Alemanha
	Lembá - Neves	São Tomé e príncipe
	Liège	Bélgica

continua

continuação

Municípios geminados	Autarquias locais geminadas	Países
Porto	Luanda	Angola
	Macau	China
	Mindelo	Cabo Verde
	N'dola	Zâmbia
	Nagasaki	Japão
	Recife	Brasil
	Vigo	Espanha
	Xangai	China
	Léon	Espanha
	Canchungo ^{a)}	Guiné-Bissau
	Brno ^{a)}	República Checa
	Boavista ^{a)}	Cabo Verde
Póvoa de Varzim	Montgeron	França
	Eschborn	Alemanha
	Zabbar	Malta
Valongo	Fortaleza	Brasil
	Luanda	Angola
	Me-Zochi - Cidade de Trindade	São Tomé e Príncipe
	Trélazé	França
Vila do Conde	Baucau ^{b)}	Timor Lorosae
	Lobata – Cidade de Guadalupe ^{b)}	São Tomé e Príncipe
	Mansoa ^{b)}	Guiné-Bissau
	Mindelo ^{b)}	Cabo Verde
	Mossel Bay ^{b)}	África do Sul
	Ferrol	Espanha
	Le Cannet	França
	Olinda	Brasil
	Portalegre	Portugal
Vila Nova de Gaia	Manhiça	Moçambique
	Praia	Cabo Verde
	Zamora ^{b)}	Espanha
	São João da Pesqueira	Portugal
Arouca	Poligny	França
	Santos	Brasil
Santa Maria da Feira	Catió ^{a)}	Guiné-Bissau
	Joué les Tours	França
	Targovishte	Bulgária
Santo Tirso	Alcazar de San Juan	Espanha
	Cantagalo - Cidade Santana	São Tomé e Príncipe
	Celanova	Espanha

continua

continuação

Municípios geminados	Autarquias locais geminadas	Países
<i>Santo Tirso</i>	<i>Clichy la Garenne</i>	<i>França</i>
	<i>Gross Umstadt</i>	<i>Alemanha</i>
	<i>Mâcon</i>	<i>França</i>
	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Brasil</i>
<i>São João da Madeira</i>	<i>Maio</i>	<i>Cabo Verde</i>
	<i>Alcobaça</i>	<i>Portugal</i>
	<i>Felgueiras</i>	<i>Portugal</i>
	<i>Nampula</i>	<i>Moçambique</i>
	<i>Novo Hamburgo</i>	<i>Brasil</i>
	<i>Viana</i>	<i>Angola</i>
<i>Trofa</i>	<i>[sem referência a geminações]</i>	

Fontes: DGAL, *Administração local em números 2005* ; ANMP, www.anmp.pt; Sites oficiais dos municípios

a) Protocolo de cooperação .

b) Formalidades em curso.

Anexo 4JC

Iniciativas e redes de parcerias da GAMP, 2007 ^{a)}

Iniciativas	Objectivos	Instituições em parceria	Ações
Desenvolvimento de estudos e projectos estratégicos	Reforçar a capacidade organizativa e a base institucional da GAMP.	[sem informação disponível]	[sem informação disponível]
Desenvolvimento de sistemas de informação	Dotar o espaço da GAMP de um observatório de informação estatística de cariz socioeconómico. Organizar a informação estatística já existente. Analisar fenómenos metropolitanos. Assegurar a comparabilidade de conceitos e de resultados a diferentes níveis de desagregação territorial.	Instituto Nacional de Estatística (INE): protocolo assinado em Abril de 1995.	Inquérito ao Emprego trimestral; Inquérito às Empresas sediadas na AMP; Comércio Internacional; Base de Dados Estatísticos das Freguesias da AMP; Projecto "Quadro de Vida dos Idosos" na AMP; Inquérito ao Ambiente 1994: análise dos resultados na AMP; AMP em Números; Números especiais da Revista <i>Estatísticas & Estudos Regionais</i> dedicados à AMP; <i>Site</i> da AMP na Internet; Pressão construtiva nas áreas metropolitanas - 2000; Mobilidade casa-trabalho da população empregada residente na AMP - 2003; Retrato da AMP - 2004; Tipologia socioeconómica da AMP - 2004.
Transportes: estudo e construção da Rede de Metro Ligeiro	Dotar o espaço da GAMP de uma rede de transporte metropolitano.	Autoridades locais da GAMP e Governo.	Construção da Rede de Metro Ligeiro. Criação da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP) pelo decreto-lei n.º 268/2003 de 28 de Outubro.

continua

continuação

Iniciativas	Objectivos	Instituições em parceria	Ações
Abastecimento de água: Águas do Douro e Paiva, S.A.	Investir e explorar a captação de água, tratamento e distribuição de água para consumo público.	Empresa de capitais públicos constituída em 1995 em acordo com o Governo (decreto-lei n.º 116/95 de 29 de Maio).	Exploração e gestão do sistema em alta para 14 municípios do sul do Grande Porto (Arouca, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Gondomar, Maia (sul), Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Valongo e Vila Nova de Gaia). Em 1997 alargou-se a concessão a mais 5 municípios: Felgueiras, Lousada, Paredes, Penafiel e Paços de Ferreira.
Ambiente: Programa Ambiente - Grande Área Metropolitana do Porto	Resolver problemas ambientais ao nível do abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos.	Protocolo "Programa Ambiente Área Metropolitana do Porto" assinado com o Ministério do Ambiente em 1996.	Reforço do Abastecimento de Água. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais. Resíduos Sólidos Urbanos.
Turismo	Conhecer, melhorar e promover turisticamente a GAMP.	ADETURN (Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Norte): a GAMP integra-a desde 1993.	Estudo para a criação de uma entidade para o turismo da AMP (elaborado pela empresa Deloitte & Touche).
	Concertar acções de âmbito metropolitano no sector turístico (define a política metropolitana na área do turismo, incluindo a promoção conjunta interna e externa).	Composto pelos vereadores com o Pelouro de Turismo das câmaras que integram a GAMP.	Gabinete Metropolitano de Turismo composto pelos vereadores com o Pelouro de Turismo das câmaras que integram a GAMP.

continua

continuação

Iniciativas	Objectivos	Instituições em parceria	Acções
Agentes locais	Promover a GAMP e o Norte de Portugal com vista a atrair a realização de congressos, incentivos e feiras internacionais para a região.	Porto Convention & Visitors Bureau - PCVB ou "O! PORTO!": a GAMP aderiu em Julho de 2004. Destacam-se como membros fundadores as Câmaras Municipais da AMP, Associação Industrial Portuense, Associação Comercial do Porto, Associação de Comerciantes do Porto, Universidade do Porto, Associação Portuguesa dos Agentes de Viagens e Turismo e a União Nacional das Indústrias Hoteleiras e Similares do Norte. Integram o projecto cerca de 90 entidades divididas por classes: hotéis de 3, 4 e 5 estrelas, centros de congressos, agências de viagens, organizadores profissionais de congressos, transportadoras aéreas, Caves de Vinho do Porto, restaurantes, entre outras.	Participação anual em diversas feiras nacionais e internacionais promovendo os destinos turísticos de maior destaque do território metropolitano. Angariação de eventos internacionais através da elaboração de caderno de encargos para apresentação de candidaturas do Porto e Norte de Portugal, cedência de material promocional, presença em eventos de promoção no exterior, organização de visitas de inspecção e apoio logístico à organização.

continua

continuação

Iniciativas	Objectivos	Instituições em parceria	Ações
Participação em redes internacionais	Permitir o intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências no domínio do planeamento e desenvolvimento territorial assim como contribuir para o ordenamento do espaço a nível europeu.	A METREX (The Network of European Metropolitan Regions and Areas) é a Rede de Regiões e Áreas Metropolitanas Europeias que reúne profissionais, ou seja, políticos, funcionários e seus assessores, procedentes de 40 regiões e áreas metropolitanas da Europa. De Portugal estão presentes a AMP e a Área Metropolitana de Lisboa. Tem ainda como parceiros instituições europeias, centros de investigação, organizações governamentais e outras redes. Foi fundada em 1996, tendo a GAMP aderido em 23-10-1998.	Trabalhos de Grupos de Peritos sobre questões de interesse comum; projectos dentro de determinados programas da Comissão Europeia, tais como: Assembleia do Porto de 1999 (iniciativa da AMP da qual resultou a assinatura, por parte de 40 regiões e áreas metropolitanas, da Magna Carta Metropolitana e do Parâmetro (Benchmark) da Boa Prática). A Perspectiva Europeia do Ordenamento do Território (PEOT), publicada em 1999, a partir de agrupamentos policêntricos de regiões e áreas metropolitanas para além da área económica central de Londres/Paris/Rhin/Ruhr. Projecto InterMETREX com 32 sócios metropolitanos e desenvolvido entre 2003 e 2006. Consistiu em 28 padrões de referência eficientes, de ordenamento e desenvolvimento do território. Projecto PolyMETREXplus com 19 sócios e que pretende desenvolver um maior equilíbrio urbano por toda a Europa mediante o fomento de relações policêntricas, incluindo as relações sociais, económicas e de

continua

continuação

Iniciativas	Objectivos	Instituições em parceria	Ações
	Intervir na gestão de um estuário a partir de trocas de experiências sobre o ambiente e a economia marítima e realizar estudos de interesse comum e acção de <i>lobbying</i> junto da União Europeia.	A Rede ESTURIALES é uma Rede Europeia de Regiões e Cidades com Estuário (Rias e Deltas) constituída por municípios, regiões e áreas metropolitanas: adesão da GAMP em 26-08-1998. Fundada em 1990, integrando políticos e técnicos e reconhecida pela Cimeira Europeia de Estrasburgo de 30/31 de Março de 1995 (documento Europa 2000+) enquanto grupo de influência (acções de <i>lobbying</i>). Composta por uma Comissão de Eleitos das Autarquias Locais que contribuem para o financiamento da Rede. Fazem parte desta Rede, para além da AMP, a Área Metropolitana de Lisboa, o Instituto de Dinâmica do Espaço (da Universidade Nova de Lisboa), sendo os restantes membros da França, Reino Unido e Polónia.	Estudos sobre o ambiente e a economia marítima. Guia de boa prática da gestão dos estuários. Estudos para a criação de novas linhas marítimas entre os portos (linha de "feederling"-cabotagem ao longo do Arco Atlântico para o transporte de contentores). Estudo e criação de meios e soluções para a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais da costa atlântica (projecto "Gestão Integrada de Zonas Costeiras: Uma Visão Atlântica", do INTERREG IIB, que conta com a participação de 15 instituições de Portugal, Espanha, França, Reino Unido e Irlanda).

Fonte: GAMP, www.amp.pt

a) Informação recolhida entre Fevereiro e Março de 2007 no *site* da GAMP.

Anexo 4KC

Municípios, freguesias e categoria de povoação da GAMP, 2005

Municípios	N.º de Freguesias	Freguesias	Categoria de povoação		Distrito
			Cidade	Vila	
Arouca	20	Albergaria da Serra			Aveiro
		Alvarenga			
		Arouca		1513	
		Burgo			
		Cabreiros			
		Canelas			
		Chave			
		Covelo de Paivó			
		Escariz			
		Espiunca			
		Fermedo			
		Janarde			
		Mansores			
		Moldes			
		Rossas			
		Santa Eulália			
		São Miguel do Mato			
		Tropeço			
		Urrô			
		Várzea			
Espinho	5	Anta		02-07-1993	Aveiro
		Espinho	16-06-1973		
		Guetim			
		Paramos			
		Silvalde		26-08-2003	
Gondomar	12	Baguim do Monte			Porto
		Covelo			
		Fânzeres		24-08-1989	
		Foz do Sousa			
		Jovim			
		Lomba			
		Medas			
		Melres			
		Rio Tinto	30-08-1995		
		São Cosme (Gondomar)	16-08-1991		
		São Pedro da Cova		24-08-1989	
		Valbom	26-01-2005		
Maia	17	Águas Santas		23-08-1986	Porto
		Barca		a)	
		Folgosa			
		Gemunde		a)	
		Gondim		a)	
		Gueifães			

continua

continuação

Municípios	N.º de Freguesias	Freguesias	Categoria de povoação		Distrito
			Cidade	Vila	
Maia	17	Maia	23-08-1986		Porto
		Milheirós			
		Moreira		30-08-1995	
		Nogueira			
		Pedrouços			
		Santa Maria de Avioso		a)	
		São Pedro de Avioso		a)	
		São Pedro Fins			
		Silva Escura			
		Vermoim			
		Vila Nova da Telha			
Matosinhos	10	Custóias		26-08-2003	Porto
		Guifões			
		Lavra		26-08-2003	
		Leça da Palmeira	b)		
		Leça do Balio		30-06-1999	
		Matosinhos	28-06-1984		
		Perafita		02-05-2005	
		Santa Cruz do Bispo			
		São Mamede de Infesta	12-07-2001		
Porto	15	Senhora da Hora		23-08-1986	Porto
		Aldoar			
		Bonfim			
		Campanhã			
		Cedofeita			
		Foz do Douro			
		Lordelo do Ouro			
		Massarelos			
		Miragaia			
		Nevogilde			
		Paranhos			
		Ramalde			
		Santo Ildefonso			
		São Nicolau			
		Sé			
Póvoa de Varzim	12	A Ver-o-Mar	c)	26-08-2003	Porto
		Aguçadoura			
		Amorim			
		Argivai	d)		
		Balasar			
		Beiriz			
		Estela			
		Laúndos			
		Navais			
		Póvoa de Varzim	16-06-1973		
		São Pedro de Rates		02-07-1993	
		Terroso			

continua

continuação

Municípios	N.º de Freguesias	Freguesias	Categoria de povoação		Distrito
			Cidade	Vila	
Santa Maria da Feira	31	Argoncilhe		25-09-1985	Aveiro
		Arrifana		24-09-1985	
		Caldas de São Jorge		30-06-1999	
		Canedo		12-07-1997	
		Escapães			
		Espargo			
		Feira	14-08-1985		
		Fiães	12-07-2001		
		Fornos			
		Gião			
		Guisande			
		Lobão		16-08-1991	
		Louredo			
		Lourosa	12-07-2001		
		Milheirós de Poiares			
		Mosteiró			
		Mozelos		24-08-1989	
		Nogueira da Regedoura		30-06-1999	
		Paços de Brandão		25-09-1985	
		Pigeiros			
		Rio Meão		02-07-1993	
		Romariz			
		Sanfins			
		Sanguedo			
		Santa Maria de Lamas		25-09-1985	
		São João de Ver		24-08-1989	
		São Paio de Oleiros		16-08-1991	
		Souto		30-06-1999	
		Travanca			
		Vale			
		Vila Maior			
Santo Tirso	24	Agrela			Porto
		Água Longa			
		Areias			
		Aves		04-04-1955	
		Burgães			
		Campo (São Martinho)		24-07-1997	
		Carreira			
		Couto (Santa Cristina)			
		Couto (São Miguel)			
		Guimarei			
		Lama			
		Lamelas			
		Monte Cordova			
		Negrelos (São Mamede)			
		Negrelos (São Tomé)		02-07-1993	

continua

continuação

Municípios	N.º de Freguesias	Freguesias	Categoria de povoação		Distrito
			Cidade	Vila	
Santo Tirso	24	Palmeira			Porto
		Rebordões		24-07-1997	
		Refojos de Riba de Ave			
		Reguenga			
		Roriz			
		Santo Tirso	14-08-1985		
		São Salvador do Campo			
		Sequeiró			
		Vilarinho			
São João da Madeira	1	São João da Madeira	28-06-1984		Aveiro
Trofa e)	8	Alvarelos			Porto
		Bougado (Santiago)			
		Bougado (São Martinho)			
		Coronado (São Mamede)		f)	
		Coronado (São Romão)		f)	
		Covelas			
		Guidões			
		Muro			
Valongo	5	Alfena		24-08-1989	Porto
		Campo		12-07-2001	
		Ermesinde	10-08-1990		
		Sobrado		12-07-2001	
		Valongo	10-08-1990		
Vila do Conde	30	Arcos			Porto
		Árvore			
		Aveleda			
		Azurara			
		Bagunte			
		Canidelo			
		Fajozes			
		Ferreiró			
		Fornelo			
		Gião			
		Guilhabreu			
		Junqueira			
		Labruge			
		Macieira da Maia			
		Malta			
		Mindelo			
		Modivas			
		Mosteiró			
		Outeiro Maior			
		Parada			
		Retorta			

continua

continuação

Municípios	N.º de Freguesias	Freguesias	Categoria de povoação		Distrito
			Cidade	Vila	
Vila do Conde	30	Rio Mau			Porto
		Tougues			
		Touguinha			
		Touguinhó			
		Vairão			
		Vila Chã			
		Vila do Conde	01-02-1988		
		Vilar			
		Vilar de Pinheiro			
Vila Nova de Gaia g)	24	Arcozelo		01-02-1988	Porto
		Avintes		01-02-1988	
		Canelas		01-02-1988	
		Carvalhos		01-02-1988	
		Crestuma		12-07-2001	
		Grijó		01-02-1988	
		(Santa Maria de) Gulpilhares			
		Lever		12-07-2001	
		Madalena			
		Mafamude			
		(Santa Maria de) Olival		12-07-2001	
		Oliveira do Douro			
		Pedroso		24-08-1989	
		Perosinho		12-07-2001	
		Sandim		20-07-2001	
		Santa Marinha			
		São Félix da Marinha		12-07-2001	
		São Pedro da Afurada			
		(Santa Marinha de) Seixezelo			
		Sermonde			
		Serzedo		12-07-2001	
		Valadares		01-02-1988	
		Vilar de Andorinho			
		Vilar do Paraíso			

Fonte: DGAL, Administração local em números 2005

a) Integram a vila de Castelo da Maia criada em 23-08-1986.

b) Integra, em conjunto com a freguesia de Matosinhos, a cidade de Matosinhos.

c) A freguesia passa a estar oficialmente incluída na cidade com a aprovação do Plano de Urbanização pelo governo nacional.

d) Faz parte da cidade.

e) Cidade em 02-07-1996.

f) Constituíram a vila do Coronado em 24-07-1997.

g) Cidade em 28-06-1984.

Anexo 4LC

Área, perímetro, extensão máxima e altimetria por município, 2005 ^{a)}

	Área	Perímetro	Comprimento máximo		Altitude	
			Norte-Sul	Este-Oeste	Máxima	Mínima
	km ²	km		m		
Portugal	92 089,7	3 926	1 400	2 200	2 351	-
Continente	88 966,7	2 731	576	281	1 993	-
Região Norte	21 285,8	1 067	155	224	1 527	-
GAMP	1 575,0				1 220	-
Arouca	329,1	118	19	29	1 220	50
Espinho	21,1	24	7	5	100	-
Gondomar	131,9	79	23	18	470	6
Maia	83,1	68	13	15	254	36
Matosinhos	62,2	61	11	11	132	-
Porto	41,3	36	5	12	155	-
Póvoa de Varzim	82,1	64	12	17	201	-
Santa Maria da Feira	215,1	87	20	19	450	25
Santo Tirso	136,5	69	16	17	533	37
São João da Madeira	7,9	13	4	3	276	150
Trofa	71,9	41	10	11	250	25
Valongo	75,1	53	14	11	383	50
Vila do Conde	149,0	69	19	13	233	-
Vila Nova de Gaia	168,7	77	15	19	261	-

Fonte: INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)*

^{a)} Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Anexo 4MC

Planos municipais do ordenamento do território da GAMP, 2005 ^{a)}

Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT)							
	Usos do Solo identificados nos PMOT				Plano Director Municipal		
	Urbano	Equipamentos e parques urbanos	Industrial	Turismo	Ano de publicação em Diário da República	Vigência do PDM publicado em Diário da República	Processo de revisão
Continente	473 630,8*	37 458,2*	74 319,1*	17 778,6*	n.a.	n.a.	n.a.
Região Norte	175 116,7	10 991,2	15 970,1	846,7	n.a.	n.a.	n.a.
GAMP	45 059,5	5 331,8	5 883,3	127,5			
Arouca	1 770,3	-	132,9	-	1995	Parcial	Em revisão
Espinho	1 102,4	140,5	43,3	-	1994	Total	Em revisão
Gondomar	3 783,9	664,1	377,3	113,6	1995	Parcial	-
Maia	3 267,4	982,0	768,7	13,9	1994	Parcial	Em revisão
Matosinhos	2 608,9	642,3	872,5	-	1992	Parcial	Em revisão
Porto	2 855,4	925,4	142,0	-	1993	Parcial	Em revisão
Póvoa de Varzim	2 342,5	352,9	133,6	-	1995	Total	Em revisão
Santa Maria da Feira	7 358,6	419,1	529,8	-	1993	Parcial	Em revisão
Santo Tirso	3 496,6	121,5	343,8	-	1994	Parcial	Em revisão
São João da Madeira	504,4	-	117,9	-	1993	Total	-
Trofa	1 555,5	79,9	404,7	-	1994	Parcial	Em revisão
Valongo	2 272,1	163,6	554,6	-	1995	Parcial	Em revisão
Vila do Conde	3 314,6	387,0	630,8	-	1995	Parcial	Em revisão
Vila Nova de Gaia	8 826,8	453,4	831,5	-	1994	Parcial	Em revisão

Fonte: INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)*

^{a)} Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Anexo 4NC

Planos especiais e regionais do ordenamento do território da GAMP, 2005 ^{a)}

	Planos Especiais de Ordenamento do Território aprovados				Planos Regionais do Ordenamento do Território aprovados	Servições e restrições	
	Áreas protegidas	Orla costeira	Albufeiras de águas públicas	Reserva Agrícola Nacional (RAN)		Reserva Ecológica Nacional (REN)	
N.º							ha
Continente	11	9	24		7	x	x
Região Norte	1	1	5		1	x	x
GAMP	-	5	-		1	4 680,6	14 546,8
Arouca	-	-	-		-	2 329,8	13 933,8
Espinho	-	1	-		-	x	x
Gondomar	-	-	-		1	x	x
Maia	-	-	-		-	1 330,3	577,8
Matosinhos	-	1	-		-	x	x
Porto	-	-	-		-	-	-
Póvoa de Varzim	-	1	-		-	x	x
Santa Maria da Feira	-	-	-		-	x	x
Santo Tirso	-	-	-		-	x	x
São João da Madeira	-	-	-		-	33,0	35,1
Trofa	-	-	-		-	x	x
Valongo	-	-	-		-	987,4	x
Vila do Conde	-	1	-		-	x	x
Vila Nova de Gaia	-	1	-		-	x	x

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)

^{a)} Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Anexo 4OC

Variação populacional e suas componentes por NUTS III, 2005

	Acréscimo populacional	Saldo natural	Saldo migratório	Taxa de crescimento efectivo (%)	Taxa de crescimento natural (%)	Taxa de crescimento migratório (%)
Portugal	40 337	1 937	38 400	0,38	0,02	0,36
Continente	38 324	1 100	37 224	0,38	0,01	0,37
Norte	10 868	4 836	6 032	0,29	0,13	0,16
Minho Lima	430	- 767	1 197	0,17	-0,30	0,47
Cávado	3 004	1 660	1 344	0,74	0,41	0,33
Ave	2 362	1 323	1 039	0,45	0,25	0,20
Grande Porto	3 984	2 781	1 203	0,31	0,22	0,09
Tâmega	1 846	1 938	- 92	0,33	0,35	-0,02
Entre Douro e Vouga	1 659	479	1 180	0,58	0,17	0,41
Douro	-1 455	-1 132	- 323	-0,67	-0,52	-0,15
Alto Trás os Montes	- 962	-1 446	484	-0,44	-0,66	0,22
Centro	6 216	-5 990	12 206	0,26	-0,25	0,51
Baixo Vouga	2 396	261	2 135	0,61	0,07	0,54
Baixo Mondego	- 761	- 690	- 71	-0,23	-0,21	-0,02
Pinhal Litoral	2 233	202	2 031	0,85	0,08	0,77
Pinhal Interior Norte	- 33	- 919	886	-0,02	-0,67	0,64
Dão Lafões	1 061	- 716	1 777	0,37	-0,25	0,61
Pinhal Interior Sul	- 554	- 580	26	-1,31	-1,37	0,06
Serra da Estrela	- 234	- 429	195	-0,48	-0,88	0,40
Beira Interior Norte	- 616	- 813	197	-0,55	-0,72	0,18
Beira Interior Sul	- 608	- 745	137	-0,80	-0,99	0,18
Cova da Beira	- 263	- 413	150	-0,28	-0,45	0,16
Oeste	3 160	- 309	3 469	0,89	-0,09	0,98
Médio Tejo	435	- 839	1 274	0,19	-0,36	0,55
Lisboa	17 493	6 241	11 252	0,63	0,23	0,41
Grande Lisboa	8 827	4 597	4 230	0,44	0,23	0,21
Península de Setúbal	8 666	1 644	7 022	1,14	0,22	0,92
Alentejo	-1 551	-4 093	2 542	-0,20	-0,53	0,33
Alentejo Litoral	- 416	- 591	175	-0,43	-0,61	0,18
Alto Alentejo	-1 007	-1 028	21	-0,83	-0,85	0,02
Alentejo Central	- 290	- 858	568	-0,17	-0,50	0,33
Baixo Alentejo	- 778	- 937	159	-0,60	-0,72	0,12
Lezíria do Tejo	940	- 679	1 619	0,38	-0,27	0,65
Algarve	5 298	106	5 192	1,28	0,03	1,25
R.A. Açores	1 101	580	521	0,46	0,24	0,22
R.A. Madeira	912	257	655	0,37	0,11	0,27

Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente, 2005

Anexo 4PC

População residente por município da GAMP, segundo os grandes grupos etários e o sexo, 31-12-2005 ^{a)}

	Total			Grupos etários					
				0 a 14 anos			15 a 24 anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	10 569 592	5 115 742	5 453 850	1 644 231	843 637	800 594	1 293 031	658 853	634 178
Continente	10 082 154	4 880 069	5 202 085	1 552 128	796 296	755 832	1 217 883	620 286	597 597
Região Norte	3 737 791	1 809 095	1 928 696	612 961	314 433	298 528	493 389	251 129	242 260
GAMP	1 576 943	757 968	818 975	253 655	129 827	123 828	192 792	97 976	94 816
Arouca	23 950	11 723	12 227	3 867	1 958	1 909	3 452	1 782	1 670
Espinho	31 202	15 115	16 087	4 736	2 471	2 265	3 782	1 958	1 824
Gondomar	170 621	83 030	87 591	27 828	14 262	13 566	20 901	10 567	10 334
Maia	133 048	64 502	68 546	22 986	11 726	11 260	15 868	8 108	7 760
Matosinhos	168 837	81 663	87 174	26 112	13 374	12 738	20 435	10 422	10 013
Porto	233 465	105 827	127 638	30 871	15 782	15 089	25 576	12 929	12 647
Póvoa de Varzim	65 882	31 741	34 141	12 240	6 278	5 962	8 967	4 547	4 420
Santa Maria da Feira	143 822	70 483	73 339	24 561	12 640	11 921	18 519	9 337	9 182
Santo Tirso	71 331	34 632	36 699	11 125	5 698	5 427	9 087	4 660	4 427
São João da Madeira	21 641	10 237	11 404	3 538	1 755	1 783	2 777	1 407	1 370
Trofa	39 624	19 405	20 219	6 778	3 413	3 365	5 519	2 801	2 718
Valongo	92 819	45 157	47 662	15 828	8 168	7 660	11 766	5 899	5 867
Vila do Conde	76 427	37 383	39 044	13 174	6 811	6 363	10 030	5 101	4 929
Vila Nova de Gaia	304 274	147 070	157 204	50 011	25 491	24 520	36 113	18 458	17 655

continua

continuação

	Grupos etários											
	25-64 anos				65 e mais anos				75 e mais anos			
	HM	H	M		HM	H	M		HM	H	M	
Portugal	5 822 230	2 856 279	2 965 951		1 810 100	756 973	1 053 127		793 761	302 312	491 449	
Continente	5 564 423	2 730 166	2 834 257		1 747 720	733 321	1 014 399		767 158	293 144	474 014	
Região Norte	2 074 257	1 012 734	1 061 523		557 184	230 799	326 385		239 847	90 027	149 820	
GAMP	905 799	438 524	467 275		224 697	91 641	133 056		93 595	33 682	59 913	
Arouca	12 769	6 372	6 397		3 862	1 611	2 251		1 965	783	1 182	
Espinho	17 838	8 661	9 177		4 846	2 025	2 821		1 980	739	1 241	
Gondomar	99 924	48 942	50 982		21 968	9 259	12 709		8 757	3 296	5 461	
Maia	77 289	37 493	39 796		16 905	7 175	9 730		6 765	2 464	4 301	
Matosinhos	98 885	48 108	50 777		23 405	9 759	13 646		9 420	3 414	6 006	
Porto	129 989	59 967	70 022		47 029	17 149	29 880		21 905	6 997	14 908	
Póvoa de Varzim	36 644	17 748	18 896		8 031	3 168	4 863		3 337	1 199	2 138	
Santa Maria da Feira	82 397	40 746	41 651		18 345	7 760	10 585		7 300	2 754	4 546	
Santo Tirso	41 029	20 001	21 028		10 090	4 273	5 817		3 983	1 531	2 452	
São João da Madeira	12 336	5 801	6 535		2 990	1 274	1 716		1 201	459	742	
Trofa	22 754	11 238	11 516		4 573	1 953	2 620		1 815	682	1 133	
Valongo	54 322	26 460	27 862		10 903	4 630	6 273		4 021	1 493	2 528	
Vila do Conde	43 314	21 373	21 941		9 909	4 098	5 811		4 019	1 478	2 541	
Vila Nova de Gaia	176 309	85 614	90 695		41 841	17 507	24 334		17 127	6 393	10 734	

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)

a) Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Anexo 4QC

Movimento da população por município da GAMP, 2005 ^{a)}

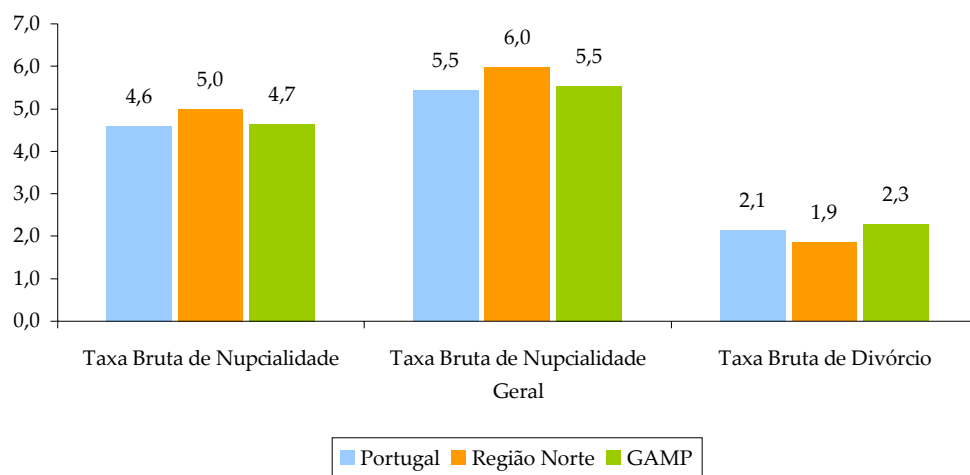
	Nados-vivos			Óbitos			Casamentos			População estrangeira que solicitou estatuto de residente		
							Celebrados		Por divórcio			
	HM	H	M	HM	H	M	Total	Total		HM	H	M
Portugal	109399	56612	52787	107 462	55 484	51 978	48 671	69 004	22 576	13 862	6 048	7 814
Continente	103420	53507	49913	102 323	52 761	49 562	45 791	65 643	21 415	13 164	5 696	7 468
Região Norte	37306	19257	18049	32 471	16 710	15 761	18 680	21 516	6 918	1 382	628	754
GAMP	16251	8366	7885	12842	6518	6324	7 335	9 355	3 590	648	311	337
Arouca	216	105	111	238	111	127	130	109	27	1	-	1
Espinho	316	177	139	309	146	163	173	219	77	32	13	19
Gondomar	1680	868	812	1 187	630	557	702	877	314	25	8	17
Maia	1635	812	823	858	466	392	577	752	334	45	20	25
Matosinhos	1739	894	845	1 394	731	663	776	1 147	493	40	22	18
Porto	2189	1149	1040	2 963	1 407	1 556	1 066	1 710	564	216	108	108
Póvoa de Varzim	747	407	340	509	274	235	384	343	110	17	9	8
Santa Maria da Feira	1438	754	684	984	498	486	662	746	296	63	21	42
Santo Tirso	604	323	281	607	303	304	389	403	125	14	11	3
São João da Madeira	226	115	111	161	80	81	95	152	70	23	9	14
Trofa	397	201	196	262	139	123	192	202	75	13	7	6
Valongo	1042	544	498	585	299	286	432	484	190	14	5	9
Vila do Conde	870	447	423	604	305	299	454	427	151	19	10	9
Vila Nova de Gaia	3152	1570	1582	2 181	1 129	1 052	1 303	1 784	764	126	68	58

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)

^{a)} Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Anexo 4RC

Taxas de nupcialidade, nupcialidade geral e divórcio da GAMP, 2005 ^{a)}



Fonte: INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)*

^{a)} Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Anexo 4SC

Evolução intercensitária da população da AMP, por sexo e grupo etário, 1981-2001 (%)

	Crescimento da população residente total (1981-1991) e decomposição por sexo e grupo etário							Crescimento da população residente total (1991-2001) e decomposição por sexo e grupo etário						
	Total	H	M	0-14	15-24	25-64	65+	Total	H	M	0-14	15-24	25-64	65+
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	7,2	3,7	3,5	-5,8	0,7	10,7	1,6	9,6	4,7	4,9	-2,5	-1,9	10,5	3,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	4,5	2,3	2,2	-5,3	0,2	7,5	2,1	8,0	3,8	4,1	-2,4	-1,9	8,6	3,6
Espinho	7,9	4,1	3,8	-5,6	0,3	10,3	2,9	-3,6	-1,7	-1,9	-5,4	-4,1	2,4	3,6
Gondomar	9,5	4,6	4,9	-5,1	0,9	11,4	2,3	14,6	6,8	7,8	-1,1	-1,3	13,1	3,8
Maia	14,0	6,8	7,3	-3,5	2,1	13,0	2,5	28,9	13,8	15,1	1,2	0,7	22,4	4,6
Matosinhos	11,1	5,2	6,0	-3,4	0,8	11,5	2,2	10,1	4,8	5,3	-3,0	-0,6	9,3	4,5
Porto	-7,6	-3,4	-4,2	-6,3	-1,9	-1,1	1,7	-13,0	-6,0	-7,0	-5,5	-4,3	-5,2	2,1
Póvoa de Varzim	1,0	0,5	0,5	-7,5	-0,1	6,7	1,9	15,8	7,9	8,0	-1,8	-0,6	14,6	3,7
Valongo	15,5	7,7	7,8	-4,7	3,2	14,8	2,3	16,0	7,7	8,3	-1,5	-1,2	14,4	4,2
Vila do Conde	0,7	0,3	0,4	-7,4	-0,6	7,1	1,6	14,7	7,1	7,6	-1,7	-1,3	13,9	3,9
Vila Nova de Gaia	9,8	5,0	4,8	-4,8	1,1	11,1	2,3	16,2	7,7	8,5	-0,4	-1,2	13,6	4,2
Região envolvente da AMP	7,2	3,7	3,5	-5,8	0,7	10,7	1,6	10,9	5,4	5,5	-2,5	-1,9	12,1	3,3
envolvente Norte	9,8	5,0	4,8	-5,2	1,2	12,0	1,8	11,3	5,6	5,8	-2,9	-1,7	12,4	3,5
envolvente Este	3,0	1,5	1,4	-7,0	0,3	8,6	1,1	10,0	4,9	5,0	-2,3	-2,3	11,9	2,7
envolvente Sul	8,3	4,3	4,0	-5,1	-0,1	11,3	2,2	11,6	5,8	5,8	-1,9	-1,9	11,7	3,6
Portugal	0,3	0,2	0,2	-5,5	-0,2	3,8	2,2	5,0	2,5	2,5	-3,2	-1,3	5,9	3,6

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4TC

Balanço demográfico da AMP, 1981-2001

	População residente	Nados-vivos	Óbitos	1982 a 1991		Saldo natural	Saldo migratório	População residente	Nados-vivos	Óbitos	1992 a 2001		Saldo migratório	População residente
	31-12-1981			1982 a 1991				31-12-1991			1992 a 2001			31-12-2001
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	2 409 270	377 293	192 256	185 037	- 31 884	2 562 423	377 771	227 473	150 298	48 935	2 761 656			
Área Metropolitana do Porto (AMP)	1 125 430	158 281	95 776	62 505	- 7 239	1 180 696	159 002	114 150	44 852	28 259	1 253 807			
Espinho	32 730	4 864	2 577	2 287	- 63	34 954	4 650	3 228	1 422	- 3 399	32 977			
Gondomar	131 820	18 754	9 719	9 035	4 585	145 440	20 345	12 409	7 936	10 776	164 142			
Maia	82 300	11 939	6 421	5 518	7 429	95 247	15 031	8 200	6 831	19 396	121 474			
Matosinhos	137 420	19 976	11 128	8 848	7 096	153 364	20 574	13 730	6 844	6 005	166 213			
Porto	328 800	40 313	33 229	7 084	- 33 758	302 126	32 086	36 419	- 4 333	- 41 547	256 246			
Póvoa de Varzim	54 890	9 432	4 310	5 122	- 4 390	55 622	9 508	5 182	4 326	3 495	63 443			
Valongo	64 830	10 536	4 351	6 185	4 549	75 564	10 805	5 703	5 102	5 477	86 143			
Vila do Conde	64 880	10 061	5 244	4 817	- 3 976	65 721	9 917	6 110	3 807	4 683	74 211			
Vila Nova de Gaia	227 760	32 406	18 797	13 609	11 289	252 658	36 086	23 169	12 917	23 383	288 958			
Região envolvente da AMP	1 283 840	219 012	96 480	122 532	- 24 645	1 381 727	218 769	113 323	105 446	20 676	1 507 849			
envolvente Norte	611 210	105 634	45 054	60 580	1 930	673 720	105 367	53 372	51 995	12 054	737 769			
envolvente Este	436 670	78 007	33 568	44 439	- 30 111	450 998	76 948	38 327	38 621	- 2 088	487 531			
envolvente Sul	235 960	35 371	17 858	17 513	3 536	257 009	36 454	21 624	14 830	10 710	282 549			
Portugal	9 883 940	1 291 302	973 492	317 810	- 236 435	9 965 315	1 246 790	1 149 361	97 429	266 596	10 329 340			

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4UC

População residente da AMP, por sexo e grupo etário, 2001

	População residente	H	M	0 - 14	15 - 24	25 - 64	+ 65
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	2 772 561	1 343 359	1 429 202	500 833	422 431	1 516 847	332 450
Área Metropolitana do Porto (AMP)	1 260 680	603 985	656 695	205 776	181 396	707 916	165 592
Espinho	33 701	16 218	17 483	5 134	4 898	18 778	4 891
Gondomar	164 096	80 103	83 993	28 411	23 641	94 065	17 979
Maia	120 111	58 387	61 724	20 940	16 794	69 733	12 644
Matosinhos	167 026	80 959	86 067	26 686	24 035	95 807	20 498
Porto	263 131	119 715	143 416	34 584	36 850	140 694	51 003
Póvoa de Varzim	63 470	30 542	32 928	12 081	10 231	34 031	7 127
Valongo	86 005	41 915	44 090	15 349	13 060	49 173	8 423
Vila do Conde	74 391	36 338	38 053	13 369	11 276	41 066	8 680
Vila Nova de Gaia	288 749	139 808	148 941	49 222	40 611	164 569	34 347
Região envolvente da AMP	1 511 881	739 374	772 507	295 057	241 035	808 931	166 858
envolvente Norte	739 328	360 149	379 179	141 533	119 345	398 559	79 891
envolvente Este	489 568	241 081	248 487	102 642	80 031	253 678	53 217
envolvente Sul	282 985	138 144	144 841	50 882	41 659	156 694	33 750
Portugal	10 356 117	5 000 141	5 355 976	1 656 602	1 479 587	5 526 435	1 693 493

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4VC

Indicadores demográficos da AMP, 2001 (%)

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento	Índice de renovação da população activa
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	43,0	25,8	17,1	66,4	1,8
Área Metropolitana do Porto (AMP)	41,8	23,1	18,6	80,5	1,6
Espinho	42,3	21,7	20,7	95,3	1,4
Gondomar	39,4	24,1	15,3	63,3	1,7
Maia	38,8	24,2	14,6	60,4	1,8
Matosinhos	39,4	22,3	17,1	76,8	1,5
Porto	48,2	19,5	28,7	147,5	1,3
Póvoa de Varzim	43,4	27,3	16,1	59,0	2,0
Valongo	38,2	24,7	13,5	54,9	1,9
Vila do Conde	42,1	25,5	16,6	64,9	1,7
Vila Nova de Gaia	40,7	24,0	16,7	69,8	1,7
Região envolvente da AMP	44,0	28,1	15,9	56,6	2,0
envolvente Norte	42,8	27,3	15,4	56,4	2,1
envolvente Este	46,7	30,8	15,9	51,8	2,2
envolvente Sul	42,7	25,7	17,0	66,3	1,7
Portugal	47,8	23,6	24,2	102,2	1,4

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4WC

Nível de qualificação académica da população residente da AMP, 2001

	Sem qualificação académica	Básico			Secundário	Médio	Superior
		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo			
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	686 303	827 109	455 800	354 704	274 995	15 329	158 321
Área Metropolitana do Porto (AMP)	275 248	356 350	169 926	185 445	160 979	10 129	102 603
Espinho	8 215	9 812	4 826	4 477	3 706	304	2 361
Gondomar	37 026	49 212	23 579	25 188	19 657	826	8 608
Maia	26 394	32 633	15 369	18 230	16 576	904	10 005
Matosinhos	35 720	47 488	20 872	25 806	22 521	1 224	13 395
Porto	48 714	66 696	27 368	38 556	40 632	3 830	37 335
Póvoa de Varzim	15 924	18 361	12 134	7 530	5 828	372	3 321
Valongo	19 378	25 927	13 157	12 954	9 934	413	4 242
Vila do Conde	18 692	23 444	13 711	8 704	6 150	304	3 386
Vila Nova de Gaia	65 185	82 777	38 910	44 000	35 975	1 952	19 950
Região envolvente da AMP	411 055	470 759	285 874	169 259	114 016	5 200	55 718
envolvente Norte	188 601	220 290	137 428	91 173	65 233	3 417	33 186
envolvente Este	150 302	163 917	95 925	42 890	24 738	839	10 957
envolvente Sul	75 152	86 552	52 521	35 196	24 045	944	11 575
Portugal	2 732 254	2 882 955	1 430 146	1 426 255	1 143 448	66 965	674 094

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4XC

Indicadores do sistema de ensino da AMP, 2001-2002

	(População estudante residente / População activa) x 100	(População estudante matriculada / População activa) x 100	Alunos matriculados / Docente			Taxas de participação			
			Básico 1.º ciclo	Básico 2.º ciclo	Básico 3.º ciclo e secundário	Total	Básico	Secundário	Superior
2001			2001/2002			2001			
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	37,2	38,0	14,7	8,3	9,4	72,3	108,9	84,2	31,7
Área Metropolitana do Porto (AMP)	37,1	40,8	14,7	7,4	8,6	78,6	109,4	98,7	42,4
Espinho	37,0	38,6	15,2	8,0	8,8	76,0	108,8	96,4	38,6
Gondomar	36,7	22,7	15,1	8,5	8,6	50,5	46,5	101,0	35,7
Maia	35,6	27,1	14,9	7,4	8,8	66,4	74,2	104,9	44,4
Matosinhos	38,0	27,5	13,8	6,7	7,2	60,2	61,3	105,6	42,6
Porto	40,6	93,5	14,2	6,3	8,3	68,1	59,8	106,2	62,0
Póvoa de Varzim	36,8	32,3	14,1	8,0	8,2	127,7	251,4	73,3	26,9
Valongo	36,9	30,3	15,1	7,4	10,7	112,0	200,0	93,8	33,7
Vila do Conde	35,1	28,5	14,2	8,1	9,5	148,8	300,0	76,4	25,1
Vila Nova de Gaia	35,4	28,6	15,7	8,2	8,9	77,2	107,8	99,2	38,9
Região envolvente da AMP	37,2	35,6	14,7	9,1	10,2	67,7	108,5	73,7	23,4
envolvente Norte	37,6	37,5	14,8	8,8	10,1	70,6	109,3	80,8	28,0
envolvente Este	38,2	35,8	14,3	9,6	10,7	62,0	107,2	57,7	15,0
envolvente Sul	34,6	30,3	15,4	8,6	9,7	70,5	108,7	85,3	26,3
Portugal	38,3	37,3	13,0	7,5	8,7	76,8	112,1	97,9	36,1

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Nota: As taxas de participação correspondem à relação entre a população a frequentar um determinado nível de ensino e a população do grupo etário específico. Considerou-se, como grupo etário específico, para o ensino básico, o grupo dos 6 aos 14 anos de idade, para o ensino secundário, o grupo dos 15 aos 17 anos de idade, e para o ensino superior, o grupo dos 18 aos 24 anos de idade.

Anexo 4YC

População activa da AMP, por nível de instrução, 2001

	Sem nível de ensino	Básico			Secundário	Médio	Superior
		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo			
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	14 310	472 531	288 518	174 755	265 643	9 206	187 427
Área Metropolitana do Porto (AMP)	6 043	187 852	96 702	79 909	149 187	5 886	121 812
Espinho	198	5 446	2 871	2 081	3 257	151	2 704
Gondomar	683	26 112	13 562	11 487	20 818	571	11 275
Maia	564	18 415	8 962	7 982	16 207	682	12 719
Matosinhos	876	24 409	11 097	10 610	21 397	813	16 526
Porto	1 372	29 231	12 769	13 347	27 746	1 721	40 358
Póvoa de Varzim	243	10 690	7 913	4 176	5 443	212	3 744
Valongo	354	14 141	8 109	5 952	10 772	290	5 568
Vila do Conde	356	13 459	9 184	4 884	6 254	193	3 996
Vila Nova de Gaia	1 397	45 949	22 235	19 390	37 293	1 253	24 922
Região envolvente da AMP	8 267	284 679	191 816	94 846	116 456	3 320	65 615
envolvente Norte	3 498	134 262	92 524	49 477	66 128	2 145	39 000
envolvente Este	3 330	98 973	63 886	25 991	25 034	499	12 674
envolvente Sul	1 439	51 444	35 406	19 378	25 294	676	13 941
Portugal	89 102	1 531 043	810 947	629 360	1 109 059	35 023	785 674

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4ZC

Crescimento do nível de instrução da população activa da AMP, 1991-2001 (%)

	Sem nível de ensino	Básico			Secundário	Médio	Superior
		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo			
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	-47,7	-19,8	16,6	36,0	133,9	-66,0	143,2
Área Metropolitana do Porto (AMP)	-40,6	-23,8	2,0	8,8	109,7	-62,3	117,3
Espinho	-46,6	-27,2	-0,1	-4,8	65,1	-72,1	90,8
Gondomar	-45,6	-18,7	9,1	22,6	157,3	-63,7	180,1
Maia	-36,8	-17,3	15,4	37,8	190,3	-42,1	260,3
Matosinhos	-34,9	-25,8	-5,6	0,3	108,6	-58,0	135,9
Porto	-34,6	-41,5	-28,4	-32,0	24,5	-68,3	56,6
Póvoa de Varzim	-61,1	-13,1	26,6	76,0	151,3	-64,2	158,7
Valongo	-37,3	-18,5	12,4	29,3	156,2	-63,6	189,1
Vila do Conde	-49,3	-17,6	15,5	68,2	193,9	-62,2	205,7
Vila Nova de Gaia	-39,7	-17,6	7,2	21,4	158,0	-59,1	158,8
Região envolvente da AMP	-51,4	-16,9	25,6	72,3	174,2	-71,1	212,5
envolvente Norte	-53,1	-18,8	20,8	59,6	164,7	-67,9	198,9
envolvente Este	-51,5	-13,6	38,7	126,8	204,5	-81,6	269,5
envolvente Sul	-46,4	-18,2	17,7	53,8	173,2	-67,8	208,4
Portugal	-50,2	-19,6	44,0	32,2	126,7	-67,6	136,9

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4AD

Crescimento da população desempregada total da AMP (1991-2001) e decomposição por sexo, grupo etário e nível de instrução (%)

	1991- 2001	H	M	15 - 24	25 - 44	45 - 64	+ 65	Básico ou inferior	Secundário	Superior
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	56,8	24,2	32,6	2,3	26,3	28,9	-0,6	24,8	21,5	10,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	51,4	25,0	26,4	2,6	22,6	26,9	-0,7	17,4	22,9	11,0
Espinho	5,1	14,2	-9,1	-8,2	5,3	10,9	-2,9	-16,9	14,6	7,4
Gondomar	72,1	36,1	36,0	7,3	36,0	29,3	-0,5	33,2	28,1	10,7
Maia	99,2	39,9	59,3	9,0	46,4	44,0	-0,2	43,8	37,0	18,3
Matosinhos	26,3	13,7	12,7	-4,5	6,6	24,8	-0,6	0,5	17,4	8,5
Porto	30,3	19,2	11,0	-2,2	12,4	20,7	-0,7	3,6	16,4	10,3
Póvoa de Varzim	57,8	29,3	28,5	11,9	31,5	16,5	-2,0	27,8	20,9	9,1
Valongo	39,8	20,2	19,6	4,3	13,8	21,9	-0,2	8,5	22,9	8,3
Vila do Conde	77,5	22,0	55,6	8,9	34,2	35,9	-1,4	45,2	19,8	12,5
Vila Nova de Gaia	80,4	34,8	45,6	8,6	37,0	35,3	-0,5	35,1	31,8	13,5
Região envolvente da AMP	64,5	23,1	41,4	1,9	31,4	31,7	-0,5	35,3	19,6	9,6
envolvente Norte	73,8	30,1	43,7	1,8	32,2	40,0	-0,2	39,1	22,5	12,0
envolvente Este	42,3	7,6	34,7	-2,8	27,9	18,1	-0,9	24,7	12,6	5,1
envolvente Sul	80,1	32,6	47,5	11,3	36,1	33,3	-0,6	44,8	24,7	10,6
Portugal	26,6	13,3	13,3	-2,5	12,8	16,8	-0,6	2,7	15,9	8,0

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4BD

Crescimento da população empregada total da AMP (1991-2001) e decomposição por sexo, grupo etário e nível de instrução (%)

	Total	H	M	15 - 24	25 - 44	45 - 64	+ 65	Básico ou inferior	Secundário	Superior
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	13,0	4,7	8,3	-8,5	12,2	9,0	0,3	-6,3	11,9	7,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	10,8	2,7	8,1	-6,5	8,1	8,9	0,3	-12,0	13,1	9,7
Espinho	-2,3	-4,6	2,3	-9,1	-1,9	8,4	0,3	-14,4	7,1	5,1
Gondomar	19,0	5,9	13,2	-6,8	14,3	11,2	0,3	-7,7	17,8	8,9
Maia	35,4	16,3	19,1	-5,1	25,5	14,3	0,6	-4,7	21,7	18,4
Matosinhos	11,4	2,7	8,7	-5,1	4,9	11,3	0,4	-14,2	14,4	11,2
Porto	-15,0	-10,8	-4,3	-6,8	-9,7	1,3	0,2	-25,3	2,9	7,4
Póvoa de Varzim	21,6	10,5	11,2	-7,4	18,2	10,5	0,3	2,4	12,0	7,2
Valongo	21,0	7,8	13,0	-7,3	16,2	11,8	0,3	-4,9	17,4	8,5
Vila do Conde	16,0	7,0	9,0	-9,1	14,0	10,7	0,5	-3,6	12,5	7,1
Vila Nova de Gaia	20,8	7,7	13,1	-6,0	15,4	11,0	0,4	-7,8	17,8	10,8
Região envolvente da AMP	14,9	6,5	8,5	-10,1	15,7	9,1	0,3	-1,4	11,0	5,4
envolvente Norte	14,9	6,8	8,2	-9,8	14,3	10,2	0,2	-3,4	12,1	6,3
envolvente Este	15,0	5,9	9,1	-10,8	18,8	6,8	0,2	3,2	8,3	3,5
envolvente Sul	14,9	6,6	8,3	-9,9	14,3	10,0	0,4	-3,6	12,3	6,2
Portugal	12,6	2,9	9,7	-4,6	10,3	6,4	0,5	-9,3	13,3	8,7

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4CD

Principais indicadores sócio-demográficos da AMP e região envolvente e Portugal, 2000-2001

	Área	População residente	População empregada na unidade territorial	Deslocações pendulares para a AMP ^{a)}	Densidade populacional	Densidade emprego	Exportações
	2001						
	Km ²	N.º		%	Hab/Km ²	Emp/Km ²	10 ⁶ Euros
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	4 395	2 772 561	1 310 160	16,8	630,9	298,1	10 880,5
	815	1 260 680	610 116	30,3	1 547,3	748,8	3 452,0
Área Metropolitana do Porto (AMP)							
Espinho	21	33 701	13 241	18,7	1 596,5	627,3	24,7
Gondomar	131	164 096	44 271	47,1	1 248,5	336,8	106,8
Maia	83	120 111	61 495	39,4	1 443,2	738,9	627,7
Matosinhos	62	167 026	71 621	37,7	2 698,0	1 156,9	370,1
Porto	42	263 131	218 101	17,3	6 337,4	5 252,9	452,6
Póvoa de Varzim	82	63 470	27 344	18,1	773,5	333,2	86,1
Valongo	76	86 005	29 379	42,1	1 134,4	387,5	222,1
Vila do Conde	149	74 391	32 360	15,8	499,2	217,2	657,5
Vila Nova de Gaia	169	288 749	112 304	27,0	1 711,8	665,8	904,4
Região envolvente da AMP	3 580	1 511 881	700 044	5,9	422,3	195,6	7 428,5
envolvente Norte	1 333	739 328	364 993	3,5	554,7	273,9	4 156,1
envolvente Este	1 713	489 568	192 142	10,0	285,8	112,2	1 026,8
envolvente Sul	534	282 985	142 909	6,1	529,9	267,6	2 245,5
Portugal	92 152	10 356 117	6 232 468	-	112,4	67,6	26 247,2

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

^{a)} Em % da população residente empregada na região de origem.

Anexo 4DD

Indicadores do parque habitacional da AMP, 2001

	Famílias clássicas por alojamento	Densidade de alojamentos (alojamentos/Km ²)	Densidade de edifícios (edifícios/Km ²)	Índice de envelhecimento dos edifícios	Alojamentos por edifício	Proporção de alojamentos clássicos de residência habitual ocupados pelo proprietário
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	0,81	254,0	152,9	84,6	1,7	69,2
Área Metropolitana do Porto (AMP)	0,81	664,9	325,8	139,2	2,0	65,8
Espinho	0,80	690,6	380,4	102,5	1,8	66,3
Gondomar	0,84	500,7	269,8	94,3	1,9	69,3
Maia	0,83	584,5	293,8	79,9	2,0	72,9
Matosinhos	0,85	1093,0	543,6	164,6	2,0	65,7
Porto	0,80	3123,9	1164,1	709,6	2,7	50,0
Póvoa de Varzim	0,66	372,2	185,6	58,5	2,0	74,9
Valongo	0,84	441,9	227,8	62,4	1,9	72,7
Vila do Conde	0,77	208,7	137,0	64,5	1,5	77,3
Vila Nova de Gaia	0,80	732,4	377,8	105,3	1,9	70,2
Região envolvente da AMP	0,81	160,7	113,6	61,3	1,4	72,4
envolvente Norte	0,81	209,4	136,5	52,7	1,5	70,6
envolvente Este	0,81	107,3	84,3	69,8	1,3	70,8
envolvente Sul	0,82	210,6	150,6	65,2	1,4	79,7
Portugal	0,72	54,8	34,3	98,7	1,6	75,7

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4ED

Famílias clássicas, alojamentos e edifícios da AMP, 2001

	Famílias clássicas			Alojamentos			Edifícios		
	2001	crescimento		2001	crescimento		2001	crescimento	
		(1981-1991)	(1991-2001)		(1981-1991)	(1991-2001)		(1981-1991)	(1991-2001)
	N.º	%		N.º	%		N.º	%	
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	901 111	17,9	25,1	1 115 514	29,9	30,4	671 343	19,5	14,5
Área Metropolitana do Porto (AMP)	436 346	15,1	23,4	540 337	28,6	30,4	264 744	16,8	11,3
Espinho	11 584	32,4	4,9	14 571	41,1	9,8	8 027	18,6	-0,2
Gondomar	54 567	20,5	28,6	65 335	30,0	40,5	35 204	19,2	17,4
Maia	40 569	25,4	51,9	48 744	33,1	61,2	24 500	17,2	24,5
Matosinhos	57 771	19,4	24,1	67 766	35,6	28,5	33 703	36,1	4,9
Porto	100 696	1,8	1,4	125 267	14,2	10,0	46 681	9,6	-3,4
Póvoa de Varzim	20 164	10,6	34,9	30 524	50,8	31,0	15 219	20,5	15,5
Valongo	28 070	30,2	31,3	33 455	31,6	43,4	17 246	25,2	16,4
Vila do Conde	23 829	6,4	42,2	31 113	31,4	36,4	20 422	13,5	20,8
Vila Nova de Gaia	99 096	23,7	33,0	123 562	35,6	40,1	63 742	10,6	16,1
Região envolvente da AMP	464 765	20,7	26,7	575 177	31,1	30,4	406 599	21,3	16,8
envolvente Norte	224 865	22,7	28,5	278 946	35,2	33,5	181 897	23,6	17,1
envolvente Este	148 116	15,6	23,0	183 830	23,9	25,5	144 356	17,2	17,3
envolvente Sul	91 784	25,1	28,4	112 401	34,6	31,2	80 346	24,0	15,0
Portugal	3 650 757	7,6	16,0	5 046 744	21,7	20,7	3 160 043	14,4	10,2

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4FD

Indicadores de caracterização empresarial da AMP, 2000-2001

	Sociedades com sede		Pessoal ao serviço		Volume de vendas	
	1996	2001	1995	2000	1995	2000
	N.º		N.º de indivíduos		Milhares de euros	
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	61 108	79 948	757 451	764 632	43 038 686	66 966 182
Área Metropolitana do Porto (AMP)	34 555	42 099	365 636	366 498	25 501 822	40 890 171
Espinho	816	999	6 946	6 725	299 299	465 457
Gondomar	2 596	3 408	19 516	19 343	846 695	1 356 570
Maia	3 035	4 142	39 730	40 608	3 293 304	5 900 662
Matosinhos	4 532	5 514	52 434	59 647	3 240 003	6 608 215
Porto	14 080	15 086	141 656	133 158	12 296 560	17 665 373
Póvoa de Varzim	1 376	1 770	14 027	13 773	550 719	776 458
Valongo	1 419	1 970	12 392	11 885	563 671	833 564
Vila do Conde	1 290	1 876	20 269	20 039	1 098 468	1 906 855
Vila Nova de Gaia	5 411	7 334	58 666	61 320	3 313 102	5 377 017
Região envolvente da AMP	26 553	37 849	391 815	398 134	17 536 864	26 076 011
envolvente Norte	14 070	19 512	213 246	209 860	9 634 277	14 136 290
envolvente Este	5 916	9 916	89 072	96 541	3 148 247	4 717 823
envolvente Sul	6 567	8 421	89 497	91 733	4 754 340	7 221 898
Portugal	246 641	308 681	2 322 224	2 446 510	174 150 922	268 093 358

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4GD

Área infra-estruturada da AMP para acolhimento empresarial, 2002

	Km²	em % da área total
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	81,96	1,87
Área Metropolitana do Porto (AMP)	30,13	3,70
Espinho	0,18	0,85
Gondomar	0,84	0,64
Maia	7,12	8,55
Matosinhos	3,68	5,94
Porto	0,00	0,00
Póvoa de Varzim	4,54	5,53
Valongo	0,10	0,13
Vila do Conde	5,75	3,86
Vila Nova de Gaia	7,92	4,70
Região envolvente da AMP	51,83	1,45
envolvente Norte	31,85	2,39
envolvente Este	16,37	0,96
envolvente Sul	3,61	0,68
Portugal	248,87	0,27

Fonte: INE, *Retrato da Área Metropolitana do Porto*

Anexo 4HD

Mobilidade casa-trabalho da AMP, 2001

	População empregada que reside na unidade territorial ^{a)}	População empregada na unidade territorial ^{b)}	População que reside e trabalha na mesma unidade territorial	Densidade de emprego	Densidade de emprego na indústria e construção
	N.º de indivíduos			Indivíduos/Km2	
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	1 319 746	1 310 160	1 265 456	298,1	115,9
Área Metropolitana do Porto (AMP)	595 261	610 116	546 692	748,8	270,0
Espinho	15 529	13 241	8 681	627,3	219,9
Gondomar	78 030	44 271	36 621	336,8	148,4
Maia	61 104	61 495	32 022	738,9	343,4
Matosinhos	78 836	71 621	44 367	1156,9	384,8
Porto	113 556	218 101	85 615	5252,9	1 186,8
Póvoa de Varzim	30 377	27 344	21 461	333,2	133,3
Valongo	41 849	29 379	20 234	387,5	197,9
Vila do Conde	35 962	32 360	23 532	217,2	114,2
Vila Nova de Gaia	140 018	112 304	92 011	665,8	303,4
Região envolvente da AMP	724 485	700 044	643 230	195,6	80,9
envolvente Norte	365 367	364 993	330 911	273,9	66,8
envolvente Este	218 782	192 142	178 096	112,2	65,0
envolvente Sul	140 336	142 909	124 523	267,6	166,8
Portugal	6 303 118	6 232 468	6 232 468	67,6	17,5

continua

continuação

	Índice de polarização de emprego	Crescimento do emprego (1991-2001) ^{c)}	Proporção da população que entra na região	Proporção da população que sai na região	Duração média dos movimentos pendulares ^{c)}
					Minutos
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	0,99	9,8	3,4	4,1	21,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	1,02	4,6	10,4	8,2	26,1
Espinho	0,85	- 5,6	34,4	44,1	19,4
Gondomar	0,57	11,5	17,3	53,1	33,3
Maia	1,01	30,5	47,9	47,6	24,2
Matosinhos	0,91	4,1	38,1	43,7	24,4
Porto	1,92	- 9,9	60,7	24,6	26,6
Póvoa de Varzim	0,90	8,8	21,5	29,4	16,9
Valongo	0,70	29,4	31,1	51,6	27,4
Vila do Conde	0,90	17,6	27,3	34,6	18,2
Vila Nova de Gaia	0,80	15,4	18,1	34,3	27,6
Região envolvente da AMP	0,97	14,6	8,1	11,2	17,7
envolvente Norte	1,00	11,2	9,3	9,4	16,7
envolvente Este	0,88	21,1	7,3	18,6	20,8
envolvente Sul	1,02	15,2	12,9	11,3	15,6
Portugal	0,99	8,2	-	1,1	22,6

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

^{a)} População empregada que reside na unidade territorial = população residente na unidade territorial e que está empregada, independentemente do local de trabalho.

^{b)} População empregada na unidade territorial = população empregada que reside na unidade territorial + entradas - saídas = população que trabalha na unidade territorial independentemente do local de residência = emprego.

^{c)} O crescimento do emprego (1991-2001) e a duração média dos movimentos pendulares foram calculados com base na população residente presente .

Anexo 5A

Manual de transcrição das entrevistas

O presente documento contém as principais indicações relativas ao processo de transcrição das entrevistas realizadas no âmbito do projecto. São apresentadas as três fases do processo: a da preparação formal do texto, com os aspectos relativos à formatação e redacção do texto; a da audição integral da entrevista e a da transcrição da entrevista, com as regras básicas de transcrição.

I. Fase – Preparação formal do texto

1. Configurar a página com as seguintes margens: 4 superior, 4 interior, 2 inferior e 2 exterior. Cabeçalho e rodapé com 1,5. Orientação vertical e tamanho A4.
2. Configurar o cabeçalho da página com os seguintes elementos redigidos a Palatino Linotype, tamanho 8, a 1 espaço e alinhados no lado direito, tal como consta deste documento: Projecto *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento na Área Metropolitana do Porto* (1.ª linha), Entrevista ao Vereador da (do) _____ da CM de _____ (2.ª linha), dia. mês. ano [data de realização da entrevista] (3.ª linha).
3. Redigir o texto a Palatino Linotype, tamanho 10, com um espaçamento entre as linhas de 1,5. Sempre que haja notas a incluir em rodapé, redigi-las a tamanho 8 e a 1 espaço entre as linhas. Texto justificado.
4. Redigir os títulos a Palatino Linotype, tamanho 11, a bold e em maiúsculas. Texto centrado.
5. Pagar sequencialmente a entrevista. Números de página redigidos a Palatino Linotype, tamanho 8, e colocados no lado direito da página.
6. Redigir a itálico as perguntas/intervenções do entrevistador (E.) e a fonte normal as respostas do entrevistado (e.).
7. Separar as intervenções do E. e as do e. com um *enter* de 1,5 de espaçamento.
8. Imprimir a entrevista em folhas de rascunho ou em frente e verso.

II. Fase – Audição integral das entrevistas

1. Proceder à audição integral da entrevista, prestando atenção ao guião de perguntas, às particularidades da situação de entrevista e dos discursos dos intervenientes, aos tipos de respostas dadas pelo entrevistado e ao guião de categorias de análise da entrevista, bem como à própria qualidade acústica da gravação e aos registos vocais de cada interveniente.

2. Fazer a caracterização sociográfica do entrevistado a partir das respostas dadas a certas questões: nome, sexo, idade, naturalidade, área de residência, nível de escolaridade, actividade profissional exercida/em exercício, tempo de exercício da actividade política, filiação partidária, pelouros atribuídos.
3. Assinalar a duração real da entrevista.

III. Fase – Transcrição da entrevista

1. Preencher as duas primeiras folhas da transcrição com os elementos relativos à caracterização da situação de entrevista (identificação do E. e do e., data e local de realização da entrevista, duração da entrevista, hora de início e de fim da entrevista e observações) e à caracterização sociográfica do entrevistado (nome, sexo, idade, naturalidade, área de residência, nível de escolaridade, actividade profissional exercida/em exercício, tempo de exercício da actividade política, filiação partidária, pelouros atribuídos). Esta informação integrará as três primeiras folhas e será preenchida, para todas as entrevistas, por quem realizou a entrevista¹.
2. Identificar os intervenientes por E. (entrevistador) e e. (entrevistado). São estas as letras a colocar sempre que se inicia uma pergunta (E.) e uma resposta (e.). Não se numeram nem as perguntas nem as respostas. Redige-se a intervenção do E. e do e., bem como as próprias letras, com a mesma fonte de texto utilizada: itálico para o primeiro e normal para o segundo. No caso de haver mais do que um entrevistado, respeitar as mesmas regras de transcrição, identificando-o como e2 (o número 2 redigido a tamanho 8).
3. Proceder à transcrição integral da entrevista, assinalando todos os elementos discursivos (palavras e frases + expressões discursivas próprias do E. mas sobretudo do e.) e os elementos não discursivos pertinentes para a caracterização global do discurso do e.: as interferências, as interrupções e as pausas, os ruídos, as hesitações, os risos, os diferentes tons de voz, os silêncios, entre outros elementos possíveis.
4. Fazer a transcrição escrita do discurso oral dos intervenientes o mais exacta possível, respeitando as especificidades orais e transpondo-as da melhor forma possível para a versão escrita.
5. Fazer uso da pontuação tal como previsto pelas regras gramaticais. Ter apenas em atenção o seguinte:
 - a) . - conclusão do discurso, de frases e de raciocínios;

¹ Ter em atenção que a paginação das entrevistas transcritas inicia-se com o número 4 já que o preenchimento das duas primeiras folhas será sempre feito pelo E.

- b) ... - separação entre as palavras, as frases, os discursos e as ideias dos intervenientes quando em simultâneo ou em sequência, quando com pausas, hesitações, pequenas oscilações de voz;
- c) , - separação entre orações, frases, palavras e ideias;
- d) « » - identificação das afirmações de terceiros pronunciadas pelo e., antecedidas por dois pontos quando assim se justificar e com a primeira letra em maiúsculas;
- e) ! - identificação de momentos discursivos de exaltação, entusiasmo, indignação...; utilização de [!] sempre que há uma exclamação associada a uma palavra e sem ruptura discursiva;
- f) ? - identificação das questões do E. e das questões que o próprio e. faz;
- g) **[itálico]** - identificação de elementos, por quem transcreve, relativos aos discursos dos sujeitos.

6. Sempre que surgir [itálico], assinalar a pontuação logo após esta expressão, excepto quando não se justificar.
7. Iniciar o discurso dos intervenientes com letra maiúscula desde que não haja hesitações e/ou pausas; quando for esta a situação, inicia-se com letra minúscula depois de assinalar as respectivas reticências; por outro lado, quando há uma frase com exclamação, seguida de uma outra com um novo raciocínio mas com uma hesitação do e., iniciar com letra maiúscula.
8. Assinalar os elementos não discursivos entre [itálico], logo após terem ocorrido. Por exemplo: ... a Câmara tem desenvolvido... [pausa longa] ... um trabalho positivo.
9. Assinalar as interrupções tal como previsto no ponto 7. mas dar um espaçamento entre o momento da interrupção, a descrição do motivo da interrupção e o reinício do discurso de modo a que seja perceptível a respectiva interrupção no discurso. Redigir tais interrupções como orações e com os verbos no pretérito perfeito. Por exemplo:

e. ... a Câmara tem desenvolvido... [pausa longa] ... um trabalho positivo...

[a secretária do Vereador entrou no gabinete; a entrevista foi interrompida por alguns momentos]

[logo após a saída da secretária, a entrevista foi reiniciada; o e. retomou o seu discurso]

e. ... como dizia... a Câmara tem...

10. Assinalar com letras maiúsculas as referências a nomes próprios, a instituições, a cargos e a eventos (quando devidamente designados) e com numeração árabe as referências a datas, a estatísticas, a dados e resultados, entre outros elementos similares possíveis.
11. Assinalar as pausas longas (mais de 10 segundos) tal como exemplificado no ponto 7. Sempre que uma pausa se torne significativa quando comparada com outras pausas mais breves (assinaladas com reticências), assinalar [*pausa*] logo após a sua ocorrência.
12. Assinalar com a expressão [*sic*] frases e palavras mal ditas pelo e. e [*discurso imperceptível*] sempre que não se consiga transcrever partes do discurso.
13. Fazer as sínopes discursivas que se revelem pertinentes no discurso dos intervenientes, mantendo ao longo da transcrição um uso uniforme da expressão criada.
14. Anotar elementos da situação de entrevista que se revelem importantes e/ou peculiares. Por exemplo, arrastar uma cadeira, levantar-se da secretária e sair, entre outros.
15. Assinalar, quando necessário e no momento em que ocorrem, os sinais de assentimento e de concordância do E. e do e., nomeadamente nas situações em que a intervenção do e. é demasiado longa, há uma troca de impressões entre E. e e. ou o discurso do e. exige tal estratégia por parte do E.
16. Numa situação de interrupção do discurso de um dos sujeitos pelo outro, anotar tal interrupção do seguinte modo:
e. ... fora de Gondomar e... [*o E. interveio*] e fui eleito...

E. *Mas... desculpe, é natural de...?*

e. ... Marco de Canaveses... e fui eleito com 25 anos...

17. Numa situação de simultaneidade discursiva, anotar os momentos em que o E o e. intervêm. Por exemplo:

e. ... fora de Gondomar e...

[*o E. interveio e ambos falaram em simultâneo*]

E. Mas... não lhe parece que...

e. ... e... fui eleito com 25 anos, portanto, só para dizer...

E. ... não lhe parece que...

[a partir deste momento, os dois interlocutores deixaram de falar em simultâneo]

e. ... sim, sim...

18. Anotar, à medida que se procede à transcrição, as dúvidas, os elementos novos, as opções tomadas.
19. Procurar anotar um breve conjunto de observações sobre as especificidades discursivas e não discursivas do sujeito ao longo da abordagem dos temas.

Anexo 5B

Categorias de análise das entrevistas realizadas aos eleitos locais da AMP -
presidentes de câmara

Caracterização sociográfica

Sexo
Idade
Naturalidade
Área de residência
Nível de escolaridade
Actividade profissional exercida/em exercício
Tempo de exercício de funções políticas
Filiação partidária
Pelouros atribuídos

Representações face ao poder e à prática política

Apresentação e caracterização do concelho antes e depois do mandato actual

Representações sobre os modelos de desenvolvimento para o concelho

Princípios estratégicos de desenvolvimento local e regional
O desenvolvimento da Região Norte e da AMP
A cultura e o turismo como factores de desenvolvimento do concelho

Representações políticas e sociais sobre a cultura e o turismo

Definição/ Tipos/ Funções

O projecto político global da autarquia e as políticas culturais e turísticas

O projecto de uma cidade cultural
O turismo cultural
Outras potencialidades turísticas do concelho

Objectivos globais (autarquia e pelouro) e sectoriais (projectos)

Representações sobre a evolução das políticas culturais e turísticas do concelho nas últimas duas décadas

Articulação entre a política cultural e turística e o projecto político global da autarquia

Relação da autarquia com outros actores sociais

Outros actores do poder local: o projecto metropolitano

Organismos de desenvolvimento local e organizações não governamentais.

Empresas e grupos económicos

Comunidade local

Actores do poder central

[Existência/não existência. Modalidades de relação. Representações sobre as modalidades de relação ideais. Representações sobre a política cultural e turística conjunta.]

Anexo 5C

Categorias de análise das entrevistas realizadas aos eleitos locais da AMP - vereadores da cultura, do turismo e do desporto

Caracterização sociográfica

Sexo
Idade
Naturalidade
Área de residência
Nível de escolaridade
Actividade profissional exercida/em exercício
Tempo de exercício de funções políticas
Filiação partidária
Pelouros atribuídos

Historial do pelouro na autarquia

Momentos de criação/institucionalização da cultura/desporto/turismo na autarquia

- representações sobre a macroestrutura organizacional da autarquia no momento actual e em momentos anteriores
- representações sobre a articulação formal entre cultura e turismo, cultura e desporto e desporto e turismo
- proximidades/distâncias de projectos, actividades e práticas políticas nos sectores

Actores e factores responsáveis pelo processo de criação/institucionalização da cultura/desporto/turismo na autarquia

- actores responsáveis
- factores políticos, sociais e culturais

Estrutura formal do pelouro no mandato actual

- recursos financeiros, humanos e materiais
- funções/competências/atribuições
- dinâmicas de trabalho

- dificuldades/obstáculos
- relação com outros pelouros/departamentos da autarquia (conhecimento/desconhecimento dos projectos, actividades e práticas dos diversos sectores e modalidades de relação)

Representações sobre a cultura, o desporto e o turismo

Representações políticas sobre a cultura/o desporto

- património de conhecimentos e de competências sociais
- recurso económico e político local
- factor de desenvolvimento endógeno
- recurso social de identidade territorial, de vivências e de sociabilidades locais

Representações sociais/ideológicas sobre a cultura

- cultura popular (pequena cultura) *versus* cultura de massas (indústrias culturais) *versus* cultura de elite (grande cultura)
- cultura *versus* desporto

Representações políticas sobre o turismo

- recurso económico e político local
- factor de desenvolvimento endógeno associado à indústria local
- recurso social de identidade territorial, de vivências e de sociabilidades locais

Representações sociais/ideológicas sobre o turismo

- turismo de massas *versus* turismo selectivo
- turismo de praia *versus* turismo cultural
- turismo religioso, turismo eco-ambiental, turismo de negócios
- outras

Políticas culturais e turísticas da autarquia

Existência/inexistência de uma política cultural e turística

Representações sobre a política cultural e turística do concelho no momento actual

Objectivos globais (autarquia e pelouro) e sectoriais (projectos)

Representações sobre a evolução das políticas culturais e turísticas do concelho nas últimas duas décadas

Articulação entre a política cultural e turística e o projecto político global da autarquia

- como?
- por quem?
- papel do presidente de câmara e do vereador

Projectos significativos do pelouro no concelho

- identificação e descrição
- valor político e social atribuído aos projectos
- recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros)
- dificuldades e problemas na execução dos projectos
- públicos-alvo dos projectos
- avaliação dos projectos

Representações sobre o projecto de uma cidade cultural

Relação do pelouro com outros actores do poder local

Relação com outras câmaras/outros pelouros da cultura/desporto/turismo

- existência/não existência
- modalidades de relação efectivas
- representações sobre as modalidades de relação ideais

Relação com as câmaras/pelouros da cultura/desporto/turismo da AMP

- existência/não existência
- modalidades de relação
- representações sobre as modalidades de relação ideais
- representações sobre a política cultural conjunta

Relação do pelouro da cultura [e do turismo] com a comunidade local

Relação com outras organizações/instituições/associações locais

- existência/não existência
- modalidades de relação efectivas

- representações sobre as modalidades de relação ideais
- projectos e actividades desenvolvidas
- avaliação das modalidades de relação e dos projectos concretizados

Relação com os públicos

- existência/não existência
- modalidades de relação
- representações sobre as modalidades de relação ideais
- modalidades de participação dos públicos nas actividades

Representações sobre os modelos de desenvolvimento cultural para o concelho

Modelos ideais de desenvolvimento local para o concelho

A cultura como um factor de desenvolvimento local

O turismo cultural e o desporto e a sua relação com o desenvolvimento do concelho

Anexo 5D

Categorias de análise das entrevistas realizadas aos actores locais e regionais

Caracterização sociográfica

Sexo

Idade

Naturalidade

Área de residência

Nível de escolaridade

Actividade profissional exercida/em exercício

Tempo de exercício de funções políticas/administrativas

Historial do organismo

Natureza jurídica

Objectivos

Actividades

Programas

Recursos financeiros, humanos e materiais

Funções/competências/atribuições

Dinâmicas de trabalho

Dificuldades/obstáculos

Relação com outros organismos estatais

Avaliação dos programas/actividades

Representações sobre a cultura e o turismo cultural

Definição/Tipos/Funções

Representações sobre os modelos de desenvolvimento cultural do país, da

Região Norte e da AMP

Princípios estratégicos

A cultura e o turismo como factores de desenvolvimento

Relação do organismo com

Outros actores políticos

Autarquias

Organismos de desenvolvimento local

Organizações não governamentais

Representações sobre as políticas culturais nacionais, regionais e metropolitanas

Representações sobre o projecto de uma cidade cultural/concelho cultural

Evolução das políticas culturais e turísticas no país e regiões

Anexo 5E

Categorias de análise dos *sites* das câmaras municipais da AMP

Representações dos actores políticos locais

- Princípios estratégicos para o concelho
- Concepções políticas de cultura
- Concepções políticas de turismo
- Concepções políticas de desenvolvimento
- Concepções políticas de desporto

Aspectos formais dos *sites*

- Design gráfico
- Símbolos do *site* e do concelho
- Actualização dos conteúdos
- Línguas de suporte do *site*
- Autores do *site*
- Motores de busca
- Número de visitantes

Conteúdos dos *sites* - áreas temáticas

- Discursos políticos
- Actividades e eventos (agenda cultural)
- Resenha monográfica sobre o concelho
- Órgãos e serviços da autarquia
- Eleitos locais
- Dados estatísticos sobre o concelho
- Links*
- Estrutura da página

Anexo 5F

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Espinho

URL: http://www.cm-espinho.pt/		Data de consulta: 24-11-2003 Data de actualização: 26 e 27-03-2004
Representações dos actores políticos locais	Princípios estratégicos para o concelho	Não há alusão aos princípios estratégicos da Câmara em matéria de desenvolvimento. Muita da informação que se remeteria para estas dimensões diz respeito mais a meras constatações, nomeadamente acerca daquilo que já está feito do que propriamente à vontade política de o fazer ou aos objectivos culturais do executivo. No entanto, num pequeno trecho dedicado às actividades económicas do concelho, há a referência ao turismo como sector a investir. <i>Os serviços ligados ao turismo continuam a ser a grande aposta de desenvolvimento para o concelho, e esta tendência foi e será reforçada com a construção de alguns equipamentos de carácter cultural e desportivo previstos.</i>
	Concepções políticas de cultura	Não há alusão à concepção política de cultura para/acerca do concelho. Registe-se, porém, uma dissociação entre cultura e actividades culturais: aquilo que poderia conferir uma concepção política de cultura para o município encontra-se no menu Lazer, nomeadamente as actividades culturais, bem como qualquer explicação sobre o funcionamento deste tipo de actividades em Espinho: <i>O concelho de Espinho, ainda que de pequenas dimensões geográficas, possuiu uma enorme e diversificada dinâmica cultural que resulta, em grande medida, da vitalidade das Associações Culturais cujo campo de acção se estende por quase todo o tecido social. Estes agentes culturais, parceiros insubstituíveis na definição e execução de estratégias culturais, possibilitam a participação activa e criativa dos munícipes e contribuem de modo decisivo para a criação e alargamento de públicos nas mais diversas áreas de expressão artística. Para além do trabalho prioritário com os agentes culturais locais, de que resultam várias iniciativas, a Divisão de Animação Cultural da Câmara Municipal de Espinho promove anualmente diversas actividades de fruição lúdico-cultural, dirigidas aos diferentes escalões etários.</i>
	Concepções políticas de turismo	Aquilo que são as artes tradicionais de Espinho encontram-se no menu Cultura, nomeadamente naquilo que se refere à Arte da Xávega com a explicação acerca das origens e do tipo de barcos. Não há alusão à concepção política de turismo neste site, apenas a referência ao turismo como o principal sector económico do concelho. <i>O turismo afigura-se pois como o principal sector económico no concelho já que este reúne algumas condições importantes para tal, nomeadamente a sua localização geográfica junto do litoral e da praia, o clima ameno e pelo facto de existirem um conjunto de equipamentos turístico/lúdico/desportivos: Hotéis, Casino, Centro Multimeios, Campo de Golfe, Piscinas, Nave Desportiva, Clube de ténis, Aeródromo, entre outros.</i> Sugere-se o interesse político pelo turismo balnear, associado ao turismo desportivo e de lazer.

continua

URL: http://www.cm-espinho.pt/ Data de consulta: 24-11-2003 Data de actualização: 26 e 27-03-2004	
Concepções políticas de desenvolvimento	Não há alusão à concepção política de desenvolvimento neste <i>site</i> .
Concepções políticas de desporto	Não há alusão à concepção política de desporto neste <i>site</i> , apenas fotografias de alguns dos equipamentos desportivos do concelho.
Discursos políticos	O único discurso que aparece no <i>site</i> é aquele relativo à justificação da necessidade de se dar importância às novas tecnologias da informação, nomeadamente no que diz respeito à administração pública e ao contacto com o público e que culmina com o lançamento do <i>site</i> oficial de Espinho. Entre os vários aspectos que justificam a política de desenvolvimento dos meios de informação da autarquia, dois há que merecem destaque: a promoção do desenvolvimento do associativismo e a oferta de novos modos de lazer.
Actividades e eventos (agenda cultural)	Não existe qualquer referência a actividades na actualidade, quer culturais, quer desportivas. Existe informação acerca de actividades, eventos ou algumas iniciativas que foram realizadas especialmente em 2001. Essas actividades são as seguintes: <i>Humor de Praia - I Salão Internacional "Humor de Praia"</i> – <i>Espinho/2000</i> . Este evento realiza-se de dois em dois anos; <i>Arte XXI</i> – Concurso nas várias áreas de expressão artística (literatura, fotografia, pintura, escultura, design e vídeo), dirigido aos jovens criadores do concelho; <i>Vir a Banhos</i> - recreação, de dois em dois anos, de uma praia dos inícios do século XX onde são encenados os diferentes modos de estar na praia; jogos diversos; vendedores ambulantes; lançamento de papagaios de papel; teatro de robertos e uma ida ao banho com fatos da época; <i>Encontro Concelhio de Janeiroiros</i> - Reúne todos os grupos que, no concelho de Espinho, se dedicam a recuperar canções e outras tradições de Natal; <i>Encontro Nacional de Homens Estátua</i> - visa incentivar, divulgar e dignificar a criação artística nas artes performativas.
Resenha monográfica sobre o concelho	Apresenta, e com recurso a fotografias da época, uma pequena resenha histórica que tem por base as primeiras décadas do século XIX, com especial referência à praia e ao comboio como factores que, conjugados, contribuíram para o desenvolvimento de Espinho. Há ainda referência às passagens a freguesia e concelho, nomeadamente com a integração de freguesias vizinhas. Apresenta ainda informação acerca da caracterização geográfica e socioeconómica em termos de área, orografia, hidrografia e flora, população e actividades económicas.

continuação

URL: http://www.cm-espinho.pt/		Data de consulta: 24-11-2003
		Data de actualização: 26 e 27-03-2004
Órgãos e serviços da autarquia	Há um espaço dedicado à descrição dos órgãos municipais (Câmara Municipal e Assembleia Municipal), com a composição dos eleitos. Há uma alusão aos serviços municipais mas sem qualquer hiperligação que nos remeta para aí.	
Eleitos locais	Parte dedicada aos eleitos locais, mas sem apresentação da página. No entanto, no <i>submenu</i> Órgãos Municipais é apresentada a lista dos eleitos para a Câmara Municipal, bem como para a Assembleia Municipal. No <i>submenu</i> Freguesias também é possível aceder à composição das Juntas e Assembleias de Freguesia respectivamente.	
Dados estatísticos sobre o concelho	Existe apenas a referência à população do concelho, nomeadamente número de habitantes e densidade populacional, a partir de dados que não correspondem aos resultados definitivos dos Censos 2001; disponibiliza uma listagem dos resultados das eleições no concelho: autárquicas de 1976 a 1997; legislativas de 1991 a 1999; presidenciais de 1991 a 1996; europeias de 1994 a 1999.	
Links	Sim (Casino Solverde).	
Estrutura da página	Município, urbanismo, acessibilidades, cultura, lazer, desporto, acção social, actividades económicas, SIG, eleições 2001, info.	

^{a)} À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

Anexo 5G

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Gondomar

URL: http://www.cm-gondomar.pt/		Data de consulta: 24-11-2003	Data de actualização: 24 e 29-03-2004
Representações dos actores políticos locais			
Princípios estratégicos para o concelho	Não há alusão aos princípios estratégicos do executivo para o concelho de Gondomar.		
Concepções políticas de cultura	Não há alusão à concepção política de cultura para/acerca do concelho. Apresenta informação de índole informativa (especialmente no que diz respeito às actividades culturais e turísticas) e promocional (no que diz respeito ao artesanato e ao turismo). Sugere-se o cruzamento entre níveis de expressão cultural.		
Concepções políticas de turismo	Não há um discurso que permita compreender qual a concepção política de turismo prevista para o concelho. Ainda assim é possível depreender-se que uma das apostas turísticas da Câmara Municipal consiste no apoio à promoção da gastronomia local: referência à <i>Festa do Sável e da Lampreia 2003</i> . Há, ainda, uma preocupação com determinadas dimensões turísticas, que a Câmara designa de património, que pretendem funcionar como um apelo à visita a Gondomar: Artesanato (fabrico da filigrana e trabalhos em talha), Festas, romarias e feiras: <i>Romaria de Nossa Senhora do Rosário</i> , hoje em dia mais conhecida pela <i>Festa das Nozes</i> - Outubro; Feiras promocionais (<i>Feira Nacional de Artesanato</i> e <i>TURISPORT</i> (Salão de Turismo, Desporto e Lazer) - Maio/Junho, <i>DECOMÓVEL</i> (Salão de Decoração e Mobiliário) e <i>HOBBYTRONICA</i> (Salão de Electrónica de Lazer) – Junho, <i>AGRINDUSTRIA</i> (Feira Agrícola e Industrial de Gondomar) - Setembro; <i>Itinerários</i> (Circuito na Cidade, Circuito na Marginal).		
Concepções políticas de desenvolvimento	Não há alusão à concepção política de desenvolvimento neste <i>site</i> .		
Concepções políticas de desporto	Não há informação que nos permita aceder a uma concepção política de desporto neste <i>site</i> , apenas uma listagem de actividades desportivas para o mês de Março, bem como um conjunto de iniciativas que dizem respeito ao desporto escolar: <i>Férias Desportivas - Natal, Páscoa e Verão</i> , <i>Educação e Desporto... Já!</i> , <i>Iniciação à Natação</i> e Escolas Municipais Desportivas (com indicação de "para breve").		

continua

URL: http://www.cm-gondomar.pt/ Data de consulta: 24-11-2003 Data de actualização: 24 e 29-03-2004	
Discursos políticos	Não existe qualquer discurso político no <i>site</i> .
Actividades e eventos (agenda cultural)	Todos os meses é disponibilizado o chamado <i>Roteiro Cultural</i> onde aparecem listadas todas as actividades no âmbito do cinema, teatro, música, dança, colóquios, debate, exposições, desporto, diversos e educação. A agenda do concelho, mais uma vez, sugere o cruzamento entre níveis de expressão cultural.
Resenha monográfica sobre o concelho	Apresenta uma pequena resenha histórica acerca da proveniência do nome que deu origem à cidade e concelho de Gondomar. Dá conta ainda da data do foral do município de Gondomar, bem como da anexação das freguesias que hoje o compõem. Junto da resenha monográfica aparece ainda informação acerca do brasão do concelho.
Órgãos e serviços da autarquia	Há um espaço dedicado à composição do executivo municipal (identificação do presidente e vereadores eleitos e em funções, com o respectivo pelouro atribuído). Há ainda a identificação de todos os serviços de apoio e concepção, bem como os serviços operativos que compõem a Câmara.
Eleitos locais	Para além dos eleitos que compõem o executivo municipal não existe qualquer outra listagem de eleitos locais, nomeadamente no que se refere à composição da Assembleia Municipal, bem como aos eleitos respeitantes às Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho.
Dados estatísticos sobre o concelho	Não são apresentados quaisquer dados estatísticos relativos ao concelho, nem a qualquer outro tema.
Links	Sim (STCP, IDITEMINHO).
Estrutura da página	Artesanato, câmara, cultura, economia, ensino, informações, instituições, resenha, património, turismo e sugestões.

Conteúdos

^{a)} À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

Anexo 5H

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Maia

URL: http://www.cm-maia.pt/		Data de consulta: 25-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004	
Representações dos actores políticos locais	Princípios estratégicos para o concelho	Não há alusão aos princípios estratégicos do executivo para o concelho.	
	Concepções políticas de cultura	O site não disponibiliza nenhum <i>menu</i> dedicado especificamente à cultura, no entanto vai disponibilizando destaques, nomeadamente na agenda cultural e nos equipamentos culturais, onde expõe objectivos a cumprir ou metas a atingir com determinadas actividades. É o caso das actividades presentes no destaque do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia e da Quinta da Caverneira. O primeiro realiza exposições temporárias de longa e curta duração que têm como missão dar rotatividade às colecções e divulgar a história e a etnografia da Maia. O segundo apresenta exposições de carácter temporário que incidem nas profissões desaparecidas, ou em vias de, e/ou modernizadas. Incide em questões como em que consistia a profissão, quem exercia a profissão, como era exercida, com que finalidade, em que tempo e em que espaço e quanto representava o exercício da profissão no orçamento da família. As exposições obedeceram a uma periodicidade de dois meses. A actividade tem como objectivos perpetuar a existência das actividades profissionais existentes outrora, sensibilizar para a preservação e transmissão da identidade cultural do povo maia e relacionar a extinção de certas actividades profissionais com as exigências da modernidade. Para além da Biblioteca Municipal da Maia e da Biblioteca itinerante da Maia, o Fórum da Maia é outro dos equipamentos culturais existentes neste concelho. Pretende-se que este Fórum seja um espaço de aglomeração entre as actividades culturais performativas, as exposições e mostras museológicas, bem como a actividade de arquivo e de leitura. <i>O Fórum da Maia, um dos melhores centros culturais da Área Metropolitana do Porto e de toda a Região Norte do País, é o mais importante espaço dedicado à cultura de iniciativa autárquica. Dotado de uma área coberta de 13.000 metros quadrados, perfeitamente integrado no núcleo urbano principal, compõe-se de três zonas, com vocações distintas mas complementares: Zona de Auditórios, Zona de Museu e Exposições e Zona de Biblioteca e Arquivo Municipal.</i> Poderá ser uma aposta da Câmara Municipal juntar num único espaço várias actividades culturais em simultâneo, que aliado ao facto de estar localizado em pleno núcleo urbano do concelho poderá significar uma concentração de actividades e pessoas (concentração e centralização cultural, por oposição aos princípios de descentralização cultural).	

continua

Data de consulta: 25-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004 URL: http://www.cm-maia.pt/	
Concepções políticas de turismo	O <i>site</i> disponibiliza um <i>menu</i> inteiramente dedicado ao turismo, onde dá informações relativas à localização do concelho, ao conhecer o passado, ao como ir, o que comer, o que fazer, o que ver, onde ficar e o que comprar, congressos e incentivos. Sugere-se um turismo cultural e um turismo de negócios. Destaquemos os itens o que fazer e o que ver. Em relação às actividades de entretenimento disponíveis aos turistas no concelho da Maia o <i>site</i> fornece uma listagem dos equipamentos desportivos, salas de teatro e cinema, bares e discotecas presentes no concelho, bem como uma listagem de eventos/acontecimentos fixos ao longo do ano: Cantar das Janeiras, Corridas de Cavalos, <i>Maia Open - ATP Tour</i>, <i>Taça Internacional Maia Jovem</i>, <i>Bienal de Arte Jovem</i>, Queima do Judas, <i>Festival de Música da Maia</i>, <i>Quirzena Gastronómica da Maia</i>, <i>Mai' Athletics - Meeting Internacional de Atletismo</i>, Festas do Concelho (Romaria à N^a Sr^a do Bom Despacho), <i>Feira de Artesanato da Maia</i>, <i>Festival Nacional de Folclore</i>, <i>Festival Internacional de Teatro Cómico</i>, <i>Simpósio de Escultura</i> e Congresso Internacional "Raízes". Quanto ao segundo, referem-se os monumentos e locais de interesse, o Zoo da Maia e os circuitos turísticos. Destaca ainda uma listagem dos alojamentos turísticos disponíveis no concelho, bem como espaços destinados ao turismo rural; possibilidades de compras dos turistas, com algum enfoque sobre o artesanato local; Congressos e incentivos. Em relação a este tema é disponibilizada uma listagem dos locais onde é possível desenvolver este tipo de eventos, descrevendo as suas características. Para além disso disponibiliza, em destaque no <i>site</i>, um programa de turismo designado <i>Descobrir a Maia: Por terras do Litoral</i>, que consiste num conjunto de circuitos turísticos internos que visam dar a conhecer o concelho, especialmente aos novos residentes. Esta iniciativa tem o objectivo de <i>dar a conhecer às famílias dos novos maiatos uma visão mais concreta da realidade do Município, nas perspectivas ambiental, patrimonial, cultural, desportiva e de equipamentos de apoio a uma vida usufruída com qualidade</i>.
Concepções políticas de desenvolvimento	Não existem alusões no <i>site</i> a uma eventual concepção política de desenvolvimento. No entanto, é no <i>menu</i> turismo, quando se está a contextualizar o concelho, que existe uma referência ao desenvolvimento do concelho. <i>Nas últimas décadas, a Maia registou fortes acréscimos populacionais e elevados índices de desenvolvimento sustentado. Isso justifica que, em 1990, a Vila da Maia fosse elevada à categoria de cidade; Cidade de Distrito do Porto. Sede de Concelho.</i> Numa outra situação, isto é, num estudo de enquadramento socioeconómico do concelho e embora não haja referências explícitas ao processo de desenvolvimento do concelho, a verdade é que pela análise feita denota-se uma necessidade de aposta no sector terciário. <i>A análise destes dados levou a que a Câmara Municipal se preocupasse também com a procura de incentivos à fixação do sector terciário, em</i>

Data de consulta: 25-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004 URL: http://www.cm-maia.pt/	
	<i>especial dos serviços de apoio à família, tendo sempre como preocupação de fundo a promoção da Qualidade de Vida do Concelho.</i> Por outro lado, num destaque relativo ao <i>Maia Handball Cup</i> há uma clara alusão à importância do desporto para o desenvolvimento do concelho da Maia. <i>A Câmara Municipal da Maia é a principal responsável por esse desenvolvimento, pautando a sua acção pela melhoria constante do bem estar social dos seus cidadãos. O Desporto não é indiferente ao seu objectivo. Pelo contrário, ele é visto como um factor fundamental desse desenvolvimento global.</i> No Portal Torre do Lيدador (ver à frente a categoria Órgãos e serviços disponíveis), embora não exista qualquer tipo de referência directa a concepções políticas de desenvolvimento neste site, a verdade é que a Câmara ao construir um portal electrónico, que funciona como interface entre o município e a autarquia, perspectiva o desenvolvimento electrónico dos serviços, isto é, o desenvolvimento concelhio através das tecnologias da informação.
Concepções políticas de desporto	Em termos gerais não existe uma informação no site que nos permita inferir uma concepção política de desporto, e mais uma vez todas as que se possam tirar relativamente a este tema dizem respeito a actividades concretas promovidas pela Câmara e que têm já algum peso no concelho. É o caso dos Jogos Inter-Freguesias (andebol, basquetebol, voleibol, futsal, ténis de mesa, malha, dominó, bilhar livre, damas, snooker, xadrez e sueca). Neste capítulo para além de haver uma mensagem deixada pelo Presidente em jeito de apelo à prática de actividade desportiva, existe ainda uma referência aos objectivos que se visam com este tipo de actividades. Por outro lado, a Maia tem apostado no desenvolvimento de actividades desportivas de charneira, de índole internacional que promovem o concelho nacional e internacionalmente. O torneio de ténis <i>MaiaJovem</i> é um dos exemplos. Outro dos exemplos é o <i>Maia Handball Cup</i>. <i>Os eventos que organiza são de relevante dimensão, quer pelo nível de participação e qualidade, quer pela diversidade dos grupos sociais que consegue alcançar, crianças, jovens, adultos, 3ª idade, pessoas portadoras de deficiência, entre outros. Não é pois, por acaso, que a Cidade da Maia é reconhecida pela capital do desporto português.</i> Para isto também tem contribuído a aposta que se tem feito no desenvolvimento de infra-estruturas desportivas, nomeadamente ao nível dos estádios municipais e polidesportivos, piscinas, pavilhões gimnodesportivos, pavilhões específicos e polidesportivos de rua. <i>As gentes da Maia são, por natureza, empreendedoras, simpáticas e hospitalaíras, têm o prazer de receber quem as visita. Mas isso, é uma</i>

URL: http://www.cm-maia.pt/		Data de consulta: 25-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004
Discursos políticos	Há um discurso político relativo à prática desportiva no concelho, no âmbito dos jogos inter-freguesias.	
Actividades e eventos (agenda cultural)	Apresenta na primeira acessibilidade um conjunto de informações acerca de actividades e eventos desportivos e culturais, com destaques mais ou menos notórios. Mas o que é certo é que é na própria <i>home page</i> que eles se fazem notar, com destaques especiais para determinadas actividades, ou com as agendas cultural e desportiva do concelho. Por outro lado, e como já foi referido, também ao nível do turismo há informação acerca dos eventos periódicos e fixos do concelho, sendo essa informação bastante acessível.	
Resenha monográfica sobre o concelho	A resenha monográfica do concelho da Maia é disponibilizada, não com estes termos, mas no item <i>conhecer o passado</i> no <i>menu</i> Turismo. Por outro lado, aí também são explicados alguns símbolos do município, nomeadamente o seu brasão.	
Órgãos e serviços da autarquia	Há um <i>menu</i> inteiramente dedicado aos órgãos e serviços disponíveis na Câmara Municipal. O <i>menu</i> é designado Guia do Município e é absolutamente igual ao Portal Torre do Lيدador. O Portal Torre do Lيدador, ainda que funcione como um <i>site</i> autónomo, pretende servir de ponte entre o município e a autarquia. b) Encontram-se também disponíveis naquele <i>menu</i> o estudo de enquadramento socioeconómico da Maia, bem como um conjunto de perguntas frequentes acerca do funcionamento e organização dos serviços municipais.	
Eleitos locais	A lista de eleitos da Câmara e Assembleia Municipais encontram-se no <i>menu</i> Guia do Município aquando da identificação dos órgãos autárquicos.	
Dados estatísticos sobre o concelho	São disponibilizados esporadicamente dados estatísticos, nomeadamente sobre a área, população e actividades económicas do concelho. No entanto, existe um estudo de enquadramento socioeconómico do concelho que disponibiliza dados estatísticos provenientes dos resultados provisórios dos Censos 2001.	
Links	Sim (Muito variado, lista extensa).	

continuação

URL: http://www.cm-maia.pt/		Data de consulta: 25-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004
Estrutura da página	Guia do município, turismo, ambiente, educação e acção social, juntas de freguesia, eventos, mapa interactivo, fórum da Maia, infraestruturas desportivas, informações úteis, <i>links</i>, telefones, <i>e-mail</i>, protecção civil, biblioteca municipal da Maia, polícia municipal e Home.	

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

b) O Portal Torre do Lيدador está disponível em www.torrelidador.cm-maia.pt. A consulta do *site* teve lugar a 30-03-2004.

URL: http://www.maiadigital.pt/		Data de consulta: 30-03-2004
Princípios estratégicos para o concelho	Este <i>site</i> constitui o início de um processo de informatização dos serviços municipais da Câmara a níveis que não são só os operacionais dos serviços, como o Portal Torre do Lيدador. A sua área de actuação será muito mais abrangente. <i>A Câmara Municipal da Maia assumiu-se como dinamizadora de um consórcio de instituições locais e regionais e que promoveu uma candidatura ao Programa "Portugal Digital" - intitulada "Maia Digital" - com o objectivo comum de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, do ensino, do acesso à cultura e ao conhecimento, bem como da melhoria da competitividade das empresas no Concelho da Maia, proporcionadas pelas tecnologias da informação e da comunicação.</i>	
Concepções políticas de cultura	<i>Concepção e desenvolvimento de um sistema de informação de suporte a todas as actividades de índole cultural, de lazer e de bem estar. O sistema deverá contemplar a gestão de espaços culturais, organização de eventos e a divulgação da memória colectiva do Concelho. Paralelamente pretende-se fomentar a produção e divulgação de conteúdos locais nomeadamente informação histórica e cultural relacionada com a origem e desenvolvimento do Concelho da Maia.</i>	
Concepções políticas de turismo	Sim (Muito variado, lista extensa).	

continua

continuação

URL: <http://www.maiadigital.pt/>

Data de consulta: 30-03-2004

Concepções políticas de desenvolvimento	<i>Dinamização de parcerias locais para um desenvolvimento sustentado que baseadas no potencial das tecnologias de informação e comunicação envolvam vários sectores da comunidade (autarquia, escolas, associações, etc.) na produção e exploração de conteúdos e na concepção e participação em actividades na área da qualidade do ambiente a nível municipal. Será promovida uma acção mobilizadora baseada na Agenda 21 Local que criará condições em termos do acesso a informação qualificada sobre práticas e potencialidades ambientais do município, bem como em termos de instrumentos para comunicação, colaboração e publicação web pelos vários actores para a definição de objectivos, propostas e políticas ambientais.</i>
Concepções políticas de desporto	<i>Permite o acesso a toda a informação desportiva e inclui a criação do sistema de informação correspondente. O Sistema de Informação a desenvolver incluirá entre outros os seguintes módulos: gestão de equipamentos desportivos, gestão de bilheteira, secretaria automática e Atlas desportivo.</i>

Anexo 5I

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Matosinhos

URL: http://www.cm-matosinhos.pt/		Data de consulta: 25 e 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004	
Representações dos actores políticos locais	Princípios estratégicos para o concelho	Não há alusão aos princípios estratégicos do executivo para o concelho. Não existe informação no site que nos permita remeter para os princípios estratégicos da autarquia relativamente à política camarária para o concelho. É no entanto possível aceder a algumas concepções políticas parcelares nomeadamente no que diz respeito à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento, que se seguem nesta análise.	
	Concepções políticas de cultura	Disponibiliza um texto de pendor político onde são apresentados os princípios estratégicos relativos à cultura no concelho. Nesse sentido é possível isolar algumas dimensões dessa concepção política, nomeadamente: aposta na música; aposta nas artes plásticas; formação de públicos de jazz; preservação e dignificação da memória local; a aposta na animação cultural do espaço público; apoio ao associativismo cultural local. <i>Matosinhos destaca-se, na Área Metropolitana do Porto, pela coerência e sistematicidade da sua programação cultural. Uma política cultural local, aliás, deve primar pela estruturação de actividades perenes e não apenas pelo espectáculo ou pelos eventos de cariz efêmero. Além do mais, importa ter em conta, igualmente, as linhas de força da programação dos concelhos metropolitanos, de forma a evitar duplicações desnecessárias. Existem duas áreas estratégicas da programação cultural: a música, com os ciclos temáticos de relevância nacional, como é o caso dos Grandes Momentos da Música de Tecla e os Grandes Momentos da Música de Câmara, a par do ciclo Vozes e o Festival Internacional de Jazz; e as artes plásticas, destacando artistas de âmbito local (como Augusto Gomes), quer promovendo exposições de grandes mestres de âmbito nacional (Júlio Resende, Álvaro Siza, Abel Salazar...), ao mesmo tempo que se estimula a difusão de trabalhos das mais diferentes áreas de expressão, como a fotografia, a escultura, a arquitectura. o design e o artesanato. Acresce a preservação e dignificação da memória local, com uma vasta linha editorial que contribui para o conhecimento das descobertas arqueológicas locais, das referências cruciais da evolução histórica e das lendas, mitos e narrativas que atravessam o tecido simbólico do concelho. Por fim, a produção de ocasiões, festa e animação, quer a propósito de efemérides, quer ainda associando-se a datas religiosas, vivificando o amplo espaço público. Há também uma referência ao movimento associativo local (272 colectividades culturais, desportivas e recreativas) e ao apoio dado pela Câmara.</i>	
	Concepções políticas de turismo	Em termos de concepção política de turismo há uma clara aposta por parte do executivo camarário na mostra do património histórico construído, que tem grande prevalência no concelho. Por outro lado, o executivo tem-se dedicado também à aposta na arquitectura contemporânea com artistas de renome nacional e internacional. Esta aposta urbanística acaba por ser turística, uma vez que assim	

continua

URL: http://www.cm-matosinhos.pt/		Data de consulta: 25 e 26-11-2003	Data de actualização: 24-03-2004
		como se faz uma apelo à visita de monumentos históricos do concelho, o mesmo acontece com estes novos edifícios. A concepção política de turismo acaba por ter por base a junção das dimensões histórica e contemporânea naquilo que se refere à oferta de visita ao turista. Outra das apostas turísticas consiste na valorização da gastronomia local muito associada ao mar, com quem Matosinhos convive desde sempre. <i>Terra de memórias e tradições. Matosinhos aposta num futuro para o seu passado, visível nas obras de Álvaro Siza, Alcino Soutinho, Fernando Távora e Eduardo Souto Moura. A gastronomia de Matosinhos beneficia com a proximidade do mar. Os restaurantes e marisqueiras de qualidade garantem ao turista a certeza de uma ótima refeição, quer prefira pratos de peixe ou marisco.</i>	
	Concepções políticas de desenvolvimento	O executivo municipal de Matosinhos associa a sua concepção política de desenvolvimento à questão ambiental. Na realidade, subscREVendo um plano horizontal de acção ambiental tenta atingir-se a meta do desenvolvimento sustentável do concelho. Este plano de acção prevê várias áreas de acção: qualidade urbanística; renaturalização dos espaços; racionalização dos consumos; concretização do plano director de saneamento básico; potencialização da segurança; combate à poluição; criação e inovação de equipamentos de lazer e de animação; preservação do património; potencialização da cidadania.	
	Concepções políticas de desporto	Em relação ao desporto em Matosinhos o site disponibiliza apenas uma frase de apelo à prática de actividade física no concelho, apresentando as colectividades desportivas da autarquia, bem como os equipamentos que aí existem. <i>Matosinhos tem para lhe oferecer a suprema delícia de um lazer que oscila entre a terra e o mar, num culto de saúde física e psíquica, qual tempero, pelo descanso, pela observação, pela esfuziante alegria da prática desportiva, da personalidade de quem o pratica em cenários de rara beleza.</i>	
Conteúdos	Discursos políticos	O único discurso político que é disponibilizado pelo site diz respeito a uma mensagem de boas vindas do presidente da Câmara, onde se aproveita para justificar a pertinência do uso das tecnologias da informação na actual relação entre o munícipe e a Câmara, bem como entre o turista e a Câmara, ou a cidade.	
	Actividades e eventos (agenda cultural)	O site disponibiliza uma agenda de eventos culturais e desportivos. Por outro lado, há na <i>home page</i> uma área para destaques de eventos que se aproximam, bem como uma outra que contextualiza os eventos diariamente. A designação para hoje, por exemplo, é "Sem evento disponível". A agenda, por sua vez, disponibiliza um calendário com informação acerca de actividades desportivas, actividades teatrais, exposições, feiras, outros.	

continuação

URL: http://www.cm-matosinhos.pt/		Data de consulta: 25 e 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004
Resenha monográfica sobre o concelho	O <i>site</i> disponibiliza uma resenha monográfica sobre o concelho no <i>menu</i> História, onde é descrita a história da cidade, bem como figuras importantes de Matosinhos. Nesse <i>menu</i> há ainda a descrição do significado do brasão, da bandeira e das armas, símbolos do município.	
Órgãos e serviços da autarquia	O <i>site</i> disponibiliza informação acerca dos órgãos e serviços existentes no município. É apresentada a composição da Câmara Municipal, bem como da Assembleia Municipal. São descritas as competências atribuídas a cada um destes órgãos. Por outro lado, é apresentado em organograma a organização dos serviços municipais.	
Eleitos locais	<i>Eleito directamente pelos munícipes, é composto pelo Presidente e dez Vereadores, sendo o executivo actual composto por 5 Vereadores do PS, 4 da coligação PSD / CDS e um da coligação CDU / PEV.</i> Apresenta um lista de eleitos da Câmara e Assembleia Municipais (esta última muito incompleta).	
Dados estatísticos sobre o concelho	Não disponibiliza quaisquer dados estatísticos.	
Links	Sim (Netautarquia, Casa da Juventude e <i>links</i> internos ao <i>site</i>).	
Estrutura da página	Câmara, projectos, ambiente, acção social, munícipe, história, cultura e lazer, turismo, juventude e <i>links</i> .	

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

Anexo 5J

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Porto

URL: http://www.cm-porto.pt/		Data de consulta: 4, 5, 9 e 10-12-2003 Data de actualização: 24-03-2004
Representações dos actores políticos locais	Princípios estratégicos para o concelho	O site disponibiliza informação acerca dos princípios estratégicos do executivo nos vários discursos do Presidente da Câmara. É possível compilar as áreas privilegiadas do executivo, que para além de terem sido lançadas no programa político de candidatura, foram assumidas na tomada de posse. Este é um dos documentos mais importantes, na medida em que nos descreve as acções que irão ser realizadas pela Câmara nessas áreas. Por outro lado, há outros discursos, nomeadamente de balanço do trabalho do executivo que, para além de constatarem o cumprimento ou não desses objectivos, re lançam novos. Pode então dizer-se que os princípios estratégicos da Câmara Municipal do Porto são: acção/área social/habitação social; mobilidade; requalificação da baixa e do comércio tradicional; turismo; política urbanística; desporto amador; luta contra a droga e o alcoolismo; educação; criação do pelouro da juventude; desburocratização dos serviços municipais; combate à criminalidade; regularização financeira do município do Porto; segurança dos municípios; afirmação política do Porto. <i>A requalificação da Baixa e a defesa do comércio tradicional são, também, objectivos a prosseguir. Tarefa seguramente difícil e morosa, mas que se impõe numa cidade que se orgulha do seu património histórico, que tem fortes tradições comerciais e que tem no turismo vantagens comparadas indiscutíveis. É, aliás, no sector turístico, que a nossa ligação à Galiza se torna imperiosa. Se a introdução da moeda única constitui um factor importante na interpenetração das duas economias, a circulação efectiva do Euro tornará a integração irreversível. É justamente com esse pressuposto em mente que deixamos expresso, no nosso programa, o desejo de estudar a possibilidade da constituição de uma empresa de capitais luso-galaicos, com o objectivo de promover todo o Noroeste Peninsular como destino turístico de inegável potencial. Muitas outras ligações nos unem à Galiza, como seja, por exemplo, o intercâmbio cultural. Foi, aliás, no sector da cultura que o Porto fez o seu grande investimento, nos últimos anos, com especial destaque para o ano que agora terminou. É tempo de colhermos os frutos desse investimento. Em termos estratégicos, os fundos públicos aplicados visavam apoiar a aquisição de experiência, em termos de programação, a criação de um público capaz de, no futuro, sustentar as principais actividades culturais e a dotação da cidade de equipamentos modernos. Esse investimento deverá ter agora o retorno que todos esperamos, em termos de afirmação do Porto como cidade digna, competente e economicamente viável, no domínio cultural. O êxito de 2001 será medido, fundamentalmente, a partir de 2002, ou seja, no momento em que a Cidade conseguir aferir a capacidade adquirida e os públicos conquistados, em termos da real sustentabilidade deste sector.</i>

continua

Concepções políticas de cultura	É possível aceder a uma concepção política de cultura, mais uma vez, pelos discursos elaborados pelo Presidente da Câmara. A cultura não é considerada um princípio estratégico do governo da autarquia e poucas linhas lhe são dedicadas nos discursos. Ainda assim, num outro documento da Câmara que serve de balanço aos primeiros 100 dias de governação de Rui Rio, a cultura aparece como uma das áreas em que a Câmara desenvolveu alguns esforços. <i>Na polémica área da cultura e da animação da cidade, continuaremos num registo de seriedade política e financeira. Ao contrário do que alguns interessados em permanentes subsídios públicos, maliciosamente têm insinuado, o Porto teve, em 2002, uma programação ao nível de sempre. Não foi, obviamente, da intensidade do ano 2001, nem o podia ser, mas estivemos, apesar da herança financeira, ao nível dos outros anos.</i>
Concepções políticas de turismo	No que se refere à concepção política de turismo num dos discursos do Presidente é afirmada a ideia da criação de uma marca “Norte-Galiza” com a intenção de promover todo o Noroeste Peninsular como destino turístico. Num documento de súpula das actividades desenvolvidas nos primeiros 100 dias da presidência de Rui Rio são apresentadas algumas relativas ao turismo: <i>Representação da cidade nas feiras internacionais de turismo de Lisboa, Paris, Madrid e Milão.</i> <i>Produção de uma newsletter de promoção das actividades turísticas dirigida aos profissionais do sector.</i> <i>Envio de material promocional da cidade, incluindo a referida newsletter, aos profissionais do sector.</i> <i>Proposta de criação de uma empresa de promoção turística de todo o Noroeste Peninsular no âmbito do Eixo Atlântico.</i> Para além disto o <i>site</i> da edilidade conduz-nos a um outro <i>site</i> apenas respeitante ao turismo no Porto. Aliás, o mote é <i>Porto Autenticidade</i>. No <i>site</i> de turismo da cidade do Porto podemos ter acesso a informações sobre a cidade do Porto em relação: - à região e ao vale do Douro; - à cronologia com informação desde o século XIII a. c. até à actualidade; - aos estrangeiros que vieram para o Porto; - às pontes que existem na cidade. Por outro lado, há um <i>menu</i> inteiramente dedicado à classificação do centro histórico do Porto como Património Mundial pela UNESCO. Aí pode aceder-se aos termos desta classificação, à área classificada, bem como aos circuitos que é possível fazer-se para

URL: <http://www.cm-porto.pt/>

Data de consulta: 4, 5, 9 e 10-12-2003

Data de actualização: 24-03-2004

	melhor se conhecer este centro histórico. Há ainda o conjunto de informações importantes de recepção ao turista que vem ao Porto, nomeadamente: como chegar ao Porto; que visitar; percursos; onde se divertir; gastronomia, restaurantes e cafés; onde dormir no Porto, como circular e um conjunto de postais virtuais. Este <i>menu</i> é bastante extenso no que se refere às potencialidades turísticas do Porto, nomeadamente no que se refere a tudo o que há para visitar. Para além de identificar cada local, é objecto de uma mini-resenha que informa sobre os seus aspectos mais básicos. Pode dizer-se que é especialmente importante o património edificado da cidade patente não só no centro histórico. Para além disso há ainda uma iniciativa do Pelouro do Turismo que se designa de <i>Porto Tours</i> e que pretende ser um <i>projecto turístico inovador na cidade do Porto. Através de parcerias com diversas entidades de carácter público e privado, o Porto Tours tem ao dispor de todos um vasto conjunto de circuitos turísticos que vão desde cruzeiros de barco no Douro, passando por circuitos de autocarro personalizados, até aos circuitos pedestres com visitas temáticas à cidade do Porto.</i>
Concepções políticas de desenvolvimento	A concepção política de desenvolvimento poderá estar relacionada com o entrecruzamento dos princípios estratégicos do executivo para a governação do município. Identifica-se concretamente uma concepção política de desenvolvimento através da interligação desses princípios, tendo por base o mote da coesão social. No entanto, uma notícia em destaque na <i>home page</i> da Câmara permite posicionar o Presidente na concepção política de desenvolvimento que prevê quer para o Noroeste Peninsular, quer para o seu município, uma vez que falou na qualidade de presidente do Eixo Atlântico, bem como na qualidade de Presidente da Câmara Municipal do Porto: <i>Julgo absolutamente indispensável que esta região do Noroeste Peninsular, constituída pelo Norte de Portugal e da Galiza, se posicione não apenas como um exemplo de dinamismo das regiões da Nova Europa, mas também como pioneira de um modelo de desenvolvimento integrado, tendo por base uma estrutura coerente de transportes e comunicações, facilitadora das relações económicas, culturais e políticas nos mesmo espaço geográfico e no universo de toda a União Europeia.</i>
Concepções políticas de desporto	Ao nível do desporto há uma clara intenção da Câmara em apoiar o desporto amador, bem como fomentar a prática desportiva entre os habitantes do município, criando estruturas e eventos que tornem isso possível. Aliás pode dizer-se que o executivo pretende democratizar a prática desportiva. Num documento de estímulo das actividades desenvolvidas nos primeiros 100 dias da presidência de Rui Rio são apresentadas algumas

continua

continuação

URL: http://www.cm-porto.pt/ Data de consulta: 4, 5, 9 e 10-12-2003 Data de actualização: 24-03-2004	
	relativas ao desporto: <i>Acompanhamento e resolução dos principais transtornos causados à população envolvente às obras dos novos estádios das Antas e Bessa.</i> <i>Preparação de um estudo sobre os hábitos desportivos dos portuenses.</i> <i>Levantamento do estado de conservação dos 34 ringues municipais.</i> <i>Apoio à organização do Congresso Mundial da Imprensa Desportiva.</i> <i>Criação do projecto "Vamos Nadar".</i> <i>Organização do Porto Open 2002.</i> <i>Organização da Corrida Festas da Cidade 2002</i>
Discursos políticos	Discurso da tomada de posse do Presidente da Câmara Municipal do Porto.
Actividades e eventos (agenda cultural)	O <i>site</i> disponibiliza informação acerca dos eventos culturais que acontecem no Porto actualizados à semana. A informação aparece dividida por teatro, festivais, cinema, conferências e colóquios, dança, exposições e outros (conjunto de actividades, oficinas, <i>ateliers</i> Há ainda informação para os mais novos com teatro e visitas guiadas.
Resenha monográfica sobre o concelho	Apresenta uma resenha histórica com alusões à história da cidade e ao brasão.
Órgãos e serviços da autarquia	O <i>site</i> disponibiliza toda a informação acerca dos órgãos e serviços do município, fornecendo inclusivamente a nova macroestrutura da Câmara Municipal. Para além disso faz parte desta organização a enumeração daquilo que são os serviços disponíveis no <i>site</i> Legislação; Departamento municipal de arquivos; Desporto; Biblioteca Pública Municipal do Porto; Gabinete da Juventude; Loja da Mobilidade; Via pública; Para além disso são disponibilizadas informações acerca das empresas municipais e fundações ao serviço do município.

continua

continuação

URL: http://www.cm-porto.pt/		Data de consulta: 4, 5, 9 e 10-12-2003 Data de actualização: 24-03-2004
Eleitos locais	Apresenta a relação de eleitos que integram o Executivo Municipal e a composição da Assembleia Municipal.	
Dados estatísticos sobre o concelho	O <i>site</i> não disponibiliza dados estatísticos, a não ser se fizermos a importação do trabalho acerca da Monitorização da qualidade de vida na cidade do Porto.	
<i>Links</i>	Sim (Muito variado. Lista extensa e <i>links</i> internos ao <i>site</i>).	
Estrutura da página	Câmara, projectos, ambiente, acção social, município, história, cultura e lazer, turismo, juventude e <i>links</i> .	

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

Anexo 5K

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Póvoa de Varzim

URL: http://www.cm-pvarzim.pt/		Data de consulta: 26-11-2003	
		Data de actualização: 24-03-2004	
Princípios estratégicos para o concelho	Não há alusão aos princípios estratégicos do executivo para o concelho. Não existe informação no site que nos permita remeter para os princípios estratégicos da autarquia relativamente ao projecto político global para o concelho.		
Concepções políticas de cultura	Não há alusão à concepção política de cultura para/acerca do concelho. No site não é disponibilizada informação que nos permita aceder a uma concepção política de cultura. Aliás o percurso que é feito a este nível configura mais uma descrição das origens do folclore neste concelho, bem como os vários tipos de artesanato que aí prevalecem. São textos de cariz meramente informativo relativos a estas realidades. Infere-se, no entanto, um apoio da Câmara em especial ao folclore com o patrocínio de espectáculos, bem como de deslocações do Rancho Poveiro ao estrangeiro. Existe uma identificação entre este tipo de manifestação cultural e a projecção do concelho da Póvoa de Varzim. Sugere-se uma valorização da cultura popular local. Acrescentam-se outros eventos que reflectem níveis de expressão cultural que não os populares. <i>Póvoa de Varzim, cidade atlântica, aberta para o mundo, com um longo historial de hospedeira e viajante; facetas essenciais na "arte" de conhecer os povos. Perpetuando a tradição da comunidade piscatória que fazia da rua a "sala de estar", é intrínseca ao poveiro a necessidade de sair de casa, de conviver, dando movimento e animação às artérias, cafés e bares da cidade, pontos de encontro e convívio para todas as idades. Mas a animação não se limita a isso. Para além da vida nocturna, a Póvoa oferece um grande leque de celebrações religiosas, onde merecem particular destaque a riqueza das procissões. As mais significativas são as da Semana Santa, o S. Pedro, a Sr.ª da Assunção e a Sr.ª das Dores. Acrescente-se uma série de grandes acontecimentos de carácter cultural ou desportivo como, por exemplo, o Festival Internacional de Música e o Rallye de Portugal. Adaptada às exigências e necessidades de todos os escalões etários e sócio-económicos, esta é uma cidade moderna, que cativa e satisfaz quem a visita e quem aqui reside.</i>		
Concepções políticas de turismo	Não há um discurso que nos permita compreender qual a concepção política de turismo prevista para o concelho. No entanto, é possível perceber uma valorização do património poveiro construído com algum impacto relativamente a monumentos históricos. O site disponibiliza informação acerca do que é possível ver na Póvoa de Varzim, bem como dois itinerários possíveis para os turistas.		

continua

URL: http://www.cm-pvarzim.pt/		Data de consulta: 26-11-2003	Data de actualização: 24-03-2004
Conteúdos	Concepções políticas de turismo	Sugere um turismo balnear, com larga tradição no concelho, e um turismo de lazer. <i>Espraiada junto ao Atlântico, 28 Km a norte do Porto, a cidade cresceu a partir do seu núcleo histórico - Matriz - que se consolidou no séc. XVI e seguintes. A tradicional actividade piscatória mantém-se em torno do seu Porto de Pesca, alvo de amplas remodelações urbanísticas que lhe acrescentam valências desportivas e de lazer. É, também, um animado centro de veraneio, cheio de cor e movimento, com uma das melhores e mais concorridas praias do país. A zona ribeirinha tem sido sujeita a intervenções urbanísticas que lhe emprestam a dignidade e o glamour que uma estância balnear com tão grandes tradições merece.</i>	
	Concepções políticas de desenvolvimento	Não há alusão à concepção política de desenvolvimento do concelho neste site.	
	Concepções políticas de desporto	Não há informação que nos permita aceder a uma concepção política de desporto neste site. Ainda que exista um <i>menu</i> relativo ao desporto, aquilo que aí aparece são os resultados do Varzim no Campeonato Nacional na época de 2002/2003. Do lado esquerdo do <i>site</i> é possível visualizar as designações Desporto Municipal, Acontecimentos Desportivos e Desportivo da Póvoa, mas não é possível aceder a qualquer um destes <i>submenus</i> . Não dá hiperligação.	
	Discursos políticos	Não há nenhum discurso político no <i>site</i> .	
	Actividades e eventos (agenda cultural)	O <i>site</i> disponibiliza informação acerca de três eventos: a informação que diz respeito ao Prémio literário <i>Correntes de Escritas</i> não está actualizada. Por outro lado são focadas as Cerimónias de celebração da Semana Santa que decorrerão de 3 a 11 de Abril, e o <i>XVII Festival Internacional de Música da Póvoa de Varzim</i> que decorrerá de 9 a 31 de Julho deste ano. A Câmara promove e patrocina o primeiro evento e faz parte da organização do segundo. Esta informação tem data de última actualização de 4 de Março deste ano.	
	Resenha monográfica sobre o concelho	O <i>site</i> disponibiliza uma resenha monográfica sobre o concelho acompanhada ainda de uma justificação etimológica para a denominação do lugar, bem como a definição do significado dos constituintes do brasão do concelho.	

continuação

URL: http://www.cm-pvarzim.pt/		Data de consulta: 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004
Órgãos e serviços da autarquia	Não disponibiliza informação acerca dos órgãos e serviços existentes no município.	
Eleitos locais	Não disponibiliza informação acerca da listagem dos eleitos para a Câmara e Assembleia Municipais.	
Dados estatísticos sobre o concelho	Disponibiliza um conjunto de dados estatísticos com última actualização em Fevereiro de 2000 que abrangem as seguintes áreas: demografia (dados de 1996 e 1997); educação (dados de 1991, 1995 e 1996); finanças municipais (dados de 1992 e 1997); economia (dados de 1989, 1995, 1996 e 1997); habitação e qualidade de vida dados de 1991, 1996 e 1997; Não existe qualquer indicação da fonte relativa a estes dados estatísticos.	
<i>Links</i>	Sim (Casa da Juventude, Ecocentro e Plano de Urbanização da Póvoa).	
Estrutura da página	Câmara, freguesias, informações, turismo, desporto, livro de visitas, <i>home</i> , eventos e posto de atendimento ao cidadão.	

^{a)} À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

Anexo 5L

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004^{a)} - Valongo

URL: http://www.cmvalongo.net/		Data de consulta: 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004	
Princípios estratégicos para o concelho	Não há alusão aos princípios estratégicos do executivo para o concelho.		
Representações dos actores políticos locais	Concepções políticas de cultura	É disponibilizado um conjunto de informações que nos permite antever alguns princípios fundamentais da concepção política da Câmara. São estipuladas algumas das áreas de intervenção do Pelouro da Cultura, Juventude e Turismo, bem como actividades culturais fixas realizadas ao longo do ano e que cumprem a função (desejada pelo executivo) de projecção do concelho de Valongo. Neste sentido, a Câmara estabeleceu um conjunto de protocolos com algumas instituições de cariz cultural nas áreas da música, teatro, magia e ambiente e investigação. O Pelouro da Cultura, Juventude e Turismo tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com determinadas Instituições e Associações. Estes protocolos surgem no nosso Concelho com o intuito de criar uma dinâmica cultural que proporcione não só bons momentos de lazer como preencha os objectivos de índole educativa. <i>Teatro - Protocolo de Cooperação com o grupo de Teatro Profissional Entretanto Teatro</i> <i>Música - Protocolo de Cooperação Cultural com a Associação Norte Cultural Orquestra do Norte</i> <i>- Protocolo de Cooperação Cultural com a Banda de Música de Campo</i> <i>Magia - Protocolo de Cooperação Cultural com a Comissão Especial para a Organização do MagicValongo</i> <i>Parque Paleozóico - Protocolo de Cooperação Cultural com a Faculdade de Ciências, Departamento de Geologia da Universidade do Porto.</i> Apresentam as seguintes actividades culturais, as mais importantes e que têm carácter fixo. <i>Encontro de Teatro Amador do Concelho de Valongo, Animação de Verão, Feira de Artes Populares, MagicValongo, Artvallis, Semana da Juventude, Feira do Livro, Entretanto MitValongo e Desfiles das Marchas Populares de S. João.</i> Por outro lado existe um projecto de descentralização cultural levado a cabo através da construção de casas ou Fóruns Culturais em todas as freguesias do concelho. Quer sejam construídas de raiz, quer sejam remodelações de património edificado do concelho, estas casas culturais dispõem de vários espaços para o desenvolvimento de actividades culturais diversas. Acabam por ser um esforço de levar a cultura a cada um dos municípios, aproximando-a deles próprios. São elas: Centro Cultural de Alfena (Alfena), Casa da Cultura	

continua

continuação

URL: http://www.cmvalongo.net/		Data de consulta: 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004
		<i>de Campo (Campo), Fórum Cultural de Ermesinde (Ermesinde), Casa da Cultura de Sobrado (Sobrado) e Forum Vallis Longus (Valongo). Outro dos princípios da política cultural da Câmara de Valongo consiste na preservação, sensibilização e divulgação do património concelhio. Uma outra preocupação da Câmara é a de tornar habituais determinados eventos que acabam por projectar o concelho externamente. Estes eventos são caracterizados pela sua função de animação cultural: <i>Marchas Populares de S. João, Concelho Vivo, Valongo Jovem, 3.ª Semana da Juventude, MagicValongo, Noites de Holywood - Ciclos de Cinema e Geminção Jovem.</i></i>
Concepções políticas de turismo		Não há um discurso que permita compreender qual a concepção política de turismo prevista para o concelho. Porém, disponibiliza um conjunto de informação rápida, tipo guia turístico, acerca das potencialidades do concelho. Neste sentido, aquilo que é mais focado são as visitas a lugares marcantes do concelho de Valongo, lugares esses que correspondem a património histórico construído, apresentando um inventário de equipamentos por freguesia, e ao Parque Paleozóico, que foca uma perspectiva mais de turismo ecológico. São essas as apostas deste executivo para o turismo.
Concepções políticas de desenvolvimento		Não há alusão à concepção política de desenvolvimento para o concelho neste site. No entanto, numa notícia que aparece nos destaques e em relação ao desenvolvimento do desporto, é afirmado que <i>durante este seu mandato (Fernando Melo) irá «apostar forte na vertente desportiva», adiantando ainda que só não o fez antes porque a população estava carente de necessidades primárias como, por exemplo, a falta de água, saneamento, redes viárias, escolas e cultura.</i> Neste sentido será possível compreender ainda um desenvolvimento primário do concelho em termos de infra-estruturas básicas. Por outro lado, e talvez agora no sentido contrário, a aposta na construção de centros culturais em todas as freguesias, com todas as valências, bem como a construção de equipamentos desportivos também em todas as freguesias, indiciam um investimento nas áreas da cultura e do desporto como motores para o desenvolvimento futuro do concelho de Valongo.
Concepções políticas de desporto		Não há informação que nos permita aceder a uma concepção política de desporto neste site. Porém, e fazendo usos quer da existência de infra-estruturas desportivas em todas as freguesias do concelho, quer da notícia apresentada em destaque na página da Câmara, verifica-se uma crescente preocupação com esta área. Através desta notícia é possível perceber que o município tem vindo a acompanhar e a apoiar as modalidades desportivas amadoras nos últimos anos. De referir que estas notícias não têm autor, sendo de supor que são da responsabilidade da Câmara.

continua

URL: http://www.cmvalongo.net/		Data de consulta: 26-11-2003	Data de actualização: 24-03-2004
Conteúdos			
Discursos políticos	Não há um discurso político relativo ao concelho.		
Actividades e eventos (agenda cultural)	O <i>site</i> da Câmara Municipal de Valongo disponibiliza, para além da informação relativa aos eventos fixos da Câmara, informação constantemente actualizada acerca dos eventos a realizar-se no município. Essa informação aparece sob a forma de destaque na <i>home page</i> da autarquia.		
Resenha monográfica sobre o concelho	Apresenta uma resenha monográfica sobre o concelho, desde as suas origens até à actualidade. <i>Valongo é hoje um concelho empenhado em cumprir um desenvolvimento harmonioso e equilibrado. O crescimento económico terá que conviver com a preservação dos bens culturais e naturais. Uma dualidade que garantirá sempre a qualidade de vida.</i>		
Órgãos e serviços da autarquia	O <i>site</i> disponibiliza informação acerca dos órgãos e serviços existentes no município: apresenta a composição da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. São ainda descritas as competências atribuídas a cada um destes órgãos. Por outro lado, é apresentado em organograma a organização dos serviços municipais.		
Eleitos locais	Apresenta a totalidade dos eleitos da Câmara e Assembleia Municipais, Vereadores com e sem pelouro, e Presidentes das Juntas de Freguesia.		
Dados estatísticos sobre o concelho	Não são disponibilizados quaisquer dados estatísticos.		
Links	Links internos ao <i>site</i> .		
Estrutura da página	Contactos, eventos, notícias, serviços, informações, guias, autarquia, municípios, regulamentos, parque paleozóico e transportes.		

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

Anexo 5M

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Vila Nova de Gaia

URL: http://www.cm-gaia.pt/		Data de consulta: 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004
Representações dos actores políticos locais	Princípios estratégicos para o concelho	O site da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia não disponibiliza um texto específico para a apresentação dos princípios estratégicos do executivo para a autarquia no presente mandato. No entanto, no arquivo de notícias que é disponibilizado neste site há a notícia da tomada de posse do Presidente da Câmara Municipal em 2002. Nessa tomada de posse foi feito um discurso onde o presidente apresenta uma súmula daquilo que foi feito e os objectivos a cumprir para o presente mandato. <i>Para este mandato que agora se inicia, o Presidente da Câmara Municipal aposta na consolidação das grandes reformas e investimentos infraestruturantes iniciadas no anterior mandato.</i> <i>O mandato 2001/2005 será, então, o ciclo de sedimentação de projectos de reabilitação específica das sub-zonas municipais com maiores potencialidades ambientais e patrimoniais – a costa de mar e o centro histórico; será o ciclo da irreversibilidade do movimento de combate às assimetrias do desenvolvimento concelhio; o ciclo da implementação firme dos projectos – muitos já iniciados ou até experimentados – de afirmação de políticas de excelência, em áreas que padronizam a qualidade de vida das comunidades mais modernas e prósperas – Educação, Cultura, Acção Social, Desporto e Lazer serão nesse particular, as áreas prioritizadas. O Presidente da Autarquia, afirmou ainda que Gaia continuará a ter um papel activo na afirmação da identidade metropolitana do Grande Porto, daí que garantiu combater a favor de reformas de Estado que flexibilizem e modernizem o funcionamento da administração pública, modernizem o sistema eleitoral, dêem um novo impulso ao papel coordenador de políticas que deve caber aos órgãos metropolitanos. Neste contexto será feito, nas próximas semanas, uma proposta aos órgãos metropolitanos do Porto, no sentido de ser devolvido, de imediato, ao Poder Local, a soberania sobre todas as empresas e sistemas municipais que hoje são tuteladas de forma absurda pelo IPE.</i> <i>Consolidação da modernização infra-estrutural;</i> <i>Os serviços públicos e a melhoria da qualidade de vida (Criar uma escola de artes no centro histórico, Ligar a política cultural a uma política de promoção turística, Alargar rede de instalações desportivas no concelho e Construir a Casa Municipal da Juventude);</i> <i>Modernização planeada do concelho (Atrair classe média/alta para a orla marítima, Atrair jovens e artistas para a frente ribeirinha e Requalificação das frentes urbanas contíguas ao mar).</i>

continua

URL: http://www.cm-gaia.pt/ Data de consulta: 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004	
	<i>Alicerçada na panóplia de medidas genéricas atrás referidas, será mantido o designio estratégico de fazer de Gaia, no espaço de mais um ciclo de poder autárquico, no pólo rival do Porto, enquanto principal centralidade, político-económica, social, desportiva e cultural de toda a região.</i> <i>As políticas de crescimento e desenvolvimento continuarão a ter em linha de conta a existência de quatro realidades territoriais: o Centro Histórico e a Orla Fluvial, a Orla Marítima, a Cidade e a mancha sub urbana e rural constituída pelo Centro, Sul e Área Nascente do Concelho.</i>
Concepções políticas de cultura	Em termos de concepção política de cultura passa-se o mesmo que com os princípios estratégicos da autarquia. O site não disponibiliza uma informação sistematizada em relação a este tema, mas através do arquivo de notícias podemos ter acesso a alguns daqueles que são os princípios estratégicos do executivo para esta área e, nesse sentido, é mesmo afirmado que a política cultural de Vila Nova de Gaia assenta em dois pilares fundamentais: a qualidade dos eventos apresentados e a sua dimensão internacional. Por outro lado, através de uma afluência de turistas numa altura particular do ano associada a um festival de Cinema que se quer seja de qualidade, o executivo pretende promover a zona Ribeirinha de Gaia, num interface entre a dimensão económica, turística e cultural. Existe ainda uma outra preocupação do executivo: tornar acessíveis a todos os municípios eventos de música erudita a todos os habitantes esta vontade um princípio de democratização cultural. Pretende-se apresentar concertos de música erudita a todos os habitantes reforçando-se aqui a vertente pedagógica da cultura, no sentido de levar a todas as pessoas manifestações culturais de vários níveis. A Câmara apoia também as colectividades do concelho, nomeadamente no que se refere à construção de infra-estruturas e equipamentos culturais com a contrapartida de que estas promovam a cultura e o recreio. A cultura é ainda considerada factor de desenvolvimento sendo utilizada como mote para a apresentação da política cultural da autarquia. Existe finalmente uma preocupação com a animação cultural associada ao desporto e ao turismo, especialmente localizada na zona ribeirinha. Esta animação cultural fica a cargo da Gaianima E.M. <i>Se não houver oferta de bens culturais de qualidade, as pessoas vão procurá-los noutro sítio. A nossa política cultural, nos próximos quatro anos, tem direções precisas. Há dois objectivos estratégicos. Não queremos fazer a política cultural do Porto ou de Lisboa, já que deve adequar-se ao projecto global. Não pode ser uma feira de vaidades ou instrumento de poder. O primeiro objectivo é que os eventos culturais ajudem a fazer imagem positiva de Vila Nova de Gaia, uma imagem cosmopolita. Não chega que o evento se faça. Hoje, o que não é publicitado não existe.</i>

	Portanto, as iniciativas culturais servem para promover o concelho e, principalmente, as zonas que queremos vender: a zona do rio e do mar. Fruto dessa opção, muitos dos eventos serão nesses locais. O segundo objectivo estratégico é que as actividades culturais tenham um fim formativo. Vamos ter muitas actividades culturais viradas para a escola, para que, amanhã, haja consumidores de produtos culturais de qualidade. A nossa meta é também levar ao público em geral produtos culturais de qualidade. Vamos fazer ópera, ballet e concertos sinfónicos ao ar livre, para que a população, que normalmente não tem acesso a este tipo de espectáculo, possa ser sensibilizada para este género de iniciativas. A realização do Festival Internacional – Gaia 2002 enquadra-se numa política cultural que assenta em dois pilares fundamentais, a qualidade e dimensão internacional. Duas características reunidas neste certame, particularmente no que se refere à programação, a qual pressupõe a exibição de filmes de qualidade reconhecida, envolvendo nomes de primeira grandeza. O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Dr. Luís Filipe Menezes, sublinha que a componente essencial deste certame é o cinema português e que este evento pode ser uma importante rampa de lançamento para futuros nomes de referência do cinema mundial. O Município de Gaia, através da “Gaianima, E.M”, enquanto comissão organizadora e a Cinema Novo CRL, enquanto comissão executiva, são as entidades responsáveis pela realização deste certame que se propõe marcar Portugal no mapa dos festivais europeus. O Festival Internacional – Gaia 2002 decorrerá entre os dias 14 e 22 de Junho, antecipando numa semana o programa das festas da cidade. A realização deste evento no início da época balnear tem o propósito de coincidir com a altura em que se verifica uma maior afluência de turistas ao Concelho. Daí que um dos objectivos seja a promoção da Ribeira de Gaia, em particular as Caves do Vinho do Porto, através de uma manifestação de forte impacto mediático, na área do cinema e do audiovisual. O que se prevê seja capaz de atrair as atenções dos Media interessados num evento que funda a cultura, o social e a vida económica e que será sediada numa das mais destacadas regiões da Europa, enquanto destino turístico por excelência e candidata a Património Mundial da Humanidade. Além disso, é pretensão dos mentores deste evento a inscrição do Festival na Federação Internacional de Produtores de Filmes – FIAPF -, entidade que atribui a chancela de Festival de Categoria A Mundial”. O Auditório Municipal de Gaia e uma sala do AMC será palco da apresentação de filmes a concurso, uma secção Antestreias e uma secção Retrospectiva. Existirá ainda uma sala ao ar livre com programação idêntica. 2001 – 2005 será o quadriénio da entrada em funcionamento de novos equipamentos culturais, desportivos e de lazer – o Centro Cultural de Gaia, o novo Teatro da Beira-Rio, o Arquivo Municipal, a Casa da Juventude, o Complexo Desportivo do Parque da Cidade, o Complexo Desportivo de Pedroso, o Complexo Desportivo do Candal, entre outros.

URL: http://www.cm-gaia.pt/ Data de consulta: 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004	
	2001 - 2005 serão igualmente os quatro anos de formatação de um novo e imaginativo programa de actividades culturais que faça do Concelho um pólo concorrencial no mercado cultural metropolitano. (discurso de tomada de posse) Câmara Municipal Gaia assinou um protocolo de colaboração com 56 colectividades do Concelho, para infra-estruturas e equipamentos culturais, no valor global de 163.500 euros. (...) (2003/03/22) Os protocolos assinados permitem a realização de obras de construção ou melhoramento, acções de manutenção das infra-estruturas, instalações ou equipamentos culturais, de acordo com as necessidades de cada associação. Ao abrigo destes protocolos ficam as instituições obrigadas a promover, no âmbito das suas actividades, a cultura e o recreio, em colaboração com o Município de Vila Nova de Gaia.
Concepções políticas de turismo	É notório pelo discurso do Presidente quer na tomada de posse, quer em entrevistas, a importância que o turismo tem para o concelho, especialmente no que se refere à costa ribeirinha e marítima. Entende-se pelas várias intervenções que têm sido feitas uma preocupação com a criação de infraestruturas nestas áreas, o que reflecte especialmente na costa marítima, uma preocupação com o turismo de sol e praia, bem como um aproveitamento da zona ribeirinha como uma franca zona de entretenimento. (...) Foi nos últimos dois anos que se consolidou o projecto de progressiva reabilitação da orla marítima, com a conclusão do processo de reabilitação urbana da frente de mar de Canidelo, com as demolições de dezenas de equipamentos degradados (exemplos emblemáticos: o Hotel de Miramar e o edifício Iodo em Francelos), com a conquista de 16 bandeiras azuis para as praias de Gaia. Foi nestes últimos dois anos que avançou com mais determinação para a reabilitação do centro histórico e da orla fluvial, com as renovações das ruas de General Torres e Cândido dos Reis, com a abertura ao público do Cais de Gaia, com a reabilitação das instalações do Fluvial Portuense e o arranque do programa Polis. (Grandes Opções do Plano para 2004) Existe por outro lado a convicção de que Vila Nova de Gaia constitui um pólo de turismo de lazer e de negócios. Vila Nova de Gaia é um concelho moderno e dinâmico, voltado para a indústria, comércio e serviços, com especial destaque para o Turismo de lazer, negócios, congressos e incentivos. (...) Monumentos emblemáticos, como os mosteiros da Serra do Pilar (Património Mundial), Grijó, Pedroso e Corpus Christi, a Casa Museu Teixeira Lopes, o centro Histórico, as povoações de Arnelas, Aguda, Granja e suas igrejas paroquiais,

continuação

URL: http://www.cm-gaia.pt/		Data de consulta: 26-11-2003	Data de actualização: 24-03-2004
		capelas e edifícios de carácter civil marcam os tempos e ritmos da comunidade gaíense. (...) As óptimas acessibilidades com o resto do país, a proximidade do aeroporto internacional e a hospitalidade das suas gentes tornam Vila Nova de Gaia num dos mais convidativos e agradáveis lugares para fazer turismo, em qualquer época do ano. <i>Terra de História, de Mar e Rio, Vila Nova de Gaia é um destino a não perder.</i> Aproveitando ainda quer a vizinhança com o Douro quer a importância das Caves do Porto o site disponibiliza informação acerca destas duas motivações turísticas, relatando a história e a funcionalidade que têm ainda hoje. O património construído é outro dos aspectos focados e que apelam à visita dos turistas, bem como os itinerários possíveis de autocarro ou barco, fazendo sempre apelo à complementaridade que existe entre a tradição e a modernidade de Gaia. <i>Quem conheceu Vila Nova de Gaia noutros tempos e volta agora a esta cidade não ficará de certo alheio à modernização que se tem feito sentir. Essa modernização não significou porém, a perda da identidade que povos bem antigos deixaram no seu carácter, nas festas, na gastronomia e nos monumentos. Por tudo isto, Vila Nova de Gaia é modernidade e tradição, conforto e encanto que proporcionam à sua estada uma experiência memorável que convidamos a descobrir.</i>	
Concepções políticas de desenvolvimento		Em termos de desenvolvimento, ou melhor de concepção política de desenvolvimento, não há propriamente um texto que nos permita afirmar que os princípios básicos desta política estejam identificados. Há como em todos os outros pontos uma recolha possível dos aspectos mais importantes para o executivo a partir das notícias que vão sendo disponibilizadas no site . É certo que uma grande parte do desenvolvimento do concelho passa pelo plano urbanístico, e que está eminentemente associado ao Programa Polis. No entanto, outros factores como a educação, o ambiente, a cultura vão sendo utilizados nos discursos para darem conta da sua própria presença no plano de desenvolvimento do concelho. <i>A política cultural como factor de desenvolvimento foi o mote para a apresentação da estratégia traçada para esta área nos próximos quatro anos. O programa foi apresentado pelo Presidente da Câmara a bordo de um barco rabelo. Na ocasião foi apresentado o Festival Internacional do Filme - GAIA'2002 (...) 2002/05/10</i>	
Concepções políticas de desporto		No que se refere ao desporto há uma preocupação da autarquia com a construção e apoio à manutenção de infra-estruturas desportivas de grande dimensão (complexos desportivos) em várias freguesias do concelho.	

continua

continuação

URL: http://www.cm-gaia.pt/ Data de consulta: 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004	
	<i>Arrelvamento de Campos de Futebol; Complexos Desportivos (Complexo Desportivo do Candal, Complexo Desportivo de Pedroso e Complexo Desportivo de Vila D'Este); Complexo das Piscinas da Granja; Parque da Aguda e Parque da Cidade de Vila Nova de Gaia.</i> Existe ainda a criação de uma Fundação de fomento desportivo protocolada entre a Câmara de Vila Nova de Gaia e o Porto SAD. <i>A Fundação PortoGaia para o Desenvolvimento Desportivo tem como principais instituidores o Futebol Clube do Porto, Futebol SAD e o Município de Vila Nova de Gaia. Esta fundação visa, de acordo com os seus estatutos, promover, patrocinar e realizar actividades de fomento desportivo junto da população do concelho de Vila Nova de Gaia.</i>
Discursos políticos	O site disponibiliza o discurso de Luís Filipe Menezes aquando da tomada de posse do seu segundo mandato em Janeiro de 2002.
Actividades e eventos (agenda cultural)	O site disponibiliza informação acerca das actividades culturais e desportivas do concelho quer na zona dos <i>menus</i>, quer em área de destaque na <i>home page</i>. Actualmente está a ser desenvolvido ao nível desportivo o programa <i>Páscoa Mais Desportiva 2004</i> que tem por objectivo ocupar os tempos de tempos livres dos jovens nas férias escolares da Páscoa. Em termos culturais a informação apresenta-se seleccionada pelas seguintes áreas: cinema, actividades, exposições, teatro, congressos, música, teatro e festival. De referir que estas actividades, para além de serem organizadas com a participação da Câmara, decorrem em espaços municipais.
Resenha monográfica sobre o concelho	Apresenta uma resenha monográfica sobre o concelho, bem como a constituição do brasão do concelho.
Órgãos e serviços da autarquia	O site disponibiliza alguma informação relativa aos serviços municipais, nomeadamente ao regulamento desses mesmos serviços publicado em Diário da República em 7 de Maio de 2002. Esse novo regulamento visa revogar e substituir um organograma e regulamento que remonta a 1988 e que, de há muito, tem vindo a revelar-se desajustado às necessidades sentidas pela autarquia, na prossecução quotidiana das respectivas atribuições, pese embora as alterações orgânicas pontuais ocorridas ao longo do tempo, nomeadamente, a última e mais importante, verificada em Maio de 2000. Para além deste regulamento está ainda disponível um organograma dos serviços da Câmara, bem como a organização e funcionamento das Empresas Municipais da Autarquia.

continua

continuação

URL: http://www.cm-gaia.pt/		Data de consulta: 26-11-2003	Data de actualização: 24-03-2004
Eleitos locais	Apresenta a lista de eleitos da Câmara e Assembleia Municipais e das Juntas de Freguesia.		
Dados estatísticos sobre o concelho	O <i>site</i> disponibiliza um conjunto de informações relativas a estatísticas do município, nomeadamente no que se refere às seguintes variáveis: população, grupos etários, alojamentos e habitação. Estes dados têm datas relativas a 1991 e 1998 sendo as suas fontes o INE e a AMP, sem qualquer outra designação, nomeadamente do documento que lhes dá origem. É ainda feita uma análise descritiva aos dados estatísticos disponíveis tendo sempre por comparação o concelho do Porto, bem como o conjunto da AMP. O discurso é por vezes “bairrista”: <i>Este forte policentrismo da cidade do Porto em relação às restantes cidades da AMP não representa, de forma alguma, um factor positivo para um desenvolvimento sustentável destas cidades, em particular para o Concelho de Vila Nova de Gaia.</i>		
Links	Sim (Muito variado. Lista extensa. Subdivididos por áreas. Links internos ao <i>site</i>).		
Estrutura da página	Autarquia, informações, programa polis, desporto, educação, agenda cultural, acção social e saúde, turismo, transportes, cidadania, arquivo de notícias, <i>newsletters</i> , <i>FAQ's</i> e <i>links</i> .		

^{a)} À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

Anexo 5N

Aspectos formais dos *sites* das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)}

	<i>URL</i>	<i>Design gráfico</i>	<i>Símbolos do site e do concelho</i>	<i>Actualização dos conteúdos</i>	<i>Línguas de suporte do site</i>	<i>Autores do site</i>	<i>Motores de busca</i>	<i>Número de visitantes</i>
Espinho	http://www.cm-espinho.pt/	Azul e amarelo. Fotografias actuais do concelho	Emblemas das bandeiras da juntas de freguesia	Não	Português	Não	Não	Não
Gondomar	http://www.cm-gondomar.pt/	Azul e cinzento e dourado. Fotografias, ilustrações e imagens alusivas ao conteúdo	Não	Agendas de actividades culturais e desportivas	Português	Não	Sim	Não
Maia	http://www.cm-maia.pt/	Branco, preto e azul. Muitas fotografias alusivas aos conteúdos. Mapas e imagens estáticas	Brasão do concelho	Agendas de actividades culturais e desportivas e notícias	Português	Sim (Gabinete de Informática da CM Maia)	Sim	Sim
Matosinhos	http://www.cm-matosinhos.pt/	Cinzento, branco e azul. Fotografias de pessoas, monumentos, equipamentos, actividades ou locais	Símbolo da CM Matosinhos	Agendas de actividades culturais e desportivas e notícias	Português	Sim (PT Prime)	Sim	Não
Porto	http://www.cm-porto.pt/	Branco e verde. Muitas fotografias e imagens animadas	Símbolo da CM Porto	Agendas de actividades culturais e desportivas, notícias e implementação de políticas, actualizados diariamente	Português	Sim (Wiremaze)	Sim (dentro do próprio <i>site</i>)	Não

continua

continuação

	URL	Design gráfico	Símbolos do site e do concelho	Actualização dos conteúdos	Línguas de suporte do site	Autores do site	Motores de busca	Número de visitantes
Póvoa de Varzim	http://www.cm-pvarzim.pt/	Branco e cinzento	Não	Alguns eventos culturais e uma tabela de tarifas	Português	Sim (Webmaster @cm-pvarzim.pt)	Não	Não
Valongo	http://www.cmvalongo.net	Branco e verde (base). Muito colorido. Poucas imagens	Brasão do concelho	Agendas de actividades culturais e notícias	Português	Sim (Forevernet)	Não	Não
Vila do Conde	O site não está disponível							
Vila Nova de Gaia	http://www.cm-gaia.pt/	Branco, azul e amarelo. Fotografias de pessoas, monumentos, equipamentos, actividades ou locais. Croquis de projectos de intervenção urbanística	Símbolo da CM Vila Nova de Gaia	Agendas de actividades culturais e desportivas, notícias e implementação de políticas, actualizados diariamente	Português	Sim (Novabase)	Não	Não

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de site oficial.

Anexo 50

Caracterização sociográfica dos presidentes de câmara por concelho da AMP, 2002-2003 ^{a)}

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício	Tempo de exercício de funções políticas ^{b)}	Filiação partidária	Pelouros atribuídos
Espinho	Masculino	51 anos	Castelo de Paiva	Espinho	6.º ano do Seminário e Curso Comercial das Missões Consulata	Operário de máquinas na CORFI (Espinho) e contabilista na CORFI. Entre 1974 e 1983, actividades de sindicalista e militante do PS; a partir de 1983, com funções em estruturas políticas pertencentes à União Europeia e deputado da AR. De 1993 em diante autarca com mandato de deputado suspenso.	20 anos (10 como autarca)	PS	Desporto e Comunicação
Maia	Masculino	55 anos	Águas Santas	Maia	Licenciatura em Engenharia Civil	Engenheiro civil e cargos de gestão em empresas de construção civil do Norte ao Algarve. Actividades associativas. Vereador e vice- presidente da edilidade maiata desde 1989. Desde 2002, presidente da autarquia.	14 anos	PPD/PSD	Desporto, Obras Municipais e Finanças
Póvoa de Varzim	Masculino	53 anos	Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Licenciatura em Medicina	Médico até 1993, data a partir da qual exerce as funções de autarca.	9 anos	PPD/PSD	Nenhum

continua

continuação

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício	Tempo de exercício de funções políticas ^{b)}	Filiação partidária	Pelouros atribuídos
Valongo	Masculino	66 anos	Porto	Porto	Licenciatura em Medicina	Desde os 15 anos, actividades políticas de oposição ao regime do Estado Novo. Fez parte do Movimento da Unidade Democrática. Médico e director do Hospital de Santo António. Governador Civil do Porto (1991 a 1993). Autarca desde 1993.	10 anos	PPD/PSD	Educação
Vila Nova de Gaia	Masculino	48 anos	Ovar	Porto	Licenciatura e Mestrado em Medicina	Médico desde 1976 até 1991, função de docência na Faculdade de Medicina do Porto durante 8 anos, membro do Governo e da direcção da bancada do PPD/PSD. Autarca desde 1997.	13 anos (6 como autarca)	PPD/PSD	Desporto e Cultura

^{a)} À data de realização da entrevista. Apresenta-se apenas a caracterização sociográfica dos actores políticos que acederam à entrevista, e de acordo com a análise dos discursos proferidos na situação de entrevista.

^{b)} O número de anos referido diz respeito ao tempo de exercício das funções de autarca. Não deixamos, contudo, de referir outras actividades desenvolvidas pelos actores alvo, tal como por eles anotado.

Anexo 5P

Caracterização sociográfica dos vereadores da cultura por concelho da AMP, 2002-2003 ^{a)}

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício	Tempo de exercício de funções políticas ^{b)}	Filiação partidária	Pelouros atribuídos
Espinho	Masculino	51 anos	Santa Maria da Feira	Espinho	Licenciatura em Engenharia e em Pintura. Mestrado em Arqueologia Pré-histórica	Empresário (gabinete de projectos na área da engenharia electrotécnica para a construção) e Professor do ensino secundário.	17 anos (os últimos 9 anos a tempo inteiro)	PS	Turismo e Educação
Gondomar	Masculino	34 anos	Marco de Canaveses	Gondomar	Licenciatura em Filosofia. Pós-graduação em Gestão Autárquica. Mestrando em Administração e Planificação da Educação	Professor do ensino secundário	9 anos	PPD/PSD	Educação, Desporto, Acção Social, Juventude e Habitação
Maia	Masculino	38 anos	Maia	Maia	Licenciatura em Ciências da História (ramo Património)	Gestor Financeiro	5 anos	PPD/PSD	Turismo
Matosinhos	Masculino	44 anos	Póvoa de Varzim	Matosinhos	Bacharelato em comunicação social	Jornalista	5 anos	PS (Independente)	Turismo e Educação

continua

continuação

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício	Tempo de exercício de funções políticas ^{b)}	Filiação partidária	Pelouros atribuídos
Porto	Masculino	41 anos	Porto	Porto	Licenciatura em História (ramo Arqueologia)	Professor do ensino universitário e Arqueólogo	Dirigente estudantil nos anos 70. 10/12 anos	PPD/PSD	
Póvoa de Varzim	Masculino	48 anos	Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante Português-Francês	Professor do ensino secundário	5 anos	PPD/PSD	Turismo
Valongo	Masculino	36 anos	Vieira do Minho	Valongo	Engenharia Electrotécnica	Funcionário da IBM	8 anos	PPD/PSD	Juventude, Turismo, Habitação Social e Ambiente
Vila do Conde	Feminino	53 anos	Serpa	Vila do Conde	Licenciatura em Química	Professora do ensino básico e secundário	5 anos	PS	Educação e Acção Social
Vila Nova de Gaia	<i>é o presidente de câmara</i>								

a) À data de realização da entrevista. Apresenta-se apenas a caracterização sociográfica dos actores políticos que acederam à entrevista, e de acordo com a análise dos discursos proferidos na situação de entrevista.

b) O número de anos referido diz respeito ao tempo de exercício das funções de autarca. Não deixamos, contudo, de referir outras actividades desenvolvidas pelos actores alvo, tal como por eles anotado.

Anexo 5Q

Caracterização sociográfica dos vereadores do turismo por concelho da AMP, 2002-2003 ^{a)}

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício	Tempo de exercício de funções políticas ^{b)}	Filiação partidária	Pelouros atribuídos
Espinho	<i>é o vereador da cultura</i>								
Gondomar	Feminino	50 anos	Castelo Branco	Porto	Frequência da Licenciatura em Filosofia e do 3.º ano da Licenciatura em História	Funcionária da RTP	9 anos	PPD/PSD	Geminações, Gabinete do Cidadão, Gabinete de Imprensa, Protocolo e Adjunta do Presidente
Maia	<i>é o vereador da cultura</i>								
Matosinhos	<i>é o vereador da cultura</i>								
Porto	Masculino	67 anos	Porto	Porto	Gestão e Marketing (Universidade EUA sem diploma)	Director duma companhia internacional de petróleo	Desde 1974, em actividades partidárias: vice-presidente da Federação Regional do Partido da Democracia Cristã; 20 anos na Assembleia Municipal da edilidade portuense. Vereador desde 2001.	CDS/PP	Actividades Económicas, Polícia, Batalhão de Sapadores de Bombeiros, Relações Internacionais; Representação do Presidente
Póvoa de Varzim	<i>é o vereador da cultura</i>								
Valongo	<i>é o vereador da cultura</i>								
Vila do Conde	<i>é o vereador da cultura</i>								

^{a)} À data de realização da entrevista. Apresenta-se apenas a caracterização sociográfica dos actores políticos que acederam à entrevista, e de acordo com a análise dos discursos proferidos na situação de entrevista.

^{b)} O número de anos referido diz respeito ao tempo de exercício das funções de autarca. Não deixamos, contudo, de referir outras actividades desenvolvidas pelos actores alvo, tal como por eles anotado.

Anexo 5R

Caracterização sociográfica dos vereadores do desporto por concelho da AMP, 2002-2003 ^{a)}

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício	Tempo de exercício de funções políticas ^{b)}	Filiação partidária	Pelouros atribuídos
Espinho ^{c)}	Masculino	50 anos	Espinho	Santa Maria da Feira	Licenciatura em Ciências do Desporto	Professor de Educação Física no Ensino Secundário	14 anos	PS	
Gondomar	<i>é o vereador da cultura</i>								
Maia	<i>é o presidente de câmara</i>								
Porto	Masculino	29 anos	Porto	Porto	Licenciatura em Direito	Advogado	1 ano	PPD/PSD	Educação, Juventude, Recursos Humanos e Euro 2004
Póvoa de Varzim	Masculino	38 anos	Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Licenciatura em Direito	Advogado	5 anos	PPD/PSD	Ação Social, Serviços Jurídicos e Polícia Municipal
Valongo	Masculino	46 anos	Mogadouro	Valongo	Licenciatura em Psicologia	Psicólogo e Empresário (empresa de formação de recursos humanos)	13 anos	PPD/PSD	Feiras, Mercados e Cemitérios e Obras Municipais
Vila do Conde	Masculino	42 anos	Benguela (Angola)	Vila do Conde	Licenciatura em Direito	Advogado	5 anos	PS	Administração e Finanças, Gestão Urbanística e Serviços Jurídicos

^{a)} À data de realização da entrevista. Apresenta-se apenas a caracterização sociográfica dos actores políticos que acederam à entrevista, e de acordo com a análise dos discursos proferidos na situação de entrevista.

^{b)} O número de anos referido diz respeito ao tempo de exercício das funções de autarca. Não deixamos, contudo, de referir outras actividades desenvolvidas pelos actores alvo, tal como por eles anotado.

^{c)} Assessor do Presidente de Câmara e Chefe de Divisão da Dinamização e do Fomento Desportivo.

Anexo 55

Caracterização sociográfica dos actores locais e regionais, 2003-2004 ^{a)}

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício
Cooperativa Nascente	Masculino	78 anos	Espinho	Espinho	Antigo 7.º ano do liceu	Actividades associativas, desportivas e partidárias (autarca entre 1974 a 1976); 36 anos como empregado bancário; Desde 1976 na actual Cooperativa.
Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)	Masculino	49 anos	Faro	Coimbra	Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas	Desde 1974, em actividades associativas e partidárias; Economista da Reforma Agrária até 1979; 11 anos como Presidente da Câmara de Montemor-o-Novo (1979 e 1991); Desde 1991 na ANMP. Actualmente, secretário geral adjunto.
Associação para a Promoção Cultural do Norte de Portugal (APCNP)	Masculino	58 anos	Porto	Porto	Licenciatura em Sociologia	10 anos ligado à área do cinema; Gestor na mesma área dum fundo público na Comissão Europeia. Fundou em 1987 a APCNP, onde se mantém como presidente.
Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte (ADETURN)	Feminino	35 anos	Porto	Porto	Licenciatura em Sociologia	Técnica superior entre 1992-1998 e desde 1998 coordenadora da ADETURN.

continua

continuação

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício
Associação Política Regional e de Intervenção Social (APRIL)	Masculino	71 anos	Lisboa	Porto	Licenciatura em Engenharia Civil	Empresário na área da engenharia civil (regeneração e recuperação de imóveis); actualmente consultor; Desde 1986 na APRIL. Duas vezes assessor do Presidente da República (PR); Uma vez apoiantes duma candidatura a PR; em 1974 ligado à fundação do MES.
Agente local de Espinho (Cooperativa Nascente e Grupo de Teatro Amador)	Masculino	66 anos	Espinho	Espinho	Curso do Magistério	Professor do ensino primário; Actividades associativas na área da cultura.
Delegação Regional da Cultura do Norte (DRCN)	Masculino	58 anos	Fafe	Vila Real	Licenciatura em História; Curso do Conservatório de Música	Professor do ensino básico e secundário. Com actividades político-partidárias desde 1978. Desde 2002 Delegado Regional da Cultura do Norte.
Direcção Geral de Turismo (DGT)	Masculino	49 anos	Caldas da Rainha	Lisboa	Licenciatura em Finanças	Desde 1974 ligado à DGT. Fez carreira profissional na DGT, exerceu o cargo de Director Geral do Turismo e desde 2003 assessor principal da DGT.

continua

continuação

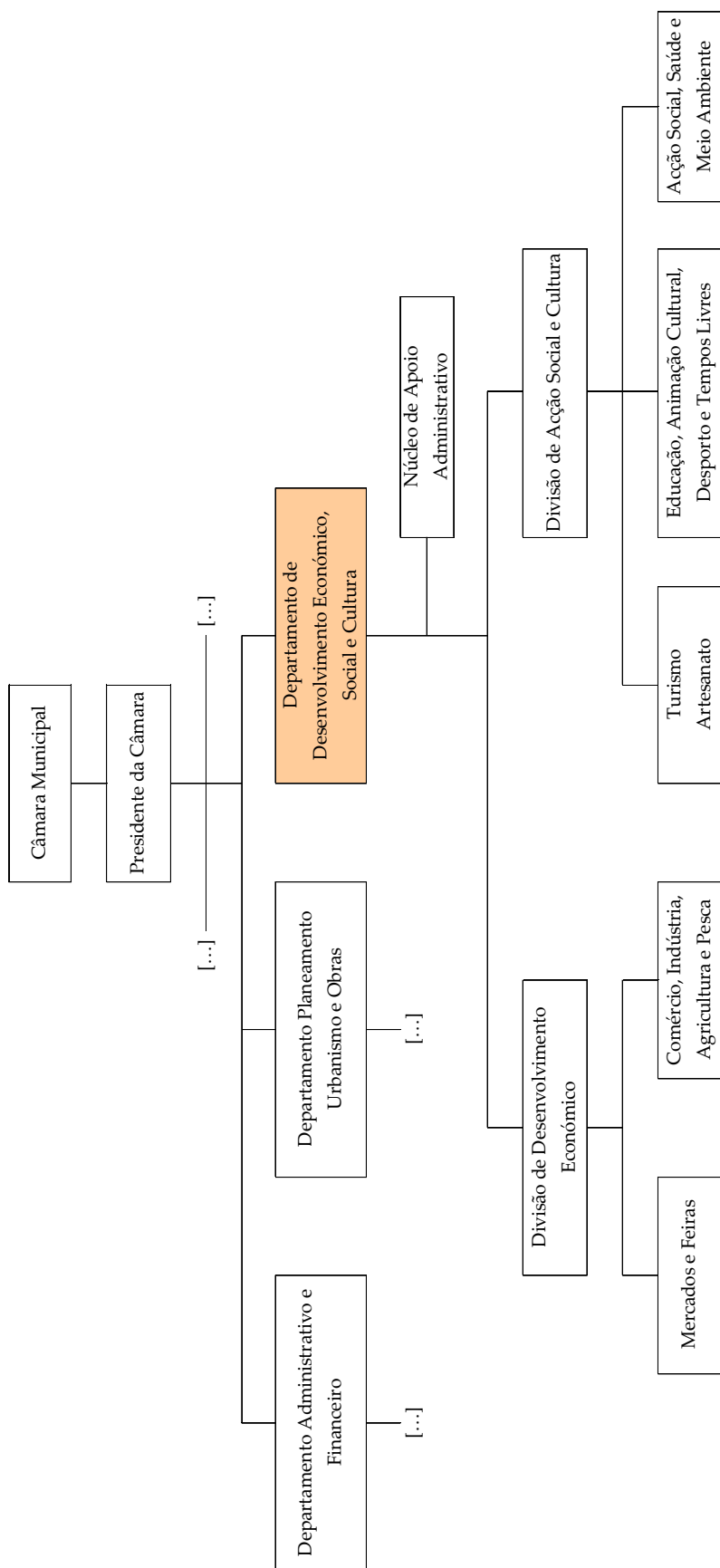
	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício
ICEP Portugal	Masculino	38 anos	Porto	Lisboa	Gestão Hoteleira; Mestrado de Turismo Internacional	Desde 1989 ligado ao ICEP. Foi Director da Delegação do ICEP em Nova Iorque e desde 2003 Director da Promoção do ICEP.
Porto Convention & Visitors Bureau (PCB)	Masculino	39 anos		Santa Maria da Feira	Formação na área de Electrotecnia e Gestão de Empresas	Desde 1987 ligado ao turismo. Director Executivo do PCB.
PRIMUS - Agência de Desenvolvimento Regional	Masculino	54 anos	Porto	Lisboa	Licenciatura em Direito, em Línguas e Literatura Francesa e Mestrado em Economia	Actividades na área social, saúde, administração de empresas públicas e privadas (cargos diversos em empresas do grupo Universo Oriente, Primus, Tecmaia...; Vice- Presidente Mundial da Organização das Miseriórdias desde 2003 e Presidente da PRIMUS desde a sua formação em 1998.

a) À data de realização da entrevista. Apresenta-se apenas a caracterização sociográfica dos actores que acederam à entrevista, e de acordo com a análise dos discursos proferidos na situação de entrevista.

Anexo 5T

Organograma da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 1986-1999

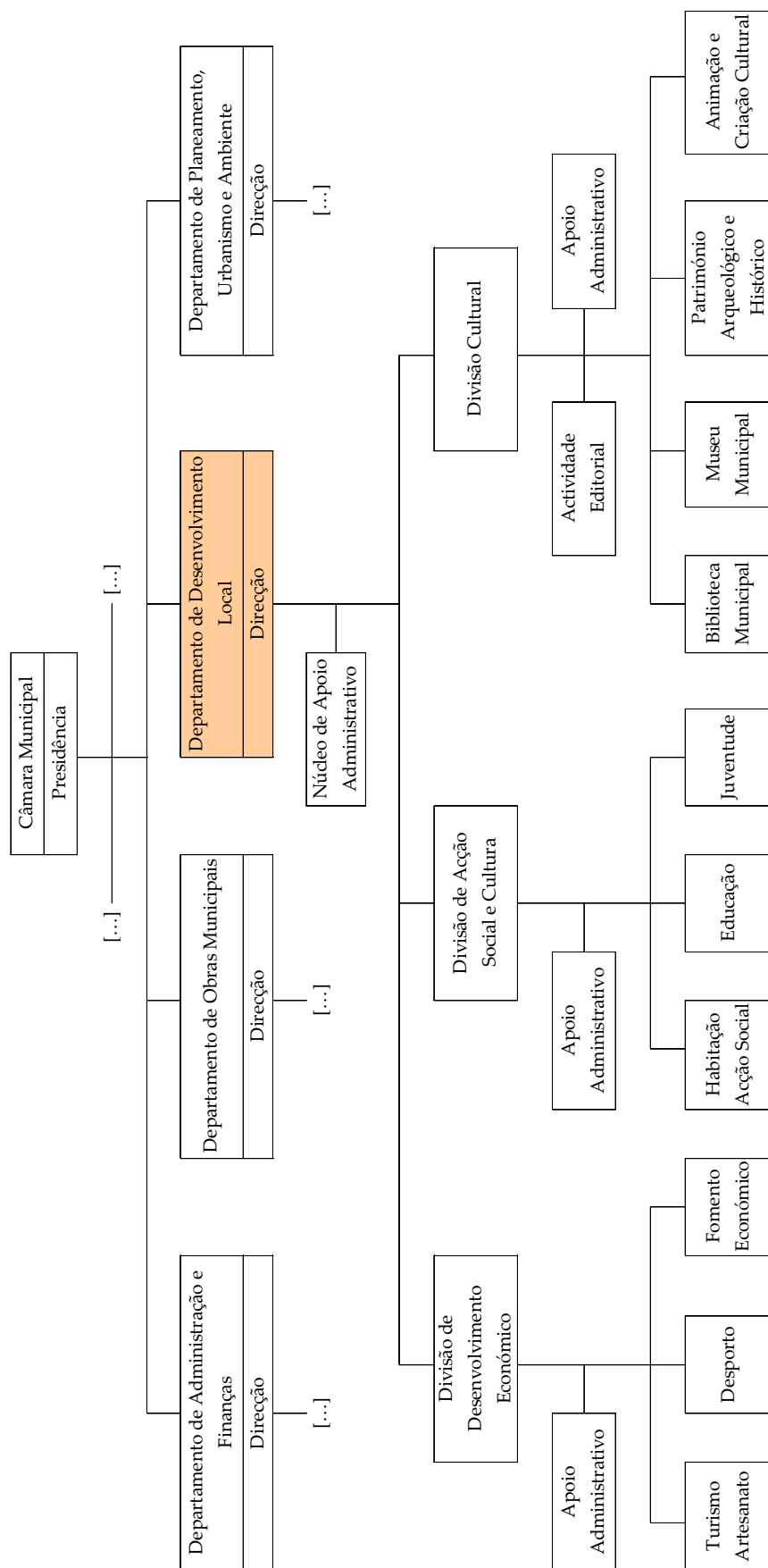
1986



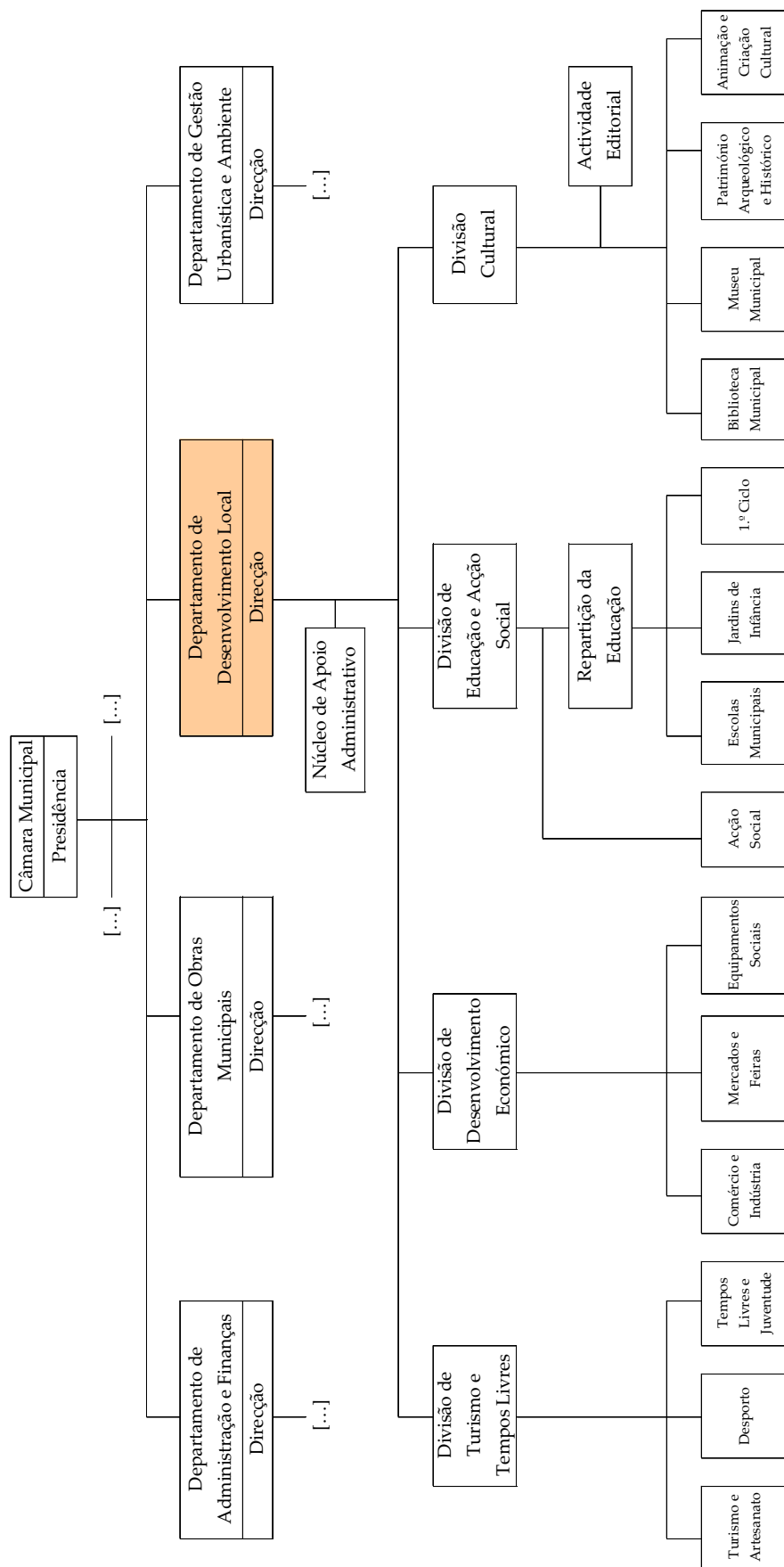
continua

continuação

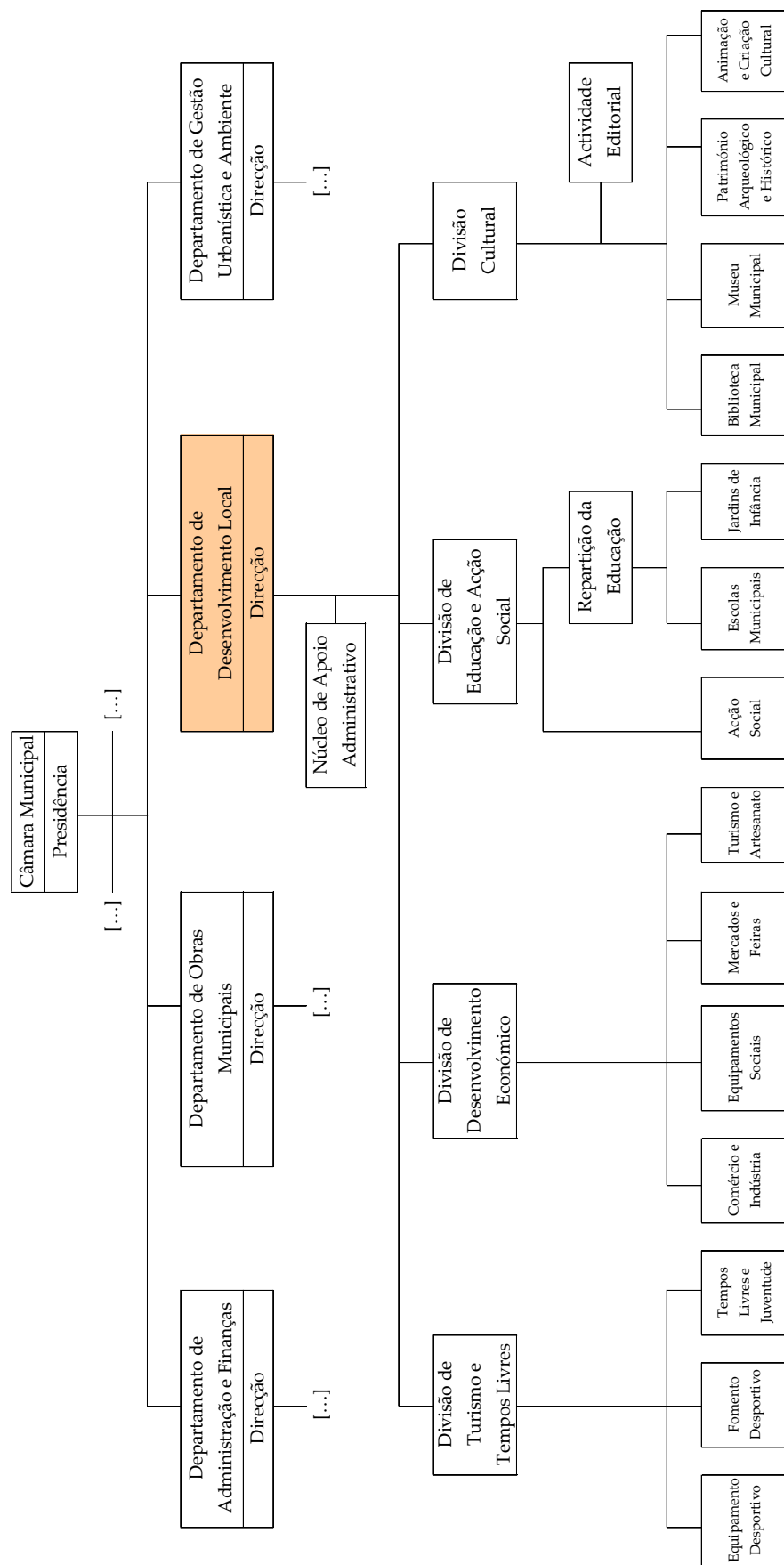
1991



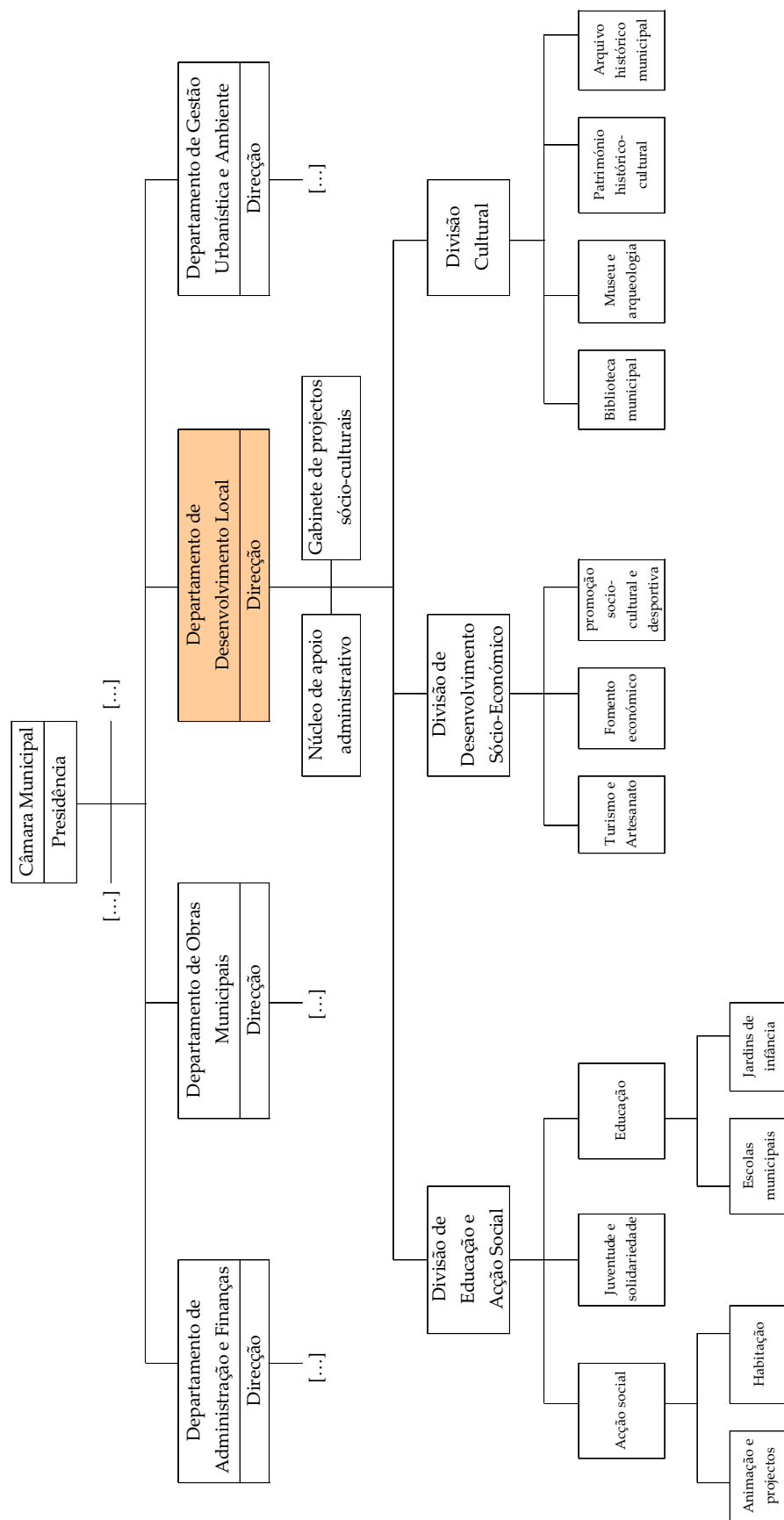
continua



1996



1999

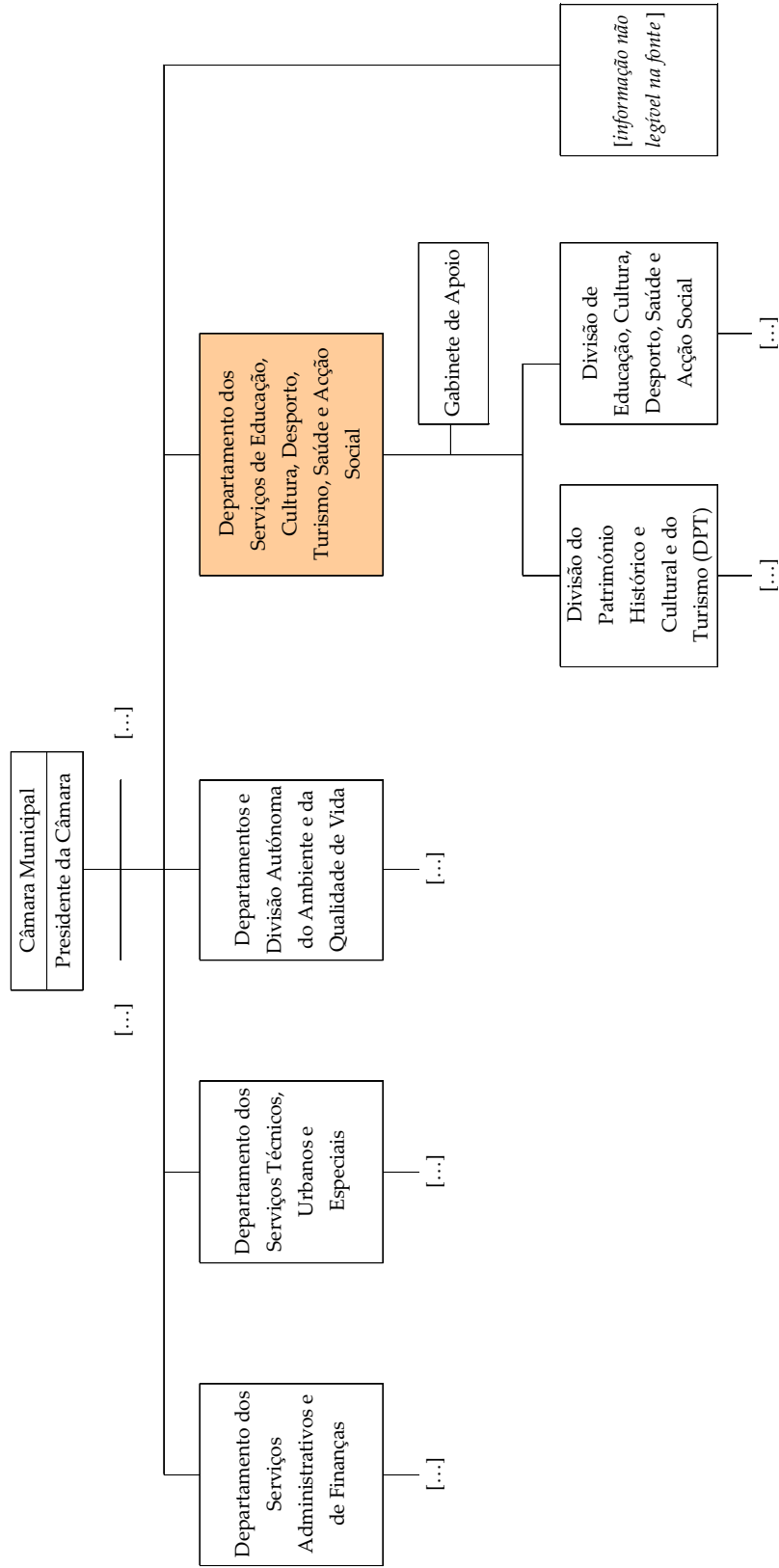


Fontes: Documentos integrantes das reuniões de câmara de 23-12-1986, 12-09-1994 e 09-12-1999; DR n.º 99, II Série, de 30-04-1991; DR n.º 145, II Série, de 25-06-1996.

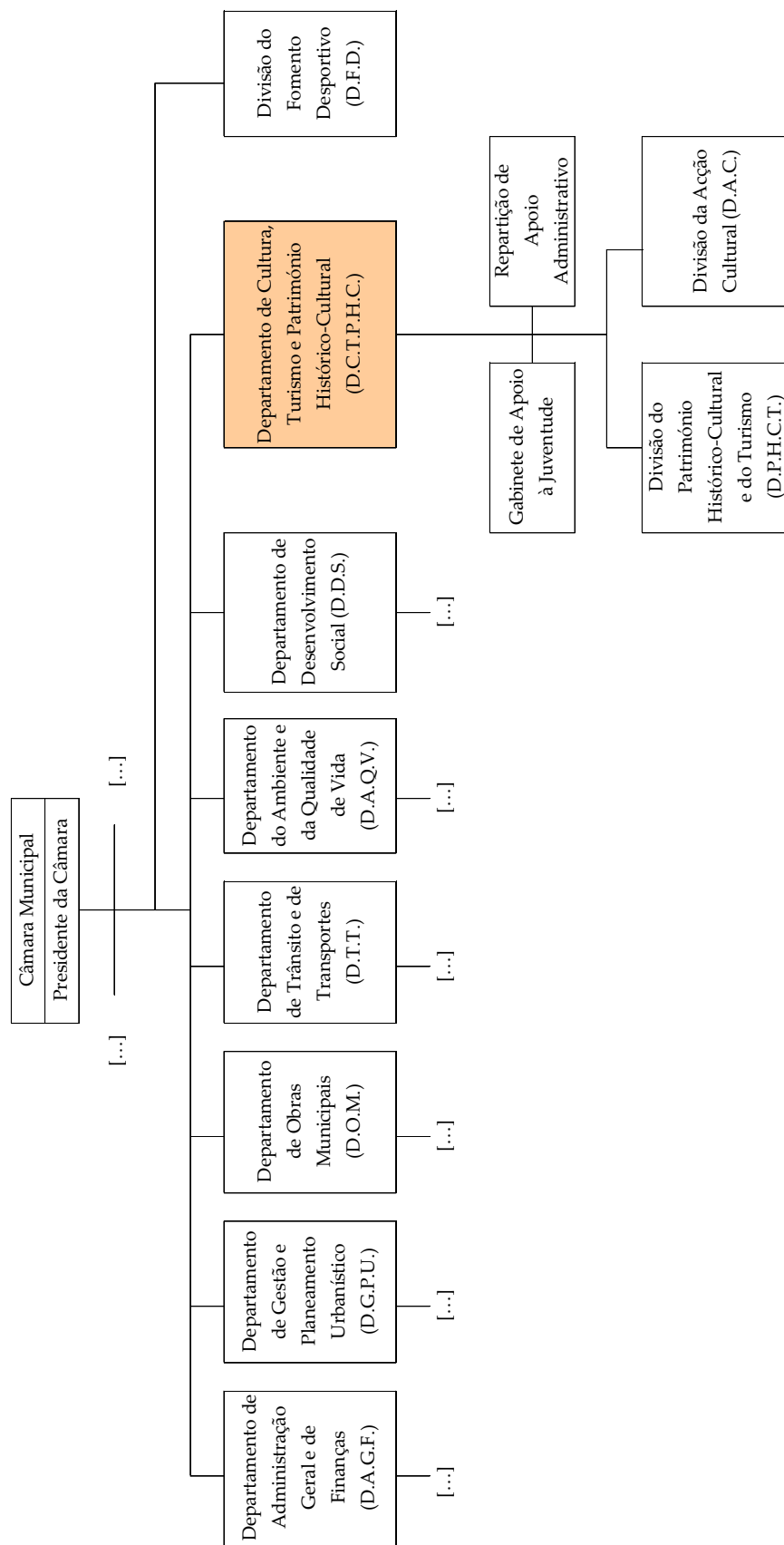
Anexo 5U

Organograma da câmara municipal da Maia, 1988-1997

1988



continua



Fontes: DR n.º 267, II Série, de 18-11-1988; DR n.º 223, II Série, de 26-09-1997.

Anexo 5V

Grelha de registo dos dados documentais recolhidos nas câmaras municipais, 2002-2004

Trabalho de terreno

Recolha das fontes documentais das Câmaras Municipais da AMP

Folha de registo n.º _____

Câmara Municipal: _____

Local da recolha: _____

Data: _____

Início: _____

Fim: _____

R.Bibliográfica: _____

Tipo de documento: _____

Ano: _____

Observações:

Anexo 5W

Fontes documentais primárias e secundárias consultadas e tratadas no âmbito da pesquisa empírica junto das câmaras municipais da AMP, 2002-2004

Fontes documentais primárias	Fontes documentais secundárias
► Planos de actividades e orçamentos entre 1980 e 2001. [<i>Trabalho de levantamento diacrónico e sistemático em todos os municípios, com registos incompletos em 3 dos 9 municípios, dadas as circunstâncias da pesquisa empírica, mas suficientemente exaustivos para a análise dos objectivos em causa</i>] ► Relatórios de actividades e contas da gerência entre 1980 e 2001. [<i>Trabalho de levantamento paralelo ao anterior, menos sistemático e menos exaustivo, com a intenção de cruzar informação, particularmente quanto às actividades desenvolvidas; consulta das contas de gerência, a título ilustrativo, com níveis de organização e sistematização da informação diferenciados, e com níveis de sistematicidade progressivamente mais complexos atendendo à informatização dos serviços municipais e às exigências do POCAL (Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais, obrigatório para todas as autarquias a partir de 1 de Maio de 2002)</i>] ► Actas das reuniões da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal entre 1980 e 2001. [<i>Trabalho de levantamento paralelo e sempre que necessário como fonte de controlo da informação ausente nas fontes documentais anteriores; particularmente usada para a década de 80 e os primeiros anos da década de 90</i>] ► Organogramas da autarquia entre 1976 e 2001. [<i>Trabalho de levantamento exaustivo e sistemático em todos os municípios, tanto a partir dos diários da república, como dos documentos integrantes das reuniões de câmara</i>]	► Programas políticos das listas/partidos eleitos para a Câmara entre 1976 e 2001 (programas políticos de campanha e/ou programas políticos do Executivo eleito). [<i>Trabalho de consulta e de análise dos programas eleitorais de algumas listas que compõem os executivos municipais nas eleições autárquicas de 1993, 1997 e 2001; para datas anteriores a 1993, e dada a ausência de informação nas próprias instituições (autarquias, sedes nacionais e locais dos partidos políticos, e bibliotecas locais e regionais, por exemplo), confrontámos apenas a informação em alguns municípios e a partir de documentos avulsos, como discursos políticos, resenhas de imprensa, reuniões de câmara</i>] ► Eleitos locais para a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal entre 1976 e 2001. [<i>Informação recolhida a partir de várias fontes, num registo diacrónico e sistemático, e para todos os concelhos, dos eleitos locais e, inclusive, dos titulares das vereações respectivas</i>] ► Listagem dos presidentes de câmara e dos vereadores da cultura, do desporto e do turismo entre 1976 e 2001. [<i>Trabalho de recolha sistemática e exaustiva dos eleitos a partir do cruzamento das fontes municipais (actas de reuniões de câmara, documentos e informações cedidas pelos municípios)</i>]

continua

Fontes documentais primárias	Fontes documentais secundárias
	► Agendas culturais municipais publicadas entre 1980 e 2001. [Trabalho de recolha junto dos serviços culturais dos municípios, com destaque a partir de 1990 dada a criação das agendas culturais municipais; dificuldades na localização de exemplares de agendas, alguns deles exemplares únicos nos arquivos pessoais dos vereadores e dos técnicos dos serviços culturais; para o período anterior a 1990, recolha das informações a partir dos planos e relatórios de actividades] ► Dados estatísticos sobre a actividade cultural, desportiva e turística do concelho entre 1980 e 2001. [Trabalho paralelo de recolha de informação estatística, que a dado momento foi feito, e sem a exaustividade quantitativa possível, junto de outras entidades que não as câmaras pelo facto de não existir informação organizada nos serviços municipais] ► Listagem das associações culturais e desportivas do concelho em 2002. [Levantamento das listagens disponíveis nas câmaras municipais em 2002-2003, não totalmente exaustivas e organizadas; recolha diferenciada da informação, nalguns municípios por ausência de informação nos próprios serviços culturais e desportivos] ► Listagem dos equipamentos culturais e desportivos do concelho em 2002. [Levantamento das listagens disponíveis nas câmaras municipais em 2002-2003, não totalmente exaustivas e organizadas; recolha diferenciada da informação, nalguns municípios por ausência de informação nos próprios serviços culturais e desportivos]

continua

continuação

Fontes documentais primárias	Fontes documentais secundárias
	▲ Listagem dos eventos culturais e desportivos municipais em 2002. [Trabalho paralelo de consulta e de cruzamento com outras informações documentais recolhidas, nomeadamente com as agendas culturais municipais, e que serviu de suporte a um controlo da informação] ▲ Resenha de imprensa realizada pela autarquia entre 1980 e 2001. [Trabalho que não se realizou como inicialmente previsto; foi feita a recolha junto de alguns gabinetes de assessoria à presidência do executivo e das vereações, e para alguns concelhos, de documentos com discursos e notícias da presidência do executivo e das actividades levadas a cabo, e relativamente aos últimos mandatos, 1997-2001 e 2001-2005] ▲ Monografias sobre a autarquia e a sua dinâmica cultural, desportiva e turística. [Trabalho de recolha não concretizado na sua totalidade por ausência de informação na fonte, ou seja, nos próprios serviços municipais; foi possível ainda fazer a recolha de documentos monográficos nalguns serviços culturais] ▲ Representação cartográfica do concelho e das freguesias. [Levantamento feito junto de alguns concelhos que dispunham de tal informação, e relativa ao momento da pesquisa empírica (2002-2004)]

continua

continuação

Fontes documentais primárias	Fontes documentais secundárias
	► Outros documentos disponíveis. [Trabalho de recolha de documentos avulsos cedidos pelos serviços culturais, desportivos e turísticos das câmaras: folhetos de divulgação cultural, desportiva e turística, mapas e roteiros turísticos, discursos políticos do chefe do executivo, brochuras comemorativas locais, boletins informativos municipais e revistas municipais, brochuras alusivas a eventos específicos dos concelhos, carta desportiva do concelho, legislação avulsa, planos de pormenor, planos de urbanização e/ou planos estratégicos para os concelhos, sites oficiais das câmaras municipais e das juntas de freguesia, nalguns casos]

Anexo 5X

Fontes documentais consultadas e tratadas no âmbito da pesquisa empírica junto dos actores locais e regionais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento, 2002-2004

-
- ▶ Estatutos das associações e organizações entrevistadas.
 - ▶ Relatórios de actividades das associações e organizações entrevistadas.
 - ▶ Brochuras e monografias temáticas e estatísticas sobre o percurso da associação/organização.
 - ▶ *Sites* oficiais das associações e organizações entrevistadas.
 - ▶ Dados estatísticos sobre a actividade cultural, desportiva e turística do país, da Região Norte e da AMP.
 - ▶ Consulta das bases de dados bibliográficos e estatísticos.
 - ▶ Recolha e consulta de legislação sobre as autarquias e as áreas da cultura, do turismo e do desporto.
-

Anexo 5Y

Prioridades políticas nas áreas da cultura e do turismo nos programas eleitorais da lista do PPD/PSD de Gondomar, 1993 e 2001

	1993	2001
Prioridades políticas na área da cultura	Valorização do património cultural Com esta linha de ação visa-se a recuperação de imóveis particularmente relevantes do nosso património cultural, estando em regra ligados a momentos significativos da nossa história. Assim, urge preservar, dignificar e revitalizar esses monumentos, tornando-os locais mais acolhedores, com enquadramentos adequados, de forma a interessar e sensibilizar mais visitantes. Pretende-se melhorar as infraestruturas existentes, sobretudo, serviços de apoio ao visitante e arranjos de áreas envolventes, de modo a torná-los importantes pólos de atracção turística.	<i>Depois de grandes investimentos na habitação, na saúde, na acção social, nas acessibilidades, no desporto e na cultura, vamos, no próximo mandato, virar-nos para importantes projectos nas áreas dos transportes, do ambiente, do turismo e da dinamização empresarial. E vamos construir os grandes equipamentos e os mais emblemáticos edifícios públicos.</i>
	Cultura Constitui obrigação da autarquia fomentar e promover programas de animação cultural diversificada, adequada a diferentes grupos de população; criar infraestruturas e redimensionar as existentes; valorizar os recursos artísticos do concelho e facilitar programas de cooperação cultural com o exterior; estimular o aparecimento de novas dinâmicas culturais e valorizar o património cultural existente. Tempos livres É importante que a câmara elabore e divulgue programas de ocupação de tempos livres, que visem, por um lado, uma formação complementar dos jovens em áreas diversas e por outro, a execução de tarefas específicas, para além dos programas de animação dirigidos a toda a população. É essencial dotar o concelho de equipamentos de recreio e lazer, tornando-se também importante defender a criação de um parque florestal de âmbito metropolitano, parque de campismo e caravanismo, pequenos recintos de piquenique, beneficiar as praias fluviais e fomentar os desportos náuticos.	Pavilhão multiusos Biblioteca municipal Museu e arquivo municipal

continua

continuação

	1993	2001
Prioridades políticas na área do turismo	Turismo e desenvolvimento rural A Câmara Municipal apoiará a diversificação de ofertas turísticas reduzindo a dependência de um produto com elevada sazonalidade, estimulando a diversificação da oferta pelo investimento em novos produtos, nomeadamente no turismo cultural, no turismo juvenil, no turismo desportivo (em especial o golfe, os desportos náuticos e a caça) no turismo em espaço rural, no turismo de congressos e incentivos e no turismo de saúde e gastronomia. Esta linha de acção consubstancia-se no apoio financeiro directo no investimento a realizar pelo sector privado.	Programa Polis

Fonte: Programas eleitorais do PPD/PSD de Gondomar, 1993 e 2001

Anexo 5Z

Despesas das câmaras da AMP em actividades culturais e de desporto, 2004 (em milhares de euros)

	Total de despesas	Despesas correntes										
		das quais										
		Total ^{a)}	Património		Publicações e literatura		Música	Artes cénicas	Actividades socioculturais	Recintos culturais	Jogos e desportos	
			Total	Museus	Total	Bibliotecas					Total	Recintos
Portugal	795 736	404 221	31 603	18 064	59 407	44 979	32 057	11 520	57 453	7 569	133 008	23 829
Norte	254 877	133 532	8 321	4 352	26 734	23 199	8 368	3 447	19 048	2 010	43 740	7 399
AMP	77 221	59 859	3 671	2 186	18 210	17 495	2 015	584	7 329	674	15 554	3 281
Espinho	2 226	1 203	2		170	144	117	35	136	211	390	30
Gondomar	5 580	5 136			5	4	153	65	735		2 390	164
Maia	9 530	6 724	56	56	375	118	200	170	444	457	4 087	1 364
Matosinhos	6 478	5 192	401	243	295	100	968	25	213		2 181	1 178
Porto	28 373	27 014	2 655	1 603	16 594	16 591	72	29	2 731		3 684	230
Póvoa de Varzim	3 351	2 662	346	217	558	428	112	8	292		975	
Valongo	4 233	2 745					170	100	118		221	
Vila do Conde	7 381	5 438	212	68	213	111	223	3	472	6	1 107	315
Vila Nova de Gaia	10 069	3 746						150	2 187		519	

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2005

a) O total das despesas correntes não corresponde à soma das partes, em virtude de não se publicar informação relativa a todos os domínios culturais.

Anexo 5AA

Contas de gerência das câmaras municipais da AMP, 2004 (em milhares de euros) ^{a)}

	Operações não financeiras						Operações financeiras			
	Receitas			Despesas			Activo	Passivo		
	Total	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital		Total	das quais:	
									Amortizações	Empréstimos
Portugal	6 367 696	4 546 612	1 821 084	6 349 875	3 774 070	2 575 805	- 73 991	126 147	291 068	418 782
Norte	1 920 413	1 342 379	578 033	1 917 158	1 069 621	847 537	- 14 682	28 923	105 755	136 066
AMP	646 501	482 851	163 650	633 860	383 877	249 982	- 1 332	- 1 254	33 087	32 981
Espinho	22 376	16 020	6 356	23 321	14 976	8 344		870	883	1 753
Gondomar	49 619	38 491	11 127	44 076	30 748	13 328		- 6 606	5 458	
Maia	76 514	47 603	28 911	61 099	38 487	22 612	- 113	- 3 733	3 781	48
Matosinhos	73 805	60 829	12 976	73 136	41 449	31 687		1 206	3 326	4 532
Porto	216 304	150 270	66 034	221 867	119 960	101 907	- 1 200	5 389	10 089	15 478
Póvoa de Varzim	36 773	29 166	7 607	35 760	23 903	11 858		- 983	1 457	474
Valongo	31 905	25 436	6 470	31 941	21 813	10 129		- 1 681	2 027	346
Vila do Conde	44 597	36 220	8 377	46 273	29 275	16 998	- 14	1 852	3 131	4 983
Vila Nova de Gaia	94 608	78 816	15 792	96 386	63 267	33 119	- 5	2 433	2 935	5 368

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2005*

^{a)} A lógica inerente aos apuramentos dos quadros deste capítulo é uma lógica de tesouraria e não uma lógica estritamente financeira, daí que as "Receitas" e "Despesas" possam ser entendidas como entradas/origens de fundos e saídas/aplicações de fundos. Do mapa de controlo orçamental das Câmaras Municipais não foram consideradas as rubricas relativas às operações extra-orçamentais e ao saldo da gerência anterior. As rubricas activos e passivos correspondem aos saldos entre receitas e despesas.

Anexo 5BA

Pressupostos, objectivos e acções da política cultural do XV Governo Constitucional, 2002 ^{a)}

	- A cultura desempenha um papel aglutinador, fundamental para que a comunidade nacional seja cada vez mais um conjunto harmonioso; - A dimensão cultural é essencial à pessoa. Por isso, a política cultural tem de dirigir-se prioritariamente a todas as pessoas e só depois aos agentes culturais; - A cultura é um verdadeiro laço entre o passado e o futuro e uma componente determinante da identidade nacional; - O papel identitário e estruturante da cultura só pode ser integralmente realizado pelo acesso do maior número possível de cidadãos aos bens e actividades culturais; - O crescimento económico e a maior justiça social só podem conduzir ao desenvolvimento integral e duradouro se forem acompanhados pelo desenvolvimento cultural. Sem cultura viva e criativa não é hoje possível qualquer desenvolvimento; - É cada vez maior a importância social e económica deste sector, patente na crescente valorização económica das suas componentes e no seu papel nas políticas de emprego, seja no turismo cultural, como meio de desenvolvimento regional e local, seja no desenvolvimento da sociedade de informação e das indústrias culturais, na crescente valorização dos conteúdos culturais e na multiplicação de escolas profissionais de artes. A economia do século XXI será dominada pela economia imaterial, na qual a criação cultural é fundamental, caminhando-se para uma progressiva culturização da própria economia; - A cultura contribui para a diminuição da exclusão social e para o reforço da auto-estima das pessoas e das comunidades locais; - Uma cultura fechada sobre si própria estaria condenada ao estiolamento. Não é possível evitar a interacção e a influência recíprocas entre as culturas que, no mundo de hoje, mutuamente se enriquecem. A interculturalidade é estimuladora e constitui o prolongamento moderno da abertura ao Mundo e do encontro de culturas, que reciprocamente se influenciaram; - Sendo produto e responsabilidade de toda a comunidade nacional, a cultura tem de ser descentralizada, não podendo concentrar-se em Lisboa e no Porto. - A política cultural tem um papel central e transversal no conjunto de todas as políticas sectoriais; - O Estado não pode nem deve determinar a vida cultural e ainda menos, criar os valores em que os portugueses se revêem e que reconhecidamente contribuem para a preservação e reforço da identidade nacional. Tem antes o dever de protegê-los, estimulando, apoiando e promovendo acções nesse sentido; - A política cultural tem de ser conduzida sobretudo numa perspectiva de longo prazo;
Pressupostos	

continua

continuação

- A política cultural deve estimular uma cultura de responsabilidade solidária que leve todos a empenhar-se na vida cultural e na protecção do património, tornando-se, sempre que possível, agentes culturais, impondo a si próprios os necessários esforços e limites aos seus interesses em nome da solidariedade e da promoção do bem comum.

- Promoção do primado da pessoa, dos direitos humanos e da cidadania;
- Promoção da identidade nacional;
- Promoção do desenvolvimento humano integral e da qualidade de vida;
- Estímulo e apoio à criação cultural, aceitando e reconhecendo a pluralidade das suas expressões;
- Partilha de responsabilidades no domínio cultural com os agentes e criadores culturais e com as autarquias locais, universidades, fundações, empresas e outras instituições, bem como com os particulares;
- Descentralização através da progressiva transferência de competências e meios adequados ao aumento da capacidade e responsabilidade das autarquias locais (em especial dos municípios), e outras entidades, quer na conservação e manutenção do património imóvel e dos centros históricos, quer no estímulo à criação e ao apoio às artes do espectáculo;
- Incremento da participação privada na cultura, incentivando a responsabilização de todos os cidadãos, fundações, associações e empresas na sua função de suporte das actividades artísticas e culturais, complementando o esforço do Estado nesta área. Serão incentivadas as doações ou depósito de bens culturais nos museus e simplificados os procedimentos da Lei do Mecenato, agilizando a atribuição do estatuto de manifesto interesse cultural e de visibilidade e reconhecimento público aos mecenatas.

Objectivos

Será atribuída prioridade absoluta à articulação com o Ministério da Educação, nos termos seguintes:

- Interessando as crianças e os jovens pela cultura, introduzindo a obrigatoriedade curricular das visitas de estudo ao património e a exposições, bem como a assistência a espectáculos;
- Promovendo o desenvolvimento de uma componente artística nas escolas públicas e particulares, disponibilizando ou apoiando docentes fornecendo instrumentos e locais próprios para o ensino da música, dança, teatro, artes plásticas e áudio-visuais;
- Estimulando a ligação a nível local entre escolas e monumentos, definindo modalidades de estabelecimento de laços duradouros que de algum modo responsabilizem cada escola por um monumento;
- Reforçando a vertente educativa das estruturas culturais, condicionando os apoios do Estado à abertura e manutenção das suas instalações à realização de actividades extra-curriculares;
- Incrementando e tornando atraente para os jovens a formação nas áreas de apoio à actividade cultural;

Ações

continua

- Solicitando aos agentes culturais contrapartidas a apoios públicos, designadamente por uma presença regular nas escolas;
 - Organizando programações locais e nacionais de espectáculos e exposições, quando possível itinerantes, com ligação articulada aos programas escolares.
- No que diz respeito ao Património o Governo propõe-se:
- Afirmar o conceito transversal de "herança cultural", capaz de enformar todo o apoio do Estado à cultura;
 - Considerar o património integrado e vivo, não limitado aos monumentos mas englobando conjuntos urbanos e rurais e edifícios que adquiriram com o tempo significado cultural para a população, sem esquecer as próprias actividades que os animam, lhes dão vida e deles são complementares;
 - Proceder ao levantamento rigoroso das necessidades de intervenção no património construído e concluir o inventário do património móvel nacional;
 - Associar mais intensamente as instituições relevantes e os Portugueses em geral à identificação, guarda e protecção do património;
 - Recuperar imóveis desafectados destinando-os a fins públicos;
 - Actuar vigorosamente contra o roubo e tráfico ilícito de obras de arte e outros bens culturais nos termos das Convenções Internacionais aplicáveis.
- No que se refere aos Museus, o Governo:
- Reforçará a acção do Instituto Português de Museus, estabelecendo diferentes categorias de museus e descentralizando competências para as direcções dos mesmos;
 - Dará prioridade às obras do Museu Nacional de Arqueologia, do Museu do Chiado e reformulará o projecto do Museu do Côa.
- No âmbito da sua política cultural, o Governo:
- Continuará a apoiar o projecto da Casa da Música do Porto;
 - Apoiará, conjuntamente com a Câmara Municipal de Coimbra e outras entidades, a consagração, em curso, de Coimbra como Capital Nacional da Cultura 2003;
 - Desenvolverá, no que diz respeito aos Arquivos, uma política sistemática de criação de arquivos privados de interesse nacional;
 - Promoverá o livro, redimensionará e ampliará a Rede de Leitura Pública, em articulação com a rede de bibliotecas escolares;
 - Promoverá, no que respeita à valorização dos grandes autores de língua portuguesa, a redefinição de critérios mais coerentes com vista à edição e fruição das obras clássicas da literatura;

	- Dotará os Teatros Nacionais, as Orquestras Nacionais e a Companhia Nacional de Bailado das regras e dos meios adequados, para lhes permitir maior prestígio e eficácia na prestação de serviços públicos que devem proporcionar o acesso do maior número possível de pessoas às grandes obras e valores da dramaturgia, da música, da ópera e da dança. O Governo redefinirá os critérios de atribuição de apoios às Artes do Espectáculo, introduzindo a exigência de contrapartidas (pedagógicas, formação, público, inserção social, itinerância) e valorizando a participação de financiamento não estatal. A Biblioteca das Artes do Espectáculo já programada será integrada no Centro Cultural de Belém; - Prosseguirá o desenvolvimento da rede de cine-teatros nas capitais distritais; - Promoverá a valorização e dignificação profissional dos criadores e outros agentes culturais, designadamente pela criação de um estatuto profissional que dê resposta às suas necessidades específicas; - No que respeita ao cinema, o Governo criará condições para abrir o mercado à circulação das produções portuguesas, promovendo a definição de mecanismos de regulação de mercado e apoiando a difusão da produção apoiada por dinheiros públicos; - Definirá uma estratégia integrada no sector do audiovisual e da área das telecomunicações, de acordo com as directivas europeias, ajudando a abrir novos meios de difusão aos produtos cinematográficos e audiovisuais; - Acompanhando o desenvolvimento tecnológico e utilizando os novos meios de comunicação, o Governo apoiará a adequada utilização da <i>internet</i> na cultura. - O Governo terá ainda a preocupação de garantir uma eficiente utilização dos recursos que os cidadãos disponibilizam, devendo, para esse efeito, assegurar a modernização dos organismos públicos com o objectivo de alcançar uma maior agilidade e eficácia nas respostas às necessidades do país no sector cultural, eliminando o desperdício dos recursos humanos e materiais que tem ao seu dispor.

Fonte: www.min-cultura.pt

^{a)} À data da pesquisa empírica, e dos contactos exploratórios tidos com os representantes regionais dos organismos culturais do Ministério da Cultura (2002-2003).

Anexo 5CA

Pressupostos, objectivos e acções da política de turismo do XV Governo Constitucional, 2002 ^{a)}

Pressupostos	- O turismo é um relevante sector no desenvolvimento económico de Portugal; - É um sector produtivo prioritário e estratégico para a próxima legislatura: absorve mão-de-obra, gera receitas, contribui para o PIB e é interdependente com outros sectores da economia portuguesa; - Exige <i>qualidade e excelência</i> e <i>adesão nacional à vocação</i> do país para o turismo; - Exige <i>políticas integradas e coordenadas</i> com outras áreas da acção governativa: os transportes, o ambiente, o ordenamento e planeamento do território, o emprego e a formação profissional, a promoção da imagem, o desporto e o apoio à internacionalização.
Objectivos	- Crescimento firme e valorizado da procura nos mercados externo e interno; - Aumento das taxas de ocupação, quebrando os actuais problemas de sazonalidade e fomentando a procura em zonas turísticas menos conhecidas dos consumidores; - Incentivo selectivo ao investimento e requalificação, tanto de infra-estruturas hoteleiras e de apoio, como à gestão da exploração, que proporcionem a valorização da oferta nacional, prosseguindo-se uma orientação visando a prestação de serviços de excelência; - Aumento da competitividade, pelo incentivo à evolução positiva da produtividade do sector; - Apoio à internacionalização do sector, criando massa crítica que lhe permita ser competitivo nos mercados internacionais.
Acções	- Campanhas de promoção e comunicação orientadas para a afirmação da imagem e notoriedade de Portugal como destino turístico (neste quadro, desenvolver uma campanha que, a propósito do EURO 2004, valorize a imagem externa do País enquanto destino turístico); - Campanhas de promoção e comunicação selectivas por produtos/marcas dirigidas a segmentos de mercados/consumidores alvo; - Tratamento promocional específico para o desenvolvimento da procura no mercado espanhol; - Campanhas de estímulo "conhecer Portugal" dirigidas à procura interna, em parceria com as regiões de turismo e as autarquias; - Dinamização e apoio à realização, no país, de grandes eventos e congressos internacionais; - Apoio a programas e parcerias com o sector empresarial, promovendo zonas turísticas específicas e criando calendários selectivos de eventos regionais, com dimensão e potencialidade de gerar atractividade nacional e internacional; - Fomento de infra-estruturas e actividades lúdicas e desportivas de apoio à base hoteleira existente e capazes de provocar a diversificação da oferta para segmentos e nichos de procura fora de época; - Atenção particular a projectos com componentes de defesa do ambiente e de respeito na utilização das envolventes culturais;

continua

continuação

- Envolvimento na requalificação de espaços turísticos e no reajustamento e melhoria da sinalização turística;
- Incentivos selectivos à melhoria da qualidade em toda a malha da oferta;
- Apoio ao desenvolvimento de produtos turísticos que resultem da recuperação de património, seja construído, natural ou cultural;
- Reajustamento operacional da ENATUR - Pousadas de Portugal, através da concentração da sua actividade nas "Históricas" e no estabelecimento de parcerias com o sector empresarial privado, susceptível de gerar sinergias capazes de dar expressão e dimensão ao nosso turismo cultural;
- Melhoria da gestão e da prestação de serviços em toda a malha do processo turístico, com a introdução de inovação tecnológica e de sistemas de controlo e avaliação;
- Avaliação, regulamentação e ajustamentos legislativos, diluindo bloqueios, dando mais responsabilidade aos agentes económicos e proporcionando maior eficácia à acção operacional;
- Reanalise, com os órgãos representativos de entidades relevantes no sector da vocação, atribuições e enquadramento funcional da promoção turística;
- Análise, em conjunto com operadores e agências de viagens, de medidas e instrumentos que facilitem e melhorem a prestação de serviços turísticos e que, simultaneamente, defendam os interesses do consumidor;
- Reenquadramento da formação, tornando-a mais orientada para as necessidades do sector empresarial e valorizando a componente comportamental e de atitude;
- Incentivo à criação de parcerias de investimento conjunto de empresas portuguesas no estrangeiro;
- Acompanhamento objectivo dos projectos, a lançar e em curso, nos mercados externos, com utilização de mecanismos adequados para o efeito;
- Estímulo ao lançamento de um programa que projecte internacionalmente a gastronomia e os vinhos de Portugal, do apoio selectivo e condicionado à restauração portuguesa existente ou a instalar em mercados prioritários para o nosso turismo.

Fonte: www.portugal.gov.pt

^{a)} À data da pesquisa empírica e dos contactos exploratórios tidos com os representantes da administração central ligados ao turismo (2002-2003).

Anexo 5DA

Objectivos, eixos prioritários e medidas e descrição sumária das medidas do Programa Operacional da Cultura (POC), 2002 ^{a)}

Objectivos	Eixos Prioritários e Medidas	Descrição sumária das medidas
Reforçar a cultura como factor de desenvolvimento	I. Valorizar o património histórico e cultural	Medida 1.1 A medida consiste na melhoria das condições de recuperação e acesso de um conjunto de monumentos e imóveis classificados como património histórico: incluem-se as obras de intervenção nas estruturas antigas, a construção ou adaptação de equipamentos complementares de apoio aos visitantes, as infra-estruturas envolventes e os arranjos exteriores. Os projectos que a medida prevê apoiar e aos quais as autarquias poderão candidatar-se são: - Obras de recuperação e de valorização de monumentos, sítios históricos e culturais; - Grandes eventos culturais.
	- Medida 1.1 - Recuperação e animação de sítios históricos e culturais - Medida 1.2 - Modernização e dinamização dos museus nacionais	Medida 1.2 A medida consiste, essencialmente, na requalificação e valorização dos principais museus portugueses, numa perspectiva de valorizar a rede nacional de museus. Inclui, por isso, um conjunto de acções de natureza incorpórea relativas à dinamização e promoção de museus, a par das intervenções de carácter físico. Além disso, será dada especial atenção aos serviços complementares de acolhimento ao público, como postos de informação, espaços de exposições temporárias, cafetarias, lojas e áreas envolventes dos museus. Os projectos que a medida prevê apoiar e aos quais as autarquias poderão candidatar-se são: - Obras de construção, recuperação ou valorização dos museus, incluindo a aquisição de edifícios e terrenos para a instalação e/ou ampliação de museus; - Oficinas de conservação e restauro; - Serviços dos museus: bibliotecas, mediatecas, arquivos fotográficos, extensões educativas, etc.; - Exposições permanentes ou temporárias; - Instrumentos de divulgação pública dos museus e/ou das suas colecções.

continua

continuação

Objectivos	Eixos Prioritários e Medidas	Descrição sumária das medidas
Promover um maior equilíbrio espacial no acesso à cultura	II. Favorecer o acesso a bens culturais - Medida 2.1 - Criação de uma rede fundamental de recintos culturais	Medida 2.1 A medida inclui os investimentos públicos necessários à criação de uma rede nacional de recintos culturais e à dinamização das actividades culturais correspondentes. Abrange, por isso, a construção, adaptação e equipamento de recintos culturais, mas igualmente a promoção de actividades culturais no âmbito das artes do espectáculo, nos centros urbanos menos desenvolvidos, onde esses equipamentos e actividades são bastante escassos. Os projectos que a medida prevê apoiar, e aos quais as autarquias poderão candidatar-se são: - Construção, recuperação e valorização de recintos culturais; - Eventos de animação cultural na fase de arranque dos mesmos recintos; - Difusão nacional das artes do espectáculo; - Formação de novos públicos.
	- Medida 2.2 - Utilização das novas tecnologias da informação para acesso à cultura	Medida 2.2 A medida inclui projectos que contribuam para divulgar informação cultural, através da utilização das novas tecnologias de informação, ou que facilitem por este meio a aproximação da cultura ao indivíduo e à sociedade. Considera-se, muito especialmente, as possibilidades oferecidas pela Internet e outros veículos digitais. Os projectos que a medida prevê apoiar, e aos quais as autarquias poderão candidatar-se são: - Inventariação e digitalização do património imóvel e móvel e sua divulgação; - Rede informática em museus, palácios e monumentos para apoio aos utentes; - Tratamento e digitalização de arquivos, fundos bibliográficos e do património musical português cuja edição seja de manifesto interesse cultural; - Outros instrumentos de divulgação de informação cultural.

Fonte: MC, *Criar Cultura*; <http://poc.min-cultura.pt>

a) Dados recolhidos no *site* oficial do Ministério da Cultura (consultado a 27-11-2002) e na *newsletter* do POC, *Criar Cultura*, n.º 1 (Jun. 2002).

Anexo 5EA

Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros dos municípios da AMP, 2005 ^{a)}

	Dormidas				Hóspedes			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Portugal	35 520 631	18 594 490	3 364 333	13 561 808	11 469 314	7 166 474	1 557 148	2 745 692
Norte	3 438 518	2 229 990	805 911	402 617	1 925 667	1 241 254	439 898	244 515
AMP	1 851 770	1 324 521	342 422	184 827	1 022 259	747 095	159 097	116 067
Espinho	91 564				28 733			
Gondomar		0				0		
Maia	56 983		18 426		35 372		10 287	
Matosinhos	100 393		19 760		65 426		7 180	
Porto	1 113 237		243 716		613 096		118 348	
Póvoa de Varzim	179 730	148 656	5 960	25 114	88 564	73 582	4 184	10 798
Valongo		0		0		0		0
Vila do Conde	38 060		5 486		16 570		2 395	
Vila Nova de Gaia	268 146	211 594	24 195	32 357	172 851	126 920	14 760	31 171

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2005

^{a)} Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo.

Anexo 5FA

Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros dos municípios da AMP, segundo o país de residência habitual, 2005 ^{a)}

	Total geral	Total UE25	União Europeia (15)								E.U.A.
			Total	dos quais							
				Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	35 520 631	32 594 227	32 337 141	11 647 747	3 898 469	2 726 015	1 111 643	723 353	1 679 343	7 378 185	578 826
Norte	3 438 518	3 169 482	3 149 653	2 159 037	101 843	394 981	124 111	84 118	47 067	149 296	37 889
AMP	1 851 770	1 654 344	1 638 875	956 381	68 484	275 667	74 162	65 060	31 762	100 958	25 523
Espinho	91 564	73 293	72 693	34 540	3 017	19 127	3 675	1 651	2 935	5 089	638
Gondomar											3
Maia	56 983	53 935	53 807	38 521	1 481	6 778	1 357	1 949	849	1 297	304
Matosinhos	100 393	96 734	96 329	78 005	1 670	9 096	2 376	1 382	846	1 512	273
Porto	1 113 237	967 531	955 442	502 286	48 095	174 001	44 150	51 236	21 439	67 024	20 626
Póvoa de Varzim	179 730	174 345	173 573	112 337	3 912	26 765	7 421	1 206	1 676	13 873	630
Valongo											
Vila do Conde	38 060	34 100	33 948	21 105	4 087	3 429	1 190	613	679	1 240	910
Vila Nova de Gaia	268 146	250 771	249 448	166 170	6 212	36 335	13 969	7 007	3 329	10 920	2 139

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2005

^{a)} Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo. Os totais não correspondem à soma das partes em virtude de não ser publicada alguma informação de menor expressão quantitativa.

Anexo 5GA

Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros dos municípios da AMP, segundo o país de residência habitual, 2005 ^{a)}

	Total geral	Total UE25	União Europeia (15)								E.U.A.
			Total	dos quais							
				Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	11 469 314	10 433 054	10 352 738	5 513 558	734 043	1 132 870	416 136	308 794	297 382	1 298 314	239 651
Norte	1 925 667	1 798 194	1 787 910	1 292 020	48 156	216 634	66 380	45 014	21 337	59 075	19 418
AMP	1 022 259	926 922	918 493	578 875	33 532	147 651	39 621	34 505	14 656	41 173	13 281
Espinho	28 733	26 234	26 038	14 044	1 151	6 351	1 432	474	955	802	219
Gondomar											
Maia	35 372	33 769	33 677	24 675	735	3 992	1 004	1 011	510	775	194
Matosinhos	65 426	63 668	63 541	54 042	822	4 986	1 138	693	407	813	164
Porto	613 096	535 728	528 713	291 156	25 474	99 050	23 959	27 181	10 028	30 401	11 237
Póvoa de Varzim	88 564	86 331	86 003	62 904	1 212	13 176	3 135	504	602	3 136	199
Valongo											
Vila do Conde	16 570	15 556	15 502	10 760	944	1 708	592	278	237	466	205
Vila Nova de Gaia	172 851	164 011	163 394	119 887	3 184	18 252	8 337	4 348	1 908	4 777	1 060

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2005

^{a)} Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo. Os totais não correspondem à soma das partes em virtude de não ser publicada alguma informação de menor expressão quantitativa.

Anexo 5HA

Indicadores de hotelaria dos municípios da AMP, 2005 ^{a)}

	Estada média de hóspedes estrangeiros	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiros	Proporção de dormidas entre Julho-Setembro	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros e similares por 100 habitantes	Proveitos de aposento por capacidade de alojamento
	N.º de noites	N.º	N.º	%	%	N.º	milhares de euros
Portugal	4,0	25,0	1,1	51,9	36,8	336,1	4,0
Norte	2,0	9,3	0,5	32,9	34,7	92,0	3,1
AMP	2,0	12,1	0,8	43,4	32,5	145,1	
Espinho	3,9	26,8	0,9	51,1	43,3	293,5	
Gondomar		0,3					
Maia	1,7	5,3	0,3	30,2	26,7	42,8	
Matosinhos	2,0	5,0	0,4	17,4	31,2	59,5	
Porto	1,9	37,3	2,6	52,5	30,6	476,8	
Póvoa de Varzim	2,6	23,4	1,3	29,0	40,6	272,8	
Valongo		0,4					
Vila do Conde	2,9	4,0	0,2	35,1	29,8	49,8	
Vila Nova de Gaia	1,9	8,2	0,6	30,6	33,5	88,1	

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2005

^{a)} Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo. Os Outros Estabelecimentos Hoteleiros englobam os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens.